Marilena Chaui

Iniciação à Filosofia

Manual do Professor



Volume Único

Filosofia - Ensino Médio

editora ática

Marilena Chaui

Iniciação à Filosofia

Manual do Professor

Marilena de Souza Chaui

Graduada e licenciada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP).
Mestra e doutora pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em História da Filosofia Moderna e Filosofia Política.
Professora livre-docente de História da Filosofia Moderna no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP).
Doutora *honoris causa* pela Universidade de Paris 8 (França), pela Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Membro da comissão editorial das revistas *Studia Spinozana* (Paris-Hannover), *Historia Philosophica* (Pisa), *Estudos Espinosanos* (USP).
Membro da direção do Brazilian Studies, King's College, Londres.
Autora de diversos livros, entre os quais *Introdução à história da filosofia* (2 volumes), *O que é ideologia*, *A nervura do real*, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo: Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty*.
Secretária municipal de Cultura de São Paulo de 1989 a 1992.

Volume Único

Filosofia - Ensino Médio

3ª EDIÇÃO

SÃO PAULO • 2016

editora ática

editora ática

Diretoria editorial
Lidiane Vivaldini Olo
Gerência editorial
Luiz Tonolli
Editoria de Ciências Humanas
Heloisa Pimentel
Edição
André Albert, Eduardo Guimarães
e Regina Gomes
Gerência de produção editorial
Ricardo de Gan Braga
Arte
Andréa Dellamagna (coord. de criação),
Erik TS (progr. visual de capa e miolo),
Claudio Faustino (coord. e edição), Thatiana Kalaes (assist.),
Luiza Oliveira Massucato e Livia Vitta Ribeiro (diagram.)
Revisão
Hélia de Jesus Gonsaga (ger.),
Rosângela Muricy (coord.),
Ana Paula Chabaribery Malfa,
Célia da Silva Carvalho, Claudia Virgilio,
Gabriela Macedo de Andrade e Heloísa Schiavo;
Brenda Morais e Gabriela Miragaia (estagiárias)
Iconografia
Sílvio Kligin (superv.), Denise Durand Kremer (coord.),
Sara Plaça (pesquisa), Cesar Wolf e
Fernanda Crevin (tratamento de imagem)
Ilustrações
Filipe Rocha
Cartografia
Eric Fuzii
Foto da capa: Grafite do artista brasileiro Tinho,
em Erriadh, Djerba, Tunísia, 2014.
Joel Saget/Agência France-Presse
Protótipos
Magali Prado

Avenida das Nações Unidas, 7221, 3º andar, Setor A
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
Tel.: 4003-3061
www.atica.com.br / editora@atica.com.br

2016

ISBN 978 85 08 18055 4 (AL)
ISBN 978 85 08 18056 1 (PR)
Cód. da obra CL 713405
CAE 566 707 (AL) / 566 708 (PR)

3ª edição
1ª impressão

Impressão e acabamento

Cópia não autorizada é crime. ABDR. Respeite o direito autoral. Editora afiliada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chaui, Marilena
Iniciação à filosofia : volume único, ensino médio / Marilena Chaui. -- 3. ed. -- São Paulo : Ática, 2016.

Bibliografia.

1. Filosofia (Ensino médio) I. Título.

16-02687 CDD-107.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia : Ensino médio 107.12

APRESENTAÇÃO

Os estudantes de Filosofia sempre escutam uma piada sobre o primeiro filósofo, o grego Tales de Mileto. Tales gostava de estudar os astros e caminhava olhando para o céu, até que um dia tropeçou numa pedra e caiu num buraco. Um brincalhão que estava por perto disse a outros que ali se encontravam: “Tales quer saber o que se passa no céu, mas não consegue enxergar o que está à sua frente!”. Nasceu, assim, a imagem que o senso comum tem do filósofo: a de alguém distraído que, sem prestar atenção no que se passa à sua volta, dedica a vida a pensar em coisas distantes, complicadas e, provavelmente, sem qualquer utilidade. Aliás, os estudantes de Filosofia também conhecem a definição da filosofia pelo senso comum: “A filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual o mundo permanece tal e qual”. Em outras palavras, ela seria perfeitamente inútil.

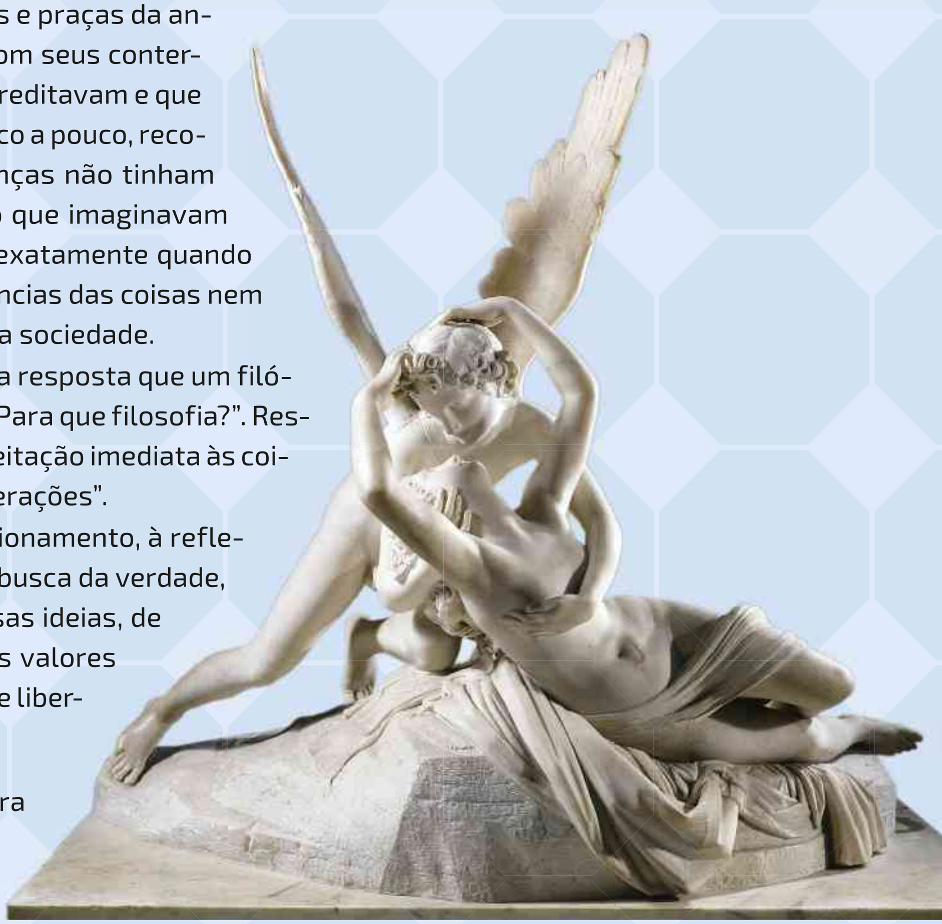
Neste livro, procuraremos mostrar que as imagens costumeiras do filósofo e da filosofia não correspondem à realidade. De fato, elas surgiram como tentativa para rebaixar a atividade do pensamento porque este questiona as crenças e os preconceitos que formam o senso comum da sociedade.

O melhor exemplo do que define a filosofia pode ser trazido por outro grego: Sócrates. Andando pelas ruas e praças da antiga Atenas, Sócrates conversava com seus conterrâneos a respeito daquilo em que acreditavam e que julgavam conhecer, fazendo-os, pouco a pouco, reconhecer com espanto que suas crenças não tinham base nenhuma e que não sabiam o que imaginavam saber. A atitude filosófica se inicia exatamente quando não nos contentamos com as aparências das coisas nem com as ideias cristalizadas em nossa sociedade.

Por isso podemos compreender a resposta que um filósofo deu quando lhe perguntaram: “Para que filosofia?”. Respondeu: “Para não darmos nossa aceitação imediata às coisas e às ideias, sem maiores considerações”.

Este livro é um convite ao questionamento, à reflexão, ao trabalho do pensamento na busca da verdade, na compreensão do sentido de nossas ideias, de nossos sentimentos e emoções, dos valores de nossa cultura e de nosso desejo de liberdade e de felicidade.

A autora



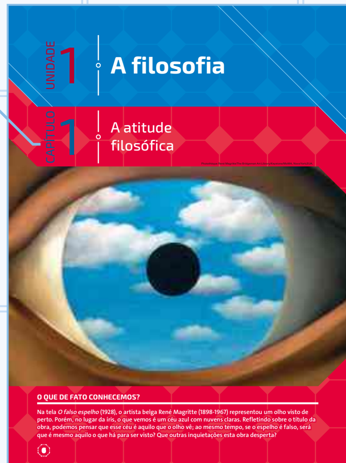
Gianni Dagli Orti/Art Archive/Agência France-Presse/Museu do Louvre, Paris, França.

Organização da obra

O livro está dividido em 32 capítulos, organizados em 10 Unidades. A primeira Unidade faz uma introdução à disciplina e as demais apresentam e discutem os grandes temas e campos de estudo da filosofia.

Capítulos

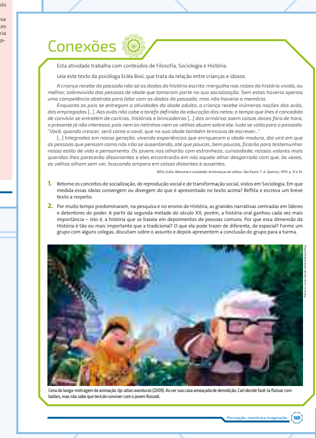
Apresentam diferentes aspectos do tema da Unidade, considerando a diversidade de abordagens e o desenvolvimento da filosofia ao longo da história. Uma imagem e um breve texto de abertura antecipam o tema a ser discutido.



Boxes

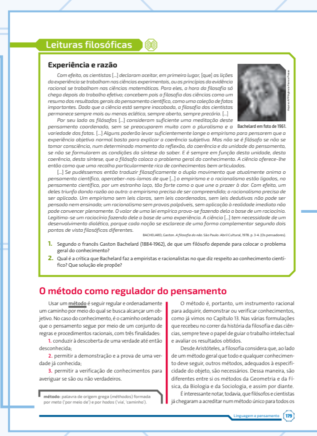
Esquemas, resumos, exemplos e complementos diversificados que retomam e reforçam conceitos importantes e aproximam o tema explorado do cotidiano.





Léxico

Ao longo dos capítulos, pequenos boxes apresentam a origem de termos e expressões relevantes no contexto e informações adicionais sobre eles.



Leituras filosóficas

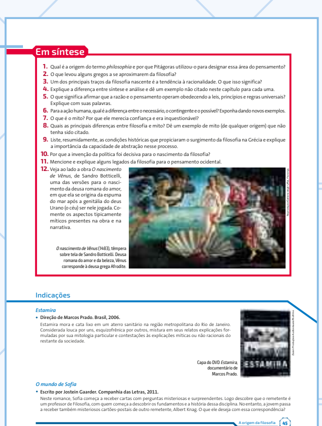
Trechos de textos de filósofos e de autores das ciências humanas e da literatura acompanhados de questões para reflexão.

Em síntese

Diferentes questões sobre os conceitos e as discussões vistos no capítulo ajudam a sistematizar e organizar o que foi estudado.

Conexões

Atividades que relacionam a filosofia a outras áreas do conhecimento e favorecem uma reflexão sobre atitudes, pontos de vista, acontecimentos, descobertas científicas e obras de arte.









Indicações

Livros, filmes e *sites* que abrem novas perspectivas para compreender e ampliar os temas estudados.

De olho na atualidade

Análises de debates e acontecimentos contemporâneos pelo ponto de vista da filosofia seguidas de atividades.

Linha do tempo

Os autores de maior destaque na história da filosofia, ordenados pela data de suas obras mais conhecidas.

Glossário

Vocabulário sucinto de conceitos filosóficos vistos no livro.

Sumário

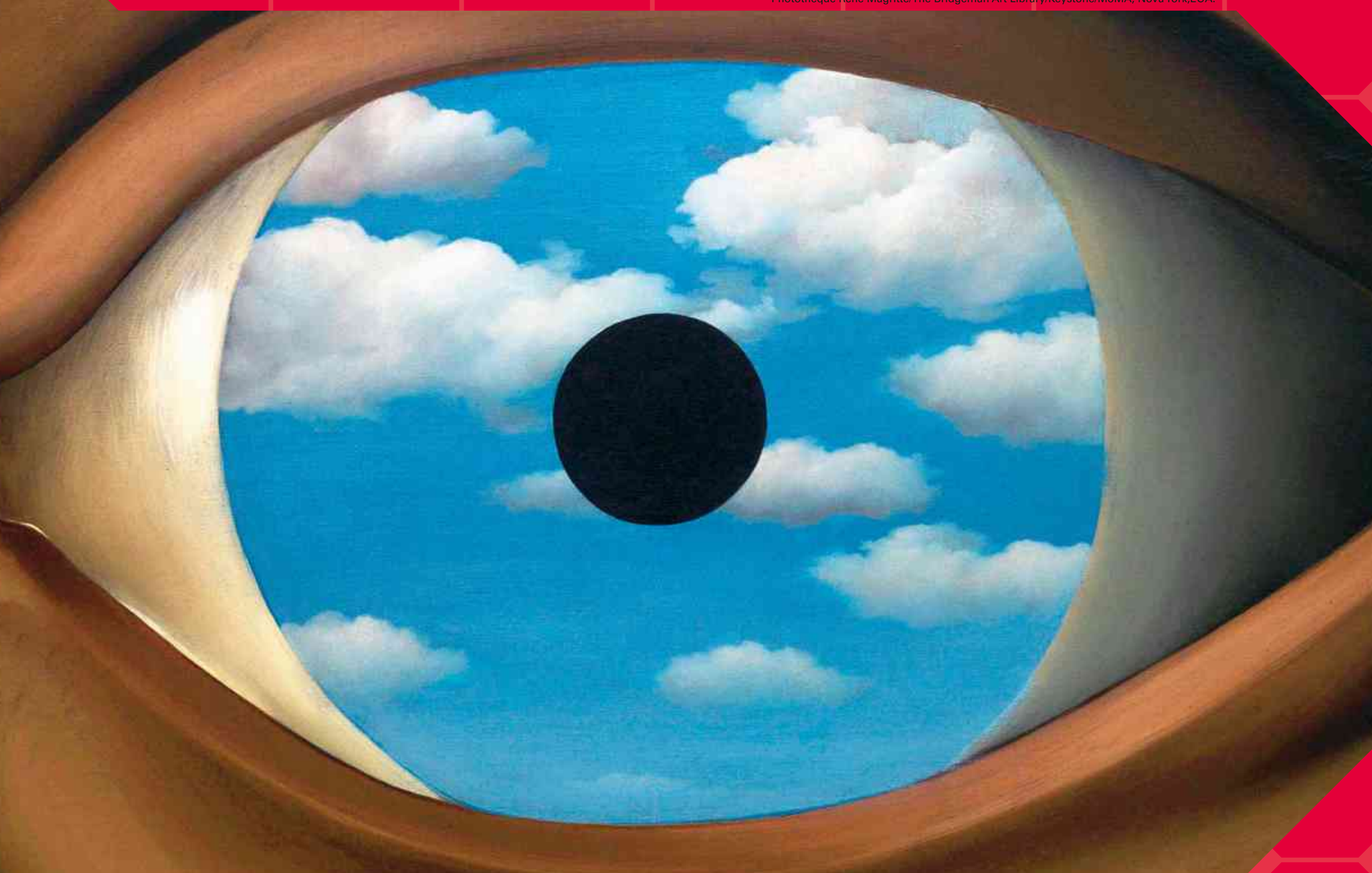
UNIDADE 1

A filosofia

CAPÍTULO 1

A atitude filosófica

Photothèque René Magritte/The Bridgeman Art Library/Keystone/MoMA, Nova York, EUA.



O QUE DE FATO CONHECEMOS?

Na tela *O falso espelho* (1928), o artista belga René Magritte (1898-1967) representou um olho visto de perto. Porém, no lugar da íris, o que vemos é um céu azul com nuvens claras. Refletindo sobre o título da obra, podemos pensar que esse céu é aquilo que o olho vê; ao mesmo tempo, se o espelho é falso, será que é mesmo aquilo o que há para ser visto? Que outras inquietações esta obra desperta?

"Conhece-te a ti mesmo"

Quem assistiu ao primeiro filme da série *Matrix*, de 1999, há de se lembrar da cena em que o herói, Neo, é levado pelo guia, Morfeu, para ouvir uma mulher a quem chamam Oráculo. Quando ela pergunta a Neo se ele leu o que está escrito sobre a porta da cozinha, ele diz que não. Então, ela aponta para a inscrição e explica que está em uma língua que não é mais falada no cotidiano, o latim.

O que está escrito? *Temet nosce*. O que isso significa? "Ousa conhecer." A mensagem para Neo é a de que ele – e somente ele – poderá saber se é ou não aquele que vai livrar o mundo do poder da Matrix. Portanto, somente ousando conhecer ele terá a resposta.

O que poucos sabem é que esta cena de *Matrix* é a representação ficcional, no futuro, de um acontecimento ocorrido há 24 séculos.

Na Grécia antiga, por volta do século IV a.C., havia um santuário na cidade de Delfos dedicado a Apolo, deus da luz, da razão e do conhecimento verdadeiro. Sobre o portal de entrada desse santuário estava escrita a grande mensagem do deus, ou o principal **oráculo** de Apolo: "Conhece-te a ti mesmo" (em grego, *gnōthi seauton*).

Um ateniense, chamado Sócrates (c. 469 a.C.-399 a.C.), foi ao santuário consultar o oráculo, pois em Atenas muitos lhe diziam que ele era um sábio. Sócrates desejava saber o que era um sábio e se tal qualidade poderia ser atribuída a ele. O oráculo, que era uma mulher (a sibila), perguntou-lhe: "O que você sabe?". Ele respondeu: "Só sei que nada sei". Ao que o oráculo disse: "Sócrates é o mais sábio de todos os homens, pois é o único que sabe que não sabe". Sócrates é até hoje considerado o patrono da filosofia.

oráculo: esta palavra tem dois significados principais, que aparecem nas expressões "receber um oráculo" e "consultar um oráculo". No primeiro caso, significa 'uma mensagem misteriosa' enviada por um deus como resposta a uma indagação feita por um humano; essa revelação divina precisa ser decifrada e interpretada. No segundo, significa 'uma pessoa especial', a qual recebe a mensagem divina e a transmite ao interrogante, que, por sua vez, precisará decifrá-la e interpretá-la. Entre os gregos antigos, essa pessoa especial costumava ser uma mulher e era chamada *sibila*.

Warner Brothers/Everett Collection/Glow Images



Keanu Reeves, no papel de Neo, e Gloria Foster, como oráculo, em cena do primeiro filme da série *Matrix* (1999).

Neo e a Matrix

Se voltarmos ao filme *Matrix*, podemos perguntar por que foi feito o paralelo entre Neo e Sócrates. Comecemos pelo nome das personagens Neo e Morfeu. Esses nomes são gregos.

Neo significa 'novo' ou 'renovado' e, quando dito de alguém, significa 'jovem na força e no ardor da juventude'.

Morfeu, na mitologia grega, era um espírito, filho do Sono e da Noite. Ele possuía asas e era capaz, num

único instante, de voar em absoluto silêncio de um extremo a outro do mundo. Sobrevoando ou pousando sobre uma pessoa e tocando-a com uma papoula vermelha, não só a fazia adormecer e sonhar, mas também aparecia nesse sonho, tomando a forma humana. É dessa maneira que, no filme, Morfeu se comunica pela primeira vez com Neo, que desperta com o ruído de uma mensagem em seu computador. E, no primeiro encontro de ambos, Morfeu surpreende Neo por sua extrema velocidade, por ser capaz de voar e por parecer saber tudo a respeito desse jovem que não o conhece.

Várias vezes Morfeu pergunta a Neo se ele costuma duvidar se está realmente acordado. Essa pergunta deixa de ser feita a partir do momento em que Morfeu lhe oferece a escolha entre ingerir uma pílula azul ou uma vermelha e Neo escolhe a vermelha (como a papoula da mitologia), que o fará ver a realidade. É Morfeu quem lhe mostra a **Matrix**, fazendo-o compreender que ele tinha passado a vida inteira sem saber se estava acordado ou adormecido e sonhando porque, realmente, esteve sempre dormindo e sonhando. Era isso que Neo precisava ousar conhecer.

matrix: palavra latina derivada de *mater*, que quer dizer 'mãe', *matrix* designa o útero. Na linguagem técnica, *matriz* é o molde para a fundição de uma peça. É também, em monitores e televisores, o circuito de codificadores e decodificadores das cores e dos sons e, na informática, a rede de guias de entradas e saídas de elementos lógicos. No filme, a Matrix tem todos esses sentidos: ela é um útero universal onde todos os seres humanos têm, ao mesmo tempo, uma vida real "uterina" e uma vida imaginária forjada pelos circuitos de codificadores e decodificadores de cores e sons e pelas redes de guias de entrada e saída de sinais lógicos.



Bill Pope/Warner Brothers Studios

Ao tomar consciência de que sempre estivera sonhando, Neo abre-se para a possibilidade de conhecer a realidade da Matrix. Cena do primeiro filme da série, de 1999.

Mas afinal, o que é a Matrix? É um **computador** gigantesco alimentado pelos cérebros dos seres humanos e que os escraviza, usando suas mentes para controlar seus sentimentos e pensamentos, fazendo-os crer que é real o que é aparente. E qual é o seu poder? Usar e controlar a inteligência humana para dominar o mundo, criando uma realidade virtual na qual todos que a ela estão submetidos acreditam.

computador: palavra originada do latim *computator*, que significa 'máquina de contar, calcular'. Antes de o computador se tornar um objeto de uso corrente, falava-se em "cérebro eletrônico". Por quê? Porque se trata de um objeto técnico muito diferente daqueles até então conhecidos, que ampliavam apenas a força física dos seres humanos: o microscópio e o telescópio aumentam a força dos olhos; o navio, o automóvel e o avião aumentam a força dos pés; a alavanca, a polia e o martelo aumentam a força das mãos; e assim por diante. Já o "cérebro eletrônico" ou computador amplia e até substitui as capacidades mentais ou intelectuais dos seres humanos.

Vencer o poder da Matrix é destruir a aparência ilusória, restaurar a realidade e assegurar que os seres humanos possam perceber e compreender o mundo verdadeiro e viver realmente nele. Nos combates travados por Neo e seus companheiros contra a Matrix, as armas e tiroteios são pura ilusão, pois o combate real não é físico, e sim mental, e ocorre num mundo virtual.



Reprodução/Google

Cena desenhada em 2015 por uma rede neural artificial desenvolvida por uma empresa de informática.
Com base em todas as referências visuais que o banco de dados da empresa tem, essa rede é capaz de inventar sua própria versão para a imagem.

Neo e Sócrates

Por que as personagens do filme afirmam que Neo é "o escolhido"? Por que estão seguras de que ele será capaz de realizar o combate final e vencer a Matrix?

Porque ele era um *hacker*, isto é, alguém capaz de utilizar seus conhecimentos técnicos em computação para invadir *sites* e programas, decifrar códigos e mensagens. E, sobretudo, porque desenvolvia programas de realidade virtual, sendo capaz de rivalizar com a própria Matrix. Por ter uma capacidade semelhante à da Matrix, Neo sempre desconfiou de que a realidade não era tal como se apresentava. Essa interrogação o levou a vasculhar os circuitos internos da máquina (tanto assim que ela começou a persegui-lo como alguém perigoso), e foram suas incursões secretas que o fizeram ser descoberto por Morfeu, líder dos que lutam contra a Matrix.

Por que comparar Neo e Sócrates? Por que o "ousa conhecer", dirigido a Neo, em Matrix, e o "conhece-te a ti mesmo", no templo de Delfos, podem ser comparados?

Sócrates é considerado o "patrono da filosofia" porque jamais se contentou com as opiniões estabelecidas, com os preconceitos de sua sociedade, com as crenças inquestionadas de seus conterrâneos. Ele costumava dizer que um espírito interior o levava (como Morfeu instigando Neo) a desconfiar das aparências e a procurar a realidade verdadeira das coisas.

Sócrates andava pelas ruas de Atenas fazendo perguntas aos conterrâneos: "O que é isso em que você acredita?", "O que é isso que você está dizendo?", "O que é isso que você está fazendo?". Os atenienses achavam, por exemplo, que sabiam o que era a justiça. Mas, diante das perguntas de Sócrates, ficavam embaraçados e confusos, chegando à conclusão de que não sabiam o que era a justiça. Os atenienses acreditavam que sabiam o que eram a bondade, a beleza, a verdade, a coragem, mas um prolongado diálogo com Sócrates os fazia perceber que não sabiam o que era aquilo em que acreditavam.

A pergunta "O que é?" suscitava o questionamento sobre a realidade essencial e profunda de uma coisa para além das aparências e contra elas. Com essa pergunta, Sócrates levava os atenienses a descobrir a diferença entre *parecer* e *ser*, e entre mera crença ou opinião e verdade.

Sócrates era filho de uma parteira. Ele dizia que, assim como sua mãe, ele também era um parteiro, mas que ajudava não no nascimento de corpos, e sim de almas, auxiliando as mentes a libertar-se das aparências e a buscar a verdade.

Como os combates de Neo, os combates socráticos eram também mentais ou de pensamento. E enfureceram de tal maneira os poderosos de Atenas que Sócrates foi condenado à morte por ingestão de veneno, acusado de espalhar dúvidas sobre as ideias e os valores atenienses e, com isso, corromper os jovens.

> *Receio muito que, neste momento em que a morte é tudo, não me haja como filósofo ou amigo da sabedoria, como se dá com os indivíduos muito ignorantes. Estes tais, quando debatem algum tema, não se preocupam absolutamente de saber como são, de fato, as coisas a respeito de que tanto discutem, senão em deixar convencidos os circunstantes de suas próprias asserções.*

Sócrates, no diálogo *Fédon* (escrito por Platão), instantes antes de cumprir sua pena. O texto completo do diálogo *Fédon* pode ser encontrado em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000031.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.



A morte de Sócrates, pintura de Jacques-Louis David feita em 1787, que se encontra atualmente no Museu de Arte Metropolitano de Nova York, nos Estados Unidos. Ao final de seu julgamento, Sócrates é condenado à morte pela ingestão de um veneno chamado cicuta, conforme narra o diálogo *Fédon*, escrito por Platão.

O Mito da Caverna

Podemos também fazer um paralelo entre a trajetória de Neo no interior da Matrix e um dos mais célebres escritos do filósofo Platão (427 a.C.-347 a.C.), discípulo de Sócrates. Essa passagem encontra-se na obra intitulada *A república* (c. 380 a.C.) e é conhecida como o **Mito da Caverna**.

Imaginemos uma caverna separada do mundo exterior por um muro baixo. Entre esse muro e o teto da caverna há uma fresta por onde passa alguma luz externa, evitando que o interior fique na obscuridade completa. Desde seu nascimento, geração após geração, seres humanos estão acorrentados ali, sem poder mover a cabeça na direção da entrada nem se locomover até ela, vivendo sem nunca ter visto o mundo exterior nem a luz do Sol. Estão quase no escuro.

Dentro da caverna, perto do muro, um fogo ilumina vagamente o interior sombrio e faz com que as coisas que se passam na fresta sejam projetadas como sombras nas paredes do fundo da caverna (pensemos na caverna como se fosse uma sala de cinema e o fogo, a luz de um projetor de filmes).

Nessa fresta, pessoas passam conversando e carregando nos ombros figuras ou imagens de homens, mulheres, animais, cujas sombras são projetadas na parede da caverna. Nunca tendo visto o mundo exterior, os prisioneiros julgam que as sombras das pessoas, das coisas transportadas e os sons das falas das pessoas são as próprias coisas externas. Ou seja, não percebem que são sombras e julgam que elas são seres vivos que se movem e falam.

Os prisioneiros se comunicam, dando nome às coisas que julgam ver, e imaginam que o que escutam são as vozes das próprias sombras e não dos seres humanos que se encontram do lado de fora do muro. Qual é, pois, a situação dessas pessoas aprisionadas? Tomam sombras por realidade. Mas isso não poderia ser diferente se elas fossem libertadas dessa situação miserável?

Um dos prisioneiros, inconformado com essa condição, fabrica um instrumento para quebrar os grilhões. De início, move a cabeça; depois, o corpo todo; a seguir, avança em direção à saída da caverna e escala o muro. Enfrentando as durezas de um caminho íngreme e difícil, sai da caverna. No primeiro instante, enche-se de dor por causa dos movimentos que seu corpo realiza pela primeira vez e pelo ofuscamento de seus olhos pela luminosidade do Sol, com a qual não está acostumado. Sente-se dividido entre a incredulidade e o deslumbramento.

Incredulidade, porque será obrigado a decidir sobre onde se encontra a realidade: no que vê agora ou nas sombras em que sempre viveu? Deslumbramento (palavra que significa: 'ferido pela luz'), porque seus olhos não conseguem ver com nitidez as coisas iluminadas.

Seu primeiro impulso é retornar à caverna para livrar-se da dor e do espanto, pois a escuridão lhe parece mais acolhedora. Como precisa aprender a ver, e esse aprendizado é doloroso, desejará a caverna, onde tudo lhe é familiar e conhecido.

Aos poucos, porém, habitua-se à luz e começa a ver o mundo. Encanta-se, tem a felicidade de finalmente ver as coisas como elas realmente são, descobrindo que estivera prisioneiro a vida toda e que em sua prisão vira apenas sombras. A partir desse instante, desejará ficar longe da caverna para sempre e lutará com todas as suas forças para jamais retornar a ela. Porém, toma a difícil decisão de regressar ao subterrâneo sombrio para contar aos demais o que viu e convencê-los a se libertarem também.

O que lhe acontece nesse retorno? Os demais prisioneiros riem-se dele, não acreditando em suas palavras, e seriam capazes de fazer pior caso ele insistisse nelas. Mas, quem sabe, alguns poderão ouvi-lo e, contra a vontade dos demais, também decidir sair da caverna rumo à realidade?



Manolo Elmas/Arquivo da editora

Representação visual do Mito da Caverna.

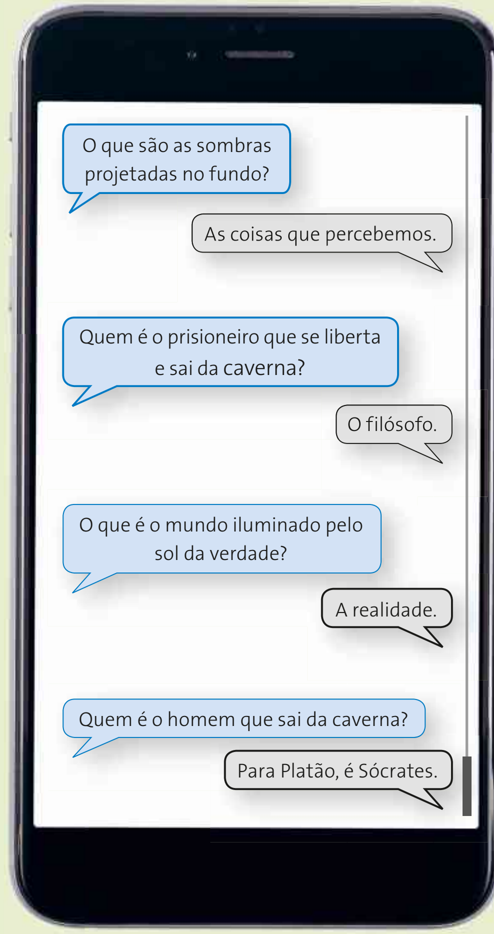
Um diálogo filosófico

1



Peter Kotoff/Shutterstock

2



Peter Kotoff/Shutterstock

Voltando ao exemplo do filme: a Matrix é a caverna e Neo é o Sócrates moderno. Neo e Sócrates são combatentes que apostam na liberdade e na verdade.

Mauricio de Sousa/Mauricio de Sousa Produções Ltda.



Quadrinhos da história *As sombras de vida*, de Mauricio de Sousa. Tal como o protagonista do Mito da Caverna, o personagem Piteco busca convencer os outros de que aquilo que veem não é a realidade em si.

Leituras filosóficas

Felicidade e satisfação

Tanto a alegoria de **Platão** *como* [o filme] Matrix *levantam a questão da felicidade, com a estrutura mais ampla da relação entre nossa experiência ou estado de espírito subjetivo e a realidade. É uma tese platônica que a verdadeira liberdade e a felicidade dependem do conhecimento do que é real; segundo essa visão, uma pessoa pode ter a ilusão de ser livre e feliz, mas ser de fato um escravo e infeliz. Essa mesma pessoa pode estar completamente enganada ao atribuir a si própria a felicidade, usando a frase: "Sou feliz". A felicidade deve ser semelhante ao conceito de saudável; também pode estar enganado quem diz "sou saudável", ainda que se sinta, pelo menos no momento, extremamente saudável, e não tem consciência* [...] *de um câncer não detectado. A tese é que a felicidade, a reflexão sobre o "eu" próprio e o mundo objetivo são inseparáveis. De modo semelhante,* Matrix *obviamente tem muito a ver com a questão do relacionamento entre nosso senso subjetivo do "eu" (eu sou livre, sou feliz) e a "realidade" das experiências que estamos vivendo.*


G. Dagli Orti/DEA/ The Bridgeman Art Library/Keystone

Platão, cabeça em mármore, século I a.C.

GRISWOLD JR., Charles L. Felicidade e escolha de Cypher: a ignorância é felicidade? In: IRWIN, William (Org.). *Matrix*: bem-vindo ao deserto do real. São Paulo: Madras, 2002. p. 158-159.

Após ler o texto com atenção, reúna-se em um grupo pequeno de colegas e responda:

1. O que seria um "estado de espírito subjetivo"? Em que ele seria diferente da realidade?

2. Para Platão, o que seria necessário para a verdadeira felicidade? Localize essa informação no texto.

Nossas crenças costumeiras

Em nossa vida cotidiana, afirmamos, negamos, desejamos, aceitamos ou recusamos coisas, pessoas, situações. Fazemos perguntas, como “Que horas são?”, ou “Que dia é hoje?”. Dizemos frases, como “Ele está sonhando”, ou “Ela ficou maluca”. Fazemos afirmações, como “Onde há fumaça há fogo”, ou “Não saia na chuva para não se resfriar”. Avaliamos coisas e pessoas, dizendo, por exemplo, “Esta casa é mais bonita do que a outra” e “Maria está mais jovem do que Glorinha”.

Numa disputa, quando os ânimos estão exaltados, um dos oponentes pode gritar ao outro: “Mentiroso! Eu estava lá e não foi isso o que aconteceu”, e alguém, querendo acalmar a briga, pode dizer: “Vamos pôr a cabeça no lugar, cada um seja bem objetivo e diga o que viu, porque assim todos poderão se entender”.

Também é comum ouvirmos os pais e amigos dizerem que, quando o assunto é o namorado ou a namorada, não somos capazes de ver as coisas como elas são, que vemos o que ninguém vê e não vemos o que todo mundo está vendo. Dizem que somos “muito subjetivos”. Ou, como diz o ditado, que “quem ama o feio, bonito lhe parece”.

Frequentemente, quando aprovamos uma pessoa, o que ela diz, como age, dizemos que ela “é legal”.

Vejamos um pouco mais de perto o que dizemos em nosso cotidiano.

Quando pergunto “Que horas são?” ou “Que dia é hoje?”, minha expectativa é a de que alguém, tendo um relógio ou um calendário, me dê a resposta exata. Em que acredito quando faço a pergunta e aceito a resposta? Acredito que o tempo existe, que ele passa, que pode ser medido em horas e dias, que o que já passou é diferente de agora e o que virá também há de ser diferente deste momento, que o passado pode ser lembrado ou esquecido, e o futuro, desejado ou temido. Assim, uma simples pergunta contém, *silenciosamente*, várias *crenças*.

Por que crenças? Porque são coisas ou ideias em que acreditamos sem questionar, que aceitamos porque são óbvias, evidentes. Afinal, quem não sabe que ontem é diferente de amanhã, que o dia tem horas e que elas passam sem cessar?

Quando digo “ele está sonhando” para me referir a alguém que está acordado e diz ou pensa alguma

coisa que julgo impossível ou improvável, tenho igualmente muitas crenças silenciosas: acredito que sonhar é diferente de estar acordado; que, no sonho, o impossível e o improvável se apresentam como possível e provável; e também que o sonho se relaciona com o irreal, enquanto a vigília se relaciona com o que existe realmente. Acredito, portanto, que a realidade existe fora de mim e que posso percebê-la e conhecê-la tal como é; por isso, creio que sei diferenciar realidade de ilusão.

A frase "Ela ficou maluca" contém essas mesmas crenças e mais uma: a de que sabemos diferenciar a saúde mental da loucura; que a sanidade mental se chama razão, que a razão se refere a uma realidade comum a todos, e que maluca é a pessoa que perde a razão e inventa uma realidade existente só para ela.

Quando alguém diz "onde há fumaça há fogo" ou "não saia na chuva para não se resfriar", afirma silenciosamente muitas crenças: acredita que existem relações de causa e efeito entre as coisas; que, se há uma coisa, certamente houve uma causa para ela, ou que essa coisa é causa de alguma outra (o fogo é causa e a fumaça é seu efeito; a chuva é causa do resfriado ou o resfriado é efeito da chuva). Acreditamos, assim, que as coisas, os fatos, as situações se encadeiam em relações de causa e efeito que podem ser conhecidas e, até mesmo, controladas por nós.

Quando dizemos que uma casa é mais bonita do que a outra, ou que Maria está mais jovem do que Glorinha, acreditamos que as coisas, as pessoas, as situações, os fatos podem ser comparados e avaliados, julgados por sua qualidade (bonito, feio, bom, ruim, jovem, velho, engraçado, triste, limpo, sujo) ou por sua quantidade (muito, pouco, mais, menos, maior, menor). Cremos, assim, que as qualidades e as quantidades existem, que podemos conhecê-las e usá-las em nossa vida.

Se disséssemos, por exemplo, que "o Sol é maior do que o vemos", manifestaríamos a crença de que nossa percepção alcança as coisas de modos diferentes: às vezes tais como são em si mesmas (a folha deste livro, bem à nossa frente, é percebida como branca e, de fato, ela o é), outras vezes tais como nos parecem (o Sol, de fato, é maior do que o disco dourado que vemos ao longe). Assim, a percepção dependeria da distância, de nossas condições de visibilidade ou da localização e do movimento dos objetos. Por isso acreditamos que podemos ver as coisas diferentemente do que elas são, mas nem por isso diremos que estamos sonhando ou que ficamos malucos. Acreditamos, também, que essas coisas e nós ocupamos lugares no espaço e, portanto, cremos que este existe, pode ser diferenciado (perto, longe, alto, baixo) e medido (comprimento, largura, altura).



Tristram Kenton/Lebrecht Music and Arts/Diomedia

Fase (1982), coreografia de Anne Teresa de Keersmaeker (1960-), apresentada em Londres, Inglaterra, em 2006. Acreditamos que nossa percepção é capaz de diferenciar objetos de suas sombras, que sombras são causadas pela incidência de luz sobre algo e que o formato e opacidade dessas sombras serão diferentes conforme a intensidade da luz e o ângulo em que esta incide.

Nossa crença na liberdade

Na briga, quando alguém chama o outro de mentiroso porque não estaria dizendo os fatos exatamente como eles aconteceram, está presente a nossa crença de que há diferença entre verdade e mentira. A primeira diz as coisas tais como são, a segunda faz o contrário, distorce a realidade. No entanto, consideramos a mentira diferente do sonho, da loucura e do erro, porque o sonhador, o louco e o que erra se iludem involuntariamente, enquanto o mentiroso deforma a realidade voluntariamente.

Com isso, acreditamos que o erro e a mentira são falsidades de ordens diferentes, porque somente na mentira há a decisão de falsear.

Ao diferenciarmos erro de mentira, considerando o primeiro uma ilusão ou um engano involuntários e a segunda uma decisão voluntária de enganar alguém, manifestamos silenciosamente a crença de que somos seres dotados de vontade e que dela depende dizermos a verdade ou a mentira.

Ao mesmo tempo, porém, nem sempre avaliamos a mentira como uma coisa ruim: não gostamos de ler romances, ver novelas, assistir a filmes? E não são mentira? É que também acreditamos que, quando alguém nos avisa que está mentindo, a mentira é aceitável, não seria uma mentira "pra valer". Distinguimos, portanto, entre a ficção e a mentira deliberada.

Quando distinguimos verdade de mentira e distinguimos mentiras inaceitáveis de mentiras aceitáveis, não estamos apenas nos referindo ao conhecimento ou desconhecimento da realidade, mas também ao caráter da pessoa. Acreditamos, portanto, que as pessoas, porque possuem vontade, podem ser morais ou imorais, pois cremos que a vontade é o poder de escolher entre o bem e o mal. E, sobretudo, acreditamos que exercer tal poder é exercer a liberdade, pois acreditamos que somos livres porque escolhemos voluntariamente nossas ações, nossas ideias, nossos sentimentos.

Crer e conhecer

Quando, na briga, uma terceira pessoa pede às outras duas que "ponham a cabeça no lugar" e sejam "objetivas", ou quando falamos que os namorados são incapazes de ver as coisas como são, que são "muito subjetivos", também manifestamos várias crenças silenciosas.

De fato, acreditamos que, quando alguém defende muito intensamente um ponto de vista, uma preferência, uma opinião e é até capaz de brigar por isso, pode "perder a objetividade" e se deixar guiar apenas pelos seus sentimentos. Da mesma maneira, acreditamos que os apaixonados se tornam incapazes de ver as coisas como são, de ter uma "atitude objetiva".

Em que acreditamos, então? Acreditamos que a objetividade se caracteriza por uma atitude imparcial na percepção e compreensão das coisas, enquanto a subjetividade se caracterizaria por uma atitude parcial, pessoal, ditada por sentimentos variados (amor, ódio, medo, desejo).

Assim, não só acreditamos que a objetividade e a subjetividade existem, como ainda acreditamos que são diferentes: que a primeira percebe perfeitamente a realidade, enquanto a segunda, voluntária ou involuntariamente, a deforma.

Ao dizermos que alguém "é legal" porque tem os mesmos gostos, as mesmas ideias, porque respeita ou despreza as mesmas coisas que nós e tem atitudes, hábitos e costumes muito parecidos com os nossos, temos outra crença silenciosa. Estamos acreditando que a vida com as outras pessoas nos faz semelhantes ou diferentes em decorrência de normas e valores morais, políticos, religiosos e artísticos, regras de conduta, finalidades de vida.

Achamos óbvio que todos os seres humanos seguem regras e normas de conduta, possuem valores morais, religiosos, políticos, artísticos, vivem na companhia de seus semelhantes e procuram distanciar-se dos diferentes, ou seja, daqueles com os quais entram em conflito.

Afinal, em que acreditamos? Acreditamos que somos seres sociais, morais e racionais, pois regras, normas, valores só podem ser estabelecidos por seres conscientes e dotados de raciocínio.

Como se pode notar, nossa vida cotidiana é toda feita de crenças silenciosas, da aceitação de coisas e ideias que nunca questionamos porque nos parecem naturais, óbvias. Cremos na existência do espaço e do tempo, na realidade exterior e na diferença entre realidade e sonho, assim como na diferença entre saúde mental/razão e loucura. Cremos na existência das qualidades e das quantidades. Cremos que somos seres racionais capazes de conhecer as coisas e por isso acre-

ditamos na existência da verdade e na diferença entre verdade e mentira; cremos também na objetividade e na diferença entre ela e a subjetividade.

Cremos na existência da vontade e da liberdade e por isso cremos na existência do bem e do mal, crença que nos faz aceitar como perfeitamente natural a existência da moral e da religião.

Cremos também que somos seres que naturalmente precisam de seus semelhantes e por isso tomamos como um fato óbvio e inquestionável a existência da sociedade com suas regras, normas, permissões e proibições. Haver sociedade é, para nós, tão natural quanto haver Sol, Lua, dia, noite, chuva, rios, marés, céu e florestas.



Neil Hall/Reuters/Latinstock

Placas indicando a separação entre cidadãos da União Europeia e demais viajantes, no controle de imigração do aeroporto de Londres, Reino Unido, foto de 2014. As regras e convenções da sociedade baseiam-se em crenças silenciosas.

E se não for bem assim?

Quando, em *Matrix*, Neo pergunta "Onde estamos?", Morfeu lhe diz que a pergunta correta seria "Quando estamos?". Ou seja, Neo pergunta pela realidade espacial – **onde** –, mas teria de perguntar pela realidade temporal – **quando** –, pois acredita estar vivendo em 1999.

Ao revelar-lhe que estão vivendo no século XXI, Morfeu pode mostrar a Neo **onde** eles realmente vivem: num mundo destruído e arruinado, vazio de coisas e de pessoas, pois todos os seres humanos estão aprisionados no interior da Matrix. O que Neo julgava ser o mundo real é pura ilusão e aparência.

Para que Neo compreenda o que se passa, Morfeu (como na mitologia grega) faz com que, de maneira veloz e incessante, tudo mude de forma, cor, tamanho, lugar e tempo, de tal modo que Neo tenha de perguntar se o espaço e o tempo de fato existem.

Quando é levado ao oráculo, Neo presencia fatos surpreendentes, como uma criança entortando e desentortando uma colher sem tocar nela. Perante sua surpresa, a criança lhe diz simplesmente: "A colher não existe". Neo está diante de uma contradição entre visão e realidade: o que ele vê não existe e o que existe não é visto por ele.

Diante da perplexidade de Neo, o oráculo lhe mostra a inscrição sobre a porta – "Ousa conhecer". Assim, indica-lhe que, antes de tentar resolver os enigmas do mundo externo, será mais proveitoso que comece compreendendo-se a si mesmo.

Quantas vezes não passamos por situações desse tipo, que nos levam a desconfiar ora das coisas, ora de nós mesmos, ora dos outros?

Cremos que o tempo existe e transcorre sem depender de nós, e cremos que podemos medi-lo com instrumentos, como o relógio e o cronômetro. No entanto, quando estamos à espera de alguma coisa muito desejada ou de alguém muito querido, o tempo parece não passar; olhamos para o relógio e nele o tempo está passando, sem corresponder ao nosso sentimento de que está quase parado.

Ao contrário, se estamos num passeio com amigos ou em outra situação de muita satisfação, o tempo passa velozmente, ainda que o relógio mostre que se passaram várias horas.

Vemos que o Sol nasce a leste e se põe a oeste; que sua presença é o dia e sua ausência é a noite. Nossos olhos nos fazem acreditar que o Sol se move à volta da Terra e que esta permanece imóvel. No entanto, a astronomia demonstra que não é isso que acontece. A Terra é um planeta num sistema cuja estrela central se chama Sol e, juntamente com outros planetas, se move à volta do Sol.

Além desse movimento de translação, ela ainda realiza outro, o de rotação em torno de seu eixo invisível. O primeiro explica a existência do ano e o segundo, a do dia e da noite. Assim, há uma contradição entre nossa crença na imobilidade da Terra e a informação astronômica sobre os movimentos terrestres.

Esses exemplos assemelham-se às experiências e desconfianças de Neo: por um lado, tudo parece certinho e como tem de ser; por outro, parece que tudo poderia estar errado ou ser ilusão. Temos a crença na liberdade, mas somos dominados pelas regras de nossa sociedade. Temos a experiência do tempo parado ou do tempo ligeiro, mas o relógio não a comprova. Temos a percepção do Sol em movimento à volta da Terra, mas a Astronomia nos ensina o contrário.

Cremos que nossa vontade é livre para escolher entre o bem e o mal. Cremos também na necessidade de obedecer às normas e às regras de nossa sociedade. Porém, o que acontece quando nossa vontade nos indica que é bom fazer ou querer algo que nossa sociedade proíbe ou condena? Ou, ao contrário, quando nossa vontade julga que será um mal e uma injustiça querer ou fazer algo que nossa sociedade exige ou obriga?

Momentos de crise

Esses conflitos entre nossas crenças e um saber estabelecido indicam a principal circunstância em que somos levados a mudar de atitude. Quando uma crença contradiz outra ou parece incompatível com outra, ou quando aquilo em que sempre acreditamos ou a que sempre obedecemos é contrariado por outra forma de conhecimento ou por nosso desejo de liberdade, entramos em crise.

Algumas pessoas se esforçam para fazer de conta que não há nenhum problema. Outras, porém, sentem-se impelidas a indagar qual é a origem, o sentido e a realidade de nossas crenças e de nossos desejos.

É assim que as experiências do tempo parado e do tempo veloz e a do tempo marcado pelo relógio nos levam a indagar: “Como é possível que haja duas realidades temporais diferentes, a marcada pelo relógio e a vivida por nós?”, “Qual é o tempo real e verdadeiro?”. Para responder a essas perguntas, é preciso fazer uma pergunta mais profunda: “O que é o tempo?”.

Da mesma maneira, a diferença entre nossa percepção da imobilidade da Terra e mobilidade do Sol e o que ensina a Astronomia leva-nos a perguntar: “Se não percebemos os movimentos da Terra e se nossos olhos se enganam tão profundamente, será que poderemos sempre confiar em nossa percepção visual ou deveremos sempre desconfiar dela?”, “Será que percebemos as coisas como realmente são?”.

Andreas Cellarius c.1660/Arquivo da Editora



Planisfério do sistema heliocêntrico elaborado pelo astrônomo e matemático polonês Nicolau Copérnico para seu livro *Sobre as revoluções das órbitas celestes* (1543). Ao defender a tese de que era a Terra que girava em torno do Sol, e não o contrário, Copérnico desafiou as crenças de sua época.

Para responder a essas perguntas, precisamos fazer duas outras, mais profundas: “O que é perceber?” e “O que é realidade?”.

É assim também que o conflito entre minha vontade e as regras de minha sociedade me levam à seguinte questão: “Sou livre quando sigo minha vontade ou quando sou capaz de controlá-la e aceitar as regras de minha sociedade?”. Ora, para responder a essa questão precisamos fazer outras perguntas, mais profundas. Temos de perguntar: “O que é a liberdade?”, “O que é a vontade?”, “O que é a sociedade?”, “O que são o bem e o mal, o justo e o injusto?”.

O que está por trás de todas essas perguntas? Uma mudança de atitude. Quando o que era objeto de crença aparece como algo contraditório ou problemático e, por isso, se transforma em indagação ou interrogação, passamos da atitude costumeira à **atitude filosófica**.

Essa mudança de atitude indica que quem não se contenta com as crenças ou opiniões preestabelecidas, quem percebe contradições e incompatibilidades entre elas, quem procura compreender o que elas são e por que são problemáticas está exprimindo um desejo, o **desejo de saber**. E é exatamente isso o que, na origem, a palavra *filosofia* significa, pois, em grego, *philosophía* quer dizer ‘amor à sabedoria’.

Buscando a saída da caverna ou a atitude filosófica

Imaginemos, então, alguém que tomasse a decisão de não aceitar as opiniões estabelecidas e começasse a fazer perguntas que os outros julgam estranhas e inesperadas. Em vez de “Que horas são?” ou “Que dia é hoje?”, perguntasse: “O que é o tempo?”. Em vez de dizer “Está sonhando” ou “Ficou maluca”, quisesse saber: “O que é o sonho, a loucura, a razão?”.

Suponhamos que essa pessoa fosse substituindo suas afirmações por perguntas e, em vez de dizer “Onde há fumaça, há fogo” ou “Não saia na chuva para não ficar resfriado”, perguntasse “O que é causa?”, “O que é efeito?”. Ou se, em lugar de dizer “Seja objetivo” ou “Eles são muito subjetivos”, perguntasse “O que é a objetividade?”, “O que é a subjetividade?”; e ainda, se, em vez de afirmar “Esta casa é mais bonita do que a outra”, perguntasse “O que é o mais?”, “O que é o menos?”, “O que é o belo?”.

Se, em vez de gritar “Mentiroso!”, questionasse: “O que é a verdade?”, “O que é o falso?”, “O que é o erro?”, “Quando existe verdade e por quê?”, “Quando existe ilusão e por quê?”.

Se, em vez de falar na subjetividade dos namorados, indagasse: “O que é o amor?”, “O que é o desejo?”, “O que são os sentimentos?”.

Se, em lugar de discorrer tranquilamente sobre “maior” e “menor” ou “claro” e “escuro”, resolvesse investigar: “O que é a quantidade?”, “O que é a qualidade?”.

E se, em vez de afirmar que gosta de alguém porque compartilha com essa pessoa as mesmas ideias, gostos, preferências e valores, preferisse analisar: “O que é um valor?”, “O que é um valor moral?”, “O que é um valor artístico?”, “O que é a moral?”, “O que é a vontade?”, “O que é a liberdade?”.


Filipe Rocha/Arquivo da editora

Alguém que tomasse essa decisão estaria se distanciando da vida cotidiana e de si mesmo, pois estaria indagando o que são as crenças e os sentimentos que alimentam, silenciosamente, nossa existência.

Ao tomar essa distância, estaria interrogando a si mesmo, desejando conhecer por que cremos no que cremos, por que sentimos o que sentimos e o que são nossas crenças e nossos sentimentos. Esse alguém estaria começando a ousar conhecer e a cumprir o que dizia o oráculo de Delfos: “Conhece-te a ti mesmo”. E estaria adotando a atitude filosófica.

Assim, uma primeira resposta à pergunta “O que é filosofia?” poderia ser: “A decisão de não aceitar como naturais, óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos cotidianos; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido”.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, História e Língua Portuguesa.

As histórias em quadrinhos estão repletas de personagens que podemos chamar de *cabeças filosóficas*, porque não aceitam as opiniões do senso comum e são “perguntadeiras”. Veja a seguir duas delas: a Mafalda, de Quino, e o Armandinho, de Alexandre Beck.



Joaquín Salvador Lavado (Quino)/Acervo do cartunista

Mafalda, do cartunista argentino Quino.



Alexandre Beck/Acervo do artista

Armandinho, do cartunista brasileiro Alexandre Beck.

1. Com base nos quadrinhos, responda: como Mafalda e Armandinho questionam opiniões e atitudes do senso comum?

2. Movimentos culturais (como o *punk*) e sociais (como o movimento negro) questionam ideologias e normas de comportamento dominantes. Muitos deles são formados principalmente por jovens. Faça uma pesquisa sobre um desses movimentos de contestação e sobre o contexto em que ele se insere. Nessa pesquisa:

a) identifique os fatores históricos, socioeconômicos e geopolíticos que motivaram a formação desse movimento;

b) relacione os dados de sua pesquisa com a crença silenciosa de que a vida com as outras pessoas nos faz semelhantes ou diferentes em decorrência de normas e valores morais, políticos, religiosos e artísticos, entre outros fatores.

3. Escreva um pequeno texto com os passos da pesquisa feita na atividade anterior e suas conclusões. Depois, leve-o para discussão em sala de aula.

Em síntese

1. Você assistiu ao primeiro filme da série *Matrix*? Se sim, responda: que paralelos podemos estabelecer entre a personagem Neo e o filósofo Sócrates?
2. Por que Sócrates é considerado o “patrono da filosofia”?
3. O que Platão quis representar no Mito da Caverna? Faça uma relação entre o mito e o filme *Matrix*.
4. Explique o que são as nossas crenças costumeiras. Dê outros exemplos de crenças que reproduzimos no cotidiano.
5. De acordo com o que foi estudado no capítulo, em que momento passamos da atitude costumeira à atitude filosófica?

Indicações

Janela da alma

- **Direção de Walter Carvalho e João Jardim. Brasil, 2002.**

Ao reunir depoimentos de pessoas que têm algum problema ou deficiência visual, o documentário trata de questões como a apreensão da realidade e a saturação de imagens e aparências no mundo. Entre os entrevistados, estão o escritor português José Saramago (1922-2010), o músico brasileiro Hermeto Pascoal (1936-) e o fotógrafo franco-esloveno Eugen Bavcar (1946-), que é cego.



Ravina Filmes/Europa Filmes

O escritor português José Saramago em cena do documentário *Janela da alma*.

O turista

- **Direção de Florian Henckel von Donnersmarck. Estados Unidos/França/Itália, 2010.**

Viajando sozinho, o professor Frank Tupelo se encanta com a bela Elise Clifton-Ward. A princípio, porém, ela se envolve com Frank apenas porque um ex-amante lhe pediu para despistar policiais que o perseguem: o criminoso passou por cirurgias plásticas e deseja que creiam que aquele homem é ele. No entanto, a trama se torna muito mais complexa, e todos revelam não ser o que parecem.



Peter Mountain/Columbia/Everett Collection/Keystone Brasil

Elise (Angelina Jolie) e Frank (Johnny Depp), em cena de *O turista* (2010).

Cidade das sombras

- **Direção de Gil Kenan. Estados Unidos, 2008.**

Neste filme inspirado no Mito da Caverna de Platão, a ameaça de um apocalipse leva a população da Terra a viver em uma área subterrânea. Com o passar dos séculos, a memória do mundo exterior perde-se, e a população se resigna com um cotidiano regrado e satisfatório. Quando a capacidade de sobreviver nessas condições se mostra ameaçada, dois adolescentes buscam descobrir a verdade.

Felicidade clandestina

- **Escrito por Clarice Lispector. Rocco, 1998.**

Nesta compilação de 25 textos, as personagens questionam radicalmente os sentimentos, percepções e relações humanas. Crônicas e contos como “O ovo e a galinha” partem da observação simples de um objeto para um fluxo de questionamentos sobre o que ele pode representar. Outro texto emblemático é “Os desastres de Sofia”, em que a narradora relata como sua relação de admiração e ódio com um professor de infância a levou a buscar sua identidade e o conhecimento verdadeiro.

CAPÍTULO 2 O que é a filosofia?


Autor desconhecido/Acervo Paulo Freire

LEITURAS DO MUNDO

Na década de 1960, o educador brasileiro Paulo Freire tornou-se conhecido por seu trabalho de alfabetização de adultos em Pernambuco e no Rio Grande do Norte (na imagem, com um grupo em 1963, no município de Angicos, Rio Grande do Norte). Ciente de que não bastava transmitir técnicas da escrita e da leitura, desenvolveu um método que partia daquilo que estava presente no cotidiano dos educandos para levá-los a refletir sobre sua própria condição. Mais do que ensinar alunos a construir e decodificar letras e palavras, o método se baseava na busca pela compreensão racional da presença delas em suas vidas e na adoção de uma atitude crítica em relação ao mundo. O fundamento desse método pedagógico tem muito a ver com os fundamentos da atividade filosófica.

Filosofia e racionalidade

Podemos dizer que a filosofia se constitui quando os seres humanos começam a exigir provas e justificações racionais que validem ou invalidem as crenças cotidianas.

Por que racionais? Por três motivos:

- porque racional significa argumentado, debatido e compreendido;
- porque racional significa que, ao argumentar e debater, queremos conhecer as condições e os pressupostos de nossos pensamentos e os dos outros;
- porque racional significa respeitar certas regras de coerência do pensamento para que um argumento ou um debate tenham sentido. Deste modo, é possível chegar a conclusões que podem ser compreendidas, discutidas, aceitas e respeitadas por outros.

A atitude crítica

A primeira característica da atitude filosófica é *negativa*, isto é, um dizer não aos "pré-conceitos", aos "pré-juízos", aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que "todo mundo diz e pensa". Em outras palavras, é tomar distância de nossas crenças para poder interrogar quais são suas causas e qual é seu sentido.

A segunda característica da atitude filosófica é *positiva*, isto é, uma interrogação sobre *o que* são as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores; sobre quem somos. É também uma interrogação sobre *o porquê* e *o como* disso tudo e de nós próprios.


Filipe Rocha/Arquivo da editora

A face negativa e a face positiva da atitude filosófica constituem o que chamamos de *atitude crítica*. Por que crítica? Em geral, julgamos que a palavra *crítica* significa 'ser do contra', dizer que tudo vai mal ou está errado – enfim, coisa de gente chata ou que acha que sabe mais que os outros. Mas não é isso que essa palavra quer dizer.

Crítica provém do grego e tem três sentidos principais: 1. capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente; 2. exame racional, sem preconceito e sem prejulgamento de todas as coisas; 3. atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica. A atitude filosófica é uma atitude crítica porque apresenta esses três significados da noção de crítica. Esta, por sua vez, é inseparável da noção de racional, que vimos no início deste capítulo.

A filosofia começa dizendo não às crenças e aos preconceitos do dia a dia para que eles possam ser avaliados racional e criticamente. Para a filosofia, não sabemos o que imaginávamos saber – ou, como dizia Sócrates (c. 469 a.C.-399 a.C.), começamos a buscar o conhecimento quando somos capazes de dizer: "Só sei que nada sei".

Para Platão (427 a.C.-347 a.C.), discípulo de Sócrates, a filosofia começa com a *admiração* diante do mundo. Já Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), discípulo de Platão, escreve que a filosofia começa com o *espanto* diante de tudo o que existe e acontece. *Admiração* e *espanto* significam que reconhecemos nossa ignorância e, exatamente por isso, podemos superá-la.

A filosofia inicia sua investigação no instante em que abandonamos nossas certezas cotidianas e não dispomos de nada para substituí-las. Seria como se tivéssemos acabado de nascer para o mundo e para nós mesmos e precisássemos perguntar *o que é*, *por que é* e *como é* o mundo, e também *o que somos*, *por que somos* e *como somos*.

Em outras palavras, a filosofia se interessa por aquele instante em que a *realidade natural* (o mundo das coisas) e a *realidade histórico-social* (o mundo dos seres humanos) tornam-se estranhas, espantosas, incompreensíveis e enigmáticas, quando as opiniões estabelecidas já não nos podem satisfazer.

Ou seja, a filosofia se volta preferencialmente para os *momentos de crise* no pensamento, na linguagem e na ação, pois é neles que se torna mais clara a exigência de fundamentar ideias, palavras e práticas. Para superar impasses gerados por contradições internas ou entre diferentes sistemas religiosos, éticos, políticos, científicos e artísticos estabelecidos, a filosofia busca mudanças cujo sentido ainda não está claro e precisa ser compreendido.



Pilar Olivares/Reuters/Latinstock

Manifestante exibe cartaz em protesto realizado no Rio de Janeiro (RJ), em 2013. A atitude crítica envolve abandonar certezas cotidianas.

Para que filosofia?

Muitos perguntam: "Afinal, para que filosofia?". É uma pergunta interessante. Não vemos nem ouvimos ninguém perguntar, por exemplo, "Para que Matemática ou Física?", "Para que Geografia ou Geologia?", "Para que Biologia ou Psicologia?", "Para que pintura, literatura, música ou dança?". Mas todo mundo acha muito natural perguntar: "Para que filosofia?".

Essa pergunta costuma receber uma resposta irônica, conhecida dos estudantes de filosofia: "A filosofia é uma ciência com a qual e sem a qual o mundo permanece tal e qual". Ou seja, a filosofia não serviria para nada.

Essa pergunta, "Para que filosofia?", tem a sua razão de ser. Em nossa cultura e em nossa sociedade, costumamos considerar que alguma coisa só tem o direito de existir se tiver alguma finalidade prática muito visível e de utilidade imediata. Quando se pergunta "Para quê?", o que se pergunta é: "Que uso proveitoso ou vantajoso posso fazer disso?".

Eis por que ninguém pergunta "Para que as ciências?", pois todo mundo imagina ver a utilidade das ciências nos produtos da **técnica**. Todo mundo também imagina ver a utilidade das artes, tanto por causa da compra e venda das obras de arte quanto porque nossa sociedade vê os artistas como gênios que merecem ser valorizados (ao mesmo tempo que, paradoxalmente, é capaz de rejeitá-los se suas obras forem verdadeiramente revolucionárias e inovadoras, pois, nesses casos, eles não são "úteis" para a manutenção do poder estabelecido).

Ninguém, todavia, consegue perceber para que serviria a filosofia. Parece que o senso comum não enxerga algo que os cientistas sabem. As ciências pretendem ser conhecimentos verdadeiros, obtidos graças a procedimentos rigorosos de pensamento; pretendem agir sobre a realidade por meio de instrumentos e objetos técnicos; pretendem fazer progressos nos conhecimentos, corrigindo-os e aumentando-os. Todas essas pretensões das ciências pressupõem que elas admitem a existência da verdade, a necessidade de procedimentos corretos para o pensamento, o estabelecimento da tecnologia como aplicação prática de teorias e, sobretudo, que elas confiam na racionalidade dos conhecimentos.

Ora, verdade, pensamento racional, procedimentos especiais para conhecer fatos, aplicação prática de conhecimentos teóricos, correção e acúmulo de saberes: esses propósitos das ciências não são científicos, são *filosóficos* e dependem de questões filosóficas. O cientista parte deles como questões já respondidas, mas é a filosofia que as formula e busca respostas para elas. Assim, o trabalho das ciências pressupõe o trabalho da filosofia, mesmo que o cientista não seja filósofo.

técnica: palavra derivada do grego, indica o conjunto de práticas de uma profissão ou arte para a fabricação de instrumentos e utensílios. Portanto, o *produto da técnica* é o resultado material da aplicação de uma série de regras, geralmente para transformar um elemento natural em outro artificial. Uma roda de madeira e um machado de ferro são instrumentos técnicos de trabalho; um prato de barro, é um utensílio técnico para uso cotidiano. Um computador e um avião são objetos técnicos. Uma vacina é um produto da técnica.

Tek Image/SPL/Latinstock



Cientista manipula colônia de bactérias cultivada para decidir o tratamento mais adequado contra aquela variedade em Londres, Inglaterra, 2003. A ciência parte de questões formuladas pela filosofia para desenvolver seus produtos técnicos.

Muitos consideram que é preciso determinar claramente o uso que se pode fazer da filosofia. Dizem, então, que, de fato, a filosofia não serve para nada, se "servir" for entendido como fazer usos técnicos dos produtos filosóficos ou obter lucros com eles. Consideram também que a parte principal ou mais importante da filosofia nada tem a ver com as ciências e as técnicas.

Para quem pensa dessa forma, o interesse da filosofia não estaria nos conhecimentos (que ficam por conta da ciência) nem nas aplicações práticas das teorias (que ficam por conta da tecnologia), mas nos ensinamentos morais ou éticos. Estudando as paixões e os vícios humanos, a liberdade e a vontade, analisando a capacidade de nossa razão para impor limites aos nossos desejos e paixões, ensinando-nos a viver de modo honesto e justo na companhia dos outros seres humanos, a filosofia teria como finalidade ensinar-nos a virtude.

Essa definição da filosofia, porém, não nos ajuda muito. De fato, mesmo para ser uma arte do bem viver, a filosofia continua fazendo suas perguntas desconcertantes e embaraçosas: "O que é o ser humano?", "O que é a vontade?", "O que é a paixão?", "O que é a razão?", "O que é o vício?", "O que é a virtude?", "O que é a liberdade?", "Como nos tornamos livres, racionais e virtuosos?", "Por que a liberdade e a virtude são valores para os seres humanos?", "O que é um valor?", "Por que avaliamos os sentimentos e as ações humanas?".

Assim, mesmo que disséssemos que o objeto da filosofia é apenas a vida moral ou ética, o estilo filosófico e a atitude filosófica permaneceriam os mesmos, pois as perguntas filosóficas – *o quê, por quê, como* – permanecem.

Atitude filosófica: indagar

Em primeiro lugar, veremos que a atitude filosófica mantém algumas características independentemente do conteúdo investigado.

Características da atitude filosófica

- **Perguntar *o que é* (uma coisa, um valor, uma ideia, um comportamento)**
  A filosofia indaga qual é a realidade e qual é a significação de algo.
- **Perguntar *como é* (uma coisa, uma ideia, um valor, um comportamento)**
  A filosofia indaga como é a estrutura ou o sistema de relações que constitui a realidade de algo.
- **Perguntar *por que é* (uma coisa, uma ideia, um valor, um comportamento)**
  A filosofia indaga por que algo existe, qual é a origem ou a causa de uma coisa, de uma ideia, de um valor, de um comportamento.

A atitude filosófica inicia-se quando essas indagações são dirigidas ao mundo que nos rodeia e às relações que mantemos com ele. Pouco a pouco, descobre-se que essas questões pressupõem a figura daquele que interroga e exigem que seja explicada a tendência do ser humano de interrogar o mundo e a si mesmo com o desejo de conhecê-lo e conhecer-se. Em outras palavras, a filosofia compreende que, para conhecer o mundo, precisa também conhecer nossa capacidade de conhecer.

Por isso, as perguntas da filosofia se dirigem ao próprio pensamento: "O que é pensar?", "Como é pensar?", "Por que há o pensar?". A filosofia torna-se, então, o pensamento interrogando-se a si mesmo. Portanto, a filosofia se realiza como **reflexão**, buscando realizar o "Conhece-te a ti mesmo".

reflexão: palavra empregada na Física para descrever o movimento de propagação de uma onda luminosa ou sonora quando, na passagem de um meio para outro, encontra um obstáculo e retorna ao meio de onde partiu. É esse retorno ao ponto de partida que é conservado quando a palavra é usada na filosofia, isto é, a volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se.

Leituras filosóficas

Quem é o filósofo?

Reconhece-se o filósofo naquele que tem inseparavelmente o gosto pela evidência e o senso da ambiguidade [...], naquele que faz um movimento que, sem cessar, o reconduz do saber à ignorância, da ignorância ao saber [...] sua ambiguidade é apenas uma maneira de colocar em palavras aquilo que cada pessoa sabe muito bem: o valor dos momentos em que sua vida se renova, se retoma, se compreende, quando seu mundo privado se ultrapassa e se torna mundo comum. [...] Não há diferença entre o filósofo e os outros humanos senão esta: o filósofo é aquele ser humano que desperta e fala, enquanto os demais contêm silenciosamente os paradoxos da filosofia, porque, para ser inteiramente humano, é preciso ser um pouco mais e um pouco menos humano.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Eloge de la philosophie [Elogio da filosofia]. In: *Eloge de la philosophie et autres essais* [Elogio da filosofia e outros ensaios]. Paris: Gallimard, 1960. p. 10-11 e p. 73. Texto traduzido.



Jean-Régis Roustan/Roger-Viollet/Agência France Presse

Merleau-Ponty, em foto de 1950.

- Por que o senso de ambiguidade é uma das características que Merleau-Ponty destaca no filósofo? Responda por escrito.

A reflexão filosófica

A *reflexão filosófica* é o movimento pelo qual o pensamento volta-se para si mesmo como fonte daquilo que foi pensado. É a concentração mental em que o pensamento busca examinar, compreender e avaliar suas próprias ideias, vontades, desejos e sentimentos.

O exemplo mais conhecido da reflexão filosófica ou da volta do pensamento sobre si mesmo é o do filósofo francês René Descartes (1596-1650). Ele declara que só pode haver filosofia e ciência se pudermos provar que o espírito humano é capaz de conhecer a verdade. Por isso, coloca em dúvida tudo o que recebeu das opiniões de sua sociedade e de seus professores, bem como tudo o que percebe pelos cinco sentidos (as coisas e seu próprio corpo). Como não podemos garantir a existência daquilo que pode ser posto em dúvida, Descartes identifica *duvidoso* e *falso*. Assim, afirma ter encontrado a primeira verdade sobre a qual erguerá a filosofia, pois, ao duvidar de tudo, não pode duvidar de que está duvidando. Ora, a dúvida é uma maneira de pensar e, portanto, quem pensa não pode duvidar de que pensa. Por isso, fazendo essa volta do pensamento sobre si mesmo ou a reflexão, escreve ele:

*Mas, logo em seguida, notei que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, era necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E notando que esta verdade, eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos **céticos** não seriam capazes de abalar, julguei que podia aceitá-la como o primeiro princípio da filosofia que procurava.*

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. p. 66.

Ver **ceticismo** no Glossário.



Reprodução/Doubleday Publishing Group

Reconstituição da face de René Descartes por Paul Richer, em 1913. O médico francês baseou-se em um retrato da época do filósofo para descobrir se poderia ser dele um crânio encontrado na Suécia. O procedimento, de certo modo, remete a uma questão cartesiana: como distinguir o duvidoso do falso?

A reflexão filosófica é *radical*, pois vai à *raiz* do pensamento. Não somos, porém, somente seres pensantes. Somos também seres que agem no mundo, que se relacionam com os outros seres humanos, com os animais, as plantas, as coisas, os fatos e acontecimentos. Exprimimos essas relações tanto por meio da linguagem e dos gestos como por meio de ações, comportamentos e condutas.

Pensamos, agimos e falamos. A reflexão filosófica se volta para compreender o que se passa em nós nessas relações que mantemos com a realidade circundante. Organiza-se em torno de três grandes conjuntos de questões:

1. Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos? Isto é, quais os motivos, as razões e as causas para pensarmos o que pensamos, dizermos o que dizemos, fazermos o que fazemos?

2. O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos? Isto é, qual é o conteúdo ou o sentido do que pensamos, dizemos e fazemos?

3. Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos? Isto é, qual é a intenção ou a finalidade do que pensamos, dizemos e fazemos?

Essas três questões têm como objetos de indagação o pensamento, a linguagem e a ação, e podem ser resumidas em "O que é pensar?", "O que é falar?" e "O que é agir?". Elas nos conduzem, necessariamente, à seguinte pergunta: o que pensamos, dizemos e fazemos em nossas crenças cotidianas constitui ou não um pensamento verdadeiro, uma linguagem coerente e uma ação dotada de sentido?

Como vimos, a *atitude filosófica* dirige-se ao mundo das coisas que nos rodeiam e aos seres humanos que nele vivem e com ele se relacionam. É um saber sobre a realidade exterior ao pensamento.

Já a *reflexão filosófica* se dirige ao pensamento, à linguagem e à ação. São perguntas sobre a capacidade e a finalidade de conhecer, falar e agir próprias dos seres humanos. É um saber sobre a realidade interior aos seres humanos.


Filipe Rocha/Arquivo da editora

Filosofia: um pensamento sistemático

As indagações fundamentais da atitude filosófica e da reflexão filosófica não se realizam segundo as preferências e opiniões de cada um. A filosofia não é feita de "achismos" nem é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. As indagações filosóficas se realizam de modo **sistemático**.

Que significa isso? Significa dizer que a filosofia:

- trabalha com enunciados precisos e rigorosos;
- busca encadeamentos lógicos entre os enunciados;
- utiliza conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova;
- exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado.

Somente assim a reflexão filosófica pode fazer com que nossas crenças e opiniões alcancem uma visão crítica de si mesmas. Não se trata de dizer "eu acho que", mas de poder afirmar "eu penso que".

sistema: palavra de origem grega; significa 'um todo cujas partes estão ligadas por relações de concordância interna'. No caso do pensamento, significa um conjunto de ideias internamente articuladas e relacionadas de forma coerente, graças a princípios comuns ou a certas regras e normas de argumentação e demonstração.

O conhecimento filosófico é um trabalho intelectual. É sistemático porque não se contenta em obter respostas para as questões que se apresentam, mas exige que as próprias questões sejam válidas e que as respostas sejam verdadeiras, estejam relacionadas entre si, esclareçam umas às outras, formem conjuntos coerentes de ideias e significações, sejam provadas e demonstradas racionalmente.

Quando alguém diz "Esta é a minha filosofia" ou "Isso é a filosofia de fulana ou de fulano" ou, ainda, "Esta é a filosofia da empresa", engana-se e não se engana ao mesmo tempo. Engana-se, pois imagina que, para "ter uma filosofia", basta possuir um conjunto de ideias e princípios mais ou menos coerentes sobre todas as coisas e pessoas. E não se engana porque, ainda que confusamente, percebe nas ideias e nos princípios uma característica que o leva a dizer que são "uma filosofia". Qual característica? A ligação *necessária* entre certas ideias e entre certos comportamentos, bem como as relações *necessárias* entre essas ideias e esses comportamentos. Ou seja, pressente-se que a filosofia opera sistematicamente, com coerência e lógica.

Em busca de uma definição da filosofia

Quando começamos a estudar filosofia, somos logo levados a buscar o que ela é. Temos uma primeira surpresa ao descobrir que não há apenas uma definição da filosofia. A segunda surpresa ocorre quando percebemos que, além de várias, as definições aparentemente não podem ser reunidas numa só. Eis por que muitos, cheios de perplexidade, indagam: "Afinal, o que é a filosofia, que nem sequer consegue dizer o que ela é?".

Uma primeira aproximação nos mostra pelo menos quatro definições gerais do que seria a filosofia:

1. Visão de mundo de um povo, de uma civilização ou de uma cultura. Nessa definição, a filosofia corresponderia ao conjunto de ideias, valores e práticas pelo qual uma sociedade apreende e compreende o mundo e a si mesma. Com base nisso, essa sociedade define para si o tempo e o espaço, o sagrado e o profano, o bom e o mau, o justo e o injusto, e assim por diante.

Qual o problema dessa definição? Por um lado, ela se parece com a noção de "minha filosofia" ou "a filosofia da empresa"; por outro, ela é tão genérica e ampla que não permite, por exemplo, distinguir entre filosofia e religião (o sagrado e o profano), filosofia e arte (o belo e o feio), filosofia e ciência (o verdadeiro e o falso). Na verdade, essa definição identifica filosofia e cultura, pois esta última, como veremos na Unidade 8, é uma visão de mundo coletiva que se exprime em ideias, valores, regras e práticas de uma sociedade.

A definição, portanto, não alcança a especificidade do trabalho filosófico. Por isso, só podemos aceitá-la como uma expressão que contém ou indica alguns aspectos que poderão entrar na definição de filosofia.

2. Sabedoria de vida. A filosofia seria a atividade de algumas pessoas que pensam sobre a vida moral, dedicando-se à contemplação do mundo e dos outros seres humanos para aprender e ensinar os outros a controlar seus desejos, sentimentos e impulsos e a dirigir sua vida de modo ético e sábio.

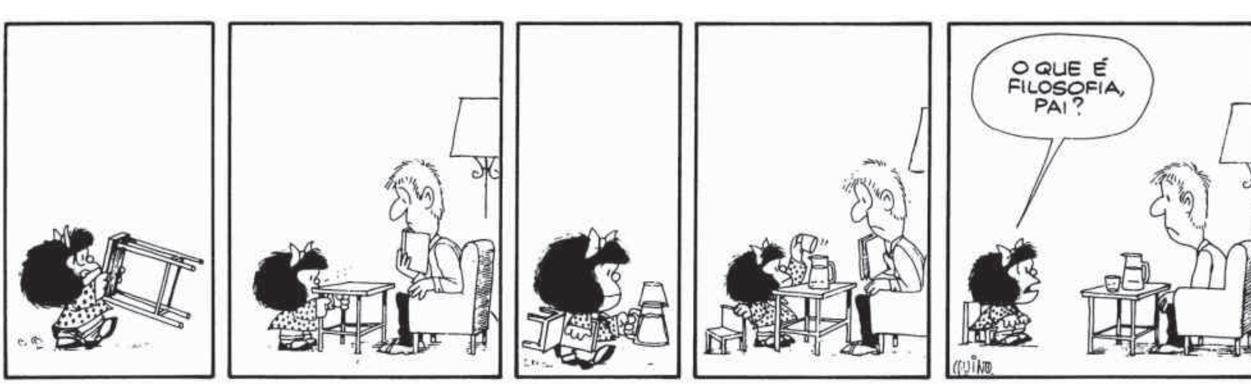
A filosofia seria uma escola de vida ou uma arte do bem viver. Essa definição nos diz, de modo vago, o que se espera da filosofia (a sabedoria interior), mas não o que é e o que faz a filosofia. Por isso, também não podemos aceitá-la, mas apenas reconhecer que nela está presente um dos aspectos do trabalho filosófico.

3. Esforço racional para conceber o Universo como uma totalidade ordenada e dotada de sentido. Nessa definição, atribui-se à filosofia a tarefa de conhecer a realidade inteira, provando que o Universo é uma totalidade ordenada por relações de causa e efeito, e que essa totalidade é racional, ou seja, possui sentido e finalidade compreensíveis ao pensamento humano.

Os que adotam essa definição precisam começar distinguindo entre filosofia e religião e até mesmo opondo uma à outra. Embora ambas possuam o mesmo objeto (compreender o Universo), a primeira o faz por meio do esforço racional, enquanto a segunda, por meio da confiança (fé) numa revelação divina. Ou seja, a filosofia procura discutir o sentido e o fundamento da realidade, enquanto a religião se baseia em algo inquestionável pela razão humana. Ao contrário da religião, o pensamento filosófico procura explicar e compreender mesmo o que parece irracional e inquestionável.

Essa terceira definição também é problemática porque dá à filosofia a tarefa de oferecer uma explicação e uma compreensão totais do Universo. Nos seus inícios, a filosofia buscava substituir a explicação religiosa (os mitos) e constituía o conjunto de todas as ciências teóricas e práticas, pois não se fazia distinção entre filosofia e ciência.

Joaquín Salvador Lavado (Quino)/Acervo do artista



Mafalda sabe da dificuldade para definir a filosofia e do tempo necessário para isso.

Porém, há nos dias de hoje pelo menos duas limitações a essa pretensão totalizadora.

Em primeiro lugar, a filosofia e as ciências foram se separando no decorrer da história ocidental. Aliás, o próprio saber científico se dividiu em vários saberes particulares, cada qual com seu campo de investigação e de explicação de um aspecto da realidade. Em outras palavras, como as diferentes ciências e artes definiram um aspecto e um campo da realidade para estudo (no caso das ciências) e para a expressão criadora (no caso das artes), não é mais admissível que uma única disciplina teórica abranja a totalidade dos conhecimentos.

Em segundo lugar, porque a própria filosofia já não admite que um único sistema de pensamento ofereça uma única explicação para o todo da realidade, pois esta permanece aberta e convida a múltiplas perspectivas de conhecimentos e interpretações. Por isso, essa definição também não pode ser aceita, embora contenha aspectos importantes da atividade filosófica.

4. Fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas. Expliquemos o que sejam *fundamentação* e *crítica*.

Fundamentar significa 'encontrar, definir e estabelecer racionalmente princípios, causas e condições que determinam a existência, a forma e os comportamentos de alguma coisa, bem como as leis ou regras de suas mudanças'.

fundamento: palavra de origem latina; significa 'base sólida' ou 'alicerce sobre o qual se pode construir com segurança'. Do ponto de vista do conhecimento, significa 'a base ou o princípio racional que sustenta uma demonstração verdadeira'.

teoria: do grego *theória*, que significa 'contemplar uma verdade com os olhos do espírito', isto é, uma atividade puramente intelectual de conhecimento. Desse ponto de vista, uma fundamentação teórica significa 'determinar pelo pensamento, de maneira lógica, organizada e sistemática, o conjunto de princípios, causas e condições de alguma coisa'.

Tunga/Cortesia do artista



Cooking crystals (2008), instalação do artista plástico Tunga. As artes definem um aspecto e um campo da realidade para a expressão criadora, o que mostra que a filosofia não pode pretender oferecer uma explicação e uma compreensão totais do Universo.

Crítica significa 'a capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente'; 'o exame racional, sem preconceito e sem prejulgamento de todas as coisas'; e 'a atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica'.

A *fundamentação crítica* significa, portanto, examinar, avaliar e julgar racionalmente os princípios, as causas e condições de alguma coisa. A seguinte definição dá conta da especificidade do trabalho filosófico:

Ocupações da filosofia como fundamentação teórica e crítica

- Os princípios, causas e condições de um conhecimento que pretenda ser racional e verdadeiro.
- A origem, a forma e o conteúdo dos valores éticos, políticos, religiosos, artísticos e culturais.
- A compreensão das causas e das formas da ilusão e do preconceito no plano individual e coletivo.
- Os princípios, causas e condições das transformações históricas dos conceitos, das ideias, dos valores e das práticas humanas.

A filosofia como fundamentação teórica e crítica

Nessa condição, a filosofia se volta para o estudo dos vários modos de conhecimento (percepção, imaginação, memória, linguagem, inteligência, experiência, reflexão) e dos vários tipos de atividades interiores e comportamentos externos dos seres humanos como expressões da vontade, do desejo e das paixões. Ela procura descrever as formas e os conteúdos desses modos de conhecimento e desses tipos de atividade e comportamento como relação do ser humano com o mundo, consigo mesmo e com os outros.

Para realizar seu trabalho, a filosofia investiga, analisa e interpreta o significado de ideias gerais, como realidade, mundo, natureza, cultura, história, verdade, falsidade, humanidade, temporalidade, espacialidade, qualidade, quantidade, subjetividade, objetividade, diferença, repetição, semelhança, conflito, contradição, mudança, necessidade, possibilidade, probabilidade, etc.

A atividade filosófica é, portanto, uma análise, uma reflexão e uma crítica. Essas três atividades são orientadas pela elaboração filosófica de ideias gerais sobre a realidade e os seres humanos. Portanto, para que essas três atividades se realizem, é preciso que a filosofia se defina como busca do fundamento (princípios, causas e condições) e do sentido (significação e finalidade) da realidade em suas múltiplas formas. Para tanto, ela deve indagar o que essas formas de realidade são, como são e por que são, e procurar as causas que as fazem existir, permanecer, mudar e desaparecer.

A filosofia não é ciência: é uma reflexão sobre os fundamentos da ciência, isto é, sobre procedimentos e conceitos científicos. Não é religião: é uma reflexão sobre os fundamentos da religião, isto é, sobre as causas, origens e formas das crenças religiosas. Não é arte: é uma reflexão sobre os fundamentos da arte, isto é, sobre os conteúdos, as formas, as significações das obras de arte e do trabalho artístico. Não é Sociologia nem Psicologia, mas a interpretação e avaliação crítica dos conceitos e métodos da Sociologia e da Psicologia. Não é política, mas interpretação, compreensão e reflexão sobre a origem, a natureza e as formas do poder e suas mudanças. Não é história, mas reflexão sobre o sentido dos acontecimentos inseridos no tempo e compreensão do que seja o próprio tempo.

Yoshikazu Tsuno/Agência France-Presse



Cerimônia xintoísta de purificação em Tóquio, capital do Japão, na véspera do Ano-Novo, em 2012. A filosofia não é religião, mas propõe, entre outras coisas, uma reflexão sobre as causas, origens e formas das crenças religiosas.

Útil? Inútil?

Somos agora capazes de enfrentar a pergunta "para que filosofia?". De fato, agora sabemos que o primeiro ensinamento filosófico não é dizer se algo é útil ou inútil, e sim perguntar: "O que é o útil?", "Por que e para quem algo é útil?", "O que é o inútil?", "Por que e para quem algo é inútil?".

O senso comum de nossa sociedade considera útil o que dá prestígio, poder, fama e riqueza. Julga o útil pelos resultados visíveis das coisas e das ações, como na famosa expressão "levar vantagem em tudo". Não poderíamos, porém, definir o útil de outra maneira? Vamos ver o que dizem sobre isso alguns filósofos de diferentes épocas e lugares.

Platão definia a filosofia como um saber verdadeiro que deve ser usado em benefício dos seres humanos para que vivam numa sociedade justa e feliz.

Descartes dizia que a filosofia é o estudo da sabedoria, conhecimento perfeito de todas as coisas que os humanos podem alcançar para o uso da vida, a conservação da saúde e a invenção das técnicas e das artes com as quais ficam menos submetidos às forças naturais, às intempéries e aos cataclismos.

Kant (1724-1804) afirmou que a filosofia é o conhecimento que a razão adquire de si mesma para saber o que pode conhecer, o que pode fazer e o que pode esperar, tendo como finalidade a felicidade humana.

Marx (1818-1883) declarou que a filosofia havia passado muito tempo apenas contemplando o mundo e que se tratava, agora, de conhecê-lo para transformá-lo, de modo que se alcançasse justiça, abundância e felicidade para todos.

Merleau-Ponty (1908-1961) escreveu que a filosofia é um despertar para ver e mudar nosso mundo.

Espinosa (1632-1677) afirmou que a filosofia é um caminho árduo e difícil, mas que pode ser percorrido por todos, se desejarem a verdadeira liberdade e a felicidade.

Qual seria, então, a utilidade da filosofia?

Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se submeter às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um e à sociedade os meios para sermos conscientes de nós mesmos e de nossas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Biologia e mais uma disciplina, à sua escolha.

Em seus primórdios, a filosofia se apresentava como uma explicação total da realidade, pois vinha substituir a explicação mítica e religiosa. No decorrer da história, ela passou a compartilhar esse papel com outras áreas do saber.

1. Escolha outra disciplina que você conheça, exponha que aspectos da realidade ela busca explicar e compare sua utilidade à da filosofia.
2. Pesquise um exemplo da aplicação dos procedimentos fundamentais da filosofia no trabalho de um biólogo.



Ariana Cubillos/Associated Press/Glow Images

Bióloga pesquisa, em 2010, vestígios deixados por uma onça-pintada no Parque Nacional de Guatopo, na Venezuela.

Em síntese

1. O que quer dizer a palavra *crítica*?
2. O que significa dizer que a filosofia se volta preferencialmente para os momentos de crise?
3. Por que se pergunta "Para que filosofia?", de acordo com o capítulo?
4. O que é e como é a reflexão filosófica? De que modo ela se diferencia da atitude filosófica?
5. Quais são os três conjuntos de questões que organizam a reflexão filosófica?
6. Por que a filosofia é um pensamento sistemático?
7. Explique por que a atividade filosófica é uma análise, uma reflexão e uma crítica.
8. A filosofia tem utilidade? Se sim, qual? Explore o que o texto apresenta e articule-o com a sua posição.

Indicações

Ilha das Flores

- **Direção de Jorge Furtado. Brasil, 1989.**

Neste curta-metragem, uma ação acidental – jogar fora um tomate comprado – tem consequências não previstas e revela-se muito mais complexa do que aparenta. Por meio de uma sequência sistemática de afirmações racionalmente fundamentadas, o filme expõe mecanismos e problemas da sociedade contemporânea.



Reprodução/Casa de Cinema de Porto Alegre

Detalhe do cartaz do filme *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado.

A vida passada a limpo

- **Escrito por Carlos Drummond de Andrade. Companhia das Letras, 2013.**

Este volume reúne poemas publicados originalmente em 1959 pelo escritor mineiro. Temas como a memória, a linguagem e o estranhamento perante o mundo estão presentes em versos como os de "Especulações sobre a palavra homem".

DE OLHO na atualidade

O humor e as crenças silenciosas

Alguns anos atrás, uma empresa fabricante de um doce à base de chocolate veiculou na televisão uma peça publicitária protagonizada por uma famosa atriz televisiva, branca, de alta estatura e voz grave. Em um vestiário masculino de academia, a atriz aparece fazendo uma série de reclamações a dois jovens rapazes brancos enquanto eles se trocam. Os jovens a ridicularizam com uma série de brincadeiras, até que a câmera corta para um terceiro jovem branco. Ele oferece uma barra do doce, dizendo à protagonista que ela "dá muito chilique quando está com fome". Quando a câmera volta a focalizar a personagem principal, após a primeira mordida no doce, ela se transfigurou em um jovem rapaz branco e diz que está "melhor". Os colegas celebram, pois tudo voltou "ao normal".

Veremos no Capítulo 9 como a publicidade mudou sua forma de operar ao longo do último século, deixando de promover apenas as qualidades do produto para buscar associá-lo a valores e ideias que possam ser atraentes ao consumidor. Por ora, basta percebermos que, dentre muitos sentimentos humanos, essa propaganda busca se valer do humor para despertar a simpatia de quem a assiste.

A atitude crítica, característica da filosofia, nos faz sair da posição de espectadores passivos de uma peça de propaganda e de potenciais consumidores de um produto para buscarmos compreender *o que* essa peça de propaganda faz, *por que* ela faz isso e *como* ela o faz. O que é a intenção presente, como ela opera e por que se escolheu recorrer a esse recurso.

Isso nos leva à pergunta: qual é a origem do efeito de humor nessa peça de propaganda? Ora, fica claro que o efeito supostamente humorístico é garantido pela ridicularização da única figura feminina em cena. Como isso é feito? Pelo recurso à generalização indevida e ao estereótipo: por esse ponto de vista, o "chilique" seria uma característica feminina, e se um homem se comporta dessa forma, age "como uma mulher". A barra de chocolate, surpreendentemente, teria o efeito mágico de devolver as coisas "ao seu lugar", livrando o jovem rapaz de ser identificado como detentor de uma característica "feminina" e levando à sua readmissão no círculo masculino.

Diante de tantas crenças silenciosas, a filosofia tem um sem-número de questões a apresentar, visando "O que é o masculino?", "O que é o feminino?", "Qual é a origem das características que definiriam o masculino e o feminino?", "O que é o temperamento?", "Por que supomos que alguém, ao agir de maneira considerada fora de seu habitual, estaria se comportando como se fosse de outro gênero?".

E por que isso pode ser considerado não apenas verdadeiro, mas também risível? Ou seja: não basta se questionar se todas as mulheres, e apenas elas, "dão chiliques": é preciso também buscar compreender por que o fato de um homem fazê-lo torna-o sujeito ao riso. Isso não significaria que a mulher, em nossa sociedade, é sujeita ao ridículo (palavra derivada de *riso*), porque uma atitude que a peça publicitária apresenta como feminina seria condenável?

Laerte/Acervo do artista



O olhar crítico de Laerte para a discussão de gênero.

Por fim, por que alguém poderia considerar esta forma de humor aceitável e desejável? A pergunta "Por que isso me diverte?" é fundamental na reflexão crítica. Ao achar graça nessa peça publicitária, de alguma maneira concorda-se que o "chilique" é uma atitude exclusivamente feminina e necessariamente condenável. Se associar uma atitude supostamente feminina a um homem o tornaria motivo de chacota, isso não quer dizer que a sociedade vê aquilo que é associado ao feminino como inferior? Como seria a reação se a situação fosse inversa?

Assim, a atitude crítica localiza a origem de preconceitos que embasam atitudes de dominação histórica mesmo onde a gente menos espera. Já a reflexão crítica leva a questionamentos sobre nós mesmos: "O que essa propaganda desperta em mim?", "Como isso ocorre?" e "Por que isso ocorre?". Poderíamos nos perguntar também, por exemplo, por que só há atores brancos protagonizando a peça publicitária, quando vivemos em um país em que mais da metade da população é parda ou negra, entre muitas outras questões que surgem quando adotamos a atitude de estranhamento perante o que é cotidiano.

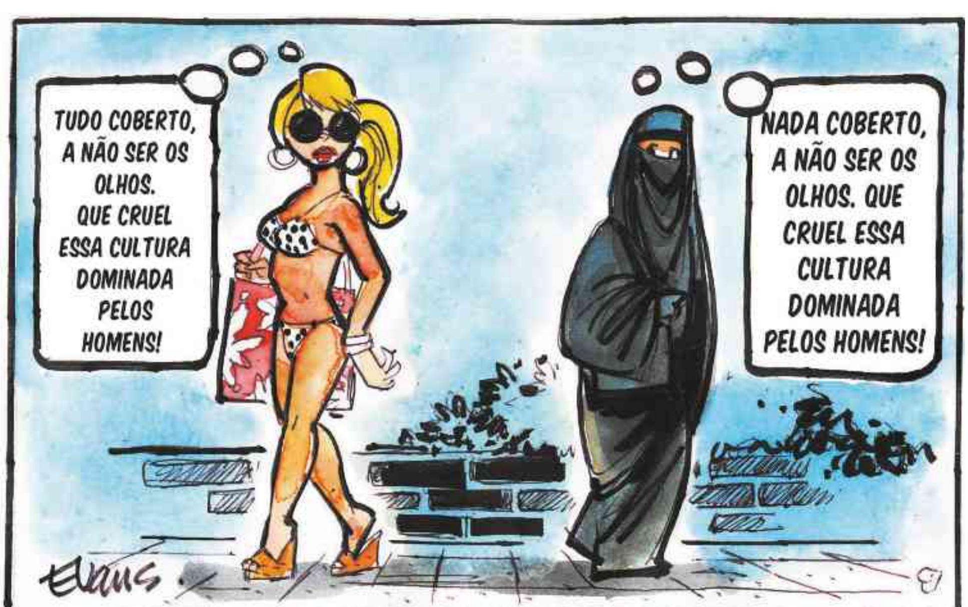
A filosofia busca conhecer o fundamento e o sentido daquilo que nos rodeia e de como nossa realidade interior se relaciona com isso. É tarefa da filosofia investigar, analisar e interpretar valores éticos e culturais e conhecer as causas e formas do preconceito. A atitude reflexiva necessária à filosofia e às ciências humanas e o conhecimento dela decorrente permitiram reforçar a luta do movimento feminista, bem como as dos movimentos negro, indígena, LGBTI, de pessoas com deficiência, entre outras minorias historicamente discriminadas e oprimidas.

Encerramos esta análise com um questionamento: quando alguém afirma que a filosofia é inútil, que crenças silenciosas há por trás disso e por que elas têm tanta força?

Atividades

1. Após a leitura do texto, discuta com seus colegas: toda forma de humor é válida? Qual é a atitude da filosofia diante de uma peça humorística? Procure se lembrar de outros exemplos que poderiam ser analisados e interpretados por uma perspectiva crítica.

2. Veja o cartum abaixo.



Malcolm Evans/Acervo do artista

Cartum de 2011 do neozelandês Malcolm Evans.

- As mulheres representadas chegam à mesma conclusão com base em situações opostas. Com base no que você viu e discutiu até aqui sobre atitude crítica, reflexão crítica e filosofia, problematize as falas de cada uma delas.

CAPÍTULO 3

A origem da filosofia



Reprodução/TV Cultura

"'PORQUE SIM' NÃO É RESPOSTA"

Muitas vezes, o modo como o filósofo questiona o mundo é comparado ao da criança, pois esta não se contenta com qualquer resposta. No programa televisivo Castelo Rá-Tim-Bum, os mais velhos invariavelmente respondiam "Porque sim" às incansáveis perguntas de Zequinha, que era socorrido pelo personagem Telekid e seu bordão "'Porque sim' não é resposta". Embora às vezes possa fantasiar, a criança exige que se apresente uma cadeia de explicações para aquilo com que está tomando contato – inclusive para aquilo em que os adultos nunca param para pensar. Ao buscar a explicação racional sobre as causas das transformações e repetições das coisas, os primeiros filósofos gregos também rejeitaram o "Porque sim" de sua sociedade.

Uma analogia para o filósofo

A filosofia se constituiu quando alguns gregos, insatisfeitos com as explicações sobre a realidade dadas pela tradição por meio dos mitos, começaram a fazer perguntas e buscar respostas para elas. Admirados e espantados com a realidade, demonstraram que os seres humanos e as coisas da natureza podem ser conhecidos pela razão humana, e que a própria razão é capaz de conhecer a si mesma.

Em suma, esses pensadores gregos se deram conta de que a verdade do mundo e dos humanos não era algo secreto e misterioso, revelado por divindades a apenas alguns escolhidos.

Atribui-se ao filósofo grego Pitágoras de Samos (c. 570 a.C.-c. 495 a.C.) a invenção da palavra **filosofia**. Pitágoras teria afirmado que a sabedoria plena e completa pertence aos deuses, mas que os seres humanos podem desejá-la ou amá-la, tornando-se filósofos.

filosofia: palavra composta dos termos gregos *philo* e *sophía*. *Philo* quer dizer 'aquele ou aquela que tem um sentimento amigável', pois deriva de *philía*, 'amizade e amor fraterno'. *Sophía* quer dizer 'sabedoria' e dela vem a palavra *sophós*, 'sábio'. *Filosofia* significa, portanto, 'amizade pela sabedoria', e *filósofo*, 'o que tem amizade pelo saber'.

Nos Jogos Olímpicos da Grécia antiga, realizavam-se não apenas competições esportivas, mas também concursos artísticos. Dizia Pitágoras que três tipos de pessoas ali compareciam: as que iam para comerciar durante os jogos, sem se interessar pelos torneios; as que iam para competir e fazer brilhar suas próprias pessoas, ou seja, os atletas e artistas; e as que iam para assistir aos jogos e torneios, avaliar o desempenho e julgar o valor dos que ali se apresentavam. Esse terceiro tipo de pessoa, afirmava Pitágoras, é como o filósofo.



Funkystock/AGE/Easypix

Entalhe na entrada da catedral de Chartres (século XII), na França, representa Pitágoras tocando um instrumento musical. Os filósofos gregos dedicavam-se simultaneamente ao que hoje vemos como diferentes áreas do conhecimento.

Com isso, ele queria dizer que o filósofo não é movido por interesses comerciais ou financeiros – não coloca o saber como um bem a ser comprado e vendido no mercado. O filósofo também não é movido pelo desejo de competir – não é um “atleta intelectual”, não faz das ideias e dos conhecimentos uma habilidade para vencer competidores. O filósofo é, isso sim, movido pelo desejo de observar, contemplar, julgar e avaliar as coisas, as ações, as pessoas, os acontecimentos, a vida; enfim, pelo desejo de saber.

A verdade não pertence a ninguém nem é um prêmio conquistado por competição. Ela está diante de todos nós como algo a ser procurado, e é encontrada por quem a desejar e tiver olhos para vê-la e coragem para buscá-la.

O que perguntavam os primeiros filósofos

Por que os seres nascem e morrem? Por que os semelhantes dão origem aos semelhantes, de uma árvore nasce outra árvore, de um cão nasce outro cão, de um ser humano nasce outro? Por que os diferentes também fazem surgir os diferentes: o dia faz nascer a noite, o inverno faz surgir a primavera, um objeto escuro clareia com o passar do tempo, enquanto um objeto claro escurece?

Por que tudo muda? Por que um dia luminoso e ensolarado, de céu azul e brisa suave, repentinamente se torna sombrio, coberto de nuvens, varrido por ventos furiosos, tomado pela tempestade, pelos raios e trovões?

Por que a doença invade os corpos, rouba-lhes a cor, a força? Por que o alimento que sempre me agradou agora, que estou doente, me causa repugnância?

Por que o que parecia uno se multiplica em tantos outros? De uma só árvore, quantas flores e quantos frutos nascem! De uma só gata, quantos gatinhos nascem!

Por que as coisas se tornam opostas ao que eram? A brasa vermelha e quente se torna um carvão negro e frio. A água tépida pode tornar-se uma barra dura e gelada, deixando de ser líquida e transparente para tornar-se sólida e opaca.

Por que nada permanece idêntico a si mesmo? De onde vêm os seres? Para onde vão, quando desaparecem? Por que se transformam? Por que se diferenciam uns dos outros? Mas, também, por que tudo parece repetir-se? Depois do dia, a noite; depois da noite, o dia. Depois do inverno, a primavera, depois da primavera, o verão, depois deste, o outono, e depois deste, novamente o inverno. O calor leva as águas para o céu e as traz de volta pelas chuvas. Ninguém nasce adulto ou velho, mas sempre criança, que se torna adulto e velho.

Foram perguntas como essas que os primeiros filósofos fizeram e, para elas, buscaram respostas. A religião, as tradições e os mitos explicavam todas essas coisas, mas suas explicações e respostas já não satisfaziam a quem desejava conhecer as causas da mudança, da permanência, da repetição, da desaparição e do ressurgimento dos seres.


João Marcos Rosa/Agência Nitro

Chuva avança sobre o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT), em dezembro de 2010. Por que as coisas se transformam repentinamente?

O nascimento da filosofia

Os historiadores da filosofia dizem que ela tem data e local de nascimento: fim do século VII a.C. e início do século VI a.C., na cidade de Mileto, uma colônia grega no território da atual Turquia. E o primeiro filósofo foi Tales de Mileto (c. 624 a.C.-c. 546 a.C.), porque foi o primeiro a afirmar que a razão pode conhecer a causa da origem, permanência e transformação de todas as coisas.

Além de ter data e local de nascimento e seu primeiro autor, a filosofia apresenta um conteúdo preciso ao nascer: é uma **cosmologia**.

cosmologia: palavra composta de *cosmo* (*kósmos*), que significa 'a ordem e organização do mundo' ou 'o mundo ordenado e organizado', e *logia*, que vem de *lógos*, 'pensamento racional, discurso racional, conhecimento'. Assim, a filosofia nasce como conhecimento racional da ordem do mundo.

Em suas viagens, os gregos entraram em contato com os conhecimentos de povos como os egípcios, persas, babilônios, assírios e caldeus. Os poetas Homero e Hesíodo elaboraram a mitologia grega antiga com elementos dos mitos e religiões desses povos e das culturas que existiram na Grécia em tempos anteriores. Essa mitologia seria, posteriormente, transformada pelos filósofos.

Os gregos imprimiram mudanças profundas ao que receberam de outras culturas. Dessas mudanças, vale mencionar quatro:

1. Com relação aos mitos: os poetas gregos retiraram os aspectos apavorantes e monstruosos dos deuses e do início do mundo; humanizaram os deuses, divinizaram os homens; deram alguma racionalidade a narrativas sobre as origens das coisas, das pessoas e das instituições humanas (como o trabalho, as leis, a moral).

2. Com relação aos conhecimentos: os gregos transformaram em ciência (isto é, em um conjunto de conhecimentos racional, abstrato e universal) aquilo que eram elementos de uma sabedoria prática. Assim, transformaram em matemática o que os egípcios praticavam como agrimensura para medir, contar e calcular os terrenos após as cheias do rio Nilo; transformaram em astronomia (em estudo da origem, posição e movimento dos astros) a astrologia praticada por caldeus e babilônios como adivinhação e previsão do futuro; transformaram em medicina aquilo que, nas culturas precedentes, eram práticas de grupos religiosos secretos para a cura misteriosa das doenças.

Acervo Museu Arqueológico Nacional, Atenas, Grécia/ Foto: Thanassis Stavrakis/AP/Glow Images



Fragmento da chamada "Máquina de Anticítera", mecanismo de bronze fabricado na Grécia antiga por volta do século II a.C. Estima-se que o aparelho era capaz de calcular a posição relativa do Sol, da Lua e de alguns planetas, bem como prever eclipses e outros ciclos temporais.

3. Com relação à organização social e política: os gregos inventaram não apenas a ciência ou a filosofia, mas também a política. As demais sociedades conheciam e praticavam a autoridade e o governo, mas não a política propriamente dita, porque não separavam o poder político de duas outras formas de autoridade: o poder privado do chefe de família e o poder religioso do sacerdote ou mago. Ou seja, nas sociedades não gregas, o poder e o governo eram exercidos como autoridade absoluta da vontade pessoal e arbitrária de um só homem ou de um pequeno grupo de homens, que possuíam o poder militar, religioso e econômico e decidiam sobre tudo, sem consultar ou se justificar a ninguém.

política: palavra originada do grego *pólis*, que significa 'cidade organizada por leis e instituições'.

Pode-se dizer que os gregos inventaram a política porque: a) tomavam as decisões com base em discussões e debates públicos e as adotavam ou revogavam por voto em assembleias públicas; b) estabeleceram instituições públicas (tribunais, assembleias, separação entre autoridade do chefe de família e autoridade pública, entre autoridade político-militar e autoridade religiosa); c) sobretudo, criaram a ideia da lei e da justiça como expressões da vontade coletiva pública, e não como imposição da vontade de um só ou de um grupo, em nome de divindades.

4. Com relação ao pensamento: diante da herança recebida, os gregos inventaram a ideia de razão como um pensamento sistemático que segue regras, normas e leis universais.

Mito e filosofia

Os historiadores da filosofia indagam se ela transformou gradualmente os mitos gregos ou produziu uma ruptura radical com eles. Vejamos como os mitos gregos explicavam o Universo e por que se acreditava neles.

A narrativa mítica do mundo

Quem narra o mito? O poeta-rapsodo. Por que ele tem autoridade? Acredita-se que o poeta é um escolhido dos deuses, que lhe mostram os acontecimentos passados e permitem que ele veja a origem de todos os seres e de todas as coisas para que possa transmiti-la aos ouvintes. Sua palavra – o mito – é sagrada e incontestável porque vem de uma revelação.

Como o mito narra a origem do mundo e de tudo o que nele existe? De três maneiras principais:

1. Encontrando o pai e a mãe das coisas e dos seres. Isto é, tudo o que existe decorre de relações sexuais entre forças divinas pessoais. Essas relações geram os titãs (filhos da primeira mãe e do primeiro pai e seus sucessores como governantes do Universo), os deuses (filhos de um dos titãs e seus sucessores), os heróis (filhos de um deus com uma humana ou de uma deusa com um humano), os humanos, os metais, as plantas, os animais, as qualidades (como quente e frio, claro e escuro, bom e mau, belo e feio, etc.).

Trata-se de uma genealogia; isto é, narra-se como alguns seres geraram outros seres, coisas e qualidades.



Reprodução/Acervo Galeria Nacional, Londres, Inglaterra.

O julgamento de Páris (1636), do pintor flamengo Peter Paul Rubens (1577-1640). A partir do Renascimento, os temas da mitologia grega serviram de inspiração frequente para obras artísticas europeias, ao mesmo tempo que a filosofia grega e as ciências dela derivadas influenciaram pensadores de diferentes áreas.

2. Encontrando uma rivalidade ou uma aliança entre os deuses que fazem surgir alguma coisa no mundo. Nesse caso, o mito narra ou uma guerra entre as forças divinas, ou uma aliança entre elas para provocar alguma coisa no mundo dos seres humanos.

É assim, por exemplo, que o poeta Homero explica na *Ilíada* por que a vitória nas batalhas da Guerra de Troia ora era dos troianos, ora dos gregos.

Os deuses estavam divididos. A cada batalha, o rei dos deuses, Zeus, aliava-se a um grupo e fazia um dos lados vencer.

A própria causa da guerra teria sido uma rivalidade entre as deusas. Elas apareceram em sonho para o príncipe troiano Páris, oferecendo-lhe seus dons, e ele escolheu a deusa do amor, Afrodite. As outras deusas, enciumadas, o fizeram raptar Helena, esposa do general grego Menelau. Isso deu início à guerra entre os humanos.

3. Encontrando as recompensas ou castigos que os deuses dão a quem os obedece ou desobedece. Como o mito narra, por exemplo, o uso do fogo pelos seres humanos, essencial para diferenciá-los dos animais? Conta-se que um titã, Prometeu, roubou uma centelha de fogo dos deuses e a trouxe de presente para os humanos, de quem era amigo. Prometeu foi castigado, sendo amarrado num rochedo para que uma ave de rapina devorasse seu fígado eternamente.

E qual foi o castigo dos homens? Os deuses criaram a primeira mulher humana, Pandora, uma figura encantadora a quem foi entregue uma caixa que conteria coisas maravilhosas, mas que nunca deveria ser aberta. Pandora foi enviada aos humanos e, cheia de curiosidade e de vontade de dar-lhes as maravilhas, abriu a caixa. Dela saíram todas as desgraças, doenças, pestes, guerras e, sobretudo, a morte. Explica-se, assim, a origem dos males no mundo.

Cosmogonia e teogonia

Vemos, portanto, que o mito narra a origem das coisas por meio de lutas, alianças e relações sexuais entre forças sobrenaturais que governam o mundo e o destino dos seres humanos. Como os mitos sobre a origem do mundo são genealogias, diz-se que são **cosmogonias** e **teogonias**.

cosmogonia: *gonia* origina-se do verbo grego *gennao* ('engendrar', 'gerar', 'fazer nascer e crescer') e do substantivo *genos* ('gênese', 'descendência', 'gênero', 'espécie'). *Gonia*, portanto, quer dizer 'geração', 'nascimento a partir da concepção sexual e do parto'. Assim, a cosmogonia é a narrativa sobre o nascimento e a organização do mundo (*cosmos*) a partir de forças geradoras (pai e mãe) divinas.

teogonia: palavra composta de *gonia* e *theos*, que, em grego, significa 'as coisas divinas', 'os seres divinos', 'os deuses'. A teogonia é, portanto, a narrativa da origem dos deuses a partir de seus antepassados.

A filosofia não é uma cosmo*gonia*, e sim uma cosmo*logia*, pois é uma explicação racional sobre a origem do mundo e sobre as causas das transformações e repetições das coisas. Mas teria a cosmologia nascido de uma transformação gradual dos mitos ou de uma ruptura radical com eles?

Os estudiosos concluíram que as contradições e limitações dos mitos para explicar a realidade natural e humana levaram a filosofia a retomá-los, porém os reformulando e racionalizando. Ou seja, transformando-os numa explicação inteiramente nova e diferente.

Quais são as diferenças entre filosofia e mito? Podemos apontar três como as mais importantes:

1. O mito pretendia narrar como as coisas eram no passado imemorial, longínquo e fabuloso antes que tudo existisse tal como no presente. A filosofia, ao contrário, se preocupa em explicar como e por que, no passado, no presente e no futuro, as coisas são como são.

2. O mito narrava a origem por meio de genealogias e rivalidades ou alianças entre forças divinas sobrenaturais e personificadas. A filosofia, ao contrário, explica a produção das coisas por causas naturais e impessoais, com base em elementos naturais primordiais. Assim, por exemplo, o mito falava nos deuses Urano (o céu), Ponto (o mar) e Gaia (a terra); a filosofia fala diretamente em céu, mar e terra. O mito narrava a origem dos seres celestes, terrestres e marinhos pelos casamentos de Gaia com Urano e Ponto. A filosofia explica o surgimento do céu, do mar e da terra e dos seres que neles vivem pelos movimentos e ações de composição, combinação e separação de quatro elementos primordiais (úmido, seco, quente e frio).

3. O mito não se importava com contradições, com o fabuloso e o incompreensível. Não só porque esses eram traços próprios das narrativas religiosas, como também porque a confiança e a crença no mito vinham da autoridade religiosa do narrador.

A filosofia, ao contrário, não admite contradições, fabulação e coisas incompreensíveis, mas exige que a explicação seja coerente, lógica e racional. Além disso, a autoridade da explicação não vem da pessoa do filósofo, mas da razão, que é a mesma em todos os seres humanos.



Reprodução/Acervo Galeria Nacional, Londres, Inglaterra.

Leituras filosóficas

Cosmos

É em redor de duas perguntas — qual a formação e a estrutura do cosmos? qual o processo do evoluir das coisas? — que todo o pensamento dos primeiros filósofos se concentra. Procura, para além da pluralidade percebida que os dados da experiência cotidiana nos oferecem, fixar uma unidade que constitua as conexões internas e invisíveis; procura, para tudo dizer, determinar o princípio material, uno, de que a complexidade deriva e a própria razão de ser dessa derivação. Para os primeiros filósofos, é inteligível apenas o que pode referir-se a um primeiro princípio de onde tudo provém e pelo qual tudo se ordena.

VILHENA, V. de Magalhães. *Panorama do pensamento filosófico.* Lisboa: Cosmos, 1958. v. 2. p. 159.

Museu do Louvre, Paris, França/The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil



Filósofo em meditação (1632), óleo sobre madeira atribuído ao pintor flamengo Rembrandt van Rijn (1606-1669).

O escopo da filosofia em seus começos é buscar e reconhecer, para lá das aparências múltiplas, a unidade que faz da própria natureza um cosmos: a única substância que constitui seu ser, a única lei que regula seu devir. A substância é, para esses primeiros filósofos, a matéria de que todas as coisas se compõem, mas também a força que explica a sua composição, o seu nascimento, a sua morte, e a sua própria mudança. Ela é princípio, não só no sentido de explicar a origem de todos os seres, mas ainda e sobretudo no sentido que torna inteligível a unidade da multiplicidade e a mutabilidade que parece, à primeira vista, tão rebelde à consideração unitária.

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Lisboa: Presença, 1969. v. 1. p. 35-36.

1. Localize nos dois textos aquilo que os primeiros filósofos:
a) consideravam ilusório;
b) consideravam que deveria ser buscado pela filosofia por trás do ilusório.

2. Como os primeiros filósofos concebem a matéria que compõe todas as coisas? Indique qual texto trata disso.

3. Segundo Abbagnano, "O escopo da filosofia em seus começos é buscar e reconhecer, para lá das aparências múltiplas, a unidade que faz da própria natureza um cosmos". Em que medida isso mostra um afastamento em relação à explicação mítica ou sagrada? Discutam em grupo e elaborem uma resposta conjunta.

Condições históricas para a formação da filosofia

Podemos apontar como principais condições históricas para a formação da filosofia na Grécia:

- as viagens marítimas dos gregos. Graças a elas, os gregos não só descobriram que não havia monstros e seres fabulosos nos mares, mas também que os locais onde habitariam deuses, titãs e heróis eram, na realidade, habitados por outros seres humanos. As viagens produziram o desencantamento ou a desmitificação do mundo, que passou a exigir uma nova explicação sobre sua origem;
- a invenção do calendário, que é uma forma de calcular o tempo segundo as estações do ano, as horas do dia, os fatos importantes que se repetem. Isso revela uma capacidade de abstração nova, ou uma percepção do tempo como algo natural, e não como uma força divina (o deus Cronos) incompreensível;
- a invenção da moeda, que permitiu uma forma de troca que não se realiza como escambo ou em espécie (isto é, coisas trocadas por outras). Esse cálculo do valor semelhante de coisas diferentes revela uma nova capacidade de abstração e de generalização;
- o desenvolvimento da vida urbana, na qual predominam o comércio e o artesanato. Isso levou ao aprimoramento de técnicas de fabricação e de troca e à diminuição do prestígio da aristocracia proprietária de terras, por quem e para quem os mitos foram criados. Além disso, como a emergente classe de comerciantes ricos precisava encontrar pontos de poder e de prestígio para suplantar o velho poderio da aristocracia de terras e de sangue, muitos procuraram o prestígio pelo patrocínio e estímulo às artes, às técnicas e aos conhecimentos. Consequentemente, criou-se um ambiente favorável ao desenvolvimento da filosofia;
- a adoção da **escrita alfabética**, que, como a do calendário e a da moeda, revela o crescimento da capacidade de **abstração** e de generalização. Isso porque, em vez de representar cada coisa que precise ser dita por meio de uma imagem diferente – como os hieróglifos dos egípcios ou os ideogramas dos chineses –, as escritas fonéticas oferecem uma pequena gama de sinais ou signos abstratos que, combinados, representam os sons das palavras;

escrita fonética alfabética: nas escritas não fonéticas, a cada sinal corresponde uma coisa ou ideia; na escrita alfabética, que é fonética, as letras são independentes e podem ser combinadas de formas variadas em palavras. Ou seja, em escritas não fonéticas, o signo representa a coisa assinalada; na escrita alfabética, a palavra designa uma coisa e exprime uma ideia. Nas primeiras, há a tendência de sacralizar os sinais ou os signos ou de lhes dar um caráter mágico (de maneira que quem sabe escrever ou usar os inúmeros sinais tem poder sobre as coisas e sobre os outros), enquanto a última, de fácil aprendizado, é inteiramente leiga, abstrata e racional.

Ver **abstração** no Glossário.



Adam Woolfitt/Robert Harding/Agência France-Presse

Detalhe da Pedra de Roseta, datada do século II a.C. Descoberta no Egito no final do século XVIII, permitiu a decodificação de diversos hieróglifos por meio de sua tradução em caracteres gregos.

- a invenção da política, que introduz três aspectos decisivos para o nascimento da filosofia:

  1. *A ideia da lei* como expressão da vontade de uma coletividade humana que decide por si mesma o que é melhor para si e como ela definirá suas relações internas. Essa característica da pólis grega – um espaço legislado e regulado – servirá de modelo para a filosofia propor que também o mundo é racionalmente legislado, regulado e ordenado.

  2. A constituição de um *espaço público*, que faz aparecer um tipo de discurso diferente daquele que era preferido pelo mito. Neste, um poeta-vidente recebia das deusas ligadas à memória (a deusa Mnemosyne e suas filhas, as musas, entidades que guiavam o poeta) uma iluminação ou uma revelação sobrenatural e, então, dizia aos homens as decisões dos deuses que eles deveriam obedecer.

  Agora, com a pólis, isto é, a cidade política, a palavra constitui-se como direito de cada **cidadão** emitir em público sua opinião, discuti-la com os outros, persuadi-los a tomar uma decisão proposta por ele. Desse modo, surge o discurso político como palavra humana compartilhada, como diálogo, discussão e deliberação humana, isto é, como decisão racional e exposição dos motivos ou das razões para fazer ou não alguma coisa.

  Com a política, valorizou-se o pensamento racional, criando condições para que surgisse o discurso ou a palavra filosófica.

  3. A noção de *discussão pública* das opiniões e ideias. A política estimula um pensamento e um discurso públicos, que sejam ensinados, transmitidos, comunicados e discutidos, e não formulados por seitas de iniciados em mistérios sagrados. A ideia de um pensamento que todos podem compreender, discutir e transmitir é fundamental para a filosofia.

cidadania na Grécia antiga: o conceito de cidadania em Atenas, onde se desenvolveu a cidade política, tinha o sentido de 'condição mediante a qual um membro da pólis pode exercer seu direito de participar da vida política'. No entanto, dele estavam excluídos aqueles que eram considerados dependentes: mulheres, escravos, crianças e idosos. Também estavam excluídos os estrangeiros. Portanto, é preciso fazer a ressalva de que só a minoria da população de Atenas de fato participava de sua vida política.

De Agostini Picture/Getty Images



Concepção artística de como teria sido a cidade de Corinto no século V a.C. A racionalidade na Grécia antiga se manifestava também na arquitetura e no planejamento urbano: a linearidade e a simetria são critérios para a organização do espaço urbano.

A filosofia como instituição tipicamente grega

A filosofia pode ser entendida como aspiração ao conhecimento racional, lógico, demonstrativo e sistemático:

- da realidade natural e humana;
- da origem e das causas da ordem do mundo e de suas transformações;
- da origem e das causas das ações humanas e do próprio pensamento.

Por razões históricas e políticas, esta instituição cultural grega tornou-se o modo de pensar e de se exprimir predominante da chamada cultura europeia ocidental. Devido à colonização europeia das Américas, também fazemos parte dessa cultura – ainda que de modo inferiorizado e colonizado.

Dizer que a filosofia é tipicamente grega não significa, evidentemente, que povos como os chineses, os hindus, os japoneses, os árabes, os persas, os hebreus, as sociedades africanas ou as indígenas da América não possuam sabedoria, pois possuíam e possuem. Também não quer dizer que esses povos não tivessem desenvolvido o pensamento e formas de conhecimento da natureza e dos seres humanos, pois desenvolveram e desenvolvem.

Alain Jocard/Agência France-Presse



Debate durante a Conferência do Clima da ONU (COP 21), realizado em Le Bourget, França, em 2015. A tendência à racionalidade, a recusa de explicações preestabelecidas e a tendência à argumentação e ao debate são heranças da filosofia grega.

Quando se diz que a filosofia é grega, o que se quer dizer é que ela apresenta características, concepções e formas de pensar e de exprimir os pensamentos completamente diferentes das formas de pensar de outras culturas (tanto anteriores à grega quanto nossas contemporâneas).

Vejamos os principais traços que definem a atividade filosófica nascente:

- **Tendência à racionalidade**, pois os gregos foram os primeiros a definir o ser humano como animal racional, ou seja, foram os primeiros a considerar que o pensamento e a linguagem definem a razão, que o homem é um ser dotado de razão e que a racionalidade é seu traço distintivo. Mesmo que a razão humana não possa conhecer tudo, tudo o que ela pode conhecer conhece plena e verdadeiramente, e ela é a condição de todo conhecimento verdadeiro. Por isso mesmo, a própria razão deve conhecer as leis, regras, princípios e normas de suas operações e de seu exercício correto.
- **Recusa de explicações preestabelecidas** e, por isso mesmo, exigência de que se encontre uma explicação racional para cada fato e se investiguem e encontrem as soluções para cada problema ou dificuldade.
- **Tendência à argumentação e ao debate** para oferecer respostas conclusivas a questões, dificuldades e problemas, de modo que nenhuma solução seja aceita se não houver sido demonstrada conforme os princípios e as regras do pensamento verdadeiro.
- **Capacidade de generalização**, isto é, de mostrar que uma explicação é válida para muitas coisas ou fatos diferentes porque, sob a aparência da diversidade e da variação, o pensamento descobre semelhanças e identidades. Essa capacidade racional é a **síntese**.

síntese: palavra de origem grega; significa 'reunião ou fusão de várias coisas ou de várias partes para formar um todo coerente'.

Como opera a síntese

Para meus olhos, meu tato e meu olfato, o gelo é diferente da neblina, que é diferente do vapor de uma chaleira, que é diferente da chuva, que é diferente da correnteza de um rio. No entanto, o pensamento mostra que se trata sempre de um mesmo elemento (a água), que passa por diferentes estados e formas (líquido, sólido, gasoso) em decorrência de causas naturais diferentes (condensação, liquefação, ebulição). O pensamento generaliza, isto é, encontra sob as diferenças os traços semelhantes e faz uma síntese deles.

- **Capacidade de diferenciação**, isto é, de mostrar que fatos ou coisas que aparecem como iguais ou semelhantes são, na verdade, diferentes, quando examinados pelo pensamento ou pela razão. Essa capacidade racional é a **análise**.

> **análise**: palavra de origem grega; significa 'ação de desligar e separar, separação de um todo em suas partes'.

Um exemplo nos ajudará a compreender como procede a análise. Nos anos 1990 e 2000, cada vez mais mulheres do movimento negro passam a vestir turbantes coloridos, inspirados nos usados na África. Com o passar do tempo, mulheres brancas, principalmente universitárias, começam a comprar turbantes de inspiração africana em lojas de pequeno porte nas grandes cidades. Por fim, uma conhecida fábrica de sapatos finos faz uma campanha publicitária estrelada por três atrizes brancas usando turbantes.

Aparentemente, teríamos sempre a mesma coisa: mulheres jovens incorporando a seu vestuário uma peça de origem africana. No entanto, o pensamento pode mostrar que, sob a semelhança percebida, há diferenças: as mulheres do movimento negro viam no turbante uma forma de valorizar sua identidade cultural e a luta pelos direitos da mulher negra no Brasil; já as mulheres brancas os utilizam apenas porque consideram que ficam mais bonitas ou diferentes com ele, sem que haja ligação com esses movimentos; por fim, a grife de sapatos utiliza o turbante como mera peça de composição para a venda de seu produto, sem qualquer preocupação com sua origem ou com o que ele representa – o fato de nenhuma modelo negra aparecer na campanha é um indício disso. Separando as aparentes semelhanças, distinguindo-as, o pensamento descobriu diferenças e realizou uma análise.


Aloisio Mauricio/Fotoarena

Participantes da Marcha das Mulheres Negras, em São Paulo (SP). Foto de 2015.

Em resumo: argumentar e demonstrar por meio de princípios e regras necessários e universais, apreender pelo pensamento a unidade real sob a multiplicidade percebida ou, ao contrário, apreender pelo pensamento a multiplicidade e diversidade reais de algo percebido como uma unidade ou uma identidade, eis aí algumas das características do que os gregos chamaram filosofia.

O legado da filosofia grega para a atualidade

Do legado filosófico grego, podemos destacar como principais contribuições as seguintes ideias:

- O conhecimento verdadeiro deve encontrar as leis e os princípios universais e necessários do objeto conhecido e deve demonstrar sua verdade por meio de provas ou argumentos racionais. Ou seja, em primeiro lugar, um conhecimento não é algo que alguém impõe a outros, e sim algo que deve ser compreendido por todos, pois a razão ou a capacidade de pensar e conhecer é a mesma em todos os seres humanos. Em segundo lugar, um conhecimento só é verdadeiro quando explica racionalmente o que é a coisa conhecida, como ela é e por que ela é.

  É assim, por exemplo, que a Matemática deve ser considerada um conhecimento racional verdadeiro, pois define racionalmente seus objetos. Ninguém impõe aos outros que o círculo é uma figura geométrica em que todos os pontos são equidistantes do centro, pois essa definição simplesmente ensina que qualquer figura desse tipo será necessariamente denominada círculo. Além de definir seus objetos, a Matemática os demonstra por meio de provas (os teoremas) fundadas em princípios racionais verdadeiros (os axiomas e os postulados).
- A natureza segue uma ordem necessária, e não casual ou acidental. Ou seja, ela obedece a leis e princípios necessários (não poderiam ser outros ou diferentes do que são) e universais (são os mesmos em todos os lugares e em todos os tempos). Em outras palavras, uma lei natural é necessária porque nenhum ser natural escapa dela nem pode operar de outra maneira que não

desta; e uma lei da natureza é universal porque é válida para todos os seres naturais em todos os tempos e lugares.

A ideia de ordem natural necessária e universal é o fundamento da filosofia em sua primeira expressão conhecida, a *cosmologia*. É, pois, responsável pelo surgimento da chamada "filosofia da natureza" ou "ciência da natureza", que os gregos chamaram *física* (palavra derivada do vocábulo grego *physis*, 'natureza'). Assim, por exemplo, a ideia de que a natureza segue leis universais e necessárias levou, no século XVII, Galileu Galilei (1564-1642) a demonstrar as leis do movimento e as leis da queda dos corpos. Ou, naquele mesmo século, levou Isaac Newton (1643-1727) a estabelecer uma lei física válida para todos os corpos naturais, a lei da gravitação universal. E, no século XX, levou Albert Einstein (1879-1955) a estabelecer uma lei da conservação de toda a matéria e energia do Universo, lei que se exprime na fórmula $E = mc^2$ (em que E é a energia, m é a massa e c é a velocidade da luz), segundo a qual toda massa tem uma energia associada, cujo valor se descobre multiplicando a massa pelo quadrado da velocidade da luz.

- As leis necessárias e universais da natureza podem ser plenamente conhecidas pelo nosso pensamento. Isto é, não são conhecimentos misteriosos e secretos, que precisariam ser revelados por divindades, mas sim conhecimentos que o pensamento humano pode alcançar por sua própria força e capacidade.
- A razão humana também obedece a princípios, leis, regras e normas universais e necessários, com os quais podemos distinguir o verdadeiro do falso. Em outras palavras: por sermos racionais, nosso pensamento é coerente e capaz de conhecer a realidade porque segue leis lógicas de funcionamento.

Nosso pensamento diferencia uma afirmação de uma negação porque, na afirmação, atribuímos alguma coisa a outra coisa (quando afirmamos que "Sócrates é um ser humano", atribuímos humanidade a Sócrates); já na negação, retiramos alguma coisa de outra (quando dizemos "Este caderno não é verde", estamos retirando do caderno a cor verde). Por isso mesmo, nosso pensamento percebe o que é a identidade, isto é, que devemos sempre e necessariamente afirmar que uma coisa é idêntica a si mesma ("Sócrates é Sócrates"), pois, se negarmos sua identidade, estaremos retirando dela ela própria. Graças à afirmação da identidade, o pensamento pode distinguir e diferenciar os seres ("Sócrates é diferente de Platão e ambos são diferentes de uma pedra").

Nosso pensamento também percebe o que é uma contradição, ou seja, que é impossível afirmar e negar ao mesmo tempo algo de alguma coisa ("O infinito é ilimitado e não é ilimitado"). Por isso, nossa razão também percebe a diferença entre uma contradição e uma alternativa, pois, nesta, ou a afirmação será verdadeira e a negação será falsa, ou vice-versa ("Ou haverá guerra ou não haverá guerra").

The Bridgeman Art Library/Keystone

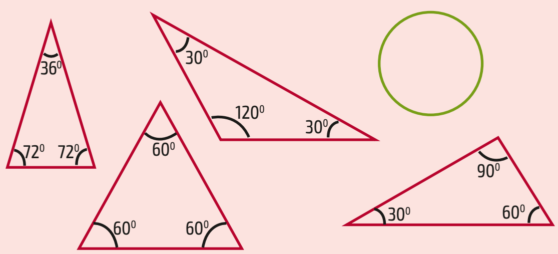


Imagem que representa a existência de uma ordem natural necessária e universal como fundamento do conhecimento: caricatura que satiriza o acontecimento que levou à descoberta da lei da gravitação universal por Isaac Newton. *A lei da gravidade*, litografia de Arthur Moreland, cartunista político conhecido pela série "Humores da História", publicada em 1898.

Racionalidade e identidade das definições

Triângulo: figura geométrica em que a soma dos ângulos internos é igual à soma de dois ângulos retos.

- Por que a definição do triângulo é **racional**? Porque não é uma imposição: ela simplesmente estabelece que uma figura com tal propriedade será denominada triângulo.
- Por que **afirmamos** essa definição? Porque nosso pensamento atribui a essa figura as características mencionadas e não atribui outras características que sejam contraditórias a essas. Ou seja, nosso pensamento atribui **identidade**.
- Por que negamos que o círculo é um triângulo? Porque, afirmando a identidade do triângulo, o **diferenciamos** daquilo que ele não é.



Nosso pensamento distingue quando uma afirmação é verdadeira ou falsa porque distingue o não contraditório do contraditório e porque reconhece o verdadeiro como a conclusão de uma demonstração, de uma prova ou de um argumento racional. Se alguém apresentar o seguinte raciocínio: “Todos os homens são mortais. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal”, diremos que a afirmação “Sócrates é mortal” é verdadeira porque foi concluída de outras afirmações que já foram demonstradas verdadeiras (“Todos os seres que nascem e perecem existem no tempo. Todos os seres que existem no tempo são mortais”; “Todos os homens existem no tempo. Todos os homens são mortais”).

- As práticas humanas dependem da vontade livre, da deliberação e da discussão, de uma escolha emocional ou racional, de nossas preferências e opiniões. Esses fatores se realizam segundo certos valores e padrões estabelecidos pela natureza ou pelos próprios seres humanos, e não por imposições misteriosas e incompreensíveis. Essas práticas são a ética (a conduta moral), a política (a conduta no espaço público) e as técnicas (os instrumentos que agem sobre a natureza e a sociedade).
- O fato de os acontecimentos naturais e humanos serem necessários porque obedecem a leis (da natureza humana) não exclui a compreensão de que eles também podem ser acidentais, seja porque um concurso de circunstâncias os faz ocorrer por acaso na natureza, seja porque as ações humanas dependem das escolhas e deliberações das pessoas.

Uma pedra lançada ao ar cai necessariamente porque pela lei natural da gravitação ela necessariamente deve cair; um ser humano anda porque as leis anatômicas e fisiológicas que regem seu corpo fazem com que tenha os meios necessários para isso. No entanto, se uma pedra, ao cair, atingir a cabeça de um passante, esse acontecimento é acidental. Por quê? Porque se o passante não estivesse andando por ali naquela hora, a pedra não o atingiria. Assim, a queda da pedra é necessária e o andar de um ser humano é necessário, mas a queda de uma pedra sobre minha cabeça quando ando é inteiramente acidental. É o acaso. Contudo, o próprio acaso não é desprovido de uma lei natural. Como explica Aristóteles, o acaso é o encontro acidental de duas séries de acontecimentos necessárias (é por necessidade natural que a pedra cai e é por necessidade natural que a pessoa anda). A lei natural do acaso é, portanto, o encontro acidental de coisas que em si mesmas são necessárias.

Todavia, a situação das ações humanas é bastante diversa dessa. É verdade que é por uma necessidade natural ou por uma lei da natureza que eu ando. Mas é por deliberação voluntária que ando para ir à escola em vez de andar para ir ao cinema, por exemplo. É verdade que é por uma lei necessária da natureza que os corpos pesados caem, mas é por uma deliberação humana e por uma escolha voluntária que, usando a ciência e a técnica, fabrico uma bomba, a coloco num avião e a faço despencar sobre Hiroxima. Essa escolha, própria da ética, da política e das técnicas, faz com que a ação humana introduza o possível no mundo, pois o possível é o que pode acontecer ou deixar de acontecer, dependendo de uma escolha ou de uma decisão voluntária e livre.

Um dos legados mais importantes da filosofia grega é, portanto, a diferença entre o necessário (o que não pode ser senão como é) e o contingente (o que pode ser ou não ser), bem como a diferença entre o acaso (o que pode ou não acontecer na natureza) e o possível (o que pode ou não acontecer nos acontecimentos humanos).

- Os seres humanos naturalmente aspiram ao conhecimento verdadeiro (porque são racionais), à justiça (porque são dotados de vontade livre) e à felicidade (porque são dotados de emoções e desejos). Isto é, os seres humanos não vivem ou agem cegamente nem são comandados por forças extranaturais secretas e misteriosas: eles instituem por si mesmos valores pelos quais dão sentido à sua vida e às suas ações.



Abdeljalil Bounhar/Associated Press/Glow Images

Manifestante confronta policiais em Rabat, capital do Marrocos, em 2011, durante os protestos por democracia e ampliação da cidadania da chamada Primavera Árabe. Nossas ações dependem de fatores como nossos sentimentos e opiniões, os quais se orientam pelos valores e padrões estabelecidos pela natureza ou pelos próprios seres humanos.

O necessário, o acaso e o possível em nossas ações

- O **necessário** é o que não está em nosso poder escolher, pois acontece e acontecerá sempre (não depende de nós que o Sol brilhe, que haja dia e noite).
- O **acaso** também não está em nosso poder escolher, mas é contingente (não escolho que aconteça uma tempestade justamente quando estou fazendo uma viagem de navio ou de avião, nem escolho estar num veículo que será atingido por outro, dirigido por um motorista embriagado).
- O **possível**, ao contrário do necessário e do acaso, é exatamente o que temos poder de escolher e fazer.

Essas diferenciações legadas pela filosofia grega nos permitem evitar tanto o fatalismo – "Tudo é necessário, temos de nos conformar com o destino" – como a ilusão de que podemos tudo quanto quisermos.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Biologia e Química.

Os gregos transformaram em ciência (em conhecimento racional, abstrato e universal) aquilo que eram elementos de uma sabedoria prática para o uso direto na vida. Além disso, compreenderam que as decisões no uso direto desse conhecimento são inseparáveis da ética, da política e do uso das técnicas.


Benoit Marquet/Agência France-Presse

Moçambicano trabalha na primeira fábrica de medicamentos contra o vírus HIV de seu país, em Matola, 2012.

- Depois de fazer um rápido levantamento simples em livros, revistas e *sites* sobre a invenção do primeiro antibiótico, a penicilina, realize as seguintes atividades por escrito:
  a) Faça a diferenciação entre o que corresponde ao necessário, ao acaso e ao possível no processo de descoberta da penicilina.
  b) Procure identificar nesse artefato e no procedimento que levou à sua descoberta a presença de elementos ou pressupostos filosóficos. Por exemplo, como a tendência à racionalidade ou a capacidade de diferenciação influenciaram na produção da penicilina? Ou, ainda, qual é a ética por trás da comercialização desse tipo de medicamento? Apoie seus argumentos no que foi estudado neste capítulo sobre a relação entre filosofia e ciência.

Em síntese

1. Qual é a origem do termo *philosophía* e por que Pitágoras utilizou-o para designar essa área do pensamento?
2. O que levou alguns gregos a se aproximarem da filosofia?
3. Um dos principais traços da filosofia nascente é a tendência à racionalidade. O que isso significa?
4. Explique a diferença entre síntese e análise e dê um exemplo não citado neste capítulo para cada uma.
5. O que significa afirmar que a razão e o pensamento operam obedecendo a leis, princípios e regras universais? Explique com suas palavras.
6. Para a ação humana, qual é a diferença entre o necessário, o contingente e o possível? Exponha dando novos exemplos.
7. O que é o mito? Por que ele merecia confiança e era inquestionável?
8. Quais as principais diferenças entre filosofia e mito? Dê um exemplo de mito (de qualquer origem) que não tenha sido citado.
9. Liste, resumidamente, as condições históricas que propiciaram o surgimento da filosofia na Grécia e explique a importância da capacidade de abstração nesse processo.
10. Por que a invenção da política foi decisiva para o nascimento da filosofia?
11. Mencione e explique alguns legados da filosofia para o pensamento ocidental.
12. Veja ao lado a obra *O nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, uma das versões para o nascimento da deusa romana do amor, em que ela se origina da espuma do mar após a genitália do deus Urano (o céu) ser nele jogada. Comente os aspectos tipicamente míticos presentes na obra e na narrativa.



Reprodução/Galleria degli Uffizi, Florença.

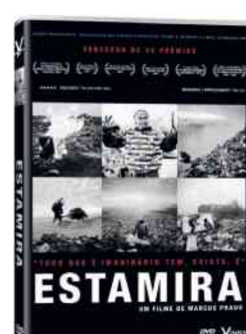
O nascimento de Vênus (1483), têmpera sobre tela de Sandro Botticelli. Deusa romana do amor e da beleza, Vênus corresponde à deusa grega Afrodite.

Indicações

Estamira

- **Direção de Marcos Prado. Brasil, 2006.**

Estamira mora e cata lixo em um aterro sanitário na região metropolitana do Rio de Janeiro. Considerada louca por uns, esquizofrênica por outros, mistura em seus relatos explicações formuladas por sua mitologia particular e contestações às explicações míticas ou não racionais do restante da sociedade.



Zazen Produções Audiovisuais/Riofilme

Capa do DVD *Estamira*, documentário de Marcos Prado.

O mundo de Sofia

- **Escrito por Jostein Gaarder. Companhia das Letras, 2011.**

Neste romance, Sofia começa a receber cartas com perguntas misteriosas e surpreendentes. Logo descobre que o remetente é um professor de Filosofia, com quem começa a descobrir os fundamentos e a história dessa disciplina. No entanto, a jovem passa a receber também misteriosos cartões-postais de outro remetente, Albert Knag. O que ele deseja com essa correspondência?

CAPÍTULO 4

Períodos e campos de investigação da filosofia grega


Ana Dantas/Acervo da artista

EM BUSCA DO CONHECIMENTO

Para compor as obras de série *Para chegar lá: segundo T. S. Eliot* (2009-2011), a artista Ana Dantas primeiro se fotografou em diferentes posições. Em seguida, revelou as fotografias e juntou a elas cadarços em forma de corda-bamba ou escada de corda, por exemplo, criando a sugestão da necessidade de sair do plano da imagem para o da realidade. Trabalhos artísticos como este se inspiram em questionamentos realizados por uma extensa tradição de busca pela compreensão da realidade do mundo e de si mesmo, iniciada pelos filósofos gregos há muitos séculos.

Os períodos da filosofia grega

Como vimos no capítulo anterior, a filosofia nasce quando o mito deixa de ser considerado a explicação mais convincente e satisfatória da realidade natural e humana. Os primeiros filósofos buscaram realizar uma reformulação racional das narrativas míticas na tentativa de explicar a origem do mundo e das coisas.

Ao longo dos séculos, as preocupações da filosofia grega se ampliam para as questões humanas e, depois, para o que está além do mundo físico e humano. Vejamos quais são essas preocupações em cada um dos quatro grandes períodos da filosofia grega.

1. **Período pré-socrático ou cosmológico** (fim do século VII a.C.-fim do século V a.C.): a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza.

2. **Período socrático ou antropológico** (fim do século V a.C.-fim do século IV a.C.): a filosofia investiga as questões humanas – isto é, a ética, a política e as técnicas. Além disso, busca compreender qual é o lugar do ser humano no mundo.

3. **Período sistemático** (fim do século IV a.C.-fim do século III a.C.): a filosofia busca reunir e sistematizar tudo o que foi pensado nos dois períodos anteriores. A filosofia se interessa em mostrar que tudo pode ser objeto do conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência. Nesse período desenvolvem-se a teoria do conhecimento, a psicologia e a lógica. Além disso, os filósofos procuram encontrar o fundamento último de todas as coisas por meio de uma investigação que, mais tarde, receberá o nome *metafísica*.

4. **Período helenístico ou greco-romano** (fim do século III a.C.-século VI d.C.): esse longo período abrange a época do domínio de Roma sobre as terras ao redor do mar Mediterrâneo e o surgimento do cristianismo. Nele, a filosofia se ocupa sobretudo com a ética, o conhecimento humano, as relações entre os humanos e a natureza, e de ambos com Deus.

antropológico: a palavra grega *ântropos* quer dizer 'homem'; por isso, o período socrático, centrado nas questões humanas, foi chamado *antropológico*.

Período pré-socrático ou cosmológico

A filosofia pré-socrática ou cosmológica se desenvolve em cidades gregas espalhadas por terras que vão do atual sul da Itália até a costa ocidental da atual Turquia.

Filosofia pré-socrática: principais escolas e filósofos

Centros de desenvolvimento da filosofia cosmológica



Adaptado de: WORLD History Atlas – Mapping the Human Journey. London: Dorling Kindersley, 2005.

Escola Jônica
Tales de Mileto (c. 624 a.C.-c. 546 a.C.)
Anaximandro de Mileto (c. 610 a.C.-c. 547 a.C.)
Anaxímenes de Mileto (c. 588 a.C.-c. 524 a.C.)
Heráclito de Éfeso (c. 535 a.C.-c. 475 a.C.)

Escola Itálica
Pitágoras de Samos (c. 570 a.C.-c. 495 a.C.)
Filolau de Crotona (c. 470 a.C.-c. 385 a.C.)
Árquitas de Tarento (428 a.C.-347 a.C.)

Escola Eleata
Parmênides de Eleia (c. 515 a.C.-c. 445 a.C.)
Zenão de Eleia (c. 490 a.C.-c. 430 a.C.)

Escola da Pluralidade
Anaxágoras de Clazômena (c. 500 a.C.-c. 428 a.C.)
Empédocles de Agrigento (c. 490 a.C.-c. 430 a.C.)
Leucipo de Abdera (séc. V a.C.)
Demócrito de Abdera (c. 460 a.C.-c. 371 a.C.).

Vejamos as principais características da cosmologia:

- É uma explicação racional e sistemática sobre a origem, a ordem e a transformação da natureza, da qual os seres humanos fazem parte. Desse modo, ao explicar a natureza, a filosofia também explica a origem e as mudanças dos seres humanos.
- Busca o princípio natural, eterno e imperecível, gerador de todos os seres e de suas transformações. A cosmologia não admite a *criação* do mundo a partir do nada. Para ela, todas as coisas são *geradas* por um princípio natural eterno de onde tudo vem e para onde tudo retorna. Esse princípio é a ***physis***. A *physis* não pode ser conhecida pela percepção originada dos órgãos dos sentidos (esses só nos oferecem as coisas já existentes), mas apenas pelo pensamento. Em outras palavras, ela é aquilo que o pensamento descobre ao indagar a causa da existência e da transformação de todos os seres percebidos. A *physis* é a Natureza em sua totalidade, isto é, entendida como princípio e causa primordial da existência e das transformações das coisas naturais (os seres humanos aí incluídos) e como o conjunto organizado (ou o *cosmos*) de todos os seres naturais ou físicos.



Design Pics Inc./Alamy/Other Images

Lagarta em estágio final de formação de crisálida. Embora a *physis* seja imutável, os seres físicos ou naturais gerados por ela são mutáveis ou estão em contínua transformação.

- Afirma que a *physis*, embora imperecível, dá origem a todos os seres infinitamente variados e diferentes do mundo, que são seres perecíveis.
- Afirma que, embora a *physis* seja imutável, os seres físicos ou naturais gerados por ela são mutáveis. Como os seres estão em contínua transformação, o mundo está sempre em mudança, sem entretanto perder sua forma, sua ordem e sua estabilidade. Qualquer tipo de mudança – nascer; mudar de qualidade, de quantidade, de um lugar para outro, morrer – se diz em grego *kinésis* ('movimento'). As coisas naturais se movem ou são movidas por outras, e o mundo está em movimento, isto é, em transformação permanente. O movimento das coisas e do mundo chama-se *devir*, e o devir segue leis rigorosas que o pensamento conhece. Essas leis mostram que toda mudança é a passagem de um estado ao seu contrário: dia-noite, claro-escuro, quente-frio, seco-úmido, novo-velho, pequeno-grande, bom-mau, cheio-vazio, um-muitos, vivo-morto, etc., e também no sentido inverso. Essa passagem obedece a leis determinadas pela *physis*.

physis: palavra grega que significa 'fazer surgir, fazer brotar, fazer nascer, produzir'. Dela vem a palavra *física*.

No entanto, os filósofos pré-socráticos divergiam ao determinar o que era a *physis*. Tales dizia que a *physis* era a água; Anaximandro considerava que era o ilimitado, sem qualidades definidas; Anaxímenes, que era o ar; Pitágoras julgava que era o número (entendido como estrutura e relação proporcional entre os elementos que compõem as coisas); Heráclito afirmou que era o fogo; Empédocles, que eram quatro raízes (terra, água, ar e fogo); Anaxágoras, que eram sementes que contêm os elementos de todas as coisas; Leucipo e Demócrito disseram que eram os átomos.

Período socrático ou antropológico

Com o desenvolvimento das cidades, do comércio, do artesanato e das artes militares, Atenas tornou-se o centro da vida social, política e cultural da Grécia. A democracia, que foi criada nessa cidade, apresentava duas características de grande importância para o futuro da filosofia.

Em primeiro lugar, afirmava a igualdade perante as leis a todos os homens adultos livres nascidos em Atenas (mas apenas a eles, como vimos no Capítulo 3). Em segundo, garantia a todos eles a participação direta no governo da pólis, com direito de exprimir, discutir e defender em público suas opiniões sobre as

decisões que a cidade deveria tomar. Surgia, assim, a figura política do cidadão.

Ora, para conseguir que sua opinião fosse aceita nas assembleias, o cidadão precisava ser capaz de persuadir os demais. Com isso, uma mudança profunda ocorrerá na educação grega.

Antes da instituição da democracia, as cidades eram dominadas pelas famílias aristocráticas (ou da nobreza), senhoras das terras e do poder militar. Essas famílias criaram um padrão de educação pelo qual o homem ideal ou perfeito era o guerreiro belo e bom. Belo: seu corpo era formado pela ginástica, pela dança e pelos jogos de guerra. Bom: seu espírito era formado aprendendo com poetas como Homero, Píndaro e Hesíodo as virtudes admiradas pelos deuses e praticadas pelos heróis; a principal delas era a coragem diante da morte, na guerra. A virtude era a ***aretê***, ou excelência na prática do bem pelo guerreiro.

aretê: palavra grega que significa 'excelência e superioridade'.

Quando a economia agrária foi sendo suplantada pelo artesanato e pelo comércio, a classe social urbana rica que se fortalecia (particularmente em Atenas) desejou exercer o poder político, até então privilégio da classe aristocrática. Com a instituição da democracia, o poder deixa de ser exclusivo dos aristocratas e passa para os cidadãos. Dessa maneira, o antigo ideal educativo ou pedagógico também foi sendo substituído por outro, que privilegia a formação do bom cidadão. Assim, a nova educação estabelece como *aretê* ou padrão ideal a formação do bom orador, isto é, aquele que sabe falar em público e persuadir os outros na política.

Para dar aos jovens gregos essa educação, surgiram os sofistas, os primeiros filósofos do período denominado socrático. Os sofistas mais importantes são: Protágoras de Abdera (c. 490 a.C.-c. 415 a.C.), Górgias de Leontini (c. 485 a.C.-c. 380 a.C.) e Isócrates de Atenas (436 a.C.-338 a.C.).

Que diziam e faziam os sofistas? Diziam que os ensinamentos dos filósofos cosmologistas estavam repletos de erros e contradições e que não tinham utilidade para a vida da pólis. Apresentavam-se como mestres da arte da oratória ou retórica, e capazes de ensinar essa arte aos jovens para que fossem bons cidadãos.

Que arte era essa? A arte da persuasão. Os jovens aprendiam com os sofistas a defender tanto a posição ou opinião A como a posição ou opinião contrária, não A. Desse modo, numa assembleia, poderiam ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhar a discussão.



Mestres e alunos de uma escola de Atenas, retratados em uma vasilha grega de argila do século V a.C. O ideal da educação dessa época já não é a formação do jovem guerreiro, belo e bom, e sim a formação do bom cidadão.

Os sofistas criaram os sofismas?

Atualmente, usa-se a palavra *sofisma* para definir o raciocínio que pretende parecer verdadeiro, mas não o é, pois parte de afirmações que não correspondem à realidade ou estabelece relações que não são válidas entre afirmações. Em geral, o sofisma decorre da intenção de enganar ou iludir.

Essa definição de sofisma não corresponde exatamente à atividade dos sofistas, mas foi atribuída a eles por Sócrates e Platão, que não aceitavam a ideia do cidadão como aquele que sabe persuadir ou convencer os outros a aceitar suas opiniões. Os sofistas acreditavam que o cidadão mais bem-sucedido em opinar e discutir nas assembleias era aquele capaz de conhecer a pluralidade das opiniões e as possíveis refutações dos pontos de vista contrários.

Como restaram apenas fragmentos de seus textos, conhecemos os sofistas principalmente pelo relato de seus adversários – Platão, Xenofonte, Aristóteles. Assim, não temos como saber se estes foram justos com aqueles. Historiadores mais recentes consideram os sofistas verdadeiros representantes da pluralidade de opiniões e interesses característica da democracia, enquanto seus adversários defenderiam uma política aristocrática, na qual somente algumas opiniões e interesses prevaleceriam na sociedade.

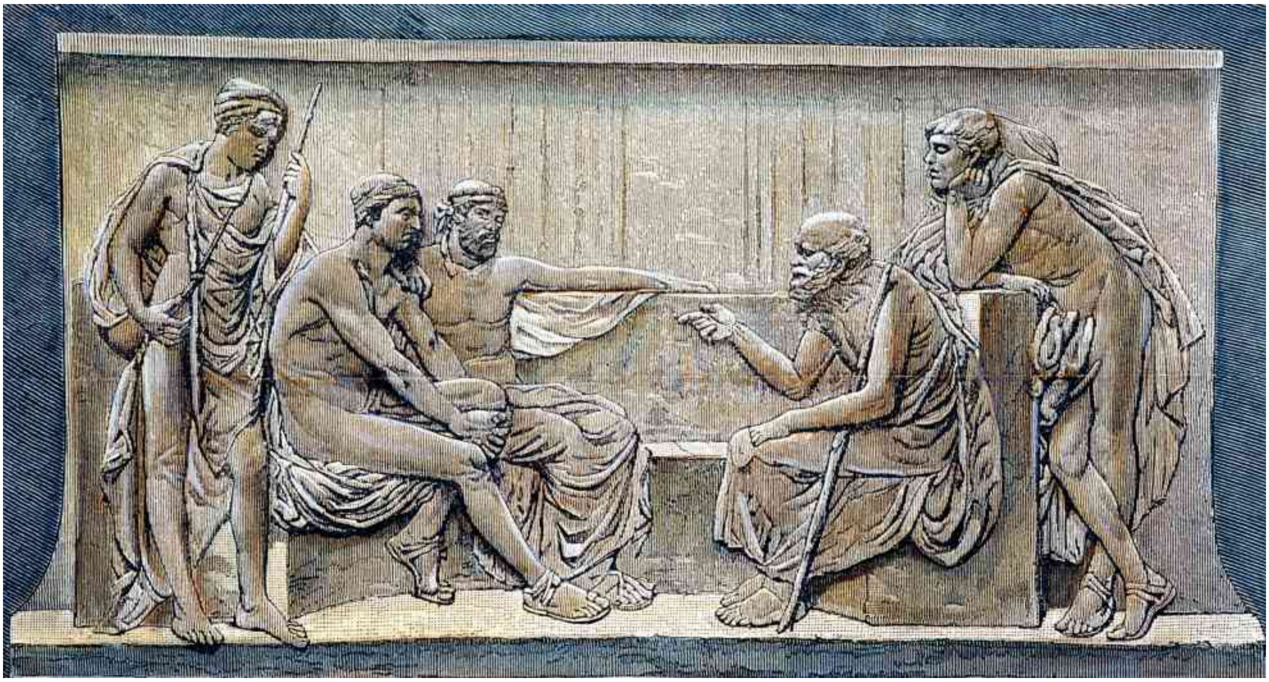
Sócrates contra os sofistas

Sócrates (c. 469 a.C.-399 a.C.) rebelou-se contra os sofistas, dizendo que eles não eram filósofos, pois não tinham amor pela sabedoria nem respeito pela verdade e defendiam qualquer ideia, se isso fosse vantajoso. Corrompiam o espírito dos jovens, pois faziam o erro e a mentira valerem tanto quanto a verdade.

Sócrates concordava com os sofistas em dois pontos: por um lado, a educação antiga do guerreiro belo e bom já não atendia às exigências da sociedade grega e, por outro, os filósofos cosmologistas defendiam ideias tão contrárias entre si que também não eram fonte segura para o conhecimento verdadeiro.

Discordando de seus antecessores e contemporâneos, Sócrates propunha que, antes de querer conhecer a natureza ou persuadir os outros nas assembleias, cada um deveria conhecer-se a si mesmo.

O retrato que a história da filosofia possui de Sócrates foi traçado por seu mais importante aluno e discípulo, o filósofo ateniense Platão (427 a.C.-347 a.C.). Que retrato Platão nos deixa de seu mestre Sócrates?


The Granger Collection/Fotoarena

Sócrates ensinando na ágora, gravura do século XIX baseada em um baixo-relevo. As representações artísticas de Sócrates se baseiam nos relatos deixados pelos diálogos de Platão.

O de um homem que andava pelas ruas e praças de Atenas, pelo mercado e pela assembleia indagando a cada um: “Você sabe o que é isso que você está dizendo?”, “Você sabe o que é isso em que você acredita?”, “Você acha que conhece realmente aquilo em que acredita, aquilo em que está pensando, aquilo que está dizendo?”. “Você diz”, falava Sócrates, “que a coragem é importante, mas o que é a coragem?”, “Você acredita que a justiça é importante, mas o que é a justiça?”, “Você diz que ama as coisas e as pessoas belas, mas o que é a beleza?”, “Você crê que seus amigos são a melhor coisa que você tem, mas o que é a amizade?”.

Sócrates fazia perguntas sobre as ideias e os valores nos quais os gregos acreditavam e que julgavam conhecer. Suas perguntas deixavam os interlocutores embaraçados, irritados, curiosos, pois, quando tentavam responder ao célebre “o que é?”, descobriam, surpresos, que não sabiam responder, pois nunca tinham pensado em suas crenças, valores e ideias.



Vênus de Milo (c. 130 a.C.), escultura grega que representa a deusa do amor e da beleza, Afrodite (Vênus, na cultura romana).



Vênus Negra (1965-1967), da artista francesa Niki de Saint-Phalle (1930-2002). Se dissermos que uma das esculturas é bela e a outra não, ou que as duas são belas, estaremos pressupondo que sabemos o que é beleza. Para Sócrates, temos opiniões sobre o belo, mas não sabemos verdadeiramente o que é a beleza se não procurarmos sua essência pelo pensamento.

“Só sei que nada sei”

Mas o pior não era isso: as pessoas esperavam que Sócrates respondesse por elas ou para elas, como os sofistas buscavam fazer. Mas Sócrates, para desconcerto geral, dizia: “Eu também não sei a resposta, por isso estou perguntando”. Donde a famosa expressão atribuída a ele diante da sibila em Delfos: “Só sei que nada sei”.

A consciência da própria ignorância é o começo da filosofia, dizia ele. O que procurava Sócrates? A definição daquilo que uma coisa, uma ideia, um valor são verdadeiramente – ou seja, sua **essência**.

A essência não é dada por aquilo que os órgãos dos sentidos nos trazem, e sim pelo trabalho do pensamento. Portanto, procurá-la é procurar o que o pensamento conhece da realidade e da verdade de uma coisa, de uma ideia, de um valor. Isso que o pensamento conhece da essência de alguma coisa chama-se **conceito**.

Sócrates procurava o conceito, e não a mera opinião que temos de nós mesmos, das coisas, das ideias e dos valores. Qual a diferença entre uma opinião e um conceito? A opinião varia de pessoa para pessoa, de lugar para lugar, de época para época. O conceito, ao contrário, é uma verdade intemporal, universal e necessária que o pensamento descobre, pois mostra qual é a essência intemporal, universal e necessária de alguma coisa.

Sócrates não perguntava se uma coisa era bela, pois nossa opinião sobre ela pode variar. Em vez disso, perguntava “O que é a beleza?”, “Qual é a essência ou o conceito do belo?”. Fazia o mesmo com a justiça, a coragem, a amizade.

Sócrates perguntava: “Que razões rigorosas você possui para dizer o que diz e para pensar o que pensa?”, “Qual é o fundamento racional daquilo que você fala e pensa?”.

Ora, as perguntas de Sócrates referiam-se a ideias, valores, práticas e comportamentos que os atenienses julgavam certos e verdadeiros em si mesmos e por si mesmos. Ao suscitar dúvidas, Sócrates os fazia pensar não só sobre si mesmos, mas também sobre a pólis. Aquilo que parecia evidente acabava sendo percebido como duvidoso e incerto.

As ideias do período socrático

Sabemos que os poderosos têm medo do pensamento, pois o poder é mais forte se ninguém pensar. Sem pensar, todos aceitam as coisas como nos dizem e nos fazem acreditar que são. Para os poderosos de Atenas, Sócrates tornara-se um perigo, pois fazia a juventude pensar. Por isso, eles o acusaram de desrespeitar os deuses, corromper os jovens e violar as leis. Sócrates não se defendeu e foi condenado a tomar um veneno, a cicuta.

Por que Sócrates não se defendeu? "Porque", dizia ele, "se eu me defender, estarei aceitando as acusações, e eu não as aceito. Se eu me defender, o que os juízes vão exigir de mim? Que eu pare de filosofar. Mas eu prefiro a morte a ter de renunciar à filosofia".

Sócrates nunca escreveu. O que sabemos de seu pensamento encontra-se nas obras de seus vários discípulos, entre os quais Platão. Se reunirmos o que esse filósofo escreveu sobre os sofistas e sobre Sócrates, e também a exposição de suas próprias ideias, poderemos encontrar algumas características gerais do período socrático.

- A filosofia parte da confiança no ser humano como um ser racional, capaz de conhecer-se a si mesmo e, portanto, capaz de reflexão.
- Como se trata de conhecer a capacidade de conhecimento do ser humano, a filosofia considera que o pensamento deve oferecer a si mesmo caminhos, critérios e meios próprios para saber o que é o verdadeiro e como alcançá-lo em tudo o que investigamos. A filosofia se apoia em **métodos** rigorosos que devem orientar o pensamento nas investigações.

método: palavra composta do prefixo grego *met* ('em direção a') e da palavra grega *odós* ('caminho'). Método significa 'tomar o bom caminho ou o caminho correto para pensar'.

- A filosofia se volta para as questões humanas no plano da ação, dos comportamentos, das ideias, das crenças, dos valores. Ao buscar a definição das virtudes morais (do indivíduo) e das virtudes políticas (do cidadão), a filosofia toma como objeto central a ética e a política. Cabe a ela encontrar a definição, o conceito ou a essência dessas virtudes, para além da variedade das opiniões.
- Sócrates e Platão introduzem a separação radical entre, de um lado, a opinião e as imagens das coisas (trazidas pelos órgãos dos sentidos, pelos hábitos, pelas tradições, pelos interesses) e, de outro lado, os conceitos ou as ideias. As ideias se referem à essência invisível e verdadeira das coisas e só podem ser alcançadas pelo pensamento puro, que afasta os dados sensoriais, os hábitos, os preconceitos, as opiniões.
  Diferentemente dos sofistas, Sócrates e Platão veem as opiniões e as percepções sensoriais como fonte de erro, mentira e falsidade. Elas serviriam apenas para produzir argumentos de persuasão, e não pensamentos verdadeiros.
- A reflexão e o trabalho do pensamento são tomados como uma purificação intelectual que permite ao espírito humano conhecer a verdade invisível, imutável, universal e necessária.

São essas ideias que, de maneira alegórica ou simbólica, encontramos no Mito da Caverna, apresentado no Capítulo 1. Nele, Platão estabelece uma distinção decisiva para toda a história da filosofia e das ciências: a diferença entre o sensível e o inteligível.

O sensível são as imagens das coisas que percebemos por meio da experiência sensorial ou dos órgãos dos sentidos e pela linguagem baseada nesses dados. Por se basear em como as coisas nos aparecem e nos parecem, o sensível não alcança a realidade ou a essência delas. As imagens sensíveis formam a mera opinião – a *doxa* –, variável de pessoa para pessoa e de situação para situação.

O inteligível é o conhecimento verdadeiro que alcançamos exclusivamente pelo pensamento. São as ideias imateriais de todos os seres ou as essências reais e verdadeiras das coisas. Para Platão, a filosofia é o esforço do pensamento para abandonar o sensível e passar ao inteligível.

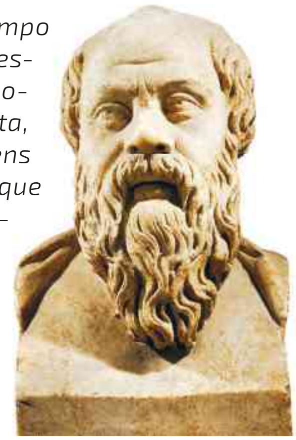

Yannis Behrakis/Reuters/Latinstock

Esculturas de Platão e Sócrates ladeiam a entrada da Academia de Atenas, que se encontrava em reforma em 2015.

Leituras filosóficas

Sócrates, os jovens e seus adversários

Vós tendes conhecimento de que os jovens que dispõem de mais tempo que os outros, os filhos das famílias mais ricas, seguem-me de livre e espontânea vontade, e se alegram em assistir a esta minha análise dos homens; inúmeras vezes procuram imitar-me e tentam, por sua própria conta, analisar alguma pessoa. Sem dúvida, deparam-se com numerosos homens que julgam saber alguma coisa e sabem pouco ou nada, e então, aqueles que são analisados por eles voltam-se contra mim e não contra quem os analisou, declarando que Sócrates é homem por demais infame e corruptor dos jovens. E se alguém indaga: "Afinal, o que faz e o que ensina este Sócrates para corromper os jovens?", nada respondem, porque o desconhecem, e, só para não mostrar que estão confusos, dizem as coisas que comumente são ditas contra todos os filósofos, além de afirmarem que ele especula sobre as coisas que se encontram no céu e as que ficam embaixo da terra, e que também ensina a não acreditar nos deuses e apresenta como melhores as piores razões. A verdade, porém, é que esses homens demonstraram ser pessoas que dão a impressão de saber tudo, porém, naturalmente, não querem dizer a verdade. [...] Este é o motivo pelo qual, finalmente, Meleto, Ânito e Lícon lançaram-se contra mim: Meleto profundamente irado por causa dos antigos poetas, Ânito por causa dos artesãos e dos políticos, Lícon por causa dos oradores. Contudo, como vos disse desde o início, seria de fato um verdadeiro milagre se eu tivesse a capacidade de arrancar-vos do coração esta calúnia que possui raízes tão firmes e profundas. Esta é, ó cidadãos, a verdade, e eu a revelo por completo, sem ocultar-vos nada, nem mesmo esquivando-me dela, embora saiba que sou odiado por muitos exatamente por isso.


A. Dagli Orti/The Bridgeman Art Library/Keystone

Sócrates, cabeça em mármore do século II, cópia de um original do século IV a. C.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 73-74. (Os pensadores.)

1. De acordo com o trecho, quem são os jovens que seguiam Sócrates? Por que isso provocaria incômodo em outras pessoas?

2. Com base no que você leu neste capítulo e no anterior, explique os motivos de cada um dos grupos defendidos por Meleto, Ânito e Lícon para se opor a Sócrates.

Período sistemático

Esse período tem como principal nome o filósofo Aristóteles de Estagira (384 a.C.-322 a.C.), discípulo de Platão. Passados quase quatro séculos de filosofia, Aristóteles se propôs a reunir todo o saber produzido e acumulado pelos gregos em todos os ramos do pensamento e da prática. Essa totalidade de saberes era considerada como sendo a filosofia. Esta, portanto, não é um saber específico sobre algum assunto, mas uma forma de conhecer todas as coisas, com procedimentos diferentes para cada setor de coisas.

Além de a filosofia ser o conhecimento da totalidade dos conhecimentos e práticas humanas, ela também diferencia esses conhecimentos e os distribui numa escala que vai dos mais simples e inferiores aos mais complexos e superiores. Essa classificação e distribuição dos conhecimentos fixou, para o pensamento ocidental, os campos de investigação da filosofia como totalidade do saber humano.

Cada saber é uma disciplina que possui um campo próprio, um objeto específico, procedimentos específicos para sua aquisição e exposição, formas próprias de demonstração e prova. Cada campo do conhecimento ou cada disciplina é uma *ciência* (em grego, *epistéme*), e seu conjunto forma a filosofia. Antes que se constitua

esse conjunto de fatores para um conhecimento, porém, Aristóteles afirma que é preciso conhecer os princípios e as leis gerais que governam o próprio pensamento, independentemente do conteúdo que possa vir a ser pensado.

O estudo dos princípios e das formas do pensamento, sem preocupação com seu conteúdo, foi chamado por Aristóteles de *analítica*, mas, desde a Idade Média, passou a se chamar *lógica*. Aristóteles foi o criador da lógica como instrumento do conhecimento em qualquer campo do saber. A lógica não é uma ciência, mas o instrumento para ela.



Cópia manuscrita bizantina do *Órganon*, de Aristóteles, feita no século XIII. O *Órganon* é a compilação de tratados do filósofo grego sobre a analítica, que receberia o nome *lógica* na Idade Média.

Os campos do conhecimento filosófico

Devemos a Aristóteles a primeira grande classificação dos setores da atividade filosófica ao distinguir e classificar todos os saberes humanos (cuja totalidade é a filosofia). O critério por ele adotado é a distinção entre *ação* e *contemplação*. Isto é, Aristóteles diferencia os saberes ou ciências que constituem a filosofia conforme seus objetos e finalidades:

- **Ciências produtivas**: estudam as práticas produtivas ou as técnicas, isto é, as ações humanas que visam à produção de um objeto ou de uma obra que se distinguem do próprio produtor. São elas: arquitetura, economia, medicina, pintura, escultura, poesia, teatro, oratória, arte da guerra, da caça, da navegação, etc.
- **Ciências práticas**: estudam as práticas humanas que têm seu fim nelas mesmas, nas quais não há distinção entre o agente e o ato que ele realiza. São elas: **ética**, em que a vontade guiada pela razão leva à ação conforme as virtudes morais (coragem, generosidade, fidelidade, lealdade, clemência, prudência, amizade, justiça, modéstia, honradez, etc.), tendo como finalidade o bem do indivíduo; e **política**, em que a ação racional voluntária tem como fim o bem da comunidade ou o bem comum.

> **ética e política:** ética (em grego, *ethiké*) deriva de *éthos*, que significa 'o caráter ou o temperamento de alguém'. A ética é a disciplina filosófica que estuda as condutas virtuosas ou corretas que devem modelar o caráter de uma pessoa.
> Política (em grego, *politiké*) deriva de pólis; portanto, se refere às ações dos cidadãos. A política é a disciplina filosófica que estuda as instituições e a forma de ação que constituem a pólis.
> Os gregos da época clássica consideram a política superior à ética. Para eles, não pode haver vida virtuosa sem a verdadeira liberdade, e esta só é conseguida na pólis. Por isso, a finalidade da política é a vida justa, a vida boa e bela, a vida livre.

- **Ciências teoréticas ou contemplativas**: estudam coisas que existem independentemente dos seres humanos e de suas ações e que, por isso, podem apenas ser contempladas por eles. O que são essas coisas? São as coisas da natureza e as coisas divinas. Aristóteles classifica as ciências teoréticas por graus de superioridade, indo da mais inferior à superior:

1. ciência das coisas naturais submetidas à mudança ou ao devir: física, biologia, meteorologia, psicologia (a alma – em grego, *psyché* – é um ser natural que existe de formas variadas em todos os seres vivos, plantas, animais e seres humanos);
2. ciência das coisas naturais que não estão submetidas à mudança ou ao devir: as matemáticas e a astronomia (os gregos julgavam que os astros eram eternos e imutáveis);
3. ciência da realidade pura: estuda o que Aristóteles chama de o *Ser* ou *substância* de tudo

o que existe. Ou seja, trata-se daquilo que deve haver em toda e qualquer realidade – natural, matemática, ética, política ou técnica – para ser realidade. Esta ciência teorética foi chamada *Filosofia Primeira* por Aristóteles. Alguns séculos depois, como os livros que a expunham estavam localizados nas bibliotecas depois dos livros que expunham a física, ela passou a ser chamada *metafísica* (em grego, *meta* significa 'o que vem depois, o que está além'; no caso, os livros que vinham depois da física e que tratavam da realidade para além da física);

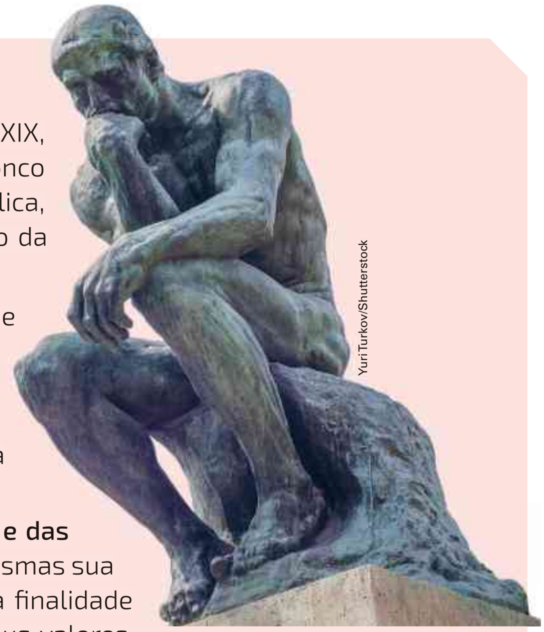
4. ciência das coisas divinas que são a causa e a finalidade de tudo o que existe na natureza e no ser humano. *Deus* (em grego, *théos*) e as coisas divinas são chamadas *theion*; por isso, esta última ciência se chama teologia.

A filosofia, para Aristóteles, encontra seu ponto mais alto na metafísica e na teologia, das quais derivam todos os outros conhecimentos.

A herança da classificação aristotélica

A classificação aristotélica seria desfeita no século XIX, quando as ciências particulares foram se separando do tronco geral da filosofia. Considerando-se a classificação aristotélica, podemos dizer que atualmente os campos de investigação da filosofia são três:

1. **O do conhecimento do Ser:** isto é, da realidade fundamental e primordial de todas as coisas, ou da essência de toda realidade. Como, em grego, "ser" se diz *on* e "as coisas", *ta onta*, esse campo é chamado *ontologia*. Na concepção de Aristóteles, a ontologia era formada pelo conjunto da metafísica (Filosofia Primeira) e da teologia.
2. **O do conhecimento das ações humanas ou dos valores e das finalidades da ação humana:** das ações que têm em si mesmas sua finalidade, a ética e a política; e das ações que têm sua finalidade num produto ou numa obra, as técnicas e as artes e seus valores (utilidade, beleza, etc.).
3. **O do conhecimento da capacidade humana de conhecer:** isto é, o conhecimento do próprio pensamento em exercício. Nesse campo estão: a lógica, que oferece as leis gerais do pensamento; a teoria do conhecimento, que apresenta as diferentes maneiras de conhecer e oferece os procedimentos pelos quais conhecemos; as ciências propriamente ditas (isto é, o que hoje chamamos *ciências*); e a teoria das ciências ou *epistemologia*, que estuda e avalia os procedimentos empregados pelas diferentes ciências para definir e conhecer seus objetos.


Yuri Turkov/Shutterstock

O pensador (1902), escultura do artista francês Auguste Rodin (1840-1917). O campo do conhecimento das ações humanas ainda hoje faz parte da filosofia.

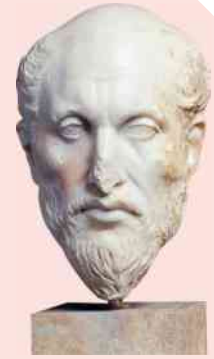
Período helenístico ou greco-romano

Os gregos chamavam a Grécia de Hélade e a si mesmos de *helenos*. O helenismo se refere à Grécia inteira, e não a uma cidade em particular. No período helenístico, a pólis grega deixa de ser o centro político e a referência principal dos filósofos, uma vez que a Grécia se encontra sob o poderio de outros impérios, particularmente o Macedônico e o Romano. Os filósofos passam a dizer que eles são cidadãos do mundo. Como, em grego, mundo se diz *cosmos*, esse período é o da chamada *filosofia cosmopolita* – o *cosmos* é a pólis do filósofo.

Datam desse período três grandes sistemas que mais tarde influenciaram o pensamento cristão: *estoicismo*, *epicurismo* e *neoplatonismo*. Contra eles e toda a filosofia ergueu-se uma corrente denominada *ceticismo*. Esses sistemas ou doutrinas buscam entender a realidade como um todo articulado e entrelaçado formado pelas coisas da natureza, os seres humanos e as relações entre estes, constituindo um sistema composto de física, teoria do conhecimento e ética.

Sistemas e correntes da filosofia cosmopolita

- **Estoicismo:** o sistema refere tudo o que existe a uma única divindade, que estabelece e conserva a ordem universal. O estoicismo se assenta na ideia de autocontrole como ideal de vida.
- **Epicurismo:** afasta a ideia de que divindades interfiram na ordem. O epicurismo se assenta na ideia de simplicidade como ideal de vida.
- **Ceticismo:** diante da variedade de filosofias, os filósofos dessa corrente procuram mostrar que os humanos não têm o poder de conhecer a verdade e são capazes apenas de opiniões prováveis sobre as coisas e de ações corretas na vida prática.
- **Neoplatonismo:** posterior aos outros sistemas e correntes, busca recuperar o pensamento de Platão e de Aristóteles e terá muita influência na formação do pensamento filosófico cristão, como veremos no Capítulo 5.


Superstock Fineart/Other Images

O filósofo neoplatônico Plotino, mármore de c. 350.

A amplidão do Império Romano e sua posterior divisão em Império Romano do Ocidente e Império Romano do Oriente, a presença crescente de religiões orientais no Império e as relações comerciais e culturais entre Ocidente e Oriente fizeram aumentar os contatos dos filósofos helenistas com a sabedoria oriental. Podemos falar que o neoplatonismo promoveu uma *orientalização* da filosofia, sobretudo com aspectos místicos e religiosos no pensamento e na ação. Assim, após se originar de uma profunda modificação na herança oriental, a filosofia parece retornar ao ponto de partida, incorporando aspectos do pensamento de outras culturas (Egito, Pérsia, Babilônia, Palestina, Índia).

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Língua Portuguesa.

Em nossa sociedade, a palavra *filosofia* é utilizada com diferentes sentidos no cotidiano. Veja esta tirinha de Laerte.



Laerte/Acervo do artista

A filosofia barata segundo Fagundes, tirinha de Laerte.

1. Procure no dicionário as acepções para a palavra *filosofia*.
   a) Compare essas definições com o que você viu a respeito da atividade filosófica na Grécia antiga.
   b) Pelo que você estudou no Capítulo 2, mostre qual definição da filosofia explica o que os filósofos gregos entendiam por filosofia.

2. Partindo da posição socrática, como a afirmação da personagem da tirinha sobre os "temas básicos da humanidade", que o livro abordaria, poderia ser questionada?

Em síntese

1. Liste os principais períodos da filosofia grega, relacionando-os à ideia central de cada um deles.
2. O que é *kinésis* ou o devir? Por que essa ideia é central no pensamento pré-socrático?
3. Que ensinamentos dos sofistas Sócrates combatia? O que ele propunha em contrapartida?
4. Explique, com suas palavras, o que Sócrates pretendia ao buscar a essência e o conceito das coisas.
5. Sócrates incomodou muitos atenienses e acabou sendo condenado à morte.
   a) Por que isso aconteceu?
   b) Busque na história um exemplo de outro indivíduo ou movimento perseguido por causas semelhantes.
6. Por que Platão distinguiu entre o sensível e o inteligível? Qual a relação dessa distinção com o Mito da Caverna, que vimos no Capítulo 1?
7. Qual é a classificação das ciências feita por Aristóteles?
8. Tomando como base a classificação aristotélica dos campos da investigação filosófica, como poderiam ser categorizadas a Química e a Agronomia? Justifique.
9. Quais são as principais características do período helenístico?

Indicações

Alexandre

- **Direção de Oliver Stone. Estados Unidos, 2004.**

Filme épico que se baseia na vida do imperador Alexandre, da Macedônia. Discípulo, quando jovem, do filósofo Aristóteles, Alexandre expandiu até a Índia e o Egito o império que seu pai havia iniciado ao conquistar as cidades gregas. O filme retrata sua história como uma trama de conquistas militares, busca pela sabedoria e relações pessoais de amor e ciúme.



Warner Bros./Album Cinema/Latinstock

O jovem Alexandre (Connor Paolo) e seu tutor, Aristóteles (Christopher Plummer), em cena do filme *Alexandre*, dirigido por Oliver Stone.

Como ler os pré-socráticos

- **Escrito por Cristina de Souza Agostini. Paulus, 2012.**

Este livro apresenta em detalhes a transição, na Grécia antiga, da explicação mítica para a da filosofia cosmológica, iniciada por Tales de Mileto. Além disso, revela a influência do pensamento dos pré-socráticos no decorrer da história da filosofia.

O mundo de Atenas

- **Escrito por Luciano Canfora. Companhia das Letras, 2015.**

O historiador e filósofo italiano analisa o período de formação da democracia e da filosofia antropológica em Atenas a partir dos textos e documentos de então. Assim, desvela as críticas e tensões existentes na época.



Reprodução/Ed. Companhia da Letras

Capa de edição brasileira do livro *O mundo de Atenas*, de Luciano Canfora.

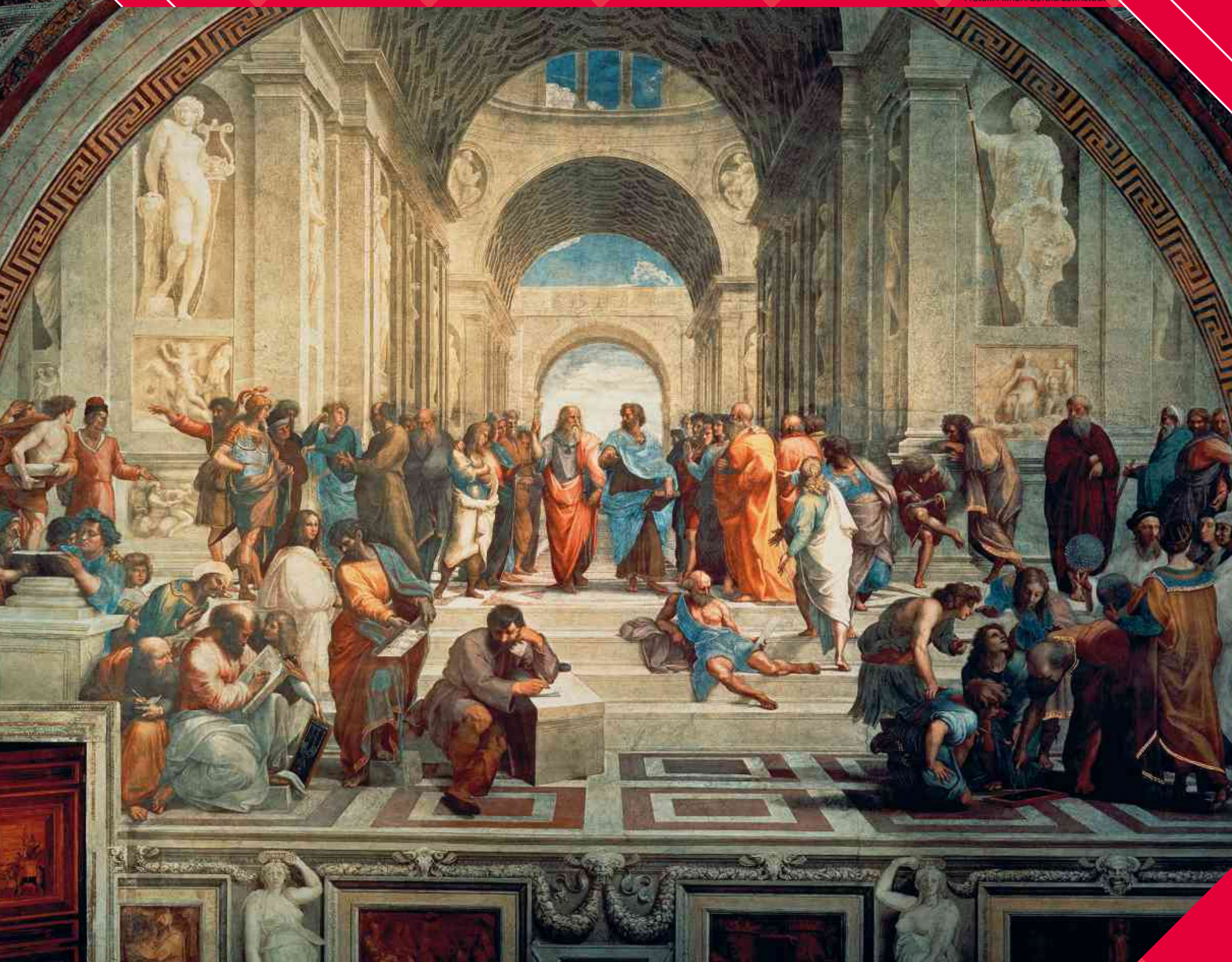
Ancient Greece (em inglês)

- **Disponível em: <www.ancientgreece.co.uk>. Acesso em: 13 dez. 2015.**

Site ligado ao British Museum de Londres, Reino Unido, apresenta os principais aspectos da vida na Grécia do tempo dos primeiros filósofos. Há também breves biografias de filósofos, dramaturgos, matemáticos e cientistas.

CAPÍTULO 5

Principais períodos da história da filosofia


Fratelli Alinari/Corbis/Latinstock

O CONHECIMENTO E O TEMPO

O afresco *Escola de Atenas*, presente no Palácio Apostólico, no Vaticano, foi produzido pelo pintor Rafael Sanzio entre 1509 e 1511. A obra representa filósofos de diversas épocas e lugares ocupados numa discussão, tendo ao centro Platão e Aristóteles. Podemos pensar que o artista congregou os diferentes elementos da composição com base naquilo que a visão renascentista valorizava. E a filosofia, como se relaciona com os conhecimentos produzidos em épocas anteriores?

A filosofia na história

Como todas as criações e instituições humanas, a filosofia está na história e tem uma história.

Está na história: a filosofia manifesta e exprime os problemas e as questões que, em cada época, os seres humanos colocam para si mesmos diante do que é novo e ainda não foi compreendido. A filosofia enfrenta essa novidade oferecendo caminhos, respostas e, sobretudo, novas perguntas, num diálogo permanente com a sociedade e a cultura de seu tempo.

Tem uma história: essas respostas, soluções e novas perguntas ou tornam-se saberes que outros filósofos prosseguem, ou, frequentemente, tornam-se novos problemas que outros filósofos tentam resolver. Nesses momentos, as gerações posteriores podem tanto aproveitar o passado filosófico como criticá-lo e refutá-lo.

Além disso, as transformações nos modos de conhecer podem ampliar os **campos de investigação da filosofia**, fazendo surgir novas disciplinas filosóficas. Por outro lado, alguns de seus conhecimentos podem formar disciplinas separadas.

campos de investigação da filosofia: a filosofia teve seu campo de atividade aumentado, no século XVIII, com a filosofia da arte ou estética; no século XIX, a filosofia da história; no século XX, a filosofia da linguagem. Por outro lado, seu campo diminuiu quando as ciências que dela faziam parte passaram a constituir suas próprias esferas de investigação. É o que ocorre no século XVIII, quando se desligam da filosofia a biologia, a física e a química; e, nos séculos XIX e XX, as chamadas ciências humanas (sociologia, psicologia, antropologia, história, etc.).

Os principais períodos da filosofia

Por estar na história e ter uma história, a filosofia costuma ser apresentada em grandes períodos. Eles acompanham, de modo geral, os períodos em que os historiadores dividem a história da sociedade ocidental.

Filosofia antiga (do século VI a.C. ao século VI d.C.)

Compreende os quatro grandes períodos da filosofia greco-romana vistos no capítulo anterior.

Filosofia patrística (do século I ao século VII)

Inicia-se com as Epístolas do apóstolo Paulo (c. 5 d.C.-67 d.C.) e o Evangelho do apóstolo João (c. 15 d.C.-c. 100 d.C.) e termina no século VIII, quando teve início a filosofia medieval.

A filosofia desse período é conhecida pelo nome de *patrística*, pois, além dos apóstolos Paulo e João, também foi obra dos chamados Padres da Igreja católica, isto é, dos dirigentes espirituais e políticos do cristianismo que sucederam os apóstolos.

A patrística resultou do esforço para conciliar a nova religião – o cristianismo – com o pensamento filosófico dos gregos e romanos, a fim de convencer os pagãos da nova verdade e convertê-los a ela. A filosofia patrística liga-se, portanto, à **evangelização** e à defesa da religião cristã contra os ataques que recebia. Seus nomes mais importantes foram Justino (100-165), Clemente (c. 150-c. 215), Tertuliano (155-240), Orígenes (c. 184-c. 253), Eusébio (c. 260-c. 339), São Gregório de Nazianzo (c. 329-390), Santo Ambrósio (c. 340-397), São João Crisóstomo (c. 349-407) e Santo Agostinho (354-430).



Tibor Bognar/Photononstop/Agência France-Presse

São Basílio, São João Crisóstomo e São Gregório de Nazianzo, em mosaico do século XIV na antiga Igreja de São Salvador, atual Museu Chora (Kariye Muzesi), em Istambul, Turquia. Muitos dos filósofos da patrística eram religiosos que buscavam conciliar as crenças cristãs com a herança filosófica greco-romana.

evangelização: a palavra *evangelho* vem do grego *vangelios*, que significa 'mensagem'. É composta do prefixo *e*, que (assim como o prefixo *eu*) significa 'algo bom e feliz'. Evangelho significa 'mensagem feliz', 'uma boa nova'. Evangelização é a transmissão do Evangelho de Jesus Cristo para converter pagãos em cristãos.

A patrística introduziu ideias desconhecidas para os filósofos greco-romanos: a de criação do mundo a partir do nada, de pecado original do homem, de Deus como trindade una (Pai, Filho e Espírito Santo), de encarnação e morte de Deus, de juízo final ou de fim dos tempos e ressurreição dos mortos, etc. Precisou também explicar como o mal pode existir no mundo, uma vez que tudo foi criado por Deus, que é pura perfeição e bondade.

Introduziu, sobretudo com Santo Agostinho, a ideia de "homem interior", isto é, da consciência moral e do livre-arbítrio da vontade. Por meio dela, explicava-se que o ser humano, por ser dotado de liberdade para escolher entre o bem e o mal, é o responsável pela existência do mal no mundo.

Para impor as ideias cristãs, os Padres as transformaram em verdades reveladas por Deus (por meio da Bíblia e dos santos). Por serem decretos divinos, elas seriam dogmas, isto é, verdades irrefutáveis e inquestionáveis. Com isso, criou-se uma distinção entre *verdades reveladas* ou *da fé* e *verdades da razão* ou *humanas*, ou seja, entre *verdades sobrenaturais* e *verdades naturais*. As primeiras introduzem a noção de conhecimento recebido por uma graça divina, superior ao simples conhecimento racional. Dessa forma, o grande tema da filosofia patrística é o da possibilidade ou impossibilidade de conciliar a razão (que lida com demonstrações) com a fé (que lida com mistérios incompreensíveis, como três pessoas formando uma só; a morte de Deus por meio de Jesus; a transformação do pão e do vinho em corpo e sangue de Cristo, etc.).

A esse respeito, havia três posições principais:

1. os que julgavam fé e razão irreconciliáveis e a fé superior à razão (diziam eles: "Creio porque absurdo");
2. os que julgavam fé e razão conciliáveis, mas subordinavam a razão à fé (diziam: "Creio para compreender");
3. os que julgavam razão e fé irreconciliáveis, mas afirmavam que cada uma delas tem seu campo próprio de conhecimento. Por isso, razão e fé não devem se misturar (a razão se refere a tudo o que concerne à vida temporal das pessoas no mundo; a fé, a tudo o que se refere à salvação da alma e à vida eterna futura).

Filosofia medieval (do século VIII ao século XIV)

Abrange pensadores europeus, muçulmanos e judeus. É o período em que a Igreja romana dominava a Europa, ungia e coroava reis, organizava Cruzadas à chamada Terra Santa e criava, à volta das catedrais, as primeiras universidades ou escolas. A partir do século XII, por ter sido ensinada nas escolas, a filosofia medieval também é conhecida com o nome de *escolástica*.



Santa Catarina de Siena (1347-1380), filósofa e teóloga escolástica, em pintura de Domenico Beccafumi de c. 1515. Pinacoteca Nacional de Siena, na Itália.

A filosofia medieval teve como influências principais Platão (427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.). Porém, os medievais conheciam Platão interpretado pelo filósofo Plotino (205-270), ou seja, o *neoplatonismo*, e o Aristóteles conservado e traduzido pelos pensadores muçulmanos, particularmente Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198). Essas traduções árabes também foram muito usadas por filósofos judeus como Maimônides (1138-1204), Gersônides (1288-1344) e Crescas (c. 1340-c. 1411), que pacificamente viveram em terras sob domínio muçulmano.

Conservando e discutindo os mesmos problemas que a patrística, a filosofia medieval acrescentou outros. Assim, deu origem à teologia no pensamento cristão, judaico e muçulmano, isto é, à explicação racional das verdades da fé.

Principais temas da filosofia medieval

- A criação do mundo por Deus (o entendimento de Deus concebe as ideias das coisas e a vontade divina as cria, fazendo-as existir).
- A diferença e separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo).
- A diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda).
- A diferença entre natural e sobrenatural (as revelações divinas e os milagres).
- A separação entre corpo (matéria) e alma (espírito).
- O universo como uma hierarquia de seres, pela qual os superiores (Deus, serafins, querubins, arcanjos, anjos, almas humanas) dominam e governam os inferiores (corpo humano, animais, vegetais, minerais).
- A subordinação do poder temporal dos reis e dos nobres ao poder espiritual de papas e bispos.

Leituras filosóficas

O saber e a iluminação divina

Nosso saber consta de coisas que vemos e coisas em que acreditamos; das primeiras, somos testemunhas diretas, das segundas, temos o testemunho idôneo de outros que nos fazem crer porque, por meio de palavras e escritos, nos oferecem sinais dessas coisas que não vemos. Podemos com razão dizer que há saber quando cremos em algo com certeza e dizemos que vemos com a mente essas coisas nas quais cremos, ainda que não estejam presentes aos nossos órgãos dos sentidos [...]. *Realmente, a fé vê com a mente* [...]. *Por isso o apóstolo Pedro diz: "Aquele em quem agora crês, não o vês"; e disse o Senhor: "Bem-aventurados os que não viram e creram".* [...] *Terás, assim, reconhecido a diferença entre ver com os olhos do corpo e com os olhos da mente* [...]. *Crer se realiza com a mente e vê com a mente e as coisas em que com essa fé cremos distam do olhar de nossos olhos. Por isso vejo a minha fé, mas não posso ver a tua, assim como tu vês a tua fé e não podes ver a minha, pois ninguém sabe o que se passa no espírito que está em cada homem até que venha o Senhor e ilumine os segredos das trevas e manifeste os pensamentos do coração para que cada um possa ver não somente os seus, mas também os alheios.*

SANTO AGOSTINHO. Carta a Paulina. In: FERNÁNDEZ, Clemente (Org.). *Los filósofos medievales*. Selección de textos. Madri: Editorial Católica, 1979. p. 493-494. Texto traduzido.



A. C. Jones/Shutterstock

Santo Agostinho, em representação na fachada da catedral de Lichfield, Inglaterra.

- Após a leitura do trecho, responda, por escrito, às seguintes questões:
  a) Quais são as fontes do saber, de acordo com o autor?
  b) Agostinho afirma: "Podemos com razão dizer que há saber quando cremos em algo com certeza e dizemos que vemos com a mente essas coisas nas quais cremos, ainda que não estejam presentes aos nossos órgãos dos sentidos". Em que aspectos esse trecho se aproxima e em que aspectos se distancia do que vimos sobre o pensamento de Sócrates e Platão no Capítulo 4?

Outra característica marcante da escolástica foi o método por ela inventado para expor as ideias filosóficas, conhecido como *disputa*: apresentava-se uma tese, que devia ser refutada ou defendida com argumentos tirados da Bíblia, de Aristóteles, de Platão ou de Padres da Igreja.

Assim, uma ideia era considerada uma tese verdadeira ou falsa dependendo da força e da qualidade dos argumentos encontrados nos vários autores. Por causa desse método de disputa, costuma-se dizer que, na Idade Média, o pensamento estava subordinado ao *princípio da autoridade*. Isto é, uma ideia era considerada verdadeira se tivesse apoio nos argumentos de uma autoridade reconhecida na época.

Filosofia da Renascença (séculos XIV e XV)

É marcada pela descoberta, na Europa ocidental, das obras de Platão e de outras obras de Aristóteles, desconhecidas na Idade Média. Nessa época, muitos também se dedicam a recuperar obras de autores e artistas gregos e romanos e a imitá-los. Por isso o nome *Renascimento*, isto é, o retorno do pensamento da Antiguidade ocidental. Na filosofia, destacam-se os nomes dos florentinos Marsílio Ficino (1433-1499) e Maquiavel (1469-1527) e do napolitano Giordano Bruno (1548-1600), do inglês Thomas Morus (1478-1535), dos franceses Montaigne (1533-1592) e Bodin (1530-1596), e do holandês Erasmo (1466-1536).

São três as grandes linhas de pensamento que predominavam na Renascença:

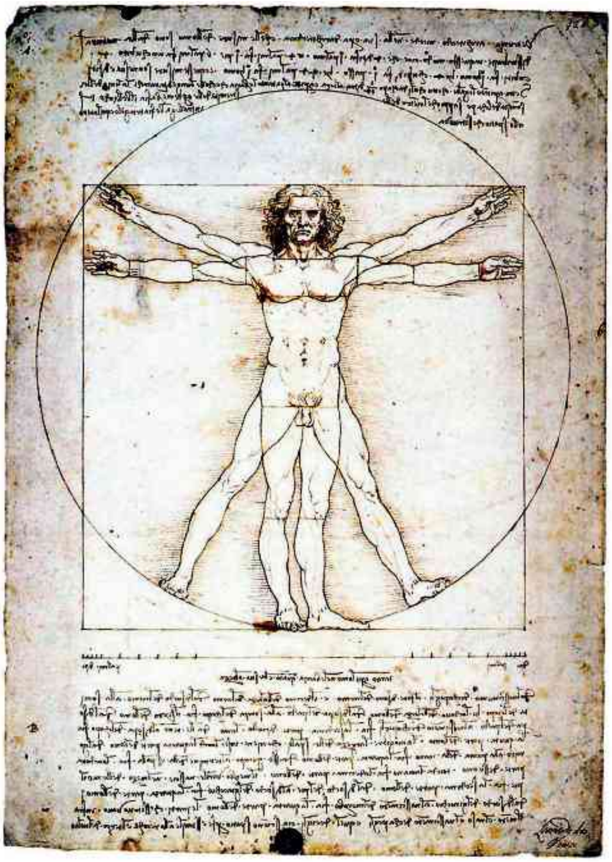
1. Aquela proveniente da leitura de três diálogos de Platão (*Banquete*, *Fédon*, *Fedro*), das obras dos filósofos neoplatônicos e da descoberta dos livros de hermetismo ou de magia natural. Supunha-se que estes últimos seriam egípcios e teriam sido ditados por deuses a seus filhos humanos séculos antes de Moisés e de Platão.

Surgida na cidade de Florença (na atual Itália), essa linha de pensamento concebia a natureza como um grande ser vivo, dotado de uma alma universal (a Alma do Mundo) e feito de laços e vínculos secretos de simpatia e antipatia entre todas as coisas, tanto terrestres quanto celestes. O homem, como parte da natureza, poderia agir sobre o mundo por meio de conhecimentos e práticas que operam com essas ligações secretas, isto é, por meio da magia natural, da alquimia e da astrologia.

2. Aquela originária dos pensadores florentinos que valorizavam a vida ativa (a política) e defendiam a liberdade das cidades italianas contra o poderio dos papas e dos imperadores. Esses pensadores recuperavam a ideia de república livre presente nas obras dos grandes autores políticos da Roma antiga, como Cícero (c. 106 a.C.-43 a.C.), Tito Lívio (59 a.C.-17 d.C.) e Tácito (55-120), bem como nos escritos de historiadores e juristas clássicos.

3. Aquela que propunha o ideal do homem como artesão ou arquiteto de seu próprio destino. Isso ocorreria tanto por meio dos conhecimentos (astrologia, magia, alquimia) como por meio da política (o ideal republicano), das técnicas (medicina, arquitetura, engenharia, navegação) e das artes (pintura, escultura, poesia, teatro).

Percebe-se, assim, por que se costuma falar no *humanismo* como traço predominante da Renascença, uma vez que nela o ser humano é colocado como centro do Universo, defendido em sua liberdade e em seu poder criador e transformador. Enquanto o pensamento medieval tinha seu centro em Deus – teocentrismo – o do Renascimento tinha seu centro no homem – antropocentrismo.


Leonardo da vinci/Gallerie dell'Accademia, Veneza

Em um de seus mais famosos desenhos (c. 1490), Leonardo da Vinci partiu das proporções anatômicas ideais segundo o arquiteto romano Vitrúvio (século I a.C.) para chegar à ideia de que o corpo masculino é matematicamente perfeito pelas proporções racionais entre suas partes. Galeria da Academia, em Veneza, na Itália.

A intensa atividade teórica e prática dessa época foi alimentada pelas grandes viagens marítimas, que levavam os europeus a conhecer novos mares, novos céus, novas terras e novas gentes, permitindo-lhes ter uma visão crítica de sua própria sociedade. Essa efervescência cultural e política levou a críticas profundas à Igreja romana, que culminaram na Reforma protestante.

Filosofia moderna (do século XVII a meados do século XVIII)

Nesse período, conhecido como o *Grande Racionalismo Clássico*, foi preciso enfrentar o pessimismo teórico que reinava desde o fim do século XVI. Dominava o ceticismo, a atitude filosófica que duvida da capacidade da razão humana para conhecer a realidade exterior e o ser humano.

Com as guerras de religião decorrentes da Reforma protestante, os encontros dos europeus com povos que desconheciam e as disputas filosóficas e teológicas, o sábio já não podia admitir que a razão humana é capaz de conhecimento verdadeiro nem que a verdade é universal e necessária, isto é, a mesma em todo tempo e lugar. Ao contrário, diante da multiplicidade de opiniões em luta, o sábio tornou-se cético.

Para restaurar o ideal filosófico da possibilidade do conhecimento racional verdadeiro e universal, a filosofia moderna propõe três mudanças teóricas principais:

1. O surgimento do *sujeito do conhecimento*: em vez de começar pelas coisas a serem conhecidas, sobre as quais só cabem dúvidas e desconfianças, a filosofia deve começar pela reflexão. Ou seja, aquele que conhece (o sujeito do conhecimento) volta-se para si mesmo para saber se é capaz de conhecimento verdadeiro e, se o for, sob quais condições ele é capaz disso. Somente depois de conhecer-se a si mesmo como capaz de conhecimento verdadeiro é que o sujeito se volta para as coisas a conhecer (os objetos do conhecimento).

Ponto de partida da filosofia em diferentes épocas

- Filosofia antiga: Natureza.
- Patrística e escolástica: Deus.
- Renascimento: Homem.
- Filosofia moderna: capacidade da razão humana para conhecer.

O ponto de partida é, portanto, o sujeito do conhecimento como consciência de si reflexiva. O sujeito do conhecimento é o intelecto ou a inteligência que, juntamente com a vontade, existe no interior de uma substância espiritual, a alma. A alma é uma substância completamente diferente de uma outra substância, a corpórea, que constitui a natureza do nosso corpo e dos corpos exteriores.

Por isso, para vencer o ceticismo, a filosofia precisa responder às perguntas: "Como a razão ou o entendimento pode conhecer os corpos ou as coisas, que são diferentes dele?"; "Como o espírito pode conhecer a matéria?"; "Como o sujeito espiritual pode conhecer os objetos corporais, o seu próprio corpo e os demais corpos da natureza?".

2. A resposta a essas perguntas constituiu a segunda grande mudança teórica, que diz respeito ao objeto do conhecimento. Para os modernos, as coisas exteriores (a natureza, as instituições sociais e políticas) são conhecidas quando o sujeito do conhecimento as representa intelectualmente. Isso ocorre quando o sujeito as apreende como ideias que dependem apenas das operações **cognitivas** que ele realiza.

cognitivo: palavra originada do latim *cognoscere*, 'conhecer'. No caso, trata-se dos processos mentais que permitem o conhecimento.

Isso significa: a) que tudo o que pode ser conhecido deve poder ser representado por um conceito ou por uma ideia clara e distinta, demonstrável e necessária, formulada pelo pensamento; b) que a natureza, a sociedade e a política podem ser inteiramente conhecidas pelo sujeito do conhecimento, porque são racionais em si mesmas e propensas a serem representadas pelas ideias do sujeito do conhecimento.

3. Essa concepção da realidade como racional e plenamente captável pelas ideias e conceitos preparou a terceira grande mudança teórica moderna. A natureza, a partir de Galileu (1564-1642), é concebida como um sistema ordenado de causas e efeitos cuja estrutura profunda e invisível é matemática. O "livro do mundo", diz Galileu, "está escrito em caracteres matemáticos, e para lê-lo é preciso conhecer matemática".

Essa ideia deu origem à ciência moderna, para a qual todos os fatos da realidade podem ser conhecidos pelas relações necessárias de causa e efeito mecânicos ou de movimento que os produzem, os conservam ou os destroem. Adotando o ponto de vista da mecânica, a ciência moderna acredita que o movimento segue leis



Os pensadores modernos consideraram que a natureza possuía uma estrutura matemática e que a matemática é a forma perfeita do conhecimento, modelo para a filosofia. Esse lugar dado à matemática pode ser observado nos jardins do Palácio de Versalhes, na França, concebidos no século XVII como perfeição geométrica. Foto de 2013.

universais necessárias que podem ser explicadas e representadas matematicamente.

A realidade é um sistema de causalidades racionais que podem ser conhecidas e transformadas pelo homem. Nascem, assim, a ideia de experimentação científica (são criados os laboratórios) e o ideal tecnológico. Ou seja, cria-se a expectativa de que o ser humano, conhecendo os movimentos das coisas, poderá dominar tecnicamente a natureza, graças à invenção de máquinas.

Existe também a convicção de que a razão humana é capaz de conhecer a origem, as causas e os efeitos das paixões e das emoções humanas. A vontade orientada pela razão permite governá-las e dominá-las, de sorte que a vida ética pode ser plenamente racional.

A mesma convicção orienta o racionalismo político, isto é, a ideia de que a razão é capaz de definir para cada sociedade qual o melhor regime político e como mantê-lo racionalmente.

Os principais filósofos desse período foram: Francis Bacon (1561-1626), Galileu, Hobbes (1588-1679), Gassendi (1592-1655), Descartes (1596-1650), Pascal (1623-1679), Espinosa (1632-1677), Locke (1632-1704), Malebranche (1638-1715), Leibniz (1646-1716), Newton (1643-1727), Berkeley (1685-1753).

Filosofia da Ilustração ou Iluminismo (meados do século XVIII ao início do século XIX)

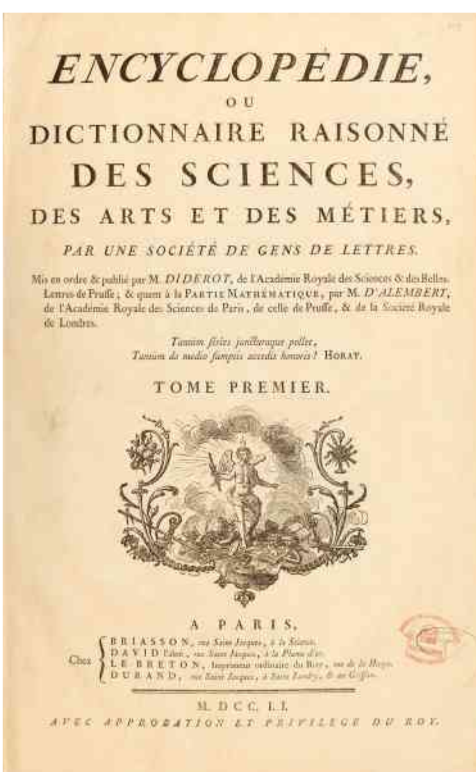
Esse período também crê nos poderes da razão, chamada de *As Luzes* (por isso o nome *Iluminismo*). O Iluminismo afirma que:

- pela razão, o homem pode lutar contra a tirania e conquistar a liberdade e a felicidade social e política;
- a razão é capaz de aperfeiçoamento e progresso, e o homem é um ser perfectível. A perfectibilidade consiste em libertar-se da superstição, do medo e dos preconceitos religiosos, sociais e morais, graças ao avanço das ciências, das artes e da moral;

- o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, que vão das mais atrasadas (também chamadas “primitivas” ou “selvagens”) às mais adiantadas e perfeitas (na visão da maioria de seus filósofos, as da Europa ocidental);
- há diferença entre natureza e civilização: a natureza é o reino da necessidade, das leis naturais universais e imutáveis, enquanto a civilização é o reino da liberdade e da finalidade proposta pela vontade livre dos próprios homens em seu aperfeiçoamento moral, técnico e político.

Na natureza, as coisas e os acontecimentos não podem ser diferentes do que são; na civilização, os fatos e os acontecimentos podem ser diferentes do que são porque a vontade humana pode escolher entre alternativas possíveis.

Nesse período há grande interesse pelas ciências que operam com a ideia de transformação progressiva ou de evolução, em especial a biologia. Há igualmente grande interesse e preocupação com as artes, na medida em que elas seriam a expressão por excelência do grau de progresso de uma civilização.


ENCYCLOPÉDIE,
OU
DICTIONNAIRE RAISONNÉ
DES SCIENCES,
DES ARTS ET DES MÉTIERS,
PAR UNE SOCIÉTÉ DE GENS DE LETTRES.
Mis en ordre & publié par M. DIDEROT, de l'Académie Royale des Sciences & des Belles-Lettres de Prusse; & quant à la PARTIE MATHÉMATIQUE, par M. D'ALEMBERT, de l'Académie Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse, & de la Société Royale de Londres.
Tantum series juncturaque pollet,
Tantum de medio sumptis accedit honoris! HORAT.
TOME PREMIER.
A PARIS,
Chez BRIASSON, DAVID, LE BRETON, DURAND
M. DCC. LI.
AVEC APPROBATION ET PRIVILEGE DU ROY.

Reprodução/Biblioteca da Universidade de Chicago, EUA.

Folha de rosto do primeiro tomo da *Enciclopédia*, ou *Dicionário das ciências, das artes e dos ofícios* (1751-1772), organizada por Diderot e D'Alembert. Os filósofos do Iluminismo francês consideraram possível escrever uma obra que contivesse todas as grandes realizações humanas no pensamento, na moral, na política, nas artes e nas técnicas, e as diferenças entre civilizações.

Data também desse período o interesse pelas bases econômicas da vida social e política. Na reflexão sobre a origem e a forma das riquezas das nações, cria-se uma controvérsia sobre qual é a fonte de maior importância: a agricultura (corrente fisiocrata, de *physis*, a natureza cultivada pela agricultura) ou o comércio (corrente mercantilista, de mercado).

Os principais filósofos do período foram: Voltaire (1694-1778), Hume (1711-1776), Rousseau (1712-1778), Diderot (1713-1784), D'Alembert (1717-1783), Kant (1724-1804), Fichte (1762-1814) e Schelling (1775-1854).

Consequências do pensamento iluminista

- Combate à tirania e busca pela instituição da democracia: as ideias do Iluminismo foram decisivas, por exemplo, para a Revolução Francesa de 1789.
- Crença na possibilidade do uso de meios próprios à civilização para contornar e mesmo vencer as condições previamente dadas pela natureza: o progresso tecnológico seria acelerado com a Revolução Industrial.
- Dominação de outros povos: se, por um lado, cresceu a busca pela liberdade no interior dos países europeus, por outro, usou-se a ideia de “progresso das civilizações” para justificar a dominação de povos africanos e asiáticos.



Coleção Granger/Glow Images

Nesta charge de 1882, John Bull, personagem-símbolo da Inglaterra, é representado como um polvo que abraça territórios ao redor do mundo.

- Crença na evolução: os seres se transformariam em melhores e mais perfeitos.
- Elaboração de teorias econômicas: a economia é uma ciência que explica a origem e as formas da riqueza.

Filosofia contemporânea

Abrange o pensamento que vai de meados do século XIX aos nossos dias. Esse período, por ser o mais próximo de nós, parece o mais complexo de definir: as diferenças entre as várias posições filosóficas nos parecem muito grandes, pois as estamos vendo surgir diante de nós.

Para facilitar uma visão mais geral do período, faremos, no próximo capítulo, uma contraposição entre as principais ideias do século XIX e as do século XX.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Uma das linhas de pensamento da Renascença propunha o ideal do homem como centro do universo. Segundo essa linha, por meio tanto dos conhecimentos como da política, das técnicas e das artes, ele poderia ser o arquiteto de seu próprio destino. Esse ideal, que chegou até nossos dias, tinha como base a razão e a liberdade da vontade.



Biblioteca Britânica, Londres, Inglaterra/The Bridgeman Art Library/Keystone

A roda da fortuna (c. 1460), xilogravura de autor desconhecido. Inspiração para Maquiavel, a imagem da roda da fortuna – que, ao girar, pode conduzir alguém do alto para baixo – originou-se na Antiguidade e tornou-se popular no período medieval.

Para afirmar que o homem faz seu próprio destino, Maquiavel propôs a famosa distinção entre a *fortuna* (a boa e a má sorte, o acaso) e a *virtù* (a livre vontade corajosa e prudente). Vejamos o que escreve numa passagem de seu livro *O príncipe*:

Não ignoro que muitos são e foram de opinião de que as coisas desse mundo são governadas pela sorte [fortuna] e por Deus e que os homens prudentes não se lhes podem opor, e até não têm remédio algum contra elas. Por isso se poderia julgar que não devemos nos incomodar demais com as coisas e deixar-nos governar pela sorte. [...] entretanto, já que nossa livre vontade não desapareceu, julgo possível ser verdade que a fortuna [sorte] seja juiz de metade de nossas ações, mas também deixa em nosso poder a outra metade, ou quase. Comparo a fortuna a um desses rios impetuosos que, quando irritados, alagam as planícies, arrasam as árvores e as casas: todos fogem deles, mas cedem ao seu poder, sem conseguir detê-los em parte alguma. Mesmo assim, nada impede que, voltando a calma, os homens tomem providências, construam barreiras e diques, de modo que quando a cheia se repetir, o rio corra por um canal ou sua força se torne menos livre e prejudicial. O mesmo acontece com a sorte, que mostra sua força onde não encontra uma virtù *bem ordenada, pronta a lhe resistir, e volta o seu ímpeto para onde sabe que não foram erguidos diques ou barreiras para dominá-la.*

MAQUIAVEL. *O príncipe.* São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 119-120.

1. Em grupo ou individualmente, escolha(m) uma atividade do mundo contemporâneo em que você(s) identifique(m) a presença da razão e da vontade livre. Em seguida, elabore(m) um breve comentário sobre ela e sobre como a razão e a vontade a influenciam.

2. As ideias de razão e de vontade livre influenciaram o pensamento ideológico daqueles que propagam a meritocracia, ou seja, que acreditam que uma vida bem-sucedida depende única e exclusivamente do empenho do indivíduo. Em que aspectos a ideia de fortuna e *virtù* se aproxima e em que aspectos nega a possibilidade da meritocracia? Busque dar exemplos concretos.

Em síntese

1. A filosofia está à margem da história ou intimamente ligada a ela? Por quê?
2. A patrística tentou conciliar a religião cristã com ideias da filosofia greco-romana, em especial nas relações entre fé e razão. Para você, essa proposta era coerente? Por quê?
3. Quais eram os grandes temas da filosofia medieval?
4. Resuma as três grandes linhas da filosofia da Renascença e explique por que exprimem o humanismo renascentista.
5. Por que o surgimento do sujeito do conhecimento foi importante para que se superasse o ceticismo na filosofia moderna?
6. De acordo com o texto, como era concebida a natureza na filosofia moderna? Por que essa concepção leva às ideias de experimentação científica e de tecnologia?
7. Consulte a linha do tempo, no final do livro, e identifique os temas abordados por filósofos do período moderno que se relacionem com o que você leu sobre o racionalismo.
8. Por que a filosofia do século XVIII foi denominada *As Luzes* ou *Iluminismo*?
9. Quais os principais temas do pensamento iluminista?
10. Consulte a linha do tempo, no final do livro, e identifique os temas abordados por filósofos do período iluminista que se relacionem especificamente com o que você leu sobre o período.

Indicações

Alexandria

- **Direção de Alejandro Amenábar. Espanha, 2009.**

O filme aborda os conflitos entre fé e razão no período em que o cristianismo começa a se disseminar pelo Império Romano. Além de desafiar a opressão às mulheres, a filósofa Hipátia de Alexandria se vê no meio de uma disputa entre religião e filosofia, na qual a intransigência religiosa leva a lutas entre cristãos e judeus e entre cristãos e filósofos pagãos.



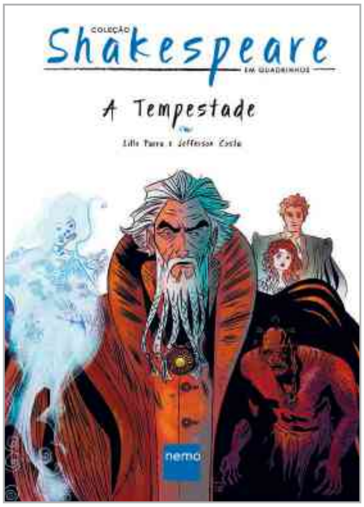
Xavi Giménez/Mod Produções

Cena do filme *Alexandria*, de Alejandro Amenábar, protagonizado por Rachel Weisz.

A tempestade

- **Escrito por William Shakespeare, ilustrado e adaptado por Lillo Parra e Jefferson Costa. Nemo, 2012.**

Adaptação em quadrinhos para a peça homônima. Após ser deposto por seu próprio irmão e acabar exilado em uma ilha, o duque de Milão planeja sua vingança por meio da magia. O desenrolar da trama mostra os conflitos entre os três aspectos da alma, divisão feita por Platão e retomada por muitos pensadores renascentistas, com a racionalidade triunfando ao final.



Reprodução/Ed. Nemo

ABC da Astronomia - Heliocentrismo

- **Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/abc-da-astronomia-heliocentrismo>. Acesso em: 13 dez. 2015.**

Este vídeo apresenta um momento decisivo da história da ciência, entre os séculos XVI e XVII, propiciado pelo pensamento filosófico, e que nele teve muitas repercussões: a ideia de que era a Terra que girava em torno do Sol, e não o contrário.

CAPÍTULO 6

A transformação da filosofia na contemporaneidade

STR News/Reuters/Latinstock



MODERNIDADE EM CRISE

O acidente ocorrido em 1986 em um reator da usina nuclear de Chernobyl simboliza a crise de dois importantes aspectos da modernidade. Por um lado, a crença no progresso proporcionado pela razão e pelos produtos científico-tecnológicos dela originados; por outro, a aposta em ideais políticos revolucionários. A promessa de que a tecnologia caminharia para a perfeição e ofereceria conforto crescente se revelou frágil. Já a promessa de uma sociedade mais justa e igualitária por meio do socialismo também se mostrou sujeita a desvios – as tentativas, por parte da União Soviética, de esconder as graves consequências do acidente foram uma de muitas manifestações dos problemas enfrentados pelo regime. Na fotografia de 2006, as ruínas da cidade de Pripyat, na atual Ucrânia, próximo de onde se localizava a usina.

História e progresso

Como vimos no capítulo anterior, a filosofia moderna experimentou grande otimismo no uso da razão para que o ser humano possa conhecer verdadeiramente a si mesmo e a realidade e garantir para si a liberdade, a felicidade e o aperfeiçoamento.

O século XIX é, na filosofia, o século da descoberta da história ou da historicidade do ser humano, da sociedade, das ciências e das artes. Isso não significa que anteriormente não se escrevessem histórias, porém estas eram tomadas como um aspecto da vida humana entre outros. A mudança de perspectiva ocorre particularmente quando o filósofo alemão Hegel (1770-1831) afirma que a história é a realidade: para ele, a razão, a verdade e os seres humanos são essencial e necessariamente históricos.

Essa concepção levou à ideia de progresso, isto é, de que os seres humanos, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas acumulam conhecimento e práticas, aperfeiçoando-se cada vez mais. Com o progresso, surge a ideia de que o presente é superior e melhor do que o passado, e o futuro será melhor e superior ao presente.

Essa visão otimista também foi desenvolvida na França pelo filósofo Auguste Comte (1798-1857). Fundador da corrente filosófica denominada positivismo, Comte atribuía o progresso ao desenvolvimento das ciências positivas (isto é, sem relação com mitologias, religiões e construções metafísicas). As ciências permitiriam aos seres humanos "saber para prever e prever para prover", de modo que o desenvolvimento social se faria pelo aumento do conhecimento científico e do controle científico da sociedade. É positivista a ideia de "ordem e progresso", que viria a fazer parte da bandeira do Brasil republicano.

No entanto, no século XX, a mesma afirmação de que os seres humanos, a razão e a sociedade são históricos levou à ideia de que a história é descontínua e não progressiva. Por essa perspectiva, cada sociedade tem sua história própria, em vez de ser apenas uma etapa numa história universal das civilizações, como julgara a filosofia do século XIX.

A ideia de progresso passou a ser criticada porque foi usada para legitimar colonialismos e imperialismos – os mais "adiantados" teriam o direito de dominar os mais "atrasados". Passou a ser criticada também a ideia de progresso das ciências e das técnicas, por dois motivos:

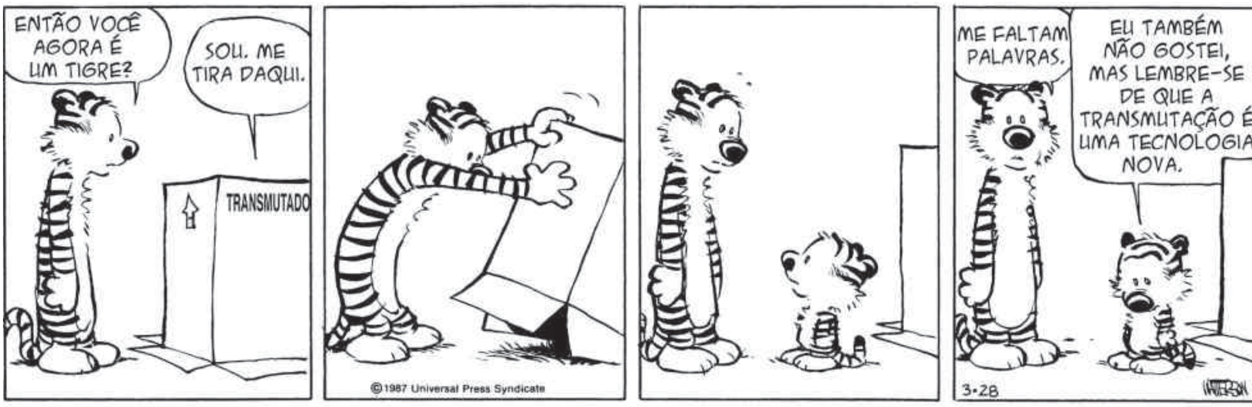
1. Pelo entendimento de que os conhecimentos e as práticas têm sentido e valor próprios em cada época e para cada sociedade. Como esses sentidos e valores desaparecem numa época seguinte ou são diferentes numa outra sociedade, não se pode falar em transformação acumulativa e progressiva da humanidade.

2. Pela avaliação do uso da ciência e da técnica pelo nazismo e no episódio do lançamento das bombas atômicas sobre o Japão pelas Forças Armadas dos Estados Unidos. Casos como esses levaram ao questionamento do otimismo racionalista. Essa crítica prosseguiu no final do século passado e continua até hoje com os movimentos ecológicos, que apontam os riscos ao planeta trazidos pelo uso indiscriminado das ciências e das técnicas.



Cenário da cidade japonesa de Hiroxima, devastada após a bomba lançada pelos Estados Unidos, em 1945. No século XX, a filosofia passou a desconfiar do otimismo científico-tecnológico.

As ciências e as técnicas



Tirinha do personagem Calvin, do cartunista Bill Watterson.

No século XIX, a filosofia afirmava a confiança plena e total no saber científico e na tecnologia para dominar e controlar a natureza em favor da sociedade e dos indivíduos:

- a Física e a Química, por exemplo, dominando e controlando os processos naturais, aumentariam a capacidade da agricultura e da indústria, o que traria abundância e conforto para todos;
- uma nova ciência, a Sociologia, ofereceria um saber seguro e definitivo sobre o modo de funcionamento das sociedades. Isso permitiria aos seres humanos que organizassem racionalmente o social de modo a evitar revoluções, revoltas e desigualdades;
- outra nova ciência, a Psicologia, ensinaria definitivamente como é e como funciona a psique humana, quais as causas das emoções e dos comportamentos e os meios de controlá-los, de modo que seria possível livrar-nos das angústias, do medo, da loucura;
- seria possível também uma Pedagogia baseada nos conhecimentos científicos. Ela permitiria não só adaptar perfeitamente as crianças às exigências da sociedade, como também educá-las segundo suas vocações e potencialidades psicológicas.

No século XX, contudo, a filosofia passou a desconfiar do otimismo científico-tecnológico do século anterior em virtude de vários acontecimentos: as duas guerras mundiais, o bombardeio de Hiroxima e Nagasaki, o genocídio praticado nos campos de concentração nazistas, o totalitarismo stalinista, as guerras da Coreia, do Vietnã, do Oriente Médio, do Afeganistão, as invasões russas da Hungria, da Polônia e da Tchecoslováquia, as ditaduras sangrentas da América Latina e da África, a devastação de mares, florestas e terras, a poluição do ar, os perigos do consumo de alimentos e remédios cancerígenos, o aumento de distúrbios e sofrimentos mentais, os problemas éticos e políticos surgidos com o desenvolvimento da neurociência e da engenharia genética, etc.

Além disso, as ciências e as técnicas foram incorporadas ao chamado *complexo industrial-militar* das grandes potências econômicas, que financiam as pesquisas e definem o que deve ser pesquisado e como serão utilizados os resultados. Esse complexo, com poder de vida e morte sobre o planeta, não está submetido a governos nem a associações públicas: ele opera secretamente, segundo seus próprios interesses, desencadeando guerras, ditaduras e violências em toda parte.

Diante desses fatos, um grupo de filósofos alemães, conhecido como Escola de Frankfurt, elaborou a chamada *Teoria Crítica*. Essa concepção distingue duas formas da razão: a razão instrumental e a razão crítica.

A **razão instrumental** é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas um meio de intimidação, medo, terror e desespero. A **razão crítica**, ao contrário, analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental. Para a razão crítica, as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão se tiverem como finalidade a emancipação dos humanos, e não as ideias de domínio técnico-científico sobre a natureza, a sociedade e a cultura.

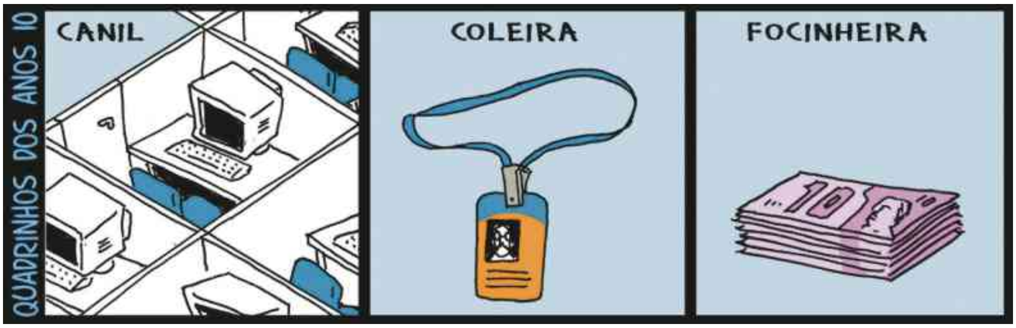
Os ideais políticos revolucionários

No século XIX, em decorrência do otimismo trazido pelas ideias da razão e do progresso, a filosofia apostou em ideais políticos revolucionários como o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Esses ideais criariam, graças à ação política consciente dos explorados e oprimidos, uma sociedade nova.

No entanto, o século XX viu a ascensão dos chamados regimes totalitários (fascismo, nazismo, stalinismo, maoismo) e o fortalecimento das sociedades autoritárias ou ditatoriais (como as da América Latina, das Filipinas e da África). Então, a filosofia também passou a desconfiar do otimismo revolucionário e das utopias e a indagar se os seres humanos, os explorados e dominados serão capazes de criar e manter uma sociedade nova, justa e feliz.

O século XX também viu o crescimento das chamadas burocracias, que dominam as organizações estatais, empresariais, político-partidárias, escolares, hospitalares. Isso levou a filosofia a indagar como os seres humanos poderiam derrubar esse imenso poderio que, secretamente, determina sua vida cotidiana desde o nascimento até a morte.

André Dahmer/Acervo do artista



Tirinha do cartunista André Dahmer. A forma burocrática dominou diferentes tipos de organização dentro da sociedade.

A cultura

No século XIX, a filosofia descobre a cultura como o modo próprio e específico da existência dos seres humanos. Os animais são seres naturais; os humanos, seres culturais. A natureza é governada por leis necessárias de causa e efeito; a cultura é a criação humana, o exercício da linguagem e da liberdade.

Por meio do trabalho, os humanos são capazes de transformar a natureza e usá-la para uma vida propriamente humana. Por meio da linguagem, são capazes de comunicar-se e sobretudo de dar permanência e continuidade às experiências humanas. A cultura é a formação coletiva de instituições (como a linguagem, o trabalho, a família, a sociedade, a ética e a política), ideias, símbolos, normas, regras e valores. Isso permite a uma sociedade definir para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o certo e o errado, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço (o próximo e o distante) e o tempo (o passado, o presente e o futuro), instituir as crenças e definir a relação com a morte.

A cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa, vida ética e vida política.



Kobby Dagan/Shutterstock

Celebração do Dia de Finados em Oaxaca, no México, em 2015. Cada cultura cria, a seu modo, sua linguagem, seus mitos e suas crenças, suas obras de pensamento e de arte.

Para a filosofia do século XIX, de acordo com sua ideia de progresso da humanidade, haveria uma única grande cultura em desenvolvimento, da qual as diferentes culturas seriam fases ou etapas.

Para outros, chamados filósofos românticos, as culturas não formavam uma sequência universal progressiva, mas eram culturas particulares, nacionais. Assim, cabia à filosofia desvendar o "espírito de um povo" conhecendo as origens e as raízes de cada cultura. Para esses filósofos, o mais importante de uma cultura não se encontraria em seu futuro (no seu progresso), mas no seu passado (nas tradições e no folclore nacional).

No entanto, no século XX, ao afirmar que a história é descontínua, a filosofia também afirma que não há "a cultura", mas culturas diferentes. A filosofia contemporânea também rejeita a ideia romântica de que a pluralidade de culturas e as diferenças entre elas se devem à existência da nação, pois a própria ideia de nação é uma criação cultural (foi uma ideia proposta pelas culturas francesa e alemã do século XIX). Cada cultura inventa seu modo de relacionar-se com o espaço e o tempo, de criar sua linguagem, de elaborar seus mitos e suas crenças, de organizar o trabalho e as relações sociais e morais, de criar as obras de pensamento e de arte. Cada uma, em decorrência das condições históricas, geográficas e políticas em que se forma, tem seu modo próprio de organizar o poder e a autoridade, de produzir seus valores.

Em resumo, contra a filosofia da cultura universal, a filosofia do século XX negou que houvesse uma única cultura em progresso e afirmou a existência da pluralidade cultural. Contra a filosofia romântica das culturas nacionais como expressão do "espírito do povo", a filosofia do século XX negou que a nacionalidade fosse causa das culturas (ao contrário: as nacionalidades são efeitos culturais temporários) e afirmou que cada cultura se relaciona com outras e encontra dentro de si seus modos de transformação.



Rogério Reis/Pulsar Imagens

Indígena do povo Yawalapiti filma cerimônia do Kuarup no Parque Nacional do Xingu, em Gaúcha do Norte (MT), 2012. Cada cultura se relaciona com outras e encontra dentro de si seus modos de transformação.

O "fim da filosofia"

No século XIX, o otimismo científico e técnico levou a filosofia a supor que, no futuro, todos os conhecimentos e todas as explicações seriam dados pelas ciências. Assim, a própria filosofia (que nasceu como o conjunto de todos os saberes) não teria mais motivo para existir.

Entretanto, no século XX a filosofia passou a mostrar que as ciências não têm princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários, e que, frequentemente, uma ciência desconhece até onde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de outra.

Os princípios, os métodos, os conceitos e os resultados de uma ciência podem estar totalmente equivocados ou desprovidos de fundamento. Com isso, a filosofia voltou a afirmar seu papel na compreensão e interpretação crítica das ciências ao discutir a validade de seus princípios, métodos ou procedimentos de pesquisa, resultados, formas de exposição dos dados e das conclusões, etc.

Foram preocupações com a falta de rigor das ciências que levaram o filósofo austríaco Edmund Husserl (1859-1938) a propor que a filosofia fosse o estudo e o conhecimento rigoroso da possibilidade do próprio conhecimento científico, examinando os fundamentos, os métodos e os resultados das ciências. Foram também preocupações como essas que levaram filósofos como Bertrand Russell (1872-1970) e Quine (1908-2000) a estudar a linguagem científica, a discutir os problemas lógicos das ciências e a mostrar os paradoxos e os limites do conhecimento científico.

Os limites da razão

No século XIX, o otimismo filosófico levava a filosofia a afirmar que, enfim, os seres humanos haviam superado a superstição, as explicações mágicas e fantásticas da realidade, e alcançado a maioridade racional. Acreditava também que a razão se desenvolvia plenamente para que o conhecimento completo da realidade e das ações humanas fosse atingido.

No entanto, já no final do século XIX, Marx (1818-1883) e Freud (1856-1939) colocaram em questão esse otimismo racionalista – Marx no campo da economia e da política; Freud, na investigação das perturbações e dos sofrimentos psíquicos. Que descobriram eles?

Marx descobriu que temos a ilusão de estar pensando com nossa própria cabeça e agindo por nossa própria vontade de maneira racional porque desconhecemos as condições econômicas e sociais nas quais a classe social dominante exerce seu poder sobre a mente de todos. Nesse contexto, a classe dominante faz com que suas ideias pareçam ser verdades universais, válidas para todos os membros da sociedade e para todas as classes sociais. Esse poder social invisível que nos leva a pensar como pensamos e agir como agimos foi chamado por ele de **ideologia**. Em coautoria com Friedrich Engels (1820-1895), Marx escreve:

> *Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias,* [...] *então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade, etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade, etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso.* [...] *Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade,* [...] *a apresentar suas ideias como as únicas racionais, universalmente válidas.*

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 48.

Freud, por sua vez, mostrou que os seres humanos têm a ilusão de que tudo o que pensam, fazem, sentem e desejam estaria sob o pleno controle de suas consciências. Para ele, desconhecemos a existência de um poder – psíquico e social – que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba. A esse poder que domina e controla invisível e profundamente nossa vida consciente ele deu o nome de **inconsciente**.

Diante dessas duas descobertas, a filosofia se viu forçada a reabrir a discussão sobre o que é e o que pode a razão, sobre o que é e o que pode a consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento, sobre o que são e o que podem as aparências e as ilusões.

Itaci Batista/Agência Estado



Muro grafitado na cidade de São Paulo, em 2010. Com os conceitos de ideologia e inconsciente, Marx e Freud mostraram que há influências invisíveis sobre o pensamento e a vontade do indivíduo até então insuspeitadas pela filosofia.

Algumas ilusões da razão

"Trabalhamos com empenho porque isso nos fará progredir profissionalmente e, no futuro, ter uma vida mais confortável."	Segundo Marx →	Trabalhamos com empenho porque a classe dominante nos fez acreditar que foi desse modo que ela progrediu profissionalmente, quando, na realidade, quem mais se beneficia de nosso trabalho é a própria classe dominante.
"A razão nos permite avaliar as possibilidades em uma situação e tomar a decisão mais coerente de forma deliberada."	Segundo Freud →	As memórias de experiências do passado (por exemplo, traumas) ficam retidas no inconsciente, que influencia nossas ações sem que percebamos.

Ao mesmo tempo, a filosofia teve de reabrir as discussões éticas e morais: "O ser humano é realmente livre ou é inteiramente condicionado pela sua situação psíquica e histórica?". "Se for inteiramente condicionado, então a história e a cultura são causalidades necessárias como as da natureza?". Ou seria mais correto indagar: "Como os seres humanos conquistam a liberdade em meio a todos os condicionamentos psíquicos, históricos, econômicos, políticos e culturais em que vivem?"?

Infinito e finito

O século XIX prosseguiu uma tradição filosófica para a qual o mais importante era a ideia do *infinito*, isto é, a natureza eterna (dos gregos), o Deus eterno (dos cristãos), o desenvolvimento pleno e total do tempo infinito (a história universal).

A filosofia do século XX, contudo, tendeu a dar maior importância ao finito, isto é, ao que é limitado no espaço e no tempo, que surge e desaparece, que tem fronteiras e limites. Esse interesse pelo finito apareceu, por exemplo, no **existencialismo**, corrente filosófica que definiu o humano como "um ser para a morte". Ou seja, o ser humano sabe que é finito, que acaba e que precisa encontrar em si mesmo (e não na natureza, em Deus ou na história universal) o sentido de sua existência.

Outro exemplo do interesse pela finitude apareceu no que se costuma chamar **filosofia da diferença**, isto é, naquela filosofia que se interessa por delimitar uma realidade levando em conta a singularidade e particularidade. Inspirando-se nos trabalhos dos antropólogos, essa filosofia buscou a diversidade, pluralidade, singularidade das diferentes culturas, em lugar de voltar-se para a ideia de uma cultura universal única.

Enfim, outro exemplo de interesse pela finitude apareceu quando a filosofia se voltou para a multiplicidade e a diferença entre as ciências. Em vez de buscar uma ciência universal que conteria dentro de si todas as ciências particulares, tentou descobrir os limites de cada uma delas e sobretudo seus impasses e problemas insolúveis.

Nossos dias: a pós-modernidade

No fim dos anos 1970 surgiu a ideia de que a modernidade terminara e que se iniciava a pós-modernidade. A modernidade corresponderia à época da sociedade industrial, aquela em que o poder econômico e político pertence às grandes indústrias e em que se explora o trabalho produtivo. Já a pós-modernidade corresponderia à sociedade pós-industrial, em que o poder econômico e político pertence ao capital financeiro e ao setor de serviços das redes eletrônicas de automação e informação.

As ideias e os valores da modernidade

A modernidade era o conjunto de ideias e de valores que, com inúmeras variações e transformações, haviam norteado a filosofia e as ciências desde o fim do século XVII até os anos 1970. Podemos resumir esse conjunto de ideias e valores em alguns aspectos.

◆ **No campo do conhecimento:**

1. Racionalismo: confiança no poder da razão (seja ela instrumental, seja crítica) para distinguir entre aparência e realidade e para conhecer e transformar esta. O racionalismo definira critérios para distinguir entre razão e loucura, ser (realidade) e parecer (aparência), conhecimento e ilusão, verdade e ideologia. Além disso, assegurava a validade do conhecimento filosófico e científico.

2. Distinção entre interior e exterior ou entre sujeito e objeto: confiança em critérios e procedimentos que permitiam distinguir entre o sujeito do conhecimento ou a consciência (o interior) e o objeto ou as coisas (o exterior) e garantiam que o primeiro tinha instrumentos teóricos para dominar intelectualmente o segundo. Assim, a subjetividade (o pensamento com seus princípios e leis universais e com seus procedimentos teóricos) tornava-se condição do conhecimento verdadeiro, ou seja, conhecimento objetivo.

3. Afirmação da capacidade da razão humana para conhecer a essência ou a estrutura interna de todos os seres: confiança na capacidade da razão para: a) definir as causas e as condições que determinam a identidade de cada coisa e sua realidade; b) demonstrar as relações necessárias que cada coisa mantém com outras de que depende ou que dela dependem; c) oferecer as leis necessárias de mudança ou alteração de todas as coisas.

◆ **No campo da prática:**

1. Diferenciação entre a ordem natural regida pela necessidade (as ditas leis da natureza) e a ordem humana da cultura (trabalho, linguagem, ética, política, artes, religião), pois nesta as regras e normas dependem da ação econômica, social e política dos próprios seres humanos. Ainda que a ordem social e política atue sobre os indivíduos como se tivesse o mesmo poder de imposição da necessidade existente na ordem natural, ela pode ser mudada e transformada pelos seres humanos, o que prova que a ordem social e política é uma instituição humana e histórica.



Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada em 1789, logo após a Revolução Francesa. Fruto da modernidade, a declaração afirmava a possibilidade de transformar a ordem social e política e reconhecia o campo da cidadania.

2. Afirmação de que os seres humanos são indivíduos e agentes livres porque são seres racionais dotados de vontade. Portanto, são capazes de controlar e moderar suas paixões e seus desejos e de escolher por si mesmos as ações que praticam, sendo responsáveis por elas.

3. Distinção entre o público e o privado: estabelecimento de critérios que permitam distinguir entre a esfera pública ou política (ou o campo das instituições sociais e de poder) e a esfera privada da moral individual (a ética) e da economia de mercado (a propriedade privada dos meios de produção).

4. Afirmação dos ideais da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade –, reconhecimento de uma esfera de direitos civis – o campo da cidadania – e ampliação desses ideais pela afirmação de direitos sociais. Disso originaram-se os movimentos de luta pelos direitos sociais, contra o racismo, feminista e de liberação sexual.

5. Afirmação de um sentido progressivo da história ou de ideais revolucionários de emancipação do gênero humano. Isso envolve lutas sociais e políticas contra a opressão e a exploração econômica, social, política e cultural.

A crítica pós-moderna

O pensamento pós-moderno critica essas ideias e as recusa:

1. Considera infundadas e ilusórias as pretensões da razão nos campos do conhecimento e da prática, quando não um disfarce para o exercício da dominação sobre as pessoas.

2. Julga que o conhecimento não se define por meio da distinção entre a verdade e a falsidade, e sim pelos critérios da utilidade e da eficácia: um conhecimento (filosófico, científico, artístico) é válido se for útil ou se for eficaz para a obtenção de fins desejados, sejam eles quais forem.

3. Considera infundada a distinção entre sujeito e objeto, pois tanto as filosofias como as ciências são construções subjetivas de seus objetos. Estes só existem como resultado das operações teóricas e técnicas criadas pelos próprios seres humanos. Em outras palavras, o conhecimento não visa a uma realidade existente em si mesma e observável, e sim à invenção ou construção de objetos teóricos e técnicos nos laboratórios.

4. Recusa tanto a ideia de história universal contínua quanto a de histórias particulares descontínuas porque valoriza o tempo como momento presente, sem relação com causas passadas ou expectativas futuras. Por isso elogia rebeliões rápidas e recusa a ideia de revolução como mudança total da sociedade e da política.

5. Não admite a distinção entre ordem natural necessária e ordem histórica ou cultural instituída pelos seres humanos: ambas são invenções ou instituições humanas, contingentes, passageiras.

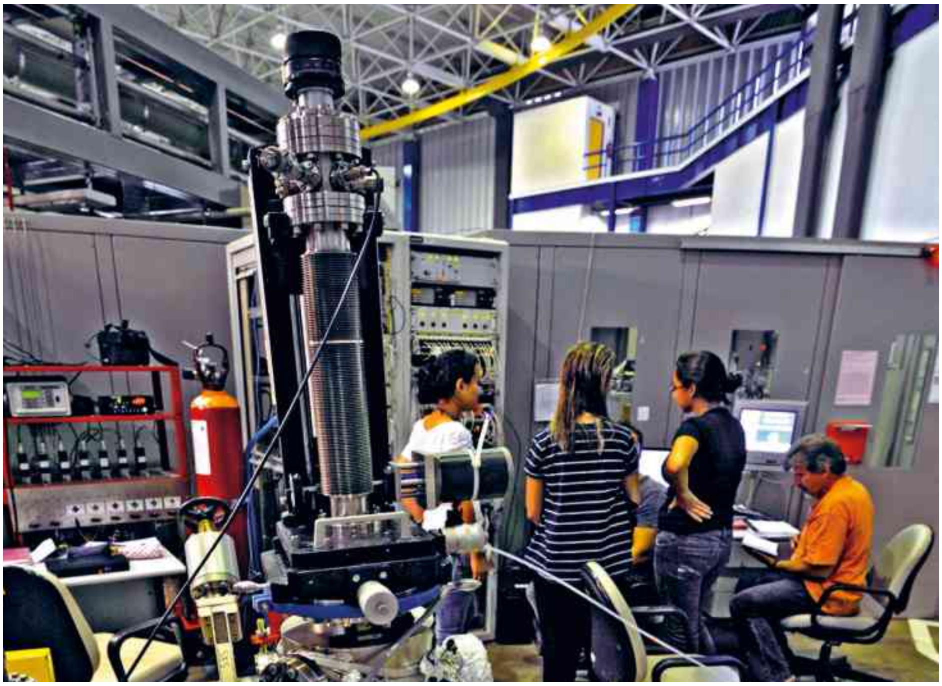
6. Não admite a definição do ser humano como animal racional dotado de vontade livre. Em vez disso, o concebe como um ser passional, desejante, que age movido por impulsos e instintos, embora, ao mesmo tempo, institua uma ordem social que reprime seus desejos e paixões.

A ética, portanto, não se define pela ação racional voluntária livre que busca a ação boa ou virtuosa, mas pela busca da satisfação dos desejos. Essa satisfação define a felicidade, que se realiza na esfera da intimidade individual, e não na participação da vida da coletividade.

7. Desvaloriza e critica a política: considera que a democracia gera cidadãos apáticos, que deixam tudo por conta de representantes eleitos; considera também que o socialismo e o comunismo desembocam em regimes e sociedades totalitários. Por isso, a pós-modernidade dá importância à esfera da intimidade individual e às relações pessoais.

8. Dá importância à ideia de diferença. Ou seja, não mais toma a sociedade como uma estrutura que opera pela divisão das classes sociais, cada qual com uma realidade e uma identidade definidas pela economia e pela política e contrárias umas às outras. Em lugar disso, concebe o social como uma teia de grupos que se diferenciam por etnia, gênero, religião, costumes, comportamentos, gostos e preferências.

Juca Martins/Olhar Imagem



Para o pensamento pós-moderno, a ciência não consiste no estudo de um objeto existente na realidade, e sim na construção desse objeto pelo pesquisador – por exemplo, em uma situação em laboratório. Na fotografia, pesquisadores utilizam acelerador de partículas do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, em Campinas (SP), 2012.

Para além do pós-modernismo

As ideias pós-modernas poderiam levar a duas suposições: a de que não há motivos para valorizar a razão e a de que a filosofia já não tem por que existir.

Essas duas suposições constituem o que o pensador Boaventura de Sousa Santos (1940) denomina *razão indolente*: uma razão preguiçosa, que se contenta em transformar os impasses da modernidade em desculpa para aceitar o mundo tal como aparece, sem perguntar se essa aparência é a realidade verdadeira.

Uma filosofia que aposta no trabalho do pensamento realiza o movimento inverso: dirige-se ao mundo natural e cultural para, novamente, indagar por que ele aparece fragmentado, passageiro, inconsistente. Sobretudo, a filosofia questiona se essa aparência não esconde formas de dominação e de servidão que precisamos compreender, avaliar, criticar e lutar para ultrapassar.

Três exemplos contra a razão indolente podem ajudar-nos a perceber a importância do trabalho do pensamento.

1. Crítica da cultura do narcisismo. Um mito grego narra que, ao ver sua própria imagem pela primeira vez, refletida nas águas de um lago, Narciso julgou tratar-se de outra pessoa. Perdidamente apaixonado por essa imagem, o jovem lança-se no lago atrás dela e morre afogado. Alguns filósofos contemporâneos tomam esse mito para explicar como os meios de comunicação e a propaganda inventam imagens de seres humanos belos, jovens, saudáveis, bem-sucedidos com as quais devemos nos identificar se quisermos aprovação social. Dessa maneira, aquilo que alguns pós-modernistas entendiam como elogio do desejo contra as limitações trazidas pela razão significa que, na verdade, deixamos de conhecer a nós mesmos e ao mundo que nos rodeia; como novos Narcisos, desejamos imagens inventadas, que passam a dominar nossa vida.

2. Crítica da sociedade da vigilância e do controle. Alguns filósofos contemporâneos têm estudado as maneiras invisíveis pelas quais as sociedades contemporâneas vigiam e controlam seus cidadãos. Os meios para isso vão desde a carteira de identidade até as formas de controle populacional por meio de vírus e bactérias mortíferos; desde as câmeras que vigiam ruas e edifícios até satélites que vigiam o que se passa em todo o planeta; desde a invenção de doenças pela indústria farmacêutica até a transformação genética de seres humanos. O elogio pós-moderno das rebeliões passageiras não leva em conta que, por meio delas, os dominantes controlam até que ponto os cidadãos podem manifestar descontentamentos, impedindo-os de atingir o núcleo do poder que os controla.

3. Crítica das novas divisões sociais. Ao analisar a chamada globalização, alguns filósofos contemporâneos mostram que, sob a aparência de uma unificação econômica do planeta inteiro, ocorre realmente uma fragmentação das sociedades. Esta divisão em sociedades de máxima riqueza e de máxima pobreza se repete no interior de cada uma delas, na forma de divisão entre bolsões de riqueza e bolsões de miséria. Assim, o elogio das diferenças feito pelos pós-modernos ignora ou mascara, na realidade, a presença de imensas desigualdades, exploração e dominação.

Karime Xavier/Folhapress



Funcionários monitoram imagens do fluxo de veículos em centro de operações de uma empresa concessionária de rodovias, localizado em Jundiaí (SP). Foto de 2015. A filosofia atual estuda as formas de controle das sociedades contemporâneas.

Leituras filosóficas

Por que pensar?

A primeira coisa que me intriga nessa pergunta é que ela parece estranha. Por que pensar? Afinal os cientistas sociais dos últimos dez anos têm vindo a dizer que nós estamos num período de autorreflexividade, em que indivíduos autônomos refletem sobre os processos de transformação em que participam e usam essa reflexão para intervir nesses processos. O indivíduo autorreflexivo é um indivíduo que não se mobiliza sem razões, a sua própria vida é um objeto de meditação, de reflexão, de autoanálise, de reversão de percursos, etc.

Se nós estamos numa fase da autorreflexividade, todos pensamos, e, se todos pensamos, por que fazer essa pergunta? A verdade é que, em minha opinião, nós não estamos numa fase da autorreflexividade. [...] *penso sim que estamos numa época em que a autorreflexividade é própria daqueles que têm o privilégio de a atribuir aos outros. Ela não é, de modo nenhum, generalizada, e não é generalizada exatamente porque estamos num processo de transição, um processo de grande criação e de grande destruição.* [...] *E nesse processo, penso eu, a vertigem das transformações faz com que a sociedade se divida em dois grupos que vivem em condições nada propícias a pensar. Por um lado, aqueles que comandam esse processo de criação e de destruição, aqueles que estão por detrás da globalização hegemônica de que hoje tanto se fala, aqueles que comandam todo esse processo, não têm tempo para pensar.* [...] *fazer-lhe[s] uma pergunta desse tipo é extremamente perturbador, porque obviamente o automatismo da sua ação não exige, não permite de maneira nenhuma esse pensamento.* [...] *Por outro lado, aqueles que sofrem este processo de criação, a esmagadora maioria da população mundial, que neste momento sofre a exclusão, a desigualdade, a polarização entre ricos e pobres, tampouco pode pensar, porque está tão ocupada em sobreviver que não tem, realmente, capacidade, nem tem disposição para pensar.* [...]

SANTOS, Boaventura de Sousa. Seis razões para pensar. *Lua Nova*, n. 54, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 maio 2016.

- Relacione trechos do texto acima com argumentos contra a razão indolente.

Temas, disciplinas e campos filosóficos

Durante os 26 séculos de existência da filosofia, temas, disciplinas e campos de investigação filosóficos surgiram, enquanto outros desapareceram. Desapareceu também a ideia de que a filosofia seria a totalidade dos conhecimentos teóricos e práticos da humanidade.

Também desapareceu a imagem da filosofia como uma grande árvore frondosa: suas raízes eram a metafísica e a teologia; o tronco era a lógica; os ramos principais eram a filosofia da natureza (física, química, biologia), a ética e a política; e os galhos extremos eram as técnicas, as artes e as invenções. A filosofia, vista como uma totalidade orgânica ou viva, era chamada "rainha das ciências".

Pouco a pouco, as várias ciências particulares foram definindo seus objetivos, seus métodos e seus resultados próprios. Definindo-se como teoria de um setor da realidade, cada ciência se desligou da grande árvore, levando consigo os conhecimentos práticos ou aplicados (isto é, as técnicas) de seu campo de investigação.

As últimas ciências a se desligarem da árvore da filosofia foram as ciências humanas (Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Linguística, Geografia, etc.).

Outros campos de conhecimento e de ação abriram-se para a filosofia, mas a ideia de uma totalidade que conteria em si todos os conhecimentos nunca mais reapareceu.

Desde o século XX, a filosofia passou por uma grande limitação quanto à esfera de seus conhecimentos. Isso pode ser atribuído a dois motivos principais.

1. Desde o fim do século XVIII, com o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), passou-se a considerar que a filosofia até então tivera uma pretensão irrealizável. Que pretensão fora essa? A de que nossa razão pode conhecer as coisas tais como são em si mesmas. Esse conhecimento da realidade em si chama-se **metafísica**.

Kant negou que a razão humana tivesse tal capacidade. Para ele, conhecemos as coisas tais como são organizadas pela estrutura interna e universal de nossa razão, mas nunca saberemos se isso corresponde ou não à organização da própria realidade. Ou seja, nosso entendimento organiza as coisas considerando-as espaciais e temporais, mas não sabemos se elas de fato o são; também as organiza por relações de causalidade, mas nunca saberemos se em si mesmas elas obedecem à relação de causa e efeito, etc. A metafísica como conhecimento da realidade em si é impossível. Portanto, ela deve tornar-se, modestamente, o conhecimento das condições humanas de uso da inteligência e da razão.

Deixando de ser metafísica, a filosofia tornou-se: a) uma **teoria do conhecimento**, ou uma teoria sobre a capacidade e a possibilidade humana de conhecer; b) uma ética, ou estudo das condições de possibilidade da ação moral, realizada por liberdade e por dever. Com isso, a filosofia deixava de ser conhecimento do mundo em si e tornava-se apenas conhecimento das condições em que o ser humano conhece e age.

2. Desde meados do século XIX, como consequência do **positivismo** de Augusto Comte, a filosofia foi separada das ciências chamadas positivas, consideradas portadoras de verdadeiro conhecimento (Matemática, Física, Química, Biologia, Astronomia, Sociologia, Psicologia). As ciências, diziam os positivistas, estudam a realidade natural, social, psicológica e moral, e são propriamente o conhecimento. Para eles, a filosofia seria apenas uma *reflexão* sobre o significado do trabalho científico. A filosofia tornou-se, assim, uma teoria das ciências ou **epistemologia**, pois, como vimos, a palavra grega *episteme* significa 'ciência'.

Em decorrência da filosofia de Kant e do positivismo, os filósofos do início do século XX se voltaram primordialmente para a figura do sujeito do conhecimento e se interessaram principalmente pelo conhecimento das estruturas e formas da consciência e também pelo seu modo de expressão, isto é, a linguagem. O interesse pela *consciência reflexiva* ou pelo *sujeito do conhecimento* originou uma corrente filosófica conhecida como **fenomenologia**, iniciada por Edmund Husserl. Já o interesse pelas formas e modos de funcionamento da linguagem corresponde a uma corrente filosófica conhecida como **filosofia analítica**, cujo início é atribuído ao austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e a um grupo de lógicos denominado Círculo de Viena.

A atividade filosófica, porém, não se restringiu à teoria do conhecimento, à lógica, à epistemologia, à ética e à política. Desde o início do século XX, a história da filosofia tornou-se uma disciplina de grande prestígio e, com ela, a história das ideias e a história das ciências.

Diversos acontecimentos ocorridos desde a Segunda Guerra Mundial fizeram ressurgir o interesse pela filosofia política: o fenômeno do totalitarismo, as guerras de libertação de povos contra os impérios coloniais, as revoluções socialistas em vários países e as lutas, desde os anos 1960, contra ditaduras e pelos direitos de negros, indígenas, mulheres, idosos, homossexuais, transexuais, crianças e outros excluídos econômica e politicamente. Com isso, ressurgiram também as críticas de ideologias e as discussões sobre as relações entre a ética e a política.



Musas inquietantes (1924), óleo sobre tela do pintor italiano Giorgio de Chirico (1888-1978). A pintura metafísica de De Chirico realça a nostalgia do antigo e o enigma dos sonhos.

Finalmente, desde o fim do século XX, o pós-modernismo vem ganhando preponderância. Seu alvo principal, como vimos, é a crítica de todos os conceitos e valores que, até hoje, sustentaram a filosofia e o pensamento dito ocidental: razão, saber, sujeito, objeto, história, espaço, tempo, liberdade, necessidade, acaso, natureza, homem, entre outros.

Em reação a isso, filósofos contemporâneos criticam a indolência presente em aspectos do pensamento pós-moderno, recolocando a capacidade crítica da razão tanto para avaliar as ciências e as técnicas quanto para compreender a realidade social, política e artística em que vivemos.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, História, Geografia e Sociologia.

Muitas pessoas da sua geração talvez não tenham ideia disso, mas a existência virtual que hoje faz parte do dia a dia de grande parte dos jovens (*e-mails*, redes sociais, *blogs*, *fotoblogs*, aplicativos de telefones celulares) é recente na sociedade.

O filósofo Adam Schaff (1913-2006) se refere à "revolução da microeletrônica", notando que já não nos damos conta de que estamos rodeados por ela, desde os pequenos objetos de uso cotidiano, como o relógio de quartzo, a calculadora de bolso, o telefone celular, o *tablet*, etc. Schaff assinala a diferença entre os antigos objetos técnicos – que ampliavam a força física humana – e os novos objetos tecnológicos – que ampliam as forças intelectuais humanas, isto é, as capacidades do pensamento, pois dependem de informações e operam ou fornecem informações (os primeiros computadores foram chamados de "cérebros eletrônicos"). De fato, com os satélites e a informática, é nosso cérebro ou o nosso sistema nervoso central que se expande sem limites, diminuindo distâncias espaciais e intervalos temporais até abolir o espaço e o tempo. O mundo está *on-line* durante 24 horas, sem obstáculos de distâncias e diferenças geográficas, sociais e políticas, nem de distinção entre o dia e a noite, ontem, hoje e amanhã.

Analisando o mundo virtual, o geógrafo David Harvey (1935) aponta uma transformação sem precedentes em nossa experiência do espaço e do tempo, designada por ele como "compressão espaçotemporal", causada pelas novas tecnologias. Compressão do espaço: tudo se passa *aqui*, sem distâncias, diferenças nem fronteiras. Compressão do tempo: tudo se passa *agora*, sem passado e sem futuro, sem continuidade nem história. Disso o melhor exemplo são as redes sociais.

- O que essa existência virtual tem a ver com o pensamento pós-moderno? Releia as críticas da filosofia pós-moderna às ideias da modernidade e elabore um texto com aspectos que demonstrem ou rejeitem essa relação. Procure compreender como funcionavam, em outras épocas, os processos de sociabilidade, de trabalho, os estudos e pesquisas escolares, entre outras atividades.



Fabio Pozzebom/Abr/Radiobrás

Videoconferência realizada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça, em Brasília, na qual um piloto estadunidense depôs sobre um acidente aéreo ocorrido no Brasil, em 2006. A tecnologia permite a compressão do espaço e do tempo. Foto de 2011.

Em síntese

1. O pensamento de filósofos como Hegel e Comte originou uma concepção otimista da história.
a) Qual é a principal ideia relacionada a essa concepção?
b) Por que ela foi refutada por filósofos do século XX?

2. O desenvolvimento das ciências e das técnicas no século XIX causou otimismo na maioria dos filósofos da época. Esse otimismo se manteve ou não nos séculos XX e XXI? Por quê?

3. Explique a distinção feita pela Teoria Crítica entre razão instrumental e razão crítica.

4. Por que os filósofos contemporâneos se tornaram descrentes com relação a revoluções sociais e políticas?

5. Os filósofos do século XIX se dividiram em duas correntes ao definir a cultura. Como a filosofia do século XX se contrapôs a cada uma dessas concepções?

6. De acordo com o texto, por que as descobertas da ideologia, por Marx, e do inconsciente, por Freud, questionaram o otimismo racionalista?

7. Após a crítica de Kant à metafísica, a que se dedicou a filosofia?

8. Quais foram as duas principais correntes filosóficas criadas no século XX após a crise da metafísica? O que propuseram como temas da filosofia?

9. Quais são as principais ideias dos filósofos pós-modernos?

10. Como a filosofia contemporânea reage à posição do pós-modernismo? O que é a crítica da razão indolente?

11. Identifique, na linha do tempo, os principais temas abordados pelos filósofos dos últimos sessenta anos e relacione dois deles a eventos ou comportamentos da atualidade.

12. Interprete as duas tirinhas reproduzidas neste capítulo, relacionando-as a ideias e críticas expostas no texto.

Indicações

Nós que aqui estamos por vós esperamos

- **Direção de Marcelo Masagão. Brasil, 1998.**

Documentário sobre o século XX feito de fragmentos biográficos de personagens que viveram nesse período. O filme põe em discussão o caráter banal que a vida e a morte adquiriram no século passado.



Reprodução/Riofilme

Cena do filme *Nós que aqui estamos por vós esperamos*, de Marcelo Masagão.

Admirável mundo novo

- **Escrito por Aldous Huxley. Biblioteca Azul, 2014.**

Este romance, escrito em 1932, se passa em uma sociedade totalmente organizada com base em procedimentos científicos e em um planejamento racional. Sob o pretexto de garantir a felicidade, o que na realidade ocorre é a formação de uma sociedade de pessoas que não questionam, na qual não há espaço para a liberdade.

Arte e matemática - Do zero ao infinito

- **Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/video/arte-e-matematica-do-zero-ao-infinito>. Acesso em: 13 dez. 2015.**

Este episódio introdutório do programa *Arte e matemática* mostra não só as relações entre essas duas disciplinas, mas também como a busca pelo conhecimento racional colocada pela filosofia está intimamente ligada a elas.

Acervo Museu de Belas Artes, Boston, MA, EUA/Reprodução



A obra *De onde viemos? Que somos? Para onde vamos?*, pintada por Paul Gauguin em 1897, representa o ciclo da vida.

UNIDADE 2

A razão

CAPÍTULO 7

Os vários sentidos da palavra *razão*

Sérgio Dotta Jr./Arquivo da editora



RAZÕES E COTIDIANO

Os sentidos da palavra *razão* no contexto filosófico podem ser notados mesmo em nosso cotidiano. Se alguém duvida de minha identidade e mostro um documento com minha fotografia e meu nome, como o homem da imagem acima, de 2016, a outra pessoa dirá que tenho razão. Por que razão a pessoa aceitou que esse documento prova minha identidade? Porque, como veremos neste capítulo, nele opera um dos princípios da razão, o princípio de identidade. Apenas nesse pequeno exemplo, a palavra foi usada em três sentidos diferentes.

Falando da razão

No cotidiano, dizemos, por exemplo, "Eu estou com a razão" para significar que sabemos com certeza alguma coisa. Também dizemos que, num momento de fúria ou de desespero, "Alguém perde a razão", como se a razão ou a lucidez fossem algo que se pode ter ou não ter, possuir e perder, ou mesmo recuperar.

Falamos também frases como: "Se você me disser suas razões, sou capaz de fazer o que você me pede", pretendendo dizer com isso que queremos ouvir os *motivos* que alguém tem para querer ou fazer alguma coisa. Fazemos perguntas como "Qual é a razão dessa enchente?", querendo saber a *causa* de alguma coisa. Nesse caso, a razão, por ser uma causa, seria uma propriedade dos fatos da natureza. Desse modo, tanto nós quanto as coisas da natureza parecemos ser dotados de razão, mas em sentidos diferentes.

Quando a filosofia fala sobre *razão*, ela fala de todos esses sentidos: ter certeza, ter lucidez, ter motivo, ter causa.

Esses vários sentidos ficam claros quando usamos o adjetivo *racional*: alguém é racional quando tem certeza e lucidez sobre o que pensa e diz e quando sabe os motivos para fazer ou não fazer uma ação; uma coisa, um fato, um acontecimento são racionais quando podemos determinar a causa que realmente os produz ou produziu.

Em contraposição a racional, usamos o adjetivo *irracional*. Por exemplo, quando um professor diz a outro: "Fulano trouxe um trabalho irracional; era um caos, incompreensível. Já o trabalho de beltrana era uma beleza, claro, compreensível, racional". Aqui, *racional* significa clareza das ideias, ordem, resultado de esforço intelectual ou da inteligência segundo normas e regras de pensamento e de linguagem. Ao contrário, *irracional* significa confuso, desordenado, que não segue as regras e normas adequadas do pensamento e da linguagem.

Razão e razões: os seres humanos como seres racionais

É muito célebre uma frase do filósofo Pascal (1623-1662): "O coração tem razões que a razão desconhece". Nessa frase, as palavras *razões* e *razão* não têm o mesmo significado. *Razões* são os motivos do coração, enquanto *razão* é algo diferente de coração. *Coração* é o nome que damos às emoções e paixões, enquanto *razão* é o nome que damos ao pensamento ou à inteligência como atividades de conhecimento.

Ao dizer que o coração tem suas próprias razões, Pascal afirma que as emoções, os sentimentos ou as paixões possuem causas ou motivos e são o motivo ou a causa de muito do que fazemos, dizemos, queremos e sentimos. Ao dizer que a razão desconhece "as razões do coração", Pascal afirma que o pensamento, ou conhecimento intelectual, é diferente das paixões e dos sentimentos e que ela nem sempre pode explicá-los.

As razões do coração

"E quem um dia irá dizer que existe razão nas coisas feitas pelo coração / E quem irá dizer que não existe razão."

É assim que se inicia a canção "Eduardo e Mônica" (1986), um dos maiores sucessos do grupo de *rock* Legião Urbana. Os versos se inspiram na frase de Pascal para introduzir a história de amor entre dois jovens muito diferentes entre si.


Juvenal Pereira/Agência Estado

O grupo Legião Urbana, em foto de 1986.

Tal como Pascal, a letra da canção, de Renato Russo, explora diferentes sentidos da palavra *razão*. O primeiro verso, tal como o filósofo francês, diferencia as emoções (o "coração") da razão como conhecimento intelectual. Já o segundo verso pode ser interpretado de duas maneiras: *razão* pode ser compreendida como *motivo*, assim como nas "razões do coração" da frase de Pascal; porém, nesse trecho da canção, deixa-se aberta a possibilidade de que, naquela situação, as coisas "feitas pelo coração" também tenham sido influenciadas pela razão, ainda que não pareça.

Agora podemos entender a pergunta "Você perdeu a razão?". De fato, se alguém "perde a razão", é porque está sendo arrastado pelas "razões do coração". E, ao contrário, se alguém "recupera a razão", é porque o pensamento ou o conhecimento intelectual se tornaram mais fortes do que as emoções.

Muitas vezes também ouvimos afirmações de que as ciências são a manifestação do "progresso da razão". Aqui, a razão é colocada como capacidade intelectual para se obter o conhecimento verdadeiro da natureza, da sociedade, da história, e isso é considerado algo positivo. Por ser considerado um "progresso", o conhecimento científico é visto como algo que se realiza no tempo e é dotado de continuidade. Desse modo, a razão também é concebida como capaz de aumentar seus conteúdos e suas capacidades ao longo do tempo.

Todos esses sentidos constituem a nossa ideia de razão. Ela é o pensamento como atividade intelectual de conhecimento da realidade natural, social, psicológica, histórica, e nós a concebemos segundo o ideal da clareza, da ordenação e do rigor dos pensamentos e das palavras. Ela é também a capacidade de nossa inteligência e de nossa consciência para compreender as emoções e os sentimentos, moderá-los, orientá-los para que não prejudiquem aos outros nem a nós mesmos. Nesse caso, ela é a consciência ética que guia nossos sentimentos e nossa vontade para o bem. *Razão* designa, portanto, as leis do pensamento (intelectual) e as regras da ação refletida (ética).

A razão na própria realidade

Para muitos filósofos, a razão não é apenas a capacidade intelectual e ética dos seres humanos, mas também uma propriedade ou qualidade primordial das coisas. Para esses filósofos, nossa razão pode conhecer a realidade porque esta é racional em si mesma. *Razão* significa, agora, a ordenação regulada e necessária das próprias coisas.

Fala-se, portanto, em **razão objetiva** (a realidade é racional em si mesma) e em **razão subjetiva** (a razão é uma capacidade intelectual e ética dos seres humanos). A razão objetiva é a afirmação de que *o objeto do conhecimento ou a realidade é racional*; a razão subjetiva é a afirmação de que *o sujeito do conhecimento e da ação é racional*. Para muitos filósofos, a filosofia é o momento do encontro, do acordo e da harmonia entre as duas razões ou racionalidades.



Health and Safety Laboratory/SPL/Latinstock

Pesquisadora observa reações em microscópio eletrônico, no Reino Unido, em 2013. A interação entre os elementos químicos é organizada de acordo com a razão objetiva, ou seja, é racional em si mesma. Já a forma como a conhecemos se organiza de acordo com a razão subjetiva, pois nossa razão tem a capacidade intelectual de apreender as leis e as causas delas.

Origem da palavra *razão*

Na cultura da chamada sociedade ocidental, a palavra *razão* origina-se de duas fontes: a palavra latina ***ratio*** e a palavra grega ***lógos***. Ambas são substantivos derivados de dois verbos que têm um sentido muito parecido.

Que fazemos quando medimos, juntamos, separamos, contamos e calculamos? Pensamos de modo ordenado. E que meios usamos para falar sobre essas ações? Usamos palavras. Por isso, *lógos, ratio* ou *razão* significam pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, de modo compreensível para outros.

lógos* e *ratio: *lógos* vem do verbo grego *legein*, que quer dizer 'contar, reunir, juntar, calcular'. *Ratio* vem do verbo latino *reor*, que quer dizer 'contar, reunir, medir, juntar, separar, calcular'.

A razão e seu uso na matemática

Como vimos, por muito tempo filosofia e matemática estiveram intimamente ligadas. Diversos filósofos foram também matemáticos e utilizaram conceitos dessa área na filosofia.

Na matemática, *razão* significa uma comparação entre duas medidas por meio de uma divisão.

Se usei 200 g de cebola para temperar 1600 g de carne moída... → ... a razão estabelecida é de $\frac{1}{8}$. → Portanto, preciso de 300 g de cebola para temperar 2400 g de carne moída.

Assim, a razão matemática estabelece uma proporção constante entre medidas, ordenando-as. Sabendo a razão entre dois termos, poderei aumentá-los ou diminuí-los mantendo a proporção que garantirá o resultado desejado, por meio da operação conhecida popularmente como *regra de três*.

É esse tipo de procedimento sistemático e ordenado que a filosofia identifica na racionalidade.

Desde o começo da filosofia, a origem da palavra *razão* fez com que ela fosse considerada oposta a quatro outras atitudes mentais:

1. ao conhecimento ilusório, isto é, ao conhecimento da mera aparência das coisas, que não alcança a realidade ou a verdade delas. Para a razão, a ilusão provém de nossos costumes, de nossos preconceitos, da aceitação imediata das coisas tal como aparecem e tal como parecem ser. As ilusões criam as opiniões que variam de pessoa para pessoa e de sociedade para sociedade, formando o senso comum e os preconceitos;

2. às emoções, aos sentimentos, às paixões, que são cegos, caóticos, contrários uns aos outros, ora dizendo "sim", ora dizendo "não" a uma mesma coisa;

3. à crença religiosa, para a qual a verdade nos é dada pela fé numa revelação divina, não dependendo do trabalho de conhecimento realizado pelo nosso intelecto. A razão é oposta à revelação, e por isso os filósofos cristãos distinguem entre a luz natural – a razão – e a luz sobrenatural – a revelação;

4. ao êxtase místico (dos santos, dos profetas), no qual o espírito acredita entrar em relação direta com o ser divino e participar dele, sem nenhuma intervenção nem do intelecto, nem da vontade. Pelo contrário, o êxtase místico exige um estado de rompimento com a atividade intelectual e com a vontade; ou seja, exige a perda da consciência da própria individualidade para entregar-se ao gozo ou ao prazer de participar do ser infinito, num conhecimento que só pode ser sentido e não pode ser expresso em pensamentos ou palavras.



João Caldas/Reprodução

A atriz Denise Fraga no papel-título da peça *Galileu Galilei*, adaptação de Cibele Forjaz para o texto *A vida de Galileu*, de Bertolt Brecht. Foto de 2015.

Leituras filosóficas

O triunfo da razão

[...] *para forjar o ferro é necessário um martelo e, para ter um martelo, é necessário fabricá-lo, para o que são necessários outro martelo e outros instrumentos, os quais, por sua vez, para que os possuíssemos, exigiriam ainda outros instrumentos, e assim ao infinito* [...] *do mesmo modo que os homens, de início, conseguiram, ainda que dificultosa e imperfeitamente, fabricar, com instrumentos naturais, certas coisas muito fáceis e, feitas estas, fabricaram outras coisas mais difíceis já com menos trabalho e maior perfeição e assim, progressivamente, das obras mais simples aos instrumentos, e dos instrumentos a outras obras e outros instrumentos, chegaram a fabricar com pouco trabalho coisas tão difíceis; assim também a razão pela sua força natural fabrica para si instrumentos intelectuais com os quais ganha outras forças para outras obras intelectuais e com estas cria outros instrumentos ou capacidades para continuar investigando; e assim, progressivamente, avança até atingir o cume da sabedoria.*

ESPINOSA. *Tratado da reforma da inteligência*. § 31. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 98-99.


Yair Haklai/Jewish Museum, Amsterdã, Holanda.

Retrato (c. 1665) de Baruch Espinosa. Óleo sobre tela de autor desconhecido.

- No texto, para construir a analogia entre o desenvolvimento da técnica e o desenvolvimento da razão, o autor estabelece uma relação inversamente proporcional entre dois termos em cada um dos exemplos. Identifique esses termos e explique por que essa relação é inversamente proporcional.

Os princípios racionais

Desde seus primórdios, a filosofia considerou que a razão opera segundo princípios que ela própria estabelece e que estão em concordância com a realidade, mesmo quando não os conhecemos ou formulamos explicitamente. Nós respeitamos esses princípios porque somos seres racionais e porque eles garantem que a realidade possa ser conhecida pela nossa razão.

Que princípios são esses?

1. Princípio da identidade, cujo enunciado pode parecer surpreendente: "*A* é *A*" ou "O que é é". Ele afirma que uma coisa só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade. Ou seja, sem o princípio da identidade, sequer podemos pensar. Embora seu enunciado pareça absurdo (achamos óbvio que uma coisa seja idêntica a si mesma), esse princípio é usado por nossa sociedade sem que percebamos. Onde é usado? Na chamada "carteira de identidade" (o nosso RG), por exemplo, com a qual se afirma e se garante que "*A* é *A*".

O princípio da identidade é a condição para definirmos as coisas e podermos conhecê-las com base em suas definições. Por exemplo, depois que a matemática determinou a identidade do triângulo como figura de três lados e de três ângulos internos cuja soma é igual à soma de dois ângulos retos, nenhuma outra figura a não ser essa poderá ser denominada triângulo.

2. Princípio da não contradição (também conhecido como princípio da contradição), cujo enunciado é "*A* é *A* e é impossível que seja, ao mesmo tempo e na mesma relação, não *A*". Assim, é impossível que a árvore que está diante de mim seja e não seja, ao mesmo tempo, uma árvore; que o homem seja e não seja, ao mesmo tempo, mortal; que o vermelho seja e não seja, ao mesmo tempo, vermelho, etc.

Sem o princípio da não contradição, o princípio da identidade não poderia funcionar. Se uma coisa ou uma ideia se negarem a si mesmas, elas se autodestroem. Eis por que o princípio enuncia que as coisas e as ideias contraditórias são impensáveis e impossíveis.

Notemos, porém, que o princípio enuncia a impossibilidade de afirmar e negar a mesma coisa a respeito de algo *ao mesmo tempo e na mesma relação*.

Por que essas duas condições? Porque há coisas que podem mudar no correr do tempo, de tal maneira que poderão tornar-se diferentes e até mesmo opostas ao que eram sem que isso signifique contradição. Por exemplo, é contraditório que, aqui e agora (nesta relação e neste tempo), uma criança seja e não seja criança; porém, não será contraditório dizer que essa criança *é*, agora, uma criança e *não será* uma criança, quando crescer. Ou seja, num outro tempo e sob outra relação, a mudança de alguém ou de alguma coisa não é contraditória.

As duas condições para que haja contradição indicam também que esse princípio opera sempre da mesma maneira para as coisas que não estão submetidas ao tempo, justamente porque não se transformam. É o caso, por exemplo, das ideias matemáticas. Assim, será sempre contraditório dizer "círculo quadrado" ou dizer que a *figura geométrica* cubo é, ao mesmo tempo e na mesma relação, cubo e não cubo, embora uma *caixa de papelão cúbica* possa perder essa forma com o correr do tempo ou com uma intervenção humana. O cubo geométrico não muda; uma caixa cúbica de papelão pode mudar de forma (por exemplo, se ficar sob a água, vira uma pasta).

3. Princípio do terceiro excluído, cujo enunciado é: "Ou *A* é *x* ou não é *x*, e não há terceira possibilidade". Por exemplo: "Ou este homem é Sócrates ou não é Sócrates"; "Ou faremos a guerra ou faremos a paz". Esse princípio define a decisão de um dilema – "ou isto, ou aquilo" –, no qual as duas alternativas são possíveis, e a solução exige que apenas uma delas seja verdadeira. Mesmo quando temos um teste de múltipla escolha, escolhemos na verdade apenas entre duas opções – "ou está certo, ou está errado" –, e não há terceira possibilidade.



Tiago Queiroz/Estadão Conteúdo/Agência Estado

Detalhe da obra *Performance de um ano*, do artista taiwanês Tehching Hsieh, apresentada na 30ª Bienal de São Paulo, em 2012. Segundo o princípio da não contradição, não é possível afirmar e negar algo ao mesmo tempo e na mesma relação. Essas duas condições fundamentais do princípio dizem respeito tanto a coisas submetidas ao tempo (como o ser humano) quanto a algo não submetido ao tempo (uma figura geométrica, por exemplo).

4. Princípio da razão suficiente, que afirma que tudo o que existe e tudo o que acontece tem uma razão (causa ou motivo) para existir ou para acontecer, e que tal razão pode ser conhecida pela nossa razão. Esse princípio também costuma ser formulado da seguinte maneira: “Nada é sem causa” ou “Tudo tem causa”.

Por isso, o princípio da razão suficiente costuma ser chamado de *princípio de causalidade*. Esse princípio afirma a existência de relações ou conexões internas entre as coisas, entre fatos e entre ações e acontecimentos. Pode ser enunciado da seguinte maneira: “Dado *A*, necessariamente se dará *B*”. E também: “Dado *B*, necessariamente houve *A*”.

Isso não significa que a razão não admita o acaso ou ações e fatos acidentais, mas sim que ela procura uma causa mesmo para o acaso e para o acidente. Vimos isso ao explicar que o acaso ou o acidente são duas séries de acontecimentos dotados de causas cujo encontro é acidental (o caso da pedra que caiu sobre a cabeça do passante). A diferença entre a causa necessária e a causa acidental está em que a primeira se realiza sempre, é universal e válida para todos os casos, enquanto a causa acidental só vale para aquele caso particular.

Por exemplo, a morte é um efeito necessário e universal (válido para todos os tempos e lugares) da guerra. A guerra é uma causa necessária e universal da morte de pessoas. Mas é imprevisível ou acidental que esta ou aquela guerra aconteçam. Guerras podem acontecer ou não. Se acontecerem, suas causas são particulares, isto é, explicam por que há *esta* guerra, e não por que existem todas as guerras; não há uma causa universal única para explicar toda e qualquer guerra. Se uma guerra acontecer, ela terá necessariamente causas (mesmo as mais absurdas e inaceitáveis) e terá necessariamente, como efeito, mortes. Mas as causas dessa guerra são somente as dessa guerra e de nenhuma outra. Assim, é possível que não haja uma guerra porque não há causas para que ela aconteça; porém, se uma guerra acontecer, o princípio de razão suficiente assegura que: 1) houve causa para ela; 2) haverá mortes.

Diferentemente do caso dos acontecimentos acidentais ou particulares, o princípio da razão suficiente vigorou plenamente, por exemplo, na demonstração que Galileu (1564-1642) fez das leis universais do movimento dos corpos no vácuo. Ao fazê-lo, o físico descobriu e demonstrou as causas naturais universais necessárias e os efeitos naturais universais necessários do movimento dos corpos em queda livre.

Pelo que foi exposto, podemos observar algumas características importantes dos quatro grandes princípios da razão:

- não têm um conteúdo determinado, isto é, indicam *como as coisas devem ser pensadas*, mas não quais coisas ou quais conteúdos devemos ou vamos pensar;
- têm validade universal, isto é, onde houver razão (nos seres humanos e nas coisas, nos fatos e nos acontecimentos), em todo tempo e em todo lugar, tais princípios são verdadeiros e empregados por todos (os humanos) e obedecidos por todos (humanos, coisas, fatos, acontecimentos);
- são necessários, isto é, indispensáveis para o pensamento, as coisas, os fatos e os acontecimentos, de maneira que não podemos pensar racionalmente sem segui-los.



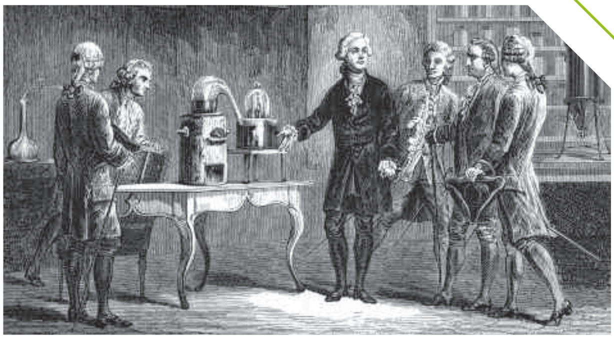
Luiz Costa/Jornal Hoje em Dia/Futura Press

O princípio da razão suficiente afirma relações ou conexões internas entre as coisas, entre fatos ou entre ações e acontecimentos. Assim, o pescador pesca por uma causa (alimentar-se, vender o peixe, divertir-se), e o peixe come a isca por outra causa (alimentar-se). O fato de *este* peixe ter sido pescado por *estes* pescadores, em lagoa de Belo Horizonte (MG), em 2009, se deve ao encontro acidental de duas séries causais necessárias.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Química.

Vimos como as ciências já integraram o campo de estudos da filosofia, mas, nos últimos séculos, ganharam autonomia em relação a ela. Vimos também que a razão costuma ser apresentada como oposta a algumas outras atitudes mentais.


Museu da História e da Ciência, Oxford, Inglaterra/Getty Images

Nesta gravura de Louis Figuier, de 1874, Lavoisier demonstra a descoberta do oxigênio.

Até o século XVIII, acreditava-se ou que cada substância que percebemos na aparência era única e diferente das outras, ou que todas essas substâncias aparentes derivavam de alguns poucos elementos fundamentais (água, terra, fogo, ar, espírito, entre outros). Porém, o químico francês Antoine Lavoisier (1743-1794) descobriu que as substâncias que percebemos são formadas pela junção de outras, menores, invisíveis. Era isso que permitia a transformação daquilo que percebemos em outras coisas, por meio da recombinação desses pequenos elementos diferentes (mais tarde denominados *átomos*).

1. Pesquise, em livros e *sites*, um pouco sobre as descobertas de Lavoisier. Então, explique como a razão lhe permitiu adotar procedimentos explicativos que afastaram atitudes mentais como o conhecimento ilusório e a crença religiosa.

2. De que modo os quatro princípios da razão – princípio da identidade, da contradição, do terceiro excluído e da razão suficiente – aparecem na descoberta de que a água não é uma substância simples, e sim composta de dois elementos diferentes (oxigênio e hidrogênio)?

Em síntese

1. Cite alguns sentidos que a palavra *razão* pode ter no uso cotidiano. Explique a diferença entre cada um deles de acordo com o uso.

2. Qual é o papel que a razão exerce na escolha e na decisão das nossas ações?

3. Quais são as atitudes mentais opostas à razão? Por que elas se opõem à razão?

4. Caracterize os princípios da identidade, da contradição, do terceiro excluído e da razão suficiente. Dê exemplos novos, mostrando como cada um deles pode ser aplicado a um determinado fato ou objeto.

5. De acordo com o texto, quais são as principais características da razão? Em sua resposta, explique cada uma delas.

Indicações

O vingador do futuro

- **Direção de Paul Verhoeven. Estados Unidos, 1990.**

No final do século XXI, um trabalhador que deseja conhecer Marte realiza um implante de memória que simulará essa experiência, colocando-o na pele de um agente secreto. Porém, algo dá errado no procedimento, levando Quaid a desconfiar de sua própria identidade e de todos que o cercam.

Barroco tropical

- **Escrito por José Eduardo Agualusa. Companhia das Letras, 2009.**

Durante uma tempestade, um escritor e uma cantora presenciam um acontecimento inusitado: a queda, do céu, de uma ex-*miss* angolana. Alternando-se entre os dois personagens-narradores, a trama faz idas e vindas no tempo, numa busca pela compreensão de acontecimentos aparentemente irreais e de um contexto social marcado por profundas desigualdades.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Capa da edição brasileira do livro *Barroco tropical*, de José Eduardo Agualusa.

CAPÍTULO 8

A atividade racional

Ana Macedo/Futura Press



A RAZÃO NO COTIDIANO

Quando vamos comprar legumes, entramos em contato com suas características sensíveis; com isso, percebemos se está verde ou maduro; pela disponibilidade, pela qualidade e pelo preço do legume, podemos imaginar se é época de safra e se esta foi boa ou ruim; a partir daí, podemos pensar nas consequências disso para o produtor daquele legume. Assim, em uma simples ação do dia a dia, desempenhamos diferentes modalidades de atividade racional. Na imagem, mulher escolhe legumes em feira, em Salvador (BA), em 2015.

As modalidades da atividade racional

A filosofia distingue duas grandes modalidades da atividade racional, realizadas pelo sujeito do conhecimento: a **intuição** (ou razão intuitiva) e o **raciocínio** (ou razão discursiva).

A atividade racional discursiva passa por etapas sucessivas de aproximação para chegar ao conceito ou à definição do objeto. Já a razão intuitiva ou intuição, ao contrário, consiste num único ato do espírito que capta por inteiro e completamente o objeto do conhecimento.

Vejamos a seguir como opera cada uma dessas modalidades de atividade racional.

A intuição

A **intuição** é uma compreensão completa e imediata de um objeto ou de um fato. Nela, de uma só vez, a razão capta todas as relações que constituem a realidade e a verdade da coisa intuída. É um ato intelectual de discernimento e compreensão, sem necessidade de provas ou demonstrações para saber o que conhece. Um exemplo seria um médico que, graças ao conjunto de conhecimentos que possui, vê de uma só vez a doença, sua causa e o modo de tratá-la. Os psicólogos se referem à intuição usando o termo inglês *insight*, que corresponde em português ao momento em que dizemos: “Entendi!” ou “É isso!”.

intuição: palavra derivada do verbo latino *intuere*, que significa ‘olhar atentamente, contemplar, ver claramente’.

Um exemplo de intuição pode ser encontrado no romance *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Riobaldo e Diadorim são dois jagunços ligados pela mais profunda amizade e lealdade, companheiros de lutas e cumpridores de uma vingança de sangue contra os assassinos da família de Diadorim. Riobaldo, porém, sente-se cheio de angústia e tormento, pois seus sentimentos por Diadorim são confusos. É como se entre eles houvesse muito mais do que amizade.

Quando Diadorim é assassinado e o corpo é trazido para ser preparado para o funeral, Riobaldo descobre que o amigo era uma mulher. De uma só vez, Riobaldo compreende tudo o que havia sentido, todos os fatos acontecidos entre eles e que lhe pareciam inexplicáveis, todas as conversas que haviam tido, todos os gestos estranhos de Diadorim (como o de jamais banhar-se nos rios na companhia dos demais jagunços). Então, compreende, instantaneamente, a verdade: estivera apaixonado por Diadorim.

Esse exemplo indica que a intuição pode depender de conhecimentos anteriores e que ela ocorre quando esses conhecimentos são percebidos de uma só vez, numa síntese em que aparecem articulados e organizados num todo. Isso significa que a intuição pode ser o momento final de um processo de conhecimento.

Muitos filósofos consideram também que uma intuição, depois de concluir um percurso, pode ser o ponto inicial de um novo percurso de conhecimento até uma nova intuição.



Delfim Martins/Pulsar Imagens

Visitante observa exemplar ampliado dos originais de *Grande sertão: veredas* em exposição no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (SP), que comemorou, em 2006, os 50 anos de lançamento da obra. O livro conta a saga do jagunço Riobaldo pelo sertão ao lado de Diadorim.

Os tipos de intuição

A intuição racional pode ser de dois tipos: intuição sensível ou empírica e intuição intelectual.

A intuição sensível ou **empírica** é o conhecimento que temos a todo momento de nossa vida. Assim, com um só olhar percebemos uma casa, um homem, uma mulher, uma flor, uma mesa. Num só ato, por exemplo, capto que *isto* é uma flor: vejo sua cor e suas pétalas, sinto a maciez de sua textura, aspiro seu perfume, tenho-a por inteiro e de uma só vez diante de mim.

empírica: palavra originada do grego *empeiría*, que significa 'experiência', em dois sentidos: 1. como conhecimento obtido por meio dos órgãos dos sentidos (conhecimento sensorial); e 2. ter boa prática em alguma coisa, como quando dizemos que alguém "tem experiência".

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



Quando um gato se aproxima de nós, num só ato, captamos que ele é um gato: vemos seu formato, percebemos sua posição no espaço, reconhecemos a textura de seu pelo, aspiramos seu cheiro, o ouvimos arfar, ronronar; temos o gato por inteiro e de uma só vez na intuição empírica. Foto de 2014, em Salto do Jacuí (RS).

A intuição sensível ou empírica é o conhecimento direto e imediato das chamadas *qualidades sensíveis* do objeto externo: cor, sabor, odor, paladar, som, textura, bem como a percepção direta de formas, dimensões, distâncias das coisas percebidas. Ou seja, é tudo o que nos é trazido por nossos órgãos dos sentidos. É também o conhecimento direto e imediato de nossos estados internos ou mentais que dependem ou dependeram de nosso contato sensorial com as coisas: lembranças, desejos, sentimentos, imagens.

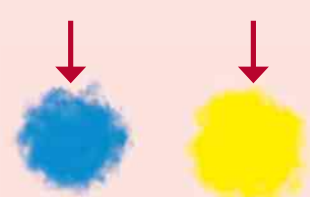
A intuição sensível ou empírica é psicológica, isto é, refere-se aos estados do sujeito do conhecimento como um ser corporal e psíquico individual. Sensações, lembranças, imagens, sentimentos, desejos e percepções variam de pessoa para pessoa e numa mesma pessoa em decorrência de mudanças em seu corpo, em sua mente ou nas circunstâncias em que o conhecimento ocorre.

Assim, a marca da intuição empírica é sua singularidade: por um lado, está ligada à singularidade do objeto intuído (ao "isto" oferecido à sensação e à percepção) e, por outro, à singularidade do sujeito que intui (aos *meus* estados psíquicos, às *minhas* experiências). A intuição empírica não capta o objeto em sua universalidade, e a experiência intuitiva não é transferível para outro objeto. Tenho intuição *desta* maçã, *deste* livro, *desta* mesa como coisas singulares e não da maçã em geral, do livro em geral, da mesa em geral.

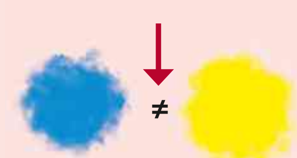
A intuição intelectual difere da sensível justamente por sua universalidade e necessidade. Quando penso: "Uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo", sei, sem necessidade de demonstrações, que isto é verdade e que é necessário que seja sempre assim, ou que é impossível que não seja sempre assim. Em outras palavras, tenho conhecimento intuitivo do princípio da contradição como algo válido em todos os tempos e lugares (é universal) e que não pode ser suprimido ou ser de outra maneira (é necessário).

Quando afirmo: "O todo é maior do que as partes", sei, sem necessidade de provas e demonstrações, que isto é verdade porque intuo intelectualmente uma forma necessária de relação entre as coisas.

Intuição sensível e intuição intelectual



A intuição sensível percebe a cor azul e percebe a cor amarela.



A intuição intelectual percebe a diferença entre cores.

A intuição intelectual é o conhecimento direto e imediato dos princípios da razão (identidade, contradição, terceiro excluído, razão suficiente), os quais, por serem princípios, não podem ser demonstrados (para demonstrá-los, precisaríamos de outros princípios e, para demonstrar estes outros princípios, precisaríamos de outros, num processo interminável).

Alguns filósofos afirmam também que conhecemos por intuição as ideias simples, isto é, aquelas que não são compostas de outras e não precisam de outras para ser conhecidas. Justamente por isso, as ideias simples são apreendidas num ato intuitivo. Por outro lado, como a intuição pode ser o ponto final de um processo de conhecimento, ela é também a apreensão intelectual de ideias complexas a que chegamos por meio das demonstrações.

Mito da Caverna

Na história da filosofia, os dois exemplos mais célebres de intuição intelectual encontram-se em Platão (século IV a.C.) e em Descartes (século XVII).

Na narrativa do Mito da Caverna, que estudamos no Capítulo 1, Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) conta o que se passa com o prisioneiro que, ao sair da escuridão da caverna, vê a luz do Sol e, em lugar de sombras, vê as próprias coisas. Nessa alegoria, Platão compara o prisioneiro ao filósofo que, ao fazer o percurso do conhecimento verdadeiro, vê a luz do Bem e contempla as ideias verdadeiras. O prisioneiro tem uma intuição empírica (tudo o que conhece, conhece por sensação ou por percepção sensorial) e o filósofo tem uma intuição intelectual (é seu intelecto ou sua inteligência que conhece as ideias verdadeiras). No entanto, o conhecimento de ambos é intuitivo porque é direto, imediato, sem necessidade de demonstrações, argumentos e provas.

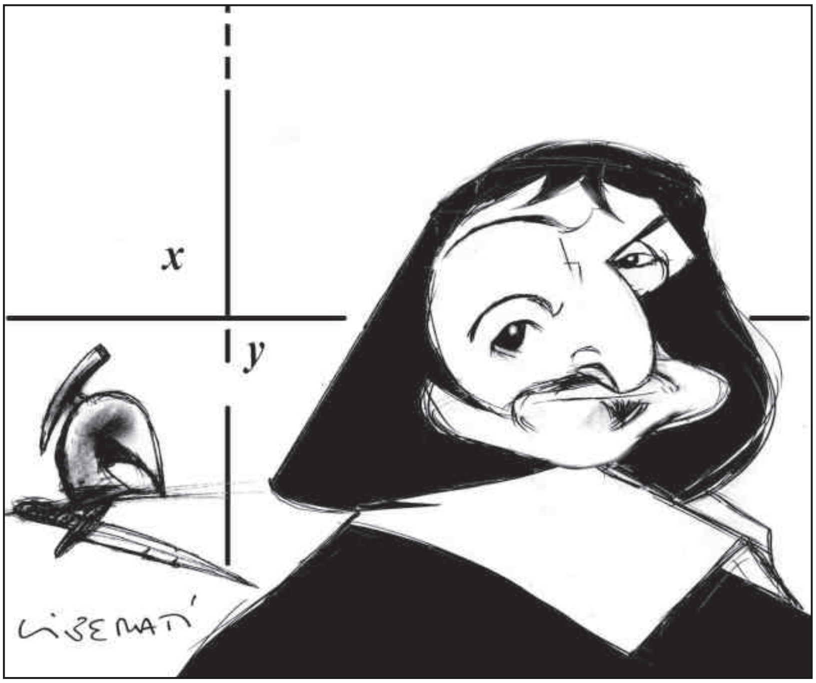
O *cogito* cartesiano

Quando estudamos a reflexão, no Capítulo 2, mencionamos um trecho de uma obra do filósofo francês Descartes (1596-1650), intitulada *Discurso do método*. Releia esse trecho, na página 24. Nele se encontra a intuição intelectual que ficou conhecida como ***cogito*** *cartesiano* ou, simplesmente, o *cogito*. Descartes escreve, em latim: "*Cogito, ergo sum*", isto é, "Penso, logo existo".

cogito: em latim, o verbo *cogitare* significa 'pensar'. *Cogito* é a primeira pessoa do singular do presente do indicativo: 'eu penso'.

Por que essa afirmação é um conhecimento intuitivo? Porque, quando penso, sei que estou pensando e não preciso provar ou demonstrar isso, mesmo porque provar e demonstrar é pensar. Ora, para pensar é preciso que alguém realize o ato de pensamento; portanto, aquele que pensa existe necessariamente como um ser pensante, pois, sem ele, não haveria o próprio ato de pensar.

Por que essa intuição é intelectual? Porque é realizada exclusivamente pelo intelecto ou pela inteligência, sem recorrer a nenhum conhecimento sensível ou sensorial. Quando digo "Penso, logo existo", afirmo racionalmente que sei que sou um ser pensante ou que existo pensando, sem necessidade de provas e demonstrações. A intuição capta, num único ato intelectual, a verdade do pensamento pensando em si mesmo.



Liberati/Acervo do artista

Caricatura do cartunista Liberati que retrata o filósofo e matemático francês René Descartes, tendo ao fundo uma de suas contribuições à Matemática, o plano cartesiano. A filosofia do *cogito* baseia-se na dúvida metódica, instrumento que visa alcançar princípios indubitáveis, tais como "Penso, logo existo".

A razão discursiva: dedução, indução e abdução

A intuição pode ser o ponto de chegada de um processo de conhecimento, mas também pode ser o ponto de partida desse mesmo processo. Nos dois casos, o processo cognitivo constitui a **razão discursiva** ou o **raciocínio**.

Ao contrário da intuição, o raciocínio é o conhecimento que exige provas e demonstrações e se realiza igualmente por meio de provas e demonstrações das verdades que estão sendo conhecidas ou investigadas. Não é só um ato intelectual, mas são vários atos intelectuais ligados ou conectados, formando um processo de conhecimento.

Um caçador sai pela manhã em busca da caça. Entra no mato e vê rastros: choveu na véspera e há pegadas no chão; pequenos galhos rasteiros estão quebrados; o capim está amassado em vários pontos; a carcaça de um bicho está à mostra, indicando que foi devorado faz poucas horas; há um grande silêncio no ar, não há canto de pássaros, não há ruídos de pequenos animais.

O caçador supõe que haja uma onça por perto. Se, por todas as suas experiências anteriores, tiver certeza de que a onça está nas imediações, pode preparar-se para enfrentá-la: sabe que caminhos evitar, se não estiver em condições de caçá-la; sabe que armadilhas armar, se estiver pronto para capturá-la; sabe como atraí-la, se quiser conservá-la viva e preservar a espécie.

O caçador pode ainda estar sem muita certeza se há ou não uma onça nos arredores. Nesse caso, pode tomar uma série de atitudes para verificar a presença ou ausência do felino: percorrer trilhas que sabe serem próprias de onças; examinar melhor as pegadas e o tipo de animal que foi devorado; comparar, em sua memória, outras situações nas quais havia uma onça, etc.

Assim, partindo de indícios, o caçador raciocina para chegar a uma conclusão e tomar uma decisão. Temos aí um exercício de raciocínio *empírico* (pois se baseia nos dados sensoriais ou na experiência sensível) e *prático* (pois visa a uma ação). Trata-se de um exame de vários sinais que permitem a alguém fazer uma *inferência*, isto é, tirar uma conclusão com base nos dados conhecidos.

Esse raciocínio, por ser empírico, caracteriza-se pela singularidade do sujeito do conhecimento (no caso, um caçador) e do objeto do conhecimento (no caso, uma situação em que há sinais ou indícios de uma onça).

Quando, porém, um raciocínio se realiza em condições tais que a individualidade psicológica do sujeito e a singularidade do objeto são substituídas por critérios de generalidade e universalidade, temos a *dedução*, a *indução* e a *abdução*.

Dedução e **indução** são procedimentos racionais que nos levam de algo já conhecido a algo que ainda não é conhecido, isto é, permitem que adquiramos conhecimentos novos graças a conhecimentos já adquiridos. Por isso, costuma-se dizer que, no raciocínio, o pensamento segue *cadeias de razões* ou os *nexos* e *conexões* necessárias entre as ideias ou entre os fatos.



André Dib/Pulsar Imagens

Pedra do Ingá, em Ingá (PB), com inscrições rupestres (as itacoatiaras). Foto de 2014. O arqueólogo parte de indícios para depois chegar a uma conclusão sobre fatos e hábitos de outras épocas históricas.

Eureka!

Vejamos um célebre episódio de descoberta científica ocorrido na Grécia antiga para compreender o caminho da intuição para a razão discursiva.

Hierão, rei da cidade de Siracusa, mandou fazer uma coroa de ouro para levá-la ao templo e oferecê-la ao deus Zeus. O ourives pegou para si uma parte do ouro e a substituiu por uma parte de prata. Na aparência, a coroa era perfeita, mas havia a suspeita de fraude. Hierão pediu ao matemático e físico Arquimedes (c. 287 a.C.-212 a.C.) que resolvesse o caso sem desmanchar a coroa.

Arquimedes se pôs a pensar intensamente no caso enquanto se preparava para tomar seu banho. Ao entrar na banheira, observou que caía para fora uma quantidade de água proporcional ao volume de seu corpo e, com isso, descobriu imediatamente como poderia resolver o caso. Teve a intuição da solução.

Entusiasmado, Arquimedes exclamou: "*Eureka*!" – ou seja, "Descobri!".



Universal History Archive/The Bridgeman Art Library/Keystone

Gravura de 1547, colorizada a mão, representa a descoberta de Arquimedes.

Restava, agora, provar o que acabara de intuir – constituir uma teoria ao passar da intuição para o raciocínio. Arquimedes preparou um bloco de ouro e outro de prata, cada um deles de peso igual ao da coroa; mergulhou-os separadamente na água, medindo o volume que cada um deslocara; em seguida, mergulhou a coroa e verificou que ela não deslocava o mesmo volume de água que o bloco de ouro – portanto, seu metal havia sido adulterado.

A intuição de Arquimedes deu nascimento à ciência dos líquidos ou hidrostática, exposta por ele no livro *Sobre os corpos flutuantes*.

A dedução

A **dedução** consiste em partir de uma verdade já conhecida e que funciona como um princípio geral ao qual se subordinam todos os casos que serão demonstrados a partir dela. Na dedução demonstra-se que uma verdade já conhecida se aplica a todos os casos particulares iguais. Por isso também se diz que a dedução vai do geral ao particular ou do universal ao individual.

O ponto de partida de uma dedução é ou uma ideia verdadeira (ou definição) ou uma teoria verdadeira (um todo sistemático de definições e demonstrações verdadeiros). A finalidade do processo dedutivo é *assegurar a inferência de conclusões novas e verdadeiras* com base na definição do objeto ou na teoria já existente.

Por exemplo, se definirmos o triângulo como uma figura geométrica cujos ângulos internos somados

são iguais à soma de dois ângulos retos, dessa definição deduziremos todos os diferentes tipos de triângulos possíveis (equilátero, isósceles, escaleno, retângulo), todas as propriedades de todos os triângulos possíveis e todas as propriedades de cada um dos tipos possíveis de triângulos. Da mesma maneira, se tomarmos como ponto de partida as definições geométricas do ponto, da linha, da superfície e da figura, deduziremos todas as figuras geométricas possíveis e suas propriedades.

No caso de uma teoria, a dedução permitirá que cada novo caso particular encontrado seja conhecido, por meio da demonstração de que a ele se aplicam todas as leis, regras e verdades da teoria. Ou seja, a dedução é um procedimento pelo qual um fato ou objeto particular são conhecidos por *inclusão* numa teoria geral.

Benoît Delhomm/Estúdios Universal



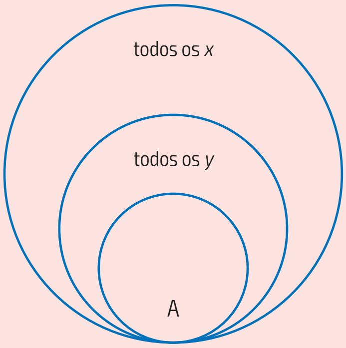
Cena de *A teoria de tudo* (2015), cinebiografia da trajetória do físico Stephen Hawking (1942) e de sua esposa, Jane. Ainda jovem, Hawking apresentou uma teoria inteiramente dedutiva sobre o tempo e a origem do Universo.

Por exemplo, estabelecida a verdade da teoria física de Newton (1643-1727) – a chamada teoria clássica da gravitação universal –, sabemos que: 1) as leis da física são relações dinâmicas de tipo mecânico, isto é, referem-se a relações de força (ação e reação) entre corpos dotados de figura, massa e grandeza; 2) os fenômenos físicos ocorrem no espaço e no tempo; 3) conhecidas as leis iniciais de um conjunto ou de um sistema de fenômenos, poderemos prever os atos que ocorrerão nesse conjunto ou nesse sistema.

Assim, se eu quiser conhecer um caso físico particular, aplicarei a ele as leis gerais da física newtoniana e saberei com certeza a resposta verdadeira.

Fórmula da dedução

- Todos os *y* são *x* (definição ou teoria geral sobre um conjunto de objetos);
- *A* é y (caso particular);
- Portanto, *A* é *x* (dedução).



A razão oferece regras especiais para realizar uma dedução. Se tais regras não forem respeitadas, a dedução será considerada falsa.

A indução

A **indução** realiza um caminho exatamente inverso ao da dedução. Com a indução, partimos de casos particulares iguais ou semelhantes e procuramos a lei, definição ou teoria geral que explica e subordina todos esses casos particulares. A definição ou a teoria são obtidas no ponto final do percurso. A razão também oferece um conjunto de regras precisas para guiar a indução. Se tais regras não forem respeitadas, a indução será considerada falsa.

Por exemplo, colocamos água no fogo e observamos que ela ferve e se transforma em vapor; colocamos leite no fogo e vemos que parte dele também se transforma em vapor; colocamos vários tipos de líquidos no fogo e observamos sempre sua transformação total ou parcial em vapor. Induzimos desses casos particulares que o fogo possui uma propriedade que leva à evaporação e à ebulição dos líquidos. Essa propriedade é o calor.



Martin Muránsky/Alamy/Easypix Brasil

Jarra de água recém-posta na boca acesa de um fogão. Quando observamos que, após algum tempo, não apenas a água, mas também outros líquidos fervem e se transformam em vapor, induzimos que essa transformação é causada por uma propriedade do fogo: o calor.

Verificamos, no entanto, que os diferentes líquidos não levam sempre o mesmo tempo para evaporar; cada um deles, portanto, deve ter propriedades específicas que os fazem evaporar e entrar em ebulição em tempos diferentes. Descobrimos, assim, que não é o tempo que precisa ser observado, e sim a quantidade de calor que cada líquido precisa para entrar em ebulição e começar a evaporar de forma mais acelerada. Se considerarmos a água o nosso padrão de medida, diremos que ela ferve ao receber certa quantidade de calor e que é essa quantidade de calor que precisa ser conhecida. Como a água foi escolhida para servir de padrão, dizemos que a quantidade de calor é de 100 graus Celsius.

Podemos, a seguir, verificar um fenômeno diferente. Vemos que a água e outros líquidos, colocados num refrigerador, congelam e endurecem, mas também que, como no caso do vapor, cada líquido congela ou se solidifica em tempos diferentes. Procuramos, novamente, a causa dessa diferença e descobrimos que ela depende tanto de certas propriedades de cada líquido como da "quantidade de frio" que há no refrigerador. Percebemos, finalmente, que é essa quantidade que devemos procurar e, se tomarmos a água como padrão, diremos que ela congela a zero grau Celsius.

Com essas duas séries de fatos (vapor e congelamento), descobrimos que os estados dos líquidos variam (por evaporação ou por solidificação) em decorrência da temperatura ambiente (calor ou frio) e que cada líquido atinge o ponto de evaporação ou de solidificação em temperaturas diferentes.

Com esses dados podemos formular uma teoria da relação entre os estados da matéria – sólido, líquido e gasoso – e as variações de temperatura, estabelecendo uma relação necessária entre o estado de um corpo e a temperatura ambiente. Chegamos, por indução, a uma *teoria*.

A abdução

O filósofo estadunidense Peirce (1839-1914) considera que a razão discursiva ou raciocínio também se realiza numa terceira modalidade de **inferência**, embora esta não seja propriamente demonstrativa. Essa terceira modalidade é a **abdução**.

inferência: é uma conclusão que se baseia em outra já conhecida. Na dedução, dado *X* (definição ou teoria), infiro (concluo) *a*, *b*, *c*, *d* (os casos particulares). Na indução, dados *a*, *b*, *c*, *d*, infiro (concluo) *X*.

A abdução é uma espécie de intuição, mas que não se dá de uma só vez, indo passo a passo para chegar a uma conclusão. A abdução é a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais, de indícios, de signos. O exemplo mais simples oferecido por Peirce para explicar o que é a abdução é o modo como os detetives, nos contos policiais, vão coletando indícios e sinais e formando uma teoria para o caso que investigam.

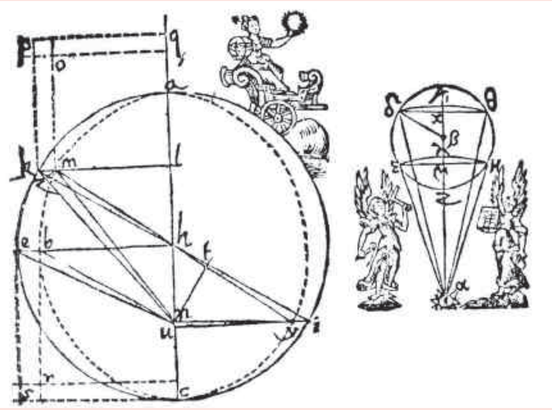
Segundo Peirce, a abdução é a forma que a razão possui quando inicia o estudo de um novo campo científico que ainda não havia sido abordado. Ela se assemelha à intuição do artista e à adivinhação do detetive, que, antes de iniciarem seus trabalhos, só contam com pistas a seguir. Os historiadores costumam usar a abdução.

De modo geral, a indução e a abdução são procedimentos racionais que empregamos para a *aquisição* de conhecimentos, enquanto a dedução é o procedimento racional que empregamos para *verificar* ou *comprovar* a verdade de um conhecimento já adquirido.

Peirce e os procedimentos racionais

Um exemplo dado por Peirce torna mais clara a diferença entre dedução, indução e abdução:

- **Dedução**: Todos os feijões desta saca são brancos. Estes feijões eram desta saca. Logo, estes feijões são brancos.
- **Indução**: Estes feijões eram desta saca. Estes feijões são brancos. Logo, todos os feijões desta saca são brancos.
- **Abdução**: Todos os feijões desta saca são brancos. Estes feijões são brancos. Logo, estes feijões eram desta saca.



SPL/Latinstock

Charles Sanders Peirce também exemplificou sua teoria da abdução com o cálculo da órbita de Marte pelo astrônomo alemão Johannes Kepler (1571-1630). Ao notar que as posições de Marte não coincidiam com uma órbita circular, Kepler supôs que essa órbita era elíptica, o que posteriormente comprovou em cálculos mais precisos.

Realismo e idealismo

Vimos anteriormente que muitos filósofos distinguem entre a razão objetiva e a razão subjetiva.

Falar numa razão objetiva significa afirmar que a realidade externa ao nosso pensamento obedece aos princípios racionais (identidade, não contradição, terceiro excluído, razão suficiente). Por isso, a realidade objetiva é racional em si mesma e torna possível que a conheçamos tal como ela é. Significa dizer, por exemplo, que o espaço e o tempo existem em si mesmos, que as relações matemáticas e as de causa e efeito existem nos próprios objetos, etc.

Chama-se **realismo** a posição filosófica que afirma a existência da razão objetiva.

Há filósofos, porém, que estabelecem uma diferença entre a realidade e o conhecimento racional que dela temos. Dizem eles que, embora a realidade externa exista em si e por si mesma, só podemos conhecê-la tal como nossas ideias a formulam e a organizam. Ou seja, não podemos afirmar que nosso conhecimento a alcança e a explica tal como ela é em si mesma. Portanto, não podemos saber nem dizer se a realidade exterior é racional em si, pois só podemos saber e dizer que ela é racional para nós, ou seja, por meio de *nossas* ideias.

Essa posição filosófica é conhecida com o nome de **idealismo** e afirma apenas a existência da razão subjetiva. A razão subjetiva possui princípios e modalidades de conhecimento que são universais e necessários, isto é, válidos para todos os seres humanos em todos os tempos e lugares. O que chamamos *realidade*, portanto, é apenas o que podemos conhecer por meio das ideias de nossa razão.

A ciência contemporânea tende a combinar a posição realista e a idealista. Essas duas concepções estão presentes na Química orgânica, por exemplo. Por um lado, essa ciência realiza experimentos e medições da massa das substâncias, procedimentos que pressupõem a existência de coisas em si passíveis de conhecimento por meio da experiência ou observação direta dos fenômenos. Por outro, a Química orgânica desenvolve suas teorias por meio de hipóteses que lhe permitem construir modelos puramente teóricos dos objetos, dado que as leis que regem um fenômeno às vezes não podem ser diretamente observadas na própria realidade. O mesmo pode ser dito da Física, que admite a existência em si dos átomos, porém só recentemente pôde ter experiência direta deles, por meio do microscópio eletrônico – e, ainda assim, em escala limitada. Antes disso, para explicar os átomos, a Física construiu modelos inteiramente teóricos ou ideias produzidas pelo sujeito do conhecimento.



Science Photo Library/Latinstock

Representação do modelo molecular da melamina. Os procedimentos da Química orgânica combinam aspectos relacionados ao realismo (por exemplo, a suposição da existência de massa e quantidade das substâncias) e ao idealismo (formulando hipóteses para aquilo que não pode ser diretamente observado).

A razão na filosofia contemporânea: continuidade ou descontinuidade?

Continuidade

Nos anos 1950 e 1960, os filósofos da Escola de Frankfurt ou Teoria Crítica consideraram que existem duas modalidades da razão. Para Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973) e Herbert Marcuse (1898-1979), os usos da técnica pelo regime nazista alemão e pelas Forças Armadas estadunidenses no lançamento de bombas atômicas sobre o Japão seriam consequências da *razão instrumental* ou *razão técnico-científica*, que está a serviço da exploração e da dominação, da opressão e da violência. Já a *razão crítica* ou *filosófica* reflete sobre as contradições e os conflitos sociais e políticos e se apresenta como uma força liberadora.

A Teoria Crítica afirma que existe a continuidade temporal ou histórica entre as formas da racionalidade: cada expressão histórica da razão não surge de repente e do nada, mas resulta de contradições teóricas e conflitos sociopolíticos anteriores que pedem uma nova solução.

Cada nova forma da racionalidade é a vitória sobre os conflitos das formas anteriores, sem que haja ruptura histórica entre elas. Mudanças sociais, políticas e culturais determinam mudanças teóricas no pensamento, e tais mudanças são a solução realizada pelo tempo presente para seus conflitos e contradições.

Leituras filosóficas

Sobre a diferença entre teorias

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm os conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma consideradas exteriores.

A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder.

HORKHEIMER, Max. Filosofia e Teoria Crítica. In: *Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno:* textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 163. (Os Pensadores).



Fundação Horst Tappe/Ullstein Bild/Getty Images

Max Horkheimer, em fotografia da década de 1960.

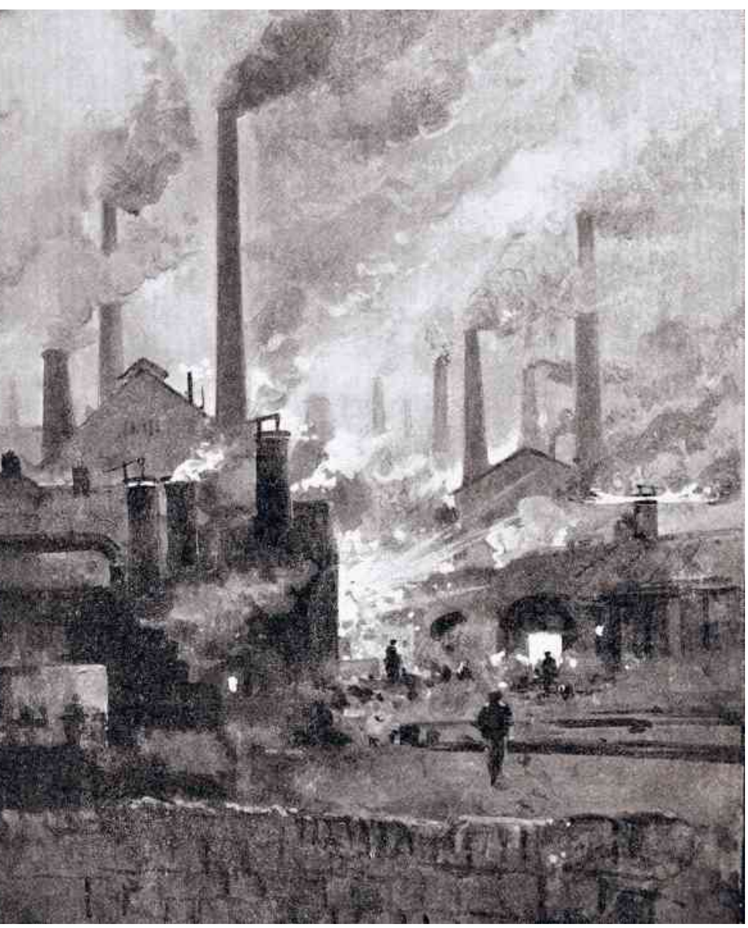
1. Como é a relação que se constitui entre ser humano e ciência segundo cada uma das duas teorias mencionadas por Horkheimer?

2. Considere a diferenciação entre razão instrumental (técnico-científica) e razão crítica. Segundo o pensamento do autor, de qual delas a teoria de origem cartesiana estaria mais próxima? Por quê?

Descontinuidade

A partir dos anos 1960, desenvolveu-se, sobretudo na França, uma corrente científica chamada **estruturalismo**. Para os estruturalistas, o mais importante não é a mudança ou a transformação de uma realidade (de uma língua, de uma sociedade, de uma teoria científica), mas a estrutura ou a forma que ela tem no presente.

A estrutura passada e a estrutura futura são consideradas *diferentes entre si* e *diferentes da estrutura presente*, sem que se possa dizer que são a continuação modificada do passado. Como as outras manifestações humanas, também a razão se realiza em formas diferentes e descontínuas.


Arquivo de História Universal/UIG/Getty Images

Metalúrgicas em Sheffield, Inglaterra, no início do século XX. De acordo com os filósofos influenciados pelo estruturalismo, não é possível falar em progresso ou retrocesso da razão, pois a história é descontínua.

Ao estudarem a história da filosofia, das ciências, da sociedade, das artes e das técnicas, filósofos franceses influenciados pelo estruturalismo, como Michel Foucault (1926-1984), Jacques Derrida (1930-2004) e Gilles Deleuze (1925-1995), afirmaram que sim, a razão é histórica. No entanto, essa história não é progressiva e contínua. Pelo contrário, é descontínua, realiza-se por saltos, e cada estrutura nova da razão possui um sentido próprio, válido apenas para ela.

Não se pode falar num processo, numa evolução ou num avanço da razão a cada nova teoria, pois a novidade significa justamente que se trata de algo tão novo, tão diferente e tão outro que seria absurdo falar em continuidade e avanço. Não há como dizer que as ideias e as teorias passadas são falsas, erradas ou atrasadas: elas simplesmente são *diferentes* das atuais porque se baseiam em princípios, interpretações e conceitos novos.

O valor da razão

Apesar da oposição entre continuístas e descontinuístas, todos mantêm uma ideia que é essencial à noção ocidental de razão. Que ideia é essa? A de que a realidade, o mundo natural e cultural, os seres humanos, suas ações e obras *têm sentido* e esse sentido *pode ser conhecido*. A atitude racional não é senão o trabalho do pensamento para apreender, compreender e interpretar o sentido das coisas, dos fatos, das ideias, ações e valores humanos.

O primeiro critério de avaliação da capacidade racional é o da *coerência interna* de um pensamento ou de uma teoria. Ou seja, quando um pensamento ou uma teoria se propõem a oferecer um conhecimento, simultaneamente oferecem os princípios, os conceitos e os procedimentos que sustentam a explicação apresentada.

A razão é, assim, o critério de que dispomos para a avaliação ou o julgamento da validade de um pensamento ou de uma teoria.

Além disso, a razão nos permite saber se um pensamento ou uma teoria contribuem ou não para que os seres humanos conheçam e compreendam as circunstâncias em que vivem; se contribuem ou não para alterar situações inaceitáveis ou intoleráveis; se contribuem ou não para melhorar as condições em que os seres humanos vivem.

Assim, a razão, além de ser o critério para avaliar os conhecimentos, é também um instrumento crítico para compreendermos as circunstâncias em que vivemos, para mudá-las ou melhorá-las. A razão tem um potencial ativo ou transformador e, por isso, continuamos a falar nela e a desejá-la.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e de diversas disciplinas.

As formas da razão discursiva – dedução, indução e abdução – estão presentes nas mais diversas ciências, variando a importância de uma ou outra forma de acordo com a disciplina. Vamos ver isso na prática?

- O professor vai dividir a turma em grupos. Cada grupo ficará responsável por pesquisar exemplos desses procedimentos racionais em uma disciplina para apresentar à classe. Após realizar a pesquisa, você e seus colegas deverão organizar uma apresentação oral, que poderá contar com o apoio de imagens e cartazes. Vocês deverão dizer qual dos procedimentos foi empregado e explicar como ele foi utilizado. Um dos grupos poderá pesquisar exemplos na literatura.

Em síntese

1. Qual a diferença entre a razão intuitiva e a razão discursiva?
2. O que é a intuição? Caracterize cada tipo de intuição e dê um novo exemplo para cada um deles.
3. Qual é a relação entre intuição intelectual e o pensar segundo a concepção de Descartes? O que é o *cogito* cartesiano?
4. Dê um exemplo novo de raciocínio empírico e o distinga da intuição.
5. Como se realiza a indução? Dê um exemplo novo.
6. O que é inferência? Qual a diferença entre a inferência dedutiva e a inferência indutiva?
7. O que é abdução? Exemplifique com uma história de detetive que você conhece.
8. Qual é a relação entre o realismo e a ideia de razão objetiva?
9. Qual é a relação entre o idealismo e a ideia de razão subjetiva?
10. Dê um exemplo de uma ciência que opere combinando o realismo e o idealismo. Justifique.
11. Qual é a diferença entre as concepções continuísta e descontinuísta da razão? Encontre um exemplo que confirme cada uma delas.
12. Sintetize, em suas palavras, qual é o valor da razão.

Indicações

Capote

- **Direção de Bennett Miller. Estados Unidos, 2005.**

O jornalista estadunidense Truman Capote viaja até uma cidade no interior dos Estados Unidos para investigar os detalhes de um caso de assassinato. Lá, desenvolve uma relação estreita com um dos acusados pelo crime, Perry Smith. O filme é uma adaptação cinematográfica do livro *A sangue frio*, de Capote, publicado em 1966.



Archives du 7eme Art/Photo12/ Agência France-Presse

O ator Philip Seymour Hoffman interpreta o personagem-título do filme *Capote* (2005).

O lobo atrás da porta

- **Direção de Fernando Coimbra. Brasil, 2013.**

Um delegado interroga um homem, sua ex-amante e sua esposa para tentar elucidar o desaparecimento da filha do casal. Pouco a pouco, ele reconstrói uma complexa trama de mentiras, vinganças e atos entre a paixão e o cálculo.



Lula Carvalho/Gullane Filmes

Leandra Leal, em cena de *O lobo atrás da porta* (2013).

Poirot sempre espera e outras histórias

- **Escrito por Agatha Christie. L&PM Pocket, 2008.**

Coletânea de contos policiais da britânica Agatha Christie, incluindo vários protagonizados por seu mais famoso personagem, o detetive belga Hercule Poirot. (2013)Por meio de diferentes procedimentos de inferência, Poirot desvenda casos de assassinato e roubo.

UNIDADE 3

A verdade

CAPÍTULO 9

Ignorância e verdade



DA CRENÇA À INCERTEZA

Sereias, dragões, lulas-gigantes... Monstros povoavam os mares nos mapas europeus durante a Idade Média e o início da Idade Moderna, como este detalhe da *Carta marina* de Olaus Magnus, de 1539. Mais do que mero produto da imaginação, essas figuras faziam parte de crenças que buscavam explicar o que acontecia aos navios que naufragavam e nunca mais retornavam. A crença se mostra eficaz na explicação de algo até o momento em que a incerteza permite que nos afastemos do estado de ignorância e busquemos a verdade.

Ignorância, incerteza e insegurança

Ignorar é não saber alguma coisa. A ignorância pode ser tão profunda que nem sequer a percebemos. Em geral, o estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos se conservarem eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas.

Já a incerteza é o momento em que descobrimos que somos ignorantes, que há falhas naquilo que nos servia de referência para pensar e agir. Temos dúvidas, somos tomados pela perplexidade e pela insegurança.

Outras vezes, estamos confiantes e seguros, mas, de repente, vemos ou ouvimos alguma coisa que nos enche de espanto e de admiração. O espanto e a admiração, assim como a dúvida e a perplexidade, nos fazem querer sair do estado de insegurança, nos fazem perceber nossa ignorância e criam o desejo de superar a incerteza.

Quando isso acontece, estamos na disposição de espírito chamada *busca da verdade*.

Desejo da verdade

O desejo da verdade aparece muito cedo nos seres humanos e se manifesta como desejo de confiar nas coisas e nas pessoas.

Quando uma criança ouve uma história, inventa uma brincadeira, joga ou vê um filme ou uma peça teatral, está sempre atenta para saber se "é de verdade ou de mentira". Quando uma criança brinca, joga e finge, está criando outro mundo, mais cheio de possibilidades e invenções do que o mundo onde vive. Mas sabe, mesmo que não o diga, a diferença entre imaginação e percepção, pois sabe que o mundo inventado "é de mentira".

Por isso mesmo, a criança é muito sensível à mentira dos adultos, pois a mentira é diferente do "de mentira", isto é, a mentira é diferente da imaginação. A criança se sente magoada quando o adulto lhe diz uma mentira porque, ao fazê-lo, ele quebra a relação de confiança e a segurança infantil.

Quando crianças, estamos sujeitos a duas decepções: a de que os seres, as coisas, os mundos maravilhosos não existem "de verdade" e a de que os adultos podem nos enganar. Essa dupla decepção pode acarretar dois resultados opostos: ou a criança se recusa a sair do mundo imaginário e sofre com a realidade como algo ruim e hostil a ela, ou, dolorosamente, aceita a distinção, mas também se torna atenta e desconfiada diante da palavra dos adultos. Nesse segundo caso, ela também se coloca na disposição da *busca da verdade*.

Nessa busca, a criança pode desejar um mundo melhor e mais belo do que aquele em que vive e encontrar a verdade nas obras de arte, desejando ser artista também. Ou pode desejar saber como e por que o mundo em que vive é tal como é e se ele poderia ser diferente do que é. Nesse caso, é despertado nela o desejo de conhecimento e da ação transformadora.

Os jovens, por sua vez, se decepcionam e se desiludem quando descobrem que o que lhes foi ensinado ou exigido oculta a realidade, reprime sua liberdade, diminui sua capacidade de compreensão e de ação. Já os adultos se desiludem ou se decepcionam quando o saber adquirido, as opiniões estabelecidas e as crenças enraizadas não são suficientes nem para que possam compreender o que se passa no mundo e com eles próprios, nem para que possam agir ou fazer alguma coisa.



Adilson B. Liporage/Opção Brasil Imagens

Quando a criança brinca de palhaço ou outra brincadeira imaginativa, ela sabe distinguir o mundo que inventa do mundo em que vive. Foto de 2012, Rio de Janeiro (RJ).

Dificuldades para a busca da verdade

Em nossa sociedade é muito difícil despertar nas pessoas o desejo de buscar a verdade. Isso pode parecer estranho, pois aparentemente vivemos numa sociedade que acredita nas ciências, que recebe diariamente informações vindas da mídia impressa e eletrônica, que possui editoras, livrarias, bibliotecas, museus, salas de cinema e de teatro, vídeos, fotografias e computadores.

Ora, é exatamente essa enorme quantidade de veículos e formas de informação que torna tão difícil a busca da verdade, pois acreditamos que essas informações são verdadeiras. Como tal quantidade de informação ultrapassa a experiência vivida pelas pessoas, estas se veem sem meios para avaliar o que recebem.

No entanto, se uma mesma pessoa, durante uma semana, lesse de manhã quatro jornais diferentes, ouvisse três noticiários de rádio diferentes e recebesse notícias de três *sites*; à tarde, frequentasse duas escolas diferentes em que fossem ministrados os mesmos cursos; e, à noite, visse os noticiários de quatro canais diferentes de televisão e lesse quatro *blogs* diferentes que tratassem dos mesmos temas, descobriria que as informações recebidas "não batem" umas com as outras. Ela perceberia que há vários "mundos" e várias "sociedades" diferentes, dependendo da fonte de informação.

Uma experiência como essa criaria perplexidade, dúvida e incerteza. Mas as pessoas não fazem ou não podem fazer tal experiência, e por isso não percebem que, em lugar de receber informações, estão, muitas vezes, se desinformando. E, sobretudo, como há outras pessoas (o jornalista, o professor, o policial, etc.) dizendo a elas o que podem ou devem saber, fazer ou sentir, as pessoas se sentem seguras e confiantes. Ou seja, não há incerteza porque há ignorância.

Outra dificuldade para fazer surgir o desejo da busca da verdade vem da propaganda. A propaganda trata todas as pessoas como crianças ingênuas e crédulas. O mundo é sempre um mundo "de faz de conta". Nele o banco faz a família alegre, segura, unida e sem preocupações; o automóvel faz o homem confiante, inteligente, belo, sedutor, bem-sucedido nos negócios, com uma namorada linda; o desodorante faz a moça atraente, bem empregada, bem-vestida, com um belo apartamento e um lindo namorado.

A propaganda não vende um produto dizendo o que ele é e para que serve. Ela vende uma imagem que é transmitida por meio do produto, rodeando-o de magia e belezas, dando-lhe qualidades que são de outras coisas.

Outro obstáculo para o desejo da busca da verdade vem da atitude dos políticos nos quais as pessoas confiam. Ao se verem ludibriadas depois de terem-lhes dado o voto, as pessoas tendem a julgar que é impossível haver verdade na política. Muitas passam a desconfiar do valor e da necessidade da democracia e caem na descrença e no ceticismo.

Essas dificuldades, no entanto, podem ter o efeito oposto: suscitar, em muitas pessoas, dúvidas, incertezas, desconfianças e desilusões que as façam desejar conhecer a realidade. E, como Sócrates (469 a.C.-399 a.C.) em Atenas, elas começam a fazer perguntas, a indagar sobre fatos e pessoas, coisas e situações, a exigir explicações, a reivindicar liberdade de pensamento e de conhecimento.

Para essas pessoas surgem o desejo e a necessidade da busca da verdade. Essa busca nasce não só da dúvida e da incerteza, mas também da ação deliberada



Tirinha de Cullum e Marshall.

contra os preconceitos, contra as ideias e opiniões estabelecidas, contra crenças que paralisam a capacidade de pensar e de agir livremente. Trata-se da busca da verdade na atitude filosófica.

Tipos de busca da verdade

Decepção, incerteza e insegurança com a realidade. → Necessidade → Readquirir certezas

Afastar certezas e crenças e buscar explicações e interpretações para a realidade. → Ação deliberada → Atitude filosófica



Marcelo Fonseca/Brazil Photo Press/Folhapress

Em junho de 2013, o pedreiro Amarildo Dias de Souza desapareceu após ser detido sem justificativa por policiais militares, no Rio de Janeiro (RJ). O fato desencadeou diversos protestos contra o abuso e a violência policiais, como esta *performance* em frente à Assembleia Legislativa fluminense.

Descartes e a busca filosófica da verdade

Assim como Sócrates dialogava com os jovens atenienses em busca da verdade, o filósofo René Descartes (1596-1650) dialoga consigo mesmo. Em sua busca filosófica, ele indaga se conhece verdadeiramente aquilo que imagina saber, pois, como escreve na obra *Discurso do método*:

> *Eu sempre tive um imenso desejo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, para ver claro nas minhas ações e caminhar com segurança nesta vida.*
>
> DESCARTES, René. Discurso do método. In: ____. *Obra escolhida*. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1962. p. 47.

Descartes começa o *Discurso do método* e também sua principal obra filosófica, *Meditações metafísicas*, fazendo um balanço de tudo o que sabia e conhecera pela experiência: o que lhe fora ensinado pelos pais, preceptores e professores, pelos livros, pelas viagens, pelo convívio com outras pessoas. Ao final, conclui que tudo que recebera dessa maneira era duvidoso e incerto. Decide, então, não aceitar nenhum desses conhecimentos, a menos que pudesse provar racionalmente que eram certos e dignos de confiança. Para isso, submete-os a um exame crítico conhecido como *dúvida metódica*, declarando que só aceitaria um conhecimento, uma ideia, um fato ou uma opinião caso se revelassem indubitáveis para o pensamento puramente racional.

Por que a dúvida cartesiana é metódica? Porque segue certas regras por meio das quais é possível distinguir ideias falsas e ideias verdadeiras; é um instrumento intelectual para avaliar e controlar nossas próprias ideias, aceitando como válidas ou verdadeiras somente as que resistirem à dúvida.

Descartes demonstra que possuímos razões fortes para duvidar da existência de nosso corpo e do mundo. Por exemplo, sabe-se que as pessoas que sofreram amputação de algum membro continuam sentindo frio, calor e dor nesse membro inexistente. Descartes pergunta: que motivo racionalmente válido eu teria para não supor que todo o meu corpo, que sinto perfeitamente, não é uma ilusão, como a do membro amputado (conhecido como "membro fantasma")?

Se a existência de meu corpo pode ser motivo de dúvida, o mesmo pode ser dito sobre a existência do próprio mundo – afinal, meus sentidos podem me enganar. Por exemplo, uma torre vista de longe parece quadrada; porém, vista de perto, parece redonda. Vejo o Sol se movendo ao redor da Terra; porém, os astrônomos dizem que ocorre o contrário.



Andrew Lambert Photography/SPL/Latinstock

À primeira vista, o lápis parcialmente imerso na água parece quebrado – porém, o vemos novamente íntegro quando o retiramos da água. Isso decorre de características próprias do meio líquido, em um fenômeno óptico conhecido como refração. Experiências como essa nos levam a duvidar da precisão dos nossos sentidos para a obtenção de conhecimento verdadeiro.

Leituras filosóficas

O valor da verdade



Retrato de René Descartes, óleo sobre tela (c. 1649) de Frans Hals.

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão muito duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e constante nas ciências [...]. *Aplicar-me-ei seriamente e com liberdade em destruir em geral todas as minhas antigas opiniões. Ora, não será necessário, para alcançar esse intento, provar que todas elas são falsas, o que talvez nunca pudesse levar a cabo; mas, uma vez que a razão me persuade de que não devo menos cuidadosamente impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis do que às que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para me levar a rejeitar todas.* [...] *Esforçar-me-ei afastando-me de tudo em que poderia imaginar a menor dúvida, da mesma maneira como eu faria se soubesse que isto fosse absolutamente falso; e continuarei sempre nesse caminho até que tenha encontrado algo de certo.* [...] *Assim, terei o direito de conceber altas esperanças, se for bastante feliz para encontrar uma coisa que seja certa e indubitável.*

DESCARTES, René. Meditações metafísicas. In: ____. *Obra escolhida*. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1962. p. 117-118, 124.

1. O que leva Descartes a afirmar a necessidade de rejeitar todas as opiniões que recebera em sua vida?
2. Ao considerar que o duvidoso deve ser rejeitado exatamente como rejeitamos o falso, Descartes assume uma atitude radical. Por quê?
3. Descartes diz ser necessário fazer isso pelo menos uma vez na vida. Você já teve alguma experiência em que sentiu a mesma necessidade? Escreva sobre isso.

Descartes radicaliza a dúvida sobre a existência do mundo com o chamado "argumento do sonho". Quando sonhamos, estamos convencidos de que a realidade sonhada existe e que a conhecemos tal como é. Se parece não haver diferença entre a percepção da realidade pelo sonhador e a percepção do mundo por aquele que está acordado, então não teríamos nenhum critério racional para afirmar que o mundo existe ou que ele não é um sonho.

No entanto, mostra Descartes, há um momento em que a dúvida se interrompe necessariamente porque o pensamento encontra, enfim, uma primeira verdade indubitável: "Eu penso!". Essa primeira verdade pode ser traduzida pelo seguinte raciocínio: eu penso, pois, se eu duvidar de que estou pensando, ainda estou pensando, visto que duvidar é uma maneira de pensar. A consciência do pensamento é a primeira verdade indubitável, que será o alicerce para todos os conhecimentos futuros.

Ora, se penso, o pensar existe, e aquele que pensa existe, donde a célebre afirmação de Descartes: "Penso, logo existo". Escreve o filósofo:

Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E notando que esta verdade, **eu penso, logo existo***, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalá-la, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que eu procurava.*

DESCARTES, René. Discurso do método. In: ____. *Obra escolhida*. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1962. p. 66-67.

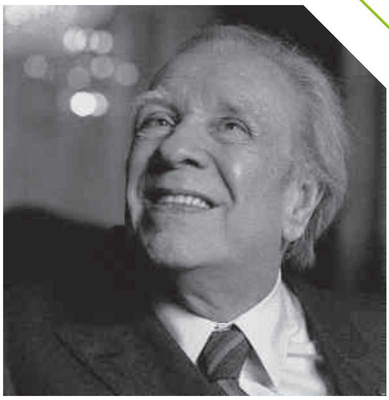
A existência do pensamento e do sujeito pensante será, então, o ponto de partida para as outras verdades ou o alicerce para a reconstrução do edifício do saber: o mundo existe porque posso prová-lo por raciocínios verdadeiros; da mesma forma, meu corpo existe porque posso prová-lo por raciocínios verdadeiros.

Em resumo, na busca da verdade, a tarefa da dúvida metódica é demonstrar que só podemos aceitar como verdadeiro aquilo que for provado pela razão como indubitável, e não o que é meramente aceito como uma opinião.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Literatura.

O “argumento do sonho” foi empregado pelo escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986) num conto intitulado “As ruínas circulares”. Durante séculos, um mago vivia solitário num templo em ruínas, queimado pelo deus Fogo. O mago sabia que tinha a obrigação de sonhar e que seus sonhos deviam produzir um homem perfeito. Ao longo dos anos, suas tentativas fracassaram, até que o deus Fogo veio às ruínas e o auxiliou a criar um homem perfeito. Um pacto foi feito entre o mago e o Fogo: o homem sonhado jamais saberia ser apenas um sonho, sob a condição de jamais aproximar-se do fogo, pois, sendo irreal, não se queimaria. Terminada a tarefa, o mago enviou sua criação para percorrer o mundo e nunca mais a sonhou. Porém, o conto se encerra com um acontecimento inesperado:


Grazia Neri/ LEHTIKUVA Marcello Mencarini

O escritor argentino Jorge Luis Borges, em foto de 1981.

As ruínas do santuário do deus do Fogo foram destruídas pelo fogo. Numa alvorada sem pássaros, o mago viu cingir-se contra os muros o incêndio concêntrico. Por um instante, pensou refugiar-se nas águas, mas em seguida compreendeu que a morte vinha coroar sua velhice e absolvê-lo dos trabalhos. Caminhou contra as línguas de fogo. Estas não morderam sua carne, estas o acariciaram e o inundaram sem calor e sem combustão. Com alívio, com humilhação, com terror, compreendeu que ele também era uma aparência, que um outro o estava sonhando.

BORGES, Jorge Luis. As ruínas circulares. In: _____. *Obras completas*. v. 1. Tradução de Carlos Nejar. São Paulo: Globo, 1999. p. 504.

1. Explique, em suas palavras, qual é o aspecto de ilusão revelado ao final da história.

2. Explique a diferença entre o que ocorre nesse conto e a dúvida metódica de Descartes.

Em síntese

1. O que é a ignorância? Por que ela é difícil de ser percebida por nós?

2. Qual é a diferença entre ignorância, incerteza e insegurança? Que relação elas têm com a dúvida?

3. Por que a dúvida, a decepção e o espanto podem despertar o desejo da verdade em crianças, jovens e adultos?

4. Quais são as dificuldades que enfrentamos quando buscamos a verdade? Dê exemplos que as ilustrem.

5. Quais são os dois tipos de busca da verdade? Com qual deles você mais se identifica? Justifique sua resposta.

6. O que é a “dúvida metódica” de Descartes? Cite uma experiência em que os sentidos se mostraram duvidosos a você.

7. Qual é a primeira verdade indubitável encontrada por Descartes? Explique como ele chegou a ela.

Indicações

O show de Truman

- **Direção de Peter Weir. Estados Unidos, 1998.**

Truman Burbank (Jim Carrey) descobre que sua vida cotidiana é na verdade um programa de televisão visto por milhares de espectadores. Todas as pessoas que o cercam são de fato atores contratados. Truman, então, passa a lutar para libertar-se da ilusão, encontrar a verdade e viver uma vida real.

Persépolis

- **Escrito e desenhado por Marjane Satrapi. Companhia das Letras, 2007.**

Esta autobiografia em quadrinhos acompanha as descobertas e frustrações da infância e pré-adolescência da escritora em um contexto de mudanças após a Revolução Iraniana de 1979.


Marjane Satrapi/Reprodução

Quadrinho de *Persépolis*.

DE OLHO na atualidade

As transformações no consumo

As mudanças nos padrões de consumo de mercadorias e serviços são determinadas por modificações nas operações e no funcionamento do capital, como veremos ao examinar as mudanças na propaganda comercial.

Na fase inicial do capitalismo industrial (na Europa ocidental, no século XIX), o consumo se dividia claramente entre as duas principais classes da sociedade: a burguesia e o proletariado. Enquanto a primeira é a destinatária dos produtos essenciais de alta qualidade e de luxo, a segunda consome produtos de baixa qualidade, e apenas o mínimo necessário para a reprodução de sua força de trabalho (moradia, vestuário, alimentação). A terceira classe social, a pequena burguesia ou classe média, aspira consumir como a burguesia e repele os produtos destinados aos proletários.

Na fase industrial fordista (século XX), o capital induziu o aparecimento da linha de montagem e a fabricação de produtos em série, barateando o custo destes. O barateamento possibilita o consumo de massa de produtos definidos pela qualidade e durabilidade.

Na fase pós-industrial ou neoliberal (final do século XX e início do século XXI), surgem os produtos descartáveis, que põem um fim às ideias de durabilidade, qualidade e estocagem. A sociedade pós-industrial é a sociedade do descarte e do consumo instantâneo (como se vê, por exemplo, com os alimentos e refeições *fast-food*). A moda se torna o critério do consumo.

Impedindo a verdade: o mundo de ilusão da propaganda comercial

◆ A ilusão de igualdade dos consumidores

Ainda que, de fato, nem todos possam consumir as mesmas coisas, na sociedade de consumo de massa todos têm a ilusão do acesso a elas. Por que ilusão? Porque o mercado do consumo pretende ocultar ou dissimular as divisões sociais de classe, isto é, as diferenças econômicas reais. Ilusão, por um lado, porque o acesso às mercadorias, aos bens e aos serviços pressupõe poder aquisitivo para comprá-los; por outro lado, porque mercadorias, bens e serviços têm sua qualidade diferenciada conforme sejam destinados às diferentes classes sociais, às populações de países e regiões centrais ou de países e regiões periféricos, etc. Assim, só em aparência a "mesma coisa" é a *mesma* para todos. As diferenças socioeconômicas dos consumidores não são apagadas pelo consumo, e sim reforçadas pela diferença real da qualidade dos produtos e dos serviços, que aparece no seu preço, no seu aspecto, nos locais de sua aquisição, na forma do atendimento, etc.

Cabe à propaganda realizar essa operação de afirmação ilusória da igualdade quando, de fato e verdadeiramente, está reforçando as desigualdades. A tarefa da propaganda é criar a ilusão de que, por meio do consumo, mudamos de classe social ou subimos na escala social.

Podemos observar essa operação examinando, por exemplo, a diferença entre a propaganda nos canais abertos da televisão brasileira e nos canais de televisão por assinatura (a cabo ou satélite). Nos primeiros, a propaganda se refere a todo e qualquer produto ou serviço, e a qualidade da imagem e do texto varia conforme a classe social ou a faixa etária a que se destinam os produtos e serviços. Nos canais por assinatura, porém, com raras exceções, o consumo é dirigido principalmente a quatro produtos e a quatro serviços. Produtos: carros, vestuário de marca, cosméticos de marca e objetos de higiene pessoal e doméstica. Serviços: ensino universitário, seguros, cartões de crédito e turismo. Os protagonistas que oferecem os produtos são "celebridades" e executivos. As imagens e os textos prometem juventude, sucesso, poder e felicidade.

◆ Os modos de operação da propaganda

A propaganda comercial emprega as artes gráficas, a fotografia, a música, a dança e a poesia, e difunde-se por meio de jornais, revistas, cartazes, rádio, cinema, televisão e internet. Ela opera por meio de: 1) explicações simplificadas e elogios exagerados dos produtos; 2) *slogans* curtos que possam ser facilmente memorizados; 3) aparente informação e prestação de serviço ao consumidor; 4) garantia de que o consumidor será, ao mesmo tempo, igual a todo mundo – e não um deslocado (pois consumirá o que outros consomem) – e diferente de todo mundo, único (pois o produto vai torná-lo especial).

Para ser eficaz, a propaganda deve: 1) afirmar que o produto possui os valores estabelecidos pela sociedade em que se encontra o consumidor (por exemplo, se a vida em família é qualificada positivamente, os produtos devem aparecer a serviço da mãe, do pai, dos filhos, do lar, etc.); e 2) despertar desejos que o consumidor não possuía e que o produto não só desperta como, sobretudo, garante que satisfaz.

◆ Mudanças na operação da propaganda comercial

Em seus começos, em fins do século XIX, a propaganda comercial sublinhava e elogiava as qualidades do produto: apresentava, por exemplo, os efeitos curativos dos remédios, o conforto de uma mobília, o bom gosto de uma peça de roupa em moda. Como na era da sociedade industrial os produtos eram valorizados por sua durabilidade, a propaganda tendia

a inventar uma imagem duradoura que garantisse sempre o reconhecimento imediato do produto e fosse facilmente repetida. Essa "marca" podia ser um desenho, um *slogan*, uma pequena melodia, uma rima. A propaganda também buscava afirmar o produto trazendo o nome do fabricante como garantia da qualidade ou da exclusividade.

Para entendermos a mudança ocorrida em nossos dias na forma da propaganda, precisamos levar em conta algumas características da passagem da sociedade industrial à pós-industrial: o aumento da competição entre produtores e distribuidores; o crescimento do mercado da moda (que não se restringe mais ao vestuário); e, sobretudo, a constatação, pelas pesquisas de mercado, de que as vendas dependiam da manipulação dos desejos do consumidor e até mesmo de criar desejos nele. Assim, a propaganda comercial foi deixando de apresentar o produto propriamente dito (com suas propriedades) para afirmar os desejos que ele realizaria: sucesso, prosperidade, segurança, juventude eterna, beleza, atração sexual, felicidade. Em outras palavras, a propaganda ou publicidade comercial passou a vender imagens e signos, e não as próprias mercadorias.

Por exemplo, em lugar do sabonete e do desodorante, surge a imagem da sensualidade da mulher ou do homem que os usam. O automóvel é apresentado como prova de sucesso, charme e inteligência do consumidor.

A propaganda comercial também se apropria de atitudes, opiniões e posições críticas ou radicais existentes na sociedade, esvaziando seu conteúdo social ou político para investi-las num produto, transformando-as em moda consumível e passageira. Feminismo, guerrilha revolucionária, movimentos de periferia são transformados em qualidades que vendem produtos.

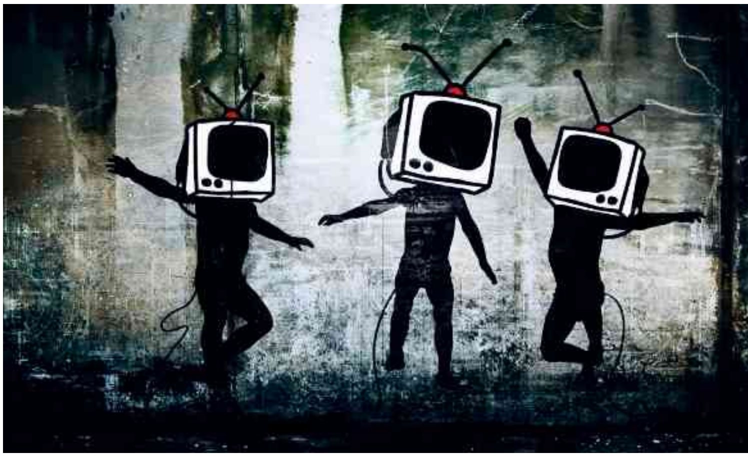
Mas a publicidade não se contenta em inventar imagens com as quais o consumidor é induzido a identificar-se. Ela as apresenta como realização de desejos que ele nem sabia que tinha e que passa a ter – uma roupa ou um perfume são associados a viagens a países distantes e exóticos ou a uma relação sexual fantástica; um utensílio doméstico ou um sabão em pó são apresentados como a suprema defesa do feminismo, liberando a mulher das penas caseiras; etc.

◆ Do trabalho à fruição do desejo

No livro clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) assinalou a relação entre a forma da economia capitalista e a moral protestante. Uma *ética burguesa* fundou-se no elogio do trabalho como virtude e dever e na condenação da preguiça como o pior vício. O homem virtuoso é aquele que investe em mais trabalho o dinheiro ganho com o trabalho, para gerar mais dinheiro e mais lucro; sua vida deve ser simples e honesta. Como consequência, desejos, fruição, gozo e satisfação são reprimidos. O consumo é direcionado ao que é essencial para viver, e a moral condena o luxo e o supérfluo.

Essa ética burguesa do trabalho perde força à medida que o capital necessita do consumo de massa. Ela se enfraquece, sobretudo, quando o capitalismo passa à forma pós-industrial, em que a acumulação do capital não necessita mais da inclusão do maior número de indivíduos no mercado de trabalho, devido à automação da produção. Como resultado, a ideologia inicial do capitalismo se inverte: em lugar do elogio do trabalho e da vida simples, passa-se a valorizar a satisfação imediata dos desejos como uma obrigação. É essa mudança que garante eficácia à propaganda como invenção de novos desejos, apresentados por imagens que trazem a ilusão de felicidade, beleza, sucesso, juventude, etc.

Banksy/Reprodução



Grafite do artista de rua Banksy, em Londres, 2007.

Atividades

1. Você já deve ter visto na televisão, no rádio, na internet ou na mídia impressa (jornais, revistas, etc.) algum anúncio que associa a compra de um produto à promessa de uma vida maravilhosa, na qual não há miséria e conflito de nenhuma espécie e as pessoas são livres, saudáveis, lindas e bondosas. Ao ser persuadida a comprar o produto, a pessoa acredita estar agindo livremente, quando, de fato, ela está agindo de acordo com a lógica do pensamento dominante.

- Identifique anúncios eletrônicos ou impressos que tenham essas características, escolha um e escreva uma pequena análise crítica.

2. Relacione a atitude das figuras representadas na imagem desta página com o que você leu a respeito da propaganda e das mídias eletrônicas.

CAPÍTULO 10

Buscando a verdade



John Hawks/Universidade de Wisconsin-Madison/AFP

A TRANSFORMAÇÃO DAS CRENÇAS

Em 2013, foram encontrados em uma caverna na África do Sul fósseis do que poderia ser uma espécie extinta de hominídeo (*Homo naledi*) até então desconhecida. Novas ossadas descobertas na mesma região em 2014 traziam indícios ainda mais surpreendentes: de que essa espécie enterrava seus mortos. Até então, acreditava-se que apenas o *Homo sapiens* e o *Homo neanderthalensis* (homem de Neandertal) realizassem esse tipo de comportamento ritualístico. Os resultados das pesquisas científicas, como os da arqueologia, nos levam a modificar nossas crenças sobre o mundo. Se nossas crenças se modificam, o que assegura que são verdadeiros os conhecimentos sobre os quais elas se apoiam? O que garante que nosso conhecimento não incorre em erro e que nossas opiniões correspondem à realidade?

Dogmatismo, estranhamento e busca da verdade

Nos diferentes caminhos que Sócrates (469 a.C.--399 a.C.) e Descartes (1596-1650) trilham em busca do conhecimento verdadeiro sobre a realidade, notamos um procedimento comum: ambos desconfiam não só das opiniões e crenças de seu tempo, mas também das suas próprias ideias e opiniões. Desconfiam, enfim, do dogmatismo. O que é dogmatismo?

Dogmatismo é uma atitude natural e espontânea que temos desde crianças. É nossa crença de que o mundo existe e que é exatamente tal qual o percebemos. A realidade natural, social, política e cultural forma uma espécie de moldura de um quadro: é no interior dela que nos instalamos e existimos. Temos essa crença porque nos relacionamos com a realidade como se ela fosse um conjunto de coisas, fatos e pessoas úteis ou inúteis para nossa sobrevivência.

Rompemos com o dogmatismo quando adotamos uma atitude de estranhamento diante das coisas que nos pareciam familiares. Para ilustrar essa experiência, vejamos um trecho da crônica "Nada mais que um inseto", da escritora Clarice Lispector (1920-1977):

> *Custei um pouco a compreender o que estava vendo, de tão inesperado e sutil que era: estava vendo um inseto pousado, verde-claro, de pernas altas. Era uma* esperança*, o que sempre me disseram que é de bom augúrio. Depois a esperança começou a andar bem de leve sobre o colchão. Era verde transparente, com pernas que mantinham seu corpo, plano alto e por assim dizer solto, um plano tão frágil quanto as próprias pernas que eram feitas apenas da cor da casca. Dentro do fiapo das pernas não havia nada dentro: o lado de dentro de uma superfície tão rasa já é a própria superfície. Parecia um raso desenho que tivesse saído do papel, verde, e andasse... E andava com uma determinação de quem copiasse um traço que era invisível para mim... Mas onde estariam nele as glândulas de seu destino e as adrenalinas de seu seco verde interior? Pois era um ser oco, um enxerto de gravetos, simples atração eletiva de linhas verdes.*

LISPECTOR, Clarice. Nada mais que um inseto. In: ____. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

À primeira vista, o que há de mais banal ou familiar do que um inseto? No entanto, Clarice Lispector nos faz sentir admiração e estranhamento, como se jamais tivéssemos visto um. Na descrição maravilhada, a *esperança* (inseto aparentado aos grilos e gafanhotos) tem a peculiaridade de ser uma superfície da qual não conseguimos distinguir ou separar o exterior e o interior.

No entanto, nesse ser sem profundidade, há um abismo misterioso: o inseto *esperança* é um oco (como alguma coisa pode ser apenas um oco?), um vazio colorido (como um vazio pode ter cor?) ou uma cor sem corpo (como uma cor pode existir sem um corpo colorido?).



Coleção particular/Fondation Magritte

A perspicácia (1936), pintura de René Magritte (1898-1967). A atitude de estranhamento nos permite conquistar um novo saber sobre os objetos. Observe o objeto que serve de modelo ao pintor e a figura na tela pintada por ele. O que Magritte quer dizer com isso?

Verdades reveladas e verdades alcançadas

A atitude dogmática é *conservadora*, isto é, se protege contra novidades, o inesperado, o desconhecido e tudo o que possa desequilibrar as crenças e opiniões já constituídas. Esse conservadorismo se transforma em preconceito, em ideias preconcebidas que impedem o contato com tudo o que possa pôr em perigo o já sabido, o já dito e o já feito.

O conservadorismo pode aumentar quando o dogmatismo estiver convencido de que várias de suas opiniões e crenças vieram de uma fonte sagrada, de uma **revelação divina** (ver destaque na p. 112). Quem ousa enfrentar essas crenças e opiniões com argumentos racionais é tido como criminoso, blasfemador e herético.

Esse conflito entre verdades reveladas e verdades alcançadas pela própria razão preocupa a filosofia desde a consolidação do cristianismo. Podemos conhecer as verdades divinas? Se não pudermos conhecê-las, seremos culpados? Mas como seríamos culpados por não conhecer aquilo que nosso entendimento, por ser menor do que o de Deus, não teria forças para alcançar?



Acervo Real Academia de Belas Artes de São Fernando, Madri, Espanha/Reprodução

Tribunal da Inquisição (1819), óleo sobre tela do pintor espanhol Francisco de Goya (1746-1828). Enquanto aqueles que contestaram a revelação divina aparecem em primeiro plano, os que desejam a condenação deles por heresia formam uma massa anônima ao fundo da tela.

verdade revelada, **verdade alcançada**: no romance *O nome da rosa*, escrito pelo filósofo italiano Umberto Eco (1932-2016), o monge Guilherme de Baskerville busca o responsável por uma série de assassinatos de frades copistas que trabalhavam na biblioteca de um convento na Europa medieval. Ele descobre que todos haviam sido envenenados ao manusear um livro de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) sobre a importância do riso. Jorge de Burgos, monge guardião da biblioteca, era o autor do envenenamento, pois pretendia impedir que o livro fosse copiado e enviado a outras bibliotecas. Por quê? Porque julgava que o riso é contrário à vontade de Deus, pois viemos ao mundo para sofrer a culpa pelo pecado original de Adão.

Nesse romance, há duas ideias em conflito: *a verdade alcançada* ou *humana*, que estaria contida no livro de Aristóteles, e *a verdade revelada* ou *divina*, que o bibliotecário julga estar na proibição do riso. Jorge de Burgos mata pessoas e queima livros originados da racionalidade humana, pois, para ele, uma verdade revelada por Deus é única e incontestável.

As concepções da verdade

Nossa ideia da verdade foi construída ao longo dos séculos com base em três concepções diferentes.

Em grego, *verdade* se diz *alétheia*, palavra composta do prefixo *a* ('negação') e de *léthe* ('esquecimento'). *Alétheia* significa 'o não esquecido'. Platão (427 a.C.-347 a.C.) fala da verdade como "o que é lembrado ou não esquecido". Por extensão do sentido, *alétheia* também significa 'o não escondido', aquilo que se manifesta ou se mostra aos olhos do corpo e do espírito.

O verdadeiro se opõe ao falso, *pseudos*, que é o encoberto, o dissimulado, o que não é como parece. O verdadeiro é o plenamente visível para a razão ou o evidente (pois a palavra *evidência* significa 'visão completa e total de alguma coisa').

Assim, a verdade é uma automanifestação da realidade. O verdadeiro está nas próprias coisas quando o que elas manifestam é sua realidade própria, sua essência, conhecida pelos olhos do espírito ou pelo pensamento. Por isso, na concepção grega, o verdadeiro é o ser (o que algo realmente é) e o falso é o parecer (o que algo aparenta ser e não é).

Em latim, *verdade* se diz *veritas* e se refere à precisão e ao rigor de um relato. *Verdadeiro* se refere, portanto, à linguagem como narrativa de fatos reais. A verdade depende, de um lado, da memória e da capacidade mental de quem fala e, de outro, de que o enunciado corresponda aos fatos. A verdade não se refere às próprias coisas (como na *alétheia*), mas à veracidade de um relato e ao enunciado de um fato, referindo-se à linguagem. Seu oposto, portanto, não é a aparência, e sim a mentira ou a falsificação. As coisas e os fatos são reais ou imaginários; já os relatos e enunciados sobre eles são verdadeiros ou falsos (mentirosos).

Em hebraico, *verdade* se diz *emunah*, que significa 'assim seja' ou 'confiança'. Agora são as pessoas e Deus quem são verdadeiros e, para isso, devem ser fiéis à palavra dada. A verdade se refere às relações entre as pessoas e entre elas e Deus quando firmam um pacto ou fazem uma promessa que devem ser cumpridos. Por isso, a verdade refere-se ao futuro – à promessa que se cumprirá. Sua forma mais elevada é a revelação divina – que promete felicidade ao seu povo –, e sua expressão mais perfeita é a profecia – na qual Deus diz aos humanos qual será a sua vontade ou a sua decisão sobre alguma coisa que acontecerá. Essas ideias estão presentes na palavra *amém*, com a qual um fiel aceita a vontade divina, dizendo "assim seja".

A nossa concepção de verdade é uma síntese dessas três concepções, e por isso se refere à percepção das coisas reais (como na *alétheia*), à linguagem que relata fatos passados (como na *veritas*) e à expectativa de coisas futuras (como na *emunah*). Ou seja, nossa concepção de verdade abrange *o que é* (a realidade), *o que foi* (os acontecimentos passados) e *o que será* (previsões corretas sobre ações futuras). De maneira geral, esses três aspectos também estão presentes naquilo que a filosofia define como uma ideia verdadeira.

Teorias sobre a verdade

Algumas teorias filosóficas concebem o conhecimento verdadeiro com base nas ideias de verdade que acabamos de examinar. Vejamos.

Quando prevalece a *alétheia*, a teoria considera que o conhecimento verdadeiro é a apreensão intelectual e racional da verdade que está nas próprias coisas. Sua marca é a *evidência*. Essa concepção recebe o nome de **teoria da correspondência**, isto é, as ideias correspondem à realidade tal como esta é em si mesma.

Quando predomina a *veritas*, a teoria considera que nossas ideias relatam em nossa mente os fatos ou acontecimentos. Elas serão verdadeiras quando obedecerem a princípios e normas de uma linguagem rigorosa. Agora não se diz que algo é verdadeiro *porque* corresponde a uma realidade externa, mas se diz que algo corresponde à realidade externa *porque* é verdadeiro. Sua marca é a *validade lógica*. Essa concepção recebe o nome de **teoria da coerência**, isto é, as ideias verdadeiras são aquelas reguladas por regras e princípios lógicos que lhes permitem formar um todo coerente.

Quando predomina a *emunah*, a teoria considera que a verdade depende de um acordo ou de um pacto entre os pesquisadores, que definem um conjunto de *convenções* universais sobre o conhecimento verdadeiro. A marca da verdade é o *consenso* e a *confiança*. Essa concepção recebe o nome de **teoria do consenso**, isto é, a verdade decorre de um acordo racional entre os membros de uma comunidade de estudiosos para a aceitação de certas ideias.

Há, porém, outra teoria, a qual define o conhecimento verdadeiro por um critério que não é teórico, e sim prático. Trata-se de uma **teoria pragmática**. Para ela, um conhecimento é verdadeiro por seus resultados e suas aplicações práticas, e se verifica pela experimentação e pela experiência. A marca do verdadeiro é a *verificabilidade* dos resultados e a *eficácia* de sua *aplicação*. Essa concepção da verdade está muito próxima da teoria da correspondência entre coisa e ideia, para a qual o resultado prático, na maioria das vezes, é conseguido porque o conhecimento alcançou as próprias coisas e pode agir sobre elas.

pragmática: palavra derivada do grego *pragmatikós*, que significa 'o que é próprio da ação, o que é eficaz', que, por sua vez, origina-se de *pragma*, que quer dizer 'a ação que se faz, o que se faz, o que se deve fazer'.

The Bridgeman Art Library/Keystone



O tempo desvela a verdade, obra do pintor Giovanni Domenico Cerrini (1609-1681). O tempo permite que a verdade se desenvolva no espírito humano, ou, como na frase célebre: "a verdade é filha do tempo". A manifestação da verdade está simbolizada não apenas pelo desvelamento da mulher luminosa – a verdade como o que se revela, *alétheia* –, mas também pelo livro – a verdade como *veritas* ou linguagem que narra fatos – próximo à mão direita dela. As pessoas na parte inferior da tela a observam com espanto e admiração.

Leituras filosóficas

A hipótese que eu gostaria de propor é que, no fundo, há duas histórias da verdade. A primeira é uma espécie de história interna da verdade, a história de uma verdade que se corrige a partir de seus próprios processos de regulação: é a história da verdade tal como esta se faz, ou a partir da história das ciências. Por outro lado, parece-me que existem na sociedade, ou pelo menos nas nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras do jogo são definidas [...] *e, por conseguinte, a partir daí podemos fazer uma história externa da verdade. As práticas judiciárias, a maneira pela qual entre os homens se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, mas também modificadas sem cessar através da história* [...] *e, por conseguinte, as relações entre os homens e a verdade merecem ser estudadas.*


Jean-Pierre Fouchet/Gamma-Rapho/Getty Images

Michel Foucault, em foto de 1967.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2002, p. 11.

1. No texto acima, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) apresenta a hipótese de que há duas histórias da verdade: uma interna e outra externa. Qual é a distinção entre elas?

2. Nos tribunais, as testemunhas juram dizer a verdade, toda a verdade e somente a verdade. Procure no texto de Foucault a relação entre as práticas judiciárias e esse juramento.

Verdade e falsidade

Segundo a concepção grega da verdade, aquilo que manifesta sua existência para nossa percepção (ou seja, a realidade) é o verdadeiro ou a verdade. Por esse motivo, os filósofos gregos perguntam: como o erro, o falso e a mentira são possíveis? Em outras palavras, como podemos pensar naquilo que *não é*, no *não ser*?

A resposta dos filósofos chamados racionalistas (tanto gregos como modernos) é dupla:

1. O erro, o falso e a mentira se referem à *aparência* superficial e ilusória das coisas e surgem quando não conseguimos alcançar a *essência* das realidades; são um defeito ou uma falha de nossa percepção sensorial ou intelectual.

Quando os filósofos afirmam que a verdade é a conformidade ou a correspondência entre uma ideia e a coisa ideada, não estão dizendo que uma ideia verdadeira é uma "cópia" da coisa verdadeira. Como disse Espinosa (1632-1677), a ideia de cão não late e a de açúcar não é doce. O que afirmam é que a ideia corresponde à coisa conhecida porque é o conhecimento daquilo que a coisa é. Ou seja, a ideia é o conhecimento dos componentes necessários da coisa, ou das relações internas necessárias que constituem a *essência* da coisa, bem como das relações e nexos necessários que ela mantém com outras. Da mesma maneira, uma ideia não é a "cópia" de um fato, e sim a explicação racional das causas, consequências e significação dele.

2. O erro, o falso e a mentira surgem quando dizemos de algum ser aquilo que ele não é, quando lhe atribuímos qualidades ou propriedades que ele não possui ou quando lhe negamos qualidades ou propriedades que ele possui. Nesse caso, o erro, o falso e a mentira se alojam na linguagem e acontecem no momento em que fazemos afirmações ou negações que não correspondem à essência de alguma coisa. Eles são um acontecimento do juízo ou do enunciado.

O que é um *juízo*? É um ato mental pelo qual atribuímos a alguma coisa certas propriedades e lhe recusamos outras. O juízo estabelece uma relação entre dois termos (um sujeito e um predicado) por meio de uma proposição, cuja forma mais simples é "*S* é *P*" ou "*S* não é *P*". Um juízo é verdadeiro quando aquilo que o predicado afirma ou nega do sujeito corresponde ao que a coisa é; caso contrário, é falso.

Há, porém, uma diferença entre o erro e a mentira. O erro é um engano do juízo e ocorre quando desconhecemos a essência de um ser. A mentira, porém, é um juízo deliberadamente errado: ocorre quando emitimos propositalmente um juízo errado sobre uma coisa, embora conheçamos sua essência.

O que é a verdade? É a conformidade entre nosso pensamento e nosso juízo e as coisas pensadas ou formuladas. Qual é a condição para o conhecimento verdadeiro? A evidência, isto é, a visão intelectual da essência de um ser. Para formular um juízo verdadeiro precisamos, portanto, primeiro conhecer a essência, e a conhecemos ou por *intuição,* ou por *dedução*, ou por *indução*.

A verdade exige que nos libertemos das aparências das coisas para ver intelectualmente a essência delas; exige, portanto, que nos libertemos das opiniões estabelecidas e das ilusões de nossos órgãos dos sentidos. Em outras palavras, a verdade é sempre universal e necessária, enquanto as opiniões variam de lugar para lugar, de época para época, de sociedade para sociedade, de pessoa para pessoa.

Do mesmo modo, nossas sensações ou impressões sensoriais variam conforme o estado do nosso corpo, as disposições de nosso espírito e as condições em que as coisas nos aparecem. Por isso, devemos ou abandonar as ideias baseadas nas nossas sensações (como dizem Sócrates, Platão, Descartes), ou encontrar aqueles aspectos da experiência sensorial que são necessários e universais e, por isso, capazes de perceber em parte algo da essência das coisas (como diz, por exemplo, Aristóteles).

No primeiro caso, somente o intelecto (espírito) vê o ser verdadeiro. No segundo caso, o intelecto purifica o testemunho sensorial.



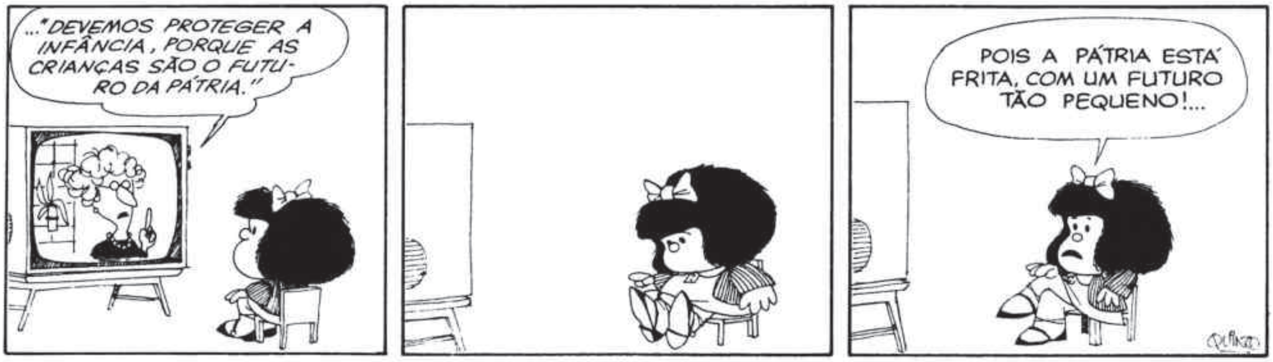
Reprodução/Palácio Pitti, Florença, Itália.

A mentira (1650), pintura de Salvator Rosa (1615-1673). Quando conhecemos realmente alguma coisa, mas intencionalmente fazemos um juízo errado sobre ela, estamos mentindo ou dizendo o falso.

Como a verdade é possível?

O que é aceitar parcialmente os dados da experiência sensorial? Por exemplo, quando estou doente, cheiro a flor e não sinto seu perfume, muito embora ela o tenha em abundância; vejo algo embaçado e sem forma, quando, na verdade, trata-se de um objeto com cor e forma bem definidas. Apesar desses enganos dos sentidos, observo que toda percepção capta qualidades nas coisas; portanto, as qualidades pertencem à essência das próprias coisas e fazem parte da verdade delas.

Quando se examina a ideia latina da verdade como veracidade de um relato, pode-se observar que o problema da verdade e da falsidade deslocou-se para o campo da linguagem. O verdadeiro e o falso estão menos no ato de ver (com os olhos do corpo ou com os olhos do espírito) e mais no ato de dizer. Por isso, a pergunta dos filósofos, agora, é exatamente contrária à anterior: em vez de perguntar "como o erro e a falsidade são possíveis?", pergunta-se "como a verdade é possível?".



Tirinha da personagem Mafalda, do cartunista argentino Quino. Na ideia latina da verdade, o problema se localiza no campo da linguagem.

Por que essa pergunta? Porque, se a verdade está no discurso ou na linguagem, não depende só do pensamento e das próprias coisas, mas também de nossa *vontade* para dizê-la, silenciá-la ou deformá-la. O verdadeiro continua sendo tomado como conformidade entre a ideia e as coisas, mas depende também de **nosso querer**.

Essas questões foram examinadas pelos filósofos racionalistas com a introdução da exigência de estabelecer auxílios à nossa razão para que controle e domine nossa vontade e a submeta ao verdadeiro.

verdade voluntária: a filosofia cristã introduziu a ideia de *vontade livre* ou de *livre-arbítrio* da vontade, pela qual a verdade depende não só da conformidade entre relato e fato, mas também da vontade que deseja o verdadeiro. O cristianismo afirma que a vontade livre foi responsável pelo pecado original e que a vontade, criada boa por Deus, foi pervertida pelo primeiro homem. Assim sendo, a mentira, o erro e o falso tenderiam a prevalecer sobre a verdade porque nosso intelecto seria mais fraco do que nossa vontade.

Verdades de razão e verdades de fato

Vimos que a verdade pode ser entendida como o conhecimento racional evidente de alguma realidade (a *alétheia* como evidência intelectual). Vimos também que a verdade pode ser entendida como o relato veraz ou verídico de fatos acontecidos (a *veritas*).

Em lugar de considerar que essas concepções são excludentes, o filósofo alemão Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) estabeleceu a existência de dois tipos de verdades: *verdades de razão* e *verdades de fato*.

As verdades de razão enunciam que uma coisa é o que ela é, necessária e universalmente, não podendo de modo algum ser diferente do que é e de como é. O exemplo mais evidente são as ideias matemáticas. É impossível que o triângulo não tenha três lados e que a soma de seus ângulos internos não seja igual à soma de dois ângulos retos, ou que a circunferência não seja a figura na qual todos os pontos são equidistantes do centro.

Já as verdades de fato dependem dos acontecimentos que serão relatados ou também da experiência sensorial, isto é, ideias que são obtidas por meio da sensação, da percepção e da memória. Elas se referem a fatos que poderiam não ter acontecido, mas aconteceram e devem ter tido uma causa necessária para isso; e também a coisas que poderiam ser diferentes do que são, mas que são como são porque há uma causa para isso. Quando um historiador narra a Segunda Guerra Mundial, narra fatos que poderiam não ter acontecido, mas aconteceram, e busca as causas necessárias desses acontecimentos para que seu relato seja verdadeiro.

Da mesma maneira, quando digo "Esta rosa é vermelha", isso é uma verdade de fato, pois nada impede que ela pudesse ser branca ou amarela. Se ela é vermelha, é porque alguma causa a fez ser assim e outra causa poderia tê-la feito amarela. Não é acidental que ela tenha cor, e é a cor que possui uma *causa necessária*. Ou seja, uma rosa pode ter esta ou aquela cor, mas não pode deixar de ter cor, cabendo à razão buscar a causa da cor, estudando a natureza da luz.

As verdades de fato são verdades porque para elas funciona o *princípio de razão suficiente*, segundo o qual tudo o que acontece na história e tudo o que percebemos na experiência sensorial possui uma causa determinada que pode ser conhecida.

Verdade ou hábito?

No século XVIII, o filósofo escocês David Hume (1711-1776) criticou a pretensão de filósofos e cientistas de conhecer a verdade da própria realidade. Para ele, o que chamamos de razão é simplesmente o hábito que adquirimos de associar sensações, percepções e lembranças. As ideias são essas associações, e não a explicação de como as coisas são em si mesmas. Por acreditar que adquirimos todas as ideias pela experiência (em grego, *empiria*), Hume é considerado um filósofo empirista.

O exemplo mais importante oferecido por Hume é o da origem do princípio da causalidade, tido como fundamento das verdades científicas.



Fotos: Martyn F. Chillmaid/SPL/Latinstock

Nesta experiência de dilatação térmica, vejo que a esfera fria atravessa o aro, mas depois constato que a mesma esfera, após ser aquecida, não mais o atravessa por causa da expansão de seu volume. Para Hume, à medida que repetimos uma experiência e observamos o mesmo resultado, criamos o hábito de associar os fatos em relações de causa e efeito.

A experiência me mostra, o tempo todo, que, se eu puser um objeto sólido (um pedaço de vela, um pedaço de ferro) no calor do fogo, não só ele derreterá como também passará a ocupar um espaço muito maior no interior do recipiente.

Séries de experiências desse tipo vão criando em mim o hábito de associar o calor a fatos iguais ou semelhantes que já percebi inúmeras vezes. E isso me leva a dizer que o calor é a causa desses fatos. Como os fatos são de aumento do volume ou da dimensão dos corpos submetidos ao calor, concluo que "o calor é a causa da dilatação dos corpos" e também que "a dilatação dos corpos é o efeito do calor". É assim, diz Hume, que surge a ideia de causalidade e nascem as ciências.

Ora, ao mostrar como se forma o princípio da causalidade, Hume afirma que não apenas as ideias se originam da experiência, mas também os próprios *princípios* da racionalidade são empíricos. Mais do que isso: vimos que, na busca da verdade, a razão pretende conhecer a realidade tal como ela é em si mesma, considerando que o que conhece é verdadeiro para todos os tempos e lugares (universalidade) e indica como as coisas são e como não poderiam ser de uma outra maneira (necessidade).

Ora, com Hume já não se pode admitir que o conhecimento racional seja dotado de universalidade e necessidade, pois estas não são propriedades inerentes às próprias coisas e às ideias com que as conhecemos. O universal é apenas uma palavra geral que usamos para nos referir à repetição de semelhanças percebidas e associadas. O necessário é apenas uma palavra geral que usamos para nos referir à repetição das percepções sucessivas no tempo. O universal, o necessário e a causalidade são meros hábitos psíquicos. E o mesmo devemos dizer da verdade.

A solução kantiana

Para responder às críticas de Hume e buscar mostrar que a verdade não é um mero hábito, o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) afirmou que é preciso distinguir entre conhecimentos que dependem da experiência sensorial e aqueles que não dependem dela, e sim de nossa razão. Aos conhecimentos que dependem da experiência, deu o nome de conhecimentos ***a posteriori***; aos que dependem apenas de nossa razão, deu o nome de conhecimentos ***a priori***.

a priori, ***a posteriori***: *a priori* é uma expressão de origem latina, que significa 'ter prioridade com relação a alguma coisa' ou 'o que antecede alguma coisa'. Kant usará *a priori* para significar aquilo que vem antes da experiência e é condição para que ela se realize.
A posteriori também é de origem latina e significa 'o que vem depois de algo', ou 'o que sucede algo'. Kant emprega *a posteriori* para significar aquilo que vem da experiência e depende dela.

Kant exigiu que, antes de qualquer afirmação sobre as ideias, houvesse o estudo da própria capacidade de conhecer (ou seja, da razão), de modo que se mostrasse que a razão não depende das coisas nem é regulada por elas, e sim o contrário. Foi o que ele chamou de "revolução copernicana" em filosofia.

De fato, até então os filósofos colocavam a realidade ou os objetos do conhecimento no centro e faziam a razão, ou o sujeito do conhecimento, girar em torno dela. Faziam como alguém que, para assar um frango, girasse a churrasqueira em volta dele, em vez de girá-lo em relação às brasas.

Sujeito ao centro, objetos em órbita

Qual é a relação entre o que propõe Kant para a filosofia e o que fizera Nicolau Copérnico (1473-1543) para a astronomia? Os filósofos, diz Kant, parecem os astrônomos anteriores à revolução copernicana, buscando um centro que não é verdadeiro.


ImageBroker/Alamy/Latinstock

Estátua de Nicolau Copérnico em Varsóvia, Polônia, em 2007.



ImageBroker/Alamy/Latinstock

Estátua de Immanuel Kant em Kaliningrado, Rússia, em 2014.

	Revolução copernicana na astronomia (séc. XVI)	Revolução "copernicana" (kantiana) na filosofia (séc. XVIII)
Explicação predominante até então	A Terra estava imóvel ao centro do Universo. Os demais astros se deslocariam ao redor dela em órbitas concêntricas.	A realidade em si é o ponto de partida para o conhecimento. Para alguns, ela era exterior (a natureza); para outros, interior (a alma humana).
O problema	O sistema geocêntrico não dava conta de explicar os movimentos celestes e muitos outros fenômenos astronômicos.	A ideia de verdade universal e necessária das coisas dificulta a explicação da mudança das coisas e ideias. Por outro lado, dizer que o conhecimento se deve a meras associações de repetições percebidas no tempo dificulta a própria ideia de verdade.
A solução proposta	Não haveria motivo racional para que os astros se movessem e a Terra não, pois poderia ser o contrário ou, até mesmo, ambos poderiam estar em movimento. Considerar que a Terra se move, embora não o percebamos, permite compreender os movimentos dos demais astros.	O ponto de partida da filosofia não deve ser a realidade, e sim o estudo da própria faculdade de conhecer (o estudo da razão). Ao colocar o sujeito do conhecimento no centro, é possível verificar, de maneira universal e necessária, que os objetos se adaptam a ele.

Modalidades de conhecimento

Para realizar a "revolução copernicana" em filosofia, Kant distingue duas grandes modalidades de conhecimento:

1. os conhecimentos *a posteriori* ou empíricos, que se baseiam nos dados da experiência sensorial e psicológica de cada um, variando de indivíduo para indivíduo;

2. os conhecimentos *a priori*, que se baseiam exclusivamente na estrutura interna da própria razão, independentemente da experiência de cada um, e possuem validade universal.

Nosso conhecimento depende de três instâncias *a priori*:

1. as formas *a priori* da sensibilidade, isto é, o espaço e o tempo como condições da percepção (só percebemos coisas espaciais e temporais, mas não percebemos o próprio espaço nem o próprio tempo e por isso não podemos dizer que estes existem em si mesmos);

2. as categorias *a priori* do entendimento, que organizam os dados enviados pela sensibilidade (as percepções espaciais e temporais), transformando-os em conhecimentos intelectuais ou em conceitos. Sem as categorias, não pode haver conhecimento intelectual. São elas: qualidade, quantidade, totalidade, pluralidade, unidade, necessidade, possibilidade, causalidade, finalidade, substancialidade. Não sabemos se essas categorias existem em si mesmas numa realidade em si, mas só podemos conhecer algo ao empregá-las.

3. as ideias da razão que não são propriamente conhecimentos. Embora o conhecimento dependa dos dados empíricos que a sensibilidade oferece e das categorias intelectuais que o entendimento utiliza para organizá-los, a razão não se relaciona nem com os primeiros, nem com as últimas. Sua função não é conhecer, e sim *regular e controlar* a sensibilidade e o entendimento.

Dessa maneira, Kant pôde localizar onde estava o equívoco de Hume: este reduzira todo conhecimento ao conhecimento empírico ou *a posteriori*, que varia de pessoa para pessoa, desconhecendo os princípios *a priori* que permitem conhecimentos universais e verdadeiros. Os filósofos racionalistas, por sua vez, se equivocaram por supor que espaço, tempo e as categorias estão nas próprias coisas. Se enganaram também por supor que podemos conhecer o **nômeno**, isto é, as coisas em si, quando só podemos conhecer o **fenômeno**, isto é, o que é dado e organizado por nossa razão. A distinção entre nômeno e fenômeno é decisiva para superar os problemas do racionalismo e do empirismo.



Campo de papoulas próximo a Argenteuil (1873), óleo sobre tela de Claude Monet (1840-1926). Kant distingue a "realidade em si" (nômeno) da "realidade conhecida por nós" (fenômeno); esta, como na pintura de Monet, é a realidade tal como se apresenta à nossa razão.

nômeno, **fenômeno**: *nômeno* se origina da palavra grega *noumenon*, derivada de *nous*, que significa 'a inteligência suprema ou divina que conhece a realidade tal como é em si mesma'. O nômeno é "a coisa em si". *Fenômeno* se origina da palavra grega *phainomenon*, que significa 'o que aparece diante de nossos olhos', aquilo que vemos e percebemos. O fenômeno é "a coisa para nós".

Juízos analíticos e juízos sintéticos

Por fim, Kant mostrou que o conhecimento verdadeiro depende de distinguirmos entre dois tipos de juízos: os analíticos e os sintéticos.

Um juízo é **analítico** quando o predicado ou os predicados do enunciado nada mais são do que a explicitação do que está contido no sujeito do enunciado. Por exemplo: quando digo que o triângulo é uma figura de três lados, o predicado "figura de três lados" nada mais é do que a explicitação do sujeito "triângulo". Ou, quando digo que "todos os corpos são dotados de massa", o predicado "dotados de massa" não acrescenta nenhum conhecimento novo sobre o sujeito "corpos", mas apenas explica o que queremos dizer quando falamos num corpo. No juízo analítico, podemos dizer que o predicado é um sinônimo do sujeito ou que ele analisa o conteúdo do sujeito. Portanto, o juízo analítico é explicativo.

Quando, porém, o predicado de um enunciado oferece informações novas sobre o sujeito, o juízo é **sintético**, isto é, formula uma síntese entre um predicado e um sujeito. Assim, se, em vez de dizer que os corpos são dotados de massa, dissermos que "alguns corpos são leves", o predicado "são leves" nos diz algo novo sobre o sujeito. O juízo sintético, diz Kant, é ampliativo, ou seja, ele aumenta nosso conhecimento.

Para Kant, os juízos analíticos correspondem às verdades de razão de Leibniz. Neste caso, os juízos sintéticos teriam de ser considerados verdades de fato, isto é, uma relação entre termos que depende dos acontecimentos ou dos fatos e que requer a experiência para ser conhecida. Mas, assim sendo, a verdade ficaria reduzida aos juízos analíticos, que nada novo nos ensinam. Em contrapartida, como os juízos sintéticos dependem da experiência de cada um de nós, não são verdadeiros no sentido preciso da palavra, isto é, não são necessários nem universais.

Que faz Kant? Começa dizendo que a experiência sensorial é a *ocasião* para o conhecimento, mas não é a *causa* dele, pois este depende da estrutura universal e necessária de nossa razão, que organiza os dados da experiência. Em outras palavras, a experiência fornece os dados que queremos conhecer e a razão é que lhes dá sentido e os relaciona de maneira necessária e universal. Kant distingue, assim, entre o que depende da experiência (aquilo que é *a posteriori*) e aquilo que não depende dela e que a organiza, controla e lhe dá sentido (aquilo que é *a priori).* Partindo dessa formulação, Kant introduz a ideia de *juízos sintéticos a priori*, isto é, juízos sintéticos nos quais a síntese do sujeito e do predicado, que amplia nosso conhecimento, depende da estrutura universal e necessária de nossa razão, e não da variabilidade individual de nossas experiências.

Os juízos sintéticos *a priori* exprimem o modo como nosso pensamento relaciona e conhece os dados trazidos pela experiência; são os juízos empregados pela filosofia e pelas ciências. A causalidade, por exemplo, é uma síntese *a priori* que nosso entendimento formula para as ligações universais e necessárias entre causas e efeitos, independentemente dos hábitos nascidos de nossa experiência sensorial individual.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



Segundo Kant, se dissermos que "o calor é uma medida de temperatura dos corpos", o predicado "medida de temperatura dos corpos" simplesmente explicita o conteúdo do sujeito "calor", não acrescentando nada a ele. Trata-se, portanto, de um juízo analítico. Porém, se dissermos que "o calor é capaz de alterar a forma do ferro", não estamos definindo o que é calor, mas sim oferecendo uma informação nova sobre ele. Neste caso, temos um juízo sintético.

Herton Escobar/Agência Estado



Se digo "Esta área foi desmatada", sei que alguém ou algo a desmatou, mesmo que não veja este alguém ou algo no ato de cortar as árvores. Essa relação de causalidade que nossa consciência faz constitui um juízo sintético *a priori*. Foto de 2013, Santarém (PA).

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e História.



Reprodução/Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG



João Teófilo/Acervo do artista

Tiradentes esquartejado (1893), óleo sobre tela, de Pedro Américo, que representa o mártir da Inconfidência Mineira, e uma paródia feita por João Teófilo, em 2015, para ironizar o pouco reconhecimento dado aos líderes assassinados da Conjuração Baiana. No início do período republicano, o movimento mineiro foi escolhido como símbolo do desejo de emancipação brasileira e instituição da República. Porém, foi apenas com a rebelião baiana que ideias como a emancipação de toda a colônia portuguesa na América, a igualdade entre todos e o fim da escravidão passaram a ser defendidas.

Leia um trecho de uma obra da filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975):

O contrário de uma asserção racionalmente verdadeira é ou erro e ignorância, como nas ciências, ou ilusão e opinião, como na filosofia. A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações factuais; e parece significativo, e um tanto estranho, que no longo debate acerca do antagonismo entre verdade e política ninguém, aparentemente, tenha jamais acreditado que a mentira organizada, tal como a conhecemos hoje, pudesse ser uma arma adequada contra a verdade [...]. *Decerto a mentira organizada, no que respeita à ação, não é um fenômeno marginal: o problema é que seu oposto, o simples enunciado de fatos, não conduz a nenhuma espécie de ação e tende até, em condições normais, à aceitação das coisas como elas são* [...]. *No entanto, onde todos mentem acerca de tudo que é importante, aquele que conta a verdade começou a agir. Quer o saiba ou não, ele se comprometeu também com as coisas da política, pois, na improvável eventualidade de que o deixem sobreviver, terá dado um primeiro passo para a transformação do mundo.*

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 282 e 324.

1. Arendt parte da afirmação de que a oposição a ser feita não é entre verdade, erro ou ignorância, mas entre verdade e mentira, questionando como fazer quando a mentira não é por acaso, mas é uma mentira organizada.

- Assim, como um historiador, que trabalha com verdades de fato, poderia chegar a asserções falsas?

2. No passado, as elites políticas e econômicas brasileiras e os grupos no controle do Estado transformaram personalidades públicas em heróis e construíram mitos para legitimar suas posições. Assim, por exemplo, os bandeirantes paulistas foram por muito tempo representados como promotores do progresso e responsáveis por ampliar o território e as riquezas brasileiros. Já a princesa Isabel costumava ser considerada a benevolente libertadora dos negros escravizados, tendo assinado apenas por sua própria vontade a Lei Áurea.

- De que modo o trabalho dos historiadores, ao se contrapor a esses mitos, funciona como um "primeiro passo para a transformação do mundo", como diz Arendt?

Em síntese

1. O que é dogmatismo? Como e por que o estranhamento pode romper com o dogmatismo?
2. Dê um exemplo (tirado de sua vida pessoal, da literatura ou do cinema) de uma atitude de estranhamento diante de alguma coisa ou de algum fato que até então parecia natural.
3. Explique nossa concepção de verdade com base nas ideias de *alétheia*, *veritas* e *emunah*, expondo como cada uma delas contribuiu para formar essa concepção contemporânea.
4. Explique o que são as teorias da verdade como correspondência, coerência e consenso.
5. O que significa pragmatismo? Como a teoria pragmática concebe a verdade?
6. Qual é a diferença entre verdade de razão e verdade de fato? Dê um exemplo de cada uma delas.
7. Como Kant propõe resolver o impasse entre racionalismo e empirismo?
8. Qual é a diferença entre juízo analítico e juízo sintético? Dê exemplos.
9. O que diferencia um juízo sintético *a priori* dos demais juízos sintéticos?

Indicações

A invenção de Hugo Cabret

- **Direção de Martin Scorsese. Estados Unidos, 2011.**

Hugo Cabret (Asa Butterfield) é um órfão que trabalha e mora no relógio da estação de trem de Paris, no início do século XX. Hugo busca desvendar o segredo que acredita estar dentro do robô mecânico que ganhou de seu falecido pai. Em uma de suas fugas do guarda da estação (Sacha Baron Cohen), encontra Isabelle (Chloë Moretz) e, com ela, uma chave que se encaixa na fechadura no peito do autômato. Admirada com os belos desenhos feitos pelo misterioso autômato, a dupla decide descobrir quem o inventou.



Interfoto/Latinstock

Os personagens Hugo e Isabelle observam o autômato em cena do filme *A invenção de Hugo Cabret*, do diretor Martin Scorsese.

O homem que copiava

- **Direção de Jorge Furtado. Brasil, 2003.**

Um jovem porto-alegrense vive uma rotina monótona fazendo fotocópias em uma papelaria e morando com sua mãe. Quando se apaixona por uma vizinha, ele procura uma maneira de arranjar dinheiro extra para impressioná-la. Seus planos dão certo, mas trarão consequências inesperadas quando verdades começarem a vir à tona.



Alex Sernambi/Casa de Cinema de Porto Alegre

André (Lázaro Ramos) é o protagonista da comédia *O homem que copiava*, dirigida por Jorge Furtado.

Barba ensopada de sangue

- **Escrito por Daniel Galera. Companhia das Letras, 2012.**

Após a morte de seu pai, um professor de educação física se isola em uma cidade praiana na qual seu avô teria sido assassinado décadas antes. Ao mesmo tempo que enfrenta a resistência dos moradores para desvendar o que de fato ocorrera, o protagonista revê suas escolhas de vida.

O mundo assombrado pelos demônios

- **Escrito por Carl Sagan. Companhia de Bolso, 2006.**

Em contraposição às explicações místicas para o mundo, o autor procura mostrar a racionalidade como fundamento do conhecimento científico e as atitudes que impulsionam para a busca da verdade pela razão.



Alceu Chiesorin Nunes/Ed. Companhia das Letras

Capa de edição do livro *Barba ensopada de sangue*, de Daniel Galera.

UNIDADE 4

A lógica

CAPÍTULO 11

O nascimento da lógica



Werther Santana/Agência Estado

DA ILUSÃO AO CONCEITO, DO CONTEÚDO AO PROCEDIMENTO

Circulam, no senso comum, as ideias de que a criminalidade é consequência da maldade do indivíduo e de que a polícia é a solução para ela. O grupo paulistano de *rap* Racionais MC's destacou-se com canções que apresentam um quadro bem diferente: o da discriminação sistemática que a população negra e parda sofre por parte da polícia e de outras instituições no Brasil, o que alimenta a descrença no Estado e o sentimento de revolta. Como diz a canção "Diário de um detento": "Cada sentença um motivo, uma história de lágrimas, / sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio, / sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo. / Misture bem essa química. / Pronto: eis um novo detento". O nascimento da lógica tem relação direta com a busca por afastar o conhecimento ilusório, resolver o problema posto pelas contradições e chegar ao conhecimento verdadeiro da identidade ou essência de todos os seres. Na foto, o *rapper* Mano Brown em show dos Racionais MC's durante a Virada Cultural 2013, em São Paulo (SP).

Os usos cotidianos de “lógica”

“É lógico que eu vou!” Quando dizemos frases como essa, a expressão “é lógico que” aparece como se fosse a conclusão de um raciocínio que os interlocutores conhecem mesmo que não o percebam. Ao dizer “É lógico que eu vou!”, estou supondo que quem me ouve sabe que também estou afirmando, sem que eu o diga explicitamente: “Você me conhece, sabe o que penso, quero ou do que gosto, sabe o que vai acontecer no lugar *x* e na hora *y* e, *portanto*, não há dúvida de que vou até lá”. Nesse caso, tiramos uma conclusão que nos parece óbvia, e dizer “é lógico que” seria o mesmo que dizer “é claro que” ou “não há dúvida de que”.

Em certas ocasiões, ouvimos, lemos ou vemos alguma coisa e reagimos dizendo: “Não. Não pode ser assim. Isso não tem lógica!”. Essa expressão indica uma situação oposta à anterior. Agora, aquilo que já sabemos (de uma pessoa, de um fato, de uma ideia, de um objeto) nos faz julgar que a conclusão a que alguém chegou é indevida, deveria ser outra. É possível, também, que a expressão aponte que nosso conhecimento sobre algo ou alguém não é suficiente para compreendermos o que estamos ouvindo, vendo, lendo, e por isso nos parece “não ter *lógica*”.

Nos exemplos que vimos, podemos perceber que as palavras *lógica* e *lógico* são usadas por nós para significar:

1. uma inferência: visto que conheço *x*, posso concluir *y* como consequência;

2. a exigência de coerência: visto que *x* é assim, é preciso que *y* seja assim;

3. a exigência de que não haja contradição entre o que sabemos de *x* e a conclusão *y* a que chegamos;

4. a exigência de que saibamos o suficiente sobre *x* para entender *y* e conhecer por que se chegou a *y*.

Inferência, *coerência*, *conclusão sem contradições*, *conclusão com base em conhecimentos suficientes* são alguns de nossos pressupostos quando afirmamos que algo é lógico ou ilógico.

Ao usarmos as palavras *lógica* e *lógico,* estamos participando de uma tradição de pensamento que se origina na filosofia grega. Os filósofos de então se indagavam se o *lógos* (significando ‘linguagem-discurso e pensamento-conhecimento’) possuía ou não normas, princípios e critérios para seu uso e funcionamento.

Lou Oates/Shutterstock



Passatempos como o sudoku costumam ser chamados de jogos de lógica, por necessitarem, entre outras habilidades, do uso de inferência e da conclusão com base em conhecimentos suficientes para serem finalizados com sucesso.

Heráclito e Parmênides

Quando estudamos o nascimento da filosofia, vimos que os primeiros filósofos se preocupavam com a origem, a transformação e o desaparecimento de todos os seres. Preocupavam-se com o **devir**. Heráclito de Éfeso (c. 535 a.C.-475 a.C.) e Parmênides de Eleia (c. 515 a.C.-445 a.C.), filósofos do período pré-socrático, adotaram posições opostas a esse respeito, cada um deles concebendo o *lógos* (pensamento e linguagem verdadeiros) de maneira oposta.

O mundo, dizia Heráclito, é um *fluxo perpétuo* onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. A luta dos contrários é a harmonia, responsável pela ordem racional do Universo. Nossa experiência sensorial percebe o mundo como se tudo fosse estável e permanente, mas o pensamento sabe que isso é ilusório, pois tudo se torna o contrário de si mesmo – o vivo morre, o quente esfria, o novo envelhece. O *lógos* é a mudança de todas as coisas, os conflitos entre elas, a contradição. Por isso Heráclito dizia: “A guerra (ou a luta) é o pai de todas as coisas”. O dia se opõe à noite, o verão ao inverno, o úmido ao seco, o bom ao mau, o belo ao feio, o novo ao velho. A ordem do mundo são essas oposições e a mudança contínua de um no outro.

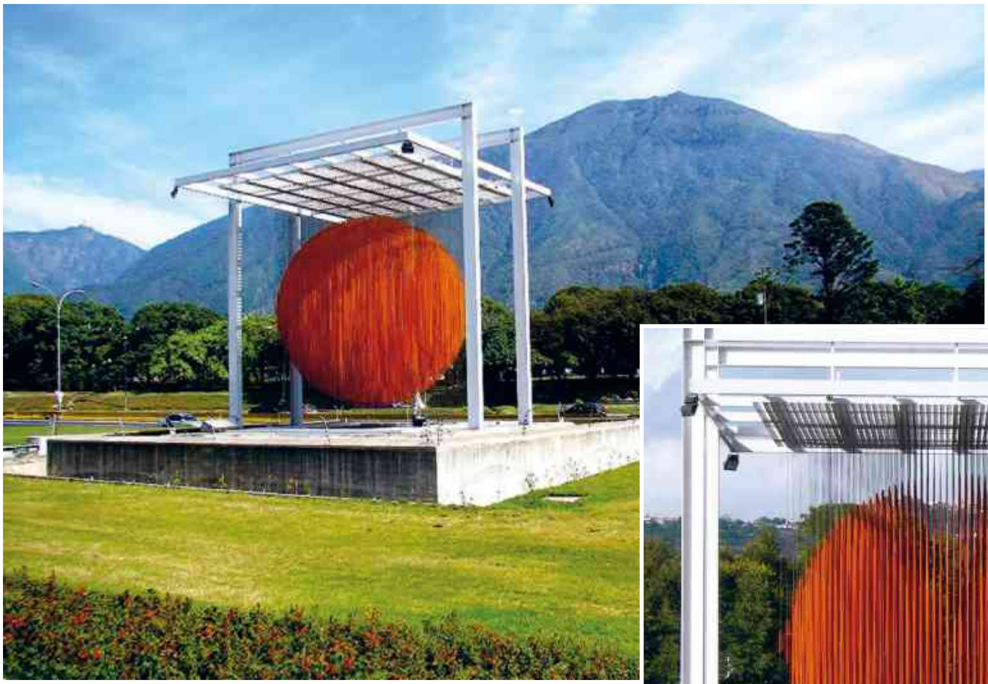
O *Ser*, dizia Parmênides, é o *lógos*, porque é sempre idêntico a si mesmo, sem contradições, imutável e imperecível. O devir, o fluxo dos contrários, é a *aparência sensível*, mera opinião que formamos porque confundimos a realidade com as nossas sensações, percepções e lembranças. A mudança é o *Não Ser*, o nada, impensável e indizível. O pensamento e a linguagem verdadeiros só são possíveis se as coisas que pensamos e dizemos guardarem a identidade, forem permanentes, pois só podemos dizer e pensar aquilo que é sempre idêntico a si mesmo. Se uma coisa tornar-se contrária a si mesma, deixará de ser, pois o que se contradiz se autodestrói. A mudança é impossível, do ponto de vista do pensamento, e só existe como aparência ou ilusão dos sentidos. Por isso somente o *Ser* pode ser pensado e dito.

Assim, Heráclito afirmava que a verdade e o *lógos* são a mudança das coisas nos seus contrários, enquanto Parmênides afirmava que são a identidade do ser imutável, oposto à aparência sensível da luta dos contrários. Para Heráclito, a contradição é uma lei racional da realidade; para Parmênides, a identidade é essa lei racional. Entretanto, há um aspecto comum aos dois filósofos: ambos defendem suas teses com base exclusivamente na atividade pura do pensamento, pois colocam em dúvida (ainda que de maneiras opostas) os dados sensoriais e afirmam que a verdade só pode ser encontrada pela pura atividade do entendimento, sem recorrer à experiência sensível. Eis por que são considerados os iniciadores do que viria a ser a lógica.

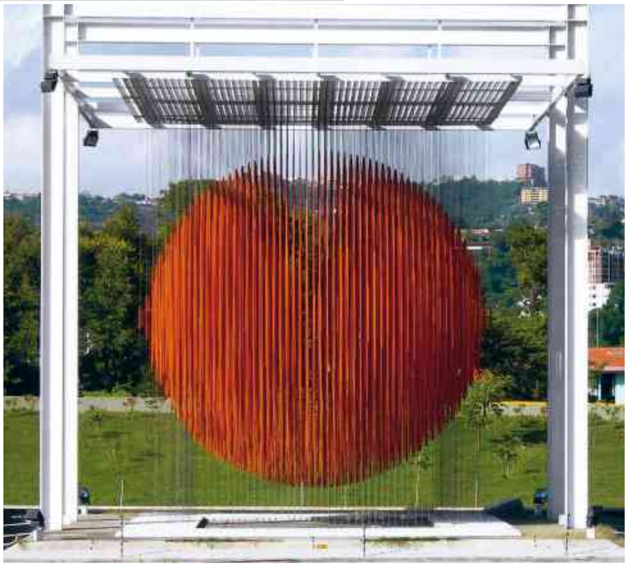
A história da filosofia grega é a história de um gigantesco esforço para encontrar uma solução para o problema posto por Heráclito e Parmênides. Se o primeiro tem razão, o pensamento deve ser um fluxo perpétuo e a verdade, a perpétua contradição dos seres em mudança contínua. Porém, se Parmênides tem razão, o mundo em que vivemos não pode ser conhecido, é uma aparência impensável e nos faz viver na ilusão.

Seria preciso, portanto, uma solução que provasse, ao mesmo tempo, que: 1) a mudança e os contrários existem e podem ser pensados; 2) a identidade ou a permanência dos seres também existe, é verdadeira e pode ser pensada.

A busca dessa solução teria como consequência o surgimento de duas disciplinas filosóficas: a **lógica**, que estudaremos agora, e a **metafísica** ou **ontologia**, que estudaremos na Unidade 6.



Reprodução/Radio Nacional de Venezuela, Caracas.



Valentine Uhovski/Acervo da fotógrafa

Esfera de Caracas (1997), obra do artista venezuelano Jesus Raphael Soto (1923-2005) instalada na capital de seu país natal. Formada por cerca de 1,8 mil tubos de alumínio suspensos, sua aparência se modifica conforme a incidência de luz e o ponto de vista adotado pelo observador. Como conhecer a verdade se considerarmos que o mundo é repleto de contradições e seus seres estão em perpétua mudança?

O aparecimento da lógica

Na época de Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.), a filosofia grega ofereceu as duas soluções mais importantes para a oposição entre contradição-mudança e identidade-permanência dos seres. Não vamos, aqui, falar dessas duas soluções, mas destacar um aspecto de cada uma relacionado com o surgimento da lógica.

A dialética platônica

Platão considerou que Heráclito tinha razão no que se refere ao mundo material ou físico, isto é, ao mundo dos seres corporais, pois a matéria está sujeita a mudanças contínuas e a oposições internas. Esse mundo, que conhecemos por meio de nossas sensações, percepções e opiniões, é chamado *mundo sensível* por Platão, e nele há o devir permanente.

No entanto, dizia Platão, o mundo sensível é uma aparência (é o mundo dos prisioneiros do Mito da Caverna), é uma cópia ou sombra do mundo verdadeiro e real; nesse sentido, Parmênides é quem tem razão. O mundo verdadeiro é o das *essências* imutáveis, portanto, sem contradições nem oposições, sem transformação. Segundo Platão, esse mundo das essências ou das ideias é o *mundo inteligível*.

Como "sair da caverna"? Como passar do sensível ao inteligível? Por meio de um método chamado **dialética**.

Como a própria palavra indica, *dialética* é um diálogo e uma discussão. Nesse discurso compartilhado, os dois interlocutores devem discutir ou argumentar um com o outro a fim de superar a oposição entre suas opiniões e chegar à unidade de uma ideia que é a mesma para todos os que buscam a verdade. Deve-se passar de *imagens* contraditórias a *conceitos* idênticos para todos os pensantes. Em outras palavras, a dialética é um procedimento pelo qual passamos das opiniões contrárias à identidade da ideia, das oposições do devir à unidade da essência.

dialética: palavra formada pelo prefixo *día*, que quer dizer 'dois', e por *lética*, terminação derivada de *lógos* e do verbo *legein*, cujo significado vimos no Capítulo 7.

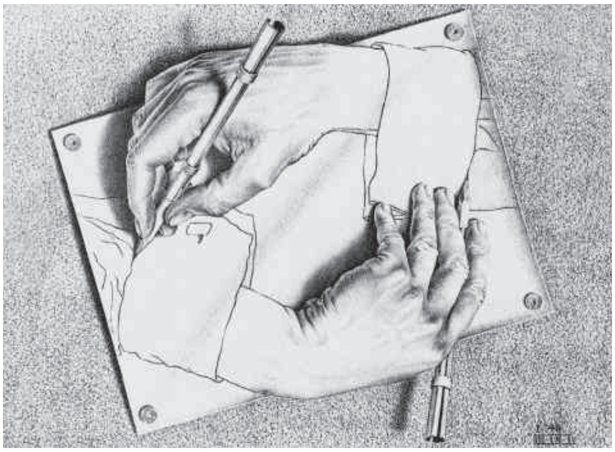
A dialética platônica é um procedimento intelectual e linguístico. Ele parte de alguma coisa que deve ser separada ou dividida em duas partes contrárias ou opostas, de modo que se conheça sua contradição e se possa determinar qual dos contrários é verdadeiro e qual é falso, ilusório. A cada divisão surge um par de contrários, que devem ser separados e novamente divididos, até que se chegue a um termo indivisível, sem contradição: este será a ideia verdadeira ou a essência da coisa investigada.

Superar os contraditórios e chegar ao que é sempre idêntico a si mesmo é a tarefa da discussão dialética, que revela o mundo sensível como *heraclitiano* (a luta dos contrários, a mudança incessante) e o mundo inteligível como *parmenidiano* (a perene identidade de cada ideia ou de cada essência).

A analítica aristotélica

Aristóteles segue uma via diferente da escolhida por Platão.

Considera desnecessário separar a realidade e a aparência em dois mundos: há um único mundo, no qual existem essências e aparência. Também não aceita que a mudança ou o devir seja mera ilusão: há seres cuja essência é mutável e há seres cuja essência é imutável. Porém, Heráclito errou ao supor que a mudança se realiza sob a forma da contradição, isto é, que as coisas se transformam nos seus opostos. A mudança ou transformação é a maneira pela qual as coisas realizam todas as potencialidades contidas em sua essência, e esta não é contraditória, mas uma identidade que o pensamento pode conhecer. Assim, por exemplo, quando a criança se torna adulta ou quando a semente se torna árvore, nenhuma delas tornou-se contrária a si mesma, mas desenvolveu uma potencialidade definida pela identidade própria de sua essência.



Drawing Hands (1948), gravura do artista holandês Maurits Cornelis Escher (1898-1972). Para Platão, as manifestações do mundo sensível, marcado por mudanças e contradições, não correspondem às essências das coisas, que são imutáveis e não contraditórias.

Cabe à filosofia conhecer como e por que as coisas, sem mudarem de essência, transformam-se, assim como cabe à filosofia conhecer como e por que há seres imutáveis (como as entidades matemáticas e as divinas).

Parmênides tem razão: o pensamento e a linguagem exigem a identidade. Heráclito tem razão: as coisas mudam. Os dois se enganaram ao supor que deve haver somente identidade ou somente mudança. Ambas existem sem que seja preciso dividir a realidade em dois mundos, à maneira platônica.

Aristóteles considera que a dialética não é um procedimento seguro para o pensamento e a linguagem da filosofia e da ciência, pois a escolha de uma opinião em vez de outra em um debate não garante que se possa chegar à essência da coisa investigada. A dialética, diz Aristóteles, é boa para as disputas oratórias da política e do teatro, para a *retórica*, para os assuntos sobre os quais só existem opiniões e nos quais só cabe a persuasão. Não é o caso da filosofia e da ciência, porque a estas interessa a demonstração ou a prova de uma verdade.

Substituindo a dialética por um conjunto de procedimentos de demonstração e prova, Aristóteles criou a **lógica** propriamente dita, que ele chamava de *analítica*.

Qual a diferença entre a *dialética platônica* e a *lógica* (ou analítica) *aristotélica*?

Em primeiro lugar, a dialética platônica é o exercício direto do pensamento e da linguagem, um modo de pensar que opera com os *conteúdos* do pensamento e do discurso. A lógica aristotélica é um *instrumento* para o exercício do pensamento e da linguagem: ela oferece os meios para realizar o conhecimento e o discurso. Para Platão, a dialética é *um modo de conhecer*. Para Aristóteles, a lógica (ou analítica) é *um instrumento para o conhecer*.

lógica: a denominação *lógica* só será empregada no período helenístico, pelos filósofos estoicos (séc. III a.C.-séc. II a.C.) e por Alexandre de Afrodísia (c. séc. II a.C.), grandes estudiosos da analítica aristotélica.



Tirinha de Garfield, de Jim Davis. Oximoro é a figura de linguagem que combina dois termos que se contradizem.

Leituras filosóficas

A lógica

Toda ciência tem sua MATÉRIA: é este o objeto cujas leis ela investiga. Assim, a matéria da Geometria são as figuras extensas; a da Astronomia são os astros; a da Biologia, os fenômenos da vida; a da Psicologia, os fenômenos psíquicos. Toda ciência tem também uma FORMA: é o conjunto dos processos que ela põe em prática a fim de chegar a conhecer as leis do objeto particular do seu estudo. [...]

Mas estas diversas formas das diferentes ciências são a obra de um mesmo espírito. O espírito que demonstra que a soma dos três ângulos de um triângulo é equivalente a dois ângulos retos é o mesmo que estabelece as leis da queda dos corpos e as dos fenômenos vitais. Por mudar de objeto, o espírito não muda de natureza; apesar das características particulares de cada uma dessas ciências, as operações do pensamento têm sempre alguma coisa de comum; obedecem a leis independentes do objeto ao qual se aplicam, e estas leis resultam não do objeto pensado, mas do próprio pensamento.

Estabelecer estas leis do pensamento considerado em si mesmo, abstração feita dos objetos a que se dirija e, em seguida, determinar as diferentes aplicações das mesmas, eis o duplo objeto da lógica.

LIARD, Louis. *Lógica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 9.

1. É possível afirmar que as operações do pensamento funcionam, em geral, da mesma maneira, independentemente do objeto que esteja sendo estudado? Justifique sua resposta com base no que o autor expõe.

2. Explique, em suas palavras, quais são os objetos da lógica, segundo o autor do texto.

Em segundo lugar, a dialética platônica é uma atividade intelectual destinada a trabalhar contrários e contradições para superá-los, chegando à identidade da essência ou da ideia imutável. Depurando e purificando as opiniões contrárias, a dialética platônica chega ao que é verdadeiro para todas as inteligências. Já a lógica aristotélica oferece procedimentos a serem empregados em raciocínios que se referem a todas as coisas das quais possamos ter um conhecimento universal e necessário. Seu ponto de partida não são opiniões contrárias, mas princípios, regras e leis necessárias e universais do pensamento.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Física.

Além de suas importantes descobertas no campo da Física mecânica, o inglês Isaac Newton (1643-1727) também dedicou seus estudos à Física óptica. Antes de Newton propor sua teoria das cores, acreditava-se que o surgimento de outras cores a partir da luz branca se devia a algum tipo de distorção ou contaminação que os objetos realizavam nela. Isto é, a luz se tornaria impura em razão de partículas presentes, por exemplo, num prisma de vidro.

No início do século XVIII, Newton refutou essa ideia ao modificar a experiência. Primeiro, ficou em um cômodo escuro, com apenas uma pequena abertura para a luz externa. Em seguida, utilizou dois prismas: um para decompor a luz branca e outro para recompô-la integralmente. Além disso, mostrou que cada cor tinha seu próprio ângulo de refração, podendo ser isolada conforme diferentes combinações e posições dos prismas. Desse modo, pôde provar que as cores não surgiam por causa de alguma impureza do vidro, e sim pelas propriedades da própria luz.

PVDE/Rue des Archives/Latinstock



Gravura do século XVIII representa Isaac Newton demonstrando sua teoria óptica.

Na mesma época, outros físicos propuseram que Newton também estaria equivocado, pois as mudanças de cor não aconteceriam por causa dos corpúsculos presentes na luz, e sim pelos diferentes comprimentos das ondas que a compõem. Mesmo assim, manteve-se a ideia de que a aparição das cores se tratava de uma propriedade da luz, e não dos objetos. Apenas no século XX, com a descoberta dos fótons, a Física conseguiria refutar ambas as teorias, sem abrir mão de aspectos delas.

- Explique como o raciocínio por trás da experiência de Newton poderia ser compreendido pelo que vimos até aqui a respeito da analítica aristotélica.

Em síntese

1. No uso cotidiano, que significados damos às palavras *lógica* e *lógico*? Que noções estão pressupostas nesse uso?
2. Qual foi o conflito entre a filosofia de Heráclito e a de Parmênides?
3. Apesar de suas diferenças, Heráclito e Parmênides possuíam um ponto em comum. Qual era? Identifique sua importância para o nascimento da lógica.
4. Como Platão resolveu o conflito entre as concepções de Heráclito e de Parmênides? Explique.
5. Enumere os dilemas deixados pelos antecessores de Aristóteles e que foram abordados neste capítulo. Então, descreva como esse filósofo resolveu cada um deles.
6. Quais são as diferenças entre a dialética platônica e a analítica (ou lógica) aristotélica?

Indicações

Feitiço do tempo

- **Dirigido por Harold Ramis. Estados Unidos, 1993.**

Um jornalista televisivo vai a uma cidade no interior dos Estados Unidos para fazer uma reportagem sobre a festividade do Dia da Marmota. Por motivos meteorológicos, ele é obrigado a pernoitar e se desespera quando percebe que o mesmo dia volta ao início toda vez que ele acorda. O acúmulo de conhecimento sobre a cidade e seus moradores vai fazer com que ele mude suas atitudes conforme os dias se repetem. É por ser sempre o mesmo dia que suas opiniões mudam, porque, no fim das contas, nunca é o mesmo dia.



John Bailey/Columbia Pictures

Capa do DVD do filme *Feitiço do tempo*.

Koyaanisqatsi

- **Direção de Godfrey Reggio. Estados Unidos, 1982.**

Organizado por uma sucessão de imagens e cenas em velocidades variáveis, este filme trata da origem, transformação e potencialidade do mundo e das coisas e seres nele existentes. A trilha sonora de Philip Glass dá ritmo ao filme, alternando entre momentos de tranquilidade e de urgência.



Ron Fricke/IRE Productions/MGM

Cena de *Koyaanisqatsi*, dirigido por Godfrey Reggio.

A educação pela pedra

- **Escrito por João Cabral de Melo Neto. Alfaguara, 2008.**

Rigorosamente estruturada em quatro partes de igual tamanho, esta coletânea de 48 poemas do escritor pernambucano é o grande exemplar de sua defesa do exercício intelectual na construção de poemas. Em seus versos, transparece a crítica à visão romantizada da poesia, do Nordeste e dos nordestinos, assim como o elogio à busca pela identidade das coisas.

O queijo e os vermes

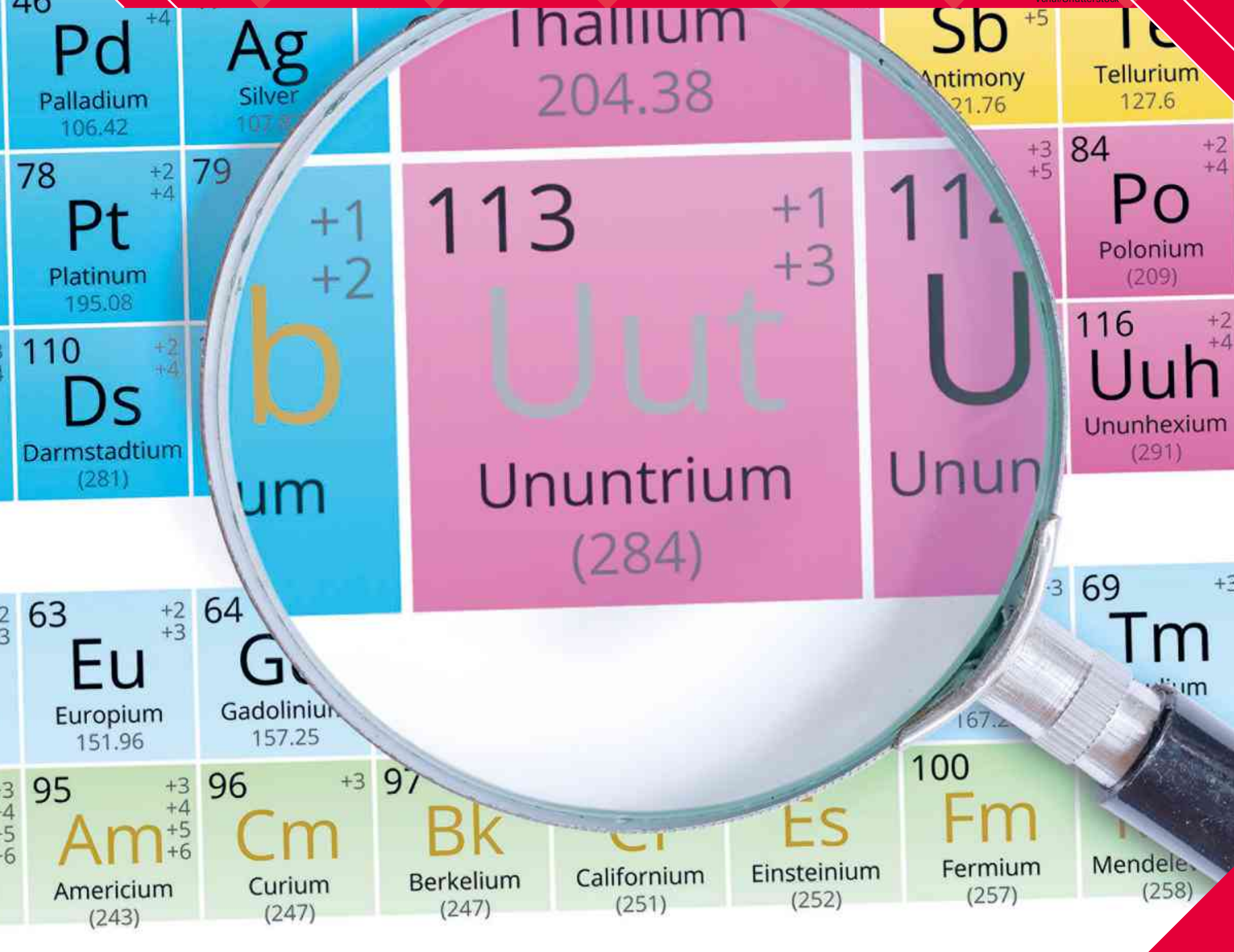
- **Escrito por Carlo Ginzburg. Companhia de Bolso, 2006.**

Menocchio, um moleiro italiano do século XVI, foi perseguido pela Inquisição por elaborar uma teoria segundo a qual o mundo teria se formado como o queijo a partir do leite, isto é, por uma transformação contínua de todas as coisas. A extensa documentação a respeito de Menocchio e de suas ideias serviu de ponto de partida para o historiador Ginzburg buscar conhecer como teorias e crenças se constituíam e circulavam então na cultura popular daquela região. Você acha que Menocchio poderia ser uma antecipação popular da teoria de Lavoisier que vimos no Capítulo 7, segundo a qual "nada se cria, tudo se transforma"?

CAPÍTULO 12

Elementos de lógica

Vchal/Shutterstock



A LÓGICA E A AMPLIAÇÃO DOS SABERES

Em dezembro de 2015, cientistas japoneses confirmaram em definitivo a descoberta do unúntrio, elemento químico que ocupa a posição 113 na tabela periódica e que havia sido sintetizado pela primeira vez em 2003. Embora não exista naturalmente na Terra – é um elemento produzido em laboratório –, os cientistas já previam a possibilidade de ele passar a existir e algumas de suas possíveis características. A Química, como outras áreas do conhecimento, encontra possibilidades de ampliar seus horizontes conforme utiliza regras e operações lógicas baseadas em seus achados já consolidados.

A lógica e os conhecimentos

Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) propôs a primeira classificação geral dos conhecimentos ou das ciências dividindo-as em três tipos: *teoréticas* (ou *contemplativas*), *práticas* (ou *da ação humana*) e *produtivas* (ou *relativas à fabricação e às técnicas*). Todos os saberes referentes a todos os seres, todas as ações e produções humanas encontravam-se distribuídos nessa classificação que ia da ciência mais alta – a Filosofia Primeira – até o conhecimento das técnicas de fabricação de objetos.

No entanto, nessa classificação não encontramos a lógica. Por quê?

Para Aristóteles, a lógica não era uma ciência teorética, nem prática, nem produtiva, mas um *instrumento* para as ciências, ordenado por um conjunto de regras.

Principais características da lógica aristotélica

Estudiosos deram ao conjunto das obras de Aristóteles sobre lógica o nome *Órganon*. Essa palavra grega significa 'instrumento' e condiz com a concepção dele sobre o uso desse conhecimento, caracterizado por ser:

- **instrumental:** é o instrumento do pensamento e da linguagem para pensar e dizer corretamente, a fim de verificar a correção do que está sendo pensado e dito;
- **formal:** não se ocupa com os conteúdos pensados ou com os objetos referidos pelo pensamento, mas apenas com a **forma pura** e geral dos pensamentos, expressos por meio da linguagem;
- **propedêutico ou preliminar:** é o que devemos conhecer antes de iniciar uma investigação científica ou filosófica, pois somente ele pode indicar os procedimentos (métodos, raciocínios, demonstrações) que devemos empregar para cada modalidade de conhecimento;
- **normativo:** fornece princípios, leis, regras e normas que todo pensamento deve seguir se quiser ser verdadeiro;
- **doutrina da prova:** estabelece as condições e os fundamentos necessários de todas as demonstrações. Dada uma hipótese, permite verificar as consequências necessárias que dela decorrem; dada uma conclusão, permite verificar se é verdadeira ou falsa;
- **geral e atemporal:** as formas do pensamento, seus princípios e suas leis não dependem do tempo e do lugar, nem das pessoas e circunstâncias, mas são universais, necessárias e imutáveis.

O objeto da lógica é a *proposição*, que é a atribuição, por meio da linguagem, de um predicado a um sujeito (S é P) ou a negação de um predicado a um sujeito (S não é P). O juízo, como vimos anteriormente, é o ato mental no qual a atribuição ou a negação se realizam. Ou seja, a proposição é a expressão linguística do juízo formulado pelo pensamento.

O encadeamento dos juízos constitui o *raciocínio* e este se exprime logicamente por meio da conexão de proposições; essa conexão chama-se **silogismo**. A lógica estuda os elementos que constituem uma proposição, os tipos de proposição e de silogismo e os princípios necessários a que toda proposição e todo silogismo devem obedecer para ser verdadeiros.

formal em Aristóteles: como veremos mais adiante neste capítulo, no século XX os lógicos afirmaram que a lógica aristotélica não deveria ser considerada formal porque Aristóteles não afastara por inteiro os conteúdos pensados. Assim, a lógica formal pura só teria se constituído recentemente. No entanto, se comparada à dialética platônica, a lógica aristotélica confere papel menor ao conteúdo pensado em relação ao dado à forma de pensamento.

silogismo: palavra formada pelo prefixo grego *sy*, que significa 'união, reunião', e pelo termo *logismos*, derivado da palavra grega *lógos*, significando 'palavras' ou 'pensamentos'. O silogismo é a união ou reunião de várias proposições para chegar a uma única conclusão.

A proposição

Uma **proposição** é constituída por *termos*. Aristóteles chama os termos de *categorias* e as define como "aquilo que serve para designar uma coisa". São palavras e ideias que aparecem em tudo quanto pensamos e dizemos. Há dez categorias ou termos:

1. *substância* (por exemplo, homem, Sócrates, animal);
2. *quantidade* (por exemplo, dois metros de comprimento);
3. *qualidade* (por exemplo, azul, grego, agradável);
4. *relação* (por exemplo, o dobro, a metade, maior que, menor que);
5. *lugar* (por exemplo, em casa, na rua, no alto, embaixo);
6. *tempo* (por exemplo, ontem, hoje, agora);
7. *posição* (por exemplo, sentado, deitado, de pé);
8. *posse* (por exemplo, armado – isto é, na posse de uma arma);
9. *ação* (por exemplo, corta, fere, derrama);
10. *paixão* ou *passividade* (por exemplo, está cortado, está ferido, está derramado).

As categorias ou termos indicam o que uma coisa é ou faz, ou como está. São aquilo que nossa percepção e nosso pensamento captam imediata e diretamente numa coisa, sem precisar de nenhuma demonstração, pois nos dão a apreensão direta de uma entidade simples. Possuem duas propriedades lógicas: a *extensão* e a *compreensão*.

Extensão é o conjunto de objetos designados por um termo ou uma categoria. *Compreensão* é o conjunto de propriedades que esse mesmo termo ou essa categoria designa.

Por exemplo: uso a palavra *homem* para designar Pedro, Paulo, Sócrates, e uso a palavra *metal* para designar ouro, ferro, prata, cobre. A *extensão* do termo *homem* será o conjunto de todos os seres que podem ser designados por ele e que podem ser chamados de homens; a extensão do termo *metal* será o conjunto de todos os seres que podem ser designados como metais. Se, no entanto, tomarmos o termo *homem* e dissermos que é um animal, vertebrado, mamífero, bípede, mortal e racional, essas qualidades formam sua *compreensão*. Se tomarmos o termo *metal* e dissermos que é um bom condutor de calor, reflete a luz, etc., teremos a *compreensão* desse termo.

Quanto maior a extensão de um termo, menor sua compreensão, e quanto maior a compreensão, menor a extensão. Tomemos, por exemplo, o termo *Sócrates*: sua extensão é a menor possível, pois se refere a um único ser; no entanto, sua compreensão é a maior possível, pois possui todas as propriedades do termo *homem* e mais as propriedades específicas dessa pessoa determinada. Essa distinção permite classificar os termos ou categorias em três tipos:

1. *gênero*: extensão maior, compreensão menor. Exemplo: animal;
2. *espécie*: extensão média e compreensão média. Exemplo: homem;
3. *indivíduo*: extensão menor, compreensão maior. Exemplo: Sócrates.



Marcelo Justo/Folhapress

"Raio risca o céu de São Paulo durante temporal intenso." Podemos identificar nessa frase (ou proposição) vários termos segundo a classificação de Aristóteles: substância ("raio"), ação ("risca"), lugar ("céu de São Paulo"), tempo ("durante temporal"), qualidade ("intenso").

Sujeito e predicados

Na proposição, a categoria da substância é o sujeito (S) e as demais categorias são os *predicados* (P) atribuídos ao sujeito. A atribuição ou predicação se faz por meio do verbo de ligação, o verbo *ser*. Exemplo: Pedro é alto.

A proposição reúne ou separa verbalmente o que o juízo reuniu ou separou mentalmente. A reunião de termos se faz pela *afirmação*: S é P. A separação se faz pela *negação*: S não é P. A reunião ou separação dos termos é considerada verdadeira ou recebe a denominação de *verdade* quando o que foi reunido ou separado em pensamento e na linguagem está efetivamente reunido ou separado na realidade. Em contrapartida, a reunião ou separação dos termos é considerada falsa ou chamada de *falsidade* quando o que foi reunido ou separado em pensamento e na linguagem não está efetivamente reunido ou separado na realidade.

Do ponto de vista do sujeito, há dois tipos de proposições:

1. *proposição existencial*: declara a existência, posição, ação ou paixão do sujeito. Por exemplo: "Um homem é (existe)", "Um homem é do campo", "Um homem anda", "Um homem está ferido". E suas negativas: "Um homem não é (não existe)", "Um homem não é do campo", "Um homem não anda", "Um homem não está ferido";

2. *proposição predicativa*: atribui alguma coisa a um sujeito por meio do verbo de ligação *ser*. Por exemplo: "Um homem é justo", "Um homem não é justo".

Qualidade e quantidade

As proposições se classificam segundo a qualidade e a quantidade. Do ponto de vista da qualidade, as proposições se dividem em:

- **afirmativas:** as que atribuem alguma coisa a um sujeito: S é P;
- **negativas**: as que separam o sujeito de alguma coisa: S não é P.

Do ponto de vista da quantidade, as proposições se dividem em:

- **universais:** quando o predicado se refere à extensão total do sujeito, afirmativamente (*Todos* os S são P) ou negativamente (*Nenhum* S é P);
- **particulares:** quando o predicado é atribuído a uma parte da extensão do sujeito, afirmativamente (*Alguns* S são P) ou negativamente (*Alguns* S não são P);
- **singulares:** quando o predicado é atribuído a um único indivíduo, afirmativamente (*Este* S é P) ou negativamente (*Este* S não é P).

Modalidade e relação

Além da distinção pela qualidade e pela quantidade, as proposições se distinguem pela *modalidade*, sendo classificadas como:

- **necessárias:** quando o predicado está incluído na essência do sujeito, fazendo parte dela. Por exemplo: "Todo triângulo é uma figura de três lados", "Todo ser humano é mortal";
- **impossíveis:** quando o predicado não pode, de modo nenhum, ser atribuído ao sujeito. Por exemplo: "Nenhum triângulo é uma figura de quatro lados", "Nenhum planeta é um astro com luz própria";
- **possíveis:** quando o predicado pode ser ou deixar de ser atribuído ao sujeito. Por exemplo: "Alguns triângulos são dotados de lados iguais", "Alguns homens são justos".

As modalidades das proposições também podem ser designadas da seguinte maneira:

- **necessárias** (ou *apodíticas*): quando afirmam algo que nunca pode ser negado ou quando negam algo que nunca pode ser afirmado. Por exemplo: "O todo é maior do que as partes"; "Todos os homens são mortais"; "Não existem homens quadrúpedes";
- **possíveis** (ou *hipotéticas*): quando afirmam ou negam algo que pode ser ou acontecer ou que pode não ser nem acontecer. Por exemplo: "Poderá chover amanhã"; "Poderá haver uma guerra".

Como todo pensamento e todo juízo, a proposição está submetida aos três *princípios lógicos* fundamentais, condições de toda verdade: os princípios de identidade, de não contradição e de terceiro excluído, que vimos na Unidade 2. Graças a esses princípios, obtemos a última maneira pela qual as proposições se distinguem, segundo a *relação*. Nesta classificação, não estamos mais considerando a proposição em si, mas sua relação com outra proposição. Assim, elas podem ser:

- **contraditórias:** quando, tendo o mesmo sujeito e o mesmo predicado, uma das proposições é universal afirmativa (*Todos* os S são P) e a outra é particular negativa (*Alguns* S não são P); ou quando se tem uma universal negativa (*Nenhum* S é P) e uma particular afirmativa (*Alguns* S são P). Por exemplo: "Todos os seres humanos são mortais" e "Alguns seres humanos não são mortais". Ou então: "Nenhum ser humano é imortal" e "Alguns seres humanos são imortais";
- **contrárias:** quando, tendo o mesmo sujeito e o mesmo predicado, uma das proposições é universal afirmativa (*Todo* S é P) e a outra é universal negativa (*Nenhum* S é P); ou quando uma das proposições é particular afirmativa (*Alguns* S são P) e a outra é particular negativa (*Alguns* S não são P). Por exemplo: "Todas as estrelas são astros com luz própria" e "Nenhuma estrela é um astro com luz própria". Ou então: "Alguns homens são justos" e "Alguns homens não são justos";
- **subalternas:** quando uma proposição universal afirmativa subordina uma particular afirmativa de mesmo sujeito e predicado, ou quando uma universal negativa subordina uma particular negativa de mesmo sujeito e predicado. Por exemplo: "Todos os seres humanos são bípedes" e "Os gregos são bípedes"; "Nenhum ser humano é imortal" e "Os brasileiros não são imortais".


Frans Lanting/Corbis/Latinstock
André Seale/Pulsar Imagens

Quando dizemos "Todas as aves têm asas", chegamos a uma proposição predicativa, de tipo universal e necessária. Porém, quando dizemos que "Algumas aves voam", temos uma proposição existencial, particular e possível. Embora tanto o avestruz como a maritaca sejam aves e, portanto, tenham asas, há uma particularidade no todo da espécie: o avestruz não voa, diferentemente da maritaca.

O silogismo

Aristóteles elaborou uma teoria do raciocínio como *inferência*. Inferir é obter uma proposição como conclusão de uma ou de várias outras proposições que a antecedem e são sua explicação ou sua causa. O raciocínio realiza inferências.

O raciocínio é uma operação do pensamento realizada por meio de juízos. Quando o raciocínio é enunciado por meio de proposições encadeadas, forma-se um *silogismo*.

Inferir significa conhecer alguma coisa (a conclusão) pela mediação de outras coisas. Portanto, o raciocínio e o silogismo diferem da intuição, que, como vimos na Unidade 2, é um conhecimento direto ou imediato de alguma coisa ou de alguma verdade.

A teoria aristotélica do silogismo é o coração da lógica. Ela constitui a teoria das demonstrações ou das provas, da qual dependem o pensamento científico e o filosófico.

O silogismo possui três características principais:

1. é *mediato*: exige um percurso de pensamento e de linguagem para que se chegue a uma conclusão;

2. é *demonstrativo* (*dedutivo* ou *indutivo*): é um movimento de pensamento e de linguagem que parte de certas afirmações verdadeiras para chegar a outras também verdadeiras e que dependem necessariamente das primeiras;

3. é *necessário*: porque é demonstrativo (a conclusão resulta necessariamente da verdade do ponto de partida). Aristóteles considera o silogismo que parte de proposições necessárias ou apodíticas superior ao que parte de proposições possíveis ou hipotéticas. Ele o designa *silogismo ostensivo*, por mostrar claramente a relação necessária e verdadeira entre o ponto de partida e a conclusão. O exemplo mais famoso de silogismo ostensivo é:

- Todos os homens são mortais.
- Sócrates é homem.
- Logo, Sócrates é mortal.

Um silogismo é constituído por três proposições. A primeira é chamada *premissa maior*; a segunda, *premissa menor*; e a terceira, *conclusão*. A conclusão é inferida das premissas pela mediação do chamado *termo médio*. As premissas possuem termos denominados *extremos*; há um *extremo maior* e um *extremo menor*. O termo médio liga os extremos e possibilita a inferência, sem a qual não há raciocínio nem demonstração. Por isso, a arte do silogismo consiste em encontrar o termo médio que permitirá chegar à conclusão. Vejamos em nosso exemplo:

Extremo menor — Termo médio — Extremo maior

Premissa maior	Todos os homens são mortais.
Premissa menor	Sócrates é homem.
Conclusão	Logo, Sócrates é mortal.

Aristóteles dizia que em toda ciência, afora o conhecimento intuitivo de seus princípios necessários, o ponto mais importante era o conhecimento dos termos médios. São eles que permitem articular uma afirmação ou negação particular (a conclusão) às suas condições universais (as premissas).

Para que se chegue a uma conclusão verdadeira, o silogismo deve obedecer a um conjunto complexo de regras. Dessas regras, apresentaremos as mais importantes, tomando como referência o mesmo exemplo:

- a **premissa maior** deve conter o termo extremo maior (no caso, "mortais") e o termo médio (no caso, "homens");
- a **premissa menor** deve conter o termo extremo menor (no caso, "Sócrates") e o termo médio (no caso, "homem");
- a **conclusão** deve conter o extremo maior e o menor e *jamais* deve conter o termo médio (no caso, deve conter "Sócrates" e "mortal" e *jamais* deve conter "homem"). Como a função do médio é ligar os extremos, ele deve estar nas duas premissas, mas nunca na conclusão.

André Dib/Shutterstock



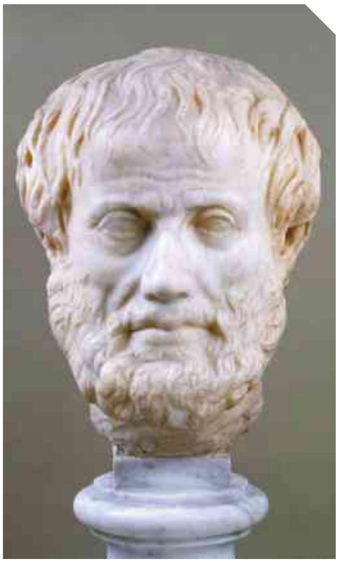
Imagem aérea de Boa Vista (RR), em 2014. Se parto da premissa maior de que todos os estados da região Norte são banhados por rios da bacia Amazônica e sei que Roraima está na região Norte, concluo que Roraima é banhado por rios da bacia Amazônica. Esse silogismo constitui um raciocínio dedutivo, como os vistos no Capítulo 8. Porém, não posso concluir que Mato Grosso é um estado da região Norte, mesmo sabendo que é banhado por rios da bacia Amazônica, porque essa premissa tem o mesmo predicado da premissa maior.

Leituras filosóficas

Da dialética à lógica

A lógica nasceu no ambiente das acaloradas discussões dialéticas na Academia de Platão. Ora, o dialético não dispõe dos métodos do professor que expõe um assunto nem os do sábio, criador da ciência. A dialética é um diálogo, em que um interlocutor submete a outro uma tese para ser examinada por meio de perguntas, cada uma das quais deve ser respondida com um sim ou não. [...] *Aristóteles abandonou esse projeto, embora mantivesse a dialética como exercício indispensável nas disputas de opiniões* [...]. *Deu-se conta de que a necessidade com que se deduzem as consequências de teses apresentadas era inteiramente independente do conteúdo discutido. Ou seja, o professor que expõe, o dialético que discute, o orador que persuade, qualquer que seja a diferença de seus pontos de partida e os conteúdos com que trabalham, utilizam um raciocínio de tipo rigoroso: o silogismo, ou seja, o processo que faz o pensamento ver a união de um predicado ou de um atributo a um sujeito quando essa união não está dada imediatamente. Aristóteles julgou que era lícito, portanto, estudar as formas desse raciocínio, no qual, uma vez postas certas coisas resulta necessariamente numa outra que depende da primeira. Esse estudo tornou-se o objeto da analítica.*

BRÉHIER, Émile. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977. Tomo I. p. 142 e 147.



Aristóteles, cabeça em mármore, c. 320 a.C.

- Considere o que o texto diz a respeito da dialética platônica e da analítica (lógica) aristotélica e responda: qual delas dá prioridade à coerência do raciocínio e qual privilegia o desenvolvimento do conteúdo em uma exposição oral?

O silogismo científico

Aristóteles distingue dois grandes tipos de silogismo: os *dialéticos* e os *científicos*.

Nos primeiros, as premissas se referem ao que é apenas possível ou provável, ao que pode ser de uma maneira ou de outra, contrária e oposta. Suas premissas são hipotéticas e por isso sua conclusão também é hipotética.

O silogismo dialético comporta argumentações contrárias, porque suas premissas são meras opiniões sobre coisas ou fatos possíveis ou prováveis. As opiniões não são objeto de ciência, mas de persuasão. A dialética é uma discussão entre opiniões contrárias que oferecem argumentos contrários, vencendo aquele cuja conclusão for mais persuasiva. O silogismo dialético é próprio da *retórica*, na qual aquele que fala procura tocar as emoções e paixões dos ouvintes e não o raciocínio ou a inteligência deles.

Já o silogismo científico se refere ao que é universal e necessário, ao que é de uma maneira e não pode deixar de ser tal como é, ao que acontece sempre, e sempre acontece da mesma maneira. Suas premissas são apodíticas e sua conclusão também é apodítica.

O silogismo científico não admite premissas contraditórias. Suas premissas são *universais necessárias* e sua conclusão não admite discussão ou refutação, mas *exige demonstração*. Por esse motivo, o silogismo científico deve obedecer a quatro regras:

1. as premissas devem ser verdadeiras (não podem ser possíveis ou prováveis, nem falsas);

2. as premissas devem ser primárias ou primeiras, isto é, indemonstráveis, pois, se tivermos de demonstrá-las, precisaremos ir de regressão em regressão, indefinidamente, e nada demonstraremos;

3. as premissas devem ser mais compreensíveis do que a conclusão, pois a verdade desta depende inteiramente da absoluta clareza e compreensão que tenhamos das suas condições;

4. as premissas devem ser causa da conclusão, isto é, devem estabelecer as coisas ou os fatos que causam a conclusão e que a explicam. Esta regra é da maior importância porque, para Aristóteles, conhecer é conhecer as causas ou pelas causas.

O que são as premissas de um silogismo científico? São verdades indemonstráveis, evidentes e causais. Há três tipos de premissa:

1. *axiomas*, isto é, verdades indemonstráveis que servem de base para todas as demonstrações de uma ciência. Por exemplo, os três princípios lógicos, ou afirmações como "O todo é maior do que as partes";

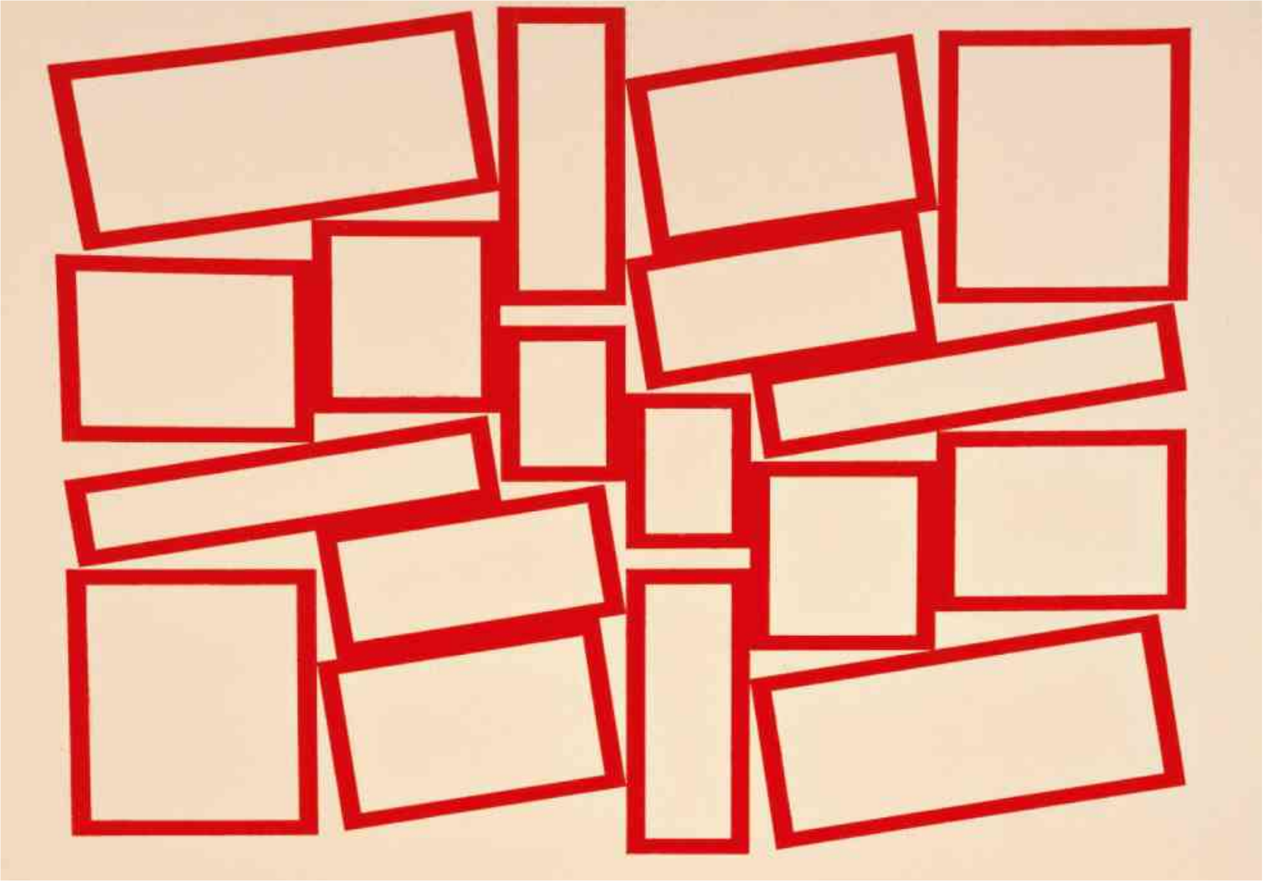
2. *postulados*, isto é, os pressupostos de que se vale uma ciência para iniciar o estudo de seus objetos. Por exemplo, o espaço plano, na Geometria; o movimento e o repouso, na Física;

3. *definições do objeto da ciência investigada ou do gênero de objetos que ela investiga*. A definição deve dizer o que a coisa estudada (o sujeito da proposição) é, como é, por que é, sob quais condições é. Para Aristóteles, as definições são as premissas mais importantes de uma ciência.

A definição refere-se ao termo médio, pois é ele que pode preencher as quatro exigências (*quê*, *como*, *por quê*, *se*) e é por meio dele que o silogismo alcança o conceito da coisa investigada. A definição oferece o conceito da coisa por meio das categorias (substância, quantidade, qualidade, lugar, tempo, relação, posse, ação, paixão, posição) e da inclusão necessária do indivíduo na espécie e no gênero.

O conceito nos oferece a essência da coisa investigada (suas propriedades necessárias ou essenciais), e o termo médio é o *atributo essencial* para chegar à definição. Por isso, a definição consiste em encontrar para um sujeito (uma substância) seus atributos essenciais (seus predicados).

Um atributo é essencial quando faz uma coisa ser o que ela é ou quando, por estar ausente, impede a coisa de ser tal como é ("mortal" é um atributo essencial de Sócrates). Um atributo é acidental quando sua presença ou sua ausência não afetam a essência da coisa ("calvo" é um atributo acidental de Sócrates). O silogismo científico não lida com predicados ou atributos acidentais.



César Oiticica Filho/Acervo do fotógrafo/Coleção Particular/Projeto Hélio Oiticica

Metaesquema (1958), pintura a guache sobre cartão de Hélio Oiticica (1937-1980). Tomando o espaço plano como postulado e a figura geométrica como gênero, o retângulo se define como espécie por meio de seus atributos essenciais: ângulos internos de 90°, que, somados, resultam em 360°. Sendo assim, podemos afirmar que todas as figuras em vermelho nesta pintura são retângulos.

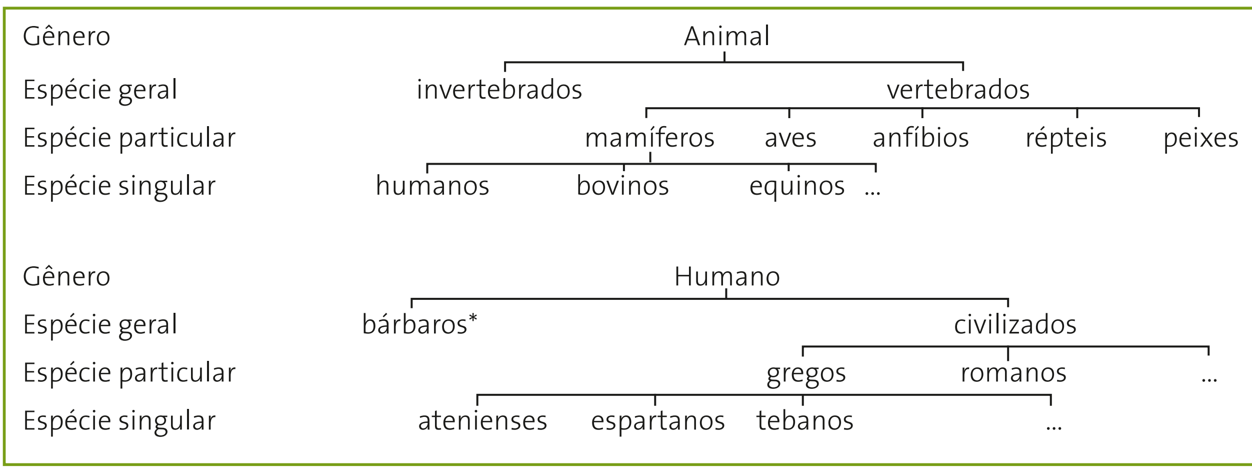
Diferenciação e definição de espécies

A ciência é um conhecimento que vai do gênero mais alto de um ser às suas espécies mais singulares.

A passagem do gênero à espécie singular se faz por uma cadeia dedutiva ou silogística, na qual cada espécie funciona como gênero para suas subordinadas e cada uma delas se distingue das outras por uma *diferença específica*. Definir é encontrar a diferença específica entre seres do mesmo gênero.

O quadro abaixo auxilia a compreender como opera a dedução científica.

EXEMPLO DE COMO OPERA A DEDUÇÃO CIENTÍFICA



* Na língua grega, a palavra *barbarós* não tem sentido necessariamente pejorativo e significa 'estrangeiro', 'país que não pertence ao conjunto dos países helênicos', 'aquele não nascido numa nação helênica'. Os romanos também usavam a palavra *barbarus* com o significado de 'estrangeiro', 'não latino'.

A tarefa da definição é delimitar o gênero e a diferença específica essencial que distingue uma espécie da outra. A demonstração (o silogismo) partirá do gênero, oferecerá a definição da espécie e incluirá o indivíduo na espécie e no gênero, de sorte que a essência ou o conceito do indivíduo nada mais é do que sua inclusão ou sua inerência à espécie e ao gênero. A demonstração deve provar que o gênero possui realmente os atributos ou predicados que a definição, os axiomas e postulados afirmam que ele possui. O que é essa prova? É a prova de que as espécies são os atributos ou predicados do gênero; são elas o objeto da conclusão do silogismo.

Com isso, percebe-se que uma ciência possui três objetos: os axiomas e postulados, que fundamentam a demonstração; a definição do gênero, cuja existência não precisa nem deve ser demonstrada; e os atributos (ou predicados) essenciais do gênero, que são suas espécies – às quais chega a conclusão. Numa etapa seguinte, a espécie a que se chegou na conclusão de um silogismo torna-se gênero e passa a ser o ponto de partida de uma nova demonstração, e assim sucessivamente. No quadro que apresentamos acima, "humano" era uma espécie do gênero animal, mas torna-se gênero para novas espécies subordinadas a ele.

Características das premissas

Para que o silogismo científico cumpra sua função, ele deve respeitar as regras gerais e suas premissas devem ser:

1. *verdadeiras* para todos os casos de seu sujeito;

2. *essenciais*, isto é, a relação entre o sujeito e o predicado deve ser sempre necessária. Isso ocorre quando o predicado está contido na essência do sujeito (por exemplo, o predicado "linha" está contido na essência do sujeito "triângulo"), quando o predicado é uma propriedade essencial do sujeito (por exemplo, o predicado "curva" tem de necessariamente referir-se ao sujeito "linha") ou quando existe uma relação causal entre o predicado e o sujeito (por exemplo, o predicado "equidistantes do centro" é a causa do sujeito "circunferência", uma vez que esta é a figura geométrica que tem todos os pontos equidistantes do centro). Em resumo, as premissas devem estabelecer que o predicado é inerente à essência do sujeito;

3. *próprias*, isto é, devem referir-se exclusivamente ao sujeito daquela ciência e de nenhuma outra. Por isso, não posso buscar premissas da Geometria (cujo sujeito são as figuras) na Aritmética (cujo sujeito são os números), nem as da Biologia (cujo sujeito são os seres vivos) na Astronomia (cujo sujeito são os astros). Em outras palavras, o termo médio do silogismo científico se refere aos atributos essenciais dos sujeitos de uma ciência determinada e de nenhuma outra;

4. *gerais*, isto é, nunca devem referir-se aos indivíduos, mas aos gêneros e às espécies, pois o indivíduo define-se por eles e não o contrário.

A lógica depois de Aristóteles

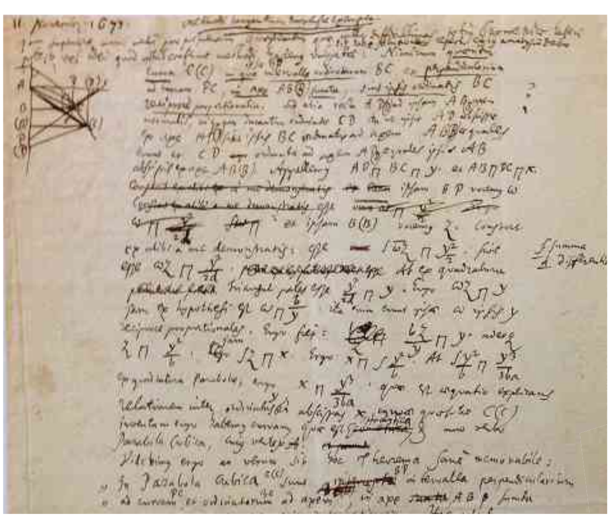
Como vimos, para os filósofos da Antiguidade os princípios e as leis da lógica correspondiam à estrutura da própria realidade, pois o pensamento exprime o real e dele participa. Aristóteles afirmava que um pensamento verdadeiro deve exprimir a realidade da coisa pensada, enquanto um pensamento falso nada pode exprimir.

Para os medievais e para os modernos ou clássicos (século XVII), a lógica era uma *arte de pensar* para bem conduzir a razão nas ciências. Como arte de pensar, a lógica oferecia ao conhecimento científico e filosófico as leis do pensamento verdadeiro e os procedimentos para a avaliação dos conhecimentos adquiridos.

Essa lógica não era plenamente formal, pois não era indiferente aos conteúdos das proposições nem às operações intelectuais do sujeito do conhecimento. Ao contrário, a lógica contemporânea preocupa-se cada vez menos com o conteúdo das proposições (a realidade dos objetos a que ela se refere) e com as operações intelectuais do sujeito do conhecimento (a estrutura do pensamento). Tornou-se, assim, plenamente formal.

O ideal de uma lógica simbólica perfeita, inspirada na linguagem matemática, surgiu no século XVII, particularmente com o filósofo e matemático alemão Leibniz (1646-1716). Leibniz queria que a lógica fosse uma linguagem tão perfeita como a álgebra, purificada das ambiguidades e dos contrassensos da linguagem cotidiana. O objetivo era chegar a uma linguagem na qual o conteúdo das afirmações não comprometesse a validade dos raciocínios.

Esse ideal concretizou-se apenas em meados do século XIX com a publicação, em 1847, de duas obras: *Análise matemática da lógica*, de Boole (1815-1864), e *Lógica formal*, de De Morgan (1806-1871). Caberia mais tarde ao filósofo alemão Frege (1848-1925) e aos filósofos ingleses Bertrand Russell (1872-1970) e Alfred Whitehead (1861-1947) completar e consolidar a substituição das teorias aristotélicas da inferência por uma nova concepção de proposição lógica.



Manuscrito de Leibniz de 1675, em cuja margem direita aparece a notação de integral ∫.



Máquina de calcular inventada pelo matemático e filósofo alemão Gottfried W. von Leibniz. Foi a primeira calculadora capaz de multiplicar, dividir e obter raiz quadrada.

A lógica matemática

Assim como o matemático lida com objetos que foram construídos pelas próprias operações matemáticas, de acordo com princípios e regras prefixados e aceitos por todos, o lógico elabora os símbolos e as operações que constituem o objeto lógico por excelência, a proposição. O lógico indaga que *forma* deve possuir uma proposição para que: 1) seja-lhe atribuído o valor de verdade ou falsidade; 2) represente a forma do pensamento; e 3) represente a relação entre pensamento, linguagem e realidade.

A lógica tornou-se cada vez mais uma ciência formal da linguagem, mas de uma linguagem que nada tem a ver com a linguagem cotidiana. Dois aspectos devem ser mencionados para melhor compreendermos a relação entre a lógica contemporânea e a Matemática.

1. A mudança no modo de conceber a Matemática: durante séculos, considerou-se que a Matemática se baseava na *intuição intelectual* de verdades absolutas. Os axiomas, as figuras geométricas, os números e as operações aritméticas, os símbolos e as operações algébricas eram considerados verdades absolutas, universais, necessárias, que existiriam com ou sem os seres humanos e que permaneceriam existindo mesmo se eles desaparecessem.

No entanto, a partir do século XVII passou-se a considerar a Matemática uma ciência que resulta de uma *construção intelectual*. Os entes matemáticos são puras idealidades construídas pelo intelecto ou pelo pensamento humano, que formula um conjunto rigoroso de princípios, regras, normas e operações para a criação de figuras, números, símbolos, cálculos, etc.

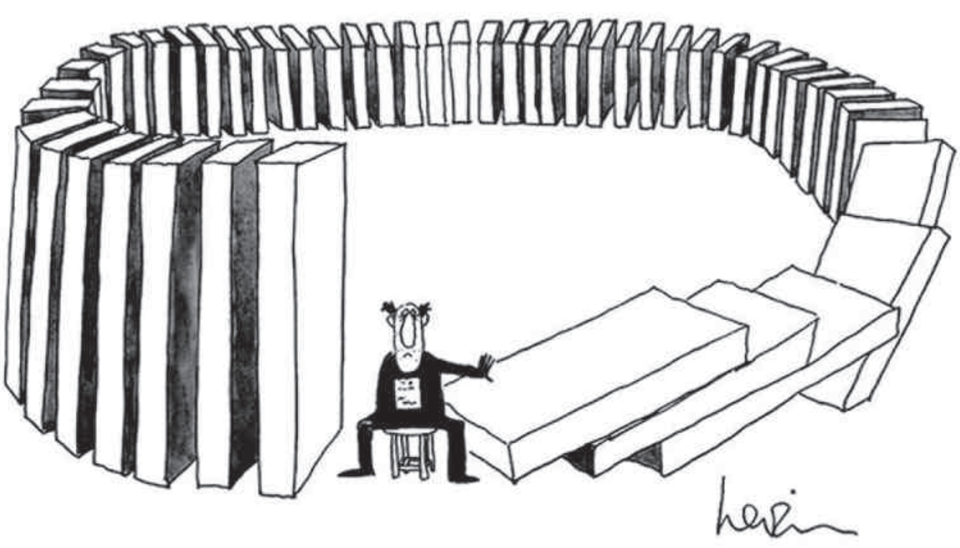
No fim do século XIX, o matemático italiano Giuseppe Peano (1858-1932) demonstrou que a aritmética dos números cardinais finitos podia ser derivada de cinco axiomas ou proposições primitivas e de três termos não definíveis — *zero*, *número* e *sucessor de*. Dessa maneira, a Matemática surgia como um ramo da lógica. Frege, Russell e Whitehead ofereceram as definições lógicas dos três termos que Peano julgara indefiníveis.

A Matemática é uma ciência de formas e cálculos puros organizados numa *linguagem simbólica* perfeita, na qual cada signo é um **algoritmo**, isto é, um símbolo com um único sentido. É elaborada pelo espírito humano e não por meio de um pensamento intuitivo que contemplaria entidades perfeitas e eternas, existentes em si e por si mesmas.

algoritmo: palavra derivada do nome do matemático persa Al Khowarizmi (c. 780-850). O algoritmo oferece um processo de decisão para resolver um problema.

2. Mudança no modo de conceber o pensamento, distinguindo entre Psicologia e teoria do conhecimento: durante séculos, Psicologia e teoria do conhecimento estiveram confundidas em uma só disciplina filosófica, encarregada de estudar os modos como conhecemos as coisas. No século XIX, a Psicologia se tornou a ciência que descreve os fatos psíquicos e suas leis, enquanto a teoria do conhecimento permaneceu filosófica, por ser um estudo das diferenças no conteúdo e na forma dos conhecimentos.

Arnie Levin/The New Yorker



O efeito-dominó é a metáfora mais utilizada para o axioma de Giuseppe Peano, que define a existência do zero e do conjunto dos números naturais: quando a primeira de uma sequência de peças de dominó enfileiradas em linha reta for derrubada, ela derrubará a seguinte, e assim sucessivamente. Esta charge de Arnie Levin, de 1976, faz uma sátira a isso ao representar um homem com bilhete de suicida preso na camisa que empurra o primeiro de uma sequência de dominós gigantes.

Então, surgiu a pergunta: "Onde fica a lógica?". Os lógicos responderam: "Consigo mesma". Em outras palavras, a lógica não é parte da Psicologia nem da teoria do conhecimento, mas uma disciplina filosófica independente.

Há quatro fatores que nos permitem pensar: 1) o sujeito que pensa (o sujeito do conhecimento, estudado pela teoria do conhecimento); 2) o ato de pensar (as operações mentais, estudadas pela Psicologia); 3) o objeto pensado (estudado pelas ciências); e 4) o pensamento decorrente do ato de pensar. Este último é o objeto da lógica.

A lógica não se confunde com a Psicologia nem com a teoria do conhecimento, porque seu objeto é o pensamento como operação demonstrativa, que segue regras orientadas para determinar se a demonstração é verdadeira ou falsa do ponto de vista do próprio pensamento.

Qual é o efeito dessas duas mudanças sobre a lógica contemporânea?

Em primeiro lugar, ao manter a proximidade e a relação com a Matemática, a lógica passou a ser entendida como avaliadora da verdade ou falsidade do pensamento como construção intelectual. Ora, se o pensamento constrói seus próprios objetos, em vez de descobri-los ou contemplá-los, a Matemática deve ser entendida como um *discurso* ou como uma *linguagem* que obedece a certos critérios e padrões de funcionamento. Assim, a lógica adotou para si o modelo de um discurso ou de uma linguagem que lida com formas puras sem conteúdo.

Em segundo lugar, distinguindo-se da Psicologia e da teoria do conhecimento, a lógica passou a dedicar-se menos ao pensamento e mais à linguagem. Seu objeto passou a ser o estudo de um tipo determinado de discurso: a proposição e as relações entre proposições. Sua finalidade, oferecer normas e critérios para uma linguagem perfeita, capaz de avaliar as demais linguagens (científicas, filosóficas, artísticas, cotidianas, etc.).

Linguagem e metalinguagem

Para conseguir seu propósito, a lógica distingue dois níveis de linguagem:

1. *linguagem natural*, isto é, aquela que usamos em nossa vida cotidiana, nas artes, na política, na filosofia;

2. *linguagem formal*, isto é, aquela que é construída segundo princípios e regras determinados que descrevem um tipo específico de objeto, o objeto das ciências.

Trata-se também de uma distinção entre dois tipos de linguagem simbólica:

1. *a linguagem simbólica cultural* (a linguagem "natural") usa signos, metáforas, analogias, esquemas para exprimir significações cotidianas, religiosas, artísticas, políticas, filosóficas. A principal característica desse simbolismo é ser **conotativo**, isto é, os símbolos carregam muitos sentidos e referem-se a muitas significações. A linguagem cultural é **polissêmica**;

2. *a linguagem simbólica lógico-científica* (a linguagem "construída") usa um sistema fechado de signos ou símbolos (o algoritmo). Sua principal característica é ser um simbolismo **denotativo** ou indicativo, em que cada símbolo representa uma única coisa e corresponde a uma única significação. Por exemplo: H_2O, +, ×,=, →, etc. são símbolos denotativos ou indicativos de um só objeto ou de um só sentido.

denotação, conotação, polissemia: denotação vem do latim *denotationis*, substantivo derivado do verbo *denotare*, 'indicar', 'designar'. Portanto, refere-se ao sentido estrito de uma palavra. Já conotação vem de *connotationis*, substantivo derivado do verbo *connotare*, e refere-se a 'significação associada'. Uma palavra pode ter várias conotações, isto é, várias significações associadas além da denotativa.
A palavra *polissemia* deriva do grego: o prefixo *poli* indica 'muitos'; já *semia* é formada por *sema*, 'sinal', e o sufixo *ia*, que indica 'formação'. Nos estudos da linguagem, polissemia diz respeito à capacidade que um símbolo ou palavra tem de apresentar variados sentidos.


Kues/Shutterstock

Quando vemos uma placa com uma tarja vermelha diagonal, sabemos que aquilo indica necessariamente proibição.

Everton Ballardin e Marcelo Zocchio/Acervo dos fotógrafos



"Descascar o abacaxi", do *Pequeno dicionário ilustrado de expressões idiomáticas*, de Marcelo Zocchio e Everton Ballardin, que representa literalmente expressões cotidianas. Quando utilizamos metáforas, exploramos o aspecto conotativo característico da linguagem simbólica cultural.

A lógica ocupa-se com a linguagem formal ou com a linguagem simbólico-científica. Por ser um discurso ou uma linguagem que fala de outro discurso ou de outra linguagem, diz-se que ela é uma **metalinguagem**.

Na vida cotidiana, podemos dizer, por exemplo, uma frase como: "O Sol é uma estrela". A lógica começará dizendo: "A frase 'O Sol é uma estrela' é uma proposição afirmativa". Prosseguirá dizendo: "A proposição 'A frase *O sol é uma estrela* é uma proposição afirmativa' é uma proposição verdadeira". E assim por diante.

A ideia da lógica como metalinguagem transparece com clareza quando examinamos as teses principais do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951):

1. qualquer proposição com significado é composta de proposições elementares, nas quais se encontra a verdade ou a falsidade da proposição com significado;
2. as proposições elementares adquirem significado porque retratam o mundo não como fatos e coisas, mas como "estados de coisas";
3. as proposições da lógica são verdadeiras independentemente das noções de "significado" e de "estados de coisas", porque, rigorosamente, referem-se a qualquer fato, significado ou estado de coisas que possam ocorrer ou não no Universo. As proposições lógicas são *verdades vazias* e se referem apenas ao *uso* das convenções lógicas.

Definição da lógica simbólica

Em seu livro *Introdução à lógica simbólica*, o lógico brasileiro Paulo Margutti Pinto explica a diferença entre *verdade* e *validade inferencial*.

Como já vimos, uma inferência é uma conclusão ou uma consequência extraída pelo raciocínio de um antecedente dela. Realizar uma inferência é produzir um *argumento*. Um argumento é *válido* quando a inferência realizada está correta. Isso significa que "validade inferencial" não é sinônimo de "verdade", pois um argumento correto não envolve necessariamente sentenças verdadeiras.

Assim, a lógica é "o estudo dos princípios que regem a inferência válida". Ela efetua a análise lógica dos argumentos para avaliar sua correção ou incorreção. Para isso, ela oferece um conjunto de regras que estabelecem com precisão as passagens corretas dos antecedentes aos consequentes. Portanto, escreve Margutti Pinto, "quando explicitamos estas regras através de símbolos adequados, encontramo-nos no domínio da lógica simbólica".

Lógica dos predicados

No século XIX, o lógico inglês Hamilton (1788-1856) classificou as proposições com base nos predicados, de um modo em que elas poderiam converter-se umas nas outras. Ele chegou a oito tipos de proposição:

1. *afirmativas toto-totais*, em que sujeito e predicado são tomados em toda sua extensão ou universalmente: "Todo S é todo P". Por exemplo: "Todo triângulo é todo trilateral";
2. *afirmativas toto-parciais*, em que o sujeito é tomado universalmente e o predicado particularmente: "Todo S é algum P". Por exemplo: "Todo triângulo é alguma figura";
3. *afirmativas parti-totais*, em que o sujeito é particular e o predicado é tomado universalmente: "Alguns S são todos P". Por exemplo: "Alguns sul-americanos são todos os brasileiros";
4. *afirmativas parti-parciais*, em que o sujeito e o predicado são tomados como particulares: "Algum S é algum P". Por exemplo: "Algumas figuras equilaterais são alguns triângulos";

5. *negativas toto-totais*, em que o sujeito em toda a sua extensão é excluído de toda a extensão do predicado: "Nenhum S é nenhum P". Por exemplo: "Nenhum triângulo é nenhum quadrado";

6. *negativas toto-parciais*, em que todo sujeito é excluído de apenas uma parte do predicado: "Nenhum S é algum P". Por exemplo: "Nenhum triângulo é algum equilateral";

7. *negativas parti-totais*, em que só uma parte do sujeito é excluída da extensão do predicado: "Algum S não é nenhum P". Por exemplo: "Alguma figura equilateral não é nenhum triângulo";

8. *negativas parti-parciais*, em que uma parte da extensão do sujeito é excluída de uma parte da extensão do predicado: "Alguns S não são alguns P". Por exemplo: "Algum triângulo não é alguma figura equilateral".

Ao fim, uma proposição seria apenas uma *equação* entre um sujeito e um predicado. Com isso, o raciocínio já não consistia em fazer uma noção entrar em outra, mas em ser capaz de fazer uma noção substituir outra equivalente. Assim, proposições usando palavras como *homem*, *animal*, *mortal*, etc. poderiam ser tratadas como os raciocínios matemáticos que usam símbolos como *x*, *y* e *z*.

A lógica booleana e os computadores

A transformação de proposições em equações permitiu a Boole propor o chamado cálculo lógico. Este, por sua vez, possibilitou que, em meados do século XX, a linguagem da informática começasse a se desenvolver. Pela lógica booleana, todo tipo de dado pode ser transformado em código, formado por sequências de dois números: 0 e 1, representando falso e verdadeiro. É o chamado sistema binário.

Ao simplificar os dados e dissociar os símbolos das coisas materiais, o sistema binário tornou o armazenamento e o processamento de informações viável. Por meio de funções e cálculos de proposições (que veremos a seguir), os sistemas de informática conseguem processar esses dados de maneira veloz.

Com o tempo a noção de predicado recebeu um novo sentido e um novo tratamento. Passou a ser tratada como **classe**. Esta é um conjunto de objetos que, possuindo algo em comum, "caminham em conformidade". Um predicado é o que permite reunir determinados objetos em classes: a classe dos azuis, a classe dos esféricos, a classe dos sul-americanos, a classe dos felizes, etc.

Um predicado isolado — azul, feliz, esférico, etc. — não é verdadeiro nem falso. Recebe tal valor apenas a partir da inclusão ou exclusão do sujeito numa classe. Com a classe, o predicado se torna uma relação entre duas variáveis, e essa relação chama-se **função**. O cálculo da função, por sua vez, constitui a *lógica dos predicados*.

Assim, a proposição tradicional "Sócrates é homem" poderá ser formalizada como F(a), onde *F*, a função, significa a "qualidade de ser homem" e *a*, a variável, designa "Sócrates". Essa variável poderá designar um indivíduo qualquer, um sujeito indeterminado, e a proposição será escrita como F(x). Tal proposição pode ser assim quantificada:

- a universal será escrita como (x)F(x), devendo ser lida como "para todo *x*, *F* de *x*";
- a particular ou existencial será escrita como (∃x)F(x), devendo ser lida como "existe um *x* tal que *F* de *x*".

Se, em lugar da inclusão tradicional do predicado no sujeito, tivermos classes, a relação será estabelecida entre "elemento" e "classe", ou entre as próprias classes, tornando a proposição muito mais abrangente e complexa.

"Sócrates é mortal" segundo a lógica dos predicados

- A (Classe dos homens)
- B (Classe dos mortais)
- A ⊂ B (A classe dos homens está contida na classe dos mortais.)

- x (Sócrates)
- A (Classe dos homens)
- x ∈ A (Sócrates pertence à classe dos homens.)

Donde:
(x)(x∈A) → (x∈B), em que "→" significa *implica*.

Lemos: "Para todo *x*, *x* pertence a *A* implica que x pertence a *B*". Portanto, "Sócrates é mortal".

São seis as operações que podem ser realizadas com as classes:

1. inclusão de uma classe em outra: A ⊂ B;

2. reunião de várias classes: D ∪ M ∪ N;

3. intersecção de várias classes com elementos comuns: A ∩ B ∩ C;

4. a da classe universal que abrange todos os elementos e cujo símbolo é v;

5. a da classe vazia, isto é, que não contém elemento nenhum e cujo símbolo é ∧;

6. a da classe complementar A' de A, formada por todos os elementos que não pertencem a A.

Lógica das relações

A lógica dos predicados foi enriquecida e modificada com a *lógica das relações*, iniciada no século XIX pelos filósofos ingleses De Morgan (que também era matemático) e Peirce (1839-1914).

A lógica das relações ocupa-se, como o nome indica, das relações entre conjuntos de objetos: maior do que, menor do que, perto de, longe de, mais velho que, mais novo que, pai de, mãe de, irmão de, causa de, finalidade de, semelhante a, diferente de, etc. A relação mais conhecida é a binária, expressa na fórmula xRy, que significa: há uma relação entre *x* e *y*.

Tanto a lógica dos predicados como a lógica das relações estão submetidas a uma lógica mais ampla, que é a das proposições ou do *cálculo proposicional*, pois a proposição é o campo da lógica propriamente dita. O cálculo das proposições consiste em estabelecer os procedimentos pelos quais podemos determinar a verdade ou a falsidade de uma proposição, de acordo com sua ligação com outra ou com outras, entendendo por verdade a validade da ligação e por falsidade a invalidade da ligação. Para a lógica, verdade e falsidade são os *valores das proposições* e os *valores das inferências*.

Os casos mais simples de cálculos de proposições referem-se à conjunção ("Pedro canta *e* Pedro dança"), negação ("Pedro canta. Pedro *não* canta"), disjunção ("Pedro canta *ou* Pedro dança") e implicação ("*Se* Pedro canta, *então* Pedro dança").

O cálculo consiste em atribuir o *valor* "verdade" a uma das proposições, o valor "falsidade" à outra e inferir o *valor da ligação* entre elas.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Química.

Vimos, no Capítulo 7, como Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794) descobriu que as diferentes substâncias que percebemos são formadas pela combinação de um conjunto de elementos (posteriormente denominados átomos). Leia a seguir um texto que relata como esse químico francês chegou à lei da conservação da massa:

> *Ele tomou emprestado uma balança de precisão do tesouro francês* [...] *e a usou para testar a crença dos químicos de que a água fervente produzia resíduo sólido. Lavoisier ferveu água destilada em um recipiente de vidro fechado por 101 dias. Flocos de material parecido com areia se formaram, mas o peso da água depois de fervida era o mesmo de antes. Já o recipiente de vidro tinha perdido peso idêntico ao peso dos flocos. Lavoisier demonstrou que a água quente havia dissolvido um pouco do vidro, que foi depositado como resíduo sólido.*
>
> *Em outra experiência, ele queimou um diamante em um recipiente fechado e este se combinou com o oxigênio, formando dióxido de carbono. Apesar de o diamante ter mudado de sólido para gás, Lavoisier mostrou não ter havido mudança de peso. Ele declarou a lei da conservação da massa: não se pode criar ou destruir massa durante uma transformação química.*

TINER, John Hudson. *100 cientistas que mudaram a história do mundo.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 81-82.



Martyn F. Chillmaid/SPL/Latinstock

Queima de glicose no interior de um tubo de vidro. Segundo a lei da conservação da massa, mesmo quando uma substância muda de estado ou se combina a outras em um experimento, a massa total não se altera.

1. Explique como o raciocínio por trás da experiência de Lavoisier poderia ser compreendido pela dialética platônica ou pela analítica aristotélica.

2. Escolha outra lei da Química que você conheça e procure explicá-la com base nos princípios da analítica aristotélica vistos até aqui. Demonstre seu raciocínio usando um ou mais exemplos concretos, como fórmulas.

Em síntese

1. Quais são as principais características da lógica aristotélica? Por que a lógica não é classificada como ciência?

2. Qual é o objeto da lógica e quais são os elementos que a constituem? Que são e quais são as categorias lógicas?

3. Diferencie a classificação das categorias segundo a extensão e a compreensão, dando um novo exemplo.

4. Qual é a diferença entre proposição existencial e proposição predicativa?

5. Como as proposições se classificam do ponto de vista da qualidade?

6. Como as proposições se classificam do ponto de vista da quantidade?

7. Como as proposições se classificam do ponto de vista da modalidade?

8. Qual é a principal diferença entre uma proposição apodítica e uma proposição hipotética?

9. O que é um silogismo? Elabore um silogismo e use-o para demonstrar quais são suas características.

10. Quais são as principais regras do silogismo verdadeiro?

11. Por que o termo médio não deve aparecer na conclusão e por que nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas?

12. Por que o silogismo dialético é próprio da retórica?

13. A que se refere o silogismo científico? De que forma ele se estrutura para que tenha valor?

14. A proposição "A extensão do termo 'astro' é maior do que a do termo 'planeta Terra'." é verdadeira ou falsa? Justifique sua resposta.

15. A proposição "A compreensão do termo 'boi' é menor do que a do termo 'animal'." é verdadeira ou falsa? Explique.

16. Diga se há ou não contradição entre as seguintes proposições e explique por quê.

a) Todos os seres humanos são racionais.
Pedro é um ser humano.
Pedro é irracional.

b) Todas as ciências desejam conhecer a verdade.
A Biologia é uma ciência.
A Biologia é o conhecimento verdadeiro dos fenômenos relacionados à vida.

17. Qual é o objetivo da lógica simbólica?

18. Por que a lógica contemporânea tornou-se plenamente formal?

19. O que a lógica formal descreve?

20. Por que a lógica não se confunde com a Psicologia nem com a teoria do conhecimento?

21. Que níveis de linguagem a lógica distingue?

22. Quais são as principais teses de Wittgenstein?

23. Como se distinguem verdade e validade inferencial?

24. O que é a lógica das relações?

Indicações

O grande desafio

- **Direção de Denzel Washington. Estados Unidos, 2007.**

No período da segregação racial nos Estados Unidos, um professor de uma universidade para negros empenha-se em levar seus alunos para os tradicionais debates entre universidades.

Na casca do ovo

- **Disponível em: <www.nacascadoovo.com.br/tirinhas>. Acesso em: 2 jan. 2016.**

As tirinhas do cartunista BOB, protagonizadas por pessoas fantasiadas de animais, trazem de forma bem-humorada ambiguidades e problemas de comunicação causados por erros lógicos.



MGM/Everett Collection/AgbPhoto Library

Denzel Washington, diretor e protagonista de *O grande desafio*.

DE OLHO na atualidade

Gênero, sexualidade e representatividade

Nos anos 1970, surgiram os chamados estudos de gênero, que mudaram a forma de tratar temas como a homossexualidade, a transexualidade e a desigualdade entre os gêneros na sociedade. Mais de duas décadas antes, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986) demonstrara como aquilo que se considerava “ser mulher” não decorria de meros aspectos biológicos de nascença, mas sim de um conjunto de características e obrigações que a sociedade atribuía às pessoas do sexo feminino.

Os estudos de gênero ampliaram essa ideia ao diferenciar as ideias de sexo (biológico) e gênero (identidade social). Com a crescente organização de movimentos sociais feministas e **LGBTI**, o debate sobre questões de gênero e a luta por direitos ganharam espaço nas duas últimas décadas. Mesmo assim, a discriminação, a estigmatização e a invisibilidade de mulheres, homossexuais e transexuais em posições de destaque e prestígio mostram a persistência de preconceitos e desigualdades.

No texto a seguir, a blogueira e ativista transexual Maria Clara Araújo, primeira transexual a protagonizar, em 2015, peças publicitárias de produtos de beleza para mulheres, trata da representação das pessoas transexuais na mídia e nas artes:

> *Quando eu, mulher trans, aos 16 anos pesquisei “travesti” e “mulher trans” na internet (aconselho que você faça o mesmo), só achei notícias relacionadas a morte, criminalidade, patologização e prostituição. Como nós, enquanto sociedade, condicionamos um grupo a se ver apenas dentro de perspectivas tão cruéis? Este é o ponto que leva muitas de nós a escrever sobre anseios, para nos vermos de outras formas.*
>
> *A pessoa trans é aquela que não se identifica com o gênero que lhe foi designado no nascimento, entendendo que, em nossa sociedade, existe no pensamento popular um determinismo que liga as genitálias aos gêneros. Mas de que forma a vivência destas pessoas está sendo representada na mídia?*

LGBTI: sigla para “lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais”. Agrupa reivindicações pelo fim da discriminação e da violência em razão da identidade de gênero ou da orientação sexual, bem como a igualdade de direitos.

Reprodução/Youtube



A cantora Candy Mel, em campanha de 2015 do Outubro Rosa, mês de conscientização do câncer de mama.

Reprodução/http://www.cartacapital.com.br/



Maria Clara Araújo, primeira garota-propaganda transexual de produtos de beleza no Brasil, em foto da campanha publicitária de 2015. O espaço dado a homens e mulheres transexuais ainda é restrito nos meios de comunicação de massa.

[...] é importante pontuar a consagração instantânea de homens não trans quando representam mulheres trans ou travestis no cinema. Jared Leto em Clube de Compras Dallas, *Rodrigo Santoro em* Carandiru, *Lee Pace em* Um amor na trincheira *e o próprio Jeffrey Tambor em* Transparent. *Parece que existe uma supervalorização do trabalho do ator, porque o ato de se travestir, ou o processo de desumanização transmitido por essa caracterização, é lido pela grande crítica como algo "corajoso". É o topo da pirâmide social abdicando de seus privilégios, ao menos por alguns dias de gravação, para ocupar o lugar de quem está nas esquinas prostituindo-se.*

Quando se luta pelo reconhecimento da humanidade de alguém, é trazida, automaticamente, uma maior perspectiva de vida para aquela pessoa. Isso parece urgente, uma vez que a expectativa de vida de mulheres trans e travestis em contexto brasileiro é de 30-33 anos, segundo a Antra, maior associação de travestis e mulheres trans do Brasil. Uma vez que essas pessoas não estão em nossos meios sociais, acabam lidando com o processo de "coisificação". [...]

Ligar a TV e assistir a uma mulher trans interpretando uma personagem médica, professora, ou ver um menino trans sendo aprovado em uma universidade, nos tira do escuro da negligência e assegura os mesmos direitos das pessoas não trans em nossa sociedade. Só assim pode-se garantir cidadania, humanidade e representatividade.

ARAÚJO, Maria Clara. *O papel da mídia na humanização das pessoas trans*. Disponível em: <http://pontoeletronico.me/2015/midia-pessoas-trans>. Acesso em: 11 mar. 2016.

Atividades

- Veja a seguir uma tirinha de 2010 protagonizada pela personagem Muriel. Ela foi criada na época em que Laerte Coutinho se assumia publicamente como transgênero – isto é, como alguém que, embora tenha nascido com o sexo biológico masculino, não se identifica apenas com o gênero masculino.

Laerte/Acervo do cartunista



Tirinha da personagem Muriel, de Laerte, de 2010.

a) Comente a postura questionadora de Muriel pensando no que estudou neste capítulo a respeito de substância e predicados atribuídos ao sujeito em uma premissa.

b) Pense, agora, no que viu nesta Unidade a respeito da dialética platônica. Podemos dizer que a postura de Muriel na tirinha se aproxima desse tipo de procedimento? Por quê?

UNIDADE 5

O conhecimento

CAPÍTULO 13

A preocupação com o conhecimento

Science Photo Library/Getty Images



SER E CONHECER

Quando falamos em conhecimento, muitas vezes pensamos em acúmulo de saberes. Para a filosofia, porém, a preocupação com o conhecimento começa com questões muito mais elementares, que dizem respeito à própria maneira como conhecemos. Seja quando vamos a um laboratório realizar um experimento, seja quando nos surpreendemos com nossas sensações e percepções diante de um acontecimento inesperado, mobilizamos nossa razão para buscar compreender como nos relacionamos e somos afetados pelas coisas e seres do mundo.

O conhecimento e os primeiros filósofos

No Capítulo 4, vimos que os primeiros filósofos ocupavam-se com a origem e a ordem do mundo, o *kosmos*: qual era o princípio eterno e imutável que ordenava e constituía todas as coisas? O que era a *phýsis*, origem de tudo na natureza? Da pergunta sobre a *phýsis*, eles passaram a perguntar qual era e o que era o ser (*tò ón*, em grego) subjacente a todos os seres. A filosofia nascente tornou-se *ontologia*, isto é, o conhecimento sobre o *ser*.

Como vimos ao estudar o nascimento da lógica, Heráclito de Éfeso (c. 535 a.C.-473 a.C.) considerava a natureza (a *phýsis*) um "fluxo perpétuo", o escoamento contínuo dos seres em mudança perpétua. Dizia ele: "Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio porque as águas nunca são as mesmas e nós nunca somos os mesmos". Ele comparava o mundo à chama de uma vela que queima sem cessar e transforma a cera em fogo, o fogo em fumaça e a fumaça em ar. O verão se torna outono, o novo fica velho, o quente esfria, o úmido seca; cada ser é um movimento em direção ao seu contrário e a realidade é a harmonia dos contrários.

Se assim for, como explicar que nossa percepção nos ofereça as coisas como se fossem estáveis, duradouras e permanentes? Com essa pergunta, o filósofo indicava a diferença entre o conhecimento que nossos sentidos nos oferecem e o conhecimento que nosso pensamento alcança: os primeiros nos oferecem a permanência ilusória, enquanto o segundo conhece a mudança como verdadeira realidade.

Como também vimos, Parmênides de Eleia (c. 515 a.C.-445 a.C.) opunha-se a Heráclito, afirmando que só podemos pensar sobre aquilo que permanece sempre idêntico a si mesmo. Para ele, se nada permanece, então nada pode ser pensado. Conhecer é alcançar o idêntico, o imutável. Nossos sentidos nos oferecem a imagem de um mundo em incessante mudança, no qual tudo se torna o contrário de si mesmo: o dia vira noite, o inverno vira primavera, o doce se torna amargo, o líquido se transforma em vapor ou em sólido. Como pensar o que é e não é ao mesmo tempo? Como pensar o instável? Não é possível, respondia Parmênides.

Pensar é apreender um ser em sua identidade profunda e permanente. Com isso, afirmava o mesmo que Heráclito: perceber e pensar são diferentes. Porém, dizia isso em sentido oposto: nossos sentidos percebem mudanças impensáveis, mas o pensamento conhece a realidade, isto é, a identidade e a imutabilidade.

A distinção entre perceber e pensar é mantida também pela *filosofia atomista* ou o *atomismo* proposto por Demócrito de Abdera (c. 460 a.C.-371 a.C.). Para ele, os seres surgem por composição dos **átomos**, transformam-se por novos arranjos e desaparecem pela separação deles. Os átomos possuem formas e consistências diferentes: é da combinação deles que surgem a variedade de seres, suas mudanças e desaparições. Por meio de nossos órgãos dos sentidos, percebemos o quente e o frio, o grande e o pequeno, o duro e o mole, sabores, odores, texturas, o agradável e o desagradável e sentimos prazer e dor, pois percebemos os efeitos das combinações dos átomos que, em si mesmos, não possuem tais qualidades.

No entanto, somente o pensamento pode conhecer os átomos, que são invisíveis para nossa percepção sensorial. Dessa maneira, Demócrito concordava com Heráclito e Parmênides: há uma diferença entre o que conhecemos por meio de nossa percepção e o que conhecemos apenas pelo pensamento. Porém, Demócrito não considerava a percepção ilusória, e sim um efeito da realidade sobre nós. O conhecimento sensorial é verdadeiro, embora seja de uma verdade diferente e menos profunda ou menos relevante do que aquela alcançada pelo puro pensamento.

Esses três exemplos nos mostram que, desde o começo, a filosofia preocupou-se com o problema do conhecimento, pois sempre esteve voltada para a questão do verdadeiro. Os primeiros filósofos já se davam conta de que nosso pensamento parece seguir certas leis para conhecer as coisas e que há uma diferença entre perceber e pensar.

átomo: termo grego que significa 'o que não pode ser dividido'.

Chaikom/Shutterstock



Criança brinca com massa gelatinosa. Para Demócrito, a percepção é um efeito da realidade sobre nós.

Pensamos com base no que percebemos ou negando o que percebemos? O pensamento continua, nega ou corrige a percepção? O modo como os seres nos aparecem é o modo como eles realmente são? Preocupações como essas levaram, na Grécia clássica, a duas atitudes filosóficas: a dos sofistas e a de Sócrates. Com eles, os problemas do conhecimento tornaram-se centrais.

Sócrates e os sofistas

Diante da pluralidade de filosofias até então existentes, os sofistas concluíram que não podemos *conhecer o ser*, pois, se pudéssemos, todos nós pensaríamos sempre da mesma maneira e haveria uma única filosofia. A pluralidade de opiniões, na vida cotidiana, e a pluralidade de filosofias indicam, porém, que pensamos de maneiras diferentes e mesmo opostas. Se não há verdades únicas e idênticas para todos, então só podemos ter *opiniões pessoais* sobre a realidade. Por esse motivo, um dos sofistas mais famosos, Protágoras de Abdera (c. 480 a.C.-411 a.C.), disse uma frase que se tornou célebre: "O homem é a medida de todas coisas, das que são e das que não são". Com isso, afirmava que saber é simplesmente opinar e que uma opinião é tida como verdadeira quanto mais pessoas a aceitarem.

Por isso, os seres humanos devem valer-se de um instrumento – a linguagem – para persuadir os outros de suas próprias opiniões. A verdade é uma questão de opinião e de persuasão, e a linguagem é mais importante do que a percepção e o pensamento. Opondo-se aos sofistas, Sócrates (c. 469 a.C.-399 a.C.) afirmava que a verdade pode ser conhecida quando compreendemos que, primeiro, precisamos afastar as ilusões dos sentidos, as imposições das palavras e a multiplicidade das opiniões.

Os órgãos dos sentidos, dizia Sócrates, dão-nos somente as aparências das coisas, e as palavras, meras opiniões sobre elas. A aparência e a opinião variam de pessoa para pessoa e em um mesmo indivíduo. Mas não só variam: também se contradizem.

Conhecer é começar a examinar as contradições das aparências e das opiniões para poder abandoná-las e passar da aparência à essência, da opinião à ideia.

Para isso, Sócrates dialogava com os jovens dirigindo-lhes uma pergunta: "O que é isso que você julga que sabe?". A resposta de cada um não era apenas diferente, mas também, em geral, se opunha às respostas dos outros. Sócrates, então, dizia-lhes: "Vocês têm opiniões sobre isso que lhes perguntei, mas não possuem a ideia ou a essência verdadeira disso, pois a ideia verdadeira de alguma coisa deve ser a mesma para todos". Sócrates dizia, então, que era preciso começar a procurá-la.

O exame das opiniões é aquele procedimento que Sócrates chamava *ironia*, com o qual o filósofo conseguia que seus interlocutores reconhecessem que não sabiam o que imaginavam saber. A ironia era seguida pela **maiêutica**, procedimento para chegar à verdade do que se procura saber.

maiêutica: palavra originada do grego *maieutiké*, vinda de *maieutikós*, 'a arte de fazer um parto'. Sócrates dizia que sua mãe havia sido parteira de corpos e que ele era o parteiro das almas, isto é, por meio de perguntas, fazia a alma do interlocutor nascer para a ideia verdadeira.

Platão e Aristóteles

Sócrates fez a filosofia voltar-se para nossa capacidade de conhecer e indagar as causas das ilusões e dos erros, do falso e da mentira. Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.) herdaram de Sócrates o procedimento filosófico de discutir e debater as opiniões contrárias sobre uma questão a fim de superá-las num saber verdadeiro. Além disso, passaram a definir as diferentes formas de conhecer e as diferenças entre o conhecimento verdadeiro e a ilusão.

Platão distinguia quatro formas ou graus de conhecimento, que vão do grau inferior ao superior: *crença*, *opinião*, *raciocínio* e *intuição intelectual*. Os dois primeiros formam o que ele chamava **conhecimento sensível**; os dois últimos, o **conhecimento inteligível**.

A crença é nossa confiança no conhecimento sensorial: cremos que as coisas são tal como as percebemos. A opinião é nossa aceitação do que nos ensinaram sobre as coisas ou do que pensamos delas conforme nossas sensações e lembranças. Esses dois primeiros graus nos oferecem apenas a aparência das coisas ou suas imagens e correspondem à situação dos prisioneiros do Mito da Caverna. Por serem ilusórios, devem ser afastados.

O raciocínio exercita nosso pensamento, purifica-o das sensações e opiniões e o prepara para a intuição intelectual, em que o espírito conhece diretamente as essências das coisas, o que Platão denomina *ideias*. As ideias são a realidade verdadeira e conhecê-las é ter o conhecimento verdadeiro. Por isso, somente esses dois últimos graus do conhecimento devem ser considerados válidos. Por meio da dialética, que vimos na Unidade 4, pode-se chegar à intuição intelectual de uma essência ou ideia.

Aristóteles distinguiu sete formas ou graus de conhecimento: *sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio* e *intuição*. Enquanto Platão concebia o conhecimento como abandono de um grau inferior por um superior, Aristóteles o considerava uma passagem contínua de um grau para outro, que recebe os conhecimentos anteriores e os aperfeiçoa com o enriquecimento das informações que cada um deles oferece. Desse modo, em lugar de uma ruptura entre o conhecimento sensível e o intelectual, há uma continuidade entre eles.


ekkapon/Shutterstock/Glow Images

Pelo sabor, aroma, tamanho e consistência de sua polpa, um caju pode parecer um fruto para os meus sentidos. No entanto, trata-se apenas de um pedúnculo floral hiperdesenvolvido, maior do que o fruto real da planta, que é a castanha.

As informações trazidas pelas sensações se organizam e permitem a percepção. As percepções, por sua vez, organizam-se e permitem a imaginação. Juntas, conduzem à memória, à linguagem e ao raciocínio.

Aristóteles concebeu, porém, uma separação entre os seis primeiros graus e a intuição intelectual, que é um ato do pensamento puro e não depende dos graus anteriores. Isso não significa que os conhecimentos obtidos dos outros graus sejam ilusórios ou falsos, e sim que vão de um grau menor a um grau maior de verdade. Em cada um deles temos acesso a um aspecto do *ser* ou da realidade, porém, na intuição intelectual, temos o conhecimento do que não pode vir dos graus anteriores e é a condição deles, ou seja, temos o conhecimento dos princípios universais e necessários do pensamento (*identidade*, *não contradição*, *terceiro excluído*) e dos primeiros princípios e causas da realidade ou do ser.

Nos seis primeiros graus, o conhecimento é obtido por indução ou por dedução, com base em dados da sensação, da imaginação, do raciocínio. No último grau, conhecemos o que é indemonstrável (princípios e causas primeiras) porque é condição para todas as demonstrações e raciocínios.

Leituras filosóficas

Os sofistas

Os sofistas foram os primeiros a fazer da filosofia uma ocupação prática. Eles eram menos preocupados com conceitos como ser e mais preocupados em ensinar a arte da argumentação [...]. *Cada homem possuía suas próprias percepções e nenhuma outra pessoa podia realmente decifrar qual dessas percepções era a "verdadeira", dizem os sofistas. Não há princípios derradeiros do Universo que não possam ser descobertos, e todos os filósofos que tentaram descobrir quais deles são essenciais perderam seu tempo. O conhecimento é derivado dos sentidos e não revela o verdadeiro, o universal ou o imutável no mundo. Os sofistas desenvolveram a doutrina de sucesso e satisfação mundanas como objetivos da vida humana.*

De acordo com os sofistas, nunca podemos saber a "verdade" ou o "bem", porque o "homem é a medida de todas as coisas". [...] *é a confiança no argumento lógico que faz da filosofia o que ela é, não outra coisa.*

BERGMAN, Gregory. *Filosofia de banheiro*. São Paulo: Madras, 2004. p. 18-19.


Akg-images/Latinstock

O sofista Protágoras, em pintura de 1637 de Jusepe de Ribera (1591-1652).

1. Explique, com suas próprias palavras, o que significa dizer que "o homem é a medida de todas as coisas".

2. Para os sofistas, "é a confiança no argumento lógico que faz da filosofia o que ela é". No entanto, isso não significa que eles considerassem o argumento lógico da mesma maneira que Aristóteles o fazia. Procure explicar por que havia essa diferença, pensando na distinção entre verdade e validade, que vimos na Unidade 4.

O cristianismo e a teoria do conhecimento

Quando se diz que a teoria do conhecimento somente se tornou uma disciplina específica da filosofia com os filósofos modernos (a partir do século XVII), não se pretende dizer que os filósofos anteriores não haviam se ocupado com o problema do conhecimento. Porém, os modernos tiveram um motivo para fazer dessa teoria o ponto de partida da filosofia, pré-requisito para ela e para as ciências.

Que motivo foi esse? O fato de que a filosofia moderna teve de enfrentar questões e problemas trazidos pela filosofia medieval, marcada pela presença do judaísmo, do cristianismo e do islamismo. Em outras palavras, até então a religião encontrava-se mesclada à filosofia.

A perspectiva religiosa trouxe uma ruptura na ideia grega de uma participação direta e harmoniosa entre o nosso pensamento e a verdade. Os filósofos antigos consideravam que participamos de todas as formas de realidade: com nosso corpo, participamos da natureza; com nossa alma, participamos da inteligência divina. A perspectiva religiosa judaico-cristã, porém, baseia-se na crença de uma separação entre o ser humano e Deus, causada pelo **pecado** original.

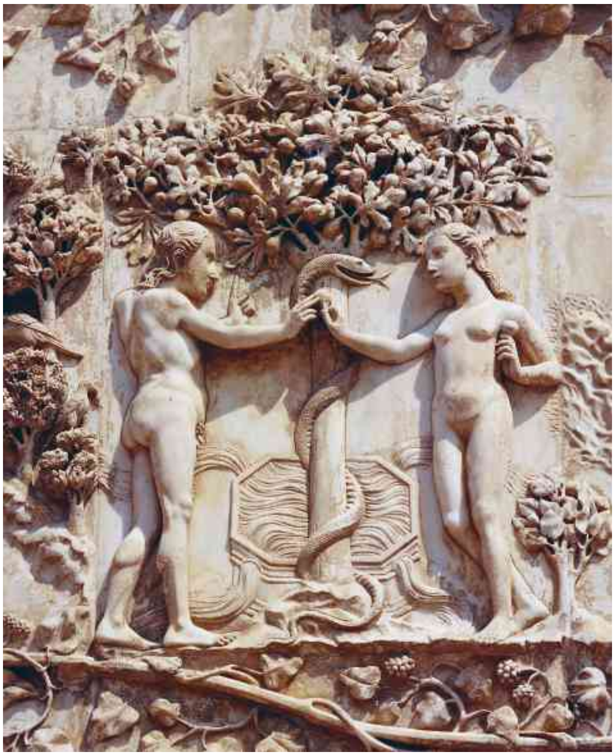
pecado: palavra de origem latina que significa 'queda', 'caída numa situação inferior'.

De acordo com o relato da Torá judaica e da Bíblia cristã, Deus criou o homem e a mulher em estado de perfeição e inocência, mas lhes proibiu que comessem o fruto da Árvore do Conhecimento. Usando a liberdade que Deus lhes dera, Adão e Eva desobedeceram à proibição divina: pecaram e se tornaram seres decaídos, transmitindo a todas as gerações futuras o peso desse pecado original. Como castigo, foram expulsos do Paraíso e impedidos de conviver com Deus e a verdade.

Em consequência da concepção judaico-cristã do ser humano, a filosofia precisou enfrentar dois problemas inexistentes para os filósofos antigos. O primeiro é: se somos seres decaídos e pervertidos, como podemos conhecer a verdade? E o segundo: se o pecado original separou radicalmente os humanos do contato direto com a divindade, como o finito (humano) pode conhecer a origem da própria verdade (infinita e divina)?

Eis por que a fé se tornou central para a filosofia com os Padres da Igreja, como Santo Agostinho (354-430), e com os pensadores da Idade Média, como o judeu Maimônides (1135-1204), o cristão São Tomás de Aquino (1225-1274) e os muçulmanos Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198). Era por meio da fé que essas perguntas eram respondidas. Misericordioso, Deus prometeu aos seres humanos a redenção por meio de um enviado (o messias, para os judeus; o Cristo, para os cristãos; o profeta, para os muçulmanos) que viria salvá-los. Crer no salvador é ter a suprema virtude, a fé, que ilumina nosso entendimento e guia nossa vontade, permitindo à nossa razão conhecer verdadeiramente o que está ao seu alcance.

Mas não só isso. Por meio da fé na revelação, contida nas Sagradas Escrituras (a Torá, para os judeus; os Evangelhos, para os cristãos; e o Alcorão, para os muçulmanos), Deus permite que nossa alma contemple as verdades superiores, isto é, reveladas por Ele. Desse modo, as religiões reveladas introduziram uma distinção impensável para os filósofos antigos: a distinção entre *verdades de razão* (o conhecimento que nossa razão pode alcançar por si mesma) e *verdades de fé* (o conhecimento que só alcançamos por meio da fé na revelação divina).



Elio Ciol/Corbis/Latinstock

Adão e Eva sob a Árvore do Conhecimento, relevo em mármore, de Lorenzo Maitani (1255-1330), na fachada da Catedral de Orvieto, na Itália. Segundo a tradição cristã, instigados pela serpente, Adão e Eva cederam ao desejo de comer o fruto proibido, símbolo do conhecimento do bem e do mal.


Scotti Brothers/Everett Collection/AgbPhoto Library

Heloísa (Kim Thomson) e Abelardo (Derek de Lint) em cena do filme *Em nome de Deus*, de 1988, dirigido por Clive Donner. Abelardo, filósofo e teólogo, vive as contradições de sua época, em que razão e desejo são vistos como incompatíveis com a consciência religiosa.

As verdades que dependem de revelação divina são aquelas que nossa razão finita e imperfeita não pode alcançar sozinha e, sobretudo, que só podemos aceitar sem compreender. São *mistérios*.

Visto que tanto as verdades de razão como as de fé têm sua origem na sabedoria e inteligência de Deus, essa divisão percebida por nós não é real. Em si mesma, a verdade, por sua origem, é indivisa e una; somos nós que a percebemos como dividida. Se a verdade é uma só e a mesma, isso significa, em primeiro lugar, que não pode haver contradição entre as verdades de fé e as verdades de razão, pois a verdade não pode contradizer a verdade. Em segundo lugar, se houver alguma contradição, as verdades de razão devem ser abandonadas em proveito das verdades de fé, uma vez que, em decorrência do pecado, a razão humana está sujeita ao erro e ao falso. O conhecimento racional, mesmo que não dependa da fé, subordina-se a ela.

Além da distinção entre as verdades, as religiões reveladas trouxeram a ideia de que a *causa da verdade* é a inteligência divina, enquanto a *causa do erro e do falso* é a vontade humana. A liberdade perversa da vontade humana polui nossa razão: foi por liberdade da vontade que Adão e Eva pecaram. Se somos pessoas, somos responsáveis por nossos atos e pensamentos. Nossa pessoa é nossa consciência, que é nossa alma dotada de vontade, imaginação, memória e inteligência. A verdade se torna, portanto, uma questão de consciência.

Estar no erro ou na verdade dependerá, portanto, de nós mesmos. Por isso, precisamos saber se podemos ou não conhecer a verdade e em que condições tal conhecimento é possível. Os primeiros filósofos cristãos e os filósofos medievais (judeus, cristãos e muçulmanos) afirmaram que podemos conhecer a verdade desde que a razão não contradiga a fé e se submeta a ela.

Como é possível conhecer a verdade?

Os filósofos modernos, porém, não aceitaram essas respostas. Por esse motivo, a questão do conhecimento tornou-se central para eles.

Os filósofos gregos se surpreendiam que pudesse haver erro, ilusão e mentira. Para eles, a pergunta filosófica só podia ser: "Como é possível o erro ou a ilusão?". Ou seja, se o verdadeiro é *alétheia* (o que não está escondido), então a verdade é o próprio *ser* fazendo-se ver em todas as coisas alcançadas por nosso entendimento. Portanto, como o falso é possível, se o falso é dizer e pensar que existe o que não existe?

Para os modernos, a pergunta foi em sentido oposto: "Como o conhecimento da verdade é possível?". Se a verdade está no entendimento infinito de Deus, então está escondida e inacessível à nossa razão finita. A verdade, portanto, não é o que está

manifesto na realidade, e sim o que depende da revelação divina. Ora, a revelação só é conhecida pela fé, e para esta a verdade é a confiança que nos leva a dizer "Assim seja" e que nossa razão não pode entender. Por outro lado, se nossa inteligência limitada foi pervertida pela vontade pecadora, como podemos conhecer até mesmo as verdades de razão, as que estariam ao nosso alcance, sem o auxílio da revelação e da fé?

Por isso mesmo os filósofos modernos observaram que as verdades de fé haviam influenciado a própria maneira de conceber as verdades de razão. O fato de uma verdade de fé ser proferida e proclamada por uma autoridade inquestionável (Deus, profetas, anjos, santos) "contaminou" as verdades de razão, fazendo com que os filósofos cristãos medievais só aceitassem uma ideia se esta viesse com o selo de alguma autoridade reconhecida pela Igreja. Assim, mesmo uma verdade que podia ser alcançada por nossa razão só era aceita se fosse autorizada por alguém considerado superior. E essa autoridade era ainda maior se estivesse situada no passado distante e se suas ideias fossem conhecidas pela leitura de livros ou por lições de escola, transformando os próprios filósofos antigos em autoridades.

A primeira tarefa que os modernos assumiram foi a de recusar o poder de autoridades sobre a razão, seja o das igrejas, seja o das escolas e dos livros. Começaram, por isso, separando a fé e a razão, considerando cada uma delas voltada para conhecimentos diferentes, sem que uma devesse subordinar-se à outra. E passaram a explicar como a razão e o pensamento humanos podem tornar-se mais fortes do que a vontade e controlá-la para que evite o erro.

O problema do conhecimento tornou-se, portanto, crucial para a filosofia, e o ponto de partida dos modernos passou a ser o sujeito do conhecimento. Os dois filósofos que, no século XVII, iniciaram esse trabalho foram o inglês Francis Bacon (1561-1626) e o francês René Descartes (1596-1650). E o filósofo que pela primeira vez propôs uma teoria do conhecimento propriamente dita foi o inglês John Locke (1632-1704).

Bacon e Descartes

Se os gregos indagaram "Como o erro é possível?", os modernos perguntaram "Como a verdade é possível?". Portanto, eram perguntas em sentido inverso. Entretanto, os modernos retomaram o modo de operar proposto por Sócrates, Platão e Aristóteles, que é o de começar pelo exame das opiniões contrárias e ilusórias para ultrapassá-las em direção à verdade.

Antes de abordar o conhecimento verdadeiro, Bacon e Descartes examinaram exaustivamente as causas e as formas do erro, inaugurando um estilo filosófico que permanecerá na filosofia: *a análise das causas e formas dos nossos preconceitos*.

Bacon elaborou uma teoria conhecida como *crítica dos ídolos*. De acordo com ela, quatro tipos de ídolos ou de imagens formam opiniões cristalizadas que impedem o conhecimento da verdade:

1. *ídolos da caverna* (uma referência ao Mito da Caverna): as opiniões que se formam em nós por erros e defeitos de nossos órgãos dos sentidos. São os mais fáceis de serem corrigidos por nossa inteligência;

2. *ídolos do fórum* (o fórum era o lugar das discussões e dos debates públicos na Roma antiga): são as opiniões que se formam em nós como consequência da linguagem e de nossas relações com os outros. São difíceis de serem vencidos, mas a inteligência tem poder sobre eles;

3. *ídolos do teatro* (o teatro é o lugar em que somos apenas espectadores e receptores de mensagens): são as opiniões formadas em nós em decorrência dos poderes das autoridades, que nos impõem seus pontos de vista e os transformam em decretos e leis inquestionáveis. Só podem ser desfeitos se houver uma mudança social e política;

4. *ídolos da tribo* (a tribo é um agrupamento humano em que todos possuem a mesma origem, o mesmo destino, as mesmas características e os mesmos comportamentos): são as opiniões que se formam em nós em decorrência da natureza humana. São próprios da espécie humana e só podem ser vencidos se houver uma reforma da própria natureza humana.

A demolição dos ídolos é, portanto, uma reforma da inteligência ou do entendimento, dos conhecimentos e da sociedade. Para a reforma dos dois primeiros, Bacon propôs um método, definido como o modo seguro de "aplicar a razão à experiência", isto é, de aplicar o pensamento lógico e verdadeiro aos dados oferecidos pelo conhecimento sensível.

O método de Bacon



Bettmann/Corbis/Latinstock

Francis Bacon (1561-1626), em gravura do século XIX.

O método deve tornar possível:

- organizar e controlar os dados do conhecimento sensível por meio de procedimentos adequados de observação e de experimentação;
- organizar e controlar os resultados da observação e dos experimentos para chegar a conhecimentos novos ou à formulação de teorias verdadeiras;
- desenvolver procedimentos adequados à aplicação prática dos resultados teóricos, pois, para Bacon, se o ser humano souber conhecer a natureza, poderá comandá-la. Vem daí sua célebre afirmação: "Saber é poder".



Delfim Martins/Pulsar Imagens

Plantação de uva em Petrolina (PE), em foto de 2015. Essa espécie passou a ser cultivada no semiárido brasileiro após pesquisadores fazerem testes para irrigar a plantação a fim de economizar água e evitar a salinização do solo.

Bacon considerava que o avanço dos conhecimentos e das técnicas, as mudanças sociais e políticas e o desenvolvimento das ciências e da filosofia propiciariam uma grande reforma do conhecimento humano, que seria também uma grande reforma da vida humana.

Por sua vez, Descartes localizava a origem do erro em duas atitudes, que chamou *atitudes infantis* ou *preconceitos da infância*:

1. *a prevenção*, que é a facilidade com que nosso espírito se deixa levar pelas opiniões e ideias dos outros, sem se preocupar em verificar se elas são ou não verdadeiras. São as opiniões que se cristalizam em nós na forma de preconceitos e que escravizam nosso pensamento, impedindo-nos de pensar e de investigar;

2. *a precipitação*, que é a facilidade e a velocidade com que nossa vontade nos faz emitir juízos sobre as coisas antes de verificarmos se nossas ideias são verdadeiras ou não. Emitimos essas opiniões porque nossa vontade é mais forte e poderosa do que nosso intelecto.

Essas duas atitudes indicam que, para Descartes, o erro situa-se no conhecimento sensível (sensação, percepção, imaginação, memória e linguagem). Desse modo, para ele, o conhecimento verdadeiro é puramente intelectual e parte de princípios e de algumas ideias inatos (isto é, verdades que existem em nossa alma desde nosso nascimento) ou de observações inteiramente controladas pelo pensamento.

Tal como Bacon, Descartes estava convencido de que é possível vencer os defeitos do conhecimento por meio de uma reforma do entendimento e das ciências. Porém, Descartes não se referia à necessidade de mudanças sociais e políticas.

Com Descartes, teve início propriamente a filosofia moderna, pois é ele o primeiro a propor a figura do sujeito do conhecimento como fundamento do conhecimento verdadeiro. Isso acontece quando, como vimos na Unidade 3, a primeira verdade que escapa da *dúvida metódica* é pronunciada: "Penso, logo existo". A ausência radical de dúvida é o ponto de partida do conhecimento verdadeiro.

A reforma proposta por Descartes devia ser feita pelo sujeito do conhecimento quando este, passando pelo procedimento da dúvida a respeito dos conhecimentos que possui, compreendesse a necessidade de encontrar fundamentos seguros para o saber. Com esses fundamentos, seria possível instituir um *método*.

Os objetivos principais do método são:

- assegurar a reforma do entendimento para que este siga o caminho seguro da verdade (afastar a prevenção e a precipitação);
- oferecer procedimentos ou regras pelos quais a razão possa controlar-se a si mesma durante o processo de conhecimento, sabendo que caminho percorrer;
- propiciar a ampliação ou o aumento dos conhecimentos graças a procedimentos seguros que permitam passar do já conhecido ao desconhecido;
- oferecer os meios para que os novos conhecimentos possam ser aplicados, pois o saber deve "tornar o homem senhor e possuidor da natureza", nas palavras de Descartes.

Por que o método se torna necessário? Feitas as críticas à autoridade das escolas e dos livros, da tradição e dos preconceitos, o sujeito do conhecimento descobre-se como uma consciência que parece não poder contar com o auxílio do mundo para guiá-lo. Desconfia dos conhecimentos sensíveis e dos conhecimentos herdados, contando apenas com seu próprio pensamento. Sua solidão torna indispensável um método que guie o pensamento em direção aos conhecimentos verdadeiros, distinguindo-os dos falsos. Eis por que Descartes escreve um *Discurso do método* e *Regras para a direção do espírito*.

Método cartesiano

As regras do método de Descartes têm as seguintes características principais:

1. são certas (o método dá segurança ao pensamento);

2. são fáceis (o método evita complicações e esforços inúteis);

3. são amplas (o método deve permitir que se alcancem todos os conhecimentos possíveis para o entendimento humano).



Aaron Black/Solus-Veer/Corbis/Latinstock

Assim como o montanhista não pode contar com a terra firme para dar-lhe impulso às alturas, o sujeito do conhecimento, na teoria de Descartes, descobre-se solitário e desprovido da ajuda dos sentidos, pois estes não são confiáveis. Tendo como único auxílio o pensamento, deve recorrer ao método para guiá-lo em direção ao conhecimento verdadeiro.

Locke

O filósofo inglês John Locke foi o precursor da teoria do conhecimento propriamente dita, porque se propôs a analisar cada uma das formas de conhecimento que possuímos, a origem de nossas ideias e nossos discursos, a finalidade das teorias e as capacidades do sujeito do conhecimento relacionadas com os objetos que ele pode conhecer.

Logo na introdução a sua obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, Locke escreveu:

> *Visto que o entendimento situa o homem acima dos outros seres sensíveis e dá-lhe toda vantagem e todo domínio que tem sobre eles, seu estudo consiste certamente num tópico que, por sua nobreza, é merecedor de nosso trabalho de investigá-lo. O entendimento, como o olho, que nos faz ver e perceber todas as outras coisas, não se observa a si mesmo; requer arte e esforço situá-lo a distância e fazê-lo seu próprio objeto.*

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

Como Descartes e Bacon, Locke reconhecia a necessidade de o entendimento examinar a si mesmo. Ele também considerava que eram necessários esforço, trabalho e decisão para cumprir essa tarefa. Apesar dessa concordância, Locke divergia de Descartes a respeito de como o conhecimento era produzido.

Descartes separava, de um lado, a experiência sensível (sujeita ao erro) e, de outro, o conhecimento verdadeiro (puramente intelectual). Para ele, o conhecimento sensível pode e deve ser empregado por nós, desde que submetido ao método e controlado pelo entendimento.

Locke considerava que o conhecimento se realiza por graus contínuos, que partem da sensação até chegar às ideias. Para Locke, *todas* as ideias e todos os princípios do conhecimento derivam da experiência sensível. Em outras palavras, o entendimento recebe da experiência sensível *tudo* o que faz parte de nosso entendimento.

Como se formam os conhecimentos? Por um processo de combinação e associação dos dados da experiência. Por meio das sensações, recebemos as impressões das coisas externas, que formam o que Locke chama *ideias simples*. Por sua vez, nas percepções, essas impressões ou ideias simples se associam por semelhanças e diferenças, formando *ideias complexas* ou *compostas*.

Por intermédio de novas combinações e associações, essas ideias se tornarão mais complexas na razão, que forma as *ideias abstratas* ou *gerais*, como as ideias de substância, corpo, alma, Deus, natureza, e também as *ideias das relações entre essas ideias complexas*, como as de identidade, causalidade, finalidade, etc.

Tudo o que sabemos existir nos é dado pelas sensações e percepções – portanto, pela *experiência*. Visto que a experiência nos dá a conhecer apenas as coisas particulares ou singulares, somente elas existem. Por conseguinte, as ideias gerais ou universais não correspondem a realidades ou essências existentes, mas são *nomes* que instituímos por convenção para organizar nossos pensamentos e nossos discursos.

Por exemplo, não existe "a cor", mas objetos que percebemos como coloridos – "a cor" é um nome geral com que nossa razão organiza nossas sensações visuais. Do mesmo modo, não existe "a luz", e sim objetos singulares que percebemos como luminosos – "a luz" é um nome geral com que nossa razão organiza nossas sensações visuais.

Brian Kinney/Shutterstock/Glow Images



Fotografia tirada do fundo do mar Vermelho, no Egito, em 2008. Se, para Locke, nossos olhos percebem objetos coloridos – e não a cor – da mesma forma que percebem objetos luminosos ou com luminosidades diferentes – mas não a luz –, o que seriam cor e luz?

A teoria do conhecimento e a consciência

Na história da filosofia, a diferença de perspectiva entre Descartes e Locke resultou na distinção entre duas grandes orientações da teoria do conhecimento: o **racionalismo** e o **empirismo**.

Para o racionalismo, a razão, tomada em si mesma e sem apoio da experiência sensível, é o fundamento e a fonte do conhecimento verdadeiro. O valor e o sentido da experiência sensível dependem de princípios, regras e normas estabelecidos pela razão. Para o empirismo, o fundamento e a fonte de todo e qualquer conhecimento é a **experiência sensível**. Ela é responsável pela existência das ideias na razão e controla o trabalho da própria razão, pois o valor e o sentido da atividade racional dependem do que a experiência determina.

Porém, as diferenças entre racionalismo e empirismo não impedem que haja um elemento comum a todos os filósofos a partir da modernidade: tomar o entendimento humano como objeto da investigação. Como se trata da volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se, a teoria do conhecimento tem como ponto de partida a **reflexão**.

O pressuposto da teoria do conhecimento como reflexão filosófica é o de que somos seres racionais conscientes. O que ela entende por consciência? A capacidade humana não apenas para conhecer, mas também para saber que conhece e para saber que sabe que conhece. A consciência é um conhecimento (das coisas e de si) e um conhecimento desse conhecimento (reflexão). Ela é o **sujeito do conhecimento**.

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a consciência é uma atividade mental capaz de analisar e sintetizar, de representar os objetos por meio de ideias e de avaliar, compreender e interpretar esses objetos por meio de juízos. Esses juízos podem ser expressos pela afirmação de que "*S* é *P*" ou que "*S* não é *P*"; de que "*S* é a causa de *P*" ou "*S* não é causa de *P*", etc. O sujeito se reconhece como diferente dos objetos, cria e/ou descobre ideias, institui sentidos, elabora conceitos, juízos e teorias.

O sujeito do conhecimento é a capacidade para o conhecimento verdadeiro, e tal capacidade é a mesma em todos os seres humanos. Por ser universal, o sujeito do conhecimento é reconhecido em qualquer ser humano e distingue-se da consciência psicológica, pois esta é sempre individual.



Calvin e Haroldo, Bill Watterson © 1993 Watterson/ Dist. by Atlantic Syndication/Universal Uclick

Tirinha de Calvin, de Bill Watterson.

Consciência psicológica e consciência reflexiva

O que entendemos por "consciência psicológica"? Do ponto de vista psicológico, a consciência é o sentimento de nossa própria identidade: o *eu*. O eu é o centro ou a unidade de todos os nossos estados psíquicos e corporais, ou aquela percepção que permite a alguém dizer "meu corpo", "minha razão", "minhas lembranças".

A consciência psicológica é formada por nossas *vivências*, isto é, pela maneira como cada um de nós sente e compreende o que se passa em seu próprio corpo, em seu interior e no mundo. O *eu* é a consciência de si como o ponto de identidade e de permanência de um fluxo temporal interior que retém o passado na memória, percebe o presente pela atenção e espera o futuro pela imaginação e pelo pensamento.

Por sua vez, a consciência de si reflexiva (o sujeito do conhecimento) não varia de indivíduo para indivíduo, mas é uma atividade de análise e síntese, de representação e de significação voltada para a explicação, descrição e interpretação da realidade e das outras modalidades da própria consciência ou da vida consciente (*psíquica*, *moral* e *política*). Por exemplo, quando Descartes disse o célebre "Eu penso, logo eu existo", esse "eu" não é o eu psicológico do indivíduo Descartes, e sim um eu universal, o mesmo em todos os sujeitos do conhecimento. É dessa maneira que os princípios de identidade e de não contradição exprimem a estrutura universal do modo de pensar do sujeito do conhecimento e são válidos em todos os tempos e lugares. O sujeito do conhecimento se ocupa, entre outras, com noções como as de espaço e tempo, causa e efeito, princípio e consequência, verdadeiro e falso, matéria e forma, signo e significação entendidas como condições universais e necessárias do conhecimento.

Podemos compreender melhor a diferença entre o eu psicológico e o sujeito do conhecimento tomando alguns exemplos. João pode gostar de geometria, enquanto Paula pode detestá-la. Mas o que ambos sentem não afeta os conceitos geométricos nem os procedimentos matemáticos, cujo sentido e valor independem das vivências pessoais de ambos e são o objeto construído ou descoberto pelo sujeito do conhecimento. Diante de rosas amarelas, Luísa tem lembranças agradáveis; Antônio, porém, tem péssimas recordações. No entanto, a percepção de cores se realiza em nós não apenas segundo nossas vivências psicológicas individuais, mas também segundo leis, normas, princípios de estruturação e organização que são os mesmos para todos, na medida em que cada um de nós é um sujeito do conhecimento.

Dimensão ética e política da consciência

Vimos que a consciência possui uma **dimensão epistemológica**, isto é, como sujeito do conhecimento, e uma **dimensão psicológica**, ou seja, o eu das vivências individuais. Contudo, a consciência também possui uma **dimensão ética**.

Do ponto de vista ético e moral, a consciência é a capacidade livre e racional de escolher, deliberar e agir conforme valores, normas e regras que dizem respeito ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto, à virtude e ao vício. É a *pessoa*, dotada de vontade livre e de responsabilidade, capaz de compreender e interpretar sua própria situação e condição, viver na companhia de outros segundo as normas e os valores morais definidos por sua sociedade, agir tendo em vista fins escolhidos por deliberação própria, comportar-se segundo o que julga o melhor para si e para os outros e, quando necessário, contrapor-se e opor-se aos valores estabelecidos em nome de outros considerados mais adequados à liberdade e à responsabilidade. É a consciência como exercício racional e afetivo da liberdade e da responsabilidade, em vista da vida feliz e justa.

A consciência moral pertence à esfera da vida privada, isto é, das relações interpessoais que transcorrem na família, nas amizades, no trabalho, na comunidade religiosa, na escola, na organização empresarial, etc.

Já a consciência política pertence à esfera da vida pública, isto é, à esfera política. Do ponto de vista político, a consciência é o *cidadão*, ou seja, a consciência definida pela participação direta ou indireta na esfera pública dos direitos e deveres civis e sociais, das leis e do poder político.

A consciência moral (a pessoa) e a consciência política (o cidadão) formam-se pelas relações entre as vivências do eu (psicológico) e os valores e as instituições de sua sociedade ou de sua cultura. São as maneiras pelas quais nos relacionamos com os outros por meio de comportamentos e de práticas determinados pelos códigos morais e políticos.

Esses códigos éticos e políticos dependem do modo como uma cultura e uma sociedade determinada definem o bem e o mal, o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, o privado e o público.

O *eu* é a consciência como uma vivência psíquica e uma experiência que se realiza na forma de comportamentos e sentimentos; a *pessoa* é a consciência como agente moral; o *cidadão* é a consciência como agente político. O eu e a pessoa também definem a figura do artista e, no caso da arte politicamente participante, o artista é também cidadão. Veja como isso se expressa na canção "Flor de mulher", da *rapper* Luana Hansen:



Maurício Santana/Agência France-Presse

A *rapper* feminista Luana Hansen se apresenta na cidade de São Paulo (SP), em 2015, durante evento que reuniu artistas e coletivos urbanos em favor do fim da pobreza e da desigualdade e por medidas contra o aquecimento global.

Mulher, no topo da estatística
32 anos, uma pobre vítima
Vivendo num sistema machista e patriarcal
Onde se espancar uma mulher é natural
A dona do lar, a dupla jornada
Sempre oprimida, desvalorizada
Até quando eu vou passar despercebida
A cada 5 minutos uma mulher é agredida
E você, pensa que isso é um absurdo?
A cada hora duas mulheres sofrem abuso
Sair pra trabalhar, pra quê?
Pra ser encoxada por um "zé" feito você
Que diz:
"Eu não consegui me controlar
Olha o tamanho da roupa que ela usa, rapá!"
[...]
Levante a sua voz e me diz qual é que é
É embaçado ou não é... ser mulher?
[...]
No seu jardim nasceu a flor desobediente
Enquanto ela existir vai ser diferente
Destruindo e criando
Saltando barreiras
A faraó, a verdadeira
Valente imperatriz, revolucionária
A pioneira, nunca retardatária!
Símbolo da mais pura ousadia
A venenosa, erva daninha
Líder nata, maestrina
Mulher Ipanema, heroína
No grito e no ferro
Que nunca se entrega
Quebrando o tabu
Destruindo as regras
Autêntica, polêmica, combatente
Coloca a mulher sempre à frente [...]

HANSEN, Luana. "Flor de mulher". Letra disponível em: <www.vagalume.com.br/mc-luana-hansen/flor-de-mulher>. Acesso em: 10 mar. 2016.

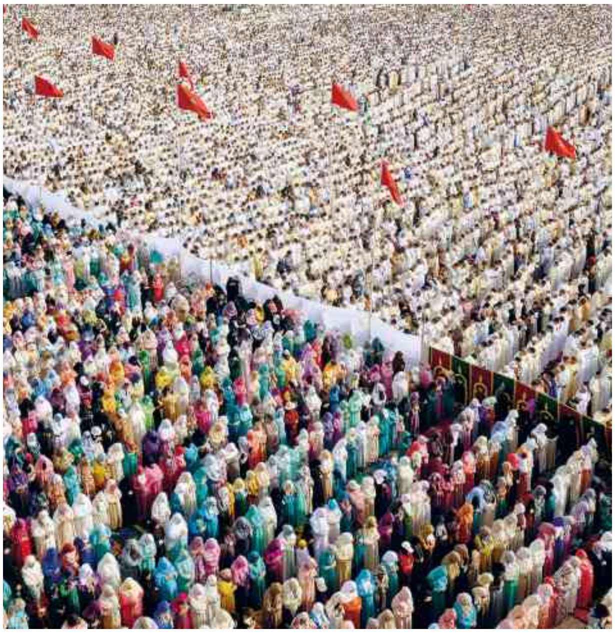
Resumindo nosso percurso: sujeito, eu, pessoa e cidadão constituem a consciência como **subjetividade**, capaz de estabelecer identidade consigo mesma, de ter conhecimento verdadeiro, de tomar decisões livres, de conhecer direitos e obrigações e de criar obras de arte.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Vimos que o *eu* é a consciência como uma vivência psíquica e uma experiência que se realiza na forma de comportamento. No entanto, há várias formas de manifestação e expressão do eu nas diversas sociedades existentes. Por exemplo, é da tradição muçulmana que as mulheres adotem determinados comportamentos que, para os ocidentais, podem parecer repressivos, assim como nas sociedades ocidentais são estimulados comportamentos femininos que seriam inaceitáveis numa perspectiva muçulmana.

Faça uma pesquisa buscando identificar algumas formas de manifestação da consciência em uma sociedade como a brasileira. Tome nota dos comportamentos, dos hábitos, do modo de educação e dos aspectos da tradição que alimentam o imaginário dos grupos que você escolheu. Escreva um texto com os dados da sua pesquisa, caracterizando as formas de manifestação e as comparando entre si. Não se esqueça de considerar os aspectos éticos e socioculturais de nossa sociedade.


Fadel Senna/Agência France-Presse

Homens e mulheres fazem, separadamente, as orações que marcam o fim do Ramadã de 2015 (ano 1436 do calendário islâmico), em Sale, no Marrocos. Durante o mês do Ramadã, todo muçulmano deve jejuar e se abster de relações sexuais entre o amanhecer e o crepúsculo.

Em síntese

1. Caracterize brevemente as concepções de realidade de Heráclito, Parmênides e Demócrito, apontando as divergências e convergências existentes entre elas.

2. Como Sócrates se opunha aos sofistas em relação ao conhecimento da verdade?

3. Diferencie as posturas de Platão e de Aristóteles com relação à validade e à importância dos conhecimentos sensíveis e inteligíveis.

4. Quais mudanças as religiões reveladas realizaram na filosofia? Para você, fé e razão são compatíveis ou incompatíveis? Justifique sua resposta.

5. Por que os filósofos modernos tiveram que encontrar um novo caminho para a filosofia perante a presença das religiões reveladas?

6. Por que os filósofos modernos contestaram o poder das autoridades sobre a razão?

7. Explique por que a pergunta “Como o conhecimento da verdade é possível?” é crucial para os filósofos modernos.

8. Por que a crítica da autoridade e a pergunta moderna sobre a possibilidade do conhecimento verdadeiro levaram à ideia de método?

9. Qual é a importância da crítica dos ídolos feita por Francis Bacon?

10. Qual é a função do método para Descartes? Como ele deve operar?

11. Como se dão a combinação e a associação de imagens e de ideias na teoria do conhecimento de Locke? Como é o processo de abstração no conhecimento? Dê novos exemplos para ambas as respostas.

12. Qual é a diferença principal entre empirismo e racionalismo?

13. O que é o sujeito do conhecimento? Explique o que é a consciência reflexiva.

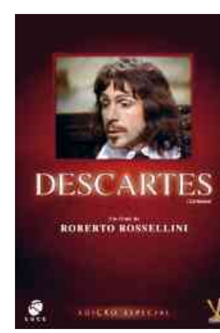
14. Caracterize brevemente o conceito de consciência, diferenciando suas dimensões psicológica, ética, política e artística. Dê exemplos dessas diferentes dimensões da consciência.

Indicações

Descartes

- **Direção de Roberto Rossellini. Itália/França, 1974.**

Neste longa-metragem que integra uma série sobre filósofos, o diretor Roberto Rossellini reconstitui a trajetória de René Descartes, trazendo os aspectos mais importantes de seu pensamento.



Mario Montuori/RAI

Capa do DVD *Descartes*, dirigido por Roberto Rossellini.

A escolha de Sofia

- **Direção de Alan J. Pakula. Estados Unidos, 1982.**

As dimensões política, ética e psicológica entrelaçam-se na história de Sofia (Meryl Streep), uma imigrante polonesa nos Estados Unidos que conhece o escritor Stingo (Peter MacNicol) e lhe conta sobre as difíceis escolhas que teve de fazer durante a Segunda Guerra Mundial.



Nestor Almendros/Keith Barish Production

Cena do filme *A escolha de Sofia*.



Reprodução/Ed. Biblioteca Azul

Capa do livro *Fahrenheit 451*.

Fahrenheit 451

- **Escrito por Ray Bradbury. Globo, 2013.**

Em uma sociedade totalitária em que os livros foram proibidos, bombeiros incineram os volumes remanescentes e perseguem quem desafia essa regra. O desejo de preservar o conhecimento e o espírito crítico leva um grupo de pessoas a ler e decorar os textos na clandestinidade.

CAPÍTULO 14 Percepção, memória e imaginação

Reprodução/Galeria Doria Pamphilj, Roma, Itália.



Reprodução/Des Moines Art Center, Des Moines, Iowa, EUA.



ARTE E PERCEPÇÃO

Como seres humanos, somos dotados de percepção, memória e imaginação. As artes são uma das áreas em que o entrelaçamento desses três aspectos está mais evidente. Ao tomar contato com o *Retrato do papa Inocêncio X* (1650), de Diego Velázquez (1599-1650), o artista irlandês Francis Bacon (1909-1992) ficou tão impressionado que iniciou uma série de pinturas inspiradas nele. Neste *Estudo sobre o retrato do papa Inocêncio X segundo Velázquez* (1953), a figura austera do papa ganha cores escuras e é representada em um grito, sendo parcialmente ocultada por pinceladas que Bacon comparou a "dobras de uma cortina".

Sensação e percepção

O conhecimento empírico ou sensível também é chamado *experiência sensível*, e suas formas principais são a **sensação** e a **percepção**.

A sensação é o que nos dá as qualidades exteriores dos objetos e os efeitos internos dessas qualidades em nós.

Tuca Vieira/Folhapress



Degustador profissional faz prova de café em Piraju (SP), em 2007.

Sentimos o quente e o frio, provamos o doce e o amargo, tocamos o liso e o rugoso, vemos o roxo e o verde, ouvimos o barulho e o silêncio. As qualidades internas, que se passam em nosso corpo ou em nossa mente pelo contato com as coisas sensíveis, também são sentidas: prazer, dor, desagrado.

Sentir é algo ambíguo, pois o sensível é, ao mesmo tempo, a qualidade que está no objeto externo e o sentimento que nosso corpo possui das qualidades sentidas. Por isso, a tradição costuma dizer que a sensação é uma reação corporal imediata a um estímulo externo, sem que seja possível distinguir entre o estímulo exterior e o sentimento interior.

Ninguém diz que sente o quente, vê o azul e engole o amargo, mas dizemos que a água *está* quente, que o céu *é* azul e que o alimento *está* amargo. Além disso, quando, por exemplo, percebemos a água, não percebemos apenas sua temperatura, mas também sua transparência, seu movimento ou repouso, isto é, várias de suas características. Ainda que façamos referência a apenas uma qualidade (por exemplo, à temperatura da água), outras sensações (como sua transparência ou seu movimento) estarão presentes. Por isso se diz que, na realidade, não temos uma sensação isolada de outras, e sim várias sensações ao mesmo tempo ou uma associação ou síntese de várias sensações. Essa síntese é a *percepção*.

As perspectivas do empirismo e do racionalismo

Duas grandes concepções sobre a sensação e a percepção fazem parte da tradição filosófica: a **empirista** e a **racionalista**.

Para os empiristas, a sensação e a percepção são causadas pela relação entre estímulos externos, órgãos dos sentidos e o cérebro. Depois que esses estímulos agem sobre nossos sentidos e sobre o nosso sistema nervoso, nosso cérebro envia de volta uma resposta que percorre nosso sistema nervoso até chegar aos nossos sentidos na forma de uma sensação (uma cor, um sabor, um odor) ou na forma de uma associação de sensações numa percepção (vejo um objeto vermelho, sinto o sabor de uma carne, sinto o cheiro da rosa, etc.).

A sensação é pontual para um empirista: um ponto do objeto externo entra em contato com um de meus órgãos dos sentidos e faz um percurso no interior do meu corpo, indo ao cérebro e voltando às extremidades sensoriais. Cada sensação é independente das outras, cabendo à percepção unificá-las e organizá-las numa síntese.

A causa do conhecimento sensível é a coisa externa, de modo que a sensação e a percepção são efeitos passivos de uma atividade dos corpos exteriores sobre o nosso corpo. O conhecimento é obtido por soma e associação das sensações na percepção, e depende da frequência, da repetição e da sucessão dos estímulos externos e de nossos hábitos.

Para os racionalistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento, e a coisa exterior é apenas a ocasião para que tenhamos a sensação ou a percepção. Nesse caso, o sujeito é ativo, e a coisa externa é passiva, ou seja, sentir e perceber são consequências da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e recompô-lo, dando-lhe organização e significação (a percepção). A passagem da sensação para a percepção é, aqui, realizada pelo entendimento do sujeito do conhecimento.

Psicologia da forma e fenomenologia

No século XX, porém, a filosofia superou essas duas tradições numa nova concepção do conhecimento sensível. As mudanças foram trazidas pela fenomenologia do filósofo austríaco Edmund Husserl (1859-1938) e pela Psicologia da forma ou da ***gestalt***.

Ambas mostraram:

- contra o empirismo: que a sensação não é uma resposta físico-fisiológica pontual a um estímulo externo também pontual;
- contra o racionalismo: que a percepção não é uma síntese das sensações realizada pelo pensamento;
- contra ambos: que não há diferença entre sensação e percepção.

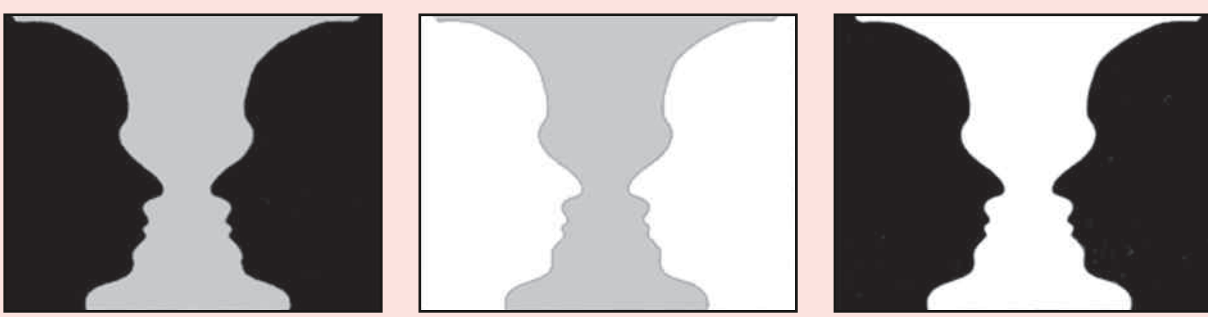
Empiristas e racionalistas, apesar de suas diferenças, concordavam que a sensação era uma relação de causa e efeito entre pontos das coisas e pontos de nosso corpo. As coisas seriam como mosaicos de qualidades isoladas, e nosso aparelho sensorial também seria um mosaico de receptores isolados. Por isso, a percepção era considerada a atividade que "juntava" as partes numa síntese que seria o objeto percebido.

Fenomenologia e Psicologia da *gestalt*, porém, mostraram que não há diferença entre sensação e percepção porque nunca temos sensações parciais, pontuais ou elementares, que depois o espírito organiza como percepção de um único objeto. Sentimos e percebemos *formas, totalidades estruturadas dotadas de sentido ou de significação*.

Assim, por exemplo, ter a sensação e a percepção de um cavalo é sentir/perceber de uma só vez sua cor, suas partes, sua face, seu lombo, sua crina e seu rabo, seu porte, seu cheiro, seus ruídos, seus movimentos. O cavalo-percebido não é um feixe de qualidades isoladas que enviam estímulos aos meus órgãos dos sentidos (como suporia o empirista) nem um objeto esperando que meu pensamento diga às minhas sensações "Esta coisa é um cavalo" (como suporia o racionalista). O cavalo-percebido não é um mosaico de estímulos (empirismo) nem uma ideia (intelectualismo), mas é, exatamente, um cavalo-*percebido*.

gestalt: palavra alemã que significa 'configuração', 'figura estruturada', 'forma'.

As experiências da Psicologia da *gestalt*



A **B** **C**

As experiências de figura e fundo mostram que não temos sensações parciais, mas percepções globais de uma forma ou de uma estrutura. Nas três figuras, ora percebemos dois perfis de uma cor sobre um fundo de outra cor, ora percebemos um cálice de uma cor sobre um fundo de outra cor. Ou seja, percebemos *formas* ou uma relação entre figura e fundo.



As experiências com formas "incompletas" mostram que a percepção sempre percebe uma totalidade, uma forma completa. Se percebêssemos sensações pontuais e isoladas, veríamos uma linha incompleta, e não uma árvore (um todo).

Se a percepção fosse uma soma de sensações parciais e se cada sensação dependesse dos estímulos diretos que as coisas produzissem em nossos órgãos dos sentidos, então perceberíamos que as duas linhas são objetivamente do mesmo tamanho. No entanto, nós as percebemos como tendo comprimentos diferentes porque as percebemos como formas ou totalidades diferentes:



O que é a percepção

Com a fenomenologia e a Psicologia da *gestalt* surge uma nova compreensão da percepção.

A percepção possui as seguintes características:

- é o conhecimento sensorial de formas ou de totalidades organizadas e dotadas de sentido, e não uma soma de sensações elementares. Sensação e percepção são o mesmo;
- é uma vivência corporal, de modo que a situação e as condições de nosso corpo são tão importantes quanto a situação e as condições dos objetos percebidos;
- é uma experiência dotada de significação e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências;
- depende do próprio mundo exterior, que não é uma coleção ou uma soma de coisas isoladas, mas está organizado em formas e estruturas complexas dotadas de sentido. A relação dá sentido ao percebido e àquele que percebe, e um não existe sem o outro;
- leva-nos a dar às coisas percebidas novos sentidos e novos valores, pois elas fazem parte de nossa vida e nós interagimos com o mundo;
- estabelece relações entre nosso corpo, os corpos dos outros sujeitos e os corpos das coisas. Trata-se de uma relação complexa num campo de significações visuais, táteis, olfativas, gustativas, sonoras, motrizes, espaciais, temporais e linguísticas;
- envolve toda nossa personalidade, nossa história pessoal, nossa afetividade, nossos desejos e paixões. Quando percebemos uma pessoa, por exemplo, não temos uma coleção de sensações que nos dariam as partes isoladas de seu corpo, mas a percebemos como tendo uma fisionomia, e por essa percepção definimos nosso modo de relação com ela;
- envolve nossa vida social, isto é, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função. Objetos que para nossa sociedade não causam temor podem causar numa outra sociedade;
- oferece-nos um acesso ao mundo dos objetos práticos e instrumentais, isto é, nos orienta para a ação cotidiana e para as ações técnicas mais simples;
- está sujeita a uma forma especial de erro, que é a ilusão. Esta pode ser causada pela confusão entre várias percepções e várias ideias, o que nos leva a tomar uma coisa por outra, mas também pelas condições de nosso corpo e do objeto.



Gil Grossi/Acervo do fotógrafo

As companhias Joint Forces Dance Company e Núcleo Dança Aberta apresentam o espetáculo de dança inclusiva (*danceability*) Joy Lab Research, em 2007. O dançarino recria o corpo humano e o ritmo do próprio mundo.

Leituras filosóficas

O corpo e o mundo

Uma coisa permanece misteriosa enquanto consideramos suas diferentes qualidades (sua cor, seu sabor, por exemplo) como dados que pertencem a mundos completamente diferentes: o da visão, o do olfato, o do tato, etc. A psicologia moderna, porém, [...] *observou justamente que cada uma das qualidades, longe de ser rigorosamente isolada, tem uma significação que a coloca em correspondência com a dos outros sentidos. E essa significação é também afetiva. Por exemplo, como sabem muito bem aqueles que tiveram de escolher um tapete e a cor das paredes para um apartamento, cada cor configura uma espécie de atmosfera, torna-se triste ou alegre, deprimente ou revigorante, e como o mesmo ocorre com os sons ou com os dados táteis, pode-se dizer que cada qualidade visual equivale a um certo som ou a uma certa temperatura* [...]. *Por exemplo, dizer que o mel é açucarado e viscoso são duas maneiras de dizer a mesma coisa, ou seja, uma certa relação da coisa conosco ou um certo comportamento que ela nos sugere ou nos impõe, uma certa maneira que ela tem de seduzir, de atrair, de fascinar o sujeito que se encontra confrontado com ela. O mel é um certo comportamento do mundo com relação ao meu corpo e a mim.* [...] *As coisas, portanto, não são simples objetos neutros que comtemplaríamos diante de nós; cada uma delas simboliza e evoca para nós um certo comportamento, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis.* [...] *Nossa relação com as coisas não é uma relação distante, cada uma fala ao nosso corpo e à nossa vida e, inversamente, elas vivem em nós como emblemas das condutas que amamos ou detestamos.*

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas - 1948.* São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 20, 22, 23.

- Com base no que você aprendeu sobre a sensação e a percepção, explique com suas palavras o que Merleau-Ponty quis dizer nesse texto.

A memória

A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo. Uma das obras mais significativas da literatura universal contemporânea é dedicada a ela: *Em busca do tempo perdido*, do escritor francês Marcel Proust (1871-1922). Para Proust, como para alguns filósofos, a memória é a garantia de nossa própria identidade, o modo de podermos dizer "eu" reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo o que somos e fazemos.

> [...] *a memória involuntária* [...] *é a única verdadeira, já que a memória voluntária, a memória da inteligência e dos olhos, só nos dá do passado* fac-símiles *inexatos que não se parecem com ele, como os quadros ruins dos pintores que não retratam a primavera.*
>
> PROUST, Marcel. *O homem, o escritor, a obra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 80.

Como consciência da diferença temporal – passado, presente e futuro –, a memória é uma forma de percepção interna chamada *introspecção*. Seu objeto é interior ao sujeito do conhecimento.

A memória em nossa sociedade

Além da dimensão pessoal e introspectiva da memória, é preciso mencionar sua dimensão coletiva ou social, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos de uma sociedade.

Em nossa sociedade, a memória é valorizada e desvalorizada. É valorizada com a multiplicação dos meios de registro e gravação dos fatos, acontecimentos e pessoas (fotografias, computadores, filmes, vídeos, discos, livros) e das instituições que os preservam (bibliotecas, museus, arquivos, redes virtuais). É também valorizada por algumas ciências, como é o caso da biologia molecular, que fala em "memória genética" para referir-se à permanência de propriedades, qualidades, traços e aspectos dos seres vivos e à transmissão dessas características de geração em geração.

A memória, contudo, é também desvalorizada porque não é considerada uma capacidade essencial para o conhecimento. Além disso, a publicidade e a propaganda nos fazem preferir o "novo", o "moderno", a "última moda", pois a indústria e o comércio só terão lucros se não conservarmos as coisas e quisermos sempre o "novo".

A desvalorização da memória também aparece na proliferação de objetos descartáveis, lançados fora logo após seu uso, e na maneira como a indústria imobiliária altera cidades inteiras para torná-las "modernas", destruindo a memória e a história delas.

Aparece também naquilo que mencionamos na Unidade 1, quando nos referimos aos novos objetos tecnológicos, que reduzem o tempo apenas ao instante presente. Aplicativos e redes sociais, por exemplo, valorizam o que é instantâneo e pode ser deletado ou apagado sem deixar rastro. Essa desvalorização da memória também aparece na maneira como se fala da "memória" de um computador, entendida simplesmente como armazenamento de dados, desprovida de vivência e afeto.

Por fim, essa desvalorização aparece no descaso pelos idosos em nossa sociedade, considerados inúteis e inservíveis. Em outras, ao contrário, os idosos são considerados portadores de todo o saber da coletividade, respeitados e admirados por todos.

Como explicar a memória?

A memória é uma atualização ou uma presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça futuramente como lembrança.

Alguns estudiosos julgaram que a memória seria um fato puramente biológico, isto é, um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e ideias, gestos e palavras. Para esses estudiosos, a memória se reduziria ao registro ou à gravação automática pelo cérebro de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos. Essa teoria, porém, não se sustenta.

Em primeiro lugar, se a memória fosse mero registro cerebral de fatos e coisas passados (como é o caso do disco rígido do computador), não se poderia explicar o fenômeno da lembrança. Ou seja, não só selecionamos e escolhemos o que lembramos como a própria lembrança tem aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (há lembranças alegres e tristes, há saudade, há arrependimento e remorso).

Em segundo lugar, também não se poderia explicar o esquecimento. Se tudo está registrado e gravado em nosso cérebro (como é o caso do computador), não poderíamos nos esquecer de coisa alguma nem ter dificuldade para nos lembrar de certas coisas e facilidade para recordar outras tantas.

Não que não haja componentes biológicos, fisiológicos ou cerebrais na memória. Os estudos científicos mostram não só as zonas do cérebro responsáveis pela memória, como também o papel de algumas substâncias químicas na produção e conservação dela. No entanto, os aspectos biológicos e químicos da memória não explicam o fenômeno em sua totalidade.

Podemos dizer que, em nosso processo de memorização e formação de lembranças, entram componentes objetivos (estudados pelas Ciências Biológicas) e componentes subjetivos (estudados pela Filosofia, pela Psicologia e pela Arte).



Coleção V8/Centro de Memória-Unicamp



João Alved/Acervo do fotógrafo

À esquerda, o antigo Teatro Municipal Carlos Gomes, em Campinas (SP), em foto de 1952. Inaugurado em 1930, o teatro foi demolido 35 anos depois, em razão da falta de manutenção. Seu terreno foi transformado em estacionamento e, logo após, sediou uma loja de departamentos. Hoje, ele dá lugar à praça Rui Barbosa (à direita, em foto de 2013).

A imaginação

A imaginação possui dois sentidos: o criador e o reprodutor. No primeiro caso, ela faz aparecer o que não existia ou mostra ser possível algo que não existe. No segundo, ela é capaz de reproduzir o existente ou o acontecido.

A tradição filosófica priorizou a imaginação reprodutora, considerada um resíduo da percepção. A imagem seria um rastro ou um vestígio do objeto percebido deixado pela percepção em nossa consciência.

Os empiristas falam das imagens como reflexos mentais das percepções ou das impressões, cujos traços foram gravados no cérebro. Desse ponto de vista, a imagem e a lembrança difeririam apenas porque a primeira é atual, enquanto a segunda é passada. A imagem seria, portanto, a reprodução presente que faço de coisas ou situações presentes. Por exemplo, se neste momento eu fechar os olhos, posso imaginar o computador, a mesa de trabalho, os livros nas estantes, a porta, a janela. A imagem seria a coisa atual percebida quando ausente. Seria uma percepção enfraquecida, que associada a outras, formaria as ideias no pensamento.

Os filósofos racionalistas também consideram a imaginação uma forma enfraquecida da percepção. Por considerarem a percepção a principal causa de nossos erros (as ilusões e as deformações da realidade), também julgam a imaginação fonte de enganos e erros. Além disso, tomam-na como meramente reprodutora. Assim, a imaginação dos artistas nada mais faria do que juntar de maneira nova imagens de coisas percebidas: um cavalo alado é a junção da imagem de um cavalo percebido com a imagem de asas percebidas; um romance seria a reunião de imagens de pessoas percebidas que, realmente, nunca estiveram juntas e de acontecimentos percebidos que não se deram na forma e na sequência narradas; etc.

A imaginação reproduziria a percepção diretamente, no campo do conhecimento, e indiretamente, no campo da fantasia. Por isso, na tradição filosófica, costumava-se usar a palavra *imaginação* como sinônimo de percepção ou como um aspecto da percepção. Percebemos imagens das coisas, dizia a tradição.

A fenomenologia e a imaginação

Distanciando-se da tradição, a fenomenologia fala na consciência cognitiva como uma forma de consciência que parte da *diferença* entre a imaginação, a percepção e a memória. O ato da consciência imaginativa é o imaginar, e seu conteúdo é o imaginado ou o objeto em imagem. A imaginação é a capacidade de a consciência fazer surgirem os objetos imaginários ou objetos em imagem. Em outras palavras, a fenomenologia toma a imaginação não como uma forma menor da percepção e da memória, mas como dotada de sentido próprio.

Pela imaginação, relacionamo-nos com o ausente e com o inexistente. Perceber este livro é relacionar-se com sua presença e existência. *Imaginar* um livro é relacionar-se com a imagem do livro, seja com a de um livro existente, escrito, mas ausente (guardado numa biblioteca, por exemplo), seja com a de um livro inexistente porque ainda não foi escrito e que é apenas um livro possível.

Graças à imaginação, abre-se para nós o tempo do que ainda não existe e o campo das coisas possíveis, isto é, do que poderia ou poderá vir a existir. A imaginação é criadora.



Owaki-Kulla/Corbis/Latinstock

Pai tenta sentir os primeiros sinais de seu filho na barriga da mãe. Graças à imaginação, abre-se para nós o tempo futuro.

Perceber e imaginar

Qual é a diferença entre perceber e imaginar? Há pelo menos duas diferenças, que são as principais.

1. A percepção observa as coisas, as pessoas, as situações, mas a imaginação não observa. Observar é jamais ter o objeto percebido de uma só vez e por inteiro, pois percebemos somente algumas de suas faces de cada vez. Por exemplo, não podemos perceber de uma só vez as seis faces de um cubo ou a frente e as costas de uma pessoa. Na imaginação, ao contrário, cada imagem põe o objeto por inteiro. O filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) dá um exemplo: quando imagino uma rua ou um edifício, tenho de uma só vez a rua em imagem ou o edifício em imagem; cada um deles possui uma única face e é ela que existe em imagem. Podemos ter muitas imagens da mesma rua ou do mesmo edifício, mas cada uma delas é uma imagem distinta das outras.

2. Se uma pessoa apaixonada tem diante de si a pintura ou a fotografia da pessoa amada, tem a imagem dela. Ao olhá-la, não olha para as manchas coloridas nem para os traços reproduzidos no papel, não presta atenção no trabalho do pintor nem no do fotógrafo, mas torna presente a pessoa amada ausente. Vejamos, por exemplo, um trecho da canção "Asa branca", de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira:

> [...]
> *Longe, longe, muitas léguas*
> *Numa triste solidão*
> *Espero a chuva cair de novo*
> *Para eu voltar pro meu sertão*
>
> *Quando o verde dos teus olhos*
> *se espalhar na plantação*
> *Eu te asseguro, não chores não, viu*
> *Eu voltarei, viu, meu coração*

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. Asa branca. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47081/>. Acesso em: 20 mar. 2016.

O eu lírico se dirige à mulher amada, Rosinha, que ficou no sertão, mas promete que voltará para ela "quando o verde dos teus olhos se espalhar na plantação". Não percebemos Rosinha nem o sertão que o eu lírico teve de abandonar, mas os imaginamos porque ele os presentifica por meio dos "olhos verdes" da mulher amada. Evidentemente, o verde dos olhos de Rosinha não sairá de seu corpo para se espalhar pela plantação. Com essa imagem o artista torna presente a amada ausente – o verde dos olhos dela – e também torna presente um tempo futuro – o verde na plantação, quando não houver seca. E assim, os olhos de Rosinha são como o campo verdejante, e ambos criam em nós o sentimento de beleza e felicidade.

Com isso, podemos apontar a segunda diferença entre o percebido e o imaginado: a imagem é diferente do percebido porque ela é um **análogo** do ausente, a presentificação de algo ausente. As artes são, mais do que qualquer outra atividade humana, o mundo criado pela imaginação.

A imaginação também está presente nas coisas simples da vida cotidiana. Quando a criança brinca, sua imaginação desfaz a percepção: todos os objetos, todas as pessoas e todos os lugares nada têm a ver com seu sentido percebido, mas remetem a outros sentidos, criam sentidos inexistentes ou presentificam o ausente. Um armário é um navio em imagem, um tapete é o mar em imagem, uma vassoura é uma espada em imagem, uma folha de jornal é um mapa em imagem, um avental preso às costas é uma capa em imagem. A imaginação é, assim, uma *capacidade irrealizadora*, ou seja, ela *cria* o que não existe (no caso da criança, os objetos existem, mas mudaram inteiramente de sentido).

A força irrealizadora da imaginação significa que ela é capaz de tornar ausente o que está presente (o armário deixa de estar presente para em seu lugar surgir um navio), de tornar presente o ausente (o navio torna-se presente) e criar inteiramente o inexistente (a aventura nos mares). É por isso que a imaginação tem também uma força prospectiva, isto é, consegue inventar o futuro, como na canção "Imagine", de John Lennon, ou como na invenção de uma teoria científica ou de um objeto técnico.

Por sua força irrealizadora, a imaginação também pode levar-nos a inventar um mundo irreal, que julgamos melhor do que o nosso, a ponto de nos recusarmos a viver neste mundo para "viver" imaginariamente naquele, perdendo todo o contato com o real. É o que acontece, por exemplo, na loucura, quando definitivamente passamos para o "outro lado" motivados por algum distúrbio mental que afeta nossa razão. Mas é também o que acontece todos os dias, quando sonhamos ou entramos em devaneio.

análogo: ao se referir a uma imagem, esse termo significa que não há desproporção entre ela e aquilo de que é imagem, ou seja, que há pontos em comum entre o percebido e a imagem dele.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Sociologia e História.

Leia este texto da psicóloga Ecléa Bosi, que trata da relação entre crianças e idosos.

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita: mergulha nas raízes da história vivida, ou melhor, sobrevivida das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não haveria a memória.

Enquanto os pais se entregam a atividades da idade adulta, a criança recebe inúmeras noções dos avós, dos empregados [...]*. Aos avós não cabe a tarefa definida da educação dos netos: o tempo que lhes é concedido de convívio se entretém de carícias, histórias e brincadeiras* [...] *dos armários saem coisas doces fora de hora, o presente já não interessa, pois nem os netinhos nem os velhos atuam sobre ele, tudo se volta para o passado: "Você, quando crescer, será como o vovô, que na sua idade também brincava de escrever...".*

[...] *Integrados em nossa geração, vivendo experiências que enriquecem a idade madura, dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas, ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento. Os jovens nos olharão com estranheza, curiosidade; nossos valores mais queridos lhes parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que, às vezes, os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes.*

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade:* lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 31 e 33.

1. Retome os conceitos de socialização, de reprodução social e de transformação social, vistos em Sociologia. Em que medida essas ideias convergem ou divergem do que é apresentado no texto acima? Reflita e escreva um breve texto a respeito.

2. Por muito tempo predominaram, na pesquisa e no ensino de História, as grandes narrativas centradas em líderes e detentores do poder. A partir da segunda metade do século XX, porém, a história oral ganhou cada vez mais importância – isto é, a história que se baseia em depoimentos de pessoas comuns. Por que essa dimensão da História é tão ou mais importante que a tradicional? O que ela pode trazer de diferente, de especial? Forme um grupo com alguns colegas, discutam sobre o assunto e depois apresentem a conclusão do grupo para a turma.



Patrick Lin /Jean-Claudie Kalache/Disney/Pixar

Cena do longa-metragem de animação *Up: altas aventuras* (2009). Ao ver sua casa ameaçada de demolição, Carl decide fazê-la flutuar com balões, mas não sabe que terá de conviver com o jovem Russell.

Em síntese

1. O que é a sensação? Qual é a diferença entre as concepções empirista e racionalista de sensação?
2. Por que, antes da fenomenologia, se dizia que a percepção era a síntese de muitas sensações simultâneas?
3. Por que a fenomenologia e a Psicologia da forma discordam do empirismo e do racionalismo sobre a cisão existente entre sensação e percepção? Ilustre sua explicação com um novo exemplo.
4. Cite duas características do conceito de percepção e as ilustre com exemplos.
5. O que é a memória? Em sua resposta, ressalte sua importância social e sua relação com o tempo. Depois, descreva um objeto ou fato com o qual você julga ter uma relação de memória.
6. Antes das contribuições da fenomenologia, a filosofia entendia a imaginação de modo positivo ou negativo? Como essa corrente do pensamento mudou esse julgamento?
7. Quais são a diferença e a semelhança entre as concepções de imaginação do empirismo e do racionalismo? Em quais aspectos a concepção fenomenológica é diferente delas?

Indicações

Os narradores de Javé

- **Direção de Eliane Caffé. Brasil, 2003.**

Ao saberem que o vilarejo de Javé será inundado com a construção de uma hidrelétrica, seus moradores se empenham em transformar o local em patrimônio histórico. Para isso, passam a escrever a história da vila, agregando à narrativa a memória dos habitantes e as lendas dos antepassados.



Bananeira Filmes/Gullane Filmes/Riofilme

Cartaz do filme *Os narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé.

Uma escuridão bonita

- **Escrito por Ondjaki. Pallas, 2013.**

O que a escuridão provoca em nós? Que sensações ela nos traz e a que ela abre espaço? Este livro trata de como a escuridão atiça nossa imaginação, desde o medo na infância à criatividade e à possibilidade do encontro e das descobertas.



Antônio Jorge Gonçalves/Ed. Pallas

Capa do livro *Uma escuridão bonita*, de Ondjaki.

CAPÍTULO 15

Linguagem e pensamento

Jonne Roriz/Agência Estado



LINGUAGEM: MATÉRIA MALEÁVEL

A linguagem é um dos elementos fundamentais do processo de conhecimento e se mostra uma capacidade comum a todos os seres humanos. Ao mesmo tempo, contudo, essa capacidade é múltipla em suas formas e manifestações. Não apenas falamos línguas diferentes, como ainda somos capazes de aprender os idiomas uns dos outros para nos comunicarmos, para traduzir textos ou mesmo adaptar e incorporar palavras de outros idiomas ao nosso. Nas últimas décadas, por exemplo, linguistas e educadores propuseram formas de registrar idiomas indígenas usando o alfabeto romano – ou seja, o mesmo conjunto de signos usado para registros escritos em língua portuguesa. Na foto de 2008, indígenas do povo Baré aprendem a ler e escrever em escola no município de Fonte Boa (AM). Neste capítulo veremos como a filosofia buscou explicar os muitos aspectos da linguagem e suas relações com a inteligência e o pensamento.

A importância da linguagem

Na abertura da sua obra *Política*, Aristóteles (c. 384 a.C.--322 a.C.) afirma que somente o ser humano é um "animal político", isto é, social e cívico, porque somente ele é dotado de linguagem. Enquanto os outros animais possuem voz (*phoné*) e com ela exprimem dor e prazer, o ser humano possui a **palavra** (*lógos*) e, com ela, exprime o bom e o mau, o justo e o injusto. Exprimir e possuir em comum esses valores é o que torna possível a vida social e política e, dela, somente os homens são capazes.

Na mesma linha, o filósofo francês Rousseau (1712--1778) escreve, no primeiro capítulo do *Ensaio sobre a origem das línguas*, que "A palavra distingue os homens e os animais; a linguagem distingue as nações entre si. Não se sabe de onde é um homem antes que ele tenha falado".

O linguista Hjelmslev (1899-1965) afirma que "a linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos":

> *A linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base mais profunda da sociedade humana.*

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 1.

Rousseau considera que a linguagem nasce de uma profunda necessidade de comunicação:

> *Desde que um homem foi reconhecido por outro como um ser sensível, pensante e semelhante a si próprio, o desejo e a necessidade de comunicar-lhe seus sentimentos e pensamentos fizeram-no buscar meios para isto.*

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 259. (Os pensadores).

E foi por meio de gestos e vozes que nasceu a linguagem.

Por seu turno, Hjelmslev afirma que a linguagem é "o recurso último e indispensável do ser humano, seu refúgio nas horas solitárias em que o espírito luta contra a existência, e quando o conflito se resolve no monólogo do poeta e na meditação do pensador".

A linguagem, diz ele, está sempre à nossa volta, sempre pronta a envolver nossos pensamentos e sentimentos, acompanhando-nos em toda a nossa vida. Ela não é um simples acompanhamento do pensamento, "mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento", é "o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de geração a geração".

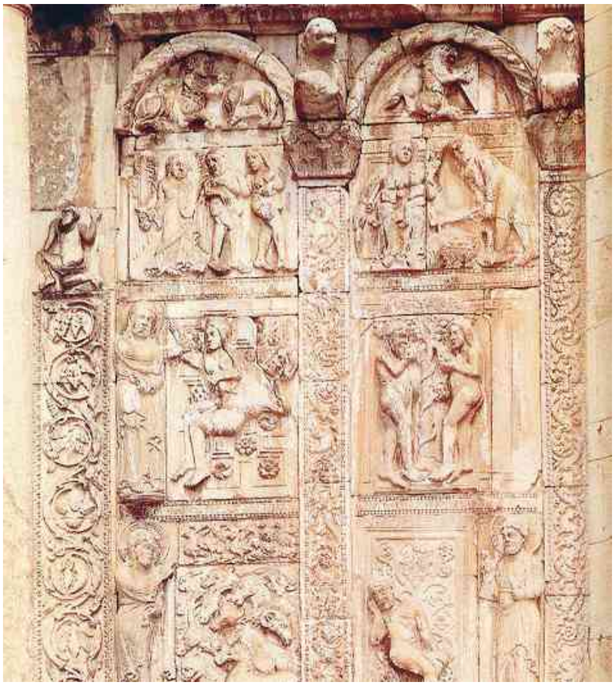
A linguagem é, assim, a forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes.

A força da linguagem

Podemos avaliar a força da linguagem tomando como exemplos os mitos e as religiões. A palavra grega *mythos*, como vimos, significa 'narrativa' e, portanto, 'linguagem'. Essa palavra narra a origem dos deuses, do mundo, dos seres humanos, das técnicas e da vida do grupo social ou da comunidade. Por isso, os mitos são mais do que uma simples narrativa: são a maneira pela qual, por meio das palavras, os seres humanos organizam a realidade e a interpretam.

O mito tem o poder de fazer com que as coisas sejam tais como são ditas ou pronunciadas. O melhor exemplo da força criadora da palavra encontra-se na abertura do Gênesis, na Bíblia judaico-cristã, em que Deus cria o mundo do nada, apenas usando a linguagem: "E Deus disse: Faça-se!", e foi feito. Porque Deus *disse, foi feito*.

Também vemos a força realizadora ou concretizadora da linguagem nas liturgias religiosas. Na missa católica, quando o celebrante pronuncia as palavras "Este é o meu corpo" e "Este é o meu sangue", realiza o mistério da eucaristia, isto é, a encarnação de Cristo no pão e no vinho.



Seis cenas do Gênesis (c. 1138), relevos do escultor conhecido como Mestre Niccolò na basílica de San Zeno, em Verona, Itália. Na mitologia bíblica judaico-cristã, a palavra divina tem uma força criadora.

Nos rituais religiosos indígenas e africanos, os deuses e heróis comparecem e se reúnem aos mortais quando invocados pelas palavras corretas, pronunciadas pelo celebrante. Isso também acontece em rituais de magia, quando coisas ocorrem por causa das palavras pronunciadas pelo mago. Basta ler os livros ou ver os filmes da série *Harry Potter* para constatar isso. Ou ainda nos espetáculos de mágica, em que, para fazer acontecer o inesperado, o mágico pronuncia a célebre expressão "Abracadabra!".

O poder encantatório da linguagem, isto é, o poder de fazer ser o que é dito ou transformar em realidade o que as palavras dizem, também aparece nos *tabus*. Um tabu é alguma coisa ou pessoa que não pode ser tocada, alguma palavra que não pode ser dita, algum gesto que não pode ser feito, pois a transgressão trará desgraças para o transgressor ou mesmo para o grupo inteiro. As palavras-tabus existem nos contextos religiosos e sociais de várias sociedades, sobretudo as que se referem a práticas sexuais.

A linguagem, assim, pode reunir o sagrado e o profano, trazer os deuses e as forças cósmicas para o meio do mundo e levar os humanos até o interior do sagrado. Eis por que, em quase todas as religiões, existem profetas e oráculos.

A existência de palavras místicas, mágicas, encantatórias ou tabus – acreditemos nelas ou não – revela o poder que atribuímos à linguagem. Esse poder decorre do fato de que as palavras são núcleos, sínteses ou feixes de significações, símbolos e valores que determinam o modo como interpretamos as forças divinas, naturais, sociais e políticas e suas relações conosco.

A origem da linguagem

Durante muito tempo, a filosofia preocupou-se em definir a origem e as causas da linguagem. Uma primeira divergência sobre o assunto surgiu na Grécia antiga a linguagem é natural aos seres humanos ou é uma convenção social? Se a linguagem for natural, as palavras terão um sentido próprio e necessário; se for convencional, serão decisões consensuais da sociedade e, nesse caso, arbitrárias.

Massimo Borchi/Atlantide Phototravel/Corbis



Placa no Aeroporto Internacional de Hong Kong, na China, em 2002, com a mesma informação escrita em duas línguas e em forma de ícones. A linguagem é inata ou é uma invenção humana?

Séculos mais tarde, essa discussão levou à seguinte conclusão: a **linguagem** como capacidade de expressão dos seres humanos é natural ou inata, isto é, os humanos nascem com uma aparelhagem física, anatômica e fisiológica que lhes permite expressarem-se pela palavra. No entanto, as diferentes **línguas** são convencionais, isto é, surgem de condições históricas, geográficas, econômicas e políticas determinadas – são fatos culturais.

Uma vez constituída uma língua, ela se torna uma estrutura ou um sistema dotado de necessidade interna e passa a funcionar como se fosse algo natural, com leis e princípios próprios, independentes dos sujeitos que a empregam.

Perguntar pela origem da linguagem levou a quatro tipos de resposta:

1. a linguagem nasce por imitação: os humanos imitam, pela voz, os sons da natureza. A origem da linguagem seria, portanto, a onomatopeia;

2. a linguagem nasce por imitação dos gestos: nasce como uma espécie de pantomima ou encenação, na qual o gesto indica um sentido. Pouco a pouco o gesto passou a se acompanhar de sons, e estes foram se tornando palavras;

3. a linguagem nasce da necessidade: a fome, a sede, a necessidade de se abrigar e se proteger ou de se reunir em grupo para se defender das intempéries, dos animais e de outros humanos mais fortes levaram à criação de palavras. Com isso, formou-se um vocabulário elementar e rudimentar que, gradativamente, tornou-se mais complexo e transformou-se em uma língua;

4. a linguagem nasce das emoções: o grito (medo, surpresa ou alegria), o choro (dor, medo, compaixão) e o riso (prazer, bem-estar, felicidade) seriam suas principais expressões.

Essas teorias não são excludentes. É muito possível que a linguagem tenha nascido de todas essas fontes ou **modos de expressão**, e os estudos de aquisição da linguagem mostram que uma criança se vale de todos esses meios para começar a se exprimir.

modos de expressão: uma linguagem se constitui quando a criança (e qualquer ser humano) passa dos *meios de expressão* aos *meios de significação*. Um gesto ou um grito *exprimem*, por exemplo, medo. Já palavras, frases e enunciados *significam* o que é medo, dizem qual é o sentido do sentimento de medo.

Empiristas e racionalistas diante da linguagem

Para os empiristas, uma imagem é a associação, pela mente do sujeito, de vários elementos independentes que provêm da sensação e dos movimentos corporais. Se, para um empirista, uma imagem é uma *síntese* de sensações e movimentos, consequentemente a linguagem é um conjunto de imagens corporais e mentais formadas por associação e repetição e que constituem imagens verbais, isto é, as palavras.

Embora os racionalistas aceitem que a *possibilidade* para falar, ouvir, escrever e ler esteja em nosso corpo (anatomia e fisiologia), eles afirmam que a *capacidade* para a linguagem é um fato do pensamento ou de nossa consciência. A linguagem, dizem eles, é apenas a tradução auditiva, oral, gráfica ou visível de nosso pensamento e de nossos sentimentos. Ela é um instrumento do pensamento para exprimir e transmitir conceitos, símbolos, ideias abstratas e valores.

O pensamento puro seria silencioso ou mudo e, para manifestar-se, formaria as palavras. Duas provas poderiam confirmar essa concepção da linguagem: o fato de que o pensamento procura e inventa palavras; e o fato de que podemos aprender outras línguas, porque o sentido de duas palavras diferentes em duas línguas diferentes pode ser o mesmo, e tal sentido é a ideia formada pelo pensamento para representar ou indicar as coisas.

A grande prova dos racionalistas contra os empiristas é a história de Helen Keller (1880-1968). Após ser acometida, ainda bebê, por uma doença, Helen Keller tornou-se cega, surda e muda. Se a linguagem dependesse exclusivamente de mecanismos e disposições corporais, Helen Keller jamais poderia chegar a ela.

Mas chegou. E chegou quando compreendeu a relação simbólica entre duas expressões diferentes: numa das mãos, sentia correr a água de uma torneira, enquanto a outra mão segurava um lápis e, guiada por sua professora, ia traçando a palavra *água*. Quando se tornou capaz de compreender que uma mão traduzia o que a outra sentia, tornou-se capaz de usar a linguagem, isto é, passou a usar a linguagem dos gestos, a escrever e a ler em braile.

Assim, dizem os racionalistas, a linguagem, longe de ser um mecanismo instintivo e biológico, é um fato puro da inteligência, uma atividade intelectual simbólica e de compreensão, uma pura tradução de pensamentos.



Bettmann/Corbis/Latinstock

Cena do filme *O milagre de Anne Sullivan* (1962), dirigido por Arthur Penn, com a atriz Patty Duke (Helen Keller), à direita, e Anne Bancroft (Anne Sullivan), à esquerda. A história é inspirada na biografia da ativista política estadunidense Helen Keller, que, em decorrência de uma doença quando bebê, ficou cega, surda e muda e contou com a ajuda de Sullivan para vencer seus limites e se comunicar.



Tirinha de *Calvin e Haroldo*, de Bill Watterson.

A posição da fenomenologia

O filósofo fenomenólogo Merleau-Ponty (1908-1961) negava que a linguagem fosse um conjunto de signos que indicasse as coisas e ajudasse a fixar seu sentido, como supõe um empirista, mas também recusava que ela fosse uma tradução ou exteriorização do pensamento, como supõe um racionalista.

Tomemos um exemplo. Quantas vezes, em uma conversa, alguém nos fala alguma coisa e dizemos “Puxa! Eu nunca tinha pensado nisso”, ou então “Você sabe que agora que você falou eu entendi melhor uma ideia que eu tinha, mas que eu não entendia muito bem”? O que torna possíveis essas frases? O fato de que a linguagem nos faz pensar *enquanto* falamos e ouvimos nos leva a compreender nossos próprios pensamentos, assim como os pensamentos de outros que falam conosco. As palavras nos fazem pensar e nos dão o que pensar porque são *significações*.

Acompanhemos o que diz Merleau-Ponty:

> *A palavra não é um signo do pensamento, se com isso entendermos um fenômeno que anuncia outro, como a fumaça é sinal de fogo ou anuncia o fogo. A palavra e o pensamento só teriam essa relação exterior se cada um deles fosse dado sem o outro e depois se encontrassem; na realidade, ambos estão envolvidos um no outro* [...]. *Também não podemos admitir, como se costuma supor comumente, que a palavra é um simples meio de fixação de um sentido, ou a vestimenta do pensamento.* [...] *As palavras são em si mesmas e por si mesmas um texto compreensível e possuem uma potência de significação que lhes é própria* [...]. *O pensamento não nasce da linguagem, nem a linguagem nasce do pensamento, nascem juntos e um não pode viver sem o outro.* [...] *A linguagem, longe de ser um simples signo dos objetos [como supõe um empirista] ou um instrumento do pensamento [como suporia um racionalista], habita as coisas e veicula significações. Naquele que fala, as palavras não traduzem um pensamento, mas são o pensamento se fazendo no ato de falar. E aquele que escuta recebe, pelas palavras, o próprio pensamento de outrem.*
>
> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945. p. 211, 214, 219. Texto traduzido.

A palavra é como o gesto: quando Helen Keller uniu o gesto de sentir a água e o de, guiada pela mão da professora, escrever a palavra *água*, ela compreendeu que o gesto e a palavra escrita exprimiam a mesma coisa, nasciam juntos para ela. Essa descoberta permitiu-lhe participar do mundo da comunicação e do pensamento.

O pensamento

Certa vez, o médico grego Hipócrates (c. 460 a.C.-370 a.C.) afirmou: “O pensamento é o passeio da alma”. Com isso, quis dizer que o pensamento é a maneira como nosso espírito parece sair de dentro de si mesmo e percorrer o mundo para conhecê-lo, sem encontrar obstáculos físicos para seu caminhar.

O pensamento é essa curiosa atividade por meio da qual saímos de nós mesmos sem sairmos de nosso interior. Por isso Merleau-Ponty escreveu que pensar é a maneira pela qual sair de si e entrar em si são uma só e mesma coisa. Como um voo sem sair do lugar. Assim, o pensamento é uma atividade pela qual a consciência ou a inteligência atentamente considera, avalia, pesa, equilibra, reúne, compreende, escolhe, entende e lê por dentro alguma coisa, isto é, sua ideia. O pensamento exprime nossa existência como seres racionais e capazes de conhecimento abstrato e intelectual. Acima de tudo, manifesta (como vimos ao estudar a lógica) sua

própria capacidade para dar a si mesmo leis, normas, regras e princípios a fim de alcançar a verdade de alguma coisa.

Quando pensamos, pomos em movimento o que nos vem da percepção, da imaginação, da memória. Apreendemos o sentido das palavras e encadeamos e articulamos significações, algumas vindas de nossa experiência sensível, outras de nosso raciocínio, outras formadas pelas relações entre imagens, palavras, lembranças e ideias anteriores. O pensamento apreende, compara, separa, analisa, reúne, ordena, sintetiza, conclui, reflete, decifra, interpreta, interroga.

A inteligência

A psicologia costuma definir a inteligência por sua função, atribuindo-lhe o objetivo de realizar nossa adaptação ao ambiente pelo estabelecimento de relações entre meios e fins para a solução de um problema ou de uma dificuldade. Essa definição concebe, portanto, a inteligência como uma atividade predominantemente prática e a distingue de duas outras que também têm finalidade adaptativa e relacionam meios e fins: o *instinto* e o *hábito*.

Compartilhamos o instinto e o hábito com os animais. O instinto nos leva automaticamente a buscar comida quando temos fome ou abrigo quando sentimos frio. Também nos leva a afastar a mão rapidamente de uma superfície muito quente que possa nos queimar.

O instinto é inato. Ao contrário, o hábito é adquirido, mas, depois de adquirido, tende a realizar-se automaticamente, como o instinto. Por exemplo, quem adquire o hábito de dirigir um veículo muda as marchas, pisa na embreagem, no acelerador ou no freio sem precisar pensar nessas operações. Quem aprende a patinar ou a nadar realiza maquinalmente os gestos necessários, depois de adquiri-los.

O instinto e o hábito tendem à repetição e ao automatismo das respostas aos problemas e são formas de comportamento cuja principal característica é a especificidade. A abelha sabe fazer uma colmeia, mas é incapaz de fazer um ninho; o joão-de-barro constrói uma "casa", mas é incapaz de fazer uma colmeia; posso aprender a nadar, mas esse hábito não me faz saber andar de bicicleta.

A inteligência difere do instinto e do hábito por sua flexibilidade, pela capacidade de encontrar novos meios para um novo fim, ou de adaptar meios existentes para uma finalidade nova, pela possibilidade de enfrentar de maneira diferente situações novas e inventar novas soluções para elas, pela capacidade de escolher entre vários meios possíveis e entre vários fins possíveis.

Nesse nível prático, a inteligência é capaz de criar *instrumentos*, isto é, de dar uma função nova e um sentido novo a coisas já existentes para que sirvam de meios a novos fins. Por exemplo, ao encontrar um caixote, uma criança poderá transformar sua finalidade (guardar coisas) e usá-lo como mesa; se estiver cansada, poderá transformar a mesa num banco e se sentar nele; se um objeto que ela queira tiver sido colocado num lugar alto, ela poderá transformar a mesa ou o banco numa escada para apanhá-lo.



Fagner Alves/Folhapress

Casa construída com 11 mil garrafas PET em Extrema (MG). Foto de 2016. A inteligência é capaz de dar uma função e um sentido novos a coisas existentes.

Inteligência e linguagem

Como já vimos, o exercício da inteligência como pensamento é inseparável da linguagem, pois a linguagem é o que nos permite estabelecer relações, concebê-las e compreendê-las. A linguagem articula percepções e memórias, percepções e imaginações, que, ao mesmo tempo, a inteligência interliga por meio de ideias.

O psicólogo Piaget (1896-1980), ao estudar a formação (ou a gênese) da inteligência nas crianças, mostrou como a aquisição da linguagem e a do pensamento caminham juntas. Assim, por exemplo, uma menina de 4 anos ainda não é capaz de pensar relações reversíveis porque não domina a linguagem desse tipo de relação. Caso se pergunte a ela: "Você tem um irmão?", ela responderá: "Sim". Se em seguida lhe perguntarmos: "Quem é o seu irmão?", ela responderá: "Pedrinho". No entanto, se lhe perguntarmos: "Pedrinho tem uma irmã?", ela dirá: "Não", pois a linguagem que ela possui permite-lhe estabelecer relações entre ela e o mundo, mas não entre o mundo e ela, isto é, uma relação reversível.

A inteligência humana, como atividade mental e de linguagem, pode ser definida como a capacidade para enfrentar ou colocar diante de si problemas práticos e teóricos. Ela é capaz de encontrar, elaborar ou conceber soluções para esses problemas, seja pela criação de instrumentos práticos, seja pela criação de significações e ideias. Caracteriza-se pela flexibilidade, plasticidade e inovação, bem como por poder transformar a própria realidade. A inteligência se realiza, portanto, como conhecimento e ação.

O conhecimento inteligente capta o sentido das palavras, interpreta-o, inventa novos sentidos para palavras antigas ou cria novas palavras para novos sentidos. Graças à linguagem, compartilhamos com outros os nossos conhecimentos, e vice-versa.

Comunicação, informação, memória cultural, transmissão, inovação e ruptura: eis o que a linguagem permite à inteligência. Clarificação, organização, ordenamento, análise, interpretação, compreensão, síntese, articulação: eis o que a inteligência oferece à linguagem.



Oficina de programação de ferramentas virtuais em Recife (PE), em 2014.

Inteligência e pensamento

A inteligência colhe, recolhe e reúne os dados oferecidos pela percepção, pela imaginação, pela memória e pela linguagem, formando redes de significações com as quais organizamos, ordenamos e damos sentido a nosso mundo e nossa vida. O pensamento, porém, vai além do trabalho da inteligência: abstrai os dados, separando-os das condições imediatas de nossa experiência, e os elabora na forma de conceitos, ideias e juízos, estabelecendo articulações internas e necessárias entre eles pelo raciocínio (indução e dedução), pela análise e pela síntese. Formula teorias e procura prová-las e verificá-las, pois está voltado para a verdade do conhecimento.

Da inteligência ao pensamento

Inteligência	Pensamento
◆ Observa que, após realizar o coito, animais como cachorros, gatos e bovinos levam uma gestação, à qual se segue o nascimento por meio do parto. ◆ Observa que os filhotes desses animais são amamentados em seus primeiros dias ou meses.	◆ Conclui que o coito pode não ser a única forma de reprodução dos animais, mas que aquelas espécies que a ela recorrem passam por etapas semelhantes. ◆ Classifica em um mesmo grupo os animais que procriam por meio do coito, levam adiante uma gestação e amamentam seus filhotes.

Um conceito ou uma ideia é uma rede de significações que nos oferece:

- o sentido interno e essencial daquilo a que se refere;
- os nexos causais ou as relações necessárias entre seus elementos, de sorte que por eles conhecemos a origem, os princípios, as consequências, as causas e os efeitos daquilo a que se refere.

O **conceito** ou **ideia** nos oferece a essência-significação necessária de alguma coisa, sua origem ou causa, suas consequências ou seus efeitos, seu modo de ser e de agir.

O pensamento expressa os nexos ou ligações dessas redes de significações por meio dos juízos (cuja forma básica, como já vimos, é "*S* é *P*" ou "*S* não é *P*"; "*S* causa *P*" ou "*S* não causa *P*"), pelos quais estabelecemos os elos internos e necessários entre um ser e suas qualidades, propriedades e atributos. É também por meio dos juízos que estabelecemos os elos entre um ser e aqueles predicados que lhe são acidentais e que podem ser retirados sem que isso afete seu sentido e sua realidade. Por exemplo, dizer que o calor é a causa da dilatação dos corpos é afirmar uma propriedade necessária ou um atributo necessário do calor, pois ele deixaria de ser calor sem isso. Porém, dizer que um pedaço de ferro está quente é afirmar uma propriedade acidental, pois, mesmo que estivesse frio, continuaria sendo ferro.

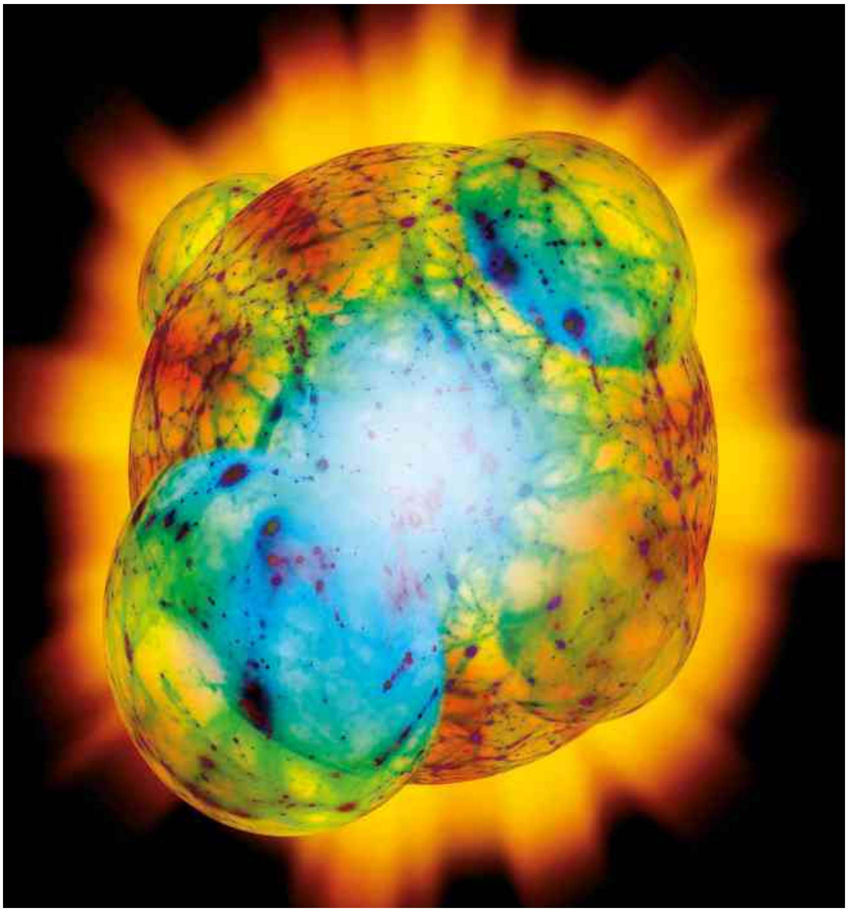
Um conjunto de juízos constitui uma teoria quando:

- estabelece com clareza um campo de objetos e os procedimentos para conhecê-los e enunciá-los;
- organiza e ordena os conceitos;
- articula-se e demonstra-se, verificando seu acordo com regras e princípios de racionalidade e demonstração.

Teoria é explicação, descrição e interpretação geral das causas, formas, modalidades e relações de um campo de objetos. Essas operações são conhecidas graças a procedimentos específicos, próprios da natureza dos objetos investigados.

O pensamento elabora teorias, ou seja, uma explicação ou interpretação intelectual de um conjunto de fenômenos e significações. Por isso falamos em teoria da relatividade, teoria genética, teoria psicanalítica, etc.

Além disso, o pensamento cria **métodos** para articular teoria e prática. Uma teoria pode ou não nascer diretamente de uma prática e ter ou não uma aplicação prática direta, mas não é a prática que permite determinar a verdade ou falsidade teórica, e sim critérios internos à própria teoria (como vimos no estudo da verdade, no Capítulo 10). A prática orienta o trabalho teórico e verifica suas conclusões, mas não determina sua verdade ou sua falsidade.

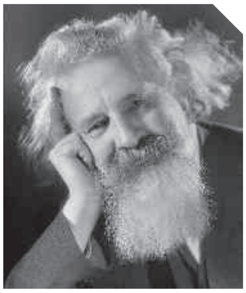


Detlev van Raveswaay/Science Photo Library/Latinstock

Ilustração digital do fenômeno do *big-bang*, teoria científica que se baseia na hipótese de que o Universo teria se desenvolvido e se expandido de um estado denso e quente há 13,7 bilhões de anos.

Leituras filosóficas

Experiência e razão



Arquivo AFP/Agência France-Presse

Bachelard em foto de 1961.

Com efeito, os cientistas [...] *declaram aceitar, em primeiro lugar,* [que] *as lições da experiência se trabalham nas ciências experimentais, ou os princípios da evidência racional se trabalham nas ciências matemáticas. Para eles, a hora da filosofia só chega depois do trabalho efetivo; concebem pois a filosofia das ciências como um resumo dos resultados gerais do pensamento científico, como uma coleção de fatos importantes. Dado que a ciência está sempre inacabada, a filosofia dos cientistas permanece sempre mais ou menos eclética, sempre aberta, sempre precária.* [...]

Por seu lado os filósofos [...] *consideram suficiente uma meditação deste pensamento coordenado, sem se preocuparem muito com o pluralismo e a variedade dos fatos.* [...] *Alguns poderão levar suficientemente longe o empirismo para pensarem que a experiência objetiva normal basta para explicar a coerência subjetiva. Mas não se é filósofo se não se tomar consciência, num determinado momento da reflexão, da coerência e da unidade do pensamento, se não se formularem as condições da síntese do saber. E é sempre em função desta unidade, desta coerência, desta síntese, que o filósofo coloca o problema geral do conhecimento. A ciência oferece-lhe então como que uma recolha particularmente rica de conhecimentos bem articulados.*

[...] *Se pudéssemos então traduzir filosoficamente o duplo movimento que atualmente anima o pensamento científico, aperceber-nos-íamos de que* [...] *o empirismo e o racionalismo estão ligados, no pensamento científico, por um estranho laço, tão forte como o que une o prazer à dor. Com efeito, um deles triunfa dando razão ao outro: o empirismo precisa de ser compreendido; o racionalismo precisa de ser aplicado. Um empirismo sem leis claras, sem leis coordenadas, sem leis dedutivas não pode ser pensado nem ensinado; um racionalismo sem provas palpáveis, sem aplicação à realidade imediata não pode convencer plenamente. O valor de uma lei empírica prova-se fazendo dela a base de um raciocínio. Legitima-se um raciocínio fazendo dele a base de uma experiência. A ciência* [...] *tem necessidade de um desenvolvimento dialético, porque cada noção se esclarece de uma forma complementar segundo dois pontos de vista filosóficos diferentes.*

BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 3-4. (Os pensadores).

1. Segundo o francês Gaston Bachelard (1884-1962), de que um filósofo depende para colocar o problema geral do conhecimento?

2. Qual é a crítica que Bachelard faz a empiristas e racionalistas no que diz respeito ao conhecimento científico? Que solução ele propõe?

O método como regulador do pensamento

Usar um **método** é seguir regular e ordenadamente um caminho por meio do qual se busca alcançar um objetivo. No caso do conhecimento, é o caminho ordenado que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais, com três finalidades:

1. conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida;

2. permitir a demonstração e a prova de uma verdade já conhecida;

3. permitir a verificação de conhecimentos para averiguar se são ou não verdadeiros.

método: palavra de origem grega (*méthodos*) formada por *meta* ('por meio de') e por *hodos* ('via', 'caminho').

O método é, portanto, um instrumento racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos, como já vimos no Capítulo 13. Nas várias formulações que recebeu no correr da história da filosofia e das ciências, sempre teve o papel de guiar o trabalho intelectual e avaliar os resultados obtidos.

Desde Aristóteles, a filosofia considera que, ao lado de um método geral que todo e qualquer conhecimento deve seguir, outros métodos, adequados à especificidade do objeto, são necessários. Dessa maneira, são diferentes entre si os métodos da Geometria e da Física, da Biologia e da Sociologia, e assim por diante.

É interessante notar, todavia, que filósofos e cientistas já chegaram a acreditar num método único para todos os

campos do conhecimento. Assim, Galileu (1564-1642) julgou que o método matemático deveria ser usado em todos os conhecimentos da natureza, pois, dizia ele, “a natureza é um livro escrito em caracteres matemáticos”. Descartes (1596-1650) foi mais longe e julgou que um só método deveria ser empregado pela filosofia e por todas as ciências, um método universal que estabelecesse, em qualquer campo do saber e para qualquer objeto, qual é a *ordem* necessária das ideias.

Os filósofos e os cientistas do fim do século XIX também afirmavam que um único método deveria ser seguido. Entusiasmados com o desenvolvimento da Física, julgaram que todos os campos do saber deveriam empregar o método usado por essa ciência da natureza, mesmo quando o objeto fosse o ser humano. Agora, não era tanto o conceito de ordenamento interno das ideias que levava à defesa de um único método de conhecimento, mas o conceito de explicação por meio de causas e efeitos de todos os fatos, fossem eles naturais, fossem humanos.

Cada campo com seu método

Desde o século XX, porém, com o grande desenvolvimento das ciências e a constituição das ciências humanas, passou-se a considerar que cada campo do conhecimento deve ter seu método próprio. Este é determinado pela natureza do objeto, pela forma como o sujeito do conhecimento pode aproximar-se desse objeto e pelo conceito de verdade que cada disciplina do conhecimento define para si própria.

Assim, por exemplo, considera-se o método matemático (dedutivo) próprio para objetos que existam apenas idealmente e que sejam construídos inteiramente pelo nosso pensamento. Esse método também é chamado **axiomático** porque o conhecimento construído depende de um conjunto de termos primitivos e de axiomas indemonstráveis.

Ao contrário, o método experimental (indutivo) é próprio das ciências naturais, que observam seus objetos e realizam experimentos. Esse método também é chamado **experimental** e **hipotético**: experimental porque se baseia em observações e experimentos; hipotético porque os experimentos e a avaliação dos resultados partem de hipóteses sobre os objetos.

Já as ciências humanas têm métodos de compreensão e de interpretação do sentido das ações, das práticas, dos comportamentos, das instituições sociais e políticas, dos sentimentos, dos desejos, das transformações históricas, pois o objeto dessas ciências (o ser humano) é um ser histórico-cultural que produz as instituições e o sentido delas. Tal sentido é o que precisa ser conhecido. Por isso, esse método também é chamado **compreensivo-interpretativo**.

No caso da filosofia, atualmente, os diferentes métodos têm em comum o fato de serem:

1. *reflexivos*: partem da autoanálise ou do autoconhecimento do pensamento;
2. *críticos*: investigam os fundamentos e as condições da possibilidade do conhecimento verdadeiro, da ação ética, da criação artística e da atividade política;
3. *descritivos*: descrevem as estruturas internas ou as ideias ou as significações de cada campo de objetos do conhecimento e das formas de ação humana;
4. *interpretativos*: buscam as formas da linguagem e as significações ou os sentidos dos objetos, dos fatos, das práticas e das instituições, suas origens e transformações.



O antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) com nativos das Ilhas Trobriand, em fotografia de 1918. Como parte das ciências humanas, a Antropologia recorre ao método compreensivo-interpretativo.

Pensamento mítico e pensamento lógico

A tradição filosófica, sobretudo a partir do século XVIII e durante o século XIX, afirmava que do mito à lógica havia uma evolução do espírito humano. Essa tradição filosófica fez crer que o mito era um tipo de pensamento que pertenceria a culturas "inferiores", "primitivas" ou "atrasadas", enquanto o pensamento lógico ou racional pertenceria a culturas "superiores", "civilizadas" e "adiantadas".

Por causa dessa separação temporal e evolutiva de duas modalidades de pensamento, a presença de explicações míticas (isto é, as religiões, a magia, a astrologia) em nossas sociedades era vista como um "resíduo" ou "resquício" de uma fase passada da evolução da humanidade, destinada a desaparecer com a plena evolução da racionalidade científica e filosófica.

Hoje, porém, sabe-se que a concepção evolutiva está equivocada. O pensamento lógico-conceitual e o pensamento mítico podem coexistir numa mesma sociedade. Muitos estudos mostram que, no caso de nossas sociedades, essa coexistência decorre do modo como a imaginação social transforma em mito aquilo que o pensamento conceitual elabora nas ciências e na filosofia. Basta ver como as pesquisas astronômicas levaram à crença na existência de seres extraterrestres, ou o caráter mágico-maravilhoso dado aos satélites artificiais, aos autômatos e aos computadores para constatarmos a passagem da ciência ao mito.

Por sua vez, os estudos das neurociências e a análise da anatomia e da fisiologia do cérebro humano mostram que esse órgão possui duas partes, ou dois hemisférios. Em um deles localizam-se a linguagem e o pensamento simbólicos e afetivos (propensos ao maravilhoso e à imaginação criadora) e, no outro, a linguagem e o pensamento conceituais, de maneira que estamos predispostos tanto ao pensamento mítico quanto ao pensamento lógico-conceitual.

A predominância de uma ou de outra forma do pensamento depende, de um lado, das tendências pessoais e da história de vida dos indivíduos e, de outro, do modo como uma sociedade ou uma cultura recorrem mais a uma do que a outra forma para interpretar a realidade, intervir no mundo e explicar-se a si mesma.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Biologia e História.

Como vimos, a abelha sabe fazer a colmeia, mas não o ninho. Por outro lado, o joão-de-barro constrói uma "casa", mas é incapaz de fazer uma colmeia.

Escreva um pequeno texto sobre como o ser humano, em busca da conquista da natureza, passou do hábito e do instinto ao uso cada vez mais constante da inteligência. Releia os conceitos de *instinto*, *hábito* e *inteligência*, estudados neste capítulo, e leve em conta:

- o desenvolvimento da técnica pelas espécies ancestrais à humana e pelo *Homo sapiens* nos períodos Paleolítico e Neolítico;
- os aspectos biológicos da diferença comportamental das espécies aqui abordadas (humanos, aves, insetos, etc.), em especial a respeito do que há de constante ou mutável em seus desenvolvimentos ao longo da vida.



Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Abelha adulta alimentando outra jovem. As colmeias são construídas coletivamente sempre com o mesmo material e seguindo padrões similares.

Em síntese

1. Qual é a importância da linguagem? Utilize as ideias filosóficas vistas neste capítulo para fundamentar sua resposta.
2. O que significa dizer que o mito manifesta a força realizadora da linguagem? Como se manifesta o poder encantatório da linguagem e do que ele decorre?
3. O que são palavras-tabus? Ilustre sua resposta com alguns exemplos.
4. Como os racionalistas refutaram as concepções de linguagem dos empiristas? Explique cada uma delas e a refutação racionalista.
5. Como Merleau-Ponty refuta as concepções empirista e racionalista sobre a linguagem?
6. Quais são as quatro respostas dadas sobre a origem da linguagem? Escolha duas e explique-as com exemplos.
7. De que modo a inteligência nos diferencia dos demais animais?
8. Qual é a diferença entre inteligência e pensamento?
9. Defina o que é teoria, dizendo de onde ela nasce e qual é sua utilidade para o conhecimento.
10. Quais são as principais finalidades do método para o conhecimento? Por que se diz que ele tem um papel regulador?
11. Explique e diferencie o uso do método nas ciências exatas, nas ciências naturais e nas ciências humanas.
12. Explique, dando um novo exemplo, de que forma o pensamento mítico persiste em nossa sociedade.

Indicações

O enigma de Kaspar Hauser

- **Direção de Werner Herzog. Alemanha, 1974.**

O filme, inspirado em fatos verídicos, conta a história de um jovem sem identidade encontrado em uma praça de Nuremberg, Alemanha, em 1828. Chamado Kaspar Hauser, o jovem apresenta um comportamento próprio de quem viveu por muito tempo isolado e não domina a linguagem articulada. Entre a curiosidade pública e a da comunidade científica da época, a sociedade tenta integrá-lo a ela.



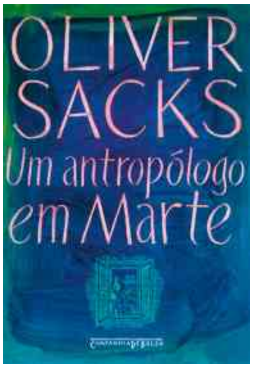
Divulgação/Werner Herzog Filmproduktion

Cena do filme *O enigma de Kaspar Hauser*, dirigido por Werner Herzog.

Um antropólogo em Marte

- **Escrito por Oliver Sacks. Companhia de Bolso, 2006.**

Neste volume, o neurologista Oliver Sacks reúne relatos sobre pacientes que mostram a plasticidade da inteligência e a riqueza do pensamento humano diante da necessidade de se relacionar com o mundo. Casos como o de uma mulher autista que se tornou doutora em ciência animal após desenvolver uma relação especial com a ciência e os animais e o de um pintor cuja vida e obra mudaram completamente depois que passou a enxergar o mundo em preto e branco após um acidente.

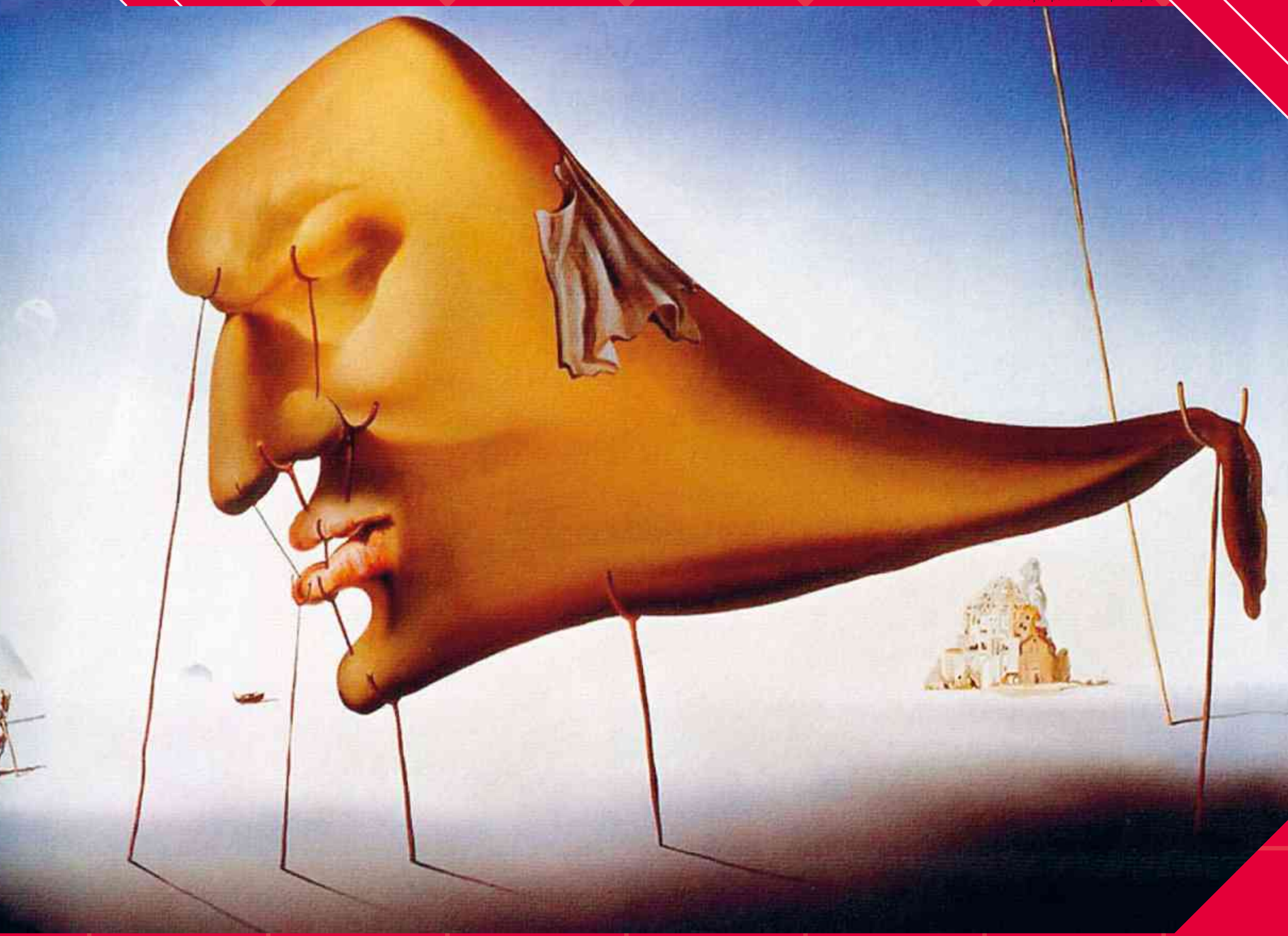


Reprodução/Companhia de Bolso

Capa do livro *Um antropólogo em Marte*, de Oliver Sacks.

CAPÍTULO 16

A consciência pode conhecer tudo?



MUITO ALÉM DA CONSCIÊNCIA

No início do século XX, o mundo das artes passou por uma intensa transformação. Depois de mais de um século em que a racionalidade e a objetividade predominaram na ciência e na filosofia, novas teorias mostravam a fragilidade dessas ideias e da nossa própria consciência. Isso inspirou diferentes movimentos artísticos a romper com as tradições acadêmicas e explorar aquilo que está além do nosso controle racional. Um desses movimentos, o Surrealismo, se inspirava principalmente no plano dos sonhos – como podemos ver na obra *O sono* (1937), óleo sobre tela de Salvador Dalí. Observe a deformação da figura representada e a fragilidade das muletas que sustentam esse indivíduo num estado em que o inconsciente aflora.

O inconsciente

O criador da psicanálise, o austríaco Sigmund Freud (1856-1939), escreveu que, no transcorrer da modernidade, os humanos foram feridos três vezes. Essas feridas atingiram o nosso **narcisismo**, isto é, a bela imagem que possuíamos de nós mesmos como seres conscientes/racionais e com a qual estivemos encantados. Que feridas foram essas?

A primeira foi a que nos infligiu Copérnico (1473-1543), ao provar que a Terra não estava no centro do Universo e que os seres humanos não eram o centro do mundo.

A segunda foi causada por Darwin (1809-1882), ao provar que homens e mulheres têm um ancestral em comum com outros primatas, que somos apenas um elo na evolução das espécies, e não seres especiais, criados por Deus para dominar a natureza.

A terceira foi causada pelo próprio Freud com a psicanálise, ao mostrar que a consciência é a menor e mais fraca parte de nossa vida psíquica.

narcisismo: conta um mito grego que o jovem e belo Narciso, nunca tendo visto a própria imagem, apaixonou-se perdidamente por um belo jovem que viu nas águas de um lago. Como o outro não saía do lago, Narciso mergulhou à sua procura, morrendo afogado. Narciso morreu de amor pela própria imagem. O narcisismo é o encantamento e a paixão que sentimos por nossa imagem porque não conseguimos diferenciar o eu do outro.

A psicanálise

Freud era um médico neurologista que, seguindo os profissionais de sua época, usava a hipnose e a sugestão no tratamento dos distúrbios mentais ou de doentes mentais. Porém, sentia-se insatisfeito com os resultados obtidos. Enquanto trabalhava em Viena, capital do então Império Austríaco, com o médico Breuer, soube por ele do caso de uma paciente que apresentava sintomas de histeria (isto é, apresentação de distúrbios físicos – paralisia, dores de estômago, cegueira – sem causas físicas, pois são manifestações de problemas psíquicos).

Breuer contou a Freud que a paciente lhe sugerira um método de tratamento no qual falaria sobre seus problemas diários porque isso trazia alívio aos seus sintomas (esse procedimento viria a ser chamado de *método catártico*, isto é, de purificação da alma). Freud passou, então, a empregar esse procedimento com seus pacientes: em lugar da hipnose e da sugestão, fazia com que o paciente relaxasse num divã e respondesse às suas perguntas.

Uma paciente pediu-lhe que não a interrompesse com as perguntas, mas a deixasse falar espontaneamente. A partir de então, Freud foi abandonando as perguntas, mas, de vez em quando, interrompia a paciente com palavras soltas e pedia-lhe que falasse a primeira palavra que lhe viesse à cabeça ao ouvir o que ele dissera. Posteriormente, Freud denominaria esse procedimento de *técnica de associação livre*.

Freud percebeu que, ao reagir a certas palavras, a paciente censurava aquela que lhe viera à cabeça por algum motivo ignorado por ela e por ele. Notou também que, depois de fazer a associação livre de palavras, a paciente ficava agitada e falava muito.



Charles B. Slackman/Bettmann/Corbis/Latinstock

Freud sobre Freud, desenho do ilustrador Charles B. Slackman (1934-2015). Deitado no divã e sentado na cadeira, Freud analisa a si mesmo, remetendo-nos à antiga mensagem inscrita sobre o portal de entrada do templo de Apolo, em Delfos, na Grécia.

Freud observou também que às vezes algumas palavras faziam sua paciente chorar sem motivo aparente. Outras vezes, a faziam lembrar-se de fatos da infância ou a levavam a narrar um sonho que tivera na noite anterior.

Pela conversa, pelas reações da paciente, pelos sonhos narrados e pelas lembranças infantis, Freud descobriu que a vida consciente de sua paciente era determinada por uma vida inconsciente, que tanto ela como ele desconheciam. Compreendeu também que somente interpretando as palavras, os sonhos, as lembranças e os gestos da paciente chegaria a essa vida inconsciente.

Freud descobriu, finalmente, que os sintomas histéricos tinham três finalidades:

1. contar indiretamente aos outros e a si mesma os sentimentos inconscientes;
2. punir-se por ter tais sentimentos;
3. realizar, pela doença e pelo sofrimento, um desejo inconsciente que sua consciência julgara intolerável.

Tratando de outros pacientes, histéricos ou não, Freud descobriu que, embora conscientemente quisessem a cura, *inconscientemente* eles mostravam uma resistência a isso. Por quê? Porque os pacientes sentiam-se interiormente ameaçados por alguma coisa dolorosa e temida, algo que haviam penosamente esquecido e que não suportavam lembrar. Freud descobriu, assim, que o esquecimento consciente operava simultaneamente de duas maneiras:

1. como resistência à terapia;
2. na forma da doença psíquica, pois o inconsciente não esquece e faz aquilo que a consciência esqueceu reaparecer na forma de sintomas.

Desenvolvendo em outros pacientes os estudos dos sintomas, dos esquecimentos, dos sonhos, das lembranças, Freud foi criando o que chamou de *análise da vida psíquica*, ou **psicanálise**. O objeto central dessa análise era o estudo do inconsciente, tendo como método a *interpretação* e como instrumento a *linguagem* (tanto a linguagem verbal como a linguagem corporal, expressa pelos sintomas e pelos gestos). A finalidade da análise era a cura das perturbações e doenças mentais (as *neuroses*).

Pouco a pouco, analisando seus próprios sonhos, Freud percebeu que muito do que acontecia com os pacientes também ocorria com pessoas sem problemas psíquicos. Assim, além da psicanálise como terapia, desenvolveu uma teoria geral do **inconsciente** e da vida psíquica de todos os seres humanos.

A vida psíquica

De acordo com Freud, nossa vida psíquica é constituída por três elementos, dois deles inconscientes e um predominantemente consciente: o *id* (palavra latina que significa 'isso'), o *ego* (palavra latina que significa 'eu') e o *superego* (ou super-eu).

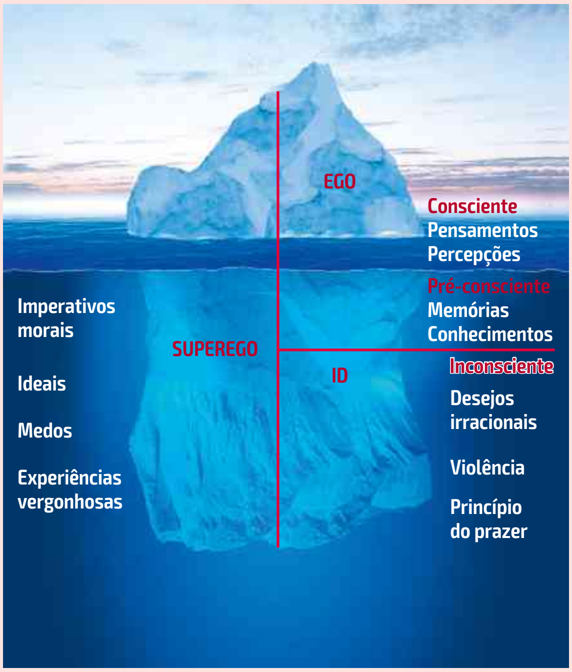
O primeiro elemento inconsciente é o *id*, um reservatório de energia psíquica formado por instintos, impulsos e desejos, ou o que Freud chama *pulsões*. Para Freud, as pulsões ou os desejos do *id* são todos de natureza sexual, e por isso deu a eles o nome de *libido* (palavra latina que significa 'desejo sexual'). Freud também descobriu que a sexualidade não se limita aos desejos genitais, mas envolve todo o nosso corpo e todos os nossos desejos.

O segundo elemento é a consciência ou o ego, que, como veremos, é a menor parte de nossa psique. Para entender por que ela é menor, precisamos entender o segundo elemento predominantemente inconsciente: o superego.

O superego é a censura e a repressão das pulsões e desejos do *id*, impostas pela sociedade e interiorizadas inconscientemente por nós. É a moral de uma sociedade, a qual determina o permitido e o proibido.

A analogia do *iceberg*

Freud recorria à imagem do *iceberg* para falar da psique humana. Assim, o consciente é apenas a ponta do *iceberg*, a parte de nossa psique que não se encontra submersa.



Sergey Nivens/Shutterstock

A função do superego é impedir que os desejos do *id* cheguem à consciência para se satisfazer. Mas o *id* não cessa de forçar a passagem em direção à consciência e, para enganar a censura feita pelo superego, chega à consciência de maneiras tão disfarçadas que esta não é capaz de reconhecer.

Como o *id* engana o superego e chega à consciência? Nos doentes mentais, ele se manifesta por meio de sintomas (perda de apetite, perda de voz, paralisias, alucinações). Mesmo quando não apresentamos doenças mentais, o *id* também usa seus recursos. Entre os vários recursos usados pelo *id* estão principalmente o esquecimento de palavras, o uso de uma palavra errada no lugar de outra, o equívoco de ir a um lugar quando se deveria ter ido a outro e os sonhos. Por isso Freud afirmou que o sonho é realização de um desejo.

Freud mostrou que há dois conteúdos em um sonho: o conteúdo *manifesto,* que, embora confuso e complicado, é lembrado por nós quando acordamos; e o conteúdo *latente*, do qual não temos consciência nem dormindo nem acordados. O conteúdo latente é um desejo que o *id* realiza disfarçadamente por meio do conteúdo manifesto.

Vejamos um exemplo muito simplificado: uma moça sonha que correu atrás de uma borboleta cujas asas se abriam e se fechavam sem cessar. Ela quase não conseguia agarrá-la, mas conseguiu. Com o que ela sonhou? Com um ato sexual com alguém proibido pelo superego: as asas da borboleta são sua vagina, e a corrida para agarrar a borboleta e consegui-lo é o prazer sexual.

No caso dos neuróticos, o *id* usa também o próprio sintoma que constitui a doença. Por exemplo: uma moça foi proibida pela mãe de namorar um rapaz que ama muito. De repente, ela se torna anoréxica sem nenhuma causa física ou fisiológica para isso. O que pode ter ocorrido? A relação primeira que um bebê tem com a mãe é mamar o leite de seu seio. Ao ficar anoréxica e recusar alimentar-se, a moça realizou o desejo de rejeitar e odiar a mãe, proibido pelo superego.

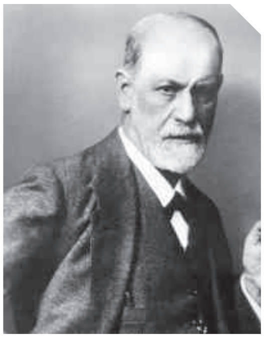
Como vemos, o ego está espremido entre o *id* e o superego, que são os donos da vida psíquica.

Mas o que significa a psicanálise? Que, longe de desvalorizar a fragilidade da consciência e o conhecimento, valoriza ambos desvendando os mistérios do inconsciente e ajudando a compreendê-los para que tenhamos tanto domínio quanto possível sobre o inconsciente.

Leituras filosóficas

O desejo manifesto nos sonhos

Várias objeções foram feitas a Freud sobre sua teoria do sonho, mas ele as enfrentou e resolveu as dificuldades levantadas pelos objetores.


Max Halberstadt/The Granger Collection/Other Images

Freud, em fotografia de 1921.

Em primeiro lugar, nem todos os sonhos são estranhos, incompreensíveis e confusos para a pessoa que sonhou. Examinando os sonhos de criancinhas, desde um ano e meio de idade, verificarão que eles são extremamente simples e de fácil explicação. A criancinha sonha sempre com a realização de desejos que o dia anterior lhe trouxe e que ela não satisfez. Estaria certamente resolvido, e de modo satisfatório, se o do adulto não fosse nada mais que o da criancinha: realização de desejos trazidos pelo dia do sonho. E isso de fato é verdade. [...]

A primeira objeção e a mais importante é a de que os sonhos dos adultos via de regra têm um conteúdo ininteligível, sem nenhuma semelhança com a satisfação de desejos. Resposta: estes sonhos estão distorcidos, o processo psíquico correspondente teria originariamente uma expressão verbal muito diversa. O conteúdo manifesto do sonho, recordado vagamente de manhã e que, não obstante a espontaneidade aparente, se exprime em palavras com esforço, deve ser diferenciado dos pensamentos latentes do sonho que se têm de admitir como existentes no inconsciente. Esta deformação possui mecanismo idêntico ao que já conhecemos desde quando examinamos a gênese dos sintomas histéricos; e é uma prova da participação da mesma interação de forças mentais tanto na formação dos sonhos como na dos sintomas. [...] *é obra das forças defensivas do ego, isto é, das resistências que na vigília impedem, de modo geral, a passagem para a consciência dos desejos reprimidos do inconsciente; enfraquecidas durante o sono, essas resistências ainda são suficientemente fortes para só os tolerar disfarçados.*

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 26-28.

1. Por que não somos capazes de explicar tão facilmente os sonhos dos adultos, diferentemente dos sonhos infantis?

2. Segundo Freud, como o ego age na formação de nossos sonhos?

A alienação social

Precisamos acrescentar uma quarta ferida narcísica às três já mencionadas por Freud: a que nos foi infligida por Marx (1818-1883) com a noção de **ideologia**. Para compreendê-la, precisamos primeiro compreender o fenômeno da **alienação social**.

O filósofo alemão Feuerbach (1804-1872), contemporâneo de Marx, investigou como se formam as religiões e como os seres humanos sentem necessidade de oferecer uma explicação para a origem e a finalidade do mundo. Ao buscar essa explicação, Feuerbach constatou que os humanos projetam para fora de si um ser superior dotado das qualidades que julgam ser as melhores: inteligência, vontade livre, bondade, justiça, beleza. Porém, essas qualidades aparecem nesse ser supremo como superlativas: ele sabe tudo, faz tudo, pode tudo. Pouco a pouco, os humanos se esquecem de que criaram esse ser e passam a acreditar no inverso, ou seja, que foi esse ser quem os criou e os governa. Passam a adorá-lo e a temê-lo. Para Feuerbach, quando as pessoas não se reconhecem num outro que elas mesmas criaram, elas se **alienam**.

Por meio da alienação, os seres humanos criam ou produzem alguma coisa, tratam essa criatura como se ela existisse por si mesma e em si mesma, não se reconhecem como seus criadores nem se reconhecem nela. Mais: deixam-se governar por ela, fazendo-a um *ser-outro*, separado dos seres humanos, superior a eles e com poder sobre eles.

alienar: palavra originada do latim *alienus*, que significa 'outro'.

Marx não se interessou apenas pela alienação religiosa, mas investigou sobretudo a alienação social. Interessou-se em compreender por que os seres humanos acreditam que a sociedade foi instituída por vontade e obra dos deuses ou pela força das leis da natureza, em vez de perceberem que são eles próprios os agentes que, em condições históricas determinadas, criam as instituições sociais (família, relações de produção e de trabalho, relações de troca, linguagem oral, linguagem escrita, escola, religião, Arte, Ciências, Filosofia) e as instituições políticas (leis, direitos, deveres, tribunais, Estado, Exército, impostos, prisões).

A ação sociopolítica e histórica chama-se **práxis**. O desconhecimento da origem e das causas da práxis leva os seres humanos a atribuir a outro ou a outros (divindades, forças da natureza) aquilo que, na realidade, foi produzido por sua própria ação. Marx denominou *alienação social* esse desconhecimento da própria práxis.

práxis: palavra grega que significa 'ação', em que o agente, sua ação e o resultado dela são idênticos. Na ética, o sujeito ético, a ação que ele realiza e o resultado dessa ação (a virtude) não se distinguem. Na política, o cidadão, a ação que ele realiza e o resultado da ação (a justiça) não podem ser separados.



Nicolas Thibaut/Photononstop/Agência France-Presse

Dança de mulheres em Bubaque, uma das ilhas do arquipélago dos Bijagós, na Guiné-Bissau. Marx mostrou que as diferentes instituições sociais são construídas pelos próprios seres humanos, de acordo com condições históricas determinadas.

Por que há alienação social?

Ao buscar compreender o fenômeno da alienação social, Marx verificou que, historicamente, uma sociedade sempre começa por uma divisão que organiza todas as demais relações sociais. Trata-se da **divisão social do trabalho**.

Na luta pela sobrevivência, os seres humanos se agrupam para explorar os recursos da natureza e dividem as tarefas por sexo e idade: tarefas dos homens adultos, tarefas das mulheres adultas, tarefas dos homens jovens, tarefas das mulheres jovens, tarefas das crianças e dos idosos. Com base nisso, organizam a primeira instituição social: a *família*, na qual o homem adulto, pai, torna-se chefe e domina a mulher adulta, sua esposa e mãe de seus filhos, os quais também são dominados pelo pai. A família, portanto, não é criada pela natureza, e sim instituída pela ação dos próprios seres humanos.

As famílias trabalham e trocam entre si os produtos do trabalho. Surge uma segunda instituição social: a *troca* (o comércio). Algumas famílias, usando a força ou a astúcia, conquistam terras melhores do que outras e conseguem colheitas ou gado em maior quantidade que outras, trocando seus produtos por uma quantidade maior do que a de outras. Ficam mais ricas.

As muito pobres, tendo produzido muito pouco ou nada, veem-se obrigadas a trabalhar para as mais ricas em troca de produtos para a sobrevivência. Começa a surgir uma terceira instituição social: o *trabalho servil*, que resultará na escravidão.

Os mais ricos e poderosos reúnem-se e decidem controlar o conjunto de famílias, distribuindo entre si os poderes e excluindo algumas famílias de todo poder. Começa a surgir uma quarta instituição social: o **poder político**, do qual virá o **Estado**.

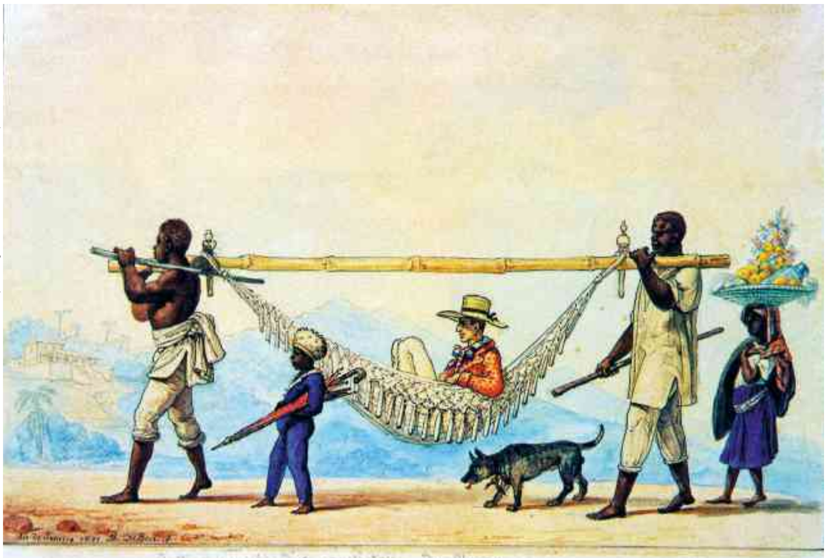
A essa altura, os seres humanos já começaram a explicar a origem e a finalidade do mundo, já elaboraram mitos e ritos. As famílias ricas e poderosas criam a quinta instituição social, a *religião*, e designam seus próprios integrantes como sacerdotes. Por assumirem a autoridade para se relacionar com o sagrado, os sacerdotes tornam-se temidos e venerados pelo restante da sociedade.

Os vários grupos de famílias dirigentes disputam entre si terras, animais e servos e dão início à sexta instituição social: a *guerra*, com a qual os vencidos se tornam escravos dos vencedores. Assim, o poder econômico, social, militar, religioso e político se concentra ainda mais.

Divisão social

Com essa descrição, Marx observou que a sociedade nasce pela estruturação de um conjunto de divisões: divisão sexual do trabalho, divisão social do trabalho, divisão social das trocas, divisão social das riquezas, divisão social do poder econômico, divisão social do poder militar, divisão social do poder religioso e divisão social do poder político.

Por que *divisão*? Porque em todas as instituições sociais (família, trabalho, comércio, guerra, religião, política) uma parte da sociedade detém riqueza, bens, armas, ideias e saberes, terras, trabalhadores e poder político, enquanto outra parte não possui nada disso, estando subjugada à primeira.



Volta à cidade de um proprietário de chácara (1822), aquarela de Jean-Baptiste Debret. Na divisão da sociedade colonial brasileira, os senhores de terras detinham poder político, bens e riqueza, enquanto os africanos escravizados eram subjugados a eles, sem direito a nenhuma dessas coisas e forçados a abandonar seus saberes.

Esse conjunto estruturado torna-se cada vez mais complexo e as divisões se multiplicam na forma de numerosas instituições sociais que revelam a estrutura fundamental das sociedades como divisão social das classes sociais. A esse conjunto de instituições Marx deu o nome de *condições materiais* da vida social e política.

Por que *materiais*? Porque se referem à economia, conjunto de práticas sociais pelas quais os homens e as mulheres garantem sua sobrevivência por meio do trabalho e da troca dos produtos do trabalho. Ou seja, não são condições naturais (a natureza não as fez) nem são espirituais (nenhum espírito ou divindade as fez).

Modos de produção

O conjunto das condições materiais de uma sociedade foi designado por Marx como *modo de produção*. Três fatores principais definem o modo de produção: a *forma da propriedade* ou *dos meios de produção*; a *divisão social das classes* e as *relações sociais de produção*.

A história é a mudança ou transformação de um modo de produção para outro. Tal mudança não se realiza por acaso nem por vontade livre dos seres humanos, mas de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais já estabelecidas. Essas condições podem ser alteradas graças à práxis humana diante delas. Assim, Marx afirma que os homens fazem a história, mas o fazem em condições determinadas, isto é, que não foram escolhidas por eles. Também por isso os homens fazem a história, mas não sabem que a fazem.

Estamos, aqui, diante de uma situação coletiva muito parecida com a que encontramos em nossa vida psíquica individual, tal como explicada por Freud. Assim como julgamos que nossa consciência sabe e pode tudo, faz o que pensa e quer, embora ignore que esteja determinada pelo inconsciente, também na existência social os seres humanos julgam que sabem o que é a sociedade. Dizem que Deus ou a natureza a criaram, instituíram a política e a história, e que os seres humanos são seus instrumentos; ou, então, acreditam que fazem o que fazem e pensam o que pensam porque são livres e têm poder para mudar o curso das coisas como e quando quiserem.

Quando alguém diz que uma pessoa é pobre porque quer, porque é preguiçosa, ou perdulária, ou ignorante, está imaginando que somos o que somos somente por nossa vontade. Acredita que a organização e a estrutura da sociedade, da economia e da política não exercem nenhum peso sobre nossa vida.

A mesma coisa acontece quando alguém diz ser pobre "pela vontade de Deus", e não por causa das condições concretas em que vive. Ou quando faz uma afirmação racista, segundo a qual "a natureza fez alguns superiores e outros inferiores".

A alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais em que vivemos e que são produzidas pela ação humana sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas. Há uma dupla alienação: ao mesmo tempo que não se reconhecem como agentes e autores da vida social e de suas instituições, os seres humanos julgam-se indivíduos plenamente livres.

No primeiro caso, não percebem que *instituem* a sociedade; no segundo caso, ignoram que a sociedade *instituída* determina seus pensamentos e ações.

A partir do fenômeno da alienação, podemos compreender o fenômeno da ideologia.



Arquivo/Coletivo Partida Teatral

Trabalhador finaliza o acabamento de uma peça de uma empresa de componentes plásticos em Sumaré (SP), em 2011. Em 2003, os trabalhadores dessa empresa, que estava prestes a falir por dívidas, assumiram sua direção. Segundo Marx, a práxis permite superar a alienação social.

A ideologia

A alienação social se exprime numa "teoria" do conhecimento espontânea, formando o senso comum da sociedade. Por seu intermédio, são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida.

Um exemplo desse senso comum aparece no caso das "explicações" da pobreza, que mencionamos anteriormente. Esse senso comum social é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais, que descrevem e explicam o mundo pelo ponto de vista da classe dominante de sua sociedade. Essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a ideologia. Por meio dela, o ponto de vista, as opiniões e as ideias de uma das classes sociais — a dominante e dirigente — tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.

A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dando-lhes a aparência de *indivisão social* e de *diferenças naturais* entre os seres humanos.

Apesar da divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da ideia de "humanidade", ou da ideia de "nação" e "pátria", ou da ideia de "raça", etc. Somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas por diferenças individuais dos talentos e das capacidades, da inteligência, da força de vontade, entre outros fatores.

A produção ideológica da *ilusão social* tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas e justas. Por outro lado, devem ignorar que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as ideias que aceitaram como verdadeiras.

Por exemplo, a ideologia afirma que somos todos cidadãos e, portanto, temos todos os mesmos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. No entanto, isso não acontece de fato. A maioria das pessoas acredita que o fato de ser eleitora, pagar as dívidas e contribuir com os impostos já a faz cidadã. No entanto, essas pessoas não consideram as condições concretas que fazem alguns serem "mais cidadãos" do que outros.



Cartaz estadunidense que representa operários (*labor*) e gerentes (*management*) unidos para o esforço da Segunda Guerra Mundial. Por meio da ideologia, afirma-se a igualdade entre as pessoas de um grupo ou sociedade, quando, na realidade, há profundas divisões internas.

Os procedimentos da ideologia

Como procede a ideologia para obter esse resultado? Em primeiro lugar, opera por inversão da realidade: coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas em efeitos. Assim como o inconsciente fabrica imagens e sintomas, a ideologia fabrica ideias e falsas causalidades.

Por exemplo, o senso comum social afirma que a mulher é um ser frágil, sensitivo, intuitivo, feito para as doçuras do lar e da maternidade e que, por isso, foi destinada, por natureza, para a vida doméstica e o cuidado do marido e da família. Assim, o "ser feminino" é colocado como causa da "função social feminina".

Ora, historicamente, o que ocorreu foi exatamente o contrário. Na divisão sexual-social do trabalho e na divisão dos poderes no interior da família, atribuiu-se à mulher uma posição levando-se em conta a do homem. Como o homem havia assumido a posição de domínio, deu-se à mulher o lugar subordinado e auxiliar. Visto que o número de braços para o trabalho e para a guerra aumentava o poderio do chefe da família e chefe militar, a mulher foi designada prioritariamente para a função reprodutora e para a maternidade.

Estabelecidas essas condições sociais, era preciso persuadir as mulheres de que seu lugar e sua função não provinham do modo de organização social, mas da natureza. Para isso, montou-se a ideologia do "ser feminino" e da "função feminina" como naturais, e não como históricos e sociais. Ou seja, de fato, as condições sociais exigem a procriação e causam a ideia de que a mulher nasceu para isso, mas a ideologia inverte isso, dizendo que, porque a mulher nasceu para a maternidade, ela deve procriar. Como se observa, uma vez implantada uma ideologia, passa-se a tomar os efeitos pelas causas.

A segunda maneira de a ideologia operar é por meio da produção do imaginário social, isto é, por um sistema de imagens e não de realidades. A ideologia transforma as imagens nascidas da experiência social em um conjunto coerente, lógico e sistemático de ideias que funcionam em dois registros: como representações da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como normas e regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores).

Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que pretendem explicar toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que e como ela deve pensar, falar, sentir e agir. A ideologia assegura modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, eliminando dúvidas, ansiedades, angústias, admirações, ocultando as contradições da vida social, bem como as contradições entre esta e as ideias que supostamente a explicariam e a controlam.

Por fim, uma terceira maneira de a ideologia operar é o uso do silêncio. Um imaginário social se parece com uma frase na qual nem tudo é dito, nem pode ser dito porque, se o fosse, a frase perderia a coerência e ninguém acreditaria nela. A coerência e a unidade da ideologia vêm, portanto, do que é silenciado.

Por exemplo, a ideologia afirma que a virgindade feminina é preciosa. Afirma também que a homossexualidade é uma perversão e uma doença grave (tão grave que, para alguns, Deus resolveu punir os homossexuais enviando uma peste, isto é, a Aids).

O que está sendo silenciado pela ideologia? Os motivos pelos quais, em nossa sociedade, o vínculo entre sexo e procriação é tão importante (coisa que não acontece em todas as sociedades). Nossa sociedade exige a procriação legítima e legal – isto é, por meio do casamento – porque ela garante, para a classe dominante, a transmissão do capital ou da riqueza aos herdeiros.

Assim, o adultério feminino e a perda da virgindade são perigosos para a transmissão legal da riqueza. Por isso o adultério é malvisto (e, por muito tempo, foi considerado crime) e a virgindade é valorizada como virtude suprema das mulheres jovens.

Em nossa sociedade, a reprodução da força de trabalho se faz pelo aumento do número de trabalhadores. Portanto, a procriação é considerada fundamental para o aumento do capital que precisa da mão de obra. Por esse motivo, toda sexualidade que não se realizar com finalidade reprodutiva será considerada anormal, perversa e doentia, donde a condenação da homossexualidade.

A ideologia perderia sua força e coerência se assumisse esses princípios. Por isso, ela os silencia.

Assim como ocorre com a descoberta do inconsciente, a descoberta da ideologia não desvaloriza a consciência e o conhecimento. Ao contrário, Marx confia na capacidade de compreensão e de luta dos explorados e dominados que, ao entender o poder da ideologia, se tornam capazes de combatê-la, buscar a verdade e transformar a sociedade.

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



Motorista manobra caminhão em Foz do Iguaçu (PR), em 2010. A maior presença da mulher em diferentes esferas do mundo do trabalho representa uma gradual ruptura com a ideia de que há funções masculinas e funções femininas na sociedade.

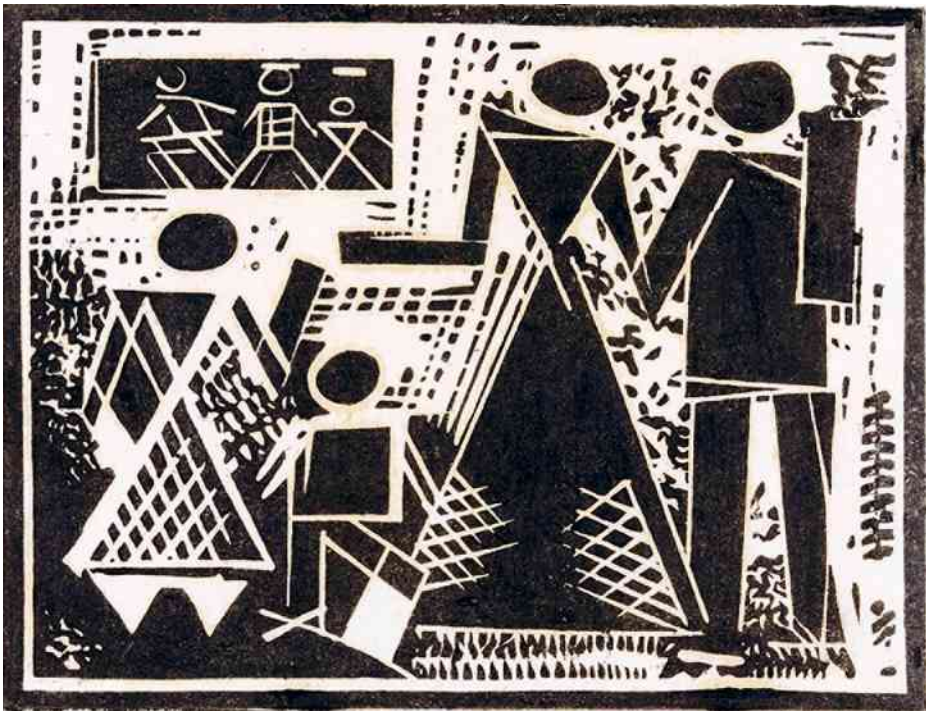
Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Língua Portuguesa.

A escritora brasileira Nélida Piñon (1937-) escreveu um conto intitulado "I love my husband". Dele vamos citar algumas passagens:

Eu amo meu marido. De manhã à noite. Mal acordo, ofereço-lhe café. [...] *Depois, arrumo-lhe o nó da gravata e ele protesta por eu consertar-lhe unicamente a parte menor de sua vida.* [...]

Ele diz que sou exigente. Fico em casa lavando a louça, fazendo compras, e por cima reclamo da vida, enquanto ele constrói um mundo com seus pequenos tijolos. [...] *E é por isso que sou a sombra do homem que todos dizem eu amar.* [...]



Department Drawings and Prints/MoMA. NY, EUA.

Família (1920), gravura da artista russa Varvara Stepanova (1894-1958).

O que mais você quer, mulher, não lhe basta termos casado em comunhão de bens? [...] *E dizendo que eu era parte de seu futuro, que só ele, porém, tinha o direito de construir, percebi que a generosidade do homem habilitava-me a ser apenas a dona de um passado com regras ditadas no convívio comum.* [...]

Assim fui aprendendo que a minha consciência, que está a serviço da minha felicidade, ao mesmo tempo está a serviço do meu marido. [...]

Ah! quando me sinto guerreira, prestes a tomar das armas e ganhar um rosto que não é o meu, mergulho numa exaltação dourada [...] *e tudo me treme por dentro. Felizmente é uma sensação fugaz* [...].

Estes meus atos de pássaro são bem indignos e feririam a honra de meu marido. [...]

Nunca mencionei ao meu marido esses galopes perigosos e breves. Ele não suportaria. Ou que eu lhe dissesse que nestas tardes penso em trabalhar fora, pagar as miudezas com meu próprio dinheiro. Claro que esses desatinos me colhem por causa do tempo que me sobra. Sou uma princesa da casa [...].

Sou grata pelo esforço que ele faz em amar-me.

PIÑON, Nélida. *I love my husband*. In: ______. *Cortejo do Divino e outros contos escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 2000. p. 145-146, 154-155.

- Com base no que você estudou sobre ideologia, comente essas passagens do conto de Nélida Piñon.

Em síntese

1. Quais são as três feridas narcísicas apontadas por Freud? Por que elas receberam esse nome?
2. O que Freud chamou de psicanálise?
3. Explique como Freud chegou ao conceito de inconsciente.
4. Quais são os elementos que formam nossa vida psíquica? Explique cada um deles.
5. Qual é a diferença entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente de um sonho?
6. O que é alienação religiosa?
7. O que é alienação social? Qual é sua função?
8. Como Marx explica a origem das diferenças sociais com base na descrição da criação das instituições sociais e políticas fundadas na divisão das classes?
9. Por que a afirmação "os homens fazem a história, mas não sabem que a fazem" implica uma dupla alienação social?
10. O que significa modo de produção? Qual é a relação dos modos de produção com a história?
11. O que é ideologia?
12. Quais são as principais operações da ideologia? Explique cada uma delas com suas palavras.
13. Por que a descoberta do inconsciente e da ideologia não desvaloriza a consciência e o conhecimento? Dê exemplos de como essas descobertas levam a conhecimentos.

Indicações

Que horas ela volta?

- **Direção de Anna Muylaert. Brasil, 2015.**

Val é uma empregada doméstica que trabalha e mora na casa de uma família rica de São Paulo, que diz tratá-la como alguém “da família”. Porém, a vinda de sua filha adolescente do Nordeste para tentar ingressar em uma prestigiosa universidade balança as relações na casa, revelando as desigualdades até então ocultas aos olhos de Val.



Bárbara Alvarez/Pandora Filmes

Cartaz do filme *Que horas ela volta?*, de Anna Muylaert.

A interpretação dos sonhos (em mangá)

- **Adaptado da obra de Sigmund Freud. L&PM Pocket, 2014.**

Esta versão em mangá contextualiza as primeiras descobertas de Freud com pacientes em Viena, que o levariam a sistematizar a psicanálise. Além de adaptar o livro homônimo para os quadrinhos, o volume também traz temas contemplados em outras duas obras freudianas: *Introdução geral à psicanálise* e *O mal-estar na cultura*. A mesma editora publica a versão integral de *A interpretação dos sonhos*, obra escrita em linguagem acessível.



Reprodução/Ed. L&PM Pocket

Capa da versão para mangá do livro *A interpretação dos sonhos*, de Sigmund Freud.

UNIDADE 6

A metafísica

CAPÍTULO 17

A origem da metafísica

Album/akg-images/Latinstock



O QUE É ISTO QUE É?

A traição das imagens (1928) é uma das obras mais conhecidas do pintor belga René Magritte (1898-1967). Abaixo do cachimbo pintado aparece a frase "Ceci n'est pas une pipe." ('Isto não é um cachimbo.', em francês). Uma das interpretações possíveis da obra de Magritte é que a imagem do cachimbo é uma obra de arte, e não uma reprodução de um objeto. Boa parte da obra desse pintor propõe o questionamento sobre o que as coisas são e o que elas não são.

As indagações metafísicas

A metafísica é a investigação filosófica em que o pensamento trabalha com a pergunta "O que é?". Este "é" possui dois sentidos:

1. significa 'existe', de modo que a pergunta se refere à existência da realidade e pode ser transcrita como "O que existe?";

2. significa 'natureza própria de alguma coisa', de modo que a pergunta se refere à **essência** de uma realidade, podendo ser transcrita como "Qual é a essência daquilo que existe?".

Os temas principais da metafísica são, assim, *existência* e *essência* da realidade em seus múltiplos aspectos.

A metafísica investiga, portanto, os fundamentos, os princípios, as causas e o ser íntimo de todas as coisas, indagando por que existem e por que são o que são e como são.

A história da metafísica pode ser dividida em três grandes períodos:

1. período que vai de Platão e Aristóteles (séculos V a.C. e IV a.C.) até Hume (século XVIII);

2. período que vai de Kant (século XVIII) até Husserl (séculos XVIII a XX);

3. metafísica ou ontologia contemporânea, a partir dos anos 1920.

Características da metafísica em seus períodos

No primeiro período, a metafísica possuía as seguintes características:

- investigava aquilo que é ou existe, a realidade em si. Era um conhecimento racional apriorístico, isto é, não se baseava nos dados obtidos pela experiência sensível (nos dados empíricos), mas nos puros conceitos formulados pelo pensamento ou pelo entendimento;
- era um conhecimento sistemático, isto é, cada conceito dependia de outros e se relacionava com outros, formando um sistema coerente de ideias ligadas entre si;
- exigia a distinção entre *ser* e *parecer* ou entre *realidade* e *aparência*, seja porque, para alguns filósofos, a aparência é irreal e falsa, seja porque, para outros, a aparência só pode ser compreendida e explicada pelo conhecimento da realidade que subjaz a ela.

Esse primeiro período da metafísica terminou quando Hume (1711-1776) explicou que os conceitos metafísicos não correspondem a nenhuma realidade existente em si mesma e independente de nós. Para ele, os conceitos metafísicos não passam de nomes gerais que, pelo hábito mental ou psíquico, se formam ao associarmos em ideias gerais as sensações, as percepções e as impressões dos sentidos, quando são constantes, frequentes e regulares.

O segundo período teve seu centro na filosofia de Kant (1724-1804), que demonstrou a impossibilidade dos conceitos tradicionais da metafísica para alcançar e conhecer a realidade em si das coisas. Como vimos no Capítulo 10, Kant fez a distinção entre fenômeno (o que podemos conhecer) e nômeno (a coisa em si ou a realidade em si, que não podemos conhecer). Em vez de a metafísica ser o conhecimento do que é em si, Kant propôs que ela fosse o conhecimento de nossa própria capacidade de conhecer, ou seja, o conhecimento das condições de possibilidade do conhecimento verdadeiro dos fenômenos, ou o que Kant denominava com a expressão **crítica da razão pura teórica**.

> **crítica**: Kant empregou a palavra *crítica* no sentido que possuía em grego de 'estudo das condições da possibilidade de algo' – no caso, esse algo seria o conhecimento verdadeiro. Sua obra *Crítica da razão pura* analisa a estrutura da razão humana como atividade teórica de conhecimento.



Anna Jurkovska/Shutterstock

Hume mudou os rumos da metafísica ao dizer que os conceitos metafísicos não correspondem a uma realidade em si, mas a nomes gerais que atribuímos às coisas singulares em razão do hábito mental de associar sensações, percepções e impressões dos sentidos. Na foto, frascos de medicamentos rotulados e organizados em farmácia do século XIX.

A metafísica continuou utilizando o vocabulário que já usava, mas o sentido das palavras mudou totalmente. As palavras não se referem mais ao que existe em si e por si, mas ao que existe para nós e é organizado por nossa razão. Ao propor a fenomenologia, Husserl (1859-1938) trilhou um caminho próximo ao de Kant, embora com muitas diferenças (que veremos mais tarde).

A metafísica contemporânea é chamada de **ontologia** (palavra que, como vimos no Capítulo 13, significa 'conhecimento do Ser') e procura superar tanto a antiga metafísica como a concepção kantiana. Considera o objeto da metafísica a relação entre mundo e ser humano. Seus principais objetivos são:

- investigar os diferentes modos como os entes ou os seres existem;
- investigar a essência ou o sentido (a significação) e a estrutura desses entes ou seres;
- investigar a relação necessária entre a existência e a essência dos entes e o modo como aparecem para nossa consciência, por meio das várias formas em que a consciência se realiza (percepção, imaginação, memória, linguagem, intersubjetividade, reflexão, ação moral e política, prática artística, técnicas);
- fornecer uma *descrição* das estruturas do mundo e do nosso pensamento. Por isso, a ontologia contemporânea é considerada *descritiva*, distinguindo-se da metafísica, que pretendia oferecer uma explicação das causas que produzem a realidade.

O nascimento da metafísica

O realismo da filosofia nascente

Como vimos na Unidade 5, embora a filosofia sempre tenha tratado dos problemas do conhecimento verdadeiro, o *sujeito do conhecimento* só se tornou ponto de partida para a atividade filosófica com o racionalismo clássico ou moderno, no século XVII. Nesse período, a indagação central da filosofia passou a ser: "Pode nosso pensamento conhecer a realidade?".

Antes disso, a questão proposta pelos filósofos era: "O que é a realidade que nosso pensamento conhece?". Assim, a filosofia iniciava sua investigação pelo *objeto do conhecimento*, partindo da afirmação da existência da realidade e questionando se ela poderia ser conhecida verdadeiramente pela razão ou pelo pensamento.

A pergunta inicial da filosofia afirmava a existência em si da realidade exterior ao pensamento. Por esse motivo, dizemos que a filosofia nasceu como um *realismo*, e deste surgiu a metafísica.

Da cosmologia à metafísica

A filosofia nasceu da admiração e do espanto diante do mundo, disseram Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.). Da admiração surgiu a pergunta: "Por que o mundo existe?". E do espanto: "Por que o mundo é tal como é?".

Desde seu nascimento, a filosofia indagou: "O que existe?", "Por que existe?", "O que é isso que existe?", "Como é isso que existe?", "Por que e como algo surge, muda e desaparece?", "Por que a natureza ou o mundo se mantêm ordenados e constantes, apesar da mudança contínua de todas as coisas?".

Como vimos na Unidade 1, essas perguntas levaram os primeiros filósofos a buscar uma explicação racional para a origem de um mundo ordenado (o *cosmo*). Por esse motivo, a filosofia nasceu como cosmologia: era uma explicação racional sobre a natureza ou a *physis*; portanto, uma *física*, ou, como a chamava Aristóteles, uma *fisiologia* – isto é, o estudo da *physis*.

Como, então, surgiu a metafísica, esse saber que suplantou a cosmologia ou física dos primeiros filósofos? Como e por que a metafísica tornou-se o centro da filosofia?

Metafísica ou ontologia?

A palavra *metafísica* não foi empregada pelos filósofos gregos. Foi usada pela primeira vez pelo bibliotecário Andrônico de Rodes, por volta do ano 50 a.C., quando recolheu e classificou as obras de Aristóteles que haviam ficado dispersas e perdidas durante muitos séculos. Nessa classificação, o bibliotecário empregou a expressão grega *tà meta tà physica* ('para além da física') para indicar um conjunto de escritos que, nas estantes da biblioteca, se localizavam após os tratados sobre a física ou sobre a natureza.

Ora, os escritos que Andrônico de Rodes colocou nas estantes na sequência dos tratados de física já haviam recebido um nome pelo próprio Aristóteles: são os escritos da *Filosofia Primeira*, que estuda o "Ser enquanto Ser". Desse modo, o que Aristóteles chamou de Filosofia Primeira passou a ser designado *metafísica*.

No século XVII, o filósofo alemão Jacobus Thomasius (1622-1684) considerou que a palavra correta para designar os estudos da metafísica ou da Filosofia Primeira seria *ontologia*. Essa palavra é composta de duas outras de origem grega: *onto* e *logia*. *Onto* vem de *tò on*, que significa 'o Ser'. O Ser é o que *é* realmente e se opõe ao que *parece ser*, à aparência. Assim, *ontologia* significa estudo ou conhecimento do Ser, dos entes ou das coisas tais como são em si mesmas, real e verdadeiramente, correspondendo ao que Aristóteles considerara o estudo do Ser enquanto Ser.

Por que Thomasius julgou a palavra *ontologia* mais adequada do que *metafísica*? Para responder a essa pergunta, devemos retomar o que escreveu Aristóteles quando propôs a Filosofia Primeira, afirmando que ela estuda o ser das coisas, a *ousía*. A palavra grega *ousía* é o feminino do particípio presente do verbo *ser* grego (*einai*). Ao traduzir as obras dos filósofos gregos para o latim, os pensadores e escritores romanos procuraram um correspondente para *ousía* e inventaram a palavra *essentia*, pois em latim o verbo *ser* é *esse* (daí a origem de *essência*, em português).

Assim, a Filosofia Primeira é o estudo ou o conhecimento da essência das coisas ou do ser real e verdadeiro das coisas, daquilo que elas são em si mesmas, apesar das aparências que possam ter e das mudanças que possam sofrer.

Quando afirmou que Aristóteles definira a Filosofia Primeira como o estudo do Ser enquanto Ser, Thomasius quis dizer que ela não estuda esta ou aquela coisa, este ou aquele ente, mas busca a essência de um ente ou de uma coisa. Por isso, sendo o estudo da *ousía* e porque a *ousía* oferece o ser real e verdadeiro de um *ente, a* Filosofia Primeira deveria ser designada *ontologia*. Nesse caso, a palavra *metafísica* seria apenas a indicação do lugar ocupado nas estantes pelos livros aristotélicos de Filosofia Primeira.

Por que, então, a tradição filosófica consagrou a palavra *metafísica* em vez de *ontologia*? Porque Aristóteles também afirmou que a Filosofia Primeira estuda os primeiros princípios e as causas primeiras de todos os seres ou de todas as essências. Tal estudo deve ser o *primeiro*, isto é, deve *vir antes* de todos os outros, porque é a condição de todos eles.

Que quer dizer "primeiro" ou "vir antes"? Para Aristóteles, significa 'estar acima dos demais, estar além do que vem depois, ser superior ao que vem depois, ser a condição da existência e do conhecimento do que vem depois'. Ora, a palavra *meta* quer dizer exatamente isso: 'o que está além de', 'o que está acima de', 'o que vem depois' (no sentido de ser superior ao que veio antes ou de ser a condição de alguma coisa). Se assim é, então a palavra *metafísica* não indica um mero lugar numa estante de livros, mas significa o estudo de alguma coisa que, vindo primeiro ou antes, está acima e além das coisas físicas ou naturais e que é a condição da existência e do conhecimento delas.

Por isso, a tradição preservou o uso da palavra *metafísica*. *Metafísica*, nesse caso, quer dizer: 'aquilo que é condição e fundamento de tudo o que existe e de tudo o que puder ser conhecido'.

Até aqui respondemos à pergunta: "Por que metafísica em lugar de ontologia?". Mas ainda não respondemos à pergunta principal: "Por que a metafísica ou ontologia ocupou o lugar que, no início da filosofia, era ocupado pela cosmologia ou física?". Para isso, precisamos acompanhar os motivos que levaram a uma crise da cosmologia e ao surgimento da ontologia ou metafísica.



Celso Brandão/2013 DROOG

Exposição "Em louvor da diversidade: bancos do Brasil", realizada em setembro de 2012, em Amsterdã, capital da Holanda. A Filosofia Primeira estuda o Ser das coisas, a *essência*. Assim, a ela não importa a aparência que um banco pode ter, mas o que faz dele um Ser, de maneira que todos os bancos possuem a mesma essência.

Uma história de acasos

Por quase três séculos, a parte mais importante da obra aristotélica ficou desconhecida. Após a morte dos amigos e discípulos de Aristóteles, muitos de seus escritos ficaram esquecidos em uma adega, onde haviam sido guardados. Com o saque de Atenas pelos romanos, em 86 a.C., esses textos foram encontrados e levados para Roma.



Sila, general romano que liderou a tomada de Atenas, em moeda do século I a.C.

Encarregado de catalogá-los, Andrônico de Rodes deu aos escritos da Filosofia Primeira o nome Metafísica. Essa classificação indicava o lugar que eles ocupavam na estante (após os tratados de física), mas se mostrou acertada também do ponto de vista filosófico. A palavra metafísica ('para além da física') capta precisamente aquilo que Aristóteles denominava Filosofia Primeira: o estudo prévio das essências que estão para além do mundo físico e natural e são sua condição de existência.

O surgimento da ontologia: Parmênides de Eleia

Quando estudamos as origens da lógica, no Capítulo 11, vimos que Heráclito (c. 535 a.C.-475 a.C.) afirmava que a realidade é a mudança contínua das coisas em seus contrários e o mundo é um fluxo contínuo de transformações. Segundo Heráclito, o conhecimento sensorial ou sensível nos dá a ilusão de permanência das coisas, e somente o puro pensamento alcança a realidade verdadeira, que é a mudança ou o *devir*.

Parmênides (c.515 a.C.-445 a.C.), porém, se contrapôs a Heráclito e foi o primeiro filósofo a afirmar que o cosmo é um mundo ilusório, feito de aparências, sobre as quais formulamos nossas opiniões. Em lugar da realidade como *phýsis* (a natureza), tratou a realidade como *tò on*, o Ser, e contrapôs à natureza mutável a ideia de um pensamento e de um discurso verdadeiros que se referem àquilo que *é* realmente, ao Ser. Dizia Parmênides: só existe realmente e só pode ser verdadeiramente pensado aquilo que não muda, que é sempre idêntico a si mesmo.

O Ser *é*, diz Parmênides. Com isso, pretendeu dizer que o Ser é sempre idêntico a si mesmo, imutável, eterno, imperecível, invisível aos nossos sentidos e visível apenas para o pensamento. Foi Parmênides o primeiro a dizer que a aparência sensível das coisas da natureza não possui realidade, não existe real e verdadeiramente, *não é*. Contrapôs, assim, o Ser ao Não-Ser, declarando: "o Não-Ser não é". A filosofia é chamada por Parmênides de "a Via da Verdade", que nega realidade e conhecimento à "Via de Opinião", pois esta se ocupa com as aparências, com o Não-Ser.

Ora, a cosmologia ou física ocupava-se justamente com o mundo que percebemos e no qual vivemos com as demais coisas naturais. Ocupava-se com a natureza como um cosmo ou ordem regular e constante de surgimento, transformação e desaparecimento das coisas. A cosmologia buscava explicar o *devir*, isto é, a passagem de uma coisa a outro modo de existir, diferente ou contrário ao que possuía.

Parmênides, portanto, tornou a cosmologia impossível ao afirmar que o pensamento verdadeiro exige a identidade, a não transformação e a não contradição do Ser. Se a mudança de uma coisa em outra contrária a ela é o Não-Ser, o Ser não muda porque não tem como nem por que nem no que mudar, pois, se mudasse, deixaria de ser o Ser. Como consequência, Parmênides mostrou que o pensamento verdadeiro não admite a multiplicidade ou pluralidade de seres e que o Ser é uno e único.

Os argumentos da Escola Eleata eram logicamente rigorosos:

- admitamos que o Ser não seja uno, mas múltiplo. Nesse caso, cada ser *é* ele mesmo e *não é* os outros seres. Portanto, cada ser *é* e *não é* ao mesmo tempo, o que é impensável ou absurdo. O Ser é uno e não pode ser múltiplo;
- admitamos que o Ser não seja eterno, mas teve um começo e terá um fim. Antes dele, o que havia? Outro Ser? Não, pois o Ser é uno. O Não-Ser? Não, pois o Não-Ser é o nada. Portanto, o Ser não pode ter tido um começo. Terá um fim? Se tiver, o que virá depois dele? Outro Ser? Não, pois o Ser é uno. O Não-Ser? Não, pois o Não-Ser é o nada. Portanto, o Ser não pode acabar. Sem começo e sem fim, o Ser é eterno;
- admitamos que o Ser não seja imutável, mas mutável. Em que o Ser mudaria? Em outro Ser? Não, pois o Ser é uno. No Não-Ser? Não, pois o Não-Ser é o nada. Portanto, se o Ser mudasse, tornar-se-ia Não-Ser e desapareceria. O Ser é imutável e o devir é uma ilusão de nossos sentidos.

Qual é o significado dessa argumentação? A afirmação da diferença entre *pensar* e *perceber*. Percebemos a natureza na multiplicidade e na mutabilidade das coisas que se transformam umas nas outras e se tornam o contrário do que eram. Mas pensamos o Ser, isto é, a identidade, a unidade, a imutabilidade e a eternidade daquilo que é em si mesmo. Perceber é ver aparências. Pensar é contemplar a realidade como idêntica a si mesma, o *tò on*, o Ser.

Multiplicidade, mudança, nascimento e perecimento são aparências, ilusões dos sentidos. Ao abandoná-las, a filosofia passou da cosmologia à ontologia.

Platão e o mundo das ideias

O mundo sensível e o mundo inteligível

No Capítulo 11, vimos também que Platão dedicou-se a resolver o impasse filosófico criado pelo antagonismo entre o pensamento de Heráclito de Éfeso e o de Parmênides de Eleia.

Platão considerou que Heráclito tinha razão no que se refere ao mundo material e sensível, mundo das imagens e das opiniões. A matéria, diz Platão, é, por essência, algo imperfeito, que não consegue manter a identidade das coisas, mudando sem cessar de um estado a outro, contrário ou oposto. Assim, do mundo material só nos chegam as aparências das coisas e sobre ele só podemos ter opiniões contrárias e contraditórias.

Por esse motivo, diz Platão, Parmênides está certo ao exigir que a filosofia abandone esse mundo sensível e ocupe-se com o mundo verdadeiro, invisível aos sentidos e visível apenas ao puro pensamento. O verdadeiro é o Ser, uno, imutável, idêntico a si mesmo, eterno, imperecível, puramente inteligível.

Eis por que a ontologia platônica introduz uma divisão (da qual o Mito da Caverna é uma alegoria), afirmando a existência de dois mundos inteiramente diferentes e separados: *o mundo sensível* da mudança, da aparência, do devir dos contrários, e o *mundo inteligível* da identidade, da permanência, da verdade, conhecido pelo intelecto puro, sem nenhuma interferência dos sentidos e das opiniões. O primeiro é o *mundo das coisas*. O segundo, o *mundo das ideias* ou das *essências*. O mundo das ideias é o mundo do Ser; o mundo sensível das coisas é o mundo do Não-Ser. O mundo sensível é uma sombra, uma cópia deformada ou imperfeita do mundo das ideias.

A contradição entre opiniões mostra que o mundo sensível é sujeito ao erro, àquilo que é inferior à essência. Há, aqui, uma diferença entre a ontologia de Parmênides e a de Platão. Para o primeiro, o mundo sensível das aparências é o Não-Ser em sentido forte, isto é,

Alexandre Rotenberg/Shutterstock



Em foto de 2016, dois homens discutem no Speaker's Corner, em um parque em Londres, Inglaterra. Nesse local qualquer pessoa pode subir em um caixote e fazer um discurso crítico sobre qualquer tema, exceto a família real e o governo inglês.

não existe, é o nada. Para Platão, porém, o Não-Ser não é o puro nada. O que ele é? Ele é o que é diferente do Ser, o que é inferior ao Ser, o que nos engana e nos ilude, a causa dos erros. Em lugar de ser um puro nada, o Não-Ser é um *falso ser*, uma sombra do Ser verdadeiro, como descobriu o prisioneiro ao sair da caverna.

Há ainda outra diferença importante entre a ontologia de Parmênides e a de Platão. O primeiro afirmava que o Ser, além de imutável, eterno e idêntico a si mesmo, era único ou uno. Havia o Ser. Qual é o problema dessa afirmação?

Se Parmênides não admitia a multiplicidade de seres contrários uns aos outros e a si mesmos, o que restava à filosofia ao admitir uma identidade una-única? Só lhe restava pensar e dizer três frases: “o Ser é”, “o Não-Ser não é” e “o Ser é uno, idêntico, eterno e imutável”. Assim, Parmênides paralisava a filosofia.

Se a filosofia quisesse prosseguir como investigação da verdade e se tivesse mais objetos a conhecer, era preciso quebrar essa unidade e unicidade do Ser. Foi o que fez Platão.

A solução de um impasse

Em primeiro lugar, seguindo Sócrates (c. 469 a.C.-399 a.C.) e os sofistas, Platão distinguiu três sentidos para a palavra *ser*:

- o sentido de substantivo, isto é, de realidade existente ('o ser', 'um ser');
- o sentido verbal forte, em que *é* significa 'existe' e *ser* quer dizer 'existência' ("O homem *é*", "Deus é");
- e o sentido verbal mais fraco, em que o verbo *ser* é o verbo de ligação, isto é, o verbo que permite ligar um sujeito e seu predicado ("O homem é *mortal*").

Em segundo lugar, afirmou que, no sentido forte de *ser* (isto é, como substantivo e como verbo existencial), existem múltiplos seres e não um só. Porém, cada um deles possui os atributos do Ser de Parmênides (identidade, unidade, eternidade e imutabilidade). Esses seres são as *ideias* ou *formas inteligíveis*, totalmente imateriais, que constituem o mundo verdadeiro, o mundo inteligível.

Em terceiro lugar, afirmou que, no sentido mais fraco do verbo *ser* (isto é, como verbo de ligação), cada ideia é um ser real que possui um conjunto de predicados ou propriedades reais que a fazem ser o que ela é. Uma ideia *é* (existe) e uma ideia *é uma essência* ou conjunto de qualidades essenciais que a fazem ser o que ela *é* necessariamente. Por exemplo, a justiça *é* (a ideia da justiça existe) e há seres humanos que *são justos* (têm o predicado da justiça como parte de sua essência).

Dessa maneira, cada ideia, em si mesma, é como o Ser de Parmênides: una, idêntica a si mesma, eterna e imutável — uma ideia *é*. Ao mesmo tempo, cada ideia difere de todas as outras pelo conjunto de qualidades ou propriedades internas e necessárias que a fazem ser aquela essência e não outra (a ideia de ser humano é diferente da ideia de planeta, que é diferente da ideia de beleza, etc.). Existem múltiplas ideias (que são reais e verdadeiras) e não apenas o Ser único.

A tarefa da filosofia é dupla:

1. conhecer quais ideias existem, isto é, quais ideias *são*;

2. conhecer quais são as qualidades ou propriedades essenciais de uma ideia, isto é, o que uma ideia é, sua essência.

As ideias ou formas inteligíveis, diz Platão, são seres perfeitos e, por isso, tornam-se *modelos inteligíveis* que as coisas sensíveis materiais tentam imitar imperfeitamente. O sensível é, pois, uma imitação imperfeita do inteligível: as coisas sensíveis são *imagens* das ideias, são cópias imperfeitas da realidade verdadeira.

Cabe à filosofia passar das cópias imperfeitas aos modelos perfeitos, abandonando as *imagens* pelas *essências*, as *opiniões* pelas *ideias*, as *aparências* pelas *essências*.

Dialética platônica: do sensível ao inteligível

Os diálogos de Platão põem em marcha a dialética (que vimos no Capítulo 11), isto é, o caminho seguro que nos conduz da *dóxa* (opinião) à *episteme* (ciência ou saber). Tomemos um diálogo de Platão para acompanharmos seu procedimento: *O banquete*, que busca a ideia ou a essência do amor.

Numa festa, oferecida por um poeta, conversam cinco amigos e Sócrates. Um deles afirma que todos os deuses recebem hinos e poemas de louvor, mas nenhum foi feito ao melhor dos deuses, Eros, o amor. Propõe, então, que cada um faça uma homenagem a Eros dizendo o que é o amor. Cada um apresenta sua *opinião* sobre o amor.

Para um deles, o amor é o mais bondoso dos deuses, porque nos leva ao sacrifício pelo ser amado, inspira-nos o desejo de fazer o bem. A opinião do seguinte é diferente. Diz ele que é preciso distinguir entre o amor sexual e grosseiro e o amor espiritual entre as almas, pois o primeiro é breve e logo acaba, enquanto o segundo é eterno. Já o terceiro discorda dos anteriores, dizendo que os que o antecederam tinham limitado muito o amor, tomando-o apenas como uma relação entre duas pessoas. O amor, diz ele, é o que ordena, organiza e orienta o mundo, pois faz os semelhantes se aproximarem e os diferentes se afastarem.

O quarto prefere retornar ao amor entre as pessoas e narra um mito. No princípio, os humanos eram de três tipos: havia o homem duplo, a mulher dupla e o homem-mulher, isto é, o andrógino. Todos os humanos – quer fossem dois homens num só ou duas mulheres numa só, quer fossem andróginos – tinham um só corpo, com duas cabeças, quatro braços e quatro pernas. Como se julgavam seres completos, decidiram habitar o céu. Zeus, rei dos deuses, enfureceu-se, tomou de uma espada e os cortou pela metade. Decaídos, separados e desesperados, os humanos teriam desaparecido se Eros não lhes tivesse dado órgãos sexuais e os ajudasse a procurar a metade perdida. Os que eram homens duplos e mulheres duplas amam os de mesmo sexo, enquanto os que eram andróginos amam a pessoa do sexo oposto. Amar é encontrar a nossa metade e o amor é esse encontro.

Finalmente, o poeta, anfitrião da festa, toma a palavra para emitir sua opinião, dizendo que até então todos haviam louvado o amor pelo bem que faz aos humanos, mas não por ele mesmo. "É o que farei", diz. "O amor, Eros, é o mais belo, o melhor dos deuses. O mais belo, porque sempre jovem e sutil, porque penetra imperceptivelmente nas almas; o melhor, porque odeia a violência e a desfaz onde existir; inspira os artistas e poetas, trazendo a beleza ao mundo."

Resta Sócrates, que diz: "Não poderei falar. Não tenho talento para fazer discursos tão belos". Os outros, porém, não se conformam e o obrigam a falar. "Está bem", retruca ele. "*Mas falarei do meu jeito*."

Com essa pequena frase, o tom do diálogo se altera, pois "falar do meu jeito" significa não fazer elogios e louvores às imagens e aparências do amor, *não emitir mais uma opinião sobre o amor, mas buscar a essência do amor, a ideia do amor*.

Sócrates também começa com um mito. Quando a deusa Afrodite nasceu, houve uma grande festa para os deuses, mas se esqueceram de convidar a deusa Penúria. Miserável e faminta, Penúria esperou o fim da festa, esgueirou-se pelos jardins e comeu os restos, enquanto os demais deuses dormiam. Num canto do jardim, viu o deus Engenho Astuto e desejou conceber um filho dele, deitando-se ao seu lado. Desse ato sexual nasceu Eros, o amor. Como sua mãe, Eros está sempre carente, faminto, miserável; como seu pai, Eros é astuto, sabe criar expedientes engenhosos para conseguir o que quer.


Gianni Dagli Orti/Art Archive/Agência France-Presse/Museu do Louvre, Paris, França.

Eros e Psique (1793), escultura em mármore de Antonio Canova (1757-1822), que se encontra no Museu do Louvre, em Paris.

Qual é o sentido do mito? Nele descobrimos que o amor é carência e astúcia, desejo de saciar-se, de completar-se e de encontrar a plenitude. Amar é desejar fundir-se na plenitude do amado e ser um só com ele. O que pode completar e dar plenitude a um ser carente? Somente aquilo que é em si mesmo completo e pleno, isto é, o que é perfeito. O amor é desejo de perfeição. O que é a perfeição? A harmonia, a proporção, a integridade ou inteireza da forma. Desejamos as formas perfeitas. O que é uma forma perfeita? A forma acabada, plena, inteiramente realizada, sem falhas, sem necessidade de transformar-se, isto é, sem necessidade de mudança. A forma perfeita é o que chamamos de *beleza*.

Onde está a beleza nas coisas corporais? Nos corpos belos, que, ao se unirem, geram uma beleza: a imortalidade dos pais por meio de seus filhos. Onde está a beleza nas coisas incorporais? Nas almas belas, cuja beleza está na perfeição de seus pensamentos e ações, isto é, na inteligência. Que amamos quando amamos corpos belos? Amamos o que há de imperecível naquilo que é perecível, isto é, amamos a descendência. Que amamos quando amamos almas belas? O que há de imperecível na inteligência, isto é, as ideias.

Se o amor é desejo de identificar-se com o amado, então a qualidade ou a natureza do ser amado determina se um amor é plenamente verdadeiro ou uma aparência de amor. Amar o perecível é tornar-se perecível também. Amar o mutável é tornar-se mutável também. O perecível e o mutável são sombras, cópias imperfeitas do ser verdadeiro. As formas corporais belas são sombras ou imagens da verdadeira beleza imperecível. Abandonando-as pela verdadeira beleza, amamos não esta ou aquela coisa bela, mas a ideia ou a essência da beleza, o belo em si mesmo, único, real.

As almas belas são belas porque contêm o intelecto, parte imortal e imperecível de nossa alma. Que ama o intelecto? Outro intelecto que seja mais belo e mais perfeito do que ele e que, ao ser amado, torna perfeito e belo quem o ama. O que é um intelecto verdadeiramente belo e perfeito? O que ama a beleza perfeita. Onde se encontra essa beleza? Nas ideias.

O que é a *essência* ou a *ideia* do amor? O amor é o desejo da perfeição imperecível, aquilo que permanece sempre idêntico a si mesmo, que pode ser plenamente conhecido e contemplado pelo puro pensamento. Esse amor pela ideia ou essência do belo é *amor intelectual*. Esse amor pelo inteligível é o desejo de saber: *philo sophia*, 'amor pela sabedoria'. Pelo amor, o pensamento humano conhece as ideias, portanto, o *ser verdadeiro*.

A ontologia é, assim, a própria filosofia, conhecimento do Ser, isto é, das ideias. É a passagem das opiniões sobre as coisas sensíveis mutáveis rumo ao pensamento sobre as essências imutáveis. Passar do sensível ao inteligível – tarefa da filosofia – é passar da aparência ao real, do *Não-Ser* ao *Ser*. Por isso o prisioneiro que se libertou da caverna é chamado de filósofo.



NewYork Public Library Collection/Photo Researchers/Getty Images

Representação do diálogo *O banquete*, de Platão, em pintura de 1869 do alemão Anselm Feuerbach (1829-1880).

Leituras filosóficas

Filosofia e senso comum

Desde a Antiguidade, a tradição filosófica tem enfatizado a descontinuidade entre filosofia e senso comum [...].

O pensamento antigo opunha opinião (doxa) *e ciência* (episteme)*. A noção de opinião, significando um conhecimento ou crença sem nenhuma garantia de sua validade, pode ser encontrada em Parmênides, que estabelece uma distinção entre a verdade e "as opiniões dos mortais, em que não há certeza"* [...]. *Em seu poema, a verdade aparece como divina, existindo num domínio que lhe é próprio e que não pode ser alcançado por nenhum dos caminhos comumente seguidos pelos homens. Também Heráclito critica os que "acreditam nos cantores de rua e seu mestre é a massa"* [...] *e considera que "as opiniões dos homens são jogos de crianças"* [...]. *A oposição entre* doxa e episteme *foi consagrada por Platão, para quem a opinião, limitando-se ao mundo sensível, reino do devir, constitui o oposto da ciência, conhecimento das essências imutáveis e subsistentes.*

Daí em diante o desenvolvimento histórico da filosofia, por diferentes formulações, reafirmou inúmeras vezes a distância entre a filosofia e o homem comum, entre o saber filosófico e o senso comum. Mesmo aceitando a tese aristotélica da existência, em todos os homens, de uma curiosidade natural ou de um desejo de conhecer, é forçoso reconhecer que não existe uma continuidade imediata entre senso comum e atividade filosófica.

RODRIGO, Lídia Maria. *Filosofia em sala de aula:* teoria e prática para o Ensino Médio. Campinas: Autores Associados, 2009. p. 12-13.

1. No Mito da Caverna, Platão narra o percurso do mundo sensível ao mundo inteligível realizado pelo filósofo em sua busca da verdade. Faça uma leitura completa deste capítulo e explique a relação existente entre os dois mundos e a oposição entre opinião e ciência, nos termos do texto acima.

2. Por que o desejo de conhecer não é suficiente para estabelecer uma "continuidade imediata entre senso comum e atividade filosófica"? Exponha algumas das dificuldades enfrentadas para se alcançar o mundo das ideias verdadeiras.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Língua Portuguesa.

Leia o poema "Amor e seu tempo", de Carlos Drummond de Andrade, e faça as atividades.

Amor é privilégio de maduros
estendidos na mais estreita cama,
que se torna a mais larga e mais relvosa,
roçando em cada poro, o céu do corpo.

É isto, amor: o ganho não previsto,
o prêmio subterrâneo e coruscante,
leitura de relâmpago cifrado,
que, decifrado, nada mais existe

valendo a pena o preço do terrestre,
salvo o minuto de ouro no relógio
minúsculo, vibrando no crepúsculo.

Amor é o que se aprende no limite,
depois de arquivar toda a ciência
herdada, ouvida. Amor começa tarde.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *As impurezas do branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. p. 3.



Circuito Fora do Eixo/ Flickr/Creative Commons

"Não existe amor em SP / Os bares estão cheios de almas tão vazias". Versos da canção "Não existe amor em SP", de Criolo. Na foto, o cantor paulistano em apresentação em Juiz de Fora (MG), em 2012.

1. Relacione as ideias sobre o amor presentes neste poema com aquelas expostas no diálogo *O banquete*, de Platão.
2. Faça um comentário breve sobre o amor na sociedade contemporânea tomando como referência o poema de Drummond, os versos de Criolo e o diálogo de Platão.

Em síntese

1. O que significa metafísica? O que ela investiga?
2. Quais são os períodos da metafísica? Caracterize-os brevemente.
3. Quais foram as mudanças que a metafísica sofreu com Hume e Kant?
4. Quais são as perguntas filosóficas fundamentais, uma feita antes do século XVII e outra depois dele? Qual é o significado dessas duas perguntas?
5. Por que a palavra *metafísica* ficou consagrada para designar a Filosofia Primeira ou ontologia?
6. Resuma os principais traços do pensamento de Heráclito e Parmênides tomando como referência duas oposições: entre realidade e aparência e entre pensar e perceber.
7. Explique a divisão platônica entre mundo sensível e mundo inteligível.
8. Qual é a principal diferença entre o pensamento de Platão e o de Parmênides?
9. Quais são as três atitudes com as quais Platão resolveu o impasse filosófico deixado por Parmênides, que reduzira a filosofia à afirmação "o Ser é" e à negação "o Não-Ser não é"?
10. Que são as ideias ou formas inteligíveis? Quais são suas principais características ou qualidades?
11. Explique como e por que, para Platão, cabe à filosofia passar da aparência sensível à essência inteligível das coisas, da opinião à ideia. Ilustre sua resposta com um novo exemplo.

Indicações

Baraka

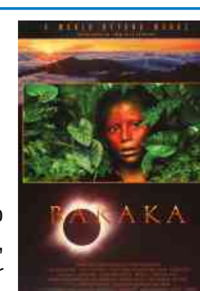
- **Direção de Ron Fricke. Estados Unidos, 1992.**

O documentário mostra a vida humana na Terra. Passado, presente e futuro estão presentes nas imagens de antigos templos religiosos, paisagens naturais e grandes cidades. Cada cena questiona não apenas o "Onde?", mas "O que é?" cada coisa e seu significado.

Ficções

- **Escrito por Jorge Luis Borges. Companhia das Letras, 2007.**

O volume reúne uma série de contos que abordam, por meio de uma fusão entre literatura e conceitos metafísicos, temas como o tempo, a eternidade e o infinito.



Magison/Album/Latinstock

Cartaz do documentário *Baraka*, de 1992, dirigido por Ron Fricke.

CAPÍTULO 18

A metafísica de Aristóteles

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo



O SER: POTÊNCIA E ATO

Uma borboleta, ao se preparar para deixar a crisálida, é uma borboleta? Mesmo que verde e pequeno, um fruto é um fruto? Como se explica que vejamos o girino se transformar em anfíbio? Se as coisas do mundo sensível mudam porque são ilusórias, seria possível encontrar sua essência inteligível? Discordando de Parmênides e Platão, Aristóteles propôs outros rumos para o que viria a se chamar metafísica, mas manteve no centro a questão "O que é?". Ao afirmar que a mudança não é contraditória nem ilusória, mas própria da essência dos seres da natureza, Aristóteles considerou o devir um conceito a ser examinado pela Filosofia Primeira ou metafísica.

Diferença entre Aristóteles e seus predecessores

Embora a ontologia tenha começado com Parmênides (c. 515 a.C.-445 a.C.) e Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.), foi Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.) o primeiro a explicitamente formular a ideia de uma ciência ou saber – a Filosofia Primeira – que tem como finalidade própria o estudo do Ser. Posteriormente, como vimos, a Filosofia Primeira acabou recebendo o nome metafísica. Três motivos levam a atribuir a Aristóteles o início da metafísica:

1. Diferentemente de seus predecessores, Aristóteles não julgava o mundo das coisas sensíveis – ou a natureza – um mundo aparente e ilusório. Pelo contrário, é um mundo real e verdadeiro cuja essência é, justamente, a multiplicidade de seres e a mudança incessante. Em lugar de afastar a multiplicidade e o devir como ilusões ou sombras do verdadeiro Ser, Aristóteles afirmava que o ser da natureza existe, é real, que seu modo próprio de existir é a mudança e que esta não é uma contradição impensável. É possível uma ciência verdadeira sobre a natureza e a mudança: a Física. Mas é preciso, primeiro, demonstrar que o objeto da Física é um ser real e verdadeiro, e isso é tarefa da Filosofia Primeira ou do que está além da Física (*meta-phýsica*).

2. Diferentemente de seus predecessores, Aristóteles considerava que a essência verdadeira das coisas naturais e dos seres humanos e de suas ações não está num mundo separado do mundo sensível. As essências estão nas próprias coisas, nos próprios seres humanos, nas próprias ações, e é tarefa da Filosofia Primeira conhecê-las ali mesmo onde existem e acontecem. Como conhecê-las? Partindo da sensação até alcançar a intelecção. A essência de um ser ou de uma ação é conhecida pelo pensamento, que capta as propriedades internas e necessárias desse ser ou dessa ação, sem as quais ele ou ela não seriam o que são.

3. Ao se dedicar à Filosofia Primeira ou metafísica, a filosofia descobre que há diferentes tipos de seres ou entes que se diferenciam justamente por suas essências. Em outras palavras, para Parmênides havia apenas o Ser único, uno e imutável; para Platão, havia as coisas materiais ou sensíveis, sujeitas à mudança, e que eram cópias imperfeitas ou sombras do ser verdadeiro ou da realidade, as ideias. Podemos perceber que o critério de Parmênides e de Platão para distinguir realidade verdadeira e aparência é a ausência ou a presença de mudança. Aristóteles também usará a mudança como critério de diferenciação dos seres, porém o fará de maneira completamente nova.

As inovações de Aristóteles

- A metafísica não precisa abandonar este mundo, mas, ao contrário, é o conhecimento da essência daquilo que existe em nosso mundo.
- Não se pode pensar apenas em um Ser uno e não é a imutabilidade que garante a verdade ou não de um ser.
- Os diferentes seres têm essências diferentes, e a mudança é o critério que as diferencia.



Lisi Niesner/Reuters/Latinstock

Físico retira amostra de rocha em caverna de gelo na Áustria, em 2012, durante experimentos preparativos para uma futura missão a Marte. Para Aristóteles, a Física se incumbiria de responder à questão "Como?" lançada sobre determinado fenômeno da realidade, ao passo que a metafísica se ocuparia com o que antecede esse fenômeno, comprovando a realidade dele, por meio da resposta à questão "O que é?".

O movimento

A palavra grega para *movimento* é *kínesis* (de onde vêm os termos *cinético*, *cinema*, *cinemática*, em português). Porém, para os gregos, movimento não significa simplesmente mudança de lugar ou locomoção. Significa toda e qualquer mudança que um ser sofra ou realize. É movimento:

- toda mudança qualitativa de um ser qualquer (por exemplo, uma semente que se torna árvore, um objeto branco que amarelece, um animal que adoece, algo quente que esfria, algo frio que esquenta, o duro que amolece, o mole que endurece, etc.);
- toda mudança ou alteração quantitativa (por exemplo, um corpo que aumente ou diminua, que se divida em outros menores, que encompride ou encurte, alargue ou estreite, etc.);

- toda mudança de lugar ou locomoção (subir, descer, cair, a trajetória de uma flecha, o deslocamento de um barco, a queda de uma pedra, o levitar de uma pluma, etc.);
- toda alteração em que um ser passe da ação à paixão ou passividade (por exemplo, ser cortado, amado, desejado), ou da passividade à atividade (por exemplo, cortar, amar, desejar);
- toda geração ou nascimento e toda corrupção ou morte dos seres. Nascer, viver e morrer são movimentos.

Numa palavra: o *devir*, em todos os seus aspectos, é o *movimento*. Parmênides e Platão excluíram o movimento da essência do Ser, considerando a mudança o Não-Ser.

Que fez Aristóteles? Negou que movimento ou mudança fossem o Não-Ser ou irrealidade. Assim, ele diferenciou os seres conforme estejam ou não em movimento:

- seres físicos ou naturais (minerais, vegetais, animais, humanos) que, por essência, estão sempre em movimento – nascem, vivem, crescem, se reproduzem, se transformam e morrem. São seres *móveis*, em devir ou existentes no devir;
- seres matemáticos, que não existem em si mesmos, mas existem como formas das coisas naturais, podendo, porém, ser separados delas pelo pensamento e ter suas essências conhecidas. São seres *imóveis,* isto é, não nascem, não mudam, não se transformam nem perecem;
- seres cuja essência é imutável ou imóvel, mas que realizam um tipo de movimento, o movimento local perfeito, eterno, sem começo e sem fim, isto é, o movimento circular: os astros;
- finalmente, um ser por essência eterno, imutável, imperecível, sempre idêntico a si mesmo, perfeito, imaterial, do qual todos os tipos de movimento estão inteiramente excluídos. Este ser é conhecido apenas pelo intelecto, que o conhece como separado de nosso mundo, superior a tudo o que existe e é o ser por excelência: o ser divino.

Para cada um desses tipos de ser e suas essências existe uma ciência própria (Física, Biologia e Psicologia, para os seres naturais; Matemática; Astronomia; e Teologia). Mas também deve haver uma ciência geral, mais ampla, mais universal, anterior a todas essas, cujo objeto não seja esse ou aquele tipo de ser, essa ou aquela modalidade de essência, mas o Ser em geral, a essência em geral. Trata-se de uma ciência que investiga *o que é uma essência* e aquilo que faz com que haja essências particulares e diferenciadas. Em outras palavras, deve haver uma ciência que estude *o Ser enquanto Ser*, sem considerar as diferenciações dos seres.

Essa ciência mais alta, mais ampla, mais universal é a Filosofia Primeira, ou a metafísica.

Leituras filosóficas

O desejo de conhecer

O motivo que inspira Aristóteles do começo ao fim da Metafísica *é o desejo de adquirir a forma de conhecimento que mais merece o nome de* sabedoria. *O desejo de conhecer, diz ele, é inato no homem. Manifesta-se, no grau mais baixo, no prazer que experimentamos no uso dos sentidos. O grau imediatamente superior está implicado no uso da memória, que nos distingue dos animais inferiores. O grau seguinte, que somente o homem é capaz de alcançar, está constituído pela experiência, graças à fusão de muitas recordações relacionadas com um mesmo gênero de objetos* [...]. *Em um grau superior está a técnica, conhecimento de regras práticas que se baseiam em princípios gerais. O mais alto de todos é a ciência, que é o puro conhecimento das causas* [...]. *A* sabedoria *deve ser não somente a ciência ou o conhecimento das causas, mas o conhecimento das causas primeiras e mais universais de todos os seres* [...]. *A* sabedoria *é o conhecimento do que é mais difícil de conhecer porque seus objetos são os mais universais, os mais distantes dos sentidos: os primeiros princípios de todas as demonstrações, as causas primeiras e causas finais de todas coisas, o ser em seus vários sentidos e o ser como verdadeiro ou Ser enquanto Ser.*

ROSS, W. D. *Aristóteles*. Buenos Aires: Sudamericana, 1957. p.220-229. Texto traduzido.

- Com base no que você estudou até aqui sobre metafísica, explique por que, para Aristóteles, o uso dos sentidos, a experiência e a técnica são conhecimentos inferiores à *sabedoria*.

A metafísica aristotélica

Nos livros denominados *Metafísica*, Aristóteles afirma que a Filosofia Primeira estuda os primeiros princípios e as causas primeiras de todas as coisas e investiga "o Ser enquanto Ser". A Filosofia Primeira estuda as essências sem diferenciá-las em essências físicas, matemáticas, astronômicas, humanas, etc., pois cabe às diferentes ciências estudá-las como diferentes entre si. À metafísica cabem três estudos:

1. o estudo do ser divino, a realidade primeira e suprema da qual todo o restante procura aproximar-se, imitando sua perfeição imutável. As coisas se transformam incessantemente, diz Aristóteles, porque desejam encontrar sua essência total e perfeita, imutável como a essência divina. Por isso, o ser divino é o Primeiro Motor Imóvel do mundo: *imóvel* porque, sendo perfeito, não muda, e *motor* porque, sem agir diretamente sobre as coisas, ficando a distância delas, faz com que elas se movam, isto é, mudem, atraídas por ele e desejado por elas. Tal desejo as faz mudar para, um dia, não mais mudar. A mudança ou o devir são a maneira pela qual a natureza, a seu modo, se aperfeiçoa e busca imitar a perfeição do imutável divino. Esse desejo de não mais precisar mudar, diz Aristóteles, explica por que há o devir e por que o devir é eterno: as coisas naturais mudam sempre porque estão sempre em busca da perfeição como a divina, mas nunca a poderão alcançá-la;
2. o estudo dos primeiros princípios e causas primeiras de todos os seres ou essências existentes;
3. o estudo das propriedades ou atributos gerais de todos os seres, graças aos quais podemos determinar a essência particular de um ser particular. A essência ou *ousía* é a realidade primeira e última de um ser, aquilo sem o qual um ser não pode ser o que ele é e sem o qual ele não poderá existir. À essência, entendida dessa perspectiva universal, Aristóteles dá o nome de *substância*, e a metafísica estuda a substância em geral.

Os principais conceitos

De maneira muito breve e simplificada, apresentamos abaixo um resumo dos principais conceitos da metafísica aristotélica (e que se tornarão as bases de toda a metafísica ocidental).

Princípios lógicos e causas primeiras

- *Primeiros princípios*: são os três princípios que estudamos na lógica (Unidade 4), isto é, *identidade*, *não contradição* e *terceiro excluído*. Os princípios lógicos são metafísicos porque definem as condições sem as quais um ser não pode existir nem ser pensado. Os primeiros princípios garantem, simultaneamente, a realidade e a racionalidade das coisas.
- *Causas primeiras*: são aquelas que explicam o que a essência é e também a origem e o motivo da sua existência. Causa (para os gregos) significa não só o *porquê* de alguma coisa, mas também o *o quê* e *o como* uma coisa é o que ela é. As causas primeiras nos dizem o que é, como é, por que é e para que é uma coisa. São quatro as causas primeiras:
  1. *causa material*, isto é, aquilo de que um ser é feito, sua matéria (por exemplo, água, fogo, ar, terra);
  2. *causa formal*, isto é, aquilo que explica a forma que um ser possui (por exemplo, o rio ou o mar são formas da água; a mesa é a forma assumida pela matéria madeira com a ação do carpinteiro);
  3. *causa eficiente* ou *motriz*, isto é, aquilo que explica como uma matéria recebeu uma forma para constituir uma essência (por exemplo, o carpinteiro é a causa eficiente que faz a madeira receber a forma da mesa.);
  4. *causa final*, isto é, a causa que dá o motivo, a razão ou a finalidade para alguma coisa existir e ser tal como ela é (por exemplo, o fruto é a causa final de uma árvore, o Primeiro Motor Imóvel é a causa final do movimento dos seres naturais, etc.).

Objetos de estudo da metafísica

- O ser divino ou o Primeiro Motor Imóvel.
- Os primeiros princípios e as primeiras causas de todos os seres.
- As propriedades gerais de todos os seres, isto é, a substância em geral e seus predicados (qualidades, quantidades, relações, etc.).


Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo

Produção de panelas de barro no bairro de Goiabeiras, em Vitória (ES), em 2009. A causa material da panela é o barro; sua causa formal é a forma "panela"; a causa eficiente é a ação por meio da qual o artesão aplica as técnicas necessárias; a causa final é o uso da panela no preparo de um alimento.

O que faz um ser ser o que é

- *Matéria*: é o elemento de que as coisas da natureza, os animais, os seres humanos, os artefatos são feitos. Sua principal característica é possuir virtualidades ou conter em si mesma possibilidades de transformação, isto é, de mudança.
- *Forma*: é o que individualiza e determina uma matéria, fazendo existir as coisas ou os seres particulares. Sua principal característica é ser aquilo que uma essência é.
- *Potência*: é a virtualidade que está contida numa matéria e pode vir a existir, se for atualizada por alguma causa. Por exemplo, a criança é um adulto em potência ou em potencial, e a semente é a árvore em potência ou em potencial.
- *Ato*: é a atualização de uma matéria por uma forma e numa forma. O ato é a forma que atualizou uma potência contida na matéria. Por exemplo, a árvore é o ato da semente, o adulto é o ato da criança, a mesa é o ato da madeira, etc.

Graças aos conceitos de potência e ato, a metafísica aristotélica pode explicar a causa e a racionalidade das mudanças ou de todos os movimentos naturais ou dos seres físicos, isto é, de todos os seres dotados de matéria e forma. Qual é a explicação? O devir não é aparência nem ilusão, ele é o movimento pelo qual a potência de um ser se atualiza, uma matéria recebe uma forma e muda sua forma anterior.

O que faz um ser ser como é

- *Essência*: é a unidade interna e indissolúvel entre uma matéria e uma forma. Essa unidade lhe dá um conjunto de propriedades ou atributos que a fazem ser necessariamente aquilo que ela é. Assim, por exemplo, um ser humano é por essência um animal mortal racional dotado de vontade, gerado por outros semelhantes a ele e capaz de gerar outros semelhantes a ele, etc.
- *Acidente*: é uma propriedade ou atributo que uma essência pode ter ou deixar de ter sem perder seu ser próprio. Por exemplo, um ser humano é racional ou mortal por essência, mas é baixo ou alto, gordo ou magro, negro ou branco, por acidente. A humanidade é a essência primordial (animal, mortal, racional, voluntário), enquanto o acidente é o que, existindo ou não, nunca afeta o ser da essência (magro, gordo, alto, baixo, negro, branco). A essência é o universal; o acidente, o particular.
- *Substância*: é aquilo em que se encontram a matéria-potência, a forma-ato, onde estão os atributos essenciais e acidentais, sobre o qual agem as quatro causas. Em suma, é o Ser propriamente dito.

  Aristóteles utilizou o conceito de substância em dois sentidos. Num primeiro sentido, substância é o ser individual – um homem é uma substância, uma pedra é uma substância, um cavalo é uma

substância, uma flor é uma substância; é a substância existente de fato. Num segundo sentido, é o gênero ou a espécie a que um ser individual pertence – gênero humano, gênero mineral, gênero animal, gênero vegetal –, é o conjunto das características gerais que os indivíduos de um gênero e de uma espécie possuem. Gêneros e espécies não existem como tais e sim nos indivíduos. Por isso, são universais, isto é, o que há de comum a todos os indivíduos que pertencem a eles, existindo nestes e não fora deles.

- *Predicados*: são as categorias que vimos no estudo da lógica e que também são metafísicas porque se referem à estrutura e ao modo de ser das substâncias ou das essências (quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posse, ação, paixão). Os predicados atribuídos a uma substância são constitutivos de sua essência, pois esta: possui qualidades (mortal, imortal, finito, infinito, bom, mau, etc.); quantidades (um, muitos, alguns, pouco, muito, grande, pequeno); relaciona-se com outros (igual, diferente, semelhante, maior, menor, superior, inferior); está em algum lugar (aqui, ali, perto, longe, embaixo, atrás, etc.); está no tempo (antes, depois, agora, ontem, hoje, amanhã, de dia, de noite, sempre, nunca); realiza ações ou faz alguma coisa (anda, pensa, dorme, corta, cai, prende, cresce, floresce, etc.) e sofre ações de outros seres (é cortado, é preso, é puxado, é atraído, é curado, é envenenado, etc.).
  As categorias ou predicados podem ser essenciais ou acidentais. Podem ser necessários e indispensáveis à natureza própria de um ser ou podem ser algo que um ser possui por acaso ou que lhe acontece por acaso, sem afetar sua natureza.
  Tomemos um exemplo. Se eu disser "Sócrates é homem", necessariamente terei de lhe dar os seguintes predicados: mortal, racional, finito, animal, pensa, sente, anda, fala, adoece, é menor que uma montanha e maior que um gato, ama, odeia. Acidentalmente, ele poderá ter outros predicados: é feio, é baixo, é casado, esteve no banquete de Agáton conversando sobre o amor, foi forçado a envenenar-se pelo tribunal de Atenas.
  Se nosso exemplo, porém, fosse o de uma substância genérica ou específica, todos os predicados teriam de ser essenciais. O acidente acontece somente para o indivíduo existente, e o gênero e a espécie são universais que só existem no pensamento e encarnados nas essências individuais.


Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*/Agência Estado

Pelé conduz a bola em jogo disputado no interior de São Paulo, na década de 1960. O gênero *animal* e as espécies *vertebrado*, *mamífero* e *humano* não existem em si mesmos, mas existem, por exemplo, na substância individual Pelé ou por meio do indivíduo Pelé.

Com esse conjunto de conceitos forma-se o quadro da metafísica aristotélica como explicação geral, universal e necessária do Ser, ou seja, da realidade. Esse quadro conceitual será herdado pelos filósofos posteriores, que problematizarão alguns de seus aspectos, estabelecerão novos conceitos e suprimirão outros, desenvolvendo o que conhecemos como *metafísica ocidental*.

A metafísica aristotélica inaugura, portanto, o estudo da estrutura geral de todos os seres ou as condições universais e necessárias que fazem com que exista um ser e que ele possa ser conhecido pelo pensamento. Afirma que a realidade no seu todo é inteligível ou conhecível e apresenta-se como conhecimento teorético da realidade em todos os seus aspectos gerais ou universais, devendo preceder as investigações que cada ciência realiza sobre um tipo determinado de ser.

O que é estudar o "Ser enquanto Ser"?

- É investigar aquilo sem o que não há seres nem conhecimento dos seres: os três princípios lógico-metafísicos e as quatro causas.
- É investigar aquilo que faz um ser ser necessariamente o que ele é: matéria, potência, forma e ato.
- É investigar aquilo que faz um ser ser necessariamente como ele é: essência e predicados ou categorias.
- É investigar aquilo que faz um ser existir como algo determinado: a substância individual e a substância como gênero ou espécie.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Biologia.

Antes de resolvê-la, leia o trecho abaixo.

[...] *ser não é apenas o que já existe, em ato; ser é também o que pode ser, a virtualidade, a potência.* [...] *se uma folha verde torna-se amarela é porque verde e amarelo são acidentes da substância folha (que é sempre folha independente de sua coloração). A qualidade "amarelo" é uma virtualidade da folha, que num certo momento se atualiza. E essa passagem da potência ao ato é que constitui, segundo a teoria de Aristóteles, o movimento.* [...]

PESSANHA, José A. M. Vida e obra. In: *Aristóteles – Volume I*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1978. p. 20. (Os pensadores).

1. Faça uma reflexão metafísica sobre o movimento a partir de um objeto animado ou inanimado de sua escolha. Empregue os conceitos aristotélicos trabalhados até agora em sua reflexão, seguindo o exemplo dado no trecho acima.

2. Para a Biologia, o pigmento clorofila, que confere a cor verde às folhas, é responsável pela realização da fotossíntese. Explique como a folha verde se atualiza em amarela estabelecendo paralelos entre os conceitos da metafísica aristotélica e os da Biologia.



Edson Grandisoli/Pulsar Imagens

Báculo de samambaia se desenrola no Jardim Botânico de São Paulo (SP), em 2012. A passagem da potência ao ato constitui o movimento.

Em síntese

1. Quais são os motivos pelos quais se atribui a Aristóteles o nascimento da metafísica?

2. Quais são os sentidos de movimento (*kínesis*)?

3. O que pensa Aristóteles a respeito da mudança ou movimento? Por que sua posição se distingue da posição de Parmênides e de Platão?

4. Quais são os três estudos que cabem à metafísica?

5. Explique o que são e quais são os primeiros princípios e as causas primeiras.

6. O que são potência e ato?

7. O que são matéria e forma? Como elas se relacionam com potência e ato? Ilustre sua resposta com um exemplo.

8. O que são essência e acidente de uma substância?

9. Segundo Aristóteles, o que são predicados ou categorias? Dê alguns exemplos.

Indicação

A descoberta do mundo

- **Escrito por Clarice Lispector. Rocco, 1984.**

Esta seleção de crônicas da escritora, publicadas originalmente em jornal entre 1967 e 1973, inclui textos que tratam de temas afins às investigações metafísicas, como a crônica “Atualidade do ovo e da galinha”.



Reprodução/Ed. Rocco

Capa do livro *A descoberta do mundo*, de Clarice Lispector.

CAPÍTULO 19

As aventuras da metafísica


Erich Lessing/Album/Latinstock

OS DESAFIOS DA MULTIPLICAÇÃO

O mosaico *O milagre dos pães e dos peixes* (século VI), presente na Basílica de Santo Apolinário, o Novo, em Ravena, Itália, mostra Jesus cercado pelos apóstolos espalhando a "boa-nova". Essa imagem é representativa da grande diferença que fez com que o cristianismo se difundisse como se difundiu mesmo após a queda do Império Romano do Ocidente: sua pretensão de universalidade, isto é, de atingir a todos os povos. Essa difusão, acompanhada pelo fortalecimento da Igreja católica, propiciou também mudanças relevantes na produção filosófica sobre a metafísica – que sofreria uma nova guinada apenas com a filosofia moderna.

O cristianismo e a tarefa da evangelização

Ao nascer, o cristianismo era mais uma entre as várias religiões orientais existentes. Suas raízes encontravam-se no judaísmo, credo de um povo particular, característica comum a todas as religiões antigas. No entanto, havia no cristianismo algo novo: a ideia de que Deus enviou seu Filho para salvar a humanidade inteira do pecado do primeiro homem e da primeira mulher. Ou seja, a ideia de uma salvação universal e não apenas para um povo particular. Isso trouxe uma prática até então desconhecida das religiões: a evangelização, ou seja, a prática de espalhar a "boa-nova" para o mundo inteiro, como vimos no Capítulo 5. O objetivo era converter os não cristãos e tornar o cristianismo uma **religião universal**.

Para isso, os evangelizadores usaram muitos meios, levando em conta as condições culturais e religiosas da época. Ao nosso assunto, interessa apenas saber como foi a evangelização dos pensadores gregos e romanos, que não só haviam sido formados em religiões diferentes da judaica, mas também haviam sido educados na tradição racionalista da filosofia. Para convencê-los da superioridade da verdade cristã sobre a tradição filosófica e, assim, convertê-los ao cristianismo, os primeiros Padres da Igreja, ou intelectuais cristãos (São Paulo, c. 5 a.C.-c. 64; Santo Ambrósio, 337-397; Santo Eusébio, c. 255-c. 310; Santo Agostinho, 354-430; entre outros), adaptaram as ideias filosóficas à religião cristã, criando uma filosofia cristã.

Em vários aspectos, podemos dizer que o cristianismo não precisava de uma metafísica:

- sendo uma religião da salvação, seu interesse maior estava na moral, na *prática* dos preceitos virtuosos deixados por Jesus com vistas a salvar os seres humanos dos seus pecados, e não em uma *teoria* sobre a realidade;
- sendo uma religião vinda do judaísmo, já possuía uma ideia muito clara do que era o Ser, pois Deus disse a Moisés: "Eu sou aquele que é, foi e será. Eu sou aquele que sou";
- sendo uma religião, seu interesse maior estava na fé e não na razão teórica, na crença e não no conhecimento intelectual, na revelação e não na reflexão.

Os cristãos se dedicaram à metafísica, portanto, com o objetivo de converter os intelectuais gregos e os chefes e imperadores romanos (isto é, aqueles que estavam acostumados à filosofia).

religião universal: a pretensão de universalidade do cristianismo está expressa no nome da Igreja de Roma, primeiro lugar a adotar oficialmente a religião: a Igreja católica. A palavra *católico* vem do grego *katholikós*, que significa 'universal'.



Alinari Archives/Getty Images

O sonho de Constantino, afresco de Piero della Francesca, de 1460. Conta uma lenda que, antes da vitoriosa Batalha da Ponte Mílvio (312), o primeiro imperador romano convertido ao cristianismo sonhou com a mensagem *"In hoc signo vinces"* ("Sob este símbolo vencerás", em latim) inscrita numa cruz, que foi pintada nos escudos do exército romano.

As tradições metafísicas e o cristianismo

Evidentemente, as duas grandes tradições metafísicas que inspiraram o cristianismo e que marcaram a filosofia cristã foram o *platonismo* e o *aristotelismo*. No entanto, essa influência não ocorreu imediatamente, pois as obras de Platão (427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) haviam ficado perdidas durante séculos. O platonismo e o aristotelismo inspiraram o cristianismo somente depois. Antes, o cristianismo tomou contato com três outras tradições metafísicas, que formaram, assim, o conteúdo das primeiras elaborações filosóficas cristãs: o *neoplatonismo*, o *estoicismo* e o *gnosticismo*.

O neoplatonismo afirmava a existência de três realidades distintas: o mundo sensível da matéria, o mundo inteligível das puras formas imateriais e, acima desses dois mundos, uma realidade suprema, separada de todo o resto – o Uno, ou o Bem.

Diferentemente dos neoplatônicos, os estoicos negavam a existência de realidades separadas e superiores ao mundo sensível, afirmando a existência de uma Razão Universal, ou Inteligência Universal, que nada mais é que a natureza. Essa Razão Universal, interior ao mundo, produz e governa toda a realidade de acordo com um plano racional necessário denominado Providência, conjunto de leis necessárias que regem a natureza. O ser humano participa da Inteligência Universal porque possui razão e vontade, a qual pode levá-lo a dominar seus desejos. A ação racional humana (própria do sábio) é a vida em conformidade com a natureza e com a Providência.

O **gnosticismo** afirmava a existência de dois princípios supremos opostos de onde provinha toda a realidade: o Bem, ou a luz imaterial, e o Mal, ou a treva material. Para os gnósticos, o mundo natural ou o mundo sensível é resultado da vitória do Mal sobre o Bem. Por isso, afirmavam que a salvação estava em libertar-se do Mal, isto é, da matéria (do corpo), por meio do conhecimento intelectual e do êxtase místico.

O que fez o cristianismo nascente? Adaptou à nova fé essas várias concepções.

gnosticismo: termo originado da palavra grega *gnosis*, que significa 'conhecimento'.

Da metafísica neoplatônica adotou os seguintes pontos doutrinários:

- separação entre material-corporal e espiritual -incorporal;
- separação entre Deus-Uno e mundo material;
- ideia de mundo sensível, modificada pela afirmação de que ele não é uma eterna emanação de Deus, mas uma *criação*. Deus fez o mundo do nada, como diz a Bíblia;
- admissão de que a alma humana participa da divindade – não diretamente, e sim pela mediação do Filho e do Espírito Santo – e de que o conhecimento intelectual não é suficiente para levar ao êxtase místico e ao contato com Deus. Para isso, é necessária a *graça santificante*, que o crente recebe por um mistério divino.

Do estoicismo, o cristianismo manteve duas ideias:

- existe uma Providência divina racional, que governa todas as coisas e o ser humano;
- a perfeição humana depende do abandono de todos os apetites, impulsos e desejos corporais ou carnais, entregando-se à Providência. Essa entrega, porém, não é, como pensavam os estoicos, uma ação deliberada guiada pela razão, mas exige como condições a fé em Cristo e a graça santificante.

O gnosticismo foi considerado uma heresia e, por isso, rejeitado. Mesmo assim, o cristianismo conservou do gnosticismo duas ideias:

- a de que o Mal existe realmente e é conhecido como demônio;
- a de que é a partir da matéria ou da carne que o demônio, isto é, o Mal, age sobre o mundo e sobre o ser humano.

Alguns séculos mais tarde, o cristianismo tomou conhecimento de algumas das obras de Platão e de Aristóteles, que haviam sido conservadas e traduzidas anteriormente por filósofos muçulmanos como Averróis (1126-1198), Avicena (980-1037) e Al-Farabi (c. 872-950) e comentadas por filósofos judeus como Filon de Alexandria (c. 25 a.C.-50 d.C.) e Maimônides (1135-1204). Reunindo essas obras e as elaborações precedentes, baseadas nas três tradições mencionadas, o cristianismo reorganizou a metafísica grega, adaptando-a às necessidades da religião cristã.

A metafísica cristã

A metafísica cristã foi uma reelaboração da metafísica grega, mas muitas das ideias gregas não puderam ser aceitas pelo cristianismo. Vejamos alguns exemplos:

- para os filósofos gregos, o mundo é eterno. Para os cristãos, ele foi criado por Deus a partir do nada e terminará no dia do Juízo Final;
- para os filósofos gregos, a divindade é uma força cósmica racional impessoal. Para os cristãos, Deus é pessoal, a unidade de três pessoas, dotado de intelecto e de vontade, como o ser humano. No entanto, é superior a este, porque o intelecto divino é onisciente (sabe tudo desde toda a eternidade) e a vontade divina é onipotente (pode tudo desde toda a eternidade);
- para os filósofos gregos, o ser humano é um ser natural, dotado de corpo e alma. A alma possui uma parte superior e imortal, que é o intelecto ou razão. Para os cristãos, o ser humano é um ser misto, natural por seu corpo, mas sobrenatural por sua alma imortal;
- para os filósofos gregos, a liberdade humana é uma forma de ação, ou seja, a capacidade da razão para orientar e governar a vontade, a fim de que esta escolha o que é bom, justo e virtuoso. Para os cristãos, o ser humano é livre porque sua vontade é capaz de escolher tanto o Bem quanto o Mal, sendo mais poderosa que a razão. Pelo pecado, a vontade é destinada à perversidade e ao vício, de modo que a ação moral só será boa, justa e virtuosa se for guiada pela fé e pela revelação divina;
- para os filósofos gregos, o conhecimento é uma atividade do intelecto (o êxtase dos neoplatônicos não era algo misterioso ou irracional, mas a forma mais alta do conhecimento intelectual). Para os cristãos, a razão humana é limitada e imperfeita, incapaz de alcançar a verdade por si mesma, precisando ser socorrida e corrigida pela fé e pela revelação divina.

Essas diferenças – e muitas outras não mencionadas aqui – acarretaram grandes mudanças na metafísica grega herdada pelos cristãos. O problema principal para os cristãos foi o de encontrar um meio para reunir as verdades de razão (filosofia) e as verdades de fé (religião), isto é, para reunir aquilo que, ao nascer, a filosofia havia separado: a razão e o mito.

Aspectos gerais da metafísica cristã

De modo bastante resumido, podemos dizer que a nova metafísica precisava provar:

- a existência de Deus e os atributos ou predicados de sua essência. Como vimos, para a metafísica grega, a divindade era uma força imaterial, racional e impessoal conhecida por nossa razão. Para a metafísica cristã, Deus é uma pessoa trina (Santíssima Trindade) e misteriosa, que se revela ao espírito dos que possuem fé. Como conciliar a concepção racionalista dos gregos e a concepção religiosa dos cristãos? Provando racionalmente que Deus existe,



Imagno/Hulton Archive/Getty Images

O paraíso e o inferno representados nas laterais do tríptico *O carro de feno*, feito pelo pintor Hieronymus Bosch em 1516.

Antoni Tàpies Collection/Fundación Antoni Tàpies



Cruz e pálpebras (1999), gravura do artista plástico espanhol Antoni Tàpies. A metafísica cristã se vê diante de um dilema: provar que não há contradições e irracionalidade em suas teses, e sim mistérios de fé e revelações.

mesmo que a causa de sua existência seja um mistério da fé, e que ele possui, por essência, os predicados de eternidade, infinitude, onisciência, onipotência, bondade, justiça e misericórdia;

- que o mundo existe e não é eterno, mas foi criado do nada por Deus e retornará ao nada, no dia do Juízo Final. Além disso, era preciso provar que o mundo é causado pela vontade divina e governado pela Providência divina, a qual age tanto por meios naturais (as leis da natureza) quanto por meios sobrenaturais (os milagres). Por que era necessária essa prova? Porque, do ponto de vista da razão, sendo Deus perfeito, completo, pleno e eterno, não carecia de nada e, portanto, não tinha por que nem para que criar o mundo;
- que, embora Deus seja imaterial e infinito, sua ação pode ter efeitos materiais e finitos, como o mundo e o ser humano. Portanto, provar que Deus é causa eficiente de todas as coisas e que uma causa imaterial e infinita pode produzir um efeito material e finito, mesmo que isso seja um mistério da fé que a razão é obrigada a aceitar. De fato, a filosofia grega, em nome dos princípios da identidade e da não contradição, sempre demonstrou que uma causa precisa ser da mesma natureza que seu efeito. Por esse motivo, as Ideias (em Platão) e o Primeiro Motor Imóvel (em Aristóteles) jamais poderiam ser causas eficientes das coisas materiais. Por quê? Porque uma causa eficiente age diretamente sobre as coisas de mesma natureza que ela (uma planta causa outra planta, um animal causa outro animal semelhante, um humano causa o nascimento de outro ser humano, e assim por diante). Ora, a criação do mundo por Deus seria, para a metafísica grega, uma irracionalidade e uma contradição, pois a ação de um ser infinito e imaterial não poderia produzir um efeito oposto à natureza da causa, isto é, finito e material. Por isso a criação do mundo é um mistério da fé, dirão os metafísicos cristãos;
- que a alma humana existe e é imortal, estando destinada à salvação ou à condenação eternas, segundo a vontade da Providência divina;
- que não há contradição entre a liberdade humana e a onisciência de Deus. A contradição existe para a razão, mas não existe para a fé. Qual seria a contradição racional entre a liberdade humana para fazer o bem ou o mal e a onisciência divina? A contradição estaria no fato de que, se Deus fez cada uma das pessoas e, desde a eternidade, sabe o que cada uma delas escolherá, então o ser humano não é livre, mas já foi predeterminado pela vontade de Deus e está condenado ou salvo desde seu nascimento. A liberdade humana é considerada um mistério da fé;

Dilemas de uma pensadora

Uma das mais importantes poetas brasileiras da atualidade, Adélia Prado (1935-) construiu uma obra profundamente marcada pelas contradições entre o cristianismo e a tradição racional. Veja, por exemplo, o poema a seguir, "Quarto de costura".

Tiago Queiroz/Agência Estado



A escritora mineira Adélia Prado, em foto de 2011.

Um óvulo imaginado,
espesso, fosco, amarelo,
pólen e penugem
que a mais potente das máquinas
ainda não inventada
abriria em universos.
O que parece indivíduo é vários.

Fosse boa cristã
Entregava a Deus o que não entendo
e arrematava o bordado esquecido no cesto.
Tenho labirintite. Amei Aristóteles com fervor.
E por um longo tempo deixei-o por Platão.
Enfadei-me, saudosa de carne e ossos, acidez de
sangue e suor.
O que deveras existe nos poupa perturbações,
Sou uma vestal sem mágoas.
Terei o que desejo, carregando minha cruz e
morrendo nela.

PRADO, Adélia. Quarto de costura. In: *Miserere*. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 21.

- que as ideias (platônicas) ou os gêneros e as espécies (aristotélicos) existem na mente divina, são substâncias reais, criadas pelo intelecto e pela vontade de Deus. São essências universais existentes na mente de Deus, enquanto os indivíduos existem no mundo como realização singular dessas essências universais;
- que o Ser se diz ou deve ser entendido de modo diferente conforme se refira a Deus ou às criaturas. Com isso, a metafísica dividiu-se em três tipos de conhecimentos:

1. a teologia, que se refere ao Ser como ser divino ou Deus;

2. a psicologia racional, que se refere ao Ser como essência da alma humana;

3. a cosmologia racional, que se refere ao Ser como essência das coisas naturais ou do mundo.

Como consequência de todas essas concepções, foi preciso provar que fé e razão, ou revelação e conhecimento intelectual, não são incompatíveis nem contraditórios. Quando isso ocorrer, a fé, ou revelação, deve ser considerada superior à razão, que deve submeter-se a ela.

Evidentemente, os pensadores cristãos nunca se puseram de acordo sobre todos esses pontos. Uma das principais características da metafísica cristã foi a *controvérsia*, como as que ocuparam os principais teólogos medievais, como Tomás de Aquino (1225-1274), Duns Scoto (1265-1308), Abelardo (1079-1142) e Guilherme de Ockham (1285-1347).

Independentemente das controvérsias e divergências entre os pensadores, o cristianismo legou para a metafísica a identificação de três conceitos: *ser*, *essência* e *substância*, que se tornaram sinônimos. A distinção entre seres e essências ou substâncias universais e individuais teve como consequência que a metafísica passasse a ter um número ilimitado de seres para investigar: substâncias universais, como a água, o ar, a terra, o fogo, o ser humano, o anjo, o animal, o vegetal, o mineral; substâncias individuais ou seres particulares; substâncias celestes, terrestres, aquáticas, matemáticas, orgânicas, inorgânicas, etc. Cada uma delas era investigada segundo os três princípios (identidade, contradição, terceiro excluído), as quatro causas (material, formal, eficiente, final), o ato e a potência, a matéria e a forma, as categorias (qualidade, quantidade, ação, paixão, relação, tempo, lugar, etc.), o simples e o composto, etc.

A metafísica clássica ou moderna

A partir do final do século XVI e, com maior intensidade, no início do século XVII, o pensamento ocidental começou a sofrer uma mudança considerável, que se manifestou na metafísica.

Os filósofos desse período julgavam-se modernos por terem rompido com a tradição do pensamento platônico, aristotélico e neoplatônico e, por conseguinte, por não mais aceitarem a tradição que havia sido elaborada pelos pensadores medievais. Vimos que, ao rejeitar tanto a autoridade religiosa como a dos antigos em assuntos filosóficos, a filosofia moderna adotou como ponto de partida de suas reflexões a investigação sobre a capacidade humana para conhecer a verdade. Desse modo, uma coisa ou um ente só é considerado real e verdadeiro se a razão humana puder conhecê-lo, isto é, se ele puder ser objeto de uma ideia verdadeira estabelecida rigorosa e metodicamente pela inteligência humana. Essa exigência conduziu a uma reelaboração completa da metafísica. Podemos, de modo resumido, apontar os seguintes traços característicos da nova metafísica:

- afirmação da incompatibilidade entre fé e razão, acarretando a separação de ambas. A religião e a filosofia passaram a seguir caminhos próprios, mesmo que a filosofia não estivesse publicamente autorizada a expor ideias que contradissessem as verdades ou dogmas da fé;
- redefinição do conceito de Ser ou substância. Os modernos conservaram a definição tradicional da substância como o Ser que existe e subsiste em si e por si mesmo. Porém, em lugar de considerar que há tantos tipos de substâncias quantos gêneros e espécies houver, passa-se a definir a substância levando em consideração seus predicados ou atributos essenciais, isto é, aquelas propriedades ou atributos sem os quais uma substância não é o que ela é.

akg-images/Latinstock



Galileu Galilei diante da Inquisição romana (1857), pintura de Cristiano Banti. A Igreja católica instituiu a Inquisição e o Santo Ofício para controlar os pensamentos dos cristãos, e não foram poucos os filósofos e cientistas, como Galileu, submetidos a tais tribunais.

Por esse critério, Descartes (1596-1650) e os cartesianos dirão que há somente três substâncias: a substância pensante (a alma), definida pelo atributo do pensamento; a substância extensa (a matéria dos corpos), definida pelo atributo da extensão; e a substância infinita (Deus), definida pelo atributo da infinitude.

Filósofos empiristas, como o inglês Thomas Hobbes (1588-1679), consideravam que não temos como conhecer a substância divina nem a substância anímica (relativa à alma) porque não são dadas à experiência sensorial. Por isso, é mais adequado falar apenas em substância corpórea. Porque só conhecemos o corpo, Hobbes nega que possamos elaborar uma metafísica.

Por sua vez, o filósofo judeu-holandês Baruch Espinosa (1632-1677) considerava que era preciso levar em conta a definição geral de substância, aceita por todos os filósofos desde os tempos de Aristóteles. Essa definição é: "substância é aquilo que existe em si e por si e não depende de outros para existir". Se essa é a definição de substância, então todas as coisas que foram criadas ou produzidas por Deus não podem ser chamadas *substância*, pois não existem por si mesmas e dependem da ação divina para existir. Consequentemente, conclui Espinosa, no Universo há uma única substância, Deus. Todas as coisas finitas, não sendo substâncias, são expressões singulares que manifestam a essência da substância única (Deus) de maneiras determinadas e diferenciadas;

- redefinição do conceito de causa ou causalidade. Vimos que a metafísica aristotélica entendia causa como aquilo que é responsável pela matéria, pela forma, pela ação e pela finalidade de alguma coisa. Os modernos consideram que causa é aquilo que produz um efeito determinado e admitem apenas dois tipos de causas: a *eficiente* e a *final*. O efeito pode ser produzido por um antecedente (o fogo é a causa ou o antecedente do aquecimento e da dilatação de um corpo) ou em vista de um fim (nossas ações nascem de escolhas que fazemos dos meios para alcançar determinado fim). *Causa eficiente* é aquela na qual uma ação anterior determina como consequência necessária a produção de um efeito. A causa eficiente tem alcance universal na natureza, isto é, a totalidade da natureza opera por relações de causa e efeito

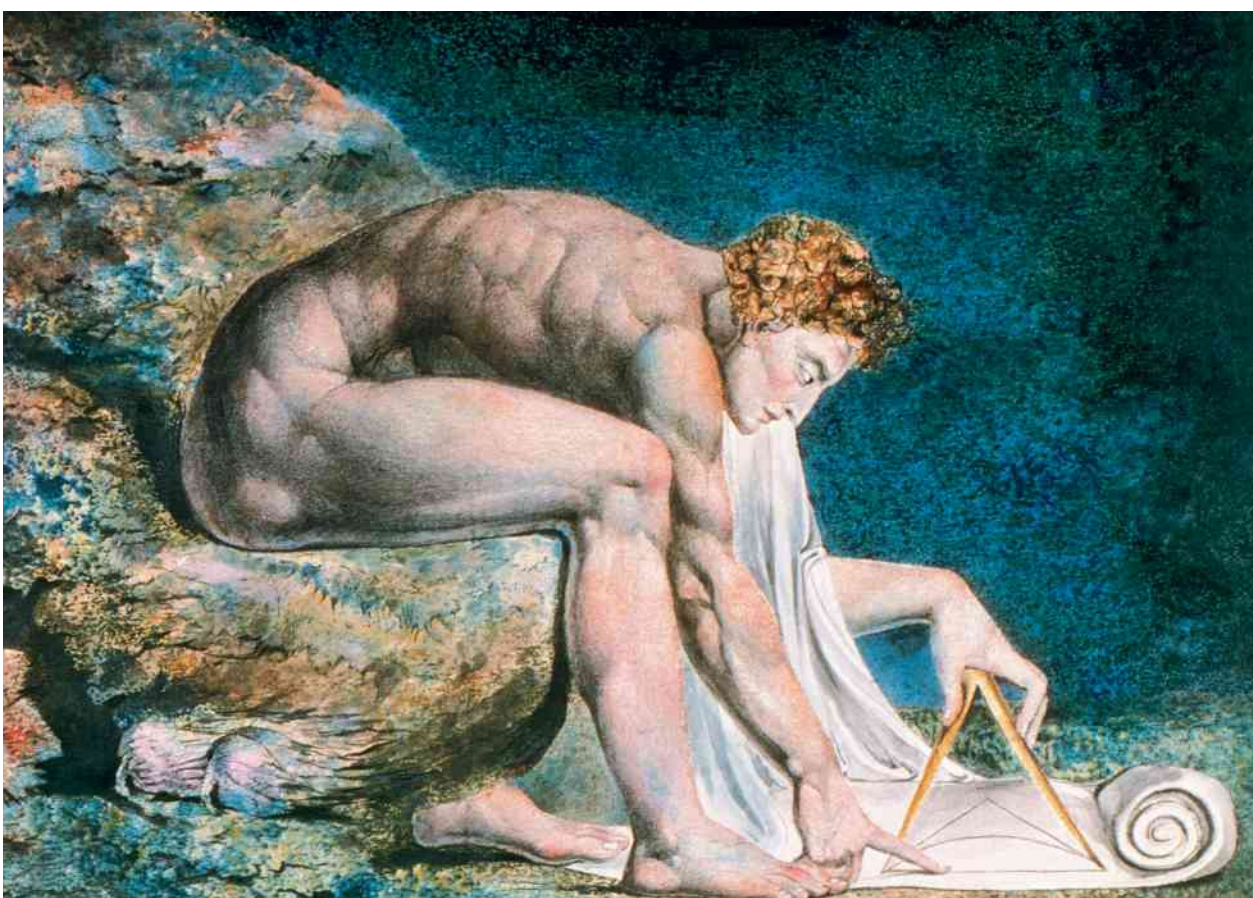
ou por causalidade eficiente necessária. *Causa final* é aquela que determina, para os seres pensantes, a escolha da realização ou não realização de uma ação. A causa final só tem validade para a ação de seres dotados de razão e vontade, portanto só opera na ação de Deus e nas ações dos seres humanos. Não há causa final nas operações da natureza.

A metafísica não se divide em teologia, psicologia racional e cosmologia racional. A metafísica se ocupa com três substâncias apenas:

- a substância infinita, conhecida pela ideia racional de um fundamento ou princípio absoluto que produz a essência e a existência de tudo o que existe – é Deus;
- a substância pensante, conhecida pelas ideias de entendimento (capacidade para conhecer) e de vontade (capacidade para agir livremente) e que produz pensamentos e ações segundo normas, regras e métodos estabelecidos por ela mesma enquanto poder de conhecimento – é a consciência como faculdade de reflexão e de representação da realidade por meio de ideias verdadeiras e como vontade que escolhe as ações;
- a substância extensa, conhecida pela ideia racional de uma realidade físico-geométrica que produz os corpos como figuras e formas dotadas de comprimento, largura, profundidade, volume e movimento – é a natureza como sistema de leis necessário definido pela Física e pela Matemática.

Apenas três ideias operam na metafísica: a ideia do ser infinito como causa eficiente da natureza e do homem; a ideia do ser pensante finito como causa eficiente dos pensamentos, dos conceitos e das ações humanas; a ideia do ser extenso ou natureza como causa eficiente que, pelas relações de movimento e repouso, produz todos os corpos. Deus, homem e natureza são os objetos da metafísica. Infinito, finito, causa eficiente e causa final são os primeiros princípios de que se ocupa a metafísica, graças a ideias racionalmente fundamentadas.

Album/Prisma/Latinstock



Newton (c. 1795), gravura colorida e aquarela sobre papel de William Blake (1757-1827). Místico e religioso, Blake desprezava a ideia moderna da natureza como sistema de leis definido racionalmente, defendida por Newton.

A grande crise da metafísica: David Hume

A realidade investigada pela metafísica é aquela que pode e deve ser racionalmente estabelecida pelas ideias verdadeiras produzidas pelo pensamento ou pela razão humana. O que aconteceria caso se provasse que tais ideias são hábitos mentais do sujeito do conhecimento e não correspondem a realidade alguma?

A metafísica antiga e medieval baseava-se na afirmação de que a realidade ou o Ser existe em si mesmo e que ele se oferece tal como é ao pensamento. Já a metafísica clássica, ou moderna, baseava-se na afirmação de que o pensamento possui o poder para conhecer a realidade tal como é em si mesma graças às operações intelectuais ou aos conceitos que representam as coisas e as transformam em objetos de conhecimento.

Tanto num caso como noutro, a metafísica baseava-se em dois pressupostos:

1. a realidade em si existe e pode ser conhecida;

2. ideias ou conceitos são um conhecimento verdadeiro da realidade porque a verdade é a correspondência entre as coisas e os pensamentos, ou entre o intelecto e a realidade.

Esses dois pressupostos assentavam-se num único fundamento: a existência de um Ser Infinito (Deus) que garantia a realidade e a inteligibilidade de todas as coisas, dotando os seres humanos de um intelecto capaz de conhecê-las tais como são em si mesmas.

Vimos no Capítulo 10 que, no século XVIII, o filósofo empirista David Hume (1711-1776) questionou a possibilidade do conhecimento da verdade. Entre as consequências de sua posição está a afirmação de que esses dois pressupostos da metafísica não possuem validade alguma. Até então, para a metafísica, o princípio de identidade e o de não contradição serviam de garantia para a ideia de substância ou essência, enquanto o princípio da razão suficiente servia de garantia para explicar a origem e a finalidade das coisas, bem como as relações entre os seres.

Partindo da teoria do conhecimento, Hume mostrou que o sujeito do conhecimento opera associando sensações, percepções e impressões recebidas pelos órgãos dos sentidos e retidas na memória. As ideias nada mais são do que hábitos mentais de associação de impressões semelhantes ou de impressões sucessivas. As ideias universais são apenas nomes gerais com que, por hábito, nos referimos às associações de sensações e lembranças.

O que é a ideia de substância ou de essência? Nada mais do que um nome geral dado para indicar um conjunto de imagens e de ideias que nossa consciência tem o hábito de associar por causa das semelhanças entre elas. O princípio da identidade e o da não contradição são simplesmente o resultado de percebermos repetida e regularmente certas coisas semelhantes e sempre da mesma maneira: porque as percebemos como semelhantes e sempre da mesma maneira, supomos que possuem identidade própria, independente de nós.

Conceito ou hábito?

Metafísica antiga e moderna

A realidade ou o Ser existe em si mesmo

↓ Pensamento

Ideias e conceitos (conhecimento verdadeiro da realidade)

A teoria de Hume

Sensações, percepções, impressões

↓ Sujeito do conhecimento

Nomes gerais (associações de sensações e lembranças por meio do hábito)

Se as ideias resultam de hábitos mentais e não correspondem a nenhuma realidade substancial, a pretensão de conhecer a essência de todas as coisas se vê abalada.

O que é a ideia de causalidade? O mero hábito que nossa mente adquire de estabelecer relações entre percepções e impressões sucessivas, chamando as anteriores de causas e as posteriores de efeitos. A repetição constante e regular de imagens ou impressões sucessivas nos leva à crença de que há uma causalidade real, externa, própria das coisas e independente de nós.

Substância, essência, causa, efeito, matéria, forma e todos os outros conceitos da metafísica (Deus, mundo, alma, infinito, finito, etc.) não correspondem a seres independentes do sujeito do conhecimento, mas são nomes gerais com que este nomeia e indica seus próprios hábitos associativos.

Eis por que a metafísica foi sempre alimentada por controvérsias infindáveis, pois não se referia a nenhuma realidade externa existente em si e por si, mas a hábitos mentais muito variáveis, que dão origem a inúmeras doutrinas filosóficas sem nenhum fundamento real.

A partir de Hume, a metafísica, tal como existira desde os gregos, tornava-se impossível.



Martin Zalba/Flickr Open/Getty Images

Em um jogo de bilhar, quando vemos duas bolas se chocarem, é comum atribuirmos a causa do movimento de uma bola à outra, que foi anteriormente movimentada contra aquela. Essa ligação entre uma causa e um efeito, para Hume, é um hábito da experiência e não algo que está presente na natureza ou em nossa mente.

Leituras filosóficas

Crença e conhecimento

A História da filosofia mais ou menos absorveu, digeriu o empirismo. Ela o definiu numa relação de inversão com o racionalismo: haverá ou não nas ideias alguma coisa que não esteja nos órgãos dos sentidos ou no sensível? [...] *Mas o empirismo sempre teve outros segredos.* [...] *[O empirismo de Hume] é, antecipadamente, uma espécie de universo de ficção científica. Como na ficção científica, tem-se a impressão de um mundo fictício, estranho, visto por outras criaturas, mas também o pressentimento de que esse mundo já é o nosso e as outras criaturas, nós próprios. Hume propõe questões insólitas que nos são, porém, familiares* [...] *Consideremos a esse respeito uma relação muito especial: a de causalidade. Ela é especial porque não faz apenas passar de um termo dado à ideia de alguma coisa que não está atualmente dada. A causalidade me faz passar de uma coisa que me foi dada à ideia de uma coisa que* jamais me é dada, que não é dável *[isto é, que não se dá]* na experiência [...] *Ao ver o sol se levantar, digo que se levantará amanhã; tendo visto a água ferver a 100 graus centígrados, digo que ela ferve necessariamente a 100 graus. Ora, locuções como "amanhã", "sempre", "necessariamente" expressam algo que não pode se dar na experiência: amanhã não pode ser dado, pois se for dado será hoje e cessará de ser amanhã* [...] *Em outros termos, a causalidade é uma relação de conformidade com a qual ultrapasso o dado, digo mais do que é dado ou dável na experiência, em suma, nela infiro,* creio que..., aguardo, conto com [...] *Essencial é esse deslocamento operado por Hume, que põe a crença [e não a razão] na base e no princípio do conhecimento.*

DELEUZE, Gilles. Hume. In: CHÂTELET, François. *História da filosofia. O Iluminismo*. v. 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 59-60.

1. Explique por que, segundo Gilles Deleuze, o empirismo de Hume vai além do empirismo tradicional.

2. Para comentar o pensamento de Hume, Deleuze retoma os exemplos do nascer do sol e da ebulição da água. Converse com seus colegas e deem outros exemplos que Hume poderia rebater com a ideia de hábitos psíquicos.

3. Se, como afirma Deleuze, Hume "põe a crença na base e no princípio do conhecimento", quais são as consequências disso para o conhecimento humano? De que modo isso se relaciona com a pretensão moderna de separar ciência e religião, por exemplo?

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Língua Portuguesa.

O poeta português Fernando Pessoa (1888-1935) tornou-se célebre não apenas pela alta qualidade de sua obra, mas também pela criação de heterônimos, ou seja, de autores que tinham nome, personalidade e estilo de escrita diferentes dos seus.

Leia a seguir um poema extraído de *O guardador de rebanhos*, do heterônimo Alberto Caeiro.



Almada Negreiros/Reprodução

Alberto Caeiro, em desenho de Almada Negreiros.

Há metafísica bastante em não pensar em nada

Há metafísica bastante em não pensar em nada.
O que penso eu do mundo?
Sei lá o que penso do mundo!
Se eu adoecesse pensaria nisso.
Que ideia tenho eu das cousas?
Que opinião tenho sobre as causas e os efeitos?
Que tenho eu meditado sobre Deus e a alma
E sobre a criação do Mundo?
Não sei. Para mim pensar nisso é fechar os olhos
E não pensar. É correr as cortinas
Da minha janela (mas ela não tem cortinas).
O mistério das cousas? Sei lá o que é mistério!
O único mistério é haver quem pense no mistério.
Quem está ao sol e fecha os olhos,
Começa a não saber o que é o sol
E a pensar muitas cousas cheias de calor.
Mas abre os olhos e vê o sol,
E já não pode pensar em nada,
Porque a luz do sol vale mais que os pensamentos
De todos os filósofos e de todos os poetas.
A luz do sol não sabe o que faz
E por isso não erra e é comum e boa.
Metafísica? Que metafísica têm aquelas árvores?
A de serem verdes e copadas e de terem ramos
E a de dar fruto na sua hora, o que não nos faz [pensar,
A nós, que não sabemos dar por elas.
Mas que melhor metafísica que a delas,
Que é a de não saber para que vivem
Nem saber que o não sabem?
“Constituição íntima das cousas”...
“Sentido íntimo do Universo”...
Tudo isto é falso, tudo isto não quer dizer nada.
É incrível que se possa pensar em cousas dessas.
É como pensar em razões e fins
Quando o começo da manhã está raiando, e pelos [lados das árvores
Um vago ouro lustroso vai perdendo a escuridão.
Pensar no sentido íntimo das cousas
É acrescentado, como pensar na saúde
Ou levar um copo à água das fontes.
O único sentido íntimo das cousas
É elas não terem sentido íntimo nenhum.
Não acredito em Deus porque nunca o vi.
Se ele quisesse que eu acreditasse nele,
Sem dúvida que viria falar comigo
E entraria pela minha porta dentro
Dizendo-me, Aqui estou!
(Isto é talvez ridículo aos ouvidos
De quem, por não saber o que é olhar para as cousas,
Não compreende quem fala delas
Com o modo de falar que reparar para elas ensina.)
Mas se Deus é as flores e as árvores
E os montes e sol e o luar,
Então acredito nele,
Então acredito nele a toda a hora,
E a minha vida é toda uma oração e uma missa,
E uma comunhão com os olhos e pelos ouvidos.
Mas se Deus é as árvores e as flores
E os montes e o luar e o sol,
Para que lhe chamo eu Deus?
Chamo-lhe flores e árvores e montes e sol e luar;
Porque, se ele se fez, para eu o ver,
Sol e luar e flores e árvores e montes,
Se ele me aparece como sendo árvores e montes
E luar e sol e flores,
É que ele quer que eu o conheça
Como árvores e montes e flores e luar e sol.
E por isso eu obedeço-lhe,
(Que mais sei eu de Deus que Deus de si próprio?).
Obedeço-lhe a viver, espontaneamente,
Como quem abre os olhos e vê,
E chamo-lhe luar e sol e flores e árvores e montes,
E amo-o sem pensar nele,
E penso-o vendo e ouvindo,
E ando com ele a toda a hora.

CAEIRO, Alberto. Há metafísica bastante em não pensar em nada. In: PESSOA, Fernando. *Poesia completa de Alberto Caeiro*. São Paulo: Nobel, 2008. p. 20-22.

1. Com base no que vimos até agora nesta Unidade, Caeiro considera a metafísica uma forma válida de conhecimento?

2. As ideias expressas neste poema se aproximam ou se afastam das defendidas por David Hume? Selecione versos que comprovem sua posição.

Em síntese

1. Por que o cristianismo foi levado a formular uma metafísica?

2. Quais foram as influências do neoplatonismo, do estoicismo e do gnosticismo sobre o cristianismo?

3. Apresente e justifique duas diferenças entre o pensamento grego e o pensamento cristão.

4. Por que a diferença entre verdades de razão e verdades de fé é o principal problema para a elaboração de uma filosofia cristã?

5. O que os filósofos cristãos tiveram que provar para elaborar uma metafísica?

6. Quais são as partes em que se divide a metafísica cristã? Explique cada uma delas.

7. Explique, em suas palavras, por que os modernos consideravam fé e razão incompatíveis.

8. Quais são as redefinições modernas dos conceitos de Ser (ou substância) e de causalidade?

9. Quais são as substâncias estudadas pela metafísica moderna?

10. Quais são as ideias centrais da metafísica moderna?

11. Como e por que David Hume critica os dois grandes pressupostos da metafísica?

Indicações

A última tentação de Cristo

- **Direção de Martin Scorsese. Estados Unidos, 1988.**

Inspirado no romance homônimo do escritor Nikos Kazantzakis, o filme narra os conflitos vividos por Jesus em razão de sua natureza humana (mortal e volitiva) e divina (filho de Deus).



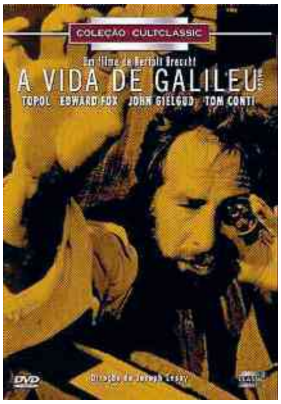
Photo12/Agência France-Presse

O ator Willem Dafoe interpreta Jesus Cristo no filme *A última tentação de Cristo*, de 1988.

A vida de Galileu

- **Direção de Joseph Losey. Estados Unidos, 1975.**

Adaptação da peça homônima de Bertolt Brecht, o filme relata o esforço do físico italiano em demonstrar a verdade da teoria heliocêntrica e o conflito gerado com a Igreja católica, que vê toda a sua visão de mundo e seu poder contestados pelas descobertas de Galileu.



Michael Reed/The American Film Theatre

Capa do DVD do filme *A vida de Galileu*.

O nome da rosa

- **Escrito por Umberto Eco. Record, 2009.**

Neste romance, uma série de assassinatos misteriosos ocorre no interior de um mosteiro no período medieval. O frade franciscano Guilherme de Baskerville, designado para investigar os crimes, descobre que o caso pode estar associado a uma tentativa de evitar a divulgação de uma obra de Aristóteles que contradizia aspectos da metafísica cristã.



Reprodução/Ed. Record

Capa do livro *O nome da rosa*, de Umberto Eco.

CAPÍTULO 20

De Kant à ontologia contemporânea

Gerson Gerloff/Pulsar Imagens



COMO ESTABELECER O REAL?

No cotidiano, podemos cruzar com diferentes pessoas, ver diferentes edifícios, sentir o contato com diferentes calçamentos – enfim, ter experiências que constituem ou constituirão nossas sensações, lembranças, percepções, etc., como sujeito individual, variando de pessoa para pessoa. Como vimos, a metafísica sempre se afastou do individual e do material para buscar entender *o que é isto que é* com base na coisa em si. A filosofia de Kant inaugurou uma nova etapa da metafísica ao colocar no centro da investigação o sujeito do conhecimento, que também não é individual, mas fornece as condições comuns a todos os seres humanos para que possam definir e estabelecer realidades. Na imagem, rua comercial em Ponta Grossa (PR), 2012.

Kant e o fim da metafísica clássica

No capítulo anterior, vimos que a ideia de associação por hábito mental proposta por Hume (1711-1776) abalou as bases da metafísica. O primeiro a reagir aos problemas postos por Hume foi Kant (1724-1804), ao declarar que o filósofo escocês o ajudou a "despertar do sono dogmático".

O que é o sono dogmático? É tomar como ponto de partida da metafísica a ideia de que existe uma realidade em si (Deus, alma, mundo, infinito, finito, matéria, forma, substância, causalidade), que pode ser conhecida por nossa razão. Em outras palavras, é tomar como ponto de partida da metafísica a afirmação de que as ideias produzidas por nossa razão correspondem exatamente a uma realidade externa, que existe em si e por si mesma.

Dogmático é aquele que aceita, sem exame e sem crítica, afirmações sobre as coisas e sobre as ideias. Hume despertou a metafísica do sono dogmático porque a forçou a indagar sua própria validade e sua pretensão ao conhecimento verdadeiro. Despertar do dogmatismo é elaborar uma *crítica da razão teórica*. Nessa expressão, o sentido da palavra crítica é o mesmo que vimos no Capítulo 17, isto é, um estudo sobre a estrutura e o poder da razão para determinar o que ela pode e o que ela não pode conhecer verdadeiramente.

No Capítulo 10, vimos que Kant reagiu às colocações de Hume e aos problemas deixados pelas filosofias anteriores, propondo a "revolução copernicana" em filosofia. Para Kant, antes de qualquer afirmação sobre as ideias, é preciso investigar a própria capacidade de conhecer (a razão), mostrando que a razão não depende das coisas nem é regulada por elas, e sim o contrário.

Vimos também que Kant distinguiu duas grandes modalidades de conhecimento. Os conhecimentos *a posteriori* ou empíricos se baseiam nos dados da experiência sensorial e psicológica de cada um, variando de indivíduo para indivíduo. Já os conhecimentos *a priori* se baseiam exclusivamente na estrutura interna da própria razão, independentemente da experiência de cada um, e possuem validade universal.

Dessa maneira, Kant pôde localizar onde estava o equívoco de Hume, bem como o dos metafísicos. O primeiro se equivocou porque reduziu todo conhecimento ao conhecimento empírico ou *a posteriori*, desconsiderando os elementos *a priori* (as formas do espaço e do tempo e as categorias do entendimento) que permitem conhecimentos universais e verdadeiros. Os metafísicos, por sua vez, se equivocaram por supor que o espaço, o tempo e as categorias (causa, substância, qualidade, quantidades, necessidade, finalidade, etc.) estão nas próprias coisas e formam a realidade em si, a qual podemos conhecer. Na linguagem de Kant, o engano esteve sempre na suposição de que podemos conhecer o **nômeno**, isto é, as coisas em si, quando só podemos conhecer o **fenômeno**, isto é, o que é dado e organizado por nossa razão, sem nunca podermos afirmar que isso é o "Ser enquanto ser".

Para entendermos a posição de Kant sobre a metafísica, precisamos acompanhar os passos de sua argumentação e, para isso, retomar a distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos, que vimos no Capítulo 10. Kant distinguiu as duas maneiras pelas quais os conhecimentos *a priori* e *a posteriori* se exprimem: os juízos analíticos ou explicativos (em que o predicado apenas explicita o conteúdo pensado no conceito do sujeito) e os juízos sintéticos ou ampliativos (em que o predicado acrescenta novos dados que não estavam pensados no conceito do sujeito). Finalmente, vimos que a questão do conhecimento científico e filosófico estava resumida numa pergunta fundamental: são possíveis juízos sintéticos *a priori*?

De fato, diz Kant, um juízo, para ter valor científico e filosófico ou valor teórico, deve preencher duas condições:

1. ser universal e necessário;

2. ser verdadeiro, isto é, corresponder aos dados daquilo que ele enuncia.

Os juízos analíticos preenchem as duas condições, mas os juízos sintéticos não. Por quê? Porque um juízo sintético se baseia nos dados da experiência individual e, como bem mostrou Hume, tal experiência nos dá sensações e impressões que associamos em ideias, mas estas não são universais e necessárias nem correspondem aos fenômenos.

Ora, como já vimos, somente juízos sintéticos são fonte do conhecimento, pois são os únicos que acrescentam dados novos sobre o objeto e ampliam nosso conhecimento sobre ele. Portanto, se quisermos realizar metafísica e ciência, temos, primeiro, de provar que são possíveis juízos sintéticos universais, necessários e verdadeiros e, portanto, demonstrar que tais juízos são sintéticos *a priori*, ou seja, não dependem da experiência individual e sim da estrutura universal da razão humana. A pergunta "É possível a metafísica como ciência (isto é, como conhecimento universal,

necessário e verdadeiro)?" só poderá ser respondida se, primeiro, for provado que há ou que pode haver juízos sintéticos *a priori* sobre as realidades metafísicas (isto é, Deus, alma, mundo, substância, matéria, forma, infinito, finito, causalidade, etc.). Se tais juízos não forem possíveis, a metafísica como ciência não será possível.

Vimos que Kant demonstrou a existência e a validade dos juízos sintéticos *a priori* nas ciências, apresentando:

1. a diferença entre *fenômeno* (a realidade segundo nosso entendimento imediato) e *nômeno* (a realidade em si);

2. o conhecimento da realidade como fenomênico. Ou seja, o sujeito do conhecimento organiza de modo universal e necessário os dados da experiência graças às formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e dos conceitos *a priori* do entendimento (as categorias).

O que é conhecer?

Conhecer é formular juízos que nos apresentem as propriedades de um objeto (as suas propriedades positivas) e excluam as propriedades que ele não pode possuir (as propriedades negativas). Por exemplo, o juízo "O número 4 é um inteiro par" afirma que certo objeto (4) é alguma coisa (um número) que possui determinadas propriedades positivas (inteiro, par) e, por conseguinte, dele estão excluídas propriedades negativas, diferentes das que possui (fracionário e ímpar).

O juízo "Isto é uma mesa, é de madeira, tem quatro pés, está junto à janela, é usada para escrever" afirma que certo objeto (isto) é alguma coisa (mesa) que possui certas qualidades (madeira, quatro pés, está junto à janela, serve para escrever). Por conseguinte, estão excluídas desse objeto outras coisas (não é uma cadeira, não é um livro) e a ele são negadas certas propriedades (não é de vidro, não está junto à porta, não serve para deitar, etc.).

Um juízo, portanto, nos dá a conhecer alguma coisa, desde que esta possa ser apreendida nas formas do espaço e do tempo e nos conceitos ou categorias do entendimento. Uma coisa passa a existir quando se torna objeto de um juízo.

Isso não significa que o juízo cria a própria coisa, e sim que *a faz existir para nós*. O juízo *põe* a realidade de alguma coisa ao colocá-la como sujeito de uma proposição, ou seja, ao colocá-la como objeto de um conhecimento. Em outras palavras, uma coisa existe quando existe para o sujeito do conhecimento, entendido não como um sujeito individual e psicológico (João, Pedro, Maria, Ana), mas como o sujeito universal ou estrutura *a priori* universal da razão humana, aquilo que Kant denomina Sujeito **Transcendental**.

Quando o juízo for sintético e *a priori*, o conhecimento obtido é universal, necessário e verdadeiro. Podemos saber o que são e como são esses juízos sintéticos *a priori* examinando a Matemática e a Física. No entanto, a demonstração de que os juízos sintéticos *a priori* são possíveis graças às formas *a priori* da sensibilidade e aos conceitos *a priori* do entendimento não ajuda a responder à pergunta sobre a possibilidade da metafísica. Por quê?

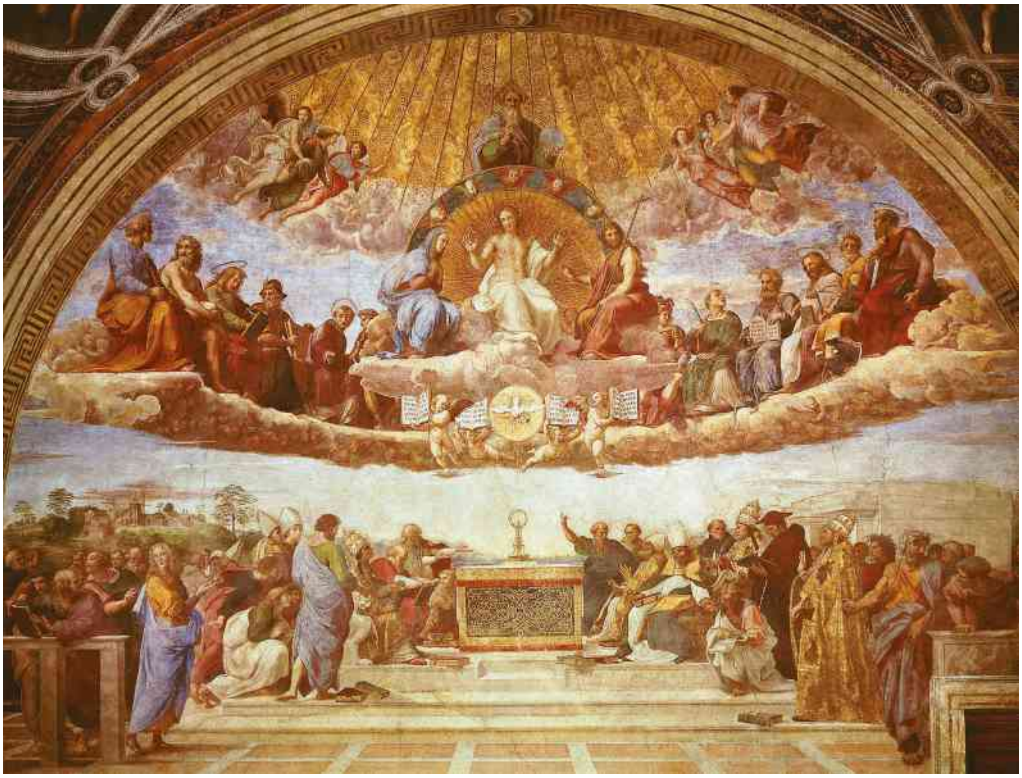
Como vimos, Kant distinguiu duas modalidades de realidade: a que se oferece a nós na experiência e recebe as formas da sensibilidade e as categorias do entendimento (o fenômeno) e a que não se oferece à experiência nem recebe formas e categorias (o nômeno). Para Kant, só há conhecimento universal e necessário — ciência verdadeira — daquilo que é organizado pelo sujeito do conhecimento ou pela estrutura universal e necessária da razão humana (o Sujeito Transcendental) nas formas do espaço e do tempo e de acordo com os conceitos do entendimento (substancialidade, causalidade, quantidade, qualidade, finalidade, etc.).

Ora, a metafísica pretende ser a ciência que conhece as coisas em si, o nômeno, aquilo que seria dado ao pensamento puro sem nenhuma relação com a experiência. Se o nômeno nunca se apresenta à sensibilidade nem ao entendimento, mas é afirmado pelo pensamento puro, então não pode ser conhecido. E se o nômeno é o objeto da metafísica, esta não é um conhecimento possível.

Tomemos um exemplo que vai nos ajudar na compreensão da argumentação kantiana. Quando a metafísica se refere a Deus, ela o define como imaterial, infinito, eterno, incausado, princípio e fundamento das essências e existências de todos os seres. Vejamos cada um dos predicados atribuídos ao sujeito "Deus", ou as qualidades atribuídas a esse sujeito ou à ideia de Deus. Imaterial: portanto, não espacial; infinito: portanto, não espacial; eterno: portanto, não temporal; incausado: portanto, sem causa; princípio e fundamento de tudo: portanto, não submetido a nenhuma condição.

transcendental: a palavra *transcendental* vem do vocabulário medieval e significa 'aquilo que torna possível alguma coisa, a condição necessária de possibilidade da existência e do sentido de alguma coisa'. Ao falar em Sujeito Transcendental, Kant afirma que o sujeito do conhecimento ou a razão pura universal é a condição necessária de possibilidade dos objetos do conhecimento.

The Art Archive/Vatican Museum Rome/Gianni Dagli Orti/Agência France-Presse



No afresco *Disputa do sacramento* (1509-1510), no Palácio do Vaticano, o pintor Rafael Sanzio representou o céu e a terra. Para Kant, Deus, a liberdade e a imortalidade da alma, objetos centrais da metafísica (o nômeno) até sua época, não se apresentam às formas *a priori* da sensibilidade humana nem às categorias *a priori* do entendimento humano.

A ideia metafísica de Deus é a ideia de um ser que não pode nos aparecer sob a forma do espaço e tempo; de um ser ao qual a categoria da causalidade não se aplica; de um ser que, embora nunca tendo sido dado a nós, é fundamento e princípio de toda a realidade e de toda a verdade. Assim, a ideia metafísica de Deus escapa de todas as condições de possibilidade do conhecimento humano e, portanto, a metafísica usa ilegitimamente essa ideia para afirmar que Deus existe e para dizer o que ele é. Kant empregou uma argumentação semelhante para dois outros objetos da metafísica: a existência da alma ou substância pensante e a discussão sobre a finitude ou infinitude do mundo.

Deus, alma e infinitude

Ao afirmar que as ideias metafísicas sobre Deus, alma e mundo infinito escapam das condições de possibilidade do conhecimento, Kant não negou a existência de Deus e da alma ou a infinitude do mundo, mas sim a possibilidade de um conhecimento científico sobre a existência ou não de Deus, a imortalidade ou mortalidade da alma e a infinitude ou finitude do mundo. De certo modo, por respeitar a religião, Kant rejeitou a maneira como a metafísica vinha tratando essas ideias.

Até agora, diz Kant, a metafísica tem sido uma insensatez dogmática. Tem sido a pretensão de conhecer aqueles seres que escapam de toda possibilidade humana de conhecimento, pois a eles não se aplicam as condições universais e necessárias dos juízos. Essa metafísica não é possível.

Mas isso não significa que toda metafísica seja impossível.

Qual é a metafísica possível? É aquela que tem como objeto a investigação dos conceitos usados pelas ciências – espaço, tempo, quantidade, qualidade, causalidade, substancialidade, universalidade, necessidade, etc. A metafísica possível tem como objeto de estudo as condições de possibilidade de todo conhecimento e de toda experiência humana. Em outras palavras, ela é o estudo das condições *a priori* da existência dos objetos do conhecimento.

A metafísica, portanto, não é o estudo do "Ser enquanto Ser" nem de Deus, alma e mundo, nem substância infinita, pensante e extensa. Ela é o conhecimento do saber humano e da experiência humana, ou, em outras palavras, do modo como os seres humanos definem e estabelecem realidades, na medida em que eles são expressões da razão em sua estrutura universal ou manifestações do Sujeito Transcendental.

Há, além desse, outro objeto para a metafísica. Não se trata, porém, de um objeto teórico, e sim de um objeto prático: a ação humana como ação moral, ou o que Kant chama de *ação livre por dever*. Por que a moral, ou a ética, se torna objeto da metafísica? Por causa da liberdade.

Se a razão teórica deve responder à pergunta sobre a possibilidade do conhecimento verdadeiro, a razão prática deve responder à seguinte pergunta: é possível a ação livre?

A razão teórica mostra que todos os seres, incluindo os seres humanos, são seres naturais. Isso significa que são seres submetidos a relações necessárias de causa e efeito, tais como estabelecidas pelas ciências da natureza (a Física, a Química e a Biologia). A natureza é o reino das leis naturais de causalidade, e como nela tudo acontece de modo necessário, ela é o *reino da necessidade*, não havendo aí lugar para escolhas livres. No entanto, os seres humanos são capazes de agir por escolha livre, por determinação racional de sua vontade, e são capazes de agir em nome de fins ou finalidades humanas, e não apenas condicionados por causas naturais necessárias. Como isso é possível?

A ação livre ou por escolha voluntária racional é uma *ação por finalidade* (isto é, está de acordo com valores, normas e obrigações universais que são fins da ação ética) e não por causalidade necessária. Nesse sentido, a ação moral mostra que, além do reino causal da natureza, existe o reino ético da liberdade e da finalidade. Cabe à metafísica o estudo dessa outra modalidade de realidade, que não é natural nem teórica, mas prática. Assim, ao lado do conhecimento da razão teórica, a metafísica tem como objeto o estudo da razão prática ou da ética.

Como é possível a liberdade? Como é possível a ação livre por finalidade? Quais são as finalidades da vida ética? O que é o dever? O que é e como é possível agir por dever? O que é a virtude? Eis alguns dos temas da metafísica como estudo da razão prática.

Leituras filosóficas

Sobre o programa da *Crítica da razão pura*

Ao falar assim, julgo perceber na fisionomia do leitor um misto de indignação e desprezo por pretensões aparentemente tão vaidosas e imodestas; e, contudo, são incomparavelmente mais moderadas do que as de qualquer autor do programa mais vulgar, que pretende, por exemplo, demonstrar a natureza simples da alma ou a necessidade de um primeiro começo do mundo; realmente, tal autor assume o compromisso de estender o conhecimento humano para além de todos os limites da experiência possível, coisa que, devo confessá-lo com humildade, ultrapassa inteiramente o meu poder; em vez disso, ocupo-me unicamente da razão e do seu pensar puro e não tenho necessidade de procurar longe de mim o seu conhecimento pormenorizado, pois o encontro em mim mesmo, e já a lógica vulgar me dá um exemplo de que se podem enunciar, de maneira completa e sistemática, todos os atos simples da razão. O problema que aqui levanto é simplesmente o de saber até onde posso esperar alcançar com a razão, se me for retirada toda a matéria e todo o concurso da experiência.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. p. 6-7.

- Por que Kant considera pretensiosos os autores que querem "estender o conhecimento humano para além de todos os limites da experiência possível"? No que consiste a proposta de Kant contra tal pretensão?



Reprodução/Coleção particular

Immanuel Kant, em retrato do século XVIII, de autoria desconhecida.

Do idealismo kantiano à fenomenologia de Husserl

Até Kant, a filosofia era realista, isto é, partia da afirmação de que a realidade ou o Ser existem em si mesmos e que, como tais, podem ser conhecidos pela razão. Com Kant, a metafísica deixou de ser o conhecimento da realidade em si para se tornar uma crítica da razão pura teórica (investigação sobre as condições *a priori* de possibilidade do conhecimento verdadeiro ou da objetividade) e uma crítica da razão pura prática (investigação sobre as condições *a priori* de possibilidade da ação humana livre).

Ao demonstrar que o sujeito do conhecimento não é o sujeito psicológico individual, mas uma estrutura universal e intemporal (a razão) dotada da faculdade *a priori* de conhecer (o Sujeito Transcendental), Kant deslocou a metafísica do realismo para o *idealismo*. Para o idealismo, a realidade conhecível e conhecida é aquela estruturada pelas *ideias* ou *representações* produzidas pelo sujeito do conhecimento. Em outras palavras, o conhecimento não vem das próprias coisas para o sujeito, mas vai das ideias produzidas pelo sujeito para as coisas.

Desse modo, inaugurou-se um novo período para a metafísica, centrado nas ideias de fenômeno e de sujeito do conhecimento. No Capítulo 14, vimos que o filósofo austríaco Edmund Husserl (1859-1938) propôs, no início do século XX, uma abordagem do conhecimento a que deu nome de *fenomenologia*. Segundo Husserl, a fenomenologia está encarregada, entre outras, de três tarefas principais: distinguir e separar Psicologia de filosofia; afirmar a prioridade do sujeito do conhecimento ou consciência reflexiva diante dos objetos; e ampliar/renovar o conceito de fenômeno.

Distinção e separação entre Psicologia e filosofia

No final do século XIX e no início do século XX, muitos pensadores julgaram que a Psicologia tomaria o lugar da teoria do conhecimento e da lógica e, portanto, da filosofia. Na opinião deles, a ciência do psiquismo seria suficiente para explicar as causas e as formas de conhecimento, sem necessidade de investigações filosóficas.

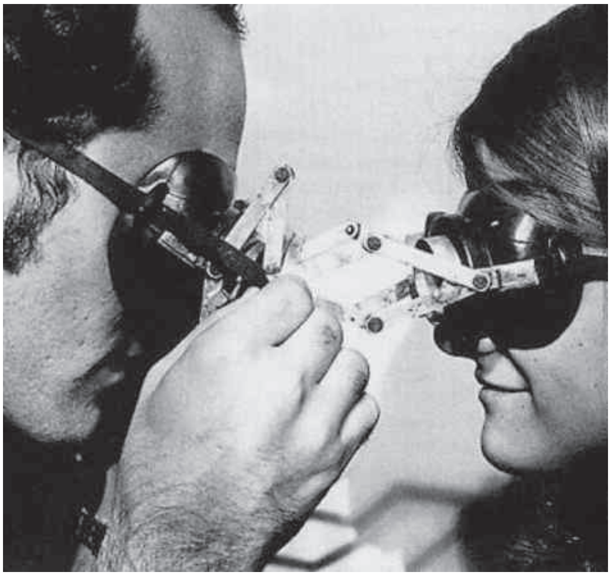
Husserl, porém, mostrou o equívoco de tal opinião. A Psicologia, diz ele, como toda e qualquer ciência, estuda e explica *fatos observáveis*, mas não pode oferecer os fundamentos de tais estudos e explicações, pois fundamentos, como o nome indica, não são fatos observáveis. O estudo dos fundamentos cabe à filosofia.

A Psicologia explica, por meio de observações e de relações de causa e efeito, fatos mentais e comportamentais que nos fazem ter sensações, percepções, lembranças, pensamentos ou que nos permitem realizar ações pelas quais nos adaptamos ao meio ambiente. A filosofia, porém, difere da Psicologia porque investiga *o que é* a percepção, *o que é* a memória, *o que é* o comportamento, *o que quer dizer* "psíquico", *o que quer dizer* "físico", etc. Em outras palavras, não explica fatos mentais e de comportamento por meio de relações de causa e efeito, mas descreve as significações universais que, em todos os tempos e lugares, constituem a vida psíquica, o sentido das atividades e operações psíquicas. Como, para a fenomenologia, as significações são as essências, a filosofia difere da Psicologia porque esta *explica* fatos e aquela *descreve essências* da vida psíquica.

Tomemos um exemplo. Quando um psicólogo estuda a percepção, procura distinguir dois tipos de fatos: os fatos externos observáveis, a que dá o nome de estímulos, e os fatos internos indiretamente observáveis, a que dá o nome de respostas. Divide o fato perceptivo em estímulos externos (luz, calor, cor, forma dos objetos, distância, etc.) e internos (o que acontece no sistema nervoso e no cérebro) e em respostas internas (as operações do sistema nervoso) e externas (o ato sensorial de sentir ou perceber alguma coisa).

O psicólogo parte da pergunta: "Como acontece uma percepção?". O filósofo, porém, começa perguntando: "O que é a percepção?".

O que é a percepção? Em primeiro lugar, é um modo de nossa consciência relacionar-se com o mundo exterior por intermédio de nosso corpo. Em segundo lugar, é um modo de nossa consciência relacionar-se com as coisas quando as toma como realidades qualitativas (cor, sabor, odor, textura, tamanho, distância, agradáveis, desagradáveis, dotadas de fisionomia e de sentido, diferentes umas das outras, partes de uma paisagem, etc.). A percepção é uma *vivência*. Em terceiro lugar, essa vivência é uma forma de conhecimento dotada de estrutura própria: há o ato de perceber (pela consciência) e há o *correlato* percebido (a coisa externa). A característica principal do percebido é a de oferecer-se por faces, por perfis ou perspectivas, como



Indivíduos interagem, em 1973, com a obra *Diálogo (Óculos)*, de 1968, da artista plástica Lygia Clark. A percepção é uma vivência, constituída pelo ato de perceber e pela coisa percebida.

algo interminável, que nossos sentidos nunca podem apanhar de uma só vez e de modo total. Por exemplo, nunca perceberemos de uma só vez todas as faces de um cubo, nem todo o nosso corpo, nem todo o corpo de outra pessoa.

Qual é a *essência* da percepção? É uma vivência da consciência, um ato, cujo correlato são qualidades percebidas pela mediação de nosso corpo. É um modo de estarmos no mundo e de nos relacionarmos com a presença das coisas diante de nós. Difere, por exemplo, da vivência imaginativa, da vivência reflexiva, etc.

Manutenção da prioridade do sujeito do conhecimento

Conservando-se fiel à tradição moderna e kantiana, Husserl privilegiou ou deu prioridade ao sujeito do conhecimento e, portanto, à consciência. A consciência de que fala o filósofo não é, evidentemente, aquela de que fala o psicólogo. Para este, a consciência é o nome dado a um conjunto de fatos externos e internos observáveis e explicados causalmente. A consciência a que se refere o filósofo é o sujeito do conhecimento como estrutura e atividade universal e necessária do saber. A condição *a priori* de possibilidade de todo conhecimento, que Kant denominou Sujeito Transcendental, Husserl chamou de consciência transcendental.

Qual é o poder da consciência transcendental? O de constituir ou criar as essências, pois estas nada mais são do que as *significações* produzidas pela consciência, que por isso é um poder universal de *doação de sentido ao mundo*. A consciência transcendental se manifesta como consciência perceptiva, imaginativa, memoriosa, artística, religiosa, técnica, reflexiva, criando ou constituindo as significações ou essências da percepção, imaginação, memória, arte, religião, técnica e da reflexão, por meio das quais o mundo recebe sentido.

A consciência não é uma coisa entre as coisas, não é um fato observável direta ou indiretamente, como afirma a Psicologia, nem é, como imaginava a metafísica, uma substância pensante ou uma alma, entidade espiritual. A consciência é *pura atividade*, o ato de constituir essências ou significações, dando sentido ao mundo. Por ser uma ação que visa aos objetos como significações, toda consciência é sempre *consciência de*. A isso (ser consciência de), Husserl dá o nome de *intencionalidade*.

A consciência é um ato intencional e sua essência é a intencionalidade, ou o ato de visar às coisas como significações. O mundo ou a realidade como significação é o correlato intencional da consciência, isto é, o que é visado por ela. Assim, por exemplo, perceber é o ato intencional da consciência, o percebido é o seu correlato intencional e a percepção é a unidade interna e necessária entre o ato e o correlato, entre o perceber e o percebido. É por esse motivo que, conhecendo a estrutura intencional ou a essência da consciência, pode-se conhecer a essência da percepção (e, da mesma maneira, a essência da imaginação, da memória, da reflexão, etc.).

Ampliação ou renovação do conceito de fenômeno

Desde Kant, *fenômeno* passou a indicar aquilo que, do mundo externo, se oferece ao sujeito do conhecimento sob as estruturas cognitivas *a priori* da consciência (isto é, sob as formas *a priori* do espaço e do tempo e sob os conceitos *a priori* do entendimento). No entanto, logo após Kant, Hegel (1770-1831) ampliou o conceito de fenômeno, afirmando que tudo o que aparece só pode aparecer para uma consciência e que a própria consciência mostra-se e conhece-se a si mesma como fenômeno. Por isso, foi Hegel o primeiro a indicar com a palavra *fenomenologia* o conhecimento que a consciência tem de si mesma por meio dos demais fenômenos que lhe aparecem.

Husserl manteve o conceito kantiano e hegeliano, mas ampliou ainda mais a noção de fenômeno. Para compreendermos essa ampliação, precisamos considerar a crítica que Husserl endereçou a Kant e a Hegel.

Kant equivocou-se ao distinguir fenômeno e nômeno, porque, com essa distinção, manteve a velha ideia metafísica da realidade em si ou do "Ser enquanto Ser". Mesmo dizendo que não podemos conhecer as coisas em si, Kant nunca afirmou que elas não existem. Hegel, por sua vez, aboliu a diferença entre a consciência e o mundo, porque disse que este nada mais é do que o modo como a consciência se encarna nas próprias coisas, que são apenas expressões externas dela. A única realidade é a consciência se realizando no mundo. Tudo é fenômeno: fenômeno interior – a consciência para si mesma – e fenômeno exterior – o mundo como manifestação da consciência nas coisas.

Contra Kant, Husserl afirmou que não há nômeno, não há a "coisa em si" incognoscível. Tudo o que existe é fenômeno, e só existem fenômenos. Fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência.



Marcos André/Opção Brasil

Estudantes em excursão escolar à Estação Pinacoteca, em São Paulo (SP), em 2011. A consciência doa sentido às coisas, mas não se encarna nelas.

É aquilo que se apresenta diretamente, "em pessoa", à consciência.

Contra Hegel, Husserl afirmou que a consciência possui uma essência diferente das essências dos fenômenos, pois ela é doadora de sentido às coisas e estas são receptoras de sentido. A consciência não se encarna nas coisas, não se torna as próprias coisas, mas dá significação a elas. Assim, por exemplo, na percepção, é preciso distinguir entre o ato perceptivo realizado pela consciência e a coisa percebida por ela, ou o correlato do ato de perceber.

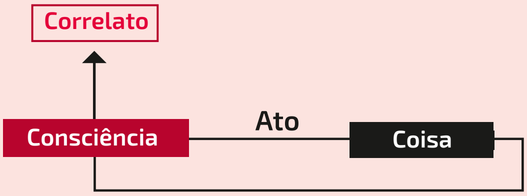
O que é o fenômeno? É a *essência*.

O que é a essência? É a *significação* ou o *sentido* de um ser, sua ideia. A filosofia é a descrição das essências ou ideias ou significações dos atos da consciência e de seus correlatos, as coisas e os seres humanos.

Atos da consciência e correlatos

De maneira geral, podemos captar melhor o que Husserl afirmou se pensarmos os atos da consciência como verbos no infinitivo e os correlatos como o particípio passado desses verbos.

Atos da consciência
Perceber, imaginar, lembrar, pensar, desejar.
Correlatos
O percebido, o imaginado, o lembrado, o pensado, o desejado.



Fenômenos ou essências

Fenômenos não são apenas as coisas materiais que percebemos, imaginamos ou lembramos cotidianamente porque são parte de nossa vida. Fenômenos são também coisas puramente ideais ou idealidades, como os entes estudados pela Matemática (figuras geométricas, operações algébricas, conceitos como igualdade, diferença, identidade, etc.) e pela lógica (como os conceitos de universalidade, particularidade, individualidade, necessidade, contradição, etc.).

Além das coisas materiais, naturais e ideais, também são fenômenos as coisas criadas pela ação e prática humanas (técnicas, artes, instituições sociais e políticas, crenças religiosas, valores morais, etc.). Em outras palavras, os resultados da vida e da ação

humanas – aquilo que chamamos de *cultura* – são fenômenos. A fenomenologia é a descrição de todos os fenômenos, ou das significações de todas essas realidades: materiais, naturais, ideais, culturais.

Ao ampliar o conceito de fenômeno, Husserl propôs que a filosofia distinguisse diferentes tipos de essência ou fenômeno e que considerasse cada um deles como manifestando um tipo diferente de realidade. Falou, assim, em *regiões do ser*: a região consciência, a região natureza, a região matemática, a região arte, a região história, a região religião, a região política, a região ética, etc. Propôs que a Filosofia investigasse as essências próprias dessas regiões como diferentes maneiras de ser. Por isso, a fenomenologia também é a descrição desses seres ou desses entes, criando *ontologias regionais*.

Com essa proposta, Husserl fazia com que a metafísica do Ser enquanto Ser e a metafísica das substâncias (Deus infinito, alma pensante, mundo extenso) cedessem lugar ao estudo do ser diferenciado em entes dotados de essências próprias e irredutíveis uns aos outros. Esse estudo seria a ontologia sob a forma de ontologias regionais.

A fenomenologia e as ciências

A fenomenologia não se confunde com as ciências porque as perguntas que faz sobre os seres e a forma como faz essas perguntas são diferentes. A Sociologia, a Antropologia ou a Biologia, por exemplo, não seriam capazes de responder à pergunta "O que é o ser humano?" porque elas tomam o seu objeto como algo já determinado, e é por isso que fazem outros tipos de pergunta. A fenomenologia afasta essas determinações em busca da essência do humano.

As ontologias regionais

Como vimos, existem diferentes esferas ou regiões de seres. Por isso, a fenomenologia fala em *ontologias regionais* que se ocupam com cada uma delas. Em nossa experiência cotidiana, distinguimos espontaneamente cinco grandes regiões ontológicas:

1. os entes materiais ou naturais que chamamos coisas reais (cavalos, cachorros, frutas, árvores, pedras, rios, estrelas, areia, o Sol, a Lua, metais, etc.);
2. os entes materiais artificiais (ou técnicos) que também chamamos coisas reais (nossa casa, mesas, cadeiras, automóveis, telefone, computador, pratos, roupas, calçados, etc.);
3. os entes ideais, isto é, aqueles que não são coisas materiais, mas ideias gerais, concebidas pelo pensamento lógico, matemático, científico, filosófico, aos quais damos o nome de idealidades (igualdade, diferença, número, raiz quadrada, círculo, conjunto, classe, variável, animal, vegetal, mineral, físico, psíquico, matéria, energia, etc.);
4. os entes que podem ser valorizados positiva ou negativamente e aos quais damos o nome de valores (beleza, feiura, vício, virtude, raro, comum, justo, injusto, possível, impossível, verdadeiro, falso, etc.);
5. os entes que pertencem a uma realidade diferente daquela a que pertencem as coisas, as idealidades e os valores e aos quais damos o nome de metafísicos (a divindade ou o absoluto; o infinito e o nada; a morte e a imortalidade; a identidade e a alteridade; o mundo como unidade; etc.).

Observemos que o sentido das coisas naturais se altera com a mudança dos conhecimentos científicos, assim como muda o sentido dos entes ideais (o que os gregos entendiam por número não é o que a Matemática moderna entende por número, por exemplo). No caso dos entes reais artificiais, isto é, das coisas produzidas pelo ser humano com as técnicas e as artes, a mudança não é apenas de sentido, mas das próprias coisas – entes técnicos ficam obsoletos e caem em desuso quando outros, mais sofisticados, são produzidos. O sentido dos valores também muda em diferentes sociedades e épocas: o que era inaceitável numa sociedade ou numa época pode tornar-se aceitável e desejável noutra ou vice-versa.

Eugenio Adorni/Associated Press/Glow Images



Casal celebra o primeiro casamento entre pessoas do mesmo sexo na Argentina, em 2010. Uma sociedade pode considerar a homossexualidade masculina um valor positivo (como a sociedade grega antiga) ou um valor negativo (como a sociedade inglesa vitoriana, do século XIX), mas o ato de valorar alguma ação permanece.

Se considerarmos os entes na perspectiva dos seres humanos, diremos que todos eles – naturais, artificiais, ideais, valores, metafísicos – são entes culturais e históricos, submetidos ao tempo, à mudança, pois seu sentido (sua essência) muda com a história. No entanto, podemos observar também que as categorias ontológicas (ser, realidade, causalidade, temporalidade, idealidade, atemporalidade, relação, diferença, qualidade, quantidade, polaridade, oposição, etc.) permanecem, ainda que mudem seus objetos. Assim, por exemplo, a ciência física pode oferecer uma explicação inteiramente nova para o fenômeno da percepção das cores. Contudo, a existência da luz, da cor, da percepção das coisas coloridas permanece – é a essa permanência que se refere a ontologia.

A nova ontologia: nem realismo nem idealismo

Filósofos que vieram após Husserl e adotaram suas ideias desenvolveram a nova ontologia. Entre esses filósofos, dois merecem especial destaque: o alemão Martin Heidegger (1889-1976) e o francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), que modificaram várias das ideias de Husserl.

Heidegger retomou a ideia da Filosofia Primeira de Aristóteles, isto é, de que se trata de estudar o Ser enquanto Ser. Entretanto, a Filosofia Primeira, ou a metafísica, cometeu um equívoco: confundiu o Ser e as expressões particulares dele (substâncias, almas, mundo, Deus, etc.). Para evitar esse equívoco, Heidegger fez a distinção entre ontológico (o estudo do Ser) e ôntico (o estudo dos entes nos quais o Ser se manifesta).

Heidegger e Merleau-Ponty esforçaram-se para liberar a ontologia do velho problema deixado pela metafísica, qual seja, o dilema do realismo e do idealismo.

Qual é o dilema posto pelo realismo e pelo idealismo? O realismo afirma que, se eliminarmos o sujeito ou a consciência, restam as coisas em si mesmas, a realidade verdadeira, o ser em si. O idealismo, ao contrário, afirma que, se eliminarmos as coisas em si, resta a consciência ou o sujeito que, por meio das operações do conhecimento, revela a realidade como objeto de conhecimento ou como ideia.



A obra filosófica de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) é uma tentativa de superar o dilema entre realismo e idealismo. Ao lado, caricatura de autoria desconhecida. Se dissermos que esta imagem é uma representação do filósofo, a ontologia indaga "O que é a representação?", "Qual é a essência da representação?".

Husserl resolvera esse dilema em favor do idealismo pelo papel preponderante que dera à consciência transcendental ou ao sujeito do conhecimento.

Heidegger e Merleau-Ponty, contudo, afirmaram que as duas posições estão equivocadas e que são "erros gêmeos", cabendo à nova ontologia superá-las. Como resolver um problema milenar como esse e que é, afinal, a própria história da metafísica e da ontologia?

De acordo com os dois filósofos, se, como propõe o realismo, eliminarmos a consciência, não sobra nada, pois as coisas existem para nós, isto é, para uma consciência que as percebe, imagina, que delas se lembra, nelas pensa, que as transforma pelo trabalho, etc. Porém, se, como propõe o idealismo, eliminarmos as coisas, também não resta nada, pois não podemos viver sem o mundo nem fora dele; não somos os criadores do mundo, e sim seus habitantes. Um mundo sem nós será tudo quanto se queira, menos o que entendemos por realidade. Uma consciência sem o mundo será tudo quanto se queira, menos consciência humana.

A nova ontologia parte da afirmação de que *estamos no mundo* e de que *o mundo é mais velho do que nós*, mas, simultaneamente, de que somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo.

Segundo Merleau-Ponty, não somos uma consciência pura, mas uma consciência encarnada num corpo. Nosso corpo não é apenas uma coisa natural, tal como a Física, a Biologia e a Psicologia o estudam, mas é um corpo humano, isto é, habitado e animado por uma consciência. Não somos pensamento puro, pois somos um corpo. Não somos uma coisa natural, pois somos uma consciência.

Somos seres *temporais* – nascemos e temos consciência da morte. Somos seres *intersubjetivos* – vivemos na companhia dos outros. Somos seres *culturais*

– criamos a linguagem, o trabalho, a sociedade, a religião, a política, a ética, as artes e as técnicas, a filosofia e as ciências.

O que é, pois, a realidade? Para Merleau-Ponty, é justamente a existência do mundo material, natural, ideal, cultural e a nossa existência nele. A realidade é o campo formado por seres ou entes diferenciados e relacionados entre si que possuem sentido em si mesmos e que também recebem de nós sentidos novos e diferentes. A realidade ou o Ser não é o Objeto-Coisa sem a consciência. Mas, também, não é o Sujeito-Consciência sem as coisas e os outros. A realidade ou o Ser é o cruzamento e a diferenciação entre o sensível e o inteligível, entre o material-natural e o ideal-cultural, entre o qualitativo e o quantitativo, entre o fato e o sentido, entre o psíquico e o corporal, etc.

O que estuda a ontologia? De acordo com Merleau-Ponty, a ontologia estuda os seres *antes* que sejam investigados pelas ciências e *depois* que se tornaram enigmáticos para nossa vida cotidiana.

Digo, por exemplo: "Vejo esta casa vermelha, próxima da azul". A ontologia indaga: "O que é ver, qual é a essência da visão?", "O que é uma casa ou qual é a essência da habitação?", "O que é vermelho ou azul ou qual é a essência da cor ou o que é cor?".

Pergunto, por exemplo: "Que horas são?". A ontologia indaga: "O que é o tempo?", "Qual é a essência da temporalidade?".

Antônio diz a Paulo: "Aquelas duas árvores são idênticas, mas a terceira é diferente". A ontologia indaga: "O que é a identidade?", "E a diferença?".

Cecília conta a Joana: "Pedro realizou um ato generoso protegendo a criança, mas Eugênia foi egoísta ao não ajudá-lo". A ontologia indaga: "O que é a generosidade?" "O que é o egoísmo?", "Existem em si e por si mesmos ou são avaliações que fazemos das ações humanas?", "O que é um valor?".

Como se observa, a ontologia investiga a essência ou a significação (o sentido) do ser físico ou natural, do ser psíquico, lógico, matemático, estético, ético, temporal, espacial, etc. Investiga as diferenças e as relações entre eles, seu modo próprio de existir, sua origem, sua finalidade. O que é o mundo? O que é o eu ou a consciência? O que é o corpo? O que é o outro? O que é o espaço-tempo? O que é a linguagem? O que é o trabalho, a religião, a arte, a sociedade, a história, a morte, o infinito? Eis as questões da ontologia.

Recupera-se, assim, a velha questão filosófica nascida com os gregos: "O que é isto que é?", mas acrescida de nova questão: "Para quem é isto que é?". Volta-se, pois, a buscar o Ser ou a essência das coisas, dos atos, dos valores humanos, da vida e da morte, do infinito e do finito. A pergunta "O que é isto que é?" refere-se ao modo de ser dos entes naturais, artificiais, ideais e humanos. A pergunta "Para quem é isto que é?" refere-se ao sentido desses entes para os seres humanos.

Ernesto Reghran/Pulsar Imagens



Barco navega no rio Negro, estado do Amazonas, em 2009. Diante da afirmação de que um lugar é distante, a ontologia indaga: "O que é o espaço?", "Qual é a essência da espacialidade?", "O que é perto e o que é longe?", "O que é a distância?".

Leituras filosóficas

O futuro da filosofia

Uma filosofia concreta não é uma filosofia fácil. É preciso que ela se mantenha perto da experiência e, no entanto, não se limite ao empírico, mas restitua em cada experiência a cifra ontológica com que ela está interiormente marcada. Por mais difícil que seja, nessas condições, imaginar o futuro da filosofia, duas coisas parecem seguras: a primeira é que ela nunca mais reencontrará a convicção de possuir, com seus conceitos, as chaves da natureza e da história; a segunda é que ela nunca renunciará ao seu radicalismo, à busca dos pressupostos e dos fundamentos que sempre produziu as grandes filosofias.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Em toda e nenhuma parte. In: *Merleau-Ponty. Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 426. (Os pensadores).

1. Com base no que estudamos neste capítulo, como podemos definir a "filosofia concreta" a que Merleau -Ponty se refere?

2. Como podemos interpretar a dupla afirmação de que a filosofia nunca mais reencontrará "as chaves da natureza e da história" e a de que ela "nunca renunciará ao seu radicalismo"?

Conexões

Esta atividade trabalha conteúdos de Filosofia e Língua Portuguesa.

Veja a tirinha abaixo, com a personagem Enriqueta, criada pelo cartunista argentino Liniers (1973-).



Liniers/Acervo do artista

Tirinha do argentino Liniers.

Para Merleau-Ponty, a impressão do tempo como uma sucessão de acontecimentos se reduz a uma impressão psicológica. Na realidade, nossa consciência opera sempre com o atual – por meio, por exemplo, das lembranças e das expectativas.

1. As histórias em quadrinhos, como outros textos ficcionais, podem atribuir a coisas e seres características que eles não têm na realidade. A que ente se atribuem, na tirinha, características que não lhe são essenciais? Que características são essas?

2. Com base na tirinha e no que você viu neste capítulo, escreva uma reflexão filosófica sobre a seguinte pergunta: "O que é a lembrança?".

Em síntese

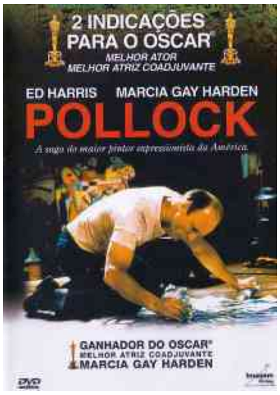
1. Por que Kant afirmava que só há ciência ou saber verdadeiro se forem possíveis juízos sintéticos *a priori*?
2. Como Kant explicava a impossibilidade de se conhecer o nômeno, objeto central da metafísica tradicional? O que ele propõe que a metafísica estude em seu lugar?
3. Explique o que é o idealismo inaugurado por Kant e como se diferencia do realismo.
4. Por que Husserl mostrou que a Psicologia não poderia substituir a lógica e a teoria do conhecimento? Qual é a diferença entre a filosofia e a Psicologia?
5. O que a fenomenologia entende por intencionalidade da consciência?
6. Qual é a crítica de Husserl à concepção kantiana de fenômeno? E à concepção hegeliana?
7. O que Husserl entendia por fenômeno? Em que aspectos ele alargou o campo dos fenômenos em relação às concepções de Kant e Hegel?
8. Qual é a diferença entre a fenomenologia e as ciências?
9. O que Husserl entendia por essência?
10. O que são e quais são as "regiões do ser"? Como a filosofia deveria organizar as essências com base nessas regiões? Explique e exemplifique.
11. Quando passamos ao conhecimento ontológico?
12. Quais são os conceitos ontológicos para descrever o ser dos valores ou os entes que são valores?
13. O que resta se retirarmos a consciência? O que resta se eliminarmos as coisas? O que diz uma nova ontologia que se afasta tanto do idealismo da consciência como do realismo das coisas?
14. De acordo com Merleau-Ponty, o que estuda a ontologia? Dê alguns exemplos novos.

Indicações

Pollock

- **Direção de Ed Harris. Estados Unidos, 2000.**

O filme retrata a vida do artista plástico norte-americano Jackson Pollock (1912-1956), criador da técnica *action painting*, que deu à sua pintura o nome de expressionismo abstrato. A pintura, como todas as artes, manifesta de maneira perfeita a ideia da fenomenologia de que o mundo é constituído por significações que criamos nele, com ele e para ele.



Liza Rinzler/Pollock Films

Capa do DVD do filme *Pollock*, dirigido por Ed Harris.

Um, nenhum e cem mil

- **Escrito por Luigi Pirandello. Cosac Naify, 2015.**

Vitangelo Moscarda vê sua vida subitamente perturbada quando sua esposa lhe diz que o nariz dele pende levemente para a direita. Esse simples questionamento sobre a diferença de como ele e o outro viam um detalhe de seu corpo o leva a especulações sobre o que é esse homem que é ele e o que é esse homem com quem os outros se relacionam, de que falam e de quem se lembram.



Reprodução/Ed. Cosac Naify

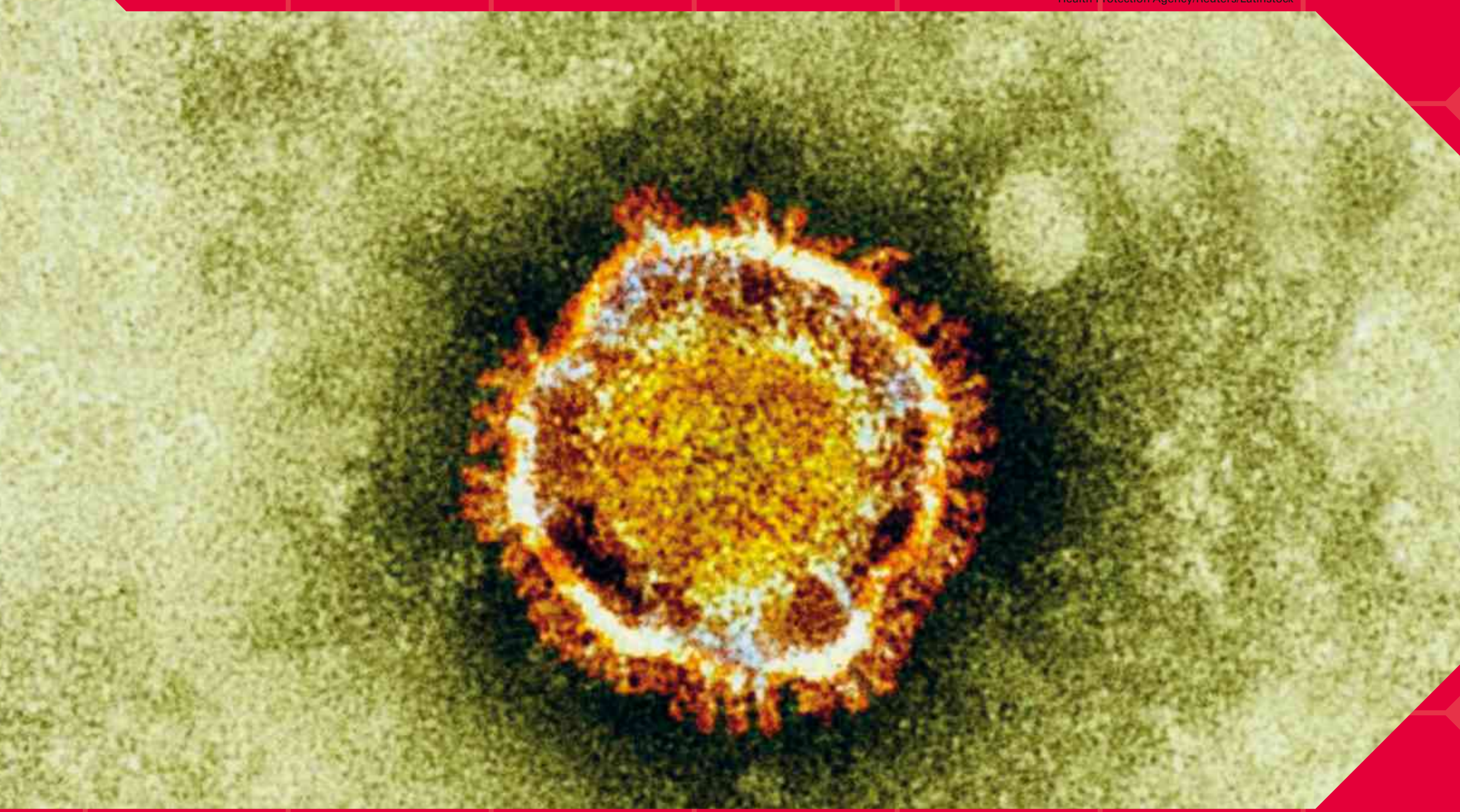
Capa do livro *Um, nenhum e cem mil*, de Luigi Pirandello.

UNIDADE 7

A ciência

CAPÍTULO 21

A atitude científica



Health Protection Agency/Reuters/Latinstock

UM CONHECIMENTO EM REINVENÇÃO

O que explica que fiquemos gripados? “Tomar friagem” é o suficiente para nos fazer cair doentes? E estar perto de pessoas já adoecidas? Ao longo da história, as pessoas criaram e repassaram hipóteses para explicar as formas de contágio das doenças. Por que, então, seria diferente o caminho que levou à descoberta da relação entre o coronavírus representado graficamente nesta página e a doença respiratória conhecida como SARS? Não se trata nem de revelação nem de magia, mas de um processo que envolve a formulação de hipóteses e a realização de testes – resultando em muitos fracassos antes que se chegue a uma tese comprovável. Nada disso seria possível sem que se partisse de uma mudança de postura em relação ao conhecimento: a adoção da atitude científica.

O senso comum

Nossas opiniões cotidianas

O Sol é menor do que a Terra e se move em torno dela. Como duvidar dessa afirmação se, diariamente, vemos um pequeno círculo amarelo-avermelhado percorrer o céu, de leste a oeste?

As cores existem em si mesmas. Como duvidar dessa afirmação, se passamos a vida reconhecendo rosas vermelhas, amarelas e brancas, o azul do céu, o verde das árvores, o alaranjado da tangerina?

Cada gênero ou espécie de animais já surgiu tal como os conhecemos. Alguém poderia imaginar um peixe se tornar um réptil ou pássaro? Em religiões como a judaica, a cristã e a islâmica, os livros sagrados não ensinam que a divindade criou de uma só vez todos os animais, num só dia?

A família é uma realidade criada pela natureza para garantir a sobrevivência e atender à afetividade natural dos humanos, que sentem a necessidade de viver juntos. Quem duvidaria disso, se vemos a família existir no mundo inteiro, no passado e no presente?

Raça é um conceito que expressa uma realidade natural ou biológica produzida pela diferença dos climas, da alimentação, da geografia e da reprodução sexual. Quem duvidaria disso, se vemos que os africanos são negros, os asiáticos são amarelos de olhos puxados, os indígenas são vermelhos e os europeus, brancos?

Certezas como essas compõem o senso comum de nossa sociedade, transmitido de geração para geração. Aprendemos a maioria dessas certezas desde a infância. Algumas delas são abandonadas, enquanto outras, ao se transformarem em crença religiosa, tornam-se elementos de uma doutrina inquestionável.

Retomemos nossos exemplos.

A Astronomia demonstra que o Sol é muito maior do que a Terra e que esta se move em torno do Sol.

A Óptica demonstra que a luz branca é formada por ondas, e que a cor que vemos nas coisas se deve ao fato de estas refletirem ondas de determinado comprimento, enquanto absorvem aquelas cujo comprimento nos faria ver outras cores.

A Biologia demonstra que os gêneros e as espécies de animais se formaram lentamente, no curso de milhões de anos, a partir de modificações de microrganismos extremamente simples.

Historiadores e antropólogos mostram que o que entendemos por família (pai, mãe, filhos; esposa, marido, irmãos) é uma instituição social própria da Europa ocidental a partir do século XV, não existindo nem na Antiguidade ocidental nem nas sociedades africanas, asiáticas e americanas pré-colombianas. Portanto, a família não é um fato natural, mas uma criação resultante de condições históricas determinadas.

Sociólogos e antropólogos mostram que a ideia de "**raça**" também é recente — data do século XVIII. Ela foi elaborada por pensadores que procuravam explicar as diferenças físicas e culturais entre os europeus e os povos que estes conheceram a partir do século XIV, com as viagens de Marco Polo, e do século XV, com as Grandes Navegações.

Ao que parece, há uma grande diferença entre nossas certezas cotidianas e o conhecimento científico. Como e por que essa diferença existe?

raça e etnia: a Antropologia contemporânea rejeita o emprego do termo *raça* e adota o conceito de *etnia* por entender que a proximidade cultural (língua, religião, hábitos, costumes) é mais relevante do que o aspecto genético. Etnia é uma palavra derivada do grego *éthnos*, que significa 'classe de seres de origem ou condição comum'. Assim, a etnia indica a origem diferenciada dos seres humanos conforme as condições geográficas e culturais de uma coletividade, cada qual com seus próprios costumes, língua, religião e modos de agir. Alguns autores, no entanto, interpretam que a etnia tem também uma base biológica.

Família é uma só?

Muitas pessoas falam em "instinto materno" ou em "papel do pai" para justificar um modelo de família composto de pai, mãe e filhos gerados pelo casal. Ao estudar povos indígenas, africanos e da Oceania, a Antropologia descobriu, por exemplo, que, em algumas sociedades, o homem responsável pela educação das crianças não é o pai biológico, e sim aquele que chamaríamos de tio materno. Esses diferentes sistemas de parentesco nos ajudam a pensar que as relações familiares não acontecem "naturalmente", mas são construídas com o convívio. Ou seja, não haveria nada "antinatural" em outros modelos familiares.

Características do senso comum

Um breve exame de nossos saberes cotidianos e do senso comum de nossa sociedade revela que eles têm algumas características que lhes são próprias:

- são subjetivos, isto é, exprimem sentimentos e opiniões individuais e de grupos, variando de acordo com as condições em que vivem. Imaginemos, por exemplo, uma árvore. Se eu for artista, verei a sua beleza. Se eu for marceneiro, reconhecerei a qualidade de sua madeira. Se estiver passeando sob o sol, pensarei na sombra para descansar. Se for boia-fria, buscarei os frutos que devo colher para ganhar o meu dia. Imaginemos, agora, uma vaca. Se eu for hinduísta, ela será sagrada para mim. Se eu for dono de um frigorífico, estarei interessado na qualidade e na quantidade de carne que poderei vender;
- por serem subjetivos, levam a uma avaliação qualitativa das coisas conforme os efeitos que produzem em nossos órgãos dos sentidos – grandes ou pequenas, doces ou azedas, pesadas ou leves, quentes ou frias, próximas ou distantes – ou conforme os desejos que despertam em nós e o tipo de finalidade ou de uso que lhes atribuímos – novas ou velhas, belas ou feias, úteis ou inúteis, boas ou más;
- agrupam ou distinguem as coisas e os fatos conforme pareçam semelhantes ou diferentes. É assim, por exemplo, que julgamos serem fatos diferentes uma pedra que cai e uma pena que flutua no ar;
- são individualizadores, isto é, nos fazem acreditar que cada coisa ou cada fato que nos aparece é um indivíduo distinto de outros por ter qualidades que nos afetam de maneira diferente – a seda é macia, a pedra é rugosa, o algodão é suave, o mel é doce, o fogo é quente, o mármore é frio, a madeira é dura, etc.;
- em contrapartida, também são generalizadores, pois tendem a reunir numa só opinião ou numa só ideia coisas e fatos julgados semelhantes – falamos dos animais, das plantas, dos seres humanos, dos astros, dos gatos, das mulheres, das crianças, das esculturas, das pinturas, das bebidas, dos remédios, etc.;
- em decorrência das generalizações, tendem a estabelecer relações de causa e efeito entre as coisas ou entre os fatos. Disso decorrem frases como “onde há fumaça há fogo”; “quem tudo quer tudo perde”; “dize-me com quem andas e te direi quem és”. Ou, ainda, crenças como: a posição dos astros determina o destino das pessoas; mulher menstruada não deve tomar banho frio; ingerir sal quando se tem tontura é bom para a pressão; os pobres não melhoram sua condição de vida porque são preguiçosos; menino de rua é delinquente, etc.;
- não se surpreendem nem se admiram com a regularidade, constância, repetição e diferença das coisas. Ao contrário, a admiração e o espanto se dirigem para o que é imaginado como único, extraordinário, maravilhoso ou miraculoso. Justamente por isso, em nossa sociedade, a propaganda e a moda estão sempre inventando o “extraordinário”, o “nunca visto”;
- por não compreenderem o que seja investigação científica, tendem a vê-la quase como magia, concluindo que tanto a magia como a investigação científica lidam com o misterioso, o oculto, o incompreensível. Essa imagem da ciência como magia aparece, por exemplo, nos filmes que mostram laboratórios científicos repletos de objetos estranhos, com luzes que acendem e apagam, tubos de ensaio de onde sai fumaça colorida, exatamente como são mostradas as cavernas ocultas dos magos;
- costumam projetar nas coisas ou no mundo sentimentos de angústia e de medo diante do desconhecido. Assim, por exemplo, durante a Idade Média, as pessoas viam o demônio em toda parte. Hoje, enxergam discos voadores;
- por serem subjetivos, generalizadores e expressarem sentimentos de medo, angústia e incompreensão diante do trabalho científico, nossas certezas cotidianas e o senso comum de nossa sociedade ou de nosso grupo social cristalizam-se em preconceitos. E é com base nesses preconceitos que passamos a interpretar toda a realidade que nos cerca e todos os acontecimentos.

A atitude científica

Características gerais da atitude científica

O que distingue a atitude científica da atitude costumeira ou do senso comum? Antes de qualquer coisa, a ciência *desconfia* da veracidade de nossas certezas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. Por isso, onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê *problemas* e *obstáculos*, aparências que precisam ser explicadas e, em certos casos, afastadas.

Em quase todos os aspectos podemos dizer que as características do conhecimento científico se opõem às do senso comum:

- é objetivo, pois investiga as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas;
- é quantitativo, ou seja, busca medidas, padrões, critérios de comparação e de avaliação para coisas que parecem diferentes. Assim, por exemplo, as diferenças de cor são explicadas por uma causa única: as diferenças do comprimento de onda luminosa. As diferenças entre a altura dos sons, pelo comprimento de onda sonora. Em cada caso, o conhecimento científico estabelece um padrão ou critério de medida (comprimento de onda luminosa, comprimento de onda sonora) para explicar as diferenças;
- é homogêneo, isto é, busca as leis gerais de funcionamento dos fenômenos, que são as mesmas para fatos que nos parecem diferentes. Por exemplo, a lei universal da gravitação demonstra que a queda de uma pedra e a flutuação de uma pluma são movimentos que obedecem à mesma lei no interior do campo gravitacional;
- é universalizante, pois reúne individualidades sob as mesmas leis, os mesmos padrões ou critérios de medida, mostrando que têm a mesma estrutura, embora sejam sensorialmente percebidas como diferentes. Assim, por exemplo, a Química mostra que a enorme variedade de corpos decorre das inúmeras combinações de um pequeno número de elementos que compõem todos os corpos;
- é diferenciador, pois não reúne em um mesmo conjunto nem generaliza o que é apenas aparentemente semelhante. Em vez disso, investiga se aqueles que parecem iguais não obedecem, na verdade, a estruturas diferentes. Vejamos um exemplo. Na obra *Antropologia estrutural* (1958), o antropólogo francês Lévi-Strauss (1908-2009) mostrou que, embora possamos traduzir a palavra *queijo* para o francês *fromage* e para o inglês *cheese*, essas três palavras não têm o mesmo sentido para quem as fala, porque não se entende a mesma coisa por queijo em cada sociedade, tampouco o queijo apresenta as mesmas características nas três. Ao contrário de um brasileiro, um francês e um estadunidense não conseguem nem sequer conceber que se coma queijo com goiabada. No entanto, o brasileiro entende que o queijo é um alimento levemente salgado e consistente, e não picante e mais pastoso, como entenderia um francês;
- estabelece relações causais somente depois de investigar a natureza ou estrutura do fato estudado e suas relações com outros semelhantes ou diferentes. Assim, por exemplo, um corpo não cai porque é pesado, mas porque o peso de um corpo depende do campo gravitacional onde se encontra — é por isso que, quando a velocidade de uma nave espacial supera a força da gravidade terrestre, todos os corpos em seu interior flutuam, independentemente da massa ou do tamanho. Da mesma forma, um corpo tem certa cor não porque seja colorido, mas porque reflete a luz de uma determinada maneira, etc.;
- não se surpreende nem com a regularidade, constância, frequência, repetição e diferença das coisas nem com fatos que não sejam frequentes ou constantes. Um eclipse, um terremoto, um furacão, a erupção de um vulcão, embora não ocorram com muita frequência, obedecem às leis da Física e têm explicações racionais. A ciência mostra que o espantoso, o extraordinário ou aquilo que é considerado "milagroso" são simplesmente um caso particular do que é regular, normal e frequente;
- distingue-se da magia. A magia admite que existe uma simpatia ou afinidade secreta entre coisas diferentes que as faz agir umas sobre outras por meio de qualidades ocultas (por exemplo, os astros agem sobre a vida humana). Além disso, a magia considera que a mente humana é uma força capaz de ligar-se a espíritos superiores (pla-

netários, astrais, angélicos, demoníacos) para provocar efeitos inesperados nas coisas e nas pessoas. A atitude científica, ao contrário, opera um desencantamento ou desenfeitiçamento do mundo, mostrando que nele não agem forças secretas, mas causas e relações racionais que podem ser racionalmente conhecidas por todos;

- afirma que, pelo conhecimento, o ser humano pode libertar-se do medo e das superstições, deixando de projetá-los no mundo e nos outros. Por exemplo, durante muitos séculos os seres humanos tinham medo de raios e trovões, imaginados como castigos enviados pela divindade para puni-los por alguma falta cometida. Por meio da meteorologia, a ciência demonstrou que são efeitos das condições atmosféricas;
- procura renovar-se e modificar-se continuamente, evitando a transformação das teorias em doutrinas e destas em preconceitos sociais. O fato científico resulta de um trabalho paciente e lento de investigação e de pesquisa racional, aberto a mudanças, não sendo nem um mistério incompreensível nem uma doutrina geral sobre o mundo.

Senso comum e conhecimento científico

Senso comum	Conhecimento científico
◆ Subjetivo	◆ Objetivo
◆ Qualitativo	◆ Quantitativo
◆ Heterogêneo	◆ Homogêneo (as mesmas leis para fatos diferentes)
◆ Generalizador	◆ Universalizante
◆ Individualizador	◆ Diferenciador
◆ Causa e efeito aparentes	◆ Causa e efeito submetidos a investigação
◆ Fantasioso	◆ Racionalizante
◆ Mágico	◆ Desencantado
◆ Supersticioso	◆ Libertador
◆ Preconceituoso	◆ Autocrítico



Ian Gavan/Getty Images

Vênus (no alto) e Júpiter (ao centro, perto da Lua) visíveis a olho nu no céu de Londres, Inglaterra, em 2012. Embora nossa percepção enxergue Vênus maior do que Júpiter, sabemos, graças a uma disciplina científica (a Astronomia), que o segundo planeta é maior e está mais afastado que o primeiro.

Leituras filosóficas

O mistério e a ciência

A ciência é uma forma sistematicamente organizada do pensamento objetivo. [...] *Da magia —, considerada um conjunto de práticas destinado a aproveitar os poderes sobrenaturais —, a ciência teria conservado uma aparência de mistério e gravidade ritual, traço que ainda hoje surpreende a maioria dos espíritos. Do feiticeiro ao cientista há apenas um pequeno passo, fácil de transpor, quando considerados os "milagres" da ciência moderna. Quanto mais escapam aos nossos sentidos as forças naturais das quais ela se aproveita (ondas hertzianas, eletricidade, emissões eletrônicas), mais parece ela realizar os sonhos dos mágicos.* [...] *A ciência, entretanto, apenas poderá ser magia aos olhos de espectadores, pois é apenas se libertando da magia que a ciência propriamente dita pode desenvolver-se.*

GRANGER, Gilles-Gaston. *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Melhoramentos, 1955. p. 75.



Léon C. Vénézia/Roger-Viollet/Glow Images

Gilles-Gaston Granger, em foto de 1992.

1. Segundo o autor, como a ciência é vista por quem não a pratica? De que forma esse ponto de vista se relaciona ao que estudamos sobre o senso comum até aqui?

2. Para você, a ciência consegue se libertar da magia? Explique.

A investigação científica

A investigação científica é um conjunto de atividades intelectuais, experimentais e técnicas realizadas com base em *métodos* que permitem e garantem que a principal marca da ciência seja o *rigor*. O objeto de estudo da ciência não são os dados empíricos espontâneos de nossa experiência cotidiana, mas um objeto *construído* com base nas atividades científicas.

A investigação científica se caracteriza por:

- delimitar ou definir os fatos a investigar, separando-os de outros semelhantes ou diferentes;
- separar os elementos subjetivos e objetivos de um fenômeno;
- construir o fenômeno como um objeto do conhecimento controlável, verificável, interpretável e capaz de ser retificado ou corrigido por novas elaborações;
- estabelecer os procedimentos metodológicos para observação, experimentação e verificação dos fatos;
- construir instrumentos técnicos e dispor de condições de laboratório específicas para a pesquisa;



Marcos Santos/USP Imagens

Pesquisadora em laboratório do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), em 2012. A ciência é um conhecimento demonstrativo que permite ao ser humano transformar o mundo.

- demonstrar e provar os resultados obtidos durante a investigação com base no rigor das relações definidas entre os fatos estudados. A demonstração deve ser feita não só para verificar a validade dos resultados obtidos, mas também para prever racionalmente novos fatos como efeitos dos já estudados;
- relacionar com outros fatos um fato isolado, integrando-o numa explicação racional unificada. Somente essa integração transforma o fenômeno em objeto científico, isto é, em fato explicado por uma teoria;
- elaborar um conjunto sistemático de conceitos que componha uma teoria geral sobre os fenômenos observados e os fatos investigados. Essa teoria geral deve explicar e interpretar as causas e os efeitos, as relações de dependência, identidade e diferença entre todos os objetos que constituem o campo investigado, controlando e guiando o andamento da pesquisa e permitindo a previsão de fatos novos com base nos já conhecidos.

Por isso, no livro *Lógica e filosofia das ciências* (1955), o filósofo das ciências Gilles-Gaston Granger (1920-) nos diz que "o verdadeiro significado da ciência, que a distingue de toda outra forma de nossa atividade civilizada, é o de ser um *método de pensamento e de ação*".

A ciência é *conhecimento* que resulta de um trabalho racional. Que tipo de conhecimento é esse?

A primeira grande definição do conhecimento científico é de Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.): a ciência é um conhecimento das causas e pelas causas, ou seja, é um *conhecimento demonstrativo*. A segunda grande definição decorre das ideias de Francis Bacon (1561-1626), Galileu (1564-1642) e Descartes (1596-1650): a ciência é também um *conhecimento eficaz*. Ou seja, a ciência deve ser capaz de permitir ao ser humano não só conhecer o mundo, mas também dominá-lo e transformá-lo.

Como o trabalho científico é sistemático, uma teoria científica é um sistema ordenado e coerente de proposições ou enunciados que se baseiam em um pequeno número de princípios. Sua finalidade é descrever, explicar e prever, do modo mais completo possível, um conjunto de fenômenos. Ao oferecer leis necessárias, a teoria científica permite compreender, por um lado, que fatos aparentemente muito diferentes são na realidade semelhantes e submetidos às mesmas leis; e, por outro, que fatos aparentemente semelhantes são diferentes e submetidos a leis diferentes.

Tobias Friedrich/F1 Online/Glow Images



Michelle McMahon/Flickr RF/Getty Images



À esquerda, uma lula em fotografia submarina noturna feita em 2011, nas Filipinas. À direita, caracol em jardim na Inglaterra, em 2011. Apesar de essas espécies parecerem muito distintas e de viverem em meios diferentes, a ciência as classifica no filo dos moluscos por haver descoberto nelas características em comum, como o fato de serem invertebradas e terem corpo mole.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Física e História.

As diferenças entre as explicações dadas pelo senso comum e as das ciências estão presentes em diversas situações. Para exemplificar essas diferenças, responda às seguintes questões a respeito do funcionamento de uma geladeira.



Toshifumi Kitamura/Agência France-Presse

Trabalhadores em linha de montagem de geladeiras em Ohira, no Japão, em 2009.

1. Compare duas explicações para o funcionamento de uma geladeira: a do senso comum e a da termodinâmica. Em seguida, responda como os elementos que caracterizam a investigação científica estão presentes na segunda explicação.
2. Em sua opinião, seria possível chegar ao advento da geladeira com base no conhecimento do senso comum? Por quê? Em sua resposta, considere o contexto da Segunda Revolução Industrial, na transição do século XIX para o XX.
3. As geladeiras ganharam os lares dos países desenvolvidos a partir dos anos 1930. Porém, nos anos 1970, novas pesquisas científicas descobriram que o CFC (clorofluorcarboneto), utilizado nesses aparelhos até então, era danoso para a camada de ozônio. Atualmente, todas as geladeiras fabricadas devem utilizar substâncias que não agridam a camada de ozônio. Escreva um breve comentário sobre como as descobertas científicas se somam ou se contrapõem ao longo do tempo. A ciência é infalível?

Em síntese

1. Dê novos exemplos de certezas do senso comum e mostre como as ciências as refutam.
2. Selecione e explique três características dos saberes do senso comum.
3. Selecione e explique três características do conhecimento científico que o diferenciam do senso comum.
4. Explique por que, em nossa sociedade, a ciência frequentemente é entendida como magia. Em seguida, explique qual é o equívoco dessa visão.
5. Que papel Aristóteles atribuiu à ciência quando a denominou um conhecimento demonstrativo? Exemplifique.
6. A filosofia moderna considera a ciência um conhecimento eficaz. Localize na linha do tempo um conceito na obra de dois autores dessa época que se inspiraram nessa ideia.

Indicações

Kenoma

- **Direção de Eliane Caffé. Brasil, 1998.**

O pano de fundo do filme é o sonho de criar o moto-perpétuo, uma máquina capaz de reutilizar plenamente a energia gerada por seu próprio funcionamento, dispensando a utilização de combustível. Esse ideal se materializa na personagem Lineu (José Dumont), empregado de Gerônimo (Jonas Bloch) em um moinho, que por mais de vinte anos transforma sua existência numa infinita sucessão de tentativas e fracassos para conseguir seu objetivo.



João Quaresma/Folhapress

Cena do filme *Kenoma*, de Eliane Caffé.

Isaac Newton, uma biografia

- **Escrito por James Gleick. Companhia das Letras, 2004.**

Esta biografia sintetiza a vida e a obra do pensador que descobriu a lei da gravitação universal e formulou novas bases para a compreensão do universo. Conhecer a vida de Newton é a porta de entrada para conhecer melhor a ciência moderna.

CAPÍTULO 22

A ciência na história



CIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

A *lição de anatomia do Dr. Tulp* (1632) é uma das mais conhecidas pinturas do artista holandês Rembrandt (1606-1669). Após séculos de proibição nos países cristãos, a dissecação voltava a ser realizada em público. As sessões de dissecação eram uma atração para o público leigo rico e garantiam prestígio aos cirurgiões presentes, como os retratados na obra. Porém, elas eram também um indicativo de uma nova maneira de explorar o conhecimento científico que começava a se desenvolver naquele período. Na imagem, o médico que conduz a sessão demonstra com a mão esquerda o movimento executado pelo músculo que ele está pinçando com a mão direita.

As três principais concepções de ciência

Três concepções de ciência predominaram ao longo da história: a *racionalista*, a *empirista* e a *construtivista*. Essas concepções de ciência não são sucessivas e em alguns momentos chegaram a coexistir, ainda que uma delas possa prevalecer sobre as outras como a mais aceita ou praticada. No século XVII, por exemplo, conviveram como modelos de cientificidade o racionalismo de Galileu (1564-1642) e de Descartes (1596-1650), criadores da Física moderna, e o empirismo de Boyle (1627-1691), um dos criadores da Química moderna.

A **concepção racionalista** se inspira em Platão (427 a.C.-347 a.C.) e chega até o final do século XVIII. Para os racionalistas, a ciência é um conhecimento racional dedutivo e demonstrativo como a Matemática. A frase de Galileu "o grande livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos", presente na obra *O ensaiador* (1623), ilustra muito bem essa posição. De acordo com a concepção racionalista, a ciência é capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados, sem deixar nenhuma dúvida. Uma ciência é entendida como uma unidade sistemática de axiomas, postulados, definições e demonstrações. Enquanto os três primeiros determinam a natureza e as propriedades do objeto investigado, as demonstrações provam as relações de causalidade que regem esse objeto.

Ainda de acordo com a concepção racionalista, o objeto científico é uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas, e corresponde à própria realidade, pois esta é racional e inteligível em si mesma. Os experimentos científicos são realizados apenas para verificar e confirmar as demonstrações teóricas, e não para que se conheça o objeto, pois este é conhecido exclusivamente pelo pensamento. Assim, dizemos que a concepção racionalista é *hipotético-dedutiva*, pois define o objeto e suas leis e disso deduz propriedades, efeitos posteriores e previsões.

A **concepção empirista**, inspirada no pensamento de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e na Medicina antiga, chega até o final do século XIX. Ela afirma que a ciência é uma interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos. As observações e os experimentos permitem estabelecer induções, que nos levam a definir o objeto investigado, suas propriedades e suas leis de funcionamento.

Para os empiristas, o experimento não tem simplesmente a função de verificar e confirmar conceitos, mas a de permitir sua produção. Eis por que os empiristas sempre se preocuparam em estabelecer métodos experimentais rigorosos, pois disso dependia a formulação da teoria e a definição da objetividade investigada. Diferentemente da concepção racionalista, a concepção empirista é *hipotético-indutiva*, pois apresenta suposições sobre o objeto, realiza observações e experimentos e chega à definição dos fatos, às suas leis, às suas propriedades, aos seus efeitos posteriores e a previsões.

O modelo empírico da Medicina antiga

De acordo com o historiador espanhol Pedro Laín Entralgo (1908-2001), os pontos principais para o conhecimento médico na Antiguidade eram:

1. observação sensorial da realidade, orientada pela busca do semelhante e do dessemelhante. Nessa etapa, deve-se reconhecer sintomas como a febre, a tosse, a diarreia, a perda de apetite, etc.;

2. conversão dos dados observados em sinais indicativos do estado em que se encontra o corpo. Em seguida, deve-se verificar se é possível passar do sinal indicativo a um sinal probatório, isto é, averiguar se o estado visível do corpo corresponde à sua verdadeira realidade interna;

3. construção de analogias entre o que se observa no corpo e realidades ou situações mais simples da vida cotidiana. Quando o médico não conhece as causas dos efeitos observados em um corpo (sintomas), ele realiza uma analogia com alguma coisa ou situação semelhante em que tanto os efeitos como as causas podem ser observados. Assim, por exemplo, o exame do que se passa com líquidos em vasos comunicantes permitiria conceber como se daria a distribuição do sangue nas veias; o exame do que acontece com um alimento durante a cocção permitiria conceber como se daria a digestão. Feito isso, o médico obtém o diagnóstico e pode iniciar a terapia ou a arte de curar.



De Agostini/G. Dagli Orti/The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

Frasco de cerâmica para óleo ou unguento (Grécia, século VI a.C.) no qual é representada a prática medicinal da sangria.

A concepção racionalista e a concepção empirista buscavam o conhecimento objetivo da natureza de maneiras diferentes. No entanto, ambas consideravam que a teoria científica era uma explicação e uma representação verdadeira da própria realidade, tal como esta é em si mesma. A ciência era uma espécie de raio X da realidade.

A **concepção construtivista** – iniciada no século XX – considera a ciência uma construção de modelos explicativos para a realidade, e não uma representação desta. O cientista combina dois procedimentos – um racionalista e outro empirista – e a eles acrescenta um terceiro, proveniente da ideia de conhecimento aproximativo e corrigível.

Como o racionalista, o cientista construtivista exige que o método lhe permita estabelecer axiomas, postulados, definições e deduções sobre o objeto científico. Como o empirista, o construtivista exige que a experimentação guie e modifique esses axiomas, postulados, definições e demonstrações. No entanto, o cientista não espera que seu trabalho apresente a verdade absoluta ou a realidade em si mesma, pois considera o objeto uma construção lógico-intelectual e uma construção experimental feita em laboratório. Em vez disso, espera que seu trabalho ofereça estruturas e modelos de funcionamento da realidade: uma verdade aproximada, que pode ser corrigida, modificada ou abandonada por outra mais adequada à explicação dos fenômenos. São três as exigências de seu ideal de cientificidade:

1. que haja coerência (isto é, que não haja contradições) entre os princípios que orientam a teoria;
2. que os modelos dos objetos (ou estruturas dos fenômenos) se baseiem na observação e na experimentação;
3. que os resultados obtidos possam alterar não só os modelos construídos, mas também os próprios princípios da teoria, corrigindo-a.

A ciência antiga e a clássica ou moderna

Quando apresentamos os ideais de cientificidade, dissemos que tanto o ideal racionalista como o empirista se iniciaram com os gregos. Isso, porém, não significa que a concepção antiga e a clássica de ciência sejam idênticas. A ciência clássica, iniciada no século XVII, é também chamada pelos filósofos de moderna.

Entre as várias diferenças, talvez a mais profunda seja a de que a ciência antiga era *teorética*, ou seja, estava voltada para a contemplação dos seres naturais, sem jamais imaginar intervir neles ou sobre eles por meios técnicos. Já a ciência clássica visa não só ao conhecimento teórico, mas sobretudo à aplicação prática ou técnica. Francis Bacon (1561-1626) dizia que "saber é poder", e Descartes escreveu que "a ciência deve tornar-nos senhores da natureza".

A ciência clássica ou moderna nasceu em uma sociedade em que o capitalismo estava se formando. Para acumular capital, era necessário ampliar a capacidade do trabalho humano para modificar e explorar a natureza. A nova ciência se fundamentava, portanto, na ideia de *intervir na natureza*, de conhecê-la não apenas para contemplar a verdade, mas para apropriar-se da natureza, para controlá-la e dominá-la por meio da técnica.

Na verdade, é mais correto falar em **tecnologia** do que em técnica. A técnica é um conhecimento empírico que, graças à observação, elabora um conjunto de receitas e práticas para agir sobre as coisas. A tecnologia, porém, é um saber teórico que se aplica na prática.

Técnico ou tecnológico?

Vejamos algumas comparações entre objetos técnicos e objetos tecnológicos. Enquanto os primeiros exigem somente conhecimento empírico para serem construídos, os últimos dependem da aplicação de conhecimentos científicos para serem inventados.

Objeto técnico	Objeto tecnológico
Pilão	Processador (depende de conhecimentos de Eletricidade e de Mecânica)
Relógio de sol	Cronômetro (depende de conhecimento de Mecânica)
Lente de aumento	Telescópio e microscópio (dependem de conhecimento de Óptica)

As mudanças científicas

Vimos até aqui duas grandes mudanças na ciência. A primeira delas se refere à passagem do racionalismo e do empirismo ao construtivismo. Com isso, a ideia da ciência como uma *representação* da realidade tal como ela é em si mesma foi substituída pela ideia de que o objeto científico é um *modelo* construído que se aproxima do modo de funcionamento da realidade, mas não garante o conhecimento absoluto dela. A segunda mudança refere-se à passagem da ciência antiga à ciência clássica ou moderna (século XVII). Por que mudanças como essas ocorreram?

Durante certo tempo, julgou-se que tanto a ciência como a sociedade evoluem e progridem. A descoberta de fatos até então desconhecidos ou a elaboração de novas teorias científicas nada mais seriam do que a expressão dessas duas características da ciência. Apesar de terem sido elaboradas muito recentemente – datam dos séculos XVIII e XIX –, evolução e progresso são duas ideias muito aceitas pelas pessoas. Basta ver o lema da bandeira brasileira para perceber como as pessoas acham natural falar em "Ordem e Progresso".

As noções de evolução e de progresso, seja quando falamos da sociedade, seja quando falamos especificamente da ciência, partem da suposição de que o tempo é uma linha contínua. O tempo seria uma sucessão contínua de momentos, períodos e épocas que iriam se somando uns aos outros de tal modo que o que acontece depois é o resultado melhorado do que aconteceu antes.

Contínuo e cumulativo, o tempo traria um aperfeiçoamento de todos os seres (naturais e humanos).

Vejamos dois exemplos de como opera essa crença no aperfeiçoamento contínuo ao longo do tempo. A física galilaico-newtoniana seria superior à aristotélica, pois era mais recente do que esta, mas seria inferior à física quântica, pois é mais antiga que esta. Pelo mesmo raciocínio, os europeus civilizados seriam superiores aos africanos e aos indígenas, que teriam permanecido num tempo mais antigo porque não desenvolveram a mesma *evolução* tecnológica.

Evolução e progresso também supõem o tempo como uma série linear de momentos ligados por relações de causa e efeito, em que o passado é causa, e o presente é efeito do passado e causa do futuro. Reconhecemos essa relação quando, por exemplo, livros de História apresentam as "influências" que um acontecimento anterior teria tido sobre outro, posterior.

José Juliani/Arquivo da editora



Construção de ferrovia na região de Londrina (PR), em 1935. A expansão das ferrovias pelo interior do país foi um dos símbolos da ideia de progresso.

Evoluir e progredir também pressupõem uma concepção da História semelhante à que a Biologia apresenta quando fala em germe, semente, larva ou, atualmente, gene. O germe, a semente, a larva ou o gene são entes que contêm em si mesmos tudo o que lhes acontecerá, ou seja, a história de um ser nada mais é do que o desenvolver pleno daquilo que ele já era virtualmente.

Essa ideia encontra-se presente, por exemplo, na distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Quando digo que um país é ou está desenvolvido, estou afirmando que esse país alcançou a finalidade à qual estava destinado desde o seu surgimento. Quando digo que um país é subdesenvolvido ou está em desenvolvimento, estou dizendo que sua finalidade – que é a mesma para ele e para o desenvolvido – ainda não foi, mas deverá ser alcançada em algum momento.

É importante notar que as expressões "desenvolvido" e "subdesenvolvido" ou "em desenvolvimento" foram usadas para substituir duas outras, tidas como ofensivas e agressivas. Anteriormente, eram utilizadas as expressões países "adiantados" e países "atrasados", isto é, países "evoluídos" e "não evoluídos", países "com progresso" e "sem progresso".

Em resumo, evolução e progresso pressupõem continuidade temporal, acumulação causal dos acontecimentos, superioridade do futuro e do presente com relação ao passado, existência de uma finalidade a ser alcançada. Assim, as mudanças científicas seriam o efeito da evolução ou do progresso do conhecimento humano.

Desmentindo a evolução e o progresso

Ao estudar as mudanças científicas, a filosofia das ciências (ou **epistemologia**) refutou as ideias de evolução e progresso (bem como as de atraso e regressão). O que a filosofia das ciências compreendeu foi que as elaborações científicas e os ideais de cientificidade são *diferentes* e *descontínuos*, e não *inferiores* ou *superiores* e *acumulativos*.

Se compararmos a Geometria clássica ou euclidiana, que elaborou suas demonstrações com base no espaço plano, e a Geometria contemporânea ou topológica, que substituiu o espaço plano pelo espaço tridimensional, veremos que não se trata de duas etapas sucessivas da mesma ciência geométrica. A Geometria euclidiana e a Geometria topológica são *duas geometrias diferentes*, pois têm princípios, conceitos, objetos, demonstrações completamente diferentes. Não houve evolução e progresso de uma para outra.

Da mesma forma, quando comparamos as físicas de Aristóteles, Galileu-Newton e Einstein, não estamos diante de uma mesma Física, que teria evoluído ou progredido, mas diante de três físicas diferentes, baseadas em princípios, conceitos, demonstrações, experimentações e, no caso das duas últimas, em tecnologias completamente diferentes. Em cada uma delas, a ideia de natureza, os métodos empregados e o que se deseja conhecer são diferentes. E o mesmo pode ser dito de todas as ciências.

Portanto, a descontinuidade e a diferença temporal entre as distintas teorias científicas não são consequência da evolução ou do progresso de uma forma inferior de fazer ciência para uma forma superior, e sim resultado de diferentes maneiras de conhecer e construir os objetos científicos, de elaborar os métodos e inventar tecnologias. O filósofo francês Gaston Bachelard (1884-1962) criou a expressão *ruptura epistemológica* para explicar essa descontinuidade no conhecimento científico.

epistemologia: a palavra epistemologia é composta dos termos gregos *episteme*, que significa 'ciência', e *logos*, que significa 'conhecimento'. Epistemologia é o conhecimento filosófico sobre as ciências.

Rupturas epistemológicas

Um cientista ou um grupo de cientistas começam a estudar um fenômeno empregando teorias, métodos e tecnologias disponíveis em seu campo de trabalho. Pouco a pouco, descobrem que os conceitos, os procedimentos, os instrumentos existentes não explicam o que estão observando nem levam aos resultados que estão buscando. Encontram, diz Bachelard, um *obstáculo epistemológico*.

Para superar o obstáculo epistemológico, o cientista ou o grupo de cientistas precisam ter a coragem de dizer "não" à teoria, aos métodos e às tecnologias existentes. É essa *ruptura epistemológica* que conduzirá à elaboração de novas teorias, métodos e tecnologias, afetando todo o campo de conhecimentos existentes. Assim, uma nova concepção científica emerge, podendo incorporar alguns conhecimentos anteriores, mas também rechaçar outros por completo. Para Bachelard, apesar de a história das mudanças científicas ser feita de *descontinuidades* (novas teorias, novos modelos, novas tecnologias que rompem com os antigos), ela também é constituída de *continuidades*, pois o antigo não só suscitou o novo como também é parcialmente incorporado por ele.

Segundo Granger (1920-), haveria, no entanto, dois tipos de descontinuidades científicas: uma *externa* e outra *interna*. A descontinuidade científica é externa quando há uma diferença profunda entre uma situação científica caótica, em que os conhecimentos estão dispersos e são inverificáveis, e o surgimento de uma disciplina científica, cujos conceitos, métodos e técnicas conseguem "pôr ordem no caos". Essa disciplina ordenadora, rigorosa e sistemática não muda a ciência anterior, apenas a reorganiza.

A descontinuidade científica é interna quando a visão objetiva de um campo de fatos é mantida, mas teorias diferentes (e até mesmo excludentes) se sucedem no interior desse campo. A decisão de Einstein (1879-1955) de não tomar a gravidade (proposta por Newton), e sim a velocidade da luz como critério para a descrição dos fenômenos na Física, é um exemplo de descontinuidade interna. Em seu livro *A ciência e as ciências* (1993), Granger examina a decisão de Einstein:

> *Tomando o exemplo da mecânica, vemos que a mecânica da relatividade restrita está em ruptura com a mecânica newtoniana clássica, e isso não apenas em pontos isolados. O referencial do espaço e do tempo, que serve, digamos, de pano de fundo para uma mecânica, é fundamentalmente modificado, com os procedimentos de medida dos espaços e dos tempos passando a depender, então, do movimento relativo do observador e do observado. A velocidade*

da propagação do fenômeno luminoso torna-se, em compensação, uma constante universal absoluta. Todas as demais modificações do sentido operatório dos conceitos físicos decorrem dessa mudança do quadro da descrição dos fenômenos.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994. p. 105.

A descontinuidade interna não significa ruptura total. Para Granger, como é mantida a mesma visão objetiva de um campo de fatos, a teoria anterior é incorporada como um caso particular (às vezes até diminuto) da nova teoria, considerada universal. Há descontinuidade, mas não há destruição da teoria anterior.

Revoluções científicas

Diversamente de Bachelard e Granger, o filósofo da ciência norte-americano Thomas Kuhn (1922-1996) considera que a história da ciência é feita de descontinuidades e de rupturas radicais. Kuhn designa os momentos de ruptura e de criação de novas teorias com a expressão *revolução científica*. Na Astronomia, por exemplo, a revolução copernicana substituiu a explicação geocêntrica pela heliocêntrica.

Segundo Kuhn, um campo científico é criado quando métodos, tecnologias, formas de observação e experimentação, conceitos e demonstrações formam um todo sistemático ou uma teoria única que permite o conhecimento de inúmeros fenômenos. A teoria se torna um modelo de conhecimento ou um *paradigma científico*. O paradigma se torna o campo no qual uma ciência trabalha normalmente, sem crises.

Kuhn usa a expressão *ciência normal* para referir-se ao trabalho científico no interior de um paradigma estabelecido, isto é, que segue as normas postas pelo paradigma. Em tempos normais, um cientista busca explicar um fato ou um fenômeno ainda não estudado usando o modelo ou o paradigma científico existente.

Em contraposição à ciência normal, ocorre a *revolução científica*. Uma revolução científica acontece quando o cientista descobre que o paradigma disponível não consegue explicar um fenômeno ou um fato novo, revelando a necessidade de produzir um novo paradigma. Numa revolução científica, não só se descobrem novos fenômenos e se abandonam conhecimentos antigos, mas há uma mudança profunda na perspectiva do cientista, como se ele passasse a trabalhar num mundo completamente diferente.

A ciência, portanto, não caminha numa via linear contínua e progressiva, mas por saltos ou revoluções. Assim, quando a ideia de próton-elétron-nêutron entrou na Física, a de vírus entrou na Biologia, a de enzima entrou na Química ou a de fonema entrou na Linguística, os paradigmas existentes eram incapazes de alcançar, compreender e explicar esses objetos ou fenômenos, exigindo a criação de novos modelos científicos.

Atualmente, considera-se que o paradigma das ciências é fornecido pela ideia de *informação*. A realidade não consiste em coisas ou seres individuais, mas em *processos de individuação* ou fluxos materiais de informação que se relacionam e se combinam, podendo se cristalizar e conservar uma forma por um certo período. Porém, como os fluxos continuam sem cessar, aos poucos a formatação se desfaz e as matérias que a compunham se tornam disponíveis para participar de outros seres. O novo conceito empregado pelo paradigma científico é o de *bit*, entendido como um átomo de informação. Como se trata de um paradigma, ele encontra-se presente em todas as ciências, como escreve o físico brasileiro Luiz Alberto Oliveira:

A noção de informação é interessante porque ela prescinde de qualquer suporte particular: quer se trate da geometria de um cristal, ou da sequência de bases numa molécula de DNA ou dos circuitos de um microchip, temos sempre fluxos de informação operando uns sobre os outros, sintetizando-se, fragmentando-se, recombinando-se sem cessar. [...] *Estudar as propriedades de um sistema [seja este qual for] não é outra coisa senão analisar seus modos de organização como fluxos materiais que são equivalentes a fluxos de informação. O campo de complexidade, em suas diferentes nuanças, pode então ser condensado em uma imagem unificadora: o real processual é uma infoesfera na qual estão compreendidas a hiloesfera ou esfera da matéria, a bioesfera ou esfera da vida e a nooesfera ou esfera do pensamento.*

OLIVEIRA, Luiz Alberto. Biontes, bioides e borgues. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O homem máquina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 163-165.

Se as mudanças científicas não ocorrem por causa de um suposto progresso ou evolução do conhecimento, por que continuamos alimentando essa ilusão? Por dois motivos principais:

1. o cientista sente que sabe mais e melhor do que antes, já que o paradigma anterior não lhe permitia conhecer certos objetos ou fenômenos. Ao abandonar

uma tradição científica, passa a avaliar que o passado estava errado e é inferior ao presente. O cientista, portanto, vivencia subjetivamente o progresso. Assim, não é o cientista quem vai perceber que as mudanças científicas são rupturas e descontinuidades (e não um suposto progresso), e sim o filósofo da ciência;

2. o leigo ou não cientista, por viver sob a ideologia do progresso e da evolução, do "novo" e do "fantástico", reproduz esse pensamento. Os resultados tecnológicos das ciências – computadores, satélites, fornos de micro-ondas, *tablets*, cura de doenças antes julgadas incuráveis, objetos descartáveis – são apresentados pelos governos, pelas empresas e pela propaganda como "signos do progresso", e não da diferença ou da ruptura e descontinuidade temporal. Do lado dos leigos, o progresso é uma crença ideológica.

Há, porém, uma razão mais profunda para nossa crença no progresso. Desde a Antiguidade, conhecer sempre foi considerado o meio mais precioso e eficaz de combater o medo, a superstição e as crendices. Ora, no caso da modernidade, o vínculo entre ciência e aplicação prática dos conhecimentos (tecnologias) fez surgir objetos que não só facilitaram a vida humana (meios de transporte, de iluminação, de comunicação, de cultivo do solo, etc.) como também aumentaram a esperança de vida (remédios, cirurgias, etc.). Do ponto de vista dos resultados práticos, sentimos que estamos em melhores condições do que os antigos.


Gabriela Biló/Agência Estado

Rio Doce, no trecho em que corta a cidade de Governador Valadares (MG), em foto de 2015. O rio foi contaminado após o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração.

Kuhn, como também Bachelard e Granger, julga que não se pode aceitar a velha ideia do progresso segundo a qual, com o passar do tempo e o acúmulo de conhecimentos, a ciência se aproxima cada vez mais da verdade. Porém, os três autores acreditam que se pode falar em progresso toda vez que um novo paradigma ou uma nova teoria se mostram capazes de resolver um número maior de problemas do que os anteriores e de fazer mais e melhores previsões do que eles.

Leituras filosóficas

Ciência e ambivalência

Começou a brotar uma ideia nas últimas décadas do século XX, mesmo que ela tenha uma origem mais remota: a de uma espaçonave, a Terra, nau em que navega a humanidade. Essa espaçonave é impulsionada hoje em dia por quatro motores: ciência, técnica, economia e lucro, e esses motores não estão sob controle. Não me insiro num pensamento binário e não estou dizendo que a ciência é nefasta, pelo contrário, mas digo sim que ela desenvolveu poderes de destruição inéditos e descontrolados. O desenvolvimento tecnoeconômico atual produz a degradação da biosfera, que, por sua vez, causa a degradação da civilização humana. [...]

Tudo isso evidencia as ambivalências e as complexidades dessa dupla planetarização. Não poderia a Europa produzir novos antídotos a partir de sua cultura, a partir de uma política de diálogo e de simbiose, de uma política de civilização que promoveria qualidades da vida, e não apenas o quantitativo, que interromperia a corrida pela hegemonia? Não poderia a Europa voltar às raízes do humanismo planetário que no passado ela própria forjou? Não poderia ela reinventar o humanismo?

MORIN, Edgar. *Cultura e barbárie na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 70.

1. Para o autor, de que modo a ciência teria contribuído para a degradação da civilização?

2. Reflita sobre o texto de Morin, a imagem desta página e o que você viu no capítulo. Então, responda: por que a ideia de progresso e evolução baseada no desenvolvimento tecnológico se mostra frágil?

Mudanças tecnológicas

Vimos que a revolução científica do século XVII introduziu a ideia de tecnologia, que associava a técnica e a ciência para alcançar novos conhecimentos e inventar objetos. Entre o século XVII e meados do século XX, os objetos tecnológicos eram concebidos como *máquinas*. Uma máquina tem as seguintes características principais:

- usa a força natural (água, vento, sol, etc.);
- realiza operações e trabalhos múltiplos e diversificados (uma máquina combina várias atividades encadeadas ou simultâneas);
- apropria-se das forças naturais e visa dominar a natureza;
- opera com base em relações de causalidade controladas, de continuidades seguras e de concatenações bem-sucedidas.

Entretanto, como a informação se tornou o novo paradigma científico a partir do final do século XX, o objeto tecnológico passou a ser entendido como *autômato*. O autômato:

- tem em si mesmo o princípio do movimento;
- realiza sozinho as operações necessárias à execução de um trabalho ou uma obra, ou seja, é capaz de conduzir e direcionar movimento às suas partes;
- é capaz de comunicar informação e transformar essa informação em ação. Como suas operações são sistemas de sinais codificados sob a forma de programas matemáticos que funcionam como mensagens, ele é capaz de operar pela linguagem;
- realiza três tipos de comunicação – de movimento, de energia e de informação;
- é capaz de se autorregular, isto é, de corrigir a si mesmo para assegurar seu funcionamento correto e seu equilíbrio interno;
- opera em diálogo com o mundo exterior e com o utilizador graças ao programa, por meio do qual se alimenta de uma parte constante das informações que podem vir do mundo exterior e das instruções do utilizador;
- é uma *inteligência artificial*.


Peter Menzel/SPL/Latinstock

Médicos controlam robô durante cirurgia cardíaca pouco invasiva e monitoram o organismo do paciente por meio de câmeras, na Califórnia, Estados Unidos, em 2000.

Classificação das ciências

Ciência, no singular, é a palavra que se refere ao modo e ao ideal de conhecimento que examinamos até aqui. *Ciências*, no plural, é a palavra que se refere às diferentes maneiras de realização do ideal de cientificidade segundo os diferentes fatos investigados e os diferentes métodos e tecnologias empregados.

A primeira classificação sistemática das ciências de que temos notícia, à qual já nos referimos no início deste livro, foi elaborada por Aristóteles. O filósofo grego empregou três critérios para classificar os saberes:

- critério da *ausência ou presença da ação humana nos seres investigados*, levando à distinção entre as *ciências teoréticas* (conhecimento dos seres que existem e agem independentemente da ação humana) e *ciências práticas* (conhecimento de tudo o que é efeito das ações humanas);
- critério da *imutabilidade ou permanência e da mutabilidade ou movimento dos seres investigados*, levando à distinção entre *metafísica* (estudo do Ser enquanto Ser, fora de qualquer mudança), *física* ou *ciências da natureza* (estudo dos seres constituídos por matéria e forma e submetidos à mudança ou ao movimento) e *matemática* (estudo dos seres dotados apenas de forma, sem matéria, imutáveis, mas existindo nos seres naturais e conhecidos por abstração);

- critério da *modalidade prática*, levando à distinção entre *ciências que estudam a práxis* (a ação ética, política e econômica, que tem o próprio agente como finalidade da ação) e as *técnicas* (a fabricação de objetos artificiais ou a ação que tem como fim produzir um objeto diferente do agente).

Com pequenas variações, essa classificação foi mantida até o século XVII. Nesse período, os conhecimentos se separaram em *científicos, filosóficos* e *técnicos*, ou seja, os dois últimos passam a ser considerados saberes diferentes do científico.

Das inúmeras classificações propostas, as mais conhecidas e utilizadas foram feitas por filósofos franceses e alemães do século XIX, baseando-se em três critérios: *tipo de objeto estudado, tipo de método empregado, tipo de resultado obtido*. Desses critérios e da simplificação que havia sido feita das várias classificações anteriores, formou-se aquela que se costuma usar até hoje. Ela divide as ciências em:

- **ciências matemáticas ou lógico-matemáticas** (Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria, Lógica, Física pura, Astronomia pura, etc.);
- **ciências naturais** (Física, Química, Biologia, Geologia, Astronomia, Geografia física, Paleontologia, etc.);
- **ciências humanas ou sociais** (Psicologia, Sociologia, Antropologia, Geografia humana, Economia, Linguística, Psicanálise, Arqueologia, História, etc.);
- **ciências aplicadas** (todas as ciências que conduzem à invenção de tecnologias para intervir na natureza, na vida humana e nas sociedades, como Direito, Engenharia, Medicina, Arquitetura, Informática, etc.).

Cada uma das ciências subdivide-se em ramos específicos, com uma delimitação mais restrita do objeto e do método de investigação. Assim, por exemplo, a Física é subdividida em Mecânica, Acústica, Óptica, etc.; a Biologia, em Botânica, Zoologia, Fisiologia, Genética, etc.; a Psicologia é subdividida em Psicologia do comportamento, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia clínica, Psicologia social, etc.; e assim sucessivamente. Por sua vez, à medida que seus objetos conduzem a pesquisas cada vez mais detalhadas e especializadas, os próprios ramos de cada ciência são subdivididos em disciplinas cada vez mais específicas.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e História.

Antes de realizar a próxima atividade, leia o texto a seguir.

Aberto para o distante, o mar desembocava outrora em países insólitos onde tudo era possível e onde o estranho era a regra — um estranho muitas vezes assustador. De Plínio, o Velho, a Simone Majolo [...], *passando por Vincent de Beauvais, Mandeville e* As mil e uma noites, *conserva-se a crença em uma montanha imantada situada em alguma parte na rota da Índia: ela atraía irresistivelmente os navios portadores de objetos metálicos, e especialmente pregos, mantinha-os prisioneiros ou até mesmo provocava seu desmembramento e naufrágio. Também não se dizia, até o século XV, que o mar acaba no equador, que os antípodas são inabitados e inabitáveis? Daí a apreensão dos marinheiros portugueses quando Henrique, o Navegador, pediu-lhes que ultrapassassem o cabo Bojador (ao sul do Marrocos), considerado por muito tempo — o cabo do medo.*

[...] *E, se assim mesmo se chegasse aos países exóticos, que seres monstruosos, que animais fantásticos e aterrorizantes ali não se encontrariam? A Idade Média situou na Índia homens com cabeça de cachorro que rosnavam e latiam* [...].

[...] *Por trás dessas crenças lendárias ou desses exageros assustadores, adivinha-se o medo do outro, isto é, de tudo que pertence a um universo diferente.*

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800).* São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 70-73.

- Escreva um breve texto sobre como, apesar de terem sido separados, os conhecimentos científicos, técnicos e filosóficos são instrumentos para o enfrentamento do medo. Dê exemplos de como isso aconteceu ao longo da História ou de como pode acontecer no curso de nossa vida.

Em síntese

1. Quais são as três principais concepções de ciência?

2. Explique como operam os procedimentos hipotético-dedutivo e hipotético-indutivo e exponha, com base neles, as diferenças entre as concepções racionalista e empirista de ciência.

3. Quais são os princípios do ideal de cientificidade na concepção construtivista de ciência?

4. Qual é a principal diferença entre a ciência antiga e a ciência clássica ou moderna?

5. Explique as ideias de progresso e evolução científicos e a concepção de tempo e história que está na base delas.

6. Que significam as expressões "ruptura epistemológica" e "obstáculo epistemológico", elaboradas por Gaston Bachelard para se referir às mudanças científicas?

7. Quais os tipos de descontinuidade científica apresentados por Granger?

8. De que modo se estabelece o que Kuhn denomina *ciência normal*? Como ela pode entrar em crise?

9. Com base nas ideias de Thomas Kuhn, responda:

a) Por que a revolução científica é uma ruptura radical com relação à ciência anterior?

b) Mencione outros exemplos de revolução científica. Para isso, rememore seus conhecimentos de outras disciplinas.

10. Por que, apesar das rupturas e descontinuidades, continuamos acreditando no progresso das ciências?

11. Qual é a diferença entre técnica e tecnologia? Dê alguns exemplos.

12. Quais são as principais características do autômato? Dê alguns exemplos de autômatos.

13. Quais são os critérios usados a partir do século XVII para classificar as ciências?

14. Qual é a classificação das ciências proposta a partir do século XIX e aceita atualmente? Dê um exemplo de conhecimentos que, com essa classificação, foram separados em categorias diferentes.

Indicações

Blade Runner: o caçador de androides

- **Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 1982.**

Em um futuro sombrio, grandes empresas repassam funções perigosas em colônias fora da Terra a replicantes, androides com aparência humana e curto tempo de vida. No entanto, um grupo de replicantes desafia a proibição de vir à Terra, desejosos de conseguir mais tempo de vida. O policial aposentado Rick Deckard (Harrison Ford) é chamado de volta ao trabalho com a missão de "aposentar" esses androides.



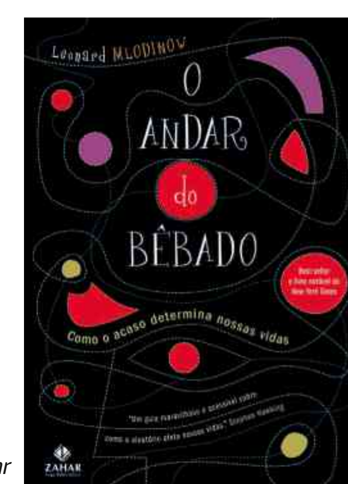
Cat's Collection/Corbis/Latinstock

O ator Harrison Ford em cena de *Blade Runner*: o caçador de androides (1982), de Ridley Scott.

O andar do bêbado

- **Escrito por Leonard Mlodinow. Zahar, 2009.**

Os processos aleatórios ocorrem tanto na natureza como em nossa vida cotidiana. Como a ciência lidaria com o acaso em sua busca pela regularidade e constância? Em um estilo irreverente, o autor associa casos emblemáticos a teorias matemáticas, citando pesquisas e exemplos presentes em todos os âmbitos da vida.



Reprodução/Ed. Zahar

Capa da edição brasileira de *O andar do bêbado*, de Leonard Mlodinow.

DE OLHO na atualidade

A informática: tecnologia e poder

Durante a Primeira e a Segunda Revoluções Industriais (ocorridas entre o fim do século XVIII e o início do século XX), os objetos técnicos estenderam o corpo humano no espaço. Primeiro, com o telescópio, o microscópio e as máquinas a vapor (nos transportes e nas fábricas); depois, com as máquinas elétricas (nos transportes e nas fábricas), o telégrafo, o telefone, o rádio, o cinema e a televisão. Mas agora, com a informática, fruto da Terceira Revolução Industrial, é nosso cérebro ou nosso sistema nervoso central que, por meio das novas máquinas, se expande sem limites. Distâncias espaciais e intervalos temporais diminuem até abolir o espaço e o tempo.

Como escreve o sociólogo Manuel Castells (1942-) no livro *A sociedade em rede*:

> *Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo. Assim, computadores, sistemas de comunicação, decodificação e programação genética são todos amplificadores e extensões da mente humana O que pensamos e como pensamos é expresso em bens, serviços, produção material e intelectual, sejam alimentos, moradia, sistemas de transporte e comunicação, mísseis, saúde, educação ou imagens.*
>
> CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 69.

Computadores controlam armas e operações militares, realizando a chamada "guerra limpa", em que mísseis teleguiados e *drones* atuam nas batalhas. Controlam também os voos espaciais, as operações de aeroportos, de bancos e bolsas de valores, de sistemas urbanos de tráfego e de segurança, de edifícios denominados "inteligentes", além de setores inteiros do trabalho industrial e da produção econômica. Estão presentes nos carros de último tipo, nos estabelecimentos comerciais que vendem no atacado e no varejo, nos setores administrativos das instituições públicas e privadas. Encontram-se nas escolas e fazem parte do sistema de ensino e aprendizado dos países economicamente poderosos. Estão presentes nas editoras e produtoras gráficas; nos escritórios de engenharia, arquitetura e advocacia; nos consultórios médicos e nos hospitais; nas produtoras cinematográficas, fonográficas, televisivas e radiofônicas. Tornaram-se instrumento de trabalho dos escritores, artistas, professores e estudantes, além de operar como correio e como lazer e entretenimento.

O poder informático

Podemos indagar se essa mudança tecnológica realmente representa democratização da informação. De fato, na sociedade contemporânea, a posse de informações (científicas, técnicas, econômicas, políticas, militares) é posse de poder. Os computadores são centros de acumulação de informações; portanto, são centros de poder.

Alguns estudiosos propõem a expressão "sociedade informática" para designar a sociedade contemporânea, na qual todas as esferas da vida pública e da vida privada estão cobertas por processos informatizados e por inteligências artificiais. O problema é saber quem tem a gestão de toda a massa de informações que controla a sociedade, quem utiliza essas informações, como e para que as utiliza. Em outras palavras, o problema não está em quem sabe e quem não sabe operar um computador (isso se resolve facilmente com treinamento), e sim em quem tem e quem não tem o poder para armazenar e utilizar informações adequadas.

No livro *O que é informática?*, o pesquisador Ângelo Soares explica que, colocado em rede (a *web*), cada computador é um ponto de concentração de poder; a interligação desse conjunto de computadores acaba formando uma "teia" de poder que permeia toda a sociedade. Dessa maneira, a informática pode ser vista como um instrumento que propicia o controle da vida das pessoas, em razão de seu alto grau de concentração das informações e da alta velocidade com que elas são propagadas. Em poucos segundos, pode-se ter acesso a bancos de dados que concentram um número muito grande de informações e obter, de qualquer parte do mundo, várias informações sobre determinado assunto ou pessoa.

Dessa maneira, podemos apontar os três maiores perigos da acumulação e da distribuição de informações:

1. o poder de controle sobre as pessoas, porque, com informações parciais e dispersas recolhidas em vários arquivos, é possível gerar novas informações que sistematizam as primeiras. Isso permite reconstituir hábitos, interesses e movimentos das pessoas, como é o caso da reconstituição das ações de alguém por meio das centrais telefônicas, que podem dizer para quem alguém telefonou, quantas vezes, por quanto tempo, etc. Dessa maneira, as pessoas podem ser controladas pelos poderes públicos (como o poder policial e o militar).



André Dahmer/Acervo do artista

Tirinha de André Dahmer.

2. a posse de informações por pessoas não autorizadas, que entram em contato com dados sigilosos tanto do setor público (informações militares, econômicas, políticas) como da vida privada das pessoas (por exemplo, as contas bancárias).

3. a possibilidade de uso, por poderes privados, para controlar pessoas e instituições, assim como para causar-lhes dano. É o caso da espionagem industrial e política, e da ação dos senhores do crime organizado, que usam as informações para praticar sequestros, chantagens, assassinatos.

A informática, tal como vem sendo praticada, está voltada para a concentração e a centralização das informações e para o controle da vida e das ações dos indivíduos, e não para a difusão democrática da informação. Basta ver como funcionam os anúncios publicitários exibidos nos *sites* e nas redes sociais, selecionados automaticamente com base em informações extraídas de mensagens eletrônicas, postagens e *sites* acessados anteriormente pelo usuário.

O Marco Civil da Internet

A democratização da informação, portanto, não pode provir da própria técnica informática, pois esta é centralizadora, mas depende de ações políticas da sociedade e dos governos. É o que se vê, no Brasil, com as lutas sociais e políticas que levaram ao estabelecimento de um marco regulatório da internet, o Marco Civil da Internet, instituído pela lei Lei n. 12.965/2014.

O Marco Civil trata da responsabilidade civil de usuários e provedores de internet no Brasil. Três pontos são centrais na proposta do Marco Civil: a neutralidade da rede, o direito à privacidade e o direito à liberdade dos usuários.

1. neutralidade da rede: as corporações de telecomunicações sabem do poder econômico, cultural e político que podem alcançar se conseguirem filtrar, barrar e "pedagiar" a informação que viaja em suas redes físicas, cobrando mais por determinados serviços. Por isso, neutralidade da rede significa que as empresas de telefonia não podem interferir nas informações que trafegam por suas redes, ficando impedidas de filtrar, bloquear, censurar ou retirar informações.

2. privacidade da rede: as empresas de telecomunicações vigiam e controlam os usuários sem que eles saibam que suas informações são armazenadas, cruzadas, processadas e vendidas. De acordo com o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira (1961-), dados pessoais e informações sobre quais *sites* as pessoas visitam, quais horários e com qual frequência utilizam determinadas aplicações nas redes são exemplos de "rastros digitais". Essas informações são um grande ativo econômico das sociedades em rede. Por isso, privacidade significa definir procedimentos de proteção de dados pessoais, registros de conexão e de acesso a aplicativos, impedindo que o provedor de conexão revenda a terceiros os dados de navegação e informações dos cidadãos.

3. liberdade: a internet é uma rede cibernética de comunicação e controle. Para navegar na rede, cada máquina recebe do provedor de acesso um número IP (Protocolo de Internet). Como toda navegação deixa registros, o grande problema na internet é como impedir que um IP permita identificar uma pessoa e, portanto, como impedir que se amplie a capacidade de vigilância sobre a navegação dos cidadãos. Por isso, liberdade significa definir legalmente procedimentos que impeçam a identificação do cidadão pelo número IP.

Atividades

1. De que maneira o controle e a vigilância exercidos por meio da internet expressam o que vimos a respeito da razão instrumental, na Unidade 2?

2. Retome a ideia de autômato, que vimos neste capítulo, para explicar as operações da teia de informações constituída pela internet que podem ser apropriadas por poderes políticos e econômicos.

CAPÍTULO 23 As ciências humanas

Richard Drew/STF/Associated Press



A ESPECIFICIDADE DO HUMANO

Em 2008, o mundo foi sacudido pelo início de uma grave crise econômica. Economistas, sociólogos, historiadores e outros especialistas consideraram essa crise (e seus efeitos) a mais grave desde a de 1929. No entanto, uma crise econômica nunca será igual a outra, pois o ser humano é histórico. Além disso, quando falamos em ciências humanas, falamos do ser humano investigando o ser humano. Como garantir que suas conclusões não variem conforme seus valores e posições? Por isso, a grande questão posta para as ciências humanas desde a sua formação foi a possibilidade ou não de serem metódicas, objetivas e regidas por axiomas e leis. Na foto, operadores da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro do fatídico ano.

São possíveis ciências humanas?

As ciências humanas formam o último conjunto de conhecimentos que se desvinculou da filosofia. O filósofo Michel Foucault (1926-1984) dedicou o capítulo final de sua obra *As palavras e as coisas* à formação das ciências humanas. A partir do século XIX, explica Foucault, forma-se um conjunto de saberes que abordam e investigam o ser humano como um ser vivo que fala, trabalha, se agrupa, cria regras e normas de conduta e que é empiricamente observável.

De que modelo científico e metodológico essas novas ciências dispunham? Dos que vinham da Matemática e dos elaborados pelas ciências da natureza (Física, Química, Astronomia) e da vida (Biologia). As novas ciências não poderiam empregar o modelo da Matemática, pois não pretendiam construir intelectualmente objetos, e sim observar objetos existentes como dados empíricos. Restava, por isso, empregar o modelo das ciências naturais e da vida, que se baseia nos procedimentos de observação, experimentação, indução e formulação de leis universais e necessárias. Num primeiro momento, as ciências humanas tenderam a usar esse modelo.

Por terem surgido no período em que prevalecia a concepção empirista e **determinista** da ciência, as novas ciências procuraram usar modelos hipotético-indutivos e experimentais, buscando leis causais necessárias e universais para os fenômenos humanos. Como, entretanto, não era possível realizar uma transposição integral e perfeita dos métodos, das técnicas e das teorias das ciências naturais para os estudos dos fatos humanos, as ciências humanas acabaram trabalhando por *analogia* com as ciências naturais e seus resultados tornaram-se muito contestáveis.

De acordo com as ciências naturais e biológicas, a *objetividade* dos respectivos conhecimentos é garantida pelo respeito a duas ideias fundamentais:

1. o observador (o sujeito do conhecimento) e o observado (o objeto do conhecimento) são seres diferentes e não devem ser confundidos;

2. o observador não emite juízos de valor sobre os objetos estudados, isto é, permanece neutro diante dos fatos.

Em uma ciência humana, contudo, tanto o observador como o observado são igualmente seres humanos, os conhecimentos obtidos valem para certas sociedades e épocas, mas não para outras, e o cientista pode emitir juízos de valor sobre o objeto investigado.

Quais eram as principais objeções feitas à possibilidade das ciências humanas?

- A ciência lida com fatos observáveis, isto é, com seres e acontecimentos tornados objetos de experimentação nas condições especiais de laboratório. Como observar ou fazer experimentos com a consciência humana individual, que seria o objeto da Psicologia? Ou uma sociedade, objeto da Sociologia? Ou uma época passada, objeto da História?

determinista: conceito empregado desde o século XVIII para afirmar que: 1. tudo o que acontece é determinado por uma causa necessária ou por um grupo de causas necessárias; 2. a determinação causal é universal e, portanto, válida não só para a natureza, mas também para os seres humanos. Segundo o determinismo as ciências são consideradas verdadeiras somente quando respeitam esses dois princípios.

Science Museum, London/DIOMEDIA



Instrumento de craniometria usado no século XIX, exposto na ala de Psicologia do Museu da Ciência de Londres, Inglaterra, em 2007. As primeiras investigações das ciências humanas acreditavam que era possível trabalhar por analogia com as ciências naturais, estabelecendo relações de causa e efeito entre características biológicas e sociais.

- A ciência lida com fatos objetivos, isto é, com fenômenos que foram purificados de todos os elementos subjetivos, de todas as qualidades sensíveis, de todas as opiniões e todos os sentimentos, de todos os dados afetivos e valorativos. Tornar a cor um fato objetivo, por exemplo, é estudá-la não de acordo com nossas preferências, e sim de acordo com a frequência da luz correspondente a cada cor. Ora, o ser humano é justamente o subjetivo, o sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo. Como transformá-lo em objetividade sem destruir sua principal característica, a subjetividade?
- A ciência lida com fatos governados pela necessidade causal ou pelo princípio do determinismo universal, ou seja, com fatos cujas causas e efeitos são sempre os mesmos em qualquer tempo e lugar. O ser humano é dotado de razão, vontade e liberdade, é capaz de criar fins e valores, de escolher entre várias opções possíveis. Como dar uma explicação científica necessária àquilo que, por essência, não é necessário, e sim possível e, muitas vezes, contingente, pois é livre e age por liberdade?
- A ciência busca as leis objetivas gerais, universais e necessárias dos fatos, isto é, leis que valham em quaisquer circunstâncias, em qualquer lugar, em qualquer tempo. Como estabelecer leis objetivas para o que é essencialmente subjetivo, como o psiquismo humano? Como estabelecer leis universais para algo que é particular, como é o caso de uma sociedade humana? Como estabelecer leis necessárias para o que acontece uma única vez, como é o caso do fato histórico?
- A ciência opera por análise (decomposição de um fato complexo em elementos simples) e síntese (recomposição do fato complexo por seleção dos elementos simples, distinguindo os essenciais dos acidentais). Como analisar e sintetizar o psiquismo humano, uma sociedade, um acontecimento histórico para produzir conhecimento objetivo?


Carlos Jasso/Reuters/Latinstock

Vista do bairro de baixa renda Boca la Caja, na Cidade do Panamá, capital do Panamá, com edifícios corporativos e de luxo ao fundo, em 2013. Como analisar uma sociedade para produzir conhecimento objetivo?

O humano como objeto de investigação

Embora as ciências humanas sejam recentes, a percepção de que os seres humanos são diferentes das coisas naturais é antiga. Desse ponto de vista, podemos dizer que, do século XV ao início do século XX, a investigação do ser humano realizou-se seguindo três concepções diferentes:

1. Humanismo: inicia-se no século XV com a ideia renascentista da *dignidade do homem* como centro do Universo e prossegue nos séculos XVI e XVII com o estudo do ser humano como agente moral, político e técnico-artístico, destinado a dominar e controlar a natureza e a sociedade. Chega ao século XVIII com a ideia de *civilização*, isto é, do ser humano como razão que se aperfeiçoa e progride por meio das instituições sociais e políticas e do desenvolvimento das artes, das técnicas e dos ofícios. O humanismo não separa ser humano e natureza, mas considera o ser humano um ser natural diferente dos demais, por ser racional e livre, agente ético, político, técnico e artístico.

2. Positivismo: inicia-se no século XIX com Auguste Comte (1798-1857), para quem a humanidade atravessa três estados progressivos: do estado fetichista, isto é, da superstição religiosa e da magia, passam pela metafísica e a teologia, e destas para a ciência positiva, ponto final do progresso humano. Comte enfatizava a ideia do ser humano como um ser social e propôs o estudo científico da sociedade. Assim como há uma Física da natureza, deve haver uma Física do social, a *Sociologia*, que estude os fatos humanos usando procedimentos, métodos e técnicas empregados pelas ciências da natureza.

A concepção positivista continuará sendo uma corrente poderosa e influente nas ciências humanas em todo o século XX. Assim, por exemplo, a Psicologia behaviorista ou comportamental afirma que seu objeto não é o psiquismo como consciência invisível e inobservável, mas como *comportamento observável* que pode ser tratado com o método experimental das ciências naturais. A Sociologia positivista, iniciada por Comte e desenvolvida como ciência pelo francês Émile Durkheim (1858-1917), afirma que o fato social deve ser tratado como uma coisa à qual são aplicados os procedimentos de análise e síntese semelhantes aos das ciências naturais. Por análise, parte-se dos grupos sociais para se chegar aos indivíduos. Por síntese, as relações causais entre os indivíduos permitem recompor o todo, isto é, as instituições sociais (família, trabalho, religião, Estado, etc.).

3. Historicismo: desenvolvido no final do século XIX e início do século XX por pensadores alemães que, seguindo o pensamento de Kant e de Hegel, fazem uma distinção profunda entre as coisas naturais e os seres humanos, isto é, entre natureza e cultura. Assim, por exemplo, o filósofo e historiador alemão Dilthey (1833-1911) chamou as ciências humanas de "ciências do espírito ou da cultura". Os fatos humanos são históricos, dotados de valor e de sentido, de significação e finalidade. Portanto, devem ser estudados levando em conta essas características, que os distinguem dos fatos naturais. As ciências do espírito ou da cultura não podem e não devem usar o método da explicação dos fatos com base na observação-experimentação, mas devem criar o método da compreensão que investiga o *sentido* dos fatos humanos, encontrando a causalidade histórica que os governa.

O fato humano é histórico, surge no tempo e se transforma no tempo. Em cada época histórica, os fatos psíquicos, sociais, políticos, religiosos, econômicos, técnicos e artísticos têm as mesmas causas gerais, o mesmo sentido e seguem os mesmos valores.

ZUMA Press, Inc./Alamy/Glow Images



Mulheres se encaminham a um *ngaben*, cerimônia fúnebre realizada na ilha de Bali, Indonésia, em 2012. Os balineses celebram o falecimento de um indivíduo como o retorno ao Universo dos elementos que formam seu corpo e a libertação de sua alma do mundo material.

Assim, devem ser compreendidos, simultaneamente, como particularidades históricas ou “visões de mundo” específicas e como etapas ou fases do desenvolvimento geral da humanidade, isto é, de um processo universal, que é o progresso.

No entanto, dois aspectos do historicismo levavam a um impasse com a tentativa de estabelecer o estudo do humano como ciência. Primeiro, o *relativismo*, isto é, a afirmação de que cada cultura e cada época têm suas próprias verdades que não podem ser generalizadas. Por fim, a *subordinação* a uma **filosofia da história**, isto é, a uma teoria filosófica sobre o tempo humano. Se, naquele momento, as ciências humanas buscavam a validade universal de seus conceitos e métodos, como dizer que os fatos humanos mudam de época para época e de cultura para cultura? Se, naquele momento, pretendia-se constituir a autonomia das ciências humanas, como mantê-las subordinadas à filosofia da história?

Para escapar dessas consequências, o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) propôs que as ciências humanas – no caso, a Sociologia e a Economia – trabalhassem seus objetos como *tipos ideais* e não como fatos empíricos. O tipo ideal, como o nome indica, é uma ideia geral, uma construção conceitual pura, que permite compreender e interpretar fatos particulares observáveis. Assim, por exemplo, a dominação é um tipo ideal (geral) que se refere à probabilidade de que uma ordem estabelecida exija e consiga obediência em um conjunto determinado de pessoas, mas se apresenta em formas (ou tipos ideais particulares) diferentes em cada caso (dominação pessoal ou carismática, dominação tradicional, dominação impessoal ou racional-legal ou burocrática, etc.). Cabe ao cientista verificar de qual tipo particular o caso investigado se aproxima mais.

filosofia da história: segundo a filosofia da história alemã do século XIX, a compreensão científica dos indivíduos humanos e das instituições socioculturais depende de uma teoria geral da história que considere cada formação sociocultural, seja como “visão de mundo” particular, seja como etapa de um processo histórico.

Fenomenologia, estruturalismo e marxismo

De meados do século XIX a meados do século XX, três correntes de pensamento provocaram uma ruptura epistemológica e uma revolução científica no campo das humanidades: a fenomenologia, o estruturalismo e o marxismo. Graças às suas contribuições, as ciências humanas se consolidaram como ciências específicas.

A contribuição da fenomenologia

Como vimos nas Unidades 3 e 6, a noção de essência ou significação introduzida pela fenomenologia permitiu diferenciar internamente uma realidade de outras, encontrando seu sentido, sua forma, suas propriedades e sua origem. Assim, por exemplo, a percepção é entendida em sua significação própria, e não como uma síntese de sensações isoladas; da mesma maneira, a memória é entendida em seu sentido e especificidade próprios, e não como uma percepção enfraquecida e confusa.

Além disso, graças à ideia de ontologias regionais (que vimos na Unidade 6), a fenomenologia permitiu que fosse feita a diferença rigorosa entre a essência ou região “natureza” e a essência ou região “ser humano”, de maneira a garantir que as ciências humanas não fossem uma reprodução precária e defeituosa das ciências da natureza. Em seguida, permitiu que a esfera ou região “ser humano” fosse internamente diferenciada em essências ou significações diversas: o psíquico, o social, o histórico, o cultural. Com essa diferenciação, garantia às ciências humanas a validade de seus projetos e campos científicos de investigação: Psicologia, Sociologia, História, Antropologia, Linguística, Economia.

Qual é a diferença entre a perspectiva positivista e a fenomenológica? Vejamos dois exemplos.

Recusando a perspectiva metafísica, que se referia ao psíquico em termos de alma e de interioridade, o positivismo havia considerado que a Psicologia deveria ser o estudo dos fatos psíquicos diretamente observáveis. Entende o meio ambiente como emissor de estímulos e o psiquismo como resposta neurocerebral a tais estímulos.

Ao radicalizar essa concepção, a Psicologia positivista fazia do psiquismo uma soma de elementos físico-químicos, anatômicos e fisiológicos, de sorte que não havia um objeto científico denominado “o psíquico”, mas efeitos neurocerebrais de causas não psíquicas (físicas, químicas, fisiológicas, anatômicas). Por isso, a Psicologia considerava-se uma ciência natural próxima da Biologia, e seu objeto era o comportamento como um fato externo, observável e experimental.

Ao contrário, a perspectiva fenomenológica afirmou que um conjunto de fatos ligados à consciência (sensação, percepção, motricidade, memória, imaginação, linguagem, etc.) era dotado de significação objetiva

própria, e por isso não era redutível a efeitos de processos físicos, químicos, fisiológicos. Assim, tornou-se possível a Psicologia como ciência humana do psiquismo.

A Sociologia positivista considerava que a sociedade podia ser estudada sem levar em conta os indivíduos, ocupando-se com as relações entre eles como fatos observáveis submetidos a explicações de causa e efeito. A causa atribuída era sempre uma instituição social dada (família, trabalho, religião, Estado, etc.), e o efeito, as ações e os comportamentos dos indivíduos. Duas eram as consequências principais dessa concepção:

1. a objetividade científica exigia que a sociedade fosse tomada como um todo organizado anterior aos indivíduos, exterior a eles e determinante de seus pensamentos, sentimentos e comportamentos. Ou seja, para a Sociologia positivista, os indivíduos não eram sujeitos ou coautores da vida social;

2. embora a sociedade fosse considerada um todo ou o conjunto organizado das instituições sociais tendo como base uma das instituições (por exemplo, a família), estas eram tomadas como partes isoláveis de cuja soma ou composição nascia uma totalidade social complexa.

Ao contrário, a fenomenologia propõe que o ponto de partida não seja a sociedade como um fato dado, mas sim a *sociabilidade*. A sociabilidade era entendida como a maneira pela qual os seres humanos dão sentido às ações realizadas com outros e criam as instituições sociais como significações coletivas que ganharão a capacidade para, uma vez estabelecidas, determinar pensamentos, comportamentos, valores e sentimentos de seus membros. O social tem significação própria e pode ser estudado dessa maneira.



Fernando Bueno/Pulsar Imagens

Transeuntes na região central de Porto Alegre (RS), em 2012. Para a Sociologia positivista, a sociedade é um objeto em si mesmo, e não mera soma de indivíduos.

A contribuição do estruturalismo

O estruturalismo permitiu que as ciências humanas criassem métodos específicos para o estudo de seus objetos. Ao fazer isso, livrou-as das explicações naturalistas de causa e efeito sem que por isso abandonassem a ideia de lei científica.

A concepção estruturalista veio mostrar que os fatos humanos têm a forma de estruturas, isto é, sistemas formados por termos cujo sentido depende da posição e da função que ocupam no todo. As estruturas são totalidades organizadas segundo princípios internos que lhes são próprios e dos quais dependem o sentido e funcionamento de seus componentes, assim como suas possibilidades de transformação temporal ou histórica. Nelas, o todo não é a soma das partes nem um conjunto de relações causais entre elementos isoláveis, e sim um princípio ordenador, diferenciador e transformador de seus constituintes. Uma estrutura é uma totalidade dotada de sentido.

Já vimos a noção de estrutura no Capítulo 14, quando nos referimos à teoria da percepção, formulada pela Psicologia da *Gestalt* ou da forma: o sentido não se deve às partes isoladas e somadas, mas ao fato de que elas só existem na e pela relação umas com as outras, não podendo ser separadas sem destruir a própria realidade formada por elas. Ela também foi mencionada no Capítulo 15, quando nos referimos à teoria da linguagem, elaborada pela Linguística contemporânea.

Após a Psicologia e a Linguística, a Antropologia se transformou profundamente graças à ideia de estrutura e ao método estrutural. O primeiro objeto de estudo da Antropologia foram as sociedades diferentes da ocidental moderna. Inicialmente, em suas formas positivista, a Antropologia denominava tais sociedades como "primitivas", uma etapa atrasada da evolução da história social da humanidade. Alguns antropólogos chegaram mesmo a dizer que eram sociedades com "mentalidade pré-lógica", significando com isso que ainda não tinham alcançado o desenvolvimento racional das sociedades "adiantadas" (isto é, da sociedade ocidental moderna). Vimos no início deste capítulo que o historicismo recusou essa concepção considerando cada sociedade uma forma objetiva de organizar as relações sociais de modo diferente do nosso no correr do tempo. Vimos também que essa concepção trazia, no entanto, o problema do relativismo. É este problema que o estruturalismo permite resolver.

O antropólogo franco-belga Claude Lévi-Strauss (1908-2009) mostrou que as estruturas se baseiam no princípio do valor ou da equivalência, que permite a troca e a circulação de certos seres ou coisas em uma sociedade de maneira a organizar todas as relações sociais. Assim, demonstrou que, nas diversas sociedades, encontramos a troca ou circulação das mulheres (estrutura do parentesco como sistema social de alianças); a troca ou circulação de objetos especiais (estrutura do dom ou dádiva como sistema social da guerra e da paz); a troca e circulação da palavra (estrutura da linguagem como sistema do poder religioso e político). O modo como cada sistema ou estrutura parcial se organiza e se relaciona com os outros define a estrutura geral e específica de uma sociedade, que pode, assim, ser compreendida cientificamente.

No entanto, o que interessava a Lévi-Strauss era investigar algo que tivesse, no mundo da cultura, a mesma universalidade que as leis da natureza. Seus estudos mostraram que as estruturas das mais diferentes sociedades estão organizadas de maneira a assegurar a proibição do incesto (isto é, prescrever a quais mulheres é permitido o casamento e a quais ele é proibido). Assim, a lei da proibição do incesto é o aspecto universal da cultura.

Da mesma maneira, o estudo das mitologias revelou a estrutura universal do pensamento e da linguagem humanos. Para Lévi-Strauss, os mitos organizam-se de maneira a encontrar uma narrativa sobre a origem do mundo e dos seres humanos e oferecer uma solução imaginária para tensões e contradições sociais que não podem ser resolvidas na prática.

Um outro olhar para o conhecer

Um dos grandes interesses de Lévi-Strauss foi compreender como diferentes povos conhecem e ordenam o mundo à sua volta. Até então, boa parte da Antropologia atribuía a existência de sistemas de classificação entre povos ditos "primitivos" à satisfação de necessidades de sobrevivência. No livro *O pensamento selvagem* (1962), Lévi-Strauss demonstrou que o apetite de conhecimento objetivo – do "conhecer pelo conhecer" – é universal. Mesmo que não tenham as mesmas preocupações que a ciência moderna, os diferentes povos recorrem a métodos de observação e realizam operações intelectuais, buscando dar sentido e estabelecer critérios para classificar os seres naturais.

A contribuição do marxismo

O marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são instituições sociais e históricas produzidas não pelo espírito e pela vontade livre dos indivíduos, mas pelas condições objetivas nas quais a ação e o pensamento humanos devem se realizar. Levou a compreender que os fatos humanos originários ou primários são as relações dos seres humanos com a natureza na luta pela sobrevivência, conhecidas como relações de trabalho. Essas relações deram origem às primeiras instituições sociais: família (divisão sexual do trabalho), pastoreio e agricultura (divisão social do trabalho), troca e comércio (distribuição social dos produtos do trabalho).

Assim, as primeiras instituições sociais são *econômicas*. Para mantê-las, o grupo social cria ideias e sentimentos, valores e símbolos aceitos por todos e que justificam ou legitimam as instituições assim fundadas. O grupo social cria também instituições de poder que sustentam (pela força das armas ou das leis) as relações sociais e as ideias-valores-símbolos produzidas.

Dessa maneira, o marxismo permitiu às ciências humanas compreender as articulações necessárias entre o plano psicológico e o social da existência humana; entre o plano econômico e o das instituições sociais e políticas; entre todas elas e o conjunto de ideias e de práticas que uma sociedade produz.

Graças ao marxismo, as ciências humanas puderam compreender que as mudanças históricas não resultam de ações súbitas e espetaculares de alguns indivíduos ou grupos de indivíduos, mas de lentos processos sociais, econômicos e políticos. A materialidade da existência econômica (ou o trabalho e as relações de produção) comanda os processos históricos, que abrangem as outras esferas da vida social, incluindo a da espiritualidade.

Enfim, o marxismo trouxe como grande contribuição à Sociologia, à Ciência Política e à História a interpretação dos fenômenos humanos como expressão e resultado de contradições sociais, de lutas e conflitos sociopolíticos, determinados pelas relações econômicas baseadas na exploração do trabalho da maioria pela minoria de uma sociedade.

Em resumo, a fenomenologia permitiu a definição e a delimitação dos objetos das ciências humanas; o

estruturalismo permitiu uma metodologia que chega às leis dos fatos humanos sem que seja necessário imitar ou copiar os procedimentos das ciências naturais; o marxismo permitiu a compreensão de que o caráter histórico dos fatos humanos, longe de impedir que sejam conhecidos, garante a interpretação racional deles e o conhecimento de suas leis.

Com essas contribuições, os obstáculos epistemológicos foram ultrapassados e foi possível demonstrar que os fenômenos humanos são dotados de sentido e significação, são históricos, têm leis próprias, são diferentes dos fenômenos naturais e podem ser tratados cientificamente. O resultado geral a que se chegou não é a existência das ciências humanas como um corpo teórico único e homogêneo. Ao contrário, elas apresentam diferentes visões, muitas vezes conflitantes entre si. Mesmo assim, estão consolidadas como um saber particular a respeito do ser humano, da sociedade e da história.



Cildo Meireles/Acervo do artista

Zero Cruzeiro (1977), obra de Cildo Meireles. Nas cédulas sem valor real, um indígena e um interno de instituição psiquiátrica substituem efígies simbólicas ou de personalidades históricas.

Leituras filosóficas

As ciências humanas e a filosofia

Toda filosofia é, entre outras coisas, uma filosofia da consciência e do espírito (sem por isso ser necessariamente idealista). As filosofias da natureza, desde o Renascimento até Schelling e Hegel, tentaram introduzir o espírito e a consciência no universo físico. O desenvolvimento das ciências físico-químicas parece ter provado o erro dessa pretensão. Esse desenvolvimento se fez em detrimento da filosofia da natureza que deveu assim ceder terreno. Desta experiência histórica avultou uma ideia, válida para o mundo físico até uma nova ordem: um domínio de conhecimento incorpora-se à ciência positiva na medida em que se liberta de toda a ingerência filosófica.

O cientificismo tentou estender essa afirmação às ciências biológicas e humanas, preconizando uma biologia mecanicista, uma psicologia behaviorista [comportamental], uma história empírica e uma sociologia descritiva e coisificante.

Se tem razão, a filosofia é uma sobrevivência ideológica que não tem mais qualquer razão de ser e de que é preciso se libertar.



Reprodução/Arquivo da editora

Lucien Goldmann (1913-1970), em foto sem data.

No entanto, se a filosofia, ao contrário, traz realmente verdades sobre a natureza do homem, toda tentativa de eliminá-la falseia necessariamente a compreensão dos fatos humanos. Neste caso, as ciências humanas devem ser filosóficas para serem científicas.

O estudo do método em ciências humanas coloca assim, no próprio plano da ciência positiva, o problema da inutilidade ou, ao contrário, do valor atual da filosofia.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia:* o que é sociologia?. São Paulo: Difel, 1980. p. 16.

1. Com base na leitura do capítulo, explique o que representou a tentativa de libertar a ciência positiva "de toda ingerência filosófica" nos campos da Psicologia e da História.

2. Reflita sobre o trecho citado acima e sobre o que vimos neste capítulo e faça um balanço do que as ciências humanas ganham e do que perdem ao constituírem-se como um campo de saber particular e autônomo.

Os campos de estudo das ciências humanas

Se tomarmos as ciências humanas de acordo com seus campos de investigação, podemos distribuí-las da seguinte maneira.

Psicologia

- Estudo das estruturas e do desenvolvimento das operações da mente humana (consciência, vontade, percepção, linguagem, memória, imaginação, emoções).
- Estudo das estruturas e do desenvolvimento dos comportamentos humanos e animais.
- Estudo das relações intersubjetivas dos indivíduos em grupo e em sociedade.
- Estudo das perturbações (patologias) da mente humana e dos comportamentos humanos e animais.

Sociologia

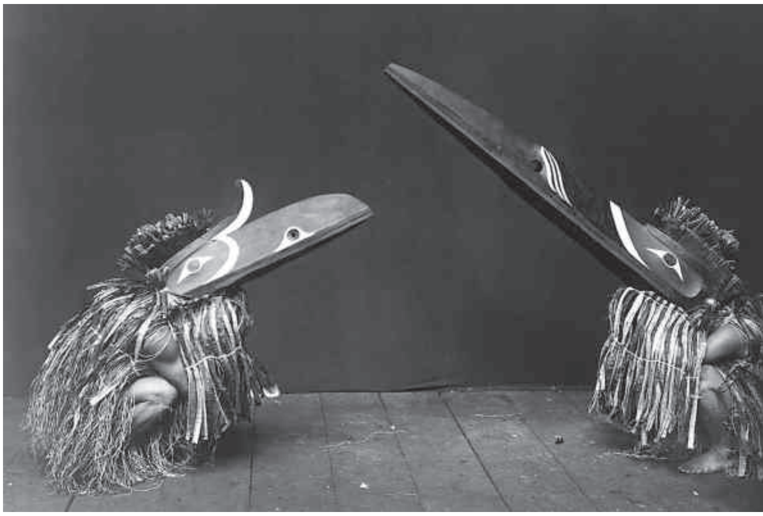
- Estudo das estruturas sociais: origem e forma das sociedades e tipos de organizações sociais, econômicas e políticas.
- Estudo das relações sociais e de suas transformações.
- Estudo das instituições sociais (origem, forma, sentido).

Economia

- Estudo das condições materiais (naturais e sociais) de produção e reprodução da riqueza, de suas formas de distribuição, circulação e consumo.
- Estudo das estruturas produtivas – relações de produção e forças produtivas – segundo o critério da divisão social do trabalho, da forma da propriedade, das regras do mercado e dos ciclos econômicos.
- Estudo da origem, do desenvolvimento, das crises, das transformações e da reprodução das formas econômicas ou modos de produção.

Antropologia

- Estudo das estruturas ou formas culturais em sua singularidade ou particularidade, isto é, como diferentes entre si por seus princípios internos de funcionamento e transformação. A cultura é entendida como modo de vida global de uma sociedade, incluindo religião, formas de poder, formas de parentesco, formas de comunicação, organização da vida econômica, artes, técnicas, costumes, crenças, formas de pensamento e de comportamento, etc.


Edward S. Curtis/Library of Congress

Reconstituição de uma cerimônia do povo Kwakiutl, do oeste do Canadá, em fotografia feita em 1914 por Edward Curtis, colaborador de Franz Boas (1858-1942). A antropologia de Boas critica a ideia positivista de progresso e evolução, valorizando o contexto cultural de cada povo e a formação dos traços culturais dentro de processos históricos singulares.

- Estudo das comunidades ditas “de pequena escala” – tanto das que desconhecem a divisão social em classes e recusam organizar-se sob a forma do mercado e do poder estatal como daquelas que já iniciaram o processo de divisão social e política.
- Estudo das práticas simbólicas de determinado grupo, seja ele uma comunidade de pequena escala, seja ele um grupo unido por relações de identidade inserido em uma sociedade mais ampla.

História

- Estudo da gênese e do desenvolvimento das formações sociais em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.
- Estudo das transformações das sociedades e comunidades como resultado e expressão de conflitos, lutas e contradições internas às formações sociais.
- Estudo dos acontecimentos que, em cada caso, determinaram ou determinam a preservação ou a mudança de uma formação social em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

- Estudo das transformações das sociedades e comunidades sob o impacto de acontecimentos políticos (revoluções, guerras civis, conquistas territoriais), econômicos (crises, inovações técnicas, descobertas de novas formas de exploração da riqueza ou procedimentos de produção, mudanças na divisão social do trabalho), sociais (movimentos sociais, movimentos populares, mudanças na estrutura e organização da família, da educação, da moralidade social, etc.) e culturais (mudanças científicas, tecnológicas, artísticas, filosóficas, éticas, religiosas, etc.).
- Estudo dos diferentes suportes da memória coletiva (documentos, monumentos, pinturas, fotografias, filmes, moedas, lápides funerárias, testemunhos e relatos orais e escritos, etc.).

Geografia

- Estudo da Terra segundo a estrutura diferenciada ou as formas de seus constituintes.
- Estudo da gênese e do desenvolvimento dos constituintes físicos, químicos, geológicos, climáticos e hidrográficos da Terra.
- Estudo da gênese e da relação entre as diferentes formas de vida na Terra.
- Estudo da relação entre o ser humano e o meio ambiente.

Linguística

- Estudo das estruturas da linguagem como sistema dotado de princípios internos de funcionamento e transformação.
- Estudo das relações entre língua (a estrutura) e fala ou palavra (o uso da língua pelos falantes).
- Estudo das relações entre a linguagem e os outros sistemas de signos e símbolos ou outros sistemas de comunicação.

Psicanálise

- Estudo da estrutura e do funcionamento do inconsciente e de suas relações com o consciente.
- Estudo das patologias ou perturbações inconscientes e suas expressões conscientes (neuroses e psicoses).

Devemos observar que: cada uma das ciências humanas subdivide-se em vários ramos, definidos pela especificidade crescente de seus objetos e métodos. Assim, podemos falar em Psicologia social, clínica, do desenvolvimento, da aprendizagem, da criança, do adolescente, etc. Ou em Sociologia política, do trabalho, rural, urbana, econômica, etc. Também podemos falar em História econômica, política, oral, social, etc. Ou em Geografia física e humana. Ou levar em consideração que a Antropologia depende de investigações feitas pela **Etnografia** e pela **Etnologia** ou pela Arqueologia, assim como a Linguística trabalha com a Fonologia, a Fonética, a Gramática, a Semântica, a Sintaxe, etc.

É importante frisar, também, que as ciências humanas tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, embora estejam divididas em campos e métodos específicos. Assim, são capazes de abranger os múltiplos aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados.

Por fim, os desenvolvimentos da Linguística, da Antropologia e da Psicanálise suscitaram o aparecimento de uma nova disciplina ou interdisciplina científica: a Semiologia, que estuda os diferentes sistemas de signos e símbolos que constituem as múltiplas e diferentes formas de comunicação. O desenvolvimento da Semiologia conduziu à ideia de que signos e símbolos são ações e práticas sócio-históricas, isto é, estão associados às relações sociais e às suas condições históricas. Cada sociedade e cada cultura constitui-se como um sistema que integra e totaliza vários subsistemas de signos e símbolos (linguagem, arte, religião, instituições sociais e políticas, costumes, etc.). Vários estudiosos propuseram que o método das ciências humanas fosse capaz de descrever e interpretar esses subsistemas e o sistema geral que os unifica. Esse método é a Semiótica, tomada como metodologia própria às ciências humanas e capaz de unificá-las.

Etnografia: estudo descritivo das diversas etnias, povos ou, mais recentemente, de grupos constituídos por alguma forma de identidade ou territorialidade em comum. A etnografia abrange diferentes características do grupo estudado: sociais, culturais, etc. É o método utilizado pela Antropologia para recolher dados e informações sobre um determinado agrupamento humano.
Etnologia: ciência que estuda de forma sistêmica os fatos e documentos levantados pela etnografia no âmbito da Antropologia cultural e social, buscando uma apreciação analítica e comparativa das culturas.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Leia o trecho abaixo e, com base nele, elabore respostas para as questões a seguir. Depois, discuta as respostas com seus colegas.


Haut De Court/The Kobal Collection/Agência France-Presse

A crise do sistema escolar na atualidade está no centro do enredo de *Entre os muros da escola*, filme de 2008 dirigido por Laurent Cantet.

Até meados do século XX, predominava nas Ciências Sociais e mesmo no senso comum uma visão extremamente otimista, de inspiração funcionalista, que atribuía à escolarização um papel central no duplo processo de superação do atraso econômico [...] e de construção de uma nova sociedade, justa (meritocrática), moderna (centrada na razão e nos conhecimentos científicos) e democrática (fundamentada na autonomia individual). Supunha-se que por meio da escola pública e gratuita seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Os indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. A escola seria, nessa perspectiva, uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais.

O que ocorre nos anos 1960 é uma crise profunda dessa concepção de escola [...], tem-se, a partir do final dos anos 1950, a divulgação de uma série de grandes pesquisas quantitativas patrocinadas pelos governos inglês, americano e francês [...] que, em resumo, mostraram, de forma clara, o peso da origem social sobre os destinos escolares. [...] A partir deles, tornou-se imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros). Em segundo lugar, a mudança no olhar sobre a educação nos anos 1960 está relacionada a certos efeitos inesperados da massificação do ensino. Assim, deve-se considerar o progressivo sentimento de frustração dos estudantes, particularmente os franceses, com o caráter autoritário e elitista do sistema educacional e com o baixo retorno social e econômico auferido pelos certificados escolares no mercado de trabalho. [...]

O que Bourdieu propõe [...] é uma verdadeira revolução científica. [...] Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Trata-se, portanto, de uma inversão total de perspectiva.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu:* limites e contribuições. Educação & Sociedade, Campinas, ano 23, n. 78, abr. 2002.

1. Que métodos e procedimentos característicos da ciência embasaram a análise de Bourdieu (1930-2002)? Se preciso, faça uma pesquisa adicional.

2. Para você, a análise feita sobre o sistema escolar francês dos anos 1960 se aplica à realidade atual brasileira? Por quê?

Em síntese

1. Por que os modelos científicos e metodológicos da Matemática e das ciências da natureza se mostraram inadequados às ciências humanas?
2. Que objeções foram feitas às ciências humanas?
3. Antes da constituição das ciências humanas, quais foram as três principais concepções de estudo do humano? Resuma brevemente cada uma delas.
4. Explique quais eram os problemas do historicismo e como Max Weber propôs superá-los.
5. Qual foi a principal contribuição da fenomenologia para as ciências humanas?
6. Qual foi a principal contribuição do marxismo para as ciências humanas?
7. Qual foi a principal contribuição do estruturalismo para as ciências humanas?
8. De que modo as ciências humanas podem atingir resultados mais completos? Por quê?

Indicações

A grande aposta

- **Direção de Adam McKay. Estados Unidos, 2015.**

Em um momento de euforia e crescimento econômico nos Estados Unidos e no mundo, um economista percebe que muitos empréstimos estão sendo concedidos a pessoas sem condições de pagá-los e aposta que a economia entrará em crise. A princípio vista como absurdo, essa hipótese se mostra mais perto de se realizar com a imprevisível movimentação do mercado financeiro. De modo divertido, essa ficção ajuda a compreender o início da crise econômica mundial de 2008.



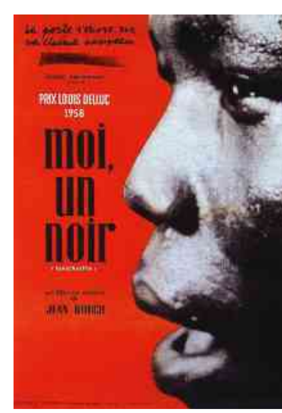
Capa do DVD do filme *A grande aposta*.

Barry Ackroyd/Estúdios Paramount

Eu, um negro

- **Direção de Jean Rouch. França, 1958.**

Cineasta e etnólogo, o francês Jean Rouch convida um grupo de emigrantes do Níger que vivem em Abidjan, na Costa do Marfim (então sob domínio da França), para estrelarem um filme ficcional com base em suas realidades. Acompanhando a rotina das ruas do bairro de Treichville, vê-se o subemprego dominante, as diversões cotidianas e a presença opressora do colonizador e da cultura europeia.



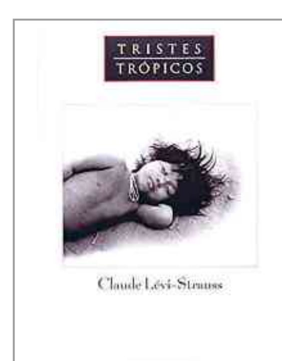
Cartaz francês do filme *Eu, um negro*, de Jean Rouch.

The Kobal Collection/Agência France-Presse

Tristes trópicos

- **Escrito por Claude Lévi-Strauss. Companhia das Letras, 1996.**

Nesse relato de viagem, o fundador da Antropologia estrutural fala sobre sua relação com o Brasil, onde lecionou e fez pesquisas entre 1935 e 1939, e a Índia, onde esteve posteriormente. Entre descrições e impressões sobre as cidades em expansão no Centro-Sul do Brasil, sobre as sociedades indígenas do Brasil central e sobre as aglomerações indianas, o livro discute várias questões pertinentes às ciências humanas, como as relações entre os países europeus e as regiões que foram por eles colonizadas e o significado de civilização e progresso.



Capa da edição brasileira de *Tristes trópicos*, de Claude Lévi-Strauss.

Reprodução/Ed. Companhia das Letras

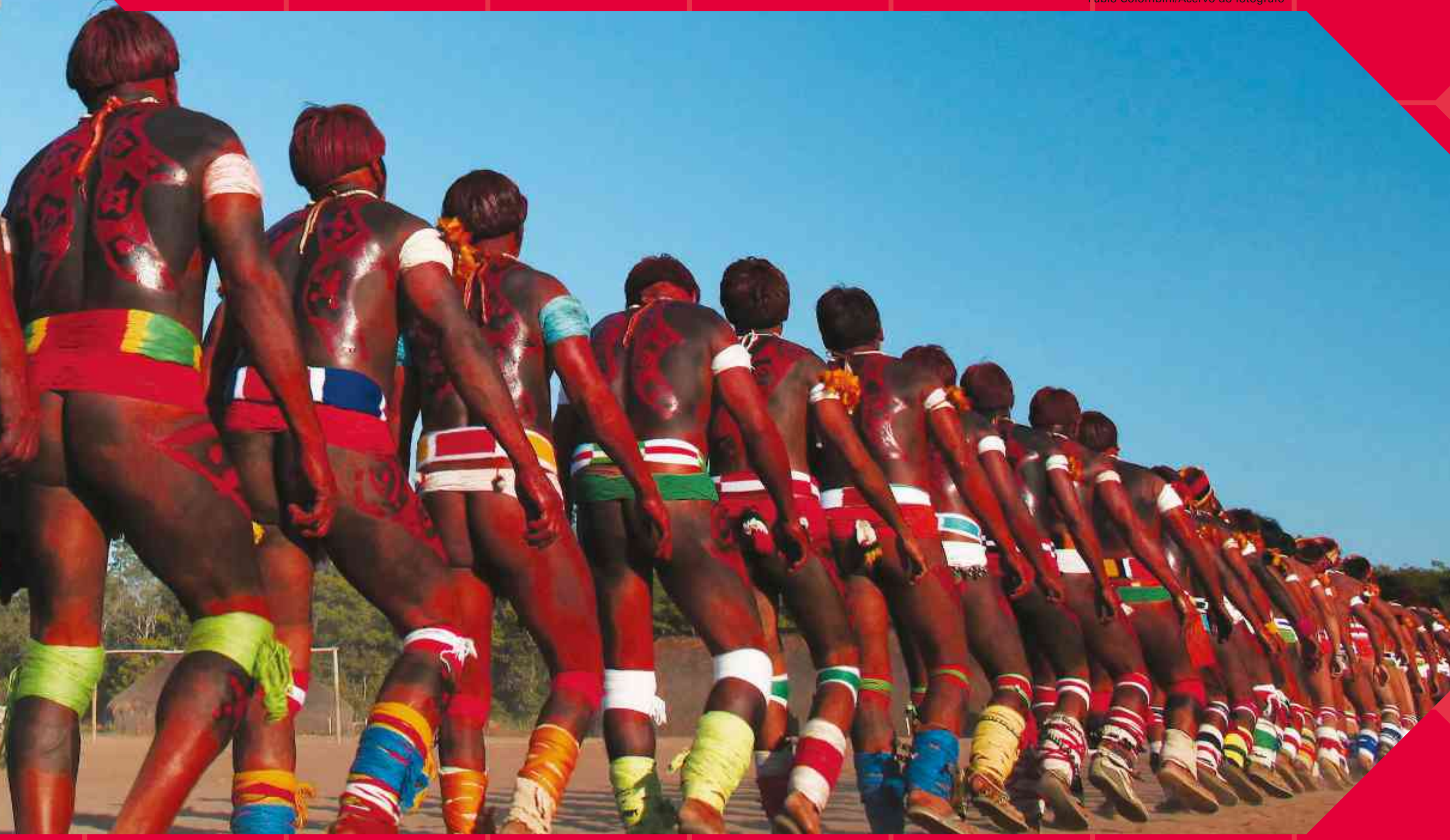
UNIDADE 8

A cultura

CAPÍTULO 24

A cultura

Fabio Colombini/Acervo do fotógrafo



SEMELHANTES NA DIFERENÇA

Ao mesmo tempo que acreditamos que algo diferencia os seres humanos de outras espécies, também vemos a diversidade com que os diferentes povos se organizam e se expressam. Na imagem, indígenas Kalapalo participam do Quarup em 2011. O Quarup reúne os povos que moram no Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, e homenageia os mortos daquele ano, que são representados por troncos. No ritual, os familiares cantam e choram ao som de flautas. Há também uma competição entre lutadores e é servida grande quantidade de comida. O que o Quarup tem de diferente e de semelhante com a maneira de homenagear os mortos de sua família ou comunidade?

Natureza humana?

É muito comum ouvirmos e dizermos frases como: “Chorar é próprio da natureza humana” e “Homem não chora”. Ou então: “É da natureza humana ter medo do desconhecido” e “Ela é corajosa, não tem medo de nada”. Também são comuns as frases: “As mulheres são naturalmente frágeis e sensíveis porque nasceram para a maternidade” e “Fulana é uma desnaturada, pois não tem o menor amor pelos filhos”. Com frequência, ouvimos dizer: “Os homens são fortes e racionais, feitos para o comando e para a vida pública”, que nos leva a outra frase: “Fulana nem parece mulher. Veja como se veste! Veja o emprego que arranjou!”. Não é raro escutarmos que os negros são indolentes por natureza, os pobres são naturalmente violentos, os judeus são naturalmente avarentos, os árabes são naturalmente comerciantes espertos, os franceses são naturalmente interessados em sexo, e os ingleses são, por natureza, fleumáticos, de ânimo frio e sereno.

Frases como essas revelam duas crenças alimentadas pelo ser humano. Primeiro, que acreditamos na existência de uma natureza humana, que é a *mesma* em todos os tempos e lugares. Segundo, que cremos na existência de uma *diferença* de natureza ou de *diferenças naturais* entre homens e mulheres, pobres e ricos, negros, indígenas, judeus, árabes, franceses ou ingleses. Haveria, assim, uma natureza humana universal e uma natureza humana diferenciada pelo gênero, pelo sexo ou mesmo por etnias ou nacionalidades, como se a mulher ou o francês fossem espécies naturais, assim como as várias espécies de plantas ou de animais.

Dizer que alguma coisa é por natureza de determinada maneira significa dizer que essa coisa existe necessariamente (ou seja, não pode deixar de existir nem pode ser diferente do que é) e universalmente (ou seja, em todos os tempos e lugares) porque é efeito de uma causa necessária e universal. Essa causa é a natureza. Assim como é da natureza dos corpos serem governados por leis naturais, também seria por natureza que os seres humanos sentem, pensam e agem de determinada maneira. Por isso, haveria uma *natureza humana*.

O que aconteceria com as frases que mencionamos há pouco se mostrássemos que algumas delas são contraditórias e que outras não correspondem aos fatos da realidade? Assim, por exemplo, dizer que “É natural chorar na tristeza” entra em contradição com a ideia de que “Homem não chora”, pois, se isso fosse verdade, esse homem escaparia das leis da natureza, já que chorar é considerado natural.

O mesmo se passa com as frases sobre o medo e a coragem. Temer o desconhecido é considerado natural, mas a pessoa que consegue vencer o medo seria admirável. Aqui, além da contradição, ainda parecemos ter admiração por quem, misteriosamente, escapa da lei da natureza.



Joaquín Salvador Lavado (QUINO)/Acervo do artista

Mafalda, tirinha do cartunista argentino Quino.

Desmistificando o senso comum

Vamos avaliar a frase “As mulheres são naturalmente frágeis e sensíveis porque nasceram para a maternidade”. Ora, como vimos na Unidade 7, em muitas sociedades o sistema de alianças entre as tribos determina as relações de parentesco que organizam e conservam a comunidade. Assim, em algumas delas, um recém-nascido pode ser levado à irmã do pai, que deverá responsabilizar-se pela vida e pela educação dessa criança. Em outras, a criança é entregue à irmã da mãe. Nos dois casos, a relação principal da criança é estabelecida com o que chamamos de tia, e não com a mãe biológica. Como afirmar, então, que as mulheres amam naturalmente os seus filhos e que é desnaturada a mulher que não fica com os filhos e cuida deles?

Examinemos a frase “Os homens são fortes e racionais, feitos para o comando e para a vida pública”.

Ora, em certas sociedades, a mulher é considerada impura para lidar com a terra e com os alimentos por causa da menstruação. Por esse motivo, o cultivo da terra, o preparo dos alimentos e os cuidados com a casa são de responsabilidade dos homens, cabendo às mulheres a guerra e o comando da comunidade. Como afirmar, então, que o homem foi feito por natureza para o que exige força e coragem, para o comando e a guerra, e a mulher para a maternidade, a casa, o trabalho doméstico, as atividades de um ser frágil e sensível?

A afirmação de que, por natureza, os negros são indolentes, preguiçosos e malandros seria verdadeira? Quando os colonizadores instituíram a escravidão e trouxeram africanos para a América, os escolheram justamente por considerar que os negros possuíam grande força física, grande capacidade de trabalho e muita inteligência para realizar tarefas com objetos técnicos, como os do engenho de açúcar. Como afirmar, então, que a natureza fez os negros indolentes, preguiçosos e malandros?

Os historiadores brasileiros mostram que a abolição da escravatura só foi realizada pelo Estado brasileiro quando o setor da elite econômica envolvido em certo tipo de agricultura (o café) e na indústria considerou mais lucrativo o uso da mão de obra imigrante assalariada. Foi, portanto, por razões econômicas que a classe dominante brasileira do século XIX admitiu a abolição da escravatura. Com essa decisão, o mercado de trabalho foi ocupado pelos imigrantes europeus, deixando a maioria dos libertos sem nenhum direito social, econômico e político. Em outras palavras, os ex-escravizados *foram impedidos de trabalhar* como trabalhadores livres. Não houve *preguiça natural* nem *indolência natural*, e sim desemprego e falta de direitos.

Poderíamos examinar cada frase que dizemos ou ouvimos no cotidiano e que naturalizam os seres humanos, seus comportamentos, ideias, valores, formas de viver e de agir. Veríamos como, em cada caso, os fatos desmentem essa naturalização. Veríamos como os seres humanos variam em consequência das condições sociais, econômicas, políticas e históricas em que vivem. Veríamos que nossa ação determina nosso modo de ser, agir e pensar e que a ideia de um gênero humano natural e de espécies humanas naturais não possui fundamento na realidade. Veríamos que a ideia de natureza humana como algo universal, intemporal e existente em si e por si mesmo não se sustenta. Por quê? Porque os seres humanos são culturais e históricos.



Reprodução/Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, RJ.

Cena da rua Direita, no Rio de Janeiro (1840), nanquim, aquarela e guache, de Paul Harro-Harring. Os seres humanos são culturais e históricos, e as condições sociais, econômicas e políticas influenciam seu modo de ser.

A "natureza" contra os direitos

A afirmação de que alguns comportamentos, valores e ações são naturais e outros impróprios aos seres humanos pressupõe a existência de uma natureza humana imutável. Esse argumento é muito usado na atualidade para negar direitos a grupos historicamente discriminados na sociedade, como mulheres, homossexuais e pessoas com deficiência. A História mostra que não se trata de uma questão de natureza, mas de ideologia. Basta pensar que, na Europa absolutista, os nobres se consideravam naturalmente detentores de privilégios. Após contestar, com sucesso, os privilégios da nobreza, a burguesia ascendeu ao poder, mas continuou reproduzindo afirmações relacionadas a uma suposta natureza a fim de garantir privilégios para si. Essa atitude se firmou por meio da ideologia e se transformou no senso comum de nossas sociedades.

Culto, inculto: cultura

"Pedro é muito culto, conhece várias línguas, entende de arte e de literatura."

"Imagine! É claro que o Antônio não pode ocupar o cargo que pleiteia. Ele não tem cultura nenhuma. É semianalfabeto!"

"Imagine só! Agora deram o direito de voto aos analfabetos, como se eles tivessem cultura para votar."

Nessas três frases, *cultura* é identificada como a posse de certos conhecimentos (línguas, arte, literatura, domínio da escrita): ou você *tem* ou você *não tem* cultura, ou você *é* ou você *não é* culto. A posse de cultura é vista como algo positivo, enquanto "ser inculto" é considerado algo negativo. A segunda frase deixa entrever que "ter cultura" habilita alguém a ocupar algum posto ou cargo, pois "não ter cultura" significa não estar preparado para isso. A terceira frase faz supor que os analfabetos devem ficar à parte da política. Nessas frases, a palavra *cultura* sugere também prestígio e respeito, como se "ter cultura" ou "ser culto" fosse o mesmo que "ser importante", "ser superior".

Vejamos mais uma frase: "Não creio que a cultura francesa ou a alemã sejam superiores à brasileira. Você acha que há alguma expressão musical superior à nossa música popular?".

Nesse caso, diferentemente dos anteriores, a cultura já não parece ser uma propriedade de um indivíduo, mas uma qualidade de uma coletividade específica. Essa coletividade aparece como um adjetivo qualificativo para distinguir tipos de cultura: a francesa, a alemã, a brasileira. Nessa frase, a cultura surge como algo que existe em si e por si mesmo (cultura francesa, cultura alemã, cultura brasileira) e que pode ser comparado (a cultura brasileira é superior à cultura francesa e à cultura alemã).

Além disso, *cultura* aparece representada por uma atividade artística, a música popular. Isso permite estabelecer duas relações diferentes dessa frase com as anteriores:

1. assim como a primeira, a quarta frase identifica cultura e artes (entender de arte e literatura, na primeira frase; a música popular brasileira, na quarta frase);

2. no entanto, apenas nas três primeiras "culto" e "inculto" aparecem como *diferenças sociais*.

Dizer que alguém é inculto porque é analfabeto ou semianalfabeto deixa transparecer a ideia de que cultura é algo que pertence a certas camadas ou classes sociais privilegiadas, enquanto a incultura está do lado dos não privilegiados socialmente, portanto do lado do povo e do popular. Entretanto, a quarta frase afirma que a cultura brasileira não é inferior à francesa ou à alemã por causa de nossa música *popular*. Não estaríamos diante de uma contradição? Como poderia haver cultura *popular* (a música) se o popular é inculto?

Vejamos mais uma frase: "Ouvi uma conferência em que se criticava a cultura de massa, mas me pareceu que a conferencista defendia a cultura de elite. Por isso não concordei inteiramente com ela.".

Essa frase introduz um novo significado para a palavra *cultura*. Agora estamos diante da ideia de que *numa mesma coletividade* ou *numa mesma sociedade* pode haver dois tipos de cultura: a de massa e a de elite. A frase não nos diz o que é a cultura (seria posse de conhecimentos ou atividade artística?). Entretanto, nos informa sobre uma oposição entre diferentes formas de cultura, dependendo de sua origem e de sua destinação. A "cultura de massa" pode significar tanto "originada na massa" como "destinada à massa", e o mesmo pode ser dito da "cultura de elite" (originada na elite ou a ela destinada).

Vamos analisar uma última frase: "Esse livro sobre a cultura dos indígenas Guarani é muito interessante. Aprendi que o modo como entendem a religião e a guerra é muito diferente do nosso.".

Essa última frase apresenta um sentido totalmente diverso dos anteriores. Fala-se agora da *cultura dos indígenas Guarani*. Diferentemente dos outros exemplos, não se trata mais da atividade artística, da divisão social entre massa e elite ou da alfabetização dos indivíduos, e sim da guerra e da religião como expressões da cultura Guarani. Nessa frase, a cultura aparece como algo *dos* Guarani que não se limita ao campo dos conhecimentos e das artes, pois se refere à relação desse povo com o *sagrado* (a religião) e com o *conflito* e a *morte* (a guerra).

Essas frases e muitas outras que fazem parte do nosso dia a dia indicam que empregamos a palavra *cultura* (ou seus derivados, como *culto* e *inculto*) em sentidos muito diferentes e, por vezes, contraditórios. Assim, à maneira de Sócrates, precisamos nos perguntar o que queremos dizer quando afirmamos que os seres humanos são seres culturais.



Michele Souza/JC Imagem

Ex-cortador de cana, o músico Biu Roque (1933-2010) só obteve reconhecimento fora da Zona da Mata pernambucana depois que integrou a Fuloresta, grupo que acompanhava o cantor Siba. Biu Roque recebeu o Prêmio Culturas Populares, do Ministério da Cultura, em 2010. Foto de 2009.

Natureza e cultura

No pensamento ocidental, a palavra *natureza* possui vários sentidos. A natureza é:

- princípio de vida ou princípio ativo que anima e movimenta os seres. Nesse sentido, as expressões "deixar a natureza agir" ou "seguir a natureza" significariam uma força espontânea, capaz de gerar e de cuidar de todos os seres por ela gerados;
- essência própria de um ser. Nesse sentido, a natureza de alguma coisa seria o conjunto de qualidades, propriedades e atributos que a definem necessariamente. Aqui, *natural* se opõe a *acidental* (o que pode ser ou deixar de ser) e ao que é adquirido por costume ou pela relação com as circunstâncias;
- organização universal e necessária dos seres segundo uma ordem regida por leis universais e necessárias. Nesse sentido, a natureza se caracteriza pelo ordenamento dos seres, pela regularidade dos fenômenos ou dos fatos, pela frequência, constância e repetição de determinadas relações de causalidade;
- tudo o que existe no universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas. A natureza ou o natural se oporiam ao que é produzido pelos seres humanos, como a técnica e a tecnologia (por esse motivo, opomos natural a **técnico**);
- conjunto de tudo que existe e é percebido pelos seres humanos como o meio ambiente em que vivem. A natureza significaria tanto o conjunto das condições físicas em que vivemos como as coisas que contemplamos com emoção (a paisagem, o mar, o céu, as estrelas, os terremotos, os eclipses, etc.). A natureza é o mundo visível como meio ambiente e como aquilo que existe fora de nós;
- objeto de conhecimento elaborado pelas operações científicas para explicar a realidade que é a natureza. Essa definição de natureza é própria das ciências contemporâneas.

técnica e **arte**: a palavra *técnica* vem do grego *téchne* e corresponde, em latim, à palavra *ars* ('arte'). Da Antiguidade até o século XVIII, uma arte era uma técnica, um recurso para utilizar a natureza em favor dos seres humanos. A diferença entre arte e técnica se estabeleceu somente a partir do século XVIII, quando a primeira tornou-se o conjunto das belas-artes (pintura, escultura, música, dança, teatro, literatura) e a segunda, a ação humana para transformar e dominar a natureza.
A antiga identidade entre arte e técnica se revela quando usamos as palavras *artificial* e *artefato* para indicar coisas não naturais.



Apu Gomes/Folhapress

Turistas apreciam vista em mirante em Fernando de Noronha (PE). Foto de 2013. A natureza pode ser entendida como aquilo que existe fora da esfera do humano.

Os sentidos de cultura

Inicialmente, *cultura* tem dois significados.

1. Com origem no verbo latino *colere* ('cultivar', 'criar', 'tomar conta', 'cuidar'), *cultura* significava, na Antiguidade romana, o cuidado do ser humano com a natureza; vem daí a palavra *agricultura*. Significava também o cuidado do ser humano com os deuses; vem daí a palavra *culto* (no sentido religioso). Mas o significado que nos interessa nesse momento é o de cuidado com a educação e a formação da alma e do corpo das crianças; vem daí a palavra *puericultura* (em latim, *puer* significa 'menino'; *puera*, 'menina'). A cultura era o cultivo ou a educação do espírito das crianças para se tornarem membros excelentes ou virtuosos da sociedade por meio do aperfeiçoamento e do refinamento das qualidades naturais (caráter, índole, temperamento).

Nesse sentido, cultura era o aprimoramento dos seres humanos pela educação em sentido amplo, isto é, era a formação das crianças não só pela alfabetização, mas também pelo aprendizado de condutas e costumes para participação na vida da coletividade. Culta era a pessoa fisicamente bem preparada, moralmente virtuosa, religiosamente piedosa, politicamente consciente e participante e intelectualmente desenvolvida pelo conhecimento das ciências, das artes e da Filosofia.

Podemos observar que, nesse primeiro sentido, cultura e natureza não se opunham. Os humanos eram considerados seres naturais por seu temperamento ou por sua índole inata, embora fossem diferentes dos animais e das plantas por serem dotados de linguagem e de pensamento, isto é, por possuírem espírito. A natureza do ser humano, porém, não podia ser deixada por conta própria, porque estaria inclinada a ser agressiva, destrutiva, ignorante. Precisaria, por isso, ser educada, formada, *cultivada* de acordo com os ideais de sua sociedade. A cultura era uma *segunda natureza* que a educação e os costumes acrescentavam à natureza de cada um, uma natureza *adquirida*, que aperfeiçoava e desenvolvia a natureza inata de cada um.

2. A partir do século XVIII, a palavra *cultura* passou a significar *os resultados* e *as consequências* daquela formação ou educação dos seres humanos, expressos em obras, feitos, ações e instituições sociais e políticas. Passou-se a considerar que a cultura são os costumes, as técnicas e os ofícios, as artes, a religião, as ciências, a filosofia, a vida moral e a vida política. Tornou-se, assim, sinônimo de *civilização* porque os pensadores julgavam que os resultados da formação-educação se manifestavam com maior clareza e nitidez nas formas de organização da vida social e política ou na *vida* ***civil***.

civil: palavra derivada do latim *cives*, 'cidadão', de onde vem *civitas*, a cidade-Estado, e, desta, *civilização*.

O surgimento desse significado de cultura deu início à separação e à posterior oposição entre natureza e cultura. Os pensadores passaram a considerar que havia uma diferença essencial entre o ser humano e a natureza. Operando por leis necessárias de causa e efeito, a natureza seria o lugar da necessidade causal ou das séries ordenadas de causas e efeitos que operam por si mesmos em todo tempo e espaço. Ao contrário, o ser humano seria dotado de vontade livre e razão, agindo de acordo com valores e fins estabelecidos por ele próprio. Nesse sentido, a cultura seria aquilo que é instituído pela ação dos seres humanos, que agem escolhendo livremente seus atos, dando a eles sentido, finalidade e valor porque instituem distinções entre bom e mau, verdadeiro e falso, útil e nocivo, justo e injusto, belo e feio, legítimo e ilegítimo, possível e impossível, sagrado e profano.

À medida que este segundo sentido de cultura prevaleceu, essa palavra passou a significar não apenas civilização, mas também a relação que os seres humanos socialmente organizados estabelecem com o tempo, com o espaço, com os outros seres humanos e com a natureza. Gradualmente, cultura tornou-se sinônimo de **história**, entendida como ação humana transformadora da realidade.

Essa identificação da cultura com a história leva em conta a maneira como o tempo se realiza. Na natureza, o tempo é *repetição* (o dia sempre sucede à noite, as estações do ano se sucedem sempre da mesma maneira, as espécies vegetais e animais se reproduzem sempre da mesma maneira, os astros realizam sempre os mesmos movimentos, etc.). Ao contrário, o tempo da cultura é o da *transformação* (isto é, das mudanças nos costumes, nas leis, nas emoções, nos pensamentos, nas técnicas, no vestuário, na alimentação, na linguagem, nas instituições sociais e políticas, etc.).

A cultura na história ocidental

Roma antiga



Afresco romano (c. 60 d.C.) que representa a iniciação de uma noiva ao culto de Baco. Pompeia, Itália.

Cultivo do corpo e da alma para a vida em sociedade.

Europa, século XVIII



Edifício da Escola Nacional Superior de Belas-Artes, em Paris, França, construído no século XIX.

Conjunto de técnicas, artes e instituições produzido pelo ser humano cultivado.

Sociedade ocidental contemporânea



Retrato de Filippo Tommaso Marinetti (1944), pintado por Enrico Prampolini (1894-1956).

Toda ação humana que transforma a natureza, história humana.

Leituras filosóficas

O mundo do possível

O que define o ser humano não é a capacidade de criar uma segunda natureza para além da natureza biológica, mas de ultrapassar as estruturas existentes para criar outras. Esse movimento já é visível em cada um dos produtos particulares do trabalho humano. [...] se um macaco colhe um galho para alcançar um fim, é por que ele é capaz de dar a um objeto da natureza um valor funcional. Mas o macaco não chega a construir um instrumento que serviria para preparar outros, tanto assim que depois de usado como bastão, o objeto retorna a condição de galho de árvore e não será usado para mais nada. [...] A atividade animal revela seus limites: ela perde as transformações reais que ela opera porque não é capaz de repeti-las com outro sentido. Ao contrário, para o ser humano, um galho de árvore transformado em bastão servirá, a seguir, para outras finalidades, existindo sob uma pluralidade de aspectos. [...] O sentido do trabalho humano é o reconhecimento, para além do meio ambiente atual, de um mundo de coisas visíveis sob uma pluralidade de aspectos, a apreensão de um espaço e de um tempo indefinidamente abertos e, mais do que isso, a capacidade para fazer existir algo novo. [...] Por isso o mundo humano é o mundo do possível, pois os humanos são capazes de simbolizar a si mesmos e à realidade, isto é, de se relacionar com o ausente por meio do trabalho, da linguagem e da consciência do tempo.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *La structure du comportement*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970. p. 188, 189, 191. Texto traduzido.

1. De acordo com o texto, o ser humano e o animal se relacionam com a natureza de maneiras diferentes. Qual seria essa diferença?

2. De que modo o trabalho contribui para a definição do mundo propriamente humano?

Cultura e trabalho

Quem assistiu ao filme *2001: uma odisseia no espaço* (1968) deve se lembrar do momento em que um hominídeo pega um osso e começa a usá-lo como se fosse um martelo. Com essa imagem, o diretor do filme, Stanley Kubrick, resumiu de maneira admirável o surgimento da cultura e seu desenvolvimento: lançado no ar, o osso-machado se transforma numa nave espacial, significando os séculos de história nos quais um instrumento de trabalho primitivo se transformou num objeto tecnológico altamente sofisticado.


Geoffrey Unsworth/Metro Goldwyn-Mayer

Cena do filme *2001: uma odisseia no espaço*, de Stanley Kubrick. O osso usado como martelo ou como machado anuncia o que o trabalho humano será capaz de fazer: as naves espaciais.

Por que essa imagem é significativa? Porque, para vários filósofos e historiadores, a cultura surge quando os seres humanos produzem as primeiras transformações na natureza pela ação do **trabalho**.

Com o trabalho, os seres humanos produzem objetos inexistentes na natureza (instrumentos, utensílios, vestuário, habitações) e organizam-se socialmente para realizá-lo, dividindo as tarefas. Para aumentar os recursos produzidos, instituem a família e as relações de parentesco, as aldeias e vilas, isto é, dão início à vida social. Para proteger suas aldeias e vilas, inventam as armas e a guerra. Para conseguir condições sempre favoráveis para o trabalho e para a melhoria do que produzem, invocam e adoram forças divinas, instituindo a religião. Os vários agrupamentos humanos, nascidos do trabalho e dos sistemas de parentesco, trocam entre si produtos de seu trabalho, inventando o comércio. As desigualdades surgem quando uma parte da comunidade toma para si, como propriedade privada, terras, animais e águas. Começa a divisão social da qual surgirão as classes sociais, os conflitos, a instituição do poder e, finalmente, a instituição da política.

Trabalho, família, guerra, religião, comércio e formas de poder constituem a cultura como criação humana.

Conexões

Esta atividade trabalha com conceitos de Filosofia e Língua Portuguesa.

O trecho a seguir foi retirado do romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, a mais conhecida obra brasileira da escola literária naturalista. Ele relata como João Romão, após ganhar a confiança da escravizada Bertoleza, desvia o dinheiro da alforria dela para si e, posteriormente, constrói o cortiço do título.

Ele propôs-lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua.

[...] *João Romão comprou então, com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levantou uma casinha de duas portas, dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranjou com os cacarecos de Bertoleza.*

[...]*— Agora, disse ele à crioula, as coisas vão correr melhor para você. Você vai ficar forra; eu entro com o que falta.*

Nesses dias ele saiu muito à rua, e uma semana depois apareceu com uma folha de papel toda escrita, que leu em voz alta à companheira.

— Você agora não tem mais senhor! — declarou em seguida à leitura, que ela ouviu entre lágrimas agradecidas. — Agora está livre! Doravante o que você fizer é só seu e mais de seus filhos, se os tiver. Acabou-se o cativeiro de pagar os vinte mil-réis à peste do cego!

[...] *Entretanto, a tal carta de liberdade era obra do próprio João Romão* [...]*. O senhor de Bertoleza não teve sequer conhecimento do fato; o que lhe constou, sim, foi que a sua escrava lhe havia fugido para a Bahia* [...].

[...] *João Romão não saía nunca a passeio, nem ia à missa aos domingos; tudo que rendia a sua venda e mais a quitanda seguia direitinho para a caixa econômica e daí então para o banco. Tanto assim que, um ano depois da aquisição da crioula, indo em hasta pública algumas braças de terra situadas ao fundo da taverna, arrematou-as logo e tratou, sem perda de tempo, de construir três casinhas de porta e janela.*

Que milagres de esperteza e de economia não realizou ele nessa construção! Servia de pedreiro, amassava e carregava barro, quebrava pedra; pedra, que o velhaco, fora de horas, junto com a amiga, furtavam à pedreira do fundo, da mesma forma que subtraíam o material das casas em obra que havia por ali perto.

[...] *E o fato é que aquelas três casinhas, tão engenhosamente construídas, foram o ponto de partida do grande cortiço de São Romão.*

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000003.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.

1. Analise as principais características do estilo naturalista com base no debate sobre natureza humana e cultura.

2. *O cortiço* foi publicado dois anos após a abolição da escravatura no Brasil. Localize, no trecho, exemplos de condutas e valores classificados, na época, de "naturais", e mostre como eles foram construídos histórica e culturalmente.

A cultura como ordem simbólica

Ao instituir a cultura, os seres humanos estabelecem para si mesmos regras e normas de conduta que asseguram a existência e a conservação da comunidade e que, por isso, devem ser obedecidas sob pena de punição (que pode ser desde um castigo até a expulsão ou a morte). Como vimos no Capítulo 23, para o antropólogo Lévi-Strauss (1908-2009) a cultura surge no momento em que os seres humanos dão um sentido novo à sexualidade, determinando quais são as mulheres permitidas e quais são as proibidas para os laços conjugais. A instituição da proibição do incesto é desconhecida pelos animais.

O que é uma lei humana? Diferentemente da lei natural, a lei humana é um *mandamento social* que organiza toda a vida dos indivíduos e da comunidade. Esse mandamento social determina o modo como os costumes devem ser estabelecidos e transmitidos de geração a geração e orienta as ações que criam as instituições sociais (religião, família, guerra e paz, formas do trabalho, distribuição das tarefas, formas de poder, etc.). A lei possui um significado muito preciso: é a afirmação de que os seres humanos são capazes de criar uma ordem de existência que não é simplesmente natural (física, biológica). Essa ordem, feita de valores (bom/mau, justo/injusto, certo/errado, belo/feio, benéfico/nocivo, etc.), é a **ordem simbólica**.

A ordem simbólica consiste na capacidade humana de atribuir às coisas e aos seres um sentido ou um valor que está além de sua presença material. É essa dimensão simbólica que se institui, por exemplo, com a proibição do incesto.

A lei de proibição de incesto é válida para todas as culturas e institui formas de trabalho, família, religião, poder e artes. No entanto, não existe *a cultura*, no singular, mas *culturas*, no plural, pois os sistemas de proibição e permissão, as instituições sociais, religiosas e políticas, os valores, as crenças, as regras, os comportamentos e as artes variam de formação social para formação social e podem variar numa mesma sociedade no decorrer do tempo.

Graças à linguagem e ao trabalho, os seres humanos tomam consciência do tempo e das diferenças temporais (passado, presente, futuro); tomam consciência da morte e lhe dão um sentido; organizam e humanizam o espaço, atribuindo sentido ao que é próximo e ao que é distante, ao que é grande e ao que é pequeno, ao que é visível e ao que é invisível. A diferenciação temporal e espacial permite que os seres humanos se relacionem com o que está ausente, distinguindo o presente do passado e do futuro e o próximo do distante. Ao diferenciar o visível do invisível, os seres humanos também separam o sagrado do profano, isto é, o lugar onde estão os deuses e aquele onde estão os humanos.

Em síntese

1. O que significa, para o pensamento ocidental, dizer que alguma coisa é natural?
2. Os comportamentos, ideias e valores dos seres humanos decorrem de sua natureza? Por quê? Justifique sua resposta com novos exemplos.
3. Explique por que alguns dos sentidos em que usamos a palavra *cultura* em nosso cotidiano são contraditórios. Se for preciso, exemplifique.
4. Qual é a diferença principal que os pensadores apontam entre natureza e cultura?
5. A partir do século XVIII, a cultura passou a ser entendida como civilização. Por que isso aconteceu e como isso se refletiu no uso que fazemos da palavra *cultura* no cotidiano?
6. Por que muitos pensadores consideram que a cultura começa quando os seres humanos inventam o trabalho? Quais são as consequências disso na organização social?
7. Por que a cultura institui a ordem simbólica? Dê exemplos.

Indicação

Cultura: um conceito antropológico

- **Escrito por Roque de Barros Laraia. Zahar, 2008.**

Para explicar como o conceito antropológico de cultura se formou no século XX, Roque Laraia retoma as diferentes perspectivas a respeito desse termo na história do pensamento ocidental. Além disso, traz exemplos de diferentes sociedades para tratar das maneiras pelas quais o ser humano busca se diferenciar da natureza e de outros grupos culturais.

DE OLHO na atualidade

Natureza, cultura e patrimônio

O patrimônio cultural

Nascida no século XIX com a ideia de *nação*, a ideia de patrimônio cultural ou histórico-cultural é frequentemente associada ao conjunto de monumentos artísticos e arquitetônicos, documentos e objetos que constituem a memória de uma coletividade. A essa ideia também estão associadas as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de restauro e preservação.

Mas, segundo o filósofo polonês Krzysztof Pomian (1934-), pessoas, lugares, objetos, animais, constelações, acontecimentos, estandartes e relíquias também podem ser classificados como patrimônios culturais, já que são valorados não por sua materialidade, e sim por sua força simbólica. Denominados **semióforos**, são coisas ou acontecimentos capazes de estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos. Destinam-se exclusivamente à visibilidade e à contemplação, porque é nisso que realizam sua significação e sua existência. Possuem valor sagrado e político, mas não valor de uso.

semióforo: termo originado de duas palavras gregas: *semeion* ('sinal') e *phoros* ('expor, carregar, brotar').

Os semióforos, explicam historiadores e antropólogos, deram origem às coleções de objetos naturais ou de artefatos mantidos fora do circuito das atividades econômicas. Essas coleções são protegidas e mantidas em locais especiais, e têm a finalidade de serem expostas ao olhar de um contemplador ou de um espectador e, em alguns casos, de conferir prestígio a quem as possui: os *museus,* as *bibliotecas* e os *arquivos*. Atribui-se a esses objetos um valor especial, embora estejam fora do circuito econômico.

Enquanto os objetos cotidianos são dotados de simples valor de uso e valor de troca, os semióforos são dotados de poder e prestígio, passando a ser considerados superiores. Assim, os indivíduos que possuem semióforos (proprietários, guardiães, conservadores e exibidores) se distinguem dos que não os possuem. Chefias político-militares (detentoras do saber sobre o profano) e religiosas (detentoras do saber sagrado) foram os primeiros colecionadores. Na modernidade, juntaram-se a esses os humanistas (que pelo estudo do passado recuam as fronteiras do tempo), os cientistas (que pelo estudo das coisas ampliam as fronteiras do espaço) e os artistas (cujas obras trazem perenidade e eternidade ao mundo). A eles somaram-se, nos séculos XIX e XX, os detentores do dinheiro, pois este tem o poder de fazer crescer a quantidade de objetos semióforos. Assim, esses objetos se tornam insígnia não só de poder e prestígio, mas também de riqueza.


Steven Vidler/Eurasia Press/Corbis/Latinstock

Múmias animais associadas a divindades do Egito antigo, datadas do século I, integram o acervo do Museu Britânico, em Londres, Inglaterra.

A invenção do patrimônio nacional

A hierarquia religiosa, a política e a da riqueza passaram a disputar a posse, a produção e a exibição dos semióforos. A religião estimula os milagres, que geram novos lugares sagrados, novos santos e novas relíquias. O poder político estimula a propaganda, que produz novos lugares, novas pessoas e novas datas para o culto cívico. Por fim, o poder econômico estimula tanto a aquisição de objetos para convertê-los em semióforos (por meio de coleções privadas) como o surgimento de novos saberes produtores de semióforos (Arqueologia, Paleontologia, Etnologia, História da Arte).

É nessa disputa de prestígio, poder e riqueza que o Estado-nação inventa a ideia de *patrimônio cultural da nação*, aquilo que o poder político detém para si contra o poder religioso e o poder econômico. Enquanto os semióforos religiosos são particulares à crença de alguns membros da sociedade e os da riqueza são propriedade privada, o patrimônio cultural (nacional ou coletivo) celebra os feitos da nação, tida como uma coletividade.

Por que o Estado-nação se viu compelido a inventar o patrimônio cultural nacional? Em primeiro lugar, pela pressão de uma classe média crescente que, não tendo poder nem riqueza, deseja ter acesso a esses objetos. Em segundo lugar, como consequência da luta de classes, pois se cada classe instituir seus próprios semióforos, os conflitos sociais não poderão ser controlados nem pela classe dominante nem por seu Estado. Por isso, o primeiro semióforo instituído pelo Estado foi a própria ideia de *nação*, sujeito e objeto dos cultos cívicos que ela presta a si mesma. O culto à nação busca convencer a sociedade de que seus membros possuem elementos de identidade que os unem, de modo a mascarar as divisões e conflitos internos. A partir da nação, instituem-se os *semióforos nacionais* e, com eles, o patrimônio cultural e ambiental e as instituições públicas encarregadas de guardá-los, conservá-los e exibi-los.

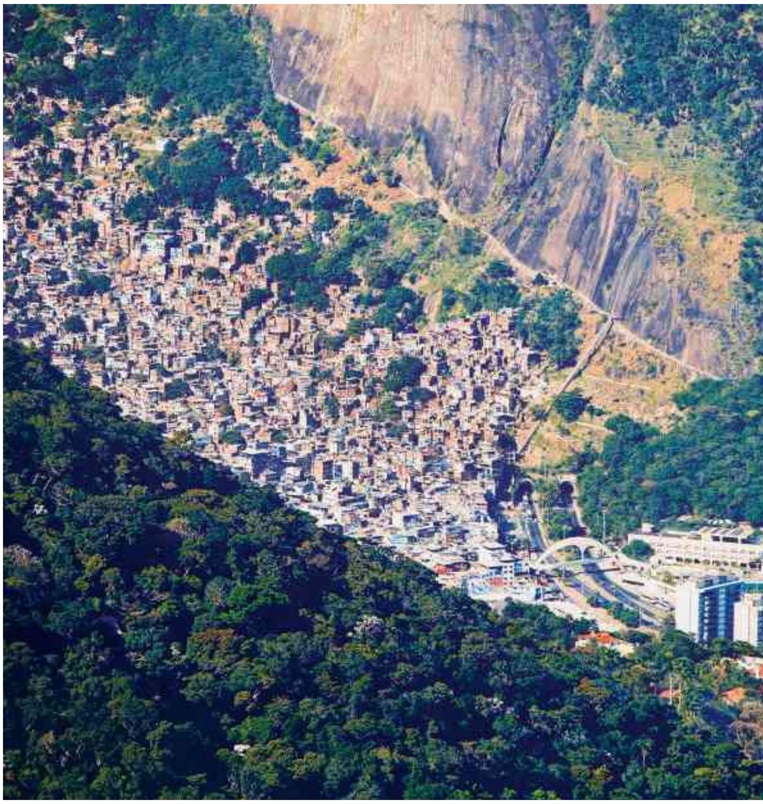
Patrimônio e pós-modernidade

À ideia de patrimônio cultural e ambiental acrescentou-se recentemente a ideia pós-moderna de que as cidades são "empórios de estilos e de imagens", exigindo a multiplicação de objetos do patrimônio. É assim que surgem o museu do telefone, o do rádio, o do cinema, o do automóvel, e assim por diante.

Uma segunda ideia associada à de patrimônio é que as cidades em si mesmas são museus. Reservam-se edifícios e logradouros, parques e rios, lagos e bosques aos quais se atribui a qualidade de semióforos, de maneira a garantir: 1) que todo o restante possa ser devastado pela especulação imobiliária; 2) que a preservação cultural e ambiental produza "retorno positivo de imagem" aos governantes, além de isenções fiscais para empresas privadas que se dispõem à "preservação". Em outras palavras, o patrimônio cultural e ambiental, que era fonte de poder para o Estado-nação, tornou-se uma mera questão econômica e política de *marketing*.

Com o surgimento do mercado de "antiguidades", o sentido originário do semióforo é invertido. Cria-se a ideia de que qualquer objeto pode se tornar objeto histórico com base nas decisões desse mercado sobre o que é "antigo".

Eduardo Zappia/Pulsar Imagens



Vista parcial da favela da Rocinha e do bairro de São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a partir do Parque Nacional da Tijuca, em 2012.

Atividade

- Existem museus ou arquivos no município em que você mora ou em algum município da região? Pesquise sobre a história dessa instituição e de seus fundadores em jornais, revistas e *sites*. Se possível, faça uma visita para descobrir mais informações.
  Em seguida, escreva um texto relacionando a história dessa instituição com o poder político e econômico no município ou na região.

CAPÍTULO 25 A religião

Raul Spinassé/Agência A Tarde/Futura Press



A EXPERIÊNCIA DO SAGRADO

Com exceção das atividades culturais voltadas à sobrevivência do indivíduo e da espécie, a religião é a atividade cultural mais antiga da humanidade. Em todas as culturas, tanto a percepção de que a realidade exterior é algo fora de nosso controle quanto a consciência da morte levaram à crença em seres e poderes sobrenaturais, que podem ser temidos ou reverenciados. Um exemplo disso na cultura brasileira são as tradicionais homenagens a Iemanjá, orixá dos mares e da fertilidade, originadas no candomblé, mas realizadas também por pessoas de outras religiões. Na imagem, fiel presta homenagem a Iemanjá em Salvador (BA), em 2 de fevereiro de 2011.

A religiosidade

Desde muito cedo, os seres humanos percebem regularidades na natureza e sabem que não são a causa delas. Percebem também que há na natureza coisas boas e ameaçadoras e reconhecem que não são os criadores delas. A percepção da realidade exterior como algo independente da ação humana os conduz à crença em poderes superiores ao humano e à busca de meios para se comunicar com eles. Nasce, assim, a crença na(s) *divindade(s)*.

A consciência também é responsável pela descoberta da morte, pois somente os seres humanos sabem que são mortais. Como Heidegger (1889-1976) escreveu: "O animal acaba, mas o homem morre". O que isso quer dizer?

Quando estudamos os principais traços da cultura, observamos que nela e por ela os seres humanos têm a experiência do tempo. Vimos também que outro aspecto fundamental da cultura é a atividade do trabalho. Ora, ao trabalhar, as pessoas se relacionam com um tempo que não é o presente, e sim o futuro, pois o trabalho é feito em vista de algo que ainda não existe.

Vimos também, no Capítulo 14, que a memória é responsável pelo sentimento da identidade pessoal e da continuidade de uma vida que transcorre no tempo. A percepção do tempo, o trabalho e a memória fazem com que as pessoas sejam capazes de estabelecer relações com o ausente: o passado lembrado, o futuro esperado.

O sentimento do tempo e o sentimento da identidade pessoal, reunidos em uma única experiência, permitem que os humanos percebam que existem e que *possuem identidade*. Permitem também que os humanos associem passado, presente e futuro, ao tornarem-se conscientes de que outros seres e coisas surgem, permanecem e desaparecem no tempo. Possibilitam ainda que os humanos sejam conscientes de que eles mesmos podem desaparecer um dia – ou seja, que saibam que morrem.

Ora, por sermos conscientes do tempo como uma presença (o presente) situada entre duas ausências (o passado e o futuro) e de nossa identidade e da identidade de nossos semelhantes, somos levados a crer na permanência dessa identidade num tempo futuro. Isto é, concebemos uma existência futura, num outro lugar ou num outro mundo, para onde vamos após a morte. A crença numa vida futura explica por que uma das primeiras manifestações religiosas em todas as culturas são os rituais fúnebres, que asseguram a entrada dos mortos na vida futura.

A crença em divindades e numa outra vida após a morte define o núcleo da religiosidade e se exprime na experiência do sagrado.

O sagrado

O **sagrado** é a experiência da presença de uma potência sobrenatural que habita algum ser – planta, animal, humano, coisas, ventos, águas, fogo. Essa potência é um poder que desde sempre e para sempre pertence a determinado ser, mas também algo que, em certas circunstâncias, um ser pode perder ou adquirir. O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade e do poder de alguns sobre outros, que por isso são sentidos como espantosos e misteriosos, protetores ou ameaçadores.

A sacralidade introduz uma *ruptura* entre natural e sobrenatural, mesmo que os seres sagrados estejam na natureza (fogo, água, ar). É considerada sobrenatural a força ou a potência necessária para realizar aquilo que os humanos julgam impossível quando contam apenas com sua própria força e capacidade. Assim, por exemplo, por sua forma e ação misteriosas, benévolas e malévolas, o fogo é um dos principais entes sagrados. Em regiões desérticas, a sacralização concentra-se nas águas, raras e necessárias. Quase todas as culturas consideram que um guerreiro com força, destreza e invencibilidade espantosas as recebeu de uma potência sagrada.

O sagrado opera o *encantamento do mundo*, habitado por forças e poderes admiráveis que agem magicamente. Criam vínculos de simpatia-atração e de antipatia-repulsão entre todos os seres. Agem a distância, enlaçando entes diferentes com laços secretos.

Todas as culturas possuem vocábulos para exprimir o sagrado. Nas culturas da Polinésia e da Melanésia, a palavra que designa o sagrado é *mana* (e suas variantes). Nas culturas dos povos iroqueses norte-americanos fala-se em *orenda* (e suas variantes),

referindo-se ao poder mágico possuído por todas as coisas. Nas culturas dos indígenas do Chaco sul-americano, o sagrado é designado por palavras como *tunpa*. Entre povos que descendem dos maias, na Guatemala, usa-se a palavra *aigre*. Nas africanas, há centenas de termos, dependendo da língua e da relação mantida com o sobrenatural: *mulungu*, entre os povos bantos da costa oriental; *elima*, entre os Nkundu; e assim por diante.

Na cultura hebraica, dois termos designam o sagrado: *qados*, significando aqueles seres ou coisas que são separados por Deus para seu culto, serviço, sacrifício; e *herem*, significando seres ou coisas que Deus separa de todos os outros para receberem uma punição, por terem desobedecido a ordens divinas. Por serem coisas separadas por Deus para o culto ou para uma punição, só podem ser tocadas ritualmente por aqueles que Deus autoriza.

Sagrado é, pois, a qualidade excepcional (boa ou má) que um ser possui e que o distingue de todos os outros. O sagrado pode suscitar devoção e amor por alguns seres ou algumas coisas, assim como repulsa e ódio por outros. Esses sentimentos suscitam outro: o respeito feito de temor. Nascem, aqui, o sentimento religioso e a experiência da religião.

Além do sentimento da diferença entre natural e sobrenatural, a religião pressupõe que haja o sentimento da separação entre os humanos e o sagrado, ainda que o sagrado possa habitar nos humanos e na natureza.

Essa distinção entre o profano e o sagrado não se exprime apenas no fato de que a divindade cria e conserva a ordem do mundo natural e do mundo humano, mas também na possibilidade de ela intervir de maneira inesperada, alterando por um momento a ordenação existente. Essa intervenção extraordinária e momentânea é o **milagre**.

milagre: palavra derivada do latim *miraculum*, do verbo *mirare*, que significa 'olhar com admiração'. *Miraculum* é algo inusitado que provoca admiração e espanto.

A religião

Religião significa vínculo, ligação. Quais partes são vinculadas ou ligadas? O mundo profano – a natureza e os humanos – e o mundo sagrado – as divindades que habitam a natureza ou o espaço sobrenatural.

Nas várias culturas, essa ligação é simbolizada no momento de fundação de uma aldeia, vila ou cidade. O guia religioso traça figuras no chão (círculo, quadrado, triângulo) e repete o mesmo gesto no ar (na direção do céu, ou do mar, ou da floresta, ou do deserto). Esses gestos delimitam um espaço novo, sagrado (no ar) e consagrado (no solo), no qual se ergue o *templo* ou *santuário*.

religião: palavra vinda do latim *religio*, formada pelo prefixo *re* ('outra vez, de novo') e pelo verbo *ligare* ('ligar, unir, vincular'). Assim, indica a ligação ou reunião entre o natural e o sobrenatural, os seres humanos e os deuses, o passado e o presente, os antepassados e os descendentes.

Mark Ralston/Agência France-Presse



Cerimônia do Ano-Novo Tibetano no templo Yonghe, ou templo Lama, em Pequim, na China, em fevereiro de 2012. O fogo simboliza a renovação e nele os fiéis acendem incensos, usados para espalhar boa sorte. Nessa ocasião, a comemoração sagrada serviu também de protesto político contra a opressão do governo chinês ao Tibete.

Como se acredita que o espaço coletivo foi fundado pelos ancestrais guiados por deuses protetores, o vínculo se estabelece não só entre os humanos e os deuses, mas também entre os descendentes e os antepassados. Em inúmeras religiões há cultos também para os ancestrais, que vivem num outro mundo e podem interceder junto aos deuses em nome de seus descendentes.

A cerimônia da ligação fundadora aparece, por exemplo, na religião judaica, quando Javé doa ao povo o lugar onde deve habitar – a Terra Prometida –, indica onde e como o templo deve ser edificado e determina sua finalidade. Nele serão feitos os sacrifícios e nele será colocada a Arca da Aliança, símbolo do vínculo entre o povo e seu Deus. A Arca contém a lei divina escrita e recorda a primeira ligação entre Deus e os humanos, isto é, recorda simbolicamente o sinal natural oferecido por Deus a Noé como prova de seu laço com ele e sua descendência: o arco-íris, que une o céu e a terra.

No islamismo, a cidade de Meca – que teria se originado de um santuário erguido por Ismael, filho de Abraão com a escravizada Agar – é considerada sagrada porque se localizaria no único ponto da Terra tocado por todas as forças celestes. Por esse motivo, todo muçulmano deve ir pelo menos uma vez na vida a Meca.

Também no cristianismo a religião é explicitada por um gesto de ligação entre o céu e a terra. Quando o Novo Testamento é traduzido para o latim, o primeiro apóstolo, Simão, passa a ser chamado de Pedro (em latim, *Petrus*) para simbolizar a pedra (em latim, *petra*) sobre a qual é fundada a cidade cristã, isto é, a Igreja. Jesus disse a Pedro: "Tu és Pedro (*Petrus*) e sobre esta pedra (*petra*) edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as Chaves do Reino: o que *ligares* na Terra será *ligado* no Céu; o que *desligares* na Terra será *desligado* no Céu".

Por meio da sacralização e da consagração, a religião cria a ideia de **espaço sagrado**. Os céus, o monte Olimpo (na Grécia), os rios (como o Ganges, na Índia), as montanhas do deserto (em Israel), cidades (como Meca, no islamismo), templos e igrejas (nas nossas sociedades) são santuários. Em certas religiões, esses espaços são a morada dos deuses, enquanto em outras são o lugar onde o deus se manifesta.

O espaço da vida comum se diferencia do espaço sagrado. No primeiro, transcorre a vida profana dos humanos. No segundo, vivem os deuses, são trazidas oferendas e feitas as cerimônias de culto e preces com pedidos às divindades.

Tamara Saré/Futura Press



Procissão do Círio de Nazaré, em outubro de 2012. Esse evento religioso anual leva milhares de pessoas às ruas de Belém (PA), em devoção a Nossa Senhora de Nazaré. Em 2013, o Círio de Nazaré foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

A religião como narrativa da origem

A religião não modifica apenas o sentido do espaço. Também qualifica o tempo, dando-lhe a marca do sagrado.

O tempo sagrado é uma narrativa. Narra a origem dos deuses e, pela ação deles, a origem das coisas, das plantas, dos animais e dos seres humanos. Por isso, a narrativa religiosa sempre começa com expressões como: "no princípio", "no começo", "quando o deus X estava na Terra", "quando a deusa Y viu pela primeira vez", etc.

A narrativa sagrada é a *história sagrada*, que os gregos chamavam **mito**. Este não é uma fabulação ilusória, uma fantasia sem consciência, mas a maneira pela qual uma sociedade narra para si mesma o seu começo e o de toda a realidade. Na maioria das religiões, os deuses são imortais e o mito narra **teogonias** (do grego *theos*, 'deus'; *gonia*, 'geração'), isto é, a geração ou o nascimento dos deuses, semideuses e heróis. Com as religiões hebraica, cristã e muçulmana, a divindade não apenas é imortal, mas também eterna, sem começo e sem fim: como disse Javé a Moisés, "Eu sou aquele que é, foi e será".

O mito ou história sagrada narra como e por que a ordem do mundo existe e como e por que foi doada aos humanos pelos deuses. Por isso, além de ser uma teogonia (narrativa sobre a origem de divindades), a história sagrada é uma **cosmogonia**: narra a origem da ordem do cosmo ou do mundo, o nascimento, a finalidade e o perecimento de todos os seres sob a ação dos deuses.

O contraste entre o dia e a noite (luz e treva), entre as estações do ano (frio, quente, ameno, com flores, com frutos, com chuvas, com secas), entre o nascimento e a desaparição (vida e morte), entre os tipos de animais (terrestres, aquáticos, voadores, ferozes, dóceis), entre os tipos de humanos (por características físicas, por características culturais) ou entre as técnicas obtidas pelo controle sobre alguma força natural (fogo, água, ventos, pedras, areia, ervas) evidencia a existência do mundo como uma realidade organizada e regular, no qual os humanos nascem, vivem e morrem.

Assim como há dois espaços, há dois tempos: o tempo anterior à gênese dos deuses e das coisas, ou seja, o tempo do vazio e do caos, e o tempo da criação de tudo o que existe, ou o tempo do pleno e da ordem. O tempo sagrado da ordem é subdividido em outros dois tempos: o tempo primitivo, inteiramente divino, e o tempo do agora, profano, em que vivem os seres naturais, incluindo os seres humanos.

Embora a narrativa sagrada seja uma explicação para a ordem natural e humana, ela não se dirige ao intelecto dos crentes, mas ao coração deles. Por se dirigir às emoções e aos sentimentos do crente (esperança, medo, amor, espanto), a religião lhe pede uma só coisa: fé, ou seja, a confiança, a adesão plena ao que lhe é mostrado como ação da divindade. A atitude fundamental da fé é a *piedade*, ou seja, o respeito pelos deuses e pelos antepassados. A religião é crença, não é saber. A tentativa de transformar a religião em saber racional chama-se **teologia**.

Ritos

Para garantir que a ligação entre humanos e divindade e a organização do espaço e do tempo se mantenham e sejam propícias, os seres humanos criaram os **ritos**.

O rito é uma cerimônia em que gestos, palavras, objetos, pessoas e emoções determinados adquirem o poder misterioso de tornar presente o laço entre os humanos e a divindade. Para agradecer dons e benefícios, suplicar novos dons e benefícios, lembrar a bondade dos deuses ou exorcizar sua cólera, as cerimônias ritualísticas são de grande variedade. No entanto, uma vez fixada a simbologia de um ritual, sua eficácia dependerá da *repetição minuciosa e perfeita* do rito, tal como foi praticado na primeira vez, porque nele os próprios deuses orientaram os gestos e as palavras dos humanos.

Um rito religioso é repetitivo em dois sentidos principais. A cerimônia deve repetir um acontecimento essencial da história sagrada (por exemplo, no cristianismo, o ritual da eucaristia e da comunhão repete a Santa Ceia; no islamismo, o ritual das cinco orações diárias voltando-se na direção de Meca, onde nasceu e está enterrado o profeta Maomé). Além disso, atos, gestos, palavras e objetos devem ser sempre os mesmos, pois foram, na primeira vez, consagrados pelo próprio deus. O rito é a rememoração perene de um acontecimento, eliminando a distância entre o passado e o presente.

Aspectos da sacralização

Lia de Paula/MinC/União dos Palmares, AL.



O espaço sagrado

O espaço sagrado é aquele no qual os deuses habitam ou se manifestam. Além da separação entre espaços profanos e sagrados, pode haver outras separações no interior dos espaços sagrados, reservando-se algumas áreas ao culto comunitário e outras apenas a iniciados e sacerdotes. Na imagem, de 2015, fiel toca uma gameleira (associada ao orixá Iroco) em terreiro de candomblé queto em Palmares (AL).

Asianet-Pakistan/Shutterstock



A narrativa sagrada

Por meio dos mitos e narrativas sagradas, os diferentes povos buscam explicar a origem dos deuses e dos seres e a ordenação do mundo em que vivem. Algumas narrativas sagradas foram sistematizadas em livros, como a Bíblia, para o cristianismo, o Bhagavad Gita, para o hinduísmo, o Alcorão, para o islamismo, e a Tanakh, para o judaísmo. Algumas dessas narrativas se tornaram objeto de estudo da teologia, saber racional que pensa a religião. Na foto, de 2015, militares paquistaneses recitam o Alcorão, em Karachi.

Finbarr O'Reilly/Reuters



O rito

O rito garante a ligação entre os humanos e as divindades. Alguns ritos se repetem periodicamente e envolvem toda a comunidade religiosa. Outros, individuais, acontecem uma única vez em determinado momento da vida do fiel, mas sempre repetindo um procedimento pelo qual outros fiéis já passaram. Na foto, batismo de convertidos a uma igreja pentecostal no rio Jordão, em Tiberíades, Israel. Foto de 2014.

Jose Cabezas/Reuters



Preceitos e tabus

Cada comunidade religiosa tem objetos que são retirados da circulação cotidiana para serem usados apenas em circunstâncias sagradas ou que são interditados e devem ser afastados ou por determinado período, ou definitivamente. No catolicismo, a quaresma é um período de quarenta dias no qual o fiel deve se abster de comer carne de mamíferos e aves, praticar caridade e realizar orações. Na foto, de 2016, fiéis católicos celebram a Quarta-Feira de Cinzas em Panchimalco, El Salvador.

Os objetos simbólicos

Os seres e objetos simbólicos usados nos ritos são retirados de seu lugar costumeiro e assumem um sentido novo para toda a comunidade. Passam a ter um sentido de proteção, perseguição, benfeitoria ou mesmo de ameaça. Sobre esse ser ou objeto recai a noção de **tabu**. É assim, por exemplo, que certos animais se tornam sagrados, como a vaca na Índia e o cordeiro perfeito consagrado para o sacrifício da Páscoa judaica. De maneira semelhante, alguns objetos se tornam sagrados ou tabus, como o pão e o vinho consagrados pelo sacerdote cristão durante o ritual da missa, que só podem ser consumidos pelos fiéis naquela situação.

Certos objetos se tornam símbolos sagrados intocáveis, como os pergaminhos judaicos que contêm os textos sagrados antigos, certas pedras usadas por chefes religiosos africanos, etc. Do mesmo modo, em inúmeras religiões, as virgens primogênitas das principais famílias se tornam tabus, como as vestais, na Roma antiga.

Os tabus se referem ou a objetos e seres puros ou purificados para os deuses, ou a objetos e seres impuros, que devem permanecer afastados dos deuses e dos humanos. É assim que, em inúmeras culturas, a mulher menstruada é tabu (está impura) e, no judaísmo e no islamismo, a carne de porco é tabu (é impura).

tabu: palavra do tonganês (idioma das ilhas de Tonga, na Polinésia) que significa 'intocável': algo que não pode ser tocado nem manipulado por quem não estiver religiosamente autorizado para isso.

A lei divina

Há religiões em que os deuses se manifestam: surgem diante dos humanos em beleza, esplendor, perfeição e poder e os levam a ver outra realidade na qual o espaço, o tempo, as formas dos seres, os sons, as cores e os elementos encontram-se organizados e dispostos de outra maneira, secreta e verdadeira. A religião é *manifestação* da verdade. Era isso, como vimos no Capítulo 10, o que significava a palavra grega *alétheia*, a verdade como manifestação ou iluminação.

Há também religiões em que os deuses revelam verdades aos humanos sem fazê-los sair de seu mundo, embora isso possa ocorrer em sonhos e visões de pessoas escolhidas pela divindade, como os profetas. O fundamental é ouvir o que as divindades lhes dizem, pois delas provém o sentido primeiro e último de todas as coisas e do destino humano. O que se revela não é a verdade do mundo por meio da viagem visionária a outro mundo, e sim a vontade dos deuses, na qual o crente confia e cujos desígnios ele cumpre. Era isso o que significava, como também vimos no Capítulo 10, a palavra hebraica *emunah*, 'assim seja'. Judaísmo, cristianismo e islamismo são religiões da *revelação*.

Porém, tanto a manifestação da verdade quanto a revelação da vontade divina exprimem o mesmo acontecimento: aos humanos é dado conhecer seu destino e o de todas as coisas, isto é, as **leis divinas**.

Os deuses são poderes misteriosos. São forças personificadas e, por isso, são vontades. Misteriosos porque suas decisões são imprevisíveis e, muitas vezes, incompreensíveis para os critérios de avaliação humanos. Vontades porque o que acontece no mundo manifesta um querer pessoal, supremo e inquestionável. Ao estabelecer o laço entre o humano e o divino, a religião procura um caminho para tornar a vontade dos deuses benéfica e propícia aos seus adoradores.

A vontade divina pode tornar-se parcialmente conhecida dos humanos na forma de leis: decretos, mandamentos, ordenamentos, comandos emanados da divindade. Assim como a ordem do mundo decorre dos decretos divinos, o mundo humano também está submetido a mandamentos divinos, dos quais os mais conhecidos, na cultura ocidental, são os Dez Mandamentos, entregues por Javé a Moisés. Também são de origem divina as Doze Tábuas da Lei que fundaram a República romana e as leis gregas explicitadas na *Ilíada* e na *Odisseia*, de Homero, e nas tragédias.

Iluminação e revelação

O modo como a vontade divina se manifesta em leis permite distinguir dois grandes tipos de religião. Há religiões em que os deuses manifestam sua lei diretamente, sem recorrer a intermediários. São religiões da *iluminação individual* e do *êxtase místico*, como é o caso da maioria das religiões orientais. Essas religiões exigem, para a iluminação e o êxtase, uma educação especial do intelecto e da vontade dos adeptos.

Há, porém, religiões em que a divindade usa intermediários para revelar a lei. É o caso da religião judaica e da islâmica, em que Deus se vale de um ser humano (Moisés, Maomé) para tornar conhecida sua lei. Revelar a lei, contudo, não é suficiente. É preciso também lembrar ao povo as leis, sobretudo quando estão sendo transgredidas. A rememoração da lei e de suas promessas de castigo e redenção é tarefa do *profeta*, arauto de Deus.

Na religião grega, os deuses também se valem de intermediários para manifestar sua vontade. Por ser misteriosa e incompreensível, essa vontade exige um tipo especial de intermediário, o *oráculo*, que transmite os enigmas divinos, vê o passado e o futuro e os expõe aos humanos. Ainda que, frequentemente, profetas e oráculos entrem em transe para receber a revelação, isso ocorre não porque tenham sido educados para isso, e sim porque a divindade os escolheu para manifestar-se neles.

No êxtase místico dos iluminados, não há conhecimento ou atividade intelectual que depois seja transmissível a outros. O que há é mergulho e fusão do indivíduo na divindade, numa experiência intraduzível e intransmissível. Já no caso dos profetas e oráculos, o indivíduo tem acesso a um conhecimento que ele pode compreender e que ele tem o dever de transmitir aos outros. Portanto, diferentemente das *religiões extáticas* ou do êxtase, as *religiões reveladas* realizam, conservam e transmitem, por escrito ou oralmente, a revelação recebida em visões e sonhos por profetas e oráculos.

A vida após a morte

Vimos que o sentimento religioso e a experiência da religião são inseparáveis da percepção de nossa mortalidade e da crença em nossa imortalidade. Toda religião, portanto, explica não só a origem da ordem do mundo natural, mas também a dos seres humanos, ensinando-lhes por que são mortais e o que podem ou devem esperar após a morte.

Na quase totalidade das religiões, o mistério da mortalidade humana é explicado como consequência de alguma falta cometida contra algum deus ou de alguma ofensa que os seres humanos fizeram aos deuses. No princípio, os humanos eram imortais e viviam na companhia dos deuses ou de Deus. Contudo, alguém ou alguns cometeram uma transgressão imperdoável (um pecado), que levou à grande punição: a mortalidade para todos. No entanto, a imortalidade não está totalmente perdida, pois os deuses (ou Deus) concedem aos mortais uma vida após a morte, desde que, na vida presente, respeitem a vontade e a lei divinas.

Como é a imortalidade? Algumas religiões asseguram que o corpo humano tem um duplo, feito de outra matéria, que permanece após a morte. Esse duplo, por ser feito de matéria sutil, pode penetrar no corpo de outros seres para se relacionar com os vivos. Outras religiões acreditam que o corpo é mortal, mas habitado por uma entidade – espírito, alma, sombra imaterial, sopro – que será imortal se os decretos divinos e os rituais tiverem sido respeitados pelo fiel. No caso das religiões que acreditam numa falta originária (ou pecado original), a imortalidade também depende de o gênero humano ter recebido o perdão divino pelo pecado cometido pelos primeiros ancestrais.

Por acreditarem firmemente numa outra vida, os adeptos das religiões realizam ritos funerários, que preparam e garantem a entrada do morto na outra vida. O ritual fúnebre limpa, purifica, adorna e perfuma o corpo morto e o protege com a sepultura. Pelo mesmo motivo, os cemitérios, na maioria das religiões e particularmente nas africanas, indígenas e ocidentais antigas, são lugares consagrados, nos quais somente alguns, e em certas condições, podem penetrar.

Em algumas religiões, como nas do Egito e da Grécia antigos, a perfeita preservação do corpo morto, isto é, de sua *imagem*, era considerada essencial para que ele fosse reconhecido pelos deuses no reino dos mortos e recebesse a imortalidade. No caso dos egípcios, havia uma instituição social, a Casa dos Mortos, encarregada de embalsamar os cadáveres, preparando-os para a preservação na vida futura. No caso dos gregos, era preciso que o corpo morto permanecesse inviolado para que dele nascesse sua imagem viva e inteira, sua sombra, que partia para o outro mundo e se tornava imortal.

Em religiões como a grega antiga, as africanas e as indígenas das Américas, o morto fica *encantado*, isto é, torna-se algo mágico. Em algumas delas, o morto deixa seu corpo para entrar num outro e permanecer no mundo sob formas variadas; ou então seu espírito deixa seu corpo para permanecer no mundo, agitando os ventos, as águas, o fogo, ensinando canto aos pássaros, protegendo as crianças, ensinando os mais velhos, escondendo e achando coisas.



Natacha Pisarenko/Associated Press/Glow Images

A "Donzela de Llullaillaco", jovem inca sacrificada e mumificada há mais de quinhentos anos, oferecida aos deuses no alto de uma montanha em ritual religioso, em museu de Salta, Argentina. Foto de 2007.

Em outras, o morto tem sua imagem ou seu espírito levado ao mundo divino e ali desfruta das delícias de uma vida perenemente perfeita e bela. Se, porém, suas faltas terrenas tiverem sido tantas e tais que não pôde ser perdoado, sua imagem ou espírito vagará eternamente pelas trevas, sem repouso e sem descanso. A mesma situação acontecerá ao morto se os rituais fúnebres não puderem ser realizados ou se não tiverem sido realizados adequadamente. Esse perambular pelas trevas, entretanto, não existe nas **religiões de reencarnação**, como o hinduísmo. Nestas, em lugar dessa punição, o espírito deverá ter tantas vidas e sob tantas formas quantas necessárias à sua purificação, até que possa participar da felicidade perene.

Nas **religiões da salvação**, como é o caso do judaísmo, do cristianismo e do islamismo, a felicidade perene não é apenas individual, mas também coletiva. São religiões em que a divindade promete perdoar a falta originária, que atingiu a todos os humanos. O perdão divino e a redenção decorrem de uma decisão divina e deverão atingir a todos os humanos, se estes acreditarem e respeitarem a lei divina escrita nos textos sagrados e se guardarem a esperança na promessa de salvação que lhes foi feita por Deus.

A obra de salvação é realizada por um enviado de Deus – daí vêm, do hebraico, a palavra *messias*, e, do grego, a palavra *cristo*. Dessa maneira, as religiões da salvação são *messiânicas* e *coletivas*, porque afirmam que um povo – povo de Deus – será salvo pela lei e pelo enviado divino, que vem realizar a esperança de felicidade perene no mundo por meio da regeneração, purificação e libertação dos seres humanos. No cristianismo, essa esperança recebe o nome **milenarismo**.

milenarismo: originado de uma crença popular cristã e de passagens bíblicas, designa a esperança na segunda volta de Cristo, que viria combater os males, vencer o demônio, encarnado num governante perverso (o Anticristo), e instituir o reino de Deus na Terra, com a duração de mil anos de abundância, justiça e felicidade. Ao fim desse período, haveria a ressurreição dos mortos, o Juízo Final e o fim do mundo terreno. O termo *milenarismo* costuma ser usado no sentido mais amplo e mais geral (e não no sentido restrito de mil anos de felicidade) para significar a esperança num tempo futuro de felicidade, justiça, harmonia, paz e abundância.

O bem e o mal

As religiões ordenam a realidade segundo dois princípios fundamentais: o *bem* e o *mal* (ou a luz e a treva, o puro e o impuro). Esses princípios podem aparecer de formas diferentes nas religiões, conforme o número de divindades.

Nas religiões politeístas, há inúmeros deuses, alguns bons, outros maus, ou até mesmo deuses que podem ser ora bons, ora maus. Nas religiões dualistas, a dualidade do bem e do mal está encarnada e figurada em duas divindades antagônicas que não cessam de se combater. Já nas religiões monoteístas, em que há um único deus, este pode ser tanto bom quanto mau, ou, como no caso do judaísmo, do cristianismo e do islamismo, é o puro bem, enquanto o mal provém da rebelião de entidades demoníacas, inferiores à divindade e em luta contra ela.

A divisão bem/mal não é problemática no politeísmo e no dualismo, nem nas religiões monoteístas que não exigem da divindade comportamentos sempre bons, uniformes e homogêneos. O problema, porém, existe no monoteísmo judaico-cristão e no islâmico.

A divindade judaico-cristã e islâmica é definida teologicamente como um ser positivo ou afirmativo: Deus é bom, justo, misericordioso, clemente, criador único de todas as coisas, onipotente e onisciente, mas, sobretudo, eterno e infinito. Deus é o ser perfeito por excelência, é o próprio bem, e este é eterno como Ele. Se o bem é eterno e infinito, como surgiu sua negação, o mal? Que positividade poderia ter o mal se, no princípio, havia somente Deus, eterna e infinitamente bom?

Admitir um princípio eterno e infinito para o mal seria admitir dois deuses, incorrendo no primeiro e mais grave dos pecados. Tanto os Dez Mandamentos como o Credo cristão e o Alcorão islâmico afirmam haver um só e único Deus, que criou todas as coisas do nada. Tudo o que existe é, portanto, obra de Deus. Se o mal existe, seria obra de Deus? Se Deus é o próprio bem, como poderia criar o mal? Como o perfeito criaria o imperfeito? Qual é, pois, a origem do mal?

Deus criou inteligências imateriais perfeitas, os anjos. Entre eles alguns aspiram a ter o mesmo poder e o mesmo saber da divindade e lutam contra ela. Menos poderosos e menos sábios, são vencidos e expulsos da presença divina. Não reconhecem, porém, a derrota. Formam um reino separado, de caos e trevas, e prosseguem na luta contra o Criador. Que vitória maior teriam senão corromper a mais alta das criaturas após os anjos, isto é, o ser humano? Valendo-se da liberdade dada à criatura humana, os anjos do mal a corrompem e a fazem cair, isto é, pecar. Com o **pecado**, o mal entra no mundo.

O mal é o pecado, isto é, a transgressão da lei divina que o primeiro homem e a primeira mulher praticaram. Sua punição foi o surgimento dos outros males: morte, doença, dor, fome, sede, frio, tristeza, ódio, ambição, luxúria, gula, preguiça, avareza, transmitidos a toda a humanidade. Pelo mal, a criatura afasta-se de Deus, perde a presença divina e a bondade original que tinha.

Portanto, o mal não é uma força positiva de mesma realidade que o bem, mas é pura ausência do bem, fraqueza. Assim como a treva não é algo positivo, mas simples ausência da luz, o mal é pura ausência do bem. Há um só Deus, e o mal é estar longe e privado d'Ele, pois Ele é o bem e o único bem.

pecado: palavra derivada do latim *peccatum*, vinda do verbo *peccare*, que possui o sentido moral de 'cometer uma falta, um erro, um engano'.

O pecado

Há religiões da *exterioridade* e religiões da *interioridade*. Nas religiões da exterioridade, os deuses possuem forma visível (humana, animal, vegetal ou mineral). Suas ordens e seus mandamentos se referem a comportamentos divinos e humanos externos e visíveis, e a relação dos seres humanos com os deuses se exprime nos ritos e nas cerimônias.

Em algumas religiões da exterioridade, o pecado é uma ação externa visível, cometida voluntária ou involuntariamente pela violação de um tabu ou pela má realização de um rito. A falta é *irreverência*, sentida na forma da *vergonha*, e traz como consequência uma *impureza* que contamina o faltoso e o grupo, exigindo rituais de purificação ou sacrifícios expiatórios.

Já em religiões como as dos babilônios, celtas, chineses, gregos antigos e hindus, o pecado não é apenas uma irreverência vergonhosa, mas também uma *culpa*. Ele ocorre ou porque o pecador está possuído por demônios ou maus espíritos, ou porque se torna desmedido, dizendo, fazendo e desejando o que não deve. Nesses casos, além dos rituais de purificação e de sacrifícios, tornam-se necessários os exorcismos (praticados sobre os endemoniados e os enfeitiçados) e as purificações individuais (autoflagelação, jejum, abstinência sexual).

Na maioria das religiões da exterioridade, o pecado é uma fatalidade. O *fatum* ('destino', em latim, também traduzido em português por 'fado') determinou desde sempre que o pecado seria cometido por alguém, para desgraça sua e de seu grupo. A falta não depende da vontade do agente, mas de uma decisão divina ou da possessão e enfeitiçamento do pecador, que acaba perdendo a medida do que é permitido aos humanos.

Como o perdão é um favor ou uma graça divina, pode acontecer que a divindade ofendida não perdoe, apesar dos rituais realizados pelo indivíduo ou pelo grupo. Nesse caso, será preciso aguardar que a vontade divina mude e conceda o perdão quando assim o desejar.

Nas religiões da interioridade, a divindade é concebida como puro espírito, invisível para os olhos de nosso corpo. Ela se dirige ao espírito do crente, falando à sua consciência e julgando os atos pelas intenções interiores do agente. Além dos ritos e cerimônias, na religião da interioridade a relação fundamental do ser humano com o(s) deus(es) é de espírito com espírito.

No judaísmo, no cristianismo e no islamismo, a falta ou pecado é uma ofensa cometida contra Deus. A ofensa se manifesta num ato externo visível, mas é cometida por uma ação interna invisível – a *intenção* –, que tem como causa ou uma vontade má, ou um entendimento equivocado. Quando causado por uma vontade má, o pecado é um *crime*, pois nasce da liberdade do agente, que transgride consciente e voluntariamente o decreto de Deus. Quando causado por um entendimento equivocado, é um *erro*. É uma transgressão experimentada na forma de *culpa*, o que exige expiação individual.

O perdão também depende da graça divina nas religiões de interioridade, mas exige uma experiência interior precisa, o *arrependimento*. O fiel precisa reconhecer a falta e praticar ações que manifestem externamente o arrependimento, seja por meio de preces e orações, seja por meio de sacrifícios infligidos a si mesmo (autoflagelação, jejum, abstinência sexual, entrega de bens na forma de esmolas, etc.).

Pecado original

No judaísmo, o pecado é infringir a Torá, a lei divina revelada. Como o pecado contamina o grupo, o pecador deve não só aceitar punição, mas também pedi-los a Deus a fim de expiar a culpa e purificar a si mesmo e ao grupo. Assim, o judaísmo enfatiza as ideias de confissão, arrependimento e penitência.

No islamismo, o Grande Pecado consiste na idolatria (fazer imagens de Alá) e no politeísmo. Os demais pecados são os mesmos do judaísmo, uma vez que o Islã reconhece a lei divina revelada a Moisés. O crente é salvo pela constância, pela fé, pelas obras e, acima de tudo, por seu arrependimento e sua penitência.

No cristianismo, São Paulo (c. 5 d.C.-67 d.C.) e Santo Agostinho (354-430) introduziram a ideia de **pecado original**. Não se trata apenas do primeiro pecado nem apenas do pecado cometido nas origens do tempo, quando Adão e Eva viviam no Paraíso. Ele é *original* porque o próprio gênero humano se originou de um pecado, quando Deus disse que a mulher iria gerar filhos na dor. O pecado dos primeiros pais poluiu para sempre toda a descendência humana, que assim ficou marcada desde a origem.



Pascal Manoukian/Sygma/Corbis/Latinstock

Em foto de 1981, confessionário de rua nos arredores do mosteiro de Jasna Góra, em Czestochowa, Polônia. Todo ano milhares de peregrinos visitam o santuário dedicado a Nossa Senhora de Czestochowa.

Para o cristianismo, o pecado original do primeiro homem e da primeira mulher difere dos demais pecados porque nele o homem e a mulher desejaram possuir o mesmo saber e o mesmo poder que Deus. Essa falta não pode ser corrigida por nenhuma ação humana, pois nenhum ser humano possui a mesma dignidade e majestade que Deus. Somente o próprio Deus pode expiar o pecado original, e o faz pelo sacrifício do messias, do cristo, isto é, do enviado que é o deus encarnado ou o Filho de Deus, Jesus.

Na doutrina cristã, o pecado é um problema teológico insolúvel, pois Deus é onipotente e onisciente. Ele conhece previamente o pecador, pois sendo onisciente, sabe tudo desde a eternidade. Se Deus castiga o pecador, não teria sido injusto por não o ter impedido, visto que sabia que o pecado seria cometido? Se conhece eternamente quem pecará e quem não pecará, não será Deus como o *fatum* e o destino fatal? E como falar na liberdade e no livre-arbítrio do pecador, se Deus sabia que ele cometeria o pecado? São muitas e conflitantes as respostas que, ao longo dos séculos, os teólogos cristãos têm oferecido para esse problema.

Críticas à religião

As primeiras críticas à religião feitas no pensamento ocidental vieram dos filósofos pré-socráticos, que criticaram o politeísmo e o antropomorfismo dos deuses. Para eles, do ponto de vista da razão, o politeísmo ou a pluralidade dos deuses é absurda, pois se a essência da divindade é a plenitude infinita, então não pode haver senão uma única potência divina, pois, se houvesse vários deuses, a potência de cada um seria limitada pelas dos outros e não seria infinita. O antropomorfismo, que atribui aos deuses qualidades e propriedades humanas num grau superlativo, também era considerado absurdo pelos pré-socráticos. A razão sabe que os deuses devem ser *supra*-humanos, ou seja, que suas qualidades não podem confundir-se com as da natureza humana. Essas críticas foram retomadas e sistematizadas por Platão (427 a.C.-347 a.C.), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) e os estoicos.

Outra crítica à religião foi feita pelo grego Epicuro (341 a.C.-270 a.C.) e retomada pelo latino Lucrécio (99 a.C.-55 a.C.). A religião, disseram eles, é fabulação ilusória, nascida do medo da morte e da natureza. É **superstição**.

No século XVII, o filósofo Espinosa (1632-1677) retomou essa crítica, mas, em vez de começar pela religião, começou pela superstição. Os humanos, disse ele, têm medo dos males que lhes possam acontecer e esperança dos bens que possam lhes ocorrer. Movidos pelo medo e pela esperança, não confiam em si mesmos nem nos conhecimentos racionais para evitar males e atrair bens. Passional ou irracionalmente, julgam que a origem dos males e dos bens encontra-se em forças sobrenaturais caprichosas, passando a acreditar nelas como poderes que os governam arbitrariamente. Essa crença é a superstição, que é a causa do surgimento da religião. Para alimentar a superstição, os humanos criam a religião, que institui o poder teológico-político para conservar seu domínio sobre os seres humanos. Assim, sacerdotes e teólogos fazem crer que as leis políticas não foram instituídas pelos seres humanos, mas pela vontade de Deus ou dos deuses. Essa vontade divina teria sido revelada apenas a alguns, que, por isso, teriam o direito divino de comandar os demais.

De acordo com Espinosa, a religião nasceu do medo supersticioso e está a serviço da tirania. A tirania é tanto mais forte quanto mais os seres humanos forem deixados na ignorância da verdadeira natureza de Deus, das verdadeiras causas de todas as coisas e da origem humana do poder político e das leis.

A crítica filosófica à religião concentrou-se, pouco a pouco, em afirmar a diferença entre a crença numa divindade sobrenatural, que impõe leis aos seres humanos, e o conhecimento racional da verdadeira essência de Deus. Essa crítica conduziu, nos séculos XVII e XVIII, à ideia de uma religião não revelada, não sobrenatural, chamada *deísmo* ou *religião natural*.

Voltando-se contra a religião revelada e institucionalizada como poder eclesiástico e poder teológico-político, os filósofos deístas afirmaram a existência de um Deus que é uma força ou uma energia inteligente, imanente à natureza. Esse Deus, que pode ser conhecido pela razão e é contrário à superstição, não precisa de cultos religiosos nem decreta leis aos seres humanos. Observamos, portanto, que as críticas à religião voltam-se contra dois de seus aspectos: o encantamento do mundo, considerado superstição, e o poder teológico-político institucional, considerado tirânico.

Leituras filosóficas

A religião faz o ser humano?



Corbis/Latinstock

Karl Marx, em retrato de data desconhecida.

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem faz a religião, *a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ainda não se conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o* homem *não é um ser abstrato, acocorado fora do mundo. O homem é o* mundo do homem, *o Estado, a sociedade. Esse Estado e sociedade produzem a religião, uma* consciência invertida do mundo, *porque eles são um* mundo invertido. *A religião* [...] *é a* realização fantástica *da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião.*

A miséria religiosa *constitui ao mesmo tempo a* expressão *da miséria real e do protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo.*

MARX, Karl. Introdução. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 145.

1. O que o autor quer dizer ao afirmar que o ser humano "ainda não se conquistou a si mesmo"? Que relação isso tem com a criação da religião?

2. No texto acima, qual é o verdadeiro alvo da crítica de Marx: a religião ("consciência invertida do mundo") ou o "mundo cujo aroma espiritual é a religião"? Justifique sua resposta.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

- Você já teve interesse em conhecer melhor uma religião diferente da sua? Ou, se você não tem religião, já se interessou em conhecer mais profundamente alguma? Escolha uma religião que em algum momento tenha despertado sua curiosidade e faça uma pesquisa sobre seus princípios, seus dogmas e suas crenças. Procure descobrir também em que países e regiões ela tem mais seguidores. Em seguida, elabore um texto discutindo se essa religião entra ou não em choque com os valores morais e políticos vigentes na sociedade em que ela é praticada.



Warley Leite/Brazil Photo Press/Folhapress

Manifestação de fiéis católicos, em São Paulo, em março de 2012, contra decisão do Supremo Tribunal Federal que autorizou o aborto de fetos anencéfalos (sem cérebro).

Em síntese

1. Por que a consciência do tempo nos leva à consciência da morte? Qual é o papel dessa consciência no surgimento da religiosidade?
2. O que é a experiência do sagrado? Como ela opera o "encantamento do mundo"?
3. Que significa a palavra religião? Como ela organiza o espaço e o tempo?
4. O que é a história sagrada?
5. Por que a religião se dirige às emoções? Quais são os papéis da fé e da piedade na religião?
6. Qual é a função dos ritos? Ilustre sua resposta com um exemplo.
7. O que é um objeto tabu? Dê exemplos de outros objetos simbólicos sagrados e explique sua função.
8. Explique a diferença entre religiões da iluminação mística e religiões da revelação das leis.
9. Como as religiões explicam a morte? O que é a promessa da imortalidade feita pelas religiões?
10. Por que o milenarismo diz respeito à esperança por justiça e felicidade?
11. Como as religiões se distinguem quanto à explicação sobre o bem e o mal?
12. O que é o pecado? Como ele é concebido pelas religiões da exterioridade?
13. Como as religiões da interioridade concebem o pecado?
14. Por que o pecado é um problema teológico insolúvel para o cristianismo?
15. De acordo com Espinosa, qual é a causa da superstição? Quais são as principais consequências dela?
16. O que dizem os filósofos deístas?

Indicações

Santo forte

- **Direção de Eduardo Coutinho. Brasil, 1999.**

Documentário sobre a religiosidade de moradores da favela Vila Parque da Cidade, situada na zona sul do Rio de Janeiro. O filme se baseia em uma pesquisa sobre identidades brasileiras e diversidade religiosa.



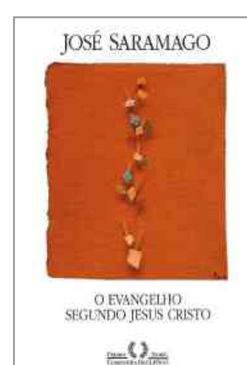
Divulgação/CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular

Cena do documentário *Santo forte*, de Eduardo Coutinho.

O evangelho segundo Jesus Cristo

- **Escrito por José Saramago. Companhia das Letras, 1991.**

Este livro ficcional narra a vida de Jesus de um ponto de vista humanizado, representando conflitos internos e inquietações que narrativas escritas por terceiros não alcançariam. O resultado é uma visão pungente da paixão de Cristo.



Hélio de Almeida/Ed. Companhia das Letras

Capa de edição brasileira de *O evangelho segundo Jesus Cristo*.

O livro das religiões

- **Escrito por Jostein Gaarder, Victor Hellern, Henry Notaker. Companhia de Bolso, 2005.**

O livro apresenta um panorama das diferentes religiões do mundo. Ao mesmo tempo, desenvolve temas indiretamente associados à religião. A edição brasileira conta com um apêndice sobre as religiões no Brasil, elaborado pelo cientista social Antônio Flávio Pierucci.

CAPÍTULO 26

O universo das artes



Eduardo Knapp/Folhapress

A ETERNA NOVIDADE

O que é, para você, arte? A expressão artística é um resultado da história e da cultura ou é pura criação individual? A resposta não é simples. A expressão artística está inscrita na história e na cultura e delas se alimenta: as técnicas, os métodos de cada área artística e as reflexões que obras já existentes despertam são fundamentais para a criação de novas obras. Nessa fotografia de 2013, vemos uma cena de *Corpo sobre tela*, criação do bailarino e coreógrafo Marcos Abranches que mistura dança e pintura. As obras do pintor Francis Bacon (1909-1992) foram uma referência fundamental para Abranches, assim como técnicas da dança contemporânea. Ao mesmo tempo, essa expressão artística dependeu da subjetividade e criatividade do artista na elaboração de cenas e movimentos, da consciência dele sobre as possibilidades de seu corpo, etc.

O artista, a obra de arte e o espectador

Se perguntássemos a alguém o que é um *artista*, é quase certo que a pessoa responderia que é o ator, o compositor e o cantor; em alguns casos, incluiria os bailarinos. Essa resposta é interessante tanto pelo que afirma como pelo que silencia.

O silêncio consistiria em não incluir na categoria "artista", por exemplo, os poetas e romancistas – "são escritores e não artistas", diria a pessoa. Também estariam excluídos os diretores de teatro, filmes e novelas – "dirigem os artistas, mas não são artistas", diria essa mesma pessoa. Essa pessoa estaria afirmando, mesmo que não o soubesse, que um artista é aquele que realiza uma *performance* num espetáculo.

Entretanto, se pedíssemos a essa mesma pessoa que nos desse exemplos de *obras de arte*, provavelmente nos falaria das pinturas de Leonardo da Vinci, das esculturas de Aleijadinho, das sinfonias de Beethoven, de *Os Lusíadas*, de Camões, de um balé como o *Quebra-Nozes*. Essa pessoa identifica obra de arte com objetos criados no passado, conservados respeitosamente em museus e bibliotecas ou apresentados em grandes teatros para um público restrito.

A resposta é interessante por dois motivos. Em primeiro lugar, porque as linguagens das obras de arte enumeradas por essa pessoa não coincidem exatamente com aquelas em que atuam as pessoas que ela entende por artistas. Em segundo, porque ela tende a considerar que poucos têm acesso a obras de arte, seja porque são poucos os que as compreendem, seja porque são poucos os que dispõem de recursos financeiros para fruí-las.

O que essa discrepância entre o que se entende por *artista* e por *obra de arte* indica? Por um lado, que, ao dizer quem é um artista, a pessoa exprime o ponto de vista da chamada *cultura de massa* ou *cultura do espetáculo*. Por outro, que, ao explicar o que entende por obra de arte, exprime o ponto de vista da chamada *cultura erudita* ou *cultura de elite*, portanto, de um espectador que vive numa sociedade dividida em classes sociais, na qual somente alguns poderiam entender e fruir a arte.

O ponto de vista do espectador

Se perguntássemos a essa mesma pessoa o que ela experimenta diante de uma obra de arte de que gosta, provavelmente nos diria que sente respeito, que se emociona com a beleza da obra e admira o artista que a criou. Essa pessoa, agora, exprime o ponto de vista de um espectador que vive numa sociedade industrial ou pós-industrial, na qual os objetos de uso e de consumo, ao contrário da obra de arte, são descartáveis e efêmeros, porque produzidos em série – não provocam respeito, não emocionam por sua beleza nem provocam admiração por seus produtores.

Se, por fim, perguntássemos a essa pessoa se ela possui obras de arte, ela poderia dizer que sim ou que não, mas poderia completar a resposta dizendo que possui objetos de artesanato, algumas antiguidades, algum livro de arte, alguns CDs e DVDs. Essa resposta é muito interessante porque nela percebemos:



Zé Carlos Barretta/Folhapress

Visitantes observam a pintura *O tocador de pífano*, de Édouard Manet (1832-1883), na exposição "Impressionismo: Paris e a modernidade", em São Paulo (SP), em 2012.

1. a aproximação e a distinção entre arte e artesanato;

2. a proximidade entre arte e antiguidade;

3. a existência de suportes físicos industriais (livro, CD, DVD) que possibilitam o acesso a reproduções de obras de arte, embora o original (a pintura em si mesma) e a *performance* (apresentação da obra musical ou cênica) continuam sendo considerados inacessíveis.

Examinemos esses três aspectos presentes no ponto de vista do espectador.

1. Ao aproximar arte e artesanato, o espectador tem em mente o fato de que tanto a obra de arte como o objeto artesanal são trabalhos feitos por uma única pessoa – ao contrário do trabalho de um operário fabril, que trabalha com centenas de outros numa linha de montagem. Além disso, enquanto o produto industrial, feito em série, é impessoal, a obra de arte e a de artesanato são individualizadas ou pessoais, exprimindo a intenção, a habilidade e o talento de quem as realiza. No entanto, ao distinguir entre arte e artesanato, o espectador tem em mente a maior complexidade e variedade de procedimentos empregados pelo artista quando comparado com o artesão. A distinção também leva em conta que o artesão costuma fabricar vários exemplares do mesmo objeto, enquanto o artista tende a produzir apenas um, percebido como único, como raridade.

2. Ao aproximar obra de arte e antiguidade, o espectador mantém a ideia de que as grandes obras de arte foram realizadas no passado e conservadas pela humanidade como um bem coletivo (mesmo que poucos tenham acesso direto a elas). Mas não só isso. O mercado de antiguidades consiste em apanhar um objeto de uso e de consumo para retirá-lo de seu circuito habitual, fazendo-o valer como uma peça decorativa de estimação. Ora, o mesmo acontece com a obra de arte quando é conservada no museu ou na biblioteca: ela também é retirada do circuito do uso e do consumo, passando a valer em si e por si mesma como uma peça única.

3. A pessoa com quem estamos conversando talvez nunca possa ir a Atenas ver o Partenon, ou a Paris para ver, no Museu do Louvre, a *Mona Lisa* pintada por Leonardo da Vinci, ou a Gramado para assistir ao Festival de Cinema. Mas essa pessoa sabe que a imprensa, o rádio, o cinema, o CD, a televisão, o DVD e a internet podem reproduzir ou transmitir essas obras, lançando-as no mercado de consumo e permitindo um acesso indireto a elas. Em outras palavras, a sociedade industrial desenvolveu recursos técnicos para multiplicar aquilo que é considerado o traço mais marcante da obra de arte: *ser única*. O que talvez o espectador não saiba é que a transmissão e a reprodução das obras de arte possuem duas caras: uma delas democratiza o acesso à arte; a outra submete as artes a um mercado novo, criado pela chamada **indústria cultural**.

O ponto de vista do artista

O pensador Merleau-Ponty (1908-1961) dizia que a arte é **advento**, um vir a ser do que nunca antes existiu. Assim, a arte é uma promessa infinita de acontecimentos: cada obra de um artista traz em si algo a ser retomado por outras obras suas e de outros artistas. Ou seja, uma obra de arte tem o poder de abrir o tempo para o novo. No ensaio “A linguagem indireta e as vozes do silêncio”, ele escreve:

> *O primeiro desenho nas paredes das cavernas fundava uma tradição porque recolhia uma outra: a da percepção. A quase eternidade da arte confunde-se com a quase eternidade da existência humana e por isso temos, no exercício de nosso corpo e de nossos sentidos, com que compreender nossa gesticulação cultural, que nos insere no tempo.*
>
> MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 355. (Os pensadores).


Henry Yu/Acervo do fotógrafo

Pintura rupestre de cerca de 8 mil anos encontrada na Lapa de Cerca Grande, em Matozinhos (MG). As primeiras pinturas remontam à origem da história da arte. O artista, de modo inovador e por meio de uma linguagem não oral, faz a crônica das experiências de vida de uma comunidade.

O que dizem os desenhos nas paredes da caverna? Que os seres humanos são dotados de olhos e mãos, que para os humanos o mundo é visível e existe para ser visto, e que os olhos e as mãos do artista dão a ver o mundo. O artista é aquele que recolhe de maneira nova e inusitada aquilo que está na percepção de todos e que, no entanto, ninguém parece perceber. Ao fazê-lo, nos dá o sentimento da quase eternidade da obra de arte, pois ela é a expressão perene de nossa vida corporal.

Que mundo é trazido pelo artista? Aquele eternamente novo. *Eternamente*, porque tão antigo e perene quanto a percepção humana. *Novo*, porque o artista o percebe como nunca fora percebido antes pelos demais. É assim, por exemplo, que o pintor Claude Monet (1840-1926) pintou várias vezes a mesma catedral medieval, que perdurava há muitos séculos, fazendo nascer, em cada tela, uma nova catedral. Referindo-se a essas telas de Monet, o filósofo Gaston Bachelard (1884-1962) escreve, num ensaio denominado "O pintor solicitado pelos elementos":

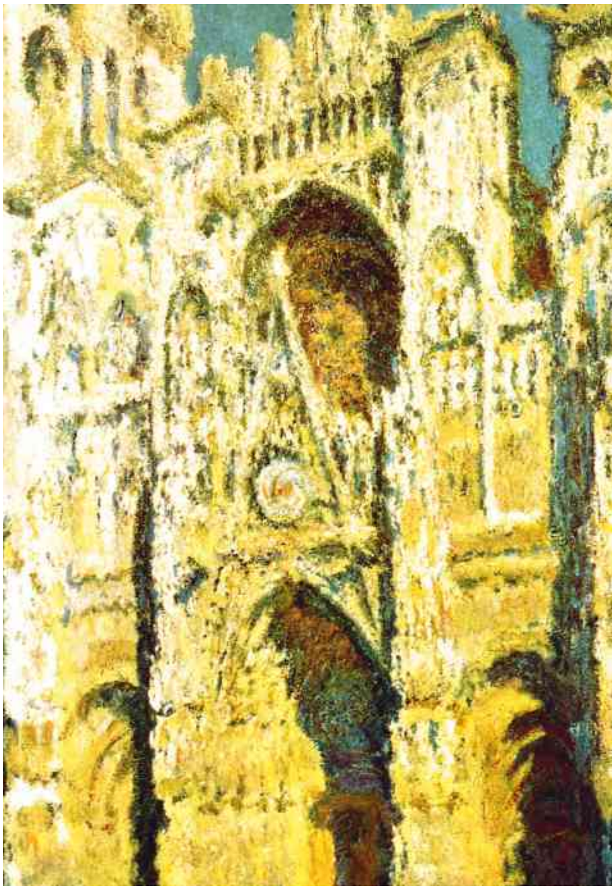
> *Um dia, Claude Monet quis que a catedral fosse verdadeiramente aérea — aérea em sua substância, aérea no próprio coração das pedras. E a catedral tomou da bruma azulada toda a matéria azul que a própria bruma tomara do céu azul... Num outro dia, outro sonho elementar se apodera da vontade de pintar. Claude Monet quer que a catedral se torne uma esponja de luz, que absorva em todas as suas fileiras de pedras e em todos os seus ornamentos o ocre de um sol poente. Então, nessa nova tela, a catedral é um astro doce, um astro ruivo, um ser adormecido no calor do dia. As torres brincavam mais alto no céu, quando recebiam o elemento aéreo. Ei-las agora mais perto da Terra, mais terrestres, ardendo apenas um pouco, como fogo guardado nas pedras de uma lareira.*

BACHELARD, Gaston. *O direito de sonhar*. São Paulo: Difel, 1986. p. 28.

Como vimos, para a cosmologia grega, os elementos fundamentais são o ar, o fogo, a terra e a água. Bachelard nos diz que Monet pintou as pedras da catedral como se fossem de ar ("bruma azulada" como o "céu azul") e depois as pintou como se fossem de fogo ("o ocre de um sol poente", "um astro ruivo"). Tomando a eternidade dos elementos e a perenidade da catedral medieval, Monet criou a catedral como obra de arte, como se a cada vez ela estivesse sendo vista pela primeira vez, cada tela fazendo-a inteiramente nova.



De Agostini Picture Library/Getty Images



Reprodução/Museu d'Orsay, Paris, França.

Para captar os efeitos da luz sobre a construção, Claude Monet pintou dezenas de vezes a Catedral de Rouen, na França, em diferentes momentos do dia. Em cada tela pintada por Claude Monet, uma nova catedral se mostrava aos olhos do espectador. À esquerda, *A catedral de Rouen. O portal, dia cinzento* (1892); à direita, *A catedral de Rouen, sol a pino* (1893).



O monte Santa Vitória visto de Bellevue (1885), óleo sobre tela de Paul Cézanne (1839-1906). O artista francês pintou esse monte dezenas de vezes, de diferentes perspectivas.

O que procura o artista? Responde Alberto Caeiro, um dos heterônimos do poeta Fernando Pessoa (1888-1935): "o pasmo essencial / que tem uma criança se, ao nascer, / reparasse que nascera deveras". O artista busca o espanto profundo de uma criança que soubesse de verdade ("deveras") que nasceu para o mundo e que ele nasceu para ela.

O artista imagina o mundo não só tal como seria ao ser visto por nós pela primeira vez, mas também tal como teria sido em si mesmo no momento originário de seu surgimento. É esse mundo originário, anterior à nossa presença nele, o que procura o pintor Paul Cézanne (1839-1906), cujo trabalho é assim comentado por Merleau-Ponty no ensaio "A dúvida de Cézanne":

> *Vivemos em meio aos objetos construídos pelos homens, entre utensílios, casas, ruas, cidades e na maior parte do tempo só os vemos através das ações humanas de que podem ser os pontos de aplicação* [...]. *A pintura de Cézanne suspende estes hábitos e revela o fundo de Natureza inumana sobre o qual se instala o homem* [...] *a paisagem aparece sem vento, a água do lago sem movimento, os objetos transidos hesitando como na origem da Terra. Um mundo sem familiaridade* [...]. *Só um humano, contudo, é justamente capaz dessa visão que vai até as raízes, aquém da humanidade constituída* [...]. *O artista é aquele que fixa e torna acessível aos demais humanos o espetáculo de que participam sem perceber.*

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Textos selecionados*.
São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 308-309. (Os pensadores).

A "eterna novidade do mundo"

A obra de arte "fixa e torna acessível" o mundo em que vivemos e que até então percebíamos sem nos darmos conta dele e de nós mesmos nele. A obra de arte nos dá a ver o que sempre vimos sem ver, a ouvir o que sempre ouvimos sem ouvir, a sentir o que sempre sentimos sem sentir, a pensar o que sempre pensamos sem pensar, a dizer o que sempre dissemos sem dizer. Por isso, nela e por ela, a realidade se revela como se jamais a tivéssemos visto, ouvido, dito, sentido ou pensado. Eis por que o artista é aquele que passa pela experiência de nascer todo dia para a "eterna novidade do mundo", como também diz Caeiro.

O que é essa experiência? A invenção de mundos ou a recriação do mundo. Podemos ver essa recriação do mundo no "Poema do nadador", de Jorge de Lima (1893-1953):

> *A água é falsa, a água é boa.*
> *Nada, nadador!*
> *A água é mansa, a água é doida,*
> *aqui é fria, ali é morna,*
> *a água é fêmea.*
> *Nada, nadador!*
> *A água sobe, a água desce,*
> *a água é mansa, a água é doida.*
> *Nada, nadador!*
> *A água te lambe, a água te abraça,*
> *a água te leva, a água te mata.*
> *Nada, nadador!*
> *Senão, que restará de ti, nadador?*
> *Nada, nadador.*

In: TELES, Gilberto Mendonça (Org.).
Melhores poemas: Jorge de Lima. São Paulo: Global, 1994.

Rigorosamente, não há *nada* nesse poema que desconheçamos. Nenhuma das palavras empregadas pelo poeta nos é desconhecida. E, no entanto, tudo aí é inteiramente novo. O poema diz o que, antes dele, jamais havia sido dito e o que, sem ele, nunca seria dito.

O poema se constrói pelo jogo de sentidos da palavra *nada*. *Nada* é o imperativo do verbo *nadar* (o poeta ordena ao nadador que nade: "Nada, nadador!"), mas é também o pronome indefinido negativo (se não nadar, diz o poema, nada restará ao nadador: "Nada, nadador"). A presença do ponto de exclamação em "Nada, nadador!" indica o uso verbal de *nada*. Já a ausência do ponto de exclamação em "Nada, nadador." indica o uso pronominal de *nada*. O mesmo jogo é feito com a palavra *nadador*: ela se refere àquele que realiza a ação de nadar, mas também indica em que essa ação se realiza – *na dor*.

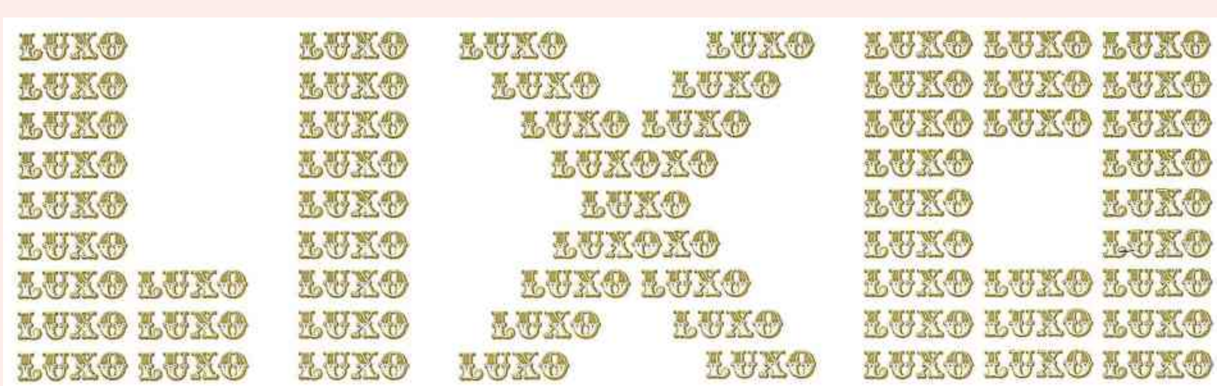
A água é descrita por meio de oposições: ela é "boa" e "falsa", "mansa" e "doida", "fria" e "morna", "sobe" e "desce", "abraça" e "mata". O que ela é? É instável, mudando sem cessar, opondo-se a si mesma, contraditória. Por isso é uma força que arrasta tudo para o vazio. A água simboliza a fugacidade e a instabilidade do mundo, sua acolhida ("te lambe, te abraça") e sua violência ("te leva, te mata"). O que sente aquele que nada? Dor. Mas por que ele precisa nadar e continuar nadando? Porque somente assim enfrentará a força e o vazio das coisas, não se deixará seduzir pela acolhida delas nem se deixará destruir pela violência delas. A dor de quem nada é o que resta ao *nada-dor,* impedindo-o de transformar-se, ele também, em puro nada.

Ao jogar com a duplicidade de sentido de *nada* e com a composição da palavra *nadador*, o poeta transfigura a linguagem cotidiana para fazê-la dizer algo novo. Esse algo, isto é, o sentido novo, não existe antes nem depois do poema, não existe aquém nem além dele, mas é o próprio poema como reinvenção ou recriação da linguagem.

A linguagem que falamos cotidianamente é a *linguagem instituída*, uma "fala falada", em que reproduzimos as significações das palavras sem pensar nelas. A linguagem do poeta, do romancista, do contista é uma *linguagem instituinte*, criadora, inventora de significações novas, uma "fala falante".

O que é, para o poeta ou o romancista, escrever? Segundo o filósofo e escritor francês Jean-Paul Sartre (1905-1980), é distanciar-se da linguagem-instrumento, que utiliza as palavras como meros signos ou sinais estabelecidos, e entrar na **atitude poética**, que trata as palavras como entes reais. É apanhar a linguagem em estado selvagem (como Jorge de Lima faz com a palavra *nada*), como se as palavras fossem seres como a terra, a relva, a montanha ou a água (exatamente como no poema de Jorge de Lima a palavra *nada* e a palavra *água* são o mundo e a ação do homem).

O poeta quer que as palavras signifiquem, em si e por si, alguma coisa que são elas próprias na forma de poema. O prosador deseja, além disso, que elas designem o mundo, ainda que para isso ele tenha de reinventar o mundo por meio das palavras. O que é a literatura? É a criação de um mundo que existe como palavra e somente pela e na palavra.



"Luxo" (1965), de Augusto de Campos (1931-). O poema visual leva às últimas consequências a intenção de tirar a palavra da esfera instrumental e levá-la para o plano da atitude poética.

Fonte: CAMPOS, Augusto de. *Viva vaia*: poesia 1949-1979. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. p. 119.

Recriar o mundo

O que há de espantoso nas artes é que elas desvendam ou descobrem o mundo recriando-o de outra maneira e em outra dimensão. Justamente porque as artes recriam o mundo com palavras, sons, traços, cores, gestos, movimentos, formas, massas e volumes, a realidade criada não está *aquém* nem *além* da obra, mas *é a própria obra de arte*.

Talvez a melhor comprovação disso esteja na música e na dança.

Feita de sons, a música será destruída se tentarmos ouvir cada som separadamente. Pela harmonia, pela duração, pela combinação de sons e timbres, pelo ritmo, a música cria um *mundo sonoro* que só existe nela, por ela e que é ela própria.

Feita de movimentos, gestos e ritmos, a dança será destruída se tentarmos isolar cada um desses elementos ou reuni-los mecanicamente como em bonecos. A dança só existe na movimentação e gesticulação ritmadas do dançarino e da dançarina, que recriam o corpo humano assim como recriam o movimento e o ritmo do próprio mundo, cujo sentido e cuja realidade não são senão o ato de dançar.

Toda arte realiza a passagem do *instituído* ao *instituinte*, ou seja, faz aquilo que já existe renascer e ser de maneira inteiramente nova. A transformação ou transfiguração da realidade numa outra, nova e existente apenas no trabalho realizado pelo artista, chama-se **obra**.



Victoria Arenque/Rede Terreiro Contemporâneo de Dança

Feito de som e fúria, espetáculo do grupo Breaking no Asfalto, em Uberlândia (MG), 2015. O dançarino recria o corpo humano e o ritmo do próprio mundo.

Arte e religião

Ao estudarmos o surgimento da cultura e da religião, vimos que foi a capacidade para se relacionar com o ausente que permitiu aos humanos criar a linguagem e instituir o trabalho e a religião. Essas primeiras manifestações culturais deram origem às primeiras formas da sociabilidade e da autoridade. Além disso, instituíram os símbolos da organização humana do espaço e do tempo, do corpo e do espírito. As artes nasceram inseparáveis dessa humanização do mundo natural, humanização que conduziu à sacralização do mundo natural.

A sacralização implicou que todas as atividades humanas assumissem a forma de rituais. A guerra, a semeadura e a colheita, a culinária, o nascimento e a morte, a doença e a cura, a mudança das estações, o movimento dos astros, em suma, todos os acontecimentos naturais eram cercados por rituais religiosos dedicados às forças divinas que os causavam.

A ritualização da vida fez com que medicina, agricultura, culinária, edificações, produção de utensílios, música e dança se realizassem como ritos ou seguindo rituais. Certos utensílios e instrumentos, assim como certos vestuários e adornos, se tornaram elementos desses rituais. Semear e colher, caçar e pescar, cozer alimentos, fiar e tecer, assim como pintar, esculpir, dançar, cantar e tocar instrumentos sonoros tornaram-se atividades técnico-religiosas.


Prisma Bildagentur AG/Alamy/Glow Images

Totens encontrados em comunidade abandonada do povo Haida, em ilha na costa oeste do Canadá. Os totens encarnam ancestrais ou divindades protetoras dos povos que os erigem. Foto de 2007.

Os primeiros objetos artísticos – estatuetas, pinturas nas paredes das cavernas, sons obtidos por percussão – eram objetos *mágicos*, ou seja, não eram uma representação nem uma invocação aos deuses, mas a encarnação deles. Esses primeiros objetos eram os *fetiches*, e os artistas ou artesãos eram os *feiticeiros*.

À medida que as religiões foram se organizando no interior das sociedades, passou-se à ideia de que determinados lugares e coisas seriam escolhidos pelos deuses e deveriam estar separados de todo o resto. Surgiam, assim, os cultos. Os objetos fabricados com essa finalidade pelos artistas-artesãos passaram a ter *valor de culto*. As *artes* nasceram no interior dos cultos para servi-los.

O artista: um iniciado em mistérios

Nas primeiras sociedades e culturas, o artista era um mago, um artesão e um iniciado num ofício sagrado. A arte era inseparável do culto e do ritual. Os sons, os cantos, as danças, as pinturas tinham relação direta com a evocação de divindades e a cura xamânica. Por esse motivo, a atividade artística não se efetuava segundo a liberdade criadora do técnico-artesão, mas exigia a repetição ritualística e sacralizada de regras, normas e procedimentos.

O artífice era iniciado em seu ofício recebendo uma educação especial, tornando-se um *iniciado em mistérios*. Aprendia a conhecer a matéria-prima para o exercício de sua arte, a usar utensílios e instrumentos preestabelecidos para a sua ação, a realizar gestos, pronunciar palavras, utilizar cores, manipular ervas segundo um receituário fixo conhecido apenas pelos iniciados. O artista era, portanto, oficiante de cultos e fabricador dos objetos e gestos necessários para sua realização. Seu trabalho nascia de um dom dos deuses e era um dom humano voltado para os deuses.

A relação entre a atividade dos artistas ou artesãos e a religião persistiu mesmo quando os detentores da autoridade religiosa já haviam deixado de fabricar os instrumentos e os locais dos cultos. Então, os artistas tornaram-se servidores da autoridade religiosa, ficando encarregados de tecer os vestuários, fabricar as joias, produzir os objetos e os instrumentos, construir os lugares dos cultos, erguer altares, esculpir ou pintar as figuras dos deuses e de seus representantes, produzir as músicas, os cantos e os instrumentos musicais, realizar as danças.

As grandes obras de arte das sociedades antigas e da sociedade cristã medieval, assim como da judaica e da islâmica, eram encomendadas por uma autoridade religiosa e pelos oficiantes dos cultos para fins religiosos. Essa relação profunda com a religião, que determinava toda a atividade artístico-artesanal, indicava a ausência de algo que se tornará decisivo séculos mais tarde: a autonomia das artes.

Para que a arte alcançasse essa autonomia, foi preciso que o modo de produção capitalista dessacralizasse o mundo e laicizasse toda a cultura, lançando todas as atividades humanas no mercado. Com essa transformação social, os artistas conseguiram se libertar do poder religioso e do poder político, mas se viram submetidos ao poder econômico. Ao se livrarem do *valor de culto*, as obras de arte foram aprisionadas pelo *valor de mercado*.

Divulgação/Channel 4



Cena da série televisiva *Os pilares da Terra*, cujo fio condutor é a construção de uma catedral durante a Idade Média. O aprimoramento de técnicas de edificação e as mudanças no estilo arquitetônico estavam a serviço do ritual religioso.

Arte e técnica

Dissemos anteriormente que as pessoas espontaneamente encontram semelhanças entre arte e artesanato. Essa aproximação decorre do fato de que o artista e o artesão produzem sozinhos e por inteiro uma obra que exprime seus talentos e habilidades. Mas há ainda outro motivo para isso: o fato de que, historicamente, **arte e artesanato** eram a mesma coisa.

artista e artesão: em latim, *artesão*, *artífice* ou *artista* se diz *artifex*, 'o que faz com arte', e também *opficis*, 'o que exerce um ofício'. O resultado da ação do artista ou do artífice é denominado *opus* (no singular) e *opera* (no plural), de onde se origina 'obra' em português.

A arte ou técnica era toda atividade regrada com vista à produção de uma obra. Em seu sentido mais geral, era um conjunto de regras e procedimentos que orientavam uma atividade humana para que esta realizasse sua finalidade. Assim, falava-se em arte médica, arte política, arte militar, arte retórica, arte poética, arte dietética, arte da navegação, arte da caça, arte do plantio, arte de pintar, esculpir, dançar, etc.

Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) não distinguia a arte nem das ciências nem da filosofia, uma vez que todas elas são atividades humanas ordenadas e regradas. Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), porém, estabeleceu duas distinções que perduraram por séculos na cultura ocidental.

A primeira distingue entre ciência e arte ou técnica: a ciência é um saber teórico que se refere ao necessário, enquanto a arte ou técnica é um saber prático que opera no campo do contingente ou do possível. A segunda, estabelecida no campo da própria prática, diferencia entre *ação* e *fabricação*. A ação (em grego, *práxis*) é aquela atividade humana em que o agente, o ato que ele realiza e a finalidade buscada por ele são idênticos – a *práxis* define a ação ética e a ação política. Assim, por exemplo, o ser humano que age virtuosamente é virtuoso e a virtude é a ação que ele realiza, de maneira que não se pode separar o agente virtuoso, o ato virtuoso e a virtude ou finalidade da ação. A fabricação (em grego, *poiesis*) é aquela atividade humana na qual o agente (o artesão ou artista), a ação que ele realiza (as regras e os procedimentos seguidos por ele) e a finalidade buscada (a obra) são diferentes e distintos – a *poiesis* define as artes ou técnicas como atividades de fabricação. Assim, por exemplo, o médico, a ação de curar e a saúde reconquistada não são idênticos. Da mesma maneira, o escultor, o cinzel e o mármore, as regras da escultura e a estátua não são idênticos.

Posteriormente, os filósofos neoplatônicos distinguiram também dois tipos de técnicas ou artes. Um reúne as técnicas ou artes voltadas a auxiliar a natureza, como a medicina e a agricultura; o outro, as técnicas ou artes cuja finalidade é fabricar um objeto com os materiais oferecidos pela natureza, como o artesanato propriamente dito. Distinguiram também outro conjunto de artes e técnicas que não se relacionam com a natureza, mas apenas com o próprio ser humano, e que têm a finalidade de torná-lo melhor ou pior: música, dança, poesia e retórica.

A classificação das artes ou técnicas estava de acordo com a própria estrutura da sociedade antiga, fundada na escravidão. A divisão social, que impunha aos escravizados todos os trabalhos manuais e reservava aos homens livres as atividades não manuais, levava a uma cultura que desprezava o trabalho manual.

A obra *As núpcias de Mercúrio e Filologia*, escrita pelo pensador romano Marciano Capella (século V), ofereceu a classificação que perdurou de sua época até o século XV. Ao dividir as artes em *artes liberais* (ou dignas do homem livre) e *artes servis* ou *mecânicas* (próprias do trabalhador manual), essa classificação reforça a relação entre a divisão das artes e a divisão social. Eram artes liberais: gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, astronomia e música. Eram artes mecânicas: agricultura, caça, pesca, medicina, engenharia, arquitetura, navegação, pintura, escultura, olaria, carpintaria, marcenaria, fiação e tecelagem, etc.

Durante a Idade Média, Tomás de Aquino (1225-1274) justificou a proposta de Marciano Capella como diferença entre as artes que dirigem o trabalho da razão (ou as *artes liberais*) e as que dirigem o trabalho das mãos (ou as *artes mecânicas*). Se, numa perspectiva religiosa cristã, a alma é livre e o corpo é para ela uma prisão, conclui-se que as artes liberais são superiores às artes mecânicas.

O útil e o belo

A partir da Renascença, porém, travou-se uma luta pela valorização das artes mecânicas ou manuais por duas razões principais: o surgimento do ideal da vida ativa, que valorizava a aplicação prática ou técnica dos conhecimentos teóricos, e a dignificação do corpo humano pelo Humanismo renascentista.

Primeiramente, as artes mecânicas foram elevadas à condição de *conhecimento*, como as artes liberais. Assim, elas deixavam de ser vistas como mera aplicação rotineira de regras de fabricação de objetos e passavam a ser reconhecidas como conhecimentos teóricos para a invenção e construção de instrumentos e para a realização de atividades como a medicina, a engenharia, a arquitetura, a balística, a pintura e a escultura.

Em seguida, a partir do final do século XVII, distinguiram-se as finalidades das várias artes mecânicas. De um lado, as artes mecânicas que tinham como fim o que é *útil* aos seres humanos tornaram-se efetivamente liberais, o que deu origem ao termo *profissões liberais* (médico, engenheiro, arquiteto, etc.). De outro lado, as artes mecânicas, cujo fim era produzir o *belo* e provocar o sentimento da beleza, transformaram-se nas chamadas **belas-artes**, modo pelo qual fomos acostumados a entender a arte.

A distinção entre *artes da utilidade* e *artes da beleza* acarretou uma separação entre *técnica* (o útil) e *arte* (o belo). A arte assumiu a imagem de ação individual espontânea, vinda da sensibilidade e da fantasia do artista como *gênio criador*. Enquanto o técnico continua sendo visto como aplicador de regras e procedimentos vindos da tradição ou da ciência, o artista passa a ser considerado dotado de *inspiração*, entendida como uma iluminação interior e espiritual misteriosa que leva o gênio a criar a obra.

Como a obra de arte passa a ser pensada a partir de sua finalidade, torna-se fundamental sua relação com o *público*. O público, como espectador, ouvinte, leitor, etc., julga e avalia o objeto artístico conforme tenha ou não realizado a beleza, que está associada à noção de *bom gosto*. Esse critério de julgamento da obra de arte dá origem ao conceito de *juízo de gosto*, que será amplamente estudado por Kant (1724-1804). Segundo Kant, o julgamento tem como fundamento o *sujeito transcendental*, que estabelece racionalmente as condições e regras universais do juízo de gosto, independentemente da variação empírica dos julgamentos individuais.

Gênio criador e inspiração, do lado do artista; beleza, do lado da obra; e juízo de gosto, do lado do público. Esses são os pilares sobre os quais se erguerá, como veremos adiante, uma nova disciplina filosófica: a **estética**.

Arte como forma de expressão

No final do século XIX e durante o século XX, a relação entre arte e técnica foi alterada. Por um lado, o estatuto da técnica modificou-se quando esta se tornou tecnologia, deixando de ser simples ação fabricadora para se tornar uma forma de conhecimento ligada aos conhecimentos científicos, aplicada na prática e por ela aperfeiçoada. Por outro lado, as artes passaram a ser concebidas como *trabalho da expressão*. Passam a ser vistas menos como criação genial misteriosa e mais como *expressão criadora*, isto é, como transfiguração do mundo em obra artística.

Desde que surgiram, as artes foram inseparáveis da ciência e da técnica. Assim, por exemplo, a escultura grega teria sido impossível sem a Geometria; a pintura e a arquitetura da Renascença são incompreensíveis sem a Matemática e a teoria da harmonia e das proporções; etc. A novidade inaugurada no final do século XIX é que as artes não mais ocultam suas relações com a ciência e com a técnica. Os artistas passaram a se referir explicitamente a elas e a buscar nas ciências e nas técnicas respostas e soluções para problemas artísticos.

Tomar as artes como expressão criadora e como trabalho expressivo não quer dizer que elas perderam o vínculo com a ideia de beleza, e sim que a subordinaram a outro valor: a *verdade*. A obra de arte busca caminhos de acesso ao real e de expressão da verdade.



As respigadeiras (1857), pintura de Jean-François Millet (1814-1875). Ao pintar cenas do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Millet diferenciou-se da pintura acadêmica de sua época, preocupada com a representação das camadas dominantes da sociedade.

Religiosidade, autonomia e técnica: a aura e sua desaparição

Nada melhor para sintetizar o percurso que fizemos até aqui do que tratar do hoje clássico ensaio *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1935), escrito por Walter Benjamin (1892-1940). Nesse ensaio, o filósofo acompanha como as artes saem do campo religioso para se tornarem autônomas, ou constituírem o campo artístico propriamente dito. Para distinguir o momento religioso do momento autônomo das artes, fala de seu valor como "valor de culto" e "valor de exposição". Para realizar sua análise, Benjamin introduz o conceito de *aura*.

A *aura*, explica Benjamin, é a absoluta singularidade de um ser, seja ele natural, seja artístico. É sua condição de exemplar único que se oferece num aqui e agora irrepetível, sua qualidade ao mesmo tempo eterna e fugaz, seu pertencimento necessário ao contexto em que se encontra e sua participação numa tradição que lhe dá sentido. É, no caso da obra de arte, sua *autenticidade*, isto é, o vínculo interno entre sua unidade e sua durabilidade. A obra de arte possui aura quando tem as seguintes qualidades: é única, una, irrepetível, duradoura e efêmera, nova e participante de uma tradição, capaz de tornar distante o que está perto e estranho o que parecia familiar porque transfigura a realidade.

A origem da aura da obra de arte está na própria origem da arte. Inicialmente, a finalidade da arte era sacralizar e divinizar o mundo e, ao mesmo tempo, presentificar os deuses aos humanos. As mais antigas obras de arte, como sabemos, surgiram a serviço de um ritual inicialmente mágico e depois religioso. Por causa dessa origem, as obras de arte preservaram a qualidade aurática mesmo quando se tornaram autônomas em relação à religião. O culto do belo, ao substituir o culto aos deuses, conservou o caráter aurático da obra de arte. Ou seja, ao passar do campo religioso ao estético, a obra de arte conservou a aura até, pelo menos, o final do século XIX. É preciso, então, explicar como esta foi perdida ou destruída.

Se a aura exige que a obra seja única e irrepetível, então a reprodução das obras de arte destrói sua aura. Evidentemente, diz Benjamin, a arte sempre foi reprodutível: ao longo da história, em diferentes culturas, discípulos imitaram os mestres. A questão, portanto, não está na reprodução, e sim na nova modalidade de reproduzir: a *reprodução técnica*, que permite a existência do objeto artístico em série e que, em certos casos, como na fotografia, no cinema, no disco de vinil, no CD e no DVD, desfaz a própria distinção entre original e cópia.

A possibilidade de destruição da aura está prefigurada na própria essência da obra de arte porque esta possui dois valores: o *de culto* e o *de exposição*. Este último consiste na ideia de que a obra de arte existe para ser *contemplada*, *fruída*, o que exige que esteja à disposição do espectador. Assim, é de esperar que a reprodutibilidade ocorra quando as condições sócio-históricas a possibilitarem.

Leituras filosóficas

O valor de culto da obra de arte


Picture Alliance/AgbPhoto

Walter Benjamin, em foto de 1935.

Se se consideram os diversos modos pelos quais uma obra de arte pode ser acolhida, a ênfase coloca-se ora sobre um fator, ora sobre outro; entre tais fatores, há dois que se opõem diametralmente: o valor da obra de arte como objeto de culto, e seu valor como realidade capaz de ser exposta. A produção artística começa por imagens que servem ao culto. Pode-se admitir que a presença mesma destas imagens tenha mais importância do que o fato de serem vistas. O gamo que o homem figura nas paredes de uma caverna, na idade da pedra, é um instrumento. Ele é indubitavelmente exposto aos olhos de outros homens, mas ele se dirige sobretudo aos espíritos. Posteriormente, é este valor de culto como tal que leva a que a obra de arte seja guardada em segredo [...]. *Algumas Virgens permanecem cobertas quase o ano todo, algumas esculturas de catedrais góticas são invisíveis quando contempladas de baixo. À medida que as obras de arte se emancipam de seu uso ritual, tornam-se mais numerosas as ocasiões de serem expostas. Um busto pode ser enviado daqui pra lá; por isso, tem seu lugar marcado no interior de um templo. O quadro pode ser exposto muito mais do que o mosaico ou o afresco que lhe precederam.* [...]

As diversas técnicas de reprodução reforçaram este caráter em tais proporções, que — por um fenômeno análogo ao que se verificou nas origens — a modificação quantitativa entre as duas formas de valor próprias da obra de arte tornou-se uma modificação qualitativa, que afeta a própria natureza da arte. [...] *a preponderância absoluta de seu* [da obra de arte] *valor expositivo lhe empresta funções inteiramente novas, entre as quais pode ocorrer que aquela da qual temos consciência — a função artística — apareça depois como acessória.*

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura da massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 218-219.

1. Explique as ideias de valor de culto e o valor de exposição de uma obra de arte com base na diferença entre presença da obra e exposição da obra.

2. Considerando que Benjamin se refere principalmente à fotografia e ao cinema, que consequência a função artística sofreu com o advento das técnicas de reprodução?

Arte e filosofia

Filosoficamente, podemos falar em dois grandes momentos de teorização da arte. No primeiro, inaugurado por Platão e Aristóteles, a filosofia tratava as artes do ponto de vista da *poética*. No segundo, a partir do século XVIII, do ponto de vista da *estética*.

A obra aristotélica *Arte poética* trata das artes da palavra falada e escrita, do canto e da dança, da poesia e do teatro (tragédia e comédia). O vocábulo *poética* é a tradução para *poiesis*, que, como vimos, significa 'fabricação'. A arte poética estuda as obras de arte como fabricação de seres, ações e gestos *artificiais*, isto é, produzidos pelos artífices ou artistas. Enquanto a física estuda os seres e as ações produzidos pela natureza, a poética investiga aqueles que foram fabricados pelos seres humanos.

A obra de arte é pensada como um fazer regrado e ordenado, por buscar a conformidade a normas, regras e procedimentos de construção. Por esse motivo, os tratados sobre as artes poéticas escritos desde a Antiguidade até a Modernidade possuíam um caráter *prescritivo* ou *normativo*. Sob esse aspecto, a arte poética é *preceptiva*, isto é, apresenta preceitos para o fazer e o julgar as obras.

O julgamento do valor da obra de arte era, em grande medida, determinado pela qualidade ou dignidade do objeto ou do tema abordado por ela. Esse critério de julgamento se devia à dependência da arte em relação à religião, à ética, à política e à metafísica. Em outras palavras, para delimitar quais temas eram dignos de ser tratados pela obra de arte (por se relacionarem com a verdade e o bem individual e coletivo), os tratados sobre as artes poéticas distinguiam objetos ou assuntos nobres (voltados para o divino, para o bem e para o verdadeiro) de objetos ou assuntos vis, baixos e mesquinhos (voltados para as pequenezas e mesquinharias de nossa vida cotidiana).

O segundo momento de teorização da arte iniciou-se em meados do século XVIII, quando o filósofo alemão Baumgarten (1714-1762) empregou, pela primeira vez, a palavra *estética* para se referir às artes. Estética é a tradução da palavra grega *aisthetiké*, que significa 'conhecimento sensorial' e é derivada de outra palavra grega, *aisthesis*, ou seja, 'experiência sensível', 'sensibilidade'.

Inicialmente, a estética se referia ao estudo das obras de arte como criações da sensibilidade (isto é, das experiências dos cinco sentidos e dos sentimentos causados por elas) e da fantasia do artista, tendo como finalidade o belo. Pouco a pouco, essa palavra substituiu a noção de arte poética e passou a designar toda investigação filosófica que tivesse por objeto as artes ou uma arte. Do lado do artista e da obra, a estética busca compreender como se dá a realização da beleza. Do lado do espectador e receptor, interpreta a reação à obra de arte sob a forma do juízo de gosto ou do bom gosto.

Belas-artes

A noção de estética formulada e desenvolvida nos séculos XVIII e XIX concebia as artes como belas-artes e pressupunha que:

1. a arte é uma atividade humana *autônoma*, isto é, não está a serviço da religião ou da política, mas possui finalidade própria;

2. a arte é produto da experiência sensorial ou perceptiva (sensibilidade), da imaginação e da inspiração do artista como criador autônomo ou livre. Ou seja, a subjetividade do artista ou sua inspiração são *mais importantes* que preceitos, normas e regras de construção de uma obra;

3. a finalidade da arte é *desinteressada* (não utilitária) ou *contemplativa*. Em outras palavras, a obra de arte não está a serviço nem do culto, nem da política, nem da prática moral das virtudes, assim como não está destinada a produzir objetos de uso e de consumo. Sua finalidade é propiciar a *contemplação da beleza*;

4. a contemplação, do lado do artista, é a busca do belo (e não do útil ou do agradável) e, do lado do público, é a avaliação ou o julgamento do valor de beleza atingido pela obra por meio dos preceitos que definem o *juízo de gosto*;

5. o belo é *diferente* do bom e do verdadeiro. O bem é objeto da ética; a verdade, objeto da ciência e da metafísica; e a beleza, o objeto próprio da estética. De acordo com a estética, a *autonomia das artes* está garantida pela distinção entre beleza, bem e verdade;

6. como a obra de arte nasce da subjetividade criadora e livre do artista, seu valor encontra-se não só na força de sua beleza, mas também em sua *originalidade*. Em outras palavras, o artista verdadeiro não é aquele que segue regras ou preceitos fixados pela tradição de seu ofício nem aquele que traduz em palavras, cores, formas, gestos, movimentos, sons, volumes, massas ou traços algo já existente na natureza ou em sua sociedade, mas aquele que é capaz de uma *criação* inédita ou original.



Daniel Teixeira/Agência Estado

A maestrina estadunidense Marin Alsop ensaia com a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), na Sala São Paulo, na capital paulista, em 2012.

A arte como trabalho criador

A imagem do artista como gênio criador inspirado e a da obra de arte como realização do sentimento do belo permanecem correntes na sociedade. No entanto, à medida que se desenvolveu a sociedade industrial e, sobretudo, à medida que o materialismo histórico marxista sublinhou a determinação histórica das atividades humanas, a filosofia as deixou de lado.

A filosofia e a crítica de arte recorreram a outras perspectivas para pensar as artes, especialmente as que entendiam as artes como formas de expressão de emoções e desejos, interpretação e crítica da realidade social, atividade inventora de procedimentos inéditos para a construção de objetos artísticos, etc.

Essa mudança fez com que as ideias de bom gosto e de beleza perdessem o privilégio estético. Assim, a estética se aproximou cada vez mais da antiga ideia de poética – portanto, da arte como trabalho e não como contemplação e sensibilidade, fantasia e ilusão. Evidentemente, a nova estética não retoma a poética aristotélica como apresentação de preceitos, regras e normas do fazer artístico, e sim a ideia da obra de arte como um *fazer*.

As finalidades da arte

Se acompanharmos as transformações sofridas pelas artes, passando da função religiosa à autonomia da obra de arte como criação e expressão, notaremos que as mudanças foram de dois tipos.

Primeiro, houve mudanças quanto ao *fazer artístico*, com a diferenciação em *escolas de arte* ou *estilos artísticos* – clássico, gótico, renascentista, barroco, romântico, impressionista, realista, expressionista, abstrato, construtivista, etc. Essas mudanças dizem respeito à concepção do objeto artístico, às relações entre matéria e forma, às técnicas de elaboração dos materiais, à relação com o público, ao lugar ocupado por uma arte no interior das demais, às descobertas de procedimentos e materiais, etc.

Segundo, houve mudanças em relação à afirmação da determinação social da atividade artística. A arte é socialmente determinada:

1. pela finalidade social das obras: na Antiguidade estavam destinadas ao culto religioso; na Renascença, a dar prestígio a seus patrocinadores; e, hoje, a percorrer o circuito do mercado de arte;
2. pelo lugar social ocupado pelo artista: na Antiguidade, mago-artesão-oficiante de ritos; na Renascença, financiado e protegido por um mecenas; hoje, profissional liberal dependente do mercado de arte;
3. pelas condições de recepção da obra de arte: na Antiguidade, a comunidade de fiéis; na Renascença, uma elite rica, cultivada e com poder político; em nossos dias, a classe economicamente dominante e politicamente dirigente, de um lado, e as classes populares ou a massa, de outro.

A discussão sobre a relação entre arte e sociedade levou a duas atitudes filosóficas opostas. De um lado, a atitude segundo a qual a arte só é arte se for pura,

isto é, se não estiver preocupada com as circunstâncias históricas, sociais, econômicas e políticas, resumida pela expressão "arte pela arte".

De outro lado, a atitude segundo a qual o valor da obra de arte decorre de seu compromisso crítico diante das circunstâncias presentes. Trata-se da "arte engajada", na qual o artista toma posição diante de sua sociedade, luta para transformá-la e melhorá-la e para conscientizar as pessoas sobre as injustiças e as opressões do presente.

As duas concepções são problemáticas. A primeira porque concebe que o artista e a obra de arte são livres das influências da sociedade sobre eles, o que é impossível. Essa atitude desemboca no chamado **formalismo**, em que a perfeição da forma prevalece sobre o conteúdo da obra. A segunda porque corre o risco de sacrificar o trabalho artístico em nome das "mensagens" que a obra deve enviar à sociedade para mudá-la, dando ao artista o papel de consciência crítica do povo oprimido. A atitude da arte engajada gera o **conteudismo**, em que a mensagem da obra de arte deve prevalecer sobre sua forma, que não precisa ser bem cuidada ou inovadora.

Podemos dizer que uma obra de arte é grande e duradoura quando a perfeição de sua forma e a riqueza das significações de seu conteúdo estão articuladas numa unidade harmoniosa, o que a constitui como única. Na grande obra de arte, eternidade e fugacidade são simultâneas. Ela dialoga com o mundo presente porque não esconde seu pertencimento necessário ao contexto histórico e social em que se encontra e no qual nasceu; dialoga com o passado porque também não esconde sua participação numa tradição que lhe dá sentido; e dialoga com o futuro porque será retomada, transformada e superada por outras obras que nela encontrarão um ponto de partida.

O nascimento da arte de massa

Com o desenvolvimento da sociedade industrial e das grandes metrópoles, a partir do século XIX, os trabalhadores deslocaram-se cada vez mais das zonas rurais para as periferias das grandes cidades. Tendo sido forçada a deixar o campo, a maioria desses trabalhadores também deixava para trás sua cultura e sua arte (que os intelectuais denominam *folclore*).

Nas cidades, dois fenômenos aconteceram. De um lado, em seus bairros e locais de trabalho, os operários e suas famílias foram criando uma cultura e uma arte próprias, chamadas *populares*. De outro, os operários passaram a fazer parte da grande massa de consumidores dos produtos industriais. Esses produtos reproduziam, em larga escala, versões simplificadas e inferiores dos produtos e das criações das chamadas cultura e arte *de elite*, dando origem ao que viria a ser conhecido como cultura e arte *de massa*.

Dessa maneira, em nossos dias as artes costumam ser distinguidas em quatro tipos:

- *folclore*: as tradições nacionais e regionais populares, como o bumba meu boi e a congada;
- *popular:* as criações dos artistas da classe trabalhadora, como o samba de morro, a literatura de cordel e o *rap* (quando ainda não foram apropriados pelas empresas de cultura de massa);
- *erudita* ou *de elite*: as criações complexas e de vanguarda, como uma pintura de Tarsila do Amaral ou um poema de Augusto de Campos;
- *de massa*: financiada por empresas que fazem tanto reproduções simplificadas das obras da arte erudita como também compram e vendem a produção em escala industrial de obras destinadas ao mercado e consumidas em larga escala, como o sertanejo universitário, a música *disco*, a maioria dos filmes, as telenovelas, etc.

Popular e erudito

Embora esteja sujeita a debates, a distinção entre arte popular e erudita costuma ser concebida com base nas seguintes diferenças:

1. complexidade da elaboração: a arte popular é menos complexa do que a erudita;

2. relação com o novo e com o tempo: a popular tende a ser tradicionalista e repetitiva, enquanto a erudita tende a ser de vanguarda, inventiva e voltada para o futuro;

3. relação com o público: na popular, artistas e público tendem a não se distinguir, enquanto na erudita a distinção entre o artista e o público é clara;

4. modo de compreensão: na arte popular, o artista exprime diretamente o que se passa em seu ambiente e é imediatamente compreendido por todos; na erudita, o artista cria novos meios de expressão, de maneira que sua obra só é imediatamente compreensível para os entendidos, que, por isso, tomam para si a tarefa de interpretá-la para o restante do público.


Mario Friedlander/Pulsar Imagens

Grupo Congo de São Benedito percorre as ruas da cidade de Nossa Senhora do Livramento (MT), em 2012.

Indústria cultural e cultura de massa

A modernidade concluiu um processo que a filosofia começara desde a Grécia: *o desencantamento do mundo*. Essa expressão se refere à passagem do mito à razão, da magia à ciência e à lógica. Entre outras coisas, esse processo liberou as artes da função e da finalidade religiosas, dando-lhes autonomia.

No ensaio sobre a destruição da aura, Walter Benjamin assumia uma posição otimista, pois imaginava que a reprodução das obras de arte (pelo livro, pelas artes gráficas, pela fotografia, pelo rádio e pelo cinema) permitiria à maioria das pessoas o acesso a criações que, até então, apenas uns poucos podiam conhecer e fruir. Benjamin esperava que houvesse a democratização da cultura e das artes.

O otimismo de Benjamin não era infundado. De fato, quando levamos em consideração os efeitos sociais e políticos do primeiro grande meio de comunicação de massa, a prensa de Gutenberg (c. 1498-1568), podemos verificar sua importância para a democratização da cultura. O primeiro livro impresso pela invenção de Gutenberg foi a Bíblia, que até então existia apenas em manuscritos redigidos em idiomas de uso ritual (como o latim ou o grego) e, portanto, só era lida por especialistas. Ao iniciar a Reforma Protestante, Martinho Lutero (1483-1546) traduziu a Bíblia para o alemão e a reproduziu mecanicamente. Pela primeira vez o texto sagrado dos cristãos podia ser adquirido e lido por todos os que conheciam o alemão. O mesmo ocorreu quando João Calvino (1509-1564) fez com que ela fosse traduzida para o francês e os reis da Inglaterra a mandaram traduzir para o inglês.

As regras do mercado

Apesar de seu otimismo, Walter Benjamin considerou a existência de um obstáculo à democratização das artes: o capitalismo, que as transforma em mercadorias para consumo. Esse aspecto do processo só seria examinado em detalhe por dois de seus colegas da Teoria Crítica: Adorno (1903-1969) e Horkheimer (1895-1973). De fato, a partir da Segunda Revolução Industrial, no século XIX, e prosseguindo no que se denomina agora sociedade pós-industrial, as artes foram submetidas a uma nova servidão: às regras do mercado capitalista e à ideologia da indústria cultural.

Assim, perdida a aura, a arte não se democratizou, mas se massificou para consumo rápido no mercado da moda e nos meios de comunicação de massa. Baseada na ideia e na prática do consumo de "produtos culturais" fabricados em série, transformou-se em *coisa leve*, *entretenimento* e *diversão* para as horas de lazer.

Como escrevem Adorno e Horkheimer, a obra de arte não ultrapassa mais o mundo dado. É "arte sem sonho" e, por isso mesmo, é sono, ou seja, adormece a criatividade, a consciência, a sensibilidade, a imaginação, o pensamento e a crítica, tanto do artista como do público.

Sob o poderio de empresas capitalistas, as obras de arte críticas e radicais foram esvaziadas para se tornarem *entretenimento*. A força de conhecimento, crítica e invenção das artes ficou reduzida a algumas produções da arte erudita. Enquanto isso, o restante da produção artística transformou-se em sinal de *status* social e prestígio político para artistas e seus consumidores e em meio de controle cultural por parte dos empresários e proprietários dos meios de comunicação de massa.

Submetidas aos efeitos da massificação da indústria e do consumo culturais, as artes correm o risco de perder algumas de suas principais características:

1. de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas;

2. de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo;

3. de experimentação do novo, tornarem-se consagração pelo consumo;

4. de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, efêmero, sem passado e sem futuro;

5. de formas de conhecimento que desvendam a realidade e alcançam a verdade, tornarem-se dissimulação da realidade, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda.

Arte como espetáculo

Como escreveu Benjamin, a arte possui intrinsecamente valor de *exposição* ou de *visibilidade*, isto é, existe para ser contemplada e fruída. É essencialmente *espetáculo*, palavra que vem do latim e significa 'dado à visibilidade'. No entanto, sob o controle econômico e ideológico das empresas de produção artística, a arte se transformou em seu oposto: é um *evento* que torna invisíveis tanto o próprio trabalho criador das obras como a realidade, mascarando-a e dissimulando-a.

Além disso, essas empresas se apropriam de criações populares e eruditas sempre que estas começam a interessar a um público, pois este é visto como um grande consumidor em potencial. Ao fazer essa apropriação, a indústria cultural não só vai eliminando os aspectos críticos, inovadores e polêmicos das obras, mas também as transforma em moda, isto é, em algo passageiro que deve vender muito enquanto é novo e, a seguir, desaparecer sem deixar rastro.

O melhor exemplo, no Brasil, foi a transformação da música caipira em música sertaneja. Nesta adotaram-se recursos melódicos, instrumentais e, principalmente, visuais e performáticos da *country music* dos Estados Unidos.

As obras de arte e de pensamento poderiam democratizar-se com os novos meios de comunicação. Em princípio, as pessoas teriam acesso a elas, poderiam conhecê-las, incorporá-las em sua vida, criticá-las, e os artistas e pensadores poderiam superá-las com outras obras. No entanto, a indústria cultural separa os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado: há obras caras e raras, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e há obras baratas e comuns, destinadas à massa. Assim, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite "culta" e massa "inculta", e a reforça por meio da ideologia, que tacha a produção popular de "tosca", "primitiva" ou "ultrapassada".

Ao mesmo tempo, a indústria cultural cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais, podendo escolher livremente o que desejam, como num supermercado. No entanto, basta vermos que, pelos preços, já se selecionou de antemão o que cada grupo social pode e deve ouvir, ver ou ler. No caso dos jornais e revistas, por exemplo, a qualidade do papel, o estilo das letras e imagens, o tipo de manchete e de notícia publicada definem o consumidor e determinam o conteúdo daquilo a que ele terá acesso.

Inventa-se também a figura do "espectador médio", do "ouvinte médio" e do "leitor médio", aos quais são atribuídas certas capacidades mentais "médias", certos conhecimentos "médios" e certos gostos "médios", oferecendo-lhes produtos culturais do mesmo nível. Que significa isso?

A indústria cultural vende cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor. Para seduzi-lo e agradá-lo, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, fazê-lo ter informações novas que o perturbem, mas deve devolver-lhe, com nova aparência, o que ele já sabe, já viu, já fez. A "média" é o senso comum cristalizado que a indústria cultural devolve com cara de coisa nova.

A indústria cultural define a cultura como lazer e entretenimento, diversão e distração, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho da sensibilidade, da imaginação, da inteligência, da reflexão e da crítica não tem interesse, não "vende". Massificar é, assim, banalizar a expressão artística e intelectual.

O *funk* e a indústria cultural

O *funk* carioca é um exemplo de apropriação de um gênero da cultura popular pela indústria cultural. O *funk* carioca se formou e se popularizou nos bailes em morros e comunidades periféricas do Rio de Janeiro no final dos anos 1980. Embora a harmonia e o ritmo fossem inspirados no *miami bass* estadunidense, as letras das canções tratavam do cotidiano dessas comunidades: falavam das dificuldades e alegrias cotidianas, da violência e dos problemas de infraestrutura e assistência do Estado.



Reprodução/Gravadora Polydor

Capa de disco de 1992 do MC Batata, um dos primeiros representantes do *funk* carioca.

A partir do final dos anos 1990, produtores musicais perceberam que o ritmo tinha potencial para alcançar um público mais amplo – como dizia a canção de Amilcka e Chocolate, "É som de preto / de favelado / mas quando toca / ninguém fica parado". No entanto, o *funk* ainda encontrava forte resistência no mercado, por estar intimamente associado a temas das favelas cariocas.

Em um procedimento alinhado com os da indústria cultural, produtores dos bailes privilegiaram a divulgação de canções que abordavam o sexo, o poder e o dinheiro. Às canções sobre as comunidades foi reservado um lugar de reverência num passado já superado. Transformado, o *funk* alcançou novos públicos, mas ainda encontrou uma resistência moralista em razão do conteúdo sexualizado de muitas canções.

Com a emergência do *funk* ostentação nas regiões metropolitanas de São Paulo e Santos, esse estilo musical obteve maior sucesso comercial. As letras das canções passaram a enumerar marcas de vestuário, carro, relógio, entre outros objetos de consumo associados a *status*. Assim, a indústria cultural transformou o *funk* não só numa mercadoria em si, mas também em um veículo de divulgação de outras mercadorias.


Alex Falcão/Futura Press

MC Guimê, um dos mais conhecidos representantes do *funk* ostentação, em foto de 2015.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Arte.

A canção "Eduardo e Mônica", composta por Renato Russo e interpretada pelo grupo Legião Urbana, conta a história de um casal de namorados em tudo diferentes. Enquanto Mônica gostava dos filmes de Godard, da poesia de Rimbaud, das músicas de Caetano Veloso e da pintura de Van Gogh, Eduardo assistia a novelas e jogava futebol de botão com seu avô.

- Com base no que vimos neste capítulo sobre arte na era da indústria cultural, faça um pequeno comentário analisando as referências culturais relacionadas às personagens Eduardo e Mônica, do grupo Legião Urbana. Você pode fazer uma análise objetiva, aproximando os gostos de cada personagem a um ou mais conceitos.



Felipe Dana/Associated Press/Glow Images

Público assiste a *show* de *rock* em festival realizado no Rio de Janeiro, em 2011. Festivais como esse são um típico produto da indústria cultural.

Em síntese

1. Em suas palavras, explique: o que o artista busca exprimir em uma obra?

2. Por que os primeiros objetos artísticos eram mágicos, e os artistas, feiticeiros?

3. O que foi a autonomia das artes?

4. Explique a divisão das artes em liberais e mecânicas.

5. Por que, durante a Renascença, houve a luta pela valorização das artes mecânicas?

6. Qual foi a consequência do desencantamento do mundo para as artes?

7. Qual é a distinção das artes segundo o critério do útil e do belo?

8. Dê um exemplo de como arte e técnica se comunicam e se relacionam na arte contemporânea.

9. Para Benjamin, o que é a aura?

10. Segundo Benjamin, como as obras de arte perderam a aura? Dê um exemplo de obra de arte aurática e contraponha-o a uma obra que perdeu sua aura, mostrando como isso ocorreu.

11. Como surge e o que propõe a estética?

12. Por que e como se deu a divisão da cultura e das artes em erudita, popular e de massa?

13. Para você, a indústria cultural é favorável à democratização das artes? Por quê?

14. Exponha como a massificação da cultura influi negativamente na produção e difusão das artes.

Indicações

Basquiat: traços de uma vida

- **Direção de Julian Schnabel. Estados Unidos, 1996.**

O filme mostra a vertiginosa ascensão do jovem artista Jean-Michel Basquiat (1960-1988). Depois de uma adolescência conturbada na periferia de Nova York, Basquiat tornou-se uma estrela no mundo (e no mercado) das artes com o apoio do papa da *pop art*, Andy Warhol. Sua trajetória, no entanto, foi precocemente interrompida pelo vício em drogas.

Cartas a Théo

- **Escrito por Vincent Van Gogh. L&PM, 2002.**

Seleção das principais correspondências do artista plástico Van Gogh com seu irmão Théo, que acabam formando uma espécie de autobiografia. A evolução de sua expressão artística, a relação de afeto com o irmão, a incompreensão de sua arte pelos contemporâneos são alguns dos temas das cartas.



Miramax/Everett Collection/Keystone

O ator Jeffrey Wright no papel do artista plástico Jean-Michel Basquiat, em cena do filme *Basquiat*.

UNIDADE 9

A ética

CAPÍTULO 27

A existência ética

Marlene Bergamo/Folhapress



SUJEITO COLETIVO

Interromper o trânsito em uma avenida de uma metrópole é um ato que pode causar transtornos para as pessoas e deixá-las irritadas. É ética essa ação? E se considerarmos que, em uma sociedade profundamente desigual, com direitos sociais sempre postos em risco e de tradição autoritária, as insatisfações populares raramente são levadas em conta? Seria, então, ética uma ação que lhes dá visibilidade? A existência ética é sempre motivo de debates, não só porque cada indivíduo é dotado de vontade e consciência próprias, mas também porque os valores e costumes que compõem nossa visão de moralidade se transformam. Na imagem, estudantes da rede estadual protestam contra o fechamento de escolas em São Paulo (SP), em 2015.

Senso moral

Em muitas ocasiões, ficamos contentes e emocionados diante de uma pessoa cujas palavras e ações manifestam honestidade, honradez, espírito de justiça, altruísmo. Sentimos que há grandeza e dignidade nessa pessoa. Sentimos admiração por ela e desejamos imitá-la. Tais emoções e sentimentos exprimem nosso senso moral, isto é, a maneira como avaliamos a conduta e a ação de outras pessoas segundo ideias como as de *mérito* e *grandeza de alma*.

Não raras vezes somos tomados pelo horror diante da violência: chacina de seres humanos e animais, linchamentos, assassinatos brutais, estupros, genocídio e torturas. Com frequência ficamos indignados ao saber que um inocente foi injustamente acusado e condenado, enquanto o verdadeiro culpado permanece impune. Esses sentimentos também manifestam nosso **senso moral**, ou a maneira como avaliamos as condutas alheias segundo as ideias de *justiça* e *injustiça*.

Outras vezes convivemos com situações de extrema aflição e angústia. Por exemplo, uma pessoa querida, com uma doença terminal, está viva apenas porque seu corpo está ligado a máquinas. Inconsciente, ela sofre. Não seria melhor que descansasse em paz? Podemos desligar os aparelhos? Ou não temos o direito de fazê-lo? Qual é a ação correta?

Uma jovem descobre que está grávida. Sente que seu corpo e seu espírito ainda não estão preparados para a gravidez. Sabe que seu parceiro, mesmo que deseje apoiá-la, é tão jovem e despreparado quanto ela para enfrentar a gestação, o parto e a criação do filho. Ambos não sabem se poderão contar com o auxílio de suas famílias (se as tiverem). Se ela for apenas estudante, terá de deixar a escola para trabalhar, a fim de sustentar a criança. Sua vida e seu futuro mudarão para sempre. Se trabalha, receia perder o emprego, porque vive numa sociedade na qual muitas empresas e instituições comerciais discriminam as mulheres que têm filhos, sobretudo as solteiras. Ao mesmo tempo, porém, deseja a criança, embora tema dar-lhe uma vida de miséria. Pode fazer um aborto? Deve fazê-lo?

Um pai de família desempregado, com vários filhos pequenos e a esposa doente, recebe uma oferta de emprego que exige que seja desonesto e cometa irregularidades que beneficiem seu patrão. Sabe que o trabalho lhe permitirá sustentar os filhos e pagar o tratamento da esposa. Pode aceitar o emprego? Ou deve recusá-lo e ver os filhos com fome e a mulher morrendo?

Uma pessoa vê, nas portas de uma escola, um jovem vendendo droga a outro. Essa pessoa sabe que as ações tanto do jovem traficante como as do consumidor são decorrentes da atividade do crime organizado, contra o qual as forças policiais parecem impotentes ou mesmo coniventes. Ela deve denunciar o jovem traficante, mesmo sabendo que com isso não atingirá as poderosas forças que sustentam o tráfico e que poderão voltar-se contra quem fez a denúncia? Ou deve falar com as autoridades escolares para que tomem alguma providência com relação ao jovem consumidor? Mas de que adiantará voltar-se contra o consumo, se nada pode fazer contra a venda propriamente dita? No entanto, como poderá sentir-se em paz sabendo que há um jovem que talvez possa ser salvo de um vício que pode destruí-lo?

Felipe Milanez/Reuters/Latinstock



Em foto de 2010, o casal de extrativistas e ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assassinado em maio de 2011, em Nova Ipixuna (PA). As investigações da Polícia Federal apontam que o crime foi cometido a mando de fazendeiros. Em 2015, o pistoleiro condenado pelo crime fugiu da prisão onde cumpria pena, em Marabá (PA).

Consciência moral

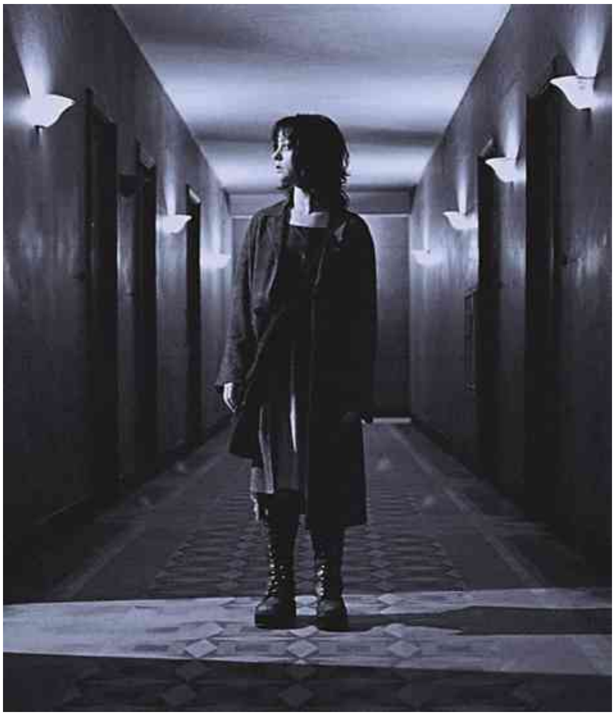
Situações como as descritas até aqui surgem a todo momento. Nossas dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam apenas nosso senso moral, mas também põem à prova nossa **consciência moral**, pois exigem que, por nossa conta, decidamos o que fazer, que justifiquemos para nós mesmos e para os outros as razões de nossas decisões e que assumamos todas as consequências delas. Assim, a consciência moral não se limita aos nossos sentimentos morais, mas se refere também a avaliações de conduta que nos levam a tomar decisões por nós mesmos, a agir em conformidade com elas e a responder por elas perante os outros.

Os exemplos mencionados indicam que o *senso moral* e a *consciência moral* referem-se a valores (justiça, honradez, espírito de sacrifício, integridade, generosidade), a sentimentos provocados pelos valores (admiração, vergonha, culpa, remorso, contentamento, cólera, amor, dúvida, medo) e a decisões que trazem consequências para nós e para os outros. Embora os conteúdos dos valores variem, podemos notar que se referem a um valor mais profundo, mesmo que apenas subentendido: *o bom* ou *o bem*.

Os sentimentos e as ações, nascidos de uma opção entre o bom e o mau ou entre o bem e o mal, também se referem a algo mais profundo: nosso desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade, seja para ficarmos contentes conosco mesmos, seja para recebermos a aprovação dos outros.

Os sentimentos e as ações morais, na medida em que implicam escolhas, têm como pressuposto fundamental a ideia de *liberdade* do agente ou seu poder de decisão e opção. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida com outros agentes morais. O senso e a consciência morais são por isso constitutivos de nossa *existência intersubjetiva*, isto é, de nossas relações com outros sujeitos morais.

Gullane/Columbia Tristar



Nina (2004), adaptação cinematográfica de Heitor Dhalia para o romance *Crime e castigo*, de Fiódor Dostoiévski. Sem dinheiro e sujeita a humilhações diárias por parte da mulher que lhe aluga um quarto, Nina se vê atormentada por questões morais.

Senso moral e consciência moral

Valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal, ao desejo de felicidade e ao exercício da liberdade.

Senso moral

Maneira como avaliamos a conduta e a ação de outras pessoas.

Consciência moral

Capacidade de decidir o que fazer, de justificar as razões de nossas decisões e de assumir as consequências delas.

Juízo de fato e juízo de valor

Se dissermos: "Está chovendo", estaremos enunciando um acontecimento constatado por nós, e o juízo proferido é um **juízo de fato**. Juízos de fato dizem o que as coisas *são*, *como são* e *por que são*. Os juízos de fato estão presentes em nossa vida cotidiana, mas também na metafísica e nas ciências. Se, porém, falarmos: "A chuva é boa para as plantas" ou "A chuva é bela", estaremos interpretando e avaliando o acontecimento. Nesse caso, proferimos um **juízo de valor**. Diferentemente dos juízos de fato, os juízos de valor são avaliações sobre coisas, pessoas e situações, e são proferidos na moral, nas artes, na política, na religião. Não se limitam a dizer como algo ou alguém *é*, mas se referem ao que *devem ser*.

Dessa perspectiva, os juízos morais de valor são **normativos**, isto é, enunciam normas que dizem como devem ser os bons sentimentos, as boas intenções, as boas ações e as decisões e ações livres. São normas que determinam o *dever ser* de nossos sentimentos e de nossos atos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e ações segundo o critério do correto e do incorreto.

Os juízos morais normativos nos dizem que sentimentos, intenções, atos e comportamentos devemos ter ou fazer para agirmos livremente e para alcançarmos o bem e a felicidade. Enunciam também que atos, sentimentos, intenções e comportamentos são condenáveis ou incorretos do ponto de vista moral.

Qual é a origem da diferença entre juízos de fato e de valor? A diferença entre *natureza* e *cultura*, que vimos no Capítulo 24. A primeira é constituída por estruturas e processos necessários, que existem em si e por si mesmos: a chuva, por exemplo, é um fenômeno meteorológico cujas causas e efeitos necessários não dependem de nós e que apenas podemos constatar e explicar.

Por sua vez, a cultura nasce da maneira como os seres humanos interpretam a si mesmos e suas relações com a natureza, alterando-a por meio do trabalho e da técnica, dando-lhe significados e valores. Dizer que a chuva é *boa* para as plantas pressupõe a relação cultural dos humanos com a natureza por intermédio da agricultura. Considerar a chuva *bela* pressupõe uma relação valorativa dos humanos com a natureza. A chuva é natural; que seja boa ou bela é uma avaliação ou interpretação cultural.

Senso moral e consciência moral são inseparáveis da vida cultural, uma vez que esta define para os membros de uma cultura os valores positivos e negativos que devem respeitar e desejar ou detestar e desprezar.

Frequentemente, contudo, não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral porque somos educados neles e para eles, como se fossem naturais, existentes em si e por si mesmos. Para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a *naturalizá-los*.

A naturalização da existência moral faz com que se perca a essência da ética: ser uma criação histórico-cultural. Para reconhecermos isso, basta considerarmos a própria palavra *moral*: ela vem de uma palavra latina, *mos*, *moris*, que quer dizer 'o costume', portanto, os hábitos instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas.



Ponte Newton Navarro, em Natal (RN), durante dia de chuva em 2011. A chuva é um fato.



A chuva (1957), xilogravura do artista plástico carioca Oswaldo Goeldi (1895-1961). Dizer que a chuva é bela é atribuir-lhe um valor.

Ética e violência

Quando acompanhamos a história das ideias éticas, desde a Antiguidade até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la e controlá-la. Diferentes formações sociais e culturais instituíram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a segurança física e psíquica de seus membros.

Ao definir e afastar formas de violência, uma cultura e uma sociedade nos fazem perceber que a moral se baseia na distinção entre o *permitido* e o *proibido*. A ética é normativa exatamente por isso: suas normas determinam permissões e proibições e visam impor limites e controles ao risco permanente da violência.

As várias culturas e sociedades não definiram nem definem a violência da mesma maneira. No entanto, certos aspectos da violência são percebidos por todas elas, e é contra eles que os valores éticos são erguidos. Em toda parte, a violência é percebida como o uso da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros.

Em nossa cultura, a violência é entendida como violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. Também consideramos violência a profanação das coisas sagradas, a discriminação social e política e a agressão de pessoas por causa de sua etnia, gênero, crenças, convicções ou orientação sexual.

Nossa humanidade reside no fato de sermos racionais, dotados de vontade livre, de capacidade para a comunicação e para a vida em sociedade, para interagir com a natureza e com o tempo. Somos *sujeitos* do conhecimento e da ação, localizando a violência em tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto.

Do ponto de vista ético, somos *pessoas* e não podemos ser tratados como coisas ou seres inertes, irracionais, destituídos de linguagem e de liberdade. Portanto, os valores éticos expressam e garantem nossa condição de **sujeitos racionais e agentes livres**, proibindo moralmente a violência.


João Noronha/Agência Estado

Revista de passageiros em ônibus urbano no Rio de Janeiro (RJ), fotografia de João Noronha para o jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1991. Os casos de abuso de poder por parte de autoridades policiais no Brasil persistem até hoje.

Os constituintes da existência ética

Para que haja conduta ética é preciso que exista o *agente consciente*, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir conforme os valores morais. *Consciência* e *responsabilidade* são constituintes indispensáveis da vida ética.

A consciência moral manifesta-se na capacidade para deliberar diante de alternativas possíveis e para avaliar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências de uma ação para si e para os outros, a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo (se o estabelecido for imoral ou injusto).

A vontade é esse poder deliberativo e decisório do agente moral. Para que o agente exerça esse poder, ela deve ser livre, isto é, não pode estar submetida à vontade de outro nem aos instintos e às **paixões**. Ao contrário, ela deve ser capaz de dominá-los.

O mundo ético é, assim, constituído pelos valores e pelas obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, isto é, as virtudes. Estas são realizadas pelo sujeito moral, principal constituinte da existência ética.

paixão: no dia a dia, falamos paixão para dizer 'amor'. Eticamente, porém, o amor é uma entre muitas paixões, pois paixão significa todo desejo, emoção ou sentimento causado em nós, seja por uma força irracional interna, seja pela força incontrolável de algo externo (um outro humano ou uma coisa) que nos atraia ou nos domine. Alegria, tristeza, amor, ódio, medo, esperança, cólera, inveja, avareza, orgulho são paixões.

Leituras filosóficas

Ser melhor

— Que adianta você me dizer que resolveu agora ser bom? — exclamou Lorde Henry, molhando seus alvos dedos em uma vasilha de cobre vermelho, cheia de água de rosas. — Você já é perfeito. Não mude, por favor.

Dorian Gray meneou a cabeça.

— Não, Harry, durante minha vida, tenho praticado atos terríveis. Não pretendo voltar a isso. Comecei ontem minhas boas ações.

— Onde estava você ontem?

— No campo, Harry, sozinho em uma pequena estalagem.

— Meu caro amigo — disse Lorde Henry, sorrindo —, todo mundo pode ser bondoso no campo. Lá não há tentações. E esta é justamente a razão pela qual as pessoas que vivem fora da cidade não são absolutamente civilizadas. A civilização não é, de maneira nenhuma, uma coisa fácil de alcançar. Há apenas duas maneiras de chegar a ela. Uma é a cultura e a outra, a corrupção. Ora, a gente do campo não tem oportunidade de travar conhecimento com qualquer das duas maneiras; por isso, fica completamente estagnada.

— A cultura e a corrupção — repetiu Dorian Gray, como um eco. — Conheci um pouco de ambas. E agora horrorizo-me ao pensar que as duas possam estar lado a lado. Tenho um novo ideal, Harry. Vou mudar. Creio até que já mudei. [...] Não falemos mais nisso e não tente mais persuadir-me de que a primeira boa ação que pratico depois de muitos anos, que o primeiro sacrifício que faço, embora pequeno, seja na verdade uma espécie de pecado. Quero ser melhor do que sou. Hei de ser melhor.

WILDE, Oscar. *O retrato de Dorian Gray*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 253-255.

1. O texto acima é um trecho do romance *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde. Em que medida o diálogo expressa a existência de um senso e de uma consciência moral tanto em Lorde Henry como em Dorian Gray?
2. Você acredita que existem valores morais que estão naturalmente ligados à vida na cidade (cultura e corrupção) e outros que estão ligados à vida no campo? A moral varia apenas de acordo com as condições geográficas? Justifique, refletindo sobre o que vimos até aqui no capítulo.

O agente moral

O sujeito ético ou moral – ou seja, a pessoa moral – só pode existir se for:

- *consciente de si e dos outros*, isto é, capaz de refletir e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a si;
- *dotado de vontade*, isto é, capaz de controlar e orientar desejos, impulsos, tendências e sentimentos, e também de deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- *responsável*, isto é, capaz de se reconhecer como autor da ação e avaliar os efeitos e as consequências dela sobre si e sobre os outros;
- *livre*, isto é, capaz de compreender que é a causa interna de seus sentimentos, atitudes, decisões e ações, não ficando submetido a poderes externos que o forcem e o constranjam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa.

Do ponto de vista do agente ou sujeito moral, a ética faz uma exigência essencial: escolher entre a **passividade** e a **atividade**. Passivo é quem se deixa governar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade.

Ao contrário, é ativo ou virtuoso aquele que controla seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, considera os outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Em uma palavra, é **autônomo**.



Binsar Bakkara/AP Photo

Refugiada rohingya recebe comida de habitantes de Bayeun, na Indonésia, em 2015. O sujeito ético é consciente de si, dotado de vontade, responsável e livre.

Os valores ou os fins éticos e os meios morais

A existência ética é constituída por dois polos internamente relacionados: o agente ou o **sujeito moral** e os valores ou os **fins éticos**. Além disso, é constituída também por outro elemento, que vai de par com os fins: os **meios morais**.

Do ponto de vista dos valores ou fins éticos, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime, e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito. Independentemente do conteúdo e da forma que cada cultura dá à virtude, ela é sempre considerada o que há de melhor como sentimento e como ação; a virtude é a *excelência*, a realização perfeita de um modo de ser, sentir e agir. Em contrapartida, o vício é o que há de pior como sentimento e como ação; o vício é a *baixeza* dos sentimentos e das ações.

Por ser intersubjetiva e social, a ética não é alheia ou indiferente às condições históricas e políticas, econômicas e culturais da ação moral. Consequentemente, embora seja universal do ponto de vista da sociedade que a institui (porque seus valores são obrigatórios para todos os seus membros), toda ética está em relação com o tempo e a história. Portanto, a ética transforma-se para responder a novas exigências da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo.

É comum ouvir a frase "Os fins justificam os meios", segundo a qual, para alcançar um fim legítimo, todos os meios disponíveis seriam válidos. Para a ética, porém, essa afirmação não é aceitável. Vejamos por quê.

Suponhamos que uma sociedade considere a lealdade entre seus membros um valor e um fim moral. Isso significa que a mentira, a inveja, a adulação, a má-fé, a crueldade e o medo deverão estar excluídos da vida moral. Portanto, ações que empreguem esses meios para alcançar um fim serão imorais.

No entanto, se uma pessoa resistisse à lealdade, seria possível pensar em fazê-la sentir medo da punição pela deslealdade, ou em mentir para ela de modo que não perdesse a confiança em certas pessoas e continuasse leal a elas. Nesses casos, o fim (a lealdade) não justificaria os meios (uso do medo e da mentira)? A resposta ética é *não*. Por quê? Porque esses meios desrespeitam a consciência e a liberdade da pessoa moral, que agiria por coação externa e não por reconhecimento interior e verdadeiro do fim ético.

No caso da ética, portanto, nem todos os meios são justificáveis, mas apenas aqueles que estão de acordo com os fins da própria ação. Em outras palavras, fins éticos exigem meios morais.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Arte.

Nos últimos anos, no Brasil, um fato curioso vem se verificando na relação entre as telenovelas e o público que as assiste. Em algumas tramas, os espectadores torcem pelo êxito do vilão da história, mesmo que ele pratique os atos mais sórdidos. Outras tramas se constroem justamente na ambiguidade moral dos personagens principais, que inicialmente são apresentados como virtuosos, mas depois têm ações imorais reveladas, e vice-versa.


Fred Rangel/Rede Globo

Cena da telenovela *A regra do jogo* (2015-2016).

- Com base neste capítulo, na noção de indústria cultural (Capítulo 26) e em seus conhecimentos de Arte, escreva um pequeno texto, respondendo às questões com justificativas e exemplos.
  a) Como você avalia a abordagem das telenovelas brasileiras com relação aos problemas morais e éticos?
  b) É possível apontar uma relação entre arte, ética e indústria cultural com base nessas telenovelas?

Em síntese

1. Explique o que são o senso moral e a consciência moral. Dê alguns exemplos.
2. Qual é o principal pressuposto do senso moral e da consciência moral? Por quê?
3. O que é um juízo de fato e o que é um juízo de valor? Defina-os e dê novos exemplos.
4. Por que a existência moral depende da cultura de uma sociedade?
5. Explique o que é a naturalização da vida moral. Por que ela acontece?
6. Por que a ética se opõe à violência?
7. Apesar das diferenças culturais e históricas a respeito da violência, que definição de violência seria válida em todas as culturas?
8. Quais são os principais constituintes do sujeito ético ou pessoa moral?
9. Ser passivo é não agir? Justifique sua resposta e explique a diferença entre passividade e atividade.
10. O que é a paixão? Dê alguns exemplos de conduta passional.
11. Apesar das diferenças culturais, o que todas as culturas consideram que seja a virtude?

Indicações

Mar adentro

- **Direção de Alejandro Amenábar. Espanha, 2004.**

O que significa a dignidade? Viver é um direito ou uma obrigação? Após viver 28 anos preso a uma cama em decorrência de um acidente que o tornou tetraplégico, Ramón Sampedro (Javier Bardem) luta pelo direito de praticar a eutanásia, isto é, de pôr fim à própria vida.

Antígona

- **Escrito por Sófocles. Zahar, 2000.**

Nesta tragédia grega clássica, o sujeito moral entra em conflito com uma decisão política. Antígona decide enterrar o corpo de seu irmão, Polinice, que morrera na disputa pelo poder de Tebas. A atitude, contudo, contraria a vontade do novo rei da cidade, Creonte, que ordenara que o corpo de Polinice ficasse exposto para a execração pública.

O declínio do egoísta Johann Fatzer

- **Escrito por Bertolt Brecht. Cosac Naify, 2002.**

Versão em livro da peça inacabada de Brecht, em que um grupo de soldados desertores da Primeira Guerra Mundial busca a sobrevivência enquanto aguarda mudanças sociais. Nesse convívio conflituoso, a consciência moral individual se encontra sempre ameaçada pelas atitudes individualistas e, ao mesmo tempo, pela imposição de disciplinas.


Sogecine/Himenoptero/Eyescreen/Album/Latinstock

Javier Bardem interpreta Ramón Sampedro no filme *Mar adentro*, dirigido por Alejandro Amenábar.

CAPÍTULO 28

A ética

Guga Matos/JC Imagem



ÉTICA E AÇÃO

A *performance* é uma linguagem em que o artista utiliza sua liberdade e imaginação para produzir uma obra que questione valores, costumes, instituições e limites. Na *performance Cegos,* apresentada no Recife (PE) em 2014, pessoas vendadas usando trajes sociais caminham lentamente pela rua, carregando pastas de escritório. Totalmente cobertas de lama, elas seguem um percurso e realizam ações sem mostrar qualquer sinal de autonomia ou vontade. Essa *performance* se relaciona à ética não porque visa prescrever normas e condutas, e sim porque busca compreender a ação humana responsável e livre.

Ética ou filosofia moral

Vimos no Capítulo 27 que os costumes são anteriores ao nosso nascimento e formam o tecido da sociedade em que vivemos, de modo que em geral são considerados inquestionáveis e naturais, existentes por si mesmos. Além disso, para assegurar o aspecto obrigatório desses costumes, muitas sociedades tendem a sacralizá-los, ou seja, as religiões os concebem ordenados pelos deuses, na origem dos tempos, para evitar que sejam transgredidos.

A **ética** como disciplina filosófica ou filosofia **moral** nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes. Ao nascer, ela também busca compreender o caráter de cada pessoa, isto é, as características pessoais de cada um, que determinam quais virtudes e quais vícios cada indivíduo é capaz de praticar. Ou seja, busca compreender o senso moral e a consciência moral individuais.

Podemos dizer, com base nos textos de Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) e de Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.), que, no Ocidente, a ética como disciplina filosófica foi iniciada com Sócrates (c. 469 a.C.-399 a.C.).

moral e ética: moral deriva do latim *mos*, *moris*, e no plural *mores* (os costumes), enquanto *ética* origina-se do grego *éthos*. Moral e ética referem-se ao conjunto de costumes de uma sociedade, considerados como valores e obrigações para seus membros. No entanto, há na língua grega outra palavra que, ao ser transliterada para o português, se escreve da mesma maneira. Em grego, existem duas vogais para pronunciar e grafar a vogal *e*: uma breve (*epsílon*) e uma longa (*eta*). *Éthos*, escrita com a vogal longa, significa 'costume'; porém, se escrita com a vogal breve, significa 'caráter', 'índole natural', 'conjunto das disposições físicas e psíquicas de uma pessoa'.



Ana Zanetti/Acervo da artista

Transeuntes (2010), obra da artista plástica Ana Zanetti. O que dá unidade à vida moral das pessoas? O que há de comum em suas ações em diferentes ocasiões e instituições?

Sócrates, o incansável perguntador

Platão e Aristóteles contam que, na grande praça do mercado de Atenas (a *ágora*), ponto de encontro dos atenienses, Sócrates perguntava às pessoas o que eram as virtudes ou os valores que orientavam suas ações. Ao fim, suas perguntas sempre revelavam que os atenienses respondiam sem pensar no que diziam, repetindo o que lhes fora ensinado desde a infância.

Como cada um havia interpretado à sua maneira o que aprendera, era comum que uma pergunta recebesse respostas diferentes e que as pessoas caíssem em contradição. Com isso, o interlocutor ou se zangava com Sócrates e ia embora irritado ou reconhecia que não sabia o que imaginava saber, dispondo-se a buscar, com o filósofo, a virtude e o bem.

Sócrates embaraçava os atenienses porque os forçava a indagar não apenas qual era o sentido dos **costumes** estabelecidos (os valores éticos ou morais da coletividade, transmitidos de geração em geração), mas também quais eram as disposições de **caráter** (características pessoais, sentimentos, atitudes, condutas individuais) que levavam alguém a respeitar ou não esses valores e por quê.

Ao indagar o que são a virtude e o bem, Sócrates realizava, na verdade, duas interrogações. Por um lado, interrogava a sociedade para saber se o que ela costumava considerar virtuoso e bom correspondia efetivamente à virtude e ao bem. Por outro, interrogava os indivíduos para saber se tinham efetivamente consciência do significado e da finalidade de suas ações, se seu caráter ou sua índole eram realmente virtuosos e bons. A indagação ética socrática dirigia-se, portanto, à sociedade e ao indivíduo.

As questões socráticas inauguraram a ética como parte da filosofia porque definem o ponto no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidos: a consciência do agente ético ou moral. É sujeito moral ou ético somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores éticos. Sócrates afirma que apenas o ignorante é vicioso ou incapaz de virtude, pois quem sabe o que é o bem não poderá deixar de agir virtuosamente.

Aristóteles e a práxis

Se devemos a Sócrates o início da ética como parte da filosofia, devemos a Aristóteles a distinção entre saber teorético ou contemplativo e saber prático. O saber teorético é o conhecimento de seres e fatos que existem e agem independentemente de nós e sem nossa interferência, ou seja, é o conhecimento de seres e fatos naturais e divinos. O saber prático é o conhecimento daquilo que só existe como consequência de nossa ação e, portanto, depende de nós. O saber prático pode ser de dois tipos: **técnica** ou **práxis**.

Na técnica, o agente, a ação e a finalidade da ação são diferentes e estão separados, sendo independentes uns dos outros. Um carpinteiro, por exemplo, ao fazer uma mesa, realiza uma ação técnica, mas ele próprio não é essa ação nem ele é a mesa produzida. A técnica tem como finalidade a fabricação de alguma coisa diferente do agente (a mesa não é o carpinteiro) e da ação fabricadora (a ação técnica de fabricar a mesa implica o trabalho sobre a madeira com instrumentos apropriados, mas isso nada tem a ver com a finalidade da mesa, uma vez que o fim para o qual é fabricada é determinado pelo uso e pelo usuário).

Na práxis, ao contrário, o agente, a ação e a finalidade do agir são inseparáveis, pois o agente, o que ele faz e a finalidade de sua ação são o mesmo. Assim, por exemplo, dizer a verdade é uma virtude do agente, inseparável de sua fala verdadeira (uma fala verdadeira é o ser do próprio falante que a diz) e de sua finalidade, que é proferir uma verdade. Não podemos distinguir o falante, a fala e o conteúdo falado.

Assim, a técnica e a práxis são distinguidas uma da outra em razão da relação do agente com a ação e com a finalidade da ação. A ética e a política são saberes da práxis.

Deliberação e decisão

Também devemos a Aristóteles a definição do campo das ações éticas. Estas não só são definidas pela virtude, pelo bem e pela obrigação, mas também pertencem àquela esfera da realidade na qual cabem a *deliberação* e a *decisão* ou *escolha*.

Em outras palavras, o curso da natureza segue leis necessárias e universais, não havendo como nem por que deliberar e escolher, pois as leis naturais regem como as coisas vão necessariamente acontecer. Não deliberamos sobre as estações do ano, o movimento dos astros, a forma dos minerais ou dos vegetais. Não deliberamos nem decidimos sobre o que é regido pela *necessidade*. Mas deliberamos e decidimos sobre tudo aquilo que, para ser e acontecer, depende de nossa vontade e de nossa ação. Não deliberamos e não decidimos sobre o *necessário*, pois o necessário é o que é e será sempre tal como é, independentemente de nós. Deliberamos e decidimos sobre o *possível*, sobre aquilo que pode ser ou deixar de ser, porque para ser e acontecer depende de nós, de nossa vontade e de nossa ação. A distinção entre o necessário e o possível leva Aristóteles a uma diferenciação presente em todas as formulações ocidentais da ética: aquela entre o que é por natureza (necessário) e o que é por ação da liberdade (a ação virtuosa).

Com isso, Aristóteles acrescenta à consciência moral, trazida por Sócrates, a ideia da *vontade livre guiada pela razão* como o outro elemento fundamental da vida ética. A importância dada por Aristóteles à vontade racional, à deliberação e à escolha o levou a considerar que a *prudência* ou *sabedoria prática* seria a condição de todas as outras virtudes e presente em todas elas. Prudente é aquele que, em todas as situações, julga e avalia qual atitude e qual ação melhor realizarão a finalidade ética, ou seja, garantirão que o agente seja virtuoso e realize o que é bom para si e para os outros.


Museu do Louvre, Paris/Superstock Fineart/Other Images

Minerva expulsando os vícios do Jardim da Virtude (1502), óleo sobre tela de Andrea Mantegna (1431-1506). Minerva, deusa romana da racionalidade (Atena, na Grécia), encarna na pintura as virtudes da coragem, da magnificência e da justa indignação.

O legado dos filósofos antigos

Ao examinar a ética dos gregos e romanos, encontraremos três grandes princípios da vida moral:

1. por natureza, os humanos aspiram ao bem e à felicidade, que só são alcançáveis pela conduta virtuosa;

2. a virtude é uma excelência (em grego, *aretê*) alcançada pelo caráter. Ela consiste na consciência do bem e na conduta definida pela vontade guiada pela razão, que deve controlar instintos e impulsos presentes na natureza do ser humano;

3. a conduta ética é aquela na qual o agente sabe o que está e o que não está em seu poder realizar, referindo-se, portanto, ao que é possível e desejável para um ser humano. Saber o que está em nosso poder significa, principalmente, não se deixar arrastar pelas circunstâncias, pelos instintos ou por uma vontade alheia, mas afirmar nossa independência e nossa capacidade de autodeterminação.

O sujeito ético ou moral não se submete aos acasos da sorte, à vontade e aos desejos de outros, à tirania das paixões: ele obedece apenas à sua consciência e à sua vontade racional. Os filósofos antigos consideravam a vida ética um embate contínuo entre nossos apetites e desejos – as paixões – e nossa razão. Somos passionais por natureza, e a tarefa primeira da ética é educar nosso caráter ou nossa natureza para seguirmos a orientação da razão. A vontade ocupava um lugar fundamental nessa educação, pois era ela que deveria ser fortalecida para permitir que a razão controlasse e dominasse as paixões. Passional é aquele que se deixa arrastar por tudo que satisfaça imediatamente seus apetites e desejos, tornando-se escravo deles.

O cristianismo: interioridade e dever

Diferentemente dos seguidores de outras religiões da Antiguidade, os primeiros adeptos do cristianismo não se definiam por seu pertencimento a uma nação ou a um Estado, mas por sua fé num único Deus. Assim, o cristianismo introduziu duas diferenças primordiais na antiga concepção ética:

1. a ideia de que a virtude se define por nossa relação com Deus, e não com a cidade (a *pólis* grega ou a *civitas* romana) ou com os outros. Nossa relação com os outros depende da qualidade de nossa relação com Deus, único mediador entre cada indivíduo e os demais. Por isso, as principais virtudes cristãs, condições de todas as outras, são a *fé* (a relação de nossa alma com Deus) e a *caridade* (o amor aos outros e a responsabilidade pela salvação dos outros, conforme exige a fé). As virtudes são privadas e não públicas, e se baseiam na intimidade e na interioridade de cada um;

2. a afirmação de que somos dotados de livre-arbítrio e que, em decorrência do pecado original (ou a queda do primeiro homem e da primeira mulher), o impulso espontâneo de nossa liberdade dirige-se para o pecado. Somos seres pecadores, divididos entre o bem e o mal e dotados de natureza fraca. Por isso, o cristianismo afirma nossa incapacidade de realizarmos o bem e as virtudes apenas por um esforço de nossa vontade.

Assim, enquanto para os filósofos antigos a vontade consciente era uma faculdade racional capaz de nos tornar éticos ao dominar e controlar nossos apetites e desejos, o cristianismo considera que a vontade humana está pervertida pelo pecado, sendo preciso auxílio divino para nos tornarmos éticos. Esse auxílio é trazido pela **lei divina revelada** ou pelos mandamentos diretamente ordenados por Deus aos humanos, que devem ser obedecidos sem exceção. Dessa maneira, o cristianismo reinterpreta e universaliza os mandamentos que, no judaísmo, se referem apenas aos membros da nação hebraica.

A ideia de dever

A concepção cristã introduziu também uma nova ideia na moral: a ideia do *dever*, isto é, a ideia de que a virtude é a obrigação de cumprir o que é ordenado pela lei divina.

Por meio da revelação aos profetas (Antigo Testamento) e de Jesus Cristo (Novo Testamento), Deus manifestou sua vontade e sua lei aos seres humanos, definindo eternamente o bem e o mal, a virtude e o vício, a felicidade e a infelicidade, a salvação e a perdição. Para obedecer à lei divina, três virtudes são necessárias: *fé*, *esperança* e *caridade*. São as **virtudes teologais**, isto é, referidas à nossa relação com Deus.

Há, porém, virtudes que se referem à nossa força de alma, à nossa relação conosco mesmos. Assim como para guiar-se no espaço os humanos instituem os quatro pontos cardeais, a lei divina definiu quatro **virtudes cardeais** que devem guiar nossos passos no mundo moral: *coragem*, *justiça*, *temperança* e *prudência*.

Além delas, o cristianismo definiu virtudes que concernem ao nosso comportamento exterior ou à nossa relação com os outros, as **virtudes morais**: *sobriedade*, *prodigalidade*, ***trabalho***, *castidade*, *mansidão*, *modéstia* e *generosidade*. Em oposição a elas, define os principais vícios, conhecidos como os **sete pecados capitais**: *gula*, *avareza*, *preguiça*, *luxúria*, *ira* (ou *cólera*), *soberba* (ou *orgulho*) e *inveja*.

Aos humanos, cabe reconhecer a vontade e a lei de Deus, cumprindo-a por atos de dever. Esse é o único ato que torna morais um sentimento, uma intenção, uma conduta ou uma ação.

Com a concepção do ato moral como obrigação de obediência voluntária às leis e mandamentos divinos, o cristianismo legou à ética a distinção entre três tipos fundamentais de conduta:

1. a conduta moral ou ética, que se realiza de acordo com as normas e as regras impostas pelo dever;
2. a conduta imoral ou antiética, que se realiza contrariando as normas e as regras fixadas pelo dever;
3. a conduta indiferente à moral, que se realiza em situações que não são definidas pelo bem e pelo mal, e nas quais não se impõem as normas e as regras do dever. Por exemplo, ler um livro, assistir a um filme, fazer compras semanais de alimentos, costurar uma roupa rasgada, etc.

trabalho: palavra originada de *tripaliare*, termo latino derivado de *tripalium*, instrumento de tortura constituído de três estacas, às quais o escravo era amarrado para ser chicoteado. Enquanto o trabalho era considerado pelos cristãos uma virtude, para um grego ou romano jamais seria um valor do homem livre. Assim, o ócio prezado pela sociedade escravista greco-romana como condição para o exercício da filosofia e da política era visto pelos cristãos como um vício.

A ideia de intenção

Com a ideia do dever, a moral cristã introduziu também a ideia de **intenção**. Até o cristianismo, a filosofia moral localizava a conduta ética nas *ações* e nas *atitudes visíveis* do agente moral. Essas condutas é que eram julgadas virtuosas ou viciosas.

O cristianismo, porém, é uma religião da interioridade. Afirma que a vontade e a lei divinas não estão escritas nas pedras nem nos pergaminhos, mas inscritas no coração dos seres humanos. A primeira relação ética, portanto, se estabelece entre o coração do indivíduo e Deus. Como consequência, está submetido ao julgamento ético tudo que, invisível para os olhos humanos, é visível para o espírito de Deus. O dever não se refere apenas às ações visíveis, mas também às *intenções invisíveis*. Eis por que um cristão obriga-se a confessar pecados cometidos por atos, palavras e intenções.

Natureza humana e dever

O cristianismo introduz a ideia do dever para oferecer um caminho seguro para nossa vontade, que, sendo livre, mas fraca, sente-se dividida entre o bem e o mal. No entanto, essa ideia cria outro problema ético.

Se o sujeito moral é aquele que encontra em sua consciência as normas da conduta virtuosa, submetendo-se apenas ao bem e jamais a poderes externos à consciência, como falar em comportamento ético por dever? Este não seria a submissão ao poder externo de uma vontade externa (Deus), que nos domina e nos impõe suas leis, forçando-nos a agir em conformidade com regras vindas de fora de nossa consciência?

Em outras palavras, se a ética exige um sujeito autônomo, a ideia de dever não o levaria à heteronomia?


Photo Scala, Florence/Glow Images

Uma das oito cenas do Antigo Testamento representadas na folha esquerda da porta de bronze da Catedral de Santa Maria, em Hildesheim, na Alemanha, datada do século XI. Ao serem expulsos do Paraíso, Adão e Eva recebem como castigo o dever do trabalho, tornando-se encarregados de cultivar a terra e gerar e criar descendentes.

Duas visões modernas do dever

Um dos filósofos que procurou resolver essa dificuldade foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Para ele, a consciência moral e o sentimento do dever são inatos, são "a voz da natureza" e o "dedo de Deus" em nosso coração. Apesar do pecado do primeiro homem, conservamos em nosso coração vestígios da bondade original e por isso nascemos puros e bons, dotados de generosidade e de benevolência. Se o dever parece ser uma imposição e uma obrigação externa, é porque nossa bondade natural foi pervertida pela sociedade quando esta criou a propriedade privada e os interesses privados. Ao criar a razão utilitária ou a razão dos interesses, a sociedade tornou-nos egoístas, mentirosos e destrutivos.

Assim, longe de ser uma imposição externa, o dever simplesmente nos recorda nossa boa natureza originária. Não fosse o dever, nossa bondade originária ficaria para sempre escondida sob os interesses da razão utilitária.

Outra resposta ao mesmo problema foi dada por Kant (1724-1804). Opondo-se à "moral do coração" de Rousseau, Kant volta a afirmar o papel da razão na ética. Não existe bondade natural. Por natureza, diz Kant, somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, mentimos, roubamos. É justamente por isso que precisamos do dever – trazido pela razão pura prática, inata, interior a nós – para nos tornar seres morais.

As respostas de Rousseau e de Kant, embora diferentes, procuram resolver a mesma dificuldade: explicar por que o dever e a liberdade da consciência moral são inseparáveis e compatíveis. A solução de ambos consiste em considerar que o dever nasce em nosso interior, proposto pelo coração (Rousseau) ou pela razão (Kant), desfazendo, assim, a impressão de que ele nos seria imposto por uma vontade externa.



O último tamoio, de 1883, tela do pintor Rodolfo Amoedo. Com a ideia de que a sociedade corrompe a bondade inata do ser humano, Jean-Jacques Rousseau influenciou artistas e pensadores do Iluminismo e do Romantismo.

A *Ética* de Espinosa

Já Baruch Espinosa (1632- 1677), cuja obra principal intitula-se *Ética*, apresenta um quadro muito diferente das virtudes e dos vícios.

Para Espinosa, somos seres naturalmente afetivos, isto é, nosso corpo ininterruptamente afeta e é afetado por outros (tanto no sentido da conservação e da regeneração como, ao contrário, no do enfraquecimento e da destruição). Essas afecções corporais se exprimem em nossa alma na forma de afetos ou sentimentos. O afeto ou sentimento é, portanto, constitutivo de nosso corpo e de nossa alma.

Nossos afetos são naturalmente paixões, e somos naturalmente passionais porque sofremos a ação de causas exteriores a nós. Em outras palavras, ser passional é ser passivo, deixando-se conduzir por forças exteriores ao nosso corpo e à nossa alma.

Ora, vivemos rodeados por outros seres, mais numerosos e mais fortes do que nós, e eles agem sobre nós. Por isso, diz Espinosa, as paixões não são boas nem más, simplesmente são naturais. Não são vícios da natureza humana, e sim a maneira como existimos recebendo e sofrendo a ação de causas externas. Uma paixão indica a força ou a fraqueza de nosso ser para existir, agir e pensar.

Três são as paixões originais ou primitivas: *alegria*, *tristeza* e *desejo*. As demais derivam destas. Uma paixão alegre é aquela que aumenta nossa capacidade de ser e agir. Dela nascem as paixões de amor, devoção, esperança, segurança, contentamento, generosidade, glória. Uma paixão triste é a que diminui nossa capacidade de ser e agir. Dela surgem as paixões de ódio, inveja, orgulho, arrependimento, modéstia, humildade, medo, desespero. Desejar é ser determinado a querer e fazer alguma coisa conforme sejamos movidos por paixões de alegria ou de tristeza, aumentando ou diminuindo nossa capacidade de ser e agir.

Da servidão passional à liberdade afetiva

Em lugar de vício, Espinosa fala em fraqueza para existir, agir e pensar. Fraqueza é deixar-se levar apenas por afetos passivos ou paixões, submetendo-se a eles, pois com isso nos deixamos governar por causas externas (coisas e humanos). Por isso, em vez de vício, Espinosa fala em servidão humana.

De fato, somos servos quando nossas paixões determinam nossa vida e, portanto, quando não somos livres, mas vivemos sob o poder externo de coisas e pessoas que nos arrastam para onde querem. Ora, quanto mais fracos somos, mais passivos somos, e tanto mais fracos nos tornamos quanto mais paixões tristes e desejos tristes nos dominem.

Que é a virtude? Não é cumprir deveres e obrigações, mas ter força interior para passar da passividade à atividade, ou seja, de afetos passivos (as paixões) a afetos ativos (as ações éticas). A virtude é ação. Ser virtuoso ou ser livre é passar da paixão à ação, tornar-se causa ativa interna de nossa existência, de nossos atos e pensamentos.

Essa passagem não elimina os afetos nem vai contra eles (por essência somos seres afetivos), mas muda a qualidade deles. De fato, as paixões e os desejos tristes nos enfraquecem e nos tornam cada vez mais passivos, enquanto as paixões e os desejos alegres nos fortalecem. A vida ética se inicia quando procuramos aumentar paixões e desejos alegres e afastar paixões e desejos tristes. À medida que as paixões de alegria e de desejo alegre nos fortalecem, vamos adquirindo poder sobre nós mesmos, diminuindo o poderio das forças externas, de modo que passamos à ação da qual somos a causa, isto é, às ações nascidas de nossa liberdade como força interior de autodeterminação.

Quando nossa razão se torna capaz de ser vivida por nós afetivamente, isto é, quando experimentamos que conhecer é uma alegria mais forte do que ignorar e que o conhecimento é a força própria de nossa alma, nossa atividade racional se torna um afeto ativo, a alegria ativa. Ora, a atividade racional não depende de causas externas, mas exclusivamente da força interna de nossa razão. Assim, uma razão forte é alegre e uma razão alegre é forte: com ela se inicia a passagem afetiva e cognitiva que nos leva da paixão à ação, da servidão à liberdade, transformando as paixões alegres e as paixões desejantes nascidas da alegria em atividades de que somos a causa. A virtude não é o cumprimento de deveres, e sim nossa força interior para ser e agir com liberdade. A virtude é *práxis*.


Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr/Radiobrás

Após sofrer inúmeras agressões e ser vítima de duas tentativas de assassinato por parte de seu marido, Maria da Penha Maia Fernandes superou o medo e o denunciou. Depois de uma batalha jurídica de 19 anos, ele foi condenado judicialmente. A Lei n. 11 340, de 2006, que tipifica os crimes de violência doméstica, foi batizada com o nome de Maria da Penha. Foto de 2013.

Leituras filosóficas

Os afetos como propriedade humana

Há filósofos que concebem os afetos com que nos debatemos como vícios em que os homens caem por sua própria culpa. Por isso costumam ridicularizá-los, deplorá-los, censurá-los e (quando querem parecer mais santos) detestá-los. Acreditam proceder divinamente e elevar-se ao cume da sabedoria prodigalizando todo tipo de louvor a uma natureza humana que em parte alguma existe, machucando com seus discursos aquela que realmente existe. Concebem os homens não como são, mas como gostariam que fossem. Por isso quase todos, em lugar de ética, escreveram sátiras e, em política, propuseram quimeras convenientes ao país da Utopia [...]. *Tomei todo o cuidado para não rir, nem chorar nem detestar as ações humanas, mas entendê-las. Assim não encarei os afetos humanos, tais como o amor, o ódio, a cólera, a inveja, a glória, a misericórdia e outras emoções do ânimo, como vícios da natureza humana, mas como propriedades que lhe pertencem assim como o calor, o frio, a tempestade e o trovão pertencem à natureza do ar, os quais, embora incômodos, são contudo necessários, têm causas certas pelas quais nos esforçamos de entender sua natureza.*

ESPINOSA. *Tratado político*, cap. I, par. 1 e 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008. p. 73; 75.

1. De acordo com Espinosa, qual deve ser a postura da filosofia diante dos afetos humanos?
2. Se, como afirma Espinosa, os afetos são propriedades naturais do ser humano, como poderíamos controlar o amor, o ódio, a cólera e a inveja?

Razão, desejo e vontade

A tradição filosófica que examinamos até aqui constitui o racionalismo ético, pois atribui à razão humana o lugar central na vida ética. Duas correntes principais formam a tradição racionalista na ética: a *intelectualista*, que prioriza a inteligência ou intelecto, e a *voluntarista*, que prioriza a vontade.

Ambas concordam quanto à ideia de que, por natureza, somos seres passionais, cheios de apetites, impulsos e desejos cegos, desenfreados e desmedidos. Concordam também que cabe à razão (seja como inteligência, no intelectualismo, seja como vontade, no voluntarismo) estabelecer limites e controles para paixões e desejos.

Egoísmo, agressividade, avareza, busca ilimitada de prazeres corporais, sexualidade sem freios, mentira, hipocrisia, má-fé, desejo de posse (tanto de coisas como de pessoas), ambição desmedida, crueldade, medo, covardia, preguiça, ódio, impulsos assassinos, desprezo pela vida e pelos sentimentos alheios são algumas das muitas paixões que nos tornam imorais e incapazes de relações decentes e dignas com os outros e conosco mesmos. Quando cedemos a elas, somos viciosos e culpados. A ética apresenta-se, assim, como trabalho da inteligência e/ou da vontade para dominar e controlar essas paixões.

Para a **concepção intelectualista**, a vida ética ou virtuosa *depende do conhecimento*, pois é somente por ignorância que fazemos o mal e nos deixamos arrastar por impulsos e paixões contrários à virtude e ao bem. O ser humano, sendo essencialmente racional, deve fazer com que sua razão ou inteligência (o intelecto) conheça os fins e os meios morais e a diferença entre bem e mal, de modo a conduzir a vontade no momento da deliberação e da decisão. A vida ética depende do desenvolvimento da inteligência ou razão, sem a qual a vontade não poderá atuar.

Para a **concepção voluntarista**, a vida ética ou moral *depende da nossa vontade*, porque dela depende nosso agir e porque ela pode querer ou não querer o que a inteligência lhe mostra. Se a vontade for boa, seremos virtuosos; se for má, seremos viciosos. A vontade boa orienta nossa inteligência no momento da escolha de uma ação, enquanto a vontade má desvia nossa razão da boa escolha. A vida ética depende da qualidade de nossa vontade e da disciplina para forçá-la rumo ao bem.

Convergências entre as duas concepções

Uma paixão nos coloca à mercê de coisas e pessoas que desejamos possuir ou destruir. As duas correntes do racionalismo ético definem a tarefa da educação moral e da conduta ética como poderio da razão para nos impedir de perder a liberdade sob os efeitos de paixões desmedidas e incontroláveis. Para alcançar esse objetivo, a ética racionalista distingue necessidade, desejo e vontade.

A necessidade diz respeito a tudo quanto necessitamos para conservar nossa existência: alimentação, bebida, habitação, agasalho no frio, proteção contra as intempéries, relações sexuais para a procriação, descanso para se recuperar do cansaço, etc. Para os seres humanos, atender às necessidades é fonte de satisfação.

O desejo parte da satisfação de necessidades, mas acrescenta a elas o sentimento do prazer, dando às coisas, às pessoas e às situações novas qualidades e sentidos. No desejo, nossa imaginação busca o prazer e foge da dor pelo significado atribuído ao que é desejado ou indesejado. A maneira como imaginamos a satisfação, o prazer que alguma coisa ou pessoa nos dão transforma essa coisa ou essa pessoa em objeto de desejo, o que nos leva a procurá-la sempre, mesmo quando não conseguimos possuí-la ou alcançá-la. O desejo é, pois, a busca da fruição daquilo que é desejado, porque o objeto do desejo dá sentido à nossa vida, determina nossos sentimentos e nossas ações.

Se, como os animais, temos necessidades, somente como humanos temos desejo. Por isso, muitos filósofos afirmam que a essência dos seres humanos é desejar. Somos seres desejantes: não apenas desejamos, mas, sobretudo, desejamos ser desejados por outros.

Resta, agora, examinar a diferença entre desejo e vontade.

Vontade e desejo

A vontade difere do desejo por possuir três características que este não possui:

1. o ato voluntário implica um esforço para vencer obstáculos. Estes podem ser materiais (uma montanha no meio do caminho, por exemplo), físicos (fadiga, dor) ou psíquicos (desgosto, fracasso, frustração). A tenacidade e a perseverança, a resistência e a continuação do esforço são marcas da vontade, e por isso falamos em *força de vontade*;

2. o ato voluntário exige discernimento e reflexão antes da ação. A vontade pesa, compara, avalia, discute, julga e decide antes de agir;

3. a vontade se refere ao possível, isto é, ao que se torna real ou acontece graças ao ato voluntário, no qual os fins e a previsão das consequências são levados em conta. Por isso, eticamente a vontade é inseparável da responsabilidade.

"A gente não quer só comida"

Em 1987, o grupo de *rock* Titãs lançou a canção "Comida", que começa com estes versos:

Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida,
a gente quer comida,
diversão e arte.
A gente não quer só comida,
a gente quer saída
para qualquer parte.

A gente não quer só comida,
a gente quer bebida,
diversão, balé.
A gente não quer só comida,
a gente quer a vida
como a vida quer.

ANTUNES, Arnaldo; BRITTO, Sérgio; FROMMER, Marcelo. Comida. In: TITÃS. *Jesus não tem dentes no país dos banguelas*, WEA, 1987. Letra disponível em: <www.letras.mus.br/titas/91453>. Acesso em: 24 abr. 2016.



Divulgação/WEA

Capa do LP *Jesus não tem dentes no país dos banguelas* (1987), do grupo Titãs, do qual faz parte "Comida". O mote "Desejo, necessidade, vontade" sintetiza o questionamento da canção sobre o que se pode considerar necessário ou desejável para o indivíduo.

"Querer a vida como a vida quer" é a expressão daquilo que nos diferencia dos animais. Comer pasto ou beber água são ações que podem satisfazer nossa necessidade de alimentação, mas queremos mais que isso: queremos obter prazer em nossas ações. Assim, podemos obter prazer, por exemplo, de comida, mas isto não nos basta, pois os animais também sentem esse prazer. Nós queremos algo mais: diversão (lazer e brincadeiras) e arte (criação do belo), bem como de ter "saída para qualquer parte", isto é, liberdade de ação.

Assim, desejo é paixão; a vontade, decisão. O desejo nasce da imaginação; a vontade se articula à reflexão. O desejo não suporta o tempo, quer a satisfação e o prazer imediatos; a vontade, ao contrário, realiza-se no tempo e aceita a demora da satisfação, pois a ponderação trabalha com a relação entre meios e fins. Mas é o desejo que oferece à vontade os motivos interiores e os fins exteriores da ação. À vontade cabe a educação ética do desejo. Na concepção intelectualista, a inteligência orienta a vontade para que esta eduque o desejo. Na concepção voluntarista, a vontade boa tem o poder de educar o desejo, enquanto a vontade má submete-se a ele e pode pervertê-lo.

Consciência, *desejo* e *vontade* formam o campo da vida ética. Consciência e desejo referem-se às *intenções* e *motivações*, que dizem respeito à qualidade da atitude interior ou dos sentimentos internos ao sujeito moral. A vontade se refere às *ações* e *finalidades*, que dizem respeito à qualidade da atitude exterior, das condutas e dos comportamentos do sujeito moral.

Ética das emoções e do desejo

O racionalismo ético não é a única concepção filosófica da moral. Outra concepção, o *emotivismo ético*, entende que o fundamento da vida ética não é a razão, mas a emoção. Nossos sentimentos são causas das normas e dos valores éticos. Inspirando-se em Rousseau, emotivistas como os ingleses Bertrand Russell (1872-1970) e G. E. Moore (1873-1958) afirmam que nossos sentimentos e nossas paixões expressam uma bondade natural. Esses sentimentos e paixões são a forma e o conteúdo da existência moral como relação intrassubjetiva (de nós conosco mesmos) e intersubjetiva (de nós com os outros).

Os emotivistas salientam a utilidade das emoções para nossa sobrevivência e para nossas relações com os outros. Caberia à ética orientar essa utilidade de modo a impedir a violência e garantir relações justas entre os seres humanos.

Há ainda outra concepção ética, francamente contrária à racionalista (e, por isso, muitas vezes chamada de *irracionalista*), que contesta o poder e o direito da razão de intervir sobre o desejo e as paixões, e identifica a liberdade com a plena manifestação do desejante e do passional. Ela se encontra em Nietzsche (1844-1900) e em vários filósofos contemporâneos.

Embora apresente variantes, essa concepção pode ser resumida nos seguintes pontos, tendo como referência a obra nietzschiana *A genealogia da moral* (1887):

- a moral racionalista foi erguida com finalidade repressora, e não para garantir o exercício da liberdade;
- a moral racionalista transformou tudo o que é natural e espontâneo nos seres humanos em vício e tudo o que oprime a natureza humana em virtude;
- paixões, desejos e vontade referem-se à vida e à expansão de nossa força vital. Portanto, não se referem ao bem e ao mal. Pois estes são uma invenção da moral racionalista;
- a moral racionalista foi inventada pelos fracos ou ressentidos para controlar e dominar os fortes, cujos desejos, paixões e vontade afirmam a vida, mesmo que estes sejam cruéis e agressivos. Por medo da força vital dos fortes, os fracos condenaram paixões e desejos, submeteram a vontade à razão, inventaram o dever e impuseram castigos aos transgressores;
- é preciso manter os fortes, dizendo-lhes que o bem é tudo o que fortalece o desejo da vida e o mal é tudo o que contraria esse desejo;
- transgredir normas e regras estabelecidas é a verdadeira expressão da liberdade e somente os fortes são capazes dessa ousadia. Para disciplinar a vontade dos fortes, a moral racionalista transformou a transgressão em falta, culpa e castigo;
- a força vital se manifesta como saúde do corpo e da alma, como força da imaginação criadora. Por isso, os fortes desconhecem angústia, medo, remorso, humildade, inveja. A moral dos fracos ou ressentidos, porém, é atitude covarde dos que temem a saúde e a vida. Com a mortificação do corpo e pelo sacrifício do espírito, buscam vingar-se da força vital dos fortes;
- a moral dos ressentidos, baseada no medo e no ódio à vida, inventa outra vida, futura, eterna, incorpórea, que será dada como recompensa aos que sacrificarem seus impulsos vitais;
- a sociedade, governada por ressentidos hipócritas, impõe aos fortes modelos éticos a fim de enfraquecê-los e torná-los prisioneiros dóceis da hipocrisia da moral vigente.

Para esses filósofos, que podemos chamar de antirracionalistas (e não irracionalistas), a moral racionalista é a **moral dos escravos**, dos que renunciam à verdadeira liberdade ética. Contra essa moral, afirma-se a *moral dos senhores* ou a *ética dos melhores*, a *moral aristocrática*, fundada nos instintos vitais, nos desejos e naquilo que Nietzsche chama de *vontade de potência*. Seu modelo se encontra nos guerreiros belos e bons das sociedades antigas, baseadas na guerra, nos combates e nos jogos, nas disputas pela glória e pela fama, na busca da honra e da coragem.

moral dos escravos: a ética socrática, a moral kantiana, a moral judaico-cristã, a ética da utopia socialista e a ética democrática são exemplos do que Nietzsche chama de moral dos escravos. Em suma, toda moral que afirme que os humanos são iguais, seja por serem racionais (Sócrates, Kant), seja por serem irmãos (religião judaico-cristã), seja por terem os mesmos direitos (ética socialista e democrática).


Wilton Junior/Agência Estado

O lutador brasileiro Anderson Silva durante treino no Rio de Janeiro (RJ), em 2011. Para Nietzsche, a competição, a disputa e a glória são alguns dos elementos da moral dos senhores.

Racionalismo humanista

Marx (1818-1883), por sua vez, apresentou uma crítica ao racionalismo sem, no entanto, adotar uma posição antirracionalista. Afirmava que os valores da moral vigente ou moral burguesa — liberdade, felicidade, racionalidade, respeito à subjetividade e à humanidade de cada um, etc. — eram hipócritas não em si mesmos (como julgava Nietzsche), mas porque eram irrealizáveis numa sociedade violenta como a nossa, baseada na exploração do trabalho, na desigualdade social e econômica, na exclusão de uma parte da sociedade dos direitos políticos e culturais.

A moral burguesa, dizia Marx, pretende ser um racionalismo humanista, mas as condições materiais concretas em que vive a maioria da sociedade impedem que o ser humano realize os valores éticos. Era preciso, portanto, mudar a sociedade para que a ética pudesse concretizar-se.

Críticas semelhantes foram feitas por pensadores socialistas, anarquistas e utópicos, para os quais o problema não se encontrava na razão como poderio dos fracos ressentidos contra os fortes, mas no modo como a sociedade estava organizada.

Ética e psicanálise

No Capítulo 16, vimos que a psicanálise introduzia um conceito novo, o inconsciente, que limitava o poder soberano da razão e da consciência.

No campo da ética, a descoberta do inconsciente trouxe consequências graves. De fato, *se somos* nossos impulsos e desejos inconscientes e se estes desconhecem barreiras e limites para a busca da satisfação – e, sobretudo, se alcançam a satisfação burlando e enganando a consciência –, como manter a ideia de vontade livre guiada pela razão e que age por dever? Se o que se passa em nossa consciência é simples efeito disfarçado de causas inconscientes escondidas, como falar em consciência responsável? Como a consciência poderia responsabilizar-se pelo que desconhece e que sempre desconhecerá?

Mais grave, porém, é a consequência para os valores morais. Em lugar de expressar finalidades propostas por uma vontade boa e virtuosa que deseja o bem, os valores e fins éticos se transformam em regras e normas repressivas que controlam nossos desejos e impulsos inconscientes. Surgem então dois problemas éticos novos.

Em primeiro lugar, como é possível falar em autonomia moral se o dever, os valores e os fins são impostos ao sujeito por uma razão oposta ao inconsciente? A razão não seria apenas uma ficção e um poder repressivo externo, incompatível com a definição da autonomia?

Em segundo lugar, visto que os desejos inconscientes se manifestam por disfarces, como a razão poderia pretender controlá-los se não tem acesso a eles?

A psicanálise mostra que somos resultado e expressão de nossa história de vida, marcada pela sexualidade insatisfeita, que busca satisfações imaginárias sem jamais poder satisfazer-se plenamente. Não somos autores nem senhores de nossa história, e sim efeitos dessa história. A psicanálise mostra-nos também que nossos atos são realizações inconscientes de motivações sexuais que desconhecemos e que repetimos vida afora.

De determinado ponto de vista do inconsciente, mentir, matar, roubar, seduzir, destruir, temer, ambicionar são atos *amorais*, pois o *inconsciente desconhece valores morais*. Inúmeras vezes, comportamentos ditos imorais são realizados simplesmente como autodefesa do sujeito, que os emprega para defender sua integridade psíquica ameaçada (por motivos reais ou fantasiosos). Se são atos moralmente condenáveis, podem, porém, ser psicologicamente necessários. Nesse caso, como julgá-los e condená-los moralmente?

É nesse momento que se deve considerar outra descoberta essencial da psicanálise. De fato, ela encontra duas instâncias ou faces antagônicas no inconsciente: o *id* ou *libido sexual*, que busca a satisfação, e o *superego* ou *censura moral*, interiorizada pelo sujeito, que absorve os valores de sua sociedade.

Nossa psique é um campo de batalha inconsciente entre desejos e censuras. O *id* muitas vezes ama o que é proibido; o superego quer ser amado por reprimir o *id*, imaginando-se tanto mais amado quanto mais repressor. O *id* desconhece fronteiras; o superego só conhece barreiras.

Vencedor, o *id* é violência que destrói os outros. Vencedor, o superego é violência que destrói o sujeito. Neuroses e psicoses são causadas tanto por um *id* extremamente forte e um superego fraco quanto por um superego extremamente forte e um *id* fraco. A batalha interior só pode ser decidida em nosso proveito por uma terceira instância: a consciência.

Descobrir a existência do inconsciente não significa, portanto, esquecer a consciência e abandoná-la como algo ilusório ou inútil. Pelo contrário, a psicanálise é, antes de tudo, uma terapia para auxiliar o sujeito no autoconhecimento e um modo de evitar que ele se torne um joguete do *id* e do superego.



Joaquín Salvador Lavado (Quino)/Acervo do cartunista

Mafalda, tirinha do argentino Quino. Nesta batalha entre o *id* e o "inquilino" (o superego), o último venceu.

Rigor do superego

No caso específico da ética, a psicanálise mostrou que uma das fontes dos sofrimentos psíquicos, causa de doenças e de perturbações mentais e físicas, é o rigor excessivo do superego. Uma moralidade rígida produz um *ideal do ego* (valores e fins éticos) irrealizável, torturando psiquicamente aqueles que não conseguem alcançá-lo por terem sido educados na crença de que esse ideal seria realizável.

Quando uma sociedade reprime os desejos inconscientes de tal modo que eles não possam encontrar meios de expressão, quando essa sociedade os censura e condena de tal forma que nunca possam manifestar-se, prepara o caminho para duas alternativas igualmente distantes da ética: ou a transgressão violenta de seus valores pelos sujeitos reprimidos ou a resignação de uma coletividade neurótica, que confunde neurose e moralidade.

Em outras palavras, em lugar de ética, há violência: por um lado, violência da sociedade, que exige dos sujeitos padrões de conduta impossíveis de serem seguidos. Por outro, violência dos sujeitos contra a sociedade, que somente poderão sobreviver transgredindo e desprezando os valores estabelecidos.

Sem a repressão da sexualidade, não há sociedade nem ética. Por outro lado, a excessiva repressão da sexualidade destrói, primeiro, a ética e, depois, a sociedade. O que a psicanálise propõe é uma nova moral sexual que harmonize, tanto quanto for possível, os desejos inconscientes, as formas de satisfazê-los e a vida social. Essa moral, evidentemente, só pode ser realizada pela consciência e pela vontade livre, de sorte que a psicanálise procura fortalecê-las como instâncias moderadoras do *id* e do superego.

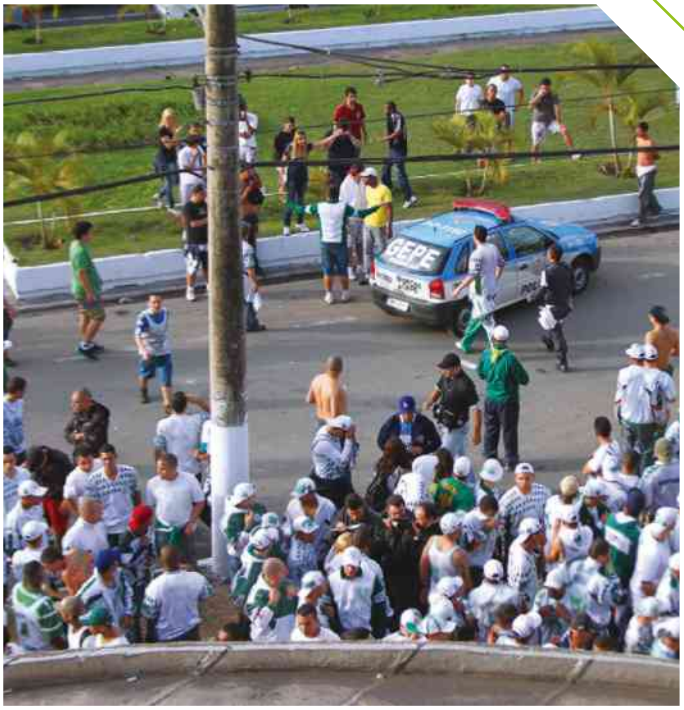
Somos eticamente livres e responsáveis não porque podemos fazer tudo aquilo que queremos, nem porque queremos tudo o que podemos fazer, mas porque aprendemos a discriminar as fronteiras entre o permitido e o proibido, tendo como critério ideal a ausência da violência interna e externa.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Sociologia.

Deliberamos e decidimos sobre o que depende de nossa vontade e de nossa ação. Não decidimos sobre o necessário, pois o necessário é o que é e assim sempre será. No entanto, decidimos sobre o possível, isto é, sobre aquilo que pode ser ou deixar de ser, porque para ser e acontecer depende de nós, de nossa vontade e de nossa ação.

- A partir dessa perspectiva e com base nos conceitos estudados neste capítulo, elabore um pequeno texto que responda às seguintes questões.
  a) Uma desavença entre torcedores num estádio de futebol diz respeito à ética e à moral?
  b) Como você avalia e entende esse tipo de acontecimento?
  c) Analise a fotografia buscando relacionar o conceito sociológico de ação social com o que você viu sobre ética neste capítulo.



Alexandro Auler/D.A Press

Torcedores do clube de futebol Palmeiras entram em conflito com a Polícia Militar nas imediações do estádio Raulino de Oliveira, em Volta Redonda (RJ), antes de partida do time contra o Fluminense, em 2011.

Em síntese

1. Quando e de que forma nasce a filosofia moral ou a disciplina filosófica denominada ética?

2. Como Sócrates contribuiu para o nascimento da ética?

3. Por que, segundo Aristóteles, o possível é pertinente à ética, mas o necessário, não?

4. Para os filósofos da Antiguidade, qual era a função da ética?

5. Por que, para o cristianismo, nossa vontade é insuficiente para garantir a vida moral? Explique tomando como base as ideias de pecado e livre-arbítrio.

6. O que é a concepção cristã da intenção?

7. Como Rousseau procurou resolver o problema da relação entre a liberdade da vontade e o dever deslocando o sentido da ideia de pecado? Explique o que é a "moral do coração".

8. De que modo Kant discorda da ética de Rousseau? Para ele, qual é o papel da razão na conduta moral?

9. Considerando a concepção de ética para Baruch Espinosa, responda às questões.

a) Qual é a diferença entre paixão e ação?

b) Por que a vida ética não suprime os afetos e o desejo?

c) Como se dá a passagem da servidão passional à liberdade? Dê um exemplo de servidão.

10. Nietzsche e Marx foram os dois principais críticos da moral vigente na sociedade em que viviam.

a) O que Nietzsche entendia por "moral dos fortes" e por "moral dos escravos"?

b) Qual era a grande divergência entre as críticas de Nietzsche e as de Marx?

11. Por que a descoberta do inconsciente por Freud poderia comprometer a ideia da ética como exercício livre da consciência e da vontade?

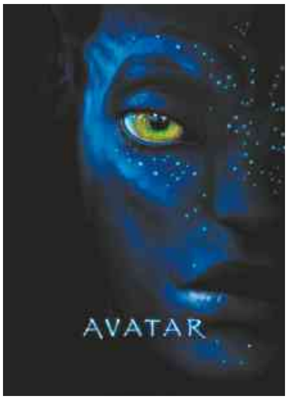
12. Que solução ética a psicanálise propõe para o poder do *id* e do superego?

Indicações

Avatar

- **Direção de James Cameron. Estados Unidos, 2009.**

O soldado Jake Sully (Sam Worthington) recebe a missão de ir a Pandora, uma lua distante da Terra, a serviço de uma empresa de exploração mineral. Tendo sido submetido a uma experiência biológica, seu avatar o torna semelhante aos habitantes de Pandora, com os quais passa a se relacionar. A tarefa de Jake é convencer os nativos a sair da região a ser explorada, mas ele começa a se sentir eticamente dividido: deve cumprir a tarefa que lhe foi dada pela empresa ou deve proteger Pandora dos humanos invasores?



Twentieth Century-Fox Film Corporation/The Kobal Collection/Agência France-Presse

Cartaz do filme *Avatar*, de 2009, dirigido por James Cameron.

Capitu

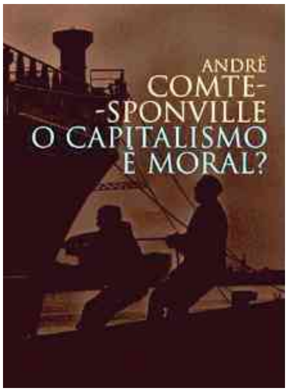
- **Direção de Paulo César Saraceni. Brasil, 1968.**

Baseado no romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, o filme narra a história entre Bentinho e Capitu, desde a infância até o feliz casamento. Aos poucos, porém, Bentinho começa a duvidar da fidelidade de Capitu, em razão da amizade cada vez mais estreita entre ela e seu amigo Escobar. O ciúme vai destruindo a relação do casal e torna Bentinho uma pessoa cada vez mais amargurada.

O capitalismo é moral?

- **Escrito por André Comte-Sponville. Martins Fontes, 2011.**

Um sistema econômico e social que se baseia na busca incessante do lucro e na competição entre as pessoas pode ser compatível com a moral? Por outro lado, a produção econômica poderia ser regida por outra lógica que não a do ganho cada vez maior? São essas duas questões principais que o autor busca analisar neste livro.



Reprodução/Ed. Martins Fontes

Capa do livro *O capitalismo é moral?*, do filósofo Comte-Sponville.

CAPÍTULO 29

A liberdade



David Hurn/Magnum Photos/Latinstock

LIBERDADE E AMIZADE

Em um mundo tomado por guerras, pelo domínio do capitalismo e por regimes opressores, qual é o caminho para a liberdade? Qual é o espaço do sujeito diante das contingências e da sensação de impotência? Nos anos 1960, jovens ao redor do mundo (e também alguns filósofos) contestaram o conformismo e afirmaram a possibilidade de exercer a liberdade e viver em comunhão. Na imagem, público acompanha o Festival da Ilha de Wight, na Inglaterra, em 1969, que celebrava os ideais de liberdade, amor e paz.

A liberdade como problema

a torneira seca
(mas pior: a falta
de sede)
a luz apagada
(mas pior: o gosto
do escuro)
a porta fechada
(mas pior: a chave
por dentro).

PAES, José Paulo. *O melhor poeta da minha rua*. São Paulo: Ática, 2008.

Esse poema de José Paulo Paes (1926-1998) traz, de forma concentrada e precisa, o núcleo da liberdade e, ao mesmo tempo, a ausência dela. O poeta faz um contraponto entre uma situação externa experimentada como um fato dado (a torneira seca, a luz apagada, a porta fechada) e a inércia resignada no interior do sujeito (a falta de sede, o gosto do escuro, a chave por dentro). O contraponto é feito pela expressão "mas pior".

O que significa ela? Que, diante de condições adversas, renunciamos a enfrentá-las, tornamo-nos cúmplices delas. Porém, não é isso o pior. Pior é a renúncia à liberdade. Renunciamos à sede, que nos faria abrir a torneira; renunciamos ao desejo de luz, que nos faria acender a lâmpada; renunciamos ao desejo de sair, que nos faria girar a chave.

Dessa maneira, secura, escuridão e prisão deixam de estar fora de nós para se tornarem nós mesmos, com nossa falta de sede, nosso gosto do escuro e nossa falta de iniciativa para girar a chave.

Um trecho de outro poema também oferece um contraponto entre nós e o mundo:

Mundo mundo vasto mundo,
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poema de sete faces. In: *Alguma poesia*. Belo Horizonte: Pindorama, 1930. p. 9-10.

Nesse poema, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), como José Paulo Paes, confronta-nos com a realidade exterior: o "vasto mundo" do qual somos uma pequena parcela e no qual estamos mergulhados. Todavia, o poema de Drummond difere do anterior, pois, em vez da inércia resignada, nos coloca diante da afirmação de que nosso ser é mais vasto do que o mundo. Pelo nosso coração – sentimentos e imaginação – somos maiores do que o mundo, criamos outros mundos possíveis, inventamos outra realidade. Abrimos a torneira, acendemos a luz e giramos a chave.

Embora partam de perspectivas diferentes, os dois poemas apontam para o grande tema da ética, desde que ela se tornou questão filosófica: o que está e o que não está em nosso poder? Até onde se estende o poder de nossa vontade, de nosso desejo, de nossa consciência? Em outras palavras: até onde alcança o poder de nossa liberdade? O que está em nosso poder e o que depende inteiramente de causas e forças exteriores?

Essa mesma interrogação encontra-se presente, de outra maneira, no poema "Velho tema" de Vicente de Carvalho (1866-1924):

Só a leve esperança, em toda a vida,
Disfarça a pena de viver, mais nada,
Nem é mais a existência, resumida,
Que uma grande esperança malograda.

O eterno sonho da alma desterrada,
Sonho que a traz ansiosa e embevecida,
É uma hora feliz, sempre adiada
E que não chega nunca em toda a vida.

Essa felicidade que supomos,
Árvore milagrosa que sonhamos
Toda arreada de dourados pomos

Existe, sim: mas nós não a alcançamos,
Porque está sempre apenas onde a pomos
E nunca a pomos onde nós estamos.

CARVALHO, Vicente de. Velho tema. In: *Poemas e canções*. São Paulo: Saraiva, 1962. p. 33.

Lenise Pinheiro/Folhapress



Ensaio de *Esperando Godot*, de Samuel Beckett, em montagem de Gabriel Vilela, na cidade de São Paulo (SP), em 2006. Podemos alcançar a liberdade e a felicidade diante das contingências?

O poeta começa dizendo que somente a esperança disfarça a dor de viver. Esse disfarce significa que a existência não é senão uma "esperança malograda", pois esperamos pela hora da felicidade, mas essa hora é sempre adiada. Mas por que nosso malogro? Por que não obtemos a felicidade?

Retomando uma imagem da mitologia grega, a árvore de frutos de ouro, inalcançável pelos mortais, o poeta contrasta o substantivo "pomos" (frutos) e o verbo "pomos" (colocar alguma coisa em algum lugar). Com isso, contrapõe a "esperança malograda" de felicidade e a felicidade que "existe, sim", mas que não alcançamos porque "nunca a pomos onde nós estamos", embora esteja "sempre apenas onde a pomos".

Nossa alma fica desterrada no sonho, exilada da realidade, por ser incapaz de reconhecer que a felicidade não é nem a hora sempre adiada, situada num futuro incerto, nem uma árvore distante, posta pelos deuses em algum lugar não localizável do vasto mundo. A felicidade está, isso sim, em nós, em nossa "leve esperança", dependendo apenas de nós mesmos, "porque está sempre apenas onde a pomos".

Os três poetas nos colocam diante de dilemas:

- *porta fechada*; *vasto mundo árvore milagrosa*: a felicidade parece depender inteiramente do que se encontra fora de nós, estando longe de nosso alcance e de nosso poder;
- *chave por dentro*; *coração mais vasto do que o mundo*; *estar sempre apenas onde a pomos*: a felicidade parece depender inteiramente de nossa liberdade ou de nós mesmos.

Esses dilemas, por sua vez, nos colocam diante da liberdade como *problema*.

A liberdade como questão filosófica

Vimos que a filosofia distingue entre o necessário – aquilo que acontece da mesma maneira em todos os tempos e lugares – e o contingente – aquilo que pode ou não acontecer, que ocorre por acaso. Filosoficamente, a questão da liberdade se apresenta na forma de dois pares de opostos: o par *necessidade* versus *liberdade* e o par *contingência* versus *liberdade*.

O par necessidade *versus* liberdade também pode ser formulado como destino *versus* liberdade e como determinismo *versus* liberdade.

Necessidade é o termo empregado para se referir ao todo da realidade, existente em si e por si, que age sem nossa interferência e nos insere em sua rede de causas e efeitos, condições e consequências.

Destino é o termo usado quando pensamos em forças transcendentes superiores a nós e que nos governam, quer o queiramos, quer não.

Determinismo é o termo empregado, a partir do século XIX, para se referir às relações causais necessárias que regem a realidade conhecida e controlada pela ciência. Ao ser usado para referir-se ao ser humano, trata-o como objeto das ciências naturais (Física, Química e Biologia) e das ciências humanas (Sociologia e Psicologia). Portanto, subordina-o completamente a leis e causas que condicionam seus pensamentos, sentimentos e ações, tornando a liberdade ilusória.

O par contingência *versus* liberdade também pode ser formulado pela oposição entre acaso e liberdade. *Contingência* ou *acaso* significam que a realidade é imprevisível e mutável. Portanto, impossibilitam deliberação e decisão racionais, elementos definidores da liberdade. Num mundo onde tudo acontece por acidente ou por acaso, somos como um frágil barquinho perdido num mar tempestuoso, levado em todas as direções, ao sabor das ondas e dos ventos.

Necessidade, *fatalidade*, *determinismo* significam que não há lugar para a liberdade, porque o curso das coisas e de nossa vida já está fixado de maneira irreversível. *Contingência* e *acaso* significam que não há lugar para a liberdade, porque não há como prever o curso das coisas e de nossa vida. Em resumo, não há lugar para a liberdade quando não podemos intervir no curso das coisas e de nossa vida.

Retomemos o que dizem os poemas.

Torneira seca; *luz apagada*; *porta fechada*: a realidade é feita de situações adversas e opressoras, contra as quais nada podemos, pois não dependem de nós e parecem ter a mesma necessidade que as coisas naturais.

Vasto mundo: se a realidade natural segue leis causais necessárias e a cultural tem normas obrigatórias, se nenhuma delas depende de nós, se nossa consciência e nossa vontade são determinadas por leis da natureza e normas da cultura, como falar em liberdade humana? A *necessidade* que rege as leis naturais e as normas culturais não seria mais vasta, maior e mais poderosa do que nossa liberdade? O que poderia estar em nosso poder?

Árvore milagrosa: se a felicidade é um milagre, então não depende de nós, acontece por puro acaso ou pura contingência. Se o mundo é um tecido de acasos felizes e infelizes, sem causa ou explicação, como esperar que sejamos sujeitos livres ou responsáveis? Se tudo é *contingente*, onde colocar a liberdade?

Alguns exemplos

Tomemos um exemplo da necessidade oposta à liberdade.

Não escolhi nascer numa determinada época, num determinado país, numa determinada família, com determinado corpo. As condições de meu nascimento e de minha vida fazem de mim aquilo que sou, e minhas ações, meus desejos, meus sentimentos, minhas intenções, minhas condutas resultam dessas condições, nada restando a mim senão obedecê-las. Como dizer que sou livre e responsável?

Se, por exemplo, nasci mulher, negra, numa família pobre, numa sociedade machista, racista e classista, que me discrimina sexual, racial e socialmente, que me impede o acesso à escola e a um trabalho bem remunerado, que me proíbe a entrada em certos lugares, que me interdita amar quem não for da mesma "etnia" e classe social, como dizer que sou livre para viver, sentir, pensar e agir de uma maneira que não escolhi, mas me foi imposta?

Tomemos, agora, um exemplo de contingência oposta à liberdade.

Quando minha mãe estava grávida de mim, houve uma epidemia e minha mãe adoeceu. Nasci com problemas de visão. Foi por acaso que a gravidez de minha mãe coincidiu com o acaso da epidemia: por acaso, ela adoeceu; por acaso, nasci com deficiências visuais. Tendo tais deficiências, preciso de cuidados médicos especiais.

No entanto, na época em que nasci, o governo de meu país instituiu um plano econômico que resultou em redução de empregos e privatização do serviço público de saúde. Meu pai e minha mãe ficaram desempregados e não puderam contar com o serviço de saúde para meu tratamento. Tivesse eu nascido em outra ocasião ou em outro país, talvez pudesse ter sido curada de meus problemas visuais. Como, então, dizer que sou livre para decidir e escolher, se vivo num mundo onde tudo acontece por acaso?

Diante da *necessidade* e da *contingência*, como afirmar que "mais vasto é meu coração" — ou que a felicidade "está sempre onde a pomos"? Examinemos mais de perto os dois exemplos mencionados.

Na primeira situação — mulher, negra, pobre, numa sociedade machista, racista, classista —, parece que nada posso fazer. A porta está fechada e a luz apagada. Porém, nada estará no poder de minha liberdade? Terei de recusar a luz e permanecer com a porta fechada? Se a ética afirmar que a discriminação sexual, étnica e de classe é imoral (isto é, violenta), se eu tiver consciência disso, nada farei contra tal situação? Mantendo-me resignada, conformada, passiva e omissa, não estarei fazendo da necessidade uma desculpa para não agir?



Bettmann/Corbis/Latinstock

Em 1955, Rosa Parks desafiou a legislação racista do estado do Alabama, nos Estados Unidos, e recusou-se a ceder seu lugar no ônibus a um passageiro branco. Sua detenção levou a uma série de protestos que resultaram na revogação da segregação racial em transportes públicos. Foto tirada em 21 de dezembro de 1956, um dia depois do fim da segregação.

Na segunda situação – epidemia, desemprego, fim dos serviços públicos de saúde –, também parece que nada posso fazer. Será verdade? Não estarei transformando os acasos de meu nascimento e das condições políticas em desculpa e álibi para minha resignação? Falarei em "destino" e "má sorte" para explicar o fechamento de todas as alternativas possíveis para mim? Renunciarei à vastidão do meu coração, aceitando que a felicidade sempre será posta onde não estou?

Nos dois exemplos, podemos indagar se para nós resta somente "a pena de viver, mais nada" ou se, ao contrário, como escreveu o filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980), "o que importa não é saber o que fizeram de nós, e sim o que fazemos com o que quiseram fazer conosco".

As teorias éticas procuraram enfrentar o *duplo problema* da necessidade e da contingência, definindo o campo da liberdade possível.

Três grandes concepções filosóficas da liberdade

As concepções de Aristóteles e de Sartre

A primeira grande teoria filosófica da liberdade foi exposta por Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.) em sua obra *Ética a Nicômaco* e, com variantes, permaneceu ao longo dos séculos. Nessa concepção, a liberdade se opõe ao que é condicionado externamente (necessidade) e ao que acontece por acaso (contingência). No entanto, o filósofo introduz um terceiro termo: *o possível*, isto é, aquilo que pode ser feito ou pode acontecer desde que um ser humano delibere e decida realizar uma ação. Assim, na concepção aristotélica, a liberdade é o princípio para escolher, num ato voluntário, entre *alternativas possíveis*.

Diz Aristóteles que é livre aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir. A liberdade é concebida como o poder pleno e incondicional da vontade para escolher realizar ou não realizar uma ação. É uma capacidade que não encontra obstáculos nem é forçada por coisa alguma para agir.

Contrariamente à necessidade e à contingência, sob as quais uma causa externa obriga o agente a agir de determinada maneira, no ato voluntário livre o agente tem o poder para se autodeterminar, sendo por isso causa integral de sua ação. Para que um ato livre se realize são necessárias duas condições interiores ao próprio agente: que domine seus impulsos passionais e que delibere seguindo o que a razão lhe mostra ser bom e justo. A liberdade será ética quando o exercício da vontade estiver em harmonia com a finalidade apontada pela razão.

Em sua obra *O ser e o nada* (1943), Sartre levou essa concepção ao ponto limite. Para ele, a liberdade é a *escolha incondicional que o próprio ser humano faz de seu ser e de seu mundo*. Quando julgamos estar sob o poder de forças externas mais poderosas do que nossa vontade, esse julgamento é, na verdade, uma decisão livre, pois outras pessoas, nas mesmas circunstâncias, não se curvaram nem se resignaram.

Em outros termos, para Sartre, conformar-se ou resignar-se é uma decisão tão livre quanto não se resignar nem se conformar. Quando dizemos que não podemos fazer alguma coisa porque estamos fatigados, a fadiga é uma decisão nossa, tanto assim que outra pessoa, nas mesmas circunstâncias, poderia decidir não se sentir cansada e agir. Da mesma maneira, quando dizemos estar sem força para fazer alguma coisa, a fraqueza é uma decisão nossa, pois outro poderia, nas mesmas circunstâncias, não se considerar fraco e agir. Em resumo: toda e qualquer decisão que tomamos e toda e qualquer ação que realizamos são livres.

Por isso, Sartre faz uma afirmação aparentemente paradoxal: "estamos condenados à liberdade". Qual o paradoxo? Identificar *liberdade* e *condenação*, isto é, dois termos incompatíveis, pois é livre quem não está condenado.

O que Sartre pretende dizer? Que, para os humanos, a liberdade é como a necessidade e o destino: não podemos escapar dela. É ela que define a humanidade dos humanos, sem escapatória.

Bruce Davidson/Magnum Photos/Latinstock



A atriz Daria Halprin interpretando personagem homônima em cena do filme *Zabriskie Point* (1970), dirigido por Michelangelo Antonioni. Para Sartre, a fadiga e a fraqueza como justificativas para não reagirmos diante de um estado de opressão seriam frutos de nossa livre decisão.

Leituras filosóficas

Liberdade: uma condenação


Boris Lipnitzki/Arquivo da editora

Sartre, em foto de 1946.

Dostoievski escreveu: "Se Deus não existisse, tudo seria permitido". Aí se situa o ponto de partida do existencialismo. Com efeito, tudo é permitido se Deus não existe, fica o homem, por conseguinte, abandonado, já que não se encontra em si, nem fora de si, uma possibilidade a que se apegue. Antes de mais nada, não há desculpas para ele. Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós, nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas. É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado, porque não se criou a si próprio; e no entanto livre, porque uma vez lançado ao mundo é responsável por tudo quanto fizer. O existencialista não crê na força da paixão. Não pensará nunca que uma bela paixão é uma torrente devastadora que conduz fatalmente o homem a certos atos e que, por conseguinte, tal paixão é uma desculpa. Pensa, sim, que o homem é responsável por essa paixão. O existencialista não pensará também que o homem pode encontrar auxílio num sinal dado sobre a terra, e que o há de orientar; porque pensa que o homem decifra ele mesmo esse sinal como lhe aprouver. Pensa, portanto, que o homem, sem qualquer apoio e sem qualquer auxílio, está condenado a cada instante a inventar o homem.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo.
In: *Sartre*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 15-16. (Os Pensadores).

1. Como Sartre interpretou a hipótese de Dostoievski e que papel ele atribuiu à responsabilidade dos indivíduos nas escolhas humanas?

2. Você considera que a hipótese de Dostoievski (se Deus não existisse, tudo seria permitido) leva a uma indiferença dos seres humanos em relação às suas escolhas, ou seja, leva à conclusão de que qualquer escolha é válida? Explique sua posição.

A concepção que une necessidade e liberdade

A segunda concepção da liberdade foi, inicialmente, desenvolvida pelo *estoicismo* (século III a.C.-século II d.C.). Essa concepção, modificada em vários aspectos, ressurgiu no século XVII com Espinosa (1632-1677) e, no século XIX, com Hegel (1770-1831). Ela conserva a ideia aristotélica de que a liberdade é a autodeterminação, assim como a ideia de que é livre aquele que age sem ser forçado nem constrangido por nada ou por ninguém – portanto, que age impulsionado por uma força interna ao seu próprio ser.

No entanto, diferentemente de Aristóteles e de Sartre, esses filósofos não situam a liberdade no ato de escolha realizado pela vontade individual, em oposição à necessidade. Afirmam que alguém age livremente porque age necessariamente. Para entendermos essa junção entre liberdade e necessidade, precisamos levar em conta que esses filósofos modificam a ideia de necessidade. Para eles, *necessário* é tudo que age apenas pela força interna de sua própria natureza. Quando o que penso, sinto e faço depende apenas de minha própria natureza, sou livre porque sigo necessariamente as leis de minha natureza racional sem ser forçado ou coagido por algo exterior a mim.

Isso significa que a liberdade não é um poder incondicionado para escolher entre alternativas possíveis, e sim o *poder interior de alguém para agir em conformidade consigo mesmo*, sendo necessariamente o que é e fazendo necessariamente o que faz.

Para os estoicos, o ser humano livre é aquele cuja razão conhece a necessidade natural e a necessidade de sua própria natureza e faz sua vontade exercer um poder absoluto sobre a irracionalidade das paixões.

Para Espinosa, o homem livre é aquele que age como causa interna, completa e total de sua ação, decorrente do desenvolvimento espontâneo da essência racional do agente. Em outras palavras, o indivíduo livre age por necessidade de sua própria essência. Somos livres quando nosso ser se realiza como uma potência interna capaz, por si só, de uma pluralidade simultânea de ideias, afetos e ações. Somos livres quando o que somos, o que sentimos, o que fazemos e o que pensamos não nos vem de fora, e sim exprime nossa força racional interna para existir e agir.

Para Hegel, o ser humano livre aparece na história e na cultura sob duas formas principais. Na primeira, a liberdade humana coincide com o surgimento da cultura – ou seja, é livre quem não se deixa dominar pela força da natureza e a vence, dobrando-a à sua vontade por meio do trabalho, da linguagem e das artes. Sob essa primeira forma, a liberdade refere-se muito mais a uma atitude da humanidade, e não do indivíduo – é a vitória da cultura sobre a natureza.

Já a segunda forma, o ser humano livre como indivíduo livre, aparece na história em dois momentos sucessivos. O primeiro é o do surgimento da interioridade cristã, que descobre a consciência como consciência de si dotada de livre-arbítrio. O segundo momento, decorrente do primeiro, é o do surgimento da individualidade racional moderna ou do indivíduo como consciência de si reflexiva, que concebe sua razão e sua vontade como independentes da necessidade natural e da coação de autoridades externas sobre seu pensamento e sua vontade.

A liberdade como possibilidade objetiva

Além das concepções anteriores, há uma terceira, que procura unir elementos das duas outras. Afirma, como a primeira, que a liberdade é um ato voluntário de decisão e escolha entre vários possíveis. Entretanto, não se trata da liberdade de *querer* alguma coisa, e sim de *fazer* alguma coisa. Somos livres para fazer alguma coisa quando temos o poder de fazê-la. Afirma, como a segunda, que não somos um poder incondicional de escolha entre quaisquer possíveis, mas que nossas escolhas são condicionadas pelas circunstâncias naturais, psíquicas, culturais e históricas em que vivemos.

Essa terceira concepção da liberdade introduz a noção de *possibilidade objetiva* e é apresentada por pensadores marxistas, como Georg Lukács (1885-1971) e Lucien Goldmann (1913-1970), e da fenomenologia e do existencialismo, como Merleau-Ponty (1908-1961). O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós: é, sobretudo, alguma coisa existente objetivamente na própria necessidade (seja esta natural, psicológica ou social), indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido.

Na verdade, a não ser aqueles filósofos que afirmaram a liberdade como um poder incondicional da vontade (como Sartre), os demais sempre levaram em conta a *tensão* entre nossa liberdade e os condicionamentos – naturais, culturais, psíquicos – que nos fazem ser o que somos, mas que em certas circunstâncias podem ser superados por nossa ação. Essa superação é a liberdade. As discussões sobre as paixões, os interesses, as circunstâncias histórico-sociais, as condições naturais sempre estiveram presentes na ética. Por isso, uma ideia como a de *possibilidade objetiva* sempre esteve implícita nas teorias sobre a liberdade.

Vida e morte

Vida e morte não são, para nós, simples acontecimentos biológicos. Como disse Heidegger (1889-1976), as coisas aparecem e desaparecem, os animais nascem e perecem, mas somente o ser humano sabe que vive e morre, isto é, que *existe*. Para os humanos, vida e morte são *acontecimentos simbólicos*, são significações, possuem sentido e fazem sentido.

Viver e morrer são a descoberta da finitude humana, de nossa temporalidade e de nossa identidade: uma vida é *minha* e *minha* é a morte. Somente a morte completa o que somos, dizendo o que fomos. Por isso, os filósofos estoicos propunham que somente após a morte podemos afirmar que alguém foi feliz ou infeliz. "Quem não souber morrer bem terá vivido mal", afirmou

Sêneca (4 a.C.-65 d.C.). Enquanto vivos, somos tempo e mudança, *estamos sendo*.

Os filósofos existencialistas disseram: *a existência precede a essência*, significando com isso que nossa essência é a síntese do todo de nossa existência.

Morrer é um ato solitário. Morre-se só: a essência da morte é a solidão. O morto parte sozinho; os vivos ficam sozinhos ao perdê-lo. Restam saudade e recordação.

Viver, ao contrário, é estar na companhia de outros: a essência da vida é a intercorporeidade e a intersubjetividade. Os vivos estão entrelaçados: estamos com os outros e eles estão conosco, somos para os outros e eles são para nós.

A ética é o mundo das relações intersubjetivas, isto é, entre o eu e o outro como seres conscientes, livres e responsáveis. Nenhuma experiência evidencia tanto a dimensão essencialmente intersubjetiva da vida e da vida ética quanto a do diálogo.

Porque a vida é intersubjetividade corporal e psíquica e porque a vida ética é reciprocidade entre sujeitos, muitos filósofos definiram a amizade como expressão do mais alto ideal de uma existência livre. Assim, Espinosa afirma que o ser humano é mais livre na companhia dos outros do que na solidão e que "somente os seres humanos livres são gratos e reconhecidos uns aos outros", pois os sujeitos livres são aqueles que agem com generosidade e sempre de boa-fé.



No leito de morte (1895), óleo sobre tela de Edvard Munch. Morrer é um ato solitário.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e Geografia.

Escolha uma situação recente, no Brasil ou no mundo, sobre a qual você tenha tido conhecimento pela televisão, pelo rádio, pela internet, por jornais ou revistas. Escreva uma breve análise do caso escolhido sob a luz dos conceitos de necessidade, contingência, possível e possibilidade objetiva. Procure relacionar a análise do fato em si com conceitos da Geografia humana.



Mulher busca água em Bonfim da Feira (BA), durante a seca que atingiu o Nordeste brasileiro em 2012. Como as condições naturais influenciam as possibilidades de escolha dos indivíduos?

Em síntese

1. Vimos três poemas que nos fazem pensar sobre a liberdade. Qual é a principal diferença entre o poema de José Paulo Paes e o de Carlos Drummond de Andrade?

2. Explique a diferença entre necessidade e contingência. Quais são as oposições entre esses dois conceitos e o de liberdade?

3. Por que Aristóteles introduz a ideia do possível para explicar a liberdade? Quando somos livres, segundo Aristóteles?

4. Explique a afirmação de Sartre de que “estamos condenados à liberdade”.

5. Que filósofos reuniram necessidade e liberdade? Que mudança eles introduziram nos conceitos de necessidade e liberdade?

6. Explique como Espinosa define a liberdade humana.

7. Como Hegel explica o surgimento histórico da figura do indivíduo livre?

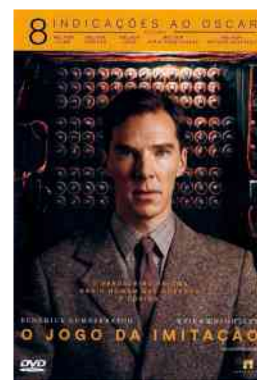
8. Qual é a relação entre vida ética, diálogo e amizade?

Indicações

O jogo da imitação

- **Direção de Morten Tyldum. Reino Unido/Estados Unidos, 2014.**

Inspirado em fatos reais, o filme mostra a busca obsessiva do matemático britânico Alan Turing pela invenção de uma máquina capaz de decodificar mensagens secretas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o desenvolvimento do projeto, ele e sua equipe percebem que, além das horas gastas entre números e equações, seu trabalho envolvia uma série de difíceis decisões éticas.



Óscar Faura/Paris Filmes

Capa do DVD do filme *O jogo da imitação*, de Morten Tyldum.

Maus

- **Escrito e ilustrado por Art Spiegelman. Quadrinhos na Cia., 2005.**

Intrigado pelo passado de seu pai, um sobrevivente do Holocausto, o quadrinista estadunidense Art Spiegelman decide entrevistá-lo para reconstituir o período da perseguição nazista e da vida nos campos de concentração. Além de revelar uma história de duras escolhas e arriscadas ações, o genioso pai de Art leva o escritor a enfrentar as próprias dificuldades de relacionamento entre os dois.



Art Spiegelman/Ed. Quadrinhos na Cia.

Capa do livro *Maus*, de Art Spiegelman.

A idade da razão

- **Escrito por Jean-Paul Sartre. Nova Fronteira, 2011.**

Este romance traz algumas das questões sobre liberdade pensadas por Sartre. Em Paris, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, Mathieu Delarue defende a ideia da liberdade individual e despreza qualquer tipo de compromisso. A gravidez inesperada da namorada, em meio à crise político-social da época, põe em xeque seus conceitos e o conduz à necessidade da escolha.



Reprodução/Ed. Nova Fronteira

Capa do livro *A idade da razão*, de Jean-Paul Sartre.

UNIDADE 10

A política

CAPÍTULO 30

O início da vida política

John Kolesidis/Reuters/Latinstock



AS FINALIDADES DA POLÍTICA

Atenas, um dos berços da política, foi palco de grandes manifestações populares no início desta década. Há mais de dois milênios, os atenienses tentaram, por meio da política, resolver os conflitos entre as classes sociais e evitar o despotismo. Na atualidade, buscam uma participação mais direta e uma representação mais efetiva a fim de limitar os efeitos da especulação financeira e preservar direitos conquistados, em risco desde que o país começou a enfrentar uma grave crise. Na foto, de 2012, manifestantes protestam em frente ao Parlamento grego durante uma greve geral. A luta por melhores condições de vida nos lembra da finalidade da política segundo os filósofos gregos e romanos: a vida justa e feliz.

A invenção da política

A formação da cidade

Invenção dos gregos e dos romanos, a política tem como finalidade, em sua origem, a vida justa e feliz, isto é, a vida propriamente humana digna de seres livres. Quando se afirma que gregos e romanos inventaram a política, não se quer dizer que, antes deles, não existiam o poder e a autoridade. O que se quer dizer é que inventaram o poder e a autoridade propriamente *políticos*, que substituíram o poder **despótico** ou patriarcal. O poder despótico era exercido pelo chefe de família sobre um conjunto de famílias a ele ligadas por laços de dependência econômica e militar e por alianças matrimoniais. A relação era pessoal, e o chefe garantia proteção em troca da lealdade e da obediência dos súditos.

déspota: palavra originada do grego *despotês*, que significa 'chefe da família'. Este tinha poder de vida e morte sobre todos os membros da família, e sua vontade era lei. Portanto, um poder despótico é aquele no qual o chefe da comunidade tem sobre ela o mesmo poder pessoal que o chefe da família tinha sobre esta.

Inicialmente, gregos e romanos viveram sob esse tipo de organização. No entanto, os primeiros dirigentes – os *legisladores* – elaboraram um conjunto de medidas que evitavam que o rei concentrasse todas as formas de poder, tornando-se senhor único da terra (poder econômico), da justiça (poder judiciário) e das armas (poder militar), além de representante da divindade (poder religioso).

Apesar das diferenças na formação histórica da Grécia e de Roma, três aspectos comuns a ambas foram decisivos para impedir o despotismo e favorecer a invenção da política. O primeiro é a forma da *propriedade da terra*; o segundo, o fenômeno da *urbanização*; e o terceiro, o modo de *divisão territorial* das cidades.

As terras não eram propriedade régia ou patrimônio privado de um rei nem propriedade comunal ou da aldeia, mas se mantiveram como propriedade de famílias independentes. Essas famílias não formavam uma casta fechada em si mesma, porém uma classe social aberta à incorporação de novas famílias agrárias e de comerciantes enriquecidos. Como a terra não pertencia nem à aldeia nem ao rei, mas às famílias independentes, e como as guerras ampliavam o contingente de trabalhadores escravizados para a lavoura, os não escravizados e não proprietários agrários formaram, na Grécia e em Roma, uma camada pobre de camponeses que migraram para as aldeias.

Nas aldeias, os camponeses pobres se estabeleceram como artesãos e comerciantes, prosperaram e as transformaram em centros urbanos. Com isso, passaram a disputar o direito ao poder com as grandes famílias agrárias. Uma luta de classes perpassa a história grega e romana exigindo solução.

A urbanização colocava em confronto não só proprietários agrários, de um lado, e artesãos e comerciantes, de outro, mas também a massa de trabalhadores urbanos livres assalariados, genericamente chamados "os pobres". A questão militar também acirrava esses conflitos. Todos os indivíduos participavam das guerras externas, tanto para a expansão territorial como para a defesa de sua cidade. Com isso, todos se julgavam no direito de intervir, de algum modo, nas decisões econômicas e legais das comunidades que defendiam pondo em risco sua própria vida.

A luta das classes pedia uma solução. Essa solução foi a invenção da **política**, que transformou as comunidades urbanas em cidades propriamente ditas: a *pólis* grega e a *civitas* romana. Para satisfazer a reivindicação dos camponeses e dos artesãos e trabalhadores urbanos pobres, os primeiros chefes políticos (conhecidos como **legisladores**) introduziram uma divisão no território das cidades que diminuía o poderio das famílias ricas agrárias e dos artesãos e comerciantes ricos. Em Atenas, por exemplo, a *pólis* foi subdividida em unidades sociopolíticas denominadas *demos*; em Roma, em *tribus*.



Album/akg-images/Latinstock

Discurso fúnebre de Péricles, gravura colorizada com base em pintura de Philipp von Foltz (1805-1877), de 1853. Durante o século V a.C., em Atenas, floresceram sob o governo de Péricles o urbanismo, a arquitetura, o teatro, a filosofia e a democracia.

Quem nascesse num *demos* ou numa *tribus* tinha assegurado o direito de participar das decisões da cidade. No caso de Atenas, todos os cidadãos naturais do *demos* tinham o direito de participar diretamente do poder. Por isso, esse regime ficou conhecido como uma **democracia**. Em Roma, os não proprietários ou os pobres formavam a *plebe*, que tinha o direito de eleger um representante: o *tribuno da plebe*. A função do tribuno da plebe era defender e garantir os interesses da plebe junto aos interesses dos que participavam diretamente do poder, os **patrícios**, que constituíam o *populus romanus*. O regime político romano era, assim, uma **oligarquia**.

democracia: palavra formada da união de *demos* ('comunidade definida geograficamente') e *kratia*, derivada de *krathós* ('poder').

oligarquia: termo composto de duas palavras gregas: *oligoi*, 'alguns', e *arkhé*, 'o que está à frente'. Trata-se, portanto, de um pequeno grupo que está à frente e comanda os demais. Como em geral os oligarcas se consideravam os melhores, muitas oligarquias se denominavam *aristocracias* (do grego *aristo*, 'o melhor', e *kratós*, 'poder').

patrícios: denominação dada aos grandes proprietários agrários que se consideravam herdeiros dos Pais Fundadores de Roma. Em latim, pai se diz *pater* e, no plural, *patres*; daí vem o termo patrícios.

Os principais traços da invenção da política

Rompendo com o poder despótico, gregos e romanos inventaram o poder político porque:

- separaram a autoridade pessoal privada do chefe de família (senhorio patriarcal e patrimonial) do poder impessoal público (coletividade), impedindo a identificação do poder político com a pessoa de um governante;
- separaram a autoridade militar e o poder civil, subordinando a primeira ao segundo. Isso não significa que em casos como os de Esparta e Roma o poder político não fosse também militar, mas que as ações militares deviam ser realizadas somente depois de serem discutidas e aprovadas pela autoridade política (as assembleias, em Esparta, e o Senado, em Roma);
- separaram a autoridade mágico-religiosa e o poder temporal laico, impedindo tanto a divinização dos governantes como sua transformação em sumos sacerdotes;
- criaram a ideia e a prática da lei como expressão de uma vontade coletiva e pública, definidora dos direitos e deveres para todos os cidadãos, impedindo que fosse confundida com a vontade pessoal de um governante. Ao criarem a lei e o direito, gregos e romanos afirmaram a diferença entre o poder político e todos os outros poderes e autoridades existentes na sociedade. Isso porque conferiram a uma instância impessoal e coletiva – os tribunais – o poder exclusivo para instituir as leis e para utilizar a força, fosse para punir crimes, reprimir revoltas ou vingar um delito julgado intolerável pela coletividade. Em outras palavras, retiraram dos indivíduos o direito de fazer justiça com as próprias mãos e de vingar por si mesmos uma ofensa ou um crime;
- criaram a instituição do erário público ou do fundo público, isto é, dos bens e recursos que pertencem à sociedade e são por ela administrados por meio de taxas, impostos e tributos. Assim, impediram a concentração da propriedade e da riqueza nas mãos dos dirigentes;
- criaram o espaço político ou espaço público – a Assembleia grega e o Senado romano. Nele, os que possuíam direitos iguais de cidadania discutiam suas opiniões, defendiam seus interesses, deliberavam em conjunto e decidiam por meio do voto, podendo, também pelo voto, revogar uma decisão tomada. É esse o coração da invenção política. De fato, as marcas do poder despótico eram a deliberação e a decisão a portas fechadas. A política, ao contrário, introduz a prática da publicidade, isto é, a exigência de que a sociedade seja informada, conheça as deliberações e participe da tomada de decisão.



Detalhe de vaso grego do século IV a.C. em que um jovem escravizado é representado servindo um homem em um simpósio (banquete).

Por isso mesmo, gregos e romanos conceberam a ação política ligada à noção do possível. Com isso, não só conceberam e praticaram a política como ação humana (e não como cumprimento de decretos divinos ou de uma vontade pessoal superior), mas também inauguraram a ideia e a prática da criação contínua da realidade social ou de sua transformação, isto é, a **história**.

O significado da invenção da política

A política é inventada para responder às diferentes formas assumidas pela luta de classes. A cada solução encontrada, um novo conflito ou uma nova luta podem acontecer, exigindo novas soluções. Em lugar de reprimir os conflitos pelo uso da força e da violência das armas, a política aparece como trabalho legítimo dos conflitos, de modo que é o fracasso nesse trabalho a causa do uso da força e da violência.

Evidentemente, não devemos cair em anacronismos, supondo que gregos e romanos instituíram uma sociedade e uma política cujos valores e princípios fossem idênticos aos nossos. Em primeiro lugar, a economia era escravista, de modo que uma parte da sociedade – as pessoas escravizadas – estava excluída dos direitos políticos e da vida política. Em segundo lugar, a sociedade era patriarcal. Consequentemente, as mulheres também estavam excluídas da cidadania e da vida pública. A exclusão atingia também os estrangeiros e os miseráveis.

A cidadania era exclusiva dos homens adultos livres nascidos no território da cidade. Além disso, a diferença de classe social nunca era apagada, mesmo que os pobres tivessem direitos políticos. Assim, para muitos cargos, o pré-requisito da riqueza ou da posse de terras vigorava e havia atividades portadoras de prestígio que somente os ricos podiam realizar. Era o caso, por exemplo, da liturgia grega e do evergetismo romano, que consistiam na doação de grandes quantias de dinheiro à cidade para a realização de festas, construção de templos e teatros, patrocínio de jogos esportivos, de trabalhos artísticos, etc.

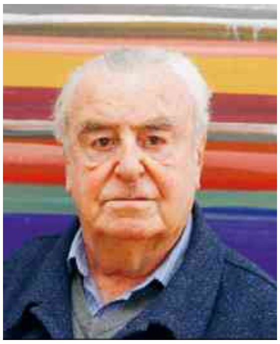
A invenção da política não resultou na criação de uma sociedade sem classes, justa e feliz. Contudo, foi a solução e a resposta que uma sociedade ofereceu para lidar com suas diferenças, seus conflitos e suas contradições, sem escondê-los sob a sacralização do poder e do governante e sem fechar-se às mudanças.

Leituras filosóficas

Política, uma invenção grega

L'Histoire – *Para começar, os gregos inventaram a política e a democracia?*

Vernant – [...] *Pode-se dizer, para resumir as coisas, que nesse mundo mediterrâneo o rei cumpre um papel essencial. Ele tem em si algo de divino, ele é o intermediário entre os deuses e os homens. O grupo humano se encontra, em relação ao poder, à soberania, numa situação de inferioridade, de submissão e de obediência: a palavra do rei, sua decisão, os meios militares de que ele dispõe são incomensuráveis ao cotidiano de seus súditos. O que vemos surgir na Grécia, nesse contexto? Algo de totalmente novo: a ideia de que só existe sociedade humana digna desse nome se essa soberania de valor quase religioso se achar despersonalizada e, para falar como os gregos, situada no centro, ou seja, se ela se tornar uma coisa comum. Só pode haver vida social se todos os membros de uma comunidade tiverem direitos iguais para gerir os interesses comuns – o que é também um modo de instaurar uma diferença entre o público e o privado.*


Marc GANTIER/Getty Images

O historiador Jean-Pierre Vernant, em foto de 2004.

L'Histoire – *O que define o espaço público?*

Vernant – O fato, justamente, de não ser submetido à autoridade de nenhum senhor, de não abrir espaço a um poder despótico.

[Entrevista concedida à revista francesa *L'Histoire*.]

VERNANT, Jean-Pierre. Os gregos inventaram tudo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 out. 1999. Caderno MAIS!. p. 4-5.

1. Com base em que valores a novidade política constituída na Grécia antiga se diferenciava da estrutura política do restante do mundo mediterrâneo, de acordo com o historiador Jean-Pierre Vernant (1914-2007)?

2. Qual é a importância do espaço público na vida política grega clássica?

Uma terceira forma de organização

Vimos até aqui dois caminhos para regular os conflitos, determinar limites às lutas, garantir que os ricos conservem suas riquezas e os pobres aceitem sua pobreza. No *despotismo*, o chefe se torna senhor das terras, das armas e dos deuses e transforma sua vontade em lei. Na *política*, uma parte da sociedade – os cidadãos – exerce o poder por meio de práticas e instituições fundadas na lei e no direito como expressão da vontade coletiva.

Nesses dois casos, a sociedade procura se organizar economicamente e institui o Estado como poder separado da sociedade, encarregado de dirigi-la, comandá-la, arbitrar seus conflitos e usar a força. São mantidas e mesmo criadas diferenças sociais profundas entre proprietários e não proprietários, ricos e pobres, livres e escravizados, homens e mulheres. Essas diferenças dão origem a lutas internas, que podem levar à destruição de todos os membros do grupo social. Há, porém, um terceiro caminho.

No século XVI, os conquistadores europeus encontraram alguns grandes impérios nas Américas, como o dos incas e o dos astecas. Destruíram essas sociedades a ferro e fogo, exterminando suas gentes, pilhando suas riquezas e erigindo igrejas sobre seus templos. Exceto por esses impérios, os demais povos americanos organizavam-se de maneira incompreensível para os padrões europeus. Por esse motivo, os conquistadores consideravam que os demais "índios" não tinham lei, rei, fé, escrita, moeda, comércio, história, ou seja, eram desprovidos daquilo que, para o europeu cristão, constituía a civilização e a humanidade propriamente dita.

Essas diferenças foram interpretadas pelos conquistadores europeus como distinção hierárquica entre superiores (europeus) e inferiores (povos americanos). Considerando-os selvagens e bárbaros, os europeus justificavam a escravidão, a evangelização e o extermínio. Foi esse pensamento europeu tradicional que acostumou muitos brasileiros e americanos em geral a considerar as sociedades nativas do continente como atrasadas, primitivas e inferiores.

A visão europeia era e é **etnocêntrica**, ou seja, considera padrões, valores e práticas dos brancos adultos proprietários europeus como se fossem os únicos válidos, superiores a todos os outros e modelo de civilização para todas as sociedades. Essa visão passou a ser compartilhada pelos descendentes dos colonizadores, isto é, pelos brancos das três Américas, e se mantém até os dias de hoje.



The Ronald Grant Archive/DIOMEDIA

Cena do filme *A missão*, de 1986, dirigido por Roland Joffé. Gabriel (Jeremy Irons), um padre jesuíta e missionário espanhol, lidera uma procissão de indígenas da América do Sul.

Nessa perspectiva etnocêntrica, os nativos americanos possuíam e possuem sociedades defeituosas nas quais falta o que é importante: o mercado (moeda e comércio), a escrita (alfabética), a história e o Estado. Eram e são, portanto, sociedades *sem* comércio, *sem* escrita, *sem* história e *sem* política.

etnocentrismo: palavra composta de *etnos* e centro. *Etnos*, do grego, significa 'o conjunto de seres que possuem a mesma origem e os mesmos traços', e por isso é radical de diferentes palavras relativas a 'nação' e 'povo'. O etnocentrismo é a visão de mundo daqueles que consideram seu grupo étnico superior e mais importante que os demais.

Sociedades contrárias ao comércio e ao Estado

Por que dissemos que há um terceiro caminho?

No século XX, o antropólogo francês Pierre Clastres (1934-1977) estudou várias sociedades indígenas (particularmente as sul-americanas) por um prisma completamente diferente. Mostrou que essas sociedades possuem escrita, mas que esta não é alfabética, nem ideográfica, nem hieroglífica, mas simbólica, inscrita com sinais específicos no corpo das pessoas e em objetos ou espaços determinados. São os ocidentais que não sabem lê-la.

Mostrou também que essas sociedades possuem história ou memória – mitos e narrativas dos povos –, transmitida oralmente de geração em geração. Essa memória conserva-se através dos tempos, mas também se transforma quando mudam as condições de vida de um grupo ou de uma geração. Examinando as mudanças na escrita e na memória, Clastres mostrou que tais sociedades têm história, mas que esta é inseparável da relação desses povos com a natureza – diferentemente da história ocidental, que narra a separação em relação à natureza e sua dominação. Mas, sobretudo, Clastres mostrou por que e como tais sociedades são *contra* o mercado e *contra* o Estado. Em outras palavras, não são sociedades *sem* comércio e *sem* Estado, mas *contrárias* a eles.

Terra e organização social

O etnocentrismo está na origem de boa parte dos preconceitos e das discriminações que até hoje as populações indígena e afrodescendente sofrem no Brasil. Uma das repercussões mais evidentes dessa forma de etnocentrismo na atualidade é a resistência à demarcação de terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos. "Para que eles precisam de tanta terra?", dizem alguns. Ou seja, se os indígenas e quilombolas não produzem muito mais que o necessário para sobreviver nem almejam acumular riquezas para reinvestir em cada vez mais terras, dar-lhes grandes extensões de terra não seria um desperdício?

Por trás dessa forma de pensar está o pressuposto de que todos poderiam e desejariam viver em uma sociedade de mercado e de Estado. Também está o pressuposto de que toda a natureza precisaria estar à disposição do ser humano para intervenções em larga escala. Ora, os indígenas e quilombolas reivindicam essa quantidade de terras porque são as terras (ou parte delas) que ocupam há séculos ou das quais foram expulsos em tempos recentes; terras com as quais têm vínculos sagrados, culturais e de subsistência.



Renato Soares/Pulsar Imagens

Crianças Guarani da aldeia Pindo-Te, em Pariquera-Açu (SP), ouvem idoso contar histórias. Foto de 2010.



Cesar Diniz/Pulsar Imagens

Casal de quilombolas em sua plantação de mandioca, em comunidade no município de Cabo Frio (RJ). Foto de 2015.

As sociedades indígenas estudadas por Clastres não se organizaram nem na forma das chefias norte-americanas nem na dos grandes impérios monárquicos (incas e astecas), mas inventaram uma organização *deliberada* para evitar essas duas formas de poder. Nelas, não há propriedade privada da terra e das riquezas, e, portanto, não há classes sociais nem luta de classes. A propriedade é tribal ou comum e o trabalho se divide por sexo e idade. São *comunidades* no sentido pleno do termo, isto é, são internamente homogêneas, unas e indivisas, nas quais todos se conhecem, são vistos uns pelos outros diariamente e possuem um destino comum. A oposição e o conflito não se estabelecem no interior da comunidade, mas em seu exterior, isto é, nas suas relações com as outras comunidades — portanto, acontecem na guerra e se resolvem por meio das alianças feitas pelo casamento.

O poder não se destaca nem se separa dessas comunidades, não forma uma instância acima delas (como o Estado, na política, ou como o chefe patriarca, no despotismo). Existe chefia; porém, ela é escolhida para ter o comando apenas durante as guerras. No restante do tempo, o chefe não manda e a comunidade não o obedece.

Para impedir o surgimento de um poder que se destaque da comunidade, essas sociedades adotaram uma prática muito interessante. O chefe deve, todos os dias, fazer um discurso sobre sua importância e seus grandes feitos, e a comunidade deve permanecer indiferente, afirmando, assim, que ele não tem poder sobre ela e que ela o segue apenas quando há uma guerra. A comunidade decide por si mesma, de acordo com suas tradições e necessidades, regulando por si mesma conflitos entre seus membros.

Evidentemente, muitos dirão que essa organização é própria de povos pouco numerosos e de uma vida socioeconômica muito simples. Para quem faz parte de sociedades complexas, populosas e divididas em classes sociais, isso parece uma vaga lembrança utópica. Pierre Clastres, porém, indaga: por que outras comunidades, mundo afora, não foram capazes de impedir o surgimento da propriedade privada, das divisões sociais de castas e classes, e das desigualdades econômicas do mercado, que resultaram na necessidade de criar o poder separado, seja como poder despótico, seja como poder estatal?

Finalidade da vida política

Para os gregos, a finalidade da vida política era a justiça na comunidade. A noção de justiça fora, inicialmente, elaborada com base em três figuras míticas: *thémis*, a lei divina que institui a ordem do Universo; *kósmos*, a ordem universal estabelecida pela lei divina; *diké*, a justiça instituída pela deusa Diké entre as coisas e entre os seres humanos, no respeito às leis divinas e à ordem cósmica. Pouco a pouco, a noção de *diké* identificou-se com a regra natural para a ação das coisas e dos seres humanos e o critério para julgá-las.

A ideia de justiça se refere, portanto, a uma ordem divina e natural, que regula, julga e pune as ações das coisas e dos seres humanos. A justiça é a lei e a ordem do mundo, isto é, da natureza ou *physis*. Lei (*nómos*), natureza (*physis*) e ordem (*kósmos*) constituem assim o campo da ideia de justiça.

A invenção da política exigiu que as explicações míticas fossem afastadas para dar lugar às causas que geram ordem, lei e justiça na natureza e na pólis. Justo é o que segue a ordem natural e respeita a lei natural.

Mas seriam a pólis, a justiça e a lei política existentes por natureza? Ou teriam sido instituídas por convenção entre os humanos? Essas indagações colocam, de um lado, os sofistas, defensores do caráter *convencional* da justiça e da lei, e, de outro, Platão (427 a.C.-347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), defensores do caráter *natural* da justiça e da lei.

A posição dos sofistas

Para os sofistas, a pólis nasce por convenção entre os seres humanos quando percebem que lhes é mais útil a vida em comum do que em isolamento. Assim, as regras de convivência instituídas se tornam leis (*nómos*). A justiça é o consenso quanto às leis, e a finalidade da política é criar e preservar esse consenso.

A pólis e as leis podem mudar, caso haja alteração nas circunstâncias, pois são convenções humanas. A justiça significa não apenas conservar as leis, mas também permitir sua mudança sem que isso destrua a comunidade política. A única maneira de realizar mudanças sem destruir a ordem política é alcançar o consenso por meio do debate. O consenso é expressão pública da vontade da maioria, obtida pelo voto dos cidadãos reunidos em assembleia.

O debate dos opostos e a exposição persuasiva dos argumentos antagônicos devem levar a maioria a aprovar o interesse mais bem argumentado. Por esse motivo, os sofistas se apresentavam como professores da arte da discussão e da persuasão pela palavra (*retórica*). Mediante remuneração, ensinavam os jovens a discutir em público, a defender e combater opiniões, ensinando-lhes argumentos persuasivos para os prós e os contras em todas as questões que precisariam debater nas assembleias, a fim de convencer os outros a aceitar sua posição.

A posição de Platão

Para Platão, os seres humanos e a pólis possuem a mesma estrutura, que lhes é dada por natureza. Os humanos são dotados de três almas ou três princípios de atividade:

- a *alma concupiscente* ou *desejante* (situada nas entranhas ou no baixo-ventre), que busca satisfação dos apetites do corpo, tanto os necessários à sobrevivência como os que apenas causam prazer;
- a *alma irascível* ou *colérica* (situada no peito ou no coração), que defende o corpo contra as agressões do meio ambiente e de outros humanos, reagindo à dor para proteger nossa vida;
- a *alma racional* ou *intelectual* (situada na cabeça), que se dedica ao conhecimento.

A pólis também possui uma estrutura tripartite, formada por três classes sociais:

- a classe econômica dos proprietários de terra, artesãos e comerciantes, que garante a sobrevivência material da cidade;
- a classe militar dos guerreiros, responsável pela defesa da cidade;
- a classe dos magistrados, que garante o governo da cidade sob as leis.

Um homem, diz Platão, é injusto quando a alma concupiscente (os apetites e prazeres) é mais forte do que as outras duas, dominando-as. Também é injusto quando a alma colérica (a agressividade) é mais poderosa do que a racional, dominando-a.

O que é, pois, o homem justo? Aquele cuja alma racional (pensamento e vontade) é mais forte que as demais, impondo à concupiscente a virtude da temperança (ou moderação) e à colérica, a virtude da coragem, para que não ceda aos impulsos da vingança e da violência. O homem justo é o homem virtuoso, e a virtude é o domínio racional sobre o desejo e a cólera. A justiça ética está na hierarquia das almas, em que a alma racional domina as almas inferiores.

O que é a justiça política? É a aplicação dessa mesma hierarquia à comunidade. Cada classe cumprirá sua função para o bem da pólis: os sábios legisladores devem governar; os militares, subordinados aos legisladores, devem defender a cidade e suas leis; e os membros da classe econômica, subordinados aos legisladores, devem assegurar a sobrevivência da pólis.

A cidade justa é governada pelos filósofos, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores. Para realizar a cidade justa, é necessário promover a educação dos cidadãos, tanto homens como mulheres (Platão critica os gregos por excluir as mulheres da política).

Em contrapartida, a cidade injusta é aquela na qual o governo está nas mãos dos proprietários, que lutarão por interesses econômicos particulares, ou nas dos militares, que mergulharão a cidade em guerras para satisfazer seus desejos particulares de honra e glória. Somente os filósofos têm como interesse o bem comum da pólis e somente eles podem governá-la com justiça.



Angeli/Acervo do cartunista

Charge do cartunista Angeli, publicada em 1997.

A posição de Aristóteles

Aristóteles elaborou uma teoria política diversa da dos sofistas e de Platão.

Para determinar o que é a justiça, diz ele, precisamos distinguir dois tipos de bens: os *partilháveis* e os *participáveis*. Um bem é partilhável quando é uma *quantidade* que pode ser dividida e distribuída – a riqueza é um bem partilhável. Um bem é participável quando é uma *qualidade* indivisível, que não pode ser repartida nem distribuída, podendo apenas ser participada – o poder político é um bem participável.

Existem, pois, dois tipos de justiça na cidade: a *distributiva*, referente aos bens econômicos partilháveis, e a *participativa*, referente ao poder político participável. A cidade justa saberá distinguir esses dois tipos de justiça e realizar ambos.

A justiça distributiva consiste em dar a cada pessoa o que lhe é devido, dando desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. Suponhamos que a pólis atravesse um período de fome em decorrência de secas ou enchentes e que adquira alimentos para distribuí-los. Para ser justa, a cidade não poderá reparti-los de modo igual para todos; deve doá-los aos que são pobres, mas vendê-los aos que são ricos, de modo a conseguir fundos para adquirir mais alimentos.

A cidade será injusta, no entanto, se doar a todos ou vender a todos. Também será injusta se atribuir a todos as mesmas quantidades de alimentos, pois dará quantidades iguais para famílias desiguais, umas mais numerosas do que outras.

Na cidade injusta, as leis vedam aos pobres o acesso às riquezas, em vez de lhes permitirem (por meio de limitações à extensão da propriedade, de fixação da boa remuneração aos trabalhadores pobres, de impostos e tributos que recaiam sobre os ricos apenas, etc.). Ora, somente os que não são forçados a labutas ininterruptas para a sobrevivência são capazes de uma vida plenamente humana e feliz.

Em suma, é injusto tratar igualmente os desiguais e é justo tratar desigualmente os desiguais para que recebam os partilháveis segundo suas condições e necessidades. Numa cidade em que a diferença entre ricos e pobres é muito grande, a injustiça vigora, pois não se dá a todos o que lhes é devido como seres humanos, impedindo que uma parte dos cidadãos tenha assegurado o direito à vida boa.

Quanto à justiça do participável, trata-se de garantir a todos os cidadãos o direito de participar do poder. Ao apresentar os diferentes regimes políticos conforme o número dos que participam do poder – na monarquia, um só; na aristocracia, alguns, considerados os melhores; na democracia, todos –, Aristóteles considera este último (o qual denomina regime popular) o mais justo.

Enquanto Platão se preocupa com a educação e formação do dirigente político (o *governante filósofo*), Aristóteles se interessa pela qualidade das instituições políticas (assembleias, tribunais, forma da coleta de impostos e tributos, distribuição da riqueza, organização do exército, etc.). Com isso, ambos legam para as teorias políticas subsequentes duas maneiras de conceber a qualidade justa da cidade: platonicamente, essa qualidade depende das virtudes do dirigente; aristotelicamente, das virtudes das instituições.



Guito Moreto/Agência O Globo

Morador de rua dorme em frente a agência bancária no Rio de Janeiro (RJ), em 2012.

Romanos: a construção do príncipe

O primeiro período da história política romana foi uma época arcaica e lendária de reis patriarcais, semi-humanos e semidivinos. Com o fim dessa fase inicial, Roma tornou-se uma **república** oligárquica, governada pelos grandes senhores de terras (os patrícios). O poder era exercido por uma instituição designada Senado e Povo Romano, composta pelos patrícios e por alguns "homens novos" (plebeus que haviam alcançado prestígio por suas riquezas, casamentos com patrícios ou feitos militares). Havia, também, os tribunos da plebe, representantes eleitos por essa camada e que tinham alguns poderes em relação ao Senado, como o de vetar atos considerados prejudiciais aos plebeus.

república: em latim: *res publica*, 'coisa pública'. Por coisa pública, os romanos entendiam o solo de Roma e o fundo público formado com tributos, impostos e taxas usados para o serviço da cidade (abertura de ruas, construção de edifícios públicos e templos, armas, navios, cavalos para o exército, etc.).

Roma foi uma potência com vocação militar. Em menos de três séculos, conquistou grande parte do mundo conhecido pelos romanos, incluindo os atuais territórios da Grã-Bretanha, dos Países Baixos, partes da Alemanha e todas as terras banhadas pelo mar Mediterrâneo, tanto na Europa quanto na África e no Oriente Médio. Esse feito, consolidado por meio da ***Pax Romana***, foi obra militar dos cônsules, patrícios que eram investidos com o ***imperium*** (poder judiciário e militar).

À medida que Roma se tornava uma potência, alguns de seus cônsules reivindicaram mais poder e mais autoridade, que lhes foram sendo concedidos pelo Senado e Povo Romano. Gradualmente, sob a aparência de uma república oligárquica, foi instalada uma república monárquica. Com Otávio Augusto, as instituições políticas romanas foram perdendo o caráter republicano. Estava sendo instituído o **principado**.

***imperium*:** palavra latina que significa o poder incondicional de comando, bem como o de promulgar e revogar leis, de declarar a guerra e a paz e de determinar a vida ou a morte de quem fosse considerado criminoso.
***Pax Romana*:** período de poucas rebeliões no território dominado por Roma. Em vez de derrubar os poderes já existentes nas regiões conquistadas, os romanos preferiram estabelecer alianças. O poder de fato passava às mãos de Roma, enquanto os chefes locais se beneficiavam do poderio judiciário e militar romano para resolver conflitos locais em proveito próprio.
principado: em latim, *princeps* significa 'o primeiro'. Os romanos passaram a afirmar que, embora todos os patrícios fossem cidadãos e governassem por meio do Senado e Povo Romano, um deles era o melhor e superior, o primeiro dos cidadãos, *princeps*, o príncipe.

Ao exercer a totalidade do *imperium*, o príncipe havia se tornado um imperador: chefe militar, detentor do poder judiciário, magistrado, senhor das terras do Império Romano, autoridade suprema — o *césar*.

Embora continuassem afirmando valores republicanos, como a importância das leis, do direito e das instituições públicas, os teóricos políticos romanos voltaram sua atenção para a figura do príncipe. Inspirando-se no governante-filósofo de Platão, os que defendiam essa nova forma de poder produziram o ideal do **príncipe perfeito** ou do **Bom Governo**. A nova teoria política mantinha a ideia grega de que a comunidade política tem como objetivo a vida boa ou a justiça, identificada com a ordem, harmonia ou concórdia no interior da cidade. No entanto, condicionava a justiça às qualidades morais do governante. O príncipe devia ser o modelo das virtudes para a comunidade, pois ela o imitaria. Entre a teoria platônica e a aristotélica, os pensadores romanos escolheram a primeira e tenderam a dar menor importância às instituições políticas e maior importância à formação do príncipe moralmente virtuoso.

BBC/HBO/RAI



O ator Simon Woods como Otávio na série televisiva *Roma*. Admirado por sua sagacidade e conhecido pelo desejo de poder, adota o nome Augusto e o epíteto *princeps civitatis* (primeiro cidadão) ao transformar a república romana em principado.

Virtudes principescas

O príncipe, como todo ser humano, era passional e racional. Porém, diferentemente dos outros humanos, não podia ceder às paixões, apenas à razão. Por isso, devia ser educado para possuir um conjunto de virtudes próprias do governante justo: as *virtudes principescas*.

O verdadeiro príncipe devia ter três conjuntos de *virtudes* ou *qualidades morais*:

1. o das qualidades comuns a todo homem virtuoso: sabedoria (ou prudência), justiça (ou equidade), coragem e temperança (ou moderação);

2. o das virtudes propriamente principescas: honradez (isto é, disposição para manter os princípios em todas as circunstâncias), magnanimidade ou clemência (isto é, capacidade para dar punição justa e para perdoar) e liberalidade (isto é, disposição para pôr sua riqueza a serviço do povo);

3. o dos objetivos que devem ser almejados pelo príncipe virtuoso: honra, glória e fama.

A teoria do Bom Governo depositava na pessoa do governante a qualidade da política e fazia de suas virtudes privadas um exemplo de virtudes públicas. Em contraponto ao Bom Governo, a teoria política ergueu o retrato do tirano ou príncipe vicioso: bestial, intemperante, passional, injusto, covarde, impiedoso, avarento e perdulário, sem honra, fama ou glória, odiado por todos e de todos temeroso. Inseguro e odiado, rodeia-se de soldados, vivendo isolado em fortalezas, temendo a rua e a corte. Visto que o príncipe é o espelho da comunidade, esta se mira nele para imitá-lo tanto na virtude como no vício.

O poder teológico-político cristão

Antes de estudar as teorias políticas cristãs, é preciso compreender a influência das duas tradições das quais o cristianismo é herdeiro: a *hebraica* e a *romana*. Em todas as modalidades de governo que conheceram, os hebreus deram ao poder uma marca fundamental irrevogável: o caráter **teocrático**. Em outras palavras, consideravam que o poder, em sua plenitude e verdade, pertencia exclusivamente a Deus e que este escolhia o dirigente ou os dirigentes por meio dos anjos e dos profetas. O governo dos hebreus era, portanto, uma teocracia, um governo em que o poder pertence a Deus e o governante é escolhido por Ele como seu representante. A expressão mais clara disso encontra-se numa passagem do Livro dos Provérbios, onde se lê que Deus disse: "Por mim reinam os reis e os príncipes decretam justiça".

Além disso, os hebreus se fizeram conhecer não só como Povo de Deus, mas também como Povo da Lei (a lei divina dada primeiro a Noé como lei moral e, depois, completada e doada a Moisés, por escrito, como lei religiosa, política e moral). A importância da legalidade era tanta que, quando o cristianismo se constituiu como nova religião, passou-se a falar na Antiga Lei (a aliança de Deus com o povo, prometida a Noé e a Abraão e dada a Moisés) e na Nova Lei (a nova aliança de Deus com o povo, por meio do messias Jesus).

teocracia: palavra originada dos termos gregos *théos* ('Deus') e *kratós* ('poder'). É o regime político no qual o governante é considerado escolhido por Deus para governar em Seu nome.


De Agostini/Getty Images/Galleria Degli Uffizi, Florença, Itália.

O sacrifício de Isaac (1603), óleo sobre tela de Caravaggio, do acervo da Galleria Degli Uffizi, em Florença, Itália. O quadro retrata a personagem bíblica Abraão, líder dos hebreus, sendo impedida por um anjo de sacrificar seu filho Isaac como prova de sua fé e obediência a Deus.

Do lado romano, a teoria do Bom Governo já havia sido formulada e o príncipe já se encontrava investido de novos poderes quando o cristianismo estava em via de se tornar religião oficial do Império Romano. O príncipe não era mais apenas "o primeiro cidadão". Como imperador de um vasto território, passou a ser visto como senhor do Universo, ocupando o topo da hierarquia do mundo.

Ao imperador caberia manter a harmonia e a concórdia no mundo, a *pax romana*, garantida pela força das armas. Com isso, o príncipe passou a deter todos os poderes que antes cabiam ao Senado e Povo Romano e foi sacralizado, à maneira dos reis orientais, até ser considerado divino. Foram-lhe atribuídos poderes que pertenciam ao deus romano Júpiter: fundador do povo, restaurador da ordem universal e salvador do Universo.

Para cumprir suas tarefas, o poder imperial centralizado e hierarquizado desenvolveu um complexo sistema estatal em que prevalecia o poderio dos funcionários imperiais. Esse sistema se estendia como uma rede intrincada de pequenos poderes por todo o território do Império Romano.

A elaboração da teoria política cristã como teologia política resultou da apropriação e mistura das concepções hebraica e romana do poder.

A instituição eclesiástica

Quando estudamos a ética, vimos que o cristianismo, diferentemente da maioria das religiões antigas, não surgiu como religião de um povo ou de um Estado. No entanto, se Jesus tivesse sido vitorioso, provavelmente teria sido capitão, rei e sacerdote dos judeus, uma vez que Jesus se apresentava como o messias esperado pelo povo judaico.

Derrotado pela monarquia judaica, que havia usado o poder do Império Romano para julgá-lo e condená-lo, Jesus ressurgiu (ressuscitou) como figura puramente espiritual, rei de um reino que não é deste mundo. O cristianismo nasceu, portanto, à margem do poder político e contra ele, pois os "reinos deste mundo" serão, pouco a pouco, vistos como obra de Satanás para a perdição do gênero humano.

O cristianismo nascente se organizou no interior do Império Romano de maneira semelhante a outras crenças religiosas não oficiais: tomou a forma de uma seita. Nessa época, em que Roma dominava todo o entorno do mar Mediterrâneo, as seitas religiosas das regiões subjugadas não podiam mais considerar-se expressão de uma comunidade ou de um povo determinados. Surgia, sem que se soubesse, a ideia do homem universal, sem pátria ou comunidade política. Por isso, dirigiam-se ao ser humano sem fazer distinção de nação ou povo. Foi o que aconteceu com o cristianismo, que prometia a salvação individual eterna. Em lugar da ideia política da lei escrita e codificada em regras objetivas, ele propôs a ideia de lei moral invisível, inscrita por Deus Pai no coração de cada um.

Todavia, a seita cristã diferenciou-se de outras porque a herança judaica – dos primeiros apóstolos – e a romana – dos primeiros padres – influenciou o vocabulário e o pensamento dos cristãos. De fato, essa dupla herança fez o cristianismo conservar as ideias de povo e de lei, provenientes da política, ainda que transformadas em *povo de Deus* e *lei de Deus*.

Assim, a seita cristã se apresenta como uma *comunidade* cujos membros formam o **povo de Deus** sob a **lei de Deus**. Essa comunidade é feita de iguais – os filhos de Deus redimidos por seu Filho –, que recebem em conjunto a Palavra Sagrada e, pelo batismo e pela eucaristia, participam da nova lei. A comunidade é a *ekklesia*, palavra grega que significa 'assembleia' – no caso, a assembleia dos fiéis, a Igreja. E esta é designada como Reino de Deus.

Povo, lei, assembleia e reino: essas palavras indicam, por si mesmas, a vocação política do cristianismo, pois, desde seu início, escolheu vocábulos das tradições políticas judaica e romana para se referir a si mesmo, escolha que nenhuma outra seita havia feito até então.

A *ekklesia*, comunidade dos bons e justos, se organizava com normas e regras que estabeleciam hierarquias de autoridade e de poder. A autoridade havia sido constituída pelo próprio Cristo quando, na última ceia, autorizou os apóstolos a celebrar a eucaristia (o pão e o vinho como símbolos do corpo e sangue do messias) e, no dia de Pentecostes, ordenou-lhes que pregassem ao mundo inteiro a nova lei e a Boa-Nova (o Evangelho).

A autoridade apostólica não se limitava a ter o poder de realizar o batismo, a eucaristia e a evangelização. Jesus deu aos apóstolos o poder de ligar os homens a Deus e Dele desligá-los, quando lhes disse, por meio do apóstolo Pedro: "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as Chaves do Reino: o que ligares na Terra será ligado no Céu, o que desligares na Terra será desligado no Céu".

Essa passagem do Evangelho de Mateus funda a Igreja como instituição de poder. Esse poder é teocrático, pois sua fonte é o próprio Deus; e é superior ao poder político temporal, uma vez que este é puramente humano, frágil e perecível.


Album/DEA/Veneranda Biblioteca Ambrosiana/Latinstock

Retrato do filósofo e teólogo Santo Agostinho feito no século XV. Sua mais conhecida obra, *Cidade de Deus*, escrita em um Império Romano recém-convertido ao cristianismo, condena a moral e os valores da Roma pagã.

Com a *ekklesia*, formava-se o que o romano de origem berbere Santo Agostinho (354-430) chamou de *Civitas Dei*, a Cidade de Deus, oposta à Cidade dos Homens, injusta e satânica – isto é, Roma e seu império. A instituição eclesiástica conseguiu converter ao cristianismo o imperador Constantino. Pouco tempo depois, no ano 380, o imperador Teodósio transformou a seita cristã em religião oficial do Império Romano. Com isso, a Igreja de Roma foi institucionalizada, repetindo ou imitando em sua organização interna a estrutura militar e burocrática do Império – forma de organização que perdura até os dias de hoje.

O poder eclesiástico

Antes de esfacelar-se e desaparecer, o Império Romano foi dividido por lutas internas, que resultaram na divisão em Império Romano do Oriente, com sede em Constantinopla (hoje Istambul), e Império Romano do Ocidente, com sede em Roma. Séculos depois, essa divisão também atingiu o cristianismo, que se dividiu entre a Igreja Grega e a Igreja Romana. Esta última, buscando marcar sua superioridade, passou a se designar Igreja Católica, isto é, Universal. O que descreveremos agora se referirá sempre a esta Igreja.

O poderio dessa Igreja cresceu à medida que o Império Romano do Ocidente desmoronava. Esse crescimento se deveu, em primeiro lugar, à expansão do próprio cristianismo pela obra da evangelização realizada pelos padres nos territórios do Império Romano do Ocidente e para além deles. Em segundo lugar, o sistema econômico-político resultante do esfacelamento de Roma, conhecido como feudalismo, fragmentou a propriedade da terra e o poder político terreno, de sorte que o único poder centralizado e homogeneamente organizado era o da Igreja.

À medida que o Império Romano decaía, a Igreja viu crescer em suas mãos três poderes:

1. o poder religioso de ligar os homens a Deus e Dele desligá-los – portanto, de oferecer ou recusar a salvação eterna;

2. o poder econômico decorrente de grandes propriedades fundiárias acumuladas com o passar de vários séculos. Esse acúmulo ocorreu graças a doações de nobres do Império convertidos e a recompensas recebidas pela instituição eclesiástica por serviços prestados aos imperadores;

3. o poder intelectual. A Igreja se tornou guardiã e intérprete única dos textos sagrados – a Bíblia – e de todos os textos produzidos pela cultura greco-romana. Saber ler e escrever tornou-se privilégio exclusivo da instituição eclesiástica.

As teorias teológico-políticas

A teoria política elaborada pela Igreja Católica Romana é uma *teologia política*, pois se baseia em fundamentos e princípios teológicos. Para sua elaboração, os teóricos cristãos dispunham de três fontes principais: os códigos de leis dos imperadores romanos, as ideias retiradas das poucas obras então conhecidas de Platão, Aristóteles e, sobretudo, do jurista e filósofo romano Cícero (106 a.C.-43 a.C.), e a Bíblia traduzida do hebraico, do aramaico e do grego para o latim.

De Platão, aproveitaram a ideia da comunidade justa, organizada hierarquicamente e governada por sábios legisladores. De Aristóteles, a ideia de que a finalidade do poder era a justiça como bem supremo da comunidade. De Cícero, a ideia do Bom Governo ou do príncipe virtuoso, espelho para a comunidade. De todos eles, a ideia de que a política era resultado da natureza (que fez dos humanos seres gregários) e da razão (que fez os humanos compreenderem os benefícios da vida em comum).



Massimo Sestini/Reuters/Latinstock

Multidão de católicos ocupa a Praça de São Pedro, no Estado do Vaticano, em 2011, com a Basílica de São Pedro ao fundo. A Basílica é o centro decisório da Igreja Católica quanto às posições da religião e às relações políticas e econômicas do Estado eclesiástico.

As ideias filosóficas desses pensadores precisavam ser conciliadas com a principal fonte do pensamento político cristão: a Bíblia. A conciliação, porém, não era fácil, uma vez que as Escrituras Sagradas não consideram o poder algo natural e originado da razão, mas proveniente da vontade de Deus – isto é, sua concepção é teocrática.

A Bíblia (do grego *biblos*, 'livro') é um conjunto de textos de origens, épocas e autores muito diferentes e escritos em várias línguas (particularmente o hebraico, o aramaico e o grego), organizados em dois grupos principais: o Antigo e o Novo Testamento. Aqueles que traduziram a Bíblia para o latim utilizaram a língua jurídica e legal romana, combinando, assim, a forte tradição legalista judaica e a latina. Essa Bíblia latinizada servirá de base para as teorias teológico-políticas e fornecerá os critérios para decidir o que aceitar e o que recusar das ideias de Platão, Aristóteles e Cícero.

As teorias do poder teológico-político, embora tenham recebido diferentes formulações desde o fim do Império Romano e no correr da Idade Média, apresentavam pontos em comum.

- O poder é teocrático, isto é, pertence a Deus, que escolhe os homens que devem representá-lo. O fundamento dessa ideia encontra-se não só na já mencionada passagem do Antigo Testamento, como também numa passagem do Novo Testamento, na Epístola de Paulo aos Romanos, em que se lê que "não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus". A fórmula que resume essas ideias é: "Todo poder vem do alto". O poder é um favor divino ou uma graça divina, e o governante não representa os governados, mas representa Deus perante os governados.
- O rei recebe de Deus a lei porque é escolhido por Ele, ou, como dizem os teólogos juristas, o rei traz a lei em seu peito e o que agrada ao rei tem força de lei. O rei é, portanto, a fonte da lei e da justiça. Sendo autor da lei e tendo o poder pela graça de Deus, o rei está acima das leis e não pode ser julgado por ninguém: seu poder é absoluto. O fundamento dessa ideia é retirado de um preceito do Direito Romano que afirma: "Ninguém pode dar o que não tem e ninguém pode tirar o que não deu". Se o poder é dado ao rei por Deus porque Lhe pertence, então não foi o povo quem deu o poder ao rei. Assim, mesmo que o rei seja tirânico e injusto, os súditos não podem resistir a ele nem depô-lo, pois o rei está no poder pela vontade de Deus, que, para punir os pecados do povo, faz este sofrer sob um tirano.

- O príncipe cristão deve possuir o conjunto das virtudes cristãs (fé, esperança e caridade) e o conjunto das virtudes principescas definidas pelos filósofos romanos como próprias do Bom Governo. Sendo espelho da comunidade, em sua pessoa devem estar encarnadas as qualidades cristãs que a comunidade deve imitar.
- A comunidade e o rei formam o *corpo político*: a cabeça é a coroa ou o rei; o peito é a legislação, sob a guarda dos magistrados e conselheiros do rei; os membros superiores são os senhores ou barões que formam os exércitos do rei e a ele estão ligados por juramento de fidelidade ou de vassalagem; e os membros inferiores são o povo, que trabalha para o sustento do corpo político.
- A hierarquia política e social é considerada ordenada por Deus e seguindo um princípio análogo ao do *kósmos*. Neste, cada ser (minerais, vegetais, animais e humanos) necessariamente cumpre determinada função e ocupa determinado lugar, submetendo-se a quem lhe é superior. No caso da comunidade política, a hierarquia obedece aos critérios das funções e da riqueza. Não existe a ideia de indivíduo, mas de ordem ou corporação a que cada um pertence por vontade divina, por natureza e por hereditariedade. Subir ou descer na hierarquia social pode ocorrer somente por vontade expressa do rei.

  Esse papel central que as teorias conferem à ideia de um cosmo hierárquico organizado em lugares e funções fixos responde a três exigências práticas: manter a concepção hierárquica imperial romana e eclesiástica, manter a concepção teocrática judaica e, sobretudo, oferecer uma garantia de ordem e segurança a uma sociedade fragmentada em propriedades rurais isoladas e espalhadas pelo antigo território do Império. O mundo (o cosmo) organizado hierarquicamente substitui a organização política hierárquica do Império Romano.
- No topo da hierarquia encontram-se o papa e o imperador. O primeiro possui o poder espiritual; o segundo, o temporal. Em decorrência do desaparecimento político dos centros urbanos e do isolamento provocado pelo feudalismo com a ruralização da vida econômica e social, cada região tinha um conjunto de senhores que escolhia um chefe entre seus pares, garantindo-lhe a permanência indefinida no poder. Dessa maneira, formaram-se reinos por todo o território da Europa medieval. Há, assim, pequenos reinos regionais nos quais o poder somente é entregue a outras famílias se o reinante morrer sem herdeiro do sexo masculino, ou se trair seus pares e for por eles deposto, ou se for derrotado em uma guerra por um oponente com força para reivindicar o poder régio. Contraposta a essa pluralidade de reis, encontra-se a figura do imperador, que é único e tem os reis feudais como vassalos. O conjunto ou assembleia dos reis subordina-se ao Grande Rei ou Imperador da Europa, que foi escolhido por Deus e, portanto, possui o poder teocrático.
- A justiça, finalidade da comunidade cristã, é a hierarquia de submissão e obediência do inferior ao superior, pois é essa a ordem natural criada pela lei divina. A vida temporal é inferior à vida espiritual e, por isso, a finalidade maior do governante é a salvação da alma imortal de seus súditos, pela qual responderá perante Deus. Por se tratar de uma ordem legal ou jurídica imposta por Deus a todos os seres da natureza, recebe o nome de Direito Natural Objetivo.


De Agostini Picture Library/Getty Images

Miniatura italiana do século XV, atribuída a Cristoforo de Predis, iluminura do manuscrito *De Sphaera*, escrito por Johannes de Sacrobosco. Na Idade Média e no início do Renascimento, o pensamento político europeu acreditava que cada ser ocupa uma posição fixa no *kósmos*.

- A finalidade suprema do poder político não é estritamente terrena ou temporal, mas espiritual. Pode-se considerar a comunidade política algo natural – como pensavam teólogos influenciados por Aristóteles, tais como Tomás de Aquino (1225-1274) – ou uma obra da razão – como diziam Platão, Aristóteles e Cícero e afirmarão vários teólogos. Porém, a finalidade mais alta da política exercida pelo príncipe é garantir a salvação eterna de seus súditos.

Conflitos entre papa, imperador e reis

As teorias teológico-políticas foram elaboradas para resolver dois conflitos que atravessaram toda a Idade Média: o conflito entre o papa e o imperador, de um lado, e entre o imperador e as assembleias dos reis, de outro.

O conflito papa-imperador é consequência da concepção teocrática do poder. Quem é o representante escolhido por Deus para receber seu poder: o papa ou o imperador? A solução encontrada para esse conflito, conhecida como teoria da **dupla investidura**, foi elaborada pelos juristas do imperador Carlos Magno. De acordo com essa teoria, o imperador é investido no poder temporal pelo papa, com a cerimônia da unção e da coroação. O imperador recebe do papa a investidura da espada, pela qual este jura defender e proteger a Igreja, sob a condição de que ela nunca interfira nos assuntos administrativos e militares do império. Assim, o imperador depende do papa para receber o poder político, mas o papa depende do imperador para manter o poder eclesiástico.

O conflito entre o imperador e as assembleias dos reis diz respeito à escolha do imperador. Esse conflito revelava o problema de uma política fundada em duas fontes antagônicas. Segundo a Lei Régia Romana, o rei recebe do povo o poder, sendo, portanto, eleito. Os reis argumentavam que, da mesma maneira, eram eles que concediam poder ao imperador. Ora, como a Lei Régia Romana afirmava que só pode tirar alguma coisa de alguém aquele que tem o poder de dá-la, conclui-se que, se os reis elegem o imperador, têm poder para dar-lhe poder e também para retirá-lo dele.

O imperador, porém, invocava a Bíblia e a origem teocrática do poder. Afirmava que seu poder não vinha dos reis, mas de Deus. Se Deus lhe havia concedido poder, então só Deus poderia tirar-lhe esse poder.

A solução para esse segundo conflito foi trazida pela teoria que distingue entre *eleição* e *unção*. O imperador, de fato, é eleito pelos pares para o cargo, mas seu poder só é garantido por meio da unção com óleos santos, que, segundo a tradição, eram os mesmos que haviam ungido os reis hebraicos Davi e Salomão. E quem unge o imperador é a Igreja, isto é, o papa como representante do poder de Deus.



Jacques Boussaroque/Agência France-Presse

O palácio novo do papa, construído na cidade de Avignon, na França, no século XIV, em foto de 2011. A mudança do papado de Roma para Avignon e a interferência dos reis franceses na escolha do pontífice católico constituíram-se em uma das mais conhecidas rupturas do equilíbrio entre os poderes temporal e espiritual na Idade Média.

Os dois corpos do rei

Como se observa, a teoria da dupla investidura e a teoria da distinção entre eleição e unção não negam que o imperador é eleito pelos reis e ainda o deixam à mercê do papa. Para reverter essa situação e fortalecer o imperador contra o papa e os reis, foi elaborada a teologia política dos dois corpos do imperador, que depois se generalizou como teoria dos dois corpos do rei.

A teoria dos dois corpos afirmava que um imperador é rei-pela-graça-de-Deus (um rei escolhido e ungido por Deus) e que é a imitação de Jesus Cristo. Assim como Jesus, que possuía duas naturezas (a humana, mortal, e a divina, imortal), o imperador também possuía dois corpos: um corpo humano, que nasce, vive, adoece, envelhece e morre; e um corpo místico, perene e imortal, seu corpo político. É por isso que, quando o corpo físico do imperador morria, pronunciava-se a fórmula "O imperador está morto. Viva o imperador", indicando que a morte física não atingia a imortalidade política.

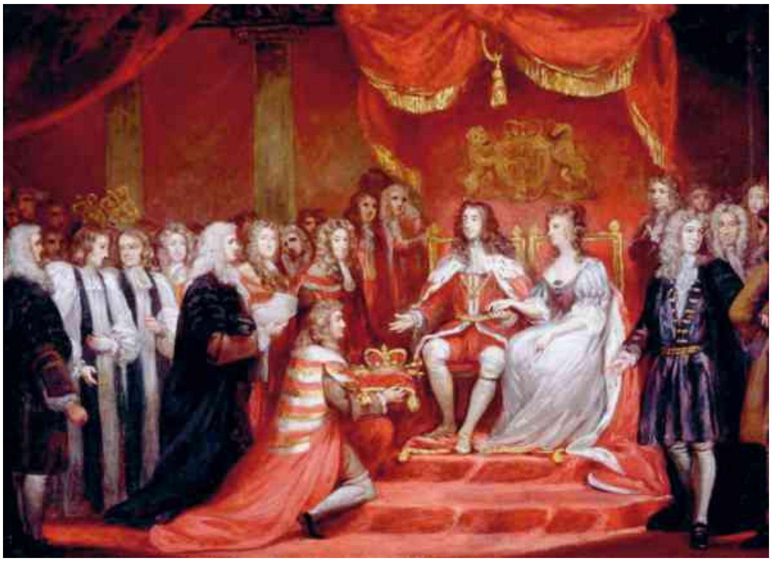
O corpo político do imperador não nasce, nem adoece, envelhece ou morre. Por isso, ninguém, a não ser Deus, pode lhe dar esse corpo, e ninguém, a não ser Deus, pode tirar-lhe tal corpo. Não o recebe nem dos reis nem do papa e não pode ser-lhe tirado por eles. Não tendo sido nem eleito nem deposto por ninguém, não pode ser julgado por ninguém. Assim, o poder político do rei ungido o coloca fora e acima da comunidade, tornando-o transcendente a ela. É imperador pela graça de Deus. Com essa teoria, plantava-se a semente para as futuras teorias do direito divino dos reis ou das monarquias absolutas.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, Geografia e História.

Toda relação política é também uma relação de poder, mas nem toda relação de poder é uma relação política. Quando inventaram a política, gregos e romanos não tinham como finalidade criar ou eliminar o poder, e sim impedir o surgimento de uma forma específica de poder: o poder despótico ou despotismo.

No poder despótico, a lei que governa a comunidade é alterada de acordo com a vontade do governante. Já o poder político fundamenta a lei e o direito na coletividade, e não na vontade de um único membro da comunidade.



A Carta de Direitos, 1688 (1827), óleo sobre tela de James Northcote (1746-1831). Após a deposição de Jaime II, Guilherme de Orange foi coroado rei da Inglaterra em 1689 sob a condição de respeitar a Declaração de Direitos e as leis aprovadas pelo Parlamento. Com isso, o despotismo chegou ao fim naquele país.

1. Com base nos estudos deste capítulo, explique por que a teologia política instaurada na Europa medieval se contrapunha às intenções que levaram à criação da política.

2. Com base em seus conhecimentos de Geografia e História, encontre um Estado em que o poder despótico tenha vigorado em algum período nos últimos cem anos. Faça uma pesquisa sobre o regime em questão em livros e *sites* para poder indicar semelhanças e diferenças em relação à teologia política.

Em síntese

1. Quais são os principais motivos que levaram gregos e romanos a inventarem a política?
2. Como o nascimento das cidades criou as condições para a invenção da política?
3. Por que e como foram criadas as primeiras leis no âmbito da política? Elas contribuíram ou não para solucionar a luta de classes na Grécia e Roma antigas? Justifique sua resposta.
4. Explique de que modo a política lida com os conflitos no interior de uma sociedade.
5. Como se formou o Estado? Quais eram suas funções?
6. Para o antropólogo Pierre Clastres, além das sociedades políticas e das despóticas, há aquelas que vão contra o Estado e o mercado.
   a) Explique, em linhas gerais, como essas sociedades estão organizadas.
   b) Para você, em qual dessas sociedades a vida boa e justa se desenvolve melhor? Exponha sua posição.
7. As investigações sobre a gênese da pólis opunham os sofistas a Platão e Aristóteles. Explique no que consistia a posição de cada um em relação à finalidade da vida política.
8. Explique a distinção feita por Aristóteles entre justiça distributiva (o partilhável) e justiça política (o participável).
9. Quais são as virtudes principescas, segundo os teóricos políticos romanos?
10. Quais são as diferenças entre o cristianismo e as demais seitas religiosas do Império Romano?
11. Explique as fontes em que a política cristã se baseou na Europa medieval.
12. Explique por que, à medida que o Império Romano se esfacelava, o poderio da Igreja crescia.
13. Quais são os três poderes que a Igreja adquiriu com o passar dos anos em relação ao Império Romano?
14. As teorias teológico-políticas (que criavam o vínculo interno entre religião e política) tiveram diferentes formulações no correr da Idade Média, mas apresentavam pontos em comum. Cite três deles e comente-os.
15. Quais foram os conflitos entre papa e imperador e entre reis e imperador? Como se tentou solucioná-los?
16. O que significa a expressão "os dois corpos do rei"?

Indicações

Gladiador

- **Direção de Ridley Scott. Estados Unidos, 2000.**

Odiado por Cômodo (Joaquin Phoenix), filho do imperador Marco Aurélio (Richard Harris), Máximo (Russell Crowe) é o preferido do líder político de Roma para substituí-lo no trono. Perseguido por Cômodo, Máximo acaba escravizado. Tornado gladiador, ele buscará vingança.



The Ronald Grant Archive/DIOMEDIA

Russell Crowe interpreta o general Máximo no filme *Gladiador*, de Ridley Scott.

O outono da Idade Média

- **Escrito por Johan Huizinga. Cosac Naify, 2010.**

Este livro foi fundamental para desfazer a visão sobre a Idade Média como um tempo em que havia apenas obscurantismo e ignorância. O autor mostra a expressão do pensamento medieval na cultura, na arte, na religião e no pensamento político, e também nos modos de expressão da felicidade, do sofrimento, do amor e do medo da morte no dia a dia.



Reprodução/Ed. Cosac Naify

Capa do livro *O outono da Idade Média*, de Johan Huizinga.

CAPÍTULO 31

As filosofias políticas

Sammlung Rauch/Interfoto/Latinstock



SOBERANO E CORPO POLÍTICO

Um gigante coroado brandindo uma espada e um cetro, cujo corpo é composto por uma multidão de indivíduos. A ilustração criada para o frontispício da primeira edição de *Leviatã* (1651) é uma das mais célebres imagens da filosofia política e da busca por explicações sobre o Estado e a vida em sociedade. O autor do livro, Thomas Hobbes, foi um dos muitos pensadores que, sintonizados com o espírito de seu tempo, estudaram as origens da política e seu posterior desenvolvimento sem as amarras das teorias do direito divino, buscando compreender os fundamentos da soberania.

O ideal republicano

Na sociedade medieval, prevaleciam relações hierárquicas que dividiam os indivíduos em estamentos definidos por linhagem e herança e que os separavam em superiores e inferiores. Essa divisão determinava entre eles dois tipos precisos de relação:

- vassalagem: por meio dela, um vassalo prestava juramento de fidelidade e concedia bens, tributos ou serviços a um suserano, que em troca lhe prometia proteção e lhe concedia a posse de terras. O suserano em uma relação podia ser vassalo em outra, assim como o vassalo em uma relação podia ser suserano em outra. O papa era suserano do imperador, que era suserano dos reis. Os reis, por sua vez, eram suseranos de barões;
- servidão: por meio dela, uma família camponesa (serva) jurava fidelidade, pagava tributos e prestava serviços ao senhor do feudo em troca de um lugar para viver e proteção.

Ao redor dos castelos feudais formaram-se aldeias ou burgos, onde a divisão social do trabalho fez aparecer outra organização social: a corporação de ofício dos trabalhadores livres. Tecelões, pedreiros, ferreiros, médicos, arquitetos, comerciantes e outros profissionais se associavam em confrarias por meio de um juramento de confiança recíproca. Internamente, as corporações de ofícios também eram hierárquicas, mas as regras convencionadas entre seus membros permitiam subir na hierarquia. Externamente, nas relações com outras corporações, todos eram considerados livres e iguais. Esses profissionais, contudo, continuavam submetidos ao domínio de um senhor feudal, pois as terras em que os burgos se formaram estavam sob domínio dele.

Desde o início do século XV, em certas regiões da Europa, as antigas cidades do Império Romano e as novas cidades originadas dos burgos medievais entraram em desenvolvimento econômico e social. Grandes rotas comerciais tornaram poderosas as corporações e as famílias de comerciantes, enquanto o poderio agrário dos barões feudais começou a diminuir. Para que houvesse continuidade desse desenvolvimento, que viria a ser conhecido como capitalismo comercial ou mercantil, as cidades não podiam continuar submetidas aos padrões, às regras e aos tributos da economia feudal agrária. Por isso, a burguesia, classe social que se formava no interior dos burgos, iniciou uma luta contra a nobreza feudal, reivindicando a criação de franquias econômicas e o fim da submissão das cidades em relação a barões, reis, papas e imperadores.

Na Itália, a redescoberta das obras de pensadores, artistas e técnicos da cultura greco-romana, particularmente as de teoria política, suscitou um ideal político novo: o da liberdade republicana contra o poder teológico-político de papas e imperadores. Nesse período, conhecido como Renascimento, esperava-se fazer renascer o pensamento, a ciência, as artes, a ética, as técnicas e a política que haviam sido desenvolvidos antes que a Igreja de Roma e seus teólogos tivessem atribuído para si o privilégio do saber e a autoridade para decidir o que poderia e o que não poderia ser pensado, dito e feito.

Durante o Renascimento, Esparta, Atenas e Roma eram tomadas como exemplos da liberdade republicana. Imitá-las era voltar a valorizar a política como expressão mais alta da capacidade humana. Falava-se, então, na liberdade republicana e na vida política como as formas mais altas da dignidade humana. Nesse ambiente, entre 1513 e 1514, em Florença, é escrita a obra que inaugurou o pensamento político moderno: *O príncipe*, de Maquiavel (1469-1527).



Heritage Images/Corbis/Latinstock

Iluminura do século XV representando o mercador viajante Marco Polo (1254-1324) em sua partida de Veneza (na atual Itália) em direção ao Oriente. Com o incremento das atividades urbanas e comerciais em cidades como essa, desenvolveu-se, no decorrer dos séculos, o capitalismo mercantil.

Antes de *O príncipe*

As teorias políticas medievais e renascentistas eram, muitas vezes, contrárias entre si. As teorias medievais eram diretamente teocráticas (o poder pertence apenas a Deus, que o concede a alguém) ou indiretamente teocráticas (a origem do poder está na natureza social do homem, mas seu fundamento último encontra-se na lei divina revelada). Já as renascentistas procuravam evitar a ideia de que o poder era uma graça ou um favor divino determinado pela lei divina.

As duas teorias, contudo, foram elaboradas em um contexto em que a Igreja católica detinha grande poder. Portanto, não podiam deixar de abordar a relação entre política e religião. Mesmo recusando a teocracia, as novas teorias políticas não podiam recusar a ideia cristã de que o poder político só é legítimo se for justo e só será justo se estiver de acordo com a vontade de Deus e a Providência divina. Assim, elementos de teologia continuavam presentes nas formulações teóricas da política.

Por isso, podemos perceber traços comuns entre teorias medievais e renascentistas, provenientes dos elementos de teologia. Aquelas teorias:

- encontravam para a política um fundamento anterior e exterior à própria política. Para alguns, o fundamento da política encontrava-se em Deus (seja na vontade divina, que doa o poder aos seres humanos, seja na Providência divina, que favorece o poder de alguns deles). Para outros, encontrava-se na Natureza, criada por Deus em conformidade com o direito natural objetivo ou a ordem jurídica imposta por Deus ao mundo, segundo a qual o homem é um ser naturalmente político. Para outros, ainda, encontrava-se na Razão, isto é, na ideia de que existe uma racionalidade que governa o mundo e os seres humanos, torna-os racionais e os faz instituir a vida política;
- afirmavam que a política é instituição de uma comunidade una e indivisa, cuja finalidade é realizar o bem comum ou a justiça. A boa política seria feita pela boa comunidade, harmoniosa, pacífica e ordeira. Lutas, conflitos e divisões eram vistos como perigos, ações de homens perversos e sediciosos que deviam ser afastados da comunidade e do poder;
- assentavam a boa comunidade e a boa política na figura do Bom Governo, isto é, no príncipe virtuoso e racional, portador da justiça, da harmonia e da indivisão da comunidade;
- classificavam os regimes políticos em justos-legítimos e injustos-ilegítimos. A monarquia e a aristocracia hereditárias eram colocadas entre os primeiros, enquanto os segundos, denominados tirânicos, eram aqueles em que o poder havia sido obtido por conquista e usurpação. Esse regime era considerado antinatural, irracional, contrário à vontade de Deus e à justiça, obra de um governante vicioso e perverso.

Comparada a essa tradição política, a obra de Maquiavel é demolidora e revolucionária. Com ela, nasceu o pensamento político moderno.



Musée Ingres, Montauban, France/Giraudon/The Bridgeman Art Library/Grupo Keystone

Carlos V, último imperador do Sacro Império Romano-Germânico a ser ungido pelo papa, em 1520, retratado na pintura *A coroação de Carlos V*, de Cornelis Schut (1597-1655).

A revolução de Maquiavel

Diferentemente dos teólogos, que formulavam teorias políticas com base na Bíblia e no Direito Romano, e diferentemente dos contemporâneos renascentistas, que se baseavam nos filósofos greco-romanos, Maquiavel partia da *experiência real* de seu tempo.

Como diplomata e conselheiro dos governantes de Florença, presenciou as lutas europeias de centralização monárquica, o ressurgimento da vida urbana na Europa e, com ela, a ascensão da burguesia comercial das grandes cidades. Ao mesmo tempo, viu uma Itália fragmentada, dividida em reinos, ducados, repúblicas e cidades dirigidas pela Igreja.

A compreensão e a interpretação do sentido dessas experiências históricas convenceram Maquiavel de que as concepções políticas antigas e medievais não eram capazes de abarcar verdadeiramente o que é o poder. Tornara-se necessária, sobretudo para a Itália e para Florença, uma nova concepção da sociedade e da política, que levasse em conta a observação direta dos acontecimentos. Foi com isso em mente que escreveu *O príncipe*.

Se compararmos o pensamento político de Maquiavel com os quatro pontos nos quais resumimos a tradição política anterior, vamos notar quais aspectos definem sua obra como uma ruptura.

1. Maquiavel não admitia um fundamento anterior e exterior à política (Deus, Natureza ou Razão). Toda cidade (isto é, toda sociedade), dizia ele, está originariamente dividida entre *o desejo dos grandes de oprimir e comandar* e *o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado*. Essa divisão evidencia que a cidade não é uma comunidade homogênea nascida da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana. Na realidade, a sociedade é constituída de lutas internas que a obrigam a instituir um polo superior – o poder político – que possa unificá-la e dar-lhe identidade. Assim, *a política nasce das lutas sociais e é obra da própria sociedade para dar a si mesma unidade e identidade*.

2. Maquiavel não aceitava a ideia da boa comunidade política constituída para o bem comum e a justiça. Como vimos, ele considerava a *divisão social entre os grandes e o povo* o ponto de partida da política. Essa imagem de comunidade una, indivisa, homogênea e voltada para o bem comum, dizia Maquiavel, é uma máscara com que os grandes recobrem a realidade social para enganar, oprimir e comandar o povo, como se todos tivessem os mesmos interesses e fossem irmãos e iguais numa bela comunidade.

A finalidade da política não é a justiça e o bem comum, e sim, como sempre souberam os políticos, a *tomada e manutenção do poder*. O verdadeiro príncipe sabe tomar e conservar o poder e, para isso, jamais se alia aos grandes, pois estes também querem o poder

Showtime Networks Inc./Everett Collection/Latinstock



Cena de *Os Bórgias* (2011), seriado estadunidense que se baseia na história da família do papa Alexandre VI (Jeremy Irons, à esquerda), em sua luta por poder na Itália do século XVI. Filho, conselheiro e chefe militar do papa, César Bórgia (François Arnaud) teve atos e posturas analisados em diversas passagens de *O príncipe*.

para si. Por isso, ele deve aliar-se ao povo, que espera do governante a imposição de limites ao desejo de opressão e mando dos grandes. A política não é *a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei*.

3. Maquiavel recusava a figura do Bom Governo encarnada no príncipe virtuoso, portador das virtudes cristãs, das virtudes morais e das virtudes principescas. Em vez disso, introduziu a ideia da *virtù* como conjunto das qualidades políticas do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso precisasse usar a violência, a mentira, a astúcia e a força. A tradição afirmava que o governante devia ser amado e respeitado pelos governados. Maquiavel declarava que o príncipe não precisa ser amado; o que ele realmente precisa é não ser odiado.

Isso significa, em primeiro lugar, que o príncipe deve ser respeitado e temido, o que só é possível se não for odiado. Em segundo lugar, que não precisa ser amado, pois isso o faria um pai para a sociedade – e um pai conhece apenas um tipo de poder, o despótico. A virtude política do príncipe, sua *virtù*, aparecerá na qualidade das instituições que souber criar e manter e na capacidade que tiver para enfrentar as ocasiões adversas – aquilo que Maquiavel chamou de *fortuna* (a boa ou a má sorte).

4. Maquiavel não aceitava a divisão clássica dos três regimes políticos (monarquia, aristocracia, democracia) e suas formas corrompidas ou ilegítimas (tirania, oligarquia, demagogia/anarquia). Também não aceitava que o regime legítimo fosse o hereditário, enquanto o ilegítimo fosse o usurpado por conquista. Qualquer regime político poderia ser legítimo ou ilegítimo. Para Maquiavel, todo regime político em que o poderio de opressão e comando dos grandes supera o poder do príncipe e esmaga o povo é ilegítimo. Caso contrário, é legítimo. Assim, Maquiavel condicionou a legitimidade ou ilegitimidade ao único princípio que deveria reger a política: *o poder do príncipe deve ser superior ao dos grandes e estar a serviço do povo*.

O príncipe pode ser monarca hereditário ou por conquista. Também pode ser todo um povo que, pela força, conquista o poder e o exerce democraticamente. Qualquer desses regimes políticos será legítimo se for uma *república*, e não despotismo ou tirania, isto é, só é legítimo o regime no qual o poder não está a serviço de desejos e interesses particulares.

O príncipe virtuoso

Dissemos que, de acordo com a tradição grega, ética e política eram inseparáveis. Já a tradição romana colocou essa identidade da ética e da política na pessoa virtuosa do governante. Por fim, a tradição cristã transformou a pessoa política do rei num corpo místico sacralizado que encarnava a vontade de Deus.

Hereditariedade, personalidade e virtude formavam o centro da política, orientada pela ideia de justiça e bem comum. Um dos aspectos da concepção maquiaveliana que desfazem esse conjunto de ideias e imagens encontra-se na figura do *príncipe virtuoso*.

Quando estudamos a ética, vimos que a questão central posta pelos filósofos sempre foi "o que está e o que não está em nosso poder?". Vimos também que "estar em nosso poder" significava a ação voluntária racional livre, própria da virtude, e "não estar em nosso poder" significava o conjunto de circunstâncias


Imagno/Hulton Archive/Getty Images

Napoleão cruzando os Alpes (1801), pintura de Jacques-Louis David (1748-1825). General do Exército francês, Napoleão Bonaparte ascendeu à chefia de Estado e encarnou como poucos líderes na História a figura do príncipe com *virtù*.

externas que agem sobre nós, submetendo nossa vontade e nossa ação. Vimos ainda que esse conjunto de circunstâncias que não dependem de nós abrangia tanto as leis necessárias da natureza quanto os acasos e a contingência, ou o que a tradição filosófica chamou de *fortuna*, a boa ou má sorte.

A oposição *virtude-fortuna* jamais abandonou a ética e, como esta surgiu inseparável da política, a mesma oposição se fez presente no pensamento político. Assim, o governante virtuoso era aquele cujas virtudes morais o protegiam da caprichosa e inconstante fortuna.

Maquiavel retomou essa oposição, mas lhe imprimiu um sentido inteiramente novo. A *virtù* do príncipe não consiste num conjunto fixo de qualidades morais que ele pode opor à fortuna. A *virtù* é a capacidade do príncipe para ser flexível às circunstâncias, mudando com elas para agarrar e dominar a fortuna. Um príncipe que age sempre da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios em todas as circunstâncias fracassará e não terá *virtù* alguma.

Ou seja, em certas circunstâncias, deverá ser cruel, em outras, generoso; em certas ocasiões deverá mentir, em outras, ser honesto; em certos momentos, deverá ceder à vontade dos outros, em outros, ser inflexível. O caráter do príncipe deve variar com as circunstâncias para que sempre seja senhor delas. O príncipe virtuoso é aquele que sabe dobrar a fortuna conforme as circunstâncias.

A lógica política nada tem a ver com as virtudes éticas dos indivíduos em sua vida privada. O que poderia ser moralmente correto na vida privada pode ser fraqueza na vida pública, assim como o que poderia ser imoral do ponto de vista da ética privada pode ser *virtù* política. Em outras palavras, Maquiavel estabeleceu valores propriamente políticos, medidos pela eficácia prática, pela utilidade social e pelos benefícios de sua ação para a república.

Ao estabelecer a independência da lógica do poder em relação à religião, à ética e à ordem da natureza, Maquiavel só poderia ter sido visto como "maquiavélico". As palavras **maquiavélico** e **maquiavelismo**, criadas no século XVI e conservadas até hoje, exprimem o medo que se tinha e se tem da política quando esta é *simplesmente política*, isto é, sem as máscaras da religião, da moral, da razão e da natureza. Como se vê, são vocábulos que não exprimem um conhecimento real da obra de Maquiavel.

maquiavélico, maquiavelismo: expressões usadas para julgar a ação ou a conduta de alguém desleal, hipócrita, fingidor, poderosamente malévolo, que brinca com os sentimentos, os desejos e a boa-fé dos outros, fazendo-lhes promessas que sabe que não cumprirá. Um "poder maquiavélico" seria aquele que: 1. age secretamente, escondendo dos cidadãos suas intenções e finalidades; 2. afirma que os fins justificam os meios e usa meios imorais, violentos e perversos para conseguir o que quer; 3. dá as regras do jogo, mas fica à espera de que os jogadores causem sua própria ruína e destruição.

A ideia de soberania

Maquiavel desligou o poder político de fundamentos não políticos (Deus, Natureza, Razão) e o articulou à divisão social entre os grandes e o povo. Com isso, abriu caminho para uma discussão essencial para o pensamento político moderno: a ideia de **soberania** ou poder supremo. A quem caberia o poder soberano: aos grandes ou ao povo?

Na tradição política anterior a Maquiavel, "soberano" designava a pessoa física do governante e se referia ao rei ou ao imperador. Maquiavel, no entanto, indicou, por meio da ideia de *Principado,* que soberania é o que coloca o governante como superior a dois poderosos rivais: a Igreja (ou o papa) e os grandes (ou a nobreza e a burguesia urbana).

Dessa maneira, a obra de Maquiavel indicava que o soberano não é uma pessoa, e sim o poder político independente do poder religioso e do poder econômico. Com isso, anunciava a obra do pensador francês Jean Bodin (1530-1596), o primeiro a formular modernamente o conceito de soberania.

Em sua obra *Os seis livros da república* (1520), Bodin introduziu a ideia de soberania como poder indivisível e único de legislar e comandar, pertencente não ao governante, e sim ao Estado. A soberania é perpétua, enquanto o ocupante do governo é passageiro. O Estado como soberano é entendido como um sistema articulado que unifica uma ordem jurídica (o direito e a legislação) e uma autoridade independente (o comando militar e o uso da força). Com isso, Bodin distingue o poder soberano de outros poderes (religiosos, econômicos, sociais) que só podem ser exercidos sob as ordens e sob o controle do Estado.

Leituras filosóficas

O príncipe e o povo

Quem [...] se tornar príncipe com o favor do povo deve conservá-lo seu amigo; e isto não lhe será difícil, já que o povo só deseja estar livre da opressão. Mas quem chegar a essa altura com o bafejo dos poderosos, e contra a vontade do povo, busque, antes de mais nada, captar as simpatias deste, o que lhe será fácil quando o puser sob sua proteção. Os homens, quando recebem o bem de quem julgavam receber o mal, mais agradecidos se mostram ao benfeitor. Por isso, o príncipe que protege o seu povo torna-o mais afeiçoado a si do que se tivesse chegado ao poder com o favor dele. Muitos modos existem de granjear tal afeto. Contudo, variam tanto de povo para povo que não é possível estabelecer-lhes regra segura, e sobre eles guardarei silêncio. Limitar-me-ei a dizer que a um príncipe é forçoso ter a amizade do seu povo. Sem ela, não encontrará salvação na hora desdita.



Santi di Tito/Palazzo Vecchio, Florença, Itália.

Maquiavel, em pintura de Santi di Tito do século XVI.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997. v. 1. p. 23-24.

1. Por que Maquiavel se mostra indiferente em relação ao modo como o príncipe chega ao poder?

2. Embora seja indiferente ao modo pelo qual o príncipe ascende ao poder, Maquiavel não é indiferente à relação que este deve estabelecer com o povo. Explique por quê.

Uma nova teoria para uma nova ordem

A obra de Maquiavel, criticada em toda parte na época, tornou-se, porém, referência obrigatória do pensamento político ocidental moderno. A ideia de que a finalidade da política é a tomada e conservação do poder e que este não provém nem de Deus, nem da Razão, nem de uma ordem natural fixa exigiu que os governantes justificassem a ocupação do poder.

Em alguns casos, como na França e na Prússia, surgiu a teoria do direito divino dos reis, uma reformulação jurídica da antiga teologia política do "rei pela graça divina" e dos "dois corpos do rei". Na maioria dos países, porém, a concepção teocrática deu lugar a novas teorias políticas.

Para compreendermos os conceitos que fundaram essas novas teorias, precisamos considerar alguns acontecimentos históricos que mudaram a face econômica e social da Europa entre os séculos XV e XVII.

Já mencionamos o novo papel das cidades e da nova classe social – a burguesia – no plano econômico, social e político. Além do crescimento das corporações de ofício e do comércio, outros fatores fortaleceram essa nova classe:

- a decadência e ruína de inúmeras famílias aristocráticas: as riquezas dessas famílias foram consumidas nas guerras das Cruzadas contra os muçulmanos, e suas terras ficaram abandonadas porque seus nobres senhores morreram na guerra sem deixar herdeiros. Outras contraíram dívidas com a Coroa para comprar armamentos e pagar exércitos para as Cruzadas, e acabaram tendo suas terras confiscadas pelo rei para cobrir as dívidas. Os servos que trabalhavam nessas propriedades, bem como os camponeses pobres e livres que as arrendavam em troca de serviços, migravam para as cidades. Lá, tornavam-se membros das corporações de ofícios ou servos urbanos de nobres que passaram a se dedicar ao comércio;
- a peste negra: uma grande epidemia de peste bubônica dizimou milhares de pessoas e cabeças de gado, e as colheitas foram arruinadas em toda a Europa no final da Idade Média. Isso contribuiu para a ruína da nobreza fundiária e causou migrações para as cidades;
- o desenvolvimento comercial: a vida urbana provocou o crescimento de atividades artesanais, o que levou ao aumento das trocas comerciais em toda a Europa e criou especialidades regionais;

Reprodução/Museu de Belas Artes de Boston, Massachusetts, EUA.



O cobrador de impostos, obra pintada por volta de 1616 por Pieter Brueghel, o Jovem.

- as rotas do comércio com o Oriente: inicialmente dominadas pelas cidades italianas e depois pelos impérios ultramarinos de Portugal, Espanha, Inglaterra e França, essas rotas foram articuladas àquelas existentes no interior da própria Europa e à urbanização, gerando um novo tipo de riqueza: o capital. O capital se baseava no lucro advindo da exploração do trabalho das pessoas pobres e livres que haviam migrado para as cidades europeias e na exploração do trabalho escravo de indígenas e africanos nas Américas;
- as revoltas populares e a Reforma Protestante: nas cidades, primeiro, e no campo, depois, a miséria e as péssimas condições de trabalho e de vida levaram os trabalhadores a revoltar-se contra os ricos. No campo, tais revoltas foram um dos efeitos da Reforma Protestante, que acusara a Igreja e a nobreza agrária de cometerem o pecado da ambição, explorando e oprimindo os pobres. Nas cidades, as revoltas populares eram também um efeito da Reforma Protestante, que havia declarado a igualdade espiritual dos seres humanos e afirmado como principal virtude o trabalho e principal vício a preguiça. As classes populares urbanas afirmaram que a igualdade não deveria ser apenas espiritual, mas também social, material.

Todos esses fatos evidenciavam que a ideia de um mundo constituído naturalmente por hierarquias fixas não correspondia à realidade.

Indivíduos e conflitos

A nova situação histórica fazia aparecer dois fatos que não podiam ser negados:

1. a existência de *indivíduos*: um burguês e um trabalhador não podiam invocar sangue, família, linhagem e dinastia para explicar por que existiam e por que haviam mudado de posição social, mas podiam invocar a si mesmos como indivíduos que produziram, por conta própria, a mudança de sua situação e de sua posição econômico-social. A formação de duas novas classes sociais (a burguesia e os trabalhadores livres) evidenciava o equívoco da ideia de que cada um se define pela família e pelo grupo a que pertence e pelo lugar natural dessa família ou desse grupo na ordem hierárquica e fixa do Universo;

2. a existência de *conflitos*: as disputas entre indivíduos e grupos pela posse de riquezas, cargos, postos e poderes anulavam tanto a prática medieval da submissão natural do inferior ao superior como a imagem cristã da comunidade política una, indivisa e fraterna.

Os teóricos precisavam, portanto, não apenas explicar o que eram os indivíduos e por que lutavam mortalmente uns contra os outros, mas também oferecer teorias capazes de solucionar os conflitos e as guerras sociais. Em outras palavras, foram forçados a indagar *qual é a origem da sociedade e da política.*



Album/akg-images/Latinstock

Gravura do século XIX retratando Martinho Lutero diante do imperador Carlos V. A Reforma vinha ao encontro dos anseios burgueses, pois medidas como a tradução da Bíblia para as línguas nacionais e ideias como a de que há pessoas predestinadas à bem-aventurança religavam o indivíduo comum a Deus.

Do indivíduo à sociedade civil

O estado de natureza

Os medievais haviam elaborado o conceito de direito natural subjetivo, segundo o qual haveria um "sentimento inato de justiça" em todos os humanos. Os modernos, porém, repensaram essa ideia ao introduzir o conceito de **estado de natureza** ou de condição natural de um ser humano, elaborado com a função de explicar a situação pré-social, na qual os indivíduos existiam isoladamente. Duas foram as principais concepções do estado de natureza:

1. a concepção de Thomas Hobbes (1588-1679), segundo a qual os indivíduos viviam isolados e em luta permanente, vigorando a guerra de todos contra todos ou o estado do "homem lobo do homem". Nesse estado, reinava o *medo* e, principalmente, o *grande medo*: o da morte violenta. A tentativa de se proteger dos demais com o uso de armas e o cercamento de terras foi inútil, pois sempre há alguém mais forte que vencerá o mais fraco e ocupará as terras cercadas. A vida no estado de natureza não tem garantias; e, como a posse não tem reconhecimento legal, ela não existe. A única lei é a força do mais forte, que pode tudo quanto tenha força para conquistar e conservar;
2. a concepção de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), segundo a qual os indivíduos viviam isolados pelas florestas, sobrevivendo com o que a natureza lhes dava, desconhecendo lutas e comunicando-se pelo gesto, pelo grito e pelo canto. Esse estado de felicidade original, no qual os humanos existiam na condição de *bom selvagem inocente*, teria terminado quando alguém cercou um terreno e disse: "É meu". A divisão entre o meu e o teu, isto é, o surgimento da propriedade privada, deu origem ao *estado de sociedade*, no qual prevalece a guerra de todos contra todos. Em outras palavras, o estado de sociedade rousseauniana corresponde ao estado de natureza hobbesiano.

O estado de natureza de Hobbes e o estado de sociedade de Rousseau evidenciam uma percepção do social como luta entre fracos e fortes, vigorando o poder da força ou a vontade do mais forte. Em toda parte reinam a insegurança, a luta, o medo e a morte. Para fazer cessar esse estado de vida ameaçador, os humanos decidem passar à *civitas* ou à sociedade civil, isto é, ao estado civil, criando o poder político e as leis.

O pacto ou contrato social

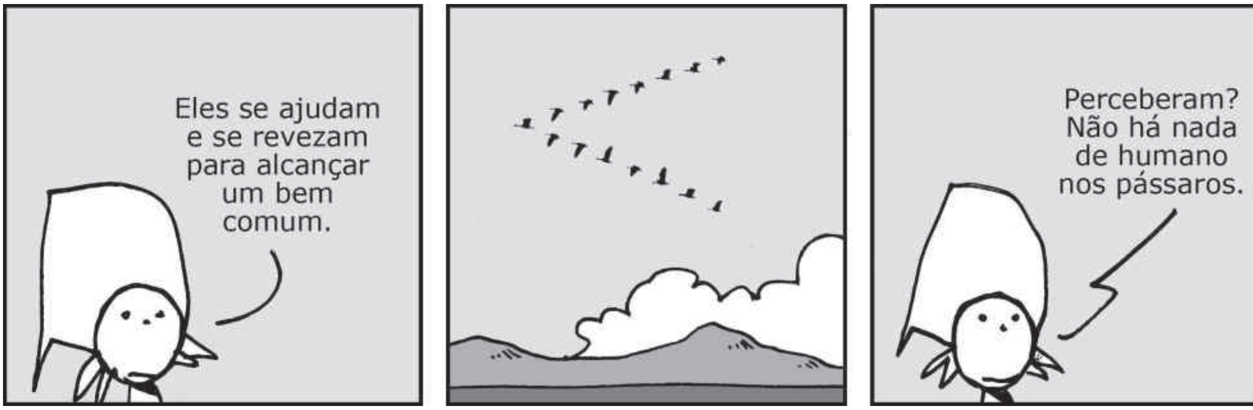
De acordo com os teóricos dos séculos XVII e XVIII, a passagem do estado de natureza ao estado civil ou à sociedade civil se dá por meio de um *pacto social* ou *contrato social*. Por meio dele, os indivíduos concordam em renunciar à liberdade natural e à posse natural de bens e armas e em transferir a um terceiro – o soberano – algumas formas de poder. Os poderes transferidos mais importantes são: o poder para criar e aplicar as leis (definindo o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o permitido e o proibido), o direito exclusivo do uso da força (encarregando-se, em nome de todos, de vingar os crimes) e o poder para declarar a guerra e a paz.

O contrato social funda a soberania e institui a autoridade política ou o **estado civil**, que deve pôr um fim às lutas mortais do estado de natureza (hobbesiano) ou do estado de sociedade (rousseauísta). Mas como é possível o contrato ou o pacto social? Para legitimar a teoria do contrato ou do pacto social, os teóricos invocaram uma cláusula do Direito Romano – "Ninguém pode dar o que não tem e ninguém pode tirar o que não deu" – e a Lei Régia romana – "O poder pertence ao povo e é por ele conferido ao soberano". Essas duas cláusulas serão a base das teorias modernas do direito natural, do qual dependerá o contrato social.

O jusnaturalismo

De acordo com a teoria jurídica romana, um contrato ou um pacto só tem validade se as partes contratantes forem livres e iguais e se voluntária e livremente consentirem com o que está sendo pactuado. A teoria do direito natural ou o **jusnaturalismo** garantia essas duas condições. Segundo o direito natural, por natureza, todo indivíduo tem direito à vida, princípio que garante a preservação de sua liberdade e da sobrevivência de seu corpo. Além disso, por natureza, todos são livres, ainda que uns sejam mais fortes e outros, mais fracos.

jusnaturalismo: conceito que se refere a várias correntes do pensamento político moderno. É formado pela reunião da palavra latina *jus* ('direito') com a palavra *natural*. O direito natural é o *jus naturalis*, e sua teoria, o jusnaturalismo.



Malvados, tirinha de André Dahmer.

Se as partes contratantes possuem os mesmos direitos naturais e são livres, então possuem o direito e o poder para pactuar. Desse pacto ou contrato social provém um novo pacto, pelo qual aceitam transferir seu poder e sua liberdade a um terceiro, o soberano. O consentimento voluntário e livre das partes é o que garante a legitimidade do poder da soberania. Assim, por meio do direito natural, os indivíduos fazem um pacto de viver em comum sem causar dano uns aos outros.

Para Hobbes, a multidão de indivíduos reunida pelo pacto passa a constituir um *corpo político*, uma pessoa artificial criada pela ação humana e que se chama *Estado*, ao qual é transferido o poder de cada indivíduo e de todos eles. Para Rousseau, os indivíduos naturais são pessoas morais, que, pelo pacto, criam a *Vontade Geral* como corpo coletivo ou Estado.

A teoria do direito natural e do contrato evidencia uma inovação de grande importância: o pensamento político já não fala em comunidade, mas em **sociedade**. A ideia de comunidade pressupõe um grupo humano uno, homogêneo, indiviso, compartilhando os mesmos bens, as mesmas crenças e ideias, os mesmos costumes e possuindo um destino comum, ou seja, uma coletividade que é ou natural, ou divina. A ideia de sociedade, ao contrário, pressupõe indivíduos independentes e isolados, dotados de direitos naturais e individuais, que decidem, por um ato voluntário, tornarem-se sócios para vantagem recíproca e por interesses recíprocos. Portanto, pressupõe uma coletividade voluntária, histórica e humana.

O Estado

A **sociedade civil** é o Estado propriamente dito. Feito o pacto ou o contrato, os contratantes transferem o direito natural ao soberano e com isso o autorizam a transformá-lo em direito civil ou direito positivo, sob o qual a sociedade viverá. Esse direito, na forma das leis promulgadas e aplicadas pelo soberano, garantirá a vida, a liberdade e a propriedade privada dos governados. Em nome da segurança e da paz, os indivíduos transferem ao soberano o direito exclusivo ao uso da força e da violência, da vingança contra os crimes, da regulamentação dos contratos econômicos, etc.

Quem é o soberano? Hobbes e Rousseau diferem na resposta a essa pergunta.

Para Hobbes, o soberano pode ser um rei (monarquia), um grupo de aristocratas (aristocracia) ou uma assembleia (democracia). O fundamental não é o número dos governantes nem a forma do regime político, mas a definição de quem possui o poder ou a soberania: o Estado. Este, por meio das instituições públicas, tem o poder de promulgar e aplicar as leis, definir e garantir a propriedade privada e exigir obediência incondicional dos governados, desde que respeite dois direitos naturais intransferíveis: o direito à vida e o direito à paz, pois foi para isso que o soberano foi criado. O soberano detém a espada e a lei; os governados, a vida e os bens dos quais são proprietários privados.

Para Rousseau, o soberano é o povo, entendido como Vontade Geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos. Os indivíduos, pelo contrato, criaram-se a si mesmos como povo e é a este que transferem os direitos naturais para que sejam transformados em direitos civis. Assim sendo, o governante não é o soberano, mas o *representante* da soberania popular.

Os indivíduos aceitam perder a liberdade natural para ganhar a liberdade civil; aceitam perder o direito à posse natural de bens para ganhar a **cidadania** e, com ela, o direito civil à propriedade privada de bens. Como criam a soberania e nela se fazem representar, são *cidadãos*. Como se submetem às leis e à autoridade do governante que os representa, chamam-se *súditos*.

Como Hobbes atribui a soberania àquele a quem o direito natural foi transferido para que assegure paz e segurança, o regime político que lhe parece mais capaz de realizar essa finalidade é a monarquia. Ao contrário, para Rousseau, sendo a soberania sempre popular ou do povo, o regime que melhor realizaria as finalidades do contrato social é a democracia direta ou participativa.

A teoria liberal

A burguesia e a propriedade privada

No pensamento político de Hobbes e de Rousseau, a propriedade privada não é um direito natural, mas civil. Mesmo que no estado de natureza (em Hobbes) e no estado de sociedade (em Rousseau) os indivíduos se apossem de terras, de outros indivíduos e de bens, essa posse é o mesmo que nada, pois não existem leis para garanti-las. O direito civil, ao contrário, assegura a posse por meio das leis e a legitima na forma de propriedade privada.

A teoria da legitimidade civil da propriedade privada, porém, não era suficiente para a burguesia em ascensão, cujo poder e prestígio estavam fundados na propriedade privada da riqueza. De fato, embora o capitalismo se consolidasse e o poderio econômico da burguesia só fizesse crescer, em toda a Europa o regime político permanecia monárquico. Com isso, o poderio político da realeza e o prestígio social da nobreza também persistiam.



O contrato de casamento, primeira pintura da série *Casamento à moda* (1743-1745), de William Hogarth. A obra retrata as núpcias do filho de um conde, membro da nobreza tradicional, e da filha de um rico comerciante.

Para que seu poder econômico pudesse enfrentar o poder político dos reis e das nobrezas, a burguesia precisava de uma teoria que lhe desse legitimidade tão grande ou maior do que o sangue e a hereditariedade davam à realeza e à nobreza. Se o sangue e a hereditariedade davam à realeza e à nobreza um fundamento natural para o poder e o prestígio, a burguesia precisava que seu poder econômico também tivesse um fundamento natural que lhe garantisse poder.

A teoria que atendeu aos interesses da burguesia foi a da *propriedade privada como direito natural* e sua primeira formulação coerente foi feita pelo filósofo inglês John Locke (1632-1704). Locke partiu da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são conseguidos pelo **trabalho**.

Como o trabalho pode legitimar a propriedade privada como direito natural? Deus, escreve Locke, é um artífice, um obreiro, arquiteto e engenheiro que fez uma obra: o mundo. O mundo é domínio e propriedade de seu criador. Ora, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, deu-lhe o mundo para que nele reinasse e, ao expulsá-lo do Paraíso, não lhe retirou o domínio do mundo, mas lhe disse que o teria com o suor de seu rosto. Se o Universo, fruto do trabalho divino, é propriedade privada de Deus, as coisas do mundo, frutos do trabalho humano, são propriedade privada do ser humano. Por isso, de origem divina, ela é um direito natural.

O Estado existe a partir do contrato social e sua principal finalidade é garantir o direito natural de propriedade. Dessa maneira, a burguesia se vê inteiramente legitimada perante a realeza e a nobreza. Mais do que isso: se considera superior a elas, uma vez que o burguês acredita que é proprietário graças ao seu próprio trabalho, enquanto reis e nobres são parasitas da sociedade ou do trabalho alheio.

O burguês não se vê apenas como superior social e moralmente aos nobres, mas também como superior aos pobres. De fato, se Deus fez todos os indivíduos iguais, se a todos deu a missão de trabalhar e a todos concedeu o direito à propriedade privada, então os pobres são culpados por sua condição inferior. Como não são proprietários, têm a obrigação de trabalhar para outros. São pobres porque são irresponsáveis, gastando o salário em vez de acumulá-lo para adquirir propriedades, ou porque são preguiçosos e não trabalham o suficiente para conseguir uma propriedade.

Trabalho, herança e poder

O argumento de que um indivíduo é pobre porque não trabalhou o suficiente ou não soube usar bem seus recursos é muito utilizado na atualidade. Como vimos, ele foi construído conforme a burguesia conseguiu legitimar seu poder econômico. No entanto, embora tenha derrubado a ideia de que o poder e o prestígio são, por nascimento, direitos dos nobres e da realeza, a burguesia não fez objeção à manutenção da hereditariedade da propriedade privada. Ao contrário, incentivou a instituição da herança de bens, regulamentando-a.

Como vimos no Capítulo 16, a ideologia incentiva a procriação porque ela garante a transmissão do capital aos herdeiros. No entanto, nos termos da teoria liberal, isso cria uma contradição, na medida em que o herdeiro usufrui propriedades que não são fruto de seu próprio trabalho. No próximo capítulo, veremos em mais detalhes como opera a ideologia da competência técnico-científica, outro aspecto que perpetua a situação de classe.

O Estado liberal

Se a função do Estado não é a de criar a propriedade privada, e sim a de garanti-la como um direito natural e defendê-la contra a nobreza e os pobres, qual é o poder do soberano?

Com base nas ideias de Locke, dos realizadores da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa (século XVIII) e de pensadores como o escocês Adam Smith (1723-1790) e o alemão Max Weber (1864-1920), podemos dizer que, para a teoria liberal, a função do Estado é garantir três liberdades ou direitos:

1. o direito natural de propriedade e a liberdade econômica: como o Estado não instituiu a propriedade, ele não tem poder para nela interferir. No entanto, tem o dever de assegurá-la, por meio de leis e do direito exclusivo para o uso legal da violência (exército e polícia).

Para entendermos o alcance dessa ideia, precisamos lembrar que, na forma inicial do capitalismo, o comércio era a atividade econômica mais importante para a acumulação do capital. Conhecida como mercantilismo, essa forma do capitalismo levou às grandes navegações e à formação dos grandes impérios ultramarinos. Para sustentar seu poder político, os reis ou as coroas europeias passaram a controlar, pelo chamado monopólio régio, todo esse comércio. Deles dependiam as concessões para viagens e a exploração de novas terras, preços dos produtos, tarifas, impostos e exclusividades.

O monopólio régio era um obstáculo ao desenvolvimento econômico da burguesia. Contra ele, a burguesia exigia a liberdade de mercado para o desenvolvimento do capitalismo, tanto no comércio quanto na produção. Eis por que essa teoria é chamada **liberal** ou **liberalismo**, pois defende que o Estado respeite a liberdade econômica dos proprietários privados, deixando que façam as regras e as normas das atividades econômicas segundo as necessidades do próprio mercado ou da própria economia.

2. a liberdade de organização civil: visto que os proprietários privados são capazes de estabelecer as regras e as normas da vida econômica numa esfera que não é estatal, intercala-se entre o Estado e o indivíduo uma esfera social, a sociedade civil. Ou seja, diferentemente do que pensavam Hobbes e Rousseau, a **sociedade civil** não é o Estado, e sim a esfera dos interesses dos proprietários privados. Sem poder para interferir na sociedade civil, o Estado tem apenas a função de arbitrar, por meio das leis e da força, os conflitos no interior dela.

Aqui, novamente, o liberalismo considera que a sociedade civil deve ter liberdade para se organizar e para realizar as ações econômicas sem interferência do poder de Estado. O Estado pode intervir somente quando as relações sociais entre indivíduos privados infringirem as leis públicas ou prejudicarem o que é público.

3. liberdade de pensamento: o Estado tem o direito de legislar, permitir e proibir tudo o que pertença à esfera da vida pública, mas não tem o direito de intervir sobre a esfera privada. O Estado deve garantir a liberdade de consciência e de pensamento de todos os governados e só poderá exercer censura nos casos em que as opiniões ponham em risco o próprio Estado.

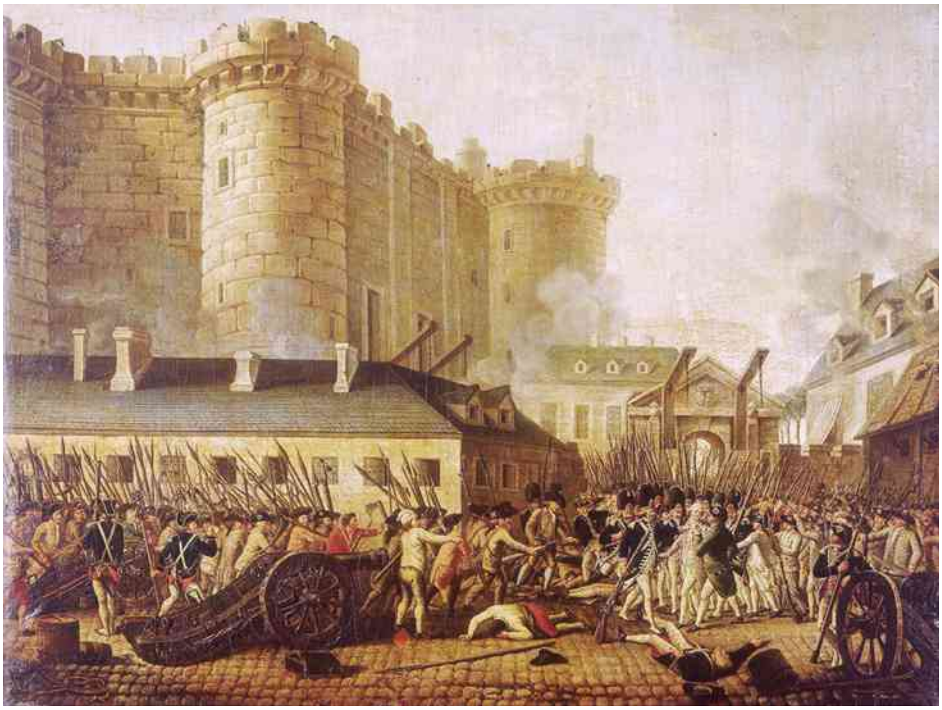
A ascensão do liberalismo

Do ponto de vista prático, as monarquias absolutistas terminaram com as revoluções burguesas (como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa). Do ponto de vista teórico, terminaram quando a teoria política consagrou a propriedade privada como direito natural dos indivíduos, e não como uma concessão feita pelo soberano.

O que as teorias políticas liberais afirmam?

- Afirmam que o indivíduo é a origem e o destinatário do poder político, e este nasce de um contrato social voluntário, no qual os contratantes cedem poderes, mas não cedem sua individualidade. *O indivíduo é o cidadão*.
- Afirmam também a existência de uma esfera de relações sociais separadas da vida privada (a família) e da vida política (o Estado). Essa esfera é a sociedade civil organizada. Nela, proprietários privados e trabalhadores criam suas organizações de classe, realizam contratos, disputam interesses e posições sem que o Estado possa aí intervir, a não ser que uma das partes lhe peça para arbitrar os conflitos ou que uma das partes aja de modo que pareça perigoso para a manutenção da própria sociedade.
- Afirmam o caráter republicano do poder, constituído por três poderes: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. O Estado é o poder público e nele os interesses dos proprietários devem estar representados por meio do Poder Judiciário e de parlamentos, com membros eleitos por seus pares. Quanto ao Poder Executivo, em caso de monarquia, pode ser hereditário, mas o rei deve se submeter às leis como os demais súditos. Em caso de democracia, será eleito por voto censitário, isto é, são eleitores apenas os cidadãos que possuírem certa renda ou riqueza.
- Afirmam também que o Estado, por meio da lei e da força, tem o poder para dominar e para reprimir. Seu papel é a *garantia da ordem pública*, tal como definida pelos proprietários privados e seus representantes.

O Estado liberal se apresenta, portanto, como república representativa constituída de três poderes: o Executivo (encarregado da administração dos negócios e serviços públicos), o Legislativo (parlamento encarregado de instituir as leis) e o Judiciário (magistraturas de profissionais do direito, encarregados de aplicar as leis). Tem um corpo de militares profissionais, as Forças Armadas – exército e polícia –, encarregadas da ordem interna e da defesa ou do ataque externos. Possui também um corpo de servidores ou funcionários públicos que formam a burocracia, encarregada de cumprir as decisões dos três poderes perante os cidadãos.



Collection Roger-Viollet/Agência France-Presse

Pintura anônima do século XVIII que integra o acervo do Museu de História da França. A obra retrata o confronto entre as tropas revolucionárias e a guarda real no dia da queda da Fortaleza da Bastilha, prisão em Paris onde se encarceravam líderes populares e pessoas consideradas inimigas da monarquia francesa.

A cidadania liberal

Por muito tempo, o pensamento liberal julgou inconcebível um não proprietário exercer o direito de voto ou tornar-se um representante num dos três poderes. Ao definir que os cidadãos eram os homens adultos livres e independentes, os liberais entendiam que aqueles que não possuíssem propriedade privada não eram livres, e sim dependentes. Dessa maneira, estavam excluídos da cidadania e do poder político os trabalhadores e as mulheres, isto é, a maioria da sociedade. Os Estados Unidos foram, em parte, uma exceção, pois os trabalhadores homens brancos foram considerados cidadãos a partir do século XVIII.

Desde o século XVIII até nossos dias, lutas populares intensas forçaram o Estado liberal a ampliar a cidadania política e a se tornar uma *república democrática representativa*. Não deixa de ser espantoso o fato de que a cidadania plena e o sufrágio universal só vieram a existir no século XX, como conclusão de um longo processo de lutas sociais, populares e políticas. As mulheres conquistaram o direito de voto nos Estados Unidos e na Inglaterra somente nos anos 1920, enquanto na França elas só alcançaram plena cidadania em 1946.

Os negros do sul dos Estados Unidos só se tornaram cidadãos plenos nos anos 1960. Também é importante lembrar que, sob a democracia liberal, os indígenas de países da América Latina ficaram por muito tempo excluídos da cidadania, e que os negros da África do Sul votaram pela primeira vez somente em 1994. As lutas indígenas pela cidadania, em nosso continente, e as africanas continuam até nossos dias.

No Brasil, durante o Império, o voto era censitário, ou seja, com base na riqueza ou na propriedade privada, excluindo trabalhadores brancos e negros, os analfabetos e as mulheres. Após a Proclamação da República, o voto deixou de ser censitário, porém não era secreto, e sim aberto (o eleitor assinava seu voto num livro aberto sob os olhos dos chefes políticos locais). Assim, os eleitores ficavam sujeitos à pressão dos que detinham o poder político e econômico – instituía-se, assim, o chamado "voto de cabresto".



Alfredo Dagli Orti/The Art Archive/The Picture Desk/Agência France-Presse

Esta imagem de 1909 retrata uma sufragista em greve de fome sendo alimentada à força pelas autoridades britânicas. As mulheres do Reino Unido só conquistariam o direito ao voto na década de 1920.

Além disso, os analfabetos (na época, a maioria da população brasileira) e as mulheres continuavam excluídos da participação política. As mulheres conquistaram esse direito somente em 1932, mesmo ano em que o voto tornou-se secreto. O sufrágio só se tornou universal no final dos anos 1980, quando os analfabetos passaram a ter direito ao voto.

A ideia de revolução

Como vimos, a política liberal resultou de acontecimentos econômicos e sociais que impuseram mudanças na concepção do poder do Estado, considerado instituído pelo consentimento dos indivíduos por meio do contrato social. As **revoluções burguesas** foram decisivas nesse processo e resultaram também em mudanças na estrutura econômica, na sociedade e na política, efetuadas pela classe social emergente, a burguesia.

As classes populares e as revoluções burguesas

O resultado de todas as revoluções burguesas foi o mesmo: a subida e a consolidação da burguesia como classe política dominante. Depois de derrotar a realeza e a nobreza e passar a dominar o Estado, a burguesia julgava que não havia mais transformações a serem realizadas. No entanto, também houve movimentos


Flavio de Barros/Arquivo Museu da República

Sobreviventes do arraial de Canudos são observados por jagunços (ao fundo), em 1897, após o desfecho da Guerra de Canudos. Contra a exclusão social e a recém-implementada República, as classes populares se uniram em torno de um líder messiânico: Antônio Conselheiro (1830-1897).

populares radicais no interior das revoluções burguesas, que o filósofo francês Régis Debray (1940-) denominou "revoluções nas revoluções". As classes populares, que haviam participado da vitória da classe burguesa, desejavam muito mais: ansiavam instituir uma sociedade inteiramente nova, justa, livre e feliz.

Ora, as classes populares ocidentais não possuíam teorias políticas de tipo filosófico e científico. Para explicar o mundo em que viviam e o mundo que desejavam, dispunham de uma única fonte: a Bíblia. Por meio da religião, possuíam duas referências de justiça e de felicidade: a imagem do Paraíso terrestre (no Antigo Testamento) e o Reino de Deus na Terra ou Nova Jerusalém (no Novo Testamento), que restauraria o Paraíso depois que Cristo voltasse ao mundo e, no fim dos tempos, derrotasse para sempre o Mal. As classes populares revolucionárias dispunham, portanto, de um imaginário *messiânico* e *milenarista*, ligado à ideia de uma promessa salvadora que livraria a humanidade dos males e das penas.

Comparando liberalismo e movimentos revolucionários

Se compararmos os movimentos revolucionários dos séculos XVII e XVIII com a teoria política liberal, notaremos uma diferença importante entre eles. O coração das teorias liberais é a *separação entre o Estado e a sociedade civil*. Essa distância entre Estado e sociedade permite ao liberalismo defender a ideia de liberdade econômica (ou de mercado) e de liberdade de ação social distinta da ação pública ou política.

O Estado aparece como instância impessoal e pública de dominação que estabelece e aplica as leis, garante a ordem por meio do uso legal da violência para punir todo crime definido pelas leis e arbitra os conflitos sociais. O centro do Estado é a *garantia da propriedade privada*, sem, contudo, mesclar política e sociedade.

A sociedade civil, por sua vez, aparece como um conjunto de relações sociais diversificadas entre classes e grupos sociais, cujos interesses e direitos podem coincidir ou opor-se. Nela existem as relações econômicas de produção, distribuição, acumulação de riquezas e consumo de produtos que circulam no mercado. O centro da sociedade civil é a *propriedade privada*, que diferencia indivíduos, grupos e classes sociais.

As revoluções, entretanto, sobretudo quando se trata dos grupos populares, não estabelecem uma diferença entre Estado e sociedade, entre ação política e relações sociais. As revoluções pretendem derrubar o poder constituído ou o Estado porque o percebem como responsável ou cúmplice das desigualdades e injustiças existentes na sociedade.

A percepção de injustiças sociais leva às ações políticas. Uma revolução pode começar como luta social que desemboca na luta política contra o poder (a face burguesa das revoluções) ou pode começar como luta política que desemboca na luta por outra sociedade (a face popular das revoluções).

Eis por que, em todas as revoluções burguesas, vemos sempre acontecer o mesmo processo:

- a burguesia estimula a participação popular porque precisa que a sociedade toda lute contra o poder existente;
- consolidada a mudança política, a burguesia considera a revolução terminada;
- as classes populares, porém, prosseguem a revolução, pois aspiram ao poder democrático e desejam mudanças sociais;
- a burguesia vitoriosa passa então a reprimir as classes populares revolucionárias, desarma o povo que ela própria armara, prende, tortura, mata os chefes populares e encerra, pela força, o processo revolucionário;
- por fim, a burguesia garante, com o liberalismo, a separação entre Estado e sociedade.

Collection Roger-Viollet/Agência France-Presse



Foto de barricada feita por membros da milícia operária de Paris, em 1871. Como a ascensão da burguesia ao poder e a posterior restauração da monarquia na França impediram a realização plena das aspirações populares, milhares de mulheres e homens voltaram às ruas em 1848, 1852 e 1871.

As revoluções sociais

Nas revoluções modernas, a face popular é sufocada pela face liberal, embora esta última seja obrigada a garantir alguns direitos políticos e sociais para o povo, a fim de evitar a explosão contínua de revoltas. No entanto, a face popular vencida não desaparece. Ressurge periodicamente em lutas isoladas por melhores condições de vida e com reivindicações isoladas de participação política. Durante todo o século XIX, essa face popular cresceu e manifestou-se em novas revoluções (derrotadas). Esse processo era intensificado à medida que se desenvolvia o capitalismo industrial e que as classes populares se constituíam como uma classe social de perfil muito definido: os *proletários* ou *trabalhadores industriais*.

A classe trabalhadora proletária criava uma identidade cada vez mais definida. Sua ação política em revoluções populares de caráter político-social propiciou a criação de novas teorias políticas: as várias teorias socialistas.

O pensamento socialista tem um ponto de partida diverso do liberal. Para explicitar essa diferença, comparemos o liberalismo com o pensamento do mais conhecido teórico socialista, Karl Marx (1818-1883). O pensamento liberal considera que indivíduos isolados e portadores de interesses particulares passam da luta de todos contra todos ao contrato social, instituindo o Estado para sua proteção. Além disso, as análises econômicas liberais partem da noção de propriedade privada como direito natural.

Diferentemente dos liberais, Marx baseou sua análise na existência de *classes sociais antagônicas* (à maneira da divisão social descrita por Maquiavel). No caso da sociedade capitalista, essa divisão ocorre entre os proprietários privados dos meios de produção (a burguesia) e a força produtiva excluída dessa propriedade e explorada pelos proprietários a fim de reproduzir o capital e o poder da burguesia (os trabalhadores assalariados).

Em vez da noção de propriedade privada, a teoria marxiana partiu do conceito de *propriedade privada dos meios sociais de produção*. Esse conceito indica que uma classe social detém em suas mãos e com exclusividade as condições para que os trabalhadores possam trabalhar. Por ser a detentora da propriedade privada dos meios de produção, a burguesia explora os trabalhadores, que só podem sobreviver vendendo-lhe o único bem que possuem: sua força de trabalho, vendida por um salário fixado pela própria burguesia.

Marx dizia que, ao priorizar o indivíduo, a fim de dissolver a noção de classe social e de luta de classes, a ideologia liberal reduz os conflitos entre classes sociais antagônicas a conflitos de interesses individuais. Ao determinar que a função do Estado é meramente regular esses conflitos, a ideologia liberal serve aos interesses da burguesia.

Marx afirmava que a revolução socialista ou comunista não seria, como a burguesa, uma revolução política para mudar os donos do poder. A revolução socialista seria uma *revolução social* organizada por uma classe social consciente de si (a classe trabalhadora) para terminar com a exploração e a dominação de classe, fundadas na propriedade privada dos meios sociais de produção.

O fim da propriedade *privada* dos meios sociais de produção por meio de sua transformação em propriedade *social* dos meios sociais de produção não significaria o fim da propriedade privada individual de bens necessários ao bem-estar, à vida digna, ao trabalho criativo, ao lazer. Essa propriedade individual seria mantida, mas seria definida em conformidade com o seguinte princípio igualitário: "A cada um, segundo suas necessidades, seus méritos e seu trabalho".

As teorias socialistas tomam o proletariado como *sujeito político e histórico* e procuram figurar uma nova sociedade e uma nova política, nas quais a exploração dos trabalhadores, a dominação política a que estão submetidos e as exclusões sociais e culturais a que são forçados deixem de existir.

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia, História e Sociologia.

O advento dos sindicatos é consequência da tomada de consciência dos trabalhadores como sujeitos da história. O sindicalismo no Brasil teve seu primeiro momento de luta pelo protagonismo político nas primeiras décadas do século XX, numa época em que a industrialização brasileira ganhava fôlego. Hoje, os sindicatos atuam principalmente como protetores dos direitos dos trabalhadores, além de proporcionar cursos, assistência médica, lazer, etc.



Irmo Celso/Arquivo da editora

Assembleia de metalúrgicos em greve, na região do ABC, na Grande São Paulo, em 1979.

1. Converse com seus pais e com pessoas empregadas. Pergunte a eles se são sindicalizados e o que acham da atuação dos sindicatos. Pesquise na internet sobre esse tipo de organização. Depois, escreva um pequeno texto com base nas informações coletadas.

2. De que forma os processos atuais de transformação das relações de trabalho afetam o papel dos sindicatos como núcleos de organização política dos trabalhadores? Para você, os trabalhadores têm hoje condições melhores ou piores do que há 30 anos para se organizar e reivindicar coletivamente seus direitos? Justifique.

Em síntese

1. De que forma o pensamento do Renascimento contribuiu para a criação de um ideal político republicano?
2. Quais traços comuns existentes entre as teorias políticas medievais e renascentistas foram contestados por Maquiavel? Como ele fez isso?
3. Qual é a divisão originária da sociedade segundo Maquiavel?
4. Para Maquiavel, o príncipe virtuoso está atento à diferença entre o *éthos* político e o *éthos* moral.
   a) No que consiste essa diferença? Por que Maquiavel dava importância à consciência sobre ela?
   b) Quais eram suas consequências para a ideia de soberania na política?
5. Quais acontecimentos ocorridos no fim da Idade Média levaram à formação da burguesia e às mudanças políticas da modernidade?
6. Explique a origem da ideia de indivíduo.
7. Como Hobbes e Rousseau pensaram os conceitos de estado de natureza e contrato social?
8. O que era o jusnaturalismo ou direito natural? Qual é a inovação social que ele evidenciava?
9. Como Locke relacionava a propriedade privada ao direito natural? O que o levou a pensar sobre isso?
10. Que consequências a teoria da propriedade privada de Locke trouxe para a sociedade ocidental?
11. Como os pensamentos de Hobbes, Locke e Rousseau se relacionavam a acontecimentos em curso em seus países? Localize na linha do tempo a época desses autores e pesquise, em livros e na internet, o contexto em que viviam.
12. Qual é a função do Estado segundo a teoria liberal? Como se dá, na prática, a atuação do Estado liberal?
13. De acordo com a política liberal, o que era o voto censitário? Quem estava excluído politicamente?
14. Como se deu a ampliação do direito ao voto no Brasil?
15. Explique, dando exemplos, o que quer dizer a expressão "revolução na revolução".
16. Como as teorias socialistas conceberam as revoluções?
17. O que Marx quis dizer com o conceito de propriedade privada dos meios sociais de produção? Como essa ideia retomou a afirmação de Maquiavel sobre a divisão social?
18. Como a propriedade privada individual de bens será mantida em uma sociedade socialista?

Indicações

Os miseráveis (minissérie)

- **Direção de Josée Dayan. França/Itália/Alemanha/Estados Unidos/Espanha, 2000.**

Minissérie adaptada do romance de mesmo nome do escritor francês Victor Hugo. Depois de ficar preso durante anos por ter roubado pão para alimentar sua família, Jean Valjean (Gérard Depardieu) é posto em liberdade. No entanto, sofre com a perseguição do inspetor Javert (John Malkovich), que acredita que um criminoso nunca deixará de ser um criminoso.

Christophel Collection/Agb Photo



Gérard Depardieu (ao centro) como Jean Valjean, em cena da minissérie *Os miseráveis*.

As sufragistas

- **Direção de Sarah Gavron. Inglaterra, 2015.**

Apesar dos avanços nos direitos na Inglaterra, no início do século XX as mulheres ainda não conseguiram conquistar o direito de voto. Ao se envolver com um movimento que realiza ações de insubordinação para chamar a atenção para a causa, a jovem Maud Watts (Carey Mulligan) passa a enfrentar a oposição de setores tradicionalistas da sociedade e de sua família.



Cena do filme *As sufragistas*, dirigido por Sarah Gavron.

Christophel Collection/Agb Photo

A cultura do Renascimento na Itália

- **Escrito por Jacob Burckhardt. Companhia de Bolso, 2009.**

Este ensaio identifica na história política, cultural e religiosa dos séculos XIV, XV e XVI um fio condutor: o surgimento do individualismo moderno. O livro oferece um retrato do contexto histórico e social no qual vai irromper uma das maiores revoluções na filosofia política: o pensamento de Maquiavel.

CAPÍTULO 32

A questão democrática

Jales Valquer/Fotoarena



A DEMOCRACIA EM INVENÇÃO

O que se quer dizer com a frase "Vivemos em uma democracia"? O restabelecimento de eleições livres e da liberdade de expressão foram suficientes para garantir a democracia no Brasil? Será que a conquistamos completamente? Ou seria ela uma forma em constante invenção, movida pela conquista de mais direitos, pela manutenção dos que já existem e pelo trabalho com as diferenças? Na imagem, de 2016, manifestantes – em sua maioria estudantes da rede pública – ocupam o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo exigindo investigações sobre suspeitas de desvio de verbas destinadas à merenda escolar.

A sociedade democrática

Vimos no Capítulo 16 que uma ideologia não nasce do nada nem repousa no vazio, mas exprime, de maneira invertida, dissimulada e imaginária, a existência social e histórica concreta. Isso se aplica à ideologia liberal quando define a democracia. Segundo a ideologia liberal, a democracia é o regime político da lei e da ordem, cujo fim é garantir interesses e liberdades individuais. Essa definição corresponde à maneira como o liberalismo concebe a sociedade – isto é, como um campo de interesses particulares conflitantes – e a liberdade – isto é, como a livre competição entre indivíduos no mercado. Em resumo, a ideologia liberal desconsidera a divisão social das classes, a exploração econômica, a dominação política e a exclusão cultural.

As práticas e as ideias democráticas, no entanto, revelam uma profundidade muito maior e superior ao que o liberalismo afirma, pois uma política democrática pressupõe a existência de uma *sociedade democrática*, como veremos adiante. Examinemos uma prática política e uma característica que o liberalismo julga definidoras da democracia: as eleições e a existência de situação e oposição, maioria e minoria.

O que significam as eleições? Para a ideologia liberal, elas se reduzem à rotatividade de governos ou à alternância no poder. Ora, elas são muito mais do que isso, pois simbolizam o essencial da democracia: que o poder não pertence aos ocupantes do governo, mas aos cidadãos. Os cidadãos periodicamente preenchem os espaços de poder com representantes, cujos mandatos podem não ser renovados se não cumprirem o que lhes foi delegado para representar.

O que significam, em um contexto político, situação e oposição, maioria e minoria? Para a ideologia liberal, se referem às vontades individuais que devem ser respeitadas e garantidas pela lei. Na realidade, porém, significam que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum, obtido por consenso, mas, ao contrário, está internamente dividida, e essas divisões são legítimas, podendo expressar-se publicamente.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Eleitora vota na cidade de Curitiba (PR) em uma urna de identificação biométrica. Ela foi um dos 7,7 milhões de eleitores que tiveram sua identidade verificada por meio da leitura da impressão digital nas eleições de 2012.

A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo, permitindo que ele seja trabalhado politicamente pela própria sociedade. Quando o conflito não se manifesta politicamente, pode se transformar em confronto violento e dar origem a ditaduras e tiranias.

Os direitos e a democracia

Por sua vez, as ideias de igualdade e liberdade como direitos dos cidadãos são concebidas pela ideologia liberal como resultado de uma regulamentação jurídica formal pelo Estado. Na realidade, porém, elas significam que os cidadãos são *sujeitos de direitos* e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, deve-se lutar por eles e exigi-los.

Um **direito** se opõe a um **privilégio**. Um direito é universal, válido para todos os membros de uma sociedade, enquanto o privilégio significa a posse apenas por alguns.

Um direito também difere de uma **necessidade** ou carência. Uma necessidade ou carência é algo particular e específico. Um grupo social pode ter necessidade

de água; outro, de comida; outro, de transportes; outro, de hospitais. Há tantas necessidades ou carências quanto grupos sociais.

Um direito, por fim, também é diferente do **interesse**. Assim como a necessidade ou carência, um interesse também é algo particular e específico. Os interesses dos estudantes brasileiros podem ser diferentes dos interesses dos estudantes argentinos. Os interesses dos bancários, diferentes dos interesses dos banqueiros. Os dos indígenas, diferentes dos interesses dos madeireiros.

Interesses podem ser conflitantes. Suponhamos que interesse a grandes proprietários de terras deixar suas propriedades inativas para esperar pela valorização imobiliária, mas que interesse aos trabalhadores rurais sem-terra cultivar alimentos para a sobrevivência. Ou então suponhamos que interesse aos lojistas estabelecer um horário de trabalho que aumente as vendas, mas que interesse aos comerciários outro horário, no qual possam dispor de horas para estudar, cuidar da família e descansar. Temos aí conflitos de interesses.

Um direito, ao contrário de necessidades ou carências e interesses, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito universal à vida. A carência de moradia ou de transporte também manifesta algo mais profundo: o direito a boas condições de vida. Da mesma maneira, um interesse pode estar referido a um direito: o interesse dos estudantes se refere ao direito à educação e à informação; o dos sem-terra, ao direito ao trabalho.

A democracia não é apenas um regime de governo. Dizemos que uma *sociedade* é democrática quando, além de eleições livres, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui e garante algo mais profundo, que é condição do próprio regime político: os *direitos*.

Os direitos fundamentais

Quando a democracia foi inventada pelos atenienses, por volta do século V a.C., foram instituídos três direitos fundamentais que definiam o cidadão: *igualdade*, *liberdade* e *participação no poder*. Examinemos o significado desses três direitos fundamentais.

1. *Igualdade* significa que, perante as leis, todos os cidadãos possuem os mesmos direitos e devem ser tratados da mesma maneira.

Por esse motivo, como vimos no Capítulo 30, Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) afirmava que a justiça devia igualar os desiguais pela redistribuição da riqueza social e pela garantia de participação no governo. Pelo mesmo motivo, como vimos no Capítulo 31, Karl Marx (1818-1883) afirmava que a igualdade só se concretizaria quando não houvesse escravos, servos e assalariados explorados, e a cada um fosse dado segundo suas necessidades, seus méritos e seu trabalho.



Roosevelt Cassio/Reuters/Latinstock

Policiais bloqueiam acesso ao bairro Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), durante cumprimento do mandado de reintegração de posse do terreno, em janeiro de 2012.

As observações de Aristóteles e de Marx indicam que a mera declaração do direito à igualdade não faz existir os iguais, mas abre o campo para a criação da igualdade por meio das exigências e demandas dos sujeitos sociais. Em outras palavras, declarado o direito à igualdade, a sociedade pode instituir formas de reivindicação para criá-lo como um direito real.

2. *Liberdade* significa que nenhum cidadão pode estar submetido à vontade de outro. Significa também, por extensão, que todo cidadão tem o direito de expor em público seus interesses e suas opiniões, defendê-los, vê-los debatidos pelos demais e aprovados ou rejeitados, devendo acatar a decisão tomada politicamente.

Na modernidade, com a Revolução Francesa de 1789, o direito à liberdade ampliou-se. Além da liberdade de pensamento e de expressão, esse direito passou a abranger também o direito à independência para escolher o ofício, o local de moradia, o tipo de educação, o cônjuge, etc.

Expressão máxima dos ideais da Revolução Francesa, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão acrescentou um direito de enorme importância. Declarava-se que, perante um tribunal, todo indivíduo é inocente até que se prove o contrário e que a liberação ou punição devem ser dadas segundo a lei.

Com os movimentos socialistas, a partir do século XIX, a luta social por liberdade ampliou ainda mais esse direito. Foi acrescentado o direito de lutar contra todas as formas de tirania, censura e tortura e contra todas as formas de exploração e dominação social, econômica, cultural e política.

Observamos aqui o mesmo que no caso da igualdade: a simples declaração do direito à liberdade não a institui concretamente, mas abre o campo histórico para a *criação real* desse direito pela ação humana.

3. *Participação no poder* significa que todos os cidadãos têm o direito de participar das discussões e deliberações públicas, propondo medidas, votando ou revogando decisões.

Esse direito tem um sentido muito preciso: afirma que, do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir. A política não é uma questão técnica (de eficácia administrativa e militar) nem científica (de conhecimentos especializados sobre administração e guerra), mas uma decisão coletiva sobre os interesses e direitos da própria sociedade.

Manish Swarup/Associated Press/Glow Images



Edu Lauton/UnB Agência/Creative Commons



Estudante expõe seus argumentos em assembleia de alunos da Universidade de Brasília, em 2012.

Manifestante protesta pedindo a implementação de política de cotas no setor privado para castas historicamente discriminadas na Índia, na capital Nova Délhi, em 2012. A liberdade é a recusa das hierarquias fixas.

Representação política

A democracia moderna é representativa, diferentemente da democracia ateniense, que era direta. O direito à participação tornou-se, portanto, indireto, sendo exercido por meio da escolha de representantes. Ao contrário dos outros dois direitos fundamentais, a participação no poder parece ter sido reduzida em lugar de ampliada. Essa aparência é falsa e verdadeira.

Falsa porque a democracia moderna resultou da luta republicana contra as monarquias absolutistas. Em relação a essas monarquias, a democracia moderna foi um avanço, pois instituiu a participação dos cidadãos no poder, ainda que sob a forma da escolha de representantes.

Verdadeira porque, como vimos no Capítulo 31, a república liberal inicialmente limitou o direito político de representar e de escolher representantes aos proprietários dos meios de produção e aos profissionais liberais da classe média, por meio do voto censitário. Ou seja, limitou os direitos políticos aos homens brancos adultos considerados "independentes" e excluiu os indivíduos considerados "dependentes", isto é, as mulheres e os trabalhadores brancos e os grupos étnico-raciais chamadas de "minorias", como os negros e os indígenas.

Entretanto, as lutas socialistas e populares forçaram a ampliação dos direitos políticos, levando à criação do sufrágio universal (pelo qual todos são cidadãos eleitores: homens, mulheres, jovens, negros, analfabetos, trabalhadores, indígenas) e à garantia da elegibilidade de qualquer um que, não tendo sido condenado por um crime, se apresente para um cargo eletivo. Vemos aqui, portanto, o mesmo que nos direitos anteriores: lutas sociais que transformam a simples declaração de um direito em direito real.

As lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos (civis) e, com base nestes, criaram os direitos sociais – direito ao trabalho, à moradia, à saúde, ao transporte, à educação, ao lazer, à cultura –, os direitos das chamadas "minorias" – mulheres, idosos, negros, homossexuais, transexuais, pessoas com deficiência, crianças, indígenas – e o direito à segurança planetária – as lutas ecológicas e contra as armas nucleares. As lutas por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura; direito de fiscalizar o Estado por meio de organizações da sociedade (associações, sindicatos); direito à informação pela publicidade das decisões estatais.

Traços da democracia

A sociedade democrática institui direitos por meio da abertura do campo social à *criação de direitos reais*, à *ampliação de direitos existentes* e à *defesa de direitos conquistados*. Com isso, encontramos os principais traços que diferenciam a democracia de todas as outras formas sociais e políticas:

1. *isonomia* (igualdade dos cidadãos perante a lei) e *isegoria* (direito de todos para expor suas opiniões): a democracia se baseia na afirmação de que todos são iguais porque são livres. Ninguém está sob o poder de outro porque todos obedecem às mesmas leis, das quais todos são autores. Por isso, o maior problema da democracia numa sociedade de classes, marcada pela desigualdade real, é manter seus princípios de igualdade e liberdade;

2. *legitimidade e necessidade do conflito*: na democracia, buscam-se mediações institucionais para que se possa manifestar e resolver os conflitos entre necessidades e interesses de grupos e classes sociais. A legitimidade dos conflitos explica a existência de diferentes partidos políticos, sindicatos, associações de categorias, movimentos sociais, movimentos populares;

3. *direitos como solução para a efetivação da igualdade, da liberdade e da participação no poder*: graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade e afirmam sua liberdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e, sobretudo, a criação de novos direitos;

4. *abertura às mudanças históricas*: somente a democracia, por meio das lutas e da criação de direitos, está aberta às mudanças, pois considera o novo parte essencial de sua existência ou modo de ser;

5. *caráter popular do poder e das lutas sociais*: os direitos são criados ou ampliados somente pela ação das classes populares contra a ordem jurídico-política estabelecida, que favorece a classe dominante;

6. *distinção entre o poder e os governantes*: garantida pela ideia de representação e pelas eleições. Estas não significam mera "alternância no poder", mas assinalam que o detentor do poder é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isso.

Leituras filosóficas

Democracia e igualdade


Claude Lefort, em foto de 1981.

Jean-Regis Roustan/Getty Images

Alguns [pensadores] *falam nos limites da democracia, que se manifestaria, por exemplo, na ideia de igualdade de condições, pois esta produz o inverso de seu sentido: a afirmação do indivíduo singular se apaga no reino do anonimato social; a afirmação da diferença (das crenças, das opiniões, dos costumes) se apaga sob a uniformidade do estabelecido; o espírito inovador se esteriliza na satisfação momentânea dos bens materiais; o reconhecimento do semelhante pelo semelhante se perde com o surgimento da sociedade como entidade abstrata. Essa análise negligencia o essencial, isto é, o trabalho que se faz ou se refaz, a cada vez, no polo no qual a vida social se petrifica. É o que acontece, por exemplo, com o aparecimento de maneiras de pensar e de se exprimir conquistadas contra o anonimato, contra a linguagem estereotipada da opinião. É o que acontece, por exemplo, com o surgimento de reivindicações, de lutas por direitos reais, que colocam em xeque o ponto de vista meramente formal das leis. É, por exemplo, a irrupção de um sentido novo da história e do desdobramento de múltiplas perspectivas do conhecimento histórico que reabrem o tempo contra a petrificação dos costumes e das tradições.* [...] *Devemos reconhecer que, enquanto a aventura democrática perdurar, as contradições se deslocam e o sentido daquilo que acontece permanece em suspenso, pois a criação democrática pode tomar rumos imprevisíveis. Dessa maneira, a democracia se revela a sociedade histórica por excelência, que, em sua forma atual, acolhe e preserva a indeterminação, isto é, não pretende possuir um referencial último que lhe daria uma chave para petrificar o tempo e a ação humana.*

LEFORT, Claude. La question démocratique. In: LACOUE-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *Le retrait du politque.* Paris: Galilée, 1983. p. 80. Texto traduzido.

1. De acordo com alguns autores, a democracia possui limites insuperáveis. Como eles exemplificam essa ideia, segundo o texto acima?

2. Claude Lefort (1924-2010) oferece exemplos contrários aos dos autores mencionados na questão anterior. Comente dois dos exemplos por ele oferecidos.

3. De acordo com Lefort, o que significa dizer que a democracia acolhe a indeterminação? Considere o que você estudou a respeito dos traços da democracia.

Obstáculos à igualdade e à liberdade

Liberdade, igualdade e participação conduziram à célebre formulação da política democrática como "governo do povo, pelo povo e para o povo". Entretanto, na sociedade democrática, o povo está dividido em classes – sejam os ricos e os pobres (Aristóteles), sejam os grandes e o povo (Maquiavel), sejam as classes sociais antagônicas (Marx). Essas divisões não são ocultadas, e sim trabalhadas por meio das instituições e das leis, apesar dos imensos obstáculos que o capitalismo impõe a esse trabalho, na medida em que o conflito dos interesses é criado pela exploração de uma classe social por outra.


Voluntária põe flores sobre tijolos em protesto realizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), pela ONG Rio de Paz, em novembro de 2012. Os 960 tijolos são uma referência ao número de assassinatos cometidos no país semanalmente naquele ano.

Ueslei Marcelino/Reuters/Latinstock

No entanto, justamente por afirmar que todos os seres humanos são livres e iguais, a democracia cria condições para que a liberdade e a igualdade reais possam ser alcançadas. As lutas populares nos países do capitalismo central, por exemplo, ampliaram os direitos dos cidadãos e reduziram a exploração dos trabalhadores, sobretudo com a formação do **Estado do Bem-Estar Social**. Esse modelo de Estado garantiu que a democracia social se expandisse nesses países, e a igualdade e a liberdade dos trabalhadores foram ampliadas.

O preço a pagar pelo desenvolvimento do Estado do Bem-Estar Social nos países do capitalismo central, contudo, foi alto. Com a **divisão internacional do trabalho**, a exploração mais violenta do trabalho pelo capital recaiu nas costas dos trabalhadores dos países da periferia do sistema capitalista, onde as condições de vida e de trabalho se agravaram. Nesses países, foram implantados ditaduras e regimes autoritários, que mantinham algum tipo de aliança com os capitalistas desses países e das grandes potências econômicas.

A partir da década de 1970, o modelo do Estado do Bem-Estar Social entrou em crise. Isso provocou uma mudança profunda no modo de produção capitalista, comprometendo a garantia do direito de igualdade e de liberdade. Para contornar essa crise, os capitalistas recorreram ao **neoliberalismo** e à ideia de que o mercado é capaz, por si mesmo, de controlar racionalmente a economia por meio da competição.

A substituição do modelo do bem-estar social pelo neoliberal afastou o Estado do planejamento econômico e da aplicação dos fundos públicos para a garantia de direitos sociais. Retirar do Estado a responsabilidade pelo planejamento econômico é conhecido como *desregulação*. Com esta palavra, pretende-se afirmar que o capital é racional e pode, por si mesmo, resolver os problemas econômicos e sociais.

Já o abandono das políticas sociais realizado pelo Estado neoliberal é chamado de *privatização*. A privatização não é apenas a venda de empresas públicas para empresas privadas, mas também a transformação de direitos sociais garantidos pelo poder público (como saúde, educação, cultura, etc.) em serviços vendidos e comprados no mercado, isto é, privatizados. A privatização significa o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado.

A formação do Estado neoliberal veio acompanhada pelo desenvolvimento rápido e espantoso das novas tecnologias eletrônicas, que acelerou a comunicação e a informação e automatizou a produção e a distribuição dos produtos. Essa nova tecnologia alterou o processo social do trabalho, causando o desemprego em massa, o surgimento de movimentos racistas e xenofóbicos (contra etnias e imigrantes) e a exclusão social, política e cultural de grandes massas da população.

Em outras palavras, os direitos econômicos e sociais conquistados pelas lutas populares correm perigo por causa da privatização, do encolhimento da esfera pública e do alargamento da esfera dos interesses privados. Hoje o capital pode acumular-se e reproduzir-se excluindo cada vez mais as pessoas do mercado de trabalho e de consumo e não precisa se preocupar em garantir direitos econômicos e sociais aos trabalhadores porque não necessita de seus trabalhos e serviços.

Estado do Bem-Estar Social: conceito de governo implantado nos Estados Unidos após a Grande Depressão, nos anos 1930, e na Europa ocidental, após a Segunda Guerra Mundial. Suas principais características eram: 1) destinação, pelo Estado, de grande parte da riqueza pública para os direitos sociais (saúde, educação, moradia, alimentação, seguro-desemprego, etc.), criando o chamado *salário indireto* como complemento público do salário direto; 2) regulação da economia pelo Estado, tanto por meio de empresas públicas como por meio de leis sobre o funcionamento do mercado; 3) do ponto de vista do capital produtivo, a adoção da produção fordista, isto é, a produção em série e em larga escala, englobando todas as etapas da atividade econômica, desde a produção da matéria-prima até a distribuição do produto no mercado, e controlando, por meio do planejamento e da chamada "gerência científica", a organização do trabalho, dos estoques e dos preços; 4) inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho (ideia de pleno emprego) e, consequentemente, no consumo de massa; 5) formação de monopólios e oligopólios que, embora transnacionais ou multinacionais, tinham como referência reguladora e, em alguns casos, como parceiro ou sócio o Estado nacional no qual operavam.

neoliberalismo: teoria que se opôs ao Estado do Bem-Estar Social, atacando seus encargos sociais e sua função de regulador do mercado. Os teóricos neoliberais afirmavam que tais medidas destruíam a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não haveria prosperidade. Propuseram: 1) o fim dos benefícios sociais ou dos direitos sociais garantidos pelo Estado e o fim das empresas públicas; 2) o fim do planejamento econômico pelo Estado; 3) o predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo; 4) a fragmentação e dispersão global da produção, o que acabou por enfraquecer a classe trabalhadora e suas organizações; 5) a destinação da riqueza pública às empresas para investimento em tecnologias de ponta.

Obstáculos à participação política

O direito à participação política também encontra obstáculos. De fato, no capitalismo contemporâneo, a organização industrial do trabalho foi feita com base em mais uma divisão social: a separação entre **dirigentes e executantes**.

Os dirigentes são os que recebem educação científica e tecnológica, são considerados portadores de saberes que os tornam competentes e, por isso, teriam o poder de mando. Os executantes são aqueles que não possuem conhecimentos tecnológicos e científicos e são reduzidos a executores de tarefas, sem conhecer as razões e as finalidades de sua ação. São por isso considerados incompetentes e destinados a obedecer.

Essa forma de organização da divisão social do trabalho propagou-se para a sociedade inteira, existindo em todas as instituições sociais (escolas, universidades, hospitais, escritórios, meios de comunicação, etc.). Nelas, todos estão divididos entre "competentes", que sabem e mandam, e "incompetentes", que não sabem e executam. Em outras palavras, a posse de certos conhecimentos tornou-se um poder para mandar e decidir.

A divisão social converteu-se numa ideologia: a **ideologia da competência técnico-científica**. Fortalecida pelo estímulo diário dos meios de comunicação de massa, essa ideologia invadiu a política, que passou a ser considerada uma atividade reservada a técnicos ou administradores competentes, e não uma ação coletiva de todos os cidadãos. Com isso, o direito à participação política diminuiu, assim como diminuiu o direito à representação política, porque ambos se restringem aos "competentes".

A ideologia da competência oculta e dissimula o fato de que, para ser "competente", é preciso ter recursos econômicos para estudar e adquirir conhecimentos. Ou seja, os "competentes" pertencem à classe economicamente dominante ou estão aliados a ela, que, assim, dirige a política segundo seus interesses, e não de acordo com os direitos democráticos.

Outro obstáculo ao direito à participação política é erguido pelos meios de comunicação de massa. De fato, só podemos participar conscientemente de discussões e decisões políticas se possuirmos informações corretas sobre aquilo que vamos discutir e decidir. Ora, os meios de comunicação de massa transmitem as informações de acordo com os interesses de seus proprietários e de seus aliados econômicos e políticos, grupos detentores do poder econômico e político. Assim, por não haver respeito ao direito de informação, não há respeito ao direito à verdadeira participação política.

Precisamos, porém, compreender que os obstáculos à democracia não inviabilizam a sociedade democrática. Ao contrário. Somente nela somos capazes de perceber tais obstáculos e lutar contra eles, realizando aquilo que define a democracia, isto é, a luta pela criação e garantia de direitos.



Isadora Brant/Folhapress

Estudantes de Ensino Médio participam de atividade de robótica em escola particular de São Paulo (SP), em 2011. A ideologia da "competência" privilegia os que possuem recursos econômicos para estudar e adquirir conhecimentos, perpetuando desigualdades.

Dificuldades para a democracia no Brasil

Periodicamente, os brasileiros afirmam que atualmente vivemos numa democracia depois de terminada uma fase de autoritarismo. Por democracia entendem a existência de eleições, partidos políticos e a divisão republicana dos três poderes, além da liberdade de pensamento e de expressão. Por autoritarismo entendem um regime de governo em que o Estado é ocupado por meio de um golpe, não há eleições livres nem partidos políticos verdadeiros, o Poder Executivo domina o Legislativo e o Judiciário, há censura do pensamento e da expressão, além de prisão (por vezes com tortura e morte) dos adversários políticos.

A oscilação entre uma fase democrática e uma fase autoritária ocorreria, ainda, somente na esfera do Estado, ou seja, é o Estado que é ora autoritário, ora democrático. Essa perspectiva, contudo, é cega para algo mais profundo na sociedade brasileira: o **autoritarismo social**. Mesmo quando o Estado se encontra em uma fase democrática, nossa sociedade permanece sendo autoritária, pois é *hierárquica*, dividindo as pessoas em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. A igualdade não é entendida nem vivida como um direito.

A sociedade brasileira também é autoritária porque é *violenta*: nela vigoram o racismo, o machismo, a discriminação religiosa, de origem, de orientação sexual e de classe social, as desigualdades econômicas que estão entre as maiores do mundo e as exclusões culturais e políticas. Não há percepção nem prática do direito à liberdade.

O autoritarismo social e as desigualdades econômicas fazem com que a sociedade brasileira seja *oligárquica*, isto é, dominada pelo poder de poucos. De fato, a sociedade brasileira está polarizada entre as carências das camadas populares e os interesses das classes abastadas e dominantes. Os interesses se transformam em privilégios de alguns porque não se transformam em direitos, de modo que a polarização social se efetua entre os despossuídos e os privilegiados.

Como vimos, uma carência é sempre específica, sem conseguir generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito. Um privilégio, por definição, é sempre particular e não pode generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, pois, se tal ocorresse, deixaria de ser privilégio. Se a democracia é a criação e garantia de direitos, nossa sociedade, polarizada entre a carência e o privilégio, não consegue ser democrática.



Antonio Scorza/Agência France-Presse

Os meios de comunicação e a cultura de massa reproduzem a violência social. Na foto, modelos negros protestam no Rio de Janeiro (RJ), em 2012, reivindicando representação igualitária em desfiles de moda e na publicidade.

Clientelistas, vanguardistas e populistas

As características do autoritarismo social manifestam-se na esfera política. As instituições políticas brasileiras foram geradas pela democracia, mas seu funcionamento é autoritário. Assim, por exemplo, os partidos políticos costumam ser de três tipos: os *clientelistas*, que mantêm relações de favor com seus eleitores; os *vanguardistas*, que substituem os cidadãos pela vontade de uma vanguarda partidária que tudo sabe; e os *populistas*, que tratam seus eleitores como um pai de família trata seus filhos menores, e não como cidadãos livres e participantes.

Portanto, a prática da participação política por meio de representantes não consegue se realizar no Brasil. Os representantes, em lugar de cumprir o mandato que lhes foi dado pelos representados, surgem como chefes, mandantes, detentores de favores e poderes, submetendo os representados e transformando-os em clientes de seus favores. Com frequência, lideranças políticas são transformadas em chefes salvadores da nação, verdadeiros messias escolhidos por Deus e referendados pelo voto dos eleitores. A religiosidade faz com que, em lugar de democracia, predominem o fundamentalismo religioso e a teologia política.

O autoritarismo social também influencia a opinião pública a respeito da política. Em vez de tomar como referência a ideia democrática de que a qualidade do regime político depende da boa qualidade das instituições públicas, a opinião pública julga seus representantes com base em suas características pessoais e privadas. É isso o que leva muitos brasileiros a considerar a corrupção como resultado da ação de indivíduos imorais, e não como efeito da má qualidade das instituições públicas, feitas para servir aos poderosos, e não aos cidadãos.Essa atitude moralista reforça a percepção personalista alimentada pelo *marketing* político. O *marketing* político cria a imagem dos políticos como produtos de mercado, exibindo suas preferências pessoais (vestuário, casa, família, carros, animais de estimação, sexualidade), cabendo aos eleitores escolhê-los não por suas propostas e programas, mas como quem escolhe uma marca de sabão, manteiga ou desodorante.

Os obstáculos à democracia não se limitam aos problemas da escolha de representantes, mas também se referem ao Poder Judiciário, que não é eletivo e no qual os cargos são vitalícios. Esse poder aparece para a população como misterioso, envolto num saber e numa linguagem incompreensíveis, possuidor de uma autoridade quase mística. Por isso mesmo, aceita-se que a legalidade seja, ao mesmo tempo, incompreensível e ineficiente, e que a única relação possível com ela seja a da transgressão (o famoso "jeitinho").

Conexões

Esta atividade trabalha com conteúdos de Filosofia e História.

Você já deve ter ouvido falar na expressão "jeitinho brasileiro". Essa expressão é muito disseminada na sociedade brasileira e indica uma conduta em que leis e normas são transgredidas, tanto na esfera pública como na esfera privada, com a finalidade de contornar problemas ou obter privilégios.

1. Relate uma situação em que você tenha feito uso ou flagrado alguém fazendo uso do "jeitinho brasileiro" e responda: como você se sentiu e/ou agiu diante dessa situação?

2. Você concorda que o "jeitinho brasileiro" seja um hábito danoso e prejudicial à vida em sociedade? Justifique sua resposta buscando exemplos tanto na História do Brasil como em situações cotidianas.



Roberto Moreyra/Extra/Agência O Globo

Carro oficial estacionado sobre uma calçada na região central do Rio de Janeiro (RJ), em 2012.

Em síntese

1. Como opera a ideologia liberal?
2. O que significa afirmar que as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal?
3. Explique em que medida um direito difere de uma necessidade, de um interesse e de um privilégio.
4. Com base na resposta da questão anterior, em que momento podemos dizer que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática?
5. Quais são os principais traços da sociedade democrática?
6. Explique os três direitos fundamentais em que se baseia a democracia.
7. Por que uma declaração de direitos abre o caminho político para a criação de direitos reais? Dê exemplos.
8. A democracia grega era direta, enquanto a moderna é representativa. O que isso significa?
9. O que é o Estado do Bem-Estar Social? Cite exemplos de direitos sociais.
10. O que é privatização? E desregulação? Como essas duas medidas afetam o modo de produção capitalista?
11. Com o neoliberalismo, houve um encolhimento da esfera pública e um alargamento da esfera privada. Por que isso é um obstáculo à democracia?
12. O que é a ideologia da competência técnico-científica e como ela interfere na política? Que obstáculos ela coloca para a democracia?
13. Em lugar de se basear em direitos universais válidos para todos os cidadãos, a sociedade brasileira está polarizada entre os privilégios de poucos e as carências da maioria, sendo uma sociedade autoritária e economicamente desigual. Você concorda com essa análise? Justifique sua resposta.
14. Como os partidos políticos costumam funcionar no Brasil? Por que se tornam obstáculos à democracia política?
15. Como a sociedade brasileira vê o Poder Judiciário? Quais são as consequências dessa percepção?

Indicações

O som ao redor

- **Direção de Kleber Mendonça Filho. Brasil, 2012.**

Preocupados com a segurança, os moradores de uma rua em um bairro de classe média do Recife aceitam os serviços oferecidos por uma milícia de segurança. O dia a dia das famílias mostra um retrato do Brasil atual, marcado pela violência, pelo autoritarismo, pela discriminação social e racial, pelo consumismo, pela especulação imobiliária e pela corrupção.



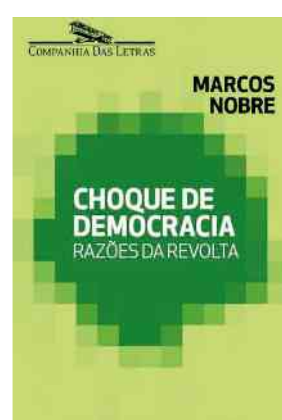
Divulgação/CinemaScópio

Cena do filme *O som ao redor*, com o ator Gustavo Jahn no papel de João.

Choque de democracia

- **Escrito por Marcos Nobre. Companhia das Letras, 2013.**

Escrito no calor das manifestações de junho de 2013 no Brasil, este pequeno volume analisa as razões do que o autor considera o maior levante popular desde a redemocratização brasileira. Nobre avalia que a revolta seria uma resposta a uma articulação do sistema político atual que impede mudanças sociais fundamentais. Embora seu significado permaneça controverso, os eventos de junho de 2013 colocaram muitas questões sobre as dificuldades da consolidação da democracia no Brasil.



Reprodução/Ed. Companhia das Letras

Capa do livro *Choque de democracia*, de Marcos Nobre.

DE OLHO na atualidade

Democracia e esperança: a tetralogia *Jogos vorazes*

Começamos este livro com uma referência à trilogia dos filmes *Matrix*. Destacamos no filme a luta pela verdade e pela liberdade numa sociedade na qual a neurobiologia, a informática e a tecnociência estão a serviço da dominação dos seres humanos, parecendo poderes invencíveis por meio da produção de ilusões e de mecanismos eletrônicos de controle e vigilância. Com a frase do oráculo, "Conhece-te a ti mesmo", iniciamos nosso percurso pelos caminhos da filosofia, saindo da caverna.

Feito nosso percurso, propomos encerrar este livro examinando como a importância da democracia aparece na tetralogia *Jogos vorazes*. A história desses filmes também se passa numa sociedade tirânica, polarizada entre o privilégio de poucos e a miséria de muitos, na qual o poder emprega meios eletrônicos e militares para controlar e vigiar a população.



Christophel Collection/AGB Photo

A heroína Katniss (Jennifer Lawrence, à direita) é escolhida para participar dos jogos vorazes no primeiro filme da tetralogia, de 2012.

Como vimos, a trilogia *Matrix* faz constantes referências à cultura grega. Em *Jogos vorazes*, as referências são outras. Quem assistiu aos dois últimos filmes da série (*A esperança 1* e *2*) deve ter notado que um dos personagens se chama Plutarco. Por que esse nome curioso? O Plutarco (45-120) da vida real escreveu um conjunto de livros sobre a queda e o fim do Império Romano. O espectador também deve ter notado que o tirânico presidente se chama Coriolano, nome de um dos últimos imperadores de Roma. O que isso tem a ver com *Jogos vorazes*?

Na fase final do Império Romano, as desigualdades econômicas e sociais alcançaram um grau tão violento que havia o risco permanente de rebeliões. Para impedi-las, os imperadores tomaram duas providências: aumentaram o número de soldados para vigiar e reprimir rebeldes e inventaram uma solução que ficou conhecida como "pão e circo". Ou seja, para acalmar os cidadãos mais pobres (a plebe), os imperadores distribuíam trigo e realizavam grandes espetáculos de lutas de gladiadores no picadeiro do Coliseu (o grande anfiteatro romano que hoje é muito visitado por turistas).

Frequentavam esses espetáculos os ricos e poderosos, que faziam apostas sobre a vida e morte dos lutadores, e o povo, que torcia como se fosse uma partida esportiva. Quem narrou esses acontecimentos de maneira crítica foi Plutarco. Todos os que viram *Jogos vorazes* podem comprovar que o filme divide a sociedade em miseráveis e milionários, e que os jogos vorazes são a versão eletrônica do Coliseu romano.

O tema do fim de um império está presente numa outra referência de *Jogos vorazes*. Em contraste com a miséria, o medo e a forma de vida rústica da população,



The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil



The Bridgeman Art Library/Keystone Brasil

À esquerda, relevo romano mostra gladiadoras mulheres. Acima, relevo na fachada do Coliseu (em Roma, Itália) representa luta de gladiadores.

os ricos e poderosos, que vivem na capital do país, aparecem vestidos de maneira espalhafatosa, usando penteados e perucas absurdos, maquiagens excessivas, roupas berrantes, sapatos que deveriam fazê-los cair em vez de andar. Sua conduta é marcada pelo desperdício de recursos e de alimentos e sua vida parece ser uma festa permanente. Por que isso?

O filme não se refere apenas ao fim do Império Romano, mas também ao fim da monarquia absolutista francesa no século XVIII. Às vésperas da Revolução Francesa, a corte de Luís XVI e Maria Antonieta, instalada no Palácio de Versalhes, era marcada pelo luxo, pelo desperdício e pelo exagero. A referência à derrubada da monarquia absolutista fica mais evidente no fim da tetralogia, quando os rebeldes vitoriosos descem as escadarias de um imponente jardim que é, de fato, o do Palácio de Versalhes.

Além da referência ao Coliseu e a Versalhes, há uma terceira referência histórica. No último filme da tetralogia, há uma cena que se passa num palácio e num jardim situados em Viena, capital da Áustria, país de origem de Hitler. Ele foi o líder do totalitarismo nazista alemão e o primeiro a usar sistematicamente a mídia para propaganda política e controle ideológico da sociedade.

Se reunirmos o Coliseu romano, o Versalhes francês e o palácio austríaco, concluiremos que *Jogos vorazes* é uma metáfora do horror dos poderes políticos e econômicos contemporâneos e a afirmação de que é possível derrubá-los. *Jogos vorazes* retira referências do passado, mas a trama parece situar-se num futuro distante, quando haveria total e pleno controle eletrônico e militar da vida dos indivíduos e quando o Estado dominaria, de maneira totalitária, o destino do povo. Nesse futuro longínquo, os meios de comunicação de massa teriam total poder sobre a mente das pessoas e os recursos eletrônicos garantiriam a existência de total vigilância e controle sobre os cidadãos.

Pelo que vimos neste livro, entretanto, poderíamos nos perguntar se, em vez de estar voltado para o futuro, *Jogos vorazes* não nos coloca diante de questões do presente. Nesse caso, a tetralogia deve ser percebida como um convite e um estímulo aos jovens de hoje para não se resignarem nem se submeterem aos poderes estabelecidos, mas lutar contra eles.

Disso temos duas provas. A primeira é a descoberta feita pelos jovens (em *A esperança 1*) de que o lugar monstruoso e terrível onde os combates mortais se realizam é apenas um cenário ilusório e que pode ser destruído. A segunda (em *A esperança 2*) é a compreensão da heroína Katniss de que está sendo manipulada pela chefe do exército rebelde. Esta última tem as mesmas ambições de dominação que o presidente Coriolano Snow, sendo por isso mais perigosa do que ele e devendo ser eliminada.

A esperança, que é o título dos dois filmes finais da série, não se inicia com a descoberta do cenário eletrônico que controla e vigia os jovens lutadores nem com a descoberta de que a chefe dos rebeldes tem aspirações tirânicas. Esse sentimento já está presente muito antes, desde o primeiro filme da série, quando Katniss recusa a lei imposta e toma o lugar que deveria ser ocupado por sua irmã nos jogos vorazes. E a esperança também já está presente quando, nos dois filmes seguintes, ela deixa evidente que não aprova nem se diverte com os jogos. Sua coragem e seu desejo de liberdade estão simbolizados desde o primeiro filme por meio do vestido de fogo, pelas chamas que não a queimam, mas que poderão destruir o poder dos tiranos.

Collection Christophel/AGB Photo



Cena de *A esperança 2*, último filme da tetralogia *Jogos vorazes*.

Atividades

1. Você assistiu aos filmes da tetralogia *Jogos vorazes*? Caso tenha assistido, comente oralmente a análise acima com seus colegas.

2. Com base na leitura do texto e do capítulo, escreva uma dissertação relacionando democracia, esperança e as formas de poder e controle que as ameaçam na atualidade.

LINHA DO TEMPO

Veja a seguir os filósofos de maior destaque na história da filosofia, suas obras mais conhecidas e seus principais conceitos e ideias apresentados neste livro.

Os autores foram ordenados cronologicamente pela data de suas obras mais conhecidas. As datas referentes aos filósofos do período antigo são aproximadas.

Para mais informações sobre as imagens, consulte a página 395.

FILOSOFIA ANTIGA

(do século VI a.C. ao século VI d.C.)

PERÍODO PRÉ-SOCRÁTICO OU COSMOLÓGICO

(fim do século VII a.C. ao século V a.C.)

624-546 a.C.
Tales de Mileto



Costa/Leemage/Agência France-Presse

610-547 a.C.
Anaximandro de Mileto

570-495 a.C.
Pitágoras de Samos
- número

588-524 a.C.
Anaxímenes de Mileto

535-475 a.C.
Heráclito de Éfeso
- devir, mudança

515-445 a.C.
Parmênides de Eleia
- identidade, permanência
- Ser/Não Ser

490-430 a.C.
Empédocles de Agrigento

460-371 a.C.
Demócrito de Abdera
- átomo

PERÍODO SOCRÁTICO OU ANTROPOLÓGICO

(fim do século V a.C. ao século IV a.C.)

490-420 a.C.
Protágoras de Abdera

485-380 a.C.
Górgias de Leontini

469-399 a.C.
Sócrates
- dúvida e método socrático
- essência e ideia
- maiêutica
- sujeito moral

436-338 a.C.
Isócrates de Atenas

PERÍODO SISTEMÁTICO

(fim do século IV a.C. ao século III a.C.)

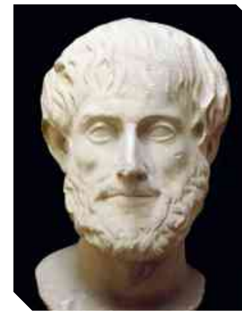
427-347 a.C.
Platão



Selva/Leemage/Agência France-Presse

380 a.C.
A República
- dialética
- essência e ideia
- inatismo, teoria da reminiscência
- sensível/inteligível
- três níveis da alma

384-322 a.C.
Aristóteles



Luisa Ricciarini/Leemage/Agência France--Presse

350 a.C.
Ética a Nicômaco
- analítica (lógica)
- campos do saber
- deliberação
- Filosofia Primeira
- justiça distributiva e justiça participativa

PERÍODO HELENÍSTICO OU GRECO-ROMANO

(fim do século III a.C. ao século VI d.C.)

341-270 a.C.
Epicuro de Samos

333-262 a.C.
Zenão de Cício

106-43 a.C.
Cícero

51 a.C.
Da República
- Bom Governo

4 a.C.-65 d.C.
Sêneca

205-270
Plotino

335-415
Hipátia de Alexandria



Bettmann/Corbis/Latinstock

FILOSOFIA PATRÍSTICA

(do século I ao século VII)

354-430
Santo Agostinho

426
A Cidade de Deus
- livre-arbítrio
- pecado original

480-524
Boécio

FILOSOFIA MEDIEVAL

(do século VIII ao século XIV)

980-1037
Avicena


Costa/Leemage/Agência France-Presse

1079-1142
Pedro Abelardo

1126-1198
Averróis

1135-1204
Maimônides

1225-1274
São Tomás de Aquino

1274
Suma teológica

1285-1347
Guilherme de Ockham

FILOSOFIA DA RENASCENÇA

(do século XIV ao século XV)

1466-1536
Erasmo de Roterdam

1509
Elogio da loucura

1469-1527
Nicolau Maquiavel


Alinari Archives/Corbis/Latinstock

1513
O príncipe
- soberania
- *virtù*

1530-1596
Jean Bodin

1576
Seis livros da república

1533-1592
Michel de Montaigne

1580
Ensaios

FILOSOFIA MODERNA

(do século XVII a meados do século XVIII)

1561-1626
Francis Bacon

1620
Novum Organum
- crítica dos ídolos
- método

1564-1642
Galileu Galilei

1623
O ensaiador
- natureza matemática

1596-1650
René Descartes

1641
Meditações sobre a Filosofia Primeira
- *cogito*
- dúvida metódica
- ideias inatas
- método

1588-1679
Thomas Hobbes

1651
Leviatã
- estado de natureza/Estado
- substância corpórea

1623-1662
Blaise Pascal

1657
Cartas provinciais
- razão/coração

1632-1677
Baruch Espinosa


Bettmann/Corbis/Latinstock

1677
Ética
- afetos
- liberdade
- substância

1642-1727
Isaac Newton

1687
Princípios matemáticos da Filosofia Natural

1632-1704
John Locke

1690
Dois tratados sobre o governo civil
- abstração
- experiência sensível
- propriedade privada
- liberalismo

1646-1716
Gottfried W. Leibniz

1714
A monadologia
- verdades de razão/verdades de fato

FILOSOFIA DA ILUSTRAÇÃO OU ILUMINISMO

(meados do século XVIII ao início do século XIX)

1694-1778
Voltaire

1734
Cartas inglesas

1711-1776
David Hume


De Agostini/Getty Images/Scottish National Portrait Gallery, Edimburgo, Escócia.

1751
Investigações acerca do entendimento humano
- hábitos de associação

1717-1783
Jean le Rond d'Alembert

1751
Discurso preliminar à Enciclopédia

1712-1778
Jean-Jacques Rousseau

1755
Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens
- consciência moral, bondade natural
- estado de natureza/ estado de sociedade
- linguagem
- Vontade Geral

1713-1784
Denis Diderot


Photo Josse/Leemage/Agência France-Presse/Museu do Louvre, Paris, França.

1761
O sobrinho de Rameau

1724-1804
Immanuel Kant

1781
Crítica da razão pura
- crítica da razão pura
- dever e moral
- juízo analítico/juízo sintético
- nômeno/fenômeno

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

(meados do século XIX aos dias de hoje)

1762-1814
Johann G. Fichte

1794
A doutrina da ciência

1775-1854
Fríedrich Schelling

1800
Sistema do idealismo transcendental

1770-1831
Friedrich Hegel


Bianchetti/Leemage/Agência France-Presse

1807
Fenomenologia do espírito
- evolução e progresso
- liberdade pela racionalidade
- razão como história

1788-1860
Arthur Schopenhauer

1819
O mundo como vontade e representação

1798-1857
Auguste Comte

1830
Curso de Filosofia Positiva
- progresso e positivismo

1804-1872
Ludwig Feuerbach

1841
A essência do cristianismo
- alienação na religião

1818-1883; 1820-1895
Karl Marx;
Friedrich Engels


David Gannon/Agência France-Presse

1867
O capital
- alienação social
- divisão social do trabalho
- ideologia
- luta de classes
- modo de produção
- práxis

1844-1900
Friedrich Nietzsche

1886
Além do bem e do mal
- moral dos escravos/moral dos senhores
- niilismo
- Super-Homem

1859-1938
Edmund Husserl

1901
Investigações lógicas
- essências ou significações
- fenômeno e fenomenologia
- regiões do ser

1859-1941
Henri Bergson

1910
A evolução criadora

1872-1970
Bertrand Russell

1914
Nosso conhecimento do mundo exterior

1889-1951
Ludwig Wittgenstein

1921
Tractatus logico--philosophicus

1889-1976
Martin Heidegger

1927
Ser e tempo
- entes
- ôntico/ontológico

1892-1940
Walter Benjamin


Effigie/Leemage/Agência France-Presse

1937
A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica
- aura
- valor de culto/ valor de exposição

1884-1962
Gaston Bachelard

1938
A formação do espírito científico
- continuidade e descontinuidade científicas
- ruptura epistemológica

1905-1980
Jean-Paul Sartre


Bettmann/Corbis/Latinstock

1943
O Ser e o Nada
- análogo
- atitude poética
- condenação à liberdade
- existência/essência

1903-1969; 1895-1973
Theodor Adorno; Max Horkheimer

1945
Dialética do esclarecimento
- indústria cultural
- massificação
- razão instrumental/ razão crítica

1908-1961
Maurice Merleau-Ponty

1945
Fenomenologia da percepção
- arte como advento
- fenomenologia
- possibilidade objetiva

1908-1986
Simone de Beauvoir

1949
O segundo sexo

1906-1975
Hannah Arendt


Mondadori/Getty Images

1951
As origens do totalitarismo

1898-1979
Herbert Marcuse

1955
Eros e civilização

1922-1996
Thomas Kuhn

1962
A estrutura das revoluções científicas
- paradigma
- revolução científica

1930-2004
Jacques Derrida

1967
A escritura e a diferença

1918-1990
Louis Althusser

1970
Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado

1921-2002
John Rawls

1971
Uma teoria da justiça

1926-1984
Michel Foucault

1975
Vigiar e punir

1924-1998
Jean-François Lyotard

1979
A condição pós-moderna

1929
Jürgen Habermas

1981
Teoria da ação comunicativa

1924-2010
Claude Lefort

1981
A invenção democrática

1925-1995; 1930-1992
Gilles Deleuze; Pierre-Félix Guattari

1991
O que é a filosofia?

1942
Giorgio Agamben


Ulf Andersen/Getty Images

1995
Homo sacer: *o poder soberano e a vida nua*

1949
Slavoj Žižek

2002
Bem-vindo ao deserto do real

Legendas das imagens, em ordem de aparição:
1) Tales de Mileto, em gravura do século XIX. 2) Platão, em óleo sobre tela do italiano Luca Giordano (1634-1705) pintado no século XVII. 3) Réplica romana de busto de Aristóteles feita pelo escultor grego Lísipo no século IV a.C. 4) Ilustração sem data retratando Hipátia de Alexandria. 5) Abu Ali al Husain ibn Abdallah ibn Sina, mais conhecido como Avicena, em gravura do século XVII. 6) Nicolau Maquiavel retratado por Cristofano dell'Altissimo entre 1560 e 1580. 7) Espinosa retratado em pintura de Samuel van Hoogstraten de 1670. 8) Retrato de David Hume pelo pintor escocês Allan Ramsay, 1766. 9) Denis Diderot, em óleo sobre tela de Louis Michel van Loo, pintado em 1767. 10) Georg Wilhelm Friedrich Hegel, em gravura de 1825. 11) Monumento a Marx e Engels em Berlim, capital da Alemanha, em fotografia de 2009. 12) Retrato fotográfico de Walter Benjamin, sem data. 13) Jean-Paul Sartre em fotografia tirada em Paris, França, em 1968. 14) Hannah Arendt em retrato de 1930. 15) O filósofo italiano Giorgio Agamben em Veneza, Itália. Foto de 2001.

Glossário

A posteriori Condição do conhecimento que resulta da experiência.

A priori Condição do conhecimento que não depende da experiência, por ser gerado no interior da razão.

Abstração Ato de isolar mentalmente um elemento comum a diversas entidades.

Adquirido O que é agregado a um ser ao longo de sua existência em razão das experiências pelas quais passa.

Alienação Em Marx, processo pelo qual o ser humano torna-se estranho a si mesmo, na medida em que já não controla sua atividade essencial (o trabalho), pois os objetos que produz (as mercadorias) saem de seu poder.

Apodítico Caráter da proposição necessariamente verdadeira, que não pode ser refutada ou contestada.

Axioma Fundamento de uma demonstração que é, ele próprio, indemonstrável.

Ceticismo Doutrina segundo a qual o espírito humano pode buscar, mas não pode atingir certeza alguma a respeito da verdade. Opõe-se a *dogmatismo*.

Consciência Faculdade que funciona como juízo do certo (o Bem) e do errado (o Mal) e por meio da qual o ser humano se apercebe daquilo que se passa dentro de si ou em seu exterior. Em Descartes, a vida espiritual humana.

Dedução Modalidade de raciocínio que permite inferir de uma ou várias proposições uma conclusão que delas decorre logicamente.

Determinismo Procedimento segundo o qual todos os fenômenos da natureza estão ligados entre si por rígidas relações de causalidade e leis universais.

Devir Processo permanente de surgimento, desenvolvimento (mudança) e perecimento dos seres.

Dialética Em Platão, processo pelo qual a alma se eleva da aparência sensível à realidade inteligível. No método socrático, busca da verdade por meio de perguntas. Em Hegel, movimento racional que permite ultrapassar uma contradição entre tese e antítese por meio da síntese.

Dogmatismo Princípios e convicções de caráter absoluto que afirmam algo de modo categórico e intransigente, sem provas daquilo que se afirma. Opõe-se a *ceticismo*.

Empirismo Orientação filosófica segundo a qual todo conhecimento se origina da experiência sensível.

Epistemologia Teoria do conhecimento. Estudo dos postulados e métodos do conhecimento científico.

Essência O ser verdadeiro, conhecível na medida em que o espírito supera o caráter enganoso e ilusório do mundo sensível. Natureza de um indivíduo concreto, em oposição às alterações circunstanciais que possam acometê-lo.

Estruturalismo Método de análise que investiga um fenômeno buscando relações entre elementos (de equivalência ou de oposição, por exemplo).

Ética Parte da filosofia que reflete sobre o comportamento humano à luz dos valores e normas que regulam a vida das sociedades; filosofia moral.

Existencialismo Corrente filosófica que enfatiza a realidade concreta do indivíduo, contingente e finita, como centro da especulação filosófica.

Experiência Conhecimento obtido por meio dos sentidos.

Idealismo Doutrina filosófica segundo a qual o sentido e a inteligibilidade de um objeto de conhecimento dependem das formas ideais da subjetividade humana.

Ideologia Em Marx, conjunto de ideias estabelecido pela classe dominante e incorporado pela sociedade que visa ocultar e dissimular as divisões sociais por meio da naturalização de aspectos que legitimam o poder econômico estabelecido.

Inato Caráter do que pertence à natureza de um ser, do que não provém da experiência.

Indução Raciocínio que parte do particular para o geral, do conhecimento dos fatos ao conhecimento das leis.

Intuição Forma de conhecimento direta e imediata, produzida sem a mediação de argumentos ou raciocínios.

Liberdade Capacidade individual de autodeterminação, caracterizada por compatibilizar autonomia e livre-arbítrio com os condicionamentos naturais, psicológicos ou sociais.

Metafísica Ramo da filosofia que se ocupa do conhecimento das coisas em si mesmas ou das essências.

Moral Conjunto de usos, costumes, normas de conduta e juízos de valor que vigoram em uma sociedade. Referência do agir humano no que se refere a virtudes e deveres.

Ontologia Reflexão sobre as propriedades gerais do ser.

Paradigma Exemplo que serve de modelo; padrão.

Percepção Consciência, impressão ou intuição instantânea dos elementos do ambiente pelas sensações.

Postulado Proposição não demonstrável, mas que é ponto de partida indispensável para certo conhecimento.

Pragmatismo Concepção segundo a qual a verdade pode ser verificada pelos resultados da aplicação prática de um conhecimento.

Práxis Em Aristóteles, a ação na qual o agente, o ato realizado por ele e a finalidade do ato são idênticos. Em Marx, ação que permite ao ser humano construir a si mesmo e o seu mundo de forma livre e autônoma.

Predicado Termo atribuível, por meio de uma afirmação ou negação, ao sujeito de uma proposição.

Premissa Ideia da qual se parte para extrair um raciocínio. Cada uma das proposições que compõem um silogismo e lhe dão sustentação lógica.

Proposição Enunciado. Construção lógica redutível a dois elementos básicos, o sujeito e o predicado.

Racionalismo Teoria para a qual a investigação da verdade ultrapassa os dados imediatos oferecidos pelos sentidos e pela experiência.

Relativismo Doutrina segundo a qual os valores morais não apresentam validade universal e absoluta, variando ao sabor de circunstâncias históricas, políticas e culturais.

Silogismo Em Aristóteles, raciocínio dedutivo estruturado por duas proposições (as premissas), das quais, por inferência, se obtém uma terceira, a conclusão.

Sofisma Argumento com finalidade meramente retórica, de convencimento, sem compromisso com a verdade.

Substância Essência; natureza de determinado ente que abrange todos os seus predicados essenciais.

Sujeito Ser real, substância; realidade permanente à qual se atribuem transformações, qualidades ou acidentes. Em uma proposição, termo de que se afirma ou se nega algo e ao qual se predicam propriedades.

Indicações de leitura

1. Coleções

- a coleção Os Pensadores, da editora Nova Cultural, com volumes que vão desde os filósofos pré-socráticos até os contemporâneos;
- a coleção Textos Filosóficos, das Edições 70, de Portugal, com traduções antecedidas de pequenas introduções;
- as traduções de obras filosóficas clássicas, modernas e contemporâneas publicadas pela editora Martins Fontes;
- as traduções de textos filosóficos da coleção Travessias, da editora da UFMG;
- os volumes da coleção Logos, da editora Moderna;
- os volumes da coleção Filosofias: O Prazer do Pensar, da editora WMF Martins Fontes;
- os volumes da coleção Encanto Radical, da editora Brasiliense;
- os volumes da coleção Filosofia Passo a Passo, da Jorge Zahar Editor.

2. Obras gerais sobre filosofia

COHEN, Martin. *101 problemas de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2006.

GAARDER, Jostein. *O dia do curinga*. João Azenha Júnior (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_______. *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*. São Paulo: Publifolha, 2006.

IRWIN, William (Coord.). *Os Beatles e a filosofia:* nada que você pense que não pode ser pensado. São Paulo: Madras, 2007.

SAVATER, Fernando. *As perguntas da vida*. Mônica Stahel (trad.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_______. *Ética para um jovem*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1995.

3. Obras introdutórias sobre filosofia e temas relacionados

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BARBOSA, Júlio César. *O que é justiça*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1985.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros Passos).

CESAROTTO, Oscar; LEITE, Márcio Peter de Souza. *O que é psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Primeiros Passos).

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Primeiros Passos).

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros Passos).

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. A essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.]

GRANGER, Gilles Gaston. *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

GULLAR, Ferreira. *Sobre arte*. São Paulo: Avenir, 1982.

HUISMAN, Denis. *A estética*. Lisboa: Edições 70, 1984.

KREMER-MARIETTI, Angèle. *A ética*. Campinas: Papirus, 1989.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos)

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Primeiros Passos)

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. O espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

NOBRE, Marcos. *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2011.

NUNES, Bernardo. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1989.

OMNÈS, Roland. *Filosofia da ciência contemporânea*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

PAULO NETTO, José. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).

PINTO, Paulo Roberto Margutti. *Introdução à Lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

QUIRINO, Celia Galvão; SOUZA, Maria Tereza Sadek R. de (Org.). *O pensamento político clássico:* Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

RUBY, Christian. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

SANTOS, Jair Ferreira. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos).

SOARES, Angelo S. *O que é informática*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Primeiros Passos).

VALLS, Álvaro. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos).

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

4. Coletâneas de textos selecionados, com apresentação e comentários

BORNHEIM, Gerd. A. (Org.). *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1977.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARCONDES FILHO, Danilo (Org.). *Textos básicos de filosofia:* dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1991.

5. Textos de filósofos

Adorno e Horkheimer: *Dialética do esclarecimento*
Aristóteles: *Política*
Bacon: *Nova Atlântida*
Benjamin: *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*
Bergson: *Introdução à metafísica*
Boécio: *Da consolação da filosofia*
Campanella: *A cidade do Sol*
Cícero: *Da amizade*
D´Alembert: *Carta sobre os espetáculos*
Deleuze: *O que é a filosofia?*
Descartes: *Discurso do método*; *Princípios da filosofia, parte I*
Diderot: *O sobrinho de Rameau*
Erasmo: *Elogio da loucura*
Espinosa: *Tratado da correção do intelecto* (também traduzida como *Tratado da reforma da inteligência*)
Foucault: *Vigiar e punir*
Freud: *Cinco lições sobre a psicanálise*
Galileu Galilei: *O ensaiador*
Hegel: *Introdução à história da filosofia*
Heidegger: *O que é isto:* a filosofia?
Hobbes: *Leviatã*
Horkheimer: *Teoria tradicional e teoria crítica*
Husserl: *A ideia da fenomenologia*
Kant: *Prolegômenos a toda metafísica que pretenda apresentar-se como ciência*
Lefort: *A invenção democrática*
Locke: *Carta sobre a tolerância*
Lucrécio: *Da natureza*
Maquiavel: *O príncipe*
Marx: *Manifesto do Partido Comunista*; *O 18 de Brumário de Luís Napoleão*
Merleau-Ponty: *Elogio da filosofia*
Montaigne: *Ensaios*
Nietszche: *O nascimento da tragédia*
Pascal: *Pensamentos*
Pico della Mirandola: *Discurso sobre a dignidade do homem*
Platão: *Apologia de Sócrates*; *O banquete*
Rousseau: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*
Santo Agostinho: *Confissões*
Sartre: *O que é literatura*
Schopenhauer: *Sobre a filosofia e seu método*
Sêneca: *Da vida feliz*
Thomas Morus: *A utopia*
Voltaire: *Cartas inglesas*

Bibliografia

1. Obras de apoio

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

______. *História da filosofia*. Lisboa: Presença, 1969. 14 v.

BRÉHIER, Émile. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977. 6 v.

CHÂTELET, François (Org.). *História da filosofia*. Ideias, doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 8 v.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Pola Civelli (trad.). São Paulo: Perspectiva, 1989.

HOLIS, Martin. *Filosofia*. Um convite. São Paulo: Loyola, 1996.

JAPIASSU, Hilton. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

KOHAN, Walter Omar; MÜLLER, Ingrid. *ABeCedário da criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas*. Carlos Eugênio M. Moura (trad.). São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia:* problemas, sistemas, atores e obras. J. Renard (trad.). São Paulo: Paulus, 1981.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. Silvana Vieira (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERINE, Marcelo. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de filosofia*. Alberto A. Muñoz (trad.). São Paulo: Scipione, 1994.

SEMERARO, Giovanni. *Filosofia e política na formação do educador*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

______. *Mito e pensamento entre os gregos:* estudos de psicologia histórica. Haiganuch Sarian (trad.). São Paulo: Difel, 1973.

2. História da Filosofia

ABRÃO, Bernardette Siqueira (Org.). *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

CAREL, Havi; GAMES, David et al. *Filosofia contemporânea em ação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1989.

CHAUI, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 2 v.

CORDON, Juan Manuel Navarro. *História da filosofia:* os filósofos, os textos. Filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1990.

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar:* do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FLEISCHER, Mardot (Org.). *Filósofos do século XX*. Vale do Rio dos Sinos: Ed. da Unisinos, 1995.

______; HENNIGFELD, Jochem (Org.). *Filósofos do século XIX*. Vale do Rio dos Sinos: Ed. da Unisinos, 1998.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *A aventura da Filosofia:* de Parmênides a Nietzsche. São Paulo: Manole, 2010.

JAEGER, Werner. *Paideia:* a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

NUNES, Benedito. *Filosofia contemporânea*. Belém: Ed. da UFPA, 2004.

ROSS, W. D. *Aristóteles*. Buenos Aires: Sudamericana, 1957.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Primeiros Passos).

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

______. *Os gregos inventaram tudo*. José Marcos Macedo (trad.). *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 out. 1999. Caderno MAIS!, p. 4-5.

VILHENA, V. de Magalhães. *Panorama do pensamento filosófico*. Lisboa: Cosmos, 1958. v. II.

WOLFF, Francis. *Sócrates*: o sorriso da razão. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZINGANO, Marco. *Platão e Aristóteles*. O fascínio da Filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002.

3. Razão, verdade e conhecimento

DESCARTES, René. Carta a Elizabeth, de 6 de outubro de 1645. In: *Oeuvres complètes* [Obras completas]. Ed. Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Vrin, 1996. v. IV.

______. Meditações metafísicas. In: *Obra escolhida*. Bento Prado Jr. (trad.). São Paulo: Difel, 1962.

ESPINOSA. *Tratado da reforma da inteligência*. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HORKHEIMER, Max. Filosofia e Teoria Crítica. In: *Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno:* textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão (trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).

LIARD, Louis. *Lógica*. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.

MARGUTTI PINTO, P. R. *Introdução à Lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas* — 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

______. Eloge de la philosophie [Elogio da Filosofia]. In: *Eloge de la philosophie et autres essais* [Elogio da Filosofia e outros ensaios]. Paris: Gallimard, 1960.

______. Em toda e nenhuma parte. In: Merleau-Ponty. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 426. (Os Pensadores)

______. *La Structure du comportement* [A estrutura do comportamento]. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

SALMON, Wesley. *Lógica*. 3. ed. São Paulo: LTC, 1993.

4. Cultura e artes

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Un art moyen:* essai sur les usages sociaux de la photographie [Uma arte mediana: ensaio sobre os usos sociais da fotografia]. Paris: Minuit, 1965. Apud LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Bernardo Leitão et al. (trad.). 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Jose Octavio de Aguiar Abreu (trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1992.

MATOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt:* luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

MORIN, Edgar. *Cultura e barbárie na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 70.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1991.

POMIAN, Krysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Marta Machado (trad.). Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

5. Religião

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GARDEIL, H. D. Iniciação à filosofia de S. Tomás de Aquino. Tomo IV — Metafísica. Paulo Arantes (trad.). São Paulo: Duas Cidades, 1967.

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTO AGOSTINHO. Carta a Paulina. In: FERNÁNDEZ, Clemente (Org.). *Los filósofos medievales*. Selección de textos. Madri: Editorial Católica, 1979.

6. Ética

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Marco Aurélio Nogueira (trad.). São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emilio. *Ética*. Silvana Cobucci Leite (trad.). São Paulo: Loyola, 2005.

HARE, Michard Mervyn. *A linguagem da moral*. Eduardo Pereira e Ferreira (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONDES, Danilo. *Ética:* textos básicos de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. João Dell'Anna (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. In: *Sartre*. Vergílio Ferreira (trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

WILLIAMS, Bernard. *Moral:* uma introdução à ética. Remo Mannarino Filho (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

7. Pensamento científico

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1998/Loyola, 2000.

ANDERY, Maria Amália (Org.). *Para compreender a ciência:* uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

______. *A formação do espírito científico*. Estela dos Santos Abreu (trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. José Viegas Filho e Orlando Araujo Henriques (trad). Brasília: Ed. da UnB, 1983.

CHALMERS, Alan F. *O que é a ciência, afinal?*. Raul Fiker (trad.). São Paulo: Brasiliense, 2000.

______. *A fabricação da ciência*. Beatriz Sidou (trad.). São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e Filosofia:* o que é Sociologia?. São Paulo: Difel, 1980.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Maria Elizabeth Martinez (trad.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANGER, Gilles Gaston. *A ciência e as ciências*. Roberto Leal Ferreira (trad.). São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

______. *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira (trad.). 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOSEE, John. *Introdução histórica à filosofia da ciência*. Borisas Cimbleris (trad.). Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RORTY, Richard. *A Filosofia e o espelho da natureza*. Antonio Transito (trad.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.

8. Política e economia

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Mauro W. Barbosa de Almeida (trad.). 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política:* a filosofia política e as lições dos clássicos. Daniela B. Versiani (trad.). Rio de Janeiro: Campus, 2000.

______. *O futuro da democracia*. Marco Aurélio Nogueira (trad.). São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Pensamento Crítico, 63).

______ et al. *Dicionário de política*. Carmen C. Varialle et al. (trad.). 10. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2010.

ESPINOSA. *Tratado político*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2002, p. 11.

______. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (trad.). 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

______. *Vigiar e punir*. Raquel Ramalhete (trad.). 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LACOUE-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc (Org.). *Le Retrait du politique*. Paris: Galilée, 1983.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara (trad.). 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 1995. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997. v. 1.

MARX, Karl. Introdução. In: ______. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 2. ed. Rubens Enderle e Leonardo de Deus (trad.). São Paulo: Boitempo, 2010.

______; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

9. Obras introdutórias de filosofia e volumes de interesse geral

BERGMAN, Gregory. *Filosofia de banheiro*. São Paulo: Madras, 2004.

FERRY, Luc. *Aprender a viver:* filosofia para os novos tempos. Vera Lucia dos Reis (trad.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GRISWOLD JÚNIOR, Charles L. Felicidade e escolha de Cypher: a ignorância é felicidade?. In: IRWIN, William (Org.). *Matrix*: bem-vindo ao deserto do real. São Paulo: Madras, 2002.

RODRIGO, Lídia Maria. *Filosofia em sala de aula:* teoria e prática para o Ensino Médio. Campinas: Autores Associados, 2009.

Manual do Professor

Filosofia

VOLUME ÚNICO

Sumário

1 ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

As práticas pedagógicas e a organização dos conteúdos em sala de aula dependem fundamentalmente das concepções teóricas e metodológicas de cada professor. A experiência profissional, aliada à formação acadêmica e ao repertório cultural do docente, define um modo singular do ensino em sala de aula. Visando auxiliar o trabalho docente, esta obra propõe uma perspectiva pedagógica própria, a qual gostaríamos de explicitar, sinteticamente, em três bases, quais sejam:

a) A leitura do aluno está no centro do trabalho

Nesta obra, os textos e os recursos didáticos (iconografia, boxes, esquemas, quadros e indicações de livros e filmes, entre outros) foram elaborados com o intuito de propiciar aos alunos uma leitura direta e sistemática. Não se trata, contudo, de um material "fácil", do qual se apreende o significado por inteiro de uma primeira vez. Seu conteúdo solicitará diferentes leituras: a individual, fora do ambiente escolar; a coletiva, na sala de aula; a comentada, trecho a trecho, pelo professor; a das caixas de texto; a das imagens.

b) Filosofia se conjuga no plural

Esta obra trata da formação e da história da filosofia e, portanto, discorre sobre a pluralidade do pensamento filosófico e suas múltiplas abordagens. Autores, escolas, tendências e campos de investigação são apresentados, debatidos e analisados, sem que, todavia, se estabeleça um juízo de valor sobre eles nem se constitua uma hierarquia entre as diversas correntes filosóficas. Nessa perspectiva, consideramos necessário que o professor também se mantenha equidistante das várias tendências filosóficas para que possa estimular o debate entre os educandos e contribuir para sua autonomia intelectual.

c) Interpretar a palavra é interpretar o mundo

Entendemos que a tarefa fundamental do ensino de Filosofia é contribuir para a formação do pensamento crítico. Isso significa dotar o aluno de ferramentas que o tornem cada vez mais capaz de interpretar os textos, analisar os conceitos e, simultaneamente, compreender melhor o mundo, identificando as questões centrais da contemporaneidade e estabelecendo nexos e relações com outros momentos da história do pensamento humano. Recordando o educador Paulo Freire (1921-1997), leitura da palavra e leitura do mundo são indissociáveis. O ensino de Filosofia, portanto, pressupõe um vínculo indissociável com o mundo ao nosso redor e, assim sendo, associa-se às demais disciplinas com as quais o aluno entra em contato durante o Ensino Médio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PEDAGÓGICA

A disciplina de Filosofia tornou-se obrigatória na grade curricular das escolas de Ensino Médio, nas três séries que o compõem, a partir de 2011, com a edição da Resolução CNE/CEB n. 1 de 18 de maio de 2009, a qual regulamentava a Lei n. 11 684[1], aprovada em junho de 2008. Essa nova lei reforçou um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 2006, que incluía as disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, mas não definia em que séries elas deveriam ser implantadas.

Em 1971, o ensino dessas disciplinas foi suprimido do currículo escolar nacional. O intuito claro era reduzir as possibilidades de ensino crítico e de formação do pensamento autônomo na trajetória escolar.

Nos anos 1980, com o fim do regime militar e o fortalecimento dos movimentos democráticos, o debate sobre o retorno do ensino de Filosofia ganhou novos contornos. Desde então, essa disciplina tem sido entendida oficialmente como componente curricular relevante na formação da consciência crítica dos alunos de Ensino Médio. Na versão inicial dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)[2], publicada em 1999, a Filosofia constava como conhecimento curricular específico, cujas competências e habilidades "necessárias ao exercício da cidadania"[3] deveriam ser contempladas no programa de Ensino Médio.

---

[1] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CEB n. 1, de 18 de maio de 2009*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb001_2009.pdf>; ______. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

[2] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

[3] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, op. cit*. Art. 36, III, § 1º.

O ensino de Filosofia encontra-se articulado à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, ao lado dos componentes curriculares Geografia, História e Sociologia. Na história da educação brasileira, a Filosofia oscilou entre períodos de ausência sistemática e fases de inserção opcional. No entanto, na prática, conteúdos e temas filosóficos sempre contribuíram de um modo assistemático com as reflexões do ensino de História, Geografia e, às vezes, Literatura.

A inclusão obrigatória da Filosofia no Ensino Médio transformou esse quadro e criou um enorme desafio para professores e autores de materiais de ensino. Esse desafio se consubstancia em dois aspectos: 1. na massificação (em termos qualitativos e quantitativos) que se observa nessa etapa da trajetória escolar brasileira; 2. na pouca familiaridade que boa parte do alunado tomou, durante sua formação escolar (por questões estruturais da educação brasileira), com conceitos teóricos e questões da existência prática (artes, ética e política) , dois dos principais focos da Filosofia.

Este livro define a filosofia como um campo de conhecimento autônomo, centrado na perspectiva da atividade e do pensamento filosóficos e, portanto, caracterizado por um método e por um conjunto de conceitos e temas centrais. Todavia, foi nossa preocupação também estabelecer um diálogo interdisciplinar tanto com os demais componentes da área de Ciências Humanas e suas tecnologias quanto com os das demais áreas. Não poderia ser diferente, dado o vínculo intrínseco de todas as áreas do conhecimento com a filosofia na história do pensamento ocidental.

De acordo com o Edital do Programa Nacional do Livro Didático para 2018, a disciplina de Filosofia, no Ensino Médio, deve incentivar a constituição da "autonomia, da reflexão e da pluralidade de perspectivas sob as quais são consideradas desde a experiência social imediata até o conjunto de saberes estabelecidos"[4]. Esse princípio geral, que deve embasar o livro de Filosofia, tem, pelo menos, três desdobramentos importantes que caracterizam a confecção desta obra.

Em primeiro lugar, a compreensão de que o ensino de filosofia deve se conectar às indagações da experiência cotidiana e, com base nelas, construir os conceitos e os princípios do pensamento filosófico. Esse movimento fundamental abre a maioria dos capítulos: a indagação e o estranhamento diante de atos, sentidos e ideias corriqueiras e perante a percepção imediata e a vivência mais comum. Essa perspectiva supera, assim, a noção de filosofia como conhecimento erudito e distante das preocupações mundanas, dos anseios individuais e dos conflitos sociais, que seria restrito apenas a iniciados e a alunos "inteligentes".

Em segundo lugar, a filosofia, nesta obra, pressupõe o estudo da história da filosofia e das condições materiais que deram forma e sentido à formação e ao desenvolvimento da atividade filosófica. Entre a história social, econômica e o pensamento há, pois, uma inter-relação complexa: de um lado, a filosofia expressa os dilemas de seu tempo, procurando responder aos questionamentos nascidos da experiência concreta dos seres humanos em uma determinada sociedade; de outro, a filosofia também tem sua história, constituindo, por isso, um diálogo permanente com a sociedade à medida que lança novos olhares e influencia as transformações culturais. Nessa perspectiva, não há "fatores", "causas" e "consequências", mas desdobramentos do pensamento filosófico no interior de processos históricos mais amplos.

Finalmente, o terceiro traço marcante refere-se à constituição de um método próprio da filosofia que a diferencia das disciplinas agrupadas sob o nome de Ciências Humanas e lhe permite relacionar-se com determinados objetos sob um ponto de vista único, original. Os fundamentos do método estão explicitados nos Capítulos 1 e 2, mas percorrem toda a estrutura do livro.

Trata-se de compreender a filosofia como "pensamento sistemático", isto é, resultado do trabalho intelectual e da apropriação de determinadas ferramentas de análise, reflexão e crítica sobre o ser humano, suas ideias e sua interação com o mundo. Assim, afastamos a filosofia de outro risco: a vulgarização da atitude filosófica, considerada um simples conjunto de ideias e opiniões.

Esse é um perigo bastante comum no Ensino Médio, já que a transformação do programa de Filosofia em uma conversa mais ou menos organizada entre alunos e professor é recorrente em sala de aula. Deve-se considerar que, embora seja fundamental, o diálogo não é a finalidade da disciplina, mas um meio pelo qual determinados conceitos são construídos coletivamente e um instrumento para que as múltiplas opiniões sejam analisadas, discutidas, aprofundadas e transformadas pela atitude filosófica.

Para atender a todos os objetivos acima explicitados, esta obra foi estruturada em dez Unidades. As sete

4 FNDE. *Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018 – Edital de convocação.* p. 43. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=9810:pnld-2018-edital-alteracao-de-marco-de-2016>. Acesso em: 12 abr. 2016.

primeiras apresentam conceitos fundamentais (razão, verdade, conhecimento, metafísica, ciência) e uma importante ferramenta (a lógica) do pensamento filosófico. As três últimas tratam dos campos de investigação da filosofia sobre a experiência humana: a cultura e suas expressões na religião e nas artes, na ética e na política. Nesse percurso, acreditamos percorrer o longo caminho da formação e dos desdobramentos do pensamento filosófico, levando em conta a diversidade de temas e a pluralidade de concepções e tradições filosóficas.

3 OBJETIVOS GERAIS

Três objetivos norteiam esta obra:

1. apresentar os conceitos fundamentais do pensamento filosófico ocidental como ferramentas de formação do saber filosófico e da atitude filosófica;
2. colaborar para a reflexão sobre as relações entre as concepções filosóficas e as condições históricas e a vida cotidiana;
3. desenvolver o espírito crítico e a reflexão filosófica sobre questões contemporâneas, contribuindo para a criação e o fortalecimento de práticas solidárias com a própria comunidade.

4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Unidade 1 – A filosofia

- Introduzir o aluno à atitude filosófica.
- Apresentar os fundamentos históricos do pensamento filosófico ocidental.
- Introduzir os principais períodos da história da filosofia.

Unidade 2 – A razão

- Desenvolver os vários significados da razão e apresentar diferentes concepções sobre o tema.

Unidade 3 – A verdade

- Refletir sobre o conceito de verdade, central na construção do pensamento filosófico e na busca do conhecimento.

Unidade 4 – A lógica

- Introduzir a origem da lógica entre os gregos e indicar as principais ferramentas do pensamento lógico.
- Expor o “pensamento pensando a si mesmo”, base da filosofia desde Aristóteles até nossos dias.
- Introduzir elementos da lógica contemporânea, principalmente da lógica simbólica.

Unidade 5 – O conhecimento

- Apresentar as relações entre o conhecimento, a linguagem e a consciência.

Unidade 6 – A metafísica

- Abordar as transformações históricas da metafísica sob o ponto de vista de diferentes correntes filosóficas.
- Expor a busca filosófica da essência ou do ser de todas as coisas como o ponto mais alto das preocupações filosóficas desde os gregos até nossos dias.

Unidade 7 – A ciência

- Expor as relações entre filosofia e pensamento científico.
- Expor as relações entre ciência e tecnologia.

Unidade 8 – A cultura

- Identificar os significados do conceito de cultura e das práticas culturais na perspectiva filosófica.
- Elaborar um quadro histórico-filosófico sobre a religiosidade humana em diferentes culturas.
- Explorar os vários sentidos da produção artística, identificando as relações entre arte, religião e filosofia.
- Analisar a relação entre produção artística e o desenvolvimento das tecnologias, bem como a relação das artes com a economia de mercado (a indústria cultural).

Unidade 9 – A ética

- Apresentar os elementos que constituem a figura do sujeito ético e os valores que orientam a conduta ética.
- Levar à compreensão dos significados da liberdade como fundamento da ética.

Unidade 10 – A política

- Apresentar a origem da política e introduzir os principais fundamentos da história da filosofia política.
- Apresentar as principais ideias que constituem o pensamento e a prática democráticos na sociedade contemporânea.

5 PLANO DE CURSO E ROTEIRO DE TRABALHO

Constituída por um único volume, esta obra pode ser usada durante os três anos do Ensino Médio.

Acreditamos que, independentemente da proposta de trabalho, a construção de um plano de curso é essencial à organização das práticas pedagógicas. São recorrentes as situações em que alunos, pais ou coordenadores pedagógicos expressam descontentamento com professores que não utilizam o livro por inteiro quando o período letivo acaba. Um plano de curso objetivo e bem estruturado pode evitar equívocos e falsas expectativas.

O quadro abaixo apresenta uma proposta de plano de curso para auxiliar o professor a organizar seu programa. Ressaltamos que se trata de uma proposta baseada em um programa de três anos, que supõe o uso contínuo e linear da obra. O professor pode, contudo, optar por outras formas de trabalho, de acordo com a dinâmica de sua sala de aula e com suas concepções pedagógicas.

Quadro I – Plano de curso

ANO	Semestre	Unidade	Capítulos	Conceitos centrais
1	1º	1	1. A atitude filosófica 2. O que é a filosofia? 3. A origem da filosofia 4. Períodos e campos de investigação da filosofia grega 5. Principais períodos da história da filosofia 6. A transformação da filosofia na contemporaneidade	filosofia, história da filosofia
	2º	2 e 3	7. Os vários sentidos da palavra *razão* 8. A atividade racional 9. Ignorância e verdade 10. Buscando a verdade	razão e verdade
2	1º	4 e 5	11. O nascimento da lógica 12. Elementos de lógica 13. A preocupação com o conhecimento 14. Percepção, memória e imaginação 15. Linguagem e pensamento 16. A consciência pode conhecer tudo?	lógica, conhecimento, consciência
	2º	6 e 7	17. A origem da metafísica 18. A metafísica de Aristóteles 19. As aventuras da metafísica 20. De Kant à ontologia contemporânea 21. A atitude científica 22. A ciência na história 23. As ciências humanas	metafísica e ciência
3	1º	8 e 9	24. A cultura 25. A religião 26. O universo das artes 27. A existência ética 28. A ética 29. A liberdade	cultura e ética
	2º	10	30. O início da vida política 31. As filosofias políticas 32. A questão democrática	política

O plano de curso que sugerimos distribui as dez Unidades do livro pelos três anos do Ensino Médio, tendo em vista a quantidade de capítulos de cada Unidade e a organização de conceitos afins. Levamos em conta uma grade curricular com **duas aulas semanais** de Filosofia e, portanto, aproximadamente **trinta aulas por semestre** (180 aulas no decorrer de três anos). Nessa perspectiva, cada capítulo pode ser trabalhado durante um período de quatro a seis aulas, percorrendo, em média, entre cinco e seis capítulos por semestre.

Optamos por sugerir uma densidade maior de leitura nos primeiros dois anos e meio e uma redução para três capítulos (Unidade 10) no último semestre do terceiro ano. O tema da Unidade 10, "Política", é extremamente relevante para que a disciplina de Filosofia contribua na formação do pensamento crítico e na disposição dos alunos de participarem da vida pública. Por essa razão, nosso planejamento foi concebido para que o professor tivesse, no momento de abordá-lo, mais tempo disponível para realizar as atividades propostas e debater com a classe questões essenciais à cidadania e ao mundo contemporâneo.

Além disso, consideramos que há uma tendência à queda de rendimento nos últimos meses do Ensino Médio em virtude da própria cultura escolar e do calendário do sistema de ensino (formatura, Enem, vestibulares, etc.), sendo aconselhável, assim, uma redução no volume de atividades de leitura e escrita nesse período.

6 ROTEIRO DE AULA

O roteiro de aula que propomos oferece ao professor o percurso de trabalho para um capítulo. Trata-se, evidentemente, de uma sugestão dentre os diferentes caminhos possíveis, que pode servir de base para a construção de outros percursos pedagógicos. Comecemos, então, por apresentar a estrutura dos capítulos e os demais recursos didáticos do volume.

Estrutura dos capítulos e outros recursos do volume

Cada capítulo é composto dos elementos a seguir:

- **Texto-base**: desenvolve o tema do capítulo partindo de um texto argumentativo que constrói os conceitos-chave do livro e apresenta uma reflexão sobre o debate filosófico.
- **Seção "Leituras filosóficas"**: é constituída de uma citação literal extraída de outros livros de filosofia, de história da filosofia ou de comentadores. O trecho escolhido dialoga com o conteúdo do capítulo, apresentando uma reflexão complementar, retomando um conceito, trazendo um contraponto ou aprofundando a compreensão sobre um filósofo. Ao final da seção, são apresentadas ao aluno questões que exigem a interpretação do texto e a articulação de seu conteúdo com o que foi visto no texto-base.
- **Seção "Conexões"**: propõe uma reflexão filosófica partindo de um tema ou acontecimento contemporâneo, de um texto literário ou de conteúdos estudados em outras disciplinas. Por ter o caráter de relacionar diretamente os conceitos vistos no capítulo e as experiências da realidade, é uma seção em que a interdisciplinaridade e o trabalho com os temas transversais definidos pelos PCN se manifestam de modo muito claro. As atividades solicitam ao aluno que pesquise e escreva as suas ideias, o que contribui para sedimentar nele a relação entre a investigação filosófica, os conceitos e conteúdos vistos em outras disciplinas e também sua experiência cotidiana.
- **Seção "Em síntese"**: ao final de cada capítulo, um conjunto de questões permite que os alunos desenvolvam uma leitura interpretativa do texto-base, sistematizando as informações e sedimentando os conceitos-chave por meio da confecção de textos sintéticos e objetivos. Embora esta seção tenha, como principal finalidade, verificar o entendimento do texto-base, ela inclui também: 1. questões que exigem do aluno exemplificar conceitos com fatos da realidade e experiências por ele vivenciadas; e 2. questões que exigem do aluno relacionar filósofos e conceitos abordados no capítulo a seus contextos históricos e às concepções de outros filósofos para aqueles conceitos – não necessariamente presentes naquele capítulo – mediante o uso de outros recursos do livro, como a linha do tempo.

- **Indicações**: todo capítulo é finalizado com sugestões de filmes e livros relacionados ao tema desenvolvido pelo texto-base. Muitos dos livros recomendados são facilmente localizáveis em bibliotecas públicas, e as obras cinematográficas (contemporâneas ou marcos da cinematografia brasileira e mundial) estão disponíveis em DVD ou em serviços de assinatura *on-line*. Destacamos as indicações de filmes nacionais feitas em alguns capítulos, em geral produções recentes que lançam um olhar crítico à realidade do país e dialogam com os capítulos em que aparecem. Desse modo, a obra dá subsídios para o cumprimento da Lei n. 13 006/2014,[5] que institui a exibição de filmes nacionais nas escolas de forma integrada com sua proposta pedagógica.

Na **seção "De olho na atualidade"**, que aparece em algumas Unidades do volume, temas contemporâneos são analisados à luz dos conceitos vistos nos capítulos que antecedem cada um desses artigos.

Além disso, ao longo dos capítulos, alguns recursos didáticos completam a estrutura do livro: a **iconografia**, os textos de **léxico** e os **boxes**, **quadros** e **esquemas**.

As imagens selecionadas da iconografia – fotografias, reprodução de obras de arte e de manuscritos, etc. – não são meramente ilustrativas, mas constituem fonte de conhecimento e de reflexão que interage com o texto. Em especial, a imagem de abertura do capítulo oferece possibilidades diversas de debate, introduzidas no texto da legenda que a acompanha. Este Manual propõe, mais adiante, junto às sugestões de resposta das atividades, recortes específicos do material iconográfico para trabalho em sala de aula nos boxes intitulados "Explorando imagens".

Os textos explicativos de léxico, dispostos na mesma página em que aparecem os termos a que se referem, ampliam a compreensão dos vocábulos. São apresentados elementos como a origem etimológica, o contexto histórico de surgimento da palavra e o histórico de suas transformações.

Por sua vez, os boxes, quadros e esquemas sintetizam conceitos e raciocínios apresentados no texto-base, trazem exemplos para os conteúdos trabalhados ou, ainda, estabelecem relações entre esses conteúdos e temas afins.

O **glossário** ao final do volume, por sua vez, fortalece a identificação clara e objetiva dos conceitos – preocupação central do livro. Integram o glossário verbetes de termos pouco conhecidos (*paradigma*, *postulado*, entre outros), assim como verbetes de termos bastante usuais e, por isso, passíveis de definições vagas ou demasiado amplas (*consciência*, *intuição*, etc.).

Uma **linha do tempo**, também no final do volume, ajuda os alunos a situarem o pensamento de cada filósofo em seu contexto histórico. Além de destacar suas obras mais relevantes, a linha do tempo aponta os principais temas e conceitos estudados e desenvolvidos por cada autor e abordados neste livro.

Organização das aulas

A ideia principal deste livro é auxiliar os alunos a passar do comentário "eu acho que" à afirmação "eu penso que". Em outras palavras, levá-los a descobrir a diferença entre opiniões e conceitos. Por esse motivo, as sugestões que faremos para as aulas se iniciam (socraticamente) com o debate das opiniões dos alunos sobre o tema do capítulo para que, ao final, cheguem à compreensão dos conceitos filosóficos apresentados (também à maneira socrática).

O percurso descrito a seguir é uma sugestão de roteiro de aulas.

1ª aula: apresentação do tema

O tema do capítulo corresponde, de modo sintético, ao título. Na aula de abertura, pode-se incentivar os alunos a explicar os significados do título, de maneira especulativa e livre, adotando-se o próprio fundamento da filosofia: o exercício da indagação, o questionamento sobre a realidade e os conceitos.

A imagem de abertura do capítulo pode contribuir para a condução da reflexão da turma. Por isso, solicitar aos educandos que a observem, descrevam-na e a interpretem vai aproximá-los do tema. O texto da legenda já propõe uma primeira aproximação entre imagem e tema do capítulo: você pode avaliar, caso a caso, se prefere iniciar com uma exploração mais aberta ou partir para um debate orientado pelas observações apresentadas na legenda.

[5] BRASIL. Lei n. 13 006/2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Como dissemos anteriormente, a proposta do livro é partir da realidade imediata do aluno. Por isso, a introdução de um novo capítulo pode partir das experiências concretas, da percepção e da intuição sobre o mundo real ou sobre os conceitos.

Ressaltamos, no entanto, que é necessário conduzi-los da realidade imediata à reflexão filosófica, isto é, à consciência do pensamento que reflete sobre si próprio. Desse modo, o professor pode concluir essa aula sistematizando as várias contribuições da classe e orientando os alunos a ler o capítulo (ou parte dele) para a aula seguinte.

2ª e 3ª aulas: aprofundamento do tema

Nessas aulas, é preciso conduzir os alunos ao entendimento do texto-base do capítulo. Há diversas estratégias didáticas possíveis: a exposição oral do capítulo, o debate dirigido com a classe, a elaboração de esquemas e resumos e a exploração daqueles já presentes no livro, a verificação oral da leitura, entre outros. Essas estratégias dependem da dinâmica da sala de aula, da cultura da escola e das práticas de cada docente.

Podemos adiantar, contudo, que a compreensão do capítulo pela classe depende de uma leitura investigativa e atenta do texto-base. Por isso, consideramos oportuno selecionar trechos específicos para ler com os alunos, sintetizando-os para uma leitura mais objetiva do conteúdo e decodificando certos parágrafos. Como dissemos anteriormente, muitos dos conceitos e temas filosóficos exigem um tipo de pensamento abstrato que pode se revelar difícil para alguns alunos.

4ª aula: ampliação do tema

Por intermédio da iconografia e dos textos complementares, é aconselhável que o professor realize algumas atividades com a classe com o intuito de expandir e diversificar o conteúdo trabalhado. Em grupo ou individualmente, os alunos podem interpretar uma imagem fotográfica, apresentando as relações entre a fotografia, sua legenda e o texto discutido; realizar as atividades solicitadas de produção de texto ou de pesquisa da seção “Conexões”; efetuar uma leitura sistemática do texto selecionado na seção “Leituras filosóficas”. Para um melhor aproveitamento das atividades interdisciplinares da seção “Conexões”, procure envolver, tanto no planejamento como na execução em sala pela turma, os professores das disciplinas relacionadas.

Nesta aula, sugere-se que o professor acolha uma ampla diversidade de respostas, de interpretações e de alternativas para as questões apresentadas. Assim, enquanto as atividades de análise do texto-base (2ª e 3ª aulas) tendem a ser mais dirigidas e sistemáticas – para que os alunos possam compreender os conceitos e os temas apresentados –, as atividades da 4ª aula devem estimulá-los a explorar, sem receios de reprovação ou erro, diferentes relações entre o tema do capítulo e suas experiências sociais.

5ª aula: sistematização do conteúdo do capítulo

O objetivo dessa aula de encerramento do capítulo é sistematizar os conteúdos apreendidos. As estratégias adotadas dependem das escolhas do professor. A princípio, as questões do final do capítulo (seção “Em síntese”) cumprem essa função de modo direto e objetivo. No entanto, pode-se também solicitar aos educandos uma síntese esquemática ou algum tipo de texto escrito individual, argumentativo ou de qualquer outro gênero textual (um poema, uma crônica, uma ficção, etc.), que reflita sobre os temas trabalhados.

Partindo desse roteiro, diversas variações podem ser adotadas a fim de evitar que a organização das aulas seja muito previsível e, por isso, pouco instigante.

A apresentação do tema, por exemplo, pode ser feita com a exibição do filme indicado no capítulo (ou de outro filme que o professor julgar oportuno) e o consequente debate. Outra possibilidade é explorar o texto-base em paralelo com a leitura do livro recomendado no capítulo, buscando estabelecer relações entre um e outro. Pode-se, eventualmente, propor à turma que conclua o estudo com a confecção de um audiovisual (há recursos relativamente acessíveis para produzir um pequeno filme utilizando-se *softwares* disponíveis na internet ou mesmo aparelhos celulares).

A ampliação do tema, proposta na 4ª aula, pode conduzir a classe a uma exposição fotográfica na escola ou à leitura dramática de uma peça teatral. Pode-se, ainda, articular, com o roteiro de aula, as atividades extracurriculares propostas adiante, construindo um currículo de Filosofia que relacione os conceitos-chave da área com o domínio de diferentes linguagens e com a reflexão sobre o mundo contemporâneo.

7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares contribuem para que os alunos sejam capazes de processar informações e conhecimentos partindo de diferentes fontes e tenham condições de expressar suas concepções e visões de mundo por meio de múltiplas linguagens. Pretende-se, portanto, sugerir estratégias pedagógicas para a aquisição de algumas competências indicadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Médio. Elaboramos, assim, doze propostas de trabalho. Nossa sugestão é de que se ponha em prática uma em cada bimestre do Ensino Médio. Lembramos que as propostas se dirigem diretamente aos alunos, permitindo que o professor, caso queira, possa utilizá-las em sala de aula sem precisar adaptar sua linguagem.

1. Os vários sentidos da palavra filosofia[6]

Atividade: em grupo, façam uma pesquisa sobre os usos e os significados da palavra *filosofia*. Selecionem letras de músicas, trechos de filmes, verbetes de dicionários, citações em textos diversos. Entrevistem algumas pessoas, registrando suas opiniões sobre essa palavra. Organizem um mural com as respostas encontradas e participem de um debate com a classe. Levem em conta as transformações entre os significados da palavra e a formulação do conceito *filosofia* que será usado no livro (se preciso, releiam o item "Em busca de uma definição da filosofia", no Capítulo 2 – O que é a filosofia?).

2. Perfis biográficos da filosofia contemporânea

Atividade: em duplas, selecionem um dos filósofos citados no Capítulo 6 – A transformação da filosofia na contemporaneidade. Façam uma pesquisa em livros e na internet, identificando pelo menos três questões centrais das concepções filosóficas do autor selecionado. Pesquisem também dados biográficos e o material fotográfico que julgarem necessário. Utilizem um *software* de edição de texto para organizar o material pesquisado (imagens, cronologias, textos citados ou produzidos pela dupla, etc.). Depois da leitura e da avaliação do professor, reescrevam o que for necessário. Com o material produzido pela classe, o professor montará um único documento (apostila, *site*, arquivo virtual ou outro qualquer) que servirá para consultas futuras de todos os alunos.

3. A razão e suas modalidades num romance policial[7]

Atividade: faça a leitura individual dos contos "A carta roubada", de Edgar Allan Poe, e "A sociedade dos ruivos", de Arthur Conan Doyle. Em grupos, produzam recriações dos contos em outra modalidade (vídeo, peça de teatro, música, poema, reportagem de telejornal, telenovela, etc.), levando em conta os seguintes critérios:

a) recuperar no conto designado para seu grupo os aspectos que se relacionam com as modalidades da atividade racional (Capítulo 8 – A atividade racional);
b) selecionar trechos, ideias ou situações do conto para produzir a obra artística do grupo.

Não façam uma "adaptação" fiel de toda a história, mas sim um "recorte" de determinados aspectos do conto que se relacionem com o conceito de *razão*. O professor delimitará o tempo máximo para cada trabalho e organizará uma agenda de apresentação dos grupos.

4. Mídia, conhecimento científico e razão[8]

Atividade: em grupo, selecionem, em algum meio de comunicação (TV, rádio, internet, imprensa escrita, etc.), um objeto específico (uma coluna de jornal impresso, uma telenovela, um *site*, um programa de rádio, um vídeo de canal *on-line*). Escolham um conteúdo desse objeto que use modelos científicos de explicação dos fenômenos naturais ou sociais. Por exemplo, uma notícia meteorológica, um diálogo sobre o comportamento de uma personagem de novela, uma explicação sobre o mercado financeiro, etc. Façam uma breve análise sobre a construção racional que dá sentido ao conteúdo, baseando-se na leitura do Capítulo 8 – A atividade ra-

---

[6] Essa atividade vai ao encontro do *Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018. Ciências Humanas e suas Tecnologias*, p. 44, item e. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=9810:pnld-2018-edital-alteracao-de-marco-de-2016>. Acesso em: 13 abr. 2016: "(e) [a obra de Filosofia] explicita a identidade da filosofia e dos elementos característicos dessa forma de debate e investigação não apenas como uma formulação conceitual isolada, mas ao longo de todo o debate e por meio das atividades propostas pela obra".

[7] Essa atividade vai ao encontro do *Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018. Ciências Humanas e suas Tecnologias*, p. 44, item k. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=9810:pnld-2018-edital-alteracao-de-marco-de-2016>. Acesso em: 13 abr. 2016: "(k) [a obra de Filosofia] explicita a interlocução permanente da Filosofia com outros saberes, não apenas com a área de humanidades, mas também com as demais ciências e as artes, de forma a possibilitar um debate interdisciplinar e um entendimento da relação do discurso filosófico com essas diferentes áreas".

[8] Essa atividade vai ao encontro da Competência de área 4 – Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social. In: *Matriz de Referência para o Enem 2012*, p. 12. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

cional. Em seguida, organizem uma apresentação para a turma, exibindo o material coletado (em vídeo, *slides*, áudio ou qualquer outro suporte) e fazendo uma síntese da análise do grupo.

5. A imagem da mulher moderna: verdade ou erro?

Atividade: após a leitura e o entendimento do trecho a seguir, extraído do livro *O segundo sexo* (1949), de Simone de Beauvoir (1908-1986), reflitam, em pequenos grupos, sobre as diversas imagens da mulher no mundo contemporâneo. Nesse trecho, ela cita as várias representações da mulher ao longo da História, partindo de personagens mitológicas femininas com características opostas. Para a atividade, primeiramente pesquisem sobre as personagens citadas. Depois, selecionem imagens fotográficas, peças publicitárias, frases, *slogans*, poemas, depoimentos, cenas de filmes, etc. que expressem ideias sobre a mulher. Analisem os materiais selecionados e escolham alguns impressos para a organização de um mural. Escrevam frases e pequenas explicações no mural construído, levando em conta as seguintes questões:

- Qual é a verdade presente nessas representações femininas?
- Existe uma verdade inquestionável sobre a mulher contemporânea?
- Que juízo analítico e que juízo sintético podem ser elaborados sobre o predicado mulher?

> *É sempre difícil descrever um mito; ele não se deixa apanhar nem cercar, habita as consciências sem nunca postar-se diante delas como um objeto imóvel. É, por vezes, tão fluido, tão contraditório que não se percebe, de início, a unidade: Dalila e Judite, Aspásia e Lucrécia, Pandora e Atena, a mulher é, a um tempo, Eva e Virgem Maria. É um ídolo, uma serva, a fonte de vida, uma força das trevas; é o silêncio elementar da verdade, é o artifício, tagarelice e mentira; a que cura e a que enfeitiça; é a presa do homem e sua perda; é tudo o que ele quer ter, sua negação e sua razão de ser.*
>
> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 183. v. 1.

Professor, não é preciso que os alunos respondam às três perguntas, mas apenas que reflitam sobre elas.

6. Do senso comum à atitude científica: desfazendo enganos

Atividade: faça uma pesquisa partindo de sua vida cotidiana (na escola, em casa, em sua comunidade) sobre os diversos saberes do senso comum, questionando pessoas que você conhece de diferentes lugares. Veja se os exemplos citados no início do Capítulo 21 – A atitude científica são confirmados nas opiniões de pessoas com as quais você convive. Levante também outras afirmações dessa natureza sob os mais diversos aspectos da vida: previsões sobre as mudanças meteorológicas, avaliações sobre a vida política, explicações das doenças, caracterização das qualidades nutricionais dos alimentos, as mais diversas relações de causa e efeito, etc.

Reúna-se em grupo e apresente a sua lista. Façam uma seleção de uma dezena de expressões, organizadas na forma de sentenças (exemplos: “O Sol é menor que a Terra”, “Cão preso em coleira fica bravo e agressivo com estranhos”, etc.). Então, pesquisem sobre a validade científica dessas afirmações e procurem evidenciar o que há de correto e de equivocado no senso comum. Ao final, montem um material comparativo, organizem-no em algum *software* de edição de texto e divulguem-no por meio do *site* da escola ou afixando o resultado em suas paredes e murais.

7. Arte pictórica e escrita: as formas de expressão e significação humanas[9]

Atividade: individualmente, escolha uma ideia para compartilhar com a classe. Pode ser um sentimento (amor, ódio, misericórdia), um pensamento (formulado como uma sentença propositiva) ou uma sensação física. Redija uma frase para expressar sua ideia e também elabore um desenho ou use técnicas de fotomontagem para manifestá-la. Apresente para a classe, inicialmente, apenas a imagem produzida. Sob orientação do professor, todos devem tentar interpretar seu desenho, dizendo seu significado. Depois, leia para seus colegas a frase que você elaborou. Ao final da atividade, discutam as relações entre o sentido apresentado no desenho e no texto escrito, tendo em vista as reflexões sobre linguagem e conhecimento presentes no Capítulo 15 – Linguagem e pensamento.

---

[9] Essa atividade vai ao encontro do *Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018. Ciências Humanas e suas Tecnologias*, p. 44, item d. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=9810:pnld-2018-edital-alteracao-de-marco-de-2016>. Acesso em: 13 abr. 2016: “(d) [a obra de Filosofia] estimula o desenvolvimento da criatividade, da curiosidade, da experiência de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, da disposição para procurar e aceitar críticas”.

8. Conhecendo os mundos sagrados

Atividade: partindo da atividade proposta na seção "Conexões" (p. 291) do Capítulo 25 – A religião, compartilhe com um grupo a religião que você escolheu para pesquisar. No grupo, selecionem apenas uma das várias religiões pesquisadas e aprofundem o trabalho. Levem em conta os seguintes elementos: os princípios sagrados mais relevantes, as práticas e seus significados, as narrativas sagradas (escritas ou orais) e os símbolos mais importantes. Se for possível, o grupo pode entrevistar adeptos e praticantes e conhecer os templos religiosos, caso haja na comunidade ou na cidade onde vivem.

Reúnam os materiais de pesquisa e organizem uma apresentação que inclua cantos, orações, objetos, vestuário e imagens. Sob orientação do professor, a turma pode preparar uma atividade para a escola, convidando outras turmas a conhecer as religiões pesquisadas.

É importante ressaltar que o objetivo da atividade é compreender cada uma dessas concepções religiosas sem estabelecer juízos de valor sobre elas. Por isso, é importante manter a atitude filosófica que se liberta dos "pré-conceitos" e, num segundo momento, interroga sobre "O que é?", "Por que é?" e "Como é?".

9. Arte e cultura: quanto custa?

Atividade: faça uma pesquisa individual sobre os custos e os valores de uma produção artística ou cultural (um filme, uma pintura, um espetáculo de dança, um curso de capoeira ou de artes marciais, um objeto artesanal, uma roupa, etc.). Escolha no máximo dois produtos e registre os valores monetários envolvidos em sua produção e circulação – contabilize o custo dos materiais, da mão de obra, do ingresso ou da mensalidade, da unidade (de um livro, por exemplo), bem como os lucros obtidos. Enfim, avalie toda a "economia" em torno dos produtos culturais que você selecionou. Sob orientação do professor, participe de um debate expondo os resultados que você encontrou e refletindo com os colegas sobre duas questões centrais:

- Todas as formas de manifestação cultural ou artística do mundo contemporâneo têm algum custo monetário ou há formas e práticas culturais isentas de custo?
- Quais as implicações da relação entre arte e valor monetário do ponto de vista da poética e da estética?

10. Ética, moral e liberdade: construindo pontos de vista[10]

Atividade: sob orientação do professor, escolha com a turma um dos seguintes temas: biogenética; direitos autorais e pirataria; Estado e controle social (polícia, sistema penitenciário, etc.); função social dos meios de comunicação; ou ainda outro tema surgido da reflexão da turma e que tenha gerado controvérsia. Depois da seleção, organizem-se em grupos pequenos e façam uma pesquisa sobre as polêmicas envolvidas no tema selecionado. Discutam os aspectos morais e éticos implicados e elaborem sentenças curtas e objetivas sobre o tema. Apresentem para os colegas o material elaborado. Com a mediação do professor, a turma fará uma reflexão sobre os diversos pontos de vista apresentados.

O objetivo da atividade é ampliar a compreensão dos conceitos de ética, moral e liberdade partindo de um tema relevante. Sendo assim, não é adequada a defesa intransigente de um ponto de vista (um juízo de valor, por exemplo), mas seria oportuna a autorreflexão sobre os princípios que fundamentam as opiniões e os juízos.

11. Juventude, participação e política: uma reflexão coletiva

Atividade: partindo da análise do filme *Jogos vorazes*, apresentada no Capítulo 32 – A questão democrática, e sob orientação do professor, organize com a turma um conjunto de atividades para discutir o tema "Juventude, participação e política". Há algumas etapas e decisões que podem contribuir para definir a atividade:

1. **Posições sobre o tema**
   - Como vemos o tema?
   - O que pensamos dele?
   - Por que seria relevante discuti-lo?

   Essas questões podem ser respondidas em um diálogo aberto.

2. **Formato da atividade**
   - Para quem será? Apenas para a turma ou para a escola toda, ou ainda para a comunidade do entorno?
   - Quais as formas de discussão do tema: um debate com convidados, a exibição de um filme

[10] Essa atividade vai ao encontro do *Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2018. Ciências Humanas e suas Tecnologias*, p. 44, item c. Disponível em: <www.fnde.gov.br/arquivos/category/165-editais?download=9810:pnld-2018-edital-alteracao-de-marco-de-2016>. Acesso em: 13 abr. 2016: "(c) [a obra de Filosofia] possibilita múltiplas abordagens, explicitando a pluralidade por meio da qual a filosofia se apresenta, e garante ao docente e aos discentes o exercício do debate e a consolidação autônoma de posições em meio a um diálogo plural, inclusive nos debates sobre ética".

seguido de um debate, uma peça teatral, um mural com frases e imagens, uma campanha de conscientização sobre o tema, etc.?

Essas reflexões orientam a discussão e os limites do trabalho.

3. Finalmente, é preciso dividir as tarefas por equipes e organizar as atividades selecionadas. Qualquer que seja a forma da atividade, é importante que o tema seja previamente discutido na sala, com subsídios trazidos pelo professor e pela turma.

12. Exposição de desenhos de humor: democracia, direitos e Estado no Brasil

Atividade: ao final da leitura e da discussão da Unidade 10 – A política, organize com a turma uma exposição de desenhos de humor político (charges, cartuns, caricaturas, etc.) tendo como tema central a democracia no Brasil. Os desenhos podem ser produzidos pelos alunos e/ou selecionados dos meios de comunicação impressos ou virtuais.

Para montar a exposição, é preciso escolher um bom lugar na classe ou na escola, selecionar materiais, fixá-los em algum tipo de suporte (cartolinas, por exemplo), elaborar legendas explicativas, criar um título para a exposição, entre outras etapas organizativas possíveis. Na inauguração da exposição, pode-se organizar um debate com convidados da comunidade ou da vida política da cidade para discutir o tema da democracia.

8 QUESTÕES TEMÁTICAS

As atividades a seguir são uma alternativa mais formal (produção de texto escrito individual) de trabalho com os temas das unidades. Por isso, as questões temáticas podem estar integradas às atividades complementares, visto que tratam praticamente dos mesmos temas. Novamente, a linguagem adotada permite que a proposta seja aplicada diretamente em sala de aula.

1. A história da filosofia

Selecione um dos períodos da história da filosofia e elabore uma pesquisa consultando outros livros e materiais de internet. Sintetize a sua pesquisa em um texto de aproximadamente trinta linhas. Indique, no texto, os aspectos da sua pesquisa que *não* estão presentes no livro. Se for citar (copiar) algum trecho, use aspas e anote, entre parênteses, a fonte utilizada (livro, autor, página do livro em que o trecho aparece, etc.).

2. A filosofia e o mundo público

O pesquisador estadunidense Russell Jacoby (1945-) publicou, em 1987, uma obra intitulada *Os últimos intelectuais*. Nesse livro, ele afirmava que o crescimento do sistema universitário dos Estados Unidos havia levado à morte simbólica dos intelectuais. Segundo Jacoby, a carreira universitária tirava os intelectuais do debate público (especialmente, por meio da imprensa escrita) e os transformava em pesquisadores isolados, que se interessavam apenas pela opinião de seus colegas de profissão.

O historiador francês Michel Winock (1937-) adotou perspectiva semelhante no livro *O século dos intelectuais*, de 1999. Para ele, no contexto francês, a morte de Jean-Paul Sartre, em 1980, significou o fim de uma era na qual os intelectuais (escritores, filósofos, etc.) participavam ativamente da vida pública, escrevendo em jornais de grande circulação, participando de programas de TV, frequentando espaços políticos, dando palestras e integrando debates sobre os mais diversos temas.

Partindo dessas opiniões, reflita sobre o tema: qual deveria ser o papel dos intelectuais, e dos filósofos em especial, no mundo contemporâneo? Você acredita que eles deveriam intervir na vida pública e divulgar seus pensamentos por intermédio dos meios de comunicação? Não seria melhor se eles se mantivessem distantes da turbulência da vida política e se isolassem do mundo para refletir sobre ele?

Escreva um texto apresentando sua posição e, pelo menos, três argumentos que a justifiquem.

3. A racionalidade tecnológica do mundo contemporâneo

O texto a seguir foi extraído de um artigo escrito em 2010 pelo especialista em tecnologia Ludwig Siegle. A sigla “SIS”, que se encontra no título do texto, refere-se aos sistemas de informação social que se expandiram para diversos aspectos da vida e passaram a colaborar com o controle “inteligente” do transporte, da gestão da energia utilizada nas residências, etc.

O Grande SIS observa você

Lembra-se do filme Matrix*, de 1999, em que seres humanos são conectados a máquinas? Essas máquinas simulavam a realidade para controlar a humanidade e coletar o calor e a atividade elétrica das pessoas.*

Um universo paralelo assim de fato surge. Felizmente, sua intenção não é dominar os humanos, mas permitir que controlem melhor o ambiente. Alguns cientistas da computação já falam no nascimento dos "sistemas sociais de tecnologia da informação" (societal information-technology systems, ou SIS). Em 2010, eles vão dar sinais de sua presença.

Para entender essa tendência, primeiro é preciso reconhecer que o mundo sofre com um tremendo desperdício. As distribuidoras perdem mais de 50% das reservas de água ao redor do mundo devido a vazamentos na infraestrutura. Só nos Estados Unidos, os engarrafamentos nas estradas custam bilhões de dólares anuais em horas de trabalho perdidas e desperdício de combustível. E se a rede elétrica do país fosse apenas 5% mais eficiente, isso eliminaria emissões de gases de efeito estufa equivalentes a 53 milhões de carros.

O motivo para essa ineficiência? A infraestrutura não é inteligente: estradas, redes de energia e sistemas de distribuição de água são essencialmente redes de canos burros. Nos últimos anos, tem crescido um movimento para torná-los mais inteligentes. Recentemente, em um esforço para superar a crise econômica, o ritmo se acelerou. Muitos países separaram uma parte considerável de seus pacotes de estímulo econômico para projetos de infraestrutura.

[...]

Sensores e chips *vão produzir grandes volumes de dados, e os sistemas de TI se tornam poderosos o bastante para analisar esses dados em tempo real e prever como as coisas vão evoluir.*

[...]

O transporte é talvez o setor em que essa tendência está mais avançada. Várias cidades instalaram sistemas dinâmicos de pedágio, com as tarifas variando de acordo com o fluxo de tráfego.

[...]

É nas grandes cidades que a onda de sistemas espertos causará mais impacto. Vários deles podem se tornar mais inteligentes e depois se combinar em um "sistema de sistemas": não apenas transportes e rede elétrica, mas segurança pública, rede de água e até atendimento médico (pense no monitoramento remoto de pacientes).

SIEGLE, Ludwig. O Grande SIS observa você. In: *O mundo em 2010*. São Paulo: *Carta Capital*, jan.-fev. 2010. p. 139.

Discuta a opinião de Siegle levando em conta o otimismo do autor em relação à racionalidade desses sistemas tecnológicos – algumas das possibilidades enumeradas pelo autor de fato já começaram a ser implantadas. Tendo em vista a natureza complexa da razão e da condição humana, você considera que a tecnologia tornou a humanidade mais racional nos seus atos e na relação com o mundo?

Escreva um sólido argumento (cerca de dez ou quinze linhas) defendendo a sua posição.

4. Jornalismo, informação e produção da notícia

Leia a seguir os dois primeiros artigos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

Capítulo I – Do direito à informação:

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que:

I – a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica – se pública, estatal ou privada – e da linha política de seus proprietários e/ou diretores;

II – a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III – a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV – a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, é uma obrigação social;

V – a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas. *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*. Disponível em: <www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>. Acesso em: 14 abr. 2016.

Após a leitura atenta desses artigos, defina o papel atribuído ao jornalismo na sociedade brasileira contemporânea. Depois, compare os princípios defendidos nesse Código de Ética com as condições reais da mídia e sua relação com a política e o poder econômico.

5. A verdade na poesia e na filosofia

Leia o poema a seguir, escrito por Carlos Drummond de Andrade.

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.
Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Verdade. In: *Poesia e prosa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. p. 1 005-1006.

Elabore uma análise do poema, tendo em vista as reflexões da Unidade 3 – A verdade. Em seguida, responda às questões:

- Quais são as concepções filosóficas presentes no poema?
- O autor parece ter alguma relação com a fenomenologia? Por quê? Elabore um texto citando trechos do poema que justifiquem sua opinião.

6. A religião e o encontro com o divino

A experiência mística

A experiência mística pode ser caracterizada, resumidamente, como uma sensação direta de ser um só com Deus ou com o espírito do universo. Apesar de a oração e o sacrifício implicarem uma grande distância entre Deus e o homem – ou entre Deus e o mundo –, o místico tenta transpor esse abismo. Em outras palavras: o místico não sente a existência desse abismo. Ele é "absorvido" em Deus, "se perde" em Deus, ou "desaparece" em Deus. Isso porque aquilo a que normalmente nos referimos como "eu" não é nosso eu real. O místico experimenta, pelo menos por instantes, a sensação de ser indivisível de um eu maior – não importa que ele dê a isso o nome de Deus, espírito universal, o eu, o vazio, o universo ou qualquer outra coisa. (Um místico indiano disse certa vez: "Quando eu existia, não existia Deus – agora Deus existe, e eu não existo mais". Ele "se perdeu" em Deus.)

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 33-34.

Após a leitura do texto anterior, reflita sobre os significados da experiência religiosa na perspectiva da Filosofia. Que ferramentas e conceitos da Filosofia poderiam conduzir o indivíduo a uma experiência de "perda do eu" e encontro com um "eu maior" (a Ideia, o Ser, o Espírito, etc.)?

Escreva, em aproximadamente trinta linhas, um texto argumentativo sobre isso.

7. Futebol e cultura

O trecho a seguir é uma reportagem sobre a opinião de pesquisadores das Ciências Humanas a respeito do futebol.

O futebol ensinou, em certa medida, um pouco de democracia ao Brasil. O jogo, que sempre começa em zero a zero e submete as duas equipes às mesmas regras, coloca seus praticantes em condições de igualdade no momento da disputa. A frase é do professor de Literatura da USP, José Miguel Wisnik, um dos conferencistas do seminário Futebol em debate, realizado nesta terça-feira (14) no auditório da Biblioteca Central Cesar Lattes. O evento, que discutiu o esporte a partir das perspectivas psicanalítica, sociológica e literária, foi promovido pela Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol (GEF) e do Grupo de Estudos Psicopedagógicos em Educação Motora (Gepem).

Durante a sua intervenção, Wisnik recorreu a elementos da Literatura, Música, Sociologia, entre outros, para refletir sobre a importância que o futebol assumiu tanto no Brasil quanto no restante do mundo. De acordo com ele, o esporte talvez seja o único fenômeno de massa que é ao mesmo tempo consumido e praticado em escala global. Por esse e outros motivos, conforme o docente, a modalidade não pode ser enxergada somente como uma projeção dos interesses políticos, econômicos e midiáticos. "Embora também incorpore esses aspectos em menor ou maior escala, o futebol traz algo marcadamente cultural, que colide com os demais interesses que gravitam em torno dele, gerando então diferenças", considerou.

ALVES FILHO, Manuel. "O futebol traz algo marcadamente cultural", afirma José Miguel Wisnik. In: *Portal Unicamp*. Publicada em: 14 abr. 2009. Disponível em: <www.unicamp.br/unicamp/noticias/o-futebol-traz-algo-marcadamente-cultural-afirma-jos%C3%A9-miguel-wisnik>. Acesso em: 14 abr. 2016.

Com base nesse trecho, faça uma análise do futebol levando em conta as diversas concepções de cultura. Elabore argumentos que confirmem a tese "Futebol é cultura".

8. O sentido da liberdade: entre o indivíduo e a sociedade

O trecho abaixo, escrito pela filósofa e escritora Hannah Arendt (1906-1975), define a relação entre um indivíduo (o filósofo Karl Jaspers) e o mundo. Para ela, Jaspers (1883-1969) manteve uma independência intelectual espantosa, visto que era um filósofo alemão em atividade quando, em 1933, Hitler chegou ao poder e deu início a um regime totalitário: o nazismo.

> *Há algo fascinante no fato de um homem ser inviolável, incontrolável, impassível de tentações. Se quiséssemos explicá-lo em termos psicológicos e biográficos, poderíamos pensar talvez no lar de onde proveio Jaspers. Seus pais ainda estavam intimamente ligados ao campesinato frísio orgulhoso e resoluto que possuía um senso de independência absolutamente incomum na Alemanha. Bem, a liberdade é mais que a independência, e restava a Jaspers desenvolver, a partir da independência, a consciência racional da liberdade, onde o homem se experimenta como um dado a si. Mas a naturalidade soberana* [...] *com que gosta de se expor às correntes da vida pública, mantendo-se ao mesmo tempo independente de todas as tendências e opiniões que ocorrem estar em voga, provavelmente também se deve àquela autossegurança nativa, ou pelo menos dela brotou. Basta que sonhe, por assim dizer, estar de volta às suas origens pessoais e, a seguir, novamente de volta para a amplitude da humanidade, para se convencer de que, mesmo no isolamento, ele não representa uma opinião privada, mas um ponto de vista público diferente e ainda oculto – uma "trilha", como colocou Kant, "que algum dia sem dúvida se alargará numa grande estrada".*

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 71-72.

frísio: natural da região da Frísia, entre o norte da Alemanha, a Dinamarca e a Holanda.

Com base nesse texto, reflita sobre o conceito de liberdade, levando em conta a relação entre o indivíduo e a sociedade. Em seguida, responda às seguintes questões.

- Qual é a concepção da autora sobre a liberdade de Jaspers? Essa liberdade significa o direito ao isolamento e à expressão individual das opiniões?
- Ao construirmos nossa liberdade individual, como nos mantemos ligados ao corpo social?
- Pode haver liberdade se somos interdependentes na interação social?

9. Ideal científico e razão instrumental

Transgênico nacional

> *A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou na sua última reunião de 2009 a liberação comercial do primeiro organismo geneticamente modificado que teve a participação de uma instituição nacional em sua construção genética. Em parceria com uma multinacional, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolveu um tipo de soja transgênica tolerante a herbicidas do grupo químico das imidazolinas. A cooperação que deu origem à variedade começou em 1997. A multinacional foi responsável pelo fornecimento do gene, enquanto os pesquisadores da Embrapa incumbiram-se do processo de inserção do gene na soja. [...] A decisão do CNTBio ainda será apreciada pelo Conselho Nacional de Biossegurança composto por ministros de Estado.*

TRANSGÊNICO nacional. Revista *Fapesp*. n. 167. jan. 2010, p. 27. Texto adaptado.

Partindo dessa pequena notícia, explique como se revela a atitude científica no assunto abordado. Reflita também sobre a presença da razão instrumental na pesquisa científica.

Descubra quem são as instituições envolvidas no episódio relatado na notícia: que interesses defendem, que tipo de pesquisa realizam, que poderes políticos e científicos as comandam, etc. Escreva um texto informativo abordando essas questões.

10. Juventude, participação e política

Leia, a seguir, um trecho de uma análise dos dados divulgados pela Agenda Juventude Brasil, pesquisa realizada pela Secretaria Nacional da Juventude em 2013.

Política: é possível mudar o mundo

> *Cerca de nove em cada dez responderam que os jovens podem mudar o mundo; desses, sete disseram que os jovens podem mudá-lo muito. A política, por sua vez, é valorizada pela maioria: 83% acham que ela é muito ou mais ou menos importante. Apenas 16% a acham nada importante.*
>
> *Para mudar as coisas no Brasil, "a participação e mobilização nas ruas e ações diretas" é a opção mais mencionada pelos jovens (45%). Em seguida vêm a "atuação em associações ou coletivos que se organizam por alguma causa" (44%), a "atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo" (35%), a "atuação pela internet" (34%) e a "atuação em partidos políticos" (30%).*
>
> *Em termos de participação política, chama atenção o fato de seis em cada sete jovens declararem que participam, já participaram ou gostariam de participar de*

coletivos e movimentos sociais. Igualmente interessante é o fato de 55% dos jovens terem tirado o título de eleitor antes da idade obrigatória (18 anos) e de outros 10% pretenderem tirá-lo dentro do prazo facultativo.

MACEDO, Severine. A pesquisa Agenda Juventude Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1597>. Acesso em: 14 abr. 2016.

Partindo desse trecho de artigo, faça uma análise sobre a participação dos jovens na vida política nacional e nas atividades em associações e coletivos. Leve em conta os significados e a finalidade da política, discutidos no Capítulo 30 – O início da vida política.

11. A democracia e o voto no Brasil

O texto a seguir faz uma análise sucinta das transformações do voto no Brasil a partir do golpe militar de 1964.

O golpe de Estado de 1964 e os vinte anos que lhe seguiram servem bem de ilustração para derrubar a idealização possível quanto a uma história da cidadania resumida a uma sucessão de etapas legais, ou conquistas populares, caminhando dentro de um plano preestabelecido para o direito ao voto, fruto de uma opinião individual.

O regime militar, em meio a toda a sorte de casuísmos (abolição dos partidos existentes nos anos 1950, com a permissão somente para dois novos atuarem, eleições presidenciais e para governadores transformadas em indiretas, fechamento do Congresso em duas ocasiões, dentre outros), se sustentou com base nas eleições proporcionais, que não foram suspensas. Os candidatos se apresentaram com suas propostas e os eleitores aceitaram suas atribuições e escolheram seus representantes nas Câmaras federais, estaduais, municipais. A instituição eleitoral estando já bem estabelecida, o voto pode servir como garantia à legitimidade do regime. Bastava que fosse considerado como um direito adquirido, independentemente de qualquer regime, por meio de ações que incentivassem seu uso e pregassem sua importância. Os procedimentos burocráticos já existiam, as normas de conduta já haviam sido aprendidas e precisavam ser estimuladas. Com argumentos cívicos, foi estabelecida a multa de até três salários mínimos para os eleitores que não se alistassem ou não votassem, além da exigência da prova de ter votado para obter passaporte ou carteira de identidade, inscrever-se para concurso e obter empréstimo de órgãos públicos. Com isso, entre 1966 e 1982, a participação do eleitorado cresceu 163%.

[...]

Todas as manifestações da política popular do início dos anos 1960 (greves, petições, passeatas, etc.) foram consideradas desviantes e vistas como ausência de interiorização do dever cívico. Manuais de instrução moral e cívica nas escolas e a intensificação das eleições controladas nas cidades do interior foram soluções encontradas à supressão das eleições majoritárias nas capitais e dos partidos políticos, impedidos então de fazer seu trabalho de socialização da cidadania na prática das ruas. O cidadão selvagem precisava ser civilizado e controlado pelo Estado.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 541-542.

Após a reflexão proposta pelo texto, analise os fundamentos do voto na perspectiva da filosofia política. Leve em conta os limites da recente conquista do voto livre no Brasil.

9 AVALIAÇÃO

As práticas de avaliação no sistema escolar brasileiro se transformaram significativamente nas últimas duas décadas em razão de mudanças no campo educacional: os debates realizados pelos educadores insatisfeitos com os resultados obtidos em sala de aula, as novas pesquisas acadêmicas atentas a concepções educacionais renovadas e os documentos de orientação produzidos pelo Estado desde o fim do regime militar, em meados dos anos 1980. Ao lado de métodos tradicionais, como a prova escrita ou oral (outrora conhecida como "chamada oral"), surgiram novas modalidades de avaliação do processo educacional.

Em síntese, a avaliação tem por finalidade aferir o conjunto de conhecimentos adquiridos individualmente pelo aluno durante determinado período letivo. Portanto, ela se relaciona diretamente aos objetivos do curso e às concepções de conhecimento adotadas pelo professor.

Os métodos tradicionais (por exemplo, a prova escrita individual), quando bem elaborados, resultam em uma ferramenta adequada para que certos conteúdos objetivos sejam avaliados. Nesta obra, ao final de cada capítulo, um conjunto de questões objetivas e diretas (seção "Em síntese") oferece indagações e reflexões sobre os temas e os conteúdos centrais de cada capítulo que o aluno deve conhecer.

Entendemos, no entanto, que aferir esses conteúdos não pode ser a única nem a mais importante avaliação de um curso de Filosofia no Ensino Médio. Em primeiro lugar, porque a aquisição de conceitos é apenas a etapa inicial – mas insuficiente – no desenvolvimento do pensamento e da atitude filosóficos.

O aluno deve não apenas conhecer esses conhecimentos, mas também ser capaz de utilizá-los para ampliar sua compreensão sobre o mundo contemporâneo, sobre as relações sociais e sobre as questões humanas e ambientais. Em segundo lugar, a mudança de paradigma para o ingresso no Ensino Superior apresentada pelo novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) substituiu o interesse em avaliar a reprodução de informações e dados por outras habilidades cognitivas. Conforme o documento “Matriz de Referência para o Enem 2012”, que continuava em vigor quando esta obra foi editada, o aluno precisa demonstrar um domínio das várias linguagens; compreender os fenômenos naturais, os processos históricos, a produção tecnológica e as manifestações artísticas; enfrentar situações-problema por meio da seleção e interpretação de informações; construir argumentação consistente; e, finalmente, ter condições de elaborar propostas para o desenvolvimento de sua comunidade, servindo-se dos conhecimentos apreendidos na escola[11].

A construção de um método de avaliação precisa levar em conta, portanto, esses novos desafios propostos para o Ensino Médio. Deve-se ter em vista que o ensino de Filosofia contribui decisivamente para a formação do pensamento reflexivo e para a ampliação da compreensão sobre a vida e a experiência humana.

Assim, propomos algumas alternativas para avaliar o processo de ensino-aprendizagem em consonância com os objetivos gerais apresentados nesta obra. Trata-se de um conjunto de sugestões que pode nortear os métodos e os princípios de avaliação definidos pelo professor.

1. Avaliação diagnóstica

Trata-se de uma ferramenta de aferição dos conhecimentos prévios do aluno, adotada quando se inicia uma nova unidade ou o ano letivo. Esse diagnóstico não tem função classificatória: deve apenas mensurar o conjunto de saberes que o aluno traz consigo sobre o tema a ser abordado. Pode-se optar por uma prova escrita, mas outros mecanismos podem ser empregados com eficiência: um debate sobre o tema, uma reflexão conduzida que parta de algum material de apoio (um filme, uma imagem, etc.), uma redação individual com tema dirigido ou uma expressão artística livre dos alunos. Seja qual for a forma da avaliação, devem-se levar em conta necessariamente dois elementos:

a) que tipo de conhecimento prévio é mensurado;
b) como a atividade proposta será capaz de revelar esse conhecimento.

Também é necessário obter o registro das respostas individuais, ainda que sucinto e objetivo. Essa ferramenta oferece condições de uma avaliação final que leve em conta de onde o aluno partiu e aonde chegou.

2. Avaliação continuada

Há extenso debate sobre o conceito de avaliação continuada, que surgiu como contraponto à avaliação por prova individual. Ele tem sido criticado atualmente porque, na prática escolar, muitas vezes faltam ferramentas adequadas e critérios definidos para esse tipo de avaliação. Assim, alunos têm denunciado que a avaliação continuada se transformou em uma ferramenta de “controle continuado”, visto que alguns professores enfatizam aspectos disciplinares e de comportamento no cotidiano da turma quando lançam os critérios para avaliação. É essencial, no entanto, que sejam desenvolvidas ferramentas cujo objetivo principal seja a avaliação sistemática dos *conteúdos*, das *competências* e das *habilidades* apreendidas pelos alunos. Nesse sentido, é necessário informar previamente à classe sobre os critérios de avaliação do currículo e evitar a incorporação de padrões disciplinares ou de “participação” (reduzida à capacidade de exposição oral do aluno) às práticas avaliativas.

3. Avaliação por projetos de trabalho

Essa modalidade supõe que uma avaliação dos resultados, por meio de múltiplas estratégias, pode mensurar o percurso de determinado período letivo. Os projetos de trabalho levam em conta a definição prévia dos objetivos programáticos e dos resultados esperados, inclusive sua materialidade: um conjunto de textos individual ou coletivo, um vídeo, um *site*, etc. Essa forma de avaliação pode substituir a avaliação individual por prova escrita ou ser integrada a ela. Trata-se de uma avaliação final que considera os resultados alcançados. Certas práticas pedagógicas, no entanto, têm articulado a mensuração do resultado à avaliação do percurso por meio da avaliação continuada.

[11] Matriz de Referência para o Enem 2012, p. 1. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

10 INDICAÇÕES DE LEITURA PARA O PROFESSOR

Dicionários e obras de referência

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1989.

HOLIS, Martin. *Filosofia*. *Um convite*. São Paulo: Loyola, 1996.

KOHAN, Walter Omar; MÜLLER, Ingrid. *ABeCedário da criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia:* problemas, sistemas, autores e obras. Trad. J. Renard. São Paulo: Paulus, 1981.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERINE, Marcelo. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.

RUSS, Jaqueline. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alberto A. Muñoz. São Paulo: Scipione, 1994.

SEMERARO, Giovanni. *Filosofia e política na formação do educador*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

______. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

História da filosofia

CAREL, Havi; GAMES, David et al. *Filosofia contemporânea em ação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1989.

CORDON, Juan Manuel Navarro. *História da filosofia:* Os filósofos, os textos. Filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1990.

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar* – do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FLEISCHER, Mardot (Org.). *Filósofos do século XX*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1995.

______; HENNIGFELD, Jochem (Org.). *Filósofos do século XIX*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1998.

NUNES, Benedito. *Filosofia contemporânea*. Belém: EDUFPA, 2004.

Ensino de Filosofia; Filosofia e educação

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 2006.

CANDIDO, Celso; CARBONARA, Vanderlei (Org.). *Filosofia e ensino:* um diálogo transdisciplinar. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2004.

CASAGRANDA, Edison A.; DALBOSCO, Cláudio A.; MÜHL, Eldon H. *Filosofia e pedagogia:* aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008.

GALLO, Silvio. *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

______; KOHAN, Walter Omar (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 6.

JAIME, Jorge. *História da Filosofia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOHAN, Walter Omar (Org.). *Ensino de filosofia:* perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KONDER, Leandro. *Filosofia e educação:* de Sócrates a Habermas. Rio de Janeiro: Forma e Ação, 2006.

KUIAVA, Evaldo Antônio et al. (Org.). *Filosofia, formação docente e cidadania*. Ijuí: Ed da Unijuí, 2008.

LARA, Tiago Adão. *A filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIPMAN, Matthew. *Filosofia na sala de aula*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

PIOVESAN, Américo et al. (Org.). *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

ROCHA, Ronai Pires da. *Ensino de filosofia e currículo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Educação:* do senso comum à consciência filosófica. 6. ed. São Paulo/Campinas: Cortez/ Autores Associados, 1985.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *A filosofia contemporânea no Brasil:* conhecimento, política e educação. Petrópolis: Vozes, 1999.

______. *Filosofia da educação:* construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SILVEIRA, René José Trentin; GOTO, Roberto Akira (Org.). *Filosofia no Ensino Médio*. São Paulo: Loyola, 2007.

Autores, obras e correntes filosóficas

COLLINSON, Diané. *50 grandes filósofos*: da Grécia antiga ao século XX. São Paulo: Contexto, 2004.

FIGUEIREDO, Vinicius (Org.). *Seis filósofos na sala de aula*. Platão, Maquiavel, Descartes, Voltaire, Kant, Sartre. São Paulo: Berlendis & Vertechia Editores, 2006.

______. (Org.). *Filósofos na sala de aula*. Sofistas, Hobbes, Pascal, Marx, Nietzsche, Freud. São Paulo: Berlendis & Vertechia Editores, 2007. v. 2.

MATTOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt:* luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

PUCCI, Bruno (Org.). *Teoria crítica e educação:* a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1995.

Razão, verdade e conhecimento

CASSIRER, Ernst. *El problema del conocimiento.* Cidade do México: FCE, 1974.

FEYERABEND, Paulo. *Contra o método*. Introdução; Parte 1; Parte 15. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A razão.* Trad. Bento Prado Jr. São Paulo: Difel, 1969. (Saber atual).

______. *Lógica e filosofia das ciências*. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

MARGUTTI PINTO, Paulo R. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MORIN, Edgar. *O paradigma perdido:* a natureza humana. Trad. Hermano Neves. 5. ed. Mem Martins: Europa-America, 1991.

SALMON, Wesley. *Lógica*. São Paulo: LTC, 1993.

Cultura e artes

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

______. *Totem e tabu*. Trad. Orizon C. Muniz. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1991.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

Religião

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Ética

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emilio. *Ética*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

HARE, Michard Mervyn. *A linguagem da moral*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONDES, Danilo. *Ética*. Textos básicos de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SANCHEZ-VASQUEZ, Adolfo. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILLIAMS, Bernard. *Moral*. Uma introdução à ética. Trad. Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Pensamento científico

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Loyola, 2007.

ANDERY, Maria Amália (Org.). *Para compreender a ciência:* uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Trad. Jose Viegas Filho e Orlando Araujo Henriques. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Construindo o saber:* metodologia científica fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1991.

CHALMERS, Alan F. *O que é a Ciência, afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 2000.

______. *A fabricação da ciência*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

GOULD, Stephen Jay. *A galinha e seus dentes:* e outras reflexões sobre a história natural. Trad. David Dana. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

______. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Trad. Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Trad. Marcio Ramalho. Brasília: Ed. da UnB; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOSEE, John. *Introdução histórica à filosofia da ciência*. Trad. Borisas Cimbleris. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antonio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.

Política

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varialle et al. 10. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

______. *Teoria geral da política:* a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

______. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhete. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. Trad. Isabel Loureiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Obras de apoio

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

______. *História da filosofia*. Lisboa: Presença, 1969. 14 v.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, André. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1989.

HOLIS, Martin. *Filosofia*. Um convite. São Paulo: Loyola, 1996.

JAPIASSU, Hilton. *Dicionário de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

KOHAN, Walter Omar; MÜLLER, Ingrid. *ABeCedário da criação filosófica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas*. Trad. Carlos Eugênio M. Moura. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MONDIN, Battista. *Introdução à filosofia:* problemas, sistemas, autores e obras. Trad. J. Renard. São Paulo: Paulus, 1981.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERINE, Marcelo. *Ensaio de iniciação ao filosofar*. São Paulo: Loyola, 2007.

RUSS, Jaqueline. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alberto A. Muñoz. São Paulo: Scipione, 1994.

SEMERARO, Giovanni. *Filosofia e política na formação do educador*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

TELES, Antônio Xavier. *Introdução ao estudo de filosofia*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

2. História da filosofia

BRÉHIER, Émile. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977. 6 v.

CAREL, Havi; GAMES, David et al. *Filosofia contemporânea em ação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papirus, 1989.

CHÂTELET, François (Org.). *História da filosofia*. Ideias, doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. 8 v.

CORDON, Juan Manuel Navarro. *História da filosofia:* os filósofos, os textos. Filosofia contemporânea. Lisboa: Edições 70, 1990.

FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar:* do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FLEISCHER, Mardot (Org.). *Filósofos do século XX*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1995.

______; HENNIGFELD, Jochem (Org.). *Filósofos do século XIX*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1998.

JAEGER, Werner. *Paideia:* a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

NUNES, Benedito. *Filosofia contemporânea*. Belém: EDUFPA, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WOLFF, Francis. *Sócrates*. O sorriso da razão. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ZINGANO, Marco. *Platão e Aristóteles*. O fascínio da filosofia. São Paulo: Odysseus, 2002.

3. Razão, verdade e conhecimento

MARGUTTI PINTO, Paulo R. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. Trad. Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SALMON, Wesley. *Lógica*. 3. ed. São Paulo: LTC, 1993.

SARTRE, Jean-Paul. *A imaginação*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Difel, 1964.

4. Cultura e artes

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Trad. Francisco de Ambrosis Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2012.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MARCONDES, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1992.

MATTOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt:* luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A linguagem indireta e as vozes do silêncio. Trad. Nelson Aguilar. *Merleau-Ponty. Obra escolhida*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

______. O olho e o espírito. Trad. Nelson Aguilar. In: ______. *Merleau-Ponty. Obra escolhida*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1991.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo*. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

5. Religião

ALVES, Rubem. *O que é religião*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry; GAARDER, Jostein. *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

6. Ética

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emilio. *Ética*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

HARE, Michard Mervyn. *A linguagem da moral*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONDES, Danilo. *Ética*. Textos básicos de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, Adolfo. *Ética*. Trad. João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

WILLIAMS, Bernard. *Moral:* uma introdução à ética. Trad. Remo Mannarino Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

7. Pensamento científico

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Loyola, 2007.

ANDERY, Maria Amália (Org.). *Para compreender a ciência:* uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1992.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BURTT, Edwin A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Trad. José Viegas Filho e Orlando Araujo Henriques. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

CHALMERS, Alan F. *A fabricação da ciência*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

______. *O que é a ciência, afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Trad. Maria Elizabeth Martinez. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A ciência e as ciências*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOSEE, John. *Introdução histórica à filosofia da ciência*. Trad. Borisas Cimbleris. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Trad. Antonio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Afrontamento, 1996.

8. Política

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política:* a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

______ et al. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varialle et al. 10. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

______. *Vigiar e punir.* Trad. Raquel Ramalhete. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. Trad. Renato Janine Ribeiro e Silvia Lara. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. Trad. Isabel Loureiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Direitos fundamentais*. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

12 Respostas das atividades

UNIDADE 1 – A filosofia

CAPÍTULO 1 – A atitude filosófica

Leituras filosóficas

1. O que seria um "estado de espírito subjetivo"? Em que ele seria diferente da realidade?

   Um estado de espírito subjetivo é aquele em que as afirmações e negações são sempre feitas por um *eu*, que diz o que vê, o que sente, o que quer. Esse estado pode ser diferente da realidade por falta de um conhecimento verdadeiro dela, especialmente segundo o ponto de vista de Platão.

2. Para Platão, o que seria necessário para a verdadeira felicidade? Localize essa informação no texto.

   É necessário que a pessoa tenha o conhecimento verdadeiro da realidade, livrando-se das ilusões por meio de uma reflexão que o eu realiza sobre si mesmo e sobre o mundo. Isso fica claro no seguinte trecho do texto: "A tese é que a felicidade, a reflexão sobre o "eu" próprio e o mundo objetivo são inseparáveis".

Conexões

1. Com base nos quadrinhos, responda: como Mafalda e Armandinho questionam opiniões e atitudes do senso comum?

   No caso da tirinha da Mafalda, o senso comum (representado pelo pai) acredita que já conhece as perguntas e as respostas sem ouvir nem uma nem outra, e, com isso, acredita conhecer as consequências que essas perguntas vão lhe trazer. Diante disso, Mafalda decide estimular a curiosidade de seu pai em conhecer. Na tirinha de Armandinho, a contestação se refere a diferentes aspectos da atitude e da fala da mãe: à adequação do uso da palavra (pois a aranha é um artrópode, e não um inseto), à aceitação, sem conhecimento ou questionamento, de que a aranha pode representar algum tipo de perigo, e à aceitação, sem conhecimento ou questionamento, de que o inseticida pode ser usado como se fosse inócuo aos seres humanos. Ou seja, Armandinho questiona a própria noção do que é perigo.

2. Movimentos culturais (como o *punk*) e sociais (como o movimento negro) questionam ideologias e normas de comportamento dominantes. Muitos deles são formados principalmente por jovens. Faça uma pesquisa sobre um desses movimentos de contestação e sobre o contexto em que ele se insere. Nessa pesquisa:

   a) identifique os fatores históricos, socioeconômicos e geopolíticos que motivaram a formação desse movimento;

   b) relacione os dados de sua pesquisa com a crença silenciosa de que a vida com as outras pessoas nos faz semelhantes ou diferentes em decorrência de normas e valores morais, políticos, religiosos e artísticos, entre outros fatores.

3. Escreva um pequeno texto com os passos da pesquisa feita na atividade anterior e suas conclusões. Depois, leve-o para discussão em sala de aula.

   Orientações para resposta das atividades 2 e 3: oriente os estudantes a pesquisar o movimento *punk* de uma perspectiva histórica a fim de que compreendam o que a chamada "atitude *punk*" agregou às discussões contemporâneas. Espera-se que os estudantes encontrem informações sobre o contexto estadunidense e europeu pós-crise do petróleo, em que o desemprego, a inflação e outras questões econômicas e sociais afetavam negativamente a população. Nesse cenário, as chamadas "metanarrativas" da modernidade (como o trabalho, o amor, a justiça, a família, a fé) também se encontravam em crise, levando alguns jovens a um comportamento niilista. O movimento *punk* apresentou-se com um ideal de liberdade individual, que se expressava no lema "Faça você mesmo", nas posturas niilistas e na simplificação formal na música, na moda e nas artes. As expressões culturais e comportamentais tinham também um caráter de enfrentamento do poder, dos padrões de comportamento e da cultura estabelecidos.

   Nas duas primeiras partes do livro *Condição pós-moderna* (Loyola, 1992), David Harvey oferece um quadro multifacetado das manifestações da visão de mundo pós-moderna relacionando-a com a crise das "metanarrativas". Além disso, Harvey oferece uma visão sintética do contexto histórico, socioeconômico e geopolítico no início dos anos 1970, nos Estados Unidos e na Europa, e seu contraste com o período anterior – de crescimento econômico e seguridade social sem precedentes – do pós-guerra. O livro exige um leitor particularmente informado, o que poderá dificultar o bom proveito por parte dos estu-

dantes, mas certamente o auxiliará, professor, na compreensão do assunto.

Uma observação importante: recentemente os *punks* têm sido associados, nos meios de comunicação de massa, a crimes e atos de vandalismo, principalmente na cidade de São Paulo (SP), onde há uma rivalidade entre eles e os chamados *skinheads*. Não há um estudo conclusivo sobre isso, porém a ocorrência desses fenômenos urbanos, que tomam dimensões exageradas na mídia, é uma oportunidade para discutir as alterações na identidade dos *punks* dos anos 1970, quando o movimento surgiu, até os dias de hoje. Essa discussão pode conduzir ao tema do item b da atividade 2, na medida em que essas alterações expressam o sentimento de pertencimento a certo grupo e a autonomia de normas e valores. Tanto a crença de que normas e valores nos unem a algumas pessoas e nos separam de outras quanto a mudança constante dessas normas e valores nos permitem perguntar se o significado desses valores permanece o mesmo em diferentes contextos históricos, geográficos, econômicos, sociais e políticos.

Algumas indicações: em *O que é* punk (Brasiliense, 1992), Antônio Bivar analisa o movimento *punk* vinculando-o às contraculturas do século XX e explicita o que é a "atitude *punk*". O terceiro episódio da série documental inglesa *Tempos de rebeldia* (direção de Kevin Alexander, 1998) é dedicado ao movimento *punk* e fornece importantes informações sócio-históricas, estéticas e ideológicas a respeito do movimento. O caso brasileiro é abordado no documentário *Botinada: a origem do* punk *no Brasil* (direção de Gastão Moreira, 2006). O mal-estar presente na base do movimento *punk* pode ser trabalhado em sala de aula por meio da análise da letra da canção "Oi, tudo bem?", da banda Garotos Podres (*Canções de ninar*, Radical Records, 1993).

Em síntese

1. Você assistiu ao primeiro filme da série *Matrix*? Se sim, responda: que paralelos podemos estabelecer entre a personagem Neo e o filósofo Sócrates?

Alguns paralelos possíveis entre Sócrates e Neo: 1) Ambos julgam que existe uma diferença entre as coisas tal como aparecem e as coisas tal como são na realidade, em sua essência. 2) Para ambos, permanecer na aparência é um estado indesejável, porque ela oculta a realidade e por isso impede que as pessoas vivam no mundo real. Para eles, o real e o aparente se opõem como o verdadeiro ao falso; portanto, no mundo aparente só se pode ter uma vida aparente, uma vida falsa. 3) Tanto Sócrates como Neo buscam superar a aparência e descobrir a verdade na forma de combates mentais. "Mentais" porque Neo, um *hacker*, combate a aparência criada pela Matrix, o supercomputador que ilude as mentes dos seres humanos para escravizá-los no mundo real, e porque Sócrates, por meio da pergunta "O que é?", questiona valores, crenças e opiniões dados como evidentes. "Combates" porque as pessoas tendem a defender as opiniões sobre as quais baseiam suas vidas e porque as conformações do mundo da aparência podem ser do interesse de quem se beneficia dela – sejam os poderosos de Atenas, seja a Matrix. 4) Ambos têm suas trajetórias marcadas pelo oráculo "Conhece-te a ti mesmo", que caracteriza a atitude filosófica. Diante de um momento de crise, quando suas crenças aparecem como algo contraditório ou problemático, Sócrates e Neo não recuam diante da possibilidade de ter suas opiniões abaladas; ao contrário, reafirmam seu desejo de saber, tomam distância das próprias crenças e dos sentimentos e procuram compreender de onde eles vêm.

2. Por que Sócrates é considerado o "patrono da filosofia"?

A palavra *filosofia* quer dizer 'amor à sabedoria'. Sócrates, ao perguntar "O que é?", exprime um desejo de saber o que está por trás das opiniões preestabelecidas, daquilo que é objeto de crença. Ao constatar contradições e inconsistências nas opiniões, crenças e valores correntes, Sócrates constata que nada sabe. Com base nisso, adota uma atitude interrogativa a fim de chegar finalmente à verdade das coisas, válida para toda e qualquer condição. Sócrates é, portanto, considerado o "patrono da filosofia" por ter tido uma atitude ativa de indagação, procurando a verdade por trás da aparência, a diferença entre ser e parecer, entre a verdade e a opinião.

3. O que Platão quis representar no Mito da Caverna? Faça uma relação entre o mito e o filme *Matrix*.

De forma alegórica, Platão representou o mundo das aparências como a caverna; as coisas que percebemos como as sombras; nossos preconceitos e opiniões como os grilhões e as correntes; o filósofo como prisioneiro que se liberta; a luz da verdade como a luz do Sol; a realidade como o mundo iluminado pelo Sol; e a filosofia como o instrumento que liberta o prisioneiro rebelde. Tanto o Mito da Caverna como o filme *Matrix* tratam da busca pela verdade que está além da aparência. Seus protagonistas desconfiam da realidade tal como se lhes apresenta e decidem investigar as inconsistências que lhes geram desconfiança. Assim como o prisioneiro da caverna desconfiava das sombras que os outros prisioneiros tomavam por realidade, Neo também desconfiava de que a realidade que vivenciava não era tal como se apresentava. Isso os leva a descobrir que aquilo que acreditavam ser real não passava de ilusão.

4. Explique o que são as nossas crenças costumeiras. Dê outros exemplos de crenças que reproduzimos no cotidiano.

   São ideias nas quais acreditamos sem questionar, que aceitamos porque nos aparecem como óbvias, evidentes. Por exemplo, cremos na existência do espaço e do tempo, na diferença entre razão e loucura, na existência da verdade e na diferença entre verdade e mentira, assim como na diferença entre verdade e erro.

5. De acordo com o que foi estudado no capítulo, em que momento passamos da atitude costumeira à atitude filosófica?

   Passamos à atitude filosófica no momento em que o que era objeto de crença aparece como algo contraditório ou problemático e por isso se transforma em indagação ou interrogação. Quando nos descontentamos com as crenças ou opiniões preestabelecidas por percebermos contradições e incompatibilidades entre elas, buscamos compreender o que elas são e por que são problemáticas. Essa mudança de atitude é expressa pelo desejo de saber.

Por que começamos este livro comentando o filme *Matrix*

O cinema é a forma contemporânea da arte por excelência: a da imagem sonora em movimento. Nele, a câmera capta uma sociedade complexa, combinando de maneira totalmente nova música, dança, literatura, escultura, pintura, arquitetura, história e, graças aos recursos tecnológicos dos efeitos especiais, cria realidades novas, insólitas. Como o livro, o cinema tem o poder extraordinário, próprio da obra de arte, de tornar presente o ausente, próximo o distante, distante o próximo, entrecruzando realidade e irrealidade, verdade e fantasia, reflexão e devaneio.

Quando o cinema é verdadeiramente grande e artístico, a criatividade do diretor e a expressividade dramática ou cômica dos intérpretes nele se manifestam com sutileza e diversidade, ideias e opiniões são trabalhadas, interpretadas e transmitidas, oferecendo-se plenamente ao público, sem distinção étnica, sexual, religiosa ou social. Apesar dos pesares, Walter Benjamin tinha razão ao considerar o cinema a arte democrática do nosso tempo. Como a televisão, o cinema é uma indústria. Como ela, depende de investimentos, mercados, propaganda. Como ela, preocupa-se com o lucro, a moda, o consumo. No entanto, independentemente da boa ou má qualidade dos filmes, o cinema difere da televisão porque nele são possíveis as produções independentes, as obras artísticas e as reflexões críticas, praticamente ausentes na televisão.

CAPÍTULO 2 – O que é a filosofia?

Leituras filosóficas

- Por que o senso de ambiguidade é uma das características que Merleau-Ponty destaca no filósofo? Responda por escrito.

  O senso de ambiguidade é a compreensão de que, a cada conhecimento verdadeiro adquirido, novas questões são abertas. Dessa maneira, a filosofia é um vaivém incessante entre a certeza e a dúvida.

  Comentário: Neste momento inicial do livro, é muito importante mediar a leitura dos textos originais de filósofos, verificando a compreensão dos estudantes. Aqui, vale comentar a afirmação de que "é preciso ser um pouco mais e um pouco menos humano". "Um pouco mais" porque o ser humano é capaz de reconhecer os limites do senso comum; e "um pouco menos" porque deve evitar a arrogância de julgar que sabe tudo.

Conexões

1. Escolha outra disciplina que você conheça, exponha que aspectos da realidade ela busca explicar e compare sua utilidade à da filosofia.

2. Pesquise um exemplo da aplicação dos procedimentos fundamentais da filosofia no trabalho de um biólogo.

   Orientações para resposta: Embora cada área de saber – e não apenas a ciência e a filosofia – defina um campo de atuação, é inimaginável pensar, hoje, em áreas isoladas. O estudante deve ser levado a olhar o mundo como um sistema (a teoria dos vasos comunicantes, estudada na Física, é um bom exemplo), em que uma ação desencadeia uma série de consequências. Isso exige das pessoas uma compreensão pluralista da realidade para apreendê-la. Um exemplo muito próximo dos estudantes é a elucidação de um crime, fato corriqueiro no dia a dia dos meios de comunicação. Não apenas os aspectos técnicos (a chamada "perícia") são levados em conta, como também os psicossociais (o histórico de vida do autor do crime, o contexto factual e social em que o crime ocorreu, as condições psíquicas dos indivíduos envolvidos, as injunções jurídicas, etc.). A utilidade dos procedimentos técnicos é palpável, mas os questionamentos necessários para a condução das atividades – que não são palpáveis, materiais – são tão ou mais úteis.

   Com relação à questão 2, são muitos os exemplos que os estudantes podem dar. O importante é verificar se eles compreenderam a filosofia como busca do fun-

damento e do sentido da realidade. Assim, se o biólogo estuda os seres vivos, a filosofia busca compreender o que é o ser e o que é a vida. Se estuda uma categoria específica dos seres vivos ou propõe uma classificação deles em categorias, espera-se que ele busque os princípios, causas e condições que levam a essa classificação e o significado e a finalidade dela – procedimentos fundamentais da filosofia.

Em síntese

1. O que quer dizer a palavra *crítica*?

   A palavra *crítica* tem três sentidos principais: 1) capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente; 2) exame racional de todas as coisas sem preconceito e sem prejulgamento; 3) atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica.

2. O que significa dizer que a filosofia se volta preferencialmente para os momentos de crise?

   Assim como cada um de nós, quando tem desejo de saber, vai em direção à atitude filosófica ao perceber incompatibilidades entre nossas crenças cotidianas, também a filosofia se interessa pelos momentos de crise, quando sistemas religiosos, éticos, políticos, científicos e artísticos estabelecidos se envolvem em contradições e buscam transformações cujo sentido ainda não está claro e precisa ser compreendido. É nesses momentos críticos que se manifesta mais claramente a exigência de fundamentação das ideias, dos discursos e das práticas.

3. Por que se pergunta “Para que filosofia?”, de acordo com o capítulo?

   Quando se pergunta “Para quê?”, o que se pergunta é: “Que uso proveitoso ou vantajoso posso fazer disso?”. Em vez de procurar fornecer o que irrefletidamente se considera como útil, a filosofia julga e busca fundamentar racionalmente o que se entende por algo útil, qual é seu sentido, sua finalidade e por que o consideramos como tal. A filosofia, portanto, distancia-se do que consideramos imediatamente como útil para poder compreendê-lo. Como a filosofia não se propõe a oferecer o que é de utilidade imediata, o senso comum questiona sua utilidade.

4. O que é e como é a reflexão filosófica? De que modo ela se diferencia da atitude filosófica?

   A reflexão filosófica é a volta do pensamento sobre si mesmo. Desse ponto de vista, ela distingue-se da atitude filosófica, que é uma interrogação sobre o mundo que nos rodeia. Entretanto, a reflexão é uma decorrência da atitude filosófica, um momento dela. Adotamos a atitude filosófica quando tomamos distância das nossas opiniões cotidianas e procuramos suas causas e seu sentido. Esse questionamento sobre o mundo descobre, porém, seu pressuposto: a figura daquele que se pergunta sobre o mundo. O pensamento compreende, a partir daí, que precisa conhecer sua capacidade de conhecer, e torna-se reflexão filosófica. Assim, a reflexão filosófica se distingue da atitude filosófica como o momento em que essa própria atitude, que investiga o mundo, compreende que é preciso questionar aquele que investiga.

5. Quais são os três conjuntos de questões que organizam a reflexão filosófica?

   1) “Por que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos e fazemos o que fazemos?”; 2) “O que queremos pensar quando pensamos, o que queremos dizer quando falamos, o que queremos fazer quando agimos?”; 3) “Para que pensamos o que pensamos, dizemos o que dizemos, fazemos o que fazemos?”.

6. Por que a filosofia é um pensamento sistemático?

   A filosofia trabalha com enunciados precisos e rigorosos, busca encadeamentos lógicos entre os enunciados, opera com conceitos ou ideias obtidos por procedimentos de demonstração e prova, e exige a fundamentação racional do que é enunciado e pensado.

7. Explique por que a atividade filosófica é uma análise, uma reflexão e uma crítica.

   É uma análise por caracterizar-se pela indagação (“o que é?”, “como é?”, “por que é?”, “para que é?”) e por interrogar quais são as causas e o sentido de nossas crenças. É uma reflexão por caracterizar-se por um movimento do pensamento sobre si mesmo, para conhecer como é possível o próprio conhecimento. É uma crítica por caracterizar-se pelo exame racional de todas as coisas sem preconceitos e sem prejulgamentos, buscando a elaboração de um conhecimento verdadeiro.

8. A filosofia tem utilidade? Se sim, qual? Explore o que o texto apresenta e articule-o com a sua posição.

   Resposta pessoal. **Orientações para resposta:** espera-se aqui que o estudante apresente uma reflexão elaborada com base nas ideias expostas no capítulo. O texto a seguir é um parâmetro para a avaliação:

   Se a filosofia pode ser definida como busca do fundamento (princípios, causas e condições) e do sentido (significação e finalidade) da realidade em suas múltiplas formas, então ela pode ser o mais útil dos saberes ao nos fazer abandonar a ingenui-

dade e os preconceitos do senso comum, ao nos fazer críticos em relação às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos, ao nos instigar a compreender a significação do mundo, da cultura e da história, ao nos elucidar o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política, ao dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para sermos conscientes de nós mesmos e de nossas ações numa prática que busca a liberdade e a felicidade para todos.

De olho na atualidade

1. Após a leitura do texto, discuta com seus colegas: toda forma de humor é válida? Qual é a atitude da filosofia diante de uma peça humorística? Procure se lembrar de outros exemplos que poderiam ser analisados e interpretados por uma perspectiva crítica.

   O humor não é válido quando for usado para reforçar preconceitos e desigualdades. A atitude da filosofia é a de avaliar quando o humor é uma crítica ao senso comum e aos preconceitos, permitindo uma reflexão e uma mudança em relação a um assunto, e quando ele é o oposto disso, cristalizando estereótipos e opiniões sem embasamento. Os exemplos são resposta pessoal.

2. As mulheres representadas chegam à mesma conclusão com base em situações opostas. Com base no que você viu e discutiu até aqui sobre atitude crítica, reflexão crítica e filosofia, problematize as falas de cada uma delas.

   Resposta pessoal. **Comentário:** a ideia, ao trabalhar com este cartum, é a de questionar as certezas consolidadas dos estudantes, levando-os a refletir sobre ideias presentes no senso comum. Isso é válido tanto para a mulher de biquíni como para a mulher de burca, na medida em que ambas costumam ser associadas a uma série de prejulgamentos na sociedade e nos meios de comunicação de massa. Portanto, não se trata de apresentar juízos de valor, e sim compreender como os questionamentos de uma e de outra se complementam ao expor o contrário do que elas dizem, isto é, que é necessário rever também os prejulgamentos e pré-conceitos individuais.

CAPÍTULO 3 – A origem da filosofia

Leituras filosóficas

1. Localize nos dois textos aquilo que os primeiros filósofos:

   a) consideravam ilusório.

   No texto de Vilhena, a pluralidade percebida é apontada como ilusória. No texto de Abbagnano, isso aparece em outras palavras ("as aparências múltiplas").

   b) consideravam que deveria ser buscado pela filosofia por trás do ilusório.

   Ambos os textos destacam que os primeiros filósofos buscavam um princípio único ou uma substância única que fosse a causa de tudo.

2. Como os primeiros filósofos concebem a matéria que compõe todas as coisas? Indique qual texto trata disso.

   Segundo Abbagnano, os primeiros filósofos concebem a matéria única como uma força que produz e transforma todas as coisas e que explica a pluralidade, a permanência e a mudança de tudo.

3. Segundo Abbagnano, "O escopo da filosofia em seus começos é buscar e reconhecer, para lá das aparências múltiplas, a unidade que faz da própria natureza um cosmos". Em que medida isso mostra um afastamento em relação à explicação mítica ou sagrada? Discutam em grupo e elaborem uma resposta conjunta.

   Resposta pessoal. **Comentário:** procure verificar se, nas respostas dos estudantes, aparece a distinção feita entre o mito como uma teogonia e uma cosmogonia e a filosofia pré-socrática como uma cosmologia.

Conexões

- Depois de fazer um rápido levantamento simples em livros, revistas e *sites* sobre a invenção do primeiro antibiótico, a penicilina, realize as seguintes atividades por escrito:

  a) Faça a diferenciação entre o que corresponde ao necessário, ao acaso e ao possível no processo de descoberta da penicilina.

  Orientações para resposta: costuma-se falar com frequência sobre o acaso que levou à descoberta da penicilina como medicamento antibiótico. A pesquisa dos estudantes deve expor de forma clara e em suas próprias palavras de que modo isso aconteceu e como os eventos, na realidade, conjugam o necessário, o acaso e o possível.

  Pode-se dizer que o acaso fez com que a cultura de bactérias utilizada em uma pesquisa em um laboratório no Reino Unido fosse contaminada pelo fungo da penicilina. Pode-se também

dizer que a ação da penicilina produzida por aquele fungo sobre as moléculas de carbono que formam a membrana da bactéria é necessária. Porém, foi por deliberação voluntária que essa pesquisa começou a ser realizada, o que a coloca no plano do possível. Foi também no plano do possível que se deu a decisão de Alexander Flemming de, em vez de descartar a cultura de bactérias mofada, estudar como aquilo ocorreu e de que maneira poderia ser possível isolar a penicilina.

b) Procure identificar nesse artefato e no procedimento que levou à sua descoberta a presença de elementos ou pressupostos filosóficos. Por exemplo, como a tendência à racionalidade ou a capacidade de diferenciação influenciaram na produção da penicilina? Ou, ainda, qual é a ética por trás da comercialização desse tipo de medicamento? Apoie seus argumentos no que foi estudado neste capítulo sobre a relação entre filosofia e ciência.

Orientações para resposta: Como os estudantes, nesse momento do curso, ainda não estão familiarizados com os campos da filosofia, espera-se que eles identifiquem nos exemplos que citarem as características gerais vistas até o momento: tendência à racionalidade, recusa de explicações preestabelecidas, tendência à argumentação, capacidade de generalização e de diferenciação, etc. Assim, por exemplo, as questões relativas ao campo da ética podem aparecer em referências à capacidade de deliberação do ser humano, à existência de valores e padrões estabelecidos, à diferenciação entre o necessário e o contingente.

Se pensarmos no exemplo dos medicamentos contra a Aids (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), diversas questões podem ser aventadas: é justo, por exemplo, que o medicamento para uma doença com alto grau de letalidade seja tratado como mercadoria, sujeito aos mecanismos de mercado? Em outras palavras, no caso de uma questão que poderia ser considerada humanitária, é justo que se pense em lucro? Para tratar desse assunto, uma breve contextualização sobre a questão da quebra de patentes é imprescindível. Por outro lado, pela forma como funciona o mercado, se não houver o objetivo do lucro, empresa alguma vai querer pesquisar um medicamento desse tipo, pois essa operação demanda milhões de dólares.

Em síntese

1. Qual é a origem do termo *philosophía* e por que Pitágoras utilizou-o para designar essa área do pensamento?

Philosophía é uma palavra grega, composta de duas outras: *philo,* 'aquele ou aquela que tem um sentimento amigável', e *sophía*, 'sabedoria'. Daí *filosofia* significar 'amizade pela sabedoria' ou 'amor e respeito pelo saber'. Para Pitágoras, ela é uma busca pela verdade e pelo conhecimento não movida por interesses comerciais ou pelo desejo de competir, mas pelo desejo de observar, contemplar, julgar e avaliar as coisas, as ações, as pessoas, os acontecimentos, a vida; enfim, pelo desejo de saber.

2. O que levou alguns gregos a se aproximarem da filosofia?

A atitude de espanto e admiração diante da realidade, fruto da insatisfação com as explicações tradicionalmente dadas pelas divindades. A constatação de que o mundo e os seres humanos, os acontecimentos naturais e as coisas da natureza, os acontecimentos humanos e as ações dos seres humanos podiam ser conhecidos pela razão humana, e que a própria razão era capaz de conhecer-se a si mesma.

3. Um dos principais traços da filosofia nascente é a tendência à racionalidade. O que isso significa?

Significa que a razão humana ou o pensamento é a condição de todo conhecimento verdadeiro que um ser humano pode ter, e por isso a própria razão ou o próprio pensamento deve conhecer leis, regras, princípios e normas de suas operações e de seu exercício correto.

4. Explique a diferença entre síntese e análise e dê um exemplo não citado neste capítulo para cada uma.

Síntese vem do grego e significa 'reunião ou fusão de várias coisas numa união íntima para formar um todo'. Trata-se de uma capacidade racional de generalização por meio da qual o pensamento descobre semelhanças e identidades, demonstrando que uma explicação tem validade para muitas coisas diferentes. Um exemplo: seres como o homem, o golfinho e o cavalo, aparentemente diversos, podem ser agrupados, em virtude de semelhanças estruturais, na categoria mais geral de mamíferos. *Análise*, também do grego, significa 'ação de desligar e separar um todo em suas partes'. É a capacidade racional de diferenciação que permite compreender diferenças onde parece ha-

ver semelhança ou identidade, demonstrando que fatos ou coisas que aparecem como iguais ou semelhantes são, na verdade, diferentes. Um exemplo: o sangue, visto a olho nu, parece um líquido homogêneo. Porém, quando o vemos através da lente do microscópio, percebemos que é composto de outros elementos, invisíveis ao nosso olho: hemácias, leucócitos, plaquetas, plasma. Portanto, por meio da análise microscópica, o que parecia uma substância homogênea mostra-se como uma junção de elementos diversos.

5. O que significa afirmar que a razão e o pensamento operam obedecendo a leis, princípios e regras universais? Explique com suas palavras.

Significa que nosso pensamento é capaz de conhecer a realidade porque funciona de acordo com regras que valem para todos os que são dotados de racionalidade.

6. Para a ação humana, qual é a diferença entre o necessário, o contingente e o possível? Exponha dando novos exemplos.

O necessário é o que não está em nosso poder escolher, pois acontece e acontecerá sempre, independentemente de nossa vontade. Exemplo: em qualquer triângulo que se desenhe, a soma dos ângulos internos será, necessariamente, 180°. O contingente é o que pode ou não acontecer. Dentro do que é contingente há o possível e o por acaso. Exemplo: acertar os números da loteria se dá por acaso. O possível é o que temos poder de escolher e fazer. Exemplo: pode-se ou não estudar uma segunda língua.

7. O que é o mito? Por que ele merecia confiança e era inquestionável?

Mito é uma narrativa sobre a origem de alguma coisa (origem do mundo, do bem e do mal, da morte, etc.). Para os gregos, merecia confiança porque era criado ou transmitido por alguém com autoridade. Quem narrava o mito era o poeta rapsodo, um escolhido pelos deuses, que lhe mostravam os acontecimentos do passado e lhe permitiam que visse a origem de todos os seres e de todas as coisas. Devido a essa revelação divina, a palavra do poeta era sagrada e, portanto, inquestionável.

8. Quais são as principais diferenças entre filosofia e mito? Dê um exemplo de mito (de qualquer origem) que não tenha sido citado.

O mito pretendia narrar como as coisas eram ou tinham sido no passado imemorial, longínquo e fabuloso; a filosofia se preocupa em explicar como e por que, no passado, no presente e no futuro, as coisas são como são. O mito narrava a origem por meio de genealogias e rivalidades ou alianças entre forças divinas e sobrenaturais; a filosofia explica a produção natural das coisas por meio de causas naturais e impessoais. O mito não se importava com contradições, com o fabuloso e o incompreensível; a filosofia não admite contradições, fabulação e coisas incompreensíveis, mas exige que a explicação seja coerente, lógica e racional. Além disso, a autoridade da explicação não vem da pessoa do filósofo, mas da razão, que é a mesma em todos os seres humanos.

A segunda parte da resposta é pessoal. **Comentário:** nessa questão, o estudante deve buscar um exemplo de narrativa mítica e ser capaz de identificar nela as características do mito e sua contraposição às características da filosofia como descritas no capítulo. Pode ser uma oportunidade interessante para trabalhar em sala, interdisciplinarmente, outras mitologias além da grega, como as africanas e as indígenas.

9. Liste, resumidamente, as condições históricas que propiciaram o surgimento da filosofia na Grécia e explique a importância da capacidade de abstração nesse processo.

Podem ser listados: as viagens marítimas; a invenção do calendário; a invenção da moeda; a consolidação da vida urbana e de uma nova classe social; a invenção da escrita alfabética; a invenção da política com a introdução da ideia da lei, do uso da palavra e do estímulo ao pensamento. A moeda, o calendário e a escrita alfabética evidenciam o desenvolvimento da capacidade de abstração. A moeda permite uma forma abstrata de troca, feita pelo cálculo do valor semelhante de coisas diferentes; o calendário é uma forma de calcular o tempo com base na repetição de eventos ou divisão equânime de períodos, revelando a capacidade de abstrair e a percepção do tempo como algo natural, e não como uma força divina incompreensível; e a escrita alfabética, em vez de representar uma imagem da coisa que está sendo dita, oferece um sinal ou signo abstrato (uma palavra) dela. A filosofia necessita dessa capacidade de abstração, pois utiliza procedimentos como a síntese e a análise para generalizar e diferenciar fatos e elaborar conceitos.

10. Por que a invenção da política foi decisiva para o nascimento da filosofia?

Em primeiro lugar, porque serviu de modelo para que a filosofia propusesse o aspecto legislado, regulado e

ordenado do mundo como um mundo racional. Em segundo lugar, porque valorizou o humano, o pensamento, a discussão, a persuasão, o pensamento racional, o que criou condições para que surgisse o discurso ou a palavra filosófica.

11. Mencione e explique alguns legados da filosofia para o pensamento ocidental.

Podemos citar entre os legados da filosofia para o pensamento ocidental as seguintes ideias: de que o conhecimento verdadeiro deve encontrar leis e princípios universais e necessários do objeto conhecido e oferecer provas e argumentos racionais sobre tal conhecimento; de que a natureza obedece a leis e princípios necessários e universais, constituindo uma ordem natural necessária; de que as leis necessárias e universais da natureza podem ser plenamente conhecidas; a razão humana obedece a princípios, normas e regras universais e necessárias, podendo distinguir entre o verdadeiro e o falso; de que as práticas humanas dependem da vontade livre, da deliberação e da discussão para uma escolha racional e emocional da nossa conduta; a diferença entre a necessidade natural e a necessidade humana; de que os acontecimentos naturais obedecem a leis necessárias sem exceção, mas as ações humanas dependem das escolhas e deliberações das pessoas e, por isso, podem variar, de acordo com o que se considera possível ou impossível; de que os seres humanos, por natureza, desejam o conhecimento e a felicidade.

12. Veja a obra *O nascimento de Vênus*, de Sandro Botticelli, uma das versões para o nascimento da deusa romana do amor, em que ela se origina da espuma do mar após a genitália do deus Urano (o céu) ser nele jogada. Comente os aspectos tipicamente míticos presentes na obra e na narrativa.

Este mito apresenta, como muitos outros da tradição greco-romana, a genealogia dos deuses e a pluralidade deles (no caso, o nascimento de Vênus), dos quais dependerá o surgimento dos seres humanos, dos animais e de todas as coisas. Ele explica acontecimentos no mundo por alianças e rivalidades entre os próprios deuses (no caso, o ato de jogar a genitália de Urano no mar). Narra recompensas ou castigos que os deuses dão a quem obedece e a quem desobedece. Além disso, atribui uma origem divina às estações do ano (primavera), aos elementos da natureza (a água e o vento) e também a sentimentos e qualidades (o amor e a beleza), e por isso, é uma cosmogonia.

Comentário: procure orientar os estudantes a fazer uma pesquisa sobre esta obra e também sobre outras da época renascentista cuja temática seja teogônica. Pode ser interessante envolver o professor de Arte nesta atividade.

Explorando imagens

Racionalidade e organização do espaço

A imagem da reconstituição da antiga cidade de Corinto (p. 39) possibilita a discussão sobre as mudanças na vida grega durante o período do nascimento da filosofia. Essas mudanças dizem respeito à constituição de um tipo de pensamento novo – racional, investigativo, argumentativo e demonstrativo – que se manifestou em diversos âmbitos (política, arte, urbanismo, etc.) durante o período clássico da Grécia antiga.

A própria urbanização da pólis e a arquitetura dos templos e prédios públicos gregos são exemplos da materialização dos ideais racionais, inspirados na Matemática, um saber racional e demonstrativo, que sugeria aos gregos a ideia de perfeição, harmonia e clareza. Na imagem da reconstituição de Corinto é possível ver as figuras arquitetônicas geométricas presentes no plano urbano; os caminhos retos que cortam a cidade, ligando diretamente suas partes e as interconectando com outras; a geometria estratégica do quadriculado e retilíneo que organiza o espaço de convivência; as construções circulares e semicirculares dos locais destinados ao debate – essencial a uma vida política democrática e às realizações artísticas da pólis.

Outras imagens da Unidade 1 permitem ver repercussões desse ideal de organização orientado pela simetria e pela racionalidade. No Capítulo 5, a imagem de abertura (p. 58) é uma pintura renascentista que presta homenagem à filosofia antiga. Em *A escola de Atenas*, toda a arquitetura do edifício é organizada de forma simétrica, e mesmo a disposição das pessoas na imagem segue um certo padrão. *O homem vitruviano*, desenho de Leonardo da Vinci reproduzido na p. 62, espelha no corpo humano essa ideia de equilíbrio das proporções como ideal de perfeição.

Nesse mesmo capítulo, os jardins do Palácio de Versalhes (p. 64), na França, realizados no século XVII, reproduzem a ideia de simetria. No entanto, em seu contexto de concepção, a inspiração se limita à dimensão estética, na medida em que o palácio representava a sede do poder absolutista, o oposto do ideal democrático ateniense. Em vez de espaço público do livre debate, tratava-se do local de exibição e ostentação reservado a um grupo muito restrito, isolado fora da cidade e reverente às ordens de um único indivíduo.


Fratelli Alinari/Corbis/Latinstock

No afresco *A escola de Atenas* é possível perceber diversos elementos da racionalidade de inspiração grega.

Todas essas inovações gregas repercutiram também no século XX. Na abertura do Capítulo 6 (p. 68), pode-se perceber que o setor fotografado da cidade de Pripyat, na Ucrânia (atualmente em ruínas, em razão do acidente nuclear), também foi *planejado* seguindo ideais de racionalidade e simetria. O planejamento racional foi pedra de toque das escolas modernistas de arquitetura e urbanismo, e os antigos países socialistas abraçaram essa ideia. Ela estava em linha com a planificação das atividades econômicas e dos investimentos sociais e de infraestrutura, ainda que, na prática, o aspecto democrático do debate público tenha sido suprimido pelo totalitarismo stalinista.

Os arquitetos e urbanistas contemporâneos dão grande importância a essa relação entre a organização do espaço e a ordenação do pensamento, concebendo projetos urbanísticos e arquitetônicos que visam propiciar determinadas experiências estéticas e formas de se relacionar com os outros. Leia-se, por exemplo, o que escreve o urbanista Lúcio Costa, autor do Plano Piloto de Brasília, no relatório de seu projeto: "[...] as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação".

CAPÍTULO 4 – Períodos e campos de investigação da filosofia grega

Leituras filosóficas

1. De acordo com o trecho, quem são os jovens que seguiam Sócrates? Por que isso provocaria incômodo em outras pessoas?

São os jovens das famílias mais ricas, que dispõem de tempo para conversar e discutir com Sócrates. Aqueles que consideram que tudo sabem e que são da mesma classe que esses jovens se incomodam que estes escutem um homem humilde como Sócrates; por isso, o acusam de corromper a juventude.

2. Com base no que você leu neste capítulo e no anterior, explique os motivos de cada um dos grupos defendidos por Meleto, Ânito e Lícon para se opor a Sócrates.

O grupo de Meleto (os poetas) não aceita as críticas de Sócrates aos poetas antigos Homero e Hesíodo porque tudo explicavam por meio de mitos. O de Ânito, composto dos artesãos e dos políticos, opunha-se a Sócrates por causa das disputas políticas trazidas pela nova classe social. E o de Lícon, por causa da demagogia dos oradores nas assembleias, que

buscavam persuadir com base em opiniões e que ganhavam dinheiro ensinando a arte da retórica, em vez de perseguir o conhecimento verdadeiro.

Conexões

1. Procure no dicionário as acepções para a palavra *filosofia*.

a) Compare essas definições com o que você viu a respeito da atividade filosófica na Grécia antiga.

Comentário: A resposta dependerá das definições encontradas no dicionário consultado pelos estudantes.

b) Pelo que você estudou no Capítulo 2, mostre qual definição da filosofia explica o que os filósofos gregos entendiam por filosofia.

Espera-se que o estudante indique a definição de que a filosofia é a fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas.

2. Partindo da posição socrática, como a afirmação da personagem da tirinha sobre os "temas básicos da humanidade", que o livro abordaria, poderia ser questionada?

A tirinha remete à concepção que o senso comum tem de filosofia, que é exatamente o que era questionado por Sócrates com a pergunta "O que é?" ou "Qual é a essência dos valores nos quais você acredita?". Assim, o personagem da tirinha apresenta sua obra como um compêndio sobre "grandes temas", como vida, dinheiro e amor. A postura socrática questiona ideias prontas sobre temas e questiona também qual seria a importância de cada tema.

Em síntese

1. Liste os principais períodos da filosofia grega, relacionando-os à ideia central de cada um deles.

Os principais períodos da filosofia grega são: 1) período pré-socrático ou cosmológico (do final do século VII a.C. ao final do século V a.C.), quando a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza; 2) período socrático ou antropológico (do final do século V a.C. ao final do século IV a.C.), quando a filosofia investiga as questões humanas – isto é, a ética, a política e as técnicas – e busca compreender qual é o lugar do ser humano no mundo; 3) período sistemático (do final do século IV a.C. ao final do século III a.C.), quando a filosofia se interessa em mostrar que tudo, inclusive o fundamento último de todas as coisas, pode ser objeto do conhecimento filosófico, desde que as leis do pensamento e de suas demonstrações estejam firmemente estabelecidas para oferecer os critérios da verdade e da ciência; e 4) período helenístico ou greco-romano (do final do século III a.C. ao século VI d.C.), quando a filosofia se ocupa sobretudo com as questões da ética, do conhecimento humano e das relações entre o ser humano e a natureza, e de ambos com Deus.

2. O que é *kinésis* ou o devir? Por que essa ideia é central no pensamento pré-socrático?

Kinésis, em grego, significa 'movimento'. Por movimento, os gregos não entendem apenas a mudança de lugar ou a locomoção, mas toda e qualquer alteração ou mudança qualitativa e/ou quantitativa de um ser, bem como seu nascimento e seu perecimento. Esse movimento das coisas e do mundo chama-se devir, e segue leis rigorosas determinadas pela *physis* – a causa natural contínua e imperecível da existência de todos os seres e de suas transformações. Essa ideia é central para o pensamento pré-socrático porque nesse período a filosofia se ocupa fundamentalmente com a origem do mundo e as causas das transformações na natureza.

3. Que ensinamentos dos sofistas Sócrates combatia? O que ele propunha em contrapartida?

Sócrates combatia um ensino que se baseasse na retórica ou oratória – conjunto de técnicas de discurso com que um orador buscava vencer discussões independentemente da posição sustentada. Esse uso da retórica não visava à busca pela verdade, mas à manipulação das opiniões dos interlocutores em favor do orador. Sócrates condenava tal postura e defendia, em contrapartida, o ensino da busca pela verdade. Essa busca, porém, pressupunha o autoconhecimento. Sócrates propunha, por isso, a busca do autoconhecimento como condição para todos os outros conhecimentos verdadeiros.

4. Explique, com suas palavras, o que Sócrates pretendia ao buscar a essência e o conceito das coisas.

Sócrates pretendia superar a mera opinião. As opiniões sobre uma coisa variam conforme a pessoa, o lugar e a época. São instáveis e parciais, influenciadas por diversos fatores externos à própria coisa. Por isso, são vistas por Sócrates como fontes de erro. A essência, ao contrário, é o que uma coisa é verdadeiramente em si mesma, independentemente do gosto ou ponto de vista de cada um. Por isso, ela é intemporal, universal e necessária. Ela não é dada pelos sentidos, mas pelo pensamento. O que o pensamento conhece da essência é o que se chama *conceito*. Dialogando por Atenas, Sócrates não afirmava, mas sim perguntava aos cidadãos os conceitos de valores que julgavam conhecer. Ao perceber que suas ideias eram contraditórias, essas pessoas viam que não conheciam o que julgavam conhecer e tornavam-se, com isso, aptas a começar a procurar a verdade.

5. Sócrates incomodou muitos atenienses e acabou sendo condenado à morte.

a) Por que isso aconteceu?

As perguntas de Sócrates referiam-se a ideias, valores, práticas e comportamentos que os atenienses julgavam certos e verdadeiros em si mesmos e por si mesmos. Ao suscitar dúvidas, Sócrates fazia os atenienses pensarem não só sobre si mesmos, mas também sobre a pólis. Aquilo que parecia evidente acabava sendo percebido como duvidoso e incerto. Se todos aceitam, sem pensar, as coisas como elas são – ou melhor, como dizem e fazem todos acreditarem que são –, os poderosos mantêm seu poder. Para os poderosos de Atenas, Sócrates tornara-se um perigo, pois fazia a juventude pensar. Por isso, acusaram-no de desrespeitar os deuses, corromper os jovens e violar as leis.

b) Busque na história um exemplo de outro indivíduo ou movimento perseguido por causas semelhantes.

Resposta pessoal, que depende de pesquisa. Algumas possibilidades: Anaxágoras, Giordano Bruno, Galileu Galilei, Martin Luther King, Chico Mendes, Espinosa, Gandhi, entre outros, são exemplos de pessoas perseguidas por fazerem refletir sobre ideias e práticas vigentes.

6. Por que Platão distinguiu entre o sensível e o inteligível? Qual a relação dessa distinção com o Mito da Caverna, que vimos no Capítulo 1?

Platão faz a distinção para marcar a diferença entre ilusão e realidade e entre o falso e o verdadeiro, portanto, a diferença entre o que conhecemos por meio de nossos sentidos e o que conhecemos por meio do pensamento. A passagem do sensível ao inteligível é narrada no Mito da Caverna.

7. Qual é a classificação das ciências feita por Aristóteles?

Aristóteles distingue entre ação e contemplação e usa isso como critério para classificar as ciências. As ciências da ação são as ciências produtivas ou técnicas, as ciências práticas, isto é, a ética e a política. As ciências da contemplação são as ciências teoréticas, que são a metafísica, a física, a lógica e a teologia.

8. Tomando como base a classificação aristotélica dos campos da investigação filosófica, como poderiam ser categorizadas a Química e a Agronomia? Justifique.

A Química estaria entre as ciências teoréticas ou contemplativas, que estudam as coisas que existem independentemente dos seres humanos e suas ações, como os elementos naturais, por exemplo. Dentro dessa classificação, a Química ainda se encaixaria entre as ciências das coisas naturais submetidas à mudança e ao devir, pois estuda algo que existe de formas variadas na natureza. A Agronomia, por sua vez, se encaixaria entre as ciências produtivas, porque sua finalidade é uma ação que visa à produção de algo.

9. Quais são as principais características do período helenístico?

A filosofia do período helenístico foi produzida no período em que a Grécia esteve sob o poder, primeiro, do Império Macedônico e, depois, do Império Romano. Primeiramente, os filósofos gregos afirmam que o cosmos é a sua pólis ou a sua cidade, e, por isso, a filosofia é chamada de cosmopolita. Além disso, os filósofos passaram a conceber a filosofia como um sistema formado pelas coisas da natureza, os seres humanos e as relações entre estes e aquelas. Os sistemas filosóficos são compostos de física, teoria do conhecimento e ética.

CAPÍTULO 5 – Principais períodos da história da filosofia

Leituras filosóficas

- Após a leitura do trecho, responda, por escrito, às seguintes questões:

a) Quais são as fontes do saber, de acordo com o autor?

Segundo o autor, o saber consiste de coisas de que somos testemunha e de coisas em que acreditamos. Nas últimas, a fé vê as coisas com a mente.

b) Agostinho afirma: “Podemos com razão dizer que há saber quando cremos em algo com certeza e dizemos que vemos com a mente essas coisas nas quais cremos, ainda que não estejam presentes aos nossos órgãos dos sentidos”. Em que aspectos esse trecho se aproxima e em que aspectos se distancia do que vimos sobre o pensamento de Sócrates e Platão no Capítulo 4?

Agostinho aproxima-se de Sócrates nesse trecho porque diminui o papel dos órgãos do sentidos como fonte do saber, conferindo primazia à mente. No entanto, distancia-se dele porque considera a crença superior à razão.

Conexões

1. Em grupo ou individualmente, escolha(m) uma atividade do mundo contemporâneo em que você(s) identifique(m) a presença da razão e da vontade livre. Em seguida, elabore(m) um breve comentário sobre ela e sobre como a razão e a vontade a influenciam.

Resposta pessoal. **Orientação para a resposta:** verifique se os estudantes argumentam corretamente a

respeito da atividade selecionada, isto é, se ela opera de acordo com os princípios da razão e da vontade livre, lidando com o que a fortuna traz.

2. As ideias de razão e de vontade livre influenciaram o pensamento ideológico daqueles que propagam a meritocracia, ou seja, que acreditam que uma vida bem-sucedida depende única e exclusivamente do empenho do indivíduo. Em que aspectos a ideia de fortuna e *virtù* se aproxima e em que aspectos nega a possibilidade da meritocracia? Busque dar exemplos concretos.

   A ideia de *virtù* se aproxima da de mérito, pois se aproxima da força de vontade e do empenho do indivíduo, isto é, de supostas capacidades individuais de um indivíduo. No entanto, quando reunimos *virtù* e fortuna, vemos que a meritocracia está equivocada, por dois motivos: 1) porque a fortuna é uma onda impetuosa incontrolável (assim, as condições de vida e as possibilidades de um indivíduo são influenciadas por fatores que fogem a seu alcance); e 2) porque a *virtù* é a capacidade de criar condições objetivas para controlar a própria fortuna e, portanto, exige mais do que a simples vontade do indivíduo (não basta o querer, como prega a ideologia meritocrática, e sim um conjunto de fatores propiciado pela ação do indivíduo). Os exemplos dependerão de cada estudante.

Em síntese

1. A filosofia está à margem da história ou intimamente ligada a ela? Por quê?

   A filosofia está intimamente ligada à história: ela está na história e tem uma história. A filosofia *está na história* porque manifesta e exprime os problemas e as questões que, em cada época de uma sociedade, as pessoas colocam para si mesmas diante do que é novo e ainda não foi compreendido. E a filosofia *tem uma história* porque as respostas, soluções e novas perguntas oferecidas em cada época tornam-se saberes adquiridos que outros filósofos prosseguem ou, frequentemente, tornam-se novos problemas que outros filósofos tentam resolver. Além disso, as transformações nos modos de conhecer podem ampliar os campos de investigação da filosofia, fazendo surgir novas disciplinas filosóficas, ou diminuí-los, porque alguns de seus conhecimentos podem formar disciplinas separadas.

2. A patrística tentou conciliar a religião cristã com ideias da filosofia greco-romana, em especial nas relações entre fé e razão. Para você, essa proposta era coerente? Por quê?

   Resposta pessoal. **Orientação para a resposta:** nesta questão, o estudante deverá exercitar sua capacidade de fundamentar uma posição a respeito do que é perguntado tendo como referência o que está exposto no capítulo. Deve-se levar em conta, entretanto, que a relação entre a filosofia e dogmas religiosos é necessariamente difícil, pois a filosofia supõe a fundamentação racional de todos os seus enunciados, ou seja, supõe, por princípio, que todas as suas afirmações devem ser submetidas ao questionamento racional. O dogma, ao contrário, é inquestionável por princípio.

3. Quais eram os grandes temas da filosofia medieval?

   A diferença e a separação entre infinito (Deus) e finito (ser humano, mundo); a diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda); a diferença e a separação entre corpo (matéria) e alma (espírito); o Universo como uma hierarquia de seres, na qual os superiores dominam e governam os inferiores; a subordinação do poder temporal dos reis e barões ao poder espiritual de papas e bispos.

4. Resuma as três grandes linhas da filosofia da Renascença e explique por que exprimem o humanismo renascentista.

   Primeira: a linha proveniente da leitura de diálogos de Platão, das obras dos filósofos neoplatônicos e da descoberta dos livros do hermetismo ou de magia natural. Nela, a natureza era concebida como um grande ser vivo, dotada de uma alma universal entrelaçada com todas as coisas, sendo o homem concebido como parte dessa natureza. Segunda: a linha originária dos pensadores florentinos, que valorizava a vida ativa (a política) e defendia a liberdade das cidades italianas contra o Império Romano-Germânico. E terceira: aquela que propunha o ideal do homem como artesão ou arquiteto de seu próprio destino, tanto por meio dos conhecimentos quanto por meio da política, das técnicas e das artes. Elas exprimem o humanismo renascentista porque nelas o ser humano é valorizado, colocado como centro do Universo, defendido em sua liberdade e em seu poder criador e transformador.

5. Por que o surgimento do sujeito do conhecimento foi importante para que se superasse o ceticismo na filosofia moderna?

   Porque permitiu que o pensamento refletisse sobre sua própria capacidade de conhecer e constatasse que é capaz de: 1) conhecer a si mesmo como consciência de si reflexiva; 2) conhecer as coisas exteriores quando as apreende como ideias necessárias e demonstráveis, que dependem apenas de suas operações cognitivas.

6. De acordo com o texto, como era concebida a natureza na filosofia moderna? Por que essa concepção leva às ideias de experimentação científica e de tecnologia?

A concepção de natureza corrente na filosofia moderna é dada por Galileu: a natureza é um sistema ordenado de causas e efeitos necessários cuja estrutura profunda e invisível é matemática. Se a natureza é um sistema de causas e efeitos, e estes podem ser conhecidos pela consciência, o ser humano torna-se capaz de reproduzir ou anular essas cadeias causais a fim de produzir ou evitar efeitos que queira. É isso que lança a possibilidade da experimentação científica e da tecnologia.

7. Consulte a linha do tempo, no final do livro, e identifique os temas abordados por filósofos do período moderno que se relacionem com o que você leu sobre o racionalismo.

Natureza matemática, *cogito*, dúvida metódica, ideias inatas, método.

8. Por que a filosofia do século XVIII foi denominada *As Luzes* ou *Iluminismo?*

O termo iluminismo consagrou-se porque, na época, a razão foi identificada com a luz do conhecimento, a luz do saber, em contraposição às trevas, associadas pelos iluministas à tradição e ao dogma.

9. Quais os principais temas do pensamento iluminista?

Os principais temas do pensamento iluminista foram: a vitória da razão contra a tirania; a razão como causa do aperfeiçoamento e do progresso humano; o aperfeiçoamento da razão como passagem do atrasado ao civilizado; e a diferença entre natureza e civilização: a primeira é o reino das leis naturais necessárias e universais e a segunda depende da razão e da vontade livre dos seres humanos.

10. Consulte a linha do tempo, no final do livro, e identifique os temas abordados por filósofos do período iluminista que se relacionem especificamente com o que você leu sobre o período.

Cidadania, Vontade Geral, crítica da razão pura.

CAPÍTULO 6 – A transformação da filosofia na contemporaneidade

Leituras filosóficas

- Relacione trechos do texto com argumentos contra a razão indolente.

O texto faz uma crítica à autorreflexividade, que parte do que o indivíduo pensa sobre sua própria vida para então poder intervir na realidade. Para Boaventura, isso é privilégio para poucos, que a atribuem aos outros. Assim, a cultura do narcisismo e o automatismo impedem os dominantes de refletir sobre seus atos; já os dominados sequer têm como se dedicar a isso, premidos pela necessidade de garantir a sobrevivência. Em seu texto, Boaventura também reforça a grande polarização entre ricos e pobres, entre os que comandam o processo de criação e destruição genericamente denominado globalização econômica e os que sofrem os efeitos desse processo.

Conexões

- O que essa existência virtual tem a ver com o pensamento pós-moderno? Releia as críticas da filosofia pós-moderna às ideias da modernidade e elabore um texto com aspectos que demonstrem ou rejeitem essa relação. Procure compreender como funcionavam, em outras épocas, os processos de sociabilidade, de trabalho, os estudos e pesquisas escolares, entre outras atividades.

Orientações para resposta: A proximidade entre a existência virtual e o pensamento pós-moderno não se limita ao momento histórico em que se desenvolveram (a partir dos anos 1970-1980). Encontramos também muitas afinidades de ideias. A existência virtual é marcada pela finitude e pela fragmentação da experiência, e normalmente seu critério é o da eficácia (velocidade e quantidade de transmissão de dados, encurtamento das distâncias, qualidade de imagem e de som, entre outros critérios) na satisfação de desejos múltiplos e muitas vezes concomitantes. Ou seja, seu sentido está em atender às muitas demandas de seres desejantes.

A existência virtual é também fortemente fragmentada e se vale disso no apelo aos desejos. Por meio de qualquer *chat*, rede social ou programa de mensagens instantâneas, é possível manter múltiplas conversas sobre múltiplos assuntos com múltiplas pessoas em múltiplos locais sem que todas essas informações convirjam para um sentido único e totalizante. Ao contrário: o que se vê são espaços para interações cada vez mais delimitadas: salas de bate-papo temáticas, *sites* de imagens e *blogs* especializados em assuntos de abrangência restrita, comunidades virtuais de aficionados por determinado assunto, indivíduo ou objeto. Na existência virtual, também a política se fragmenta, e a ação política, na forma de ativismo virtual, se movimenta em torno de questões que, embora importantes, não deságuam em uma visão total de papéis políticos.

Por outro lado, um traço tipicamente moderno permeia a existência virtual. A noção de progresso, ou seja, de que existe uma linha evolutiva que nos conduz a uma sociedade melhor, subjaz o otimismo com que são recebidas as inovações tecnológicas.

O tema da fragmentação do sujeito é abordado por Jorge Furtado no filme *O homem que copiava*, de 2003. No filme, o protagonista, André (Lázaro Ramos), trabalha como operador de fotocopiadora,

como ele mesmo diz. Este trabalho coloca-o diariamente diante de informações fragmentadas nas poucas páginas dos livros que ele copia para seus clientes, mas a exposição à informação não lhe fornece um sentido para todas elas.

Em síntese

1. O pensamento de filósofos como Hegel e Comte originou uma concepção otimista da história.

   a) Qual é a principal ideia relacionada a essa concepção?

   A principal ideia relacionada a essa concepção é a de progresso, ou seja, de que a humanidade acumula conhecimento e técnicas e por isso caminha progressivamente para um futuro melhor do que o presente. Isso significaria que a história tem um só sentido e finalidade.

   b) Por que ela foi refutada por filósofos do século XX?

   Em última instância, a ideia de história como unidade, com um só sentido e finalidade, justificaria a dominação de povos considerados "atrasados" pelos "adiantados". No século XX, porém, os filósofos consideraram que cada sociedade tem sua história própria, em vez de ser apenas uma etapa na história universal. Em cada época e para cada sociedade, os conhecimentos e práticas possuem sentido e valor próprios, que mudam ou desaparecem numa época seguinte, quando a sociedade já é outra. Por isso, segundo esses filósofos, a História não é progressiva, mas descontínua.

2. O desenvolvimento das ciências e técnicas no século XIX causou otimismo na maioria dos filósofos da época. Esse otimismo se manteve ou não nos séculos XX e XXI? Por quê?

   No século XX, a filosofia passou a desconfiar do otimismo do século anterior em razão de vários acontecimentos: guerras; desequilíbrio ecológico; problemas éticos e políticos; a incorporação das ciências e das técnicas a grandes complexos industriais e militares que operam de acordo com interesses próprios, desencadeando guerras, ditaduras, violências em toda parte, quando isso convém às suas finalidades. Além do incremento material e da extensão do domínio humano sobre a natureza a fim de prover saúde, segurança e bem-estar às pessoas, esperava-se que esse avanço proporcionasse uma organização mais racional da vida social e individual, resolvendo as desigualdades, as revoltas e revoluções, assim como as angústias, o medo e a loucura. Assim, os acontecimentos dramáticos citados acima frustraram as expectativas depositadas nos avanços técnico-científicos.

3. Explique a distinção feita pela Teoria Crítica entre razão instrumental e razão crítica.

   A razão instrumental é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas um meio de intimidação, medo, terror e desespero. Ao contrário, a razão crítica é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano.

4. Por que os filósofos contemporâneos se tornaram descrentes com relação a revoluções sociais e políticas?

   Porque, diante do surgimento das chamadas sociedades totalitárias ou dos regimes totalitários (fascismo, nazismo, stalinismo, maoismo), e diante do aumento do poder das sociedades autoritárias ou ditatoriais, a filosofia passou a indagar se os seres humanos seriam capazes de criar e manter uma sociedade nova, justa e feliz.

5. Os filósofos do século XIX se dividiram em duas correntes ao definir a cultura. Como a filosofia do século XX se contrapôs a cada uma dessas concepções?

   A primeira corrente pregava que para toda a humanidade havia uma mesma e grande cultura em progresso. As diferentes culturas seriam etapas dessa cultura maior. A segunda corrente, dos filósofos românticos, pregava que as culturas não formavam uma sequência, mas eram culturas particulares, nacionais, com um espírito particular enraizado em seu passado. Contra a filosofia da cultura universal, a filosofia do século XX negou que houvesse uma única cultura em progresso e afirmou a existência da pluralidade cultural. Contra a filosofia romântica das culturas nacionais como expressão do "espírito do povo" e do conjunto de tradições, a filosofia do século XX negou que a nacionalidade fosse causa das culturas (ao contrário: as nacionalidades são efeitos culturais temporários) e afirmou que cada cultura se relaciona com outras e encontra dentro de si seus modos de transformação.

6. De acordo com o texto, por que as descobertas da ideologia, por Marx, e do inconsciente, por Freud, questionaram o otimismo racionalista?

   O otimismo racionalista do século XIX se apoiava na ideia de que a razão se desenvolvera plenamente, de modo que o conhecimento completo da realidade e das ações humanas podia ser atingido. Entretanto, a descoberta da ideologia, por Marx, e do inconsciente, por Freud, mostraram que muitas vezes o que julgamos estar sob o controle de nossa consciência não passa de ilusões criadas por um poder social invisível que nos força a pensar e agir da maneira por ele determinada, ou por um poder (psíquico e social) que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba.

7. Após a crítica de Kant à metafísica, a que se dedicou a filosofia?

A filosofia passou a se dedicar: a) à teoria do conhecimento ou sobre a capacidade humana de conhecer; b) à ética, ou o conhecimento das condições da ação moral realizada por liberdade e por dever.

8. Quais foram as duas principais correntes filosóficas criadas no século XX após a crise da metafísica? O que propuseram como temas da filosofia?

A fenomenologia, que se interessa pela consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento, e a filosofia analítica, que se interessa pelas formas e modos de funcionamento da linguagem.

9. Quais são as principais ideias dos filósofos pós-modernos?

Para os filósofos pós-modernos, as pretensões da razão nos campos do conhecimento e da prática são ilusórias e até mesmo formas de dominação; o conhecimento não se baseia na distinção entre o verdadeiro e o falso, mas nos critérios da utilidade e da eficácia; não é válida a distinção entre sujeito e objeto, porque ambos são resultado de operações teóricas e técnicas; a ideia de história universal contínua e de histórias particulares descontínuas deve ser recusada, porque não se pode aceitar a própria ideia de história, e portanto, a distinção entre natureza e história; o ser humano não é concebido como um ser racional dotado de vontade livre, mas como um ser desejante; a esfera da intimidade e das relações pessoais deve receber maior atenção que a esfera da política; e a sociedade consiste em uma teia de grupos que se diferenciam por etnia, gênero, religião, costumes, comportamentos, gostos e preferências.

10. Como a filosofia contemporânea reage à posição do pós-modernismo? O que é a crítica da razão indolente?

A crítica ao pós-modernismo pode ser chamada, como diz Boaventura de Souza Santos, uma crítica à razão indolente ou preguiçosa. Existem tarefas críticas importantes para a razão contemporânea, como a crítica à cultura do narcisismo, à sociedade da vigilância e do controle e às novas divisões sociais.

11. Identifique, na linha do tempo, os principais temas abordados pelos filósofos dos últimos sessenta anos e relacione dois deles a eventos ou comportamentos da atualidade.

Resposta aberta. **Orientação para a atividade:** antes de pedir aos estudantes que façam esta atividade, oriente-os a pesquisar mais sobre os filósofos desse período na internet e em livros. A ideia não é promover uma pesquisa aprofundada, mas sim levá-los a descobrir os temas discutidos e, principalmente, a importância desse debate na realidade contemporânea.

Além do desdobramento das temáticas sobre a indústria cultural e massificação, nas reflexões sobre os meios de comunicação de massa, despontam as temáticas sobre como a dominação deixa de ser exterior e é interiorizada pelos próprios dominados, desdobramentos da reflexão sobre o capital, o pensamento feminista, a temática do reconhecimento, a temática do fim da modernidade e surgimento da pós-modernidade, o fim do conceito de sujeito, a desconstrução, assim como a renovação de antigas temáticas como a ética e a justiça.

12. Interprete as duas tirinhas reproduzidas neste capítulo, relacionando-as a ideias e críticas expostas no texto.

A tirinha de Calvin brinca com a ideia do progressivo aperfeiçoamento das ciências e das técnicas e tecnologias. Por meio da brincadeira infantil entre Calvin e Haroldo (o tigre de pelúcia de Calvin), a tirinha fala dos processos de tentativa e erro que orientam a pesquisa científica e da ambição humana em atingir objetivos cada vez mais complexos. Já a tirinha de André Dahmer se relaciona a aspectos como o da sociedade de controle e mostra que a razão instrumental faz das ciências e das técnicas um meio de intimidação, e põe a seu serviço a organização burocrática de toda a sociedade, limitando as possibilidades dos indivíduos.

Explorando imagens

Ciência e controle

Algumas imagens do Capítulo 6 podem ser usadas para tratar sobre otimismo e pessimismo com o progresso científico. As fotos da abertura (p. 68) e da destruição de Hiroxima (p. 69) pela bomba atômica são bastante significativas de tragédias decorrentes do mau uso de artefatos tecnológicos. No entanto, de modo geral, a sociedade segue entusiasta das ideias de progresso linear e evolutivo, separando o que seria o desenvolvimento da ciência e os usos que podem ser feitos dela. A imagem do laboratório de luz síncrotron (p. 76) é um exemplo de como são feitos grandes investimentos estatais em pesquisas científicas de caráter teórico que podem, eventualmente, originar aplicações, mas cujo principal objetivo é fazer avançar o conhecimento e o controle humano sobre a natureza.

Em contrapartida, vale a pena promover um debate com base na imagem do centro de operações de uma empresa concessionária de rodovias (p. 77), relacionando-a ao conceito de razão técnico-científica, proposto pela Teoria Crítica, e à crítica da sociedade da vigilância e do controle, promovida por diferentes filósofos contemporâneos, como Gilles Deleuze. A afirmação cotidiana, na mídia, na propaganda e em discursos políticos, de benefícios da implantação de sistemas de

segurança se baseia na ideia de intimidação. Ou seja, o que num primeiro momento é implantado para flagrar delitos acaba, num segundo momento, condicionando todo o comportamento das pessoas. Uma vez instalado esse sistema de monitoramento de todas as atividades ocorridas nos mais diversos ambientes, aqueles que dominam os meios do pensamento instrumental podem ampliar seu controle sobre a atividade dos indivíduos para além dos fins alegados.

Você pode propor aos estudantes que levem imagens de outros aspectos da vida contemporânea em que a possibilidade de benefícios trazidos pelos produtos da tecnologia traga também riscos à autonomia e à liberdade das pessoas. Outro interessante ponto do capítulo que pode ser explorado com imagens, em contraposição aos exemplos do parágrafo anterior, é a luta humana por liberdade, a despeito dos condicionamentos psíquicos, históricos, econômicos, culturais. A busca atual por outros usos e ocupações da cidade, outras estéticas, aparece, por exemplo, nos grafites (p. 73). Já a fotografia do indígena yawalapiti filmando uma cerimônia tradicional (p. 72) mostra as diferentes possibilidades com que pessoas de diferentes culturas podem se apropriar dos produtos da técnica e da tecnologia.

Unidade 2 – A razão

CAPÍTULO 7 – Os vários sentidos da palavra *razão*

Leituras filosóficas

- No texto, para construir a analogia entre o desenvolvimento da técnica e o desenvolvimento da razão, o autor estabelece uma relação inversamente proporcional entre dois termos em cada um dos exemplos. Identifique esses termos e explique por que essa relação é inversamente proporcional.

  A analogia entre o uso e o desenvolvimento do martelo e o uso e o desenvolvimento da razão é uma comparação entre a capacidade humana para criar instrumentos técnicos cada vez mais aperfeiçoados para a melhoria da vida e a capacidade da razão para criar instrumentos mentais cada vez mais aperfeiçoados para o avanço do conhecimento. A relação inversamente proporcional, no plano técnico, se estabelece da seguinte maneira: quanto mais se aperfeiçoam os instrumentos técnicos, tanto menos esforço é exigido. Da mesma forma, quanto maior é o desenvolvimento dos meios de conhecimento, tanto menor é o esforço para chegar à sabedoria.

Conexões

1. Pesquise, em livros e *sites*, um pouco sobre as descobertas de Lavoisier. Então, explique como a razão lhe permitiu adotar procedimentos explicativos que afastaram atitudes mentais como o conhecimento ilusório e a crença religiosa. A resposta é pessoal e depende da pesquisa realizada pelos estudantes.

   Orientações para a resposta: espera-se que os estudantes apontem que Lavoisier afastou aquilo que nossas percepções imediatas fornecem e que as explicações tradicionais oferecem para buscar aperfeiçoar o conhecimento.

2. De que modo os quatro princípios da razão – princípio da identidade, da contradição, do terceiro excluído e da razão suficiente – aparecem na descoberta de que a água não é uma substância simples, e sim composta de dois elementos diferentes (oxigênio e hidrogênio)?

   Por meio do princípio da identidade, afirma-se que a água é a água, e assim sendo, conforme o princípio da não contradição, ela não pode ser de outra maneira. Ou seja, aquilo que constitui o que conhecemos por água é sempre a mesma coisa, e como ela não se transforma no tempo, esse princípio sempre é válido. O princípio do terceiro excluído estabelece que apenas uma explicação pode estar correta para a água. Se a água é como é, e não de outra maneira, então há motivos que explicam o porquê de ela ser como é, segundo o princípio da causalidade. Esse princípio, tomado em conjunto com os demais, embasa a ideia de que dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio sempre comporão água, independentemente de seu estado físico, e nunca outra coisa.

Em síntese

1. Cite alguns sentidos que a palavra *razão* pode ter no uso cotidiano. Explique a diferença entre cada um deles de acordo com o uso.

   No dia a dia usamos a palavra *razão* com diferentes sentidos: certeza, lucidez, motivo, causa. Ao dizermos “você tem razão”, admitimos que o outro está correto com relação a alguma coisa; ao dizermos “você está nervosa demais, perdeu a razão”, razão é utilizada no sentido de lucidez; em frases como “vou lhe contar minhas razões para o que fiz”, nos referimos aos motivos que alguém tem para algo; e ao perguntarmos “qual é a razão disso?”, buscamos a causa de alguma coisa. Também usamos o adjetivo racional para indicar clareza de ideias, resultado de esforço intelectual ou da inteligência segundo normas e regras do pensamento e da linguagem.

2. Qual é o papel que a razão exerce na escolha e na decisão das nossas ações?

A razão determina e designa as regras da ação refletida (ética). Ela permite que compreendamos as causas de nossos impulsos e inclinações – emoções e sentimentos – para fazer algo; permite que avaliemos se esses impulsos estão em conformidade com o bem, que não é mais identificado com a meta irrefletida para a qual um impulso nos dirige, mas sim com um critério coerente e fundamentado nas regras e leis do pensamento; e ela modera esses impulsos e os orienta na direção do que ela determinou como o bem.

3. Quais são as atitudes mentais opostas à razão? Por que elas se opõem à razão?

As atitudes mentais opostas à razão são:

1) o conhecimento ilusório, isto é, o conhecimento da mera aparência das coisas que não alcança a realidade ou a verdade delas. Ele se opõe à razão porque se contenta com a coisa como dada imediatamente, sem compreender suas causas, e também porque varia entre pessoas e sociedades, contradizendo-se;

2) as emoções, sentimentos e paixões. Opõem-se à razão porque são cegos, desordenados e contraditórios;

3) a crença religiosa, em que a verdade nos é dada pela fé numa revelação divina. Ela opõe-se à razão porque não depende do trabalho de conhecimento realizado pela nossa inteligência ou pelo nosso intelecto, dispensando a determinação de suas causas;

4) o êxtase místico, no qual o espírito acredita entrar em relação direta com o ser divino. Ele opõe-se à razão porque acredita que isso ocorre sem nenhuma intervenção do intelecto ou da inteligência, nem da vontade.

4. Caracterize os princípios da identidade, da contradição, do terceiro excluído e da razão suficiente. Dê exemplos novos, mostrando como cada um deles pode ser aplicado a um determinado fato ou objeto.

O princípio de identidade afirma que uma coisa, seja ela qual for (um ser da natureza, uma figura geométrica, um ser humano, uma obra de arte, uma ação), só pode ser conhecida e pensada se for percebida e conservada com sua identidade. Ele é condição para podermos definir uma coisa e pensá-la com base em sua definição: a partir do momento em que temos a definição de um triângulo, sabemos que outra figura também é um triângulo se ela for idêntica à definição. Em outras palavras, "o que é, é", ou A = A. Exemplo: numa investigação criminal, por um lado, temos um suspeito e, por outro, temos uma amostra de DNA que sabemos ser do criminoso, que ainda não conhecemos. Saberemos que nosso suspeito é o criminoso se uma amostra de DNA desse suspeito for idêntica àquela que sabemos ser do criminoso.

O princípio da contradição (ou princípio da não contradição) enuncia que uma coisa não pode ser e não ser essa mesma coisa ao mesmo tempo e na mesma relação. Ou seja, se A é A, é impossível que A seja não A, ao mesmo tempo e na mesma relação. Sem esse princípio, o princípio da identidade não funciona. Uma mesa não ser pode ser (ao mesmo tempo e na mesma relação) uma "não mesa": uma cadeira, uma pá, um gato, etc. Tomemos uma relação entre mãe e filha. Eu até posso ser mãe e filha ao mesmo tempo, mas não na mesma relação: sou filha de Maria e mãe de Renata, por exemplo. Mas não posso ser, ao mesmo tempo, filha e mãe de Maria, nem mãe e filha de Renata. Dentro dessa relação, podemos dizer que a filha é a não mãe (não M), de maneira que a mãe (M) não pode ser, ao mesmo tempo, M e não M.

Já o princípio de razão suficiente afirma que tudo o que existe e tudo o que acontece tem uma razão (causa ou motivo) para existir ou para acontecer, e que nossa razão pode conhecer tal causa ou motivo. Ou seja, afirma a existência de relações ou conexões internas entre as coisas, entre fatos ou entre ações e acontecimentos. Se uma maçã, ao se desprender da macieira, vai ao chão, isso significa que há uma força que a impulsiona de sua posição para baixo. Essa força, sabemos, é a gravidade.

Outros exemplos podem ser dados para os três princípios.

5. De acordo com o texto, quais são as principais características da razão? Em sua resposta, explique cada uma delas.

A razão não possui um conteúdo determinado, mas formas que indicam como as coisas devem ser pensadas: ela indica as regras gerais para que toda e qualquer coisa, e não uma ou outra, seja conhecida e pensável. Essas formas (princípios) possuem validade universal, isto é, onde houver razão (nos seres humanos e nas coisas, nos fatos e acontecimentos), em todo tempo e em todo lugar, tais princípios são verdadeiros e empregados por todos (os humanos) e obedecidos por todos (coisas, fatos, acontecimentos). Além disso, eles são necessários, indispensáveis, isto é, indicam que algo é assim e não pode ser de outra maneira.

CAPÍTULO 8 – A atividade racional

Leituras filosóficas

1. Como é a relação que se constitui entre ser humano e ciência segundo cada uma das duas teorias mencionadas por Horkheimer?

A teoria tradicional considera que a ciência está voltada para a formulação de questões que reproduzem

a vida dentro da sociedade atual. A teoria crítica se volta para os seres humanos como produtores das formas históricas de vida e das suas mudanças; portanto, concebe as ciências levando em conta o poder dos seres humanos sobre a natureza e a sociedade.

2. Considere a diferenciação entre razão instrumental (técnico-científica) e razão crítica. Segundo o pensamento do autor, de qual delas a teoria de origem cartesiana estaria mais próxima? Por quê?

Para Horkheimer, a teoria cartesiana está mais próxima da razão instrumental porque considera a ciência do ponto de vista de sua eficácia técnica, dentro das formas de reprodução da vida na sociedade, e não da possibilidade de transformação da vida social.

Conexões

- O professor vai dividir a turma em grupos. Cada grupo ficará responsável por pesquisar exemplos desses procedimentos racionais em uma disciplina para apresentar à classe. Após realizar a pesquisa, você e seus colegas deverão organizar uma apresentação oral, que poderá contar com o apoio de imagens e cartazes. Vocês deverão dizer qual dos procedimentos foi empregado e explicar como ele foi utilizado. Um dos grupos poderá pesquisar exemplos na literatura.

Orientação para a atividade: procure envolver os professores das demais disciplinas para que eles possam dar orientações específicas e avaliar a correção e adequação conceitual das pesquisas dos estudantes. Não é preciso trabalhar com todas as disciplinas, mas é interessante que haja ao menos uma das Ciências Humanas, uma das Ciências Exatas, uma das Ciências da Natureza e a disciplina Língua Portuguesa, para trabalhar com a parte de literatura.

Além de incentivar o trabalho em grupo e as atividades de pesquisa e apresentação do resultados dela, esta proposta permite que os estudantes apreendam de maneira mais concreta conceitos que lhes podem parecer abstratos demais.

Em síntese

1. Qual a diferença entre a razão intuitiva e a razão discursiva?

A razão discursiva ou o raciocínio é uma modalidade de conhecimento de uma realidade ou de um objeto que se dá por meio de várias etapas sucessivas de conhecimento, até que se consiga captar esse objeto por um conceito ou definição. Ao contrário da razão discursiva, a razão intuitiva capta o objeto, por inteiro e completamente, de uma só vez. Trata-se, portanto, de uma visão direta e imediata do objeto do conhecimento, um contato direto e imediato com ele, sem necessidade de provas ou demonstrações para saber o que conhece.

2. O que é a intuição? Caracterize cada tipo de intuição e dê um novo exemplo para cada um deles.

A intuição é uma compreensão global e completa de uma verdade, de um objeto ou de um fato, em que imediatamente a razão capta todas as relações que constituem a realidade e a verdade da coisa intuída. A intuição pode ser de dois tipos: intuição sensível (empírica) e intuição intelectual. A intuição empírica é o conhecimento direto e imediato das qualidades sensíveis de objetos, como cor, sabor, odor, etc. É também o conhecimento imediato de estados mentais que dependeram do contato sensorial com as coisas: lembranças, desejos, sentimentos, etc. Ela refere-se aos estados do sujeito do conhecimento como ser corporal e psíquico individual. Sua marca, por isso, é a singularidade: está ligada, por um lado, à singularidade do objeto intuído e, por outro, à singularidade e às circunstâncias do sujeito que intui. Já a intuição intelectual é universal e necessária. É um conhecimento direto e imediato dos princípios da razão (identidade, contradição, etc.), que, por serem princípios, são indemonstráveis; é o conhecimento de ideias simples, aquelas que não são compostas de outras e não precisam de outras para ser conhecidas; e, por fim, quando ela depende de conhecimentos anteriores, ela é o momento em que esses conhecimentos são sintetizados e percebidos de uma só vez, em sua organização e articulação. Um exemplo possível de intuição sensível: a cor negra das letras impressas sobre uma página. Um exemplo possível de intuição intelectual: a intuição de que o todo é maior que suas partes.

3. Qual é a relação entre intuição intelectual e o pensar segundo a concepção de Descartes? O que é o *cogito* cartesiano?

Descartes conclui que todo ato de pensamento, seja uma intuição intelectual, seja uma demonstração e prova, carrega dentro de si outra intuição fundamental: "penso, logo existo". Por quê? Porque, quando eu penso, é impossível que eu não saiba que esteja pensando. Se eu tiver dúvida de que penso, posso buscar demonstrar isso. Mas, ao buscar fazer a demonstração, imediatamente já estou pensando, e, por isso, é imediatamente evidente que penso. Além disso, para pensar é preciso que alguém realize o ato de pensamento. Isso significa que, se há pensamento, há necessariamente o ser que pensa: o sujeito pensante, eu. Essa intuição que acompanha todo ato de pensamento – o "penso, logo existo" – é o *cogito* cartesiano: o ato em que a intuição capta, num único ato intelectual, a verdade do pensamento pensando em si mesmo.

4. Dê um exemplo novo de raciocínio empírico e o distinga da intuição.

Resposta pessoal. **Comentário:** nessa resposta, cada estudante poderá apresentar os mais diferentes exemplos de sua vida doméstica, profissional, afetiva, etc. O importante é que ele destaque, nos exemplos, a compreensão total, direta e imediata que se apresenta por meio dos sentidos ou sensorialmente, permitindo a percepção de um caminho para a solução de um problema prático. Pode ser o caso do preparo e serviço de uma receita culinária, em que imediatamente se percebe que determinado detalhe realça o sabor ou que este ou aquele tempero pode aprimorar ainda mais o prato.

5. Como se realiza a indução? Dê um exemplo novo.

Na indução, partimos de casos particulares iguais ou semelhantes e procuramos a lei geral, a definição geral ou a teoria geral que os explica e os subordina. Por exemplo: quando solto uma moeda, percebo que ela segue uma trajetória para baixo; quando solto uma maçã, percebo que ela segue uma trajetória para baixo, assim como quando solto uma barra de ferro. Assim, por indução, concluo que há uma propriedade que atrai os corpos em direção ao solo: a força da gravidade.

6. O que é inferência? Qual a diferença entre a inferência dedutiva e a inferência indutiva?

Inferência é processo pelo qual se chega a uma conclusão com base em condições anteriores. Na dedução, de uma questão geral, tiro conclusões particulares, ou seja, dado *X* (definição ou teoria), infiro (concluo) *a, b, c, d* (os casos particulares). Na indução, o processo é inverso: de casos particulares, tira-se uma conclusão geral, ou seja, dados *a, b, c, d* (os casos particulares), infiro (concluo) *X* (definição ou teoria geral).

7. O que é abdução? Exemplifique com uma história de detetive que você conhece.

A abdução é uma espécie de intuição, mas que não se dá de uma só vez, indo passo a passo até chegar a uma conclusão. A abdução é a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais, de indícios, de signos. Muitos são os exemplos de abdução no campo da investigação policial, como os dos romances policiais. Um bom exemplo de abdução pode ser o filme *O show de Truman* (direção de Peter Weir, 1998), no qual o personagem principal vai coletando indícios e sinais até compreender inteiramente o que se passa com ele.

8. Qual é a relação entre o realismo e a ideia de razão objetiva?

O realismo afirma a existência da razão objetiva, porque acredita que a realidade externa obedece por si mesma a princípios racionais.

9. Qual é a relação entre o idealismo e a ideia de razão subjetiva?

O idealismo afirma a existência da razão subjetiva porque, embora a realidade externa exista em si e por si mesma, só podemos conhecê-la tal como nossas ideias a formulam e a organizam.

10. Dê um exemplo de uma ciência que opere combinando o realismo e o idealismo. Justifique.

Resposta pessoal. Verifique se a resposta dada está adequada ao que se pede.

11. Qual é a diferença entre as concepções continuísta e descontinuísta da razão? Encontre um exemplo que confirme cada uma delas.

A concepção continuísta considera que há uma evolução e um progresso contínuos dos conhecimentos, de tal modo que a razão e os conhecimentos se aprimoram e superam os conflitos e contradições existentes anteriormente. Já a descontinuísta afirma que não há um progresso contínuo do conhecimento, mas mudanças decorrentes ou das condições sociais, ou de dificuldades das próprias teorias científicas. Essas mudanças seriam tão profundas que não configurariam uma evolução nem um desmentido, e sim uma nova forma de conhecimento (como nas revoluções científicas e nas rupturas epistemológicas).

12. Sintetize, em suas palavras, qual é o valor da razão.

Resposta pessoal.

Unidade 3 – A verdade

CAPÍTULO 9 – Ignorância e verdade

Leituras filosóficas.

1. O que leva Descartes a afirmar a necessidade de rejeitar todas as opiniões que recebera em sua vida?

Descartes afirmou a necessidade de rejeitar todas as opiniões porque nenhuma delas resistia à dúvida, e Descartes considerava que o que é duvidoso é falso.

2. Ao considerar que o duvidoso deve ser rejeitado exatamente como rejeitamos o falso, Descartes assume uma atitude radical. Por quê?

A atitude de Descartes é radical porque ele invalidou todas as ideias vindas da experiência sensível, do aprendizado nas escolas e nos livros e todas as ideias das quais não fossem dadas provas seguras. A radicalidade estava em considerar que o que é incerto é ina-

ceitável. Por isso, ele criou um método conhecido como dúvida metódica.

3. Descartes diz ser necessário fazer isso pelo menos uma vez na vida. Você já teve alguma experiência em que sentiu a mesma necessidade? Escreva sobre isso.

   Resposta pessoal.

Conexões

1. Explique, em suas palavras, qual é o aspecto de ilusão revelado ao final da história.

   Resposta pessoal. **Comentário:** espera-se que o estudante perceba que, ao final, quando o fogo não o atinge, o mago descobre que ele próprio era um homem sonhado.

2. Explique a diferença entre o que ocorre nesse conto e a dúvida metódica de Descartes.

   Na dúvida metódica de Descartes, é feita a distinção entre estar acordado e estar sonhando. Essa distinção é o que permite mostrar que o pensamento alcança algumas ideias evidentes e verdadeiras que serão o ponto de partida para os raciocínios e os conhecimentos válidos. No conto de Borges, nunca se distinguirá sonho e realidade, portanto, nunca se chegará ao que Descartes prometia.

Em síntese

1. O que é a ignorância? Por que ela é difícil de ser percebida por nós?

   Ignorância é o não saber. É difícil percebermos nossa ignorância porque normalmente temos crenças e opiniões que tomamos como saberes verdadeiros. Enquanto esses saberes e crenças se conservam como eficazes e úteis, não vemos motivos para duvidar deles e, consequentemente, achamos que possuímos o saber e não somos ignorantes.

2. Qual é a diferença entre ignorância, incerteza e insegurança? Que relação elas têm com a dúvida?

   Enquanto na ignorância mais profunda achamos que sabemos tudo o que há para saber, com a incerteza descobrimos que somos ignorantes, que nossas crenças e opiniões parecem não dar conta da realidade, que há falhas naquilo em que acreditamos e que durante muito tempo nos serviu como referência para pensar e agir. Ou seja, temos dúvidas. Diante da dúvida, somos tomados pela insegurança, que é o estado em que nos encontramos quando a sensação de segurança proporcionada por nossas certezas se esvai.

3. Por que a dúvida, a decepção e o espanto podem despertar o desejo da verdade em crianças, jovens e adultos?

   Porque nos fazem querer saber o que não sabíamos, nos fazem querer sair do estado de insegurança ou de encantamento, nos fazem perceber nossa ignorância, criando, assim, o desejo de superar a incerteza e a mentira e de encontrar a verdade como algo novo e insólito.

4. Quais são as dificuldades que enfrentamos quando buscamos a verdade? Dê exemplos que ilustrem essas dificuldades.

   A primeira dificuldade provém da crença de que os veículos e formas de informação que existem em nossa sociedade nos oferecem informações verdadeiras e confiáveis. Diferentes jornais e revistas, por exemplo, nos pintam quadros diferentes da mesma realidade, mas é bastante difícil acompanhar as muitas fontes de informação, e, por isso, não vemos as inconsistências entre elas. A segunda dificuldade provém da propaganda, que não descreve ou informa sobre os produtos que anuncia, mas associa qualidades de outras coisas a esses produtos, criando uma imagem fantasiosa deles e do mundo. A terceira dificuldade provém da descrença na possibilidade de haver verdade na política, que normalmente decorre das decepções dos que se viram ludibriados por políticos em quem confiaram seus votos.

5. Quais são os dois tipos de busca da verdade? Com qual deles você mais se identifica? Justifique sua resposta.

   O primeiro é o que nasce da decepção, da incerteza e da insegurança e, por si mesmo, exige que saiamos de tal situação readquirindo certezas. O segundo é o que nasce da deliberação ou decisão de não aceitar as certezas e crenças estabelecidas, de ir além delas e de encontrar explicações, interpretações e significados para a realidade que nos cerca.

   Comentário: na segunda parte da resposta, o foco deve estar na capacidade de o estudante justificar seu ponto de vista.

6. O que é a "dúvida metódica" de Descartes? Cite uma experiência em que os sentidos se mostraram duvidosos a você.

   Trata-se da decisão de Descartes de submeter a um exame crítico todos os conhecimentos existentes em sua época e os seus próprios, declarando que só aceitaria um conhecimento, uma ideia, um fato ou uma opinião que, passados pelo crivo da dúvida, se revelassem indubitáveis para o pensamento puro.

   Comentário: a segunda parte da resposta deve conter a experiência pessoal do estudante a fim de aproximar o conteúdo tratado na questão daquilo que ele vivencia cotidianamente. Deve-se verificar apenas a pertinência do exemplo dado.

7. Qual é a primeira verdade indubitável encontrada por Descartes? Explique como ele chegou a ela.

A primeira verdade indubitável encontrada por Descartes é: "Eu penso!". Ele chega a ela após submeter seus pensamentos ao exame crítico conhecido como dúvida metódica, em que decide aceitar como válidas somente ideias indubitáveis ao exame do pensamento puro. Depois de concluir que verdades aparentemente evidentes, como a existência do mundo e do seu próprio corpo, não resistiam a esse exame crítico, Descartes submete à dúvida a existência de seu próprio pensamento. Uma vez, porém, que duvidar é pensar, durante o exercício da dúvida não é possível não reconhecer a verdade de que aquele que duvida pensa. Descartes chega, com isso, à primeira verdade indubitável, alicerce para todos os conhecimentos futuros.

De olho na atualidade

1. Você já deve ter visto, na televisão, no rádio, na internet ou na mídia impressa (jornais, revistas, etc.), algum anúncio que associa a compra de um produto à promessa de uma vida maravilhosa, na qual não há miséria e conflito de nenhuma espécie e as pessoas são livres, saudáveis, lindas e bondosas. Ao ser persuadida a comprar o produto, a pessoa acredita estar agindo livremente, quando, de fato, ela está agindo de acordo com a lógica do pensamento dominante.
   - Identifique anúncios eletrônicos ou impressos que tenham essas características, escolha um e escreva uma pequena análise crítica.

     Resposta pessoal. **Comentário:** verifique a pertinência da crítica elaborada pelo estudante em relação ao tema.

2. Relacione a atitude das figuras representadas com o que você leu a respeito da propaganda e das mídias eletrônicas.

   Resposta pessoal. **Comentário:** os estudantes podem apontar uma série de relações entre a imagem e o texto. Podem, particularmente, ressaltar o aspecto alegre dos corpos, em atitudes que chegam a parecer exageradas. Pode-se interpretar que a propaganda comercial e os produtos de entretenimento oferecidos pelos meios de comunicação de massa, em especial a televisão, oferecem uma felicidade ilusória e artificial.

Atitude reflexiva e o domínio dos meios de comunicação pelo poder econômico

O romance *1984* (escrito em 1948), de George Orwell, descreve uma sociedade totalitária na qual todos são permanentemente vigiados por câmeras de televisão. Ao infringirem alguma regra ou lei, são presos e torturados, condicionados para não voltar a errar. As pessoas não convivem umas com as outras, e sentem solidão e necessidade de se comunicar. Para isso, todos os dias e várias vezes por dia "conversam" com uma tela de televisão na qual há um rosto bondoso, o Big Brother ('Grande Irmão', em inglês), que os vigia e lhes fala sem na verdade dizer-lhes nada, a não ser dar-lhes ordens. Essa história terrível sobre o controle de corpos, corações e mentes das pessoas por sistemas cruéis de vigilância em sociedades totalitárias tornou-se um programa de televisão "engraçado e divertido", um entretenimento, como acontece com tudo na indústria cultural. Dos meios de comunicação, sem dúvida, o rádio e a televisão manifestam mais do que todos os outros aqueles traços da indústria cultural que apontamos no início deste capítulo, pois ambos são mercadorias que vendem mercadorias na forma de informação, entretenimento e lazer. Começam introduzindo duas divisões: a do público (as chamadas "classes" A, B, C, D e E) e a dos horários (a programação se organiza em horários específicos que combinam a "classe", a ocupação, a idade e o sexo). Essa divisão é feita para atender às exigências dos patrocinadores, que financiam os programas tendo em vista os consumidores potenciais de seus produtos e, portanto, criam a especificação do conteúdo e do horário de cada programa. Em outras palavras, o conteúdo, a forma e o horário do programa já trazem em seu próprio interior a marca do patrocinador.

Muitas vezes, o patrocinador financia um programa que nada tem a ver, diretamente, com o que produz. Ele o faz porque não está vendendo um produto, mas a imagem de sua empresa. É assim, por exemplo, que uma empresa de cosméticos pode, em lugar de patrocinar um programa feminino, patrocinar concertos de música clássica; uma revendedora de motocicletas, em lugar de patrocinar um programa para adolescentes, pode patrocinar um programa sobre ecologia. A figura do patrocinador determina o conteúdo e a forma de outros programas, ainda que não patrocinados por ele. Por quê? Porque a quantidade de dinheiro paga pelo patrocinador à rádio ou à televisão é muito elevada e interessa aos proprietários daquela rádio ou televisão. Se, por exemplo, o noticiário apresentar notícias desfavoráveis ao patrocinador, este pode suspender o patrocínio de outro programa. Dessa maneira, o direito à informação desaparece e os ouvintes ou telespectadores ficam mal informados.

CAPÍTULO 10 – Buscando a verdade

Leituras filosóficas

1. No texto, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) apresenta a hipótese de que há duas histórias da verdade: uma interna e outra externa. Qual é a distinção entre elas?

   A história interna é aquela que tem como modelo a história das ciências como o desenvolvimento contínuo do pensamento, que vai resolvendo por si mesmo as dificuldades que encontra e chegando continuamente a novas verdades. A história externa é a história das práticas sociais, que propõe diferentes ideias do que seja verdade até numa mesma sociedade. Dessa maneira, a verdade não é algo teórico, mas uma decisão no plano da prática social.

2. Nos tribunais, as testemunhas juram dizer a verdade, toda a verdade e somente a verdade. Procure no texto de Foucault a relação entre as práticas judiciárias e esse juramento.

   O trecho a ser localizado é este: "As práticas judiciárias, a maneira pela qual entre os homens se arbitram os danos e as responsabilidades, o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, mas também modificadas sem cessar através da história [...] e, por conseguinte as relações entre os homens e a verdade".

Conexões

1. Arendt parte da afirmação de que a oposição a ser feita não é entre verdade, erro ou ignorância, mas entre verdade e mentira, questionando como fazer quando a mentira não é por acaso, mas é uma mentira organizada.

   - Assim, como um historiador, que trabalha com verdades de fato, poderia chegar a asserções falsas?

     Isso poderia acontecer não por ilusão e ignorância, mas por adesão à mentira organizada que forma a opinião da sociedade inteira, na qual ele se baseia ao procurar os fatos.

2. No passado, as elites políticas e econômicas brasileiras e os grupos no controle do Estado transformaram personalidades públicas em heróis e construíram mitos para legitimar suas posições. Assim, por exemplo, os bandeirantes paulistas foram por muito tempo representados como promotores do progresso e responsáveis por ampliar o território e as riquezas brasileiros. Já a princesa Isabel costumava ser considerada a benevolente libertadora dos negros escravizados, tendo assinado apenas por sua própria vontade a Lei Áurea.

   - De que modo o trabalho dos historiadores, ao se contrapor a esses mitos, funciona como um "primeiro passo para a transformação do mundo", como diz Arendt?

     Resposta pessoal. **Comentário:** espera-se que o estudante perceba que Arendt atribui à ação da enunciação da verdade o começo da ação (e um primeiro envolvimento com as questões políticas). Ou seja, ao desmentir mitos construídos historicamente para legitimar o poder e a dominação de determinados grupos, o historiador enfrenta a mentira organizada e procura trazer a verdade à tona. Assim, nos exemplos citados, foi o trabalho dos historiadores que ajudou a desmistificar a imagem dos bandeirantes, mostrando a dizimação de indígenas que promoveram; foi também o trabalho dos historiadores que findou com o silêncio a respeito das inúmeras rebeliões de africanos escravizados no Brasil colônia e império e do movimento abolicionista, mostrando que pesou fortemente, no ato da princesa Isabel, a influência do contexto da época.

Em síntese

1. O que é dogmatismo? Como e por que o estranhamento pode romper com o dogmatismo?

   Dogmatismo é uma atitude natural e espontânea que temos desde crianças. É nossa crença de que o mundo existe e é exatamente da forma como o percebemos. Temos essa crença porque somos seres práticos, isto é, nos relacionamos com a realidade como se ela fosse um conjunto de coisas, fatos e pessoas que são úteis ou inúteis para nossa sobrevivência. O estranhamento, porém, rompe o dogmatismo porque ele tira a familiaridade do mundo para nós. No momento em que algo deixa de ser familiar, passamos a olhá-lo como se nunca o tivéssemos visto, como se não soubéssemos nada sobre ele e, com base nisso, começamos a questioná-lo.

2. Dê um exemplo (tirado de sua vida pessoal, da literatura ou do cinema) de uma atitude de estranhamento diante de alguma coisa ou de algum fato que até então parecia natural.

   Resposta pessoal. **Comentário:** essa resposta pode se basear nas mais diferentes circunstâncias já vivenciadas ou conhecidas pelo estudante. Ressaltamos apenas que, no âmbito do cinema e da literatura, há uma grande variedade de obras que fizeram

do estranhamento e do espanto o motivo condutor de suas narrativas.

3. Explique nossa concepção de verdade com base nas ideias de *alétheia*, *veritas* e *emunah*, expondo como cada uma delas contribuiu para formar essa concepção contemporânea.

Alétheia é 'verdade' em grego. Literalmente, quer dizer 'não esquecido' e, por extensão, 'não escondido'. Ela opõe-se ao que está dissimulado, ao que parece, mas não é. A *alétheia* é a verdade de um ser que se manifesta à nossa visão.

Veritas é 'verdade' em latim. Refere-se à verdade de um relato, de um discurso. Está, então, na linguagem, em sua precisão e correção. Seu oposto é a falsificação, a mentira.

Emunah é 'verdade' em hebraico. Literalmente, quer dizer 'confiança'. Refere-se às pessoas, à cumplicidade de alguém e à expectativa de que as promessas ou pactos não sejam traídos.

A nossa concepção de verdade abrange o que é (a realidade), o que foi (os acontecimentos passados) e o que será (as ações e acontecimentos futuros). Refere-se, portanto, à própria realidade (como na *alétheia*), à linguagem (como na *veritas*) e à confiança-esperança (como na *emunah*).

4. Explique o que são as teorias da verdade como correspondência, coerência e consenso.

Na teoria da verdade como correspondência, o conhecimento verdadeiro alcança a verdade que está nas próprias coisas e, por isso, as ideias correspondem à realidade tal como é em si mesma. A teoria da coerência afirma que as ideias verdadeiras são aquelas reguladas por regras e princípios lógicos que formam um todo coerente e é por isso que correspondem à realidade. A teoria do consenso considera que a verdade nasce de um acordo racional entre uma comunidade de estudiosos para a aceitação de certas ideias.

5. O que significa pragmatismo? Como a teoria pragmática concebe a verdade?

A palavra *pragmatismo* deriva do grego *pragmatikós*, que quer dizer 'o que é próprio da ação, o que é eficaz'. Dizer que uma teoria é pragmática é dizer que seu critério de verdade não é teórico, mas prático: tem-se o verdadeiro quando seus resultados são verificáveis e sua aplicação é eficaz. Segundo o pragmatismo, sabemos que uma ideia corresponde à realidade quando os resultados que decorrem dela podem ser verificados por uma experiência.

6. Qual é a diferença entre verdade de razão e verdade de fato? Dê um exemplo de cada uma delas.

As verdades de razão são as verdades universais e necessárias que nascem dos princípios da própria razão. As verdades de fato dependem da experiência e, por isso, podem variar no espaço e no tempo, de sociedade para sociedade e de indivíduo para indivíduo.

7. Como Kant propõe resolver o impasse entre racionalismo e empirismo?

Kant aponta o engano dos inatistas, que supunham que os conteúdos ou a matéria do conhecimento são inatos, e aponta o engano dos empiristas, que supunham que a estrutura da razão é adquirida por experiência ou causada pela experiência. A solução apresentada por Kant para o impasse é a de que o conhecimento é a síntese que a razão (esta sim uma estrutura inata) realiza entre uma forma universal inata e os conteúdos particulares oferecidos pela experiência (que podem variar no tempo e no espaço, transformar-se com novas experiências e mesmo se revelarem falsos, graças a experiências novas).

8. Qual é a diferença entre juízo analítico e juízo sintético? Dê exemplos.

Um juízo é analítico quando o predicado ou os predicados do enunciado nada mais são do que a explicitação do conteúdo do sujeito do enunciado. Podemos dizer que o predicado é um sinônimo do sujeito ou que ele analisa o conteúdo do sujeito. Para Kant, o juízo analítico é explicativo, pois nada exprime no predicado que já não tenha sido pensado no conceito do sujeito. Um juízo é sintético quando o predicado oferece informações novas sobre o sujeito, isto é, formula uma síntese entre um predicado e um sujeito. Para Kant, o juízo sintético é ampliativo, pois aumenta nosso conhecimento. Exemplos de juízos analíticos: a circunferência é uma figura plana cujos pontos são equidistantes de um centro; os seres humanos são mamíferos onívoros da família dos primatas dotados de racionalidade. Exemplo de juízo sintético: algumas circunferências são da cor vermelha; alguns seres humanos têm cabelo crespo.

9. O que diferencia um juízo sintético *a priori* dos demais juízos sintéticos?

De acordo com a reflexão de Kant, um juízo sintético jamais poderia pretender ser verdadeiro de modo universal e necessário porque dependeria da experiência variável de cada um de nós, não sendo necessário nem verdadeiro. Daí a introdução da ideia de juízos sintéticos *a priori*, isto é, de juízos sintéticos nos quais a síntese do sujeito e do predicado depende da estrutura universal e necessária de nossa razão e não da variabilidade individual de nossas experiências. Para Kant, os juízos sintéticos *a priori* exprimem o modo como necessariamente nosso pensamento relaciona e conhece a realidade.

Explorando imagens

A busca pela verdade

Na obra metalinguística *A perspicácia* (p. 110), o artista surrealista René Magritte se retrata pintando aquilo que ele antevê em seu modelo: em vez de um ovo, o Magritte retratado pinta um pássaro. Leve os estudantes a perceber que, nessa expressão artística, um procedimento racional se faz presente: a dedução. Como esse procedimento se constrói? Trata-se de um passo além da realidade sensível? É um juízo seguro ou sujeito a erro?

Com o quadro *A mentira* (p. 114), pode-se realizar uma atividade de descrição detalhada da obra de arte, voltada tanto para os significados trazidos pela imagem em si como pelos procedimentos técnicos. Enquanto observam atentamente os detalhes da pintura de Salvator Rosa, os estudantes poderão apresentar suas impressões com base nas perguntas que você propuser. O que está representando a mentira ali? Seria a máscara? Seria o fato de a máscara estar deliberadamente fora do rosto, mostrando que é outra face, falsa, separada e distinta da face verdadeira?

A mão direita segura a máscara e a expõe ao interlocutor; a mão esquerda a acusa, a delata. Onde está o foco da luz no quadro? Um foco vem da esquerda, iluminando o peito do homem e sua face voltada ao observador. Porém, estranhamente, também a mão que acusa e a face visível da máscara estão iluminadas. O ponto de luz que revela a máscara e a acusação vem da frente; portanto, do ponto de vista do observador.

Deixe os estudantes explorarem os significados possíveis, lembrando que não se pode saber se foram essas as intenções do pintor ou não. Este é um exercício de, por meio da observação atenta, levar ao estranhamento, escapar do corriqueiro, do dogmático. Isso deve ser observado à turma após a atividade, quando for estendê-la ao conteúdo do capítulo. Você pode avaliar a possibilidade de propor aos estudantes que façam o exercício em outro aspecto de suas vidas. É possível adotar esse mesmo olhar estrangeiro a um rosto muito familiar, como o da mãe ou o do irmão mais velho? Se eu conhecesse essa pessoa hoje, eu a acharia bonita? O que eu pensaria de seu modo de falar? Ela me pareceria interessante? O estranhamento que esse exercício traz pode ser um ensejo para a atitude filosófica.



No quadro *A mentira*, de Salvator Rosa, o tronco do homem que segura a máscara está de frente para o observador, mas seu olhar desvia para o lado, assim como o da máscara. O que poderia significar o fato de ele ter uma face oculta?

Unidade 4 – A lógica

CAPÍTULO 11 – O nascimento da lógica

Leituras filosóficas

1. É possível afirmar que as operações do pensamento funcionam, em geral, da mesma maneira, independentemente do objeto que esteja sendo estudado? Justifique sua resposta com base no que o autor expõe.

   Sim, pois o autor distingue a matéria estudada, que é variável, e a forma do pensamento, que é a mesma para as diferentes operações do pensamento.

2. Explique, em suas palavras, quais são os objetos da lógica, segundo o autor do texto.

   Para o autor, o objeto da lógica é estabelecer as leis do pensamento considerado em si mesmo e determinar as diferentes aplicações dessas leis, independentemente do objeto estudado.

Conexões

- Explique como o raciocínio por trás da experiência de Newton poderia ser compreendido pelo que vimos até aqui a respeito da analítica aristotélica.

  Aristóteles não considerava o devir uma ilusão nem separava mundos da aparência e da essência. Assim,

quando a luz branca se difrata em outras cores, ela está apenas realizando todas as potencialidades contidas em sua essência. Por meio de experiência e prova, utilizando procedimentos racionais do pensamento, Newton chegou a conclusões coerentes.

Em síntese

1. No uso cotidiano, que significados damos às palavras *lógica* e *lógico*? Que noções estão pressupostas nesse uso?

   Ao usarmos as palavras *lógica* e *lógico*, estamos dizendo que determinada coisa é evidente. Portanto, a expressão aparece como se fosse a conclusão de um raciocínio implícito, compartilhado pelos interlocutores do discurso. Dessa forma, estão pressupostas as noções de inferência, coerência, conclusão sem contradições e conclusão com base em conhecimentos suficientes.

2. Qual foi o conflito entre a filosofia de Heráclito e a de Parmênides?

   O conflito baseava-se na preocupação com a origem, transformação e desaparecimento dos seres. Heráclito afirmava que somente a mudança é real e a permanência, ilusória. Ou seja, para ele, o mundo é um fluxo perpétuo onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma no seu contrário. Parmênides, em contrapartida, afirmava que somente a identidade e a permanência eram reais e a mudança, ilusória; isto é, o devir (o fluxo dos contrários) é a aparência sensível, mera opinião que formamos porque confundimos a realidade com as nossas sensações, percepções e lembranças.

3. Apesar de suas diferenças, Heráclito e Parmênides possuíam um ponto em comum. Qual era? Identifique sua importância para o nascimento da lógica.

   Heráclito e Parmênides concordam que a verdade não depende da experiência sensorial, mas da operação do pensamento puro.

4. Como Platão resolveu o conflito entre as concepções de Heráclito e de Parmênides? Explique.

   Platão concebeu a existência de dois mundos: o sensível e o inteligível. O mundo sensível é o dos seres materiais, que conhecemos por meio de nossas sensações, percepções e opiniões. Ele está sujeito ao devir permanente e às oposições internas, como na concepção de Heráclito. O mundo sensível, porém, é uma cópia imperfeita do mundo real, o mundo inteligível, que é composto de essências eternas e imutáveis – as ideias –, das quais estão excluídos o devir e a contradição, como na concepção de Parmênides. Conhecer, chegar à verdade, é passar do mundo da opinião e da aparência (o mundo sensível) para o mundo da verdade sempre idêntica a si mesma (o mundo inteligível).

5. Enumere os dilemas deixados pelos antecessores de Aristóteles e que foram abordados neste capítulo. Então, descreva como esse filósofo resolveu cada um deles.

   O primeiro dilema é a dificuldade em conciliar a mudança das coisas no mundo, concebida como contradição, com a exigência de identidade do pensamento e da linguagem. O segundo dilema é que a solução platônica precisa dividir o real em dois mundos para tentar comportar as duas exigências acima, mas, ainda assim, a mudança é identificada com a ilusão.

   Aristóteles é capaz de superar esses dilemas com uma nova concepção do que é a mudança. A mudança ou transformação não é a transformação de uma coisa em seu contrário. Ela é o movimento pelo qual a coisa realiza todas as potencialidades contidas em sua essência, e este não é contraditório, mas uma identidade que o pensamento pode conhecer. O menino que se tornou adulto não tornou-se o contrário de si. Ele desenvolveu as potencialidades inscritas em sua própria essência. Há, então, para Aristóteles, seres cuja essência é mutável e seres cuja essência é imutável. Com isso, essência e mudança não são mais excludentes.

6. Quais são as diferenças entre a dialética platônica e a analítica (ou lógica) aristotélica?

   Em primeiro lugar, a dialética platônica é o exercício direto do pensamento e da linguagem, um *modo de pensar* que opera com os conteúdos do pensamento e do discurso. A lógica aristotélica é um *instrumento* para o exercício do pensamento e da linguagem, oferecendo-lhes meios para realizar o conhecimento e o discurso. Em segundo lugar, a dialética platônica é uma atividade intelectual destinada a trabalhar opiniões contrárias e contradições para superá-las, chegando à identidade da essência ou da ideia imutável. A lógica aristotélica oferece procedimentos que devem ser empregados naqueles raciocínios que se referem a todas as coisas das quais possamos ter um conhecimento universal e necessário, e seu ponto de partida não são opiniões contrárias, mas princípios, regras e leis necessários e universais do pensamento.

CAPÍTULO 12 – Elementos de lógica

Leituras filosóficas

- Considere o que o texto diz a respeito da dialética platônica e da analítica (lógica) aristotélica e responda: qual delas dá prioridade à coerência do raciocínio e

qual privilegia o desenvolvimento do conteúdo em uma exposição oral?

A analítica prioriza a coerência do raciocínio, estudando suas formas, enquanto a dialética privilegia o desenvolvimento do conteúdo em forma expositiva.

Conexões

1. Explique como o raciocínio por trás da experiência de Lavoisier poderia ser compreendido pela dialética platônica ou pela analítica aristotélica.

   Ao realizar seus experimentos, Lavoisier os encadeou de maneira rigorosa, de acordo com princípios da dedução e da indução e com os princípios lógicos de identidade, não contradição e terceiro excluído. Dessa maneira, chegou a resultados com validade necessária e universal, e, portanto, a uma lei da natureza.

2. Escolha outra lei da Química que você conheça e procure explicá-la com base nos princípios da analítica aristotélica vistos até aqui. Demonstre seu raciocínio usando um ou mais exemplos concretos, como fórmulas.

   Resposta pessoal. **Comentário:** se julgar necessário, organize uma atividade conjunta com o professor de Química.

Em síntese

1. Quais são as principais características da lógica aristotélica? Por que a lógica não é classificada como ciência?

   Para Aristóteles, a lógica não era uma ciência teorética, nem prática nem produtiva, mas um instrumento para as ciências. Eis por que o conjunto das obras lógicas aristotélicas recebeu o nome de *Órganon*, palavra grega que significa ‘instrumento’.

   Ela é caracterizada, então, como: instrumental, porque é o instrumento que garante a correção do pensamento; formal, porque se ocupa da forma geral dos pensamentos e não de seus conteúdos; preliminar, porque é ela que indica os procedimentos que devemos empregar para conhecer; normativa, porque fornece as regras para que o pensamento chegue à verdade; doutrina da prova, porque estabelece os fundamentos de toda demonstração racional; e geral e atemporal, porque as leis do pensamento são universais, necessárias e imutáveis.

2. Qual é o objeto da lógica e quais são os elementos que o constituem? Que são e quais são as categorias lógicas?

   O objeto da lógica é a proposição (atribuição de um predicado a um sujeito: *S é P*), que exprime, por meio da linguagem, os juízos formulados pelo pensamento. Seus elementos são os termos ou categorias, que Aristóteles define como “aquilo que serve para designar uma coisa”. São palavras não combinadas com outras e que aparecem em tudo quanto pensamos e dizemos de uma coisa sem precisar de nenhuma demonstração. Elas nos indicam o que uma coisa é ou faz, ou como está. São dez as categorias: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, posse, ação, paixão ou passividade.

3. Diferencie a classificação das categorias segundo a extensão e a compreensão, dando um novo exemplo.

   Extensão é o conjunto de objetos designados por um termo ou uma categoria. *Compreensão* é o conjunto de propriedades que esse mesmo termo ou essa categoria designa. Quanto maior a extensão, menor a compreensão, e quanto menor a extensão, maior a compreensão. Podemos classificar as categorias segundo a extensão e a compreensão em três tipos: *gênero*, *espécie* e *indivíduo*. Gênero: extensão maior, compreensão menor; espécie: extensão média e compreensão média; indivíduo: extensão menor, compreensão maior. Um exemplo possível: gênero: corpo celeste; espécie: estrela; indivíduo: Sol.

4. Qual é a diferença entre proposição existencial e proposição predicativa?

   A proposição existencial declara a existência, posição, ação ou paixão do sujeito: “Um homem é (existe)”. Por isso, não necessita de predicado. A proposição predicativa declara a atribuição de alguma coisa a um sujeito por meio do verbo de ligação *é*: “Um homem é justo”.

5. Como as proposições se classificam do ponto de vista da qualidade?

   Do ponto de vista da qualidade, classificam-se em: afirmativas (as que atribuem alguma coisa a um sujeito: *S* é *P*) ou negativas (as que separam o sujeito de alguma coisa: *S* não é *P*).

6. Como as proposições se classificam do ponto de vista da quantidade?

   Do ponto de vista da quantidade, classificam-se em:

   - universais: quando o predicado se refere à extensão total do sujeito, afirmativamente (“Todos os *S* são *P*”) ou negativamente (“Nenhum *S* é *P*”);
   - particulares: quando o predicado é atribuído a uma parte da extensão do sujeito, afirmativamente (“Alguns *S* são *P*”) ou negativamente: (“Alguns *S* não são *P*”);
   - singulares: quando o predicado é atribuído a um único indivíduo, afirmativamente (“Este *S* é *P*”) ou negativamente: (“Este *S* não é *P*”).

7. Como as proposições se classificam do ponto de vista da modalidade?

As proposições se classificam, do ponto de vista da modalidade, em necessárias, possíveis e impossíveis. Outra maneira de classificá-las é em necessárias ou apodíticas e possíveis ou hipotéticas.

8. Qual é a principal diferença entre uma proposição apodítica e uma proposição hipotética?

Uma proposição apodítica nunca pode ser negada, enquanto a proposição hipotética pode ser negada por uma outra.

9. O que é um silogismo? Elabore um silogismo e use-o para demonstrar quais são suas características.

O silogismo é um raciocínio enunciado por meio de proposições encadeadas. O raciocínio realiza uma inferência, uma operação em que se obtêm proposições como conclusão de uma ou mais proposições que a antecedem e são sua explicação ou sua causa. Um exemplo:

Todos os homens são mortais. (premissa maior)

Sócrates é homem. (premissa menor)

Logo, Sócrates é mortal. (conclusão)

O silogismo tem três características principais:

1) é mediato. Nele, uma conclusão (Sócrates é mortal) é tirada por um percurso de pensamento e de linguagem.

2) é demonstrativo. Ele parte de duas afirmações verdadeiras ("Todos os homens são mortais" e "Sócrates é homem") para chegar a uma conclusão verdadeira ("Sócrates é mortal"), que depende das primeiras;

3) é necessário: a conclusão resulta necessariamente da verdade do ponto de partida.

10. Quais são as principais regras do silogismo verdadeiro?

A premissa maior deve conter o termo extremo maior e o termo médio; a premissa menor deve conter o termo extremo menor e o termo médio; a conclusão deve conter o maior e o menor e jamais deve conter o termo médio.

11. Por que o termo médio não deve aparecer na conclusão e por que nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas?

A conclusão não pode conter o termo médio porque a função deste se esgota na ligação entre o maior e o menor, que é a conclusão. Nenhum termo pode ser mais extenso na conclusão do que nas premissas porque, nesse caso, concluiremos mais do que seria permitido. Isso significa que uma das premissas sempre deverá ser universal (afirmativa ou negativa).

12. Por que o silogismo dialético é próprio da retórica?

Os silogismos dialéticos são aqueles cujas premissas se referem ao que é apenas possível ou provável, ao que pode ser de uma maneira ou de uma maneira contrária e oposta, ao que pode acontecer ou deixar de acontecer. Por comportar argumentações baseadas em opiniões sobre coisas ou fatos possíveis ou prováveis (que não são objetos da ciência), esse tipo de silogismo visa tocar as emoções e paixões dos ouvintes e não o raciocínio ou a inteligência deles, daí sua natureza retórica – isto é, ele é persuasivo, mas não necessariamente verdadeiro.

13. A que se refere o silogismo científico? De que forma ele se estrutura para que tenha valor?

Ele se refere ao que é universal e necessário: ele não admite premissas contraditórias, suas premissas são apodíticas e sua conclusão também é apodítica. O silogismo científico deve obedecer a quatro regras, sem as quais sua demonstração não tem valor: as premissas devem ser verdadeiras; as premissas devem ser primárias ou primeiras, isto é, indemonstráveis; as premissas devem ser mais inteligíveis do que a conclusão; as premissas devem ser causa da conclusão, isto é, devem estabelecer as coisas ou os fatos que causam a conclusão e que a explicam, de tal maneira que, ao conhecê-las, estamos obedecendo às causas da conclusão.

14. A proposição "A extensão do termo 'astro' é maior do que a do termo 'planeta Terra'" é verdadeira ou falsa? Justifique sua resposta.

A proposição é verdadeira porque os termos gerais têm uma extensão maior do que os termos particulares.

15. A proposição "A compreensão do termo 'boi' é menor do que a do termo 'animal'" é verdadeira ou falsa? Explique.

A proposição é falsa porque a compreensão dos termos específicos precisa ser maior do que a dos termos gerais.

16. Diga se há ou não contradição entre as seguintes proposições e explique por quê.

a) Todos os seres humanos são racionais.

Pedro é um ser humano.

Pedro é irracional.

As proposições são contraditórias porque uma delas é universal afirmativa, mas a outra é a particular negativa, negando para um humano o predicado que foi universalmente afirmado de todos os humanos.

b) Todas as ciências desejam conhecer a verdade.

A Biologia é uma ciência.

A Biologia é o conhecimento verdadeiro dos fenômenos relacionados à vida.

As proposições não são contraditórias, pois a particular afirmativa afirma para uma ciência o mesmo predicado que a universal afirmativa afirma para todas as ciências.

17. Qual o objetivo da lógica simbólica?

O objetivo da lógica simbólica é tornar-se plenamente formal, ser uma linguagem perfeita, totalmente purificada das ambiguidades e dos contrassensos da linguagem cotidiana.

18. Por que a lógica contemporânea tornou-se plenamente formal?

Ela se tornou plenamente formal, isto é, preocupada com a forma das proposições e raciocínios, porque se preocupa cada vez menos com o conteúdo material das proposições (a realidade dos objetos referidos pela proposição) e com as operações intelectuais do sujeito do conhecimento (a estrutura do pensamento).

19. O que a lógica formal descreve?

A lógica formal descreve as formas, as propriedades e as relações das proposições, graças à construção de um simbolismo regulado e ordenado que permite diferenciar a linguagem cotidiana da linguagem lógica formalizada.

20. Por que a lógica não se confunde com a Psicologia nem com a teoria do conhecimento?

Porque seu objetivo é o pensamento como operação demonstrativa, que segue regras orientadas para determinar se a demonstração é verdadeira ou falsa do ponto de vista do próprio pensamento, isto é, se a demonstração obedeceu ou não aos princípios lógicos.

21. Que níveis de linguagem a lógica distingue?

A lógica distingue dois níveis de linguagem: linguagem natural, aquela que usamos em nossa vida cotidiana, nas artes, na política, na filosofia; linguagem formal, aquela que é construída segundo princípios e regras determinados que descrevem um tipo específico de objeto, o objeto das ciências.

22. Quais são as principais teses de Wittgenstein?

As principais teses de Wittgenstein são:

1. Qualquer proposição que tenha significado é composta de proposições elementares, nas quais se encontra a verdade ou falsidade da proposição com significado.
2. As proposições elementares adquirem significado porque afiguram (retratam) o mundo não como fatos e coisas, mas como “estado de coisas”.
3. As proposições da lógica são verdadeiras independentemente das noções de “significado” e de “estados de coisas”, porque, rigorosamente, não falam de nada, pois se referem a qualquer fato, significado ou estado de coisas que possam ocorrer ou não no Universo. As proposições da lógica são verdades vazias, referidas apenas ao próprio uso das convenções lógicas.

23. Como se distinguem verdade e validade inferencial?

Validade inferencial não é sinônimo de verdade. Trata-se de uma inferência realizada corretamente a partir de argumentos cujas sentenças podem ser persuasivas ou demonstrativas, mas não necessariamente verdadeiras.

24. O que é a lógica das relações?

A lógica das relações ocupa-se das relações entre conjuntos de objetos: maior do que, perto de, longe de, mais velho que, mais novo que, causa de, diferente de, etc. As relações podem abranger dois ou mais objetos, sendo binárias, ternárias, quaternárias, etc.

De olho na atualidade

- Veja a seguir uma tirinha de 2010 protagonizada pela personagem Muriel. Ela foi criada na época em que Laerte Coutinho se assumia publicamente como transgênero – isto é, como alguém que, embora tenha nascido com o sexo biológico masculino, não se identifica apenas com o gênero masculino.

a) Comente a postura questionadora de Muriel pensando no que estudou neste capítulo a respeito de substância e predicados atribuídos ao sujeito em uma premissa.

Ao ser discriminada pelo funcionário da aeroporto, Muriel questiona a verdade dos predicados que lhe são atribuídos. Embora, gramaticalmente, apareçam como sujeito das orações, as palavras “senhor” e “senhora” são predicados em proposições que estão implícitas, que são “Muriel é um senhor” e “Muriel é uma senhora”. Ao negá-las, o funcionário altera a pergunta, recorrendo a um predicado do qual sequer se pode saber, de forma clara, o que ele quis dizer (“assim”).

b) Pense, agora, no que viu nesta Unidade a respeito da dialética platônica. Podemos dizer que a postura de Muriel na tirinha se aproxima desse tipo de procedimento? Por quê?

Embora a tirinha não chegue ao final desse processo (ela só mostra os questionamentos, o afastamento do ilusório), é possível notar uma aproximação à dialética platônica. Por meio do diálogo, separam-se as partes em contradição, de forma a mostrar qual delas faz parte da essência do ser.

Unidade 5 – O conhecimento

CAPÍTULO 13 – A preocupação com o conhecimento

Leituras filosóficas

1. Explique, com suas próprias palavras, o que significa dizer que “o homem é a medida de todas as coisas”.

   Resposta pessoal. **Comentário:** espera-se que o estudante perceba que, com essa frase, os sofistas afirmavam a relatividade de todos os valores. Ou seja, a verdade dependeria da subjetividade individual.

2. Para os sofistas, “é a confiança no argumento lógico que faz da filosofia o que ela é”. No entanto, isso não significa que eles considerassem o argumento lógico da mesma maneira que Aristóteles o fazia. Procure explicar por que havia essa diferença, pensando na distinção entre verdade e validade, que vimos na Unidade 4.

   Para o sofista, interessa apenas a validade do argumento, que deve ser sempre persuasivo e poderoso, isto é, gerar a confiança no indivíduo, independentemente de dizer uma verdade ou uma falsidade. A analítica aristotélica, muito pelo contrário, oferece as regras e os princípios para que o pensamento e a linguagem sejam não apenas válidos, como também sempre verdadeiros.

Conexões

- Faça uma pesquisa buscando identificar algumas formas de manifestação da consciência em uma sociedade como a brasileira. Tome nota dos comportamentos, dos hábitos, do modo de educação e dos aspectos da tradição que alimentam o imaginário dos grupos que você escolheu. Escreva um texto com os dados da sua pesquisa, caracterizando as formas de manifestação e as comparando entre si. Não se esqueça de considerar os aspectos éticos e socioculturais de nossa sociedade.

  Orientações para resposta: O advento do eu, no Ocidente, com características próximas de como o concebemos na atualidade, costuma ser datado do período final da Idade Média. A supremacia do indivíduo, do humano (antropocentrismo) em relação ao místico e ao religioso (teocentrismo) se acentuou com a Renascença (valorização do ser humano), o advento da Modernidade (pós-Revolução Francesa) e o crescimento dos grandes centros urbanos. Nesse período, conceitos como “liberdade” e “livre-arbítrio” passaram a ser a base do pensamento do ser humano como sujeito da história, senhor de seu destino e responsável por seus atos.

  No Brasil, antropólogos e sociólogos iniciaram, no século XX, pesquisas buscando definir um “eu brasileiro” (ou *éthos* brasileiro). São consequência disso obras canônicas como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda (Companhia das Letras, 1997), *O povo brasileiro* (Companhia das Letras, 1995), de Darcy Ribeiro, e *Casa-grande & senzala* (Global Editora, 2006), de Gilberto Freyre. Você pode sugerir aos estudantes que selecionem trechos dessas obras ou de comentadores delas como ponto de partida para a análise de questões contemporâneas da sociedade brasileira.

  Outra fonte possível de material para problematizar essa questão é a produção artística nacional que se propôs como expressão da consciência psicológica (do *eu*) brasileira. No Brasil independente, herdeiro das culturas influenciadas pelas ideias iluministas, essa busca por uma identidade própria que diferenciasse o país das influências portuguesa e francesa (num primeiro momento) começou no século XIX. Isso pode ser verificado nos romances, crônicas e contos de José de Alencar e de Manuel Antônio de Almeida (no caso deste, na percepção da “malandragem” como um elemento do caráter nacional – que seria revisitada depois nos romances de Lima Barreto e nos contos de João Antônio). No século XX, foram marcos dessa busca os manifestos da Semana de 1922 (em especial no romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade, no *Manifesto antropófago* e em outros textos de Oswald de Andrade) e o movimento conhecido como Tropicalista, nos anos 1960, que em certo aspecto defendia uma cultura brasileira (a “geleia geral” brasileira) que levasse em conta o cenário mundial, amalgamando-se a ele. O movimento mangue bit, formado nos anos 1990, ia nesse mesmo sentido – no manifesto “Caranguejos com cérebro”, alguns de seus integrantes propunham como imagem-símbolo “uma antena parabólica enfiada na lama. Ou um caranguejo remixando “Antenna”, do Kraftwerk, no computador”.

Em síntese

1. Caracterize brevemente as concepções de realidade de Heráclito, Parmênides e Demócrito, apontando as divergências e convergências existentes entre elas.

   A realidade, para Heráclito, é a harmonia dos contrários, que não cessam de se transformar uns nos outros. Para Parmênides, ela é a permanência imutável do que é idêntico a si mesmo. Ambos divergem sobre o que é a realidade, mas concordam em conside-

rar que nossa percepção é ilusória: para Heráclito, a permanência que experimentamos sensorialmente é ilusão, enquanto para Parmênides a ilusão é a mudança constante que experimentamos.

Para Demócrito, a realidade é constituída por átomos. Os seres surgem por sua composição, transformam-se por seus novos arranjos e desaparecem por sua separação. Os átomos têm formas e consistências diferentes e são invisíveis, e só os conhecemos pelo pensamento. Por isso, também há, para Demócrito, uma diferença entre o que conhecemos por meio de nossa percepção e o que conhecemos apenas pelo pensamento.

Diferentemente dos outros dois filósofos, Demócrito não considera a percepção ilusória. Ela é um efeito da realidade sobre nós. Por isso, o conhecimento sensorial também é verdadeiro, embora seja uma verdade menos profunda do que aquela que o pensamento alcança.

2. Como Sócrates se opunha aos sofistas em relação ao conhecimento da verdade?

Para os sofistas, a diversidade de concepções sobre a realidade mostra que não é possível conhecer o ser. Só há opiniões subjetivas e, por isso, a verdade é uma questão de persuasão. O instrumento da persuasão é a linguagem, e ela é mais importante que a percepção e o pensamento. Sócrates, ao contrário, afirma que a verdade pode ser conhecida e que, para isso, é preciso começar afastando as ilusões dos sentidos e das palavras ou das opiniões. Os sentidos nos dão somente as aparências das coisas; as palavras são meras opiniões sobre as coisas, que podem variar de pessoa para pessoa e até se contradizer. Para Sócrates, conhecer é começar a examinar as contradições das aparências e das opiniões para poder abandoná-las e passar da aparência à essência, da opinião ao conceito. Esse exame é o que Sócrates chama de *ironia*.

3. Diferencie as posturas de Platão e de Aristóteles com relação à validade e à importância dos conhecimentos sensíveis e inteligíveis.

Para Platão, os conhecimentos sensíveis – a crença e a opinião – nos fornecem apenas a aparência das coisas, o que nos impede de chegar ao conhecimento verdadeiro. Por isso, os conhecimentos sensíveis devem ser afastados. Somente os conhecimentos inteligíveis – o raciocínio e a intuição intelectual – permitem chegar à verdadeira realidade.

Para Aristóteles, o conhecimento não se dá pelo abandono de um grau inferior pelo superior, como para Platão. Em vez de haver uma ruptura, o conhecimento é continuamente formado e enriquecido por acúmulo das informações trazidas por todos os sete graus do conhecimento: *sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem* e *raciocínio* conhecem as causas da realidade ou do ser. O sétimo grau, a *intuição*, opera em separado, e conhece os princípios universais e necessários do pensamento.

4. Quais mudanças as religiões reveladas realizaram na filosofia? Para você, fé e razão são compatíveis ou incompatíveis? Justifique sua resposta.

As religiões reveladas introduziram alguns elementos e problemas à filosofia: o rompimento da relação direta e harmoniosa entre o nosso intelecto e a verdade, resultado da ideia de uma falta originária; o problema de como nossa razão pervertida poderá conhecer a verdade divina; o problema de como nossa razão finita poderá conhecer a verdade infinita; a distinção entre verdades de razão (alcançáveis por nosso intelecto finito) e verdades de fé (só alcançáveis por meio de revelação); a necessidade de submissão, em caso de contradição, das verdades de razão às verdades de fé, uma vez que a razão humana finita está sujeita ao erro e ao falso; a ideia de que a verdade provém da inteligência divina, e o erro, da vontade humana.

Comentário: a segunda parte da resposta é pessoal. Observe se o estudante foi capaz de justificar adequadamente sua posição.

5. Por que os modernos tiveram que encontrar um novo caminho para a filosofia perante a presença das religiões reveladas?

Os filósofos modernos observaram que as verdades de fé haviam influenciado a própria maneira de conceber as verdades de razão. Assim, mesmo uma verdade que podia ser alcançada por nossa razão só era aceita se fosse autorizada por alguém considerado superior, que se apresentava como uma autoridade a ser respeitada.

6. Por que os filósofos modernos contestaram o poder das autoridades sobre a razão?

Porque a necessidade de autorização passou a sufocar toda possibilidade de investigação livre. A ideia de que a razão humana é pervertida pela vontade pecadora fechou o espaço de autonomia que a própria concepção medieval de verdades da razão ainda previa para o pensamento humano. Como consequência dessa ideia, toda nova conquista do pensamento passou a ter que passar pelo crivo de alguma autoridade. Por isso, os modernos separaram fé e razão, estabelecendo a distinção de seus campos de atuação, e pregaram a não subordinação da razão à fé. Além disso, sustentaram a ideia de que a razão e o pensamento são capazes de sobrepujar a vontade e, com isso, não serem desviados para o erro.

7. Explique por que a pergunta "Como o conhecimento da verdade é possível?" é crucial para os filósofos modernos.

Os modernos inverteram a pergunta crucial dos gregos ("Como o erro é possível?") em decorrência de duas questões postas anteriormente pelo pensamento cristão: 1) o rompimento da relação direta e harmoniosa entre o nosso intelecto e a verdade; 2) e o problema, a isso ligado, de como nossa razão finita e pervertida pode conhecer a verdade infinita e divina.

A consideração cristã de que o intelecto humano é corrompido pelo pecado fez com que o recurso à autoridade sufocasse o pensamento autônomo. Isso evidenciou a necessidade de afastar da investigação tudo aquilo que impedisse o livre curso da razão – tema presente na filosofia desde Sócrates, e que é reatualizado na modernidade.

8. Por que a crítica da autoridade e a pergunta moderna sobre a possibilidade do conhecimento verdadeiro levaram à ideia de método?

Feitas as críticas à autoridade das escolas e dos livros, da tradição e dos preconceitos, o sujeito do conhecimento descobre-se como uma consciência que parece não poder contar com o auxílio do mundo para guiá-lo. Desconfia dos conhecimentos sensíveis e dos conhecimentos herdados, contando apenas com seu próprio pensamento. Sua solidão torna indispensável um método que guie o pensamento em direção aos conhecimentos verdadeiros, distinguindo-os dos falsos.

9. Qual é a importância da crítica dos ídolos feita por Francis Bacon?

A crítica dos ídolos de Bacon visa liberar a razão dessas obstruções, afastando opiniões e preconceitos provenientes de diversas fontes: dos nossos sentidos, da linguagem e do convívio social, da autoridade e da própria natureza humana. A demolição desses ídolos, pensava Bacon, seria uma reforma do intelecto, dos conhecimentos e da sociedade.

10. Qual é a função do método para Descartes? Como ele deve operar?

O método em Descartes tem quatro objetivos: 1) prover a razão de procedimentos para controlar a si mesma no processo de conhecimento, sabendo que caminho percorrer; 2) afastar a prevenção e a precipitação, ou seja, os preconceitos e os juízos sem fundamentação; 3) permitir o aumento do conhecimento pela passagem gradativa do conhecido para o desconhecido; 4) oferecer meios para a aplicação dos conhecimentos.

11. Como se dão a combinação e a associação de imagens e de ideias na teoria do conhecimento de Locke? Como é o processo de abstração no conhecimento? Dê novos exemplos para ambas as respostas.

A associação e combinação se dão por semelhança e diferença, e operam com base nos dados que recebemos da experiência. Nos diversos graus em que o conhecimento se dá – na sensação, na percepção, na razão –, eliminamos as diferenças para ficar com as semelhanças e os traços comuns, formando ideias cada vez mais gerais. Esse é o processo de abstração. Pela abstração, somos capazes de separar qualidades, quantidades e propriedades que existem nas coisas percebidas e organizá-las em ideias gerais que não possuem objetos determinados. Por exemplo: recebemos sensorialmente uma série de impressões – cores, formas e sons. Ao associar entre si algumas dessas impressões e separá-las de outras que proviriam do restante do ambiente, percebemos corpos. Ao perceber que esses corpos se movem no espaço, observamos que alguns levam um tempo menor do que outros para percorrer um mesmo percurso. Ao separar desses corpos essa propriedade de se moverem por um percurso espacial em intervalos de tempo determinados, abstraímos a ideia de velocidade. Percebemos que essa velocidade pode ser maior ou menor. Com base nisso, podemos abstrair dela a qualidade de aumentar ou diminuir. Vemos que o próprio aumento ou diminuição pode se dar mais ou menos rapidamente. Disso, chegamos a uma ideia nova, a de aceleração.

12. Qual a diferença principal entre empirismo e racionalismo?

Para o racionalismo, a razão, sem aporte da experiência, é fundamento e fonte do conhecimento verdadeiro. O valor e o sentido da experiência sensível, bem como seu uso na produção de conhecimentos, dependem de princípios, regras e normas estabelecidos pela razão. Para o empirismo, o fundamento e a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível. Ela é responsável pela existência das ideias na razão e controla o trabalho da própria razão, pois o valor e o sentido da atividade racional dependem do que a experiência determina. O racionalismo é inatista por considerar que os princípios, regras e normas da razão não podem ter sido aprendidos por meio da experiência, mas têm que ser, desde sempre, próprios à nossa natureza racional.

13. O que é o sujeito do conhecimento? Explique o que é consciência reflexiva.

O sujeito do conhecimento é a capacidade para o conhecimento verdadeiro, e tal capacidade é a mesma em todos os seres humanos. Por ser universal, o sujeito do conhecimento distingue-se da consciência psicológica, pois esta é sempre individual. A consciência de si reflexiva (o sujeito do conhecimento) não varia de indivíduo para indivíduo, mas é uma atividade de análise e síntese, de representação e de significação voltadas para a explicação, descrição e interpretação da realidade e também das outras modalidades da própria consciência ou da vida consciente (*psíquica*, *moral* e *política*).

14. Caracterize brevemente o conceito de consciência, diferenciando suas dimensões psicológica, ética, política e artística. Dê exemplos dessas diferentes dimensões da consciência.

Consciência é capacidade humana para conhecer, para saber que conhece e para saber que sabe que conhece. A consciência é um conhecimento (das coisas e de si) e um conhecimento desse conhecimento (reflexão).

Em sua dimensão psicológica, a consciência é o sentimento da nossa própria identidade: o *eu*, centro de todos os nossos estados psíquicos e corporais.

Do ponto de vista ético e moral, a consciência é a capacidade livre e racional para escolher, deliberar e agir conforme valores, normas e regras que dizem respeito ao bem e ao mal, ao justo e ao injusto, à virtude e ao vício. É a *pessoa*, dotada de vontade livre e de responsabilidade.

Do ponto de vista político, a consciência é o *cidadão*, isto é, a consciência de si definida pela esfera pública dos direitos e deveres civis e sociais, das leis e do poder político.

Professor: o estudante pode desenvolver qualquer exemplo em que essas três dimensões sejam representadas.

Um exemplo possível: vivo na República romana, por volta de 50 a.C. Sou amigo do cônsul Júlio César e tenho por ele grande carinho e admiração. Aqui ajo em minha dimensão psicológica, como eu. Não posso aprovar, porém, seus planos de acabar com a República e centralizar todo o poder de Roma em suas mãos. Concordo que ele precisa ser anulado politicamente. Aqui, ajo como cidadão, como consciência política. César finalmente é apunhalado, sem chance de defesa, por iniciativa do Senado romano. Embora concordasse com o perigo que César representava para Roma, condeno veementemente a covardia do ato. Aqui ajo como pessoa, como consciência moral.

CAPÍTULO 14 – Percepção, memória e imaginação

Leituras filosóficas

- Com base no que você aprendeu sobre a sensação e a percepção, explique com suas palavras o que Merleau-Ponty quis dizer nesse texto.

  Resposta pessoal. **Comentário:** espera-se que, na base da resposta do estudante, estejam presentes as ideias introduzidas pela fenomenologia (à qual Merleau-Ponty é ligado) de que não há diferença entre sensação e percepção e de que percebemos e sentimos as coisas como totalidades estruturadas, e não como uma sequência ou coleção de percepções isoladas. Para a fenomenologia, a percepção é uma vivência corporal dotada de significação, que tem sentido em nossa história de vida e estabelece relações com outros corpos.

Conexões

1. Retome os conceitos de socialização, de reprodução social e de transformação social, vistos em Sociologia. Em que medida essas ideias convergem ou divergem do que é apresentado no texto? Reflita e escreva um breve texto a respeito.

Orientações para resposta: por meio da socialização, o indivíduo é apresentado às normas sociais e é levado a incorporá-las. Esse papel é realizado tanto no seio da família quanto em instituições como a escola. O texto, porém, apresenta outra faceta do contato intergeracional: para além da incorporação de noções, a criança tem um convívio afetivo com os idosos, num processo em que dados e vivências, conjuntamente, se transformam em memória. A questão da transformação e da mudança se relaciona com o trecho que fala do envelhecimento e da progressiva perda de pessoas da mesma faixa etária que compartilham vivências semelhantes. Nesse processo, muitos idosos se veem distanciados das gerações mais jovens e de seus valores e estilos de vida.

2. Por muito tempo predominaram, na pesquisa e no ensino de História, as grandes narrativas centradas em líderes e detentores do poder. A partir da segunda metade do século XX, porém, a história oral ganhou cada vez mais importância – isto é, a história que se baseia em depoimentos de pessoas comuns. Por que essa dimensão da História é tão ou mais importante que a tradicional? O que ela pode trazer de diferente, de especial? Forme um grupo com alguns colegas, discutam sobre o assunto e depois apresentem a posição do grupo para a turma.

Resposta pessoal. **Orientações para resposta:** a história oral abriu um novo horizonte para os estudos historiográficos, ao se aproximar do cotidiano e das vivências dos indivíduos para compor um quadro mais diversificado de relatos. Nela, a dimensão subjetiva da memória é um elemento crucial. Avalie a possiblidade de propor um trabalho com material coletado por historiadores, com o qual os estudantes relacionariam aquilo que viram no capítulo. O *site* do Museu da Pessoa tem um amplo acervo de depoimentos que podem ser utilizados nessa pesquisa (disponível em: <www.museudapessoa.net>, acesso em: 4 jun. 2016). Se houver algum projeto de memória oral específico de sua região, pode ser interessante propor uma pesquisa mais circunscrita, realizada com o apoio do professor de História.

Em síntese

1. O que é a sensação? Qual é a diferença entre as concepções empirista e racionalista de sensação?

A sensação é o que nos dá as qualidades exteriores e interiores dos objetos e os efeitos internos dessas qualidades sobre nós. Nas sensações vemos, tocamos, sentimos, ouvimos qualidades puras e diretas das coisas: cores, odores, sabores, etc. Sentimos também qualidades internas, isto é, que se passam em nosso corpo ou em nossa mente pelo contato com as coisas sensíveis: prazer, desprazer, dor, agrado, desagrado.

Para os empiristas, a sensação depende das coisas exteriores. É um efeito passivo de uma atividade dos corpos exteriores sobre o nosso corpo. Cada sensação é independente das outras, cabendo à percepção unificá-las e organizá-las numa síntese. Para os racionalistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento. Nesse caso, o sujeito é ativo e a coisa externa é passiva, ou seja, sentir e perceber são fenômenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e de recompô-lo como um todo, dando-lhe organização e significação (a percepção).

2. Por que, antes da fenomenologia, se dizia que a percepção é a síntese de muitas sensações simultâneas?

A percepção é tomada como síntese de muitas sensações simultâneas quando se considera que a sensação é uma relação de causa e efeito entre pontos das coisas e pontos de nosso corpo. Nessa concepção, as coisas são como mosaicos de qualidades isoladas justapostas, e nosso aparelho sensorial, um mosaico de receptores isolados e justapostos. Daí a percepção ser considerada a atividade que “soma” ou “junta” as partes numa síntese, que é o objeto percebido. Essa concepção, compartilhada por empiristas e intelectualistas, não será adotada, porém, pela fenomenologia e pela *Gestalt*.

3. Por que a fenomenologia e a Psicologia da forma discordam do empirismo e do racionalismo sobre a cisão existente entre sensação e percepção? Ilustre sua explicação com um novo exemplo.

Porque, segundo a fenomenologia e a Psicologia da forma, nunca temos sensações parciais, pontuais ou elementares, que depois o espírito juntaria e organizaria como percepção de um único objeto. Sentimos e percebemos *formas*, isto é, *totalidades estruturadas dotadas de sentido ou de significação*. É o que acontece quando temos ilusões de óptica com figura e fundo. Como a forma de uma figura sempre pressupõe que ela tenha um fundo, não captamos as duas figuras ao mesmo tempo, o que aconteceria se víssemos linhas e cores isoladas que depois fossem sintetizadas. Nós, na verdade, alternamos entre elas: ora uma é a figura e a outra é o fundo, ora é o contrário. Por isso, percepção e sensação nunca estão cindidas.

Comentário: o estudante deverá escolher um exemplo por conta própria. Várias figuras do artista plástico Escher – como *Circle Limit IV*, de 1960 – são úteis para realizar uma experiência de figura e fundo com a turma e mostrar que não temos sensações parciais, mas percepções globais de uma forma.

4. Cite duas características do conceito de percepção e as ilustre com exemplos.

Comentário: o estudante poderá escolher entre as diversas características expostas e ilustrá-las com exemplos de sua escolha. Abaixo, dois exemplos:

- É sempre uma experiência dotada de significação e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte de nosso mundo e de nossas vivências. Exemplo: numa mata onde um morador típico da cidade vê somente árvores de tamanhos mais ou menos diferentes, um morador típico de uma floresta enxerga matérias-primas, abrigos de animais, alimentos, remédios, venenos, animais camuflados entre as folhas, etc.
- É uma vivência corporal, de modo que a situação e as condições de nosso corpo são tão importantes quanto a situação e as condições dos objetos percebidos. Exemplo: numa febre alta, podemos ter a percepção de frio, embora o termômetro acuse uma temperatura alta no ambiente.

5. O que é a memória? Em sua resposta, ressalte a sua importância social e sua relação com o tempo. Depois, descreva um objeto ou fato com o qual você julga ter uma relação de memória.

A memória é a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi e, com isso, é nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo. Como consciência da diferença temporal – passado, presente e futuro –, a memória é uma forma de percepção interna chamada introspecção, cujo objeto é interior ao sujeito do conhecimento: as coisas passadas lembradas, o próprio passado do sujeito e o passado relatado ou registrado por outros em narrativas orais e escritas. Para alguns pensadores, ela é a garantia de nossa própria identidade, o modo de podermos dizer "eu", reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo o que somos e fazemos. Além disso, a memória tem uma dimensão coletiva ou social, como memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da história de uma sociedade.

O restante da resposta deve trazer uma experiência pessoal do estudante.

6. Antes das contribuições da fenomenologia, a filosofia entendia a imaginação de modo positivo ou negativo? Como essa corrente do pensamento mudou esse julgamento?

A imaginação possui dois sentidos: o criador e o reprodutor. A tradição filosófica sempre deu prioridade à imaginação reprodutora. Ela é aqui considerada um resíduo da percepção, uma percepção enfraquecida, seja como a imagem de algo presente atualmente, seja como algo na memória ou na fantasia (nesse caso, construída com elementos da memória). Tanto empiristas como intelectualistas viam a imaginação negativamente: ela tem papel acessório entre os empiristas e é perigosa fonte de ilusão para os intelectualistas.

A fenomenologia, porém, diferencia a percepção da imaginação e destaca o sentido criador dessa última, vendo-a positivamente. A percepção nos dá o que está presente, mas a imaginação nos dá o ausente. Eu imagino o que não está mais aqui ou imagino algo que não existe. Posso também, pela imaginação, desfazer uma percepção, imaginando que algo que tenho em mãos é outra coisa, dando-lhe um novo sentido, ou presentificando o ausente. Pela imaginação, abre-se para o campo das coisas possíveis, isto é, do que poderia ou poderá vir a existir. Ela é uma força prospectiva: consegue inventar o futuro. A invenção de uma teoria ou de um objeto técnico dependem da imaginação.

7. Quais são a diferença e a semelhança entre as concepções de imaginação do empirismo e do racionalismo? Em quais aspectos a concepção fenomenológica é diferente delas?

Os empiristas falam das imagens como reflexos mentais das percepções ou das impressões, cujos traços foram gravados no cérebro – a imaginação reprodutora é, portanto, uma percepção enfraquecida.

Os racionalistas também consideram a imaginação uma forma enfraquecida da percepção. Porém, tomavam-na como uma fonte de enganos e erros, enquanto os empiristas julgavam que a associação das imagens a outras formaria as ideias no pensamento.

A perspectiva fenomenológica se diferencia de ambas por distinguir imaginação de percepção e de memória. Imaginar torna-se nossa forma de nos relacionar com o ausente e o inexistente.

CAPÍTULO 15 – Linguagem e pensamento

Leituras filosóficas

1. Segundo o francês Gaston Bachelard (1884-1962), de que um filósofo depende para colocar o problema geral do conhecimento?

Os cientistas consideram que os filósofos precisam dos conhecimentos científicos já estabelecidos com base nas experiências e acreditam que os filósofos não podem oferecer respostas completas ao conhecimento porque as ciências estão sempre em desenvolvimento e mudança. Os filósofos, por sua vez, podem considerar que os princípios da razão são necessários e suficientes para guiar a reflexão sobre o conjunto das experiências científicas e lhes dar coerência.

2. Qual é a crítica que Bachelard faz a empiristas e racionalistas no que diz respeito ao conhecimento científico? Que solução ele propõe?

Os empiristas desconsideram a necessidade da busca de um fundamento racional para a ciência; os racionalistas desconsideram o valor das leis empíricas como validação das leis racionais. A solução proposta por Bachelard consiste em considerar empirismo e racionalismo inseparáveis porque cada um deles fornece ao outro as provas da validade de seus conhecimentos: o empirismo precisa da razão para conhecer a validade de seus procedimentos; o racionalismo precisa do empirismo para a aplicação prática dos conhecimentos.

Conexões

Escreva um pequeno texto sobre como o ser humano, em busca da conquista da natureza, passou do hábito e do instinto ao uso cada vez mais constante da inteligência. Releia os conceitos de *instinto*,

hábito e *inteligência*, estudados neste capítulo, e leve em conta:

- o desenvolvimento da técnica pelas espécies ancestrais à humana e pelo *Homo sapiens* nos períodos Paleolítico e Neolítico;
- os aspectos biológicos da diferença comportamental das espécies aqui abordadas (humanos, aves, insetos, etc.), em especial a respeito do que há de constante ou mutável em seus desenvolvimentos ao longo da vida.

Orientações para resposta: a atividade busca despertar no estudante a curiosidade sobre quais expedientes cognitivos desenvolvidos pelo ser humano o aproximam e quais o diferenciam dos demais animais. Assim, se, por um lado, somos os únicos dotados de inteligência, por outro temos comportamentos que tendem ao automatismo e à repetição, os quais nos aproximam das demais espécies. Cabe aqui verificar a conexão do instinto com o racionalismo e do hábito com o empirismo, o que pode ser facilitado pela compreensão das relações entre as condições e necessidades impostas pela biologia e pelo desenvolvimento das técnicas. Atendo-se a essa relação teórica, o estudante pode ficar à vontade para buscar os exemplos que mais lhe parecerem interessantes: desde uma descrição panorâmica do percurso humano rumo ao seu estágio atual até um aspecto factual ou parcial dessa trajetória.

Na primeira parte da resposta, é interessante que se note como o *Homo sapiens* e as espécies mais próximas a ele (já extintas) puderam desenvolver diferentes usos, hábitos e técnicas de acordo com o meio em que viviam. Essa capacidade de adaptação e de transformação da natureza, como será visto mais tarde, é elemento-chave na constituição do que se denomina *cultura*. Na segunda parte da resposta, vale verificar se os estudantes percebem como, ao longo da vida adulta, o ser humano prossegue, pelo uso da inteligência, em seu aprimoramento e modificação de atitudes e aplicações da técnica.

Em síntese

1. Qual é a importância da linguagem? Utilize as ideias filosóficas vistas neste capítulo para fundamentar sua resposta.

Para Aristóteles, a linguagem é que caracteriza o ser humano como um ser social e cívico, distinguindo-o dos outros animais. Para Rousseau, além dessa distinção, a importância da linguagem se deve à necessidade e ao desejo que o ser humano desenvolveu de se comunicar. Hjelmslev acrescenta ainda que "a linguagem é inseparável do homem, segue-o em todos os seus atos", não sendo apenas um simples acompanhamento do pensamento, "mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento". A linguagem é, assim, a forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes.

2. O que significa dizer que o mito manifesta a força realizadora da linguagem? Como se manifesta o poder encantatório da linguagem e do que ele decorre?

Dizer que o mito manifesta a força realizadora da linguagem significa que, por meio dos mitos (narrativas), os seres humanos organizam a realidade e a interpretam, fazendo com que as coisas sejam tais como são ditas ou pronunciadas.

O poder encantatório da linguagem se manifesta em sua capacidade para reunir o sagrado e o profano, trazer os deuses e as forças cósmicas para o meio do mundo e levar os humanos até o interior do sagrado. Eis por que, em quase todas as religiões, existem profetas e oráculos. Esse poder, que atribuímos à linguagem, decorre do fato de que as palavras são núcleos, sínteses ou feixes de significações, símbolos e valores que determinam o modo como interpretamos as forças divinas, naturais, sociais e políticas e suas relações conosco.

3. O que são palavras-tabus? Ilustre sua resposta com alguns exemplos.

Um tabu é alguma coisa ou pessoa que não pode ser tocada, alguma palavra que não pode ser dita, algum gesto que não pode ser feito, pois a transgressão trará desgraças para o transgressor e, em certos casos, para o grupo inteiro. As palavras-tabus existem nos contextos religiosos e sociais de várias sociedades, sob os efeitos da repressão dos costumes, sobretudo os que se referem a práticas sexuais. Por exemplo, em muitas sociedades não se pode pronunciar a palavra *demônio* ou diabo; em outras, é o nome de deus ou de deuses que não pode ser dito. Mas as palavras-tabus também aparecem em contextos como as brincadeiras infantis, quando certas palavras são proibidas de serem ditas.

4. Como os racionalistas refutaram as concepções de linguagem dos empiristas? Explique cada uma delas e a refutação racionalista.

Embora aceitem que a possibilidade para falar, ouvir, escrever e ler esteja em nosso corpo (na anatomia e na fisiologia), os intelectualistas afirmam que a capacidade para a linguagem é um fato do pensamento ou de nossa consciência. Ela é um instrumento do pensamento para exprimir e transmitir conceitos, símbolos, ideias abstratas e valores, e não apenas um conjunto de imagens formadas por associação e

repetição, como defendem os empiristas. Duas provas poderiam confirmar essa concepção da linguagem: o fato de que o pensamento procura e inventa palavras; e o fato de que podemos aprender outras línguas, porque o sentido de duas palavras diferentes em duas línguas diferentes é o mesmo, e tal sentido é a ideia formada pelo pensamento para representar ou indicar as coisas.

5. Como Merleau-Ponty refuta as concepções empirista e racionalista sobre a linguagem?

Empiristas e racionalistas têm uma concepção instrumental ou utilitarista da linguagem, recusada por Merleau-Ponty. Para o empirista, a linguagem é um conjunto de signos usados para indicar as coisas e usado com essa finalidade pelo pensamento; para o racionalista, a linguagem é apenas a tradução de pensamentos que existem antes dela e sem ela. Merleau-Ponty afirma que linguagem e pensamento nascem juntos e são impossíveis um sem o outro porque juntos criam e exprimem significações.

6. Quais são as quatro respostas dadas sobre a origem da linguagem? Escolha duas e explique-as com exemplos.

Quatro foram as principais respostas dadas sobre a origem da linguagem:

1. a linguagem nasce por imitação: os humanos imitam, pela voz, os sons da natureza. A origem da linguagem seria, portanto, a onomatopeia;
2. a linguagem nasce por imitação dos gestos, dotando-os de sentidos. Pouco a pouco o gesto passou a se acompanhar de sons, e estes foram se tornando palavras;
3. a linguagem nasce da necessidade: a fome, a sede, a necessidade de se reunir em grupo para se defender das intempéries, etc. levaram à criação de palavras. Gradativamente, esse vocabulário rudimentar tornou-se mais complexo e transformou-se numa língua;
4. a linguagem nasce das emoções, particularmente do grito (medo, surpresa ou alegria), do choro (dor, medo, compaixão) e do riso (prazer, bem-estar, felicidade).

Essas respostas não necessariamente se excluem. Ao contrário, muitos pesquisadores acreditam que elas sejam complementares.

7. De que modo a inteligência nos diferencia dos demais animais?

Como os animais, somos dotados de instinto e de hábito, que dão respostas automáticas e repetitivas aos problemas. Porém, os seres humanos são também dotados de inteligência, que difere do instinto e do hábito por sua capacidade de encontrar novos meios para um novo fim, ou de adaptar meios existentes para uma finalidade nova, pela possibilidade de enfrentar de maneira diferente situações novas e inventar novas soluções para elas. Nesse nível prático, a inteligência é capaz de dar uma função nova e um sentido novo a coisas já existentes, para que sirvam de meios a novos fins.

8. Qual é a diferença entre inteligência e pensamento?

A inteligência colhe, recolhe e reúne os dados oferecidos pela percepção, pela imaginação, pela memória e pela linguagem, formando redes de significações com as quais organizamos, ordenamos e damos sentido a nosso mundo e nossa vida. O pensamento abstrai os dados, separando-os das condições imediatas de nossa experiência, e os elabora na forma de conceitos, ideias e juízos, estabelecendo articulações internas e necessárias entre eles pelo raciocínio, pela análise e pela síntese.

9. Defina o que é teoria, dizendo de onde ela nasce e qual é sua utilidade para o conhecimento.

Teoria é explicação, descrição e interpretação geral das causas, formas, modalidades e relações de um campo de objetos, conhecidos graças a procedimentos específicos, próprios da natureza dos objetos investigados. A teoria pode ou não nascer de uma prática e pode ter ou não uma aplicação prática direta. A prática orienta o trabalho teórico e verifica suas conclusões, mas não determina sua verdade ou falsidade.

10. Quais são as principais finalidades do método para o conhecimento? Por que se diz que ele tem um papel regulador?

As principais finalidades do método são: conduzir à descoberta de uma verdade até então desconhecida; permitir a demonstração e a prova de uma verdade já conhecida; permitir a verificação de conhecimentos para averiguar se são ou não verdadeiros. O método tem um papel regulador do pensamento porque é ele que guia o trabalho intelectual (produção das ideias, dos experimentos, das teorias) e avalia os resultados obtidos.

11. Explique e diferencie o uso do método nas ciências exatas, nas ciências naturais e nas ciências humanas.

As ciências matemáticas ou exatas lidam com objetos que existem apenas idealmente e que são construídos inteiramente pelo nosso pensamento. O método próprio para elas é o dedutivo ou axiomático, porque o conhecimento parte de um conjunto de axiomas indemonstráveis que baseiam a construção e demonstração dos objetos.

As ciências naturais observam seus objetos e realizam experimentos. O método próprio para elas é o indutivo, também chamado de experimental ou hipotético. Experimental porque se baseia em observações e experimentos; hipotético porque os cientistas partem de hipóteses sobre os objetos que guiam os experimentos e a avaliação dos resultados.

Já as ciências humanas têm como objeto o ser humano, um ser histórico-cultural que produz as instituições e o sentido delas. Tal sentido é o que precisa ser conhecido. O método adequado a elas é o compreensivo-interpretativo, porque seu objeto são as significações dos comportamentos, das práticas e das instituições produzidas pelos seres humanos.

12. Explique, dando um novo exemplo, de que forma o pensamento mítico persiste em nossa sociedade.

O pensamento mítico persiste em nossa sociedade por meio de reelaborações que a imaginação social faz do pensamento conceitual. Assim, o caráter mágico dado pelo senso comum à atividade médica e à ação dos medicamentos, dados como infalíveis mesmo quando os cientistas sabem que são suscetíveis à falha, ao erro ou ao desconhecido, são um exemplo dessa passagem da ciência ao mito.

Comentário: os alunos poderão dar diversos outros exemplos de como se passa da ciência ao mito na sociedade contemporânea.

A linguagem informática

Embora haja indústrias produtoras de computadores na Europa e na Ásia, boa parte da tecnologia nessa área foi desenvolvida nos Estados Unidos. O uso e a posse do computador (e também de outros aparelhos eletrônicos relacionados à informática, como os *tablets* e os telefones celulares mais recentes) aparecem para as pessoas como sinal de *status* social, poder e prestígio. Por isso, empregar a linguagem técnica em língua inglesa também aparece como prova de participação num mundo técnico avançado e conhecido por poucos.

Disso resultam duas consequências principais: ou os que ignoram a língua inglesa ficam excluídos do uso do computador, que funciona, portanto, como um poder de exclusão cultural, ou os usuários se habituam a empregar palavras como *download*, *e-mail*, *delete*, *insert*, *homepage*, *smartphone*, etc. sem ter a menor ideia do que significam. Em outras palavras, o usuário tende a não perceber o computador como uma mercadoria produzida e comercializada por grandes monopólios econômicos que dominam a competição no mercado e impõem suas leis. Ao sentir-se excluído ou ao empregar uma linguagem cujo significado é desconhecido e da qual apenas alguns vocábulos são acessíveis e memorizados para fins operacionais, o usuário do computador tende não só a afirmar implicitamente o caráter misterioso do objeto empregado, como também a ignorar tanto a exclusão social de muitos como a dependência econômica e cultural que o objeto suscita.

CAPÍTULO 16 – A consciência pode conhecer tudo?

Leituras filosóficas

1. Por que não somos capazes de explicar tão facilmente os sonhos dos adultos, diferentemente dos sonhos infantis?

Por dois motivos: em primeiro lugar, porque nosso inconsciente censura nossos desejos. No caso das crianças, os desejos não satisfeitos se manifestam de maneira mais direta; no caso dos adutlos, os desejos do inconsciente procuram se satisfazer indiretamente sem ser reconhecidos, e é por meio do sonho que essa satisfação disfarçada ocorre. Em segundo lugar, como consequência, porque o sonho possui dois conteúdos, o manifesto, em geral confuso, e o latente, que exprime esse desejo censurado, mas é de difícil compreensão, disfarçado sob a confusão do conteúdo manifesto.

2. Segundo Freud, como o ego age na formação de nossos sonhos?

O ego disfarça os desejos inconscientes para que possam vencer a censura inconsciente. Ele resiste ao aparecimento direto dos desejos, fazendo com que no sonho apareçam apenas indiretamente e de maneira confusa para a consciência.

Conexões

- Com base no que você estudou sobre ideologia, comente essas passagens do conto de Nélida Piñon.

Resposta pessoal. **Comentário:** é possível perceber no conto de Nélida Piñon que a dona de casa e esposa encontra-se em uma situação de dominação em relação a seu marido. A ideologia (patriarcal) cria supostas diferenças naturais para diferenciar o papel da mulher em relação ao do homem. Assim, a ilusão social procura levar as mulheres a aceitar um papel social submisso ao homem e mais limitado que o dele. A contestação – concreta ou desejada – dessa situação pode ser entrevista em diversas passagens do trecho citado.

Em síntese

1. Quais são as três feridas narcísicas apontadas por Freud? Por que elas receberam esse nome?

   A primeira foi a que nos infligiu Copérnico, ao provar que a Terra não estava no centro do Universo e que os seres humanos não eram o centro do mundo. A segunda foi causada por Darwin, ao provar que os seres humanos descendem de um primata e que são apenas um elo na evolução das espécies, e não seres especiais, criados por Deus para dominar a natureza. A terceira foi causada por Freud com a psicanálise, ao mostrar que a consciência é a menor e a mais fraca parte de nossa vida psíquica.

   O próprio Freud nomeou-as feridas narcísicas porque atingiram o nosso narcisismo, isto é, a bela imagem que possuíamos de nós mesmos como seres conscientes/racionais e com a qual, durante séculos, estivemos encantados.

2. O que Freud chamou de psicanálise?

   Psicanálise é a análise da vida psíquica. Freud se recusa a considerar que a consciência é a essência da vida psíquica e, por isso, torna objeto central da psicanálise o estudo do inconsciente. A finalidade desse estudo era a cura das perturbações e doenças mentais, tendo por método a interpretação e como instrumento a linguagem.

3. Explique como Freud chegou ao conceito de inconsciente.

   Freud estava insatisfeito com os resultados obtidos no tratamento de pacientes com questões psíquicas feito com técnicas de hipnose e sugestão. Então, passou a usar um novo procedimento terapêutico denominado “técnica de associação livre”. A partir daí, observou em conversas com uma paciente que as reações apresentadas por ela (sonhos, lembranças, emoções, sentimentos, etc.) eram determinadas por uma vida inconsciente desconhecida. Foi então que ele compreendeu que somente interpretando as palavras, sonhos, lembranças e gestos da paciente é que chegaria a essa vida inconsciente.

4. Quais são os elementos que formam nossa vida psíquica? Explique cada um deles.

   São o *id*, o ego e o superego. O *id* é a sede de nossos impulsos, instintos e desejos inconscientes, que são sexuais e, segundo Freud, constituem um reservatório de energia psíquica; o superego é a sede inconsciente da repressão e da censura dos instintos, impulsos e desejos impostos pela sociedade e interiorizados por nós; o ego é a sede de nossa consciência, aquilo que conhecemos diretamente de nós mesmos, sem que conheçamos as forças predominantemente inconscientes do *id* e do superego que agem em nós.

5. Qual é a diferença entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente de um sonho?

   O conteúdo manifesto do sonho é aquele que conseguimos recordar quando acordamos, embora costume ser confuso e complicado. O conteúdo latente é aquele do qual não temos consciência nem dormindo nem acordados, pois é a forma que o id encontra de satisfazer disfarçadamente um desejo.

6. O que é alienação religiosa?

   A alienação religiosa, para Feuerbach, é o estado no qual as pessoas se encontram quando não se reconhecem num outro ser que elas mesmas criaram. As pessoas projetam para fora de si um ser superior dotado das qualidades que julgam ser as melhores: inteligência, vontade livre, bondade, justiça, beleza. Porém, elas aparecem nesse ser supremo como superlativas: esse ser é onisciente e onipotente, sabe tudo, faz tudo, pode tudo. Pouco a pouco, os humanos se esquecem de que foram os criadores desse ser e passam a acreditar no inverso, ou seja, que foi ele quem os criou e os governa. Passam a adorá-lo, prestar-lhe culto, temê-lo.

7. O que é a alienação social? Qual é sua função?

   O conceito de alienação social, formulado por Marx, consiste no desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos e que são produzidas pela ação humana também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas. Ela é dupla: por um lado, as pessoas não se reconhecem como autoras da vida social, com suas instituições, mas, por outro lado, julgam-se plenamente livres, capazes de mudar a própria vida como e quando quiserem. No primeiro caso, não percebem que instituem a sociedade; no segundo, ignoram que a sociedade instituída determina seus pensamentos e ações. Essa alienação se exprime numa “teoria” do conhecimento espontânea, formando o senso comum, que é elaborado intelectualmente pela classe dominante da sociedade. O senso comum forma uma ilusão social que esconde que a sociedade é fundada numa divisão de classes e faz com que as desigualdades sociais apareçam como desigualdades naturais, de capacidade, força de vontade, etc.

8. Como Marx explica a origem das diferenças sociais com base na descrição da criação das instituições sociais e políticas fundadas na divisão das classes?

   Estudando como as sociedades são produzidas historicamente pela práxis dos seres humanos, Marx observou que a sociedade nasce pela estruturação de um conjunto de divisões (trabalho, poder, riqueza, bens, etc.). Das primeiras divisões têm origem as primeiras instituições sociais (família e comércio), e com elas se originam também as primeiras diferenças sociais: al-

gumas famílias, usando a força ou a astúcia, ficam mais ricas, pois conseguem trocar seus produtos por uma quantidade maior que a de outras. As muito pobres, tendo produzido muito pouco ou nada, veem-se obrigadas a trabalhar para as mais ricas em troca de produtos para a sobrevivência. Com base nessas primeiras modificações, originam-se novas instituições sociais (poder político, religião, guerra) que aprofundam ainda mais as diferenças sociais, de forma que apenas uma parte da sociedade acaba por deter poder, riqueza, bens, armas, ideias e saberes, terras, trabalhadores, poder político, enquanto a outra parte não possui nada disso, estando subjugada à primeira.

9. Por que a afirmação "os homens fazem a história, mas não sabem que a fazem" implica uma dupla alienação social?

Porque, por um lado, os seres humanos acreditam que fazem o que fazem e pensam o que pensam porque são indivíduos livres, autônomos e com poder para mudar o curso das coisas como e quando quiserem, apesar das instituições sociais e das condições históricas – ou seja, ignoram que a sociedade instituída determina seus pensamentos e ações. Por outro lado, e ao mesmo tempo, não se reconhecem como autores e agentes da vida social com suas instituições, ou seja, não percebem que instituem a sociedade.

10. O que significa modo de produção? Qual é a relação dos modos de produção com a história?

A variação das condições materiais de uma sociedade constitui a história dessa sociedade, e Marx as designou como *modos de produção*. Ele os define com base em três fatores principais: a *forma da propriedade* ou os *meios de produção*; a *divisão social das classes* e as *relações sociais de produção*. A história é a mudança, passagem ou transformação de um modo de produção para outro. Tal mudança não se realiza por acaso nem por vontade livre dos seres humanos, mas de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais já estabelecidas, que podem ser alteradas graças à práxis humana.

11. O que é ideologia?

A ideologia é uma pretensa "teoria" do conhecimento, espontânea, que forma o senso comum da sociedade. Sua função principal é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dando-lhes a aparência de *indivisão social*, como aparece na ideia de "pátria", e de *diferenças naturais* entre os seres humanos, como aparece na ideia de "raça". Por seu intermédio, são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida. Um exemplo desse senso comum aparece no caso da "explicação" da pobreza, em que o pobre é pobre ou por sua própria culpa, ou por vontade divina, ou por inferioridade natural. Por meio da ideologia, o ponto de vista, as opiniões e as ideias de uma das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.

12. Quais são as principais operações da ideologia? Explique cada uma delas com suas palavras.

Podem-se destacar três operações ideológicas: inversão da realidade, que coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas em efeitos, criando, portanto, falsas causalidades; produção do imaginário social, criando um sistema coerente de imagens que explica a realidade por meio de normas e valores da classe dominante; e o uso do silêncio, pelo qual fatos e situações reais são ocultados para evitar o questionamento de situações de opressão.

13. Por que a descoberta do inconsciente e da ideologia não desvaloriza a consciência e o conhecimento? Dê exemplos de como essas descobertas levam a conhecimentos.

A descoberta do inconsciente não desvaloriza a consciência e o conhecimento justamente porque é o caminho por meio do qual se pode buscar desvendar o inconsciente e ter tanto domínio quanto possível sobre ele. Por sua vez, conhecer o poder da ideologia é essencial para a possibilidade de compreensão e luta dos explorados e dominados pela verdade e pela transformação social.

Unidade 6 – A metafísica

CAPÍTULO 17 – A origem da metafísica

Leituras filosóficas

1. No Mito da Caverna, Platão narra o percurso do mundo sensível ao mundo inteligível realizado pelo filósofo em sua busca da verdade. Faça uma leitura completa deste capítulo e explique a relação existente entre os dois mundos e a oposição entre opinião e ciência, nos termos do texto.

Para Platão, a opinião limitava-se ao mundo sensível, reino do devir, pois era variável de pessoa para pessoa, de uma época para outra e de um lugar para outro. A ciência, por sua vez, seria o conhecimento das essências imutáveis, eternas, verdadeiras em todos os tempos e lugares. Portanto, estaria voltada para o mundo inteligível.

2. Por que o desejo de conhecer não é suficiente para estabelecer uma "continuidade imediata entre senso comum e atividade filosófica"? Exponha algumas das dificuldades enfrentadas para se alcançar o mundo das ideias verdadeiras.

   Para passar do senso comum à atividade filosófica, não basta o desejo de conhecer; há também uma diferença fundamental de atitude. A atividade filosófica, para Platão, afasta os dados da experiência sensível, que seriam ilusórios, pois sabe que a aparência é irreal e nos traz dados contraditórios. Assim, a verdade está no mundo inteligível, imaterial e perfeito, e isso em si já é uma dificuldade para que se alcance as ideias verdadeiras, o que só seria possível por meio da dialética, que, por meio de perguntas e da superação das contradições, separa aquilo que faz parte da essência do ser.

Conexões

1. Relacione as ideias sobre o amor presentes neste poema com aquelas expostas no diálogo *O banquete*, de Platão.
2. Faça um comentário breve sobre o amor na sociedade contemporânea tomando como referência o poema de Drummond, os versos de Criolo e o diálogo de Platão.

   Orientações para resposta: A atividade pretende ampliar o significado da divisão entre essência e aparência, que marca a metafísica. A ultrapassagem da aparência em direção à essência por meio da dialética platônica exige paciência dos interlocutores do diálogo, um lento processo de depuração rumo à contemplação do ser eterno. De maneira análoga, no poema de Drummond, o amor só aprende "depois de arquivar toda ciência herdada" sendo, por isso, "privilégio de maduros".

   Se considerarmos o amor como uma forma de sabedoria e de contemplação de ideias perfeitas, que exige paciência para ser alcançada, pode-se afirmar que a sociedade contemporânea coloca vários entraves para o desenvolvimento dele. A avidez da busca pela novidade, a velocidade das mudanças, o excesso de informações (a respeito das quais não há tempo para refletir) e a concorrência desenfreada (porque considerada um dos motores do progresso) dificultam o desenvolvimento da necessária depuração. Também a ilusão de preenchimento proporcionada pela sociedade de consumo é óbice para o amor, pois este se vincula à falta. Nós amamos aquilo que não temos, e a sociedade de consumo promete nos oferecer, por meio do consumo, tudo aquilo de que precisamos.

Em síntese

1. O que significa metafísica? O que ela investiga?

   Metafísica significa algo como "o que está além da física", ou "o que está acima da física". Aristóteles a chamou de Filosofia Primeira, o estudo do Ser enquanto Ser. Ela investiga os fundamentos, os princípios e as causas e o ser íntimo de todas as coisas, indagando por que existem e por que são o que são.

2. Quais são os períodos da metafísica? Caracterize-os brevemente.

   São três:

   1) o período que vai de Platão e Aristóteles (séculos IV e III a.C.) até David Hume (século XVIII d.C.): a metafísica é um conhecimento puramente intelectual (apriorístico) e sistemático da realidade em si – aquilo que é ou existe. Ela opera com a distinção fundamental entre ser e parecer, ou realidade e aparência;

   2) o período que vai de Kant (século XVIII) até a fenomenologia de Husserl (século XX): nele, demonstra-se a incapacidade de se conhecer a realidade em si das coisas. A metafísica torna-se o conhecimento de nossa própria capacidade de conhecer;

   3) a metafísica ou ontologia contemporânea, a partir dos anos 1920 do século XX: o objeto da metafísica passa a ser a relação originária mundo-ser humano. Ela investiga o sentido e estrutura dos seres, fornece uma descrição das estruturas do mundo e do nosso pensamento, investiga a relação entre existência e essência dos seres e o modo como aparecem para a nossa consciência.

3. Quais foram as mudanças que a metafísica sofreu com Hume e Kant?

   A metafísica deixou de se perguntar sobre a realidade em si das coisas e tornou-se o conhecimento de nossa própria capacidade de conhecer.

4. Quais são as perguntas filosóficas fundamentais, uma feita antes do século XVII e outra, depois dele? Qual é o significado dessas duas perguntas?

   A questão relacionada ao conhecimento verdadeiro que surge a partir do século XVII é: "Pode o nosso pensamento conhecer a realidade?". Ela substitui outra, feita pelos gregos: "O que é a realidade que o nosso pensamento conhece?". Assim, enquanto os antigos filósofos partiam da realidade para encontrar o pensamento capaz de conhecê-la, os modernos partem do pensamento para nele encontrar os meios de conhecer a realidade. Essa mudança significa que enquanto os antigos partiam do *objeto do conhecimento,* os modernos partem do *sujeito do conhecimento*.

5. Por que a palavra *metafísica* ficou consagrada para designar a Filosofia Primeira ou ontologia?

   Inicialmente, a palavra *metafísica* foi empregada para referir-se ao lugar ocupado nas bibliotecas antigas pelos tratados de Aristóteles sobre a Filosofia Primeira, que se localizavam depois dos tratados aristotélicos

de física (a palavra *meta*, em grego, significa 'o que está além de, o que está acima de, o que vem depois'). Houve porém outro motivo para o uso dessa palavra, que não havia sido empregada pelo próprio Aristóteles. De fato, ao definir a Filosofia Primeira, Aristóteles afirmou que ela estuda os primeiros princípios e as causas primeiras de todos os seres ou de todas as essências, estudo que deve vir *antes* de todos os outros, porque é condição de todos eles. "Vir antes", para Aristóteles, significa "estar acima dos demais, estar além do que vem depois, ser superior ao que vem depois, ser a condição da existência e do conhecimento do que vem depois". Assim, *metafísica* significa o estudo de alguma coisa que está acima e além das coisas físicas ou naturais e que é a condição da existência delas. *Metafísica*, nesse caso, quer dizer "aquilo que é condição e fundamento de tudo o que existe e de tudo o que puder ser conhecido".

6. Resuma os principais traços do pensamento de Heráclito e Parmênides tomando como referência duas oposições: entre realidade e aparência e entre pensar e perceber.

Para Parmênides, o mundo percebido por nossos sentidos é ilusório, feito de aparências. Sendo o mundo percebido uma ordem regular e constante de surgimento, transformação e desaparecimento das coisas, nele se dá o *devir*, a passagem de uma coisa a um outro modo de existir, contrário ao que possuía. Parmênides afirma, porém, que: 1) o Ser não muda porque, se mudasse, deixaria de ser o Ser, tornando-se contrário a si mesmo, o Não-Ser; 2) o Ser é uno porque, se houvesse muitos seres, cada um teria que ser si mesmo e não ser outro, ou seja, ser e não ser ao mesmo tempo, o que é absurdo; 3) o Ser é eterno, porque, se tivesse surgido em um momento, antes dele teria de ter havido o Não-Ser (o que é absurdo) ou outro Ser (o que não pode se dar, porque o Ser é uno). O mesmo vale para ele não poder ter um fim. Parmênides mostrou, então, que o pensamento verdadeiro não admite a multiplicidade ou pluralidade de seres e que o Ser é uno e único. Ele afirma, então, a diferença entre *pensar* e *perceber.* Percebemos a natureza na multiplicidade e na mutabilidade das coisas que se transformam umas nas outras. Mas pensamos o Ser, isto é, a identidade, a unidade, a imutabilidade e a eternidade daquilo que é em si mesmo. Perceber é ver aparências. Pensar é contemplar a realidade como idêntica a si mesma – o Ser.

Como Parmênides, também Heráclito considera ilusório o conhecimento pelos órgãos dos sentidos, porém por motivos opostos aos de Parmênides. Para Heráclito, percebemos o mundo como se fosse feito de coisas que possuem identidade e permanência, mas a realidade verdadeira é feita da mudança e transformação contínuas dos seres nos seus contrários e somente o pensamento é capaz de alcançar essa realidade verdadeira.

7. Explique a divisão platônica entre mundo sensível e mundo inteligível.

Trata-se de uma tentativa de conciliação entre as concepções antagônicas de Parmênides e Heráclito. O mundo sensível baseia-se na concepção de Heráclito do devir, dos contrários, da mudança, da aparência; o mundo inteligível baseia-se na concepção de Parmênides da identidade, da permanência, da verdade, conhecido pelo intelecto puro, sem qualquer interferência dos sentidos e das opiniões. O primeiro é o mundo das coisas. O segundo, o mundo das ideias, das essências verdadeiras. O mundo das ideias é o mundo do Ser; o mundo sensível das aparências é o mundo do não Ser. O mundo sensível é uma sombra, uma cópia deformada ou imperfeita do mundo inteligível das ideias ou essências.

8. Qual é a principal diferença entre o pensamento de Platão e o de Parmênides?

Platão e Parmênides divergem em suas concepções sobre o Não-Ser/aparência e sobre a unidade ou multiplicidade do Ser.

Para Parmênides, o mundo sensível das aparências é o Não-Ser em sentido forte: ele não tem realidade nenhuma, é o nada. Para Platão, porém, o Não-Ser não é o puro nada. Ele é alguma coisa, é aquilo que é inferior ao Ser, o que nos engana e nos ilude, a causa dos erros. É um *falso ser*, uma sombra do Ser verdadeiro.

Além disso, para Parmênides o Ser é uno. Mas, para Platão, existem múltiplos seres, as *ideias* ou *formas inteligíveis*, totalmente imateriais, imutáveis, unas e eternas, que constituem o mundo verdadeiro: o mundo inteligível.

9. Quais são as três atitudes com as quais Platão resolveu o impasse filosófico deixado por Parmênides, que reduzira a filosofia à afirmação "o Ser é" e à negação "o Não-Ser não é"?

A primeira atitude é a distinção de três sentidos para a palavra *ser*: o sentido de substantivo, isto é, de realidade existente; o sentido verbal forte, em que *é* significa 'existe' e *ser* quer dizer 'existência'; e o sentido verbal mais fraco, em que o verbo *ser* é o verbo de ligação, isto é, o verbo que permite ligar sujeito e predicado.

A segunda atitude é admitir que existem múltiplos seres e não um só, mas que cada um deles tem os atributos do Ser de Parmênides (identidade, unidade, eternidade, imutabilidade). Esses seres são as ideias ou formas inteligíveis, totalmente imateriais, que constituem o mundo inteligível.

A terceira atitude é admitir que cada ideia é um sujeito real que possui um conjunto de predicados reais ou de propriedades essenciais e que a fazem ser o que ela é em si mesma. Uma ideia é (existe) e uma ideia é uma essência ou conjunto de qualidades essenciais que a fazem ser o que ela é. Por exemplo, a justiça é (há a ideia de justiça) e há seres que são justos (possuem o predicado da justiça como parte de sua essência).

10. Que são as ideias ou formas inteligíveis? Quais são suas principais características ou qualidades?

As ideias ou formas inteligíveis são seres perfeitos e, por sua perfeição, tornam-se paradigmas inteligíveis perfeitos que as coisas sensíveis materiais tentam imitar imperfeitamente. Além de seres perfeitos e paradigmáticos, de acordo com Platão, as ideias inteligíveis possuem as seguintes características: elas são o Ser (*tó on*), são imateriais, constituem o mundo verdadeiro e têm, cada uma, os atributos do Ser de Parmênides (identidade, unidade, eternidade, imutabilidade).

11. Explique como e por que, para Platão, cabe à filosofia passar da aparência sensível à essência inteligível das coisas, da opinião à ideia. Ilustre sua resposta com um novo exemplo.

Para Platão, as ideias ou formas inteligíveis (ou essências inteligíveis) são seres perfeitos e, por isso, tornam-se *modelos inteligíveis* ou *paradigmas inteligíveis* perfeitos que as coisas sensíveis materiais tentam imitar imperfeitamente. O sensível é, pois, uma imitação imperfeita do inteligível: as coisas sensíveis são *imagens* das ideias, são Não-Seres tentando inutilmente imitar a perfeição dos seres inteligíveis. Cabe à filosofia passar das cópias imperfeitas aos modelos perfeitos, abandonando as *imagens* e as *aparências* pelas *essências*, as *opiniões* pelas *ideias*. O pensamento, empregando a dialética, deve passar da instabilidade contraditória das coisas sensíveis à identidade racional das coisas inteligíveis. Um exemplo que ilustra esse caminho de forma alegórica é o Mito da Caverna, que Platão traz no diálogo *A República*.

CAPÍTULO 18 – A metafísica de Aristóteles

Leituras filosóficas

- Com base no que você estudou até aqui sobre metafísica, explique por que, para Aristóteles, o uso dos sentidos, a experiência e a técnica são conhecimentos inferiores à *sabedoria*.

A sabedoria seria uma forma de conhecimento superior às demais porque ultrapassa o conhecimento limitado de regras ou de causa para se tornar o conhecimento de causas universais, acima do que está ao alcance dos sentidos. Ou seja, por ser o conhecimento da essência, daquilo que é anterior à diferenciação dos seres, e por se viabilizar pelo pensamento, a sabedoria é considerada superior.

Conexões

1. Faça uma reflexão metafísica sobre o movimento a partir de um objeto animado ou inanimado de sua escolha. Empregue os conceitos aristotélicos trabalhados até agora em sua reflexão, seguindo o exemplo dado.

2. Para a Biologia, o pigmento clorofila, que confere a cor verde às folhas, é responsável pela realização da fotossíntese. Explique como a folha verde se atualiza em amarela estabelecendo paralelos entre os conceitos da metafísica aristotélica e os da Biologia.

Orientações para respostas: A primeira atividade demanda resposta pessoal do aluno, baseada nos aspectos da metafísica estudados no capítulo. Deve-se verificar apenas se os conceitos aristotélicos foram empregados de maneira correta.

A segunda atividade deve funcionar como uma espécie de tradução da linguagem explicada nos livros de Biologia para a linguagem aristotélica. As tonalidades amarela, alaranjada e marrom já estão em potência nas folhas, mas não aparecem à nossa visão enquanto a clorofila (pigmento verde) é produzida. Nas árvores e plantas dos climas temperados, a insolação diminui entre o outono e o inverno e os dias se tornam mais curtos. Assim, as plantas reduzem sua produção de alimento (a fotossíntese), sobrevivendo daquilo que acumularam, e, portanto, deixam de produzir a clorofila. É dessa forma que as folhas verdes se atualizam em amarelas em situações de sanidade da planta.

Em síntese

1. Quais são os motivos pelos quais se atribui a Aristóteles o nascimento da metafísica?

Além de ter formulado a ideia de uma ciência ou disciplina que tem como finalidade própria o estudo do Ser, três outros motivos levam a atribuir a Aristóteles o início da metafísica: 1) em lugar de afastar a multiplicidade e o devir como ilusões ou sombras do verdadeiro Ser, Aristóteles afirma que o ser da natureza existe, é real, que seu modo próprio de existir é a mudança e que esta não é uma contradição impensável; 2) Aristóteles considera que a essência verdadeira das coisas naturais e dos seres humanos e de suas ações não está no mundo inteligível, mas nas

próprias coisas, homens e ações, e é tarefa da filosofia conhecê-las onde existem e acontecem; 3) ao se dedicar à metafísica, a filosofia descobre que há diferentes tipos de seres ou entes que se diferenciam justamente por suas essências, sendo a mudança o critério dessa diferenciação.

2. Quais são os sentidos de movimento (*kínesis*)?

Kínesis não significa simplesmente mudança de lugar ou locomoção. Significa toda e qualquer mudança experimentada por um ser: mudança qualitativa, alteração quantitativa, mudança de lugar ou locomoção, alteração em que um ser da atividade à passividade ou da passividade à atividade; significa também toda geração ou nascimento e toda corrupção ou morte dos seres.

3. O que pensa Aristóteles a respeito da mudança ou movimento? Por que sua posição se distingue da posição de Parmênides e de Platão?

O critério de Parmênides e de Platão para distinguir realidade verdadeira e aparência é a ausência ou a presença de mudança. Parmênides afirmava que o Ser não muda porque não tem como nem por que mudar e não tem no que mudar, pois, se mudasse, deixaria de ser o Ser, tornando-se contrário a si mesmo, o Não-Ser, o nada. Já para Platão, o Não-Ser não é o puro nada; ele é o outro do Ser, é um *falso ser*, uma sombra do Ser verdadeiro. Ambos excluíram o movimento da essência do Ser.

Contrariamente a ambos, Aristóteles negou que movimento e Não-Ser ou irrealidade fossem a mesma coisa. Para ele, a mudança ou o devir são a maneira pela qual a natureza, a seu modo, se aperfeiçoa e busca imitar a perfeição do imutável divino, diferenciando os seres conforme estejam ou não em movimento.

4. Quais são os três estudos que cabem à metafísica?

O estudo do Ser divino (o Primeiro Motor Imóvel), a realidade primeira e suprema cuja perfeição imutável todo o restante procura imitar; o estudo dos primeiros princípios e causas primeiras de todos os seres ou essências existentes; o estudo das propriedades ou atributos gerais de todos os seres, sejam eles quais forem, graças aos quais podemos determinar a essência particular de um ser particular existente.

5. Explique o que são e quais são os primeiros princípios e as causas primeiras.

Os primeiros princípios são os três princípios estudados na lógica: identidade, não contradição e terceiro excluído. Os princípios lógicos são ontológicos porque definem as condições sem as quais um Ser não pode existir nem ser pensado; os primeiros princípios garantem, simultaneamente, a realidade e a racionalidade das coisas.

As causas primeiras são aquelas que explicam o que a essência é e também a origem e o motivo de sua existência. As causas primeiras nos dizem o que é, como é, por que é e para que é uma coisa. São quatro as causas primeiras: causa material, causa formal, causa eficiente ou motriz e causa final.

6. O que são potência e ato?

Como Aristóteles concebe todos os seres (naturais e humanos) como seres em movimento ou em *kínesis*, ele explica que a mudança ou transformação de um ser consiste em atualizar as potencialidades contidas na essência desse ser. Potência é o que existe virtualmente ou potencialmente num ser; ato é a passagem do que era potencial ao atual, quando um ser realiza aquilo que ele é potencialmente.

7. O que são matéria e forma? Como elas se relacionam com potência e ato? Ilustre sua resposta com um exemplo.

Matéria é o elemento de que são feitas todas as coisas da natureza; sua principal característica é possuir virtualidades ou conter em si mesma possibilidades de transformação, isto é, mudança. *Forma* é o que individualiza e determina uma matéria, fazendo existir as coisas ou os seres particulares; sua principal característica é ser aquilo que uma essência é. Potência e matéria são idênticas, pois a *potência* é a virtualidade que está contida numa matéria e pode vir a existir, se for atualizada por alguma causa. Por exemplo, a criança é um adulto em potência ou um adulto potencial. Do mesmo modo, forma e ato são idênticos, pois o *ato* é a atualização de uma matéria por uma forma e numa forma; o ato é a forma que atualizou uma potência contida na matéria. Por exemplo, a árvore é o *ato* da semente. A matéria ou potência é uma realidade passiva que precisa do ato e da forma, isto é, da atividade que cria os seres determinados.

8. O que são essência e acidente de uma substância?

Essência é a unidade interna e indissolúvel entre uma matéria e uma forma, unidade que lhe dá um conjunto de propriedades ou atributos que a fazem ser necessariamente aquilo que ela é. *Acidente* é uma propriedade ou atributo que uma essência pode ter ou deixar de ter sem perder seu ser próprio. Por exemplo, um ser humano é racional ou mortal por essência, mas é baixo ou alto, gordo ou magro, negro ou branco, por acidente. Assim, podemos concluir que a essência é algo imprescindível para a diferenciação de um ser, enquanto o acidente nunca

afeta o ser da essência. A essência é o universal; o acidente é o particular.

9. Segundo Aristóteles, o que são predicados ou categorias? Dê alguns exemplos.

   Os *predicados* ou *categorias* são atributos que se referem à estrutura e ao modo de ser da substância ou da essência (quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posse, ação, paixão). Podem ser de dois tipos: acidentais, isto é, algo que um ser possui por acaso ou que lhe acontece por acaso, sem afetar sua natureza; ou essenciais, isto é, necessários e indispensáveis à natureza própria de um ser. Dessa forma, pode-se dizer que Sócrates era um ser humano (substância), que media 1,50 m (quantidade), que era talentoso (qualidade), que era mais velho que Platão (relação), que vivia em Atenas (lugar), viveu no século V a.C. (tempo), que foi morto por envenenamento (passividade), etc.

CAPÍTULO 19 – As aventuras da metafísica

Leituras filosóficas

1. Explique por que, segundo Gilles Deleuze, o empirismo de Hume vai além do empirismo tradicional.

   Para o empirismo tradicional a experiência dos órgãos dos sentidos nos faz conhecer a realidade tal como existe em si mesma. Para Hume, a própria experiência sensorial pode ser posta em dúvida e não oferecer garantias de que o mundo que percebemos existe tal como é percebido.

2. Para comentar o pensamento de Hume, Deleuze retoma os exemplos do nascer do sol e da ebulição da água. Converse com seus colegas e deem outros exemplos que Hume poderia rebater com a ideia de hábitos psíquicos.

   Resposta pessoal. **Comentário:** verifique se os estudantes dão exemplos e explicações adequados ao que se pede.

3. Se, como afirma Deleuze, Hume “põe a crença na base e no princípio do conhecimento”, quais são as consequências disso para o conhecimento humano? De que modo isso se relaciona com a pretensão moderna de separar ciência e religião, por exemplo?

   Como nossa percepção não possui garantias de que os fatos acontecerão sempre da mesma maneira nem de que o mundo se conservará sempre com as mesmas características, nosso conhecimento se torna uma crença de que as coisas são como as percebemos e de que o mundo conservará sempre as mesmas características. É uma crença porque não dispomos de provas empíricas e racionais de que isso seja verdade.

Conexões

1. Com base no que vimos até agora nesta Unidade, Caeiro considera a metafísica uma forma válida de conhecimento?

   Caeiro não considera a metafísica uma forma válida de conhecimento e, em seus versos, a despreza, preferindo o conhecimento empírico da realidade. Pode-se perceber isso em versos como: “pensar é fechar os olhos” (portanto, abandonar a realidade), “Obedeço-lhe a viver, espontaneamente, / como quem abre os olhos e vê” (portanto reunindo-se com a realidade, sem se perder em reflexões) e “penso-o vendo e ouvindo” (portanto, o pensamento não se separa da relação sensorial com o mundo).

2. As ideias expressas nesse poema se aproximam ou se afastam das defendidas por David Hume? Selecione versos que comprovem sua posição.

   Existe semelhança entre Caeiro e Hume quanto à recusa da metafísica como um saber válido. Entretanto, Caiero aceita a existência do mundo percebido e sentido por nós, como se pode perceber em diversos versos ao longo do poema (por exemplo, “Se ele me aparece como sendo árvores e montes / E luar e sol e flores, / É que ele quer que eu o conheça”). Se, para Hume, a forma de nosso conhecimento é a da crença, para Caiero o mundo existe com uma verdade própria a ele. Assim, enquanto Hume contesta a possibilidade de conhecermos o mundo tal como é em si, Caiero considera que basta ver e amar o mundo, “sem pensar nele”, isto é, sem se preocupar se é possível ou não conhecê-lo como pretenderia a metafísica e como recusara Hume.

Em síntese

1. Por que o cristianismo foi levado a formular uma metafísica?

   No cristianismo existe a ideia de evangelização, isto é, de espalhar a “boa-nova” para o mundo inteiro, a fim de converter os não cristãos e tornar-se uma religião universal. Para converter os pensadores gregos e romanos que haviam sido formados em religiões diferentes da judaica e educados na tradição racionalista da filosofia, os primeiros padres da Igreja ou intelectuais cristãos adaptaram as ideias filosóficas à religião cristã, criando uma filosofia cristã. Foi, portanto, o desejo de converter os intelectuais gregos e os chefes e imperadores romanos (isto é, aqueles que estavam acostumados à filosofia) que levou os cristãos para a metafísica.

2. Quais foram as influências do neoplatonismo, do estoicismo e do gnosticismo sobre o cristianismo?

Dentre as concepções neoplatônicas que influenciaram o cristianismo destacam-se: a separação entre o mundo material e uma realidade incorporal; a afirmação de que o mundo sensível ou material é formado a partir de uma realidade superior a ele: no caso do neoplatonismo, é uma emanação de Deus, e no cristianismo, o mundo sensível é uma criação de Deus; a busca pela purificação da matéria do corpo e pelo êxtase místico: no neoplatonismo, ela se dá por meio do desenvolvimento do intelecto. No cristianismo, o conhecimento intelectual não é suficiente: é necessária a *graça santificante*, que o crente recebe por um mistério divino.

Das concepções estoicas, duas influenciaram o cristianismo: a de que existe uma Providência divina racional que governa todas as coisas e o ser humano, e a de que a perfeição humana depende de abandonar todos os apetites, impulsos e desejos corporais ou carnais, entregando-se à Providência pela aceitação da fé em Cristo e da graça santificante (diferentemente da ação deliberada da vontade guiada pela razão, como pensavam os estoicos).

Do gnosticismo, o cristianismo conservou duas ideias: a de que o Mal existe realmente (é o demônio) e a de que a matéria ou a carne é o centro onde o demônio, isto é, o Mal, age sobre o mundo e sobre o ser humano.

3. Apresente e justifique duas diferenças entre o pensamento grego e o pensamento cristão.

Os estudantes poderão apresentar duas entre as seguintes respostas:

- Para os gregos, o mundo (sensível e inteligível) é eterno; para os cristãos, o mundo foi criado por Deus a partir do nada e terminará no dia do Juízo Final. A metafísica cristã precisou fazer essa alteração na antiga concepção grega para entrar em harmonia com a ideia bíblica de um Deus criador do mundo e de todas as coisas.
- Para os gregos, a divindade é uma força cósmica racional e impessoal; para os cristãos, Deus é pessoal, é a unidade de três pessoas, superior ao ser humano pela onisciência e onipotência. A ideia da Trindade é central na fé cristã, por isso a necessidade de alterar a concepção grega de uma divindade impessoal.
- Para os gregos, o ser humano é um ser natural, dotado de corpo e alma; para os cristãos, o ser humano é um ser misto, natural por seu corpo, mas sobrenatural por sua alma imortal.
- Para os gregos, a liberdade, por meio da razão, guia a vontade humana para a escolha do Bem; para os cristãos, a liberdade é a capacidade de escolha entre o Bem e o Mal. Essa concepção deriva da ideia de pecado original.
- Para os gregos, o conhecimento é uma atividade do intelecto; para os cristãos, a razão humana é limitada e imperfeita, incapaz de, por si mesma e sozinha, alcançar a verdade. Com isso, a metafísica cristã entra em consonância com a ideia do Deus uno, onipotente e onisciente.

4. Por que a diferença entre verdades de razão e verdades de fé é o principal problema para a elaboração de uma filosofia cristã?

Porque caberia à filosofia cristã encontrar um meio para reunir novamente aquilo que, ao nascer, a filosofia havia separado: razão e mito.

5. O que os filósofos cristãos tiveram que provar para elaborar uma metafísica?

Tiveram que provar: 1) a existência de Deus e os predicados de sua essência, passando da ideia grega da divindade como uma força imaterial, racional e impessoal conhecida por nossa razão à ideia de Deus como uma pessoa trina (Santíssima Trindade) e misteriosa, que se revela ao espírito dos que possuem fé, mas cuja existência, bondade, onipotência e onisciência podem ser provadas por nossa razão; 2) que o mundo existe e não é eterno, mas foi criado do nada por Deus e retornará ao nada, no dia do Juízo Final; que foi causado pela vontade divina e é governado pela Providência divina, a qual age tanto por meios naturais (as leis da natureza) quanto por meios sobrenaturais (os milagres); 3) que, embora Deus seja imaterial e infinito, sua ação pode ter efeitos materiais e finitos, como o mundo e o ser humano; portanto, provar que uma causa imaterial e infinita pode produzir um efeito material e finito, mesmo que isso seja um mistério da fé que a razão é obrigada a aceitar; 4) que a alma humana existe e é imortal, estando destinada à salvação ou à condenação eternas, segundo a vontade da Providência divina; 5) que não há contradição entre a liberdade humana e a onisciência de Deus. A contradição existe para a razão, mas não existe para a fé; 6) que as ideias (platônicas) ou os gêneros e as espécies (aristotélicos) existem, são substâncias reais, criadas pelo intelecto e pela vontade de Deus, e existem na mente divina como essências universais que se particularizam nos indivíduos criados por Deus; 7) fé e razão, revelação e conhecimento intelectual não são incompatíveis nem contraditórios e, quando o forem, a fé ou revelação deve ser considerada superior à razão , que deve submeter-se a ela.

6. Quais são as partes em que se divide a metafísica cristã? Explique cada uma delas.

Os cristãos afirmam que o Ser deve ser entendido de modo diferente conforme se refira a Deus ou às criaturas. Com isso, a metafísica dividiu-se em três tipos de conhecimentos: 1) a teologia, que se refere ao Ser como

ser divino ou Deus; 2) a psicologia racional, que se refere ao Ser como essência da alma humana; 3) a cosmologia racional, que se refere ao Ser como essência das coisas naturais ou do mundo.

7. Explique, em suas palavras, por que os modernos consideravam fé e razão incompatíveis.

   Para os modernos, filosofia e religião têm caminhos próprios. Para a filosofia, daí em diante, um ente só é considerado real se a razão humana puder conhecê-lo, isto é, se puder ser objeto de uma ideia verdadeira estabelecida rigorosa e metodicamente pelo intelecto humano.

8. Quais são as redefinições modernas dos conceitos de Ser (ou substância) e de causalidade?

   Os modernos conservam a definição tradicional da substância como o ser que existe em si e por si mesmo, que subsiste em si e por si mesmo. Porém, em lugar de considerar que a substância se define por gênero e espécie, havendo tantos tipos de substância quantos gêneros e espécies houver, passa-se a definir a substância levando em consideração seus predicados essenciais ou seus atributos essenciais, sem os quais uma substância não é o que ela é.

   Quanto à causalidade, os modernos consideram que causa é aquilo que produz um efeito determinado. Por isso, diferentemente da metafísica aristotélica, admitem apenas dois tipos de causas: a eficiente e a final. A causa eficiente é aquela na qual uma ação anterior determina como consequência necessária a produção de um efeito; tem alcance universal na natureza. Causa final é aquela que determina, para os seres pensantes, a escolha de realizar ou não uma ação; portanto, só opera na ação de Deus e nas ações dos seres humanos.

9. Quais são as substâncias estudadas pela metafísica moderna?

   A metafísica moderna estuda a essência da substância infinita (Deus), a essência da substância do ser pensante ou do pensamento (a consciência), a essência da substância do ser extenso ou da extensão (a natureza) e a essência da substância de um ser composto de pensamento e extensão, isto é, o ser humano.

10. Quais são as ideias centrais da metafísica moderna?

    Apenas três ideias operam na metafísica moderna: a ideia do ser infinito como causa eficiente da natureza e do ser humano; a ideia do ser pensante finito como causa eficiente dos pensamentos, conceitos e ações humanas; a ideia do ser extenso ou natureza como causa eficiente que, pelas relações de movimento e repouso, produz todos os corpos. Deus, homem e natureza são os objetos da metafísica.

11. Como e por que David Hume critica os dois grandes pressupostos da metafísica?

    A metafísica baseava-se nos pressupostos de que a realidade em si existe e pode ser conhecida e de que as ideias ou conceitos são um conhecimento verdadeiro da realidade, porque a verdade é a correspondência entre as coisas e os pensamentos, ou entre a realidade e o intelecto. Hume critica essa concepção porque, para ele, o sujeito do conhecimento associa sensações, percepções e impressões recebidas pelos órgãos dos sentidos e retidas na memória. Dessa maneira, de acordo com Hume, todos os conceitos da metafísica não correspondem a seres reais existentes independentes do sujeito do conhecimento, mas são apenas nomes gerais com que o sujeito nomeia e indica seus próprios hábitos associativos.

CAPÍTULO 20 – De Kant à ontologia contemporânea

Leituras filosóficas

Sobre o programa da Crítica da razão pura

- Por que Kant considera pretensiosos os autores que querem “estender o conhecimento humano para além de todos os limites da experiência possível”? No que consiste a proposta de Kant contra tal pretensão?

  Para Kant, pretender demonstrar a natureza da alma ou o começo do mundo seria uma pretensão de estender o conhecimento humano para além dos limites da experiência possível. Ou seja, ao se dedicar a esse tipo de conhecimento, a metafísica acredita poder conhecer as coisas em si por meio do pensamento puro, e não apenas da forma como as observamos, organizadas pelo sujeito do conhecimento. A solução, segundo Kant, seria ocupar-se apenas da razão e do seu pensar puro, na medida em que é possível encontrá-la nele mesmo. Assim, ao distinguir o nômeno do fenômeno e afirmar a centralidade do sujeito do conhecimento, Kant afirma que o nômeno não pode ser conhecido, mas aquilo que é organizado por nós pelas formas da sensibilidade e pelas categorias do entendimento, sim.

O futuro da filosofia

1. Com base no que estudamos neste capítulo, como podemos definir a “filosofia concreta” a que Merleau-Ponty se refere?

Trata-se da fenomenologia como retorno ao mundo vivido por nós como seres cujo corpo é habitado por uma consciência. Se a consciência está encarnada num corpo, não se pode separar corpo e alma, objeto e sujeito, linguagem e pensamento, ações e ideias, sensível e inteligível. Portanto, a filosofia concreta (fenomenologia) se aproxima da experiência sem, no entanto, se restringir a uma postura empirista.

2. Como podemos interpretar a dupla afirmação de que a filosofia nunca mais reencontrará "as chaves da natureza e da história" e a de que ela "nunca renunciará ao seu radicalismo"?

A filosofia não pode pretender ser a explicação completa e total da realidade natural (a natureza) e da ação humana (a história), pois ela está sempre situada num mundo aberto às transformações, aos acontecimentos imprevisíveis e sobretudo à capacidade criadora dos seres humanos. No entanto, nem por isso a filosofia pode renunciar àquilo mesmo que a define, isto é, ir à raiz de todas as coisas e de todas as ações, buscar seus princípios, suas causas, suas essências e seus sentidos, mesmo sabendo que não são definitivos nem completos.

Conexões

1. As histórias em quadrinhos, como outros textos ficcionais, podem atribuir a coisas e seres características que eles não têm na realidade. A que ente se atribuem, na tirinha, características que não lhe são essenciais? Que características são essas?

A tirinha atribui ao gato a capacidade de se comunicar verbalmente com Enriqueta. Ou seja, o trabalho da imaginação é capaz de atribuir uma característica de um ente a outro de maneira deliberada, dando novos sentidos.

2. Com base na tirinha e no que você viu neste capítulo, escreva uma reflexão filosófica sobre a seguinte pergunta: "O que é a lembrança?".

Resposta pessoal. **Comentário:** pode ser interessante ler aos estudantes, antes de realizar esta atividade, o trecho do texto a seguir que fala sobre como Merleau-Ponty compreendia a essência do tempo.

O corpo e o tempo: dois exemplos

Apresentamos aqui mais exemplos para ajudá-lo a explicar para os alunos o modo de pensar da ontologia. Relatamos, brevemente, o estudo de Merleau-Ponty sobre a essência ou o ser do nosso corpo e, a seguir, o ser e a essência do tempo.

O nosso corpo

Indaga Merleau-Ponty: o que é o nosso corpo? Qual é a sua essência?

A Física dirá que é um agregado de átomos, uma massa e energia que funciona de acordo com as leis gerais da natureza. A Química dirá que é feito de moléculas de água, oxigênio, carbono, de enzimas e proteínas, funcionando como qualquer outro corpo químico. A Biologia dirá que é um organismo vivo, um indivíduo membro de uma espécie (animal, mamífero, vertebrado, bípede), capaz de adaptar-se ao meio ambiente por operações e funções internas, dotado de um código genético hereditário, que se reproduz sexualmente. A Psicologia dirá que é um feixe de carne, músculos, ossos, que formam aparelhos receptores de estímulos externos e internos e aparelhos emissores de respostas internas e externas a tais estímulos, capaz de ter comportamentos observáveis.

Todas essas respostas dizem que nosso corpo é uma coisa entre as coisas, uma máquina receptiva e ativa que pode ser explicada por relações de causa e efeito; suas operações são observáveis direta ou indiretamente, podendo ser examinado em seus mínimos detalhes nos laboratórios, classificado e conhecido. Nosso corpo, como qualquer coisa, é um objeto de conhecimento.

Porém, será isso um corpo que é *nosso*?

Meu corpo é um ser visível no meio dos outros seres visíveis, mas que tem a peculiaridade de ser um visível vidente: vejo, além de ser vista. Não só isso. Posso me ver, sou visível para mim mesma. E posso me ver vendo.

Meu corpo é um ser táctil como os outros corpos, podendo ser tocado. Mas também tem o poder de tocar, é tocante; e é capaz de tocar-se, como quando minha mão direita toca a esquerda e já não sabemos qual toca e qual é tocada.

Meu corpo é sonoro como outros corpos, como os cristais e os metais; pode ser ouvido. Mas tem o poder de ouvir. Mais do que isso, pode fazer-se ouvir e pode ouvir-se quando emite sons. Do fundo da garganta, passando pela língua e pelos dentes, com os movimentos de meus lábios transformo a sonoridade em sentido, dizendo palavras. Ouço-me falando e ouço quem me fala. Sou sonora para mim mesma.

Meu corpo estende a mão e toca outra mão em outro corpo, vê um olhar, percebe uma fisionomia, escuta outra voz: sei que diante de mim está um corpo que é meu outro, um outro humano habitado por consciência, e eu o sei porque me fala e, como eu, seu corpo produz palavras, sentidos.

Visível-vidente, táctil-tocante, sonoro-ouvinte/falante, meu corpo se vê vendo, se toca tocando, se escuta escutando e falando. Meu corpo não é coisa, não é máquina, não é feixe de ossos, músculos e sangue, não é uma rede de causas e efeitos, não é um receptáculo para uma alma ou para uma consciência: é meu modo fundamental de ser e de estar no mundo, de me relacionar com ele e de ele se relacionar comigo. Meu corpo é um sensível que sente e se sente, que se sabe sentir e se sentindo. É uma interioridade exteriorizada e uma exterioridade interiorizada. É esse o ser ou a essência do meu corpo. Meu corpo tem, como todos os entes, uma significação metafísica ou ontológica.

O que é o tempo?

Estamos acostumados a considerar o tempo como uma linha reta, feita da sucessão de instantes, ou como uma sucessão de "agoras" — um "agora" que já foi é o passado, o "agora" que está sendo é o presente, um "agora" que virá é o futuro.

A metafísica realista usa, frequentemente, a imagem do rio para representar o tempo como algo que passa sem cessar: a nascente é o passado, o lugar onde me encontro é o presente, a foz é o futuro. Há dois enganos nessa imagem, diz Merleau-Ponty. Em primeiro lugar, trata-se de uma imagem *espacial* para referir-se ao que é *temporal*, isto é, pretende explicar a essência do tempo (o escoamento) usando a essência do espaço (a sucessão de pontos). Em segundo lugar, a imagem do rio não corresponde ao escoamento do tempo. Para que correspondesse, precisaria estar invertida, pois a água que está na nascente é aquela que ainda não passou pelo lugar onde estou e, portanto, ela é, para mim, o futuro e não o passado; a água que está na foz é aquela que já passou pelo lugar onde estou e, portanto, para mim, é o passado e não o futuro.

Tentando evitar os enganos do realismo, a metafísica idealista dirá, com Kant, que o tempo é a forma do sentido interno, isto é, uma forma criada pelo sujeito do conhecimento ou pela consciência reflexiva para organizar a experiência subjetiva da sucessão. O tempo não existe, mas é uma idealidade produzida pela razão, um conceito subjetivo que estrutura o que é experimentado como sucessivo.

Um novo engano acaba de ser cometido, explica Merleau-Ponty. Se o tempo for uma forma ou um conceito produzido pela consciência reflexiva ou pelo sujeito para organizar a sucessão, não haverá sucessão a organizar, pois a consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento opera sempre e exclusivamente com o que é atual, com o que está dado presentemente ao pensamento. Para a reflexão só existe a simultaneidade, e a sucessão se reduz a uma experiência psicológica ou empírica, ao sentimento de que há um "antes" e um "depois", tais palavras indicando o modo como nos referimos a lembranças e expectativas pessoais.

Indaguemos, porém, o que é vivenciar o próprio tempo. Quando vivencio o meu presente, ele se apresenta como uma situação na qual sinto, faço, digo, penso coisas, atuo de várias maneiras e tenho experiência de uma situação aberta, isto é, na qual muitas coisas são possíveis para mim, muitas coisas podem acontecer. Quando rememoro meu passado, percebo que entre ele e o meu presente há uma diferença: quando ele era o meu presente, também estava aberto a muitas possibilidades, mas somente algumas se realizaram. Por isso, o passado lembrado não é uma situação aberta como o presente, mas fechada, terminada. Assim, meu passado não é simplesmente o que veio antes do meu presente, mas algo qualitativamente diferente do presente: este é aberto; aquele, fechado.

Quando imagino meu futuro, antevejo, baseada nas possibilidades abertas em meu presente, como seria se certas possibilidades se concretizassem e se outras não se realizassem. Meu futuro não é simplesmente o que vem depois do meu presente, mas algo qualitativamente diferente do presente: é o que poderá ser se as aberturas do meu presente se concretizarem e, portanto, se o que, hoje, está aberto ou em suspenso estiver, amanhã, fechado e realizado.

Meu passado e meu futuro nunca são os mesmos. Cada vez que me lembro do meu passado, eu o faço com base no meu presente e, a cada vez, este é diferente, fazendo-me recordar de maneiras diversas o que passou. Cada vez que imagino meu futuro, eu o faço com base no meu presente, que, sendo sempre diferente, imagina diferentemente o futuro. Não revivo o passado, mas o rememoro tal como sou hoje em meu presente. Não vivo meu futuro, mas o imagino tal como sou hoje em meu presente. O presente é uma contração temporal que arranca o passado do esquecimento e abre o futuro para o possível. O passado e o futuro são dilatações temporais, distensões do presente.

O que é lembrar? É captar no contínuo temporal uma diferença real entre o que estou vivendo no presente e o que estou vivenciando do passado. O que é esquecer? É perder a fisionomia ou o relevo de um momento do passado. O que é esperar? É buscar no contínuo temporal uma diferença *possível*

entre o que estou vivendo e o que estou vivenciando do futuro.

Qual é a essência do tempo?

Em primeiro lugar, é um escoamento interno e externo, um fluir contínuo, que vai produzindo diferenças dentro de si mesmo. Em segundo, é uma contração e uma dilatação de si mesmo, um juntar-se a si mesmo e consigo mesmo (na lembrança) e um expandir-se a si mesmo e consigo mesmo (na esperança). O tempo é a produção da identidade e da diferença consigo mesmo e, nesse sentido, é uma dimensão do meu ser (não estou *no* tempo, mas *sou* temporal) e uma dimensão de todos os entes (não estão *no* tempo, mas *são* temporais).

O tempo não é um receptáculo de instantes, não é uma linha de momentos sucessivos, não é a distância entre um "agora", um "antes" e um "depois", mas sim o movimento interno dos entes para reunirem-se consigo mesmos (o presente como centro que busca o passado e o futuro) e para diferenciarem-se de si mesmos (o presente como diferença qualitativa em face do passado e do futuro). O Ser é tempo.

Em síntese

1. Por que Kant afirma que só há ciência ou saber verdadeiro se forem possíveis juízos sintéticos *a priori*?

   De acordo com Kant, os juízos sintéticos são fonte de conhecimento por acrescentarem novos dados que não estavam pensados no conceito do sujeito. Entretanto, os juízos sintéticos *a posteriori* baseiam-se nos dados da experiência individual e, portanto, não são universais e necessários, o que reduz o seu valor teórico. Por esse motivo, para que haja ciência, é preciso que haja juízos sintéticos *a priori*, ou seja, que não dependem da experiência individual, mas do trabalho dos conceitos *a priori* do entendimento sobre as formas *a priori* da sensibilidade. Estas, em vez de nos oferecerem experiências particulares, nos fornecem a forma *a priori* de todas as experiências possíveis, e, com isso, nos dão acesso a juízos universais e necessários.

2. Como Kant explicava a impossibilidade de se conhecer o nômeno, objeto central da metafísica tradicional? O que ele propõe que a metafísica estude em seu lugar?

   Kant distinguiu duas modalidades de realidade: a realidade que se oferece a nós na experiência (fenômeno) e a realidade que não se oferece à experiência (nômeno). O fenômeno é a coisa para nós ou o objeto do conhecimento propriamente dito: é o objeto como sujeito do juízo. O nômeno é a coisa em si ou o objeto da metafísica, isto é, o que é dado para um pensamento puro, sem relação com a experiência. Ora, só há conhecimento universal e necessário daquilo que é organizado pelo sujeito do conhecimento nas formas do espaço e do tempo e de acordo com os conceitos do entendimento. Se o nômeno é aquilo que nunca se apresenta à sensibilidade nem ao entendimento, mas é afirmado pelo pensamento puro, não pode ser conhecido. E se o nômeno é o objeto da metafísica, esta não é um conhecimento possível. A metafísica possível é aquela que tem como objeto o estudo das condições de possibilidade de todo conhecimento e de toda experiência humana. A metafísica estuda, portanto, as condições universais e necessárias da objetividade em geral, e não o "Ser enquanto Ser", nem Deus, alma e mundo, nem substância infinita, pensante e extensa.

3. Explique o que é o idealismo inaugurado por Kant e como se diferencia do realismo.

   Para Kant, o conhecimento não vem das coisas para a consciência (realismo), mas vem das ideias da consciência para as coisas (idealismo). Nunca saberemos o que é e como é a realidade em si mesma, separada e independente de nós. Conhecemos apenas a realidade como fenômeno, isto é, organizada pelo sujeito do conhecimento segundo as formas do espaço e do tempo e segundo os conceitos do entendimento. A realidade conhecível e conhecida é aquela posta pela objetividade estabelecida pela razão. Essa diferenciação em relação ao realismo baseia-se em duas inovações: a transformação da própria teoria do conhecimento em metafísica, como investigação das condições gerais do conhecimento universal e necessário dos fenômenos; e no fato de que o sujeito do conhecimento não é, como pensara Hume, o sujeito psicológico individual, mas uma estrutura universal, idêntica para todos os seres humanos em todos os tempos e lugares.

4. Por que Husserl mostrou que a Psicologia não poderia substituir a lógica e a teoria do conhecimento? Qual é a diferença entre a filosofia e a Psicologia?

   Para Husserl, a Psicologia estuda e explica fatos observáveis, mas não pode oferecer os fundamentos de tais estudos e explicações, pois os fundamentos, como o nome indica, não são fatos observáveis. Nisso consiste a diferença entre a filosofia e a Psicologia: esta *explica fatos* e aquela *descreve essências* da vida psíquica. Por exemplo, enquanto um psicólogo parte da pergunta: "Como acontece uma percepção?", um filósofo começa perguntando: "O que é a percepção?".

5. O que a fenomenologia entende por intencionalidade da consciência?

A consciência é uma pura atividade, o ato de constituir essências ou significações, dando sentido ao mundo das coisas. Toda consciência é sempre *consciência de*. A essência da consciência é a intencionalidade, ou seja, o ato de visar as coisas como significações.

6. Qual é a crítica de Husserl à concepção kantiana de fenômeno? E à concepção hegeliana?

Husserl diz que Kant equivocou-se ao distinguir fenômeno e nômeno, pois, com essa distinção, manteve a velha ideia metafísica da realidade em si ou do “Ser enquanto Ser”, mesmo que dissesse que não a podíamos conhecer. Contrariamente, Husserl afirma que não há nômeno, não há a “coisa em si” incognoscível. Tudo o que existe é fenômeno e só existem fenômenos.

Sobre Hegel, Husserl afirma que ele aboliu a diferença entre a consciência e o mundo, porque dissera que este nada mais é do que o modo como a consciência se torna as próprias coisas, torna-se mundo ela mesma, tudo sendo fenômeno: fenômeno interior (a consciência) e fenômeno exterior (o mundo como manifestação da consciência nas coisas). Contrariamente, Husserl afirma que a essência da consciência é diferente das essências dos fenômenos, pois doa sentido às coisas e estas são receptoras de sentido. A consciência não se encarna nas coisas, não se torna as próprias coisas, mas apenas dá significação a elas.

7. O que Husserl entendia por fenômeno? Em que aspectos ele alargou o campo dos fenômenos em relação às concepções de Kant e Hegel?

Para Husserl, tudo o que existe é fenômeno. Fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência; é aquilo que se apresenta diretamente, “em pessoa”, “em carne e osso” à consciência, que doa sentido às coisas permanecendo diferente delas, ao contrário do que dizia Hegel. Em uma palavra, fenômeno é a *essência*.

Husserl amplia o campo dos fenômenos ao considerar que estes não são apenas as coisas materiais que percebemos, imaginamos ou lembramos cotidianamente. Fenômenos são também coisas puramente ideais ou idealidades (coisas que existem apenas no pensamento, tais como números, conceitos como igualdade, etc.) e também as coisas culturais, isto é, as coisas criadas pela ação e pela prática humanas (técnicas, artes, instituições, valores, etc.).

8. Qual é a diferença entre a fenomenologia e as ciências?

Uma ciência estuda e explica fatos observáveis, seja por observação direta, seja por meio de experimentos, seja por intermédio da construção de modelos. Entretanto, ela não pode oferecer os fundamentos de tais estudos e de suas conclusões, pois fundamentos, como o nome indica, não são fatos observáveis nem modelos construídos, e sim as condições de possibilidade de tais fatos e de tais modelos. O estudo dos fundamentos cabe à filosofia entendida como fenomenologia. As ciências procuram *explicar* como as coisas são; a filosofia procura *descrever* o que as coisas são (suas essências) e por que são (suas origens necessárias).

9. O que Husserl entendia por essência?

Essência é a *significação* ou o *sentido* de um ser, sua ideia. A fenomenologia é a descrição das essências ou ideias ou significações dos atos da consciência e de seus correlatos (as coisas e os seres humanos). Ela é a descrição de todos os fenômenos, ou das significações de todas as realidades: materiais, naturais, ideais, culturais.

10. O que são e quais são as “regiões do ser”? Como a filosofia deveria organizar as essências com base nessas regiões? Explique e exemplifique.

Trata-se da distinção entre os diferentes tipos de essência ou fenômeno considerando cada um deles como manifestação de um tipo de realidade diferente. Por exemplo: região da consciência, região da natureza, região da arte, etc. Husserl propôs que a filosofia investigasse as essências próprias desses seres ou desses entes, criando *ontologias regionais*. Assim, a filosofia se dedicaria ao estudo do ser diferenciado em entes dotados de essências próprias e irredutíveis uns aos outros.

A última parte da resposta é pessoal. **Comentário:** são muitos os exemplos que os alunos podem dar. Verifique, portanto, se os exemplos estão de acordo com os conceitos. Na resposta, é possível aceitar, também, a proposta de Heidegger, exposta no capítulo:

Heidegger propõe a distinção em cinco grandes estruturas ônticas: 1) os entes materiais ou naturais que chamamos *coisas reais* (frutas, árvores, pedras, etc.); 2) os entes materiais artificiais que também chamamos *coisas reais* (casa, mesas, cadeiras, etc.); 3) os entes ideais, isto é, aqueles que são ideias concebidas pelo pensamento lógico, matemático, científico, filosófico, aos quais damos o nome de *idealidades* (igualdade, diferença, número, etc.); 4) os entes aos quais damos o nome de *valores* (beleza, feiura, vício, etc.); 5) os entes que pertencem a uma realidade diferente daquela a que pertencem as coisas, as idealidades e os valores e aos quais da-

mos o nome de *metafísicos* (a divindade ou o absoluto; o infinito; o nada; etc.).

11. Quando passamos ao conhecimento ontológico?

Ôntico se refere à estrutura e à essência própria de um ente: sua identidade, sua diferença em face de outros entes, suas relações com outros entes. *Ontológico* se refere à investigação filosófica dos conceitos que nos permitem conhecer e determinar em que consistem as modalidades ônticas, quais os métodos adequados para o estudo de cada uma delas, quais as categorias que se aplicam a cada uma delas. Passamos da experiência ôntica à investigação ontológica quando o significado costumeiro das coisas, das ações, dos valores ou das pessoas perde sentido ou se mostra obscuro e confuso, ou quando o que nos foi dito, ensinado e transmitido sobre eles já não nos satisfaz e queremos saber mais e melhor.

12. Quais são os conceitos ontológicos para descrever o ser dos valores ou os entes que são valores?

No caso dos entes que são valores, os conceitos ontológicos principais que os descrevem são a qualidade (um valor pode ser afirmativo ou negativo) e a polaridade ou oposição (os valores sempre se apresentam como pares de opostos: bom-mau, belo-feio, justo-injusto, verdadeiro-falso, etc.).

13. O que resta se retirarmos a consciência? O que resta se eliminarmos as coisas? O que diz uma nova ontologia que se afasta tanto do idealismo da consciência como do realismo das coisas?

Se eliminarmos a consciência, não sobra nada, pois as coisas existem para nós, isto é, para uma consciência que as percebe, imagina, que delas se lembra, nelas pensa e que as transforma pelo trabalho. Se eliminarmos as coisas, também não resta nada, pois não podemos viver sem o mundo nem fora dele; não somos os criadores do mundo, e sim seus habitantes. Sem a consciência, não há mundo para nós. Sem o mundo, não temos como conhecer nem agir. A nova ontologia parte da afirmação de que estamos no mundo e de que o mundo é mais velho do que nós, mas, simultaneamente, de que somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo.

14. De acordo com Merleau-Ponty, o que estuda a ontologia? Dê alguns exemplos novos.

A ontologia estuda a essência ou o sentido dos entes ou seres *antes* que sejam investigados pelas ciências e *depois* que se tornaram enigmáticos para nossa vida cotidiana. Investiga as diferenças e as relações entre eles, seu modo próprio de existir, sua origem, sua finalidade. Perguntamos, por exemplo: “Que horas são?”. A ontologia indaga: “O que é o tempo?”, “Qual a essência da temporalidade?”. Recupera-se, assim, a velha questão filosófica: “O que é isto que é?”, que se refere ao modo de ser dos entes naturais, artificiais, ideais e humanos. Acrescenta-se ainda uma nova questão: “Para quem é isto que é?”, que se refere ao sentido ou à significação desses entes. Volta-se, pois, a buscar o Ser ou a essência das coisas, dos atos, dos valores humanos, da vida e da morte, do infinito e do finito.

Unidade 7 – A ciência

CAPÍTULO 21 – A atitude científica

Leituras filosóficas

1. Segundo o autor, como a ciência é vista por quem não a pratica? De que forma esse ponto de vista se relaciona ao que estudamos sobre o senso comum até aqui?

A ciência é vista com uma aparência de mistério e gravidade, herdada da magia. As pessoas veem muitos de seus procedimentos e resultados como “milagres”, quando, na realidade, ela opera seguindo critérios de investigação racionais e organizados, acessíveis a qualquer um que se interesse por conhecê-los, e não por forças ocultas e limitadas a poucos escolhidos.

2. Para você, a ciência consegue se libertar da magia? Explique.

Resposta pessoal.

Conexões

1. Compare duas explicações para o funcionamento de uma geladeira: a do senso comum e a da termodinâmica. Em seguida, responda como os elementos que caracterizam a investigação científica estão presentes na segunda explicação.

2. Em sua opinião, seria possível chegar ao advento da geladeira com base no conhecimento do senso comum? Por quê? Em sua resposta, considere o contexto da Segunda Revolução Industrial, na transição do século XIX para o XX.

3. As geladeiras ganharam os lares dos países desenvolvidos a partir dos anos 1930. Porém, nos anos 1970, novas pesquisas científicas descobriram que o CFC (clorofluorcarboneto), utilizado nesses aparelhos até então, era danoso para a camada de ozônio.

Atualmente, todas as geladeiras fabricadas devem utilizar substâncias que não agridam a camada de ozônio. Escreva um breve comentário sobre como as descobertas científicas se somam ou se contrapõem ao longo do tempo. A ciência é infalível?

Orientações para resposta: O intuito da atividade é mostrar ao estudante a especificidade do conhecimento científico. A contraposição das características do senso comum com as características da atitude científica, listadas ao longo do capítulo (subjetivo/objetivo, qualitativo/quantitativo, individualizador/generalizador, etc.), pode servir de percurso para a diferenciação. Em linhas gerais, o senso comum diria que geladeiras e aparelhos refrigeradores esfriam seus interiores, ou seja, "injetam" frio ou transferem frio para o interior. Porém, a termodinâmica mostra que, na realidade, o calor é retirado do interior da geladeira para o ambiente exterior, graças à ação de um gás refrigerante pressurizado que percorre uma serpentina.

Para chegar a essa descoberta, o conhecimento científico recorre a procedimentos que demonstram que ele é: quantitativo, pois expressa critérios de comparação e de avaliação de coisas nas três leis da termodinâmica; homogêneo, pois as leis da termodinâmica se aplicam a outros aparelhos refrigeradores e a outros contextos de troca de calor; e só estabelece relações causais depois de investigar a natureza ou estrutura do fato estudado.

A atividade pretende também fazer com que o estudante compreenda que o desenvolvimento da ciência se vincula à sociedade em que ela se insere. É importante mostrar aos alunos que, diferentemente da magia, a ciência está fincada na história, de maneira que suas questões, métodos e objetivos se alteram com ela, com o desenvolvimento das técnicas e das tecnologias. Mais: por estar em constante mudança na história, em constante reavaliação de suas leis, métodos e objetos, a ciência está aberta a descobrir falhas, equívocos e omissões dentro de suas próprias pesquisas.

Em síntese

1. Dê novos exemplos de certezas do senso comum e mostre como as ciências as refutam.

   Resposta pessoal. **Comentário:** há várias respostas possíveis para essa questão. Verifique se os exemplos dados pelos estudantes estabelecem corretamente essa oposição.

   Alguns exemplos possíveis: o senso comum por muito tempo considerou que a Terra era plana. A ciência demonstrou, no entanto, que ela é esférica. Por muito tempo também o senso comum acreditou que o ser humano era essencialmente diferente de todos os outros animais e que seu surgimento não tinha conexão com a existência deles. Entretanto, a ciência demonstrou que os seres humanos são apenas um elo na evolução das espécies e que eles descenderam de outros animais. O senso comum também considerava que nossa consciência tinha conhecimento das razões de nossos atos e pensamentos. A ciência demonstrou que os processos conscientes são uma parcela menor de nossos processos psíquicos e que nossa vida é, em larga medida, dominada por uma instância inconsciente.

2. Selecione e explique três características dos saberes do senso comum.

   O estudante deve escolher em sua resposta três das características a seguir.

   Os saberes do senso comum são subjetivos; qualitativos; heterogêneos; individualizadores; generalizadores; voltados ao estabelecimento de causalidades; conformados à regularidade, constância, repetição e diferença das coisas, mas admirados com o único, o extraordinário, o maravilhoso ou o miraculoso; caracterizados por uma concepção mágica da ciência; projeções de sentimentos nas coisas e no mundo diante do desconhecido; cristalizados em preconceitos com os quais interpretam a realidade. São subjetivos por exprimirem sentimentos e opiniões individuais e de grupos, variando de uma pessoa para outra, ou de um grupo para outro, dependendo das condições em que vivemos; são qualitativos por causa da análise subjetiva que nos leva a uma avaliação das coisas conforme os efeitos que produzem em nossos órgãos dos sentidos ou conforme os desejos que despertam em nós e o tipo de finalidade ou de uso que lhes atribuímos; são heterogêneos por agruparem-se ou se distinguirem conforme as coisas e os fatos pareçam semelhantes ou diferentes.

3. Selecione e explique três características do conhecimento científico que o diferenciam do senso comum.

   O estudante deve escolher em sua resposta três das características a seguir.

   O conhecimento científico é objetivo por procurar as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas; quantitativo por buscar medidas, padrões, critérios de comparação e de avaliação para coisas que parecem diferentes; é homogêneo por buscar as leis gerais de funcionamento dos fenômenos, que são as mesmas para fatos que nos parecem diferentes; além disso, é generalizador, pois mostra que individualidades aparentemente diferentes têm a mesma estrutura; é também diferenciador, pois

mostra que coisas aparentemente semelhantes têm, na verdade, estruturas diferentes; investiga antes de estabelecer relações de causalidade; surpreende-se com a regularidade, a repetição e a diferença das coisas e procura demonstrar que o maravilhoso, o extraordinário ou o "milagroso" são casos particulares; procura renovar-se e modificar-se continuamente, evitando a transformação das teorias em doutrinas e destas em preconceitos sociais.

4. Explique por que, em nossa sociedade, a ciência frequentemente é entendida como magia. Em seguida, explique qual é o equívoco dessa visão.

Gilles-Gaston Granger afirma que, na ótica do senso comum em nossa sociedade, tanto a ciência quanto a magia lidam com o misterioso, o oculto, o incompreensível, chegando ao extremo de se considerar a ciência como protagonista de "milagres" modernos. Entretanto, ela distingue-se da magia. A magia admite uma simpatia secreta entre coisas diferentes, que agem umas sobre outras por meio de qualidades ocultas. Além disso, considera o psiquismo humano uma força capaz de ligar-se a psiquismos superiores (planetários, astrais, angélicos, demoníacos) para provocar efeitos inesperados nas coisas e nas pessoas. A atitude científica, ao contrário, opera um desencantamento do mundo, mostrando que nele não agem forças secretas, mas causas e relações racionais que podem ser conhecidas por todos.

5. Que papel Aristóteles atribui à ciência quando a denominou um conhecimento demonstrativo? Exemplifique.

Para Aristóteles, a ciência é um conhecimento das causas e pelas causas. Tal conhecimento é demonstrativo e não mera opinião porque parte de premissas para alcançar uma conclusão válida, isto é, realiza um movimento racional que conduz do conhecimento das causas ao conhecimento dos efeitos necessários que elas produzem. Há muitos exemplos possíveis: verifique se o estudante relaciona corretamente um ou alguns.

6. A filosofia moderna considera a ciência um conhecimento eficaz. Localize na linha do tempo um conceito na obra de dois autores dessa época que se inspiraram nessa ideia.

A ciência moderna é considerada eficaz por ser capaz de permitir ao ser humano não só conhecer o mundo, mas também dominá-lo e transformá-lo. A máxima de Francis Bacon, "saber é poder", expressa essa nova postura, que reivindica que o verdadeiro saber permite ao ser humano não só contemplar, mas controlar a natureza. Descartes, ao estabelecer a distinção entre o sujeito e o objeto do conhecimento, também avança nessa proposta. O conceito de método na obra desses dois autores se relaciona diretamente a essa ideia.

CAPÍTULO 22 – A ciência na história

Leituras filosóficas

1. Para o autor, de que modo a ciência teria contribuído para a degradação da civilização?

Porque, sendo movida pelos poderes da economia e da técnica, a ciência desenvolveu poderes de destruição novos e sem controle, desde guerras de extermínio por meio de "armas inteligentes" até a degradação da bioesfera, pondo em risco todo o planeta e a civilização. No entanto, Morin considera que a cultura (no caso, a europeia) teria capacidade para produzir antídotos contra isso e promover a qualidade de vida.

2. Reflita sobre o texto de Morin, a imagem da página e o que você viu no capítulo. Então, responda: por que a ideia de progresso e evolução baseada no desenvolvimento tecnológico se mostra frágil?

Resposta pessoal. **Comentário:** a imagem mostra o resultado de um desastre ambiental, em decorrência dos excessos do que Morin chama *civilização tecnoeconômica*: um rio contaminado pelo vazamento de rejeitos de mineração. Verifique se o estudante consegue relacionar esse acontecimento com a crítica de Morin e o conteúdo do capítulo.

Conexões

- Escreva um breve texto sobre como, apesar de terem sido separados, os conhecimentos científicos, técnicos e filosóficos são instrumentos para o enfrentamento do medo. Dê exemplos de como isso aconteceu ao longo da história ou de como pode acontecer no curso de nossa vida.

Orientações para resposta: Ao oferecer explicações racionalmente compreensíveis, as formas de conhecimento citadas – científicas, técnicas e filosóficas – combatem o medo na medida em que atribuem sentido objetivo e racional (portanto, desencantado e conhecível por todos os seres dotados de razão) àquilo que nos causa esse sentimento. O mar, que hoje atravessamos fácil e rapidamente, foi por muito tempo uma fonte de medo para os europeus – por sua imensidão, por ter sepultado muitos dos que tentaram desbravá-lo, por suas profundezas escuras que não revelam seus habitantes. Essa mudança de relação mantida com o mar foi possível, na Europa ocidental, graças ao desenvolvimento de conhecimentos no contexto das Grandes Navegações, que foram impulsionadas por motivos econômicos

e geográficos. Portanto, a relação com o mar é paradigmática na compreensão da relação entre conhecimento e medo.

Talvez seja útil, na apresentação da atividade, comparar mapas atuais com alguns desenvolvidos no período das Grandes Navegações. Em alguns deles, é possível encontrar a figuração de seres fantásticos nos mares, como na imagem de abertura do Capítulo 9 (p. 102). Também se pode recorrer ao episódio conhecido como "O velho do restelo", em *Os Lusíadas*, de Camões, e ao poema "Mar português", de Fernando Pessoa.

Em síntese

1. Quais são as três principais concepções de ciência?

São as seguintes: racionalista, cujo modelo de objetividade é a Matemática e segundo a qual a ciência é capaz de provar a verdade necessária e universal de seus enunciados e resultados, e o objeto científico é uma representação intelectual universal, necessária e verdadeira das coisas; empirista, que toma o modelo de objetividade da medicina grega e da história natural do século XVII e segundo a qual é por meio do experimento que se produz conceitos; e construtivista, cujo modelo de objetividade advém da ideia de razão como conhecimento aproximativo da realidade, passível de correção ou substituição.

2. Explique como operam os procedimentos hipotético-dedutivo e hipotético-indutivo e exponha, com base neles, as diferenças entre as concepções racionalista e empirista de ciência.

A concepção racionalista era hipotético-dedutiva, isto é, definia o objeto e suas leis e disso deduzia propriedades, efeitos posteriores, previsões. A concepção empirista era hipotético-indutiva, isto é, apresentava suposições sobre o objeto, realizava observações e experimentos, e chegava à definição dos fatos, às suas leis, suas propriedades, seus efeitos posteriores e a previsões.

3. Quais são os princípios do ideal de cientificidade na concepção construtivista de ciência?

Que haja coerência entre os princípios que orientam a teoria; que os modelos dos objetos sejam construídos com base na observação e na experimentação; que os resultados obtidos possam não só alterar os modelos construídos, mas também alterar os próprios princípios da teoria, corrigindo-a.

4. Qual é a principal diferença entre a ciência antiga e a ciência clássica ou moderna?

A ciência antiga era teorética, ou seja, apenas contemplava os seres naturais, sem jamais imaginar intervir neles ou sobre eles por meios técnicos; a ciência clássica é uma ciência que visa não só ao conhecimento teórico, mas sobretudo à aplicação prática ou técnica.

5. Explique as ideias de progresso e evolução científicos e a concepção de tempo e história que está na base delas.

As ideias de evolução e progresso referem-se à crença na superioridade do presente em relação ao passado e na superioridade do futuro em relação ao presente. Assim, evoluir significa tornar-se superior e melhor do que se era antes. Progredir significa ir por um rumo cada vez melhor na direção de uma finalidade superior. Essa noção está calcada em uma concepção histórica linear, contínua e cumulativa. Acredita-se, dessa forma, que o que acontece depois é o resultado melhorado do que aconteceu antes, supondo-se, assim, um permanente estado de aperfeiçoamento de todos os seres.

6. Que significam as expressões *ruptura epistemológica* e *obstáculo epistemológico*, elaboradas por Gaston Bachelard para se referir às mudanças científicas?

De acordo com Bachelard, *obstáculos epistemológicos* são as limitações encontradas por determinadas teorias, métodos e tecnologias para explicar um fenômeno. A superação dessa limitação requer uma *ruptura epistemológica*, isto é, que se rejeitem a teoria, os métodos e as tecnologias existentes, de modo que seja possível elaborar novas teorias, novos métodos e tecnologias.

7. Quais os tipos de descontinuidade científica apresentados por Granger?

Granger propõe dois tipos de descontinuidade científica: a descontinuidade externa e a interna. A descontinuidade é externa quando há um hiato radical entre uma situação científica caótica, em que os conhecimentos estão dispersos e são inverificáveis, e o surgimento de uma disciplina científica cujos conceitos, métodos e técnicas põem "ordem no caos". Essa disciplina ordenadora, rigorosa e sistemática não muda a ciência anterior, mas apenas a reorganiza. A descontinuidade é interna quando, mantida uma visão objetiva de um campo de fatos, teorias diferentes se sucedem no interior dele. Nesse caso, Granger diz não haver uma ruptura total: como é mantida a mesma visão objetiva de um campo de fatos, a teoria anterior é incorporada como um caso particular da nova teoria. Há descontinuidade, mas não há destruição da teoria anterior.

8. De que modo se estabelece o que Kuhn denomina *ciência normal*? Como ela pode entrar em crise?

Kuhn usa a expressão *ciência normal* para referir-se ao trabalho científico no interior de um paradigma estabelecido, isto é, que segue as normas postas pelo

paradigma. Em tempos normais, um cientista, diante de um fato ou de um fenômeno ainda não estudado, o explica usando o modelo ou o paradigma científico existente. A ciência normal entra em crise quando o paradigma que a sustenta não consegue explicar um fenômeno ou um fato novo, sendo necessário produzir um novo paradigma.

9. Com base nas ideias de Thomas Kuhn, responda:

a) Por que a revolução científica é uma ruptura radical com relação à ciência anterior?

Porque uma revolução científica acontece quando um campo científico ou paradigma, dentro do qual a ciência funciona normalmente, não consegue explicar um fenômeno ou fato novo, tendo que ser inteiramente reformulado e substituído por um novo paradigma. Essa revolução implica uma mudança profunda na maneira de o cientista ver o mundo, como se passasse a trabalhar num mundo completamente diferente.

b) Mencione outros exemplos de revolução científica. Para isso, rememore seus conhecimentos de outras disciplinas.

Resposta pessoal. **Comentário:** há uma ampla gama de exemplos que podem ser dados. A teoria da evolução de Darwin, a teoria heliocêntrica de Copérnico, a teoria da relatividade de Einstein e a teoria estruturalista de Lévi-Strauss são alguns exemplos possíveis, entre outros.

10. Por que, apesar das rupturas e descontinuidades, continuamos acreditando no progresso das ciências?

Os cientistas continuam acreditando nessa ideia porque, com as mudanças nas ciências, sentem que sabem mais e melhor do que antes, já que o paradigma anterior não lhes permitia conhecer certos objetos ou fenômenos. Sentem, com isso, que o passado estava errado ou que era inferior ao presente. Entre os não cientistas, porque vivemos sob a ideologia do progresso e da evolução, do "novo" e do "fantástico". E também porque efetivamente observamos importantes resultados práticos da aplicação tecnológica das ciências, o que nos faz sentir que estamos em condições melhores. De fato, filósofos da ciência como Kuhn, Bachelard e Granger não recusam totalmente a ideia de progresso das ciências. Mesmo que não concebam que nos aproximamos cada vez mais da verdade, eles consideram que há progresso toda vez que um novo paradigma ou uma nova teoria se mostram capazes de resolver um maior número de problemas do que os anteriores e de fazer mais e melhores previsões do que eles.

11. Qual é a diferença entre técnica e tecnologia? Dê alguns exemplos.

A técnica é um conhecimento empírico que, graças à observação e à repetição, elabora um conjunto de receitas e práticas para agir sobre as coisas. Já a tecnologia é um saber que depende de conhecimentos científicos e do qual as próprias ciências dependem para se desenvolver. Assim, por exemplo, a prensa é um instrumento técnico, uma superfície em relevo, na qual se aplica tinta para então ser pressionada contra o papel; já a impressora digital depende de outros processos (elétricos, eletrônicos) para entrar em operação de maneiras diferentes e, ao mesmo tempo, viabiliza uma gama muito maior de procedimentos. Verifique se o estudante escolheu um exemplo adequado ao que se pede.

12. Quais são as principais características do autômato? Dê alguns exemplos de autômatos.

As principais características do autômato são: tem em si mesmo o princípio do movimento; realiza sozinho as operações necessárias à execução de um trabalho ou uma obra, ou seja, é capaz de conduzir e direcionar movimento às suas partes; é capaz de comunicar informação e transformar essa informação em ação; suas operações são sistemas de sinais codificados sob a forma de programas matemáticos que funcionam como mensagens, por isso ele é capaz de operar pela linguagem; realiza três tipos de comunicação: de movimento, de energia e de informação; é capaz de se autorregular, isto é, de corrigir a si mesmo para assegurar seu funcionamento correto e seu equilíbrio interno; opera em diálogo com o mundo exterior e com o utilizador graças ao programa, por meio do qual se alimenta de informações que podem vir do mundo exterior e das instruções do utilizador; é uma inteligência artificial. O estudante pode dar diferentes exemplos de autômato: robôs industriais, máquinas de venda de alimentos, etc.

13. Quais são os critérios usados a partir do século XVII para classificar as ciências?

As ciências foram classificadas de acordo com: o tipo de objeto estudado; o tipo de método empregado; o tipo de resultado obtido. Com base nisso, a filosofia, as ciências e as técnicas são separadas em categorias diferentes.

14. Qual é a classificação das ciências proposta a partir do século XIX e aceita atualmente? Dê um exemplo de conhecimentos que, com essa nova classificação, foram separados em categorias diferentes.

A classificação mais aceita atualmente divide as ciências em: ciências matemáticas ou lógico-matemáticas, ciências naturais, ciências humanas ou sociais e ciências aplicadas. Há vários exemplos possíveis de separação e reunião: a metafísica, como campo separado por estudar a imutabilidade dos

seres, passa a ser agrupada às ciências humanas (mutáveis); a Psicologia foi separada das ciências da natureza; houve a divisão interna da Física, da Astronomia e da Geografia em mais de uma categoria, de acordo com seus campos específicos de estudo.

De olho na atualidade

1. De que maneira o controle e a vigilância exercidos por meio da internet expressam o que vimos a respeito da razão instrumental, na Unidade 2?

   O aumento das possibilidades de controle e vigilância promovido pela internet tem a ver com o conceito de razão instrumental porque se trata de um uso da tecnologia contrário à emancipação do indivíduo. A razão instrumental coloca a internet a serviço da exploração econômica, rastreando informações particulares de navegação para promover a publicidade e a venda de produtos, e também a serviço da dominação e da espionagem, ao se prestar ao monitoramento da atividade de indivíduos em nome da manutenção da ordem.

2. Retome a ideia de autômato, que vimos neste capítulo, para explicar as operações da teia de informações constituída pela internet que podem ser apropriadas por poderes políticos e econômicos.

   A internet liga um conjunto de computadores em uma “teia” de poder que permeia toda a sociedade, concentrando uma quantidade enorme de informações e permitindo a rápida e ampla propagação delas. Como vimos, o autômato realiza sozinho as operações necessárias à execução de um trabalho ou uma obra e é capaz de comunicar informação e transformá-la em ação, dialogando com o mundo exterior e com o utilizador graças ao programa. Desse modo, hoje em dia se observa a ação cotidiana de “robôs” informacionais, isto é, de programas autômatos que monitoram dados, recolhem informações (*data-mining*) e intervêm no acesso e nos dados particulares a serviço de interesses políticos e econômicos.

CAPÍTULO 23 – As ciências humanas

Leituras filosóficas

1. Com base na leitura do capítulo, explique o que representou a tentativa de libertar a ciência positiva “de toda ingerência filosófica” nos campos da Psicologia e da História.

   Concebendo a filosofia como uma sobrevivência ideológica sem motivo para continuar existindo, a postura do cientificismo levou à coisificação dos seres humanos, tomando as ciências humanas como se fossem ciências da natureza, e não conhecimentos específicos sobre os humanos. Na realidade, porém, se compreendermos que a filosofia traz verdades sobre os seres humanos, toda tentativa de eliminá-la falseia necessariamente a compreensão dos fatos humanos. Por isso, o autor diz que as ciências humanas devem ser filosóficas para serem científicas, isto é, ter como referência um saber sobre a especificidade da essência e sobre o sentido do humano.

2. Reflita sobre o trecho citado e sobre o que vimos neste capítulo e faça um balanço do que as ciências humanas ganham e do que perdem ao constituírem-se como um campo de saber particular e autônomo.

   Resposta pessoal.

Conexões

1. Que métodos e procedimentos característicos da ciência embasaram a análise de Bourdieu (1930-2002)? Se preciso, faça uma pesquisa adicional.

2. Para você, a análise feita sobre o sistema escolar francês dos anos 1960 se aplica à realidade atual brasileira? Por quê?

   Orientações para resposta: Os relatórios apresentados pelos governos de diversos países, que apontavam para a influência da origem social do aluno em seu desempenho escolar, expuseram fatos que as teorias funcionalistas não eram capazes de explicar. Recolhendo dados e observando os fatos, Bourdieu encontrou repetições de padrões que o conduziram a uma nova teoria, ou seja, a uma explicação que recorre a outros elementos e que foi capaz de oferecer uma explicação a esses fatos novos observados.

   No desenvolvimento da atividade, deve-se alertar os estudantes sobre o perigo da naturalização das ciências humanas. Embora padrões sejam reconhecidos, a objetividade das ciências humanas é sempre mais delicada.

   A resposta da segunda questão é pessoal, mas deve ser avaliada de acordo com a compreensão que o estudante teve do texto e do capítulo e com sua capacidade de relacioná-los à realidade brasileira atual. Para aprofundar o debate sobre essa questão, é possível apresentar em sala de aula, caso haja estrutura em sua escola para isso, alguns filmes: por exemplo, o francês *Entre os muros da escola* (direção de Laurent Cantet, 2008) e o documentário brasileiro *Pro dia nascer feliz* (direção de João Jardim, 2006).

Em síntese

1. Por que os modelos científicos e metodológicos da Matemática e das ciências da natureza se mostraram inadequados às ciências humanas?

Quando se formaram, no século XIX, as ciências que buscavam estudar o ser humano como um ser empiricamente observável, que fala, trabalha, se agrupa, cria regras e normas de conduta, buscaram métodos e modelos nas ciências já existentes. De início, o modelo da Matemática se mostrou inadequado, pois as ciências humanas não pretendiam construir intelectualmente objetos, e sim observar objetos existentes como dados empíricos. Por isso, em seus primeiros tempos, alguns cientistas das humanidades buscaram empregar os modelos das ciências naturais e da vida, que se baseiam na observação, experimentação, indução e formulação de leis universais e necessárias. Isso, porém, gerou resultados contestáveis, na medida em que, no caso das ciências humanas, observador e observado se confundem, os conhecimentos variam conforme a época e a sociedade, e é inviável não emitir nenhum tipo de juízo de valor.

2. Que objeções foram feitas às ciências humanas?

A ciência lida com leis objetivas, gerais, universais e necessárias. Os fatos humanos, como a consciência individual, a sociedade ou uma época passada, não podem ser diretamente observáveis nem podem ser submetidos à experimentação para serem trabalhados pela ciência: o psiquismo humano é subjetivo, uma sociedade humana é particular e um fato histórico acontece uma única vez. A ciência opera por análise e síntese. Não é possível analisar e sintetizar o psiquismo humano, uma sociedade ou um acontecimento histórico. A ciência lida com fatos regidos pela necessidade causal ou pelo princípio do determinismo universal, mas o ser humano é livre e sua ação é contingente. A ciência lida com fatos objetivos, mas o humano é justamente o subjetivo: o sensível, o afetivo, o valorativo, o opinativo.

3. Antes da constituição das ciências humanas, quais foram as três principais concepções de estudo do humano? Resuma brevemente cada uma delas.

Humanismo: iniciado com o antropocentrismo, não separa o ser humano da natureza, mas o considera um ser natural diferente dos demais. Prosseguindo nos séculos XVI e XVII com o estudo do ser humano como agente moral, político e técnico-artístico, chegou até o século XVIII, quando surge a ideia de civilização (o homem como artífice do desenvolvimento institucional).

Positivismo: inicia-se no século XIX com Comte e se estende pelo século XX. Enfatiza o homem como um ser social e propõe o estudo científico da sociedade como fato, afirmando que o fato social deve ser tratado como uma coisa à qual são aplicados os procedimentos de análise e síntese criados pelas ciências naturais.

Historicismo: desenvolvido no final do século XIX e início do século XX, insiste na diferença profunda entre ser humano e natureza e entre ciências naturais e humanas. Defende que os fatos humanos são históricos, dotados de valor e de sentido, de significação e finalidade, e devem ser estudados com essas características que os distinguem dos fatos naturais.

4. Explique quais eram os problemas do historicismo e como Max Weber propôs superá-los.

O historicismo tinha como consequências o relativismo e a subordinação das ciências humanas a uma filosofia da história. Max Weber procurou superar esse problemas propondo que as ciências humanas trabalhassem seus objetos como *tipos ideais* e não como fatos empíricos. O tipo ideal oferece construções conceituais puras, que permitem compreender e interpretar fatos particulares observáveis. Assim, por exemplo, a ideia de dominação é um tipo ideal (geral) que se refere à probabilidade de que uma ordem estabelecida exija e consiga obediência em um conjunto determinado de pessoas. Porém, ela se apresenta em formas (ou tipos ideais particulares) diferentes – dominação tradicional, dominação burocrático-legal e dominação carismática –, que podem ser usadas de modo aproximativo para compreender cada caso particular real.

5. Qual foi a principal contribuição da fenomenologia para as ciências humanas?

Com base na noção de essência ou significação, foi possível diferenciar internamente uma realidade de outras, encontrando seu sentido, sua forma, suas propriedades, suas origens. Assim, a fenomenologia permitiu que fosse feita a diferença entre "natureza" e "ser humano"; este, por sua vez, é uma essência diferenciada internamente em essências diversas (o psíquico, o social, o histórico, o cultural). Isso garantiu a delimitação e a definição dos objetos das ciências humanas, dotando-os de uma significação objetiva não necessariamente redutível a efeitos de processos físicos, químicos, fisiológicos.

6. Qual foi a principal contribuição do marxismo para as ciências humanas?

O marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são instituições sociais e históricas produzidas não pelo espírito e pela vontade livre dos indivíduos, mas pelas condições objetivas nas quais a ação e o pensamento humanos devem se realizar. Dessa forma, as ciências humanas puderam compreender que as mudanças históricas não resultam de ações pontuais de alguns indivíduos ou grupos de indivíduos, mas de lentos processos sociais, econômicos e políticos baseados na forma assumida

pela propriedade dos meios de produção e pelas relações de trabalho.

7. Qual foi a principal contribuição do estruturalismo para as ciências humanas?

A concepção estruturalista mostrou que os fatos humanos se organizam na forma de estruturas, isto é, sistemas formados por termos cujo sentido depende da posição e da função que ocupam no todo. Assim, o todo não é a soma das partes nem um conjunto de relações causais entre elementos isoláveis, mas um princípio que ordena, diferencia e transforma. É na relação estabelecida pelos termos que se pode compreendê-los, e não ao tomá-los de forma isolada. Ao falar sobre o princípio do valor ou da equivalência, Lévi-Strauss pôde superar o problema do relativismo sem incorrer em interpretações mecanicistas ou evolucionistas etnocêntricas. Assim, investigando o modo como os sistemas se organizam em cada sociedade, seria possível buscar os universais, aspectos da organização do pensamento comuns a todas as culturas. Entre eles, a proibição do incesto (que não se dá sempre da mesma maneira, mas existe em todas as sociedades) seria o fundamental.

8. De que modo as ciências humanas podem atingir resultados mais completos? Por quê?

As ciências humanas tendem a apresentar resultados mais completos e satisfatórios quando trabalham interdisciplinarmente, porque assim podem abranger os aspectos simultâneos e sucessivos dos fenômenos estudados.

Unidade 8 – A cultura

CAPÍTULO 24 – A cultura

Leituras filosóficas

1. De acordo com texto, o ser humano e o animal se relacionam com a natureza de maneiras diferentes. Qual seria essa diferença?

Os animais se adaptam ao meio ambiente e são capazes de usá-lo, mas não chegam a construir instrumentos que serviriam para preparar outros instrumentos; os humanos transformam a natureza por meio do trabalho, criando instrumentos que servem para criar outros em diferentes situações.

2. De que modo o trabalho contribui para a definição do mundo propriamente humano?

O trabalho é o reconhecimento, para além do meio ambiente atual, de um espaço e de um tempo indefinidamente abertos e a capacidade para fazer existir algo novo. Por isso o mundo humano é o mundo do possível, pois os humanos são capazes de se relacionar com o ausente por meio do trabalho, da linguagem e da consciência do tempo.

Conexões

1. Analise as principais características do estilo naturalista com base no debate sobre natureza humana e cultura.

2. *O cortiço* foi publicado dois anos após a abolição da escravatura no Brasil. Localize, no trecho, exemplos de condutas e valores classificados, na época, de "naturais", e mostre como eles foram construídos histórica e culturalmente.

Orientações para resposta: O aluno deve recorrer aos conhecimentos vistos na disciplina de Língua Portuguesa e selecionar, entre as características do estilo naturalista, aquelas que de alguma forma se vinculem ao debate neste capítulo. A análise do aluno deve privilegiar os modos como essa corrente literária naturaliza características que são culturais, muito de acordo com a visão dos pensadores positivistas da época.

Na atividade 2, espera-se que o aluno seja capaz de desfazer traços culturais naturalizados pela visão de mundo e expressos na linguagem naturalista. Por exemplo, logo no primeiro parágrafo do trecho citado, encontramos a generalização – "como toda cafuza" – do comportamento de Bertoleza com base em um fundamento natural – o instinto –, que não permite ação livre. Assim, são desconsideradas tanto a capacidade de escolha livre como as condições sociais (e não naturais) que poderiam influenciar alguém a selecionar o cônjuge pelo critério étnico-racial. Por outro lado, o "representante da raça superior" à qual Bertoleza prefere se sujeitar, Romão, parece ser livre para fazer o que quiser; porém, segue estritamente as regras do trabalho e do acúmulo (mesmo que imoral) postas por sua condição social.

Em síntese

1. O que significa, para o pensamento ocidental, dizer que alguma coisa é natural?

Significa que essa coisa existe necessariamente e universalmente porque é efeito de uma causa necessária e universal. Essa causa é a natureza, que é sempre a mesma em toda parte. Significa, portanto, que, por ser natural, essa coisa não depende da ação e intenção humanas, e sim das operações necessárias e universais realizadas pela natureza.

2. Os comportamentos, ideias e valores dos seres humanos decorrem de sua natureza? Por quê? Justifique sua resposta com novos exemplos.

A ideia de um gênero humano natural e de espécies humanas naturais não tem fundamento na realidade, pois os seres humanos variam em consequência das condições sociais, econômicas, políticas e históricas em que vivem e são indivíduos cuja ação determina seu modo de ser, agir e pensar. Portanto, a ideia de natureza humana como algo universal, intemporal e existente em si e por si mesma não se sustenta, pois os seres humanos são culturais e históricos. Podemos citar como exemplo a naturalização da pobreza, que consiste na crença de que a natureza ou Deus fez certas pessoas mais preguiçosas ou menos inteligentes, o que faria com que estivessem fadadas à pobreza, por não estarem aptas ao trabalho. Essa naturalização oculta o fato de que a pobreza é produzida historicamente e tem relação com condições sociais, econômicas e políticas, e que, portanto, não é um problema relacionado à natureza dos indivíduos.

3. Explique por que alguns dos sentidos em que usamos a palavra *cultura* em nosso cotidiano são contraditórios. Se for preciso, exemplifique.

Podemos notar uma contradição no uso da palavra *cultura* quando, por exemplo, ela é utilizada tanto para indicar a posse de certos conhecimentos (línguas, arte, ser alfabetizado) quanto para indicar uma qualidade de uma coletividade (a cultura brasileira, a francesa, etc.). No primeiro caso, seu uso deixa transparecer que se refere a algo que pertence a certas camadas ou classes sociais privilegiadas, enquanto a incultura está do lado dos não privilegiados (portanto, do lado do povo e do popular). Exemplo: "Pedro é muito culto, conhece várias línguas, entende de arte e de literatura." Ou: "Imagine! É claro que o Antônio não pode ocupar o cargo que pleiteia. Não tem cultura nenhuma. É semianalfabeto!". Já no segundo caso, cultura se refere a uma qualidade de uma coletividade, sendo algo que existe em si e por si mesmo; por exemplo: "Não creio que a cultura francesa ou alemã sejam superiores à brasileira. Você acha que há alguma coisa superior à nossa música popular?". Notamos a contradição ao percebermos que, por um lado, *cultura* significa uma erudição (da qual se exclui o que é popular), por outro, ela admite o popular como parte do seu significado.

4. Qual é a diferença principal que os pensadores apontam entre natureza e cultura?

A natureza opera por causalidade necessária ou de acordo com leis necessárias de causa e efeito, mas o ser humano é dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins estabelecidos por ele próprio (cultura).

5. A partir do século XVIII, a cultura passou a ser entendida como civilização. Por que isso aconteceu e como isso se refletiu no uso que fazemos da palavra *cultura* no cotidiano?

Cultura torna-se sinônimo de civilização no século XVIII porque os pensadores julgavam que, sendo a cultura os resultados da formação-educação dos seres humanos, estes resultados se manifestam com maior clareza e nitidez nas formas de organização da vida social e política (na vida *civil*). A cultura passa a ser o campo instituído pela ação das pessoas, que agem escolhendo livremente seus atos, dando a eles sentido, finalidade e valor, e distingue-se da natureza, que é o campo em que séries ordenadas de causas e efeitos operam por si mesmos. À medida que esse sentido vai prevalecendo, cultura passa a significar também a relação que os seres humanos socialmente organizados estabelecem com o tempo e com o espaço, com os outros seres humanos e com a natureza, e cultura torna-se assim sinônimo de história, em contraposição à natureza, que é a repetição.

6. Por que muitos pensadores consideram que a cultura começa quando os seres humanos inventam o trabalho? Quais são as consequências disso na organização social?

Porque é pela ação do trabalho que os seres humanos iniciam seu processo civilizatório. Com o trabalho, produzem objetos inexistentes na natureza (vestuário, habitações, utensílios, instrumentos) e organizam-se socialmente para realizá-lo, dividindo as tarefas. Como consequência da divisão do trabalho, surgem as instituições que estruturam e organizam a sociedade (família, comércio, poder político, religião, guerra, etc.), e com elas surge também a divisão social que dá origem às classes sociais.

7. Por que a cultura institui a ordem simbólica? Dê exemplos.

Porque nela e com ela os humanos são capazes de dar às coisas, aos demais seres e a si próprios um sentido e um valor que estão além de sua presença material direta, ou seja, são capazes de dar um sentido para o passado, o presente e o futuro, o bom e o mau, o belo e o feio, o permitido e o proibido, o humano e o divino, o verdadeiro e o falso, o impossível e o possível, etc. Por meio dos símbolos criam a linguagem, o trabalho e a consciência do tempo, relacionando-se com o que está ausente.

De olho na atualidade

- Existem museus ou arquivos no município em que você mora ou em algum município da região? Pesquise sobre a história dessa instituição e de seus funda-

dores em jornais, revistas e *sites*. Se possível, faça uma visita para descobrir mais informações.

Em seguida, escreva um texto relacionando a história dessa instituição com o poder político e econômico no município ou na região.

Orientação para resposta: a ideia nesta atividade é levar o estudante a relacionar o que viu no texto à realidade de sua região. Muitas vezes, na educação escolar, nos meios de comunicação e na sociedade em geral, os museus e o patrimônio que eles abrigam são representados como espaços de reverência a uma tradição, a determinados indivíduos ou fatos históricos sem que se problematize por que eles passaram a ocupar esse lugar. Assim, os estudantes poderão tomar conhecimento de fatores políticos e econômicos – para além dos artísticos ou culturais – que fazem com que alguns objetos e figuras sejam separados da circulação comum e outros não.

CAPÍTULO 25 – A religião

Leituras filosóficas

1. O que o autor quer dizer ao afirmar que o ser humano "ainda não se conquistou a si mesmo"? Que relação isso tem com a criação da religião?

   Na religião, o ser humano encontra fora de si e do mundo, nos deuses ou num deus, a explicação para toda a realidade e para sua própria vida. Ao colocar essas explicações fora da esfera humana, o ser humano revela que ainda não tomou plena consciência de si mesmo como verdadeiro criador ou autor da realidade social e política.

2. No texto, qual é o verdadeiro alvo da crítica de Marx: a religião ("consciência invertida do mundo") ou o "mundo cujo aroma espiritual é a religião"? Justifique sua resposta.

   Num mundo de exploração, sofrimento, opressão e miséria, isto é, num mundo sem espiritualidade, a religião oferece um consolo espiritual aos sofredores e oprimidos, mas não os incentiva a mudar esse mundo. Assim, para Marx, a miséria religiosa é apenas expressão de uma miséria real decorrente das condições materiais da existência.

Conexões

- Você já teve interesse em conhecer melhor uma religião diferente da sua? Ou, se você não tiver religião, já se interessou em conhecer mais profundamente alguma? Escolha uma religião que em algum momento tenha despertado sua curiosidade e faça uma pesquisa sobre seus princípios, seus dogmas e suas crenças. Procure descobrir em que países e regiões ela tem mais seguidores. Em seguida, elabore um texto discutindo se essa religião entra ou não em choque com os valores morais e políticos vigentes na sociedade em que ela é praticada.

  Orientações para resposta: Nesta atividade a resposta é estritamente pessoal. Deve-se tomar cuidado, porém, para que a discussão não seja conduzida para o radicalismo ou para o preconceito e/ou intolerância entre os estudantes. Todo credo (ou a falta de credo) é digno de respeito, independentemente dos pontos de atrito que possam ter com as normas da sociedade.

Em síntese

1. Por que a consciência do tempo nos leva à consciência da morte? Qual é o papel dessa consciência no surgimento da religiosidade?

   Por meio da consciência do tempo, os seres humanos sabem que há seres e coisas que surgem e desaparecem no tempo. Os humanos também sabem que esses seres e coisas permanecem por um certo tempo em razão da capacidade de ligar passado, presente e futuro. Entretanto, os seres humanos também sabem que podem desaparecer um dia, ou seja, têm consciência de que morrem. A consciência do tempo como uma presença (o presente) situada entre duas ausências (o passado e o futuro) e a consciência de nossa identidade e da identidade dos outros nos leva a conceber a permanência dessa identidade num tempo futuro, num outro lugar ou num outro mundo, para onde vamos após a morte. Essa existência após a morte em um outro lugar é o que define, em parte, o núcleo da religiosidade humana.

2. O que é a experiência do sagrado? Como ela opera o "encantamento do mundo"?

   O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade e do poder de alguns sobre outros. A sacralidade introduz uma ruptura entre natural e sobrenatural, mesmo que os seres sagrados sejam naturais (fogo, água, ar): é sobrenatural a força ou a potência para realizar aquilo que os humanos julgam impossível contando apenas com a força e capacidade humanas. O sagrado opera o encantamento do mundo ao fazer dele um lugar habitado por forças maravilhosas e poderes admiráveis que agem magicamente, e cria vínculos de simpatia-atração e de antipatia-repulsão entre todos os seres.

3. Que significa a palavra *religião*? Como ela organiza o espaço e o tempo?

   Religião, palavra que vem do verbo latino *religare*, significa ligação entre o natural e o sobrenatural, entre o profano e o sagrado, entre os humanos e os deuses ou o deus. A religião sacraliza o espaço e o tempo e pro-

duz o encantamento do mundo. Ela organiza o espaço distinguindo entre um espaço sagrado, onde vivem e se manifestam os deuses ou o deus, e o espaço natural, onde vivem os humanos. Ela organiza o tempo distinguindo entre a história sagrada ou um tempo sobrenatural, que narra as ações dos deuses ou do deus para dar origem a todas as coisas (criação do mundo e dos humanos), e o tempo natural ou profano, no qual os seres humanos vivem suas vidas.

4. O que é a história sagrada?

A história sagrada sacraliza o tempo, tornando-se a maneira como uma sociedade narra para si mesma a origem do Universo, isto é, o começo do mundo e dos humanos como ação criadora dos deuses ou do deus. Essa história (o mito) é constituída de uma teogonia e de uma cosmogonia: narra como e por que os deuses foram criados; narra também como e por que a ordem do mundo foi criada e quais são as ações que, desde o início dos tempos, os deuses ou o deus decretam ou proíbem para os humanos, bem como as promessas de benefícios para os que obedecem e de malefícios para os desobedientes.

5. Por que a religião se dirige às emoções? Quais são os papéis da fé e da piedade na religião?

Porque a religião é crença, não é saber. Ela se baseia na adesão ao que é revelado pela divindade, ou seja, na fé. Se essa adesão não provém de uma demonstração racional, o motivo para que se tenha fé é emocional. Daí que a religião se dirija às paixões, como esperança, temor, amor, espanto, etc. A atitude fundamental da fé é a piedade, o respeito pelos deuses e pelos antepassados.

6. Qual é a função dos ritos? Ilustre sua resposta com um exemplo.

Os ritos são criados para garantir que tanto a ligação entre humanos e divindade quanto a organização do espaço e do tempo feitas pela religião se mantenham e sejam sempre propícias. Assim, para presentificar o laço entre humanos e a divindade, o rito deve repetir um acontecimento essencial da história sagrada e repetir também os mesmos atos, gestos, palavras, objetos, porque foram, na primeira vez, consagrados pelo próprio deus. Por exemplo: no cristianismo, o ritual da eucaristia e da comunhão repete o evento da Santa Ceia.

7. O que é um objeto tabu? Dê exemplos de outros objetos simbólicos sagrados e explique sua função.

São seres ou objetos simbólicos usados nos ritos, que, ao serem retirados de seu lugar costumeiro, assumem um sentido novo para toda a comunidade – protetor, perseguidor, benfeitor, ameaçador. São tabus tanto os objetos e seres puros ou purificados para os deuses quanto os objetos e seres impuros, que devem permanecer afastados dos deuses e dos humanos. São objetos intocáveis, só podendo ser manipulados diante de autorização religiosa. Nesse sentido, são tabus o pão e o vinho consagrados pelo sacerdote cristão, cuja função é simbolizar o corpo e o sangue de Cristo na repetição de um acontecimento da história sagrada, a Santa Ceia.

8. Explique a diferença entre religiões da iluminação mística e religiões da revelação das leis.

Nas religiões da revelação das leis, a divindade utiliza intermediários para revelar as leis, interpretá-las e fazê-las cumprir. É o caso da maioria das religiões originadas e desenvolvidas na Europa e no Oriente Médio, em especial as monoteístas. Nas religiões da iluminação mística, os deuses manifestam sua lei diretamente, sem recorrer a intermediários, isto é, sem precisar de intérpretes. É o caso da maioria das religiões de tradição do Extremo Oriente e do sul da Ásia.

9. Como as religiões explicam a morte? O que é a promessa da imortalidade feita pelas religiões?

Na maioria das religiões o mistério da morte é explicado como consequência de alguma falta ou ofensa cometida contra algum deus. No princípio os seres humanos eram imortais e viviam na companhia dos deuses ou de Deus, mas receberam a morte como punição de uma transgressão imperdoável. A imortalidade, por sua vez, é prometida pelos deuses na condição de que, na vida presente, os humanos respeitem a vontade e a lei divinas. A outra vida, em algumas religiões, se dá num duplo do corpo, feito de matéria sutil, que permanece após a morte e pode penetrar outros corpos e se relacionar com os vivos. Em outras, o corpo é mortal, mas habitado por uma entidade que será imortal se o fiel tiver respeitado os decretos divinos e os rituais e, no caso do judaísmo e do cristianismo, se além disso o gênero humano tiver recebido o perdão divino pelo pecado dos ancestrais.

10. Por que o milenarismo diz respeito à esperança por justiça e felicidade?

O judaísmo, o cristianismo e o islamismo são religiões da salvação. Nelas, a situação vivida na Terra é decorrência de uma falta ou queda originária que atingiu a todos os seres humanos. A restauração da situação de felicidade será um dia realizada por meio de um enviado de Deus, o que depende de uma decisão divina, a se cumprir se os seres humanos acreditarem e respeitarem a lei divina escrita nos textos sagrados e se guardarem a esperança na promessa de salvação que lhes foi feita por Deus. A essa esperança de purificação, regeneração e libertação dos sofrimentos chama-se milenarismo.

11. Como as religiões se distinguem quanto à explicação sobre o bem e o mal?

As religiões ordenam a realidade segundo dois princípios fundamentais: o *bem* e o *mal* (ou a luz e a treva, o puro e o impuro). Esses princípios podem aparecer de formas diferentes nas religiões, conforme sejam politeístas (vários deuses), dualistas (dois deuses) ou monoteístas (um único deus). Nas politeístas, há inúmeros deuses, alguns bons, outros maus, ou, muitas vezes, deuses que podem ser ora bons, ora maus; nas dualistas, o bem e o mal estão encarnados em duas divindades adversárias que não cessam de se combater; nas monoteístas, em que há um único deus, este é sempre bom, é o puro bem, enquanto o mal provém da rebelião de entidades demoníacas, inferiores à divindade e em luta contra ela e que corrompem os humanos para segui-los contra Deus, cometendo o pecado.

12. O que é o pecado? Como ele é concebido pelas religiões da exterioridade?

Nas religiões da exterioridade, os deuses possuem forma visível (humana, animal, vegetal ou mineral). Suas ordens e seus mandamentos se referem a comportamentos divinos e humanos externos e visíveis, e a relação dos seres humanos com os deuses se exprime nos ritos e nas cerimônias. Em algumas, o pecado é uma ação externa visível, cometida voluntária ou involuntariamente pela violação de um tabu ou pela má realização de um rito; é *irreverência*, sentida na forma da *vergonha*, e traz como consequência uma *impureza* que contamina o faltoso e o grupo, exigindo rituais de purificação ou sacrifícios expiatórios. Em outras, o pecado não é apenas uma irreverência vergonhosa, mas também uma *culpa*; ele acontece porque alguém está possuído por demônios ou maus espíritos, ou porque se torna desmedido, dizendo, fazendo e desejando o que não deve. Na maioria das religiões da exterioridade, é uma fatalidade ou destino, isto é, a falta cometida não depende da vontade do agente, mas de uma decisão divina ou da possessão e enfeitiçamento do pecador, que acaba perdendo a medida do que é permitido aos humanos.

13. Como as religiões da interioridade concebem o pecado?

Nas religiões da interioridade, a divindade é concebida como puro espírito, invisível para os olhos de nosso corpo. Ela se dirige ao espírito, à alma do crente, falando à sua consciência e julgando os atos pelas intenções interiores do agente. No judaísmo, no cristianismo e no islamismo, a falta ou pecado é uma ofensa cometida contra a lei divina. A ofensa se manifesta num ato externo visível, mas é cometida por uma ação interna invisível – a *intenção* –, que tem como causa ou uma vontade má, ou um entendimento equivocado. Quando causado por uma vontade má, o pecado é um *crime*, pois nasce da liberdade do agente, que transgride consciente e voluntariamente o decreto de Deus. Quando causado por um entendimento equivocado, é um *erro*. O perdão depende da graça divina e exige uma experiência interior precisa, o *arrependimento*. O fiel precisa reconhecer a falta e praticar ações que manifestem externamente o arrependimento, seja por meio de preces e orações, seja por meio de sacrifícios infligidos a si mesmo (autoflagelação, jejum, abstinência sexual, entrega de bens na forma de esmolas, etc.).

14. Por que o pecado é um problema teológico insolúvel para o cristianismo?

O Deus cristão é onipotente e onisciente, sabe tudo desde a eternidade e, portanto, conhece previamente o pecador. Se pune o pecado, mas sabia que ele seria cometido, não estaria sendo injusto por não impedir que o pecado fosse cometido? E como falar na liberdade e no livre-arbítrio do pecador se desde a eternidade Deus sabia que ele cometeria o pecado? Por esses impasses, o pecado é um problema teológico insolúvel para o cristianismo.

15. De acordo com Espinosa, qual é a causa da superstição? Quais são as principais consequências dela?

Para Espinosa, as pessoas temem que males lhes aconteçam e esperam que bens lhes advenham. Assim, em vez de confiar em si mesmas ou nos conhecimentos racionais para evitar males e atrair bens, acreditam que eles se originam de forças sobrenaturais caprichosas e passam a acreditar nelas como poderes que as governam arbitrariamente. Essa crença é a superstição.

De acordo com Espinosa, a religião nasceu do medo supersticioso e está a serviço da tirania. A tirania é tanto mais forte quanto mais os seres humanos forem deixados na ignorância da verdadeira natureza de Deus, das verdadeiras causas de todas as coisas e da origem humana do poder político e das leis. Ou seja, a religião conserva seu domínio sobre as pessoas instituindo o poder teológico-político. Dessa maneira, sacerdotes e teólogos fazem crer que as leis políticas não foram instituídas pelas pessoas, mas pela vontade divina. Esta, por sua vez, teria sido revelada apenas a alguns, que, por isso, têm o direito divino de dominar os demais.

Comentário: Ao pesquisar o período histórico em que o holandês Espinosa viveu, os estudantes devem notar que havia menos de um século que a Europa cristã havia presenciado a Reforma e a Contrarreforma, e a Inquisição continuava perseguindo, julgando e condenando aqueles que considerasse hereges nos países católicos – em especial na península Ibérica, local de origem da família de Espinosa, que era judia. Também os cientistas e filósofos desse período so-

friam perseguição religiosa, como foi o caso de Galileu Galilei na península Itálica, e o próprio Espinosa foi expulso da comunidade judaica de Amsterdã, onde nascera, por suas ideias.

16. O que dizem os filósofos deístas?

A crítica filosófica à religião consistiu em afirmar a diferença entre a crença numa divindade sobrenatural, que impõe leis aos seres humanos, e o conhecimento racional da verdadeira essência de Deus. Voltando-se contra a religião revelada e institucionalizada como poder eclesiástico e poder teológico-político, os filósofos deístas afirmaram a existência de um Deus que é uma força ou uma energia inteligente, imanente à natureza. Esse Deus, que pode ser conhecido pela razão e é contrário à superstição, não precisa de cultos religiosos nem decreta leis aos seres humanos.

Sobre a morte

Há várias maneiras de lidar com o fato de que todas as vidas, incluídas as das pessoas que amamos, têm um fim. O fim da vida humana, que chamamos de morte, pode ser mitologizado pela ideia de uma outra vida no Hades ou no Valhalla, no Inferno ou no Paraíso. Essa é a forma mais antiga e comum de os humanos enfrentarem a finitude da vida. Podemos tentar evitar a ideia da morte afastando-a de nós tanto quanto possível – encobrindo e reprimindo a ideia indesejada – ou assumindo uma crença inabalável em nossa própria imortalidade – "os outros morrem, eu não". Há uma forte tendência nesse sentido nas sociedades avançadas de nossos dias. Finalmente, podemos encarar a morte como um fato de nossa existência; podemos ajustar nossas vidas, e particularmente nosso comportamento em relação às outras pessoas, à duração limitada de cada vida. Podemos considerar parte de nossa tarefa fazer com que o fim, a despedida dos seres humanos, quando chegar, seja tão fácil e agradável quanto possível para os outros e para nós mesmos; e podemos nos colocar o problema de como realizar essa tarefa. Atualmente, essa é uma pergunta que só é feita de maneira clara por alguns médicos – no debate mais amplo da sociedade, a questão raramente se coloca.

[...]

A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos. Embora compartilhem o nascimento, a doença, a juventude, a maturidade, a velhice e a morte com os animais, apenas eles, dentre todos os vivos, sabem que morrerão; apenas eles podem prever seu próprio fim, estando cientes de que pode ocorrer a qualquer momento e tomando precauções especiais – como indivíduos e como grupos – para proteger-se contra a ameaça da aniquilação.

Durante milênios essa foi uma função central de grupos humanos como tribos e Estados, permanecendo uma função importante até nossos dias. No entanto, entre as maiores ameaças aos humanos figuram os próprios humanos. Em nome do objetivo de se proteger da destruição, grupos de pessoas ameaçam outros grupos de destruição. Desde os primeiros dias, sociedades formadas por seres humanos exibem as duas faces de Janus: pacificação para dentro, ameaça para fora. Também em outras espécies a importância da sobrevivência das sociedades encontrou expressão na formação de grupos e na adaptação dos indivíduos à vida comum como uma característica de sua existência. Mas, nesse caso, a adaptação à vida do grupo se baseia em formas geneticamente predeterminadas de conduta ou, na melhor das hipóteses, limita-se a pequenas variações aprendidas que alteram o comportamento inato. No caso dos seres humanos, o equilíbrio entre a adaptação aprendida e a não aprendida à vida em grupo foi revertido. Disposições inatas a uma vida com os outros requerem sua ativação pelo aprendizado – a disposição de falar, por exemplo, pelo aprendizado de uma língua. Os seres humanos não só podem como devem aprender a regular sua conduta uns em relação aos outros em termos de limitações ou regras específicas à comunidade. Sem aprendizado, não são capazes de funcionar como indivíduos e membros do grupo. Em nenhuma outra espécie essa sintonia com a vida coletiva teve tão profunda influência sobre a forma e desenvolvimento do indivíduo como na espécie humana. Não só meios de comunicação ou padrões de coerção podem diferir de sociedade para sociedade, mas também a experiência da morte. Ela é variável e específica segundo os grupos; não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade particular: foi aprendida.

Na verdade não é a morte, mas o conhecimento da morte que cria problemas para os seres humanos. Não devemos nos enganar: a mosca presa entre os dedos de uma pessoa luta tão convulsivamente quanto um ser humano entre as garras de um assassino, como se soubesse do perigo que corre. Mas os movimentos defensivos da mosca quando em perigo mortal são um dom não aprendido de sua espécie. Uma mãe macaca pode carregar sua cria morta durante certo tempo antes de largá-la em algum lugar e perdê-la. Nada sabe da morte, da de sua cria ou de sua própria. Os seres humanos sabem, e assim a morte se torna um problema para eles.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos.*
Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 7-11.

CAPÍTULO 26 – O universo das artes

Leituras filosóficas

1. Explique as ideias de valor de culto e o valor de exposição de uma obra de arte com base na diferença entre presença da obra e exposição da obra.

Há dois fatores opostos na maneira de receber a obra de arte: o valor da obra de arte como objeto de culto e seu valor como realidade capaz de ser exposta. No primeiro caso, o valor da obra está em seu uso para ritos religiosos, o que muitas vezes envolve seu ocultamento de parte da comunidade ou em determinadas situações; no segundo, seu valor é artístico propriamente dito, isto é, consiste na ideia de que a obra de arte existe para ser *contemplada*, *fruída*, o que exige que esteja à disposição do espectador.

2. Considerando que Benjamin se refere principalmente à fotografia e ao cinema, que consequência a função artística sofreu com o advento das técnicas de reprodução?

Benjamin afirma que a principal qualidade de uma obra de arte é a aura, ou seja, que a obra é única e irrepetível. A *reprodução técnica* permite a existência do objeto artístico em série e, em certos casos, como na fotografia, no cinema, no disco de vinil, no CD e no DVD, torna impossível distinguir original e cópia, isto é, desfaz as próprias ideias de original e cópia. Assim sendo, a reprodução das obras de arte destrói sua aura e, portanto, reduz seu valor de culto, emprestando-lhe funções novas.

Comentário: Benjamin considera que essa reprodução democratiza as artes porque realiza o valor de exposição próprio das obras de arte, tornando-as acessíveis a todas as pessoas, a maioria das quais jamais teria condições de ver as obras originais. No entanto, o filósofo também enfatiza que essa democratização é limitada porque a reprodução acontece sob as leis do mercado capitalista, que não só transforma as obras de arte em mercadorias, mas também exclui de sua contemplação todos os que não têm condições econômicas de acesso a essas mercadorias.

Conexões

- Com base no que vimos neste capítulo sobre arte na era da indústria cultural, faça um pequeno comentário analisando as referências culturais relacionadas aos personagens Eduardo e Mônica, do grupo Legião Urbana. Você pode fazer uma análise objetiva, aproximando os gostos de cada personagem a um ou mais conceitos.

  Orientações para resposta: Embora trate de um assunto muito próximo do universo do estudante, não se deve deixar de orientá-lo para que perceba os vários conceitos presentes nas atividades analisadas. Antes de tudo, vale a pena pedir à turma que recapitule ou busque mais informações sobre as referências feitas na letra da canção "Eduardo e Mônica".

  Algumas questões podem ser levantadas durante a apresentação dos comentários dos alunos. A cultura de massa pode alienar as pessoas? O mercado é necessariamente um mal, uma vez que oferece a uma grande quantidade de pessoas um "produto" travestido de obra de arte, que não provoca o pensamento crítico e visa unicamente ao lucro? Ao proporcionar o acesso das pessoas à cultura, os meios de comunicação de massa estão democratizando a informação ou oprimindo as pessoas de forma dissimulada? O *rock* (no caso da música da Legião Urbana) contesta a ordem vigente ou faz parte/está a serviço dela?

Em síntese

1. Em suas palavras, explique: o que o artista busca exprimir em uma obra?

O artista busca exprimir o mundo em que vivemos e que percebemos sem nos darmos conta dele e de nós mesmos nele. Busca exprimir o que sempre vimos sem ver, o que sempre ouvimos sem ouvir, o que sempre sentimos sem sentir, o que sempre pensamos sem pensar, o que sempre dissemos sem dizer.

2. Por que os primeiros objetos artísticos eram mágicos e os artistas, feiticeiros?

Porque se acreditava que esses objetos (estatuetas, pinturas nas paredes de cavernas, sons obtidos por percussão) eram não apenas uma representação ou uma invocação aos deuses, mas a encarnação deles.

3. O que foi a autonomia das artes?

Foi o momento em que deixaram de estar a serviço da religião ou do poder eclesiástico e a serviço dos governantes ou do poder político, passando a definir por si mesmas seus valores e finalidades. Para que essa autonomia acontecesse foi preciso que o modo de produção capitalista dessacralizasse o mundo e laicizasse toda a cultura, lançando todas as atividades humanas no mercado. Isso significou, porém, que, livres do poder religioso e do poder político, os artistas se viram submetidos ao poder econômico. Ao se livrarem do *valor de culto*, as obras de arte foram aprisionadas pelo *valor de mercado*.

4. Explique a divisão das artes em liberais e mecânicas.

Essa classificação das artes foi feita na Antiguidade greco-romana seguindo um padrão determinado pela estrutura da sociedade antiga, fundada na escravidão, que impunha aos escravos e homens po-

bres todos os trabalhos manuais e reservava aos homens livres ricos as atividades não manuais. Disso decorria a divisão das artes em *artes liberais,* ou dignas do homem livre (gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, astronomia e música), e *artes servis* ou *mecânicas,* próprias do trabalhador manual (agricultura, caça, pesca, medicina, engenharia, arquitetura, navegação, pintura, escultura, olaria, carpintaria, marcenaria, fiação e tecelagem, etc.).

5. Por que, durante a Renascença, houve a luta pela valorização das artes mecânicas?

Por duas razões principais: em primeiro lugar, porque começa a surgir o ideal da vida ativa, que valoriza a aplicação prática ou técnica dos conhecimentos teóricos (como se vê em Leonardo da Vinci com suas invenções de máquinas de todo tipo e como se vê também com a importância dos objetos técnicos que permitiram as Grandes Navegações); em segundo, porque o humanismo renascentista dignifica o corpo humano, e essa dignidade se traduz na chamada "batalha pela dignidade das artes mecânicas", para lhes dar a mesma condição das artes liberais. Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho passa a ser considerado fonte e causa das riquezas, sendo, por isso, valorizado. A valorização do trabalho acarreta a das artes mecânicas. A primeira dignidade obtida pelas artes mecânicas foi sua elevação à condição de *conhecimento*, como as artes liberais. Em outras palavras, reconhecia-se nelas não apenas a aplicação rotineira de regras de fabricação manual de objetos, mas conhecimentos teóricos para a invenção e construção de instrumentos e para a realização de atividades como a medicina, a engenharia, a arquitetura, a balística, a pintura e a escultura.

6. Qual foi a consequência do desencantamento do mundo para as artes?

O desencantamento do mundo teve como efeito não apenas a autonomia das artes com respeito à religião, mas também fez com que surgisse como critério de avaliação das artes a ideia da beleza ou do belo e que este dependia inteiramente do artista, considerado um gênio criador.

7. Qual é a distinção das artes segundo o critério do útil e do belo?

A distinção é estabelecida segundo a finalidade das várias artes mecânicas. Dessa forma, elas são divididas em dois grupos: as que têm como fim o que é útil aos seres humanos (medicina, agricultura, engenharia, arquitetura, culinária, artesanatos, etc.) e aquelas cujo fim é produzir o belo (pintura, escultura, poesia ou literatura, música, teatro e dança). Essa distinção entre artes da utilidade e artes da beleza levou à imagem da arte como ação individual espontânea, vinda da sensibilidade e da fantasia do artista como gênio criador. Enquanto o técnico é visto como aplicador de regras e procedimentos da tradição ou da ciência, o artista é visto como dotado de inspiração, entendida como uma iluminação interior misteriosa.

8. Dê um exemplo de como arte e técnica se comunicam e se relacionam na arte contemporânea.

Resposta pessoal. **Comentário:** citamos como exemplos três manifestações artísticas contemporâneas que ilustram o modo como arte e técnica se encontram e se comunicam: a fotografia, o cinema e o *design*. Fotografia e cinema surgem como técnicas de reprodução da realidade. Pouco a pouco, porém, tornam-se interpretações da realidade e com isso se transformam em artes da expressão. O *design*, por sua vez, introduz as artes plásticas (pintura, escultura, arquitetura) no desenho e na produção de instrumentos técnicos (usados na indústria, nos laboratórios científicos, em consultórios médicos, etc.) e de utensílios cotidianos (automóveis, aviões, eletrodomésticos, mobiliário, luminárias, talheres, copos, joias e bijuterias, calçados, etc.). Os estudantes podem dar outras respostas válidas à questão.

9. Para Benjamin, o que é a aura?

A aura é a condição de exemplar único de um ser, que se oferece em uma situação irrepetível em um contexto e em uma tradição aos quais pertence necessariamente. No caso da obra de arte, é sua autenticidade. A obra de arte possui aura quando tem as seguintes qualidades: é única, una, irrepetível, duradoura e efêmera, nova e participante de uma tradição, capaz de tornar distante o que está perto e estranho o que parecia familiar, porque transfigura a realidade. A origem da aura está na origem religiosa da arte, mas, mesmo com a autonomização do campo da arte, a aura se manteve, substituindo o caráter religioso pelo estético. Isso mudaria apenas com o desenvolvimento da reprodutibilidade técnica.

10. Segundo Benjamin, como as obras de arte perderam a aura? Dê um exemplo de obra de arte aurática e contraponha-o a uma obra que perdeu sua aura, mostrando como isso ocorreu.

A perda da aura significa a destruição da autenticidade da obra, que ocorre por meio da reprodução em série daquilo que antes era único e irrepetível. A questão não está no fato da reprodução, e sim na nova modalidade de reproduzir: a reprodução técnica, que permite a existência do objeto artístico em série e que, em certos casos, como na fotografia, no

disco e no cinema, torna impossível distinguir original e cópia, isto é, desfazendo as próprias ideias de original e cópia. Sendo assim, trata-se de um fenômeno que se iniciou com a invenção dos primeiros dispositivos de reprodutibilidade, como a prensa de Gutenberg, e se acentuou no século XX.

Guernica, pintura feita pelo artista Pablo Picasso em 1937, é um exemplo de obra de arte aurática: possui uma existência única e irrepetível e, por mais que haja reproduções perfeitas dela, a aura não está presente nessas, pois lhes falta o caráter de autenticidade: são apenas cópias de um trabalho único, executado em um dado momento histórico. Já no cinema ou nos discos não vemos essa distinção entre original e cópia, portanto não podemos nos referir a eles como obras auráticas. Trata-se de objetos artísticos desde o início produzidos em série que, portanto, nunca possuíram uma existência única. **Comentário**: os estudantes podem dar outros exemplos de obras auráticas e não auráticas.

11. Como surge e o que propõe a estética?

No final do século XVII, as artes foram distinguidas por sua finalidade: o útil e o belo. Com a ideia de beleza, uma parte das artes transformou-se nas chamadas *belas-artes.* O artista é visto como dotado de *inspiração*, entendida como uma iluminação interior e espiritual misteriosa; já o espectador, o ouvinte e o leitor, como aqueles que julgam e avaliam o objeto artístico conforme tenham ou não realizado a beleza. Essas duas ideias serão a base sobre a qual se ergue uma nova disciplina filosófica, a estética, que tem por objeto as belas-artes. Do lado do artista e da obra, a estética busca compreender como se dá a realização da beleza; do lado do espectador e receptor, busca oferecer os critérios para que este seja capaz de emitir o juízo de gosto ou do bom gosto.

12. Por que e como se deu a divisão da cultura e das artes em erudita, popular e de massa?

A divisão da cultura e das artes acontece como consequência das modificações sociais produzidas pelo capitalismo. Com o desenvolvimento da sociedade industrial e das grandes metrópoles, os trabalhadores que deixavam o campo também deixavam para trás sua cultura e sua arte. Nas cidades, dois fenômenos aconteceram: de um lado, em seus bairros e locais de trabalho, os operários e suas famílias criaram uma cultura e uma arte próprias, chamadas *populares*; de outro, essas pessoas passaram a fazer parte da grande massa de consumidores dos produtos industriais para a qual começaram a ser reproduzidas, em larga escala, versões simplificadas e inferiores dos produtos e das criações das chamadas cultura e arte *de elite* ou *erudita*, dando origem ao que viria a ser conhecido como cultura e arte *de massa*.

13. Para você, a indústria cultural é favorável à democratização das artes? Por quê?

Resposta pessoal. **Comentário**: espera-se que o estudante leve em conta o conteúdo visto no capítulo. A ideologia da indústria cultural é baseada na ideia e na prática do consumo de “produtos culturais” fabricados em série. Para a indústria cultural, as obras de arte são mercadorias, como tudo o que existe no capitalismo. Assim, perdida a aura, a arte não se democratizou – pois perdeu-se espaço para a diversidade e a crítica –, e sim se massificou para consumo rápido, transformando-se em entretenimento.

14. Exponha como a massificação da cultura influi negativamente na produção e difusão das artes.

Com a massificação da cultura, as obras de arte críticas e radicais foram esvaziadas para se tornarem entretenimento. A indústria cultural define a cultura como diversão e distração, de modo que tudo o que nas obras de arte e de pensamento significa trabalho da sensibilidade, da imaginação, da inteligência, da reflexão e da crítica não tem interesse, não “vende”. Sob os efeitos da massificação da indústria e do consumo culturais, as artes correm o risco de perder algumas de suas principais características: de expressivas, tendem a tornar-se reprodutivas e repetitivas; de trabalho de criação, tendem a tornar-se eventos para consumo; de experimentação e invenção do novo, tendem a tornar-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; de duradouras, tendem a tornar-se parte do mercado da moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; de formas de conhecimento que desvendam a realidade e alcançam a verdade, tendem a tornar-se dissimulação da realidade, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda.

Explorando imagens

Encantamento, aura e distinção

O conjunto de imagens do Capítulo 26 propicia uma análise da evolução histórica de três aspectos da arte: sua relação com o encantamento do mundo, sua aura – seu estatuto como objeto único e singular – e o estatuto e reconhecimento do próprio artista.

Apesar da ação das intempéries, é possível reconhecer nos totens do povo Haida (p. 300) a sobreposição de diversas figuras estilizadas: animais, pessoas, seres mágicos. Seus artífices eram indivíduos autorizados para aquele ato, pois aquelas figuras representam os clãs daquela sociedade, homenageiam antepassados, registram histórias de encontro com o sobrenatural e são parte funda-

mental na cerimônia do *potlatch*, a mais importante entre os povos indígenas daquela região. Entrelaçam-se, nesses totens, significados religiosos e vínculos sociais, e a repetição daquele gesto técnico garante a realização dos rituais que unem aquela sociedade.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a arte começa paulatinamente a conquistar sua autonomia em relação à função mágica, sem, no entanto, perder sua “aura”, isto é, sem perder sua singularidade e poder de culto dentro da sociedade burguesa. Nesse processo, artesãos e artistas levaram as obras para além dos altares e ambientes religiosos – primeiro para os interiores aristocráticos e espaços burgueses e, depois, para que pudessem ser vistas e/ou protagonizadas pelas massas.

Ao abordar a aura em sala de aula, você pode retornar à fotografia que retrata o público em torno da obra *O tocador de pífano*, de Manet (p. 294). Essa pintura, de 1866, é símbolo de um momento em que figuras das classes populares passam a ser, também, retratadas em pinturas e esculturas, realizando atividades cotidianas. Note-se, porém, a manutenção da aura em relação à obra: o público se dirige ao museu para contemplá-la, com atenção e respeito. A iluminação baixa sobre os visitantes contrasta com a da obra, intensa, fazendo com que todos os olhares e atenção se voltem a ela. Pode ser interessante, aqui, resgatar a discussão sobre semióforos feita na seção **De olho na atualidade** do Capítulo 24.

No capitalismo contemporâneo, a apropriação da ideia do artista como detentor de expressão criativa e das técnicas e tecnologias pela indústria cultural resulta em um novo fenômeno, do qual os desdobramentos do *funk* carioca nos dias atuais (p. 310) é um exemplo. Se, por um lado, os avanços técnico, tecnológico e econômico impulsionados pelo capitalismo possibilitaram a reprodução em série de obras e a mobilidade das obras tradicionais, por outro, o avanço das técnicas foi usado pela indústria cultural na educação das massas aos hábitos do consumo de produtos do entretenimento. Resulta disso o assédio às celebridades – consagradas como artistas pelos meios de comunicação da indústria cultural – feito pelos *paparazzi* e a espetacularização de banalidades. O valor encarna não na obra – passageira, leve e de consumo rápido, facilmente substituível por outra –, mas na figura da celebridade e nos lucros que dela possam advir. Nesse sentido, é interessante comparar as imagens da capa do disco de MC Batata e de uma apresentação de MC Guimê. O primeiro usa um boné com a bandeira estadunidense, um símbolo do desejo de participar do universo de consumo capitalista, fortemente veiculado entre os anos 1980 e 1990; sua camiseta traz o nome da equipe que o agenciava e produzia suas apresentações nos bailes *funk*. Assim, a imagem do artista vincula-se à dos realizadores de suas apresentações enquanto forma de consumo. Por sua vez, a imagem da apresentação de MC Guimê foi realizada em uma premiação promovida por um grupo midiático. Assim, diferentes partes da indústria cultural entrelaçam-se e promovem-se uma à outra, fazendo girar a lucratividade dos produtos de massa e o prestígio associado à celebridade.

Unidade 9 – A ética

CAPÍTULO 27 – A existência ética

Leituras filosóficas

1. O texto é um trecho do romance *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde. Em que medida o diálogo expressa a existência de um senso e de uma consciência moral tanto em Lorde Henry como em Dorian Gray?

Resposta pessoal. **Comentário:** espera-se que o estudante perceba, no diálogo, o fato de que ambos os personagens avaliam suas ações e as dos outros (senso moral), e, no caso de Dorian Gray, também sua capacidade de decidir o que fazer e de justificar e assumir suas decisões.

2. Você acredita que existem valores morais que estão naturalmente ligados à vida na cidade (cultura e corrupção) e outros que estão ligados à vida no campo? A moral varia apenas de acordo com as condições geográficas? Justifique, refletindo sobre o que vimos até aqui no capítulo.

Resposta pessoal.

Conexões

- Com base neste capítulo, na noção de indústria cultural (Capítulo 26) e em seus conhecimentos de Arte, escreva um pequeno texto, respondendo às questões com justificativas e exemplos.

  a) Como você avalia a abordagem das telenovelas brasileiras com relação aos problemas morais e éticos?

  b) É possível apontar uma relação entre arte, ética e indústria cultural, com base nessas telenovelas?

  Orientações para resposta: É interessante realizar, antes ou depois da atividade escrita, um debate com a turma sobre o tema. Pergunte aos estudantes se já presenciaram a ocorrência deste fato, ou mesmo se já se sentiram “torcendo” pelo personagem de má índo-

le, numa distorção daquilo que a sociedade preconiza como ético ou antiético. Questione por que eles acham que isso acontece. Pergunte-lhes, também, sobre a reação que tiveram a personagens que demonstraram ambiguidade moral em suas ações, mais frequentes em tramas recentes. Interessa-nos, aqui, que os estudantes apliquem os conceitos de ética, moral, violência e paixão estudados no capítulo.

Vale lembrar que a indústria cultural produz entretenimento, lazer, e não obras críticas, que se proponham à reflexão. Assim, o modo como as questões éticas são abordadas em uma obra produzida pela indústria cultural raramente vai problematizá-las ou pô-las efetivamente em discussão. O maniqueísmo assumido pelos personagens em grande parte das novelas faz com que não se enfrente o debate e a avaliação de condutas morais, pois a valoração já está pressuposta. Naquelas em que a ambiguidade moral está presente, estudos de recepção observaram que a reação dos espectadores costuma ser de mero julgamento do personagem (os supostos heróis decepcionam os espectadores, que os rejeitam e deixam de assistir à telenovela, contrariados), sem problematizar o contexto da trama ou da ação, numa possível consequência do costume de consumir tramas maniqueístas. Outra questão que pode ser interessante para o debate é o expediente da caricaturização, que de certo modo torna cômicos os vilões e cria uma empatia que supera a avaliação dos aspectos propriamente morais da personagem.

Em síntese

1. Explique o que são o senso moral e a consciência moral. Dê alguns exemplos.

   O senso moral é a maneira como avaliamos condutas, situações e comportamentos segundo ideias como as de justiça e injustiça, certo e errado, mérito, grandeza de alma, etc. Ele é exprimido como um sentimento – piedade, indignação, vergonha, remorso, culpa, comoção, etc. – diante dessas situações, condutas e comportamentos. Por exemplo: sinto pena ao saber que pessoas morrem de fome; sinto indignação ao saber que há desperdício de alimentos; sinto horror diante de alguma violência.

   A consciência moral é a capacidade de, com base em uma avaliação fundamentada nos valores de justiça, correção, mérito, grandeza, etc., decidirmos livremente como agir e justificarmos as razões de nossas ações, condutas e comportamentos diante dos outros e de nós mesmos, assumindo suas consequências. A consciência moral se manifesta sobretudo quando temos que tomar decisões diante de um impasse moral: por exemplo, delatar ou não um menor de idade que furtou um alimento porque estava com fome.

2. Qual é o principal pressuposto do senso moral e da consciência moral? Por quê?

   O senso e a consciência morais têm como pressuposto fundamental a ideia de liberdade, porque dependem exclusivamente de nós mesmos, nascem de nossa capacidade de avaliar e decidir por nós mesmos, e não levados por outros ou obrigados por eles.

3. O que é um juízo de fato e o que é um juízo de valor? Defina-os e dê novos exemplos.

   Juízos de fato são aqueles que dizem que algo é ou existe, e que dizem o que as coisas são, como são e por que são. Juízos de valor avaliam coisas, pessoas, ações, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis. Não se limitam a dizer que algo é ou como algo é, mas se referem ao que algo deve ser. **Comentário:** nessa questão, os estudantes deverão desenvolver seus próprios exemplos.

4. Por que a existência moral depende da cultura de uma sociedade?

   Os valores ou fins éticos exprimem a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime, e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito. Independentemente do conteúdo e da forma que cada cultura dá à virtude, ela é sempre considerada algo que é o melhor como sentimento e como ação; a virtude é a *excelência*, a realização perfeita de um modo de ser, sentir e agir. Em contrapartida, o vício é o que é o pior como sentimento e como ação; o vício é a *baixeza* dos sentimentos e das ações. Por realizar-se como relação intersubjetiva e social, a ética depende das condições históricas e políticas, econômicas e culturais da ação moral. Consequentemente, embora toda ética seja universal do ponto de vista da sociedade que a institui (porque seus valores são obrigatórios para todos os seus membros), ela se transforma para responder a exigências novas da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo.

5. Explique o que é a naturalização da vida moral. Por que ela acontece?

   A naturalização da vida moral ocorre quando não notamos a origem cultural dos valores morais, do senso moral e da consciência moral porque somos educados para eles e neles, como se fossem naturais e existissem em si e por si mesmos. Isso acontece porque, para garantir a manutenção e continuidade dos padrões morais através do tempo, as sociedades

tendem a fazer com que sejam seguidos e respeitados como se fossem uma segunda natureza.

6. Por que a ética se opõe à violência?

Quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício, definem aquilo que julgam violência contra um indivíduo ou contra o grupo. Simultaneamente, erguem os valores positivos – o bem, o mérito e a virtude – como barreiras éticas contra a violência. Em nossa cultura, a violência é entendida como violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis por que o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. Também consideramos violência a profanação das coisas sagradas e a discriminação social e política e a agressão de pessoas por causa de suas crenças, convicções ou orientação sexual. A violência é o exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis. Visto que a ética considera o agente ético um sujeito, isto é, um ser dotado de razão ou consciência, vontade livre e responsabilidade, a violência é a ação ou atitude que trata um ser humano como se não fosse dotado de razão, vontade e responsabilidade, ou seja, trata um humano como se fosse uma coisa. Por isso a violência se opõe à ética. Ao definir e afastar formas de violência, uma cultura e uma sociedade nos fazem perceber que a moral pressupõe uma distinção fundamental entre o *permitido* e o *proibido*, a fim de impor limites e controles ao risco permanente da violência.

7. Apesar das diferenças culturais e históricas a respeito da violência, que definição de violência seria válida em todas as culturas?

A violência como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer algo contrário aos seus interesses e desejos, ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros.

8. Quais são os principais constituintes do sujeito ético ou pessoa moral?

Para que haja conduta ética é preciso que exista o sujeito ético como *agente consciente*, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais. Por isso o sujeito moral é um *agente responsável*, isto é, responde pelo que faz ou se responsabiliza por suas ações e palavras. Para agir com consciência e responsabilidade, o sujeito moral é o *agente livre*, isto é, com capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins, a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo. A vontade livre é esse poder deliberativo e decisório do agente moral, ou seja, não pode estar submetida à vontade de outro nem pode estar submetida aos instintos e às paixões, mas deve ter poder sobre eles.

9. Ser passivo é não agir? Justifique sua resposta e explique a diferença entre passividade e atividade.

Não. Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de outro, não exercendo a própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade. Ao contrário, é ativo ou virtuoso aquele que controla seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se esses valores e fins devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros, superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga as próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra, é autônomo.

Sendo assim, aquele que, de acordo com a própria vontade e consciência, decide autonomamente não agir na direção para a qual um impulso, inclinação, circunstância ou imposição o impele, é ativo. Ou seja, ao não agir, ele é ativo. Neste caso, a ação significaria a falta de autonomia – portanto, a passividade.

10. O que é a paixão? Dê alguns exemplos de conduta passional.

Paixão é um tipo de afeto, emoção ou sentimento. Temos afetos ou sentimentos ativos (amor, alegria, generosidade, esperança), isto é, aqueles que nascem de nossa razão e de nossa liberdade. Mas também temos afetos passivos ou paixões. Paixão significa todo desejo, emoção ou sentimento causado em nós ou por uma força irracional interna ou pela força incontrolável de alguma coisa externa que nos domina. Paixão significa ser passivo e estar sob o poder de algo que nos domina e impede o exercício de nossa razão e de nossa liberdade.

11. Apesar das diferenças culturais, o que todas as culturas consideram que seja a virtude?

Independentemente do conteúdo e da forma que cada cultura lhe dá, todas as culturas consideram virtude algo que é o melhor como sentimento, como conduta e como ação; a virtude é a excelência, a realização perfeita de um modo de ser, sentir e agir. Em todas as culturas, as virtudes são consideradas os fins da ação ética ou a finalidade da vida moral.

CAPÍTULO 28 – A ética

Leituras filosóficas

1. De acordo com Espinosa, qual deve ser a postura da filosofia diante dos afetos humanos?

Não considerar os afetos vícios da natureza humana, erros em que caímos por nossa culpa, nem deplorá-los, ridicularizá-los ou censurá-los e detestá-los, mas considerá-los naturais como o calor e o frio, o raio e o trovão. Em vez de escrever sobre uma natureza humana tal como se gostaria que ela fosse, a verdadeira ética considera os humanos tais como são, procura compreender por que são seres afetivos e quais afetos são favoráveis à vida ética e quais são desfavoráveis a ela.

2. Se, como afirma Espinosa, os afetos são propriedades naturais do ser humano, como poderíamos controlar o amor, o ódio, a cólera e a inveja?

Assim como, no trecho, Espinosa destaca que a filosofia deve se esforçar para entender os afetos e suas causas, também o indivíduo precisa, em um esforço, distinguir entre afetos e desejos passivos e afetos e desejos ativos. Essa é a condição para o controle dos afetos, como visto no tópico anterior. Para isso é preciso distinguir entre afetos e desejos nascidos da tristeza, que enfraquece nosso ser e nos coloca sob o poder de outros, e afetos e desejos nascidos da alegria, que fortalece nosso ser e nos faz senhores de nós mesmos. Os afetos e desejos passivos alegres nos levam a afetos e desejos ativos – assim, por exemplo, o amor é alegre e por isso um amor paixão pode se tornar um amor ação (como na amizade, na generosidade, na gratidão e na felicidade do encontro com um outro que experimenta a mesma alegria que nós). Ao contrário, o ódio e a inveja são paixões tristes e nunca se tornarão ações, mas aumentarão as paixões tristes (o ódio e a inveja levam a paixões mais tristes, como a vingança, o orgulho e a crueldade). As paixões e ações alegres são favoráveis à ética; as tristes, desfavoráveis a ela.

Conexões

- A partir dessa perspectiva e com base nos conceitos estudados neste capítulo, elabore um pequeno texto que responda às seguintes questões:

a) Uma desavença entre torcedores num estádio de futebol diz respeito à ética e à moral?

b) Como você avalia e entende esse tipo de acontecimento?

c) Analise a fotografia buscando relacionar o conceito sociológico de ação social com o que você viu sobre ética neste capítulo.

Orientações para resposta: O exemplo da briga de torcidas é apenas a ilustração prosaica de um debate que envolve conceitos amplos e complexos com os quais nos deparamos a todo instante no cotidiano. Portanto, é desejável que o estudante perceba que temas debatidos pelos filósofos há vários séculos fazem parte de maneira decisiva de seu dia a dia.

Em cada pequeno ato estamos decidindo alguma coisa, naquilo que nos é possível decidir; por extensão, a mesma afirmativa vale para as decisões nas altas esferas políticas, que decidem não apenas nosso destino como nação, mas também a própria preservação do planeta. Dessa maneira, a ideia de ação social em Weber se preocupa em entender aspectos que também são pensados pela ética, pois o sentido da ação social é orientado com base nas outras pessoas. A pessoa que decide participar ou não participar de uma briga de torcida está se orientando pela ação dos outros e, ao mesmo tempo, pela sua própria vontade. Assim, se ela não aceita participar do conflito, pode estar orientada racionalmente por valores (não violência, defesa da coexistência e do espírito esportivo, por exemplo) ou por fins (não se machucar, por exemplo). Se aceita, também pode estar orientada racionalmente por fins (desestabilizar a torcida adversária visando a um resultado no jogo, por exemplo) ou por valores, ou mesmo irracionalmente, pela tradição (o sentimento de que é preciso participar da violência para fazer parte da torcida) ou pelo afeto (orgulho, inveja). De qualquer modo, é importante mostrar aos estudantes que, diferentemente da ética como campo da filosofia, a Sociologia weberiana não procura entender o valor ou a adequação daquilo que motiva a ação, e sim classificar as ações de acordo com o que as motiva. Procure realizar esta atividade com o professor de Sociologia, organizando um debate.

As respostas dadas pelos estudantes podem variar enormemente, conforme decidam abordar uma ou mais concepções de ética apresentadas neste capítulo, bem como resgatar conceitos vistos no anterior (senso moral, consciência moral, passividade e atividade, etc.). O importante é que percebam que, como a ética diz respeito a tudo o que envolve deliberação, ela está, sim, presente em uma situação como a da atividade.

Em síntese

1. Quando e de que forma nasce a filosofia moral ou a disciplina filosófica denominada ética?

   A ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes, e quando se busca compreender o caráter de cada pessoa, que determina quais virtudes e quais vícios ela é capaz de praticar, o que se refere, portanto, ao senso moral e à consciência moral individuais. No Ocidente, considera-se que esse nascimento se dá com Sócrates.

2. Como Sócrates contribuiu para o nascimento da ética?

   Ao definir o campo no qual valores e obrigações morais podem ser estabelecidos: a consciência do agente moral. É sujeito moral ou ético somente aquele que sabe o que faz, conhece as causas e os fins de sua ação, o significado de suas intenções e de suas atitudes e a essência dos valores éticos. Sócrates define esse campo ao perguntar aos indivíduos se eles conhecem os fins e o sentido de suas ações, e ao perguntar à sociedade se o que ela toma como virtude é o verdadeiro bem.

3. Por que, segundo Aristóteles, o possível é pertinente à ética, mas o necessário, não?

   Porque só há ética onde há deliberação ou escolha. O necessário é o que é e sempre será tal como é, independentemente de nossa escolha. Por isso, não concerne à ética. O contingente é o que pode ser de uma forma ou de outra. Entre o que é contingente existe o que é por acaso e o que é possível. O que ocorre por acaso poderia ser de uma forma diferente da que é, mas não está em nosso poder escolher, porque o acaso é o encontro *acidental* de duas séries de acontecimentos, sejam eles determinados por vontade, sejam por necessidade. Por isso, também não concerne à ética. Por fim, o possível é aquilo que pode ser ou deixar de ser, mas que depende de nós para acontecer, de nossa ação e nossa vontade. Por isso, só o que é possível concerne à ética.

4. Para os filósofos da Antiguidade, qual era a função da ética?

   Para os filósofos da Antiguidade, a função da ética é conduzir os seres humanos à virtude, pela qual eles obtêm o bem e a felicidade. Aos seres humanos é necessário não só conhecer racionalmente o bem, mas conseguir dominar sua própria natureza passional para dirigir-se a ele. A virtude é a excelência e a força interior do caráter que conhece racionalmente o bem e dirige-se para ele enquanto domina suas paixões. A ética educa nossa natureza passional para que sejamos dirigidos por nosso conhecimento do bem, e não por nossos impulsos.

5. Por que, para o cristianismo, nossa vontade é insuficiente para garantir a vida moral? Explique tomando como base as ideias de pecado e livre-arbítrio.

   O cristianismo considera que nossa vontade está pervertida pelo pecado e, portanto, não pode garantir a vida moral. O ser humano é dotado de livre-arbítrio, e por isso nossa liberdade se dirige espontaneamente para o mal, em decorrência do pecado original. Apenas com o auxílio divino, trazido pela lei divina revelada ou pelos mandamentos ordenados por Deus aos seres humanos, é que podemos nos tornar morais.

6. O que é a concepção cristã da intenção?

   A concepção cristã da intenção baseia-se na noção de interioridade do sujeito moral. Na ótica cristã, a primeira relação ética se estabelece entre o coração do indivíduo e Deus, entre a alma invisível e a divindade invisível, pois a vontade e a lei divinas não estão inscritas em objeto algum, mas sim no coração dos seres humanos. Assim, passou-se a considerar como submetido ao julgamento ético tudo o que, invisível aos olhos humanos, é visível ao espírito de Deus; portanto, tudo o que acontece em nosso interior – as intenções invisíveis.

7. Como Rousseau procurou resolver o problema da relação entre a liberdade da vontade e o dever deslocando o sentido de ideia de pecado? Explique o que é a "moral do coração".

   Para Rousseau o ser humano nasce puro e bom, mas acaba pervertido pela sociedade. Diante disso, ele apresenta a "moral do coração" com base na ideia de que o dever não é uma imposição externa à nossa consciência: ele é proposto por nosso coração. De acordo com Rousseau, a consciência moral e o sentimento do dever são inatos, são "a voz da natureza" e "o dedo de Deus" em nosso coração. Obedecendo ao dever, estamos obedecendo a nós mesmos, aos nossos sentimentos e às nossas emoções, e não à razão, pois esta, privilegiando a utilidade e o interesse individuais, é responsável pela sociedade egoísta e perversa que silencia a bondade natural do coração.

8. De que modo Kant discorda da ética de Rousseau? Para ele, qual é o papel da razão na conduta moral?

   Para Kant, não existe bondade natural. Por natureza, diz ele, somos egoístas, ambiciosos, destrutivos, agressivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos saciam e pelos quais matamos, mentimos, roubamos. Não é, então, a razão que nos corrompe, como pensa Rousseau. Ao contrário, a razão pura prática, inata em nós, nos traz o dever. É pelo dever, dado a nós pela razão, que somos seres morais.

9. Considerando a concepção de ética para Baruch Espinosa, responda às questões:

   a) Qual é a diferença entre paixão e ação?

      Na paixão somos determinados e condicionados por forças externas a nós (coisas e pessoas), que

nos fazem sentir, desejar e agir tais como essas forças querem. Na ação somos a causa interna, racional, consciente e livre de nossos sentimentos, desejos e ações. Na paixão, somos servos. Na ação, somos livres.

b) Por que a vida ética não suprime os afetos e os desejos?

Por dois motivos: em primeiro lugar, porque os afetos definem a essência humana e não se pode suprimi-los; em segundo lugar, porque a ética consiste em passar dos afetos passivos aos afetos ativos, pois, quanto mais passivos formos, mais fracos nos tornamos, e quanto mais ativos, mais fortes e livres nos tornamos. A virtude não é cumprir deveres e obrigações, mas ter força interior para passar da passividade à atividade, ou seja, de afetos passivos (as paixões) a afetos ativos (as ações éticas). Ser virtuoso ou ser livre é passar da paixão à ação, tornar-se causa ativa interna de sua existência, de seus atos e pensamentos. Essa passagem não elimina os afetos nem vai contra eles (por essência somos seres afetivos), mas muda a qualidade deles. A vida ética se inicia quando procuramos aumentar paixões e desejos alegres e afastar paixões e desejos tristes. À medida que as paixões de alegria e de desejos alegres nos fortalecem, vamos adquirindo poder sobre nós mesmos, diminuindo o poderio das forças externas. Desse modo, passamos à ação da qual somos a causa, isto é, às ações nascidas de nossa liberdade como força interior de autodeterminação.

c) Como se dá a passagem da servidão passional à liberdade? Dê um exemplo de servidão.

Para Espinosa, ser virtuoso ou ser livre é passar da passividade à ação, tornar-se causa ativa interna da própria existência, dos próprios atos e pensamentos. Somos servis quando somos comandados do exterior, ou seja, quando somos comandados por paixões. A passagem para a liberdade se dá quando nos tornamos ativos. Isso, porém, se dá no interior das paixões e graças a elas. Quando afastamos as paixões tristes e aumentamos as paixões alegres, fortalecendo nossa capacidade de ser e agir, nos tornamos capazes de passar da paixão à ação, da servidão à liberdade.

Professor: o aluno deverá formular um exemplo próprio, capaz de ilustrar sua resposta.

10. Nietzsche e Marx foram os dois principais críticos da moral vigente na sociedade em que viviam.

a) O que Nietzsche entendia por “moral dos fortes” e por “moral dos escravos”?

Nietzsche opõe-se principalmente aos filósofos racionalistas, como Kant, e aos pensadores socialistas, como Marx. Ele contesta à razão o poder e o direito de intervir sobre o desejo e as paixões. Para ele, a liberdade é a plena manifestação do desejante ou passional. Quando somos capazes de manifestar nosso desejo, somos fortes ou senhores, enquanto somos fracos ou escravos quando não conseguimos. Os fracos temem e invejam a força, saúde e vida dos fortes e, por isso, transformam ilusoriamente tudo o que é manifestação da vida e do desejo em falta e em pecado. Com isso, eles inventam o dever, submetem o desejo à razão e transformam a liberdade em motivo de culpa e castigo. A essa renúncia hipócrita da verdadeira liberdade – renúncia que estaria na raiz da moral dos racionalistas –, Nietzsche chama moral dos escravos. Entre os pensadores da época de Nietzsche, uma expressão da moral dos escravos seria a ideia de igualdade, seja por sermos racionais (no idealismo kantiano), seja por termos os mesmos direitos (no socialismo marxiano, que é um racionalismo humanista e materialista). Segundo Nietzsche, para restabelecer a liberdade é preciso que os fortes reafirmem seu desejo, sua vontade de potência, e a moral que se baseia nessa vontade: a moral dos senhores.

b) Qual era a grande divergência entre as críticas de Nietzsche e Marx?

Marx afirmava que os valores da moral vigente – liberdade, felicidade, racionalidade, respeito à subjetividade e à humanidade de cada um, etc. – eram hipócritas não em si mesmos (como julgava Nietzsche), mas porque eram irrealizáveis numa sociedade violenta, baseada na exploração do trabalho, na desigualdade social e econômica, na exclusão de uma parte da sociedade dos direitos políticos e culturais. A moral burguesa, dizia Marx, pretende ser um racionalismo humanista, mas as condições materiais concretas em que vive a maioria da sociedade impedem que o ser humano realize os valores éticos. Para Marx, portanto, tratava-se de mudar a sociedade para que a ética pudesse concretizar-se.

11. Por que a descoberta do inconsciente por Freud poderia comprometer a ideia da ética como exercício livre da consciência e da vontade?

Se, como revela a psicanálise, nossos impulsos e desejos inconscientes desconhecem barreiras e limites para a busca da satisfação e, sobretudo, se conseguem a satisfação burlando e enganando a consciência, torna-se difícil sustentar a ideia de vontade livre que age por dever. Além disso, se o que se passa em nossa consciência é simples efeito disfarçado, cujas causas reais são inconscientes e escondidas, também fica comprometida a concepção de uma consciência responsável.

12. Que solução ética a psicanálise propõe para o poder do *id* e do superego?

Nossa psique é um campo de batalha inconsciente entre desejos e censuras. O *id* ama o proibido; o superego quer ser amado por reprimir o *id*. O *id* desconhece fronteiras; o superego só conhece barreiras. Eticamente, essa batalha interior só pode ser decidida por uma terceira instância: a consciência, pois a psicanálise é uma terapia para auxiliar o sujeito no autoconhecimento e um modo de evitar que ele se torne um joguete do *id* e do superego. A psicanálise mostra que uma das fontes dos sofrimentos psíquicos, causa de doenças e de perturbações mentais e físicas, é o rigor excessivo do superego. Uma moralidade rígida produz um *ideal do ego* (valores e fins éticos) irrealizável, torturando psiquicamente aqueles que não conseguem alcançá-lo por terem sido educados na crença de que esse ideal seria realizável. Quando uma sociedade reprime os desejos inconscientes de tal modo que eles não possam encontrar meios de expressão, quando essa sociedade os censura e condena de tal forma que nunca possam manifestar-se, prepara o caminho para duas alternativas igualmente distantes da ética: ou a transgressão violenta de seus valores pelos sujeitos reprimidos, ou a resignação de uma coletividade neurótica, que confunde neurose e moralidade. A psicanálise explica que, sem a repressão da sexualidade, não há sociedade nem ética; contudo, a excessiva repressão da sexualidade destrói, primeiro, a ética e, depois, a sociedade. O que a psicanálise propõe é uma nova moral sexual que harmonize, tanto quanto for possível, os desejos inconscientes, as formas de satisfazê-los e a vida social. Essa moral, evidentemente, só pode ser realizada pela consciência e pela vontade livre, de sorte que a psicanálise procura fortalecê-las como instâncias moderadoras do *id* e do superego.

CAPÍTULO 29 – A liberdade

Leituras filosóficas

1. Como Sartre interpretou a hipótese de Dostoievski e que papel ele atribui à responsabilidade dos indivíduos nas escolhas humanas?

A frase de Dostoievski refere-se a um Deus (como no judaísmo, no cristianismo e no islamismo) que decreta mandamentos de condutas para os seres humanos, dizendo-lhe o que é permitido e o que é proibido e quais são as recompensas pela obediência e as punições pela desobediência. Portanto, se Deus não existisse, não haveria tais mandamentos, e o ser humano teria que encontrar por si mesmo os valores morais, as regras de conduta, a distinção entre o permitido e o proibido. Sartre considera que o existencialismo transforma a hipótese de Dostoievski ("Se..., então...") numa afirmação: Deus não existe. Por isso, o ser humano não tem desculpas para suas escolhas e ações, porque todas dependem exclusivamente de sua decisão e de sua liberdade e ele é inteiramente responsável por elas. É esse o sentido da afirmação "Estamos condenados a ser livres". Essa afirmação parece um paradoxo, pois quem está condenado não é livre, e não fomos livres para escolher o lugar, a sociedade e a época em que nascemos, mas, com ela, Sartre pretende marcar o radicalismo da liberdade, isto é, não podemos usar a desculpa de que não escolhemos as condições de nosso nascimento e de nossa classe social, pois tanto aceitá-las quanto criticá-las e transformá-las são decisões livres. Em outros termos, para Sartre, conformar-se ou resignar-se é uma decisão tão livre quanto não se resignar nem se conformar. Por isso não podemos nos esconder da liberdade nem fingir que não somos livres e responsáveis por tudo o que desejamos, escolhemos e fazemos.

2. Você considera que a hipótese de Dostoievski (se Deus não existisse, tudo seria permitido) leva a uma indiferença dos seres humanos em relação às suas escolhas, ou seja, leva à conclusão de que qualquer escolha é válida? Explique sua posição.

Resposta pessoal. **Comentário:** procure realizar um debate em sala, para que os estudantes apresentem suas posições e argumentos.

Conexões

- Escreva uma breve análise do caso escolhido sob a luz dos conceitos de necessidade, contingência, possível e possibilidade objetiva. Procure relacionar a análise do fato em si com conceitos da Geografia humana.

Orientações para resposta: o estudante poderá escolher uma das diferentes perspectivas vistas no capítulo ou então fazer uma comparação entre os diferentes pontos de vista que elas trazem a respeito da liberdade.

Para os filósofos que consideram a possibilidade objetiva, existe uma tensão entre nossa liberdade e os condicionamentos. Desse modo, nossa ação pode eventualmente superar as adversidades das contingências, embora muitas vezes sejamos fortemente influenciados por elas. Ou seja, segundo essa perspectiva, a liberdade pode existir quando temos o poder para fazer algo, ainda que nossas escolhas sejam condicionadas pelas circunstâncias naturais, psíquicas, culturais e históricas em que vivemos.

Já Sartre acreditava que "estamos condenados ao absurdo da existência", querendo dizer que não pedimos para vir ao mundo e, quando nos damos conta, temos de nos haver com nossa existência da forma como nos é dada. O contexto sociocultural em

que nascemos terá grande influência sobre o que seremos, e cabe a nós, dentro da liberdade a que, segundo Sartre, somos condenados, a deliberação de guiar nosso destino – mesmo quando optamos por não o guiar, já estamos deliberando sobre ele.

Em síntese

1. Vimos três poemas que nos fazem pensar sobre a liberdade. Qual é a principal diferença entre o poema de José Paulo Paes e o de Carlos Drummond de Andrade?

   Orientação para a resposta: faça com que os estudantes analisem os poemas levando em conta as distinções feitas pela filosofia entre necessário, contingente e possível, assim como entre destino e determinismo, e suas relações com a ideia de liberdade.

2. Explique a diferença entre necessidade e contingência. Quais são as oposições entre esses dois conceitos e o de liberdade?

   Necessidade significa que algo acontece sempre em todos os tempos e lugares e é impossível que não aconteça (as leis da física, por exemplo, são necessárias); portanto, parece indicar que não há lugar para a liberdade, porque o curso das coisas e de nossa vida já está fixado. C*ontingência* significa o que pode acontecer ou deixar de acontecer sem que existam causas que expliquem se algo acontecerá ou não. É o puro acaso. Essa ideia, portanto, também parece indicar que não há lugar para a liberdade, porque onde tudo é imprevisível e inapreensível pela razão não há curso algum das coisas e de nossa vida sobre o qual possamos intervir. Entretanto, se é verdade que tanto a necessidade como a contingência condicionam o espaço de nossa ação e mesmo vários dos meios com os quais podemos agir, isso não significa que deixamos de poder agir. Isso nos remete à frase de Sartre: “O que importa não é saber o que fizeram de nós, e sim o que fazemos com o que quiseram fazer conosco”. Nosso ambiente e meios não são produzidos por nós, mas podemos agir dentro e a partir deles. Por isso, a necessidade e a contingência não excluem nossa liberdade. Alguns filósofos, de outro ponto de vista, consideram, como é o caso de Espinosa, que quando somos livres agimos necessariamente conforme o nosso próprio ser, nossa natureza ou essência afetiva e racional. Nessa concepção, agimos diferentemente do modo de ser próprio à nossa natureza somente se formos forçados a isso por um poder externo (de alguém, de alguma coisa, de uma instituição social, etc.) que nos domina. A distinção não se faz entre necessidade e liberdade, e sim entre liberdade (autonomia) e coação. Desse ponto de vista, a liberdade não exclui a necessidade, pois a liberdade é o poder interior autônomo, próprio de nossa essência racional, para ser o princípio necessário de nossa ação.

3. Por que Aristóteles introduz a ideia do possível para explicar a liberdade? Quando somos livres, segundo Aristóteles?

   Aristóteles foi o primeiro filósofo que distinguiu entre necessário, contingente e possível. Necessário é o que existe e opera universalmente sempre da mesma maneira e não pode ser diferente do que é nem operar de maneira diferente da que opera (é o caso da natureza, com suas leis). Contingente é o acaso, o que pode ou não acontecer sem que tenhamos como prever se ocorrerá ou não. Aristóteles elabora sua ética a partir de uma pergunta: o que está e o que não está em nosso poder? Para ele, o necessário e o contingente não estão em nosso poder, diferentemente do possível. O possível, explica ele, é aquilo que, para acontecer, depende de uma escolha e de uma decisão humana. Em outras palavras, o possível existe somente para seres racionais e dotados de vontade livre. Por isso o espaço da ética e da política, ou seja, das ações humanas, é o espaço do possível. A liberdade, portanto, é a capacidade de deliberar racionalmente entre duas alternativas contrárias igualmente possíveis e escolher voluntariamente uma delas, sem ser forçado ou coagido por nada e por ninguém. A escolha é ética quando é incondicionada, isto é, se realiza tendo como base a liberdade da vontade e como finalidade o bem e a virtude.

4. Explique a afirmação de Sartre de que “estamos condenados à liberdade”.

   Para Sartre, a liberdade é a escolha incondicional que o próprio ser humano faz de seu ser no mundo. Quando julgamos estar sob o poder de forças externas mais poderosas do que nossa vontade, esse julgamento é uma decisão livre, pois outros seres humanos, nas mesmas circunstâncias, não se curvaram nem se resignaram. Por isso estamos condenados a ser livres: conformar-se ou não se conformar são decisões inevitavelmente livres. Para os humanos, nesse sentido, a liberdade é como a necessidade e a fatalidade: não podemos escapar dela.

5. Que filósofos reuniram necessidade e liberdade? Que mudança eles introduziram nos conceitos de necessidade e liberdade?

   Os estoicos, Espinosa e Hegel, que conservaram a ideia aristotélica de que a liberdade é a autodeterminação, assim como a ideia de que é livre aquele que age sem ser forçado nem constrangido por nada ou por ninguém e, portanto, age impulsionado por uma força interna ao seu próprio ser. No entanto, diferentemente de Aristóteles, esses filósofos não situam a liberdade no ato voluntário de escolha de um possível em oposição à necessidade. Afirmam que alguém age livremente porque age necessariamente. Para entendermos

essa junção entre liberdade e necessidade precisamos levar em conta que esses filósofos modificam a ideia de necessidade. Para eles, necessário é tudo que age apenas pela força interna de sua natureza. No caso dos seres humanos, quando o que pensamos, sentimos e fazemos depende apenas de nossa natureza, somos livres, porque seguimos necessariamente as leis de nossa natureza racional sem sermos forçados ou coagidos por algo exterior a nós. A liberdade não é um poder incondicionado para escolher entre alternativas possíveis, mas é o poder interior de alguém para agir em conformidade consigo mesmo, sendo necessariamente o que é e fazendo necessariamente o que faz. Para os estoicos, o ser humano livre é aquele cuja razão conhece a necessidade natural e a necessidade de sua própria natureza e tem força para guiar e dirigir a vontade para que esta exerça um poder absoluto sobre a irracionalidade dos instintos e impulsos, isto é, sobre as paixões. Para Espinosa, o ser humano livre é aquele que age como causa interna, completa e total de sua ação, decorrente do desenvolvimento necessário da essência racional do agente; somos livres quando o que somos, o que sentimos, o que fazemos e o que pensamos não nos vêm de fora, mas sim exprimem nossa força racional interna para existir e agir. Para Hegel, é livre o ser humano que não se deixa dominar pela força da natureza e que a vence, dobrando-a à sua vontade por meio do trabalho, da linguagem e das artes. Seu surgimento perfeito ocorre na modernidade com o indivíduo como consciência de si reflexiva, que concebe sua razão e sua vontade como independentes da necessidade natural e da coação de autoridades externas sobre seu pensamento e sua vontade.

6. Explique como Espinosa define a liberdade humana.

   Para Espinosa, o ser humano livre é aquele que age como causa interna, completa e total de sua ação, decorrente do desenvolvimento espontâneo da essência racional do agente. Em outras palavras, assim como o todo – a substância da qual o ser humano faz parte – age livremente pela necessidade de sua essência, o indivíduo livre age por necessidade de sua própria essência. Somos livres quando realizamos nosso ser como uma potência interna capaz de uma pluralidade simultânea de ideias, afetos e ações que decorrem apenas de nosso ser. Somos livres quando o que somos, o que sentimos, o que fazemos e o que pensamos exprimem nossa força interna para existir e agir.

7. Como Hegel explica o surgimento histórico da figura do indivíduo livre?

   O surgimento histórico da figura do indivíduo livre aparece sob duas formas principais. Primeiro, coincidindo com o surgimento da cultura, ou seja, é livre o ser humano que não se deixa dominar pelas forças da natureza e que as vence, dobrando-as à sua vontade por meio do trabalho, da linguagem e das artes. Em sua outra forma corresponde, em um primeiro momento, ao surgimento da interioridade cristã que descobre a consciência como consciência de si e, num segundo momento, ao surgimento da individualidade racional moderna ou do indivíduo como consciência de si reflexiva, isto é, como razão e vontade independentes da necessidade natural e da coação de autoridades externas na definição de seu pensamento e de sua vontade.

8. Qual é a relação entre vida ética, diálogo e amizade?

   Viver é estar com os outros, a essência da vida é a intersubjetividade. A ética é o mundo das relações intersubjetivas, isto é, entre o eu e o outro como sujeitos e pessoas – portanto, como seres conscientes, livres e responsáveis. Assim, nenhuma experiência evidencia tanto a dimensão essencialmente intersubjetiva da vida e da vida ética quanto a do diálogo. É por isso que tantos filósofos definiram a amizade como expressão do mais alto ideal de justiça.

Unidade 10 – A política

CAPÍTULO 30 – O início da vida política

Leituras filosóficas

1. Com base em que valores a novidade política constituída na Grécia antiga se diferenciava da estrutura política do restante do mundo mediterrâneo, de acordo com o historiador Jean-Pierre Vernant (1914-2007)?

   No mundo mediterrâneo, o rei era visto como o intermediário entre os deuses e os seres humanos, o que fazia com que a coletividade se encontrasse em situação de inferioridade e submissão em relação ao poder e à soberania. A novidade surgida na Grécia exigia que a soberania fosse despersonalizada e se tornasse uma coisa comum à coletividade.

2. Qual é a importância do espaço público na vida política grega clássica?

   O espaço público era o espaço que não era submetido à autoridade de nenhum senhor. Assim, era o local próprio para que a nova forma política se realizasse, pois era coletivo e dissociado de uma autoridade única e despótica.

Conexões

1. Com base nos estudos deste capítulo, explique por que a teologia política instaurada na Europa medieval se contrapunha às intenções que levaram à criação da política.

   A política se originou da vontade, entre os gregos, de limitar a possibilidade do poder despótico. A teologia política se contrapõe a essa ideia porque hierarquiza a sociedade e concentra o poder na mão de um indivíduo, justificando-o por meio da religião. A base da teologia política é o poder como algo emanado de Deus, e não da comunidade. O rei recebe as leis de Deus e, portanto, está acima delas, pois o povo, como não é responsável pelas leis, não pode julgá-lo, o que faculta ao rei poder quase irrestrito. A estrita hierarquização da sociedade também é justificada pelo nascimento, o que impede ideias como as de isegoria e isonomia.

2. Com base em seus conhecimentos de Geografia e História, encontre um Estado em que o poder despótico tenha vigorado em algum período nos últimos cem anos. Faça uma pesquisa sobre o regime em questão em livros e *sites* para poder indicar semelhanças e diferenças em relação à teologia política.

   Resposta pessoal. **Orientações sobre a resposta:** procure desenvolver este trabalho em conjunto com os professores de História e Geografia. A parte comparativa da resposta vai variar muito de acordo com o exemplo escolhido pelo estudante. Os exemplos mais evidentes e extremos de poder despótico no período mencionado foram os regimes totalitaristas, implantados na Itália (fascismo), na Alemanha (nazismo) e na União Soviética (stalinismo) entre os anos 1920 e os anos 1940-1950. Esses regimes se aproximavam da teologia política por garantir poder quase irrestrito ao governante; porém, diferenciavam-se da teologia política por estarem desvinculados da fundamentação religiosa e do poder teológico (no caso soviético, ao contrário, havia a rejeição do poder religioso).

   Atualmente, o Vaticano é um Estado teocrático no sentido mais estrito. No mundo islâmico, alguns países despóticos têm a religião como fator relevante de legitimidade do poder estabelecido e como norte das leis e formas de julgamento. É o caso da Arábia Saudita, país cujo monarca é intitulado “Guardião das Duas Mesquitas” (as de Medina e Meca), o que o coloca abaixo de Deus, mas responsável por representá-lo por meio do exercício do poder no território saudita.

Em síntese

1. Quais são os principais motivos que levaram gregos e romanos a inventarem a política?

   Gregos e romanos inventaram o poder e a autoridade propriamente *políticos* porque substituíram o poder despótico ou patriarcal. O poder despótico era exercido pelo chefe de família sobre um conjunto de famílias a ele ligados por laços de dependência econômica e militar e por alianças matrimoniais. Nessa forma de poder, a relação era pessoal, e o chefe garantia proteção em troca da lealdade e da obediência dos súditos. Inicialmente, gregos e romanos viveram sob esse tipo de organização. No entanto, os primeiros dirigentes – os legisladores – elaboraram um conjunto de medidas que evitava que o rei concentrasse em sua pessoa todas as formas de poder (poder econômico sobre as terras, poder judiciário, poder militar e poder religioso na figura de representante da divindade). Os motivos para a invenção da política foram, além de afastar o despotismo, solucionar os problemas trazidos pela luta de classes entre ricos e pobres e entre os próprios ricos.

2. Como o nascimento das cidades criou as condições para a invenção da política?

   Com a formação dos centros urbanos na Grécia e na Roma antigas, constituiu-se também uma luta de classes. A possibilidade do poder despótico foi minada em sua base quando a terra se tornou propriedade de famílias independentes, que se tornaram a classe rica e dominante. Como o trabalho nessas terras era realizado por pessoas escravizadas, capturadas em guerras, a população camponesa livre e não proprietária migrou para aldeias, vivendo do comércio e do artesanato. Com o tempo, os artesãos e comerciantes enriqueceram e as aldeias desenvolveram-se, transformando-se em centros urbanos, o que não tardou em criar um conflito por poder entre essa nova população enriquecida e as grandes famílias agrárias. Contudo, existia nos centros urbanos também uma massa urbana de trabalhadores assalariados, artesãos e comerciantes pobres. Eles também participavam da força militar e com isso tornaram-se capazes de entrar em conflito com as outras classes a fim de conquistar participação nas decisões. Para solucionar esse problema, surge a política, com a limitação do poder dos ricos e a abertura de participação dos pobres nas decisões comuns, com a criação de um poder público e impessoal do qual todos os homens, exceto os escravizados, tinham possibilidade de participar.

3. Por que e como foram criadas as primeiras leis no âmbito da política? Elas contribuíram ou não para solucionar a luta de classes na Grécia e Roma antigas? Justifique sua resposta.

   A finalidade das leis era solucionar a luta de classes pela criação de um espaço público e impessoal, que

não se confundisse com a vontade particular de um soberano ou de um grupo. Como deliberação pública, a lei tornou-se expressão da vontade coletiva, definindo direitos e deveres para todos os cidadãos, sem exceção. Com isso, por um lado, foi conferido a uma instância impessoal e coletiva o poder exclusivo de uso da força para punir crimes, reprimir revoltas e vingar com a morte, em nome da coletividade, um delito julgado intolerável. Por outro, uma vez que todos os grupos em conflito tornaram-se aptos a participar das decisões, essas sociedades tornaram-se capazes de equacionar contínua e pacificamente os conflitos de classes.

4. Explique de que modo a política lida com os conflitos no interior de uma sociedade.

A política não se constituiu na criação de uma sociedade sem classes, justa e feliz, e sim como solução e resposta que uma sociedade oferece para suas diferenças, seus conflitos e suas contradições, sem escondê-los sob a sacralização do poder e do governante e sem fechar-se à temporalidade e às mudanças.

5. Como se formou o Estado? Quais eram suas funções?

Se a sociedade é composta de grupos em conflito e a lei se propõe a solucionar esses conflitos na forma de uma vontade geral, é necessário que haja uma instância separada da própria sociedade, capaz de fazer valer a lei. O Estado surge como esse poder separado da sociedade, encarregado de dirigi-la, comandá-la, arbitrar os conflitos e usar a força. Como a política não elimina as classes e suas contradições, mas oferece uma solução para as suas diferenças, em última instância o Estado surge para regular os conflitos, determinar limites às lutas, garantir que os ricos conservem suas riquezas e os pobres aceitem sua pobreza.

6. Para o antropólogo Pierre Clastres, além das sociedades políticas e das despóticas, há aquelas que vão contra o Estado e o mercado.

a) Explique, em linhas gerais, como essas sociedades estão organizadas.

Essas sociedades são tribais ou comunais. Nelas, não há propriedade privada da terra e das riquezas, não havendo, portanto, classes sociais nem luta de classes. A propriedade é tribal ou comum, e o trabalho se divide por sexo e idade. São comunidades homogêneas, unas e indivisas. O poder não se destaca nem se separa da própria comunidade, não forma uma instância acima dela (como o Estado, na política, ou como o chefe patriarca, no despotismo). O chefe é alguém escolhido para ter o comando durante as guerras; porém, no restante do tempo, ele não manda e a comunidade não lhe obedece. A comunidade decide por si mesma, de acordo com suas tradições e necessidades, regulando por si mesma conflitos pessoais entre seus membros. Essas comunidades são, então, sociedades deliberadamente organizadas para evitar o comércio e o Estado.

b) Para você, em qual dessas sociedades a vida boa e justa se desenvolve melhor? Exponha sua posição.

Resposta pessoal. **Comentário:** aqui o aluno pode desenvolver seu raciocínio livremente com base no conteúdo estudado. Devem ser observadas a coerência argumentativa e a fundamentação das posições do aluno.

7. As investigações sobre a gênese da pólis opunham os sofistas a Platão e Aristóteles. Explique no que consistia a posição de cada um em relação à finalidade da vida política.

Para os gregos, a finalidade da vida política é a justiça. Para os sofistas, a pólis nasce por convenção entre os seres humanos quando percebem que lhes é mais útil a vida em comum do que em isolamento. Assim, as regras de convivência instituídas tornam-se leis. A justiça é o consenso quanto às leis, e a finalidade da política é criar e preservar esse consenso. A justiça significa não apenas conservar as leis, mas também permitir sua mudança sem que isso destrua a comunidade política. A única maneira de realizar mudanças sem destruir a ordem política é alcançar o consenso por meio do debate.

Para Platão, não é uma instituição humana, e sim uma criação natural da vida em comum. A cidade tem uma estrutura composta de três princípios de atividade, encarnados em três classes: 1) a classe econômica, de agricultores e comerciantes, que garante a sobrevivência material da cidade; 2) a classe militar, que defende a cidade; 3) e a classe dos magistrados, que deve governar a cidade sob as leis. Como a classe dos magistrados é aquela capaz de conhecer a verdadeira finalidade da pólis, as outras devem estar sob o seu comando. Cada classe cumprirá sua função para o bem da pólis: os sábios legisladores devem governar; os militares, subordinados aos legisladores, devem defender a cidade e suas leis; e os membros da classe econômica, subordinados aos legisladores, devem assegurar a sobrevivência da pólis. Para realizar a cidade justa, é necessário promover a educação dos cidadãos, tanto homens como mulheres.

8. Explique a distinção feita por Aristóteles entre justiça distributiva (o partilhável) e justiça política (o participável).

Aristóteles afirma que para determinar o que é a justiça precisamos distinguir dois tipos de bem: os partilháveis e os participáveis. O poder político é um bem participável, enquanto os bens econômicos são partilháveis. A cidade justa saberá distinguir esses dois tipos de justiça e realizar ambos. A justiça distributiva consiste em dar a cada pessoa o que lhe é devido, dando desigualmente aos desiguais para torná-los iguais. A justiça do participável refere-se ao direito de todos os cidadãos de participar do poder ou de leis que determinem quem deve ter essa participação, conforme se trata de uma monarquia, uma aristocracia ou uma democracia.

9. Quais são as virtudes principescas, segundo os teóricos políticos romanos?

Segundo a teoria do Bom Governo, o verdadeiro príncipe deveria ter três conjuntos de virtudes ou qualidades morais: o das qualidades comuns a todo homem virtuoso (sabedoria, justiça, coragem e temperança); o das virtudes propriamente principescas: honradez, magnanimidade e liberalidade; e o dos objetivos que devem ser almejados pelo príncipe virtuoso: honra, glória e fama. Assim, depositavam-se na pessoa do príncipe, e não nas instituições políticas, as virtudes necessárias para o bom governo, embora ainda se mantivesse a ideia grega de que a comunidade política tem como objetivo a vida boa ou a justiça. O príncipe passava a ser, também, o espelho de comportamento para a sociedade.

10. Quais são as diferenças entre o cristianismo e as demais seitas religiosas do Império Romano?

O cristianismo nascente se organizou no interior do Império Romano de maneira semelhante a outras crenças religiosas não oficiais: tomou a forma de uma seita. Porém, as seitas religiosas das regiões subjugadas não podiam mais considerar-se expressão de uma comunidade ou de um povo determinados. Por isso, as seitas religiosas dirigiam-se ao ser humano sem fazer distinção de nação ou povo. Foi o que aconteceu com o cristianismo, que prometia a salvação eterna para todos. Todavia, a seita cristã diferenciou-se de outras porque a herança judaica e a romana influenciaram o vocabulário e o pensamento dos cristãos, que conservaram as ideias de povo e de lei, ainda que transformadas em *povo de Deus* e *lei de Deus*. A comunidade é a *ekklesia*, palavra grega que significa 'assembleia' – no caso, a assembleia dos fiéis, a Igreja, que é designada como Reino de Deus. A *ekklesia* se organizava com normas e regras que estabeleciam hierarquias de autoridade e de poder. Esse poder é teocrático, pois sua fonte é o próprio Deus; e é superior ao poder político temporal, uma vez que este é puramente humano, frágil e perecível.

11. Explique as fontes em que a política cristã se baseou na Europa medieval.

São duas as principais fontes na elaboração da política cristã medieval: a hebraica e a romana. Dos hebreus adotaram a concepção teocrática do poder, isto é, o poder pertencia, em sua plenitude e verdade, exclusivamente a Deus, que escolhia o dirigente ou os dirigentes por meio dos anjos e dos profetas. Dos romanos adotaram a teoria do Bom Governo, num momento em que o príncipe já se encontrava investido de novos poderes: como imperador de um vasto território, passou a ser visto como senhor do Universo, ocupando o topo da hierarquia do mundo. A elaboração da teoria política cristã como *teologia política* resultou da apropriação e mistura das concepções hebraica e romana do poder.

12. Explique por que, à medida que o Império Romano se esfacelava, o poderio da Igreja crescia.

Dois motivos levam a esse crescimento: 1) em primeiro lugar, a expansão do próprio cristianismo pela obra da evangelização, realizada pelos padres nos territórios do Império Romano e para além deles; 2) em segundo lugar, o próprio esfacelamento de Roma, do qual resultará, nos séculos seguintes, a formação socioeconômica conhecida como feudalismo. Essa formação fragmentou a propriedade da terra e fez surgirem pequenos poderes locais isolados, de sorte que o único poder centralizado e homogeneamente organizado era o da Igreja.

13. Quais são os três poderes que a Igreja adquiriu com o passar dos anos em relação ao Império Romano?

A Igreja adquiriu: 1) o poder religioso de ligar as pessoas a Deus e Dele desligá-las; 2) o poder econômico decorrente de grandes propriedades fundiárias acumuladas no correr de vários séculos, seja porque os nobres convertidos do Império doaram suas terras à instituição eclesiástica, seja porque esta recebera terras como recompensa por serviços prestados aos imperadores; 3) o poder intelectual, porque se torna guardiã e intérprete única dos textos sagrados – a Bíblia – e de todos os textos produzidos pela cultura greco-romana. Saber ler e escrever tornou-se privilégio exclusivo da instituição eclesiástica. Será a Igreja, portanto, a formuladora das teorias políticas cristãs para os reinos e impérios cristãos.

14. As teorias teológico-políticas (que criavam o vínculo interno entre religião e política) tiveram diferentes formulações no correr da Idade Média, mas apresentavam pontos em comum. Cite três deles e comente-os.

O aluno deverá escolher três dos pontos comuns abaixo e comentá-los.

1) O poder é teocrático, isto é, pertence a Deus e Dele vem aos homens por Ele escolhidos para representá-lo.

O fundamento dessa ideia encontra-se tanto no Antigo Testamento como numa passagem do Novo Testamento, na qual se lê que "não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Deus". O poder é um favor divino ou uma graça divina e o governante não representa os governados, mas representa Deus perante os governados. O rei é, portanto, a fonte da lei e da justiça. Sendo autor da lei e tendo o poder pela graça de Deus, está acima das leis e não pode ser julgado por ninguém, tendo poder absoluto. O fundamento dessa ideia é retirado de um preceito do Direito Romano que afirma: "Ninguém pode dar o que não tem e ninguém pode tirar o que não deu"; 2) O príncipe cristão deve possuir o conjunto das virtudes cristãs e o conjunto das virtudes principescas definidas por Cícero e Sêneca como próprias do Bom Governo. Sendo espelho da comunidade, em sua pessoa devem estar encarnadas as qualidades cristãs que a comunidade deve imitar; 3) A comunidade e o rei formam o corpo político: a cabeça é a coroa ou o rei, o peito é a legislação sob a guarda dos magistrados e conselheiros do rei, os membros superiores são os senhores ou barões que formam os exércitos do rei e os membros inferiores são o povo que trabalha para o sustento do corpo político. A *pólis* platônica é, assim, transformada no corpo político do rei; 4) A hierarquia política e social é considerada ordenada por Deus e natural. O mundo é um *kósmos*, isto é, uma ordem fixa e hierárquica de lugares e funções que cada ser (minerais, vegetais, animais e humanos) ocupa necessariamente e nos quais realiza sua natureza própria. Os seres dos graus inferiores do *kósmos* devem obediência aos do superior, submetendo-se a eles; 5) No topo da hierarquia encontram-se o papa e o imperador. O primeiro possui o poder espiritual, o segundo, o temporal. Em decorrência da desaparição política dos centros urbanos e do isolamento provocado pela ruralização, cada região possui um conjunto de senhores que escolhe um chefe entre seus pares, garantindo-lhe – e à sua dinastia – a permanência indefinida no poder. A assembleia desses senhores subordina-se ao Grande Rei ou Imperador da Europa (senhor do Sacro Império Romano-Germânico), que possui o poder teocrático; 6) A justiça, finalidade da comunidade cristã, é a hierarquia de submissão e obediência do inferior ao superior, pois é essa a ordem natural criada pela lei divina. A vida temporal é inferior à vida espiritual e por isso a finalidade maior do governante é a salvação da alma imortal de seus súditos, pela qual responderá perante Deus.

15. Quais foram os conflitos entre papa e imperador e entre reis e imperador? Como se tentou solucioná-los?

O conflito entre o papa e o imperador foi consequência da concepção teocrática do poder, isto é, a necessidade de dar resposta à pergunta: quem é o representante escolhido por Deus para receber seu poder, o papa ou o imperador? A solução encontrada para esse conflito foi a teoria da dupla investidura. De acordo com essa teoria, o imperador é investido no poder temporal pelo papa, com a cerimônia da unção e da coroação. O imperador recebe do papa a coroa (que lhe garante o cargo temporal supremo) e a investidura da espada, pela qual jura defender e proteger a Igreja, sob a condição de que ela nunca interfira nos assuntos administrativos e militares do império. Assim, o imperador depende do papa para receber o poder político, mas o papa depende do imperador para manter o poder eclesiástico. O conflito entre o imperador e as assembleias dos reis diz respeito à escolha do imperador. Segundo Lei Régia Romana, o rei recebe do povo o poder. Os reis argumentavam que, da mesma maneira, eram eles que, como povo, concediam poder ao imperador. Ora, como a Lei Régia Romana afirmava que só pode tirar alguma coisa de alguém aquele que tem o poder de dá-la, conclui-se que, se os reis elegem o imperador, têm poder para dar-lhe poder e também para retirar dele. O imperador, porém, invocava a Bíblia e a origem teocrática do poder. Afirmava que seu poder não vinha dos reis, mas de Deus. Se Deus lhe havia concedido poder, então só Deus poderia tirar-lhe esse poder. A solução para esse segundo conflito foi trazida pela teoria que distingue entre *eleição* e *unção*. O imperador, de fato, é eleito pelos pares para o cargo, mas seu poder só é garantido por meio da unção com óleos santos, que, segundo a tradição, eram os mesmos que haviam ungido os reis hebraicos Davi e Salomão. E quem unge o imperador é a Igreja, isto é, o papa como representante do poder de Deus.

16. O que significa a expressão "os dois corpos do rei"?

Para fortalecer o imperador contra o papa e os reis, foi elaborada uma teologia política conhecida como os dois corpos do imperador, que depois se generalizou como teoria dos "dois corpos do rei". Essa teoria afirmava que um imperador é rei pela graça de Deus e que é a imitação de Jesus Cristo. Assim como Jesus possuía duas naturezas (a humana, mortal, e a divina, imortal), o imperador também possuía dois corpos: um corpo humano, que nasce, vive, adoece, envelhece e morre; e um corpo místico, perene e imortal, seu corpo político. Por isso, ninguém, a não ser Deus, pode lhe dar esse corpo, e ninguém, a não ser Deus, pode tirar-lhe tal corpo. Assim, o poder político do rei ungido o coloca fora e acima da comunidade, tornando-o transcendente a ela. É imperador pela graça de Deus e não pode ser julgado por ninguém.

CAPÍTULO 31 – As filosofias políticas

Leituras filosóficas

1. Por que Maquiavel se mostra indiferente em relação ao modo como o príncipe chega ao poder?

   Porque não aceita e critica as teorias políticas tradicionais, que distinguem os regimes políticos em justo-legítimo e injusto-ilegítimo. Ou seja, as teorias tradicionais concebem o poder de maneira moral – justo ou injusto –, jurídica – legítimo ou ilegítimo – e teológica – criado pela vontade de Deus ou contra a vontade de Deus. Para Maquiavel, é preciso conceber o poder politicamente, e aquelas distinções nada explicam.

2. Embora seja indiferente ao modo pelo qual o príncipe ascende ao poder, Maquiavel não é indiferente à relação que este deve estabelecer com o povo. Explique por quê.

   O pensamento político moderno nasce com Maquiavel porque este recusa que o fundamento do poder seja dado pela natureza, pela razão ou por Deus. O fundamento do poder se encontra numa divisão originária existente em todas as sociedades: a divisão entre os grandes, que desejam comandar e oprimir, e o desejo do povo, que não deseja ser comandado nem oprimido. Um príncipe que se alia aos grandes será fraco e seu poder será precário porque os grandes rivalizam com ele e querem tomar o poder. Por isso, um príncipe virtuoso, isto é, forte, alia-se ao desejo do povo, que o apoiará sempre que impedir o comando e a opressão dos grandes.

Conexões

1. Converse com seus pais e com pessoas empregadas. Pergunte a eles se são sindicalizados e o que acham da atuação dos sindicatos. Pesquise na internet sobre esse tipo de organização. Depois, escreva um pequeno texto com base nas informações coletadas.

2. De que forma os processos atuais de transformação das relações de trabalho afetam o papel dos sindicatos como núcleos de organização política dos trabalhadores? Para você, os trabalhadores têm hoje condições melhores ou piores do que há 30 anos para se organizar e reivindicar coletivamente seus direitos? Justifique.

   Orientações para resposta: Os alunos devem fazer uma pesquisa de campo com as pessoas que lhes são mais próximas na família e entre seus conhecidos, sem, no entanto, desconectar as opiniões e os dados obtidos da perspectiva histórica na qual se insere a trajetória do sindicalismo no Brasil e no mundo. Uma visita ao *site* das principais centrais sindicais é recomendável, bem como uma pesquisa sobre as greves que eclodiram no final dos anos 1970 no ABC paulista (região industrial da Grande São Paulo). Há documentários nacionais interessantes que podem ser recomendados à turma, como *ABC da Greve* (1990), de Leon Hirszman, e *Peões* (2004), de Eduardo Coutinho.

   Para responder à atividade 2, os alunos devem retomar os conteúdos vistos na disciplina de Sociologia com relação às mudanças no sistema de produção do capitalismo contemporâneo e relacioná-los ao que trata a parte final deste capítulo. As mudanças no sistema de produção incluem a flexibilização (ou precarização) dos vínculos empregatícios, as linhas de produção enxutas, entre outros expedientes que afetam as formas de organização política dos trabalhadores.

Em síntese

1. De que forma o pensamento do Renascimento contribuiu para a criação de um ideal político republicano?

   No Renascimento os autores antigos começam a ter suas obras redescobertas e interpretadas. A partir de então, valoriza-se a política como expressão mais alta da capacidade humana, e o ideal da *vita contemplativa*, do sábio solitário que se ocupa sobretudo da vida futura, é substituído pelo ideal da *vita activa*, a preocupação com a vida presente e com o ideal da liberdade republicana.

2. Quais traços comuns existentes entre as teorias políticas medievais e renascentistas foram contestados por Maquiavel? Como ele fez isso?

   A sociedade, segundo Maquiavel, não é uma comunidade homogênea nascida da vontade divina, da ordem natural ou da razão humana. Toda sociedade é originariamente dividida entre o desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado. Sendo originariamente dividida, a sociedade não é uma comunidade una e a política não está voltada ao bem comum, mas à tomada e à manutenção do poder. A política não é a lógica racional da justiça e da ética, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei. Por isso, as virtudes do governante não são as cristãs, as morais e as principescas, como dizia a tradição. A virtude é o conjunto das qualidades políticas do dirigente para tomar e manter o poder, mesmo que para isso deva usar a violência, a mentira, a astúcia e a força. O príncipe não precisa ser amado; ele deve ser respeitado e temido — e, para isso, não pode ser odiado. Maquiavel também não aceita a divisão clássica em três regimes políticos (monarquia, aristocracia, democracia), bem como não acei-

ta que o regime legítimo seja o hereditário e o ilegítimo, o usurpado por conquista. Qualquer regime político poderá ser legítimo desde que nele haja liberdade, ou seja, desde que nele o poder não esteja a serviço dos desejos e interesses de um particular ou de um grupo de particulares, mas do povo.

3. Qual é a divisão originária da sociedade segundo Maquiavel?

Toda sociedade é constituída pela divisão originária entre o desejo dos grandes de comandar e oprimir e o desejo do povo de não ser comandado nem oprimido. Ou seja, a divisão social das classes é o ponto de partida da política.

4. Para Maquiavel, o príncipe virtuoso está atento à diferença entre o *éthos* político e o *éthos* moral.

a) No que consiste essa diferença? Por que Maquiavel dava importância à consciência sobre ela?

Os valores políticos são medidos pela eficácia prática e pela utilidade social, afastados dos padrões que regulam a moralidade privada dos indivíduos. O que é moral na vida privada pode tornar-se uma fraqueza na vida pública, já que uma característica central da virtude moral é a capacidade de o agente permanecer firme em sua vontade e maneira de agir, independentemente das reviravoltas de sua sorte. Por isso, o *éthos* político e o *éthos* moral são diferentes, e não há fraqueza política maior do que o moralismo que mascara a lógica real do poder. Por isso, do ponto de vista de Maquiavel, é imprescindível que o príncipe seja consciente dessa diferença.

b) Quais eram suas consequências para a ideia de soberania na política?

Se o *éthos* moral é distinto do *éthos* político, o indivíduo não é o mesmo como particular e como príncipe. Isso indica que o soberano não é uma pessoa, mas o poder político – independentemente do poder religioso ou do poder econômico.

5. Quais acontecimentos ocorridos no fim da Idade Média levaram à formação da burguesia e às mudanças políticas da modernidade?

Foram principalmente: 1) a decadência e ruína de inúmeras famílias aristocráticas, cujas riquezas foram consumidas nas guerras das Cruzadas contra os muçulmanos e cujas terras ficaram abandonadas porque seus nobres senhores morreram na guerra sem deixar herdeiros ou perderam suas terras por dívidas com os reis. 2) a migração dos servos, que trabalhavam nessas propriedades, bem como dos camponeses pobres e livres para as cidades, tornando-se membros das corporações de ofícios e comerciantes; 3) a peste negra, que dizimou gente, gado e colheitas, arruinou a nobreza fundiária e causou migrações para as cidades; 4) o crescimento de atividades artesanais e, com elas, o desenvolvimento e o intercâmbio comerciais em toda a Europa; 5) o surgimento de um novo tipo de riqueza, em decorrência das grandes rotas do comércio com o Oriente e no interior da própria Europa, bem como da urbanização: o capital. Com ele surgiu uma nova classe social, a burguesia, que tomaria o poder político.

6. Explique a origem da ideia de indivíduo

A ideia de indivíduo surge porque um burguês e um trabalhador não podiam invocar sangue, família, linhagem e dinastia para explicar por que existiam e por que haviam mudado de posição social, mas podiam invocar a si mesmos como indivíduos que produziram, por conta própria, a mudança de sua situação e de sua posição econômico-social. Como consequência, surgiram conflitos não apenas entre a burguesia e a nobreza, mas também entre os próprios indivíduos e grupos burgueses pela posse de riquezas, cargos, postos e poderes, destruindo a prática medieval da vassalagem ou submissão natural do inferior ao superior e a ideia de que a sociedade era uma comunidade una, indivisa e fraterna. Isso levou à necessidade de teorias que explicassem o que eram os indivíduos e por que lutavam uns contra os outros, e que apresentassem soluções para os conflitos e as guerras sociais.

7. Como Hobbes e Rousseau pensaram os conceitos de estado de natureza e contrato social?

O conceito de estado de natureza tem a função de explicar a situação pré-social na qual os indivíduos existem isoladamente. Para Hobbes ele é um estado de guerra permanente dos indivíduos entre si, no qual reina o medo da morte violenta. Nele, a única lei que existe é a da força do mais forte. Para Rousseau, ao contrário, o estado de natureza não é de guerra e medo, mas de felicidade e inocência. Nele, as pessoas se comunicam por gritos, gestos e música, e vivem do que a natureza fornece. Esse estado, entretanto, chega ao fim quando surge a primeira cerca, ou seja, quando surge a propriedade privada. A partir de então, nesse estado de sociedade, passa a prevalecer a guerra de todos contra todos. Portanto, o estado de sociedade de Rousseau corresponde ao estado de natureza de Hobbes.

Nessa situação de violência, insegurança, medo e morte, os humanos decidem criar o poder político e as leis, passando então ao estado ou sociedade civil. Essa passagem se dá, para esses teóricos, por meio do pacto ou contrato social, pelo qual os indivíduos concordam em renunciar à liberdade natural e em transferir a um terceiro – o soberano – algumas for-

mas de poder. Delas, destaca-se o poder para criar e aplicar as leis, usar a força, declarar a guerra e a paz. O contrato social funda a soberania e institui a autoridade política, isto é, a *pólis* ou a *civitas*. É instituído, portanto, o estado civil, que deve pôr um fim às lutas mortais do estado de natureza (hobbesiano) ou do estado de sociedade (rousseauista).

8. O que era o jusnaturalismo ou direito natural? Qual é a inovação social que ele evidenciava?

O direito natural prega que, por natureza, todo indivíduo tem direito à vida, ao que é necessário à sobrevivência de seu corpo e à liberdade. Por natureza, todos são livres, ainda que, por natureza, uns sejam mais fortes e outros mais fracos. A inovação que o conceito de jusnaturalismo evidencia é a substituição, pelo pensamento político, da ideia de comunidade pela de sociedade. A ideia de comunidade pressupõe um grupo humano uno, homogêneo, indiviso, compartilhando os mesmos bens, as mesmas crenças e ideias, os mesmos costumes e possuindo um destino comum. A ideia de sociedade, ao contrário, pressupõe a existência de indivíduos independentes e isolados, dotados de direitos naturais e individuais, que decidem, por um ato voluntário, tornarem-se sócios ou associados para vantagem recíproca e por interesses recíprocos. A comunidade é a ideia de uma coletividade natural ou divina; a sociedade, a de uma coletividade voluntária, histórica e humana.

9. Como Locke relacionava a propriedade privada ao direito natural? O que o levou a pensar sobre isso?

Para relacionar a propriedade privada ao direito natural, Locke parte da definição do direito natural como direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para a conservação de ambas. Esses bens são conseguidos pelo trabalho. Segundo Locke, o produto do trabalho é propriedade do trabalhador, assim como o mundo é propriedade de Deus. Dessa maneira, a propriedade privada é um direito natural porque ela é considerada produto do trabalho. O que motiva esse desenvolvimento conceitual é a necessidade que a burguesia, como classe social ascendente, tinha de legitimar seus direitos de propriedade diante dos antigos direitos hereditários da nobreza.

10. Que consequências a teoria da propriedade privada de Locke trouxe para a sociedade ocidental?

Ela forneceu ao poder da burguesia a legitimidade necessária para confrontar o poder e o prestígio da realeza e da nobreza; forneceu também à burguesia a justificativa moral para a exploração dos não proprietários (os pobres), desde agora considerados preguiçosos e perdulários; estabeleceu como função do Estado a garantia e defesa da propriedade privada; permitiu a modificação do conceito de sociedade civil, que se tornou a esfera de interesse dos proprietários privados, da vida econômica e do mercado, regulada pela livre-iniciativa dos proprietários e separada do Estado, que deve apenas arbitrar eventuais conflitos; forneceu fundamentação para as revoluções burguesas e parâmetros para a organização social; deu as diretrizes para a instituição dos parlamentos e do republicanismo, e da cidadania para os proprietários.

11. Como os pensamentos de Hobbes, Locke e Rousseau se relacionavam a acontecimentos em curso em seus países? Localize na linha do tempo a época desses autores e pesquise, em livros e na internet, o contexto em que viviam.

Comentário: aqui se deve evidenciar o trabalho de pesquisa do aluno. É fundamental, porém, que apareça a relação dos pensadores acima com a ascensão e queda do chamado Antigo Regime (as monarquias absolutistas fundadas na hierarquia social por hereditariedade), assim como com a ascensão da burguesia ao poder. De modo geral, costuma-se apontar uma forte relação entre a teoria hobbesiana e o turbulento contexto inglês na época em que escreveu *Leviatã*, enquanto Locke escreveu algumas de suas principais obras políticas durante e após a Revolução Gloriosa.

12. Qual é a função do Estado segundo a teoria liberal? Como se dá, na prática, a atuação do Estado liberal?

O Estado liberal tem função tríplice: 1) garantir o direito natural de propriedade, por meio das leis e do uso legal da violência, sem interferir na vida econômica; 2) arbitrar os conflitos da sociedade civil; 3) legislar, permitir e proibir tudo o que pertença à esfera da vida pública, mas sem intervir sobre a esfera privada, devendo garantir a liberdade de pensamento e de consciência. A censura somente pode ser exercida sobre o que ameaçar o próprio Estado. Para tanto, ele se apresenta como república representativa, constituída de três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Possui forças armadas e um corpo de servidores públicos que formam a burocracia. Quanto à cidadania, ela é direito exclusivo dos proprietários.

13. De acordo com a política liberal, o que era o voto censitário? Quem estava excluído politicamente?

O voto censitário significa que são eleitores apenas os cidadãos que possuírem certa renda ou riqueza. O Estado liberal julgava inaceitável que um não proprietário fosse eleitor e menos ainda que pudesse ser eleito representante num dos três poderes. Ao afirmar que os cidadãos eram apenas os homens

adultos, livres e independentes, os liberais entendiam que não eram livres, mas dependentes, aqueles que não possuíssem propriedade privada. Dessa maneira, estavam excluídos da cidadania e do poder político os trabalhadores e as mulheres, isto é, a maioria da sociedade.

14. Como se deu a ampliação do direito ao voto no Brasil?

No Brasil, durante o Império, o voto era censitário, ou seja, com base na riqueza ou na propriedade privada, excluindo trabalhadores brancos e negros, os analfabetos e as mulheres. Após a Proclamação da República, o voto deixou de ser censitário, porém não era secreto, mas era aberto (o eleitor assinava seu voto num livro aberto sob os olhos dos chefes políticos locais), sujeitando os eleitores à pressão dos que detinham o poder político e econômico. Era o chamado "voto de cabresto". Além disso, continuavam excluídos os analfabetos (na época, a maioria da população brasileira) e as mulheres. Estas conquistariam esse direito somente a partir de 1932. Nesse mesmo ano, o voto tornou-se secreto. O sufrágio só se tornou universal no final dos anos 1980, quando os analfabetos passaram a ter direito ao voto.

15. Explique, dando exemplos, o que quer dizer a expressão "revolução na revolução".

"Revolução na revolução" foi uma expressão cunhada para indicar a existência de movimentos populares radicais no interior das revoluções burguesas. Nessas revoluções a burguesia pretendeu e conseguiu derrotar a realeza e a nobreza, passou a dominar o Estado, consolidou-se como classe dominante e julgou com isso terminadas as mudanças; porém, as classes populares, que participaram daquela vitória, desejavam mais: instituir uma sociedade inteiramente nova, justa, livre e feliz. Isso se exprimiu, a princípio, por meio do imaginário religioso, messiânico e milenarista e, mais tarde, com desenvolvimento teórico próprio, por meio das teorias socialistas.

Comentário: correntes como os *levellers* e *diggers* na Inglaterra do século XVII, os Braços Nus durante a Revolução Francesa, assim como os espartaquistas na Revolução Alemã de 1919, são exemplos de movimentos populares radicais. Em conjunto com o professor de História, você pode propor aos estudantes que façam uma pesquisa a respeito desses e de outros movimentos.

16. Como as teorias socialistas conceberam as revoluções?

As revoluções modernas tinham duas faces: a face burguesa liberal para a tomada do poder de Estado e a face popular que deseja a criação de direitos numa nova sociedade justa e feliz. Nessas revoluções, a face popular é sufocada pela face burguesa, mesmo que esta seja obrigada a introduzir e garantir alguns direitos políticos e sociais para o povo, de modo a conseguir manter a ordem e evitar a explosão contínua de revoltas. A face popular vencida não desaparece. Ressurge periodicamente em lutas isoladas por melhores condições de vida e com reivindicações isoladas de participação política. Durante todo o século XIX, essa face popular tendeu a crescer e a manifestar-se em novas revoluções (derrotadas), à medida que se desenvolvia o capitalismo industrial, e as classes populares constituíam uma classe social de perfil muito definido: os proletários ou trabalhadores industriais. Correspondendo à emergência e à definição da classe trabalhadora proletária e à sua ação política em revoluções populares de caráter político-social, surgem novas teorias políticas: as várias teorias socialistas.

17. O que Marx quis dizer com o conceito de propriedade privada dos meios sociais de produção? Como essa ideia retomou a afirmação de Maquiavel sobre a divisão social?

Marx afirma que a revolução socialista não será, como a burguesa, uma revolução política para mudar os donos do poder, mas uma revolução social para terminar com a exploração e a dominação de classe, baseadas na propriedade privada dos meios sociais de produção. Por isso, o sujeito revolucionário é uma classe social organizada e consciente de si, a classe trabalhadora. Os meios de produção são sociais porque a produção envolve o trabalho da sociedade inteira (camponeses, mineiros, operários, carregadores, maquinistas de trens, mecânicos, etc.), mas no capitalismo eles são propriedade privada da burguesia. O fim da propriedade privada dos meios de produção por meio de sua transformação em propriedade social dos meios sociais de produção não significa o fim da propriedade privada de bens necessários ao bem-estar, à vida digna, ao trabalho criativo, ao lazer. Essa propriedade individual será mantida, mas se definirá em conformidade com o seguinte princípio igualitário, que enuncia: "A cada um, segundo suas necessidades, seus méritos e seu trabalho".

18. Como a propriedade privada individual de bens será mantida em uma sociedade socialista?

A propriedade privada individual de bens necessários ao bem-estar, à vida digna, ao trabalho criativo, ao lazer seria definida em conformidade com o seguinte princípio igualitário: "A cada um, segundo suas necessidades, seus méritos e seu trabalho".

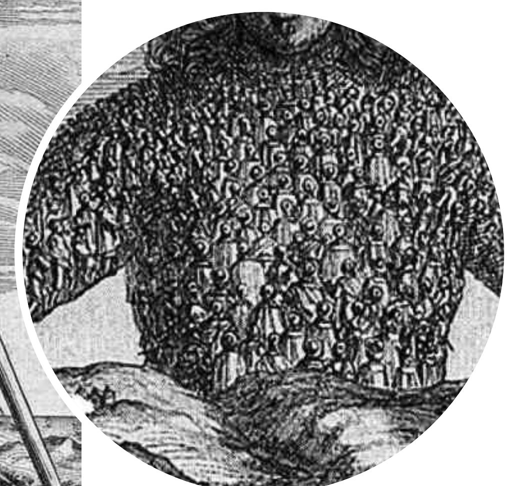
Explorando imagens

Sociedade e Estado em imagens

A imagem que ilustra a primeira edição de *Leviatã*, de Thomas Hobbes (p. 361), é uma célebre representação pictórica de uma ideia filosófica. Ali observamos a figura de um homem de grandes proporções que se ergue sobre uma cidade organizada; seu corpo é composto de milhares de outros corpos. Essa figura descomunal corresponde ao Estado, na figura do soberano, maior que qualquer outro indivíduo, constituído pelo pacto que instaura a sociedade civil. Leve os alunos a perceber que todos os indivíduos estão de costas e com as cabeças inclinadas para cima, olhando o gigante.

Vimos que, para Hobbes, os indivíduos unidos transferem ao soberano o direito exclusivo ao uso da força para garantia da segurança de sua vida e da paz. A figura imensa do Estado soberano faz a da Igreja parecer diminuta, bem como as edificações da cidade. Em uma de suas mãos, o soberano segura a espada; em outra, o cetro, indicando, respectivamente, o direito legítimo ao uso da força e o poder absoluto.





Sammlung Rauch/Interfoto/Latinstock

O nome Leviatã aparece no Antigo Testamento como a representação de um enorme monstro marinho, comum também no imaginário popular da Europa e do Oriente Médio. Hobbes usou essa imagem para representar o gigantismo de uma instituição criada artificialmente, constituindo um todo-poderoso "monstro" – que, no entanto, é nesse caso visto como legítimo, pois assegura a paz civil.

Para enriquecer essa atividade, é possível retomar a fotografia que abre o capítulo 27 (p. 312). Trata-se de uma manifestação contra um projeto que, entre outras medidas, previa o fechamento de escolas públicas. Diferentemente da imagem que ilustra a obra de Hobbes, a reunião dos indivíduos integrantes da sociedade civil se manifesta em oposição ao poder estabelecido, de forma crítica. Não há mais a figura do soberano sobressaindo acima dos demais. Da mesma maneira, a imagem da sufragista sendo alimentada à força (p. 374) por agentes do Estado (médicos e policiais) mostram que muitas vezes a burocracia constituída para estruturar o Estado moderno serviu não para servir aos interesses do povo e garantir a paz, mas para reprimir demandas por meio da violência.

Na teoria de Hobbes os indivíduos abdicavam de sua liberdade para ter segurança garantida. Depois de quatro séculos da instituição do Estado liberal moderno, não nos vemos mais como um aglomerado de indivíduos, mas reconhecemos nossa existência intersubjetiva, constituída por nossa consciência moral, e a autonomia que dela deriva.

CAPÍTULO 32 – A questão democrática

Leituras filosóficas

1. De acordo com alguns autores, a democracia possui limites insuperáveis. Como eles exemplificam essa ideia, segundo o texto?

   Para os autores referidos por Lefort, a afirmação do indivíduo é apagada pelo anonimato social criado pela igualdade de condições; a diferença é apagada pela uniformidade do estabelecido; o espírito inovador é anulado pela satisfação gerada pelos bens materiais; e o reconhecimento do semelhante se perde quando a sociedade se torna algo abstrato.

2. Claude Lefort (1924-2010) oferece exemplos contrários aos dos autores mencionados na questão anterior. Comente dois dos exemplos por ele oferecidos.

   Resposta pessoal. **Orientação para resposta:** o estudante deve comentar algum dos seguintes aspectos do trabalho que se faz diante da petrificação da vida social: o aparecimento de maneiras de pensar e de se expressar conquistadas contra o anonimato, contra a linguagem estereotipada da opinião; o surgimento de reivindicações e lutas por direitos reais; a irrupção de um sentido novo da história que se opõe à petrificação dos costumes e das tradições.

3. De acordo com Lefort, o que significa dizer que a democracia acolhe a indeterminação? Considere o que você estudou a respeito dos traços da democracia.

   A democracia está aberta para a indeterminação porque sempre está aberta para acolher a possibilidade de criação de outros direitos, conforme o desenrolar da história.

Conexões

1. Relate uma situação em que você tenha feito uso ou flagrado alguém fazendo uso do "jeitinho brasileiro" e responda: como você se sentiu e/ou agiu diante dessa situação?

2. Você concorda que o "jeitinho brasileiro" seja um hábito danoso e prejudicial à vida em sociedade? Justifique sua resposta buscando exemplos tanto na História do Brasil como em situações cotidianas.

   Orientações para resposta: A resposta a essa atividade é pessoal e controversa. Dada a instituição já consagrada do "jeitinho brasileiro" em nosso dia a dia, é provável que muitos alunos tragam exemplos de sua própria convivência familiar ou de situações vivenciadas por seus familiares, parentes e amigos em sua vida social. É importante, porém, não restringir a ocorrência de tal hábito ao universo das esferas populares, mas salientar que ele se dá também, e de forma mais deletéria para a sociedade, nas altas esferas da República, mesmo nos lugares onde deveriam vigorar a lei e a imparcialidade, como o Congresso Nacional e os tribunais. A imagem que ilustra a atividade é apenas um pequeno e prosaico exemplo de como o privilégio (em detrimento do bem público) pode se instituir por meio do "jeitinho".

Em síntese

1. Como opera a ideologia liberal?

   A ideologia liberal opera de modo a criar a aparência de que todos os indivíduos são livres e iguais no capitalismo, e de que a democracia seria o regime político da lei e da ordem que garantiria os interesses e as liberdades desses indivíduos. Dessa forma, por meio da simulação da igualdade e da liberdade dos indivíduos, a ideologia oculta que há desigualdade real e dominação real de uma classe social por outra, em decorrência da exploração do trabalho de uma classe social por outra, e que, na verdade, não há liberdade e igualdade entre todos os indivíduos.

2. O que significa afirmar que as ideias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal?

Significa que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, quando tais direitos não existem nem estão garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los. É esse o cerne da democracia.

3. Explique em que medida um direito difere de uma necessidade, de um interesse e de um privilégio.

Necessidades, carências ou interesses são particulares e específicos. Há tantas necessidades, carências ou interesses quanto indivíduos e grupos sociais. E por serem tão diversos quanto os indivíduos e os grupos sociais, as necessidades, carências e interesses podem também ser conflitantes. Um privilégio é sempre algo particular possuído apenas por alguns. Um direito, ao contrário de necessidades, carências, interesses e privilégios, não é particular e específico, mas geral e universal, válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. Uma carência pode revelar que sob ela existe a luta por um direito. Assim, por exemplo, a carência de água e de comida manifesta algo mais profundo: o direito à vida. Um interesse também pode indicar que nele há uma luta por um direito. Assim, por exemplo, o interesse dos sem-terra indica a luta pelo direito à terra, que é cultivada para a vida de todos. Dessa maneira, carências e interesses podem se generalizar e alcançar a universalidade própria de um direito. Isto, porém, nunca acontecerá com os privilégios, pois estes deixarão de ser privilégios se se transformarem em direitos válidos para todos. Os direitos são a condição do próprio regime democrático; são, portanto, o cerne da democracia.

4. Com base na resposta da questão anterior, em que momento podemos dizer que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática?

Dizemos que uma sociedade é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da República, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é a condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos.

5. Quais são os principais traços da sociedade democrática?

A democracia é: 1. forma sociopolítica definida pela *isonomia* (igualdade dos cidadãos perante a lei) e a *isegoria* (direito de todos para expor suas opiniões). 2. única forma política na qual o *conflito* é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa manifestar e resolver os conflitos entre necessidades e interesses de grupos e classes sociais. A legitimidade dos conflitos explica a existência de partidos políticos, sindicatos, associações de categorias, movimentos sociais, movimentos populares; 3. forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades para a igualdade, a liberdade e a participação introduzindo a ideia dos *direitos*. Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade e afirmam sua liberdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e, sobretudo, para criação de outros direitos; 4. única forma sociopolítica que, por meio das lutas e criação de direitos, está aberta às mudanças históricas, pois considera o novo como parte essencial de sua existência ou modo de ser; 5. única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só surgem ou ampliam seu alcance pela ação das classes populares contra a petrificação jurídico-política que favorece a classe dominante; 6. forma política na qual a distinção entre o poder e os governantes é garantida pela ideia de representação e pelas eleições, pois estas significam não mera "alternância no poder", mas assinalam que o detentor do poder é a sociedade e que o governante apenas o ocupa por haver recebido um mandato temporário para isto.

6. Explique os três direitos fundamentais em que se baseia a democracia.

Quando a democracia foi inventada pelos atenienses, instituíram-se três direitos fundamentais que definiam o cidadão: *igualdade*, *liberdade* e *participação no poder*. *Igualdade* significa que, perante as leis, todos os cidadãos possuem os mesmos direitos e devem ser tratados da mesma maneira. *Liberdade* significa que nenhum cidadão pode estar submetido à vontade de um outro, mas tem o direito de expor em público seus interesses e suas opiniões, defendê-los, vê-los debatidos pelos demais e aprovados ou rejeitados, devendo acatar a decisão tomada politicamente. *Participação no poder* significa que todos os cidadãos têm o direito de participar das discussões e deliberações públicas, propondo medidas, votando ou revogando decisões; isto significa que, do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir, pois a política é uma decisão coletiva sobre os interesses e direitos da própria sociedade.

7. Por que uma declaração de direitos abre o caminho político para a criação de direitos reais? Dê exemplos.

A simples declaração de um direito não significa que ele exista realmente, porém a declaração significa que temos o direito de lutar para que venha a existir. As lutas populares conseguiram a ampliação dos direitos políticos, levando à criação do sufrágio universal e à garantia da elegibilidade de qualquer um que,

não estando condenado por um crime, se apresente para um cargo eletivo. As lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos e, com base nestes, criaram os direitos sociais – trabalho, moradia, saúde, transporte, educação, lazer, cultura –, os direitos das chamadas “minorias” – mulheres, idosos, negros, homossexuais, crianças, indígenas – e o direito à segurança planetária – as lutas ecológicas e contra as armas nucleares. As lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura, direito de fiscalizar o Estado por meio de organizações da sociedade (associações, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos); direito à informação pela publicidade das decisões estatais.

8. A democracia grega era direta, enquanto a moderna é representativa. O que isso significa?

Significa que o direito à participação tornou-se indireto, ou seja, feito pela escolha de representantes. Ao contrário dos outros direitos, este último parece ter sofrido diminuição em lugar de ampliação. Essa aparência é falsa e verdadeira. Falsa porque a democracia moderna foi instituída na luta contra o Antigo Regime e, portanto, em relação a esse último, ampliou a participação dos cidadãos no poder, ainda que sob a forma da representação. E verdadeira porque a república liberal tendeu a limitar os direitos políticos aos proprietários privados dos meios de produção e aos profissionais liberais da classe média, aos homens adultos “independentes”. Todavia, as lutas socialistas e populares forçaram a ampliação dos direitos políticos com a criação do sufrágio universal e a garantia da elegibilidade de qualquer um que se apresente a um cargo eletivo.

9. O que é o Estado do Bem-Estar Social? Cite exemplos de direitos sociais.

Suas principais características são: 1) destinação, pelo Estado, de grande parte da riqueza pública para os direitos sociais (saúde, educação, moradia, alimentação, seguro-desemprego, etc.), criando o chamado *salário indireto* como complemento do salário direto; 2) regulação da economia pelo Estado, tanto por meio de empresas públicas como por meio de leis sobre o funcionamento do mercado; 3) do ponto de vista do capital produtivo, a adoção da produção fordista, isto é, a produção em série e em larga escala, englobando todas as etapas da atividade econômica e controlando, por meio do planejamento e da chamada “gerência científica”, a organização do trabalho, os estoques e os preços; 4) inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho (ideia de pleno emprego) e, consequentemente, no consumo de massa; 5) formação de monopólios e oligopólios que, embora transnacionais ou multinacionais, têm como referência reguladora e, em alguns casos, como parceiro ou sócio, o Estado nacional no qual operam. Essas características do Estado do Bem-Estar levaram à criação e à ampliação dos direitos sociais. Os direitos sociais são aqueles nascidos das lutas por igualdade e liberdade e se relacionam ao trabalho, à moradia, à saúde, ao transporte, à educação, ao lazer e à cultura. São também os direitos das chamadas “minorias” e os referentes à segurança planetária.

10. O que é privatização? E desregulação? Como essas duas medidas afetam o modo de produção capitalista?

Privatização e desregulação são duas ideias centrais do neoliberalismo. Privatização é o abandono pelo Estado das políticas sociais, transformando os direitos sociais em serviços privados vendidos e comprados no mercado (educação, saúde, cultura, moradia, etc.) e a venda de empresas públicas a particulares. O Estado transfere para as empresas privadas e para os bancos os fundos públicos que eram destinados aos direitos sociais. Desregulação significa que o Estado deixa de ser o autor e dirigente do planejamento econômico. Essas duas práticas afirmam que o mercado é racional e pode, por si mesmo, resolver os problemas econômicos e sociais. Com isso, a esfera pública dos direitos é encolhida e a esfera dos interesses privados se amplia, permitindo mais espaço para a acumulação do capital, com a decorrente exclusão de cada vez mais pessoas do mercado de trabalho e do consumo.

11. Com o neoliberalismo, houve um encolhimento da esfera pública e um alargamento da esfera privada. Por que isso é um obstáculo à democracia?

O neoliberalismo é uma teoria que se opôs ao Estado do Bem-Estar Social, atacando seus encargos sociais e sua função de regulador do mercado. Os teóricos neoliberais afirmavam que tais medidas destruíam a liberdade dos cidadãos e a competição, sem as quais não há prosperidade. Propuseram: 1) o fim dos benefícios sociais ou dos direitos sociais garantidos pelo Estado e o fim das empresas públicas; 2) o fim do planejamento econômico pelo Estado; 3) o predomínio do capital financeiro sobre o capital produtivo; 4) a fragmentação e dispersão global da produção, de maneira a enfraquecer a classe trabalhadora e suas organizações; 5) a destinação da riqueza pública às empresas para investimento em tecnologias de ponta.

Por isso mesmo, ele ameaça os direitos econômicos e sociais conquistados pelas lutas populares. Hoje o capital pode acumular-se e reproduzir-se excluindo cada vez mais as pessoas do mercado de trabalho e de consumo. Investindo os fundos públicos em mu-

danças tecnológicas e na automação do trabalho, não precisa mais de massas trabalhadoras, pode ampliar-se graças ao desemprego em massa e não precisa preocupar-se em garantir direitos econômicos e sociais aos trabalhadores porque não necessita de seus trabalhos e serviços.

12. O que é a ideologia da competência técnico-científica e como ela interfere na política? Que obstáculos ela coloca para a democracia?

No capitalismo contemporâneo, a organização industrial do trabalho foi feita com base em mais uma divisão social: a separação entre dirigentes e executantes. Os primeiros são os que recebem educação científica e tecnológica, são considerados portadores de saberes que os tornam competentes e, por isso, têm o poder de mando. Os executantes são aqueles que não possuem conhecimentos tecnológicos e científicos e são reduzidos a apenas executar tarefas, sem conhecer as razões e as finalidades de sua ação. São por isso considerados incompetentes e destinados a obedecer. Essa forma de organização da divisão social do trabalho propagou-se para a sociedade inteira, existindo em todas as instituições sociais (escolas, universidades, hospitais, escritórios, meios de comunicação, etc.), nas quais todos estão divididos entre "competentes", que sabem e mandam, e "incompetentes", que não sabem e executam. Essa divisão social converteu-se na ideologia da competência técnico-científica, isto é, a ideia de que quem possui conhecimentos está naturalmente dotado de poder de mando e direção. Essa ideologia, fortalecida pelo estímulo diário dos meios de comunicação de massa, invadiu a política, que passou a ser considerada uma atividade reservada para técnicos ou administradores competentes, e não uma ação coletiva de todos os cidadãos. Com isso, o direito à participação política diminui, assim como diminui o direito à representação política, porque ambos se restringem aos "competentes". A ideologia da competência oculta e dissimula o fato de que, para ser "competente", é preciso ter recursos econômicos para estudar e adquirir conhecimentos. Ou seja, os "competentes" pertencem à classe economicamente dominante ou estão aliados a ela, que, assim, dirige a política segundo seus interesses, e não de acordo com os direitos democráticos.

13. Em lugar de se basear em direitos universais válidos para todos os cidadãos, a sociedade brasileira está polarizada entre os privilégios de poucos e as carências da maioria, sendo uma sociedade autoritária e economicamente desigual. Você concorda com essa análise? Justifique sua resposta.

Resposta pessoal.

14. Como os partidos políticos costumam funcionar no Brasil? Por que se tornam obstáculos à democracia política?

Os partidos políticos costumam ser de três tipos: os *clientelistas*, que mantêm relações de favor com seus eleitores; os *vanguardistas*, que substituem os cidadãos pela vontade de uma vanguarda partidária que tudo sabe; e os *populistas*, que tratam seus eleitores como um pai de família trata seus filhos menores, e não como cidadãos livres e participantes. Isso mostra que a prática da participação política, por meio de representantes, não consegue se realizar no Brasil. Os representantes, em lugar de cumprir o mandato que lhes foi dado pelos representados, surgem como chefes, mandantes, detentores de favores e poderes, submetendo os representados e transformando-os em clientes de seus favores. Por isso mesmo, com frequência, lideranças políticas são transformadas em chefes salvadores da nação, verdadeiros messias escolhidos por Deus e referendados pelo voto dos eleitores. A religiosidade faz com que, em lugar de democracia, predominem o fundamentalismo religioso e a teologia política. Além disso, os meios de comunicação inculcam nas pessoas que, em vez de tomar como referência a ideia democrática de que a qualidade do regime político depende da boa qualidade das instituições públicas, devem considerar as qualidades pessoais e privadas dos políticos. Dessa maneira, a referência e o julgamento dos cidadãos se dirigem às características pessoais dos representantes, levando a considerar a corrupção como ação de indivíduos imorais, e não como efeito da má qualidade das instituições públicas, feitas para servir aos poderosos e não aos cidadãos.

15. Como a sociedade brasileira vê o Poder Judiciário? Quais são as consequências dessa percepção?

No Brasil, o Poder Judiciário não é eletivo e nele os cargos são vitalícios. Esse poder aparece para a população como misterioso, possuidor de um saber e de uma linguagem incompreensíveis, possuidor de uma autoridade quase mística. Por isso mesmo, aceita-se que a legalidade seja, ao mesmo tempo, incompreensível e ineficiente, e que a única relação possível com ela seja a da transgressão (o famoso "jeitinho").

De olho na atualidade

1. Você assistiu aos filmes da tetralogia *Jogos vorazes*? Caso tenha assistido, comente oralmente a análise com seus colegas.

2. Com base na leitura do texto e do capítulo, escreva uma dissertação relacionando democracia, esperança e as formas de poder e controle que as ameaçam na atualidade.

Respostas pessoais.

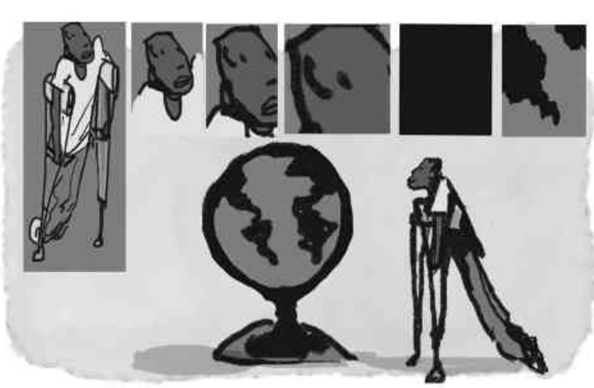
O preconceito contra a política

Qualquer discurso sobre a política em nossa época deve começar pelos preconceitos que todos nós, que não somos políticos profissionais, temos contra a política. Nossos preconceitos comuns são, eles próprios, políticos em sentido amplo. Eles não provêm da arrogância dos ilustrados nem do cinismo dos que viram demais e compreenderam de menos. Uma vez que brotam no nosso próprio pensamento, não podemos ignorá-los; e, dado que se referem a realidades inegáveis e refletem fielmente a nossa situação presente precisamente em seus aspectos políticos, não podemos silenciá-los com argumentos. Tais preconceitos não são, porém, juízos. Eles indicam que nos deparamos com uma situação na qual não sabemos, pelo menos não ainda, conduzir-nos politicamente. O perigo é a política vir a desaparecer inteiramente do mundo. Os preconceitos invadem nosso pensamento; jogam o bebê fora junto com a água do banho, confundem a política com aquilo que levaria ao seu próprio fim e apresentam essa catástrofe como algo que é inerente à natureza das coisas e, portanto, inevitável.

Por trás dos nossos preconceitos atuais contra a política estão a esperança e o medo: o medo de que a humanidade se autodestrua por meio da política e dos meios de força que tem hoje à sua disposição; e a esperança, ligada a esse medo, de que a humanidade recobre a razão e livre o mundo não de si própria, mas da política. Um meio de fazê-lo seria a criação de um governo mundial que transformasse o Estado numa máquina administrativa, resolvesse burocraticamente os conflitos políticos e substituísse os exércitos por forças policiais. Essa esperança é, evidentemente, pura utopia enquanto a política for definida no sentido usual, ou seja, como relação entre dominadores e dominados. Tal ponto de vista levaria não à abolição da política, mas a um despotismo de proporções colossais no qual o abismo que separa os governantes dos governados seria gigantesco a ponto de tornar impossível qualquer espécie de rebelião, para não dizer qualquer forma de controle dos governados sobre os governantes. O fato de nenhum indivíduo – nenhum déspota, per se *– poder ser identificado nesse governo mundial não mudaria de forma alguma o seu caráter despótico. O governo burocrático, o governo anônimo do burocrata, não é menos despótico porque “ninguém” o exerce. Ao contrário, é ainda mais assustador porque não se pode dirigir a palavra a esse “ninguém” nem reivindicar o que quer que seja.*

Mas, se política significa um domínio global em que as pessoas aparecem antes de tudo como seres atuantes que conferem aos assuntos humanos uma permanência que de outra forma não teriam, então essa esperança não é nem um pouco utópica. Há inúmeras situações na história, embora jamais numa escala global, em que a participação ativa das pessoas foi alijada – na forma de tiranias hoje aparentemente obsoletas que soltam as rédeas da vontade de um único homem, ou do totalitarismo moderno, em que os seres humanos são escravizados a serviço de pretensas “forças históricas” e processos superiores e impessoais. A natureza dessa forma de dominação, que num sentido profundo é verdadeiramente apolítica, evidencia-se precisamente na dinâmica que ela mesma gera e que lhe é peculiar; uma dinâmica em que tudo e todos que ontem eram considerados “grandes” podem e devem – para que o movimento conserve o seu impulso — ser hoje relegados ao esquecimento. Não é alívio suficiente para as nossas preocupações sermos compelidos a observar como, nas democracias de massa, por um lado, uma impotência similar se espalha por assim dizer espontaneamente e sem necessidade de terror e, por outro, um processo análogo, autoalimentado, de consumo e esquecimento cria raízes, ainda que no mundo livre, onde não há terror, tais fenômenos se limitem às esferas da economia e da política no sentido restrito da palavra.

ARENDT, Hannah. *A promessa da política.* Organizado por Jerome Kohn. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008. p. 148-150.



Filipe Rocha/Arquivo da editora

ISBN 978-850818056-1